



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1882 - Revisada

Quarta-feira - 02 de Dezembro de 2015

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Alto Bela Vista.....	4	Garopaba.....	307	Papanduva.....	616
Antônio Carlos .....	6	Garuva .....	308	Passo de Torres.....	617
Arabutã .....	7	Gaspar .....	310	Passos Maia .....	618
Ascurra.....	8	Governador Celso Ramos .....	318	Paulo Lopes .....	626
Atalanta.....	9	Guaraciaba .....	319	Penha.....	627
Balneário Piçarras.....	10	Guarujá do Sul .....	323	Peritiba.....	628
Balneário Rincão .....	11	Herval d'Oeste .....	325	Petrolândia .....	629
Barra Velha.....	12	Ibiam .....	327	Pinheiro Preto .....	632
Biguaçu .....	14	Ilhota .....	331	Pomerode.....	634
Blumenau .....	16	Imarui .....	334	Ponte Serrada .....	637
Bom Jardim da Serra .....	34	Imbituba .....	335	Porto Belo.....	641
Bom Jesus do Oeste .....	35	Indaial.....	347	Porto União.....	649
Bom Retiro .....	36	Iomerê .....	357	Pouso Redondo .....	672
Botuvera.....	37	Irineópolis .....	359	Presidente Nereu.....	673
Braço do Trombudo .....	38	Itá .....	360	Rio das Antas.....	674
Brunópolis .....	55	Itaiópolis .....	361	Rio do Sul.....	675
Brusque.....	209	Itapiranga.....	362	Salto Veloso .....	719
Caçador.....	218	Itapoá .....	363	Santa Rosa do Sul .....	721
Camboriú.....	220	Ituporanga .....	390	São Bento do Sul.....	722
Campo Alegre .....	228	Jacinto Machado .....	391	São Domingos.....	728
Campos Novos.....	240	Joaçaba .....	392	São João do Sul .....	780
Canelinha .....	250	Lacerdópolis.....	418	São Joaquim .....	782
Canoinhas.....	251	Lages .....	440	São José.....	783
Capinzal .....	255	Laguna .....	443	São José do Cedro.....	797
Caxambu do Sul.....	258	Lauro Muller .....	444	São Miguel do Oeste.....	807
Celso Ramos .....	261	Leoberto Leal.....	446	São Pedro de Alcântara.....	808
Chapadão do Lageado .....	262	Lindóia do Sul .....	451	Schroeder .....	811
Cocal do Sul.....	263	Luzerna .....	452	Serra Alta .....	823
Concórdia .....	265	Mafrá .....	454	Siderópolis.....	826
Cordilheira Alta .....	267	Maracajá .....	455	Tigrinhos .....	827
Coronel Freitas.....	269	Maravilha.....	456	Timbó .....	828
Correia Pinto.....	270	Marema .....	461	Treze Tilias .....	830
Corupá .....	271	Massaranduba.....	463	Tunápolis.....	837
Dionísio Cerqueira .....	273	Meleiro .....	465	Turvo .....	839
Doutor Pedrinho.....	274	Modelo .....	466	União do Oeste .....	840
Ermo .....	275	Mondaí.....	470	Urussanga .....	841
Eral Velho .....	276	Navegantes.....	471	Vargeão.....	844
Faxinal dos Guedes.....	285	Nova Trento .....	475	Vargem Bonita .....	846
Flor do Sertão .....	287	Orleans.....	511	Videira.....	848
Forquilha.....	289	Otacílio Costa.....	512	Xanxerê.....	850
Fraiburgo.....	295	Ouro .....	513	Xavantina .....	852
Frei Rogério .....	303	Palhoça .....	614	Xaxim .....	853
Galvão.....	306	Palmitos .....	615	Zortéa .....	871

### Associações

AMVALI .....	872
--------------	-----

### Consórcios

AGIR .....	873	ARIS .....	873	CIGA .....	873
------------	-----	------------	-----	------------	-----

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Estreito - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3221 8800

[diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br](mailto:diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br)



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1882 - Revisada

Quarta-feira - 02 de Dezembro de 2015

Florianópolis/SC

## Sumário

CIMCATARINA.....	874	CITMAR.....	876	CIASAMREC.....	879
CIS/AMFRI.....	875	Consórcio CISAMA.....	876	CIGAMERIOS.....	880

## Editais de Notificação

Água Doce.....	895	Itapiranga.....	980	São Carlos.....	1065
Anchieta.....	898	Itapoá.....	981	São Domingos.....	1066
Arroio Trinta.....	900	Ituporanga.....	983	São João do Oeste.....	1067
Ascurra.....	900	Jacinto Machado.....	988	São Joaquim.....	1068
Atalanta.....	902	Joaçaba.....	989	São José.....	1070
Aurora.....	903	Lages.....	992	São José do Cedro.....	1074
Barra Velha.....	904	Laguna.....	1004	São Lourenço do Oeste.....	1075
Bela Vista do Toldo.....	906	Lajeado Grande.....	1007	São Miguel do Oeste.....	1077
Benedito Novo.....	908	Lauro Muller.....	1008	São Pedro de Alcântara.....	1083
Blumenau.....	910	Lebon Regis.....	1010	Schroeder.....	1084
Camboriú.....	926	Lindóia do Sul.....	1011	Serra Alta.....	1085
Campo Alegre.....	929	Luzerna.....	1012	Siderópolis.....	1085
Campo Erê.....	930	Mafra.....	1013	Sul Brasil.....	1086
Campos Novos.....	932	Maravilha.....	1016	Tigrinhos.....	1087
Canelinha.....	934	Massaranduba.....	1018	Timbé do Sul.....	1088
Capinzal.....	935	Meleiro.....	1020	Timbó.....	1088
Catanduvas.....	937	Modelo.....	1021	Timbó Grande.....	1095
Cocal do Sul.....	938	Morro da Fumaça.....	1021	Três Barras.....	1097
Concórdia.....	940	Navegantes.....	1023	Treze Tilias.....	1098
Coronel Freitas.....	943	Nova Trento.....	1027	Tunápolis.....	1103
Correia Pinto.....	944	Orleans.....	1028	Turvo.....	1103
Corupá.....	944	Paial.....	1031	União do Oeste.....	1105
Curitibanos.....	946	Palhoça.....	1032	Urussanga.....	1106
Ermo.....	949	Palmitos.....	1033	Vargeão.....	1107
Faxinal dos Guedes.....	950	Papanduva.....	1033	Vargem Bonita.....	1108
Forquilha.....	951	Passo de Torres.....	1035	Videira.....	1109
Fraiburgo.....	953	Paulo Lopes.....	1036	Xanxerê.....	1114
Garopaba.....	956	Penha.....	1037	Xaxim.....	1118
Garuva.....	957	Peritiba.....	1040		
Gaspar.....	958	Pomerode.....	1041		
Grão Pará.....	965	Ponte Serrada.....	1047		
Guaraciaba.....	966	Porto Belo.....	1047		
Guaramirim.....	967	Porto União.....	1051		
Guarujá do Sul.....	969	Rio do Sul.....	1054		
Ilhota.....	970	Rio dos Cedros.....	1056		
Imbituba.....	971	Santa Rosa do Sul.....	1057		
Iomerê.....	976	Santa Terezinha do Progresso.....	1059		
Itaiópolis.....	978	São Bento do Sul.....	1059		

## EDIÇÃO REVISADA:

A edição nº 1882, foi substituída as 16:30 horas do dia 02 de dezembro de 2015 por falha técnica na página 361 da referida publicação.

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Estreito - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3221 8800

[diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br](mailto:diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br)



## O CIGA está em novo endereço!

Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885 - Sala 1307  
Bairro Estreito - Florianópolis/SC



Consórcio de Informática  
na Gestão Pública Municipal

# Alto Bela Vista

## PREFEITURA

### LEI MUNICIPAL Nº 680 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015

AUTORIZA FIRMAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES E COLABORADORES DA PREFEITURA DE ALTO BELA VISTA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores propôs, que o Poder Legislativo Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei,

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a celebrar termo de convênio com a ASSOCIAÇÃO DE SERVIDORES E COLABORADORES DA PREFEITURA DE ALTO BELA VISTA-ASCOPA, estabelecida a Rua do Comércio, 1015, Alto Bela Vista-SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 14.504.640/0001-43, que tem por objeto o estabelecimento de um sistema de cooperação técnico-financeiro entre o MUNICÍPIO e a ASSOCIAÇÃO, objetivando a contratação de Plano Privado de Assistência à saúde para os Servidores públicos do Legislativo, efetivos, com contrato temporário, detentores de mandato eletivo e comissionados.

Parágrafo Único: O Plano de Assistência à Saúde de que trata o "caput" deste artigo será instituído, somente aos que queiram participar e contribuam para esse fim como beneficiários do mesmo.

Art. 2º O Poder executivo subsidiará até 60% (sessenta por cento) exclusivamente do valor da mensalidade devida pelo servidor público municipal que aderir ao Plano de Saúde Básico da prestadora de serviço conforme sua opção efetuada junto à Associação.

Art. 3º O Percentual da Mensalidade e demais despesas relacionadas ao plano de saúde que couber ao servidor ou seus dependentes será descontado em folha de pagamento.

Art. 4º Fica também o Executivo Municipal autorizado a cancelar o repasse dos recursos financeiros em caso de inadimplemento por parte da conveniente de qualquer cláusula constante do Termo de Convênio, pela superveniência de normas legais ou eventos que torne material ou formalmente inexecutável.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas todas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, 30 de Novembro de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Fátima Lorete Clein da Silva  
Responsável Pelas Publicações

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 048/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 065/2015  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº 048/2015

O Município Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, do tipo Menor Preço por Item, objetivando a aquisição de gasolina comum, diesel e diesel S10 destinados a frota do Município e Fundo Municipal de Saúde de Alto Bela Vista, consoante disposições da Lei Federal nº 10.520/02 e 8.666/93 e de conformidade com as normas elencadas no Edital. E que estará recebendo os envelopes contendo as propostas de preços e aqueles dos documentos de habilitação, até 13h50, do dia 15 de dezembro de 2015, em sessão pública, com início previsto para as 14h da mesma data. A íntegra do Edital e informações complementares, poderão ser obtidas pelo telefone (49) 3455-9022 e na internet, no site <http://www.altobelavista.sc.gov.br>, link "licitações".

Alto Bela Vista (SC), em 01 de dezembro de 2015.  
Catia Tessmann Reichert  
Prefeita Municipal.

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 049/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 066/2015  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº 049/2015

O Município Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, do tipo Menor Preço por Item, objetivando a aquisição de cartazes para divulgação dos eventos anuais do município, consoante disposições da Lei Federal nº 10.520/02 e 8.666/93 e de conformidade com as normas elencadas no Edital. E que estará recebendo os envelopes contendo as propostas de preços e aqueles dos documentos de habilitação, até 15h50, do dia 15 de dezembro de 2015, em sessão pública, com início previsto para as 16h da mesma data. A íntegra do Edital e informações complementares, poderão ser obtidas pelo telefone (49) 3455-9022 e na internet, no site <http://www.altobelavista.sc.gov.br>, link "licitações".

Alto Bela Vista (SC), em 01 de dezembro de 2015.  
Catia Tessmann Reichert  
Prefeita Municipal.

### TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA  
ADENDO 001 A TOMADA DE PREÇO Nº 007/2015

O Município de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência, objetivando a Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução de obra de construção da garagem da Prefeitura, sofreu alteração nos horários e datas para protocolo dos envelopes. O prazo para protocolo dos



envelopes contendo a proposta de preços e a documentação de habilitação fica alterado para o dia 09 de dezembro de 2015, às 13h50, sendo a abertura da licitação neste mesmo dia às 14h. A íntegra do Edital e a alteração em questão, em inteiro teor, estão à disposição dos interessados no site <http://www.altobelavista.sc.gov.br>, link "licitações". Demais informações poderão ser obtidas no Setor de Licitações e Compras desta Prefeitura, situado à Rua do Comércio, 1015, Centro, em horário comercial, ou pelo telefone (49) 3455-9022.

Alto Bela Vista (SC), em 01 de dezembro de 2015.

Catia Tessmann Reichert

Prefeita Municipal.

# Antônio Carlos

## PREFEITURA

### PORTARIA N 506/2015

PORTARIA Nº 506/2015.  
Concede Férias a servidor.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos,  
no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias, ao servidor FERNANDO NILO HOFFMANN, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, a partir de 02 de janeiro de 2016, referente ao período aquisitivo de 02/02/2014 a 01/02/2015.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 01 de dezembro de 2015.  
ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 02 de dezembro de 2015.

### PORTARIA N 507/2015

PORTARIA Nº 507/2015.  
Concede Férias a servidor.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos,  
no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias, a servidora CRISTIANY KREMER PRIM, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO I, a partir de 04 de janeiro de 2016, referente ao período aquisitivo de 01/02/2014 a 31/01/2015.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 01 de dezembro de 2015.  
ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 02 de dezembro de 2015.

### PORTARIA N 508/2015

PORTARIA Nº 508/2015.  
Concede Férias a servidor.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos,  
no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei 558/1992,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS a servidora ELOIZA SCHMITT, ocupante do cargo de TÉCNICO EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA, por 30 dias, a partir de 27 de janeiro de 2016, referente ao período 04/07/2014 a 03/07/2015.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 01 de dezembro de 2015.  
ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 02 de dezembro de 2015.

# Arabutã

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº. 390/2015**

PORTARIA Nº. 390/2015

NOMEAR SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Jackson Luiz Patzlaff, Prefeito de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

Considerando, o resultado do Concurso Público nº. 001/2015, homologado pelo Decreto nº. 1756, de 21 de agosto de 2015;

**RESOLVE:**

Art.1º NOMEAR, a partir de 01 de dezembro de 2015, por Concurso Público a Senhora CRISTIANE MICHAELSEN, inscrita no CPF sob nº. 027.860.559-11, para o cargo de Auxiliar Administrativo - PNE; com carga horária de 40 horas semanais, percebendo os vencimentos conforme Lei Complementar nº.158, de 29 de dezembro de 2014, Anexo III, nível 040, referência "IN".

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Arabutã/SC, 30 de novembro de 2015.

JACKSON LUIZ PATZLAFF

Prefeito

Registrado e publicado em data supra.

Greici Fernanda Sonntag

Responsável pela publicação.

# Ascurra

## PREFEITURA

### EXTRATO EDITAL TOMADA DE PREÇOS N. 38/2015

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N. 38/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA

O Prefeito Municipal de Ascurra comunica aos interessados que fará no dia 14/12/2015 às 08h30min, licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS, para a AQUISIÇÃO DE MATERIAL BEM COMO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE SISTEMA PREVENTIVO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO NO CENTRO EDUCACIONAL INFANTIL DONA JÚLIA BONELLI E PSF ESTAÇÃO – CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO ANEXO 1 (TABELA DO QUANTITATIVO) DESTE EDITAL, conforme Edital.

Maiores Informações e cópia do Edital poderão ser solicitadas na Prefeitura Municipal de Ascurra, no horário de expediente, e pelo site [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br).

Ascurra, 2 de dezembro de 2015.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

# Atalanta

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2015

Concorrência Publica: 2/2015

A Prefeitura Municipal de Atalanta, do Estado de Santa Catarina, torna público que realizará licitação na modalidade Concorrência Publica: 2/2015, conforme segue CONCESSÃO DE USO DO quiosque construído nas dependências da PRAÇA CENTRAL, situado no CENTRO DO MUNICÍPIO DE ATALANTA CONFORME DECRETO Nº 047/2001. Julgamento: Maior Preço por Item. Abertura dia 19 de dezembro de 2015 às 09:00 horas. Informações e/ou copia na integra deste Edital junto ao departamento de Compras Licitações, no horário normal de expediente, à Av. XV de novembro 1030, na cidade de Atalanta, no horário normal de expediente.

Atalanta, 30 de novembro de 2015.

TARCISIO POLASTRI

Prefeito Municipal



# Balneário Piçarras

## PREFEITURA

### PORTARIA 403/2015

PORTARIA N.º 403/2015

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 89, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, REVOGA, o ato instituído pela Portaria nº 325/2015 de 03 de agosto de 2015, a conseguinte EXONERAÇÃO do cargo de OUVIDOR, com as atribuições ao Gabinete do Prefeito, a Senhora ANA CAROLINA KEMPNER, brasileira, maior, solteira, CPF nº 080.949.179-62, C.I nº 55666906 SSP/SC, com a imediata exoneração e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

REGISTRE-SE  
PUBLIQUE-SE e  
CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 30 de novembro de 2015.

Leonel José Martins  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e publicada no mural do edifício sede da Prefeitura em 30 de novembro de 2015.

Ana Lucia Wilvert  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

### PORTARIA 404/2015

PORTARIA N.º 404/2015

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 89, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, FAZ CESSAR A PEDIDO, os efeitos da Portaria nº 055/2015, de 22 de fevereiro de 2015, que concedeu LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSE PARTICULAR, conforme Lei Complementar nº 079/2004, a servidora Sra. MARCELA TOMAZONI PEREIRA, brasileira, maior, matrícula nº 964, portadora da C.I nº 4.412.867 e inscrita no CPF nº 037.085.099-86, ocupante do cargo efetivo de Técnica de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a partir da presente data.

REGISTRE-SE  
PUBLIQUE-SE e  
CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 01 de dezembro de 2015.

Leonel José Martins  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e publicada no mural do edifício sede da Prefeitura em 01 de dezembro de 2015.

Ana Lucia Wilvert  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

### PROCESSO LICITATÓRIO 035/2015 - FMS/PREGÃO PRESENCIAL 027/2015 - FMS

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 035/2015 - FMS /PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2015 - FMS

O Fundo Municipal de Saúde, através da Secretaria de Administração e Fazenda, nos termos da Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, suas alterações e demais legislações pertinentes, torna público que fará realizar Licitação na Modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, Tipo Menor Preço Global, para contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva do veículo ambulância, com fornecimento de peças para reposição. Recebimento dos Envelopes até: 16/12/2015 às 15:30h. Data da Sessão Pública: 16/12/2015 às 15:30h, na Secretaria de Administração e Fazenda, situada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1.655, Centro, Balneário Piçarras/SC. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria de Administração e Fazenda no endereço acima citado, das 13:30 as 17:30h, ou no site [balneariopicarras.atende.net](http://balneariopicarras.atende.net). Balneário Piçarras(SC), 01 de dezembro de 2015. Lucimir Alcides Uller de Bittencourt – Gestora do Fundo Municipal de Saúde.

# Balneário Rincão

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº. 546/2015

PORTARIA Nº. 546/2015

Dispõe sobre o controle de frequência dos servidores com exercício de função no Centro Administrativo e na Central do Cidadão, e dá outras providências.

O Secretário Municipal de administração e Finanças de Balneário Rincão, VALBERTO BERKENBROCK, no uso de suas atribuições gerenciais e de conformidade com o Decreto Municipal Nº 329/2015,

#### RESOLVE:

Artigo 1º - O controle de frequência dos servidores municipais, nestes incluídos os ocupantes de cargos em comissão, servidores efetivos, admitidos por contrato temporário e estagiários obedece ao disposto nesta Portaria.

§1º - O controle de frequência, que comprova a assiduidade e pontualidade do servidor, será feito obrigatoriamente por meio eletrônico ou mecânico, admitindo-se, eventualmente, por intermédio de assinatura diária em folha de ponto nos casos de inexistência ou impossibilidade do uso de sistema eletrônico ou mecânico.

§2º - Estão dispensados do controle de frequência apenas o Prefeito, o Vice-Prefeito e os agentes políticos.

Artigo 2º - O servidor ocupante de cargo em comissão ou função de confiança também fica submetido à jornada de 40 (quarenta) horas semanais, com dedicação integral ao serviço, não se aplicando a concessão de horários especiais, podendo ainda, ser convocado para atender interesse público ou necessidade de serviço a qualquer tempo.

Artigo 3º - Os servidores que cumprirem jornada de trabalho de 30 (trinta) horas semanais cumprirão expediente das 13:00 as 19:00 horas, sem intervalo formal para refeições.

Artigo 4º - Poderá ser concedido horário especial ao servidor ou estagiário que for estudante matriculado em curso regular de ensino médio, superior ou de pós-graduação, cujos horários de aula ou de locomoção coincidam, parcialmente, com o de funcionamento dos serviços públicos.

Parágrafo Único – O horário especial de que trata este artigo permitirá apenas a compensação das horas trabalhadas em horário diverso do expediente regular, sem prejuízo do cumprimento da carga horária semanal à qual o servidor ou estagiário está sujeito.

Artigo 5º - Havendo necessidade de execução de atividades fora da unidade de lotação e/ou exercício do servidor, ou caso estas ocorram em condições adversas ao registro diário de ponto, a assiduidade e efetiva prestação de serviço deste serão atestadas mediante "abono" da chefia imediata, na forma que dispuser o Departamento de Pessoal.

Artigo 6º - Esta Portaria entra em vigor da data de sua publicação, revogando-se às disposições em contrário.

Balneário Rincão, 1º de dezembro de 2015.

VALBERTO BERKENBROCK

Secretário de Administração e Finanças

# Barra Velha

## PREFEITURA

### 20º EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2012

20º EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2012  
APROVADOS NA 1ª FASE (COMPROVAÇÃO DE REQUISITOS) E 2ª FASE (EXAMES MÉDICOS) DO CONCURSO PÚBLICO DO EDITAL Nº 001/2012

O MUNICÍPIO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, após a verificação de regularidade pela Comissão de Coordenação e Acompanhamento do Concurso Público e pela Secretaria de Administração e Finanças, a LISTA DE APROVADOS na 1ª fase (comprovação de requisitos), e 2ª fase (Exames médicos) do Concurso Público, item 9.2 do Edital nº. 001/2012:

#### 1. DO COMPARECIMENTO E COMPROVAÇÃO DE REQUISITOS E EXAMES MÉDICOS

1.1 COMPARECERAM a Convocação, da 1ª fase, e da 2ª fase, de comprovação de requisitos e exames médicos, do 17º e 18º Edital de Convocação, do Concurso Público 001/2012, os seguintes candidatos:

PREFEITURA  
Nível Superior  
Advogado  
4º Ronivan Picharki

Engenheiro Civil  
4º Mario Cesar Leal

Terapeuta Ocupacional  
1º Juliana Ester Alves

Nível Fundamental  
Auxiliar Administrativo  
20º Araceli Silveira Fischer  
29º Priscila Florentino Da Silva Souza

EDUCAÇÃO  
Nível Superior na área de Saúde  
Equipe Multidisciplinar  
Nutricionista  
2º Osanilda Da Silva Melo (Conf. Protocolo nº 11411/2015, solicitou final da fila, item 9.17.2 Edital 001/2012)  
3º Gabriela Tavares

Nível Superior na Área Pedagógica  
Professor de Educação Física  
28º Gessika De Ávila

Nível Médio  
Professor de Educação Infantil  
129º Janaina Cristina Balt  
130º Lilian Carla Knop  
132º Janaina Regina De Souza  
135º Renata Patricia De Oliveira Da Silva  
136º Angelica Borba Tavares Albuquerque  
137º Sonia Reginagoncalves  
140º Terezinha Maria Policarpo Ignácio  
142º Mirian De Souza  
143º Simoni Lopes De Souza (Conf. Protocolo nº 11687/2015, solicitou final da fila, item 9.17.2)

Nível Médio  
Equipe Setorial Técnica Administrativa  
Agente Administrativo  
36º Marta Francez Vieira  
38º Krichna Franciele Mendes Costa  
42º Milene Coelho

1.1.1 A candidata relacionada no item 1.1, encontra-se aprovada, excetos os relacionados no item 1.2.

1.2 NÃO COMPARECERAM para apresentar os documentos exigidos no 12º Edital de Convocação, para a 1ª e 2ª fase (comprovação de requisitos e exames médicos), do Concurso Público 001/2012, os seguintes candidatos:

PREFEITURA  
Nível Superior  
Advogado  
5º Altair Mariot Júnior

Engenheiro Civil  
5º Denise Marques

Contador  
6º Cristiane De Carvalho Felicio Dos Santos  
7º Suelen Schroeder

Assistente Social  
10º Isolete Venturi Cunha

Enfermeiro  
17º Tatiana Silva De Bittencourt  
18º Kacielle Mara Rocha Coelho  
19º Robynson Leandro Braga  
20º Maria Gildete Goncalves  
21º Juliana Gabriela Ioris  
22º Vanessa Schroder  
23º Francine Rafaela Kuhnen

Farmacêutico  
2º Ana Beatriz Pimentel Montanher

Médico  
9º Fernanda Siqueira Anacleto  
10º Marilice De Guadalupe Silva Shaida

Odontólogo  
1º Fabiana Paladini Mattei

Psicólogo  
7º Larissa Papaleo Koelzer  
8º Karina De Souza Martins

Nível Médio Técnico  
Técnico em Radiologia  
6º Gerson De França Cardoso

Nível Médio  
Agente Administrativo  
29º Márcio De Sales Macêdo Carneiro  
30º Débora Chrystine Anton  
31º Joelcio Langa

32º André Luiz Andersen Da Silva  
33º Rafael Habitzreuter  
34º Rene De Moraes Leite  
35º Luís Fernando Langa  
36º Rossana Mazai

#### Nível Fundamental

##### Auxiliar Administrativo

17º Jociane Kindinger  
19º Juliano Cesar Lobato Pereira Dias  
21º Ana Paula Nascimento Machado  
22º Thiago Luis Dos Santos  
23º Joel Alves Becker  
24º Tábata Katiuscia Koller  
25º Nádia Cristina Siqueira Corrêa  
26º Peterson Xavier Voigtlander  
27º Allan Duarte  
28º Guimara Iracema Ribas Guimarães

##### Motorista de Ambulância

5º Heliton Jose Nogacz  
6º Francisco Alves De Oliveira  
7º Alaor Claudino Dos Santos

#### EDUCAÇÃO

##### Nível Superior na área de Saúde

##### Equipe Multidisciplinar

##### Psicólogo

8º Suzana Pirola Vassoler – (desistiu da vaga, conforme Protocolo nº 8784/2015 de 27/08/2015)  
9º Rosimeire Reis Bento – (desistiu da vaga, conforme Protocolo nº 8985/2015 de 02/09/2015)  
10º Marise Aparecida Grein Placido

##### Nível Superior na Área Pedagógica

##### Professor de Educação Física

25º Edicleia Espinel Santos  
26º Ademar José Otto Júnior  
27º Eli Amorim De Lima  
29º Henrique Schuetzler Gomes

##### Professor de Matemática

8º Eliane Candido De Oliveira

##### Nível Médio

##### Professor de Educação Infantil

128º Maria Jurema França Testoni  
131º Francine Nayara Ramos  
133º Susana Peres Machado  
134º Jéssica Aline Molina  
138º Olei Santin  
139º Juliana Maria Borges  
141º Luciane Lickfett  
144º Roseli De Oliveira Lozada

##### Nível Médio

##### Equipe Setorial Técnica Administrativa

##### Agente Administrativo

37º Veridiana Gonçalves De Oliveira  
39º Alexandro José Vieira Martins (Conf. Protocolo nº 11322/2015, desistiu da vaga, item 9.17.1)  
40º Fabio Jose Muller  
41º Danieli Cristina Pascko  
43º Eunice Do Carmo Guedes  
44º Marcela De Oliveira Meireles

1.2.1 – Os candidatos inseridos no item 1.2 do presente Edital perderam automaticamente o direito a investidura, conforme item 9.5,

do Edital de Concurso nº001/2012.

## 2. DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 A Administração Municipal, se reserva ao direito de exigir documentos complementares aos já apresentados, a reentrega destes ou a renovação quando vencidos, mesmo que apresentados na 1ª e 2ª Fase, do Concurso Público 001/2012, até o momento da expedição do ato de convocação.

2.2 Permanecem inalteradas as demais disposições estabelecidas no Edital nº. 01/2012, que normatiza o Concurso Público da Prefeitura Municipal de Barra Velha/SC.

2.3 Todos os casos omissos ou duvidosos que não tenham sido expressamente previstos no presente Edital e legislação vigente serão resolvidos pela Comissão Especial do Concurso Público constituída para este fim.

2.4 Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 01 de dezembro de 2015.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO

Prefeito

RUI JOSÉ MACHADO JÚNIOR

Secretário Municipal de Administração e Finanças.

# Biguaçu

## PREFEITURA

### CONCORRÊNCIA PÚBLICA 251/2015-PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA 251/2015-PMB

Objeto: Aquisição do contrato de concessão de uso a título oneroso, para fim comercial, de "boxes" no Mercado Público Municipal "Francisco Wollinger" localizados na Rua João Born, Bairro Centro, Biguaçu/SC.

DATA DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Até às 13h45min horas do dia 13/01/2016, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14h00min horas do dia 13/01/2016, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: site da PMB: [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br), ou no Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019.

Biguaçu 01 de dezembro de 2015.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO Nº 218/2015

DECRETO Nº 218/2015 DE: 27 DE NOVEMBRO DE 2015.

Faz remanejamento de dotações dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 7º, da Lei Municipal nº 3514/2014 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e o artigo 9º, da Lei Municipal nº 3530/2014 - Lei Orçamentária para 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, as dotações abaixo identificadas e constantes da Lei Orçamentária para 2015, Lei Municipal nº 3530/2014:

#### 02. GABINETE DO PREFEITO

0203.04.124.0001.2004	Manutenção da Diretoria de Controle Interno	2.000,00
	ANULA:	
4.4.90.00/0.1.00.000000	Investimentos	2.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.91.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	2.000,00

#### 07. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

0701.12.361.0003.2019	Remuneração dos Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício	37.535,95
	ANULA:	

3.1.90.00/0.3.01.000000	Pessoal e Encargos Sociais	37.535,95
	SUPLEMENTA:	
3.1.91.00/0.3.01.000000	Pessoal e Encargos Sociais	37.535,95
0701.12.363.0003.2023	Manutenção do Centro de Educação Profissional	301,29
	ANULA:	
3.1.91.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	3,44
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	297,85
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	301,29

#### 18. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

1801.10.301.0004.2033	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	91.596,75
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.02.000000	Outras Despesas Correntes	91.596,75
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.02.000000	Pessoal e Encargos Sociais	91.596,75

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 27 de novembro de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

### EXTRATO CONTRATO Nº 10.107/2015 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 63/2015 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.107/2015

Processo: Pregão Presencial - PP Nº 63/2015 – FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA ATENDER A VIGILÂNCIA SANITÁRIA DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Fornecedor: LINBRIKE DIST. DE MATERIAIS DIDÁTICOS LTDA EPP

Valor: R\$ 9.900,00 (nove mil e novecentos reais)

Vigência: 24/11/2015 a 31/12/2015.

ÂNGELO RAMOS VIEIRA

Secretário de Saúde



**PORTARIA Nº 2866/2015**

PORTARIA Nº 2866 de 01 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010, e considerando a conclusão do Processo Administrativo nº 7948/2015,

**RESOLVE:**

Art. 1º Reconhecer, com fundamento na conclusão do Processo Administrativo nº 7948/2015 que a servidora SOLANGE KLEIN PINHEIRO, detentora do cargo de provimento efetivo de Professor I, portadora da matrícula funcional nº 469, a data de ingresso na Prefeitura Municipal de Biguaçu em 27/02/1985.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 01 de dezembro de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2867/2015**

PORTARIA nº 2867 de 01 de dezembro de 2015

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Ueliton Romeu dos Santos, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Gerente Operacional de Cachoeiras, nível CC-3, na Secretaria Municipal de Integração Regional, a partir de 23/10/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 23/10/2015.

Biguaçu, 01 de dezembro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2868/2015**

PORTARIA nº 2868 de 01 de dezembro de 2015

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Kátia Bernadeth da Silva, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Diretor de Ensino, nível CC-2, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 30/11/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 30/11/2015.

Biguaçu, 01 de dezembro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**REPUBLICAÇÃO PP 229/2015-PMB**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

REPUBLICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL 229/2015 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DE SERVIÇOS E ATIVIDADES TÉCNICAS DO BOMBEIRO DE BIGUAÇU.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 14 de dezembro, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 14 de dezembro, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Para os licitantes que participarão deste certame, pedimos que seja utilizado a planilha eletrônica do programa Betha Auto-Cotação disponível no site [www.download.betha.com.br](http://www.download.betha.com.br) para uma maior agilidade no andamento do pregão.

Biguaçu, 1 de dezembro de 2015.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

# Blumenau

## PREFEITURA

### LEI Nº 8.194/2015

LEI Nº 8.194, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015.

ALTERA A LEI Nº 7.564, DE 09 DE SETEMBRO DE 2010, QUE "DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, NOS TERMOS DO INCISO IX DO ARTIGO 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 3º da Lei n. 7.564, de 09 de setembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º O recrutamento de pessoal será realizado mediante processo seletivo público simplificado de provas ou de provas e títulos, sujeito a ampla divulgação, com prazo de validade de até dois anos contados da data de homologação do seu resultado".

Art. 2º Fica incluído, na Lei n. 7.564, de 09 de setembro de 2010, o art. 3º-A, com a seguinte redação:

"Art. 3º-A. Durante o prazo de vigência do processo seletivo público simplificado, esgotada a lista de candidatos aprovados, o recrutamento poderá ser realizado mediante chamada pública pelo prazo remanescente do certame, observados os critérios constantes de edital publicado no site do Município, suas autarquias e fundações.

§1º As vagas surgidas durante o prazo de validade do edital de chamada pública serão divulgadas pelo prazo mínimo de cinco dias, no mesmo site, por ato convocatório próprio.

§2º Serão considerados como critérios de seleção e classificação dos candidatos, entre outros previstos em edital, os títulos e a experiência comprovada na área de atuação.

§3º O processo de seleção, classificação e escolha de vagas será presencial, em dia e horário estabelecidos no instrumento convocatório."

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 27 de novembro de 2015.

NAPOLÉÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

### LEI Nº 8.195/2015

LEI Nº 8.195, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E ALTERA O ANEXO I DA LEI Nº 7.902, DE 04 DE OUTUBRO DE 2013 (PPA).

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares no orçamento do Fundo Municipal de Saúde do Município, até o valor de R\$ 818.518,81 (oitocentos e dezoito mil,

quinhentos e dezoito reais e oitenta e um centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

31 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3101 – Fundo Municipal de Saúde

Atividade 31.01.10.301.0009.2167 – Manut. Ativ. Assistência e Gestão

Modalidade 3.3.90 (10) Aplicações Diretas R\$ 35.518,81

Fonte de Recursos 0102.00000

Atividade 31.01.10.301.0009.2231 – CIS – consórcio Intermunicipal Saúde

Modalidade 3.3.93 (122) Aplicações Diretas R\$ 400.000,00

Fonte de Recursos 0267.0065

Atividade 31.01.10.302.0009.2180 – Teto Financeiro – Mac

Modalidade 3.1.90 (60) Aplicações Diretas R\$ 183.000,00

Fonte de Recursos 0238.00065

Atividade 31.01.10.302.0009 – 2183 – Caps Centro de Atenção Psicossocial

Modalidade 3.3.90 (69) Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Fonte de Recursos 0238.00065

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 1º desta Lei correrão por conta da redução das seguintes dotações orçamentárias:

31 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3101 – Fundo Municipal de Saúde

Atividade 31.01.10.302.0009.2182 – CEO – Centro de Espec. Odontológicas

Modalidade 4.4.90 (67) Aplicações Diretas R\$ 183.000,00

Fonte de Recursos 0238.00065

Atividade 31.01.10.302.0009.2188 – Faec – Cirurg. Aparelho Circulatorio

Modalidade 3.3.90 (77) Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Fonte de Recursos 0238.00065

Atividade 31.01.10.302.0009.2234 – Mac – Outros Procedimentos Vinculados

Modalidade 3.3.90 (89) Aplicações Diretas R\$ 400.000,00

Fonte de Recursos 0267.00065

Atividade 31.01.10.305.0009.2194 – Programa de DST/HIV/AIDS

Modalidade 3.3.90 (97) Aplicações Diretas R\$ 25.518,81

Modalidade 4.4.90 (99) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Fonte de Recursos 0102.00000

Art. 3º Ficam aumentadas no Anexo I – Metas e Prioridades, da Lei nº 7.902, de 04 de outubro de 2013, que dispõe sobre o Plano Plurianual de Investimentos para o Quadriênio 2014/2017, as seguintes ações:

Órgão: 31 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Código: 31.01.10.301

Programa: 0009 – Vida Saudável

Ação: 2167 – Manut. Ativ. Assistência e Gestão

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 35.518,81

Ação: 2231 – CIS – Consórcio Intermunicipal de Saúde

Produto: Participação em Consórcio

Unidade: unidade

Valor Vinculado (2015): R\$ 400.000,00

Código: 31.01.10.302

Programa: 0009 – Vida Saudável

Ação: 2180 – Teto Financeiro Mac

Produto: Usuários SUS Atendido

Unidade: Usuários

Valor Vinculado (2015): R\$ 183.000,00

Ação: 2183 – Caps Centro de Atendimento Psicossocial

Produto: Usuário Atendido

Unidade: Usuário

Valor Vinculado (2015): R\$ 200.000,00

Art. 4º Para atender o disposto no artigo 3º desta Lei, ficam reduzidas no Anexo I – Metas e Prioridades, da Lei nº 7.902, de 04 de outubro de 2013, as seguintes ações:

Órgão: 31 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Código: 31.01.10.302.

Programa: 0009 – Vida Saudável

Ação: 2182 – CEO Centro de Especialidades odontológicas

Produto: Procedimento Executado

Unidade: Procedimento

Valor Vinculado (2015): R\$ 183.000,00

Ação: 2188 – Faec – Cirurgias do Aparelho Circulatório

Produto: Estratégia Saúde da Família Fortalecida

Unidade: Ação Executada

Valor Vinculado (2015): R\$ 200.000,00

Ação: 2234 – Mac – Outros Procedimentos Vinculados

Produto: Ação Executada

Unidade: unidade

Valor Vinculado (2015): R\$ 400.000,00

Código: 31.01.10.305.

Programa: 0009 – Vida Saudável

Ação: 2194 – Programa de DST/HIV/AIDS

Produto: Usuário Assistido

Unidade: Usuário

Valor Próprio (2015): R\$ 35.518,81

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 27 de novembro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

### LEI Nº 8.198/2015

LEI Nº 8.198, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015.

ALTERA DENOMINAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA PELA LEI Nº 7.635, DE 28 DE JUNHO DE 2011.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada para "Associação Professor Artur Novaes - #APAN Vôlei", CNPJ nº 09.663.838/0001-30, a denominação da Associação Blumenau Pró-Volei, declarada de utilidade pública pela Lei nº 7.635, de 28 de junho de 2011.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 27 de novembro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

### LEI Nº 8.200/2015

LEI Nº 8.200, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO E ALTERA

O ANEXO I DA LEI Nº 7.902, DE 04 DE OUTUBRO DE 2013 (PPA).

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares no orçamento da Administração Direta, até o valor de R\$ 603.817,00 (seiscentos e três mil, oitocentos e dezessete reais) nas seguintes dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

04 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

0401 – Gabinete do Procurador Geral

Atividade 04.01.03.091.0002.2303 – Manut. Ativ. Procom

Modalidade 3.3.90 (27) Aplicações Diretas R\$ 22.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

0801 – Administrativo do Gabinete

Atividade 08.01.04.131.0002.2029 – Manut. Ativ. Administr. Secom

Modalidade 3.3.90 (119) Aplicações Diretas R\$ 12.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0802 – Diretoria de Publicidade

Atividade 08.02.04.131.0002.2031 – Manut. Ativ. Divulg. Ações do Governo

Modalidade 3.3.90 (124) Aplicações Diretas R\$ 35.100,00

Fonte de Recursos 0100.00000

10 – SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO

1001 – Administrativo do Gabinete

Atividade 10.01.04.122.0002.2302 – Manut. Ativ. Administrativas da Sedeci

Modalidade 3.3.90 (206) Aplicações Diretas R\$ 23.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

14 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS

1402 – Diretoria de Serviços Urbanos

Atividade 14.02.15.452.0005.2075 – Manut. Ativ. Serviços Urbanos

Modalidade 3.3.90 (504) Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1403 – Diretoria de Manutenção de Bairros

Atividade 14.03.15.451.0005.2077 – Manut. Ativ. Manut. Bairros

Modalidade 3.3.90 (508) Aplicações Diretas R\$ 67.717,00

Fonte de Recursos 0100.00000

15 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

1506 – Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural

Atividade 15.06.20.606.0003.1034 – Proj. Esp. p/ Ações de Desenv. Rural

Modalidade 4.4.90 (592) Aplicações Diretas R\$ 144.000,00

Fonte de Recursos 0234.00000

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 1º desta Lei, correrão por conta da redução das seguintes dotações orçamentárias:

**06 – SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

0602 – Diretoria de Receita

Atividade 06.02.28.843.0000.0001 – Serviços e Encargos da Dívida

Modalidade 4.6.90 (86) Aplicações Diretas R\$ 22.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

**08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

0802 – Diretoria de Publicidade

Atividade 08.02.04.131.0002.2030 – Manut. Ativ. Publicidade

Modalidade 3.3.90 (122) Aplicações Diretas R\$ 12.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

**10 – SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO**

1005 – Diretoria do Sistema de Alerta – Alerta Blu

Atividade 10.05.15.127.0012.2260 – Manut. Ativ. Sist. Alerta – Alerta Blu

Modalidade 3.3.90 (237) Aplicações Diretas R\$ 23.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

**13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO**

1301 – Administrativo do Gabinete

Atividade 13.01.04.122.0002.2064 – Manut. Ativ. Administrativas Seplan

Modalidade 3.3.90 (461) Aplicações Diretas R\$ 35.100,00

Fonte de Recursos 0100.00000

**14 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS**

1401 – Diretoria Administrativo – Financeira

Atividade 14.01.04.122.0002.2279 – Manut. Ativ. Adm. Fin. Sesur

Modalidade 3.3.90 (499) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

**1403 – Diretoria de Manutenção de Bairros**

Atividade 14.03.15.452.0005.1069 – Exec. Terrap./Dren./Pav. de Ruas

Modalidade 4.4.90 (519) Aplicações Diretas R\$ 67.717,00

Fonte de Recursos 0100.00000

**1404 – Diretoria de Iluminação Pública e Sinalização Viária**

Atividade 14.04.15.452.0005.2278 – Manut. Ativ. Ilum. Púb. e Sin. Viária

Modalidade 3.3.90 (521) Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

**15 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

1505 – Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico

Atividade 15.05.22.661.0003.1032 – Imp. do Dist. Ind. e Parque Tecn.

Modalidade 4.4.90 (586) aplicações Diretas R\$ 144.000,00

Fonte de Recursos 0234.00000

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares no orçamento da Administração Indireta do Município, até o valor de R\$ 5.030.000,00 (cinco milhões, trinta mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

**27 – FUNDAÇÃO DO BEM ESTAR DA FAMÍLIA BLUMENAUENSE**

2701 – Fundação do Bem Estar da Família Blumenauense

Atividade 27.01.08.244.0002.2142 – Manut. Ativ. da Fundação Pró-Família

Modalidade 3.1.90 (9) Aplicações Diretas R\$ 230.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

**32 – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE**

**3205 – Diretoria de Operações**

Atividade 32.05.17.452.0005.2208 – Man. Ativ. Col/Trat. e Dest. Final

Modalidade 3.3.90 (33) Aplicações Diretas R\$ 2.000.000,00

Fonte de Recursos 0206.00000

Atividade 32.05.17.605.0005.2210 – Manut. Sistema Abastecimento de Água

Modalidade 3.3.90 (43) Aplicações Diretas R\$ 2.800.000,00

Fonte de Recursos 0206.00000

Art. 4º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 3º desta Lei, correrão por conta da redução das seguintes dotações orçamentárias:

**27 – FUNDAÇÃO DO BEM ESTAR DA FAMÍLIA BLUMENAUENSE**

2701 – Fundação do Bem Estar da Família Blumenauense

Atividade 27.01.08.241.0010.2143 – Promoção do Idoso

Modalidade 3.3.90 (1) Aplicações Diretas R\$ 120.000,00

Modalidade 4.4.90 (2) Aplicações diretas R\$ 10.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 27.01.08.243.0004.2145 – Man. Ações Prev. Prom. Crianç/Adol.

Modalidade 4.4.90 (5) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 27.01.08.243.0004.2251 – Programa Menor Aprendiz

Modalidade 3.3.90 (7) Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Modalidade 4.4.90 (8) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 27.01.08.244.0002.2142 – Manut. Ativ. Fundação Pró-Família

Modalidade 4.4.90 (14) Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 27.01.08.244.0010.2144 – Promoção dos Grupos Organizados

Modalidade 3.3.90 (16) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Modalidade 4.4.90 (17) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 27.01.08.244.00010.2146 – Proj. Esp. p/ Exec. Ações Pró-Família

Modalidade 3.3.90 (18) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Modalidade 4.4.90 (21) Aplicações diretas R\$ 10.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

**32 – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE**

32.02 – Diretoria Administrativa

Atividade 32.02.04.122.0005.1145 - Const/Ref. Inst. Prediais do Samae

Modalidade 4.4.90(13) Aplicações Diretas R\$ 1.100.000,00

Fonte de Recursos 0206.00000

Atividade 32.02.04.122.0005.2205 – Manut. Ativ. Administrativas do Samae

Modalidade 3.1.90 (14) Aplicações Diretas R\$ 1.000.000,00

Modalidade 4.4.90 (17) Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Fonte de Recursos 0206.00000

**3203 – Diretoria Financeira**

Atividade 32.03.04.123.0005.2206 – Man. Ativ. Financ. e Contábil do Samae

Modalidade 4.4.90 (20) Aplicações Diretas R\$ 1.000.000,00

Fonte de Recursos 0206.00000

**3205 – Diretoria de Operações**

Atividade 32.05.17.512.0005.1056 – Ampliação Sist. Tratamento de Esgoto

Modalidade 4.4.90 (35) Aplicações Diretas R\$ 1.500.000,00

Fonte de Recursos 0206.00000

Art. 5º Ficam aumentadas no Anexo I – Metas e Prioridades, da



Lei nº 7.902, de 04 de outubro de 2013, que dispõe sobre o Plano Plurianual de Investimentos para o Quadriênio 2014/2017, as seguintes ações:

**Órgão: 04 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

Unidade: 01 – Gabinete do Procurador

Código: 04.01.03.091

Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo

Ação: 2303 – Manut. Ativ. Procon

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 22.000,00

**Órgão: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

Unidade: 01 – Administrativo do Gabinete

Código: 08.01.04.131.

Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo

Ação: 2029 – Manut. Ativ. Administrativa Secom

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 12.000,00

Unidade: 02 – Diretoria de Publicidade

Código: 08.02.04.131.

Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo

Ação: 2031 – Manut. Ativ. Divulgação Ações do Governo

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 35.100,00

**Órgão: 10 – SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO**

Unidade: 01 – Administrativo do Gabinete

Código: 10.01.04.122.

Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo

Ação: 2302 – Manut. Ativ. Administrativa da Sedeci

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 23.000,00

**Órgão: 14 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS**

Unidade: 02 – Diretoria de Serviços Urbanos

Código: 14.02.15.452.

Programa: 0005 – Morar com Qualidade

Ação: 2075 – Manut. Ativ. Serviços Urbanos

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 300.000,00

Unidade: 03 – Diretoria de Manutenção de Bairros

Código: 14.03.15.451.

Programa: 0005 – Morar com Qualidade

Ação: 2077 – Manut. Ativ. Manutenção de Bairros

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 67.717,00

**Órgão: 15 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

Unidade: 06 – Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural

Código: 15.06.20.606.

Programa: 0003 – Blumenau Sustentável

Ação: 1034 – Projetos Especiais p/Ações de Desenvolvimento Rural

Produto: Ação Executada

Unidade: unidade

Valor Vinculado (2015): R\$ 144.000,00

**Órgão: 27 – FUNDAÇÃO DO BEM ESTAR DA FAMÍLIA BLUMENAUENSE**

Unidade: 01 – Fundação do Bem Estar da Família Blumenauense

Código: 27.01.08.244.

Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo

Ação: 2142 – Manut. Ativ. Fundação Pró-Família

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 230.000,00

**Órgão: 32 – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE**

Unidade: 05 – Diretoria de Operações

Código: 32.05.17.452.

Programa: 0005 – Morar com Qualidade

Ação: 2208 – Manut. Ativ. Coleta/Tratamento e Destinação Final

Produto: Lixo Coletado

Unidade: toneladas

Valor Próprio (2015): R\$ 2.000.000,00

Código: 32.05.17.605.

Programa: 0005 – Morar com Qualidade

Ação: 2210 – Manut. Sistema Abastecimento de Água

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 2.800.000,00

Art. 6º Para atender o disposto no artigo 5º desta Lei, ficam reduzidas no Anexo I – Metas e Prioridades, da Lei no 7.902, de 04 de outubro de 2013, as seguintes ações:

**Órgão: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

Unidade: 02 – Diretoria de Receita

Código: 06.02.28.843.

Programa: 0000 – Operações Especiais

Ação: 0001 – Serviços e Encargos da Dívida

Produto: Pagamento da Dívida Interna

Unidade: unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 22.000,00

**Órgão: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

Unidade: 02 – Diretoria de Publicidade

Código: 08.02.04.131

Programa: 0002 – Gestão e Modernização administrativa do Governo

Ação: 2030 – Manut. Ativ. Publicidade

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 12.000,00

**Órgão: 10 – SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO**

Unidade: 05 – Diretoria do Sistema de Alerta – Alerta Blu

Código: 10.05.15.127.

Programa: 0012 – Prevenção e Preparação para Emergências e Desastres

Ação: 2260 – Manut. Ativ. Do Sistema de Alerta – Alerta -Blu

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 23.000,00

**Órgão: 13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO**

Unidade: 01 – Administrativo do Gabinete

Código: 13.01.04.122.

Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo

Ação: 2064 – Manut. Ativ. Administrativa Seplan

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade



Valor Próprio (2015): R\$ 35.100,00

Órgão: 14 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS  
Unidade: 01 – Diretoria Administrativo - Financeira  
Código: 14.01.04.122  
Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo  
Ação: 2279 – Manut. Ativ. Administrativa Financeira Sesur  
Produto: Atividade Executada  
Unidade: unidade  
Valor Próprio (2015): R\$ 100.000,00

Unidade: 03 – Diretoria de Manutenção de Bairros  
Código: 14.03.15.452.  
Programa: 0005 – Morar com Qualidade  
Ação: 1069 – Execução Terrapl/Dren/Pavimentação de Ruas  
Produto: Obra Executada  
Unidade: metros  
Valor Próprio (2015): R\$ 67.717,00

Unidade: 04 – Diretoria de Iluminação Pública e Sinalização Viária  
Código: 14.04.15.452.  
Programa: 0005 – Morar com Qualidade  
Ação: 2278 – Manut. Ativ. Iluminação Pública e Sinalização Viária  
Produto: Atividade Executada  
Unidade: unidade  
Valor Próprio (2015): R\$ 200.000,00

Órgão: 15 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO  
Unidade: 05 – Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico  
Código: 15.05.22.661.  
Programa: 0003 – Blumenau Sustentável

Ação: 1032 – Implantação do Distrito Industrial e Parque Tecnológico  
Produto: Empresas Instaladas  
Unidade: unidade  
Valor Vinculado (2015): R\$ 144.000,00

Órgão: 27 – FUNDAÇÃO DO BEM ESTAR DA FAMÍLIA BLUMENAUENSE  
Unidade: 01 – Fundação do Bem Estar da Família Blumenauense  
Código: 27.01.08.241.  
Programa: 0010 – Inclusão Social e Valorização do Cidadão  
Ação: 2143 – Promoção do Idoso  
Produto: Idoso Atendido  
Unidade: idosos  
Valor Próprio (2015): R\$ 130.000,00

Código: 27.01.08.243.  
Programa: 0004 – Promover os Direitos de Crianças e Adolescentes  
Ação: 2145 – Man. Ações de Prevenção e Promoção de Crianças e Adolescentes  
Produto: Crianças e Adolescentes Assistidos  
Unidade: Crianças/Adolescentes  
Valor Próprio (2015): R\$ 5.000,00

Ação: 2251 – Programa Menor Aprendiz  
Produto: Atividade Executada  
Unidade: adolescentes  
Valor Próprio (2015): R\$ 30.000,00

Código: 27.01.08.244  
Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo  
Ação: 2142 – Manut. Ativ. Fundação Pró-Família  
Produto: Atividade Executada  
Unidade: unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 30.000,00

Programa: 0010 – Inclusão Social e Valorização do Cidadão  
Ação: 2144 – Promoção dos Grupos Organizados  
Produto: Grupo Atendido  
Unidade: Grupo  
Valor Próprio (2015): R\$ 15.000,00

Ação: 2146 – Projetos Especiais p/Exec. Ações da Pró-Família  
Produto: Projeto Executado  
Unidade: unidade  
Valor Próprio (2015): R\$ 20.000,00

Órgão: 32 – SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - SAMAE  
Unidade: 02 – Diretoria Administrativa  
Código: 32.02.04.122  
Programa: 0005 – Morar com Qualidade  
Ação: 1145 – Constr/Ref. Instalações Prediais do Samae  
Produto: Obra Executada  
Unidade: m2  
Valor Próprio (2015): R\$ 1.100.000,00

Ação: 2205 – Manut. Ativ. Administrativas do Samae  
Produto: atividade Executada  
Unidade: unidade  
Valor Próprio (2015): R\$ 1.200.000,00

Unidade: 03 – Diretoria Financeira  
Código: 32.03.04.123.  
Programa: 0005 – Morar com Qualidade  
Ação: 2206 – Manut. Ativ. Financeiras e contábil do Samae  
Produto: Atividade Executada  
Unidade: unidade  
Valor Próprio (2015): R\$ 1.000.000,00

Unidade: 05 – Diretoria de Operações  
Código: 32.05.17.512.  
Programa: 0005 – Morar com Qualidade  
Ação: 1056 – Ampliação Sistema de Tratamento de Esgoto  
Produto: Esgoto Tratado  
Unidade: Percentual  
Valor Próprio (2015): R\$ 1.500.000,00

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 27 de novembro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

### LEI Nº 8.201/2015

LEI 8.201, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR FINANCIAMENTO JUNTO AO BANCO DO BRASIL PARA O PAGAMENTO DE CONTRAPARTIDA DEVIDA PELO MUNICÍPIO DE BLUMENAU, PARA EXECUÇÃO DE PROJETOS INSCRITOS NO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC2 – PAVIMENTAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE VIAS URBANA – ETAPA 3.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operações de crédito junto ao Banco do Brasil S.A., até o valor de R\$ 635.892,78 (seiscentos e trinta e cinco mil, oitocentos e noventa e dois reais

e setenta e oito centavos), observado o disposto no artigo 9º-S da Resolução CMN nº 2.827, de 30.03.2001, com as alterações introduzidas pela Resolução CMN nº 4.098, de 28.06.2012, ambas do Conselho Monetário Nacional, e as eventuais alterações posteriores, bem como as demais disposições legais em vigor para contratação de operações de crédito.

§1º Os recursos provenientes da operação de crédito autorizada no caput serão aplicados no pagamento de contrapartidas devidas pelo Município de Blumenau em empréstimo obtido no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC2, Operação de Crédito nº 0413052-65/2015 PAC 2 Pró-Transporte – Pavimentação e Qualificação de Vias – Etapa 3, junto à Caixa Econômica Federal.

§2º Os recursos serão obrigatoriamente aplicados na finalidade prevista no §1º deste artigo, vedada a aplicação de tais recursos em despesas correntes, em consonância com o § 1º do art. 35, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 2º A operação de crédito autorizada por esta Lei será contraída observadas as seguintes condições:

I - amortização em até 96 (noventa e seis) meses, após o período de carência;

II - primeiro desembolso e prazo de carência de até 24 (vinte e quatro) meses, contados da data da assinatura do contrato de financiamento;

III - encargos financeiros constituídos da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, acrescidos de 3,4% (três vírgula quatro por cento) ao ano, sendo, destes, 2% (dois por cento) ao ano a título de remuneração do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, e 1,4% (um vírgula quatro por cento) ao ano a título de remuneração do agente financeiro Banco do Brasil, incidentes mensalmente no saldo devedor do contrato de financiamento.

Art. 3º Para pagamento do principal, juros, demais encargos financeiros e despesas da operação de crédito, fica o Banco do Brasil autorizado a debitar na conta corrente de titularidade do Município, mantida em sua agência, a ser indicada no contrato, onde são efetuados os créditos dos recursos do Município, os montantes necessários à amortização e pagamento final da dívida, nos prazos contratualmente estipulados.

§1º No caso de os recursos do Município não se encontrarem depositados no Banco do Brasil, fica a instituição financeira depositária autorizada a debitar, e posteriormente transferir os recursos a crédito do Banco do Brasil, nos montantes necessários à amortização e pagamento final da dívida, nos prazos contratualmente estipulados, na forma estabelecida no caput.

§2º Fica dispensada a emissão da nota de empenho para o pagamento do principal, encargos financeiros e as despesas a que se refere o caput deste artigo, nos termos do §1º, do art. 60, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 4º Para o caso de haver garantia da União para a operação de crédito de que trata esta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a vincular como contragarantias à garantia da União, as receitas oriundas de cotas da repartição constitucional previstas nos artigos 157 e 159, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 155, nos termos do §4º do artigo 167, todos da Constituição Federal, bem como outras garantias admitidas em direito.

Art. 5º Os recursos provenientes da operação de crédito objeto do financiamento serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais.

Art. 6º O orçamento do Município consignará, anualmente, o montante de recursos destinados à amortização ou pagamento de principal, juros, demais encargos financeiros e despesas decorrentes da operação de crédito autorizada por esta Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 27 de novembro de 2015.

NAPOLÉÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

## LEI Nº 8.202/2015

LEI Nº 8.202, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015.

SUBSTITUI ANEXOS DAS LEIS Nº 7.902, DE 04 DE OUTUBRO DE 2013, QUE DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DO MUNICÍPIO PARA O QUADRIÊNIO 2014/2017, E Nº 8.124 DE 29 DE JUNHO DE 2015, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O Anexo I – Metas e Prioridades da Lei nº 7.902, de 04 de outubro de 2013, que “Dispõe sobre o Plano Plurianual de Investimentos do Município para o Quadriênio 2014/2017” fica substituído pelo Anexo de igual número e denominação que acompanha esta Lei, passando a vigorar com as novas ações e valores nele consignados.

Art. 2º Os Anexos abaixo descritos, integrantes da Lei nº 8.124, de 29 de junho de 2015, que “Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2016”, ficam substituídos pelos Anexos de iguais números e denominações que acompanham esta Lei, passando a vigorar com as novas ações e valores neles consignados:

ANEXO I – Anexo de Metas Fiscais

Tabela 1 – Demonstrativo I – Metas Anuais;

Tabela 3 – Demonstrativo III – Metas Fiscais Atuais comparadas com as Fixadas nos três Exercícios Anteriores;

ANEXO II - Metas Físicas Priorizadas para o Exercício de 2016

Tabela 9 – Metas Físicas Priorizadas para o Exercício de 2016;

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 27 de novembro de 2015.

NAPOLÉÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 10.792/2015**

DECRETO Nº 10.792, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2015.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, "a", da Lei Municipal nº 8.060, de 15 de dezembro de 2014,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento da Administração Direta do Município, por conta do excesso de arrecadação do corrente exercício, fonte de recursos 0107.00000, no valor de R\$ 80.447,00 (oitenta mil, quatrocentos e quarenta e sete reais), na seguinte dotação orçamentária:

14 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS  
1404 – Diretoria de Iluminação Pública e Sinaliz. Viária  
Atividade 14.04.15.452.0005.2278 – Man. Ativ. Ilum. Pub. e Sin. Viária  
Modalidade 3.3.90 (522) Aplicações Diretas R\$ 80.447,00  
Fonte de Recursos 0107.00000

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 26 de novembro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 19.267/2015**

PORTARIA Nº 19.267, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2015.  
NOMEIA CANDIDATAS APROVADAS EM CONCURSO PÚBLICO PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no Memorando nº 277/2015, de 18/11/2015, da Secretaria Municipal de Administração – Seleção Pública, resolve:

NOMEAR, a contar de 23 de novembro de 2015, as seguintes candidatas aprovadas em Concurso Público:

MARIANE LUCIA PAUST, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente do Magistério Público Municipal, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 002/2014;

JULIANA MACCARI, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente do Magistério Público Municipal, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 002/2014;

MARIA JACLEIVE MENDES DOS SANTOS DA ROCHA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente do Magistério Público Municipal, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 002/2014;

NOELI MULLER, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente do Magistério Público Municipal, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 002/2014;

ALESSANDRA DI PIETRO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente do Magistério Público Municipal, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 002/2014;

ANDREIA RODRIGUES SOETH ISIDORO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente do Magistério Público Municipal, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 002/2014;

TATIANA ZOZ HADLICH, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente do Magistério Público Municipal, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 002/2014;

VANIA MARIUZA HEINZ DE SOUZA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente do Magistério Público Municipal, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 002/2014;

ANDREIA REITER, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente do Magistério Público Municipal, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 002/2014;

ADELINA SEVERNINI ANTUNES DA SILVA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente do Magistério Público Municipal, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 002/2014;

PAULA SPIES, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente do Magistério Público Municipal, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 002/2014;

PRISCILA LOTH, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente do Magistério Público Municipal, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 002/2014;

ANDREIA LEVANDOWSKI KUZKOWSKI, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente do Magistério Público Municipal, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 002/2014;

LUSTERIMAR RITZEL NUNES, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente do Magistério Público Municipal, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 002/2014;

SORAIA LANGE, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente do Magistério Público Municipal, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 002/2014;

SARA APARECIDA MATCHIL, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente do Magistério Público Municipal, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 002/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 24 de novembro de 2015.

NAPOLÉÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

Republicado por incorreção

### **PORTARIA PROGEM Nº 03/2013**

PORTARIA PROGEM N. 03/2013

DESIGNA RODRIGO JOSÉ SILVEIRA PARA EXERCER AS FUNÇÕES DE TESOUREIRO DO FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO – FUNREPROGEM

NEWTON JANKE, Procurador Geral do Município de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 14, da Lei Complementar n. 701, de 29 de janeiro de 2009, resolve

DESIGNAR

o Procurador do Município, RODRIGO JOSÉ SILVEIRA, lotado na Procuradoria Geral, portador da carteira de identidade n. 4.382.373-4 SSP/SC e do

CPF n. 006.110.819-70, para exercer, a partir de 07 de agosto de 2013, a função de Tesoureiro do Fundo de Reaparelhamento da Procuradoria Geral do Município – FUNREPROGEM, com as atribuições constantes da Lei Complementar n. 701, de 29 de janeiro de 2009.

Publique-se.

Blumenau, 6 de agosto de 2013.

NEWTON JANKE

Procurador Geral do Município

### **EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONVENIO Nº 048/2012**

EXTRATO – 4º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 048/2012

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU – FURB

OBJETO: Cooperação técnico/financeira para atendimento ambulatorial, visando fortalecer a capacidade técnico-operacional para atender aos usuários do Sistema Único de Saúde no Município de Blumenau.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 116, da Lei 8.666/93.

ALTERAÇÃO: Altera-se o item 3 – Plano de Implementação; item 05 Cronograma de Desembolso e o item 06 – Plano de Aplicação dos Recursos Previstos; todos previstos no plano de trabalho.

PRAZO: Prorroga de 14 de novembro de 2015 até 13 de novembro

de 2016.

RECURSOS: Repasse teto mensal de R\$ 69.553,15 (sessenta e nove mil, quinhentos e cinquenta e três reais e quinze centavos) e o valor anual será de R\$ 834.637,80 (oitocentos e trinta e quatro mil, seiscentos e trinta e sete reais e oitenta centavos).

DATA: 05 de novembro de 2015.

### **EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 019/2014**

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 019/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

(SERTEB)

E A

EMPRESA VOELZ E CIA LTDA.

OBJETO: LOCAÇÃO DE DOIS TERRENOS (MATRÍCULA Nº 18.026 E MATRÍCULA Nº 24.485) DESTINADOS A SERVIR EXCLUSIVAMENTE COMO DEPÓSITO DE VEÍCULOS APREENDIDOS OU REMOVIDOS PELO SETERB.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa n.º 08-226/2013.

PRAZO: Prorrogação contratual (renovação da locação) até 24/01/2017, o SETERB estará isento de reajustes contratuais/anuais.

PREÇO: Suprime a quantia de R\$ 2.004,74 por mês, totalizando uma supressão de R\$ 4.009,48, a contar de 25/11/2015.

DATA: 10 de novembro de 2015.

### **EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 20/2013**

EXTRATO – 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 20/2013

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA HGL TECNOLOGIA LTDA - ME.

OBJETO: Serviço de manutenção evolutiva, adaptativa e corretiva de software denominado farol – sistema de gestão de trânsito e transportes.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial 168/2012.

PRAZO: Prorrogação/renovação contratual até 02/04/2017.

PREÇO: Suprime a quantia de R\$ 780,51 por mês, totalizando uma supressão de R\$ 4.683,06, ou seja, 25% a menos que o valor inicialmente previsto, a contar de 03/10/2015.

DATA: 10 de novembro de 2015.



**EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 042/2013**

EXTRATO – 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 042/2013

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E O  
LABORATÓRIO SANTA ISABEL DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA.

OBJETO: Prestação de serviços de laboratório de análises clínicas para realização de exames laboratoriais aos usuários do sistema único de saúde (sus).

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº 09-038/2013.

PREÇO: Acrescenta a quantia de R\$ 2.494,80 (dois mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e oitenta centavos) ao valor mensal do contrato, totalizando um acréscimo de R\$ 14.968,80 (quatorze mil, novecentos e sessenta e oito reais e oitenta centavos), a contar de 01 de outubro de 2015 até 31 de março de 2016.

DATA: 23 de novembro de 2015.

**EXTRATO TERMO DE RESCISÃO AMIGAVEL AO CONTRATO Nº 53/2015**

EXTRATO – TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL AO CONTRATO Nº. 53/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA

ESPAÇO CLIN DIAGNÓSTICO POR IMAGEM LTDA ME.

OBJETO: Prestação de serviços técnicos na área de ultrassonografia a ser executado na policlínica "lindolf bell" aos usuários do sistema único de saúde (sus).

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº. 10/2015.

DATA: 22 de setembro de 2015.

OBS.: Fica rescindido a partir do dia 14 de setembro de 2015.

**EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 084/2013**

EXTRATO – 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 084/2013

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E O  
CENTRO CATARINENSE DE MEDICINA NUCLEAR S/S LTDA.

OBJETO: Realização de exames de medicina nuclear (cintilografias e doses terapêuticas/graves), conforme tabela sigtap, a ser prestado pelo credenciado aos usuários do sistema único de saúde – sus.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº 09-051/2013.

PREÇO: Acrescenta a quantia de R\$ 63.571,62 (sessenta e três mil, quinhentos e setenta e um reais e sessenta e dois centavos), em decorrência do aumento da demanda dos serviços.

DATA: 20 de novembro de 2015.

**EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 105/2011**

EXTRATO – 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 105/11

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E A  
EMPRESA TELEFÔNICA BRASIL S.A.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL LOCAL, DE SISTEMA GSM, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MÓVEL PESSOAL - SMP, LOCAL E LONGA DISTÂNCIA.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial 156/2010.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais (dois) meses, ou seja, de 08 de setembro até 07 de novembro de 2015.

PREÇO: Renova o valor estimado da prestação de serviços que se mantém em R\$ 186.857,90 (cento e oitenta e seis mil oitocentos e cinquenta e sete reais e noventa centavos).

DATA: 16 de setembro de 2015.

**EXTRATO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 105/2011**

EXTRATO – 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 105/11

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E A  
EMPRESA TELEFÔNICA BRASIL S.A.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL LOCAL, DE SISTEMA GSM, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MÓVEL PESSOAL - SMP, LOCAL E LONGA DISTÂNCIA.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial 156/2010.

DATA: 15 de setembro de 2015.

Obs.: altera-se o CNPJ da contratada que passa a ser 02.558.157/0001-62, a contar de 1º de julho de 2013, em decorrência da cisão formalizada entra a empresa Vivo S/A e a empresa Telefônica Brasil S/A.

**EXTRATO 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 105/2011**

EXTRATO – 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 105/11

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E A  
EMPRESA TELEFÔNICA BRASIL S.A.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL LOCAL, DE SISTEMA GSM, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MÓVEL PESSOAL - SMP, LOCAL E LONGA DISTÂNCIA.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial 156/2010.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 30 (trinta) dias, ou seja, de 08 de novembro até 07 de dezembro de 2015 – ou até a conclusão do processo de portabilidade.

PREÇO: Renova o valor estimado da prestação de serviços que se mantém em R\$ 93.428,95 (noventa e três mil quatrocentos e vinte e oito mil e noventa e cinco reais).



DATA: 05 de setembro de 2015.

**EXTRATO TERMO DE RESCISÃO AMIGAVEL AO CONTRATO Nº 112/2010**

EXTRATO – TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL AO CONTRATO Nº. 112/2010

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E O  
SR. ROGÉRIO PROVENZA VIEIRA REIS.

OBJETO: LOCAÇÃO DE UMA CASA DE ALVENARIA DE DOIS PAVIMENTOS, DESTINADA AO FUNCIONAMENTO DA UNIDADE E.S.F. WALTER REITER.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-067/2010.

DATA: 13 de novembro de 2015.

OBS.: Fica rescindido a partir do dia 31 de outubro de 2015.

**EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 129/2013**

EXTRATO – 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 129/2013

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
(SETERB)  
E A  
EMPRESA TPA TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

OBJETO: SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE PONTO A PONTO DE SINAIS DE VÍDEO E DADOS PARA O VÍDEO MONITORAMENTO ELETRÔNICO DOS LOGRADOUROS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº078/2013.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 06 (seis) meses, ou seja, de 04 de outubro de 2015 até 03 de março de 2016.

PREÇO: Renova o valor pago à contratada que se mantém em R\$ 43.168,17 (quarenta e três mil, cento e sessenta e oito reais e dezessete centavos) mensais, totalizando o valor do contrato em R\$ 259.009,00 (duzentos e cinquenta e nove mil e nove reais), pelo período prorrogado.

DATA: 03 de novembro de 2015.

**EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 129/2013**

EXTRATO – 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 129/2013

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
(SETERB)  
E A  
EMPRESA TPA TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

OBJETO: SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE PONTO A PONTO DE SINAIS DE VÍDEO E DADOS PARA O VÍDEO MONITORAMENTO ELETRÔNICO DOS LOGRADOUROS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº078/2013.

PREÇO: Suprime a quantia de R\$ 7.168,16 por mês, totalizando uma supressão de R\$43.008,96, ou seja, 16,60% a menos que o valor inicialmente previsto, a contar de 04/10/2015.

DATA: 10 de novembro de 2015.

**EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 184/2014**

EXTRATO – 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 184/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E O  
CONSÓRCIO ENGEPLAN FREEDOM.

OBJETO: EXECUÇÃO DE TERRAPLENAGEM, DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SINALIZAÇÃO VIÁRIA NA RUA PROFº JACOB INEICHEN (TRECHO RUA RODOLFO WALTER ATÉ A RUA RICARDO GEORG).

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência 03-007/14.

PREÇO: Altera a cláusula primeira do 2º termo aditivo ao presente contrato passando a ser lida conforme segue:

“CLÁUSULA PRIMEIRA: DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO” Fica alterada a cláusula segunda do contrato primitivo, acrescentando a quantia de R\$ 81.533,70 (oitenta e um mil, quinhentos e trinta e três reais e setenta centavos), referente ao reequilíbrio econômico-financeiro ocasionado pela majoração dos preços dos materiais betuminosos e dos reajustes promovidos pela empresa Petróleo Brasileiro SA - Petrobras, que causaram impactos significativos e imprevisíveis nos negócios do setor rodoviário, nos termos da Instrução de Serviços/DG nº 02 de 23 de março de 2015, emitida pelo Ministério dos Transportes (DNIT), anexa ao processo em fl. 1.062/1.064, bem como da justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Obras em fl. 1.047.”

Altera também a cláusula segunda do 2º termo aditivo ao presente contrato passando a ser lida conforme segue:

“CLÁUSULA SEGUNDA: DO REAJUSTE” Fica alterada a cláusula segunda do contrato primitivo, acrescentando a quantia de R\$ 56.007,88 (cinquenta e seis mil, sete reais e oitenta e oito centavos), referente ao reajustamento do valor contratual, com base no Índice de Reajustamento de Obras Viárias do DNIT (fl. 1.060/1.061), e com base na justificativa de fl. 1.047.”

DATA: 23 de novembro de 2015.

**EXTRATO CONTRATO Nº 229/2015**

EXTRATO – CONTRATO Nº 299/15

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
(SETERB)  
E A  
EMPRESA DE ÔNIBUS NOSSA SENHORA DA PENHA S/A.

OBJETO: Permissão de uso de área de 21,09 m², denominada de sala 08, situada no piso térreo do Terminal Rodoviário de Passageiros Prefeito Hercílio Deeke - TRPPHD, para instalação de agência emissora de passagens e transbordo de cargas rodoviárias - SETERB.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº 164/2015.

PRAZO: 12 (doze) meses, contados de sua assinatura.

PREÇO: R\$ 954,40 (novecentos e cinquenta e quatro reais e quarenta centavos), totalizando R\$ 11.452,80 (onze mil quatrocentos e cinquenta e dois reais e oitenta centavos).

DATA: 10 de novembro de 2015.

#### **EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 238/2012**

EXTRATO – 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 238/12

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
(SEMUS/FMS)  
E A  
EMPRESA TECNOLON ELETRO-ELETRÔNICOS LTDA.

OBJETO: SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE PONTO A PONTO DE SINAIS DE VÍDEO E DADOS PARA O VÍDEO MONITORAMENTO ELETRÔNICO DOS LOGRADOUROS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial 147/2012.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 03 (três) meses, ou seja, de 05 de novembro de 2015 até 04 de fevereiro de 2016 – ou até que se homologue nova licitação.

PREÇO: Renova o valor da prestação de serviços que se mantém em R\$ 31.746,39 (trinta e um mil setecentos e quarenta e seis reais e trinta e nove centavos).

DATA: 13 de novembro de 2015.

#### **EXTRATO CONTRATO Nº 302/2015**

EXTRATO – CONTRATO Nº. 302/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E A  
EMPRESA MEGA MONITORAMENTO LTDA ME.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para serviços de limpeza com estimativa de 1.495 (hum mil quatrocentos e noventa e cinco) horas trabalhadas para os eventos Vila de Natal e Magia de Natal - Weihnachtsdorf, conforme especificações constantes no edital – PROEB.

FUNDAMENTO LEGAL: Convite nº 019/2015.

PRAZO: A partir da data de assinatura até 31/01/2016.

PREÇO: R\$ 20,06 (vinte reais e seis centavos) e o valor global é de R\$ 29.989,70 (vinte e nove mil novecentos e oitenta e nove reais e setenta centavos).

DATA: 13 de novembro de 2015.

#### **EXTRATO CONTRATO Nº 306/2015**

EXTRATO – CONTRATO Nº. 306/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E A  
EMPRESA WEBER SEGURANÇA LTDA ME.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para serviços de segurança desarmada para os eventos Natal 2015 e Reveillon 2016, conforme especificações constantes no edital (Itens 01 e 02) – PROEB.

FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 02-021/2015.

PRAZO: A partir de sua assinatura até o dia 06/02/2016.

PREÇO: Item 01 (Vila de Natal): R\$ 61.992,00 (sessenta e um mil, novecentos e noventa e dois reais), sendo R\$ 24,00 (vinte e quatro reais) o valor da hora.  
Item 02 (Reveillon): R\$ 17.280,00 (dezessete mil, duzentos e oitenta reais), sendo R\$ 32,00 (trinta e dois reais) o valor da hora.

DATA: 18 de novembro de 2015.

#### **EXTRATO CONTRATO Nº 309/2015**

EXTRATO – CONTRATO Nº. 309/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E A  
EMPRESA TOFFOL PRODUÇÕES LTDA.

OBJETO: Contratação de empresa para serviços de decoração Natalina - Vila de Natal, conforme informações constantes no edital e seus anexos – PROEB.

FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº. 02-023/15.

PRAZO: A contar de sua assinatura até dia 30/01/2016.

PREÇO: Item 01 (Praça de Neve na Vila de Natal): R\$ 119.994,92 (cento e dezenove mil novecentos e noventa e quatro reais e noventa e dois centavos).  
Item 02 (Pirâmide na Vila de Natal): R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais).

DATA: 18 de novembro de 2015.

#### **EXTRATO TERMO DE REPASSE 2015/146**

EXTRATO – TERMO DE REPASSE 2015/146

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E O  
GRÊMIO ESPORTE CLUBE DE ITROUPAVAZINHA

OBJETO: Despesas com o Projeto de Revitalização do Espaço do Grêmio Itoupavazinha.

FUNDAMENTO LEGAL: IN TCE/SC nº. 14/2012, Decreto nº. 10.234/2013 e alterações; Lei nº. 8.134/2015.

VALOR: Dez mil reais (R\$ 10.000,00), repassados em parcela única.

DATA: 01 de dezembro de 2015.

**EXTRATO Nº 289/2015 - FURB**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 289/2015

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU  
e RSUL LTDA ME

OBJETO: registro de preços para aquisições futuras de canetas promocionais para a furb.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 176/2015 e Ata de Registro de Preços nº. 130/2015 firmado em 24 de novembro de 2015.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

LOTE						
Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	37090	1	Lote	Caneta esferográfica personalizada FURB ou EVENTO; - Escrita azul ou preta; - Impressão silk em 2 (duas) cores no corpo; - Lote de 18.000 unidades Impressão personalizada de logomarca e/ou texto em uma face, em até duas cores. Tinta para escrita azul ou preta, conforme solicitação.	0,80	14.400,00
2	27022	10.000	Peça	Caneta esferográfica personalizada FURB ou EVENTO; - Escrita azul ou preta; - Impressão em 2 (duas) cores. Pedido mínimo de 1.000 peças Impressão personalizada de logomarca e/ou texto em uma face, em até duas cores. Tinta para escrita azul ou preta, conforme solicitação.	0,93	9.300,00
Preço Total (em R\$)				23.700,00		
Preço Total (em reais, por extenso)				Vinte e três mil e setecentos reais.		

PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega das canetas (com descarga), aprovadas pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e acompanhado da respectiva Nota Fiscal, através de depósito bancário.

PRAZO DE VIGÊNCIA: vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

DATA: 30/11/2015.

**EXTRATO Nº 290/2015 - FURB****FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU**

Extrato nº. 290/2015

**PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU**

e

**Olsen Indústria e Comércio S/A**

**OBJETO:** aquisição de equipamentos odontológicos, com garantia, assistência técnica e capacitação dos servidores técnicos da Universidade para uso e manutenção básica dos mesmos, destinados a atualizar as clínicas e os laboratórios de ensino do curso de Odontologia da FURB.

**FUNDAMENTO LEGAL:** Pregão Presencial nº. 008/2015 e Contrato nº. 131/2015 firmado em 25 de novembro de 2015.

**PREÇO:** Pelo objeto contratado, a **CONTRATANTE** pagará o preço de **R\$ 224.000,00** (duzentos e vinte e quatro mil reais), constante na tabela abaixo, de acordo com a proposta apresentada pela **CONTRATADA:**

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição dos equipamentos	Marca	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total (em R\$)
01	13592	16	conj	<p><b>Conjunto de cadeira odontológica com os seguintes componentes:</b></p> <p><b>1) Cadeira odontológica, com as seguintes características mínimas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Base com pequenas dimensões, para aproximação do mocho;</li> <li>• O estofamento deve apresentar uma camada extra de espuma de poliuretano macia e resistente, ser revestida em poliestireno alto impacto, ou ainda um estofamento de espuma injetada com revestimento em 100% PVC laminado. Todos sem costura;</li> <li>• Programações da cadeira: <ul style="list-style-type: none"> <li>→ Posição de trabalho programada eletronicamente;</li> <li>→ Volta à zero;</li> <li>→ No mínimo 2 (duas) posições de trabalho programáveis.</li> <li>→ Subida e descida do assento;</li> <li>→ Subida e descida do encosto;</li> <li>→ Stop emergencial: interrupção dos movimentos da cadeira ao acionar qualquer tecla;</li> <li>→ Acionamento e ajuste de intensidade do refletor;</li> </ul> </li> <li>• Pedal de comando separado ou integrado a base para todas as movimentações da cadeira e programação de trabalho;</li> <li>• Encosto de cabeças multiarticulada, com trava mecânica para regulagem de altura e ampla mobilidade;</li> <li>• Apoio de braço anatômico e rebatível</li> <li>• Painel de ligação com chave geral;</li> <li>• Sistema de elevação eletromecânico acionado por moto-reductor de baixa tensão com 24 volts;</li> <li>• Sistema eletrônico integrado e de baixa voltagem (24 volts) e tensão de alimentação 220V~50/60Hz;</li> <li>• Possibilidade de mudança de posição para uso de canhotos ou fornecimento de kits para mudança em no mínimo quatro cadeiras odontológicas.</li> </ul> <p><b>Unidade auxiliar para cadeira odontológica, com as seguintes características mínimas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Uma seringa triplice com ponta autoclavável, com acionadores rígidos permitindo fácil assepsia;</li> <li>• Um sugador Venturi;</li> <li>• Um sugador de alta potência;</li> <li>• Acionamento automático do sugador;</li> <li>• Filtro para retenção de resíduos sólidos na caixa de comando.</li> <li>• Bacia em cerâmica esmaltada (porcelana, resina ou similar) e removível.</li> <li>• Suctora rebatível no mínimo com giro de 45°. Suporte das pontas com ampla movimentação horizontal proporcionando maior ergonomia;</li> <li>• Estrutura interna em aço com pintura epóxi, anticorrosiva;</li> <li>• Braço assistente.</li> <li>• Mangueiras lisas, arredondadas, leves e flexíveis, sem ranhuras ou estrias.</li> </ul>	Olsen	14.000,00	224.000,00

			<ul style="list-style-type: none"> <li>• Seleção automática das pontas, através de sensíveis válvulas pneumáticas, possibilitando leveza no seu acionamento;</li> <li>• Pegador de fácil acesso, facilitando a movimentação do braço articulado.</li> <li>• Acionamento da água da cuba;</li> <li>• Porta copo;</li> <li>• Fácil acesso, remoção e limpeza;</li> <li>• Possibilidade de mudança de posição para uso de canhotos ou fornecimento de kits para mudança em no mínimo quatro cadeiras odontológicas.</li> </ul> <p><b>Equipamento odontológico tipo mesa auxiliar, com as seguintes características mínimas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Bandeja auxiliar em aço inox, removível;</li> <li>• Seringa tríplice, com ponta giratória, autoclavável, com botões de acionamento em material rígido não poroso;</li> <li>• Um terminal com conexão "borden" para micromotor (baixa rotação) com refrigeração por spray;</li> <li>• Um terminal com conexão "borden" para alta rotação com refrigeração por spray;</li> <li>• Um aparelho ultrassom acoplado ao equipo.</li> <li>• Um terminal acoplado com fotopolimerizador, com lâmpada LED e com intensidade mínima de 500mv/cm², com comprimento de onda na faixa de 460 nm;</li> <li>• Puxadores bilaterais ou lateral e frontal;</li> <li>• Negatoscópio.</li> <li>• Mesa construída em aço maciço, com tratamento anticorrosivo, revestido em poliestireno alto impacto. Montado sobre quatro rodízios ou de maneira que consiga estabilidade;</li> <li>• Mangueiras lisas, arredondadas, leves e flexíveis, sem ranhuras ou estrias;</li> <li>• Todas as funções do equipamento devem ser acionadas por meio de comando de pé progressivo;</li> <li>• Caixa de ligação compacta com cantos arredondados, com pintura e tratamento anticorrosivo;</li> <li>• Reservatório translúcido para água das peças de mão e seringa tríplice.</li> <li>• Possibilidade de mudança de posição para uso de canhotos ou fornecimento de kits para mudança em no mínimo quatro cadeiras odontológicas.</li> </ul> <p><b>Mocho odontológico com as seguintes características mínimas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 2 (duas) unidades por cadeira odontológica;</li> <li>• Assento anatômico com elevação central e rebaixamento das bordas anteriores. Deve apresentar uma camada extra de espuma de poliuretano tão macia quanto resistente ou ser revestida em poliestireno alto impacto ou ainda um estofamento de espuma injetada com revestimento em 100% PVC laminado. Todos sem costura e da mesma cor da cadeira odontológica; Regulagem de altura através de cilindro de gás.</li> <li>• Encosto anatômico tipo concha, regulável em altura e nos movimentos anteroposteriores.</li> <li>• Montado sobre 5 (cinco) rodízios;</li> <li>• Material de fácil limpeza e desinfecção.</li> </ul> <p><b>Refletor com as seguintes características mínimas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Tecnologia de iluminação: LED (luz fria, cor branca neutra);</li> <li>• Proteção frontal transparente de policarbonato ou protetor de espelho em poliestireno;</li> <li>• Refletor LED's com intensidade mínima de 20.000 Lux ou Refletor LED's com controle de intensidade de luz, apresentando intensidade mínima de 8.000 Lux, que permita o ajuste de acordo com a necessidade do procedimento, chegando à intensidade máxima de pelo menos 20.000 LUX, sendo que intensidades maiores de iluminação serão admitidas.</li> <li>• On/Off no pedal e/ou por sensor ótico evitando o contato manual;</li> <li>• Puxador lateral duplo;</li> <li>• Braço totalmente articulado;</li> <li>• Cabeçote em material resistente, com giro;</li> <li>• O refletor deverá ser acoplado a cadeira odontológica.</li> </ul>			
<b>Prazo de Garantia (em meses)</b>			24 (vinte e quatro) meses			
<b>Preço Total (em reais, por extenso)</b>			Duzentos e vinte e quatro mil reais			

**PAGAMENTO:** O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega das canetas (com descarga), aprovadas pelo Gestor designado pela **CONTRATANTE** e acompanhado da respectiva Nota Fiscal, através de depósito bancário.

**PRAZO DE VIGÊNCIA:** contrato terá vigência até a data do respectivo encerramento do prazo de garantia conferido aos equipamentos que formam o objeto deste feito.

**DATA:** 30/11/2015.

**EXTRATO Nº 291/2015 - FURB**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 291/2015

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e CIRÚRGICAS CERON EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E VETERINÁRIOS LTDA.

OBJETO: Aquisição de Equipamentos para o Laboratório de Medicina Veterinária da Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 115/2015 e Contrato nº. 126/2015 firmado em 18 de novembro de 2015.

PREÇO: Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço de R\$ 26.350,00 (vinte e seis mil, trezentos e cinquenta reais), constante na tabela abaixo, de acordo com a proposta apresentada pela CONTRATADA:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço do Item (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	34445	3	Peça	<p>Monitor multiparamétrico com as seguintes características:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Pressão não invasiva (PANI);</li> <li>- SpO2;</li> <li>- ECG;</li> <li>- Respiração;</li> <li>- Temperatura;</li> <li>- Bateria interna;</li> <li>- Acessórios ECG/Respiração:</li> </ul> <p>Um dos seguintes itens:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- 1 cabo paciente 3 vias adulto; ou</li> <li>- 1 cabo paciente 5 vias adulto.</li> </ul> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Acessórios SpO2:</li> <li>- 1 extensão para oxímetro;</li> <li>- 1 dos seguintes sensores:</li> <li>- 1 sensor de dedo adulto;</li> <li>- 1 sensor "Y" infantil;</li> <li>- Sensor de temperatura neonatal/retal;</li> <li>- Sensor SpO2 esofágico/retal;</li> <li>- 1 kit cuff com 5 unidades neonatal;</li> <li>- Tela LCD;</li> <li>- Serviço de instalação e treinamento pelo fornecedor;</li> <li>- Assistência técnica;</li> </ul> <p>E demais informações contidas na proposta de preços.</p> <p>Garantia de 12 meses. Marca: Choice Modelo: M3</p>	5.350,00	16.050,00
2	35242	1	Peça	<p>Lavadora ultrassônica com aquecimento para instrumental cirúrgico, com as seguintes características:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Volume útil de água de 21 litros;</li> <li>- Potência ultrassônica de 480 Watts;</li> <li>- Potência máxima de consumo 1400 VA;</li> <li>- Material de gabinete e tampa em aço inox;</li> <li>- Material de cuba e cesto em aço inox;</li> <li>- Frequência ultrassônica de 40 KHz;</li> <li>- Alimentação 220 V ou bivolt automático (127-220V);</li> <li>- Ciclo de ajuste ultrassônico de 1 a 60 minutos;</li> <li>- Controle de temperatura com aquecimento até 65°C;</li> <li>- Fusível de proteção de entrada 20ª e fusíveis dos transdutores;</li> <li>- Tampa em acrílico com sistema de proteção;</li> <li>- Conexões de entrada e saída de água;</li> <li>- Filtro lavável;</li> <li>- Serviço de instalação e treinamento dados pelo fornecedor;</li> <li>- Assistência técnica.</li> </ul> <p>E demais informações contidas na proposta de preços.</p> <p>Garantia de 12 meses. Marca: Brasmedical Modelo: BR21 LC</p>	10.300,00	10.300,00
Preço Total dos Itens (em R\$)				26.350,00		
Preço Total (em reais, por extenso)				Vinte e seis mil, trezentos e cinquenta reais		

PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias consecutivos, após a efetiva entrega, com descarga, aprovadas pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e acompanhado da respectiva Nota Fiscal, através de depósito bancário.

PRAZO DE VIGÊNCIA: este contrato terá início a partir da data de sua assinatura e encerramento vinculado ao término do respectivo exercício financeiro, em conformidade com o descrito no caput do artigo 57 da Lei nº. 8.666/93.

DATA: 30/11/2015.





**EXTRATO Nº 292/2015 - FURB**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 292/2015

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e a empresa

Rivel Veículos LTDA.

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO + SUPRESSÃO

CONTRATO Nº. 229/2015- TERMO ADITIVO Nº. 003

OBJETO: serviço de locação de veículos para coleta de amostras no Programa Nacional de Monitoramento da Qualidade de Combustíveis no Estado de Santa Catarina.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 164/2013 e Contrato Nº. 229/2013, de 07 de outubro de 2013.

ALTERAÇÕES:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo de vigência previsto na Cláusula Primeira do Contrato nº. 229 /2013 fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, a contar de 17 de novembro de 2015 até 16 de novembro de 2016, totalizando 36 (trinta e seis) meses contratados.

CLÁUSULA SEGUNDA:

Altera parcialmente o Item 1.3. da Cláusula Primeira do Contrato nº. 229/2013, que passa a ter a seguinte redação:

1.3. Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço mensal de R\$ 1.791,26 (hum mil, setecentos e noventa e um reais e vinte e seis centavos), de acordo com a proposta apresentada pela CONTRATADA, sendo este o preço unitário:

Quantida-de	Uni-dade	Descrição dos sistemas/equipamentos	Marca/Modelo do Veículo	Preço Unitário	Preço total do aluguel do veículo (12 meses) em R\$
01	Veículo	Veículo utilitário leve tipo furgão para coleta de amostras no programa nacional de monitoramento da qualidade de combustíveis no estado de Santa Catarina.	FIAT / DOBLO CARGO 1.4 FLEX	1.791,26	21.495,12

CLÁUSULA SEGUNDA:

Em decorrência da diminuição quantitativa, fica o Termo de Contrato nº 229/2013 suprimido em R\$ 21.495,12 (vinte e um mil, quatrocentos e noventa e cinco reais e doze centavos), equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor inicialmente contratado.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato de nº. 229/2013 e aditivo nº 001 e nº 002 que não colidirem com o presente Termo Aditivo.

DATA: 30/11/2015.

**EXTRATO Nº 293/2015 - FURB**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 293/2015

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e a empresa

BENTEC COMÉRCIO DE SEMENTES LTDA. – EPP.

SUPLEMENTAÇÃO

CONTRATO Nº. 031/2015- TERMO ADITIVO Nº. 001

OBJETO: serviço de locação de veículos para coleta de amostras no Programa Nacional de Monitoramento da Qualidade de Combustíveis no Estado de Santa Catarina.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 175/2014 e Contrato Nº. 031/2015, de 12 de novembro de 2015.

ALTERAÇÕES:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Fica o Termo de Contrato suplementado em R\$ 2.856,00 (dois mil, oitocentos e cinquenta e seis reais), em decorrência da suplementação quantitativa do objeto, correspondente a 24,986876% (vinte e quatro vírgula nove, oito, seis, oito, sete, seis por cento), do valor contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Termo de Contrato nº 031/2015, que não colidirem com o presente termo.

DATA: 30/11/2015.

**EXTRATO Nº 294/2015 - FURB**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 294/2015

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e a empresa

MADEIRAS BLUMENAU LTDA.

SUPLEMENTAÇÃO

CONTRATO Nº. 117/2015- TERMO ADITIVO Nº. 001

OBJETO: Aquisição de materiais para reforma do Bloco G do Campus II da Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 168/2015 e Contrato Nº. 117/2015, de 18 de novembro de 2015.

ALTERAÇÕES:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Fica o Termo de Contrato suplementado em R\$ 3.573,50 (três mil quinhentos e setenta e três reais e cinquenta centavos), em decorrência da suplementação quantitativa do objeto, correspondente a 24,83% (dois, quatro, vírgula oito, três por cento), do valor contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Termo de Contrato nº 117/2015, que não colidirem com o presente termo.

DATA: 30/11/2015.

**DECRETO Nº. 10.796/2015**

DECRETO N. 10.796, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015.

INSTITUI COMISSÃO ESPECIAL PARA INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE COMPROVAÇÃO DAS CAUSAS DETERMINANTES DA INTERVENÇÃO NO SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO, DECLARADA PELO DECRETO Nº 10.774, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2015, E APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADES, BEM COMO PARA VERIFICAÇÃO DE EVENTUAL INADIMPLÊNCIA DO CONSÓRCIO SIGA AO CONTRATO DE CONCESSÃO N. 224/2007.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 59, incisos II e VII, e na forma art. 75, inciso I, alínea "f", todos da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento nos arts. 33 e 38 da Lei Nacional nº. 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e com base no disposto no Decreto Municipal nº. 8.460, de 02 de agosto de 2007, na Lei Municipal nº. 7.127, de 02 de agosto de 2007 e

CONSIDERANDO o Contrato de Concessão para Prestação e Exploração de Serviço de Transporte Público Coletivo Urbano de Passageiros no Município de Blumenau/SC (Contrato n. 224/2007) firmado pelo Município e o Consórcio SIGA, constituído pelas empresas Nossa Senhora da Glória Ltda., Coletivos Rodovel Ltda. e Viação Verde Vale Ltda., nos termos do Edital de Concorrência n. 03-018/07, de 06 de agosto de 2007;

CONSIDERANDO a comunicação de irregularidades realizada pelo Município ao Consórcio e às empresas dele integrantes, por meio do Ofício GAPREF n. 953/2015, contendo notificação para correção das falhas e transgressões apontadas e o enquadramento nos termos do Contrato de Concessão nº. 224/07;

CONSIDERANDO que a empresa Nossa Senhora da Glória Ltda., empresa líder do Consórcio, não apresentou a comprovação de correção das falhas e transgressões antes referidas;

CONSIDERANDO a declaração de intervenção na execução do

contrato de concessão do serviço de transporte coletivo urbano promovida em face do Consórcio SIGA e da Empresa Nossa Senhora da Glória Ltda. nos termos do Decreto n. 10.774, de 08 de novembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída Comissão Especial para instauração de processo de comprovação das causas determinantes da intervenção no serviço de transporte coletivo urbano e apuração de responsabilidades, bem como de verificação de eventual inadimplência da Concessionária aos termos do contrato n. 224/2007.

Art. 2º A Comissão Especial será composta pelos seguintes membros:

I – RODRIGO JOSÉ SILVEIRA, servidor público municipal ocupante do cargo de provimento efetivo de procurador do município, representante da Procuradoria Geral do Município – PROGEM;

II – CLEYTON LUIS GRIESHABER, servidor público municipal ocupante do cargo de provimento efetivo de contador, representante da Secretaria Municipal da Fazenda – SEFAZ;

III – ANDRÉA MARTINS SOARES DE OLIVEIRA, servidora pública municipal ocupante do cargo de provimento efetivo de advogado, representante do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transporte de Blumenau – SETERB;

IV - CAIO MARCELO SILVEIRA, servidor público municipal ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessor Jurídico, representante do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB;

V - DELÉRIO ANSELMO OECHSLER, servidor público municipal ocupante do cargo de provimento efetivo de Economista, representante do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau – SETERB.

Art. 3º Compete à Comissão Especial a instrução e a conclusão do processo administrativo instaurado pela Portaria n. 19.286, de 30 de novembro de 2015.

§1º A Comissão Especial deverá possibilitar ao Consórcio SIGA e às empresas dele integrantes, por meio de seus representantes legais, o pleno exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa.

§2º Finalizada a instrução do processo, a Comissão encaminhará os autos ao Prefeito Municipal para decisão final acompanhado de relatório fundamentado indicando as causas determinantes da intervenção e as respectivas responsabilidades, manifestando-se igualmente acerca da eventual inadimplência da Concessionária ao contrato de concessão n. 224/2007.

Art. 4º A Comissão Especial terá o prazo de noventa dias, prorrogável por igual período, para a conclusão dos trabalhos mediante relatório fundamentado.

Art. 5º Para o cumprimento de suas atribuições a Comissão Especial poderá solicitar documentos a órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Município, bem como ao Consórcio SIGA ou às empresas dele integrantes, por seus representantes legais ou interventores, conforme o caso.

Art. 6º Os membros da Comissão Especial não serão remunerados, consideradas as suas funções de relevante interesse público.

Art. 7º Fica revogado o Decreto nº. 10.725, de 08 de setembro de 2015.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 1º de dezembro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 19.286/2015**

PORTARIA N. 19.286, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015.

DETERMINA A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA COMPROVAÇÃO DAS CAUSAS DETERMINANTES DA INTERVENÇÃO NO SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO PÚBLICO URBANO DE PASSAGEIROS E PARA VERIFICAÇÃO DE EVENTUAL INADIMPLÊNCIA DO CONSÓRCIO SIGA AO CONTRATO DE CONCESSÃO N. 224/2007.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "f" e "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento nos arts. 33 e 38 da Lei Nacional nº. 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e com base no disposto no Decreto Municipal nº. 8.460, de 02 de agosto de 2007, na Lei Municipal nº. 7.127, de 02 de agosto de 2007, RESOLVE:

DETERMINAR,

de acordo com o previsto na Lei Nacional n. 8.987/95, na Lei Municipal n. 7.127/07, e no Decreto Municipal n. 70.774/15, a instauração de processo administrativo com a finalidade de comprovar as causas determinantes da intervenção no serviço de transporte público coletivo urbano de passageiros, e apuração de responsabilidades, bem como de proceder a verificação de eventual inadimplência da Concessionária ao Contrato de Concessão nº 224/2007, a ser conduzido pela Comissão Especial instituída pelo Decreto n. 10.796/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 1º de dezembro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

# Bom Jardim da Serra

## PREFEITURA

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO APROVADOS CONCURSO PUBLICO 01/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ADMISSÃO DOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2015.

CONVOCAÇÃO Nº 01

O Município de Bom Jardim da Serra vem através da Secretaria Municipal de Administração tornar público a convocação para admissão dos aprovados no Concurso Público nº 001/2015, conforme abaixo discriminado:

CARGO DE CONTADOR/A:

- SAIONARA DIAS

CARGO DE AUXILIAR DE CONTABILIDADE:

- EDIONEI NUNES ZANETA

- SABRINA ASSUNÇÃO PADILHA

As pessoas acima citadas estão relacionadas de acordo com a ordem de classificação e deverão comparecer ao setor de recursos humanos do Município de Bom Jardim da Serra até 15 de dezembro de 2015, munidos da documentação necessária para sua admissão.

BOM JARDIM DA SERRA 02 DEZEMBRO DE 2015

NELSON SCHMOELLER

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

### TP 03/2015 DECISÃO 2

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA(SC), 01 DE DEZEMBRO DE 2015.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais torna público que em decisão à interposição de recurso administrativo por NCM Construções Ltda CNPJ 08.997.863/0001-97 na TP 03/2015 resolve : não conhecer do recurso porque desacompanhado dos documentos obrigatórios previstos no instrumento convocatório item 22.2. Na oportunidade, intima-se a recorrente e a todos os interessados quanto ao inteiro teor da decisão, estando à disposição no setor de licitações.

Edelvanio Nunes Topanoti

Prefeito Municipal

### TP 03/2015 PROSSEGUIMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA(SC), 01 DE DEZEMBRO DE 2015.

A presidente da comissão permanente de licitações, no uso de suas atribuições legais, comunica aos proponentes do certame 41/2015 TP 03/2015, que resta confirmado o prosseguimento dos atos licitatórios em sua continuidade para dia 03/12/2015 às 14h.

Natalia Rodrigues Zanette

Presidente da Comissão

Permanente de Licitações

### TP03/2015 DECISAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA(SC), 01 DE DEZEMBRO DE 2015.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais torna público que em decisão à interposição de recurso administrativo por Serra Sul Engenharia e Construções Ltda, com CNPJ 15.459.791/0001-90 na TP 03/2015 resolve : não conhecer do recurso porque desacompanhado dos documentos obrigatórios previstos no instrumento convocatório item 22.2. Na oportunidade, intima-se a recorrente e a todos os interessados quanto ao inteiro teor da decisão, estando à disposição no setor de licitações.

Edelvanio Nunes Topanoti

Prefeito Municipal

# Bom Jesus do Oeste

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 4783/2015

DECRETO Nº 4783/15 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.  
ABRE CREDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nº 942/14 de 15.10.2014 (LDO) e 943/14 de 15.10.2014 (LOA).

#### DECRETA:

Art. 1º - Abre Crédito Suplementar no projeto abaixo, elemento respectivo, cria desdobramento de fonte de recurso dentro da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda no valor de R\$ 37.000,00 (Trinta e sete mil reais).

Órgão: 03 – Secretária Municipal de Administração e Fazenda.

Unidade Orçamentária: 03.01 – Administração Geral.

Proj/Ativ.: 0412200032.003 – Manutenção das Atividades de Administração Geral.

Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (1557).

Valor R\$ 37.000,00 (Trinta e sete mil reais).

Fonte: 03.00 – Superávit do Exercício Anterior

Detalhamento da Fonte: Sem detalhamento.

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito suplementar de que trata o artigo 1º do presente Decreto, serão utilizados recursos extraídos do superávit financeiro do exercício de 2014, demonstrado no Balanço Patrimonial, conforme anexo 14 em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes do presente decreto correm p/conta do orçamento municipal

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, aos 30 de novembro de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

# Bom Retiro

## PREFEITURA

### MINUTA EDITAL PP 21/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC

MINUTA EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2015

O Município de Bom Retiro torna público Edital Pregão Presencial 21/2015 para Aquisição de Madeiras diversas para manutenção das necessidades das Secretarias Municipais. A abertura dos envelopes será dia 14/12/2015 às 10h00min. Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura de Bom Retiro Fone/Fax: (049)32770183, das 09:00/12:00/ 13:30/17:00. Edital completo disponível no website oficial: [www.bomretiro.sc.gov.br](http://www.bomretiro.sc.gov.br). Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 02 de Dezembro de 2015.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito Municipal



**Botuvera****PREFEITURA****DECRETO Nº 1.845/2015**

DECRETO Nº 1.845/2015

“Autoriza a Abrir Crédito Suplementar por excesso de arrecadação no Orçamento do Exercício de 2015.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art. 6º, inciso V da Lei nº 1.290/2014 de 17 de dezembro de 2014.

**DECRETA:**

Art.1º - Fica aberto o Crédito Suplementar no valor de R\$ 22.953,00 (Vinte e dois mil novecentos e cinquenta e três reais), conforme abaixo especificado:

04.00	Secretaria de Educação
04.01	-Divisão de Educação
12-361-0030-2.16	-Manutenção do Transporte Escolar
3.3.9.0.00.00.00.00.00	-Aplicações diretas
0.1.62 (467)	-Transf. Convênio Estado Educação..FR 622 ..... R\$ 22.953,00

Art. 2º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeito retroativo desde 30/11/2015.

Botuverá, 30 de novembro de 2015.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

# Braço do Trombudo

## PREFEITURA

### DECRETO 0153/2015

DECRETO Nº.0153/2015.

Anula e Suplementa no Orçamento vigente do Município de Braço do Trombudo.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0854/2015 de 25.11.2015, etc...

Art. 1º - Fica anulada a importância de R\$ 3.000,00 (Três mil reais), na seguinte modalidade de aplicação do orçamento vigente:

03 – SECRETARIA DE ADM., FINANÇAS e PLANEJAMENTO  
01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

2.006 – Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças  
(13) – 3.3.90.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 3.000,00

Art. 2º - Por conta da anulação do artigo anterior no valor de R\$ 3.000,00 (Três mil reais), fica suplementada a seguinte modalidade de aplicação do orçamento vigente:

03 – SECRETARIA DE ADM., FINANÇAS e PLANEJAMENTO  
01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

2.008 – Contribuição a Entidades de Assessoramento  
(234) – 4.4.50.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 3.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09/07/2008.

Braço do Trombudo, em 30 de novembro de 2015.  
CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH  
Prefeito Municipal

### DECRETO 0154/2015

DECRETO Nº 0154/2015

Altera Presidência da Comissão de Processo Seletivo nº 003 e nº 004/2015 do município de Braço do Trombudo.

O Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, no uso de suas atribuições legais, etc...

DECRETA:

Art.1º Fica alterada a presidência da Comissão de Processo Seletivo nº 003 e nº 004/2015, nomeada pelo Decreto nº 0137/2015, ficando a presidência com a senhora Luciane Bertelli Kniss.

Art.2º Os demais itens do Decreto 0137/2015 permanecem inalterados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 01 de dezembro de 2015  
Charles Rafael Schwambach  
Prefeito Municipal

**RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 58/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 58/2015

O pregoeiro oficial do Município de Braço torna público o resultado de julgamento do Pregão Presencial SRP nº 58/2015 e extrato da Ata de Registro de Preços. Processo licitatório 68/2015. Objeto: Aquisição de cartuchos de tinta originais e toners compatíveis, para as diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo. Após análise e julgamento das propostas, foram declaradas vencedoras do certame as empresas a seguir:

EMPRESA	CNPJ	ITENS	R\$ VALOR
SUPRIMÓMEIS EIRELI EPP	04.563.256/0001-68	3,11,17	18.058,00
INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP	04.586.694/0001-41	7,9,14,15,21 e 24	16.649,50
COLOR-BLACK RECICLAGEM DE CARTUCHO DE TINTA E TONER LTDA ME	09.018.430/0001-05	23,25,27 e 29	7.464,00
KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME	11.118.645/0001-40	2,5,6,10,16 e 30	28.097,00
EONIX SUPRIMENTOS E INFORMÁTICA LTDA ME	05.937.672/0001-41	18,19,20 e 26	6.746,00
CAURÉ INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS LTDA	11.972.582/0001-94	22 e 28	42.155,00
LAURINDA NAZARÉ HEIDEN	18.937.059/0001-76	22 e 28	7.123,00

tornando-se, dessa forma, divulgado o resultado de julgamento do supracitado pregão. Fica registrado em Ata. Vigência: 12 (doze) meses da data de assinatura. Alair Franz Hein - Pregoeira Oficial do Município de Braço do Trombudo. Em 01/12/2015.

**RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 59/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 59/2015

O pregoeiro oficial do Município de Braço torna público o resultado de julgamento do Pregão Presencial SRP nº 59/2015 e extrato da Ata de Registro de Preços. Processo licitatório 69/2015. Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Pneus, Câmeras e Protetores para Manutenção da Frota de Veículos das Diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo. Após análise e julgamento das propostas, foram declaradas vencedoras do certame as empresas a seguir:

EMPRESA	CNPJ	ITENS	R\$ VALOR
MODELO PNEUS LTDA	94.510.682/0001-26	11 e 34	16.080,00
COPAL COMERCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA	88.197.330/0001-60	14,17,25,28,30,32,35 e 36	27.617,90
TURBO AUTO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA	93.988.921/0007-80	2,3,4,5,12,22,41,43,46,48,50 e 51	42.974,40
GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA	93.894.954/0005-08	6,7,15,16,20,40 e 49	46.858,00
BBW DO BRASIL COMERCIO DE PNEUMÁTICOS EIRELI EPP	17.450.564/0001-29	1,8,9,10,13,18,19,21,23,24,26 27,29,33,37,38,39,42,44,45, 47 e 52	187.596,36

tornando-se, dessa forma, divulgado o resultado de julgamento do supracitado pregão. Fica registrado em Ata. Vigência: 12 (doze) meses da data de assinatura. Alair Franz Hein - Pregoeira Oficial do Município de Braço do Trombudo. Em 01/12/2015.

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº42/2015 PMBT

Página: 1/15

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2015**

Número do Registro de Preços: 42/2015 Data do Registro: 01/12/2015 Válido até: 01/12/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Peças para Manutenção dos Implementos Agrícolas do Setor de Agricultura do Município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Paleta direita (7782)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	36,8793	1
2	Paleta esquerda (7783)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	36,8804	1
3	Eixo do disco esquerdo (14891)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	22,3970	1
4	Disco líder (7785)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	543,3764	1
5	Braco de ligação (7786)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	189,3617	1
6	Cubo da roda (7790)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	74,0968	1
7	Condutoir do adubo (7791)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	19,7591	1
8	Caixa de distribuição de semente (7792)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	93,8559	1
9	Engrenagem dupla maior (7799)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	232,1699	1
10	Engrenagem dupla menor (7800)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	543,3764	1
11	Corrente RC 80R (7801)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	100,4456	1
12	Prato distribuidor do adubo (7802)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	100,7716	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2015**

Página: 2/15

Número do Registro de Preços: 42/2015      Data do Registro: 01/12/2015      Válido até: 01/12/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Peças para Manutenção dos Implementos Agrícolas do Setor de Agricultura do Município de Braco do Trombudo.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
13	Conjunto depósito de semente (7806)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JUMIL	0	198,5794
14	SUPOORTE DO DISCO DE CORTE (5092)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JUMIL	0	188,6998
15	Esteira dupla p/ calcário (7809)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JUMIL	0	1.880,6491
16	Carenagem direita (7810)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JUMIL	0	54,3376
17	Carenagem esquerda (7811)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JUMIL	0	54,3376
18	Peneira Cilindrica c/ capa e flange (7812)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JUMIL	0	1.149,3201
19	Mancal orelha 90mm (7813)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JUMIL	0	107,0254
20	Balanço (7814)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JUMIL	0	47,7480
21	Braçadeira do mancal (7815)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) BALDAN	0	19,7991
22	Sapata direita (7816)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) BALDAN	0	166,3028
23	Pino argola (7817)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) SGT	0	4,1198
24	Bucha p/ subsoador (7818)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) GIRO	0	8,7237

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2015**

Página: 3/15

Número do Registro de Preços: 42/2015		Data do Registro: 01/12/2015		Válido até: 01/12/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Peças para Manutenção dos Implementos Agrícolas do Setor de Agricultura do Município de Braco do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

25	Mola do disco (7819)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) GIRO	50,3858	1
26	Cubo do disco completo (7820)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) GIRO	172,8925	1
27	Cubo do disco s/rolis/eixo (7821)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) GIRO	120,2047	1
28	Cubo carreta 5T rodado R.D. (14892)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) TRITON	232,1699	1
29	Cubo carreta 5t rd s/ rolamento (7823)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) TRITON	387,1940	1
30	Selo mecânico (7824)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MEPEL	99,4576	1
31	Cone c/ haste válvula de alívio (7825)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MEPEL	66,8551	1
32	Rotor prens.bomba lto.selo mec (14894)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MEPEL	330,3037	1
33	CRUZETA CC. 36 (2714)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) AEMCO	39,5183	1
34	Cruzeta cc -103/1 (14893)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) AEMCO	40,5062	1
35	Aro 6 furos rodado duplo (7829)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) ALZA	192,9776	1
36	Correia o-144 (7830)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) AEMCO	81,6744	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2015**

Página: 4/15

Número do Registro de Preços: 42/2015		Data do Registro: 01/12/2015		Válido até: 01/12/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Peças para Manutenção dos Implementos Agrícolas do Setor de Agricultura do Município de Braco do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
37	Correia c-138 (7831)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	AEMCO	0	74,0968	1
38	Mangote p/ plant. junil 2060 (7832)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	BEGBOR	0	19,7591	1
39	Disco de grade 20" recortado (7833)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	METISA	0	93,8559	1
40	Disco de grade 18" recortado (7834)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	METISA	0	74,0968	1
41	Haste rosca da mola (7835)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	ALZA	0	15,8073	1
42	Ponta escarificador giro (7836)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	METISA	0	57,6275	1
43	PARAFUSO COM PORCA 3/4x6,5 (8594)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	ALZA	0	12,5174	1
44	Parafuso com Porca 1x2x1,2 (8595)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	ALZA	0	2,9639	1
45	Disco reto 17" 5f (7839)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	METISA	0	95,8318	1
46	Disco plano 17" ranhur. 6f (7840)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	METISA	0	104,7234	1
47	Ponta arado (7345)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	METISA	0	151,1574	1
48	Alveca de arado. (11420)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	METISA	0	284,7725	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2015**

Página: 5/15

Número do Registro de Preços: 42/2015		Data do Registro: 01/12/2015		Válido até: 01/12/2016		
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Peças para Manutenção dos Implementos Agrícolas do Setor de Agricultura do Município de Brago do Trombudo.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.

49	Cabo de aço (7842)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JF	0 17,7832 1
50	Kit facas Jf 92 z10 (7843)	KIT	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JF	0 1.080,1631 1
51	Contra faca H20F4 (7292)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JF	0 87,2862 1
52	Faca inferior da plataforma (7293)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JF	0 54,9586 1
53	Pino de segurança (7846)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JF	0 3,9518 1
54	Jogo de facas do recolhedor (7847)	JG	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JF	0 231,1819 1
55	Base e pedra afiador (7298)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JF	0 200,5553 1
56	Cabo de giro da bica (7294)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JF	0 181,4581 1
57	Mola do Cilindro Dental Móvel. (8596)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JF	0 53,6757 1
58	Eixo polia cardan (7297)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JF	0 286,1815 1
59	Eixo do rotor c/ armela de vedação (7289)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JF	0 219,3265 1
60	Engrenagem do cilindro liso (7851)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JF	0 114,6030 1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2015**

Página: 6/15

Número do Registro de Preços: 42/2015		Data do Registro: 01/12/2015		Válido até: 01/12/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Peças para Manutenção dos Implementos Agrícolas do Setor de Agricultura do Município de Braco do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
61	Engrenagem do comando (7852)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JF	0	22,0811	1
62	Mola da bica quebra jato (7853)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JF	0	14,1574	1
63	Mancal atrito completo (7854)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) BALDAN	0	102,7475	1
64	Carretel liso fundido (7855)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) BALDAN	0	42,1561	1
65	Correia c 75 (7856)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) AEIMO	0	32,6026	1
66	Correia c 63 (7857)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) AEIMO	0	27,6628	1
67	Peneira da bateteira TR 791 (7858)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) TRITON	0	499,2443	1
68	Limpador dianteiro (7859)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) TATU	0	45,1200	1
69	Limpador traseiro (7860)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) TATU	0	45,1200	1
70	Garra avulsa giro, (11422)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) GIRO	0	650,4018	1
71	Correia c-156 (7862)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) AEIMO	0	97,1458	1
72	Kit Facas Jf c120 (8597)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JF	0	1,241,5360	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2015**

Página: 7/15

Número do Registro de Preços: 42/2015      Data do Registro: 01/12/2015      Válido até: 01/12/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Peças para Manutenção dos Implementos Agrícolas do Setor de Agricultura do Município de Braco do Trombudo.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
73	Engate rápido 4" (7308)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	MEPEL	0	64.8791
74	Tubo Engate Rápido com ranhura (8598)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	MEPEL	0	74.0568
75	Anel Vedação 6mm.engate 4" (8599)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	MEPEL	0	4.9398
76	Mangueteira 4 Sucção. (11424)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	ACREL	0	63.8912
77	Junta Universal. (8601)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	AEIMO	0	195.9415
78	Tubo Triangular Macho/Fêmea. (8602)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	AEIMO	0	182.7721
79	Tubo Triangular Macho. (8603)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	AEIMO	0	146.8796
80	Junta Agrícola CC505551 (8605)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	AEIMO	0	179.4822
81	Cardan completo 5000. (11425)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	AEIMO	0	454.4602
82	Cardan completo 2500. (11426)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	AEIMO	0	437.9910
83	Junta agrícola 5000. (11427)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	AEIMO	0	181.1222
84	Disco 18 liso. (11428)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	METISA	0	67.5071

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2015**

Página: 8/15

Número do Registro de Preços: 42/2015      Data do Registro: 01/12/2015      Válido até: 01/12/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Peças para Manutenção dos Implementos Agrícolas do Setor de Agricultura do Município de Braco do Trombudo.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
85	Sapata Esquerda. (11429)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) BALDNA	0	158,0731
86	Caçamba/concha do Carregador. (11430)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MATAO	0	1.195,4280
87	Junta agrícola 2500. (11431)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) AEMCO	0	429,7613
88	Aro 5.50x16 c 6 Furos especial. (11432)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) ALZA	0	210,7609
89	Aro Carreta 5 Furos. (11433)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) ALZA	0	156,4232
90	Correia C65. (11434)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) AEMCO	0	24,6989
91	Correia C 60. (11435)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) AEMCO	0	34,5785
92	Correia B152x6 JF92. (11436)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) AEMCO	0	551,6061
93	Correia 55v 1550. (11437)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) AEMCO	0	1.169,0792
94	Bica saída mecânica SS. (11440)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JF	0	667,8590
95	Parafuso arado 1/2x3 3/4. (11441)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) ALZA	0	3,1318
96	Polia Cardan 450 mm C/20. (11442)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JF	0	930,3295

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2015**

Página: 9/15

Número do Registro de Preços: 42/2015      Data do Registro: 01/12/2015      Válido até: 01/12/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Peças para Manutenção dos Implementos Agrícolas do Setor de Agricultura do Município de Braco do Trombudo.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
97	Polia 5V 165 mm C120. (11443)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JF	0	523,6172
98	Polia do Cardan 450 mm Z10 92 (11445)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JF	0	953,7046
99	Terceiro ponto hidraulico (14895)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) PROFER	0	1.427,5979
100	Faca picadeira ensilad. JM4100 (14896)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JUMIL	0	169,6026
101	Faca cortadora ensilad. JM4100 (14897)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JUMIL	0	191,9897
102	Reboto afiador JM4100 (14898)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JUMIL	0	321,4121
103	Pino segurança JM4100 (14899)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JUMIL	0	133,5422
104	Disco de embreagem JM4100 (14900)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JUMIL	0	158,3992
105	Kit de facas JF C-120 (14901)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JF	0	1.628,4792
106	Engrenagem cilindro dentado (14902)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JF	0	179,4822
107	Engrenagem dupla parafusada (14903)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JF	0	938,5592
108	Bica de Saída Completa JF Tubobica Manual (14904)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JF	0	2.743,2307



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2015**

Página: 10/15

Número do Registro de Preços: 42/2015      Data do Registro: 01/12/2015      Válido até: 01/12/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Peças para Manutenção dos Implementos Agrícolas do Setor de Agricultura do Município de Braco do Trombudo.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
109	Engrenagem Inter. da tampa JF (14905)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	JF (7379)	0	215,0486
110	Engrenagem Intermediária do braço JF (14906)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	JF (7379)	0	208,4589
111	Cilindro móvel dentado JF (14907)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	JF (7379)	0	350,7247
112	Vedação completa do cilindro JF (14908)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	JF (7379)	0	55,3256
113	Engrenagem menor do Cilindro (14909)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	JF (7379)	0	284,8577
114	Alinhador Direito (14910)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	JF (7379)	0	311,2065
115	Alinhador Esquerdo (14911)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	JF (7379)	0	311,2065
116	Protetor direito (14912)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	MAX (7379)	0	64,8791
117	Engrenagem Z14Z18 eixo Semente (14913)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	MAX (7379)	0	40,1802
118	Vareta Mola da roda (14914)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	MAX (7379)	0	22,3970
119	Mola da Roda (14915)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	MAX (7379)	0	67,5071
120	Deposito Adubo/Semente (14917)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	MAX (7379)	0	278,2779

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2015**

Página: 11/15

Número do Registro de Preços: 42/2015      Data do Registro: 01/12/2015      Válido até: 01/12/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Peças para Manutenção dos Implementos Agrícolas do Setor de Agricultura do Município de Braco do Trombudo.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
121	Mola do Sulcador Interna (14918)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MAX	0	44,4581
122	Mola do Sulcador Externa (14919)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MAX	0	45,4460
123	Ponta do Sulcador Adubo (14920)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JUMIL	0	44,4581
124	Sulcador do Adubo (14921)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JUMIL	0	106,6594
125	Disco de Corte (14922)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JUMIL	0	29,6387
126	Disco de semente 13" (14925)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MAX	0	49,3579
127	Disco de Semente 14" (14926)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MAX	0	53,0237
128	Cubo disco de corte Seed Line (14927)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MAX	0	84,9643
129	Cubo disco de Semente (14928)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MAX	0	85,6262
130	Condutores Helicoidal (14929)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MAX	0	32,6026
131	Vareta soldada (14930)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MAX	0	47,4219
132	Prato Distribuidor de sementes (14931)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MAX	0	251,9290

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2015**

Página: 12/15

Número do Registro de Preços: 42/2015      Data do Registro: 01/12/2015      Válido até: 01/12/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Peças para Manutenção dos Implementos Agrícolas do Setor de Agricultura do Município de Braco do Trombudo.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
133	Anel dosador de semente (14932)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MAX	0	70,1449
134	Pinhão (14933)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MAX	0	22,0611
135	Coroa de 40 dentes (14934)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MAX	0	63,5553
136	Vareta moda linha semente (14935)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MAX	0	46,7600
137	Corrente 2040 (14936)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MAX	0	29,3127
138	Emenda 2040 (14937)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MAX	0	9,8796
139	Rolote esticador (14938)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MAX	0	10,2056
140	Raspador disco de semente Es. (14939)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MAX	0	11,5295
141	Raspador disco de semente Di. (14940)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MAX	0	13,8314
142	Roda de Profundidade (14941)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MAX	0	245,3384
143	Eixo soldado (14942)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MAX	0	84,9643
144	Pino bloqueador(regulador roda Profundidade) (14943)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MAX	0	14,1574

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2015**

Página: 13/15

Número do Registro de Preços: 42/2015		Data do Registro: 01/12/2015		Válido até: 01/12/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Peças para Manutenção dos Implementos Agrícolas do Setor de Agricultura do Município de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
145	Rolamento 6205 RS (14944)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MAX	0	29,6387	1
146	Retentor 47,2x30x6 (14945)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MAX	0	14,8194	1
147	Rolamento 6204 RS (14946)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MAX	0	29,6387	1
148	Retentor 47x32x10 (14947)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MAX	0	13,8314	1
149	Rolamento 6206 RS (14948)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MAX	0	28,9768	1
150	Defletor do cubo (14949)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MAX	0	13,5054	1
151	Eixo do Disco Direito (14950)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JUMIL	0	22,7230	1
152	Contra pino da coroa (17223)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JF	0	34,5785	1
153	Parafuso sextavado 7/16 x9/16 (17224)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JF	0	6,0957	1
154	Parafuso do contra faca (17225)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JF	0	10,5415	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2015

Página: 14/15

Número do Registro de Preços: 42/2015		Data do Registro: 01/12/2015		Válido até: 01/12/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Peças para Manutenção dos Implementos Agrícolas do Setor de Agricultura do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
155	Eixo de engrenagem intermed (17226)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379)	JF	0	26,3488
							1

Página: 15/15

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2015

Número do Registro de Preços: 42/2015		Data do Registro: 01/12/2015		Válido até: 01/12/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Peças para Manutenção dos Implementos Agrícolas do Setor de Agricultura do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 42/2015  
PROCESSO Nº 65/2015  
(7379) - MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS

Braço do Trombudo, 1 de Dezembro de 2015.



# Brunópolis

## PREFEITURA

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

R\$

OBRAS EM ANDAMENTO	VALOR
Construção do Paço Municipal e Câmara de Vereadores	50.000,00
CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	VALOR
Pavimentação de Vias Urbanas	25.120,00
Construção de Praças Esportivas e de Lazer	5.000,00
Manutenção e Melhorias do Sistema de Água	10.000,00
Garagem da Secretaria de Educação	50.000,00
Edificações para o Ensino Fundamental	5.120,00
Edificações para a Educação Infantil	5.000,00
Construção, Ampliação e Reformas de Espaços Esportivos	85.000,00
Construção, Ampliação e Reformas de Espaços Sócio-Assistenciais	5.120,00
Unidades de Saúde	25.000,00

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

EVENTOS	2016
Aumento Permanente de Receita	1.247.000,00
(-) Transf. Constitucionais	0,00
(-) Transf. ao FUNDEB	69.600,00
SALDO FINAL DO AUMENTO PERMANENTE DE RECEITA (I)	1.177.400,00
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I+II)	1.177.400,00
Saldo utilizado da Margem Bruta (IV)	
Novas DOCC	
Novas DOCC geradas por PPP	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	1.177.400,00

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

TRIBUTO	MODALIDADE	SETOR/ PROGRAMA/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2016	2017	2018	
	Anistia		0,00	0,00	0,00	
	Isenção		0,00	0,00	0,00	
	Remissão		0,00	0,00	0,00	

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	0,00	Abertura de créditos adicionais a partir da redução de dotação de despesas discricionárias	0,00
Dívidas em proc. de reconhecimento	0,00	Abertura de Créditos Adicionais	15.000,00
Assistências Diversas	15.000,00		
Assistência a Enchentes	4.500,00	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	15.000,00
Assistência a Vendavais	4.500,00		
Assistência a Secas	4.500,00		
Assistência a Epidemias	1.500,00		
SUBTOTAL	15.000,00	SUBTOTAL	15.000,00
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	

Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	50.000,00	Limitação de Empenho	50.000,00
Discrepância de Projeções	10.000,00	Abertura de Créditos Adicionais	10.000,00
Taxa de juros	5.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir da redução de dotação de despesas discricionárias	10.000,00
Salário Mínimo	5.000,00		
SUBTOTAL	60.000,00	SUBTOTAL	60.000,00
TOTAL	75.000,00	TOTAL	75.000,00

**LEI MUN. Nº 851**

LEI Nº 851, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2015  
ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 747/2013  
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Ademil Antonio da Rosa, Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina.

Faço saber, em cumprimento as atribuições legais conferidas pela legislação em vigor, de que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

LEI:

Art. 1º Ficam alterados os Anexos I, II, III, IV, V, VI e VII da Lei Municipal nº 747/2013, de 22 de agosto de 2013, os quais passam a vigorar conforme os respectivos anexos desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Brunópolis/SC, em 23 de novembro de 2015.

Ademil Antonio da Rosa  
Prefeito Municipal

José Thieres Alves Ribeiro  
Secretário de Administração Planejamento e Fazenda

Registrada e Publicada no DOM.

**LEI MUN. Nº 852**

DE LEI Nº 852, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2015

"Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2016 e dá outras providências".

Ademil Antonio da Rosa, Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina.

Faço saber, em cumprimento as atribuições legais conferidas pela legislação em vigor, de que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

**I. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º O Orçamento do Município de BRUNÓPOLIS, para o exercício de 2016, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I - as metas fiscais
- II - as prioridades e metas da administração municipal;
- III - a estrutura e organização do orçamento;
- IV - as diretrizes para a elaboração e a execução do orçamento do Município;
- V - as disposições sobre dívida pública municipal;
- VI - as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;
- VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária; e
- VIII - as disposições gerais.

**II. DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

Art. 2º As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2016, 2017 e 2018, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas nos Anexos desta lei:

- I - Demonstrativo I – Metas Anuais;
- II - Demonstrativo II – Demonstrativo da avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício de 2014;
- III - Demonstrativo III – Metas Fiscais Anuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores;
- IV - Demonstrativo IV - Evolução do patrimônio líquido;
- V - Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos recursos obtidos com a Alienação de Ativos;
- VI - Demonstrativo VI - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- VII - Demonstrativo VII – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;
- VIII - Demonstrativo VIII – Prioridades e Metas;
- IX - Demonstrativo IX – Riscos Fiscais e Providências;
- X - Demonstrativo X – Priorização de Recursos para Obras em Andamento e Conservação do Patrimônio Público.
- XI - Anexo I - Memória de Cálculo das Metas Fiscais da Receita;
- XII - Anexo II - Memória de cálculo das Metas Fiscais da Despesa;
- XIII - Anexo III - Memória de cálculo das Metas Fiscais de Resultado Primário;
- XIV - Anexo IV - Memória de cálculo das Metas Fiscais de Resultado Nominal;
- XV - Anexo V - Memória de cálculo das Metas Fiscais de Montante da Dívida;

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2016 são aquelas definidas e demonstradas nos Demonstrativos de que trata o art. 2º desta lei.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para 2016, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta lei e identificadas no Demonstrativo VIII, a fim de compatibilizar a despesa orçada á receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

**III. DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO**

Art. 5º Para efeito desta Lei, entende-se por:

- I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;
- II - ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;
- III - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;
- IV - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;
- V - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;
- VI - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;
- VII - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;
- VIII - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;
- IX - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;
- X - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria STN nº 437/2012.

§ 2º A categoria de programação de trata o art. 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º O orçamento para o exercício financeiro de 2016 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

§ 1º Os orçamentos do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS e do Fundo Municipal da Infância e da Adolescência - FIA integrarão o orçamento do Poder Executivo como órgãos, respeitados na fixação de suas despesas aquelas estabelecidas na legislação em vigor.

§ 2º O orçamento do Fundo Municipal de Saúde – FMS integrará o orçamento do Poder Executivo como Unidade Gestora, respeitadas na fixação de suas despesas aquelas estabelecidas na legislação em vigor.

Art. 7º A Lei Orçamentária para 2016 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas aos Orçamentos Fiscal (F) e da Seguridade Social (S), desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001, e Portaria STN nº 437/2012, na forma

dos seguintes Anexos:

I - Demonstrativo da receita e despesa, segundo as categorias econômicas (anexo 1, da Lei 4.320/64 e adendo II da Portaria SOF nº 8/85);

II - Demonstrativo da receita, segundo as categorias econômicas (anexo 2, da Lei 4.320/64 e adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

III - Resumo geral da despesa, segundo as categorias econômicas (anexo 2, da Lei 4.320/64 e adendo III da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

IV - Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (anexo 3, da Lei 4.320/64 e adendo III da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

V - Programa de trabalho (adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VI - Programa de trabalho de governo – Demonstrativo da despesa por funções, sub-funções, programas, projetos, atividades e operações especiais (anexo 6 da Lei 4.320/64 e adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VII - Demonstrativo da despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (anexo 7, da Lei 4.320/64 e adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VIII - Demonstrativo da despesa por funções, sub-funções e programas, conforme o vínculo com os recursos (anexo 8, da Lei 4.320/64 e adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IX - Demonstrativo da despesa por órgãos e funções (anexo 9, da Lei 4.320/64 e adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

X - Demonstrativo da evolução da receita por fontes (art. 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal);

XI - Demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita (art. 14 da LRF);

XII - Demonstrativo da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado (art. 5º, II da LRF);

XIII - Demonstrativo da evolução da despesa no mínimo por categoria econômica (art. 22 da Lei 4.320/64);

XIV - Demonstrativo das receitas e despesas dos orçamentos fiscais e da seguridade social (art. 165, § 5º da CF);

XV - Demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com as metas fiscais e físicas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias (art. 5º, I da LRF);

XVI - Demonstrativo dos riscos fiscais considerados para 2016 (art. 5º, III);

XVII - Demonstrativo da origem e aplicação dos recursos derivados da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público (art. 44 da LRF);

XVIII - Demonstrativo da apuração do resultado primário e nominal previstos para o exercício de 2016 (art. 4º, § 1º e 9º da LRF);

XIX - Demonstrativo da origem e destinação dos recursos para 2016 (art. 8º e 50, I da LRF).

**Parágrafo único** - Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

**Art. 8º** A mensagem de encaminhamento da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2016 conterà o disposto no inciso I, art. 22 da Lei 4.320/64.

#### AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

**Art. 9º** Os Orçamentos para o exercício de 2016 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo (art. 1º, § 1º, 4º, I, "a", 50, I e 48 da LRF).

**Art. 10** O Poder Legislativo Municipal terá como limites das despesas correntes e de capital o previsto no art. 29-A da Constituição

Federal.

**Art. 11** Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2016 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios (art. 12 da LRF).

**Art. 12** Se a receita estimada para 2016, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

**Art. 13** Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo (art. 9º da LRF):

I - Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas, e aquisição de equipamentos, veículos e máquinas;

III - Dotação para combustíveis destinada à frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e

IV - Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

**Parágrafo único** - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

**Art. 14** A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no Anexo XII da LOA, observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 4º, § 2º da LRF)

**Art. 15** Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Demonstrativo IX desta Lei (art. 4º, § 3º da LRF).

**§ 1º** Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2015.

**§ 2º** Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

**Art. 16** Os orçamentos para o exercício de 2016 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, exclusivamente, de recursos da destinação "00" - Ordinários do orçamento fiscal e não superiores a 2% e não inferiores a 0,01% da Receita Corrente Líquida prevista para o mesmo exercício (art. 5º, III da LRF).

**§ 1º** Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas

a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº 163/2001, art. 8º e demonstrativo de riscos fiscais no Demonstrativo IX (art. 5º, III, "b" da LRF).

§ 2º Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2016, poderão, excepcionalmente, ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares para reforço de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 17 Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 18 O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa (art. 8º, 9º e 13 da LRF).

Art. 19 Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2016 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido (art. 8º, § único e 50, I da LRF).

Parágrafo único - Os recursos oriundos de transferências voluntárias não previstos nos orçamentos da receita ou a apuração do excesso de arrecadação de que trata o art. 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 20 A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2016, constantes do Demonstrativo VI desta lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e 14, I da LRF).

Art. 21 A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, saúde, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização na própria lei orçamentária ou em lei específica (art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo que dispuser a legislação municipal, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade e controle interno (art. 70, parágrafo único da CF).

Art. 22 Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2016, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado (art. 16, § 3º da LRF).

Art. 23 As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito (art. 45 da LRF).

Parágrafo único - As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público estão demonstrados no Demonstrativo X desta lei (art. 45, parágrafo único da LRF).

Art. 24 Despesas de competência de outros Entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF).

Art. 25 A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2016 a preços correntes.

Art. 26 A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Parágrafo único - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Unidade Gestora, não poderá ultrapassar 25% do total da despesa e será autorizado por Lei e executado por Decreto (art. 167, VI da Constituição Federal combinado com art. 120, § 8º, I da Constituição Estadual).

Art. 27 Durante a execução orçamentária de 2016, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2016 e constantes desta lei (art. 167, I da CF).

Art. 28 Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas desenvolvidos pelo Poder Público Municipal, conforme trata a Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 4º, I, "e" e 50, § 3º da LRF).

Art. 29 Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual, e contemplados na Lei Orçamentária para 2016, serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas (art. 4º, I, "e" e 9º, § 4º da LRF).

Art. 30 Para fins do disposto no art. 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

#### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 31 A Lei Orçamentária de 2016 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior à assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000 (art.s 30, 31 e 32 da LRF).

Art. 32 A contratação de operações de crédito dependerá de existência de prévia e expressa autorização para a contratação, no texto da lei orçamentária, em créditos adicionais ou lei específica (art. 32, § 1º, I da LRF).



Art. 33 Ultrapassado o limite de endividamento, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no art. 12 desta lei. (art. 31, § 1º, II da LRF)

#### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 34 O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2016, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 169, § 1º, II da CF).

§ 1º Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2016 ou em créditos adicionais.

§ 2º Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 22, § único, V da LRF).

Art. 35 O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 19 e 20 da LRF).

- I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação das despesas com horas extras.
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 36 Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Brunópolis, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único - Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 – outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização".

#### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 37 O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes (art. 14 da LRF).

Parágrafo único - O Executivo Municipal, autorizado em Lei, poderá conceder benefício fiscal aos contribuintes que pagarem seus tributos em parcela única e/ou no prazo de vencimento, ou ainda em dia com suas obrigações tributárias, devendo, nestes casos, ser

considerado nos cálculos do orçamento da receita.

Art. 38 Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14 da LRF (art. 14, § 3º da LRF).

Art. 39 O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente (art. 14, § 2º da LRF).

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 40 O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2015.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no caput deste artigo.

§ 2º Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2016, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 41 Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no art. 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 42 Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 43 O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2016.

Art. 44 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Brunópolis/SC, em 23 de novembro de 2015.  
Ademil Antonio da Rosa  
Prefeito Municipal

José Thieres Alves Ribeiro  
Secretário de Administração Planejamento e Fazenda

Registrada e Publicada no DOM



## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Página: 1/1  
Data: 23/11/2015

URF, art. 4º, § 1º R\$ 1,00

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**

Demonstrativo III - Das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores  
Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Especificação	Valores a Preços Correntes									
	2013	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%	2018
Receita Total	13.290.680,40	11.382.680,40	(14,360)	11.365.000,00	(0,160)	12.612.000,00	10,970	11.840.000,00	(6,120)	12.107.000,00
Receitas Primárias (I)	12.499.430,40	11.191.430,40	(10,460)	11.302.240,00	0,990	12.492.480,00	10,530	11.788.580,00	(5,630)	11.987.480,00
Despesa Total	13.290.680,40	11.382.680,40	(14,360)	11.365.000,00	(0,160)	12.612.000,00	10,970	11.840.000,00	(6,120)	12.107.000,00
Despesas Primárias (II)	13.240.680,40	11.332.680,40	(14,410)	11.335.000,00	0,020	12.567.000,00	10,870	11.835.000,00	(5,820)	12.062.000,00
Resultado Primário III = (I-II)	(741.250,00)	(141.250,00)	(80,940)	(32.760,00)	(76,810)	(74.520,00)	127,470	(46.420,00)	(37,710)	(74.520,00)
Resultado Nominal	246.000,00	(62.000,00)	(125,200)	(30.000,00)	(51,610)	180.000,00	(700,000)	(228.000,00)	(226,670)	(24.000,00)
Dívida Pública Consolidada	512.000,00	450.000,00	(12,110)	5.850,00	(98,700)	76.000,00	1.199,150	52.000,00	(31,580)	28.000,00
Dívida Consolidada Líquida	212.000,00	150.000,00	(29,250)	(180.000,00)	(220,000)	(120.000,00)	(33,330)	(348.000,00)	190,000	(372.000,00)

Especificação	Valores a Preços Constantes									
	2013	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%	2018
Receita Total	13.290.680,40	11.382.680,40	(14,360)	11.365.000,00	(0,160)	12.612.000,00	10,970	11.840.000,00	(6,120)	12.107.000,00
Receitas Primárias (I)	12.499.430,40	11.191.430,40	(10,460)	11.302.240,00	0,990	12.492.480,00	10,530	11.788.580,00	(5,630)	11.987.480,00
Despesa Total	13.290.680,40	11.382.680,40	(14,360)	11.365.000,00	(0,160)	12.612.000,00	10,970	11.840.000,00	(6,120)	12.107.000,00
Despesas Primárias (II)	13.240.680,40	11.332.680,40	(14,730)	11.335.000,00	0,020	12.567.000,00	10,870	11.835.000,00	(5,820)	12.062.000,00
Resultado Primário III = (I-II)	(741.250,00)	(141.250,00)	(80,940)	(32.760,00)	(76,810)	(74.520,00)	127,470	(46.420,00)	(37,710)	(74.520,00)
Resultado Nominal	246.000,00	(62.000,00)	(125,200)	(30.000,00)	(51,610)	180.000,00	(700,000)	(228.000,00)	(226,670)	(24.000,00)
Dívida Pública Consolidada	512.000,00	450.000,00	(12,110)	5.850,00	(98,700)	76.000,00	1.199,150	52.000,00	(31,580)	28.000,00
Dívida Consolidada Líquida	212.000,00	150.000,00	(29,250)	(180.000,00)	(220,000)	(120.000,00)	(33,330)	(348.000,00)	190,000	(372.000,00)

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**

Página: 1/1  
Data: 23/11/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016  
ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida

Especificação	2013	2014	2015	2016	2017	2018
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	450.000,00	10.950,00	100.000,00	76.000,00	52.000,00	28.000,00
Outras dívidas	450.000,00	10.950,00	100.000,00	76.000,00	52.000,00	28.000,00
DEDUÇÕES(II)	300.000,00	160.950,00	400.000,00	196.000,00	400.000,00	400.000,00
Ativo disponível	300.000,00	160.950,00	400.000,00	196.000,00	400.000,00	400.000,00
DCL (III) = (I - II)	150.000,00	(150.000,00)	(300.000,00)	(120.000,00)	(348.000,00)	(372.000,00)

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**  
**Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas**  
 Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 1/78  
 Data: 23/11/2015

**I - Classificação**

Órgão:	CAMARA DE VEREADORES	01.00
Unidade:	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BRUNOPOLIS	01.01
Função:	Legislativa	1
Subfunção:	Ação Legislativa	31
Programa:	MANUTENÇÃO DO PODER LEGISLATIVO	0001

Objetivo do programa:

DAR CUMPRIMENTO ÀS FUNÇÕES BÁSICAS DO PODER LEGISLATIVO DE LEGISLAR E FISCALIZAR, MELHORAR O CONTROLE INTERNO, QUALIDADE DOS SERVIÇOS DO LEGISLATIVO, MANter O CONTROLE DOS ATOS E GASTOS COM PESSOAL, PRODUIR RELATÓRIOS GERENCIADOS E EXIGIDOS PELO TRIBUNAL DE CONTAS, CUMPRIR O MANDAMENTO CONSTITUCIONAL DE CONTROLE INTERNO, PRATICAR O PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA DOS ATOS DE COMPETÊNCIA DO LEGISLATIVO MUNICIPAL, PRODUZINDO INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA A TOMADA DE DECISÕES E DEFESA DO MUNICÍPIO.

Justificativa do programa:

O PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL, COMPOSTO DE NOVE VEREADORES, EM SEDE ALUGADA, COM AUTONOMIA FINANCEIRA E ADMINISTRATIVA, COM APOIO DE QUATRO SERVIDORES.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.001	3	A	MANUTENÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES	SESSÕES LEGISLATIVAS (SES)	48,000	700.000,00

**II - Descrição das Ações**

MANUTENÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	490.000,00	0,00	490.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	170.000,00	0,00	170.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	40.000,00	0,00	40.000,00
<b>Total:</b>			<b>700.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>700.000,00</b>

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016  
 Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas  
 Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 2/78  
 Data: 23/11/2015

**I - Classificação**

Órgão:	GABINETE DO PREFEITO	02.00
Unidade:	Gabinete do Prefeito	02.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	0012

Objetivo do programa:  
 PROMOVER A GESTÃO MUNICIPAL, COM ASSESSORIAS E CONSULTORIAS.

Justificativa do programa:

MANTER O GABINETE DO PREFEITO E VICE, SUAS ASSESSORIAS E CONSULTORIAS.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.006	3	A	MANUTENÇÃO DOS GABINETES DO PREFEITO E VICE	MANUTENÇÃO (ANO)	4,000	563.000,00

**II - Descrição das Ações**

MANTER O FUNCIONAMENTO DO GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITA, COM ASSESSORIAS.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	510.000,00	0,00	510.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0000 - Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	3.000,00	0,00	3.000,00
<b>Total:</b>			<b>563.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>563.000,00</b>

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	GABINETE DO PREFEITO	02.00
Unidade:	Gabinete do Prefeito	02.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	0012

Objetivo do programa:  
PROMOVER A GESTÃO MUNICIPAL, COM ASSESSORIAS E CONSULTORIAS.

Justificativa do programa:

MANTER O GABINETE DO PREFEITO E VICE, SUAS ASSESSORIAS E CONSULTORIAS.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.008	3	P	CONSTRUÇÃO DO PAÇO MUNICIPAL E CÂMARA DE VEREADORES	EDIFICAÇÃO (OBR)	0,00	50.000,00

II - Descrição das Ações

CONSTRUÇÃO DO PAÇO MUNICIPAL E CÂMARA DE VEREADORES

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
Total:			50.000,00	0,00	50.000,00

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016  
 Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas  
 Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 4/78  
 Data: 23/11/2015

**I - Classificação**

Órgão:	GABINETE DO PREFEITO	02.00
Unidade:	Gabinete do Prefeito	02.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Controle Interno	124
Programa:	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	0012

Objetivo do programa:

PROMOVER A GESTÃO MUNICIPAL, COM ASSESSORIAS E CONSULTORIAS.

Justificativa do programa:

MANTER O GABINETE DO PREFEITO E VICE, SUAS ASSESSORIAS E CONSULTORIAS.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.005	3	A	CONTROLE INTERNO	MANUTENÇÃO (ANO)	4,000	41.500,00

**II - Descrição das Ações**

MANTER O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0000 - Recursos Ordinários	40.000,00	0,00	40.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0000 - Recursos Ordinários	1.500,00	0,00	1.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0000 - Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>			<b>41.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>41.500,00</b>



## Natureza Jurídica não encontrada PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 5/78  
Data: 23/11/2015

### I - Classificação

Órgão:	GABINETE DO PREFEITO	02.00
Unidade:	Gabinete do Prefeito	02.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência à Criança e ao Adolescente	243
Programa:	BEI ESTAR SOCIAL	0005

Objetivo do programa:

CRIAR ALTERNATIVAS DE RENDA PARA AS FAMÍLIAS CARENTES, INTEGRAÇÃO DO IDOSO Á SOCIEDADE E MELHORIA DA SUA QUALIDADE DE VIDA, OFERECER OPORTUNIDADE PARA QUE AS DONAS DE CASA TROQUEM EXPERIÊNCIAS, DESCUBRAM SUAS POTENCIALIDADES E HABILIDADES, PARTICIPANDO NA COMPOSIÇÃO DA RENDA FAMILIAR. AFASTAR OS JOVENS DAS SITUAÇÕES DE RISCO E ENCAMINHÁ-LOS PARA UMA ATIVIDADE PROFISSIONAL, INTEGRANDO-OS A SOCIEDADE.

Justificativa do programa:

NO MUNICÍPIO HÁ FAMÍLIAS CARENTES QUE NECESSITAM DA ATENÇÃO DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL, GRUPOS DE IDOSOS E CLUBES DE MÃES. PARA ASSISTIR OS MENORES EM SITUAÇÃO DE RISCO, O MUNICÍPIO CONTA COM A ESTRUTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL, O CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, CONSELHO TUTELAR E OS RECURSOS ALOCADOS NO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.039	3	A	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	MANUTENÇÃO (ANO)	4,000	80.000,00

### II - Descrição das Ações

MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

### III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	80.000,00	0,00	80.000,00
Total:			80.000,00	0,00	80.000,00

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 6/78  
Data: 23/11/2015**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ E FAZENDA	03.00
Unidade:	Secretaria de Administração, Planej. e Fazenda	03.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0002

Objetivo do programa:

PLANEJAMENTO, ADM FINANCEIRA, ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL E RH, NORMATIZAÇÃO E INFORMAÇÃO, CONTROLE INTERNO, E INFORMAÇÕES A TOMADA DE DECISÕES.

Justificativa do programa:

ESTE PROGRAMA É EXECUTADO POR TODA A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA INCLUINDO TODAS AS SECRETARIAS E FUNÇÕES DE GOVERNO COMPREENDENDO O GERENCIAMENTO PATRIMONIAL E DE RECURSOS HUMANOS, BEM COMO AS AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.043	1	A	CONSÓRCIO CINCATARINA	MANUTENÇÃO (ANO)	4,000	63.900,00

**II - Descrição das Ações**  
CONSÓRCIO CINCATARINA**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	00.01.0000 - Recursos Ordinários	3.850,00	0,00	3.850,00
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0000 - Recursos Ordinários	12.850,00	0,00	12.850,00
3.3.72.00.00.00.00.00	Execução Orçament.Delegada a Consórcios Públicos	00.01.0000 - Recursos Ordinários	45.000,00	0,00	45.000,00
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0000 - Recursos Ordinários	2.200,00	0,00	2.200,00
<b>Total:</b>			<b>63.900,00</b>	<b>0,00</b>	<b>63.900,00</b>

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 7/78  
 Data: 23/11/2015

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ E FAZENDA	03.00
Unidade:	Secretaria de Administração, Planej. e Fazenda	03.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0002

Objetivo do programa:

PLANEJAMENTO, ADM FINANCEIRA, ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL E RH, NORMATIZAÇÃO E INFORMAÇÃO, CONTROLE INTERNO, E INFORMAÇÕES A TOMADA DE DECISÕES.

Justificativa do programa:

ESTE PROGRAMA É EXECUTADO POR TODA A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA INCLUINDO TODAS AS SECRETARIAS E FUNÇÕES DE GOVERNO COMPREENDENDO O GERENCIAMENTO PATRIMONIAL E DE RECURSOS HUMANOS; BEM COMO AS AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.038	3	A	CIGA - CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL	MANUTENÇÃO (ANO)	4,000	7.650,00

**II - Descrição das Ações**

CIGA - CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	00.01.0.0000 - Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0.0000 - Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	00.01.0.0000 - Recursos Ordinários	7.650,00	0,00	7.650,00
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0.0000 - Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>			<b>7.650,00</b>	<b>0,00</b>	<b>7.650,00</b>

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 8/78  
 Data: 23/11/2015

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ E FAZENDA	03.00
Unidade:	Secretaria de Administração, Planej. e Fazenda	03.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0002

Objetivo do programa:

PLANEJAMENTO, ADM FINANCEIRA, ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL E RH, NORMATIZAÇÃO E INFORMAÇÃO, CONTROLE INTERNO, E INFORMAÇÕES A TOMADA DE DECISÕES.

Justificativa do programa:

ESTE PROGRAMA É EXECUTADO POR TODA A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA INCLUINDO TODAS AS SECRETARIAS E FUNÇÕES DE GOVERNO COMPREENDENDO O GERENCIAMENTO PATRIMONIAL E DE RECURSOS HUMANOS; BEM COMO AS AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.002	3	A	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADM PLANEJ E FAZENDA	MANUTENÇÃO (ANO)	4,000	1.173.210,00

**II - Descrição das Ações**

MANTER A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, OS SERVIÇOS DE CONTABILIDADE E TRIBUTAÇÃO, DE FINANÇAS E DEMAIS ATIVIDADES RELACIONADAS A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0000 - Recursos Ordinários	610.000,00	0,00	610.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0.0000 - Recursos Ordinários	140.000,00	0,00	140.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0000 - Recursos Ordinários	413.210,00	0,00	413.210,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0000 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
<b>Total:</b>			<b>1.173.210,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.173.210,00</b>

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 9/78  
 Data: 23/11/2015

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ E FAZENDA	03.00
Unidade:	Secretaria de Administração, Planej. e Fazenda	03.01
Função:	Encargos Especiais	28
Subfunção:	Outros Encargos Especiais	846
Programa:	ENCARGOS ESPECIAIS	0011

Objetivo do programa:

GARANTIR QUE OS COMPROMISSOS ASSUMIDOS SEJAM CUMPRIDOS.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI DÉBITO CONSOLIDADO COM O INSS, OPERAÇÕES DE CRÉDITO COM O BADESC. AINDA, POR FORÇA DA LEGISLAÇÃO CONTRIBUI COM O PASEP.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
0.003	3	O	PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS	AMORTIZAÇÃO (ANO)	0,000	505.000,00

**II - Descrição das Ações**

PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0000 - Recursos Ordinários	505.000,00	0,00	505.000,00
<b>Total:</b>			<b>505.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>505.000,00</b>

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**  
**Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas**  
 Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 10/78  
 Data: 23/11/2015

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ E FAZENDA	03.00
Unidade:	Secretaria de Administração, Planej. e Fazenda	03.01
Função:	Encargos Especiais	28
Subfunção:	Outros Encargos Especiais	846
Programa:	ENCARGOS ESPECIAIS	0011

Objetivo do programa:  
 GARANTIR QUE OS COMPROMISSOS ASSUMIDOS SEJAM CUMPRIDOS.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI DÉBITO CONSOLIDADO COM O INSS, OPERAÇÕES DE CRÉDITO COM O BADESC. AINDA, POR FORÇA DA LEGISLAÇÃO CONTRIBUI COM O PASEP.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
0.002	3	O	CONTRIBUIÇÃO AO PASEP	CONTRIBUIÇÃO (ANO)	48,000	125.000,00

**II - Descrição das Ações**

CONTRIBUIÇÃO AO PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	125.000,00	0,00	125.000,00
<b>Total:</b>			<b>125.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>125.000,00</b>

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**  
**Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas**  
 Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 11/78  
 Data: 23/11/2015

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ E FAZENDA	03.00
Unidade:	Secretaria de Administração, Planej. e Fazenda	03.01
Função:	Encargos Especiais	28
Subfunção:	Outros Encargos Especiais	846
Programa:	ENCARGOS ESPECIAIS	0011

Objetivo do programa:

GARANTIR QUE OS COMPROMISSOS ASSUMIDOS SEJAM CUMPRIDOS.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI DÉBITO CONSOLIDADO COM O INSS, OPERAÇÕES DE CRÉDITO COM O BADESC. AINDA, POR FORÇA DA LEGISLAÇÃO CONTRIBUI COM O PASEP.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
0.001	3	O	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA CONTRATADA	AMORTIZAÇÃO (ANO)	48,000	45.000,00

**II - Descrição das Ações**

PAGAMENTO DA DÍVIDA CONTRATADA, PAGAMENTO DOS JUROS INCIDENTES.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	45.000,00	0,00	45.000,00
<b>Total:</b>			<b>45.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>45.000,00</b>



**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 12/78  
 Data: 23/11/2015

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	04.00
Unidade:	Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo	04.01
Função:	Segurança Pública	6
Subfunção:	Policimento	181
Programa:	BRUNOPOLIS MAIS SEGURO	0006

Objetivo do programa:

PROPORCIONAR CONDIÇÕES DE DESEMPENHAR AÇÕES DE SEGURANÇA, DESENVOLVER AÇÕES VISANDO A PREVENÇÃO DE CRIMES, DESENVOLVER A INTEGRAÇÃO DA POLÍCIA COM A SOCIEDADE, E PROMOVER O APOIO AS PESSOAS VÍTIMAS DE INTEMPÉRIES, DESASTRES NATURAIS E CALAMIDADES PÚBLICAS.

Justificativa do programa:

MANTER O BEM-ESTAR, A INTEGRIDADE, PREVENIR DOENÇAS, PRESTAR ASSISTÊNCIA A PESSOAS VÍTIMAS DE DESASTRES. PROPORCIONAR CONDIÇÕES DE DESEMPENHAR AÇÕES DE SEGURANÇA, DESENVOLVER AÇÕES VISANDO A PREVENÇÃO DE CRIMES, DESENVOLVER A INTEGRAÇÃO DA POLÍCIA COM A SOCIEDADE.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.016	3	A	SEGURANÇA PÚBLICA	MANUTENÇÃO (ANO)	4,000	33.560,00

**II - Descrição das Ações**  
 SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA CIVIL

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	30.000,00	0,00	30.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0010 - Convênio Trânsito - Militar	0,00	1.160,00	1.160,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0011 - Convênio Trânsito - Civil	0,00	1.160,00	1.160,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0012 - Convênio Trânsito - Prefeitura	0,00	620,00	620,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0954 - Convênio de Trânsito - Militar	0,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0955 - Convênio de Trânsito - Civil	0,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0956 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	0,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0012 - Convênio Trânsito - Prefeitura	0,00	620,00	620,00
<b>Total:</b>			<b>30.000,00</b>	<b>3.560,00</b>	<b>33.560,00</b>

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 13/78  
 Data: 23/11/2015

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	04.00
Unidade:	Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo	04.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	0009

**Objetivo do programa:**

MANTER AS VIAS URBANAS, AS ÁREAS DE LAZER E A CIDADE LIMPA. PERMITIR O ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA A QUALQUER TEMPO. DAR MAIOR SEGURANÇA AOS MOTORISTAS E PEDESTRES USUÁRIOS DO SISTEMA VIÁRIO, OFERECER MAIS CONFORTO AOS USUÁRIOS DO TRANSPORTE COLETIVO. MELHORAR AS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE NAS VIAS DE MAIOR MOVIMENTO DE VEÍCULOS E OFERECER MAIS SEGURANÇA AOS PEDESTRES.

**Justificativa do programa:**

O MUNICÍPIO VEM DESENVOLVENDO A URBANIZAÇÃO E O PLANEJAMENTO URBANO, PAVIMENTANDO RUAS E ESTRADAS, IMPLANTANDO SINALIZAÇÃO VIÁRIA. HÁ A NECESSIDADE DE CONTINUAR A PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS DO PERÍMETRO URBANO. O MUNICÍPIO POSSUI MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER AS ESTRADAS VICINAIS E VIAS URBANAS QUE NECESSITAM DE CONSERVAÇÃO. O MUNICÍPIO POSSUI VIAS URBANAS AINDA NÃO PAVIMENTADAS E PASSEIO NO PERÍMETRO URBANO A PAVIMENTAR.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)		Física	Financeira
1.021	3	P	CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS ESPORTIVAS E DE LAZER	OBRAS	(OBR)	0,000	5.000,00

**II - Descrição das Ações**

CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS ESPORTIVAS E DE LAZER

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0000 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
<b>Total:</b>			<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.000,00</b>

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 14/78  
 Data: 23/11/2015

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	04.00
Unidade:	Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo	04.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	0009

Objetivo do programa:

MANTER AS VIAS URBANAS, AS ÁREAS DE LAZER E A CIDADE LIMPA. PERMITIR O ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA A QUALQUER TEMPO. DAR MAIOR SEGURANÇA AOS MOTORISTAS E PEDESTRES USUÁRIOS DO SISTEMA VIÁRIO, OFERECER MAIS CONFORTO AOS USUÁRIOS DO TRANSPORTE COLETIVO. MELHORAR AS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE NAS VIAS DE MAIOR MOVIMENTO DE VEÍCULOS E OFERECER MAIS SEGURANÇA AOS PEDESTRES.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO VEM DESENVOLVENDO A URBANIZAÇÃO E O PLANEJAMENTO URBANO, PAVIMENTANDO RUAS E ESTRADAS, IMPLANTANDO SINALIZAÇÃO VIÁRIA. HÁ A NECESSIDADE DE CONTINUAR A PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS DO PERÍMETRO URBANO. O MUNICÍPIO POSSUI MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER AS ESTRADAS VICINAIS E VIAS URBANAS QUE NECESSITAM DE CONSERVAÇÃO. O MUNICÍPIO POSSUI VIAS URBANAS AINDA NÃO PAVIMENTADAS E PASSEIO NO PERÍMETRO URBANO A PAVIMENTAR.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.004	3	A	MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	MANUTENÇÃO (ANO)	4,000	142.120,00

**II - Descrição das Ações**

MANTER E AMPLIAR A ILUMINAÇÃO PÚBLICA

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	30.000,00	0,00	30.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0008 - Contribuição Custeio Serviços II	0,00	112.120,00	112.120,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0917 - Contribuição Custeio Serviços II	0,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0917 - Contribuição Custeio Serviços II	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>			<b>30.000,00</b>	<b>112.120,00</b>	<b>142.120,00</b>

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 15/78  
 Data: 23/11/2015

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	04.00
Unidade:	Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo	04.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	0009

**Objetivo do programa:**

MANter AS VIAS URBANAS, AS ÁREAS DE LAZER E A CIDADE LIMPA. PERMITIR O ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA A QUALQUER TEMPO. DAR MAIOR SEGURANÇA AOS MOTORISTAS E PEDESTRES USUÁRIOS DO SISTEMA VIÁRIO. OFERECER MAIS CONFORTO AOS USUÁRIOS DO TRANSPORTE COLETIVO. MELHORAR AS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE NAS VIAS DE MAIOR MOVIMENTO DE VEÍCULOS E OFERECER MAIS SEGURANÇA AOS PEDESTRES.

**Justificativa do programa:**

O MUNICÍPIO VEM DESENVOLVENDO A URBANIZAÇÃO E O PLANEJAMENTO URBANO, PAVIMENTANDO RUAS E ESTRADAS, IMPLANTANDO SINALIZAÇÃO VIÁRIA. HÁ A NECESSIDADE DE CONTINUAR A PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS DO PERÍMETRO URBANO. O MUNICÍPIO POSSUI MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER AS ESTRADAS VICINAIS E VIAS URBANAS QUE NECESSITAM DE CONSERVAÇÃO. O MUNICÍPIO POSSUI VIAS URBANAS AINDA NÃO PAVIMENTADAS E PASSEIO NO PERÍMETRO URBANO A PAVIMENTAR.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.017	3	A	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS	MANUTENÇÃO (ANO)	4,000	1.317.640,00

**II - Descrição das Ações**

MANter AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	638.000,00	0,00	638.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	605.000,00	0,00	605.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0007 - Contribuição de Intervenção do	0,00	720,00	720,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0039 - Fundo Especial do Petróleo e T	0,00	73.200,00	73.200,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0064 - Transferências de Convênios - I	0,00	720,00	720,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0916 - Contribuição de Intervenção do	0,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0944 - FEP	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>			<b>1.243.000,00</b>	<b>74.640,00</b>	<b>1.317.640,00</b>

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 16/78  
Data: 23/11/2015

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	04.00
Unidade:	Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo	04.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	0009

**Objetivo do programa:**

MANTER AS VIAS URBANAS, AS ÁREAS DE LAZER E A CIDADE LIMPA. PERMITIR O ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA A QUALQUER TEMPO. DAR MAIOR SEGURANÇA AOS MOTORISTAS E PEDESTRES USUÁRIOS DO SISTEMA VIÁRIO, OFERECER MAIS CONFORTO AOS USUÁRIOS DO TRANSPORTE COLETIVO. MELHORAR AS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE NAS VIAS DE MAIOR MOVIMENTO DE VEÍCULOS E OFERECER MAIS SEGURANÇA AOS PEDESTRES.

**Justificativa do programa:**

O MUNICÍPIO VEM DESENVOLVENDO A URBANIZAÇÃO E O PLANEJAMENTO URBANO, PAVIMENTANDO RUAS E ESTRADAS, IMPLANTANDO SINALIZAÇÃO VIÁRIA. HÁ A NECESSIDADE DE CONTINUAR A PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS DO PERÍMETRO URBANO. O MUNICÍPIO POSSUI MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER AS ESTRADAS VICINAIS E VIAS URBANAS QUE NECESSITAM DE CONSERVAÇÃO. O MUNICÍPIO POSSUI VIAS URBANAS AINDA NÃO PAVIMENTADAS E PASSEIO NO PERÍMETRO URBANO A PAVIMENTAR.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.039	3	P	CONTRUÇÃO DE PORTAIS	OBRAS (OBR)	0,000	0,00

**II - Descrição das Ações**  
CONTRUÇÃO DE PORTAIS

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0000 - Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 17/78  
 Data: 23/11/2015

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	04.00
Unidade:	Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo	04.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	0009

Objetivo do programa:

MANTER AS VIAS URBANAS, AS ÁREAS DE LAZER E A CIDADE LIMPAS. PERMITIR O ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA A QUALQUER TEMPO. DAR MAIOR SEGURANÇA AOS MOTORISTAS E PEDESTRES USUÁRIOS DO SISTEMA VIÁRIO. OFERECER MAIS CONFORTO AOS USUÁRIOS DO TRANSPORTE COLETIVO. MELHORAR AS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE NAS VIAS DE MAIOR MOVIMENTO DE VEÍCULOS E OFERECER MAIS SEGURANÇA AOS PEDESTRES.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO VEM DESENVOLVENDO A URBANIZAÇÃO E O PLANEJAMENTO URBANO, PAVIMENTANDO RUAS E ESTRADAS, IMPLANTANDO SINALIZAÇÃO VIÁRIA. HÁ A NECESSIDADE DE CONTINUAR A PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS DO PERÍMETRO URBANO. O MUNICÍPIO POSSUI MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER AS ESTRADAS VICINAIS E VIAS URBANAS QUE NECESSITAM DE CONSERVAÇÃO. O MUNICÍPIO POSSUI VIAS URBANAS AINDA NÃO PAVIMENTADAS E PASSEIO NO PERÍMETRO URBANO A PAVIMENTAR.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.020	3 P		PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS	PAVIMENTAÇÃO DE VIAS (OBR)	4,000	25.120,00

**II - Descrição das Ações**

PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS URBANAS

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	25.000,00	0,00	25.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0034 - Transferências de Convênios - I	0,00	120,00	120,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0924 - Transferências de Convênios - I	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>			<b>25.000,00</b>	<b>120,00</b>	<b>25.120,00</b>

# **Natureza Jurídica não encontrada** **PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 18/78  
Data: 23/11/2015

## **I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	04.00
Unidade:	Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo	04.01
Função:	Saneamento	17
Subfunção:	Saneamento Básico Urbano	512
Programa:	OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	0009

Objetivo do programa:

MANter AS VIAS URBANAS, AS ÁREAS DE LAZER E A CIDADE LIMPA. PERMITIR O ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA A QUALQUER TEMPO. DAR MAIOR SEGURANÇA AOS MOTORISTAS E PEDESTRES USUÁRIOS DO SISTEMA VIÁRIO, OFERECER MAIS CONFORTO AOS USUÁRIOS DO TRANSPORTE COLETIVO. MELHORAR AS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE NAS VIAS DE MAIOR MOVIMENTO DE VEÍCULOS E OFERECER MAIS SEGURANÇA AOS PEDESTRES.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO VEM DESENVOLVENDO A URBANIZAÇÃO E O PLANEJAMENTO URBANO, PAVIMENTANDO RUAS E ESTRADAS, IMPLANTANDO SINALIZAÇÃO VIÁRIA. HÁ A NECESSIDADE DE CONTINUAR A PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS DO PERÍMETRO URBANO. O MUNICÍPIO POSSUI MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER AS ESTRADAS VICINAIS E VIAS URBANAS QUE NECESSITAM DE CONSERVAÇÃO. O MUNICÍPIO POSSUI VIAS URBANAS AINDA NÃO PAVIMENTADAS E PASSEIO NO PERÍMETRO URBANO A PAVIMENTAR.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.021	3	A	COLETA E DESTINAÇÃO DE LIXO	MANUTENÇÃO (ANO)	4,000	109.120,00

## **II - Descrição das Ações**

COLETA E DESTINAÇÃO FINAL DO LIXO RESIDENCIAL EM ATERRO SANITÁRIO.

## **III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	00.01.0000 - Recursos Ordinários	2.885,00	0,00	2.885,00
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0000 - Recursos Ordinários	16.035,00	0,00	16.035,00
3.3.72.00.00.00.00.00	Execução Orçament. Delegada a Consórcios Públicos	00.01.0000 - Recursos Ordinários	100,00	0,00	100,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	90.000,00	0,00	90.000,00
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0000 - Recursos Ordinários	100,00	0,00	100,00
<b>Total:</b>			<b>109.120,00</b>	<b>0,00</b>	<b>109.120,00</b>



**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 19/78  
 Data: 23/11/2015

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	04.00
Unidade:	Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo	04.01
Função:	Transporte	26
Subfunção:	Transporte Rodoviário	782
Programa:	OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	0009

**Objetivo do programa:**

MANTER AS VIAS URBANAS, AS ÁREAS DE LAZER E A CIDADE LIMPA. PERMITIR O ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA A QUALQUER TEMPO. DAR MAIOR SEGURANÇA AOS MOTORISTAS E PEDESTRES USUÁRIOS DO SISTEMA VIÁRIO, OFERECER MAIS CONFORTO AOS USUÁRIOS DO TRANSPORTE COLETIVO. MELHORAR AS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE NAS VIAS DE MAIOR MOVIMENTO DE VEÍCULOS E OFERECER MAIS SEGURANÇA AOS PEDESTRES.

**Justificativa do programa:**

O MUNICÍPIO VEM DESENVOLVENDO A URBANIZAÇÃO E O PLANEJAMENTO URBANO, PAVIMENTANDO RUAS E ESTRADAS, IMPLANTANDO SINALIZAÇÃO VIÁRIA. HÁ A NECESSIDADE DE CONTINUAR A PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS DO PERÍMETRO URBANO. O MUNICÍPIO POSSUI MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER AS ESTRADAS VICINAIS E VIAS URBANAS QUE NECESSITAM DE CONSERVAÇÃO. O MUNICÍPIO POSSUI VIAS URBANAS AINDA NÃO PAVIMENTADAS E PASSEIO NO PERÍMETRO URBANO A PAVIMENTAR.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.011	1	P	AMPLIAÇÃO DA GARAGEM - OBRAS	EDIFICAÇÃO (OBR)	0,000	0,00

**II - Descrição das Ações**

AMPLIAÇÃO DA GARAGEM - OBRAS

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0000 - Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 20/78  
Data: 23/11/2015

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	04.00
Unidade:	Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo	04.01
Função:	Transporte	26
Subfunção:	Transporte Rodoviário	782
Programa:	OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	0009

Objetivo do programa:

MANTER AS VIAS URBANAS, AS ÁREAS DE LAZER E A CIDADE LIMPA. PERMITIR O ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA A QUALQUER TEMPO. DAR MAIOR SEGURANÇA AOS MOTORISTAS E PEDESTRES USUÁRIOS DO SISTEMA VIÁRIO. OFERECER MAIS CONFORTO AOS USUÁRIOS DO TRANSPORTE COLETIVO. MELHORAR AS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE NAS VIAS DE MAIOR MOVIMENTO DE VEÍCULOS E OFERECER MAIS SEGURANÇA AOS PEDESTRES.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO VEM DESENVOLVENDO A URBANIZAÇÃO E O PLANEJAMENTO URBANO, PAVIMENTANDO RUAS E ESTRADAS, IMPLANTANDO SINALIZAÇÃO VIÁRIA. HÁ A NECESSIDADE DE CONTINUAR A PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS DO PERÍMETRO URBANO. O MUNICÍPIO POSSUI MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER AS ESTRADAS VICINAIS E VIAS URBANAS QUE NECESSITAM DE CONSERVAÇÃO. O MUNICÍPIO POSSUI VIAS URBANAS AINDA NÃO PAVIMENTADAS E PASSEIO NO PERÍMETRO URBANO A PAVIMENTAR.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.019	3 P		CONSTRUÇÃO DE PONTES E BUEIROS	PONTE (OBR)	4,000	0,00

**II - Descrição das Ações**

CONSTRUÇÃO DE BUEIROS E PONTES DE ALVENARIA EM SUBSTITUIÇÃO AS EXISTENTES

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0924 - Transferências de Convênios - (	0,00	0,00	0,00
Total:			0,00	0,00	0,00

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 21/78  
 Data: 23/11/2015

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	04.00
Unidade:	Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo	04.01
Função:	Transporte	26
Subfunção:	Transporte Rodoviário	782
Programa:	OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	0009

Objetivo do programa:

MANTER AS VIAS URBANAS, AS ÁREAS DE LAZER E A CIDADE LIMPAS. PERMITIR O ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA A QUALQUER TEMPO. DAR MAIOR SEGURANÇA AOS MOTORISTAS E PEDESTRES USUÁRIOS DO SISTEMA VIÁRIO. OFERECER MAIS CONFORTO AOS USUÁRIOS DO TRANSPORTE COLETIVO. MELHORAR AS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE NAS VIAS DE MAIOR MOVIMENTO DE VEÍCULOS E OFERECER MAIS SEGURANÇA AOS PEDESTRES.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO VEM DESENVOLVENDO A URBANIZAÇÃO E O PLANEJAMENTO URBANO, PAVIMENTANDO RUAS E ESTRADAS, IMPLANTANDO SINALIZAÇÃO VIÁRIA. HÁ A NECESSIDADE DE CONTINUAR A PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS DO PERÍMETRO URBANO. O MUNICÍPIO POSSUI MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER AS ESTRADAS VICINAIS E VIAS URBANAS QUE NECESSITAM DE CONSERVAÇÃO. O MUNICÍPIO POSSUI VIAS URBANAS AINDA NÃO PAVIMENTADAS E PASSEIO NO PERÍMETRO URBANO A PAVIMENTAR.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.010	3	P	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	EQUIPAMENTOS (EQU)	8,000	40.120,00

**II - Descrição das Ações**  
 MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	40.000,00	0,00	40.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0089 - Alienação de Bens destinados a	0,00	120,00	120,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.02.0089 - Alienação de Bens destinados a	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>			<b>40.000,00</b>	<b>120,00</b>	<b>40.120,00</b>

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 22/78  
 Data: 23/11/2015

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	04.00
Unidade:	Depto. Munic. de Água, Esgoto e Saneamento Básico	04.02
Função:	Saneamento	17
Subfunção:	Saneamento Básico Urbano	512
Programa:	OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	0009

Objetivo do programa:

MANTER AS VIAS URBANAS, AS ÁREAS DE LAZER E A CIDADE LIMPA. PERMITIR O ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA A QUALQUER TEMPO. DAR MAIOR SEGURANÇA AOS MOTORISTAS E PEDESTRES USUÁRIOS DO SISTEMA VIÁRIO. OFERECER MAIS CONFORTO AOS USUÁRIOS DO TRANSPORTE COLETIVO. MELHORAR AS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE NAS VIAS DE MAIOR MOVIMENTO DE VEÍCULOS E OFERECER MAIS SEGURANÇA AOS PEDESTRES.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO VEM DESENVOLVENDO A URBANIZAÇÃO E O PLANEJAMENTO URBANO, PAVIMENTANDO RUAS E ESTRADAS, IMPLANTANDO SINALIZAÇÃO VIÁRIA. HÁ A NECESSIDADE DE CONTINUAR A PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS DO PERÍMETRO URBANO. O MUNICÍPIO POSSUI MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER AS ESTRADAS VICINAIS E VIAS URBANAS QUE NECESSITAM DE CONSERVAÇÃO. O MUNICÍPIO POSSUI VIAS URBANAS AINDA NÃO PAVIMENTADAS E PASSEIO NO PERÍMETRO URBANO A PAVIMENTAR.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.040	1	A	CISAM - MEIO OESTE SC	MANUTENÇÃO (ANO)	1,000	4.660,00

**II - Descrição das Ações**

CISAM - MEIO OESTE SC

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	00.01.0000 - Recursos Ordinários	2.050,00	0,00	2.050,00
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0000 - Recursos Ordinários	1.700,00	0,00	1.700,00
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0000 - Recursos Ordinários	910,00	0,00	910,00
<b>Total:</b>			<b>4.660,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.660,00</b>

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 23/78  
Data: 23/11/2015

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	04.00
Unidade:	Depto. Munic. de Água, Esgoto e Saneamento Básico	04.02
Função:	Saneamento	17
Subfunção:	Saneamento Básico Urbano	512
Programa:	OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	0009

Objetivo do programa:

MANTER AS VIAS URBANAS, AS ÁREAS DE LAZER E A CIDADE LIMPA. PERMITIR O ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA A QUALQUER TEMPO. DAR MAIOR SEGURANÇA AOS MOTORISTAS E PEDESTRES USUÁRIOS DO SISTEMA VIÁRIO. OFERECER MAIS CONFORTO AOS USUÁRIOS DO TRANSPORTE COLETIVO. MELHORAR AS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE NAS VIAS DE MAIOR MOVIMENTO DE VEÍCULOS E OFERECER MAIS SEGURANÇA AOS PEDESTRES.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO VEM DESENVOLVENDO A URBANIZAÇÃO E O PLANEJAMENTO URBANO, PAVIMENTANDO RUAS E ESTRADAS, IMPLANTANDO SINALIZAÇÃO VIÁRIA. HÁ A NECESSIDADE DE CONTINUAR A PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS DO PERÍMETRO URBANO. O MUNICÍPIO POSSUI MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER AS ESTRADAS VICINAIS E VIAS URBANAS QUE NECESSITAM DE CONSERVAÇÃO. O MUNICÍPIO POSSUI VIAS URBANAS AINDA NÃO PAVIMENTADAS E PASSEIO NO PERÍMETRO URBANO A PAVIMENTAR.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.003	3	A	MANUTENÇÃO E MELHORIAS NO SISTEMA DE ÁGUA	MANUTENÇÃO (ANO)	4,000	225.000,00

**II - Descrição das Ações**

MANTER, MELHORAR E AMPLIAR A REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA NO MUNICÍPIO.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	48.000,00	0,00	48.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	167.000,00	0,00	167.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
Total:			225.000,00	0,00	225.000,00

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 24/78  
 Data: 23/11/2015

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM ESTAR E DESPO	05.00
Unidade:	Secretaria de Educação, Cultura, Bem Estar e Despo	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO MUNICIPAL	0003

Objetivo do programa:

MANTER E DESENVOLVER ATIVIDADES VOLTADAS A EDUCAÇÃO, A CULTURA E AO DESPORTO COMUNITÁRIO DO MUNICÍPIO.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI COLÉGIO MUNICIPAL E ESCOLAS ISOLADAS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO. POSSUI TAMBÉM 2 GINÁSIOS DE ESPORTES, CAMPOS DE FUTEBOL, REALIZA EVENTOS ESPORTIVOS E CULTURAIS.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.031	1	A	MERENDA ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL	MANUTENÇÃO (ANO)	1,000	49.600,00

**II - Descrição das Ações**

MERENDA ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	40.000,00	0,00	40.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0037 - Outras Transferências do FNDE	0,00	9.600,00	9.600,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0960 - PNAE - Programa Nacional de /	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>			<b>40.000,00</b>	<b>9.600,00</b>	<b>49.600,00</b>

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 25/78  
Data: 23/11/2015

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM-ESTAR E DESPO	05.00
Unidade:	Secretaria de Educação, Cultura, Bem-Estar e Despo	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO MUNICIPAL	0003

Objetivo do programa:

MANTER E DESENVOLVER ATIVIDADES VOLTADAS A EDUCAÇÃO, A CULTURA E AO DESPORTO COMUNITÁRIO DO MUNICÍPIO.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI COLÉGIO MUNICIPAL E ESCOLAS ISOLADAS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO. POSSUI TAMBÉM 2 GINÁSIOS DE ESPORTES, CAMPOS DE FUTEBOL, REALIZA EVENTOS ESPORTIVOS E CULTURAIS.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.013	1	P	AMPLIAÇÃO DA GARAGEM - EDUCAÇÃO	OBRAS (OBR)	1,000	40.000,00

**II - Descrição das Ações**

AMPLIAÇÃO DA GARAGEM - EDUCAÇÃO

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Receitas Impostos e Transf. de	40.000,00	0,00	40.000,00
Total:			40.000,00	0,00	40.000,00



**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 26/78  
 Data: 23/11/2015

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM-ESTAR E DESPO	05.00
Unidade:	Secretaria de Educação, Cultura, Bem-Estar e Despo	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO MUNICIPAL	0003

Objetivo do programa:

MANter e DESENVOLVER ATIVIDADES VOLTADAS A EDUCAÇÃO, A CULTURA E AO DESPORTO COMUNITÁRIO DO MUNICÍPIO.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI COLÉGIO MUNICIPAL E ESCOLAS ISOLADAS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO. POSSUI TAMBÉM 2 GINÁSIOS DE ESPORTES, CAMPOS DE FUTEBOL, REALIZA EVENTOS ESPORTIVOS E CULTURAIS.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.012	3 A		MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	MANUTENÇÃO (ANO)	4,000	58.500,00

**II - Descrição das Ações**

MANter AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0000 - Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0001 - Receitas Impostos e Transf. de	24.500,00	0,00	24.500,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0000 - Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0001 - Receitas Impostos e Transf. de	34.000,00	0,00	34.000,00
<b>Total:</b>			<b>58.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>58.500,00</b>

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 27/78  
 Data: 23/11/2015

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM-ESTAR E DESPO	05.00
Unidade:	Secretaria de Educação, Cultura, Bem Estar e Despo	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO MUNICIPAL	0003

Objetivo do programa:

MANTER E DESENVOLVER ATIVIDADES VOLTADAS A EDUCAÇÃO, A CULTURA E AO DESPORTO COMUNITÁRIO DO MUNICÍPIO.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI COLÉGIO MUNICIPAL E ESCOLAS ISOLADAS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO. POSSUI TAMBÉM 2 GINÁSIOS DE ESPORTES, CAMPOS DE FUTEBOL, REALIZA EVENTOS ESPORTIVOS E CULTURAIS.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.008	3 A		TRANSPORTE ESCOLAR	MANUTENÇÃO (ANO)	4,000	937.270,00

**II - Descrição das Ações**

MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR NO MUNICÍPIO.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0000 - Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0001 - Receitas Impostos e Transf. de	270.000,00	0,00	270.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0000 - Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0001 - Receitas Impostos e Transf. de	218.000,00	0,00	218.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0019 - Transferências do FUNDEB - 4f	0,00	109.600,00	109.600,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0036 - Salário-Educação	0,00	78.750,00	78.750,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0037 - Outras Transferências do FNDE	0,00	44.800,00	44.800,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0062 - Transferências de Convênios - I	0,00	216.120,00	216.120,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0922 - Transferências de Convênios - I	0,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0958 - Salário Educação	0,00	0,00	0,00

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**  
**Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas**  
Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 28/78  
Data: 23/11/2015

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0961 - PNATE - Programa Nac. de Apr	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>			<b>488.000,00</b>	<b>449.270,00</b>	<b>937.270,00</b>

Página: 29/78  
Data: 23/11/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**

**Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas**

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM-ESTAR E DESPO	05.00
Unidade:	Secretaria de Educação, Cultura, Bem Estar e Despo	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO MUNICIPAL	0003

Objetivo do programa:

MANTER E DESENVOLVER ATIVIDADES VOLTADAS A EDUCAÇÃO, A CULTURA E AO DESPORTO COMUNITÁRIO DO MUNICÍPIO.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI COLÉGIO MUNICIPAL E ESCOLAS ISOLADAS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO. POSSUI TAMBÉM 2 GINÁSIOS DE ESPORTES, CAMPOS DE FUTEBOL, REALIZA EVENTOS ESPORTIVOS E CULTURAIS.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.007	3	A	ENSINO FUNDAMENTAL	MANUTENÇÃO (ANO)	4,000	1.109.410,00

**II - Descrição das Ações**

MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0000 - Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0001 - Receitas Impostos e Transf. de	163.000,00	0,00	163.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0018 - Transferências do FUNDEB - 6(	0,00	767.200,00	767.200,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0019 - Transferências do FUNDEB - 4(	0,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0000 - Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0001 - Receitas Impostos e Transf. de	137.000,00	0,00	137.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0036 - Salário-Educação	0,00	26.250,00	26.250,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0037 - Outras Transferências do FNDE	0,00	960,00	960,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0958 - Salário Educação	0,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0959 - Transferências referentes ao - F	0,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0962 - Outras Transferências do FNDE	0,00	0,00	0,00

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 30/78  
 Data: 23/11/2015

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Receitas Impostos e Transf. de	15.000,00	0,00	15.000,00
<b>Total:</b>			<b>315.000,00</b>	<b>794.410,00</b>	<b>1.109.410,00</b>

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 31/78  
 Data: 23/11/2015

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM-ESTAR E DESPO	05.00
Unidade:	Secretaria de Educação, Cultura, Bem-Estar e Despo	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO MUNICIPAL	0003

Objetivo do programa:

MANTER E DESENVOLVER ATIVIDADES VOLTADAS A EDUCAÇÃO, A CULTURA E AO DESPORTO COMUNITÁRIO DO MUNICÍPIO.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI COLÉGIO MUNICIPAL E ESCOLAS ISOLADAS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO. POSSUI TAMBÉM 2 GINÁSIOS DE ESPORTES, CAMPOS DE FUTEBOL, REALIZA EVENTOS ESPORTIVOS E CULTURAIS.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.028	3	P	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A EDUCAÇÃO	CARRO (VEI)	4,000	5,000,00

**II - Descrição das Ações**

AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A EDUCAÇÃO

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Receitas Impostos e Transf. de	5,000,00	0,00	5,000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0922 - Transferências de Convênios - I	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>			<b>5,000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5,000,00</b>

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 32/78  
 Data: 23/11/2015

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM ESTAR E DESPO	05.00
Unidade:	Secretaria de Educação, Cultura, Bem Estar e Despo	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO MUNICIPAL	0003

Objetivo do programa:

MANTER E DESENVOLVER ATIVIDADES VOLTADAS A EDUCAÇÃO, A CULTURA E AO DESPORTO COMUNITÁRIO DO MUNICÍPIO.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI COLÉGIO MUNICIPAL E ESCOLAS ISOLADAS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO. POSSUI TAMBÉM 2 GINÁSIOS DE ESPORTES, CAMPOS DE FUTEBOL, REALIZA EVENTOS ESPORTIVOS E CULTURAIS.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.001	3 P		EDIFICAÇÕES PARA O ENSINO FUNDAMENTAL	OBRAS (OBR)	1,000	5.120,00

**II - Descrição das Ações**

CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Receitas Impostos e Transf. de	5.000,00	0,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0032 - Transferências de Convênios - I	0,00	120,00	120,00
<b>Total:</b>			<b>5.000,00</b>	<b>120,00</b>	<b>5.120,00</b>



**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 33/78  
 Data: 23/11/2015

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM-ESTAR E DESPO	05.00
Unidade:	Secretaria de Educação, Cultura, Bem-Estar e Despo	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Profissional	363
Programa:	EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO MUNICIPAL	0003

Objetivo do programa:

MANTER E DESENVOLVER ATIVIDADES VOLTADAS A EDUCAÇÃO, A CULTURA E AO DESPORTO COMUNITÁRIO DO MUNICÍPIO.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI COLÉGIO MUNICIPAL E ESCOLAS ISOLADAS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO. POSSUI TAMBÉM 2 GINÁSIOS DE ESPORTES, CAMPOS DE FUTEBOL, REALIZA EVENTOS ESPORTIVOS E CULTURAIS.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.036	3 A		ENSINO PROFISSIONALIZANTE	MANUTENÇÃO (ANO)	4,000	0,00

**II - Descrição das Ações**

ENSINO PROFISSIONALIZANTE

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 34/78  
Data: 23/11/2015

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM-ESTAR E DESPO	05.00
Unidade:	Secretaria de Educação, Cultura, Bem-Estar e Despo	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Superior	364
Programa:	EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO MUNICIPAL	0003

Objetivo do programa:

MANTER E DESENVOLVER ATIVIDADES VOLTADAS A EDUCAÇÃO, A CULTURA E AO DESPORTO COMUNITÁRIO DO MUNICÍPIO.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI COLÉGIO MUNICIPAL E ESCOLAS ISOLADAS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO. POSSUI TAMBÉM 2 GINÁSIOS DE ESPORTES, CAMPOS DE FUTEBOL, REALIZA EVENTOS ESPORTIVOS E CULTURAIS.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.025	3	A	AUXÍLIO A ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS	MANUTENÇÃO (ANO)	4,000	0,00

**II - Descrição das Ações**

CONCESSÃO DE BOLSAS E AUXÍLIOS A ESTUDANTES DO MUNICÍPIO

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00
Total:			0,00	0,00	0,00

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 35/78  
 Data: 23/11/2015

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM-ESTAR E DESPO	05.00
Unidade:	Secretaria de Educação, Cultura, Bem-Estar e Despo	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Infantil	365
Programa:	EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO MUNICIPAL	0003

Objetivo do programa:

MANTER E DESENVOLVER ATIVIDADES VOLTADAS A EDUCAÇÃO, A CULTURA E AO DESPORTO COMUNITÁRIO DO MUNICÍPIO.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI COLÉGIO MUNICIPAL E ESCOLAS ISOLADAS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO. POSSUI TAMBÉM 2 GINÁSIOS DE ESPORTES, CAMPOS DE FUTEBOL, REALIZA EVENTOS ESPORTIVOS E CULTURAIS.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.010	1 A		MERENDA ESCOLAR - EDUC. INFANTIL	MANUTENÇÃO (ANO)	1,000	0,00

**II - Descrição das Ações**

MERENDA ESCOLAR - EDUC. INFANTIL

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.03.0960 - PNAE - Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 36/78  
 Data: 23/11/2015

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM ESTAR E DESPO	05.00
Unidade:	Secretaria de Educação, Cultura, Bem Estar e Despo	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Infantil	365
Programa:	EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO MUNICIPAL	0003

Objetivo do programa:

MANTER E DESENVOLVER ATIVIDADES VOLTADAS A EDUCAÇÃO, A CULTURA E AO DESPORTO COMUNITÁRIO DO MUNICÍPIO.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI COLÉGIO MUNICIPAL E ESCOLAS ISOLADAS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO. POSSUI TAMBÉM 2 GINÁSIOS DE ESPORTES, CAMPOS DE FUTEBOL, REALIZA EVENTOS ESPORTIVOS E CULTURAIS.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.048	3 A		EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE	MANUTENÇÃO (ANO)	0,000	344.600,00

**II - Descrição das Ações**  
 EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Receitas Impostos e Transf. de	185.000,00	0,00	185.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0018 - Transferências do FUNDEB - 6(	0,00	109.600,00	109.600,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Receitas Impostos e Transf. de	45.000,00	0,00	45.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Receitas Impostos e Transf. de	5.000,00	0,00	5.000,00
<b>Total:</b>			<b>235.000,00</b>	<b>109.600,00</b>	<b>344.600,00</b>

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 37/78  
 Data: 23/11/2015

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM ESTAR E DESPO	05.00
Unidade:	Secretaria de Educação, Cultura, Bem Estar e Despo	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Infantil	365
Programa:	EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO MUNICIPAL	0003

Objetivo do programa:

MANTER E DESENVOLVER ATIVIDADES VOLTADAS A EDUCAÇÃO, A CULTURA E AO DESPORTO COMUNITÁRIO DO MUNICÍPIO.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI COLÉGIO MUNICIPAL E ESCOLAS ISOLADAS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO. POSSUI TAMBÉM 2 GINÁSIOS DE ESPORTES, CAMPOS DE FUTEBOL, REALIZA EVENTOS ESPORTIVOS E CULTURAIS.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.047	3 A		EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ-ESCOLAR	MANUTENÇÃO (ANO)	0,000	270.600,00

**II - Descrição das Ações**

EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ-ESCOLAR

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Receitas Impostos e Transf. de	136.000,00	0,00	136.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0018 - Transferências do FUNDEB - 6(	0,00	109.600,00	109.600,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Receitas Impostos e Transf. de	15.000,00	0,00	15.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Receitas Impostos e Transf. de	10.000,00	0,00	10.000,00
<b>Total:</b>			<b>161.000,00</b>	<b>109.600,00</b>	<b>270.600,00</b>

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 38/78  
 Data: 23/11/2015

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM-ESTAR E DESPO	05.00
Unidade:	Secretaria de Educação, Cultura, Bem Estar e Despo	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Infantil	365
Programa:	EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO MUNICIPAL	0003

Objetivo do programa:

MANTER E DESENVOLVER ATIVIDADES VOLTADAS A EDUCAÇÃO, A CULTURA E AO DESPORTO COMUNITÁRIO DO MUNICÍPIO.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI COLÉGIO MUNICIPAL E ESCOLAS ISOLADAS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO. POSSUI TAMBÉM 2 GINÁSIOS DE ESPORTES, CAMPOS DE FUTEBOL, REALIZA EVENTOS ESPORTIVOS E CULTURAIS.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.046	3 A		MERENDA ESCOLAR - PRÉ-ESCOLAR	MANUTENÇÃO (ANO)	0,000	17.320,00

**II - Descrição das Ações**

MERENDA ESCOLAR - PRÉ-ESCOLAR

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	3.000,00	0,00	3.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0037 - Outras Transferências do FNDE	0,00	14.320,00	14.320,00
<b>Total:</b>			<b>3.000,00</b>	<b>14.320,00</b>	<b>17.320,00</b>

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 39/78  
Data: 23/11/2015

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM-ESTAR E DESPO	05.00
Unidade:	Secretaria de Educação, Cultura, Bem Estar e Despo	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Infantil	365
Programa:	EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO MUNICIPAL	0003

Objetivo do programa:

MANTER E DESENVOLVER ATIVIDADES VOLTADAS A EDUCAÇÃO, A CULTURA E AO DESPORTO COMUNITÁRIO DO MUNICÍPIO.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI COLÉGIO MUNICIPAL E ESCOLAS ISOLADAS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO. POSSUI TAMBÉM 2 GINÁSIOS DE ESPORTES, CAMPOS DE FUTEBOL, REALIZA EVENTOS ESPORTIVOS E CULTURAIS.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.045	3 A		MERENDA ESCOLAR - CRECHE	MANUTENÇÃO (ANO)	0,000	44.120,00

**II - Descrição das Ações**

MERENDA ESCOLAR - CRECHE

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	35.000,00	0,00	35.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0037 - Outras Transferências do FNDE	0,00	9.120,00	9.120,00
Total:			35.000,00	9.120,00	44.120,00

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 40/78  
 Data: 23/11/2015

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM ESTAR E DESPO	05.00
Unidade:	Secretaria de Educação, Cultura, Bem Estar e Despo	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Infantil	365
Programa:	EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO MUNICIPAL	0003

Objetivo do programa:

MANTER E DESENVOLVER ATIVIDADES VOLTADAS A EDUCAÇÃO, A CULTURA E AO DESPORTO COMUNITÁRIO DO MUNICÍPIO.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI COLÉGIO MUNICIPAL E ESCOLAS ISOLADAS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO. POSSUI TAMBÉM 2 GINÁSIOS DE ESPORTES, CAMPOS DE FUTEBOL, REALIZA EVENTOS ESPORTIVOS E CULTURAIS.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.011	3 A		EDUCAÇÃO INFANTIL	MANUTENÇÃO (ANO)	4,000	0,00

**II - Descrição das Ações**

MANTER A EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Receitas Impostos e Transf. de	0,00	0,00	0,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0019 - Transferências do FUNDEB - 4f	0,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Receitas Impostos e Transf. de	0,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>



**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 41/78  
Data: 23/11/2015

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM-ESTAR E DESPO	05.00
Unidade:	Secretaria de Educação, Cultura, Bem-Estar e Despo	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Infantil	365
Programa:	EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO MUNICIPAL	0003

Objetivo do programa:

MANTER E DESENVOLVER ATIVIDADES VOLTADAS A EDUCAÇÃO, A CULTURA E AO DESPORTO COMUNITÁRIO DO MUNICÍPIO.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI COLÉGIO MUNICIPAL E ESCOLAS ISOLADAS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO. POSSUI TAMBÉM 2 GINÁSIOS DE ESPORTES, CAMPOS DE FUTEBOL, REALIZA EVENTOS ESPORTIVOS E CULTURAIS.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.002	3	P	EDIFICAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL	OBRAS (OBR)	0,00	5.000,00

**II - Descrição das Ações**

CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Receitas Impostos e Transf. de	5.000,00	0,00	5.000,00
Total:			5.000,00	0,00	5.000,00

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 42/78  
Data: 23/11/2015

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM ESTAR E DESPO	05.00
Unidade:	Secretaria de Educação, Cultura, Bem Estar e Despo	05.01
Função:	Cultura	13
Subfunção:	Difusão Cultural	392
Programa:	EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO MUNICIPAL	0003

Objetivo do programa:

MANTER E DESENVOLVER ATIVIDADES VOLTADAS A EDUCAÇÃO, A CULTURA E AO DESPORTO COMUNITÁRIO DO MUNICÍPIO.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI COLÉGIO MUNICIPAL E ESCOLAS ISOLADAS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO. POSSUI TAMBÉM 2 GINÁSIOS DE ESPORTES, CAMPOS DE FUTEBOL, REALIZA EVENTOS ESPORTIVOS E CULTURAIS.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.040	1 P		AQUISIÇÃO DE TERRENO - CULTURA	TERRENO (TER)	0,000	0,00

**II - Descrição das Ações**  
AQUISIÇÃO DE TERRENO - CULTURA

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00
Total:			0,00	0,00	0,00

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 43/78  
Data: 23/11/2015

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM-ESTAR E DESPO	05.00
Unidade:	Secretaria de Educação, Cultura, Bem-Estar e Despo	05.01
Função:	Cultura	13
Subfunção:	Difusão Cultural	392
Programa:	EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO MUNICIPAL	0003

Objetivo do programa:

MANTER E DESENVOLVER ATIVIDADES VOLTADAS A EDUCAÇÃO, A CULTURA E AO DESPORTO COMUNITÁRIO DO MUNICÍPIO.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI COLÉGIO MUNICIPAL E ESCOLAS ISOLADAS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO. POSSUI TAMBÉM 2 GINÁSIOS DE ESPORTES, CAMPOS DE FUTEBOL, REALIZA EVENTOS ESPORTIVOS E CULTURAIS.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.049	3 A		FESTIVIDADES MUNICIPAIS	MANUTENÇÃO (ANO)	0,000	50.000,00

**II - Descrição das Ações**  
FESTIVIDADES MUNICIPAIS

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
Total:			50.000,00	0,00	50.000,00

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 44/78  
 Data: 23/11/2015

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM-ESTAR E DESPO	05.00
Unidade:	Secretaria de Educação, Cultura, Bem-Estar e Despo	05.01
Função:	Cultura	13
Subfunção:	Difusão Cultural	392
Programa:	EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO MUNICIPAL	0003

Objetivo do programa:

MANTER E DESENVOLVER ATIVIDADES VOLTADAS A EDUCAÇÃO, A CULTURA E AO DESPORTO COMUNITÁRIO DO MUNICÍPIO.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI COLÉGIO MUNICIPAL E ESCOLAS ISOLADAS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO. POSSUI TAMBÉM 2 GINÁSIOS DE ESPORTES, CAMPOS DE FUTEBOL, REALIZA EVENTOS ESPORTIVOS E CULTURAIS.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.013	3 A		DIFUSÃO DA CULTURA NO MUNICÍPIO	MANUTENÇÃO (ANO)	4,000	16.000,00

**II - Descrição das Ações**

DIFUNDIR A CULTURA E REALIZAR EVENTOS CULTURAIS NO MUNICÍPIO

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	00.01.0000 - Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	16.000,00	0,00	16.000,00
<b>Total:</b>			<b>16.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>16.000,00</b>

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 45/78  
 Data: 23/11/2015

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM-ESTAR E DESPO	05.00
Unidade:	Secretaria de Educação, Cultura, Bem Estar e Despo	05.01
Função:	Desporto e Lazer	27
Subfunção:	Desporto Comunitário	812
Programa:	EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO MUNICIPAL	0003

Objetivo do programa:

MANTER E DESENVOLVER ATIVIDADES VOLTADAS A EDUCAÇÃO, A CULTURA E AO DESPORTO COMUNITÁRIO DO MUNICÍPIO.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI COLÉGIO MUNICIPAL E ESCOLAS ISOLADAS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO. POSSUI TAMBÉM 2 GINÁSIOS DE ESPORTES, CAMPOS DE FUTEBOL, REALIZA EVENTOS ESPORTIVOS E CULTURAIS.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.031	1	P	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESPAÇOS ESPORTIVOS	OBRAS (OBR)	1,000	85.000,00

**II - Descrição das Ações**

CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESPAÇOS ESPORTIVOS

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	85.000,00	0,00	85.000,00
<b>Total:</b>			<b>85.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>85.000,00</b>

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 46/78  
Data: 23/11/2015

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM ESTAR E DESPO	05.00
Unidade:	Secretaria de Educação, Cultura, Bem Estar e Despo	05.01
Função:	Desporto e Lazer	27
Subfunção:	Desporto Comunitário	812
Programa:	EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO MUNICIPAL	0003

Objetivo do programa:

MANTER E DESENVOLVER ATIVIDADES VOLTADAS A EDUCAÇÃO, A CULTURA E AO DESPORTO COMUNITÁRIO DO MUNICÍPIO.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI COLÉGIO MUNICIPAL E ESCOLAS ISOLADAS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO. POSSUI TAMBÉM 2 GINÁSIOS DE ESPORTES, CAMPOS DE FUTEBOL, REALIZA EVENTOS ESPORTIVOS E CULTURAIS.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.014	3 A		ESPORTE AMADOR	MANUTENÇÃO (ANO)	4,000	52.000,00

**II - Descrição das Ações**

MANTER ATIVIDADES ESPORTIVAS, ESCOLINHAS DE ESPORTES E INSTALAÇÕES ESPORTIVAS.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	30.000,00	0,00	30.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	22.000,00	0,00	22.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00
Total:			52.000,00	0,00	52.000,00

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 47/78  
 Data: 23/11/2015

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE AGRIC. PEC. MEIO AMB IND E COMERCIO	06.00
Unidade:	Secretaria de Agríc. Pec. Meio Amb Ind e Comercio	06.01
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Extensão Rural	606
Programa:	DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO, INDUSTRIAL E COMERCIAL	0007

Objetivo do programa:

AUMENTAR A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA, INDUSTRIAL, DESENVOLVER O COMÉRCIO LOCAL, CAPACITAR OS AGRICULTORES E EMPRESÁRIOS, MELHORIAS TECNOLÓGICAS, AMPLIAR O DISTRITO INDUSTRIAL E TRAZER NOVOS EMPREENDIMENTOS PARA O MUNICÍPIO.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO TEM SUA ECONOMIA FUNDADA NA AGRICULTURA E NA PECUÁRIA, E POSSUI ALTO NÍVEL DE DESEMPREGO E BAIXO DESENVOLVIMENTO COMERCIAL E INDUSTRIAL.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.030	3	P	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGROPECUÁRIOS	EQUIPAMENTOS (EQU)	8,000	15.000,00

**II - Descrição das Ações**

ADQUIRIR MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA AGRICULTURA E PECUÁRIA

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	15.000,00	0,00	15.000,00
<b>Total:</b>			<b>15.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>15.000,00</b>

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016  
 Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas  
 Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 48/78  
 Data: 23/11/2015

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE AGRIC. PEC. MEIO AMB IND E COMERCIO	06.00
Unidade:	Secretaria de Agríc. Pec. Meio Amb Ind e Comercio	06.01
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Extensão Rural	606
Programa:	DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO, INDUSTRIAL E COMERCIAL	0007

**Objetivo do programa:**

AUMENTAR A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA, INDUSTRIAL, DESENVOLVER O COMÉRCIO LOCAL, CAPACITAR OS AGRICULTORES E EMPRESÁRIOS, MELHORIAS TECNOLÓGICAS, AMPLIAR O DISTRITO INDUSTRIAL E TRAZER NOVOS EMPREENDIMENTOS PARA O MUNICÍPIO.

**Justificativa do programa:**

O MUNICÍPIO TEM SUA ECONOMIA FUNDADA NA AGRICULTURA E NA PECUÁRIA, E POSSUI ALTO NÍVEL DE DESEMPREGO E BAIXO DESENVOLVIMENTO COMERCIAL E INDUSTRIAL.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.018	3	A	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, IND MANUTENÇÃO (ANO) E COMÉRCIO		4,000	491.000,00

**II - Descrição das Ações**

MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0000 - Recursos Ordinários	363.000,00	0,00	363.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0.0000 - Recursos Ordinários	20.000,00	0,00	20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0000 - Recursos Ordinários	108.000,00	0,00	108.000,00
<b>Total:</b>			<b>491.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>491.000,00</b>



**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 49/78  
 Data: 23/11/2015

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE AGRIC. PEC. MEIO AMB IND E COMERCIO	06.00
Unidade:	Secretaria de Agríc. Pec. Meio Amb Ind e Comercio	06.01
Função:	Indústria	22
Subfunção:	Promoção Industrial	661
Programa:	DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO, INDUSTRIAL E COMERCIAL	0007

Objetivo do programa:

AUMENTAR A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA, INDUSTRIAL, DESENVOLVER O COMÉRCIO LOCAL, CAPACITAR OS AGRICULTORES E EMPRESÁRIOS, MELHORIAS TECNOLÓGICAS, AMPLIAR O DISTRITO INDUSTRIAL E TRAZER NOVOS EMPREENDIMENTOS PARA O MUNICÍPIO.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO TEM SUA ECONOMIA FUNDADA NA AGRICULTURA E NA PECUÁRIA, E POSSUI ALTO NÍVEL DE DESEMPREGO E BAIXO DESENVOLVIMENTO COMERCIAL E INDUSTRIAL.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.026	1 P		AQUISIÇÃO DE TERRENO - IND. E COM.	TERRENO (TER)	1,000	40.000,00

**II - Descrição das Ações**

AQUISIÇÃO DE TERRENO - IND. E COM.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	40.000,00	0,00	40.000,00
<b>Total:</b>			<b>40.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>40.000,00</b>

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 50/78  
Data: 23/11/2015

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE AGRIC. PEC. MEIO AMB IND E COMERCIO	06.00
Unidade:	Secretaria de Agríc. Pec. Meio Amb Ind e Comercio	06.01
Função:	Comércio e Serviços	23
Subfunção:	Turismo	695
Programa:	TURISMO	0010

Objetivo do programa:

DIVULGAR AS POTENCIALIDADES TURÍSTICAS DO MUNICÍPIO, PROMOVER A DIVULGAÇÃO DAS BELEZAS NATURAIS E DA CULTURA LOCAL.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO FOI PALCO DA GUERRA DO CONTESTADO, POSSUINDO MUITA HISTÓRIA E CULTURA. EXISTEM MUITAS BELEZAS NATURAIS COMO RIOS, CACHOEIRAS E AS ILHAS DO RAMO VERDE.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.026	3 A		DESENVOLVIMENTO DO TURISMO MUNICIPAL	MANUTENÇÃO (ANO)	4,000	1.000,00

**II - Descrição das Ações**

DESENVOLVER E DIVULGAR AS POTENCIALIDADES TURÍSTICAS DO MUNICÍPIO

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	1.000,00	0,00	1.000,00
Total:			1.000,00	0,00	1.000,00

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**

**Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas**

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 51/78  
 Data: 23/11/2015

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	07.00
Unidade:	Secretaria de Saúde	07.01
Função:	Saneamento	17
Subfunção:	Saneamento Básico Urbano	512
Programa:	SAUDE E SANEAMENTO PARA TODOS	0004

**Objetivo do programa:**

REALIZAR MEDICINA PREVENTIVA E MELHORAR AS CONDIÇÕES DE SAÚDE DA POPULAÇÃO. PROMOVER CAMPANHAS DE PREVENÇÃO DE DOENÇAS, DESPOLUIR OS CÓRREGOS E RIOS, MELHORAR AS CONDIÇÕES DE SAÚDE E SANEAMENTO DA POPULAÇÃO. ATENDER COM ÁGUA POTÁVEL AS FAMÍLIAS DO CENTRO URBANO DE FORMA A PREVENIR DOENÇAS.

**Justificativa do programa:**

O MUNICÍPIO POSSUI 2 UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICO, DENTISTA, MÉDICOS CREDENCIADOS, ENFERMEIRA, ATENDENTES DE SAÚDE, ALÉM DOS PROFISSIONAIS QUE COMPOEM A EQUIPE DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA. O MUNICÍPIO POSSUI MUITAS RESIDÊNCIAS SEM ESGOTAMENTO SANITÁRIO ADEQUADO CAUSANDO POLUIÇÃO NOS CÓRREGOS E RIOS, POIS NÃO POSSUI SISTEMA DE TRATAMENTO DE EFLUENTES RESIDENCIAIS E INDUSTRIAIS.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.015	3	P	CONSTRUÇÃO SISTEMA COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO	SISTEMA DE ESGOTO (OBR)	1,000	20,000,00

**II - Descrição das Ações**

**CONSTRUÇÃO SISTEMA COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO**

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0000 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0000 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
<b>Total:</b>			<b>20.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>20.000,00</b>

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 52/78  
 Data: 23/11/2015

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO	08.00
Unidade:	Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação	08.01
Função:	Habitação	16
Subfunção:	Habitação Urbana	482
Programa:	HABITAÇÃO BÁSICA	0008

Objetivo do programa:

OPORTUNIZAR AS FAMÍLIAS CARENTES, CONDIÇÕES DIGNAS DE MORADIA.

Justificativa do programa:

NO MUNICÍPIO EXISTE UM DÉFICIT HABITACIONAL ELEVADO E MUITAS MORADIAS QUE NÃO PROPORCIONAM CONDIÇÕES DIGNAS DE HABITABILIDADE.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.006	1	P	AQUISIÇÃO DE TERRENO - HABITAÇÃO	TERRENO (TER)	0,000	10.000,00

**II - Descrição das Ações**

AQUISIÇÃO DE TERRENO - HABITAÇÃO

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
<b>Total:</b>			<b>10.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10.000,00</b>

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 53/78  
 Data: 23/11/2015

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO	08.00
Unidade:	Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação	08.01
Função:	Habitação	16
Subfunção:	Habitação Urbana	482
Programa:	HABITAÇÃO BÁSICA	0008

Objetivo do programa:

OPORTUNIZAR AS FAMÍLIAS CARENTES, CONDIÇÕES DIGNAS DE MORADIA.

Justificativa do programa:

NO MUNICÍPIO EXISTE UM DÉFICIT HABITACIONAL ELEVADO E MUITAS MORADIAS QUE NÃO PROPORCIONAM CONDIÇÕES DIGNAS DE HABITABILIDADE.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.023	3	P	CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES	CASAS POPULARES (OBR)	16,000	30.000,00

**II - Descrição das Ações**  
 CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	30.000,00	0,00	30.000,00
<b>Total:</b>			<b>30.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>30.000,00</b>

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**

**Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas**

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 54/78  
 Data: 23/11/2015

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	09.00
Unidade:	Fundo Municipal de Saúde	09.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	SAÚDE E SANEAMENTO PARA TODOS	0004

**Objetivo do programa:**

REALIZAR MEDICINA PREVENTIVA E MELHORAR AS CONDIÇÕES DE SAÚDE DA POPULAÇÃO. PROMOVER CAMPANHAS DE PREVENÇÃO DE DOENÇAS, DESPOLUIR OS CÔRREGOS E RIOS, MELHORAR AS CONDIÇÕES DE SAÚDE E SANEAMENTO DA POPULAÇÃO. ATENDER COM ÁGUA POTÁVEL AS FAMÍLIAS DO CENTRO URBANO DE FORMA A PREVENIR DOENÇAS.

**Justificativa do programa:**

O MUNICÍPIO POSSUI 2 UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICO, DENTISTA, MÉDICOS CREDENCIADOS, ENFERMEIRA, ATENDENTES DE SAÚDE, ALÉM DOS PROFISSIONAIS QUE COMPÕEM A EQUIPE DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA. O MUNICÍPIO POSSUI MUITAS RESIDÊNCIAS SEM ESGOTAMENTO SANITÁRIO ADEQUADO CAUSANDO POLUIÇÃO NOS CÔRREGOS E RIOS, POIS NÃO POSSUI SISTEMA DE TRATAMENTO DE EFLUENTES RESIDENCIAIS E INDUSTRIAIS.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.037	3 A		ASSISTÊNCIA HOSPITALAR	MANUTENÇÃO (ANO)	4,000	110.000,00

**II - Descrição das Ações**  
 ASSISTÊNCIA HOSPITALAR

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0002 - Receitas Impostos e Transf. de	110.000,00	0,00	110.000,00
<b>Total:</b>			<b>110.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>110.000,00</b>

# **Natureza Jurídica não encontrada** **PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 55/78  
Data: 23/11/2015

## **I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	09.00
Unidade:	Fundo Municipal de Saúde	09.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	SAÚDE E SANEAMENTO PARA TODOS	0004

Objetivo do programa:

REALIZAR MEDICINA PREVENTIVA E MELHORAR AS CONDIÇÕES DE SAÚDE DA POPULAÇÃO. PROMOVER CAMPANHAS DE PREVENÇÃO DE DOENÇAS. DESPOLUIR OS CÓRREGOS E RIOS, MELHORAR AS CONDIÇÕES DE SAÚDE E SANEAMENTO DA POPULAÇÃO. ATENDER COM ÁGUA POTÁVEL AS FAMÍLIAS DO CENTRO URBANO DE FORMA A PREVENIR DOENÇAS.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI 2 UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE. EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICO, DENTISTA, MÉDICOS CREDENCIADOS, ENFERMEIRA, ATENDENTES DE SAÚDE, ALÉM DOS PROFISSIONAIS QUE COMPÕEM A EQUIPE DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA. O MUNICÍPIO POSSUI MUITAS RESIDÊNCIAS SEM ESGOTAMENTO SANITÁRIO ADEQUADO CAUSANDO POLUIÇÃO NOS CÓRREGOS E RIOS, POIS NÃO POSSUI SISTEMA DE TRATAMENTO DE EFLUENTES RESIDENCIAIS E INDUSTRIAIS.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.027	3 A		FARMÁCIA BÁSICA	MANUTENÇÃO (ANO)	4,000	269.800,00

## **II - Descrição das Ações**

MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA

## **III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0002 - Receitas Impostos e Transf. de	235.000,00	0,00	235.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0023 - Transferências de Convênios - ;	0,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0038 - Transferências do SUS/União	0,00	16.200,00	16.200,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0067 - Transferências do SUS/Estado	0,00	18.600,00	18.600,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0967 - SUS - Assistencia Farmaceutica	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>			<b>235.000,00</b>	<b>34.800,00</b>	<b>269.800,00</b>

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 56/78  
 Data: 23/11/2015

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	09.00
Unidade:	Fundo Municipal de Saúde	09.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	SAÚDE E SANEAMENTO PARA TODOS	0004

Objetivo do programa:

REALIZAR MEDICINA PREVENTIVA E MELHORAR AS CONDIÇÕES DE SAÚDE DA POPULAÇÃO. PROMOVER CAMPANHAS DE PREVENÇÃO DE DOENÇAS, DESPOLUIR OS CÓRREGOS E RIOS, MELHORAR AS CONDIÇÕES DE SAÚDE E SANEAMENTO DA POPULAÇÃO. ATENDER COM ÁGUA POTÁVEL AS FAMÍLIAS DO CENTRO URBANO DE FORMA A PREVENIR DOENÇAS.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI 2 UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE. EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICO, DENTISTA, MÉDICOS CREDENCIADOS, ENFERMEIRA, ATENDENTES DE SAÚDE. ALÉM DOS PROFISSIONAIS QUE COMPÕEM A EQUIPE DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA. O MUNICÍPIO POSSUI MUITAS RESIDÊNCIAS SEM ESGOTAMENTO SANITÁRIO ADEQUADO CAUSANDO POLUIÇÃO NOS CORREGOS E RIOS. POIS NÃO POSSUI SISTEMA DE TRATAMENTO DE EFLUENTES RESIDENCIAIS E INDUSTRIAIS.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.020	3	A	ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE	MANUTENÇÃO (ANO)	4,000	2.187.160,00

**II - Descrição das Ações**

ATENDIMENTO BÁSICO DE SAÚDE

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0002 - Receitas Impostos e Transf. de	825.000,00	0,00	825.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0023 - Transferências de Convênios - I	0,00	0,00	0,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0038 - Transferências do SUS/União	0,00	333.840,00	333.840,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0067 - Transferências do SUS/Estado	0,00	1.200,00	1.200,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0964 - SUS - Atenção Básica	0,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0002 - Receitas Impostos e Transf. de	840.000,00	0,00	840.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0023 - Transferências de Convênios - I	0,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0038 - Transferências do SUS/União	0,00	162.200,00	162.200,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0063 - Transferências de Convênios - I	0,00	1.200,00	1.200,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0067 - Transferências do SUS/Estado	0,00	2.520,00	2.520,00



**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 57/78  
 Data: 23/11/2015

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0964 - SUS - Atenção Básica	0,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0965 - IMAC - Atenção de Média e Alta	0,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0971 - Outras Transferências do SUS	0,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0002 - Receitas Impostos e Transf. de	10.000,00	0,00	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0033 - Transferências de Convênios - I	0,00	600,00	600,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0038 - Transferências do SUS/União	0,00	10.000,00	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0088 - Alienação de Bens destinados a	0,00	600,00	600,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0964 - SUS - Atenção Básica	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>			<b>1.675.000,00</b>	<b>512.160,00</b>	<b>2.187.160,00</b>

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 58/78  
 Data: 23/11/2015

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	09.00
Unidade:	Fundo Municipal de Saúde	09.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	SAÚDE E SANEAMENTO PARA TODOS	0004

Objetivo do programa:

REALIZAR MEDICINA PREVENTIVA E MELHORAR AS CONDIÇÕES DE SAÚDE DA POPULAÇÃO. PROMOVER CAMPANHAS DE PREVENÇÃO DE DOENÇAS. DESPOLUIR OS CÔRREGOS E RIOS, MELHORAR AS CONDIÇÕES DE SAÚDE E SANEAMENTO DA POPULAÇÃO. ATENDER COM ÁGUA POTÁVEL AS FAMÍLIAS DO CENTRO URBANO DE FORMA A PREVENIR DOENÇAS.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI 2 UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE. EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICO, DENTISTA, MÉDICOS CREDENCIADOS, ENFERMEIRA, ATENDENTES DE SAÚDE. ALÉM DOS PROFISSIONAIS QUE COMPÕEM A EQUIPE DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA. O MUNICÍPIO POSSUI MUITAS RESIDÊNCIAS SEM ESGOTAMENTO SANITÁRIO ADEQUADO CAUSANDO POLUIÇÃO NOS CÔRREGOS E RIOS, POIS NÃO POSSUI SISTEMA DE TRATAMENTO DE EFLUENTES RESIDENCIAIS E INDUSTRIAIS.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.015	3 A		MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE	MANUTENÇÃO (ANO)	4,000	136.000,00

**II - Descrição das Ações**

MANTER AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE SAÚDE

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0002 - Receitas Impostos e Transf. de	108.000,00	0,00	108.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0002 - Receitas Impostos e Transf. de	28.000,00	0,00	28.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0002 - Receitas Impostos e Transf. de	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>			<b>136.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>136.000,00</b>

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**

**Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas**

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 59/78  
 Data: 23/11/2015

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	09.00
Unidade:	Fundo Municipal de Saúde	09.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	SAÚDE E SANEAMENTO PARA TODOS	0004

**Objetivo do programa:**

REALIZAR MEDICINA PREVENTIVA E MELHORAR AS CONDIÇÕES DE SAÚDE DA POPULAÇÃO. PROMOVER CAMPANHAS DE PREVENÇÃO DE DOENÇAS, DESPOLUIR OS CÓRREGOS E RIOS, MELHORAR AS CONDIÇÕES DE SAÚDE E SANEAMENTO DA POPULAÇÃO. ATENDER COM ÁGUA POTÁVEL AS FAMÍLIAS DO CENTRO URBANO DE FORMA A PREVENIR DOENÇAS.

**Justificativa do programa:**

O MUNICÍPIO POSSUI 2 UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICO, DENTISTA, MÉDICOS CREDENCIADOS, ENFERMEIRA, ATENDENTES DE SAÚDE, ALÉM DOS PROFISSIONAIS QUE COMPÕEM A EQUIPE DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA. O MUNICÍPIO POSSUI MUITAS RESIDÊNCIAS SEM ESGOTAMENTO SANITÁRIO ADEQUADO CAUSANDO POLUIÇÃO NOS CÓRREGOS E RIOS, POIS NÃO POSSUI SISTEMA DE TRATAMENTO DE EFLUENTES RESIDENCIAIS E INDUSTRIAIS.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.005	3	P	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A SAÚDE	CARRO (VEI)	4,000	45.000,00

**II - Descrição das Ações**

ADQUIRIR UMA AMBULÂNCIA E UM AUTOMÓVEL PARA A SAÚDE.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0002 - Receitas Impostos e Transf. de	45.000,00	0,00	45.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.02.0088 - Alienação de Bens destinados a	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>			<b>45.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>45.000,00</b>

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 60/78  
 Data: 23/11/2015

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	09.00
Unidade:	Fundo Municipal de Saúde	09.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	SAÚDE E SANEAMENTO PARA TODOS	0004

Objetivo do programa:

REALIZAR MEDICINA PREVENTIVA E MELHORAR AS CONDIÇÕES DE SAÚDE DA POPULAÇÃO. PROMOVER CAMPANHAS DE PREVENÇÃO DE DOENÇAS, DESPOLUIR OS CÔRREGOS E RIOS, MELHORAR AS CONDIÇÕES DE SAÚDE E SANEAMENTO DA POPULAÇÃO. ATENDER COM ÁGUA POTÁVEL AS FAMÍLIAS DO CENTRO URBANO DE FORMA A PREVENIR DOENÇAS.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI 2 UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICO, DENTISTA, MÉDICOS CREDENCIADOS, ENFERMEIRA, ATENDENTES DE SAÚDE, ALÉM DOS PROFISSIONAIS QUE COMPÕEM A EQUIPE DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA. O MUNICÍPIO POSSUI MUITAS RESIDÊNCIAS SEM ESGOTAMENTO SANITÁRIO ADEQUADO CAUSANDO POLUIÇÃO NOS CÔRREGOS E RIOS, POIS NÃO POSSUI SISTEMA DE TRATAMENTO DE EFLUENTES RESIDENCIAIS E INDUSTRIAIS.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.003	3	P	UNIDADES DE SAÚDE	OBRAS (OBR)	4,000	25.000,00

**II - Descrição das Ações**  
 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES DE SAÚDE

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0002 - Receitas Impostos e Transf. de	25.000,00	0,00	25.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0023 - Transferências de Convênios -	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>			<b>25.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>25.000,00</b>

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 61/78  
Data: 23/11/2015

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	09.00
Unidade:	Fundo Municipal de Saúde	09.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Vigilância Sanitária	304
Programa:	SAÚDE E SANEAMENTO PARA TODOS	0004

Objetivo do programa:

REALIZAR MEDICINA PREVENTIVA E MELHORAR AS CONDIÇÕES DE SAÚDE DA POPULAÇÃO. PROMOVER CAMPANHAS DE PREVENÇÃO DE DOENÇAS. DESPOLUIR OS CÔRREGOS E RIOS, MELHORAR AS CONDIÇÕES DE SAÚDE E SANEAMENTO DA POPULAÇÃO. ATENDER COM ÁGUA POTÁVEL AS FAMÍLIAS DO CENTRO URBANO DE FORMA A PREVENIR DOENÇAS.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI 2 UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE: EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICO, DENTISTA; MÉDICOS CREDENCIADOS, ENFERMEIRA, ATENDENTES DE SAÚDE, ALÉM DOS PROFISSIONAIS QUE COMPÕEM A EQUIPE DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA. O MUNICÍPIO POSSUI MUITAS RESIDÊNCIAS SEM ESGOTAMENTO SANITÁRIO ADEQUADO CAUSANDO POLUIÇÃO NOS CÔRREGOS E RIOS, POIS NÃO POSSUI SISTEMA DE TRATAMENTO DE EFLUENTES RESIDENCIAIS E INDUSTRIAIS.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.032	1 A		MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	MANUTENÇÃO (ANO)	4,000	84.400,00

**II - Descrição das Ações**  
MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0002 - Receitas Impostos e Transf. de	50.000,00	0,00	50.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0002 - Receitas Impostos e Transf. de	2.000,00	0,00	2.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0038 - Transferências do SUS/União	0,00	13.200,00	13.200,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0067 - Transferências do SUS/Estado	0,00	6.000,00	6.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0966 - SUS - Vigilância em Saúde	0,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0038 - Transferências do SUS/União	0,00	13.200,00	13.200,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0966 - SUS - Vigilância em Saúde	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>			<b>52.000,00</b>	<b>32.400,00</b>	<b>84.400,00</b>

Página: 62/78  
Data: 23/11/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**  
**Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas**  
Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 63/78  
 Data: 23/11/2015

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	09.00
Unidade:	Fundo Municipal de Saúde	09.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Vigilância Epidemiológica	305
Programa:	SAÚDE E SANEAMENTO PARA TODOS	0004

Objetivo do programa:

REALIZAR MEDICINA PREVENTIVA E MELHORAR AS CONDIÇÕES DE SAÚDE DA POPULAÇÃO. PROMOVER CAMPANHAS DE PREVENÇÃO DE DOENÇAS. DESPOLUIR OS CÓRREGOS E RIOS, MELHORAR AS CONDIÇÕES DE SAÚDE E SANEAMENTO DA POPULAÇÃO. ATENDER COM ÁGUA POTÁVEL AS FAMÍLIAS DO CENTRO URBANO DE FORMA A PREVENIR DOENÇAS.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI 2 UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE: EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICO, DENTISTA; MÉDICOS CREDENCIADOS, ENFERMEIRA, ATENDENTES DE SAÚDE. ALÉM DOS PROFISSIONAIS QUE COMPÕEM A EQUIPE DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA. O MUNICÍPIO POSSUI MUITAS RESIDÊNCIAS SEM ESGOTAMENTO SANITÁRIO ADEQUADO CAUSANDO POLUIÇÃO NOS CÓRREGOS E RIOS, POIS NÃO POSSUI SISTEMA DE TRATAMENTO DE EFLUENTES RESIDENCIAIS E INDUSTRIAIS.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.058	1	A	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	MANUTENÇÃO (ANO)	4,000	720,00

**II - Descrição das Ações**

MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0038 - Transferências do SUS/União	0,00	360,00	360,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0966 - SUS - Vigilância em Saúde	0,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0038 - Transferências do SUS/União	0,00	360,00	360,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0966 - SUS - Vigilância em Saúde	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>720,00</b>	<b>720,00</b>

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 64/78  
 Data: 23/11/2015

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	10.00
Unidade:	Fundo Municipal de Assistência Social	10.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	BEI ESTAR SOCIAL	0005

Objetivo do programa:

CRIAR ALTERNATIVAS DE RENDA PARA AS FAMÍLIAS CARENTES, INTEGRAÇÃO DO IDOSO Á SOCIEDADE E MELHORIA DA SUA QUALIDADE DE VIDA, OFERECER OPORTUNIDADE PARA QUE AS DONAS DE CASA TROQUEM EXPERIÊNCIAS, DESCUBRAM SUAS POTENCIALIDADES E HABILIDADES. PARTICIPANDO NA COMPOSIÇÃO DA RENDA FAMILIAR. AFASTAR OS JOVENS DAS SITUAÇÕES DE RISCO E ENCAMINHÁ-LOS PARA UMA ATIVIDADE PROFISSIONAL, INTEGRANDO-OS A SOCIEDADE.

Justificativa do programa:

NO MUNICÍPIO HÁ FAMÍLIAS CARENTES QUE NECESSITAM DA ATENÇÃO DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL, GRUPOS DE IDOSOS E CLUBES DE MÃES. PARA ASSISTIR OS MENORES EM SITUAÇÃO DE RISCO. O MUNICÍPIO CONTA COM A ESTRUTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL, O CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, CONSELHO TUTELAR E OS RECURSOS ALOCADOS NO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.057	3	A	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS	MANUTENÇÃO (ANO)	0,000	15.220,00

**II - Descrição das Ações**

CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0000 - Recursos Ordinários	2.000,00	0,00	2.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0065 - Transferências do SUAS/Estad	0,00	13.220,00	13.220,00
<b>Total:</b>			<b>2.000,00</b>	<b>13.220,00</b>	<b>15.220,00</b>



**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 65/78  
 Data: 23/11/2015

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	10.00
Unidade:	Fundo Municipal de Assistência Social	10.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	BEI-ESTAR SOCIAL	0005

Objetivo do programa:

CRIAR ALTERNATIVAS DE RENDA PARA AS FAMÍLIAS CARENTES, INTEGRAÇÃO DO IDOSO À SOCIEDADE E MELHORIA DA SUA QUALIDADE DE VIDA, OFERECER OPORTUNIDADE PARA QUE AS DONAS DE CASA TROQUEM EXPERIÊNCIAS, DESCUBRAM SUAS POTENCIALIDADES E HABILIDADES. PARTICIPANDO NA COMPOSIÇÃO DA RENDA FAMILIAR. AFASTAR OS JOVENS DAS SITUAÇÕES DE RISCO E ENCAMINHÁ-LOS PARA UMA ATIVIDADE PROFISSIONAL, INTEGRANDO-OS A SOCIEDADE.

Justificativa do programa:

NO MUNICÍPIO HÁ FAMÍLIAS CARENTES QUE NECESSITAM DA ATENÇÃO DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL, GRUPOS DE IDOSOS E CLUBES DE MÃES. PARA ASSISTIR OS MENORES EM SITUAÇÃO DE RISCO. O MUNICÍPIO CONTA COM A ESTRUTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL, O CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, CONSELHO TUTELAR E OS RECURSOS ALOCADOS NO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.056	3	A	FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL - IGDSUAS	MANUTENÇÃO (ANO)	0,000	1.000,00

**II - Descrição das Ações**

FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL - IGDSUAS

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	300,00	0,00	300,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0035 - Transferências do SUAS/União	0,00	700,00	700,00
<b>Total:</b>			<b>300,00</b>	<b>700,00</b>	<b>1.000,00</b>

# **Natureza Jurídica não encontrada** **PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 66/78  
 Data: 23/11/2015

## **I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	10.00
Unidade:	Fundo Municipal de Assistência Social	10.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	BEM ESTAR SOCIAL	0005

Objetivo do programa:

CRIAR ALTERNATIVAS DE RENDA PARA AS FAMÍLIAS CARENTES, INTEGRAÇÃO DO IDOSO Á SOCIEDADE E MELHORIA DA SUA QUALIDADE DE VIDA, OFERECER OPORTUNIDADE PARA QUE AS DONAS DE CASA TROQUEM EXPERIÊNCIAS, DESCUBRAM SUAS POTENCIALIDADES E HABILIDADES. PARTICIPANDO NA COMPOSIÇÃO DA RENDA FAMILIAR. AFASTAR OS JOVENS DAS SITUAÇÕES DE RISCO E ENCAMINHÁ-LOS PARA UMA ATIVIDADE PROFISSIONAL, INTEGRANDO-OS A SOCIEDADE.

Justificativa do programa:

NO MUNICÍPIO HÁ FAMÍLIAS CARENTES QUE NECESSITAM DA ATENÇÃO DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL, GRUPOS DE IDOSOS E CLUBES DE MÃES. PARA ASSISTIR OS MENORES EM SITUAÇÃO DE RISCO. O MUNICÍPIO CONTA COM A ESTRUTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL, O CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, CONSELHO TUTELAR E OS RECURSOS ALOCADOS NO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.055	3	A	BLOCO DE GESTÃO - IGDSUAS	MANUTENÇÃO (ANO)	0,000	8.220,00

## **II - Descrição das Ações**

BLOCO DE GESTÃO - IGDSUAS

## **III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	1.000,00	0,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0035 - Transferências do SUAS/União	0,00	3.960,00	3.960,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0035 - Transferências do SUAS/União	0,00	3.260,00	3.260,00
<b>Total:</b>			<b>1.000,00</b>	<b>7.220,00</b>	<b>8.220,00</b>

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 67/78  
 Data: 23/11/2015

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	10.00
Unidade:	Fundo Municipal de Assistência Social	10.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	BEI ESTAR SOCIAL	0005

Objetivo do programa:

CRIAR ALTERNATIVAS DE RENDA PARA AS FAMÍLIAS CARENTES, INTEGRAÇÃO DO IDOSO Á SOCIEDADE E MELHORIA DA SUA QUALIDADE DE VIDA, OFERECER OPORTUNIDADE PARA QUE AS DONAS DE CASA TROQUEM EXPERIÊNCIAS, DESCUBRAM SUAS POTENCIALIDADES E HABILIDADES. PARTICIPANDO NA COMPOSIÇÃO DA RENDA FAMILIAR. AFASTAR OS JOVENS DAS SITUAÇÕES DE RISCO E ENCAMINHÁ-LOS PARA UMA ATIVIDADE PROFISSIONAL, INTEGRANDO-OS A SOCIEDADE.

Justificativa do programa:

NO MUNICÍPIO HÁ FAMÍLIAS CARENTES QUE NECESSITAM DA ATENÇÃO DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL, GRUPOS DE IDOSOS E CLUBES DE MÃES. PARA ASSISTIR OS MENORES EM SITUAÇÃO DE RISCO. O MUNICÍPIO CONTA COM A ESTRUTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL, O CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, CONSELHO TUTELAR E OS RECURSOS ALOCADOS NO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.054	3	A	FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL - IGDBF	MANUTENÇÃO (ANO)	0,000	1.120,00

**II - Descrição das Ações**

FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL - IGDBF

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0000 - Recursos Ordinários	300,00	0,00	300,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0035 - Transferências do SUAS/União	0,00	820,00	820,00
<b>Total:</b>			<b>300,00</b>	<b>820,00</b>	<b>1.120,00</b>

# **Natureza Jurídica não encontrada** **PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 68/78  
Data: 23/11/2015

## **I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	10.00
Unidade:	Fundo Municipal de Assistência Social	10.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	BEM ESTAR SOCIAL	0005

Objetivo do programa:

CRIAR ALTERNATIVAS DE RENDA PARA AS FAMÍLIAS CARENTES, INTEGRAÇÃO DO IDOSO Á SOCIEDADE E MELHORIA DA SUA QUALIDADE DE VIDA, OFERECER OPORTUNIDADE PARA QUE AS DONAS DE CASA TROQUEM EXPERIÊNCIAS, DESCUBRAM SUAS POTENCIALIDADES E HABILIDADES. PARTICIPANDO NA COMPOSIÇÃO DA RENDA FAMILIAR. AFASTAR OS JOVENS DAS SITUAÇÕES DE RISCO E ENCAMINHÁ-LOS PARA UMA ATIVIDADE PROFISSIONAL, INTEGRANDO-OS A SOCIEDADE.

Justificativa do programa:

NO MUNICÍPIO HÁ FAMÍLIAS CARENTES QUE NECESSITAM DA ATENÇÃO DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL, GRUPOS DE IDOSOS E CLUBES DE MÃES. PARA ASSISTIR OS MENORES EM SITUAÇÃO DE RISCO. O MUNICÍPIO CONTA COM A ESTRUTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL, O CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, CONSELHO TUTELAR E OS RECURSOS ALOCADOS NO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.053	3	A	BLOCO DE GESTÃO - IGDBF	MANUTENÇÃO (ANO)	0,000	8.700,00

## **II - Descrição das Ações**

BLOCO DE GESTÃO - IGDBF

## **III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	1.000,00	0,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0035 - Transferências do SUAS/União	0,00	3.400,00	3.400,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0035 - Transferências do SUAS/União	0,00	4.300,00	4.300,00
<b>Total:</b>			<b>1.000,00</b>	<b>7.700,00</b>	<b>8.700,00</b>

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**

**Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas**

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 69/78  
 Data: 23/11/2015

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	10.00
Unidade:	Fundo Municipal de Assistência Social	10.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	BEM ESTAR SOCIAL	0005

**Objetivo do programa:**

CRIAR ALTERNATIVAS DE RENDA PARA AS FAMÍLIAS CARENTES, INTEGRAÇÃO DO IDOSO Á SOCIEDADE E MELHORIA DA SUA QUALIDADE DE VIDA, OFERECER OPORTUNIDADE PARA QUE AS DONAS DE CASA TROQUEM EXPERIÊNCIAS, DESCOBRAM SUAS POTENCIALIDADES E HABILIDADES, PARTICIPANDO NA COMPOSIÇÃO DA RENDA FAMILIAR, AFASTAR OS JOVENS DAS SITUAÇÕES DE RISCO E ENCAMINHÁ-LOS PARA UMA ATIVIDADE PROFISSIONAL, INTEGRANDO-OS A SOCIEDADE.

**Justificativa do programa:**

NO MUNICÍPIO HÁ FAMÍLIAS CARENTES QUE NECESSITAM DA ATENÇÃO DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL. GRUPOS DE IDOSOS E CLUBES DE MÃES. PARA ASSISTIR OS MENORES EM SITUAÇÃO DE RISCO. O MUNICÍPIO CONTA COM A ESTRUTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL, O CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, CONSELHO TUTELAR E OS RECURSOS ALOCADOS NO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.052	3	A	BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE	MANUTENÇÃO (ANO)	0,000	55.000,00

**II - Descrição das Ações**

**BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE**

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	00.01.0.0000 - Recursos Ordinários	53.000,00	0,00	53.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0000 - Recursos Ordinários	2.000,00	0,00	2.000,00
<b>Total:</b>			<b>55.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>55.000,00</b>

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**

**Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas**

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 70/78  
 Data: 23/11/2015

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	10.00
Unidade:	Fundo Municipal de Assistência Social	10.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	BEM ESTAR SOCIAL	0005

Objetivo do programa:

CRIAR ALTERNATIVAS DE RENDA PARA AS FAMÍLIAS CARENTES, INTEGRAÇÃO DO IDOSO Á SOCIEDADE E MELHORIA DA SUA QUALIDADE DE VIDA, OFERECER OPORTUNIDADE PARA QUE AS DONAS DE CASA TROQUEM EXPERIÊNCIAS, DESCUBRAM SUAS POTENCIALIDADES E HABILIDADES, PARTICIPANDO NA COMPOSIÇÃO DA RENDA FAMILIAR, AFASTAR OS JOVENS DAS SITUAÇÕES DE RISCO E ENCAMINHÁ-LOS PARA UMA ATIVIDADE PROFISSIONAL, INTEGRANDO-OS A SOCIEDADE.

Justificativa do programa:

NO MUNICÍPIO HÁ FAMÍLIAS CARENTES QUE NECESSITAM DA ATENÇÃO DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL. GRUPOS DE IDOSOS E CLUBES DE MÃES. PARA ASSISTIR OS MENORES EM SITUAÇÃO DE RISCO. O MUNICÍPIO CONTA COM A ESTRUTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL, O CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, CONSELHO TUTELAR E OS RECURSOS ALOCADOS NO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.051	3	A	BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE	MANUTENÇÃO (ANO)	0,000	5.480,00

**II - Descrição das Ações**

**BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE**

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	2.000,00	0,00	2.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0035 - Transferências do SUAS/União	0,00	3.480,00	3.480,00
<b>Total:</b>			<b>2.000,00</b>	<b>3.480,00</b>	<b>5.480,00</b>

# **Natureza Jurídica não encontrada**

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**

### **LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**

#### **Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas**

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 71/78  
Data: 23/11/2015

#### **I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	10.00
Unidade:	Fundo Municipal de Assistência Social	10.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	BEM ESTAR SOCIAL	0005

Objetivo do programa:

CRIAR ALTERNATIVAS DE RENDA PARA AS FAMÍLIAS CARENTES, INTEGRAÇÃO DO IDOSO Á SOCIEDADE E MELHORIA DA SUA QUALIDADE DE VIDA, OFERECER OPORTUNIDADE PARA QUE AS DONAS DE CASA TROQUEM EXPERIÊNCIAS, DESCUBRAM SUAS POTENCIALIDADES E HABILIDADES, PARTICIPANDO NA COMPOSIÇÃO DA RENDA FAMILIAR. AFASTAR OS JOVENS DAS SITUAÇÕES DE RISCO E ENCAMINHÁ-LOS PARA UMA ATIVIDADE PROFISSIONAL, INTEGRANDO-OS A SOCIEDADE.

Justificativa do programa:

NO MUNICÍPIO HÁ FAMÍLIAS CARENTES QUE NECESSITAM DA ATENÇÃO DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL, GRUPOS DE IDOSOS E CLUBES DE MÃES. PARA ASSISTIR OS MENORES EM SITUAÇÃO DE RISCO. O MUNICÍPIO CONTA COM A ESTRUTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL, O CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, CONSELHO TUTELAR E OS RECURSOS ALOCADOS NO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.050	3	A	BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	MANUTENÇÃO (ANO)	0,000	274.320,00

#### **II - Descrição das Ações**

##### **BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA**

#### **III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0000 - Recursos Ordinários	62.000,00	0,00	62.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0035 - Transferências do SUAS/União	0,00	108.500,00	108.500,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0000 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0035 - Transferências do SUAS/União	0,00	72.700,00	72.700,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0065 - Transferências do SUAS/Estad	0,00	7.836,00	7.836,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0065 - Transferências do SUAS/Estad	0,00	18.284,00	18.284,00
<b>Total:</b>			<b>67.000,00</b>	<b>207.320,00</b>	<b>274.320,00</b>

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**

**Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas**

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 72/78  
 Data: 23/11/2015

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	10.00
Unidade:	Fundo Municipal de Assistência Social	10.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	BEM ESTAR SOCIAL	0005

**Objetivo do programa:**

CRIAR ALTERNATIVAS DE RENDA PARA AS FAMÍLIAS CARENTES, INTEGRAÇÃO DO IDOSO Á SOCIEDADE E MELHORIA DA SUA QUALIDADE DE VIDA, OFERECER OPORTUNIDADE PARA QUE AS DONAS DE CASA TROQUEM EXPERIÊNCIAS, DESCOBRAM SUAS POTENCIALIDADES E HABILIDADES, PARTICIPANDO NA COMPOSIÇÃO DA RENDA FAMILIAR, AFASTAR OS JOVENS DAS SITUAÇÕES DE RISCO E ENCAMINHÁ-LOS PARA UMA ATIVIDADE PROFISSIONAL, INTEGRANDO-OS A SOCIEDADE.

**Justificativa do programa:**

NO MUNICÍPIO HÁ FAMÍLIAS CARENTES QUE NECESSITAM DA ATENÇÃO DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL, GRUPOS DE IDOSOS E CLUBES DE MÃES, PARA ASSISTIR OS MENORES EM SITUAÇÃO DE RISCO. O MUNICÍPIO CONTA COM A ESTRUTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL, O CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, CONSELHO TUTELAR E OS RECURSOS ALOCADOS NO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.035	3	A	PRONATEC - Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego	MANUTENÇÃO (ANO)	4,000	70.600,00

**II - Descrição das Ações**

PRONATEC - Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0035 - Transferências do SUAS/União	0,00	70.600,00	70.600,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0952 - Outras Transf. do FNAS	0,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0952 - Outras Transf. do FNAS	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>70.600,00</b>	<b>70.600,00</b>



**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**

**Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas**

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 73/78  
 Data: 23/11/2015

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	10.00
Unidade:	Fundo Municipal de Assistência Social	10.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	BEM ESTAR SOCIAL	0005

**Objetivo do programa:**

CRIAR ALTERNATIVAS DE RENDA PARA AS FAMÍLIAS CARENTES, INTEGRAÇÃO DO IDOSO Á SOCIEDADE E MELHORIA DA SUA QUALIDADE DE VIDA, OFERECER OPORTUNIDADE PARA QUE AS DONAS DE CASA TROQUEM EXPERIÊNCIAS, DESCOBRAM SUAS POTENCIALIDADES E HABILIDADES, PARTICIPANDO NA COMPOSIÇÃO DA RENDA FAMILIAR. AFASTAR OS JOVENS DAS SITUAÇÕES DE RISCO E ENCAMINHÁ-LOS PARA UMA ATIVIDADE PROFISSIONAL, INTEGRANDO-OS A SOCIEDADE.

**Justificativa do programa:**

NO MUNICÍPIO HÁ FAMÍLIAS CARENTES QUE NECESSITAM DA ATENÇÃO DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL. GRUPOS DE IDOSOS E CLUBES DE MÃES. PARA ASSISTIR OS MENORES EM SITUAÇÃO DE RISCO. O MUNICÍPIO CONTA COM A ESTRUTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL, O CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, CONSELHO TUTELAR E OS RECURSOS ALOCADOS NO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.038	3	P	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESPAÇOS SÓCIO-ASSISTENCIAIS	OBRAS (OBR)	0,000	5.120,00

**II - Descrição das Ações**

**CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESPAÇOS SÓCIO-ASSISTENCIAIS**

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0000 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0061 - Transferências de Convênios - I	0,00	120,00	120,00
<b>Total:</b>			<b>5.000,00</b>	<b>120,00</b>	<b>5.120,00</b>

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**

**Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas**

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 74/78  
 Data: 23/11/2015

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	10.00
Unidade:	Fundo Municipal de Assistência Social	10.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	BEM ESTAR SOCIAL	0005

**Objetivo do programa:**

CRIAR ALTERNATIVAS DE RENDA PARA AS FAMÍLIAS CARENTES, INTEGRAÇÃO DO IDOSO Á SOCIEDADE E MELHORIA DA SUA QUALIDADE DE VIDA, OFERECER OPORTUNIDADE PARA QUE AS DONAS DE CASA TROQUEM EXPERIÊNCIAS, DESCOBRAM SUAS POTENCIALIDADES E HABILIDADES, PARTICIPANDO NA COMPOSIÇÃO DA RENDA FAMILIAR, AFASTAR OS JOVENS DAS SITUAÇÕES DE RISCO E ENCAMINHÁ-LOS PARA UMA ATIVIDADE PROFISSIONAL, INTEGRANDO-OS A SOCIEDADE.

**Justificativa do programa:**

NO MUNICÍPIO HÁ FAMÍLIAS CARENTES QUE NECESSITAM DA ATENÇÃO DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL, GRUPOS DE IDOSOS E CLUBES DE MÃES. PARA ASSISTIR OS MENORES EM SITUAÇÃO DE RISCO. O MUNICÍPIO CONTA COM A ESTRUTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL, O CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, CONSELHO TUTELAR E OS RECURSOS ALOCADOS NO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.033	3	A	CRAS - CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	MANUTENÇÃO (ANO)	4,000	0,00

**II - Descrição das Ações**

CRAS - CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0952 - Outras Transf. do FNAS	0,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0952 - Outras Transf. do FNAS	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 75/78  
 Data: 23/11/2015

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	10.00
Unidade:	Fundo Municipal de Assistência Social	10.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	BEM ESTAR SOCIAL	0005

Objetivo do programa:

CRIAR ALTERNATIVAS DE RENDA PARA AS FAMÍLIAS CARENTES, INTEGRAÇÃO DO IDOSO Á SOCIEDADE E MELHORIA DA SUA QUALIDADE DE VIDA, OFERECER OPORTUNIDADE PARA QUE AS DONAS DE CASA TROQUEM EXPERIÊNCIAS, DESCOBRAM SUAS POTENCIALIDADES E HABILIDADES, PARTICIPANDO NA COMPOSIÇÃO DA RENDA FAMILIAR, AFASTAR OS JOVENS DAS SITUAÇÕES DE RISCO E ENCAMINHÁ-LOS PARA UMA ATIVIDADE PROFISSIONAL, INTEGRANDO-OS A SOCIEDADE.

Justificativa do programa:

NO MUNICÍPIO HÁ FAMÍLIAS CARENTES QUE NECESSITAM DA ATENÇÃO DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL, GRUPOS DE IDOSOS E CLUBES DE MÃES, PARA ASSISTIR OS MENORES EM SITUAÇÃO DE RISCO. O MUNICÍPIO CONTA COM A ESTRUTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL, O CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, CONSELHO TUTELAR E OS RECURSOS ALOCADOS NO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.019	3 A		MANUTENÇÃO DA SECR. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO	MANUTENÇÃO (ANO)	4,000	320.000,00

**II - Descrição das Ações**

MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	212.000,00	0,00	212.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	108.000,00	0,00	108.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0952 - Outras Transf. do FNAS	0,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0963 - Bolsa Família	0,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>			<b>320.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>320.000,00</b>

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**

**Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas**

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 76/78  
 Data: 23/11/2015

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	11.00
Unidade:	Fundo Municipal da Criança e Adolescente	11.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência à Criança e ao Adolescente	243
Programa:	BEM ESTAR SOCIAL	0005

**Objetivo do programa:**

CRIAR ALTERNATIVAS DE RENDA PARA AS FAMÍLIAS CARENTES, INTEGRAÇÃO DO IDOSO Á SOCIEDADE E MELHORIA DA SUA QUALIDADE DE VIDA, OFERECER OPORTUNIDADE PARA QUE AS DONAS DE CASA TROQUEM EXPERIÊNCIAS, DESCOBRAM SUAS POTENCIALIDADES E HABILIDADES, PARTICIPANDO NA COMPOSIÇÃO DA RENDA FAMILIAR, AFASTAR OS JOVENS DAS SITUAÇÕES DE RISCO E ENCAMINHÁ-LOS PARA UMA ATIVIDADE PROFISSIONAL, INTEGRANDO-OS A SOCIEDADE.

**Justificativa do programa:**

NO MUNICÍPIO HÁ FAMÍLIAS CARENTES QUE NECESSITAM DA ATENÇÃO DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL. GRUPOS DE IDOSOS E CLUBES DE MÃES. PARA ASSISTIR OS MENORES EM SITUAÇÃO DE RISCO. O MUNICÍPIO CONTA COM A ESTRUTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL, O CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, CONSELHO TUTELAR E OS RECURSOS ALOCADOS NO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.024	3	A	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	MANUTENÇÃO (ANO)	4,000	20.000,00

**II - Descrição das Ações**

**MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE**

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	00.01.0.0000 - Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0000 - Recursos Ordinários	20.000,00	0,00	20.000,00
<b>Total:</b>			<b>20.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>20.000,00</b>

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**  
**Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas**  
 Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 77/78  
 Data: 23/11/2015

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	12.00
Unidade:	Fundo Municipal de Habitação	12.01
Função:	Habitação	16
Subfunção:	Habitação Urbana	482
Programa:	HABITAÇÃO BÁSICA	0008

Objetivo do programa:  
 OPORTUNIZAR AS FAMÍLIAS CARENTES, CONDIÇÕES DIGNAS DE MORADIA.

Justificativa do programa:

NO MUNICÍPIO EXISTE UM DÉFICIT HABITACIONAL ELEVADO E MUITAS MORADIAS QUE NÃO PROPORCIONAM CONDIÇÕES DIGNAS DE HABITABILIDADE.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.044	1	A	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	MANUTENÇÃO (ANO)	4,000	1.000,00

**II - Descrição das Ações**

MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	1.000,00	0,00	1.000,00
<b>Total:</b>			<b>1.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.000,00</b>

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**  
**Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas**  
 Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 78/78  
 Data: 23/11/2015

**I - Classificação**

Órgão:	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	99.00
Unidade:	Reserva de Contingência	99.99
Função:	Reserva de Contingência	99
Subfunção:	Reserva de Contingência	999
Programa:	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0013

Objetivo do programa:

ATENDER OS PASSIVOS CONTINGENTES E OUTROS RISCOS E EVENTOS FISCAIS IMPREVISTOS.

Justificativa do programa:

ATENDER OS PASSIVOS CONTINGENTES E OUTROS RISCOS E EVENTOS FISCAIS IMPREVISTOS.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
9.999	3	R	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA (ANO)	4,000	15.000,00

**II - Descrição das Ações**  
**RESERVA DE CONTINGÊNCIA**

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
9.9.90.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	00.01.0.0000 - Recursos Ordinários	15.000,00		15.000,00
<b>Total:</b>			<b>15.000,00</b>		<b>15.000,00</b>

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016****Natureza Jurídica não encontrada****PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas - Total das Despesas

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 1/1

Data: 23/11/2015

As metas anuais de despesas foram calculadas a partir das seguintes despesas orçamentárias:

Categoria Econômica e Grupos de Natureza de Despesa	R\$ 1,00		
	2016	2017	2018
<b>1 - MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS</b>			
DESPESAS CORRENTES (I)	8.540.766,00	6.785.646,00	8.035.766,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.475.185,00	3.658.390,00	4.475.185,00
Transf. a Consórcios Públicos	8.785,00	3.240,00	8.785,00
Aplicacoes Diretas	4.466.400,00	3.655.150,00	4.466.400,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.065.581,00	3.127.256,00	3.560.581,00
Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	213.000,00	155.000,00	213.000,00
Transferências a Consórcios Públicos	30.585,00	10.964,00	30.585,00
Execução Orçament.Delegada a Consórcios Públicos	45.100,00	74.376,00	45.100,00
Aplicacoes Diretas	3.769.246,00	2.886.916,00	3.264.246,00
Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	7.650,00	0,00	7.650,00
DESPESAS DE CAPITAL (II)	498.154,00	1.870.162,00	498.154,00
INVESTIMENTOS	453.154,00	1.865.162,00	453.154,00
Transferências a Consórcios Públicos	3.210,00	10.082,00	3.210,00
Aplicacoes Diretas	449.944,00	1.855.080,00	449.944,00
AMORTIZACAO DA DIVIDA	45.000,00	5.000,00	45.000,00
Aplicacoes Diretas	45.000,00	5.000,00	45.000,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	15.000,00	15.000,00	15.000,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	15.000,00	15.000,00	15.000,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	15.000,00	15.000,00	15.000,00
Total da entidade:	9.053.920,00	8.670.808,00	8.548.920,00
<b>2 - CAMARA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS</b>			
DESPESAS CORRENTES (I)	660.000,00	625.000,00	660.000,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	490.000,00	486.000,00	490.000,00
Aplicacoes Diretas	490.000,00	486.000,00	490.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	170.000,00	139.000,00	170.000,00
Aplicacoes Diretas	170.000,00	139.000,00	170.000,00
DESPESAS DE CAPITAL (II)	40.000,00	70.000,00	40.000,00
INVESTIMENTOS	40.000,00	70.000,00	40.000,00
Aplicacoes Diretas	40.000,00	70.000,00	40.000,00
Total da entidade:	700.000,00	695.000,00	700.000,00
<b>3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRUNOPOLIS</b>			
DESPESAS CORRENTES (I)	2.753.320,00	2.331.692,00	2.753.320,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.318.040,00	1.098.422,00	1.318.040,00
Aplicacoes Diretas	1.318.040,00	1.098.422,00	1.318.040,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.435.280,00	1.233.270,00	1.435.280,00
Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	110.000,00	102.000,00	110.000,00
Aplicacoes Diretas	1.325.280,00	1.131.270,00	1.325.280,00
DESPESAS DE CAPITAL (II)	104.760,00	142.500,00	104.760,00
INVESTIMENTOS	104.760,00	142.500,00	104.760,00
Aplicacoes Diretas	104.760,00	142.500,00	104.760,00
Total da entidade:	2.858.080,00	2.474.192,00	2.858.080,00
Total geral:	12.612.000,00	11.840.000,00	12.107.000,00

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**

Página: 1/1  
Data: 23/11/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS**  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016  
 ANEXO DE METAS FISCAIS  
 Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido

LRF, art. 4º, § 2º, inciso III

Patrimônio Líquido	2014	%	2013	%	2012	%
Patrimônio/Capital	11.558.484,00	100,00	10.155.492,00	100,00	7.974.644,00	100,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>11.558.484,00</b>	<b>100,00</b>	<b>10.155.492,00</b>	<b>100,00</b>	<b>7.974.644,00</b>	<b>100,00</b>

**REGIME PREVIDENCIÁRIO**

Patrimônio Líquido	2014	%	2013	%	2012	%
Patrimônio/Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>



## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Página: 1/2  
Data: 23/11/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**

**Anexo III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário**  
Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Especificação	2013	2014	2015	2016	2017	2018
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	10.412.680,40	9.900.000,00	11.365.000,00	11.960.800,00	11.840.000,00	12.015.800,00
Recetta Tributária	596.730,40	319.920,00	263.620,00	265.880,00	287.520,00	265.880,00
Recetta de Contribuição	90.000,00	70.000,00	85.000,00	112.000,00	81.000,00	112.000,00
Recetta Patrimonial	86.250,00	53.420,00	65.160,00	30.960,00	53.420,00	30.960,00
Aplicações Financeiras (II)	86.250,00	51.420,00	62.760,00	28.320,00	51.420,00	28.320,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	2.000,00	2.400,00	2.640,00	2.000,00	2.640,00
Transferências Correntes	9.591.400,00	9.373.770,00	10.898.580,00	11.482.140,00	11.341.970,00	11.537.140,00
Demais Receitas Correntes	48.300,00	82.890,00	52.640,00	69.820,00	76.090,00	69.820,00
<b>RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I-II)</b>	10.326.430,40	9.848.580,00	11.302.240,00	11.932.480,00	11.788.580,00	11.987.480,00
<b>RECEITAS DE CAPITAL (IV)</b>	970.000,00	0,00	0,00	560.000,00	0,00	0,00
Operações de Crédito (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimo (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (VII)	105.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência de Capital	865.000,00	0,00	0,00	560.000,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII) = (IV-VI-VII)</b>	865.000,00	0,00	0,00	560.000,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS (IX)=(III+VIII)</b>	11.191.430,40	9.848.580,00	11.302.240,00	12.492.480,00	11.788.580,00	11.987.480,00
<b>DESPESAS CORRENTES (X)</b>	8.900.480,40	8.437.338,00	10.359.330,00	11.914.086,00	9.742.338,00	11.409.086,00
Pessoal e Encargos Sociais	3.818.450,00	4.539.142,00	5.845.210,00	6.273.225,00	5.242.812,00	6.273.225,00
Juros e Encargos da Dívida (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	5.082.030,40	3.898.196,00	4.514.120,00	5.640.861,00	4.499.526,00	5.135.861,00
<b>DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X-XI)</b>	8.900.480,40	8.437.338,00	10.359.330,00	11.914.086,00	9.742.338,00	11.409.086,00
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XIII)</b>	2.442.200,00	1.447.662,00	990.670,00	682.914,00	2.082.662,00	682.914,00
Investimentos	2.392.200,00	1.442.662,00	960.670,00	637.914,00	2.077.662,00	637.914,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	50.000,00	5.000,00	30.000,00	45.000,00	5.000,00	45.000,00
<b>DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XIII-XIV)</b>	2.392.200,00	1.442.662,00	960.670,00	637.914,00	2.077.662,00	637.914,00
<b>RESERVA LEGAL RPPS (XVI)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 2/2  
Data: 23/11/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016  
ANEXO DE METAS FISCAIS

**Anexo III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário**

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Especificação	2013	2014	2015	2016	2017	2018
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVII)	40.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00
DESPESAS PRIMÁRIAS (XVIII)=(XII+XV+XVI+XVII)	11.332.680,40	9.895.000,00	11.335.000,00	12.567.000,00	11.835.000,00	12.062.000,00
RESULTADO PRIMÁRIO (IX-XVIII)	(141.250,00)	(46.420,00)	(32.760,00)	(74.520,00)	(46.420,00)	(74.520,00)

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**

Página: 1/1  
Data: 23/11/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**Demonstrativo I - Metas Anuais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

LRF, art 4º, § 1º R\$ 1,00

Especificação	2016			2017			2018		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total	12.612.000,00	12.612.000,00	----	11.840.000,00	11.840.000,00	----	12.107.000,00	12.107.000,00	----
Receitas Primárias (I)	12.492.480,00	12.492.480,00	----	11.788.580,00	11.788.580,00	----	11.987.480,00	11.987.480,00	----
Despesa Total	12.612.000,00	12.612.000,00	----	11.840.000,00	11.840.000,00	----	12.107.000,00	12.107.000,00	----
Despesas Primárias (II)	12.567.000,00	12.567.000,00	----	11.835.000,00	11.835.000,00	----	12.062.000,00	12.062.000,00	----
Resultado Primário III = (I-II)	(74.520,00)	(74.520,00)	----	(46.420,00)	(46.420,00)	----	(74.520,00)	(74.520,00)	----
Resultado Nominal	180.000,00	180.000,00	----	(228.000,00)	(228.000,00)	----	(24.000,00)	(24.000,00)	----
Dívida Pública Consolidada	76.000,00	76.000,00	----	52.000,00	52.000,00	----	28.000,00	28.000,00	----
Dívida Consolidada Líquida	(120.000,00)	(120.000,00)	----	(348.000,00)	(348.000,00)	----	(372.000,00)	(372.000,00)	----

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016****Natureza Jurídica não encontrada****MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016****ANEXO DE METAS FISCAIS****Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior**

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C); Realização da despesa por: Empenho

Página: 1/1  
Data: 23/11/2015

LRF, art 4º, § 2º, inciso I

R\$ 1,00

Especificação	Metas Previstas em 2014 (a)	% PIB	Metas Realizadas em 2014 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	9.900.000,00	----	12.571.322,47	----	2.671.322,47	26,983
Receitas Primárias (I)	9.848.580,00	----	12.396.384,97	----	2.547.804,97	25,870
Despesa Total	9.900.000,00	----	12.118.028,08	----	2.218.028,08	22,404
Despesas Primárias (II)	9.895.000,00	----	12.096.696,28	----	2.201.696,28	22,251
Resultado Primário (III) = (I-II)	(46.420,00)	----	299.688,69	----	346.108,69	(745,603)
Resultado Nominal	(150.000,00)	----	(318.076,78)	0,000	(168.076,78)	112,051
Dívida Pública Consolidada	10.950,00	----	0,00	0,000	(10.950,00)	(100,000)
Dívida Consolidada Líquida	(150.000,00)	----	(2.319.929,62)	0,000	(2.169.929,62)	1.446,620

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016****Natureza Jurídica não encontrada**Página: 1/1  
Data: 23/11/2015**MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016****ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal**

Especificação	2013 (b)	2014 (c)	2015 (d)	2016 (e)	2017 (f)	2018 (g)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	450.000,00	10.950,00	100.000,00	76.000,00	52.000,00	28.000,00
Outras dívidas	450.000,00	10.950,00	100.000,00	76.000,00	52.000,00	28.000,00
DEDUÇÕES (II)	300.000,00	160.950,00	400.000,00	196.000,00	400.000,00	400.000,00
Ativo disponível	300.000,00	160.950,00	400.000,00	196.000,00	400.000,00	400.000,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I-II)	150.000,00	(150.000,00)	(300.000,00)	(120.000,00)	(348.000,00)	(372.000,00)
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III+IV-V)	150.000,00	(150.000,00)	(300.000,00)	(120.000,00)	(348.000,00)	(372.000,00)
Resultado Nominal	(b - a*)	(c - b)	(d - c)	(e - d)	(f - e)	(g - f)
	(62.000,00)	(300.000,00)	(150.000,00)	180.000,00	(228.000,00)	(24.000,00)

\* : Refere-se ao resultados\_nominais\_valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício orçamentário anterior ao previsto no exercício 2013 no resultados\_nominais\_valor de R\$ 212.000,00.

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**

Página: 1/1  
Data: 23/11/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**

Demonstrativo V - Origem e aplicação dos recursos obtidos com alienações de ativos

Seleção: Realização da despesa por: Empenho

RECEITAS REALIZADAS	2014 (a)	2013 (d)	2012
RECEITAS DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
Alienação de Bens Móveis	38.679,00	16.000,00	128.050,00
Alienação de Bens Imóveis	38.679,00	16.000,00	128.050,00
	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>38.679,00</b>	<b>16.000,00</b>	<b>128.050,00</b>
DESPESAS EMPENHADAS	2014 (b)	2013 (e)	2012
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL			
Investimentos	26.000,00	16.000,00	55.221,00
Inversões Financeiras	26.000,00	16.000,00	55.221,00
Amortização / Refinanciamento da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DO RPPS	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>26.000,00</b>	<b>16.000,00</b>	<b>55.221,00</b>
<b>SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(c) = (a - b) + (f)</b>	<b>(f) = (d - e) + (g)</b>	<b>(g)</b>
	<b>85.508,00</b>	<b>72.829,00</b>	<b>72.829,00</b>

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016****Natureza Jurídica não encontrada****PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016****ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas**

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 1/6

Data: 23/11/2015

**As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:**

Especificação	Previsão - R\$ 1,00		
	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
<b>1 - MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS</b>			
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00.00 RECEITAS	12.031.920,00	11.281.950,00	11.526.920,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00.00 RECEITAS CORRENTES	11.471.920,00	11.281.950,00	11.526.920,00
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00.00 RECEITA TRIBUTÁRIA	265.880,00	287.520,00	265.880,00
4.1.1.1.0.00.00.00.00.00.00 IMPOSTOS	234.920,00	277.200,00	234.920,00
4.1.1.1.2.00.00.00.00.00.00 Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	167.160,00	157.200,00	167.160,00
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00.00 Imposto s/ Propriedade Predial e Terr. Urbana	5.280,00	4.200,00	5.280,00
4.1.1.1.2.02.01.00.00.00.00	(432,00)	0,00	(432,00)
9.1.1.1.2.02.01.01.00.00.00 Deduções de Receita do IPTU - 60% - descontos	(360,00)	0,00	(360,00)
9.1.1.1.2.02.01.02.00.00.00 Deduções de Receita do IPTU - 60% - restituição	(72,00)	0,00	(72,00)
4.1.1.1.2.02.02.00.00.00.00	(180,00)	0,00	(180,00)
9.1.1.1.2.02.02.01.00.00.00 Deduções de Receita do IPTU - 25% - descontos	(150,00)	0,00	(150,00)
9.1.1.1.2.02.02.02.00.00.00 Deduções de Receita do IPTU - 25% - restituição	(30,00)	0,00	(30,00)
4.1.1.1.2.02.03.00.00.00.00	(108,00)	0,00	(108,00)
9.1.1.1.2.02.03.01.00.00.00 Deduções de Receita do IPTU - 15% - descontos	(90,00)	0,00	(90,00)
9.1.1.1.2.02.03.02.00.00.00 Deduções de Receita do IPTU - 15% - restituição	(18,00)	0,00	(18,00)
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00.00 Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	102.000,00	93.000,00	102.000,00
4.1.1.1.2.04.31.00.00.00.00 IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	72.000,00	82.800,00	72.000,00
4.1.1.1.2.04.34.00.00.00.00 IRRF s/ Outros Rendimentos	30.000,00	10.200,00	30.000,00
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00.00 Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imóveis e Dir	59.880,00	60.000,00	59.880,00
4.1.1.1.2.08.01.00.00.00.00	(72,00)	0,00	(72,00)
9.1.1.1.2.08.01.01.00.00.00 Deduções de Receita do ITBI - 60% - restituição	(72,00)	0,00	(72,00)
4.1.1.1.2.08.02.00.00.00.00	(30,00)	0,00	(30,00)
9.1.1.1.2.08.02.01.00.00.00 Deduções de Receita do ITBI - 25% - restituição	(30,00)	0,00	(30,00)
4.1.1.1.2.08.03.00.00.00.00	(18,00)	0,00	(18,00)
9.1.1.1.2.08.03.01.00.00.00 Deduções de Receita do ITBI - 15% - restituição	(18,00)	0,00	(18,00)
4.1.1.1.3.00.00.00.00.00.00 Impostos sobre a Produção e a Circulação	67.760,00	120.000,00	67.760,00
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00.00 Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	67.760,00	120.000,00	67.760,00
4.1.1.1.3.05.01.00.00.00.00 Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	(144,00)	0,00	(144,00)
9.1.1.1.3.05.01.01.00.00.00 Deduções de Receita do ISSQN - 60% - desconto	(72,00)	0,00	(72,00)
9.1.1.1.3.05.01.02.00.00.00 Deduções de Receita do ISSQN - 60% - restituição	(72,00)	0,00	(72,00)
4.1.1.1.3.05.02.00.00.00.00 Adicional ISS - Fundo Municipal Combate à Pobreza	(60,00)	0,00	(60,00)
9.1.1.1.3.05.02.01.00.00.00 Deduções de Receita do ISSQN - 25% - desconto	(30,00)	0,00	(30,00)
9.1.1.1.3.05.02.02.00.00.00 Deduções de Receita do ISSQN - 25% - restituição	(30,00)	0,00	(30,00)
4.1.1.1.3.05.03.00.00.00.00	(36,00)	0,00	(36,00)
9.1.1.1.3.05.03.01.00.00.00 Deduções de Receita do ISSQN - 15% - desconto	(18,00)	0,00	(18,00)
9.1.1.1.3.05.03.02.00.00.00 Deduções de Receita do ISSQN - 15% - restituição	(18,00)	0,00	(18,00)
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00.00 TAXAS	30.960,00	10.320,00	30.960,00
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00.00 Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	24.480,00	9.120,00	24.480,00
4.1.1.2.1.17.00.00.00.00.00 Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	1.800,00	120,00	1.800,00
4.1.1.2.1.21.00.00.00.00.00 Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental	1.200,00	0,00	1.200,00
4.1.1.2.1.25.00.00.00.00.00 Tx de Funcionamento Estab Comer/Indús/P.Serviços	9.000,00	6.000,00	9.000,00
4.1.1.2.1.29.00.00.00.00.00 Taxa de Licença para Execução de Obras	600,00	2.400,00	600,00
4.1.1.2.1.99.00.00.00.00.00 Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	12.000,00	600,00	12.000,00
9.1.1.2.1.99.00.00.00.00.00 Deduções de Receita de outras taxas p/ exercício do po	(120,00)	0,00	(120,00)
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00.00 Taxas pela Prestação de Serviços	6.480,00	1.200,00	6.480,00
4.1.1.2.2.90.00.00.00.00.00 Taxa de Limpeza Pública	600,00	600,00	600,00
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00.00 Outras Taxas pela Prestação de Serviços	6.000,00	600,00	6.000,00
9.1.1.2.2.99.00.00.00.00.00 Deduções de Receita de outras Taxas pela prestação de	(120,00)	0,00	(120,00)
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00.00 RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	112.000,00	81.000,00	112.000,00
4.1.2.2.0.00.00.00.00.00.00 CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECC	0,00	81.000,00	0,00
4.1.2.2.0.29.00.00.00.00.00 Contrib p/ Custeio do Serviço de Iluminação Público	0,00	81.000,00	0,00

**Natureza Jurídica não encontrada****PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016****ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas**

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 2/6

Data: 23/11/2015

**As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:**

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
1 - MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS				
4.1.2.3.0.00.00.00.00.00	CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PI	112.000,00	0,00	112.000,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	109.440,00	51.620,00	109.440,00
4.1.3.1.0.00.00.00.00.00	RECEITAS IMOBILIÁRIAS	2.400,00	2.000,00	2.400,00
4.1.3.1.1.00.00.00.00.00	ALUGUÉIS	2.400,00	2.000,00	2.400,00
4.1.3.1.1.99.00.00.00.00	Outras Receitas de Aluguéis	2.400,00	2.000,00	2.400,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	106.800,00	49.620,00	106.800,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	106.800,00	49.620,00	106.800,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	15.600,00	7.620,00	15.600,00
4.1.3.2.5.01.02.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.- FUNDEB	6.000,00	1.500,00	6.000,00
4.1.3.2.5.01.05.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - MDE	4.680,00	1.920,00	4.680,00
4.1.3.2.5.01.05.01.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc-Sal. Educação	3.000,00	1.200,00	3.000,00
4.1.3.2.5.01.05.02.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PNAE Ensin	600,00	360,00	600,00
4.1.3.2.5.01.05.03.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PNATE	600,00	360,00	600,00
4.1.3.2.5.01.05.04.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc-PDDE	120,00	0,00	120,00
4.1.3.2.5.01.05.05.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PNAE Crech	120,00	0,00	120,00
4.1.3.2.5.01.05.06.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PNAE Pré-E	120,00	0,00	120,00
4.1.3.2.5.01.05.07.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Outras Trans	120,00	0,00	120,00
4.1.3.2.5.01.09.00.00.00	Rec. Remun. Dep. CIDE	120,00	120,00	120,00
4.1.3.2.5.01.10.00.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - FNAS	2.160,00	2.400,00	2.160,00
4.1.3.2.5.01.10.01.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - FNAS Piso Básic	600,00	2.400,00	600,00
4.1.3.2.5.01.10.02.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - FNAS SCFV	600,00	0,00	600,00
4.1.3.2.5.01.10.03.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - FNAS IGD-SUA	120,00	0,00	120,00
4.1.3.2.5.01.10.04.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - FNAS IGD-BF	120,00	0,00	120,00
4.1.3.2.5.01.10.05.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - FNAS PVMC	120,00	0,00	120,00
4.1.3.2.5.01.10.99.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - Outras Transf St	600,00	0,00	600,00
4.1.3.2.5.01.11.00.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - FEP	1.200,00	0,00	1.200,00
4.1.3.2.5.01.15.00.00.00	Rec. Remun. Dep. Banc. Conv. Estado Assistência Soc	120,00	0,00	120,00
4.1.3.2.5.01.16.00.00.00	Rec. Remun. Dep. Banc. Conv. Estado Educação	120,00	120,00	120,00
4.1.3.2.5.01.17.00.00.00	Rec. de Remun. Convênios Estado Outros	120,00	120,00	120,00
4.1.3.2.5.01.18.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. COSIP	120,00	120,00	120,00
4.1.3.2.5.01.19.00.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - FEAS	240,00	0,00	240,00
4.1.3.2.5.01.19.01.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - FEAS - PSB	120,00	0,00	120,00
4.1.3.2.5.01.19.02.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - FEAS - Concess	120,00	0,00	120,00
4.1.3.2.5.01.91.00.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - Alienações Outros	120,00	720,00	120,00
4.1.3.2.5.01.92.00.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - Conv União Outrc	120,00	120,00	120,00
4.1.3.2.5.01.94.00.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - Conv União Educ	120,00	120,00	120,00
4.1.3.2.5.01.96.00.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - ConvTrâns.Prefei	120,00	120,00	120,00
4.1.3.2.5.01.97.00.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - Conv.Trâns Civil	120,00	120,00	120,00
4.1.3.2.5.01.98.00.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - Conv Trâns.Militar	120,00	120,00	120,00
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados	91.200,00	42.000,00	91.200,00
4.1.3.2.5.02.01.00.00.00	Rec. de Remun. de Depósitos de Poupança	90.000,00	18.000,00	90.000,00
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. de Outros Depósito Recursos não Vinculados	1.200,00	24.000,00	1.200,00
4.1.3.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	240,00	0,00	240,00
4.1.3.3.1.00.00.00.00.00	Receita de Concessões e Permissões - Serviços	120,00	0,00	120,00
4.1.3.3.1.99.00.00.00.00	Outras Receitas Concessões e Permissões - Serviços	120,00	0,00	120,00
4.1.3.3.3.00.00.00.00.00	Rec. Concessões e Permissões - Dir Uso Bens Públic	120,00	0,00	120,00
4.1.3.3.3.01.00.00.00.00	Rec de Concessão de Direito Real Uso Área Pública	120,00	0,00	120,00
4.1.4.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA AGROPECUÁRIA	600,00	3.000,00	600,00
4.1.4.9.0.00.00.00.00.00	Outras Receitas Agropecuárias	600,00	3.000,00	600,00
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	42.880,00	61.560,00	42.880,00
4.1.6.0.0.13.00.00.00.00	Serviços Administrativos	1.440,00	12.240,00	1.440,00



**Natureza Jurídica não encontrada****PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016****ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas**

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 3/6

Data: 23/11/2015

**As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:**

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
1 - MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS				
4.1.6.0.0.13.01.00.00.00	Serviços de Inscrição em Concursos Públicos	1.200,00	120,00	1.200,00
4.1.6.0.0.13.02.00.00.00	Serviços de Venda de Editais	120,00	120,00	120,00
4.1.6.0.0.13.99.00.00.00	Outros Serviços Administrativos	120,00	12.000,00	120,00
4.1.6.0.0.17.00.00.00.00	Serviços Agropecuários	1.200,00	6.000,00	1.200,00
4.1.6.0.0.41.00.00.00.00	Serv. de Captação/Adução/Trat/Res e Dist. de Água	40.120,00	43.200,00	40.120,00
4.1.6.0.0.41.01.00.00.00	Tarifa de Consumo de Água Residencial	32.000,00	24.000,00	32.000,00
4.1.6.0.0.41.02.00.00.00	Tarifa de Consumo de Água Comercial/Industrial	5.000,00	18.000,00	5.000,00
4.1.6.0.0.41.03.00.00.00	Tarifa de Ligação de Água	3.000,00	1.200,00	3.000,00
4.1.6.0.0.41.04.00.00.00	Tarifa Consumo de Água - Pública	120,00	0,00	120,00
4.1.6.0.0.99.00.00.00.00	Outros Serviços	120,00	120,00	120,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.914.780,00	10.785.720,00	10.969.780,00
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	10.698.180,00	10.600.720,00	10.753.180,00
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	6.218.080,00	5.835.720,00	6.273.080,00
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Receita da União	5.621.600,00	5.384.000,00	5.676.600,00
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	6.495.000,00	6.710.000,00	6.563.750,00
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	(1.299.000,00)	(1.342.000,00)	(1.312.750,00)
4.1.7.2.1.01.03.00.00.00	Cota-Parte do FPM - 1% Cota Anual	400.000,00	0,00	400.000,00
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	32.000,00	20.000,00	32.000,00
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	(6.400,00)	(4.000,00)	(6.400,00)
4.1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	73.200,00	96.000,00	73.200,00
4.1.7.2.1.22.11.00.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Hídricos	600,00	0,00	600,00
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	72.000,00	81.000,00	72.000,00
4.1.7.2.1.22.90.00.00.00	Outras Transf. Decorrentes de Compens. Finan.	600,00	15.000,00	600,00
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	269.560,00	166.200,00	269.560,00
4.1.7.2.1.34.04.00.00.00	IGD-BF	8.400,00	12.000,00	8.400,00
4.1.7.2.1.34.05.00.00.00	SCFV	108.000,00	24.000,00	108.000,00
4.1.7.2.1.34.06.00.00.00	Piso Básico Fixo - PBF	72.000,00	54.000,00	72.000,00
4.1.7.2.1.34.07.00.00.00	IGD-SUAS	7.800,00	75.000,00	7.800,00
4.1.7.2.1.34.08.00.00.00	PVMC	3.360,00	0,00	3.360,00
4.1.7.2.1.34.99.00.00.00	Outras Transferências do SUAS/União	70.000,00	1.200,00	70.000,00
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	179.120,00	170.120,00	179.120,00
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	102.000,00	96.000,00	102.000,00
4.1.7.2.1.35.02.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PDDE	600,00	6.000,00	600,00
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	32.200,00	23.000,00	32.200,00
4.1.7.2.1.35.03.01.00.00	PNAE Ensino Fundamental	9.000,00	9.200,00	9.000,00
4.1.7.2.1.35.03.02.00.00	PNAE Creche	9.000,00	8.050,00	9.000,00
4.1.7.2.1.35.03.03.00.00	PNAE Pré-Escolar	14.200,00	5.750,00	14.200,00
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	44.200,00	45.000,00	44.200,00
4.1.7.2.1.35.99.00.00.00	Outras Transferências Diretas do FNDE	120,00	120,00	120,00
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Outras Transf. da União	9.600,00	14.400,00	9.600,00
4.1.7.2.1.36.01.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96	12.000,00	18.000,00	12.000,00
9.1.7.2.1.36.01.00.00.00	Dedução de Receita Formação do FUNDEB - LC 87/96	(2.400,00)	(3.600,00)	(2.400,00)
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União	65.000,00	5.000,00	65.000,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	3.390.100,00	3.699.000,00	3.390.100,00
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	3.351.000,00	3.699.000,00	3.351.000,00
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	3.960.000,00	4.340.000,00	3.960.000,00
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	(792.000,00)	(868.000,00)	(792.000,00)
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	174.000,00	213.000,00	174.000,00
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPV	(34.800,00)	(42.600,00)	(34.800,00)
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	54.000,00	52.000,00	54.000,00
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDEB	(10.800,00)	(10.400,00)	(10.800,00)

**Natureza Jurídica não encontrada****PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

**ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas**

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 4/6

Data: 23/11/2015

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
1 - MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS				
4.1.7.2.2.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib.Interv.no Domínio Econômico	600,00	15.000,00	600,00
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	39.100,00	0,00	39.100,00
4.1.7.2.2.99.02.00.00.00	FEAS - Proteção Social Básica	26.000,00	0,00	26.000,00
4.1.7.2.2.99.03.00.00.00	FEAS - Concessão de Benefícios Eventuais	13.100,00	0,00	13.100,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.090.000,00	1.066.000,00	1.090.000,00
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.090.000,00	1.066.000,00	1.090.000,00
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.	216.600,00	185.000,00	216.600,00
4.1.7.6.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Distr.Fed. e suas Entid.	216.600,00	185.000,00	216.600,00
4.1.7.6.2.02.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Destin Programas de Educação	216.000,00	180.000,00	216.000,00
4.1.7.6.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	600,00	5.000,00	600,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	26.340,00	11.530,00	26.340,00
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	8.720,00	5.640,00	8.720,00
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	960,00	1.560,00	960,00
4.1.9.1.1.35.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora da Tx. de Fisc. e Vig. Sanit.	120,00	120,00	120,00
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	600,00	1.200,00	600,00
4.1.9.1.1.40.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	120,00	120,00	120,00
4.1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	120,00	120,00	120,00
4.1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	1.920,00	360,00	1.920,00
4.1.9.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	1.200,00	120,00	1.200,00
4.1.9.1.3.13.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	120,00	120,00	120,00
4.1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	600,00	120,00	600,00
4.1.9.1.5.00.00.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.	120,00	120,00	120,00
4.1.9.1.5.99.00.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.	120,00	120,00	120,00
4.1.9.1.8.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	2.520,00	2.400,00	2.520,00
4.1.9.1.8.01.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Aluguel	120,00	0,00	120,00
4.1.9.1.8.99.00.00.00.00	Outras Multas e Juros de Mora	2.400,00	2.400,00	2.400,00
4.1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	3.200,00	1.200,00	3.200,00
4.1.9.1.9.15.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	3.200,00	1.200,00	3.200,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	240,00	240,00	240,00
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	240,00	240,00	240,00
4.1.9.2.2.01.00.00.00.00	Restituições de Convênios	120,00	120,00	120,00
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	120,00	120,00	120,00
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	1.560,00	2.760,00	1.560,00
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa Tributária	1.440,00	2.640,00	1.440,00
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	1.200,00	2.400,00	1.200,00
4.1.9.3.1.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	120,00	120,00	120,00
4.1.9.3.1.99.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	120,00	120,00	120,00
4.1.9.3.2.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa não tributária	120,00	120,00	120,00
4.1.9.3.2.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	120,00	120,00	120,00
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	15.820,00	2.890,00	15.820,00
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	15.940,00	2.890,00	15.940,00
9.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Deduções de Outras Receitas Diversas	(120,00)	0,00	(120,00)
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	560.000,00	0,00	0,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	560.000,00	0,00	0,00
4.2.4.3.0.00.00.00.00.00	Transf. de Instituições Privadas	560.000,00	0,00	0,00
4.2.4.3.1.00.00.00.00.00	Transf. de Instituições Privadas	560.000,00	0,00	0,00
4.2.4.3.1.01.00.00.00.00	Transf. de Instituições Privadas - Compensação Social U	560.000,00	0,00	0,00
Total entidade:		12.031.920,00	11.281.950,00	11.526.920,00

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**

Página: 5/6  
Data: 23/11/2015

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas  
Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRUNOPOLIS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS	580.080,00	558.050,00	580.080,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	580.080,00	558.050,00	580.080,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	12.720,00	1.800,00	12.720,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	12.720,00	1.800,00	12.720,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	12.720,00	1.800,00	12.720,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	12.720,00	1.800,00	12.720,00
4.1.3.2.5.01.03.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Fundo Saude	12.720,00	1.680,00	12.720,00
4.1.3.2.5.01.03.01.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PAB	3.600,00	120,00	3.600,00
4.1.3.2.5.01.03.02.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PSF	120,00	120,00	120,00
4.1.3.2.5.01.03.03.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PACS	120,00	120,00	120,00
4.1.3.2.5.01.03.04.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Saúde Bucal	120,00	120,00	120,00
4.1.3.2.5.01.03.05.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Alienação Saú	600,00	120,00	600,00
4.1.3.2.5.01.03.06.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Assist Fam Basi	1.200,00	120,00	1.200,00
4.1.3.2.5.01.03.07.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - MAC	120,00	120,00	120,00
4.1.3.2.5.01.03.08.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - ECD	120,00	120,00	120,00
4.1.3.2.5.01.03.09.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Vig Sanitar	2.400,00	600,00	2.400,00
4.1.3.2.5.01.03.10.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - NASF União	120,00	0,00	120,00
4.1.3.2.5.01.03.11.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PMAQ	600,00	0,00	600,00
4.1.3.2.5.01.03.12.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Convênios E	600,00	0,00	600,00
4.1.3.2.5.01.03.13.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Transf. SUS/	1.800,00	0,00	1.800,00
4.1.3.2.5.01.03.13.01.00	Rendim. - Transf. SUS/Estado - NASF	600,00	0,00	600,00
4.1.3.2.5.01.03.13.02.00	Rendim. - Transf. SUS/Estado - Farmácia Básica	600,00	0,00	600,00
4.1.3.2.5.01.03.13.03.00	Rendim. - Transf. SUS/Estado - Incentivo AB	600,00	0,00	600,00
4.1.3.2.5.01.03.14.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Convênios L	600,00	120,00	600,00
4.1.3.2.5.01.03.15.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Outras Trans	600,00	0,00	600,00
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Rec. de Remun. de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.	0,00	120,00	0,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	567.360,00	556.250,00	567.360,00
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	566.760,00	544.250,00	566.760,00
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	540.240,00	481.850,00	540.240,00
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	540.240,00	481.850,00	540.240,00
4.1.7.2.1.33.01.00.00.00	Piso de Atenção Básica - PAB FIXO	77.820,00	70.350,00	77.820,00
4.1.7.2.1.33.02.00.00.00	Programa Agentes Comunitários de Saúde	109.560,00	102.600,00	109.560,00
4.1.7.2.1.33.03.00.00.00	Farmácia Básica SUS	15.000,00	15.010,00	15.000,00
4.1.7.2.1.33.04.00.00.00	Programa Saúde da Família - PSF	48.000,00	85.560,00	48.000,00
4.1.7.2.1.33.05.00.00.00	Saúde Bucal	26.760,00	26.760,00	26.760,00
4.1.7.2.1.33.06.00.00.00	Epidemiologia e Controle de Doenças	600,00	1.800,00	600,00
4.1.7.2.1.33.07.00.00.00	Vigilância Sanitária	24.000,00	18.000,00	24.000,00
4.1.7.2.1.33.08.00.00.00	Compensação Especificidades Regionais	120,00	20.050,00	120,00
4.1.7.2.1.33.09.00.00.00	MAC - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulat	9.660,00	9.600,00	9.660,00
4.1.7.2.1.33.10.00.00.00	PMAQ	132.000,00	132.000,00	132.000,00
4.1.7.2.1.33.11.00.00.00	Atenção Básica	96.000,00	0,00	96.000,00
4.1.7.2.1.33.12.00.00.00	Outras Transferências SUS p/ Atenção Básica	120,00	0,00	120,00
4.1.7.2.1.33.99.00.00.00	Outras Transferências do SUS/União	600,00	120,00	600,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	26.520,00	62.400,00	26.520,00
4.1.7.2.2.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde	26.520,00	62.400,00	26.520,00
4.1.7.2.2.33.01.00.00.00	Farmácia Básica	18.000,00	1.200,00	18.000,00
4.1.7.2.2.33.02.00.00.00	Incentivo a Atenção Básica	120,00	1.200,00	120,00
4.1.7.2.2.33.03.00.00.00	NASF	600,00	60.000,00	600,00
4.1.7.2.2.33.04.00.00.00	Vigilância Sanitária	6.000,00	0,00	6.000,00
4.1.7.2.2.33.05.00.00.00	Cofinanciamento Estado	1.800,00	0,00	1.800,00
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.	600,00	12.000,00	600,00

Página: 6/6  
Data: 23/11/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**

**Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas**  
Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

**As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:**

Especificação	Previsão - R\$ 1,00		
	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
<b>3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRUNOPOLIS</b>			
4.1.7.6.2.00.00.00.00.00 Transf. Conv. Estados Distr.Fed. e suas Entid.	600,00	12.000,00	600,00
4.1.7.6.2.01.00.00.00.00 Transf. Conv. Estados p/ SUS	600,00	12.000,00	600,00
<b>Total entidade:</b>	580.080,00	558.050,00	580.080,00
<b>Total geral:</b>	12.612.000,00	11.840.000,00	12.107.000,00

**PLANO PLURIANUAL 2014 A 2017**

I - Natureza Jurídica não encontrada

**Natureza Jurídica não encontrada****PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017

**ANEXO VI - Resumo das Receitas e Despesas por Fontes de Recurso**

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (A)

Página: 1/2

Data: 23/11/2015

Recurso	Descrição do Recurso	2014 à 2017		Diferença
		Receita	Despesa	
<b>Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS</b>		<b>43.406.540,00</b>	<b>33.113.746,00</b>	<b>10.292.794,00</b>
00.01.0000	Recursos Ordinários	27.464.052,00	22.302.536,00	5.161.516,00
00.01.0001	Receitas Impostos e Transf. de Impostos-EDUCAÇÃO	2.458.630,00	3.739.090,00	-1.280.460,00
00.01.0002	Receitas Impostos e Transf. de Impostos-SAÚDE	6.426.738,00	0,00	6.426.738,00
00.01.0007	Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	33.480,00	3.240,00	30.240,00
00.01.0008	Contribuição Custeio Serviços Iluminação Pública - COSIP	348.480,00	197.240,00	151.240,00
00.01.0010	Convênio Trânsito - Militar	2.690,00	1.670,00	1.020,00
00.01.0011	Convênio Trânsito - Civil	2.690,00	1.670,00	1.020,00
00.01.0012	Convênio Trânsito - Prefeitura	2.860,00	1.780,00	1.080,00
00.01.0018	Transferências do FUNDEB - 60%	2.338.800,00	2.959.500,00	-620.700,00
00.01.0019	Transferências do FUNDEB - 40%	1.559.200,00	938.500,00	620.700,00
00.01.0032	Transferências de Convênios - União/Educação	480,00	240,00	240,00
00.01.0034	Transferências de Convênios - União/Outros	480,00	240,00	240,00
00.01.0035	Transferências do SUAS/União	877.760,00	540.560,00	337.200,00
00.01.0036	Salário-Educação	391.200,00	208.800,00	182.400,00
00.01.0037	Outras Transferências do FNDE	341.580,00	191.900,00	149.680,00
00.01.0039	Fundo Especial do Petróleo e Transf. Compens. Financeira Explor. recursos	310.800,00	174.800,00	136.000,00
00.01.0061	Transferências de Convênios - Estado/Assistência Social	240,00	240,00	0,00
00.01.0062	Transferências de Convênios - Estado/Educação	767.560,00	407.320,00	360.240,00
00.01.0064	Transferências de Convênios - Estado/Outros	11.680,00	1.440,00	10.240,00
00.01.0065	Transferências do SUAS/Estado	65.460,00	65.460,00	0,00
00.01.0089	Alienação de Bens destinados a Outros Programas	1.680,00	240,00	1.440,00
00.01.0916	Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	0,00	30.240,00	-30.240,00
00.01.0917	Contribuição Custeio Serviços Iluminação Pública - COSIP	0,00	151.240,00	-151.240,00
00.01.0922	Transferências de Convênios - Educação	0,00	360.480,00	-360.480,00
00.01.0924	Transferências de Convênios - Outros	0,00	10.480,00	-10.480,00
00.01.0944	FEP	0,00	151.000,00	-151.000,00
00.01.0952	Outras Transf. do FNAS	0,00	313.200,00	-313.200,00
00.01.0954	Convênio de Trânsito - Militar	0,00	1.020,00	-1.020,00
00.01.0955	Convênio de Trânsito - Civil	0,00	1.020,00	-1.020,00
00.01.0956	Convênio de Trânsito - Prefeitura	0,00	1.080,00	-1.080,00
00.01.0958	Salário Educação	0,00	182.400,00	-182.400,00
00.01.0959	Transferências referentes ao - PDDE	0,00	12.000,00	-12.000,00
00.01.0960	PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar	0,00	19.120,00	-19.120,00
00.01.0961	PNATE - Programa Nac. de Apoio ao Transporte Escolar	0,00	90.720,00	-90.720,00
00.01.0962	Outras Transferências do FNDE	0,00	240,00	-240,00
00.01.0963	Bolsa Família	0,00	24.000,00	-24.000,00
00.02.0089	Alienação de Bens destinados a Outros Programas	0,00	1.440,00	-1.440,00
00.03.0960	PNAE - Superávit Financeiro	0,00	27.600,00	-27.600,00
<b>Entidade: 2 - CAMARA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS</b>		<b>0,00</b>	<b>2.625.000,00</b>	<b>-2.625.000,00</b>
00.01.0000	Recursos Ordinários	0,00	2.625.000,00	-2.625.000,00
<b>Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRUNOPOLIS</b>		<b>2.310.460,00</b>	<b>9.978.254,00</b>	<b>-7.667.794,00</b>
00.01.0000	Recursos Ordinários	0,00	395.000,00	-395.000,00
00.01.0002	Receitas Impostos e Transf. de Impostos-SAÚDE	0,00	7.272.794,00	-7.272.794,00
00.01.0023	Transferências de Convênios - Saúde	240,00	149.280,00	-149.040,00
00.01.0033	Transferências de Convênios - União/Saúde	960,00	720,00	240,00
00.01.0038	Transferências do SUS/União	2.057.140,00	1.090.560,00	966.580,00
00.01.0063	Transferências de Convênios - Estado/Saúde	55.320,00	31.320,00	24.000,00
00.01.0067	Transferências do SUS/Estado	195.840,00	71.040,00	124.800,00
00.01.0088	Alienação de Bens destinados a Programas de Saúde	960,00	720,00	240,00
00.01.0964	SUS - Atenção Básica	0,00	875.600,00	-875.600,00
00.01.0965	MAC - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	0,00	19.440,00	-19.440,00
00.01.0966	SUS - Vigilância em Saúde	0,00	41.040,00	-41.040,00
00.01.0967	SUS - Assistência Farmacêutica Básica	0,00	30.260,00	-30.260,00
00.01.0971	Outras Transferências do SUS	0,00	240,00	-240,00
00.02.0088	Alienação de Bens destinados a Programas de Saúde	0,00	240,00	-240,00
00.03.0002	Receitas Impostos e Transf. de Impostos-SAÚDE	0,00	0,00	0,00

Página: 2/2  
Data: 23/11/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017  
ANEXO VI - Resumo das Receitas e Despesas por Fontes de Recurso  
Seleção: Alteração em 01/01/2016 (A)

Recurso	Descrição do Recurso	2014 à 2017		Diferença
		Receita	Despesa	
<b>Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRUNOPOLIS</b>		<b>2.310.460,00</b>	<b>9.978.254,00</b>	<b>-7.667.794,00</b>
00.03.0964	Atenção Básica - Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00
<b>Total Geral:</b>		<b>45.717.000,00</b>	<b>45.717.000,00</b>	<b>0,00</b>

**PLANO PLURIANUAL 2014 A 2017****Natureza Jurídica não encontrada****PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017

**ANEXO III - Identificação das Ações**

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (A)

Página: 1 / 2

Data: 23/11/2015

Ação	Título da ação	Tipo	Produto (Unidade de medida)	Origem
0.001	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA CONTRATADA	Operação especial	AMORTIZAÇÃO(ANO)	Continuação
0.002	CONTRIBUIÇÃO AO PASEP	Operação especial	CONTRIBUIÇÃO(ANO)	Continuação
0.003	PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS	Operação especial	AMORTIZAÇÃO(ANO)	Nova
1.001	EDIFICAÇÕES PARA O ENSINO FUNDAMENTAL	Projeto	OBRAS(OBR)	Continuação
1.002	EDIFICAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL	Projeto	OBRAS(OBR)	Continuação
1.003	UNIDADES DE SAÚDE	Projeto	OBRAS(OBR)	Continuação
1.004	EQUIPAMENTOS PARA A SAÚDE	Projeto	EQUIPAMENTOS(EQU)	Continuação
1.005	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A SAÚDE	Projeto	CARRO(VEI)	Continuação
1.006	AQUISIÇÃO DE TERRENO - HABITAÇÃO	Projeto	TERRENO(TER)	Nova
1.007	MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES	Projeto	BANHEIRO(OBR)	Continuação
1.008	CONSTRUÇÃO DO PAÇO MUNICIPAL E CÂMARA DE VEREADORES	Projeto	EDIFICAÇÃO(OBR)	Continuação
1.009	CONSTRUÇÃO DE PARQUE DE EVENTOS, FEIRAS E EXPOSIÇÕES	Projeto	EDIFICAÇÃO(OBR)	Continuação
1.010	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	Projeto	EQUIPAMENTOS(EQU)	Continuação
1.011	AMPLIAÇÃO DA GARAGEM - OBRAS	Projeto	EDIFICAÇÃO(OBR)	Nova
1.012	REFORMA DE ESPAÇOS ESPORTIVOS	Projeto	OBRAS(OBR)	Nova
1.013	AMPLIAÇÃO DA GARAGEM - EDUCAÇÃO	Projeto	OBRAS(OBR)	Nova
1.014	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	Projeto	EQUIPAMENTOS(EQU)	Nova
1.015	CONSTRUÇÃO SISTEMA COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO	Projeto	SISTEMA DE ESGOTO(OBR)	Continuação
1.018	AMPLIAÇÃO DA GARAGEM - EDUCAÇÃO	Projeto	EDIFICAÇÃO(OBR)	Nova
1.019	CONSTRUÇÃO DE PONTES E BUEIROS	Projeto	PONTE(OBR)	Continuação
1.020	PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS	Projeto	PAVIMENTAÇÃO DE VIAS(OBR)	Continuação
1.021	CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS ESPORTIVAS E DE LAZER	Projeto	OBRAS(OBR)	Continuação
1.022	CENTRO COMUNITÁRIO	Projeto	EDIFICAÇÃO(OBR)	Continuação
1.023	CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES	Projeto	CASAS POPULARES(OBR)	Continuação
1.025	AQUISIÇÃO DE TERRENO	Projeto	TERRENO(TER)	Continuação
1.026	AQUISIÇÃO DE TERRENO - IND. E COM.	Projeto	TERRENO(TER)	Nova
1.028	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A EDUCAÇÃO	Projeto	CARRO(VEI)	Continuação
1.029	SANEAMENTO BÁSICO	Projeto	OBRAS(OBR)	Nova
1.030	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGROPECUÁRIOS	Projeto	EQUIPAMENTOS(EQU)	Continuação
1.031	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESPAÇOS ESPORTIVOS	Projeto	OBRAS(OBR)	Nova
1.032	CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO	Projeto	OBRAS(OBR)	Continuação
1.033	ACADEMIA DA SAÚDE	Projeto	EQUIPAMENTOS(EQU)	Nova
1.035	EQUIPAMENTOS PARA A SAÚDE	Projeto	EQUIPAMENTOS(EQU)	Nova
1.036	CONSTRUÇÃO DE MÓDULOS SANITÁRIOS DOMICILIARES	Projeto	OBRAS(OBR)	Nova
1.037	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESPAÇOS ESPORTIVOS	Projeto	OBRAS(OBR)	Nova
1.038	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESPAÇOS SÓCIO-ASSISTENCIAIS	Projeto	OBRAS(OBR)	Nova
1.039	CONSTRUÇÃO DE PORTAIS	Projeto	OBRAS(OBR)	Nova
1.040	AQUISIÇÃO DE TERRENO - CULTURA	Projeto	TERRENO(TER)	Nova
1.041	AQUISIÇÃO DE TERRENO - ESPORTE	Projeto	TERRENO(TER)	Nova
2.001	MANUTENÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES	Atividade	SESSÕES LEGISLATIVAS(SES)	Continuação
2.002	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADM PLANEJ E FAZENDA	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.003	MANUTENÇÃO E MELHORIAS NO SISTEMA DE ÁGUA	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.004	MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.005	CONTROLE INTERNO	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.006	MANUTENÇÃO DOS GABINETES DO PREFEITO E VICE	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.007	ENSINO FUNDAMENTAL	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.008	TRANSPORTE ESCOLAR	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.009	MERENDA ESCOLAR	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.010	MERENDA ESCOLAR - EDUC. INFANTIL	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.011	EDUCAÇÃO INFANTIL	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.012	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.013	DIFUSÃO DA CULTURA NO MUNICÍPIO	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova

**Natureza Jurídica não encontrada****PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017

**ANEXO III - Identificação das Ações**

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (A)

Página: 2 / 2

Data: 23/11/2015

Ação	Título da ação	Tipo	Produto (Unidade de medida)	Origem
2.014	ESPORTE AMADOR	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.015	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.016	SEGURANÇA PÚBLICA	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.017	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.018	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, IND E COMÉRCIO	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.019	MANUTENÇÃO DA SECR. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.020	ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.021	COLETA E DESTINAÇÃO DE LIXO	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.022	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.023	MANUTENÇÃO DO PETI	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.024	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.025	AUXÍLIO A ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.026	DESENVOLVIMENTO DO TURISMO MUNICIPAL	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.027	FARMÁCIA BÁSICA	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.028	MANUTENÇÃO DO FUNDO DE SAÚDE	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.029	MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.030	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.031	MERENDA ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.032	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.033	CRAS - CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.034	NASF - NÚCLEO DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.035	PRONATEC - Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Continuação
2.036	ENSINO PROFISSIONALIZANTE	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Continuação
2.037	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Continuação
2.038	CIGA - CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Continuação
2.039	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.040	CISAM - MEIO OESTE SC	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.041	PROINFANCIA	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.042	MÓDULOS SANITÁRIOS DOMICILIARES	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.043	CONSÓRCIO CINCATARINA	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.044	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.045	MERENDA ESCOLAR - CRECHE	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.046	MERENDA ESCOLAR - PRÉ-ESCOLAR	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.047	EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ-ESCOLAR	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.048	EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.049	FESTIVIDADES MUNICIPAIS	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.050	BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.051	BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.052	BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.053	BLOCO DE GESTÃO - IGDBF	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.054	FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL - IGDBF	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.055	BLOCO DE GESTÃO - IGDSUAS	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.056	FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL - IGDSUAS	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.057	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.058	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
9.999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Reserva de contingência	RESERVA DE CONTINGÊNCIA(ANO)	Continuação

Total de ações: 98



## PLANO PLURIANUAL 2014 A 2017

Página: 1/13  
Data: 23/11/2015

Natureza Jurídica não encontrada  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017  
ANEXO V - Metas de Despesas  
Seleção: Detalhar planejamento por ano; Alteração em 01/01/2016 (A)

Planej	Ação	/	Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Total
<b>Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS</b>													
<b>Órgão: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO</b>													
<b>Unidade: 02.01 - Gabinete do Prefeito</b>													
2	1.008 - CONSTRUÇÃO DO PAÇO MUNICIPAL E CÂMARA DE VEREADORES			P	3	04.122.0012	4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	260.000,00	200.000,00	50.000,00	0,00	510.000,00
<b>EDIFICAÇÃO(OBR)</b>													
3	2.005 - CONTROLE INTERNO			A	3	04.124.0012	3.1.90.00.00.00.00.00.00	00.01.0000	33.000,00	36.000,00	40.000,00	38.000,00	147.000,00
<b>MANUTENÇÃO(ANO)</b>													
							3.3.90.00.00.00.00.00.00	00.01.0000	2.000,00	2.000,00	1.500,00	2.000,00	7.500,00
							4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	4.000,00
4	2.006 - MANUTENÇÃO DOS GABINETES DO PREFEITO E VICE			A	3	04.122.0012	3.1.90.00.00.00.00.00.00	00.01.0000	425.000,00	490.000,00	510.000,00	492.000,00	1.917.000,00
<b>MANUTENÇÃO(ANO)</b>													
							3.3.50.00.00.00.00.00.00	00.01.0000	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	10.000,00
							3.3.90.00.00.00.00.00.00	00.01.0000	54.000,00	45.000,00	50.000,00	62.000,00	211.000,00
							4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	70.000,00	70.000,00	3.000,00	0,00	143.000,00
45	2.039 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR			A	3	08.243.0005	3.1.90.00.00.00.00.00.00	00.01.0000	86.000,00	90.000,00	80.000,00	100.000,00	356.000,00
<b>MANUTENÇÃO(ANO)</b>													
							4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
<b>Órgão: 03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ E FAZENDA</b>													
<b>Unidade: 03.01 - Secretaria de Administração, Planej. e Fazenda</b>													
5	2.002 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADM PLANEJ E FAZENDA			A	3	04.122.0002	3.1.90.00.00.00.00.00.00	00.01.0000	487.000,00	540.000,00	610.000,00	563.000,00	2.200.000,00
<b>MANUTENÇÃO(ANO)</b>													
							3.3.50.00.00.00.00.00.00	00.01.0000	90.000,00	114.000,00	140.000,00	104.000,00	448.000,00
							3.3.90.00.00.00.00.00.00	00.01.0000	365.000,00	360.000,00	413.210,00	422.000,00	1.560.210,00
							4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	95.000,00	90.000,00	10.000,00	5.000,00	200.000,00
6	2.038 - CIGA - CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL			A	3	04.122.0002	3.1.71.00.00.00.00.00.00	00.01.0000	1.100,00	0,00	0,00	1.100,00	2.200,00
<b>MANUTENÇÃO(ANO)</b>													
							3.3.71.00.00.00.00.00.00	00.01.0000	600,00	0,00	0,00	600,00	1.200,00
							3.3.93.00.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	6.960,00	7.650,00	0,00	14.610,00
							4.4.71.00.00.00.00.00	00.01.0000	300,00	0,00	0,00	300,00	600,00
7	0.001 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA CONTRATADA			O	3	28.846.0011	4.6.90.00.00.00.00.00.00	00.01.0000	5.000,00	30.000,00	45.000,00	5.000,00	85.000,00
<b>AMORTIZAÇÃO(ANO)</b>													

Página: 2/13  
Data: 23/11/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017  
ANEXO V - Metas de Despesas  
Seleção: Detalhar planejamento por ano; Alteração em 01/01/2016 (A)

Planej. Ação / Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Total
<b>Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS</b>										
<b>Órgão: 03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ E FAZENDA</b>										
<b>Unidade: 03.01 - Secretaria de Administração, Planej. e Fazenda</b>										
8 0.002 - CONTRIBUIÇÃO AO PASEP	O	3	28.846.0011	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	120.000,00	110.000,00	125.000,00	139.000,00	494.000,00
<b>CONTRIBUIÇÃO(ANO)</b>										
63 2.043 - CONSÓRCIO CINCATARINA	A	1	04.122.0002	3.1.71.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	11.700,00	3.850,00	0,00	15.550,00
<b>MANUTENÇÃO(ANO)</b>										
				3.3.71.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	3.500,00	12.850,00	0,00	16.350,00
				3.3.72.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	0,00	45.000,00	0,00	45.000,00
				4.4.71.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	2.000,00	2.200,00	0,00	4.200,00
65 0.003 - PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS	O	3	28.846.0011	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	5.000,00	505.000,00	0,00	510.000,00
<b>AMORTIZAÇÃO(ANO)</b>										
<b>Órgão: 04.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO</b>										
<b>Unidade: 04.01 - Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo</b>										
9 2.016 - SEGURANÇA PÚBLICA	A	3	06.181.0006	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	24.000,00	24.000,00	30.000,00	28.000,00	106.000,00
<b>MANUTENÇÃO(ANO)</b>										
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0954	510,00	0,00	0,00	510,00	1.020,00
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0955	510,00	0,00	0,00	510,00	1.020,00
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0956	540,00	0,00	0,00	540,00	1.080,00
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0010	0,00	510,00	1.160,00	0,00	1.670,00
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0011	0,00	510,00	1.160,00	0,00	1.670,00
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0012	0,00	540,00	620,00	0,00	1.160,00
				4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0012	0,00	0,00	620,00	0,00	620,00
10 1.020 - PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS	P	3	15.451.0009	4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	120.000,00	90.000,00	25.000,00	200.000,00	435.000,00
<b>PAVIMENTAÇÃO DE VIAS(OBR)</b>										
				4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0924	120,00	0,00	0,00	120,00	240,00
				4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0034	0,00	120,00	120,00	0,00	240,00
11 1.039 - CONTRUÇÃO DE PORTAIS	P	3	15.451.0009	4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	5.000,00	0,00	100.000,00	105.000,00
<b>OBRAS(OBR)</b>										
12 2.017 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS	A	3	15.451.0009	3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	467.000,00	540.000,00	638.000,00	540.000,00	2.185.000,00
<b>MANUTENÇÃO(ANO)</b>										
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0039	0,00	101.600,00	73.200,00	0,00	174.800,00
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0064	0,00	720,00	720,00	0,00	1.440,00
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0944	70.000,00	0,00	0,00	81.000,00	151.000,00

Página: 3/13  
Data: 23/11/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017  
ANEXO V - Metas de Despesas  
Seleção: Detalhar planejamento por ano; Alteração em 01/01/2016 (A)

Planej. Ação /	Produto (UN)	Tipo	Local	Func. Progr.	Conta Despesa	Recurso	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Total		
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS													
Órgão: 04.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO													
Unidade: 04.01 - Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo													
13 2.021 - COLETA E DESTINAÇÃO DE LIXO MANUTENÇÃO(ANO)	A	3	17.512.0009				7.075.298,00	8.313.720,00	9.053.920,00	8.670.808,00	33.113.746,00		
							1.645.422,00	1.917.260,00	1.902.340,00	2.045.422,00	7.510.444,00		
							1.510.422,00	1.733.260,00	1.672.680,00	1.890.422,00	6.806.784,00		
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0916	00.01.0916	15.120,00	0,00	0,00	15.120,00	30.240,00		
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0924	00.01.0924				Valor não detalhado:	0,00		
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	00.01.0000	605.890,00	506.890,00	605.000,00	431.000,00	1.922.890,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0007	00.01.0007	0,00	2.520,00	720,00	0,00	3.240,00
15 2.004 - MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PUBLICA MANUTENÇÃO(ANO)	A	3	15.451.0009				2.140,00	2.350,00	2.885,00	2.140,00	9.515,00		
							10.364,00	11.410,00	16.035,00	10.364,00	48.173,00		
							74.376,00	81.830,00	100,00	74.376,00	230.682,00		
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	00.01.0000	0,00	0,00	90.000,00	0,00	90.000,00		
				4.4.71.00.00.00.00.00	00.01.0000	00.01.0000	9.782,00	5.020,00	100,00	9.782,00	24.684,00		
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	00.01.0000	10.000,00	30.000,00	30.000,00	10.000,00	80.000,00
16 1.010 - MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS EQUIPAMENTOS(EQU)	P	3	26.782.0009				65.120,00	0,00	0,00	76.120,00	141.240,00		
							0,00	85.120,00	112.120,00	0,00	197.240,00		
							25.000,00	5.000,00	0,00	25.000,00	55.000,00		
				4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0917	00.01.0917	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	10.000,00		
							200.000,00	85.000,00	40.000,00	250.000,00	575.000,00		
18 1.019 - CONSTRUÇÃO DE PONTES E BUEIROS PONTE(OBR)	P	3	26.782.0009				720,00	0,00	0,00	720,00	1.440,00		
							0,00	120,00	120,00	0,00	240,00		
							5.120,00	0,00	0,00	5.120,00	10.240,00		
							25.000,00	0,00	0,00	25.000,00	50.000,00		
							4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	00.01.0000	0,00	80.000,00	5.000,00	0,00
66 1.021 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS ESPORTIVAS E DE LAZER OBRAS(OBR)	P	3	15.451.0009			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	85.000,00		
82 1.011 - AMPLIAÇÃO DA GARAGEM - OBRAS EDIFICAÇÃO(OBR)	P	1	26.782.0009			0,00	75.000,00	0,00	0,00	0,00	75.000,00		
Unidade: 04.02 - Depto. Munic. de Água, Esgoto e Saneamento Básico													
14 2.003 - MANUTENÇÃO E MELHORIAS NO SISTEMA DE ÁGUA MANUTENÇÃO(ANO)	A	3	17.512.0009				135.000,00	184.000,00	229.660,00	155.000,00	703.660,00		
							0,00	50.000,00	48.000,00	0,00	98.000,00		

Página: 4/13  
Data: 23/11/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017  
ANEXO V - Metas de Despesas  
Seleção: Detalhar planejamento por ano; Alteração em 01/01/2016 (A)

Planej./Ação /	Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Total
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS											
Órgão: 04.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO											
Unidade: 04.02 - Depto. Munic. de Água, Esgoto e Saneamento Básico											
60 2.040 - CISAM - MEIO OESTE SC MANUTENÇÃO(ANO)	A	1	17.512.0009				7.075.298,00	8.313.720,00	9.053.920,00	8.670.808,00	33.113.746,00
							1.645.422,00	1.917.260,00	1.902.340,00	2.045.422,00	7.510.444,00
							135.000,00	184.000,00	229.660,00	155.000,00	703.660,00
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	135.000,00	120.000,00	167.000,00	155.000,00	577.000,00	
							0,00	5.000,00	10.000,00	0,00	15.000,00
							0,00			Valor não detalhado:	0,00
							3.1.71.00.00.00.00.00	500,00	2.050,00	0,00	2.550,00
							0,00	8.000,00	1.700,00	0,00	9.700,00
							0,00	500,00	910,00	0,00	1.410,00
Órgão: 05.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM ESTAR E DESPO	P	3	12.361.0003				2.192.176,00	2.971.220,00	3.089.540,00	2.986.286,00	11.239.222,00
							2.192.176,00	2.971.220,00	3.089.540,00	2.986.286,00	11.239.222,00
							0,00	0,00	120,00	0,00	120,00
				4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0032	4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	0,00	250.000,00	250.000,00
							0,00	10.000,00	5.000,00	0,00	15.000,00
							4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0001	4.4.90.00.00.00.00.00	Valor não detalhado:	0,00
							0,00	10.000,00	5.000,00	0,00	15.000,00
23 1.028 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A EDUCAÇÃO CARRO(VEI)	P	3	12.361.0003						Valor não detalhado:	0,00	
							0,00	5.000,00	5.000,00	0,00	10.000,00
							120,00	0,00	0,00	120,00	240,00
				4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0922	4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0032	0,00	120,00	0,00	120,00
							3.1.90.00.00.00.00.00	0,00	0,00	20.000,00	40.000,00
							3.1.90.00.00.00.00.00	360.000,00	163.000,00	52.000,00	731.620,00
							3.1.90.00.00.00.00.00	0,00	0,00	128.100,00	219.480,00
							3.1.90.00.00.00.00.00	700.560,00	767.200,00	640.500,00	2.565.160,00
							3.3.90.00.00.00.00.00	0,00	0,00	6.000,00	12.000,00
							3.3.90.00.00.00.00.00	0,00	0,00	48.600,00	91.200,00
							120,00	0,00	0,00	120,00	240,00
							0,00	51.900,00	26.250,00	0,00	78.150,00
							3.3.90.00.00.00.00.00	6.240,00	960,00	0,00	7.200,00

Página: 5/13  
Data: 23/11/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017  
ANEXO V - Metas de Despesas  
Seleção: Detalhar planejamento por ano; Alteração em 01/01/2016 (A)

Planej. Ação / Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Total
<b>Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS</b>										
<b>Órgão: 05.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM ESTAR E DESPO</b>										
<b>Unidade: 05.01 - Secretaria de Educação, Cultura, Bem Estar e Despo</b>										
25 2.008 - TRANSPORTE ESCOLAR MANUTENÇÃO(ANO)	A	3	12.361.0003	3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	7.075.298,00	8.313.720,00	9.053.920,00	8.670.808,00	33.113.746,00
				3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0001	2.192.176,00	2.971.220,00	3.089.540,00	2.986.286,00	11.239.222,00
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0037	2.192.176,00	2.971.220,00	3.089.540,00	2.986.286,00	11.239.222,00
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0036	19.276,00	0,00	0,00	28.036,00	47.312,00
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0001	81.000,00	110.000,00	137.000,00	96.000,00	424.000,00
				4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	30.000,00
				4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0001	0,00	15.000,00	15.000,00	0,00	30.000,00
				3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	60.000,00
				3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0001	152.000,00	250.000,00	270.000,00	180.000,00	852.000,00
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0062	0,00	191.200,00	216.120,00	0,00	407.320,00
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0037	0,00	75.800,00	44.800,00	0,00	120.600,00
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0036	0,00	51.900,00	78.750,00	0,00	130.650,00
26 2.009 - MERENDA ESCOLAR MANUTENÇÃO(ANO)	A	3	12.361.0003	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0019	76.150,00	97.300,00	109.600,00	106.750,00	389.800,00
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0922	180.120,00	0,00	0,00	180.120,00	360.240,00
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0958	42.600,00	0,00	0,00	48.600,00	91.200,00
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0961	45.360,00	0,00	0,00	45.360,00	90.720,00
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	100.000,00	0,00	0,00	13.000,00	113.000,00
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0001	71.000,00	210.000,00	218.000,00	253.970,00	752.970,00
				4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000			Valor não detalhado:		0,00
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0960			Valor não detalhado:		0,00
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0037			Valor não detalhado:		0,00
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000			Valor não detalhado:		0,00
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0960			Valor não detalhado:		0,00
27 2.009 - MERENDA ESCOLAR MANUTENÇÃO(ANO)	A	3	12.365.0003	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000					0,00
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0960					0,00
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000					0,00
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0960					0,00
				3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	70.000,00	0,00	0,00	81.000,00	151.000,00
				3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0000					0,00
28 2.012 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO MANUTENÇÃO(ANO)	A	3	12.361.0003	3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0000					0,00
				3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0001	0,00	70.000,00	24.500,00	0,00	94.500,00
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	38.000,00	0,00	0,00	43.000,00	81.000,00
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0001	0,00	20.000,00	34.000,00	0,00	54.000,00
				3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0000					0,00
				3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0001					0,00

Página: 6/13  
Data: 23/11/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017  
ANEXO V - Metas de Despesas  
Seleção: Detalhar planejamento por ano; Alteração em 01/01/2016 (A)

Planej. Ação / Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Total
<b>Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS</b>										
<b>Órgão: 05.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM ESTAR E DESPO</b>										
<b>Unidade: 05.01 - Secretaria de Educação, Cultura, Bem Estar e Despo</b>										
29 2.036 - ENSINO PROFISSIONALIZANTE	A	3	12.363.0003	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	14.000,00	10.000,00	0,00	14.000,00	38.000,00
MANUTENÇÃO(ANO)										
30 2.025 - AUXÍLIO A ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS	A	3	12.364.0003	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	70.000,00	110.000,00	0,00	81.000,00	261.000,00
MANUTENÇÃO(ANO)										
31 2.011 - EDUCAÇÃO INFANTIL	A	3	12.365.0003	3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0019	137.070,00	0,00	0,00	192.150,00	329.220,00
MANUTENÇÃO(ANO)										
				3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0001	43.000,00	0,00	0,00	16.000,00	59.000,00
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0001	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00	80.000,00
				4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	2.500,00	0,00	0,00	2.500,00	5.000,00
32 2.013 - DIFUSÃO DA CULTURA NO MUNICÍPIO	A	3	13.392.0003	3.3.50.00.00.00.00.00	00.01.0000	20.000,00	5.000,00	0,00	20.000,00	45.000,00
MANUTENÇÃO(ANO)										
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	15.000,00	15.000,00	16.000,00	15.000,00	61.000,00
34 2.014 - ESPORTE AMADOR	A	3	27.812.0003	3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	5.000,00	30.000,00	30.000,00	5.000,00	70.000,00
MANUTENÇÃO(ANO)										
				3.3.50.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	23.000,00	30.000,00	22.000,00	23.000,00	98.000,00
				4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	4.000,00
				4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0924				Valor não detalhado:	0,00
61 2.041 - PROINFANCIA	A	1	12.365.0003	4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0001				Valor não detalhado:	0,00
MANUTENÇÃO(ANO)										
67 2.045 - MERENDA ESCOLAR - CRECHE	A	3	12.365.0003	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0037	0,00	12.200,00	9.120,00	0,00	21.320,00
MANUTENÇÃO(ANO)										
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	19.000,00	35.000,00	0,00	54.000,00
68 2.046 - MERENDA ESCOLAR - PRÉ-ESCOLAR	A	3	12.365.0003	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0037	0,00	9.600,00	14.320,00	0,00	23.920,00
MANUTENÇÃO(ANO)										
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	11.000,00	3.000,00	0,00	14.000,00
69 2.047 - EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ-ESCOLAR	A	3	12.365.0003	3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0001	0,00	56.000,00	136.000,00	0,00	192.000,00
MANUTENÇÃO(ANO)										
				3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0018	0,00	78.800,00	109.600,00	0,00	188.400,00
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0001	0,00	25.000,00	15.000,00	0,00	40.000,00
				4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0001	0,00	3.000,00	10.000,00	0,00	13.000,00

Página: 7/13  
Data: 23/11/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017  
ANEXO V - Metas de Despesas  
Seleção: Detalhar planejamento por ano; Alteração em 01/01/2016 (A)

Planej.	Ação / Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Corta Despesa	Recurso	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Total
<b>Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS</b>											
<b>Órgão: 05.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM ESTAR E DESPO</b>											
<b>Unidade: 05.01 - Secretaria de Educação, Cultura, Bem Estar e Despo</b>											
70	2.048 - EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE	A	3	12.365.0003	3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0001	0,00	69.000,00	185.000,00	0,00	254.000,00
<b>MANUTENÇÃO(ANO)</b>											
71	2.049 - FESTIVIDADES MUNICIPAIS	A	3	13.392.0003	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	45.000,00	50.000,00	0,00	95.000,00
<b>MANUTENÇÃO(ANO)</b>											
72	1.041 - AQUISIÇÃO DE TERRENO - ESPORTE	P	3	27.812.0003	4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
<b>TERRENO(TER)</b>											
83	2.010 - MERENDA ESCOLAR - EDUC. INFANTIL	A	1	12.365.0003	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	34.000,00	0,00	0,00	40.000,00	74.000,00
<b>MANUTENÇÃO(ANO)</b>											
84	1.040 - AQUISIÇÃO DE TERRENO - CULTURA	P	1	13.392.0003	4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	0,00	0,00	200.000,00	200.000,00
<b>TERRENO(TER)</b>											
85	1.013 - AMPLIAÇÃO DA GARAGEM - EDUCAÇÃO	P	1	12.361.0003	4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0001	0,00	0,00	40.000,00	0,00	40.000,00
<b>OBRAS(OBR)</b>											
86	2.031 - MERENDA ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL	A	1	12.361.0003	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0037	0,00	9.260,00	9.600,00	0,00	18.860,00
<b>MANUTENÇÃO(ANO)</b>											
87	1.031 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESPAÇOS ESPORTIVOS	P	1	27.812.0003	4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	5.000,00	85.000,00	0,00	90.000,00
<b>OBRAS(OBR)</b>											
<b>Órgão: 06.00 - SECRETARIA DE AGRIC. PEC. MEIO AMB IND E COMERCIO</b>											
<b>Unidade: 06.01 - Secretaria de Agric. Pec. Meio Amb Ind e Comercio</b>											
37	1.009 - CONSTRUÇÃO DE PARQUE DE EVENTOS, FEIRAS E EXPOSIÇÕES	P	3	20.606.0007	4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	465.000,00	467.000,00	547.000,00	483.000,00	1.962.000,00
<b>EDIFICAÇÃO(OBR)</b>											
38	2.018 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, IND E COMERCIO	A	3	20.606.0007	3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	240.000,00	315.000,00	363.000,00	278.000,00	1.196.000,00
<b>MANUTENÇÃO(ANO)</b>											
					3.3.50.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	31.000,00	20.000,00	0,00	51.000,00
										<b>Valor não detalhado: 0,00</b>	

Página: 8/13  
Data: 23/11/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017  
ANEXO V - Metas de Despesas  
Seleção: Detalhar planejamento por ano; Alteração em 01/01/2016 (A)

Planej. Ação / Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Total
<b>Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS</b>										
<b>Órgão: 06.00 - SECRETARIA DE AGRIC. PEC. MEIO AMB IND E COMERCIO</b>										
<b>Unidade: 06.01 - Secretaria de Agric. Pec. Meio Amb Ind e Comercio</b>										
39 1.030 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGROPECUÁRIOS EQUIPAMENTOS(EQU)	P	3	20.606.0007	4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	7.075.298,00	8.313.720,00	9.053.920,00	8.670.808,00	33.113.746,00
41 2.026 - DESENVOLVIMENTO DO TURISMO MUNICIPAL MANUTENÇÃO(ANO)	A	3	23.695.0010	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	465.000,00	467.000,00	547.000,00	483.000,00	1.962.000,00
81 1.026 - AQUISIÇÃO DE TERRENO - IND. E COM. TERRENO(TER)	P	1	22.661.0007	4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	40.000,00	40.000,00	0,00	80.000,00
<b>Órgão: 07.00 - SECRETARIA DE SAÚDE</b>										
<b>Unidade: 07.01 - Secretaria de Saúde</b>										
42 1.015 - CONSTRUÇÃO SISTEMA COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO	P	3	17.512.0004	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
SISTEMA DE ESGOTO(OBR)				4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	0,00	10.000,00	200.000,00	210.000,00
<b>Órgão: 08.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO</b>										
<b>Unidade: 08.01 - Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação</b>										
49 1.023 - CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES CASAS POPULARES(OBR)	P	3	16.482.0008	4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	30.000,00	35.000,00	40.000,00	230.000,00	335.000,00
88 1.006 - AQUISIÇÃO DE TERRENO - HABITAÇÃO TERRENO(TER)	P	1	16.482.0008	4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	5.000,00	10.000,00	200.000,00	215.000,00
<b>Órgão: 10.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>										
<b>Unidade: 10.01 - Fundo Municipal de Assistência Social</b>										
43 2.019 - MANUTENÇÃO DA SECR. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO MANUTENÇÃO(ANO)	A	3	08.244.0005	3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	601.700,00	658.080,00	764.780,00	742.100,00	2.766.660,00
				3.3.50.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	7.000,00	0,00	0,00	7.000,00
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	103.000,00	30.000,00	108.000,00	124.000,00	365.000,00
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0963	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00	24.000,00
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0952	27.600,00	0,00	0,00	27.600,00	55.200,00
				4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	2.500,00	2.000,00	0,00	32.500,00	37.000,00



Página: 9/13  
Data: 23/11/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017  
ANEXO V - Metas de Despesas  
Seleção: Detalhar planejamento por ano; Alteração em 01/01/2016 (A)

Planej. Ação / Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Corta Despesa	Recurso	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Total
<b>Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS</b>										
<b>Órgão: 10.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>										
<b>Unidade: 10.01 - Fundo Municipal de Assistência Social</b>										
44 2.033 - CRAS - CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	A	3	08.244.0005	3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0952	32.400,00	658.080,00	764.780,00	742.100,00	2.766.660,00
MANUTENÇÃO(ANO)										
3.1.90.00.00.00.00.00										
3.3.90.00.00.00.00.00										
4.4.90.00.00.00.00.00										
46 1.038 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESPAÇOS SOCIO-ASSISTENCIAIS OBRAS(OBR)	P	3	08.244.0005	4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	5.000,00	5.000,00	150.000,00	160.000,00
47 2.035 - PRONATEC - Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego										
MANUTENÇÃO(ANO)										
3.3.90.00.00.00.00.00										
4.4.90.00.00.00.00.00										
73 2.050 - BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	A	3	08.244.0005	3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0035	0,00	109.080,00	108.500,00	0,00	217.580,00
MANUTENÇÃO(ANO)										
3.1.90.00.00.00.00.00										
3.3.90.00.00.00.00.00										
3.3.90.00.00.00.00.00										
3.3.90.00.00.00.00.00										
4.4.90.00.00.00.00.00										
74 2.051 - BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE	A	3	08.244.0005	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0035	0,00	0,00	3.480,00	0,00	3.480,00
MANUTENÇÃO(ANO)										
3.3.90.00.00.00.00.00										
75 2.052 - BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE	A	3	08.244.0005	3.3.50.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	0,00	53.000,00	0,00	53.000,00
MANUTENÇÃO(ANO)										
3.3.90.00.00.00.00.00										
76 2.053 - BLOCO DE GESTÃO - IGDBF	A	3	08.244.0005	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
MANUTENÇÃO(ANO)										
3.3.90.00.00.00.00.00										

Página: 10/13  
Data: 23/11/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017  
ANEXO V - Metas de Despesas  
Seleção: Detalhar planejamento por ano; Alteração em 01/01/2016 (A)

Planej.	Ação / Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Total
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS											
Órgão: 10.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL							7.075.298,00	8.313.720,00	9.053.920,00	8.670.808,00	33.113.746,00
Unidade: 10.01 - Fundo Municipal de Assistência Social							601.700,00	658.080,00	764.780,00	742.100,00	2.766.660,00
							601.700,00	658.080,00	764.780,00	742.100,00	2.766.660,00
							0,00	4.800,00	4.300,00	0,00	9.100,00
77 2.054 - FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL - IGDBF							0,00	320,00	820,00	0,00	1.140,00
MANUTENÇÃO(ANO)							0,00	500,00	300,00	0,00	800,00
78 2.055 - BLOCO DE GESTÃO - IGDSUAS							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
MANUTENÇÃO(ANO)							0,00	3.960,00	3.960,00	0,00	7.920,00
							0,00	3.710,00	3.260,00	0,00	6.970,00
79 2.056 - FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL - IGDSUAS							0,00	500,00	300,00	0,00	800,00
MANUTENÇÃO(ANO)							0,00	250,00	700,00	0,00	950,00
80 2.057 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS							0,00	1.000,00	2.000,00	0,00	3.000,00
MANUTENÇÃO(ANO)							0,00	1.000,00	13.220,00	0,00	14.220,00
Órgão: 11.00 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE							25.000,00	42.000,00	20.000,00	28.000,00	115.000,00
Unidade: 11.01 - Fundo Municipal da Criança e Adolescente							25.000,00	42.000,00	20.000,00	28.000,00	115.000,00
50 2.024 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE							23.000,00	40.000,00	0,00	26.000,00	89.000,00
MANUTENÇÃO(ANO)							2.000,00	2.000,00	20.000,00	2.000,00	26.000,00
Órgão: 12.00 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
Unidade: 12.01 - Fundo Municipal de Habitação							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
64 2.044 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
MANUTENÇÃO(ANO)							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
							0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,0

Página: 11/13  
Data: 23/11/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017  
ANEXO V - Metas de Despesas  
Seleção: Detalhar planejamento por ano; Alteração em 01/01/2016 (A)

Planej. Ação / Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Corta Despesa	Recurso	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Total
<b>Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS</b>										
Órgão: 99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA						7.075.298,00	8.313.720,00	9.053.920,00	8.670.808,00	33.113.746,00
Unidade: 99.99 - Reserva de Contingência						15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	60.000,00
59 9.999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R	3	99.999.0013	9.9.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	60.000,00
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA(ANO)</b>										
<b>Entidade: 2 - CAMARA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS</b>										
Órgão: 01.00 - CAMARA DE VEREADORES						600.000,00	630.000,00	700.000,00	695.000,00	2.625.000,00
Unidade: 01.01 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BRUNOPOLIS						600.000,00	630.000,00	700.000,00	695.000,00	2.625.000,00
1 2.001 - MANUTENÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES	A	3	01.031.0001	3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	420.000,00	450.000,00	490.000,00	486.000,00	1.846.000,00
<b>SESSÕES LEGISLATIVAS(SES)</b>										
3.3.90.00.00.00.00.00						120.000,00	140.000,00	170.000,00	139.000,00	569.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00						60.000,00	40.000,00	40.000,00	70.000,00	210.000,00
<b>Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRUNOPOLIS</b>										
Órgão: 09.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE						2.224.702,00	2.421.280,00	2.858.080,00	2.474.192,00	9.978.254,00
Unidade: 09.01 - Fundo Municipal de Saúde						2.224.702,00	2.421.280,00	2.858.080,00	2.474.192,00	9.978.254,00
51 1.003 - UNIDADES DE SAÚDE	P	3	10.301.0004	4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0033	0,00	120,00	0,00	0,00	120,00
<b>OBRAS(OBR)</b>										
4.4.90.00.00.00.00.00						0,00	10.000,00	25.000,00	0,00	35.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00						120,00	0,00	0,00	120,00	240,00
<b>Valor não detalhado: 0,00</b>										
52 1.005 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A SAÚDE	P	3	10.301.0004	4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0023					0,00
<b>CARRO(VEI)</b>										
4.4.90.00.00.00.00.00						120,00	0,00	0,00	120,00	240,00
4.4.90.00.00.00.00.00							0,00			0,00
4.4.90.00.00.00.00.00						41.000,00	0,00	0,00	0,00	41.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00						34.000,00	0,00	45.000,00	0,00	79.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00						0,00	120,00	0,00	0,00	120,00
<b>Valor não detalhado: 0,00</b>										
53 2.015 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE	A	3	10.301.0004	3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0002	51.652,00	112.000,00	108.000,00	94.142,00	365.794,00
<b>MANUTENÇÃO(ANO)</b>										
3.1.90.00.00.00.00.00						36.000,00	0,00	0,00	8.000,00	44.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00						15.000,00	25.000,00	28.000,00	17.000,00	85.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00						5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	10.000,00
<b>Valor não detalhado: 0,00</b>										
54 2.020 - ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE	A	3	10.301.0004	3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0023	54.000,00	0,00	0,00	54.000,00	108.000,00
<b>MANUTENÇÃO(ANO)</b>										
3.1.90.00.00.00.00.00						0,00	281.280,00	333.840,00	0,00	615.120,00

Página: 12/13  
Data: 23/11/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017  
ANEXO V - Metas de Despesas  
Seleção: Detalhar planejamento por ano; Alteração em 01/01/2016 (A)

Planej.	Ação / Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Total
<b>Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRUNOPOLIS</b>											
<b>Órgão: 09.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE</b>											
<b>Unidade: 09.01 - Fundo Municipal de Saúde</b>											
					3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0964	2.224.702,00	2.421.280,00	2.858.080,00	2.474.192,00	9.978.254,00
					3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0067	0,00	24.600,00	1.200,00	0,00	25.800,00
					3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0002	569.000,00	700.000,00	825.000,00	692.000,00	2.786.000,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0038	0,00	213.840,00	162.200,00	0,00	376.040,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0965	9.720,00	0,00	0,00	9.720,00	19.440,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0067	0,00	120,00	2.520,00	0,00	2.640,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0063	0,00	30.120,00	1.200,00	0,00	31.320,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0971	120,00	0,00	0,00	120,00	240,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.03.0002			<b>Valor não detalhado:</b>		<b>0,00</b>
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0002	490.000,00	585.000,00	840.000,00	605.000,00	2.520.000,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0023	19.320,00	0,00	0,00	19.320,00	38.640,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0964	212.520,00	0,00	0,00	212.520,00	425.040,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0002	0,00	23.000,00	10.000,00	0,00	33.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0038	0,00	15.000,00	10.000,00	0,00	25.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0023			<b>Valor não detalhado:</b>		<b>0,00</b>
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0088	0,00	0,00	600,00	0,00	600,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	107.000,00	0,00	0,00	117.000,00	224.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0964	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	20.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0033	0,00	0,00	600,00	0,00	600,00
55	2.027 - FARMÁCIA BÁSICA MANUTENÇÃO(ANO)	A	3	10.301.0004	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0967	15.130,00	0,00	0,00	15.130,00	30.260,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0002	190.000,00	190.000,00	235.000,00	230.000,00	845.000,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0038	0,00	15.240,00	16.200,00	0,00	31.440,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0067	0,00	18.600,00	18.600,00	0,00	36.600,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0023	1.200,00	0,00	0,00	1.200,00	2.400,00
56	2.037 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR MANUTENÇÃO(ANO)	A	3	10.301.0004	3.3.50.00.00.00.00.00	00.01.0002	88.000,00	100.000,00	110.000,00	102.000,00	400.000,00
57	2.022 - MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA MANUTENÇÃO(ANO)	A	3	10.304.0004	3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0000			<b>Valor não detalhado:</b>		<b>0,00</b>
					3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0002			<b>Valor não detalhado:</b>		<b>0,00</b>
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000			<b>Valor não detalhado:</b>		<b>0,00</b>

Página: 13/13  
Data: 23/11/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017  
ANEXO V - Metas de Despesas  
Seleção: Detalhar planejamento por ano; Alteração em 01/01/2016 (A)

Planej. Ação /	Produto (UN)	Tipo	Local	Func. Progr.	Conta Despesa	Recurso	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Total
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRUNOPOLIS											
Órgão: 09.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE											
Unidade: 09.01 - Fundo Municipal de Saúde											
58	2.022 - MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA MANUTENÇÃO(ANO)	A	3	10.305.0004			2.224.702,00	2.421.280,00	2.858.080,00	2.474.192,00	9.978.254,00
							2.224.702,00	2.421.280,00	2.858.080,00	2.474.192,00	9.978.254,00
							2.224.702,00	2.421.280,00	2.858.080,00	2.474.192,00	9.978.254,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0966			Valor não detalhado:		0,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0002			Valor não detalhado:		0,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0038			Valor não detalhado:		0,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0966			Valor não detalhado:		0,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0038			Valor não detalhado:		0,00
89	2.032 - MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA MANUTENÇÃO(ANO)	A	1	10.304.0004			30.000,00	0,00	0,00	35.000,00	65.000,00
							0,00	52.000,00	50.000,00	0,00	102.000,00
							10.000,00	0,00	0,00	11.000,00	21.000,00
							9.300,00	0,00	0,00	9.300,00	18.600,00
							0,00	10.000,00	2.000,00	0,00	12.000,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0038	0,00	6.900,00	13.200,00	20.100,00	
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0067	0,00	0,00	6.000,00	6.000,00	
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0966	9.300,00	0,00	9.300,00	18.600,00	
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0038	0,00	6.900,00	13.200,00	20.100,00	
90	2.058 - MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA MANUTENÇÃO(ANO)	A	1	10.305.0004			960,00	0,00	0,00	960,00	1.920,00
							0,00	1.020,00	360,00	0,00	1.380,00
							960,00	0,00	0,00	960,00	1.920,00
							0,00	1.020,00	360,00	0,00	1.380,00
Total geral:							9.900.000,00	11.365.000,00	12.612.000,00	11.840.000,00	45.717.000,00

## PLANO PLURIANUAL 2014 A 2017

Página: 1/6  
Data: 23/11/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017  
ANEXO VII - Resumo dos Programas e Ações por Função e Subfunção  
Seleção: Mostrar detalhamento anual; Alteração em 01/01/2016 (A)

Ação	2014	2015	2016	2017	Vlr. Não Detalhado	Total
<b>Função: 1 - Legislativa</b>						<b>2.625.000,00</b>
<b>Subfunção: 31 - Ação Legislativa</b>						<b>2.625.000,00</b>
<b>Programa: 0001 - MANUTENÇÃO DO PODER LEGISLATIVO</b>						<b>2.625.000,00</b>
2.001 - MANUTENÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES	600.000,00	630.000,00	700.000,00	695.000,00	0,00	2.625.000,00
<b>Função: 4 - Administração</b>						<b>7.457.420,00</b>
<b>Subfunção: 122 - Administração Geral</b>						<b>7.298.920,00</b>
<b>Programa: 0002 - ADMINISTRAÇÃO GERAL</b>						<b>4.507.920,00</b>
2.002 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADM PLANEJ E FAZENDA	1.037.000,00	1.104.000,00	1.173.210,00	1.094.000,00	0,00	4.408.210,00
2.038 - CIGA - CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA	2.000,00	6.960,00	7.650,00	2.000,00	0,00	18.610,00
2.043 - CONSÓRCIO CINCATARINA	0,00	17.200,00	63.900,00	0,00	0,00	81.100,00
<b>Programa: 0012 - GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR</b>						<b>2.791.000,00</b>
1.008 - CONSTRUÇÃO DO PAÇO MUNICIPAL E CÂMARA DE VEREADORES	260.000,00	200.000,00	50.000,00	0,00	0,00	510.000,00
2.006 - MANUTENÇÃO DOS GABINETES DO PREFEITO E VICE	554.000,00	605.000,00	563.000,00	559.000,00	0,00	2.281.000,00
<b>Subfunção: 124 - Controle Interno</b>						<b>158.500,00</b>
<b>Programa: 0012 - GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR</b>						<b>158.500,00</b>
2.005 - CONTROLE INTERNO	37.000,00	38.000,00	41.500,00	42.000,00	0,00	158.500,00
<b>Função: 6 - Segurança Pública</b>						<b>114.240,00</b>
<b>Subfunção: 181 - Policiamento</b>						<b>114.240,00</b>
<b>Programa: 0006 - BRUNÓPOLIS MAIS SEGURO</b>						<b>114.240,00</b>
2.016 - SEGURANÇA PÚBLICA	25.560,00	25.560,00	33.560,00	29.560,00	0,00	114.240,00
<b>Função: 8 - Assistência Social</b>						<b>3.238.660,00</b>
<b>Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente</b>						<b>472.000,00</b>
<b>Programa: 0005 - BEM ESTAR SOCIAL</b>						<b>472.000,00</b>
2.024 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	25.000,00	42.000,00	20.000,00	28.000,00	0,00	115.000,00
2.039 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	86.000,00	91.000,00	80.000,00	100.000,00	0,00	357.000,00
<b>Subfunção: 244 - Assistência Comunitária</b>						<b>2.766.660,00</b>
<b>Programa: 0005 - BEM ESTAR SOCIAL</b>						<b>2.766.660,00</b>
1.038 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESPAÇOS	0,00	5.120,00	5.120,00	150.000,00	0,00	160.240,00
2.019 - MANUTENÇÃO DA SECR. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E	275.100,00	271.000,00	320.000,00	346.100,00	0,00	1.212.200,00
2.033 - GRAS - CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	251.600,00	0,00	0,00	171.000,00	0,00	422.600,00
2.035 - PRONATEC - Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego	75.000,00	70.600,00	70.600,00	75.000,00	0,00	291.200,00

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
 PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017  
 ANEXO VII - Resumo dos Programas e Ações por Função e Subfunção  
 Seleção: Mostrar detalhamento anual, Alteração em 01/01/2016 (A)

Página: 2/6  
 Data: 23/11/2015

Ação	2014	2015	2016	2017	Vlr. Não Detalhado	Total
<b>Função: 8 - Assistência Social</b>						<b>3.238.660,00</b>
<b>Subfunção: 244 - Assistência Comunitária</b>						<b>2.766.660,00</b>
<b>Programa: 0005 - BEM ESTAR SOCIAL</b>						<b>2.766.660,00</b>
2.050 - BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	0,00	285.920,00	274.320,00	0,00	0,00	560.240,00
2.051 - BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE	0,00	2.000,00	5.480,00	0,00	0,00	7.480,00
2.052 - BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE	0,00	2.000,00	55.000,00	0,00	0,00	57.000,00
2.053 - BLOCO DE GESTÃO - IGDBF	0,00	9.200,00	8.700,00	0,00	0,00	17.900,00
2.054 - FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL - IGDBF	0,00	820,00	1.120,00	0,00	0,00	1.940,00
2.055 - BLOCO DE GESTÃO - IGDSUAS	0,00	8.670,00	8.220,00	0,00	0,00	16.890,00
2.056 - FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL - IGDSUAS	0,00	750,00	1.000,00	0,00	0,00	1.750,00
2.057 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS	0,00	2.000,00	15.220,00	0,00	0,00	17.220,00
<b>Função: 10 - Saúde</b>						<b>9.978.254,00</b>
<b>Subfunção: 301 - Atenção Básica</b>						<b>9.688.254,00</b>
<b>Programa: 0004 - SAÚDE E SANEAMENTO PARA TODOS</b>						<b>9.688.254,00</b>
1.003 - UNIDADES DE SAÚDE	120,00	10.120,00	25.000,00	120,00	0,00	35.360,00
1.005 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A SAÚDE	75.120,00	120,00	45.000,00	120,00	0,00	120.360,00
2.015 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE	107.652,00	137.000,00	136.000,00	124.142,00	0,00	504.794,00
2.020 - ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE	1.686.960,00	1.872.960,00	2.187.160,00	1.934.960,00	0,00	7.682.040,00
2.027 - FARMÁCIA BÁSICA	206.330,00	223.240,00	269.800,00	246.330,00	0,00	945.700,00
2.037 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR	88.000,00	100.000,00	110.000,00	102.000,00	0,00	400.000,00
<b>Subfunção: 304 - Vigilância Sanitária</b>						<b>283.400,00</b>
<b>Programa: 0004 - SAÚDE E SANEAMENTO PARA TODOS</b>						<b>283.400,00</b>
2.022 - MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	—	—	—	—	0,00	0,00
2.032 - MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	58.600,00	75.800,00	84.400,00	64.600,00	0,00	283.400,00
<b>Subfunção: 305 - Vigilância Epidemiológica</b>						<b>6.600,00</b>
<b>Programa: 0004 - SAÚDE E SANEAMENTO PARA TODOS</b>						<b>6.600,00</b>
2.022 - MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	—	—	—	—	0,00	0,00
2.058 - MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	1.920,00	2.040,00	720,00	1.920,00	0,00	6.600,00
<b>Função: 12 - Educação</b>						<b>10.551.222,00</b>
<b>Subfunção: 361 - Ensino Fundamental</b>						<b>8.573.822,00</b>
<b>Programa: 0003 - EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO MUNICIPAL</b>						<b>8.573.822,00</b>
1.001 - EDIFICAÇÕES PARA O ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	10.000,00	5.120,00	250.000,00	0,00	265.120,00
1.013 - AMPLIAÇÃO DA GARAGEM - EDUCAÇÃO	0,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00

Página: 3/6  
Data: 23/11/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
 PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017  
 ANEXO VII - Resumo dos Programas e Ações por Função e Subfunção  
 Seleção: Mostrar detalhamento anual, Atualização em 01/01/2016 (A)

Ação	2014	2015	2016	2017	Vlr. Não Detalhado	Total
<b>Função: 12 - Educação</b>						<b>10.551.222,00</b>
<b>Subfunção: 361 - Ensino Fundamental</b>						<b>8.573.822,00</b>
<b>Programa: 0003 - EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO MUNICIPAL</b>						<b>8.573.822,00</b>
1.028 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A EDUCAÇÃO	120,00	5.120,00	5.000,00	120,00	0,00	10.360,00
2.007 - ENSINO FUNDAMENTAL	888.896,00	1.243.700,00	1.109.410,00	1.034.356,00	0,00	4.276.362,00
2.008 - TRANSPORTE ESCOLAR	727.230,00	876.200,00	937.270,00	857.800,00	0,00	3.398.500,00
2.009 - MERENDA ESCOLAR	—	—	—	—	0,00	0,00
2.012 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO MUNICIPAL	108.000,00	90.000,00	58.500,00	124.000,00	0,00	380.500,00
2.031 - MERENDA ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL	48.560,00	49.260,00	49.600,00	55.560,00	0,00	202.980,00
<b>Subfunção: 363 - Ensino Profissional</b>						<b>38.000,00</b>
<b>Programa: 0003 - EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO MUNICIPAL</b>						<b>38.000,00</b>
2.036 - ENSINO PROFISSIONALIZANTE	14.000,00	10.000,00	0,00	14.000,00	0,00	38.000,00
<b>Subfunção: 364 - Ensino Superior</b>						<b>261.000,00</b>
<b>Programa: 0003 - EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO MUNICIPAL</b>						<b>261.000,00</b>
2.025 - AUXÍLIO A ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS	70.000,00	110.000,00	0,00	81.000,00	0,00	261.000,00
<b>Subfunção: 365 - Educação Infantil</b>						<b>1.678.400,00</b>
<b>Programa: 0003 - EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO MUNICIPAL</b>						<b>1.678.400,00</b>
1.002 - EDIFICAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	10.000,00	5.000,00	0,00	0,00	15.000,00
2.009 - MERENDA ESCOLAR	—	—	—	—	0,00	0,00
2.010 - MERENDA ESCOLAR - EDUC. INFANTIL	47.800,00	0,00	0,00	53.800,00	0,00	101.600,00
2.011 - EDUCAÇÃO INFANTIL	222.570,00	0,00	0,00	250.650,00	0,00	473.220,00
2.041 - PROINFANCIA	—	—	—	—	0,00	0,00
2.045 - MERENDA ESCOLAR - CRECHE	0,00	31.200,00	44.120,00	0,00	0,00	75.320,00
2.046 - MERENDA ESCOLAR - PRÉ-ESCOLAR	0,00	20.600,00	17.320,00	0,00	0,00	37.920,00
2.047 - EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ-ESCOLAR	0,00	162.800,00	270.600,00	0,00	0,00	433.400,00
2.048 - EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE	0,00	197.340,00	344.600,00	0,00	0,00	541.940,00
<b>Função: 13 - Cultura</b>						<b>401.000,00</b>
<b>Subfunção: 392 - Difusão Cultural</b>						<b>401.000,00</b>
<b>Programa: 0003 - EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO MUNICIPAL</b>						<b>401.000,00</b>
1.040 - AQUISIÇÃO DE TERRENO - CULTURA	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	200.000,00
2.013 - DIFUSÃO DA CULTURA NO MUNICÍPIO	35.000,00	20.000,00	16.000,00	35.000,00	0,00	106.000,00
2.049 - FESTIVIDADES MUNICIPAIS	0,00	45.000,00	50.000,00	0,00	0,00	95.000,00



**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
 PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017  
 ANEXO VII - Resumo dos Programas e Ações por Função e Subfunção  
 Seleção: Mostrar detalhamento anual; Alteração em 01/01/2016 (A)

Página: 4/6  
 Data: 23/11/2015

Ação	2014	2015	2016	2017	Vlr. Não Detalhado	Total
<b>Função: 15 - Urbanismo</b>						<b>5.577.570,00</b>
<b>Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana</b>						<b>5.577.570,00</b>
<b>Programa: 0009 - OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS</b>						<b>5.577.570,00</b>
1.020 - PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS	120.120,00	90.120,00	25.120,00	200.120,00	0,00	435.480,00
1.021 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS ESPORTIVAS E DE LAZER	0,00	80.000,00	5.000,00	0,00	0,00	85.000,00
1.039 - CONTRUÇÃO DE PORTAIS	0,00	5.000,00	0,00	100.000,00	0,00	105.000,00
2.004 - MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	105.120,00	120.120,00	142.120,00	116.120,00	0,00	483.480,00
2.017 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS	932.120,00	1.151.730,00	1.317.640,00	1.067.120,00	0,00	4.468.610,00
<b>Função: 16 - Habitação</b>						<b>337.000,00</b>
<b>Subfunção: 482 - Habitação Urbana</b>						<b>337.000,00</b>
<b>Programa: 0008 - HABITAÇÃO BÁSICA</b>						<b>337.000,00</b>
1.006 - AQUISIÇÃO DE TERRENO - HABITAÇÃO	0,00	5.000,00	10.000,00	200.000,00	0,00	215.000,00
1.023 - CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	0,00	120.000,00
2.044 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	2.000,00
<b>Função: 17 - Saneamento</b>						<b>1.326.714,00</b>
<b>Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano</b>						<b>1.326.714,00</b>
<b>Programa: 0004 - SAÚDE E SANEAMENTO PARA TODOS</b>						<b>220.000,00</b>
1.015 - CONSTRUÇÃO SISTEMA COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO	0,00	0,00	20.000,00	200.000,00	0,00	220.000,00
<b>Programa: 0009 - OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS</b>						<b>1.106.714,00</b>
2.003 - MANUTENÇÃO E MELHORIAS NO SISTEMA DE ÁGUA	135.000,00	175.000,00	225.000,00	155.000,00	0,00	690.000,00
2.021 - COLETA E DESTINAÇÃO DE LIXO	96.662,00	100.610,00	109.120,00	96.662,00	0,00	403.054,00
2.040 - CISAM - MEIO OESTE SC	0,00	9.000,00	4.660,00	0,00	0,00	13.660,00
<b>Função: 20 - Agricultura</b>						<b>1.876.000,00</b>
<b>Subfunção: 606 - Extensão Rural</b>						<b>1.876.000,00</b>
<b>Programa: 0007 - DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO, INDUSTRIAL E COMERCIAL</b>						<b>1.876.000,00</b>
1.009 - CONSTRUÇÃO DE PARQUE DE EVENTOS, FEIRAS E EXPOSIÇÕES	—	—	—	—	0,00	0,00
1.030 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGROPECUÁRIOS	150.000,00	5.000,00	15.000,00	130.000,00	0,00	300.000,00
2.018 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, IND E COMÉRCIO	313.000,00	421.000,00	491.000,00	351.000,00	0,00	1.576.000,00

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
 PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017  
 ANEXO VII - Resumo dos Programas e Ações por Função e Subfunção  
 Seleção: Mostrar detalhamento anual, Alteração em 01/01/2016 (A)

Página: 5/6  
 Data: 23/11/2015

Ação	2014	2015	2016	2017	Vlr. Não Detalhado	Total
<b>Função: 22 - Indústria</b>						<b>80.000,00</b>
<b>Subfunção: 661 - Promoção Industrial</b>						<b>80.000,00</b>
Programa: 0007 - DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO, INDUSTRIAL E COMERCIAL						<b>80.000,00</b>
1.026 - AQUISIÇÃO DE TERRENO - IND. E COM.	0,00	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	80.000,00
<b>Função: 23 - Comércio e Serviços</b>						<b>6.000,00</b>
<b>Subfunção: 695 - Turismo</b>						<b>6.000,00</b>
Programa: 0010 - TURISMO						<b>6.000,00</b>
2.026 - DESENVOLVIMENTO DO TURISMO MUNICIPAL	2.000,00	1.000,00	1.000,00	2.000,00	0,00	6.000,00
<b>Função: 26 - Transporte</b>						<b>711.920,00</b>
<b>Subfunção: 782 - Transporte Rodoviário</b>						<b>711.920,00</b>
Programa: 0009 - OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS						<b>711.920,00</b>
1.010 - MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	200.720,00	85.120,00	40.120,00	250.720,00	0,00	576.680,00
1.011 - AMPLIAÇÃO DA GARAGEM - OBRAS	0,00	75.000,00	0,00	0,00	0,00	75.000,00
1.019 - CONSTRUÇÃO DE PONTES E BUEIROS	30.120,00	0,00	0,00	30.120,00	0,00	60.240,00
<b>Função: 27 - Desporto e Lazer</b>						<b>287.000,00</b>
<b>Subfunção: 812 - Desporto Comunitário</b>						<b>287.000,00</b>
Programa: 0003 - EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO MUNICIPAL						<b>287.000,00</b>
1.031 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESPAÇOS ESPORTIVOS	0,00	5.000,00	85.000,00	0,00	0,00	90.000,00
1.041 - AQUISIÇÃO DE TERRENO - ESPORTE	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
2.014 - ESPORTE AMADOR	30.000,00	65.000,00	52.000,00	30.000,00	0,00	177.000,00
<b>Função: 28 - Encargos Especiais</b>						<b>1.089.000,00</b>
<b>Subfunção: 846 - Outros Encargos Especiais</b>						<b>1.089.000,00</b>
Programa: 0011 - ENCARGOS ESPECIAIS						<b>1.089.000,00</b>
0.001 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA CONTRATADA	5.000,00	30.000,00	45.000,00	5.000,00	0,00	85.000,00
0.002 - CONTRIBUIÇÃO AO PASEP	120.000,00	110.000,00	125.000,00	139.000,00	0,00	494.000,00
0.003 - PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS	0,00	5.000,00	505.000,00	0,00	0,00	510.000,00

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
 PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017  
 ANEXO VII - Resumo dos Programas e Ações por Função e Subfunção  
 Seleção: Mostrar detalhamento anual, Alteração em 01/01/2016 (A)

Página: 6/6  
 Data: 23/11/2015

Ação	2014	2015	2016	2017	Vlr. Não Detalhado	Total
Função: 99 - Reserva de Contingência						60.000,00
Subfunção: 999 - Reserva de Contingência						60.000,00
Programa: 0013 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA						60.000,00
9.999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	0,00	60.000,00
<b>Total Geral:</b>	<b>9.900.000,00</b>	<b>11.365.000,00</b>	<b>12.612.000,00</b>	<b>11.840.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>45.717.000,00</b>

## PLANO PLURIANUAL 2014 A 2017

Página: 1/1  
Data: 23/11/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017  
ANEXO II - Identificação dos Programas  
Seleção: Mostra detalhamento anual; Alteração em 01/01/2016 (A)

Programa	2014	2015	2016	2017	Vlr. Não Detalhado	Total
<b>Macroobjeto: 1 - PROMOVER A MANUTENÇÃO, CRESCIMENTO E DESENVOLVIME</b>						<b>45.717.000,00</b>
0001 - MANUTENÇÃO DO PODER LEGISLATIVO	600.000,00	630.000,00	700.000,00	695.000,00	—	2.625.000,00
0002 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.039.000,00	1.128.160,00	1.244.760,00	1.096.000,00	—	4.507.920,00
0003 - EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO MUNICIPAL	2.192.176,00	2.971.220,00	3.089.540,00	2.986.286,00	0,00	11.239.222,00
0004 - SAÚDE E SANEAMENTO PARA TODOS	2.224.702,00	2.421.280,00	2.878.080,00	2.674.192,00	0,00	10.198.254,00
0005 - BEM-ESTAR SOCIAL	712.700,00	791.080,00	864.780,00	870.100,00	—	3.238.660,00
0006 - BRUNÓPOLIS MAIS SEGURO	25.560,00	25.560,00	33.560,00	29.560,00	—	114.240,00
0007 - DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO, INDUSTRIAL E COMERCIAL	463.000,00	466.000,00	546.000,00	481.000,00	0,00	1.956.000,00
0008 - HABITAÇÃO BÁSICA	30.000,00	36.000,00	41.000,00	230.000,00	0,00	337.000,00
0009 - OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	1.619.862,00	1.891.700,00	1.868.780,00	2.015.862,00	0,00	7.396.204,00
0010 - TURISMO	2.000,00	1.000,00	1.000,00	2.000,00	—	6.000,00
0011 - ENCARGOS ESPECIAIS	125.000,00	145.000,00	675.000,00	144.000,00	—	1.089.000,00
0012 - GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	851.000,00	843.000,00	654.500,00	601.000,00	—	2.949.500,00
0013 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	—	60.000,00
<b>Total Geral:</b>	<b>9.900.000,00</b>	<b>11.365.000,00</b>	<b>12.612.000,00</b>	<b>11.840.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>45.717.000,00</b>

# **PLANO PLURIANUAL 2014 A 2017**

Página: 1/19  
Data: 23/11/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
 PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017  
 ANEXO IV - Programas e Ações de Governo  
 Seleção: Alteração em 01/01/2016 (A)

## **Programa**

0001 - MANUTENÇÃO DO PODER LEGISLATIVO

## **Objetivos**

DAR CUMPRIMENTO ÀS FUNÇÕES BÁSICAS DO PODER LEGISLATIVO DE LEGISLAR E FISCALIZAR, MELHORAR O CONTROLE INTERNO, QUALIDADE DOS SERVIÇOS DO LEGISLATIVO, MANter O CONTROLE DOS ATOS E GASTOS COM PESSOAL, PRODUIR RELATÓRIOS GERENCIADOS E EXIGIDOS PELO TRIBUNAL DE CONTAS, CUMPRIR O MANDAMENTO CONSTITUCIONAL DE CONTROLE INTERNO, PRATICAR O PRINCÍPIO DA TRANSPARENCIA DOS ATOS DE COMPETÊNCIA DO LEGISLATIVO MUNICIPAL, PRODUZINDO INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA A TOMADA DE DECISÕES E DEFESA DO MUNICÍPIO.

## **Justificativas**

O PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL, COMPOSTO DE NOVE VEREADORES, EM SEDE ALUGADA, COM AUTONOMIA FINANCEIRA E ADMINISTRATIVA, COM APOIO DE QUATRO SERVIDORES.

## **Diretrizes (Forma de implementação)**

REALIZAÇÃO DE SESSÕES ORDINÁRIAS CONFORME REGIMENTO INTERNO; REALIZAÇÃO DE SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS QUANDO CONVOCADAS; REALIZAÇÃO DE REUNIÕES PELAS DIVERSAS COMISSÕES, PARA ESTUDO E ANÁLISES DOS PROCESSOS LEGISLATIVO; RECEBIMENTO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS LEIS; APRESENTAÇÃO DE PROJETOS DE LEIS, PROJETOS DE RESOLUÇÕES E INDICAÇÕES; DISCUSSÃO, VOTAÇÃO, ACOMPANHAMENTO DO SISTEMA INTERNO E FISCALIZAÇÃO DOS ATOS DO PODER EXECUTIVO; JULGAMENTO DAS CONTAS ANUAIS DO PREFEITO E OUTRAS ATIVIDADES CORRELATAS.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
2.001 - MANUTENÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES	SESSÕES LEGISLATIVAS (SES)	00.01.0000	48,000	2.625.000,00
<b>Total:</b>			<b>2.625.000,00</b>	

## **Legenda:**

00.01.0000 - Recursos Ordinários

Página: 2/19  
Data: 23/11/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017  
ANEXO IV - Programas e Ações de Governo  
Seleção: Alteração em 01/01/2016 (A)

**Programa**

0002 - ADMINISTRAÇÃO GERAL

**Objetivos**

PLANEJAMENTO, ADM FINANCEIRA, ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL E RH, NORMATIZAÇÃO E INFORMAÇÃO, CONTROLE INTERNO, E INFORMAÇÕES A TOMADA DE DECISÕES.

**Justificativas**

ESTE PROGRAMA É EXECUTADO POR TODA A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA INCLUINDO TODAS AS SECRETARIAS E FUNÇÕES DE GOVERNO COMPREENDENDO O GERENCIAMENTO PATRIMONIAL E DE RECURSOS HUMANOS, BEM COMO AS AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

**Diretrizes (Forma de implementação)**

GERENCIAMENTO DA MOVIMENTAÇÃO, FREQUÊNCIA, REMUNERAÇÃO E ASSENTAMENTO FUNCIONAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS; CONTROLE DA LOTACÃO DOS CARGOS, CÁLCULO DA FOLHA MENSAL E DAS OBRIGAÇÕES PATRONAIS; CADASTRO, IDENTIFICAÇÃO E LOTACÃO DOS BENS PATRIMONIAIS; INVENTÁRIO PERIÓDICO DOS BENS; ATUALIZAÇÃO PERIÓDICA DO VALOR DOS BENS; CONTROLE DOS PROCESSOS; CONTROLE DA FROTA; DO ALMOXARIFADO E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO; ELABORAÇÃO DOS PROCESSOS LICITATÓRIOS.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
2.002 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADM PLANEJ E FAZENDA	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0000	4,000	4.408.210,00
2.038 - CIGA - CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0000	4,000	18.610,00
2.043 - CONSÓRCIO CINCATARINA	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0000	4,000	81.100,00
<b>Total:</b>			<b>4.507.920,00</b>	

**Legenda:**

00.01.0000 - Recursos Ordinários

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
**PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017**  
**ANEXO IV - Programas e Ações de Governo**  
**Seleção: Alteração em 01/01/2016 (A)**

Programa						
0003 - EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO MUNICIPAL						
Objetivos						
MANTER E DESENVOLVER ATIVIDADES VOLTADAS A EDUCAÇÃO, A CULTURA E AO DESPORTO COMUNITÁRIO DO MUNICÍPIO.						
Justificativas						
O MUNICÍPIO POSSUI COLÉGIO MUNICIPAL E ESCOLAS ISOLADAS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO. POSSUI TAMBÉM 2 GINÁSIOS DE ESPORTES. CAMPOS DE FUTEBOL, REALIZA EVENTOS ESPORTIVOS E CULTURAIS.						
Diretrizes (Forma de implementação)						
GARANTIR O ACESSO E PERMANÊNCIA DOS ALUNOS NA ESCOLA, NOS TERMOS CONSTITUCIONAIS, APROFUNDAR O CONHECIMENTO DA CULTURA HISTÓRICA DO MUNICÍPIO, INCENTIVAR O INTERCÂMBIO MUNICIPAL, AMPLIAR O CONHECIMENTO ATRAVÉS DA LEITURA E DA ARTE, CONSTRUÇÃO DE INSTALAÇÕES ESPORTIVAS; PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS E MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS EXISTENTES E APOIO A EVENTOS ESPORTIVOS.						
Ações		Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas		
				Física	Financeira	
1.001 -	EDIFICAÇÕES PARA O ENSINO FUNDAMENTAL	OBRAS (OBR)	00.01.0000 00.01.0001 00.01.0032 00.01.0000 00.01.0001	3,000     1,000	250.000,00 15.000,00 120,00 0,00 15.000,00	
1.002 -	EDIFICAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL	OBRAS (OBR)	00.01.0000 00.01.0001	  1,000	  15.000,00	
1.013 -	AMPLIAÇÃO DA GARAGEM - EDUCAÇÃO	OBRAS (OBR)	00.01.0001	1,000	40.000,00	
1.028 -	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A EDUCAÇÃO	CARRO (VEI)	00.01.0000 00.01.0001 00.01.0032 00.01.0922	4,000   2,000	0,00 10.000,00 120,00 240,00	
1.031 -	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESPAÇOS ESPORTIVOS	OBRAS (OBR)	00.01.0000	2,000	90.000,00	
1.040 -	AQUISIÇÃO DE TERRENO - CULTURA	TERRENO (TER)	00.01.0000	1,000	200.000,00	
1.041 -	AQUISIÇÃO DE TERRENO - ESPORTE	TERRENO (TER)	00.01.0000	1,000	20.000,00	
2.007 -	ENSINO FUNDAMENTAL	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0000 00.01.0001 00.01.0018 00.01.0019 00.01.0036 00.01.0037 00.01.0958 00.01.0959	4,000       1.185.620,00 2.565.160,00 219.480,00 78.150,00 7.200,00 91.200,00 12.000,00	117.312,00 1.185.620,00 2.565.160,00 219.480,00 78.150,00 7.200,00 91.200,00 12.000,00	





Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017

ANEXO IV - Programas e Ações de Governo

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (A)

Página: 5/19

Data: 23/11/2015

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
2.048 - EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0001 00.01.0018	1,000	336,000,00 205,940,00
2.049 - FESTIVIDADES MUNICIPAIS	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0000	1,000	95,000,00
Total:			11.239.222,00	

- Legenda:
- 00.01.0000 - Recursos Ordinários

00.01.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos-EDUCAÇÃO

00.01.0018 - Transferências do FUNDEB - 60%

00.01.0019 - Transferências do FUNDEB - 40%

00.01.0032 - Transferências de Convênios - União/Educação

00.01.0036 - Salário-Educação

00.01.0037 - Outras Transferências do FNDE

00.01.0062 - Transferências de Convênios - Estado/Educação

00.01.0922 - Transferências de Convênios - Educação

00.01.0924 - Transferências de Convênios - Outros

00.01.0958 - Salário Educação

00.01.0959 - Transferências referentes ao - PDDE

00.01.0960 - PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

00.01.0961 - PNATE - Programa Nac. de Apoio ao Transporte Escolar

00.01.0962 - Outras Transferências do FNDE

00.03.0960 - PNAE - Superávit Financeiro

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
 PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017  
 ANEXO IV - Programas e Ações de Governo  
 Seleção: Alteração em 01/01/2016 (A)

Página: 6/19  
 Data: 23/11/2015

**Programa**

0004 - SAÚDE E SANEAMENTO PARA TODOS

**Objetivos**

REALIZAR MEDICINA PREVENTIVA E MELHORAR AS CONDIÇÕES DE SAÚDE DA POPULAÇÃO, PROMOVER CAMPANHAS DE PREVENÇÃO DE DOENÇAS, DESPOLUIR OS CÓRREGOS E RIOS, MELHORAR AS CONDIÇÕES DE SAÚDE E SANEAMENTO DA POPULAÇÃO, ATENDER COM ÁGUA POTÁVEL AS FAMÍLIAS DO CENTRO URBANO DE FORMA A PREVENIR DOENÇAS.

**Justificativas**

O MUNICÍPIO POSSUI 2 UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICO, DENTISTA, MÉDICOS CREDENCIADOS, ENFERMEIRA, ATENDENTES DE SAÚDE, ALÉM DOS PROFISSIONAIS QUE COMPÕEM A EQUIPE DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA. O MUNICÍPIO POSSUI MUITAS RESIDÊNCIAS SEM ESGOTAMENTO SANITÁRIO ADEQUADO CAUSANDO POLUIÇÃO NOS CÓRREGOS E RIOS, POIS NÃO POSSUI SISTEMA DE TRATAMENTO DE EFLUENTES RESIDENCIAIS E INDUSTRIAIS.

**Diretrizes (Forma de implementação)**

CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MELHORIA DE UNIDADES DE SAÚDE, AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, VEÍCULOS, CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS E MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA. CONSCIENTIZAÇÃO DA POPULAÇÃO SOBRE A NECESSIDADE DA INSTALAÇÃO DE FOSSA E FILTRO ANAERÓBIO NAS RESIDÊNCIAS E EXIGÊNCIA DESSE EQUIPAMENTOS NAS NOVAS CONSTRUÇÕES. IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO URBANO E DO COINCO, VISANDO A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS. MELHORIA E AMPLIAÇÃO DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
1.003 - UNIDADES DE SAÚDE	OBRAS (OBR)	00.01.0000 00.01.0002 00.01.0023 00.01.0033	4,000	0,00 35,000,00 240,00 120,00
1.005 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A SAÚDE	CARRO (VEI)	00.01.0000 00.01.0002 00.01.0023 00.01.0088 00.02.0088 00.03.0964	4,000	41,000,00 79,000,00 0,00 120,00 240,00 0,00
1.015 - CONSTRUÇÃO SISTEMA COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO	SISTEMA DE ESGOTO (OBR)	00.01.0000	2,000	220,000,00
2.015 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0000	4,000	44,000,00
2.020 - ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0002 00.01.0000 00.01.0002 00.01.0023 00.01.0033 00.01.0038 00.01.0063	4,000	460,794,00 224,000,00 5,339,000,00 146,640,00 600,00 1,016,160,00 31,320,00

Página: 7/19  
Data: 23/11/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017  
ANEXO IV - Programas e Ações de Governo  
Seleção: Alteração em 01/01/2016 (A)

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
2.022 - MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA		00.01.0067		28.440,00
		00.01.0088		600,00
		00.01.0964		875.600,00
		00.01.0965		19.440,00
		00.01.0971		240,00
		00.03.0002		0,00
		00.01.0000	4,000	0,00
		00.01.0002		0,00
		00.01.0038		0,00
		00.01.0966		0,00
2.027 - FARMÁCIA BÁSICA	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0002	4,000	845.000,00
		00.01.0023		2.400,00
		00.01.0038		31.440,00
		00.01.0067		36.600,00
		00.01.0967		30.260,00
2.032 - MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0000	4,000	86.000,00
		00.01.0002		114.000,00
		00.01.0038		40.200,00
		00.01.0067		6.000,00
		00.01.0966		37.200,00
2.037 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0002	4,000	400.000,00
		—	1,000	—
		00.01.0038	4,000	2.760,00
2.042 - MÓDULOS SANITÁRIOS DOMICILIARES	MANUTENÇÃO (ANO)			3.840,00
2.058 - MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0966		
Total:			10.198.254,00	

**Legenda:**

00.01.0000 - Recursos Ordinários  
00.01.0002 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos-SAÚDE  
00.01.0023 - Transferências de Convênios - Saúde  
00.01.0033 - Transferências de Convênios - União/Saúde  
00.01.0038 - Transferências do SUS/União  
00.01.0063 - Transferências de Convênios - Estado/Saúde  
00.01.0067 - Transferências do SUS/Estado

Página: 8/19  
Data: 23/11/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017  
ANEXO IV - Programas e Ações de Governo  
Seleção: Alteração em 01/01/2016 (A)

**Legenda:**

00.01.0088 - Alienação de Bens destinados a Programas de Saúde  
00.01.0964 - SUS - Atenção Básica  
00.01.0965 - MAC - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar  
00.01.0966 - SUS - Vigilância em Saúde  
00.01.0967 - SUS - Assistência Farmacêutica Básica  
00.01.0971 - Outras Transferências do SUS  
00.02.0088 - Alienação de Bens destinados a Programas de Saúde  
00.03.0002 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos-SAÚDE  
00.03.0964 - Atenção Básica - Superávit Financeiro

Página: 9/19  
Data: 23/11/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
 PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017  
 ANEXO IV - Programas e Ações de Governo  
 Seleção: Alteração em 01/01/2016 (A)

**Programa**

0005 - BEM ESTAR SOCIAL

**Objetivos**

CRIAR ALTERNATIVAS DE RENDA PARA AS FAMÍLIAS CARENTES, INTEGRAÇÃO DO IDOSO Á SOCIEDADE E MELHORIA DA SUA QUALIDADE DE VIDA, OFERECER OPORTUNIDADE PARA QUE AS DONAS DE CASA TROQUEM EXPERIÊNCIAS, DESCOBRAM SUAS POTENCIALIDADES E HABILIDADES, PARTICIPANDO NA COMPOSIÇÃO DA RENDA FAMILIAR. AFASTAR OS JOVENS DAS SITUAÇÕES DE RISCO E ENCAMINHÁ-LOS PARA UMA ATIVIDADE PROFISSIONAL, INTEGRANDO-OS A SOCIEDADE.

**Justificativas**

NO MUNICÍPIO HÁ FAMÍLIAS CARENTES QUE NECESSITAM DA ATENÇÃO DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL, GRUPOS DE IDOSOS E CLUBES DE MÃES. PARA ASSISTIR OS MENORES EM SITUAÇÃO DE RISCO. O MUNICÍPIO CONTA COM A ESTRUTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL, O CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, CONSELHO TUTELAR E OS RECURSOS ALOCADOS NO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

**Diretrizes (Forma de implementação)**

MANUTENÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, ENVOLVIMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, ATENDIMENTO E ORIENTAÇÃO DAS FAMÍLIAS CARENTES, FORTALECIMENTO DOS GRUPOS DE IDOSOS E CLUBES DE MÃES, EXPLORAÇÃO DE SUAS POTENCIALIDADES, ENVOLVENDO O MUNICÍPIO, OS CONSELHOS E AS FAMÍLIAS.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
1.038 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESPAÇOS SÓCIO-ASSISTENCIAIS	OBRAS (OBR)	00.01.0000	1,000	160.000,00
2.019 - MANUTENÇÃO DA SECR. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0061		240,00
		00.01.0000	4,000	1.133.000,00
		00.01.0952		55.200,00
2.024 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0963		24.000,00
		00.01.0000	4,000	115.000,00
		00.01.0000	4,000	314.600,00
2.033 - CRAS - CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0952	4,000	108.000,00
2.035 - PRONATEC - Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0035		141.200,00
		00.01.0952	4,000	150.000,00
		00.01.0000	4,000	357.000,00
2.039 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0000	1,000	146.000,00
2.050 - BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL BASICA	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0035		363.000,00
2.051 - BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0065		51.240,00
		00.01.0000	1,000	4.000,00
		00.01.0035		3.480,00
2.052 - BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0000	1,000	57.000,00
2.053 - BLOCO DE GESTÃO - IGDBF	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0000	1,000	2.000,00

Página: 10/19  
Data: 23/11/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
 PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017  
 ANEXO IV - Programas e Ações de Governo  
 Seleção: Alteração em 01/01/2016 (A)

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
2.054 - FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL - IGDBF	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0035		15.900,00
		00.01.0000	1,000	800,00
		00.01.0035		1.140,00
2.055 - BLOCO DE GESTÃO - IGDSUAS	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0000	1,000	2.000,00
		00.01.0035		14.890,00
2.056 - FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL - IGDSUAS	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0000	1,000	800,00
		00.01.0035		950,00
2.057 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0000	1,000	3.000,00
		00.01.0065		14.220,00
<b>Total:</b>			<b>3.238.660,00</b>	

**Legenda:**

00.01.0000 - Recursos Ordinários  
 00.01.0035 - Transferências do SUAS/União  
 00.01.0061 - Transferências de Convênios - Estado/Assistência Social  
 00.01.0065 - Transferências do SUAS/Estado  
 00.01.0952 - Outras Transf. do FNAS  
 00.01.0963 - Bolsa Família

Página: 11/19  
Data: 23/11/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017  
ANEXO IV - Programas e Ações de Governo  
Seleção: Alteração em 01/01/2016 (A)

**Programa**

0006 - BRUNÓPOLIS MAIS SEGURO

**Objetivos**

PROPORCIONAR CONDIÇÕES DE DESEMPENHAR AÇÕES DE SEGURANÇA, DESENVOLVER AÇÕES VISANDO A PREVENÇÃO DE CRIMES, DESENVOLVER A INTEGRAÇÃO DA POLÍCIA COM A SOCIEDADE, E PROMOVER O APOIO ÀS PESSOAS VÍTIMAS DE INTEMPÉRIES, DESASTRES NATURAIS E CALAMIDADES PÚBLICAS.

**Justificativas**

MANTER O BEM ESTAR, A INTEGRIDADE, PREVENIR DOENÇAS, PRESTAR ASSISTÊNCIA A PESSOAS VÍTIMAS DE DESASTRES, PROPORCIONAR CONDIÇÕES DE DESEMPENHAR AÇÕES DE SEGURANÇA, DESENVOLVER AÇÕES VISANDO A PREVENÇÃO DE CRIMES, DESENVOLVER A INTEGRAÇÃO DA POLÍCIA COM A SOCIEDADE.

**Diretrizes (Forma de implementação)**

APOIO ÀS POLÍCIAS CIVIL E MILITAR, IMPLEMENTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA E PROJETOS EDUCACIONAIS. PROMOVER APOIO ÀS PESSOAS QUE VENHAM A SOFRER DANOS POR VENDAVAS, GRANIZOS, GEADAS, INUNDAÇÕES, DESLIZAMENTOS, RAIOS E TEMPESTADES, ETC.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
2.016 - SEGURANÇA PÚBLICA	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0000	4,000	106.000,00
		00.01.0010		1.670,00
		00.01.0011		1.670,00
		00.01.0012		1.780,00
		00.01.0954		1.020,00
		00.01.0955		1.020,00
		00.01.0956		1.080,00
Total:			114.240,00	

**Legenda:**

00.01.0000 - Recursos Ordinários  
00.01.0010 - Convênio Trânsito - Militar  
00.01.0011 - Convênio Trânsito - Civil  
00.01.0012 - Convênio Trânsito - Prefeitura  
00.01.0954 - Convênio de Trânsito - Militar  
00.01.0955 - Convênio de Trânsito - Civil  
00.01.0956 - Convênio de Trânsito - Prefeitura

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017

ANEXO IV - Programas e Ações de Governo

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (A)

Página: 12/19

Data: 23/11/2015

Programa					
0007 - DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO, INDUSTRIAL E COMERCIAL					
Objetivos					
AUMENTAR A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA, INDUSTRIAL, DESENVOLVER O COMÉRCIO LOCAL, CAPACITAR OS AGRICULTORES E EMPRESÁRIOS, MELHORIAS TECNOLÓGICAS, AMPLIAR O DISTRITO INDUSTRIAL E TRAZER NOVOS EMPREENDIMENTOS PARA O MUNICÍPIO.					
Justificativas					
O MUNICÍPIO TEM SUA ECONOMIA FUNDADA NA AGRICULTURA E NA PECUÁRIA, E POSSUI ALTO NÍVEL DE DESEMPREGO E BAIXO DESENVOLVIMENTO COMERCIAL E INDUSTRIAL.					
Diretrizes (Forma de implementação)					
PROMOVER ASSISTÊNCIA TÉCNICA, AMPLIAR A PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE AGROPECUÁRIA, DESENVOLVER NOVAS ATIVIDADES PRODUTIVAS, PROFISSIONALIZAR A POPULAÇÃO, TRAZER EMPREENDIMENTOS QUE GEREM RENDA E EMPREGOS A POPULAÇÃO.					
Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas		
			Física	Financeira	
1.009 - CONSTRUÇÃO DE PARQUE DE EVENTOS, FEIRAS E EXPOSIÇÕES	EDIFICAÇÃO (OBR)	00.01.0000	2.000	0,00	
1.026 - AQUISIÇÃO DE TERRENO - IND. E COM.	TERRENO (TER)	00.01.0000	2.000	80.000,00	
1.030 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGROPECUÁRIOS	EQUIPAMENTOS (EQU)	00.01.0000	8.000	300.000,00	
2.018 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, IND E COMÉRCIO	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0000	4.000	1.576.000,00	
Total:			1.956.000,00		

Legenda:

00.01.0000 - Recursos Ordinários



Página: 13/19  
Data: 23/11/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
 PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017  
 ANEXO IV - Programas e Ações de Governo  
 Seleção: Alteração em 01/01/2016 (A)

**Programa**

0008 - HABITAÇÃO BÁSICA

**Objetivos**

OPORTUNIZAR AS FAMÍLIAS CARENTES, CONDIÇÕES DIGNAS DE MORADIA.

**Justificativas**

NO MUNICÍPIO EXISTE UM DÉFICIT HABITACIONAL ELEVADO E MUITAS MORADIAS QUE NÃO PROPORCIONAM CONDIÇÕES DIGNAS DE HABITABILIDADE.

**Diretrizes (Forma de implementação)**

CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES, MELHORIA DAS HABITAÇÕES EXISTENTES, CONSTRUÇÃO DE BANHEIROS, COMPRA DE ÁREA DE TERRAS PARA CRIAÇÃO DE LOTEAMENTO.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
1.006 - AQUISIÇÃO DE TERRENO - HABITAÇÃO	TERRENO (TER)	00.01.0000	2,000	215.000,00
1.023 - CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES	CASAS POPULARES (OBR)	00.01.0000	16,000	120.000,00
2.044 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0000	4,000	2.000,00
		00.01.0924		0,00
<b>Total:</b>			<b>337.000,00</b>	

**Legenda:**

00.01.0000 - Recursos Ordinários  
 00.01.0924 - Transferências de Convênios - Outros

Página: 14/19  
Data: 23/11/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017  
ANEXO IV - Programas e Ações de Governo  
Seleção: Alteração em 01/01/2016 (A)

**Programa**

0009 - OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

**Objetivos**

MANTER AS VIAS URBANAS, AS ÁREAS DE LAZER E A CIDADE LIMPA. PERMITIR O ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA A QUALQUER TEMPO. DAR MAIOR SEGURANÇA AOS MOTORISTAS E PEDESTRES USUÁRIOS DO SISTEMA VIÁRIO. OFERECER MAIS CONFORTO AOS USUÁRIOS DO TRANSPORTE COLETIVO. MELHORAR AS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE NAS VIAS DE MAIOR MOVIMENTO DE VEÍCULOS E OFERECER MAIS SEGURANÇA AOS PEDESTRES.

**Justificativas**

O MUNICÍPIO VEM DESENVOLVENDO A URBANIZAÇÃO E O PLANEJAMENTO URBANO, PAVIMENTANDO RUAS E ESTRADAS, IMPLANTANDO SINALIZAÇÃO VIÁRIA. HÁ A NECESSIDADE DE CONTINUAR A PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS DO PERÍMETRO URBANO. O MUNICÍPIO POSSUI MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER AS ESTRADAS VICINAIS E VIAS URBANAS QUE NECESSITAM DE CONSERVAÇÃO. O MUNICÍPIO POSSUI VIAS URBANAS AINDA NÃO PAVIMENTADAS E PASSEIO NO PERÍMETRO URBANO A PAVIMENTAR.

**Diretrizes (Forma de implementação)**

CASCALHAMENTO, PAVIMENTAÇÃO E PATROLAMENTO E LIMPEZA DAS ESTRADAS VICINAIS, CONSTRUÇÃO E CONSERVAÇÃO DE PONTES E BUEIROS, ABERTURA DE NOVAS ESTRADAS E AQUISIÇÃO DE NOVOS EQUIPAMENTOS. MELHORAR E CONSERVAR A SINALIZAÇÃO EXISTENTE NAS VIAS URBANAS SOB JURISDIÇÃO DO MUNICÍPIO. PROSSEGUIR COM A URBANIZAÇÃO DAS RUAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS, MANTER AS PRAÇAS, CANTEIROS CENTRAIS DE AVENIDAS, SINALIZAÇÃO.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
1.010 - MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	EQUIPAMENTOS (EQU)	00.01.0000 00.01.0089 00.02.0089	8,000	575.000,00 240,00 1.440,00
1.011 - AMPLIAÇÃO DA GARAGEM - OBRAS	EDIFICAÇÃO (OBR)	00.01.0000	1,000	75.000,00
1.019 - CONSTRUÇÃO DE PONTES E BUEIROS	PONTE (OBR)	00.01.0000 00.01.0924	4,000	50.000,00 10.240,00
1.020 - PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS	PAVIMENTAÇÃO DE VIAS (OBR)	00.01.0000 00.01.0034 00.01.0924	4,000	435.000,00 240,00 240,00
1.021 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS ESPORTIVAS E DE LAZER	OBRAS (OBR)	00.01.0000	1,000	85.000,00
1.039 - CONTRUÇÃO DE PORTAIS	OBRAS (OBR)	00.01.0000	2,000	105.000,00
2.003 - MANUTENÇÃO E MELHORIAS NO SISTEMA DE ÁGUA	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0000 00.01.0924	4,000	690.000,00 0,00
2.004 - MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0000 00.01.0008	4,000	135.000,00 197.240,00
2.017 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0917 00.01.0000 00.01.0007	4,000	151.240,00 4.107.890,00 3.240,00

Página: 15/19  
Data: 23/11/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017  
ANEXO IV - Programas e Ações de Governo  
Seleção: Alteração em 01/01/2016 (A)

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
		00.01.0039		174.800,00
		00.01.0064		1.440,00
		00.01.0916		30.240,00
		00.01.0924		0,00
		00.01.0944		151.000,00
2.021 - COLETA E DESTINAÇÃO DE LIXO	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0000	4.000	403.054,00
2.040 - CISAM - MEIO OESTE SC	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0000	1.000	13.660,00
<b>Total:</b>				<b>7.396.204,00</b>

**Legenda:**

00.01.0000 - Recursos Ordinários  
00.01.0007 - Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE  
00.01.0008 - Contribuição Custeio Serviços Iluminação Pública - COSIP  
00.01.0034 - Transferências de Convênios - União/Outros  
00.01.0039 - Fundo Especial do Petróleo e Transf. Compens. Financeira Explor. recursos naturais  
00.01.0064 - Transferências de Convênios - Estado/Outros  
00.01.0089 - Alienação de Bens destinados a Outros Programas  
00.01.0916 - Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE  
00.01.0917 - Contribuição Custeio Serviços Iluminação Pública - COSIP  
00.01.0924 - Transferências de Convênios - Outros  
00.01.0944 - FEP  
00.02.0089 - Alienação de Bens destinados a Outros Programas

Página: 16/19

Data: 23/11/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017  
ANEXO IV - Programas e Ações de Governo  
Seleção: Alteração em 01/01/2016 (A)

**Programa**  
0010 - TURISMO

**Objetivos**  
DIVULGAR AS POTENCIALIDADES TURÍSTICAS DO MUNICÍPIO, PROMOVER A DIVULGAÇÃO DAS BELEZAS NATURAIS E DA CULTURA LOCAL.

**Justificativas**  
O MUNICÍPIO FOI PALCO DA GUERRA DO CONTESTADO, POSSUINDO MUITA HISTÓRIA E CULTURA. EXISTEM MUITAS BELEZAS NATURAIS COMO RIOS, CACHOEIRAS E AS ILHAS DO RAMO VERDE.

**Diretrizes (Forma de implementação)**  
PROMOVER O RESGATE HISTÓRICO E CULTURAL, DIVULGAR AS POTENCIALIDADES LOCAIS, INFRAESTRUTURAR O MUNICÍPIO PARA RECEBER OS TURISTAS.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
2.026 - DESENVOLVIMENTO DO TURISMO MUNICIPAL	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0000	4,000	6.000,00
Total:			6.000,00	

**Legenda:**  
00.01.0000 - Recursos Ordinários

Página: 17/19  
Data: 23/11/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017  
ANEXO IV - Programas e Ações de Governo  
Seleção: Alteração em 01/01/2016 (A)

**Programa**

0011 - ENCARGOS ESPECIAIS

**Objetivos**

GARANTIR QUE OS COMPROMISSOS ASSUMIDOS SEJAM CUMPRIDOS.

**Justificativas**

O MUNICÍPIO POSSUI DÉBITO CONSOLIDADO COM O INSS, OPERAÇÕES DE CRÉDITO COM O BADESC. AINDA, POR FORÇA DA LEGISLAÇÃO CONTRIBUI COM O PASEP.

**Diretrizes (Forma de implementação)**

AMORTIZAR A DÍVIDA FUNDADA DO MUNICÍPIO E CONTRIBUIÇÃO AO PASEP.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
0.001 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA CONTRATADA	AMORTIZAÇÃO (ANO)	00.01.0000	48.000	85.000,00
0.002 - CONTRIBUIÇÃO AO PASEP	CONTRIBUIÇÃO (ANO)	00.01.0000	48.000	494.000,00
0.003 - PAGAMENTO DE PRECATORIOS	AMORTIZAÇÃO (ANO)	00.01.0000	1,000	510.000,00
<b>Total:</b>			<b>1.089.000,00</b>	

**Legenda:**

00.01.0000 - Recursos Ordinários

Página: 18/19  
Data: 23/11/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017  
ANEXO IV - Programas e Ações de Governo  
Seleção: Alteração em 01/01/2016 (A)

**Programa**

0012 - GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR

**Objetivos**

PROMOVER A GESTÃO MUNICIPAL, COM ASSESSORIAS E CONSULTORIAS.

**Justificativas**

MANTER O GABINETE DO PREFEITO E VICE, SUAS ASSESSORIAS E CONSULTORIAS.

**Diretrizes (Forma de implementação)**

PAGAMENTO DOS SUBSÍDIOS, DESPESAS CORRENTES, ASSESSORIAS E CONSULTORIAS.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
1.008 - CONSTRUÇÃO DO PAÇO MUNICIPAL E CÂMARA DE VEREADORES	EDIFICAÇÃO (OBR)	00.01.0000	1,000	510.000,00
2.005 - CONTROLE INTERNO	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0000	4,000	158.500,00
2.006 - MANUTENÇÃO DOS GABINETES DO PREFEITO E VICE	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0000	4,000	2.281.000,00
<b>Total:</b>			<b>2.949.500,00</b>	

**Legenda:**

00.01.0000 - Recursos Ordinários

Página: 19/19

Data: 23/11/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017  
ANEXO IV - Programas e Ações de Governo  
Seleção: Alteração em 01/01/2016 (A)

**Programa**  
0013 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

**Objetivos**  
ATENDER OS PASSIVOS CONTINGENTES E OUTROS RISCOS E EVENTOS FISCAIS IMPREVISTOS.

**Justificativas**  
ATENDER OS PASSIVOS CONTINGENTES E OUTROS RISCOS E EVENTOS FISCAIS IMPREVISTOS.

**Diretrizes (Forma de implementação)**  
ATENDER OS PASSIVOS CONTINGENTES E OUTROS RISCOS E EVENTOS FISCAIS IMPREVISTOS.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
9.999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA (ANO)	00.01.0000	4.000	60.000,00
Total:			60.000,00	

**Legenda:**  
00.01.0000 - Recursos Ordinários

## PLANO PLURIANUAL 2014 A 2017

Página: 1/11  
Data: 23/11/2015

Natureza Jurídica não encontrada  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017  
ANEXO I - Metas de Receitas  
Seleção: Alteração em 01/01/2016 (A)

Receita	Código Especificação	Recurso	Aplicação	%	Não detalhado	2014	2015	2016	2017	Valor
<b>Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS</b>										
1	4.1.1.1.2.02.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Terr. Urbana				9.341.950,00	10.750.720,00	12.031.920,00	11.281.950,00	43.406.540,00
		00.01.0000	00.00.00	60,000		4.200,00	4.800,00	6.000,00	4.200,00	19.200,00
		00.01.0001	01.01.00	25,000		2.520,00	2.880,00	3.600,00	2.520,00	11.520,00
		00.01.0002	02.01.00	15,000		1.050,00	1.200,00	1.500,00	1.050,00	4.800,00
153	9.1.1.1.2.02.01.01.00.00	Deduções de Receita do IPTU - 60% - descontos				630,00	720,00	900,00	630,00	2.880,00
		00.01.0000	00.00.00	100,000		0,00	0,00	-360,00	0,00	-360,00
154	9.1.1.1.2.02.01.02.00.00	Deduções de Receita do IPTU - 60% - restituição				0,00	0,00	-72,00	0,00	-72,00
		00.01.0000	00.00.00	100,000		0,00	0,00	-72,00	0,00	-72,00
155	9.1.1.1.2.02.02.01.00.00	Deduções de Receita do IPTU - 25% - descontos				0,00	0,00	-150,00	0,00	-150,00
		00.01.0001	01.00.00	100,000		0,00	0,00	-150,00	0,00	-150,00
156	9.1.1.1.2.02.02.02.00.00	Deduções de Receita do IPTU - 25% - restituição				0,00	0,00	-30,00	0,00	-30,00
		00.01.0001	00.00.00	100,000		0,00	0,00	-30,00	0,00	-30,00
157	9.1.1.1.2.02.03.01.00.00	Deduções de Receita do IPTU - 15% - descontos				0,00	0,00	-90,00	0,00	-90,00
		00.01.0002	02.00.00	100,000		0,00	0,00	-90,00	0,00	-90,00
158	9.1.1.1.2.02.03.02.00.00	Deduções de Receita do IPTU - 15% - restituição				0,00	0,00	-18,00	0,00	-18,00
		00.01.0002	02.00.00	100,000		0,00	0,00	-18,00	0,00	-18,00
2	4.1.1.1.2.04.31.00.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho				72.000,00	104.000,00	72.000,00	82.800,00	330.800,00
		00.01.0000	00.00.00	60,000		43.200,00	62.400,00	43.200,00	49.680,00	198.480,00
		00.01.0001	01.01.00	25,000		18.000,00	26.000,00	18.000,00	20.700,00	82.700,00
		00.01.0002	02.01.00	15,000		10.800,00	15.600,00	10.800,00	12.420,00	49.620,00
14	4.1.1.1.2.04.34.00.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos				8.400,00	12.000,00	30.000,00	10.200,00	60.600,00
		00.01.0000	00.00.00	60,000		5.040,00	7.200,00	18.000,00	6.120,00	36.360,00
		00.01.0001	01.01.00	25,000		2.100,00	3.000,00	7.500,00	2.550,00	15.150,00
		00.01.0002	02.01.00	15,000		1.260,00	1.800,00	4.500,00	1.530,00	9.090,00
3	4.1.1.1.2.08.00.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imóveis e Dir				120.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	300.000,00
		00.01.0000	00.00.00	60,000		72.000,00	36.000,00	36.000,00	36.000,00	180.000,00
		00.01.0001	01.01.00	25,000		30.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	75.000,00
		00.01.0002	02.01.00	15,000		18.000,00	9.000,00	9.000,00	9.000,00	45.000,00
159	9.1.1.1.2.08.01.01.00.00	Deduções de Receita do ITBI - 60% - restituição				0,00	0,00	-72,00	0,00	-72,00
		00.01.0000	00.00.00	100,000		0,00	0,00	-72,00	0,00	-72,00
160	9.1.1.1.2.08.02.01.00.00	Deduções de Receita do ITBI - 25% - restituição				0,00	0,00	-30,00	0,00	-30,00
		00.01.0001	01.00.00	100,000		0,00	0,00	-30,00	0,00	-30,00
161	9.1.1.1.2.08.03.01.00.00	Deduções de Receita do ITBI - 15% - restituição				0,00	0,00	-18,00	0,00	-18,00
		00.01.0002	02.00.00	100,000		0,00	0,00	-18,00	0,00	-18,00
4	4.1.1.1.3.05.00.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza				105.000,00	65.000,00	68.000,00	120.000,00	358.000,00
		00.01.0000	00.00.00	60,000		63.000,00	39.000,00	40.800,00	72.000,00	214.800,00
		00.01.0001	01.01.00	25,000		26.250,00	16.250,00	17.000,00	30.000,00	89.500,00
		00.01.0002	02.01.00	15,000		15.750,00	9.750,00	10.200,00	18.000,00	53.700,00



Página: 2/11  
Data: 23/11/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017  
ANEXO I - Metas de Receitas  
Seleção: Alteração em 01/01/2016 (A)

Receita	Código Especificação	Recurso	Aplicação	%	Não detalhado	2014	2015	2016	2017	Valor
<b>Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS</b>										
162	9.1.1.1.3.05.01.01.00.00	Deduções de Receita do ISSQN - 60% - desconto	00.01.0000	00.00.00	100,000	0,00	0,00	-72,00	0,00	43.406.540,00
163	9.1.1.1.3.05.01.02.00.00	Deduções de Receita do ISSQN - 60% - restituição	00.01.0000	00.00.00	100,000	0,00	0,00	-72,00	0,00	-72,00
164	9.1.1.1.3.05.02.01.00.00	Deduções de Receita do ISSQN - 25% - desconto	01.00.00	00.00.00	100,000	0,00	0,00	-72,00	0,00	-72,00
165	9.1.1.1.3.05.02.02.00.00	Deduções de Receita do ISSQN - 25% - restituição	01.00.00	00.00.00	100,000	0,00	0,00	-30,00	0,00	-30,00
166	9.1.1.1.3.05.03.01.00.00	Deduções de Receita do ISSQN - 15% - desconto	02.00.00	00.00.00	100,000	0,00	0,00	-30,00	0,00	-30,00
167	9.1.1.1.3.05.03.02.00.00	Deduções de Receita do ISSQN - 15% - restituição	02.00.00	00.00.00	100,000	0,00	0,00	-18,00	0,00	-18,00
19	4.1.1.2.1.17.00.00.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	00.01.0002	00.00.00	100,000	120,00	1.500,00	1.800,00	120,00	3.540,00
138	4.1.1.2.1.21.00.00.00.00	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental	00.01.0000	00.00.00	100,000	120,00	1.500,00	1.800,00	120,00	3.540,00
15	4.1.1.2.1.25.00.00.00.00	Tx de Funcionamento Estab Comer/Indus/P/Serviços	00.01.0000	00.00.00	100,000	0,00	0,00	1.200,00	0,00	1.200,00
20	4.1.1.2.1.29.00.00.00.00	Taxa de Licença para Execução de Obras	00.01.0000	00.00.00	100,000	0,00	0,00	1.200,00	0,00	1.200,00
41	4.1.1.2.1.99.00.00.00.00	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	00.01.0000	00.00.00	100,000	600,00	120,00	12.000,00	600,00	13.320,00
168	9.1.1.2.1.99.00.00.00.00	Deduções de Receita de outras taxas p/ exercício do poder de polícia	00.01.0000	00.00.00	100,000	0,00	0,00	-120,00	0,00	-120,00
16	4.1.1.2.2.90.00.00.00.00	Taxa de Limpeza Pública	00.01.0000	00.00.00	100,000	600,00	600,00	600,00	600,00	2.400,00
42	4.1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	00.01.0000	00.00.00	100,000	600,00	600,00	600,00	600,00	2.400,00
169	9.1.1.2.2.99.00.00.00.00	Deduções de Receita de outras Taxas pela prestação de serviços	00.01.0000	00.00.00	100,000	600,00	6.000,00	6.000,00	600,00	13.200,00
17	4.1.2.2.0.29.00.00.00.00	Contrib p/ Custeio do Serviço de Iluminação Pública	00.01.0008	00.00.00	100,000	70.000,00	85.000,00	-120,00	0,00	-120,00
171	4.1.2.3.0.00.00.00.00.00	CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	00.01.0008	00.00.00	100,000	70.000,00	85.000,00	0,00	81.000,00	236.000,00
46	4.1.3.1.1.99.00.00.00.00	Outras Receitas de Aluguéis	00.01.0000	00.00.00	100,000	2.000,00	2.400,00	2.400,00	2.000,00	8.800,00

Página: 3/11  
Data: 23/11/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017  
ANEXO I - Metas de Receitas  
Seleção: Alteração em 01/01/2016 (A)

Receita	Código Especificação	Recurso	Aplicação	%	Não detalhado	2014	2015	2016	2017	Valor
<b>Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS</b>										
45	4.1.3.2.5.01.02.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - FUNDEB				9.341.950,00	10.750.720,00	12.031.920,00	11.281.950,00	43.406.540,00
		00.01.0018	01.02.00	60,00		1.500,00	3.000,00	6.000,00	1.500,00	12.000,00
		00.01.0019	01.02.00	40,00		900,00	1.800,00	3.600,00	900,00	7.200,00
58	4.1.3.2.5.01.05.01.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Sal. Educação				600,00	1.200,00	2.400,00	600,00	4.800,00
		00.01.0036	01.03.01	100,00		1.200,00	1.800,00	3.000,00	1.200,00	7.200,00
59	4.1.3.2.5.01.05.02.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PNAE Ensino Fundamental				1.200,00	1.800,00	3.000,00	1.200,00	7.200,00
		00.01.0037	01.03.99	100,00		360,00	200,00	600,00	360,00	1.520,00
60	4.1.3.2.5.01.05.03.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PNATE				360,00	1.800,00	600,00	360,00	1.520,00
		00.01.0037	01.04.99	100,00		360,00	1.800,00	600,00	360,00	1.520,00
114	4.1.3.2.5.01.05.04.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PDDE				0,00	120,00	120,00	0,00	240,00
		00.01.0037	01.03.95	100,00		0,00	120,00	120,00	0,00	240,00
121	4.1.3.2.5.01.05.05.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PNAE Creche				0,00	200,00	120,00	0,00	320,00
		00.01.0037	01.03.98	100,00		0,00	200,00	120,00	0,00	320,00
122	4.1.3.2.5.01.05.06.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PNAE Pré-Escolar				0,00	200,00	120,00	0,00	320,00
		00.01.0037	01.03.98	100,00		0,00	200,00	120,00	0,00	320,00
139	4.1.3.2.5.01.05.07.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Outras Transferências do FNDE				0,00	0,00	120,00	0,00	120,00
		00.01.0037	01.03.95	100,00		0,00	0,00	120,00	0,00	120,00
61	4.1.3.2.5.01.09.00.00.00	Rec. Remun. Dep. CIDE				120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
		00.01.0007	04.00.00	100,00		120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
48	4.1.3.2.5.01.10.01.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - FNAS Piso Básico Fixo PBF				2.400,00	600,00	600,00	2.400,00	6.000,00
		00.01.0035	04.00.00	100,00		2.400,00	600,00	600,00	2.400,00	6.000,00
127	4.1.3.2.5.01.10.02.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - FNAS SCFV				0,00	1.200,00	600,00	0,00	1.800,00
		00.01.0035	04.00.00	100,00		0,00	1.200,00	600,00	0,00	1.800,00
128	4.1.3.2.5.01.10.03.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - FNAS IGD-SUAS				0,00	120,00	120,00	0,00	240,00
		00.01.0035	04.00.00	100,00		0,00	120,00	120,00	0,00	240,00
129	4.1.3.2.5.01.10.04.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - FNAS IGD-BF				0,00	120,00	120,00	0,00	240,00
		00.01.0035	04.00.00	100,00		0,00	120,00	120,00	0,00	240,00
140	4.1.3.2.5.01.10.05.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - FNAS PVMC				0,00	0,00	120,00	0,00	120,00
		00.01.0035	04.00.00	100,00		0,00	0,00	120,00	0,00	120,00
130	4.1.3.2.5.01.10.99.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - Outras Transf SUAS/União				0,00	600,00	600,00	0,00	1.200,00
		00.01.0035	04.00.00	100,00		0,00	600,00	600,00	0,00	1.200,00
115	4.1.3.2.5.01.11.00.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - FEP				0,00	600,00	1.200,00	0,00	1.800,00
		00.01.0039	04.00.00	100,00		0,00	600,00	1.200,00	0,00	1.800,00
125	4.1.3.2.5.01.12.00.00.00	Rec. Remun. Dep. Banc. Transferências SUAS/Estado				0,00	120,00	0,00	0,00	120,00
		00.01.0065	04.00.00	100,00		0,00	120,00	0,00	0,00	120,00
123	4.1.3.2.5.01.15.00.00.00	Rec. Remun. Dep. Banc. Conv. Estado Assistência Social				0,00	120,00	120,00	0,00	240,00
		00.01.0061	04.00.00	100,00		0,00	120,00	120,00	0,00	240,00

Página: 4/11  
Data: 23/11/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017  
ANEXO I - Metas de Receitas  
Seleção: Alteração em 01/01/2016 (A)

Receita	Código Especificação	Recurso	Aplicação	%	Não detalhado	2014	2015	2016	2017	Valor
<b>Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS</b>										
62	4.1.3.2.5.01.16.00.00.00	Rec. Remun. Dep. Banc. Conv. Estado Educação				9.341.950,00	10.750.720,00	12.031.920,00	11.281.950,00	43.406.540,00
		00.01.0062	01.06.50	100,000		120,00	1.200,00	120,00	120,00	1.560,00
65	4.1.3.2.5.01.17.00.00.00	Rec. de Remun. Convênios Estado Outros				120,00	1.200,00	120,00	120,00	1.560,00
		00.01.0064	04.03.00	100,000		120,00	600,00	120,00	120,00	960,00
66	4.1.3.2.5.01.18.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. COSIP				120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
		00.01.0008	04.00.00	100,000		120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
141	4.1.3.2.5.01.19.01.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - FEAS - PSB				0,00	0,00	120,00	0,00	120,00
		00.01.0065	04.00.00	100,000		0,00	0,00	120,00	0,00	120,00
142	4.1.3.2.5.01.19.02.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - FEAS - Concessão Benefícios Eventuais				0,00	0,00	120,00	0,00	120,00
		00.01.0065	04.00.00	100,000		0,00	0,00	120,00	0,00	120,00
70	4.1.3.2.5.01.91.00.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - Alienações Outros				720,00	120,00	120,00	720,00	1.680,00
		00.01.0089	04.01.01	100,000		720,00	120,00	120,00	720,00	1.680,00
69	4.1.3.2.5.01.92.00.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - Conv União Outros				120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
		00.01.0034	04.00.00	100,000		120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
67	4.1.3.2.5.01.94.00.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - Conv União Educação				120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
		00.01.0032	01.06.50	100,000		120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
107	4.1.3.2.5.01.96.00.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - Conv Trans.Prefeitura				120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
		00.01.0012	04.00.00	100,000		120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
106	4.1.3.2.5.01.97.00.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - Conv Trans Civil				120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
		00.01.0011	04.00.00	100,000		120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
105	4.1.3.2.5.01.98.00.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - Conv Trans.Militar				120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
		00.01.0010	04.00.00	100,000		120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
50	4.1.3.2.5.02.01.00.00.00	Rec. de Remun. de Depósitos de Poupança				18.000,00	6.000,00	90.000,00	18.000,00	132.000,00
		00.01.0000	00.00.00	100,000		18.000,00	6.000,00	90.000,00	18.000,00	132.000,00
71	4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. de Outros Depósito Recursos não Vinculados				24.000,00	36.000,00	1.200,00	24.000,00	85.200,00
		00.01.0000	00.00.00	100,000		24.000,00	36.000,00	1.200,00	24.000,00	85.200,00
143	4.1.3.3.1.99.00.00.00.00	Outras Receitas Concessões e Permissões - Serviços				0,00	0,00	120,00	0,00	120,00
		00.01.0000	00.00.00	100,000		0,00	0,00	120,00	0,00	120,00
144	4.1.3.3.3.01.00.00.00.00	Rec de Concessão de Direito Real Uso Área Pública				0,00	0,00	120,00	0,00	120,00
		00.01.0000	00.00.00	100,000		0,00	0,00	120,00	0,00	120,00
18	4.1.4.9.0.00.00.00.00	Outras Receitas Agropecuárias				3.000,00	600,00	600,00	3.000,00	7.200,00
		00.01.0000	00.00.00	100,000		3.000,00	600,00	600,00	3.000,00	7.200,00
72	4.1.6.0.0.13.01.00.00.00	Serviços de Inscrição em Concursos Públicos				120,00	1.200,00	1.200,00	120,00	2.640,00
		00.01.0000	00.00.00	100,000		120,00	1.200,00	1.200,00	120,00	2.640,00
73	4.1.6.0.0.13.02.00.00.00	Serviços de Venda de Edifícios				120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
		00.01.0000	00.00.00	100,000		120,00	120,00	120,00	120,00	480,00

Página: 5/11  
Data: 23/11/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017  
ANEXO I – Metas de Receitas  
Seleção: Alteração em 01/01/2016 (A)

Receita	Código Especificação	Recurso	Aplicação	%	Não detalhado	2014	2015	2016	2017	Valor
<b>Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS</b>										
74	4.1.6.0.0.13.99.00.00.00	Outros Serviços Administrativos				9.341.950,00	10.750.720,00	12.031.920,00	11.281.950,00	43.406.540,00
75	4.1.6.0.0.17.00.00.00.00	Serviços Agropecuários	00.01.0000	00.00.00 100,00		12.000,00	120,00	120,00	12.000,00	24.240,00
76	4.1.6.0.0.41.01.00.00.00	Tarifa de Consumo de Água Residencial	00.01.0000	00.00.00 100,00		6.000,00	1.200,00	1.200,00	6.000,00	24.240,00
77	4.1.6.0.0.41.02.00.00.00	Tarifa de Consumo de Água Comercial/Industrial	00.01.0000	00.00.00 100,00		24.000,00	32.000,00	32.000,00	24.000,00	14.400,00
78	4.1.6.0.0.41.03.00.00.00	Tarifa de Ligação de Água	00.01.0000	00.00.00 100,00		6.000,00	1.200,00	1.200,00	6.000,00	14.400,00
116	4.1.6.0.0.41.04.00.00.00	Tarifa Consumo de Água - Pública	00.01.0000	00.00.00 100,00		18.000,00	5.000,00	5.000,00	18.000,00	112.000,00
79	4.1.6.0.0.99.00.00.00.00	Outros Serviços	00.01.0000	00.00.00 100,00		1.200,00	3.000,00	3.000,00	1.200,00	46.000,00
5	4.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	00.01.0000	00.00.00 100,00		0,00	120,00	120,00	0,00	8.400,00
26	9.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	00.01.0001	01.01.00 100,00		120,00	120,00	120,00	120,00	240,00
145	4.1.7.2.1.01.03.00.00.00	Cota-Parte do FPM - 1% Cota Anual	00.01.0000	00.00.00 75,00		5.800.000,00	6.400.000,00	6.495.000,00	6.710.000,00	25.405.000,00
6	4.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	00.01.0001	01.00.00 25,00		3.480.000,00	3.840.000,00	3.897.000,00	4.026.000,00	15.243.000,00
27	9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	00.01.0002	02.01.00 15,00		1.450.000,00	1.600.000,00	1.623.750,00	1.677.500,00	6.351.250,00
146	4.1.7.2.1.22.11.00.00.00	Cota-Parte da Compem. Finan. de Recursos Hídricos	00.01.0001	00.00.00 60,00		870.000,00	960.000,00	974.250,00	1.006.500,00	3.810.750,00
108	4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	00.01.0000	01.01.00 25,00		-1.160.000,00	-1.280.000,00	-1.299.000,00	-1.342.000,00	-5.081.000,00
21	4.1.7.2.1.22.90.00.00.00	Outras Transf. Decorrentes de Compens. Finan.	00.01.0000	00.00.00 100,00		-1.160.000,00	-1.280.000,00	-1.299.000,00	-1.342.000,00	-5.081.000,00
43	4.1.7.2.1.34.04.00.00.00	IGD-BF	00.01.0035	04.00.00 100,00		0,00	0,00	400.000,00	0,00	400.000,00
						0,00	0,00	300.000,00	0,00	300.000,00
						0,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00
						20.000,00	30.000,00	32.000,00	20.000,00	102.000,00
						12.000,00	18.000,00	19.200,00	12.000,00	61.200,00
						5.000,00	7.500,00	8.000,00	5.000,00	25.500,00
						3.000,00	4.500,00	4.800,00	3.000,00	15.300,00
						-4.000,00	-6.000,00	-6.400,00	-4.000,00	-20.400,00
						-4.000,00	-6.000,00	-6.400,00	-4.000,00	-20.400,00
						0,00	0,00	600,00	0,00	600,00
						0,00	0,00	600,00	0,00	600,00
						70.000,00	86.000,00	72.000,00	81.000,00	309.000,00
						70.000,00	86.000,00	72.000,00	81.000,00	309.000,00
						15.000,00	15.000,00	600,00	15.000,00	45.600,00
						15.000,00	15.000,00	600,00	15.000,00	45.600,00
						12.000,00	8.400,00	8.400,00	12.000,00	40.800,00
						12.000,00	8.400,00	8.400,00	12.000,00	40.800,00

Página: 6/11  
Data: 23/11/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017  
ANEXO I - Metas de Receitas  
Seleção: Alteração em 01/01/2016 (A)

Receita	Código Especificação	Recurso	Aplicação	%	Não detalhado	2014	2015	2016	2017	Valor
<b>Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS</b>										
44	4.1.7.2.1.34.05.00.00.00 SCFV					9.341.950,00	10.750.720,00	12.031.920,00	11.281.950,00	43.406.540,00
82	4.1.7.2.1.34.06.00.00.00 Piso Básico Fixo - PBF	00.01.0035	04.00.00	100,00		24.000,00	108.000,00	108.000,00	24.000,00	264.000,00
83	4.1.7.2.1.34.07.00.00.00 IGD-SUAS	00.01.0035	04.00.00	100,00		54.000,00	72.000,00	72.000,00	54.000,00	264.000,00
147	4.1.7.2.1.34.08.00.00.00 PVMC	00.01.0035	04.00.00	100,00		75.000,00	7.800,00	7.800,00	75.000,00	252.000,00
84	4.1.7.2.1.34.99.00.00.00 Outras Transferências do SUAS/União	00.01.0035	04.00.00	100,00		0,00	0,00	3.360,00	0,00	165.600,00
22	4.1.7.2.1.35.01.00.00.00 Transferências do Salário-Educação	00.01.0036	01.03.01	100,00		0,00	0,00	3.360,00	0,00	165.600,00
85	4.1.7.2.1.35.02.00.00.00 Transferências Diretas do FNDE referentes ao PDDE	00.01.0037	01.03.99	100,00		1.200,00	70.000,00	70.000,00	1.200,00	3.360,00
23	4.1.7.2.1.35.03.01.00.00 PNAE Ensino Fundamental	00.01.0037	01.03.99	100,00		1.200,00	70.000,00	70.000,00	1.200,00	142.400,00
112	4.1.7.2.1.35.03.02.00.00 PNAE Creche	00.01.0037	01.03.99	100,00		84.000,00	102.000,00	102.000,00	96.000,00	384.000,00
113	4.1.7.2.1.35.03.03.00.00 PNAE Pré-Escolar	00.01.0037	01.03.99	100,00		84.000,00	102.000,00	102.000,00	96.000,00	384.000,00
24	4.1.7.2.1.35.04.00.00.00 Transferências Diretas do FNDE referentes ao FNATE	00.01.0037	01.03.99	100,00		6.000,00	6.000,00	600,00	6.000,00	18.600,00
110	4.1.7.2.1.35.99.00.00.00 Outras Transferências Diretas do FNDE	00.01.0037	01.03.99	100,00		9.200,00	9.060,00	9.000,00	9.200,00	36.460,00
7	4.1.7.2.1.36.01.00.00.00 Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96	00.01.0000	04.00.00	100,00		9.200,00	9.060,00	9.000,00	9.200,00	36.460,00
28	9.1.7.2.1.36.01.00.00.00 Dedução de Receita Formação do FUNDEB - LC 87/96	00.01.0001	01.01.00	100,00		8.050,00	12.000,00	9.000,00	8.050,00	37.100,00
86	4.1.7.2.1.36.01.00.00.00 Outras Transferências da União	00.01.0001	01.01.00	100,00		5.750,00	9.400,00	14.200,00	5.750,00	35.100,00
8	4.1.7.2.2.01.01.00.00.00 Cota-Parte do ICMS	00.01.0000	00.00.00	100,00		45.000,00	74.000,00	44.200,00	45.000,00	208.200,00
		00.01.0000	00.00.00	100,00		45.000,00	74.000,00	44.200,00	45.000,00	208.200,00
		00.01.0000	00.00.00	100,00		120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
		00.01.0000	00.00.00	100,00		120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
		00.01.0000	00.00.00	100,00		18.000,00	15.000,00	12.000,00	18.000,00	63.000,00
		00.01.0001	01.01.00	25,00		10.800,00	9.000,00	7.200,00	10.800,00	37.800,00
		00.01.0002	02.01.00	15,00		4.500,00	3.750,00	3.000,00	4.500,00	15.750,00
		00.01.0001	01.01.00	100,00		2.700,00	2.250,00	1.800,00	2.700,00	9.450,00
		00.01.0001	01.01.00	100,00		-3.600,00	-3.000,00	-2.400,00	-3.600,00	-12.600,00
		00.01.0001	01.01.00	100,00		-3.600,00	-3.000,00	-2.400,00	-3.600,00	-12.600,00
		00.01.0000	00.00.00	100,00		5.000,00	220.000,00	65.000,00	5.000,00	295.000,00
		00.01.0000	00.00.00	100,00		5.000,00	220.000,00	65.000,00	5.000,00	295.000,00
		00.01.0000	00.00.00	60,00		3.260.000,00	3.700.000,00	3.960.000,00	4.340.000,00	15.260.000,00
		00.01.0001	01.01.00	25,00		1.966.000,00	2.220.000,00	2.376.000,00	2.604.000,00	9.156.000,00
		00.01.0002	02.01.00	15,00		815.000,00	925.000,00	990.000,00	1.085.000,00	3.815.000,00
		00.01.0002	02.01.00	15,00		489.000,00	555.000,00	594.000,00	651.000,00	2.289.000,00

Página: 7/11  
Data: 23/11/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017  
ANEXO I - Metas de Receitas  
Seleção: Alteração em 01/01/2016 (A)

Recosta	Código Especificação	Recurso	Aplicação	%	Não detalhado	2014	2015	2016	2017	Valor
<b>Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS</b>										
29	9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB				9.341.950,00	10.750.720,00	12.031.320,00	11.281.950,00	43.406.540,00
		00.01.0001	01.01.00	100,00		-652.000,00	-740.000,00	-792.000,00	-868.000,00	-3.052.000,00
9	4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA				-652.000,00	-740.000,00	-792.000,00	-868.000,00	-3.052.000,00
		00.01.0000	00.00.00	60,00		160.000,00	180.000,00	174.000,00	213.000,00	727.000,00
		00.01.0001	01.01.00	25,00		96.000,00	108.000,00	104.400,00	127.800,00	436.200,00
		00.01.0002	02.01.00	15,00		40.000,00	45.000,00	43.500,00	53.250,00	181.750,00
30	9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA				24.000,00	27.000,00	26.100,00	31.950,00	109.050,00
		00.01.0001	01.01.00	100,00		-32.000,00	-36.000,00	-34.800,00	-42.600,00	-145.400,00
10	4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação				-32.000,00	-36.000,00	-34.800,00	-42.600,00	-145.400,00
		00.01.0000	00.00.00	60,00		46.000,00	54.000,00	54.000,00	52.000,00	206.000,00
		00.01.0001	01.01.00	25,00		27.600,00	32.400,00	32.400,00	31.200,00	123.600,00
		00.01.0002	02.01.00	15,00		11.500,00	13.500,00	13.500,00	13.000,00	51.500,00
31	9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Ded Cota Parte IPV-Exp p/ Formação FUNDEB				6.900,00	8.100,00	8.100,00	7.800,00	30.900,00
		00.01.0001	01.01.00	100,00		-9.200,00	-10.800,00	-10.800,00	-10.400,00	-41.200,00
90	4.1.7.2.2.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib. Interv.no Domínio Econômico				-9.200,00	-10.800,00	-10.800,00	-10.400,00	-41.200,00
		00.01.0007	04.00.00	100,00		15.000,00	2.400,00	600,00	15.000,00	33.000,00
131	4.1.7.2.2.99.01.00.00.00	Outras Transferências dos Estados - Assistência Social				15.000,00	26.000,00	600,00	15.000,00	33.000,00
		00.01.0065	04.00.00	100,00		0,00	26.000,00	0,00	0,00	26.000,00
150	4.1.7.2.2.99.02.00.00.00	FEAS - Proteção Social Básica				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
151	4.1.7.2.2.99.03.00.00.00	FEAS - Concessão de Benefícios Eventuais				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13	4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		00.01.0018	01.02.00	60,00		760.000,00	970.000,00	1.090.000,00	1.066.000,00	3.886.000,00
		00.01.0019	01.02.00	40,00		456.000,00	582.000,00	654.000,00	639.600,00	2.331.600,00
25	4.1.7.6.2.02.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Destin Programas de Educação				304.000,00	388.000,00	436.000,00	426.400,00	1.554.400,00
		00.01.0062	01.06.00	100,00		180.000,00	190.000,00	216.000,00	180.000,00	766.000,00
64	4.1.7.6.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados				180.000,00	190.000,00	216.000,00	180.000,00	766.000,00
		00.01.0064	04.03.00	100,00		5.000,00	120,00	600,00	5.000,00	10.720,00
91	4.1.9.1.1.35.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora da Tx. de Fisc. e Vig. Sanit.				5.000,00	120,00	600,00	5.000,00	10.720,00
11	4.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU				120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
		00.01.0000	00.00.00	100,00		1.200,00	1.200,00	600,00	1.200,00	4.200,00
		00.01.0000	00.00.00	60,00		720,00	720,00	360,00	720,00	2.520,00
		00.01.0001	01.01.00	25,00		300,00	300,00	150,00	300,00	1.050,00
		00.01.0002	02.01.00	15,00		180,00	180,00	90,00	180,00	630,00
92	4.1.9.1.1.40.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS				120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
		00.01.0000	00.00.00	60,00		72,00	72,00	72,00	72,00	288,00

Página: 8/11  
Data: 23/11/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017  
ANEXO I - Metas de Receitas  
Seleção: Alteração em 01/01/2016 (A)

Receita	Código Especificação	Recurso	Aplicação	%	Não detalhado	2014	2015	2016	2017	Valor
<b>Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS</b>										
						<b>9.341.950,00</b>	<b>10.750.720,00</b>	<b>12.031.920,00</b>	<b>11.281.950,00</b>	<b>43.406.540,00</b>
93	4.1.9.1.1.99.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	01.01.00 25,000			120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
			02.01.00 15,000			30,00	30,00	30,00	30,00	120,00
						18,00	18,00	18,00	18,00	72,00
						120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
94	4.1.9.1.3.11.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	00.00.00 100,000			120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
						120,00	120,00	1.200,00	120,00	1.560,00
						72,00	72,00	720,00	72,00	936,00
			01.01.00 25,000			30,00	30,00	300,00	30,00	390,00
			02.01.00 15,000			18,00	18,00	180,00	18,00	234,00
95	4.1.9.1.3.13.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	00.00.00 60,000			120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
						72,00	72,00	72,00	72,00	288,00
			01.01.00 25,000			30,00	30,00	30,00	30,00	120,00
			02.01.00 15,000			18,00	18,00	18,00	18,00	72,00
96	4.1.9.1.3.99.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	00.00.00 100,000			120,00	360,00	600,00	120,00	1.200,00
						120,00	360,00	600,00	120,00	1.200,00
97	4.1.9.1.5.99.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.	00.00.00 100,000			120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
						120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
152	4.1.9.1.8.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Aluguel	00.00.00 100,000			0,00	0,00	120,00	0,00	120,00
						0,00	0,00	120,00	0,00	120,00
98	4.1.9.1.8.99.00.00.00	Outras Multas e Juros de Mora	00.00.00 100,000			2.400,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00	9.600,00
						2.400,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00	9.600,00
111	4.1.9.1.9.15.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	00.00.00 100,000			1.200,00	1.200,00	3.200,00	1.200,00	6.800,00
						390,00	390,00	1.040,00	390,00	2.210,00
						390,00	390,00	1.040,00	390,00	2.210,00
						420,00	420,00	1.120,00	420,00	2.380,00
99	4.1.9.2.2.01.00.00.00	Restituições de Convênios	00.00.00 100,000			120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
						120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
100	4.1.9.2.2.99.00.00.00	Outras Restituições	00.00.00 100,000			120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
						120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
12	4.1.9.3.1.11.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	00.00.00 100,000			2.400,00	1.200,00	1.200,00	2.400,00	7.200,00
						1.440,00	720,00	720,00	1.440,00	4.320,00
						600,00	300,00	300,00	600,00	1.800,00
						360,00	180,00	180,00	360,00	1.080,00
101	4.1.9.3.1.13.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	00.00.00 60,000			120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
						72,00	72,00	72,00	72,00	288,00
			01.01.00 25,000			30,00	30,00	30,00	30,00	120,00
			02.01.00 15,000			18,00	18,00	18,00	18,00	72,00

Página: 9/11  
Data: 23/11/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017  
ANEXO I - Metas de Receitas  
Seleção: Alteração em 01/01/2016 (A)

Receita	Código Especificação	Recurso	Aplicação	%	Não detalhado	2014	2015	2016	2017	Valor
<b>Entidade: 1 - MUNICIPIO DE BRUNOPOLIS</b>										
102	4.1.9.3.1.99.00.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PAB	00.01.0000	00.00.00	100,000	120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
103	4.1.9.3.2.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributaria de Outras Rec.	00.01.0000	00.00.00	100,000	120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
104	4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	00.01.0000	00.00.00	100,000	120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
170	9.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Deduções de Outras Receitas Diversas	00.01.0000	00.00.00	100,000	9.690,00	1.480,00	15.940,00	2.890,00	30.000,00
132	4.2.4.3.1.01.00.00.00.00	Transf. de Instituições Privadas - Compensação Social UHE São Roque	00.01.0000	00.00.00	100,000	0,00	0,00	-120,00	0,00	-120,00
135	4.2.4.7.1.02.01.00.00.00	Transf. Conv. União p/ Prog. Educação - Quadra Poliesportiva	00.01.0032	00.00.00	100,000	0,00	0,00	560.000,00	0,00	560.000,00
<b>Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRUNOPOLIS</b>										
47	4.1.3.2.5.01.03.01.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PAB	00.01.0038	02.04.00	100,000	558.050,00	614.280,00	580.080,00	558.050,00	2.310.460,00
52	4.1.3.2.5.01.03.02.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PSF	00.01.0038	02.04.00	100,000	120,00	2.400,00	3.600,00	120,00	6.240,00
51	4.1.3.2.5.01.03.03.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PACS	00.01.0038	02.04.00	100,000	120,00	600,00	120,00	120,00	960,00
53	4.1.3.2.5.01.03.04.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Saúde Bucal	00.01.0038	02.04.00	100,000	120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
49	4.1.3.2.5.01.03.05.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Saúde Bucal	00.01.0038	02.04.00	100,000	120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
54	4.1.3.2.5.01.03.06.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Assistência Farm. Básica	00.01.0088	02.03.00	100,000	120,00	120,00	600,00	120,00	960,00
55	4.1.3.2.5.01.03.07.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - MAC	00.01.0038	02.04.00	100,000	120,00	240,00	1.200,00	120,00	1.680,00
56	4.1.3.2.5.01.03.08.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - ECD	00.01.0038	02.04.00	100,000	120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
57	4.1.3.2.5.01.03.09.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Vig Sanitar	00.01.0038	02.04.00	100,000	120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
119	4.1.3.2.5.01.03.10.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - NAFS União	00.01.0038	02.04.00	100,000	600,00	1.800,00	2.400,00	600,00	5.400,00
120	4.1.3.2.5.01.03.11.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PMAQ	00.01.0038	02.04.00	100,000	600,00	1.800,00	2.400,00	600,00	5.400,00
						0,00	120,00	120,00	0,00	240,00
						0,00	600,00	600,00	0,00	1.200,00
						0,00	600,00	600,00	0,00	1.200,00



Página: 10/11  
Data: 23/11/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017  
ANEXO I - Metas de Receitas  
Seleção: Alteração em 01/01/2016 (A)

Receita	Código Especificação	Recurso	Aplicação	%	Não detalhado	2014	2015	2016	2017	Valor
<b>Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRUNOPOLIS</b>										
124	4.1.3.2.5.01.03.12.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Convênios Estado/Saúde	02.06.00	100,000		0,00	120,00	600,00	0,00	2.310.460,00
		00.01.0063				0,00	120,00	600,00	0,00	720,00
126	4.1.3.2.5.01.03.13.01.00	Rendim. - Transf. SUS/Estado - NASF	02.06.00	100,000		0,00	600,00	600,00	0,00	1.200,00
136	4.1.3.2.5.01.03.13.02.00	Rendim. - Transf. SUS/Estado - Farmácia Básica	02.06.00	100,000		0,00	600,00	600,00	0,00	1.200,00
		00.01.0067				0,00	0,00	600,00	0,00	600,00
134	4.1.3.2.5.01.03.13.03.00	Rendim. - Transf. SUS/Estado - Incentivo AB	00.00.00	100,000		0,00	0,00	600,00	0,00	600,00
		00.01.0067				0,00	0,00	600,00	0,00	600,00
68	4.1.3.2.5.01.03.14.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Convênios União/Saúde	02.06.00	100,000		120,00	120,00	600,00	120,00	960,00
137	4.1.3.2.5.01.03.15.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Outras Transf. do SUS/União	02.06.00	100,000		120,00	120,00	600,00	120,00	960,00
		00.01.0038				0,00	0,00	600,00	0,00	600,00
63	4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Rec. de Remun. de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.	02.06.00	100,000		120,00	0,00	0,00	120,00	240,00
		00.01.0023				120,00	0,00	0,00	120,00	240,00
133	4.1.3.2.5.02.01.00.00.00	Rec. de Remun. de Depósitos de Poupança	00.00.00	100,000		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		00.01.0002				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32	4.1.7.2.1.33.01.00.00.00	Piso de Atenção Básica - PAB FIXO	02.04.00	100,000		70.350,00	77.820,00	77.820,00	70.350,00	296.340,00
33	4.1.7.2.1.33.02.00.00.00	Programa Agentes Comunitários de Saúde	02.04.00	100,000		70.350,00	77.820,00	77.820,00	70.350,00	296.340,00
34	4.1.7.2.1.33.03.00.00.00	Farmácia Básica SUS	02.04.00	100,000		102.600,00	109.560,00	109.560,00	102.600,00	424.320,00
35	4.1.7.2.1.33.04.00.00.00	Programa Saúde da Família - PSF	02.04.00	100,000		102.600,00	109.560,00	109.560,00	102.600,00	424.320,00
36	4.1.7.2.1.33.05.00.00.00	Saúde Bucal	02.04.00	100,000		15.010,00	15.000,00	15.000,00	15.010,00	60.020,00
37	4.1.7.2.1.33.06.00.00.00	Epidemiologia e Controle de Doenças	02.04.00	100,000		15.010,00	15.000,00	15.000,00	15.010,00	60.020,00
38	4.1.7.2.1.33.07.00.00.00	Vigilância Sanitária	02.04.00	100,000		85.560,00	48.000,00	48.000,00	85.560,00	267.120,00
39	4.1.7.2.1.33.08.00.00.00	Compensação Especificidades Regionais	02.04.00	100,000		85.560,00	48.000,00	48.000,00	85.560,00	267.120,00
80	4.1.7.2.1.33.09.00.00.00	MAC - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulat	02.04.00	100,000		26.760,00	26.760,00	26.760,00	26.760,00	107.040,00
81	4.1.7.2.1.33.10.00.00.00	PMAQ	02.04.00	100,000		26.760,00	26.760,00	26.760,00	26.760,00	107.040,00
		00.01.0038				1.800,00	1.920,00	600,00	1.800,00	6.120,00
		00.01.0038				1.800,00	1.920,00	600,00	1.800,00	6.120,00
		00.01.0038				18.000,00	12.000,00	24.000,00	18.000,00	72.000,00
		00.01.0038				18.000,00	12.000,00	24.000,00	18.000,00	72.000,00
		00.01.0038				20.050,00	120,00	120,00	20.050,00	40.340,00
		00.01.0038				20.050,00	120,00	120,00	20.050,00	40.340,00
		00.01.0038				9.660,00	9.660,00	9.660,00	9.660,00	38.520,00
		00.01.0038				9.660,00	9.660,00	9.660,00	9.660,00	38.520,00
		00.01.0038				132.000,00	132.000,00	132.000,00	132.000,00	528.000,00
		00.01.0038				132.000,00	132.000,00	132.000,00	132.000,00	528.000,00

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**  
 PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017  
 ANEXO I - Metas de Receitas  
 Seleção: Alteração em 01/01/2016 (A)

Página: 11/11  
 Data: 23/11/2015

Receita	Código Especificação	Recurso	Aplicação	%	Não detalhado	2014	2015	2016	2017	Valor
<b>Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRUNOPOLIS</b>										
117	4.1.7.2.1.33.11.00.00.00	Atenção Básica				558.050,00	614.280,00	580.080,00	558.050,00	2.310.460,00
						0,00	96.000,00	96.000,00	0,00	192.000,00
118	4.1.7.2.1.33.12.00.00.00	Outras Transferências SUS p/ Atenção Básica	02.04.00	100,000		0,00	96.000,00	96.000,00	0,00	192.000,00
						0,00	6.000,00	120,00	0,00	6.120,00
109	4.1.7.2.1.33.99.00.00.00	Outras Transferências do SUS/União	02.04.00	100,000		0,00	6.000,00	120,00	0,00	6.120,00
						120,00	120,00	600,00	120,00	960,00
87	4.1.7.2.2.33.01.00.00.00	Farmácia Básica	02.04.00	100,000		120,00	120,00	600,00	120,00	960,00
						1.200,00	18.000,00	18.000,00	1.200,00	38.400,00
89	4.1.7.2.2.33.02.00.00.00	Incentivo a Atenção Básica	02.06.00	100,000		1.200,00	18.000,00	18.000,00	1.200,00	38.400,00
						1.200,00	120,00	120,00	1.200,00	2.640,00
88	4.1.7.2.2.33.03.00.00.00	NASF	02.06.00	100,000		1.200,00	120,00	120,00	1.200,00	2.640,00
						60.000,00	24.000,00	600,00	60.000,00	144.600,00
						60.000,00	24.000,00	600,00	60.000,00	144.600,00
148	4.1.7.2.2.33.04.00.00.00	Vigilância Sanitária	02.06.00	100,000		0,00	0,00	6.000,00	0,00	6.000,00
						0,00	0,00	6.000,00	0,00	6.000,00
149	4.1.7.2.2.33.05.00.00.00	Cofinanciamento Estado	02.04.00	100,000		0,00	0,00	1.800,00	0,00	1.800,00
						0,00	0,00	1.800,00	0,00	1.800,00
40	4.1.7.6.2.01.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados p/ SUS	02.04.00	100,000		12.000,00	30.000,00	600,00	12.000,00	54.600,00
						12.000,00	30.000,00	600,00	12.000,00	54.600,00
<b>Total geral:</b>						<b>9.900.000,00</b>	<b>11.365.000,00</b>	<b>12.612.000,00</b>	<b>11.840.000,00</b>	<b>45.717.000,00</b>

# Brusque

## PREFEITURA

### EDITAL DE PUBLICAÇÃO 05/2015 LRF

EDITAL DE PUBLICAÇÃO  
05/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e atendendo o disposto na Lei Complementar Federal n. 101 / 2000, e no § 2º do art. 69º da Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO, os dados e informações do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal, elaborado na forma estabelecida pela portaria STN n. 637/2012, relativo ao 5º Bimestre de 2015, respectivamente, disponível no site [www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br) e no mural público localizado no hall de entrada do edifício sede da Prefeitura Municipal de Brusque.

MUNICÍPIO DE BRUSQUE  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

#### BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Orçamento Fiscal

(Dados do anexo I Port. 577 (LRF, Art. 52, inciso I, a, b, inciso II, § 1º))

5º Bimestre / 2015

#### RECEITAS REALIZADAS

DESCRIÇÃO	PREV. INICIAL	PREV. ATUAL	NO BIM.	ATÉ O BIM.	SALDO A REALIZAR
RECEITA TOTAL	494.354.661,62	494.354.661,62	59.009.088,70	276.523.423,72	217.831.237,90

#### DESPESAS

DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO	DOTAÇÃO	DESPESA EMPENHADA ATÉ O BIM.	DESPESA LIQUIDADADA ATÉ O BIM.	SALDO A REALIZAR
	INICIAL	ATUALIZADA			
CORRENTES	283.315.850,00	292.758.174,09	234.145.417,12	218.465.782,33	74.292.391,76
CAPITAL	185.954.437,62	191.727.426,31	47.360.826,67	34.599.791,33	157.127.634,98
INTRA-ORÇAM.	12.559.884,00	13.173.304,00	8.457.403,22	8.258.171,44	4.915.132,56
R. CONTINGÊNCIA	450.000,00	450.000,00	0,00	0,00	450.000,00
R. RPPS	12.074.490,00	12.074.490,00	0,00	0,00	12.074.490,00
TOTAL	494.354.661,62	510.183.394,40	289.963.647,01	261.323.745,10	248.859.649,30

#### RESULTADO

SUPERAVIT				15.199.678,62	
-----------	--	--	--	---------------	--

#### RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Orçamento Fiscal

(Dados do anexo III Port. 577 (LRF, Art. 53, inciso I))

5º Bimestre / 2015

TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	(últimos 12 (doze) meses) 292.593.765,73
-----------------------------------	--

Nota: O valor total da Receita Corrente Líquida refere-se aos valores calculados com base nos últimos 12 (doze) meses, conforme dispõe a Lei de Responsabilidade Fiscal.

#### RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

Orçamento Fiscal

(Dados do anexo IV Port. 577 (LRF, Art. 52, inciso I, a, b, inciso II, § 1º))

5º Bimestre / 2015

#### RECEITAS

DESCRIÇÃO	PREV. INICIAL	PREV. ATUAL	ATÉ O BIM.	ATÉ O BIM EXERC. ANTERIOR
REC. CORRENTES	7.231.000,00	7.231.000,00	7.972.593,74	6.144.050,96
REC. CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
REC. PREV. INTRA-ORÇAMENTÁRIA	10.053.490,00	10.053.490,00	8.159.453,84	6.204.038,11
RECEITA TOTAL	17.284.490,00	17.284.490,00	16.132.047,58	12.348.089,07

#### DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

DESCRIÇÃO	PREV. INICIAL	PREV. ATUAL	DESP. EMP. ATÉ BIM. 2015	DESP. EMP. ATÉ BIM. 2014	DESP. LIQ. ATÉ BIM. 2015	DESP. LIQ. ATÉ BIM. 2014
Desp. Prev. RPPS (Exc Intra-Orçamentária)	12.660.000,00	15.643.857,30	11.422.429,52	9.093.343,82	11.416.032,61	9.086.949,24
Desp. Prev. RPPS Intra-Orçamentária)	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Desp. Total	12.660.000,00	15.643.857,30	11.422.429,52	9.093.343,82	11.416.032,61	9.086.949,24
Resultado Previdenciário	4.624.490,00	1.640.632,70	4.709.618,06	3.254.745,25	4.716.014,97	3.261.139,83

## APORTES RECURSOS RPPS

DESCRIÇÃO	PREV. INICIAL
Total dos Aportes para RPPS	2.503.259,71

## RESULTADO NOMINAL

Orçamento Fiscal

(Dados do anexo VI Port. 577 (LRF, Art. 53, inciso III))

5º Bimestre / 2015

RESULTADO NOMINAL	No bimestre	Até o Bimestre
VALOR	(965.956,53)	(5.170.046,37)

## Regime Previdenciário

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	Até o Bimestre
VALOR	71.048.197,97

## RESULTADO PRIMÁRIO

Orçamento Fiscal

(Dados do anexo VI Port. 577 (LRF, Art. 53, inciso III))

5º Bimestre / 2015

## RECEITAS PRIMÁRIAS

	Previsão atualizada	No bimestre	Até o Bimestre	Até o bimestre-Ex.anterior
Valor	395.953.866,62	51.931.531,46	254.464.852,58	236.119.493,01

## DESPESAS PRIMÁRIAS

	Dotação Atualizada	DESP. EMP. ATÉ BIM. 2015	DESP. LIQ. ATÉ BIM. 2014	DESP. EMP. ATÉ BIM. 2015	DESP. LIQ. ATÉ BIM. 2014														
Valor	496.354.638,69	285.396.140,90	237.583.970,55	256.756.238,99	222.536.475,33														

## RESULTADO PRIMÁRIO

Superávit / Déficit	(100.400.772,07)	(30.931.288,32)	(1.464.477,54)	(2.291.386,41)	13.583.017,68
---------------------	------------------	-----------------	----------------	----------------	---------------

## RESTOS A PAGAR

Orçamento Fiscal

(Dados do anexo VII Port. 577 (LRF, Art. 53, inciso V))

5º Bimestre / 2015

	Inscritos	Cancelados	Pagos	A pagar
RP Processados	7.289.771,97	8.008,53	6.512.698,84	769.064,60
RP Não Processados	8.003.189,61	948.200,85	4.624.471,87	2.430.516,89
Total	15.292.961,58	956.209,38	11.137.170,71	3.199.581,49

## APLICAÇÃO NA MANUTENÇÃO E DES. DO ENSINO-MDE

Orçamento Fiscal

(Dados do anexo VIII Port. 577 (LDB, art. 72º))

5º Bimestre / 2015

## FUNDEB Até o Bimestre

Receitas do FUNDEB	32.029.294,11
Contribuição ao FUNDEB	21.460.549,93
Resultado Líquido das Transferências do FUNDEB	10.568.744,18
Pagamento dos Profissionais do Magistério	32.450.603,70
% aplicação do FUNDEB na Rem. Do Magistério	100,96%

## DESPESAS COM RECURSOS RESULTANTES DE IMPOSTOS (Art. 212/CF)

Despesas	Valor até o bimestre
Ensino Infantil	20.240.892,39
Ensino Fundamental	31.241.200,16
Outras Despesas (administração)	0,00
( - ) Deduções	10.681.315,39
TOTAL p/ fins de apuração	40.800.777,16
% aplicado (art. 212 CF/88)	26,95%

## RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESP. DE CAPITAL

## Orçamento Fiscal

(Dados do anexo IX Port. 577 (LRF, art.53º, § 1º, inciso I))

5º Bimestre / 2015

RECEITAS	Até o bimestre
Receitas de Operações de Créditos	12.786.811,47
	Saldo até o bimestre
Despesa de Capital Líquida a Executar (saldo de dotações a executar)	144.366.599,64
Resultado p/ apuração da Regra de Ouro	(65.274.426,11)

## RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS

## Orçamento Fiscal

(Dados do anexo XI Port. 577 (LRF, art.53º, § 1º, inciso III))

5º Bimestre / 2015

RECEITAS	Até o bimestre
Receitas da alienação de ativos	4.017.697,09
DESPESAS	Até o bimestre
Aplicação dos recursos da alienação de ativos	2.301.500,98
Saldo financeiro a aplicar	1.986.098,57

## DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

## Orçamento Fiscal

(Dados do anexo XVI Port. 577 (ADCT, art. 77))

5º Bimestre / 2015

## DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre

Atenção Básica	22.728.779,32
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	33.221.444,94
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00
Vigilância Sanitária	1.209.739,31
Vigilância Epidemiológica	1.168.139,24
Outras Subfunções	4.494.297,01
( - ) Custeadas com recursos do SUS	31.011.595,17
( - ) Consórcio	0,00
( - ) Restos à Pagar vinculados a Saúde	0,00
Total das Despesas com recursos próprios	31.810.804,65
% aplicação p/fins da EC 29	21,01%

## Notas Explicativas (RREO)

Todos os dados e informações são apresentados de forma consolidada, que inclui a Prefeitura, Fundos, Fundações e Autarquias. Os dados e informações tem como fonte, a Controladoria Geral do Município - CGM e a Diretoria de Contabilidade da Prefeitura Municipal, que são responsáveis pela consolidação de todas as informações contábeis. Relatório publicado em 02/12/2015 no DOM – Diário Oficial do Município.

Brusque, 01 de dezembro de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO	CRISTIANO BITTENCOURT	CRISTIANO BITTENCOURT	ANTÔNIO C. TILLMANN
Prefeito Municipal	Secretário Orç. E Gestão	Cont. CRC 028895/O-9	CGM - Controle Interno

**EDITAL Nº 025/2015 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO**

Processo Seletivo Simplificado– Edital nº025/2015

O Secretário Municipal de Orçamento e Gestão no uso de suas atribuições legais e de acordo com as Leis Municipais nºs 2.174/97, 2.270/98, 3248/09 e Decreto nº 4.859/02, faz saber que estão abertas as inscrições para o PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, destinado à contratação de EDUCADOR SOCIAL, em caráter temporário a fim de atender necessidade de excepcional interesse público, para atuação no Município de Brusque, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, que se regerá pelas normas dispostas neste edital.

**1- DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1- O candidato deverá tomar conhecimento de todos os requisitos exigidos no Edital que rege o Processo Seletivo Simplificado, antes de realizar sua inscrição.

1.2- Os cargos, as vagas, carga horária, habilitação e remuneração estão especificados no quadro constante do item 6 deste edital.

1.3- O Processo Seletivo terá por critério de seleção tempo de serviço e cursos de formação na área de educação.

1.5- O prazo de validade do presente Processo Seletivo será de um ano.

1.6- O presente processo seletivo dá-se em razão da impossibilidade de nomeação de servidores efetivos, tendo em vista o número de cargos preenchidos e a necessidade de contratação temporária para substituição em caso de afastamentos temporários de servidores efetivos.

**2- DOS REQUISITOS ESPECÍFICOS PARA O DESEMPENHO DA FUNÇÃO**

2.1 – Ter o Ensino Médio Completo;

2.2 - Ter nacionalidade brasileira ou equiparada;

2.3 – Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos, na data da contratação;

2.4 - Estar em dia com as obrigações eleitorais;

2.5 - Estar em dia com as obrigações militares (para sexo masculino);

2.6 - Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições da função, comprovado por meio de Atestado Médico Admissional;

2.7. - Não acumular cargos, empregos e/ou funções públicas, salvo os casos previstos no art. 37, XVI, “c”, da Constituição Federal.

**3- DA INSCRIÇÃO**

3.1 O candidato deverá ler atentamente o Edital do Processo Seletivo;

3.2 As inscrições serão realizadas no site da Secretaria de Educação ([www.educacao.brusque.sc.gov.br](http://www.educacao.brusque.sc.gov.br)), no período de 18:00h do dia 01 de dezembro de 2015 às 14h do dia 09 de dezembro de 2015. Caso o candidato não tenha acesso a internet poderá realizar a inscrição em qualquer unidade escolar da rede municipal.

3.3 O candidato no ato da inscrição deverá revisar a ficha de inscrição e verificar a exatidão das informações nela contidas, tornando-se após a confirmação, o único responsável pelas mesmas;

3.4 Após a inscrição a documentação deverá ser entregue sob protocolo, nos dias 02 de novembro de 2015 ao dia 09 de dezembro de 2015, no horário das 08:00h às 11:30 e 13:30 às 17:00horas, junto ao CMID (Centro Municipal de Inclusão Digital), na Arena Brusque.

3.5 - Não será exigido qualquer valor a título de condição para inscrição no Processo Seletivo Simplificado.

3.6 A Secretaria de Orçamento e Gestão não se responsabiliza por quaisquer problemas técnicos que possam provocar a “não inscrição do candidato”, sendo este o único responsável por procurar meios para fazer a inscrição;

3.7 Não será exigido qualquer valor a título de condição para inscrição no Processo Seletivo Simplificado.

**4. - DA LISTA DE INSCRIÇÃO**

4.1.- A lista dos candidatos inscritos será divulgada em 09 de dezembro de 2015, em ordem alfabética sem classificação, no site da Secretaria de Educação ([www.educacao.brusque.sc.gov.br](http://www.educacao.brusque.sc.gov.br)), bem como no Site da Prefeitura ([www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br)) e afixada no mural da Prefeitura.

4.2. - O candidato poderá interpor recurso do resultado da lista de inscrição, devidamente fundamentado, apontando com clareza o(s) ponto(s) que deseje contestar sob pena de não ser admitido seu recurso, que deverá ser apresentado no setor de recursos humanos, no dia 11 de dezembro de 2015.

**5. - DO PERÍODO, HORÁRIO, LOCAL DE ENTREGA E DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA VALIDAÇÃO DA INSCRIÇÃO**

5.1. - Após a inscrição a documentação deverá ser entregue sob protocolo, nos dias 02 de novembro de 2015 ao dia 09 de dezembro de 2015, no horário das 08:00h às 11:30 e 13:30 às 17:00horas, junto ao CMID (Centro Municipal de Inclusão Digital), na Arena Brusque.

5.2. - O candidato inscrito deverá apresentar, uma cópia dos seguintes documentos, na seguinte ordem:

a) Ficha de inscrição on-line;

b) Certidão/atestado de tempo de serviço no magistério, Municipal, Estadual ou particular, expresso em anos e meses. No caso de tempo de serviço prestado para a Administração Pública Municipal de Brusque, esta poderá ser comprovada por meio da apresentação da Carteira de Trabalho e Previdência Social; considerado até a data de publicação do edital (até 30/10/2015).

c) Curso de formação e/ou atualização nos segmentos ou disciplinas em que pretende atuar, frequentados nos anos de 2013, 2014 até a data de 30/10/2015; Não serão contabilizadas as horas de formação, de cursos de atualização e especialização em andamento;

**6- DOS CARGOS, NÚMERO DE VAGAS, CARGA HORÁRIA, HABILITAÇÃO E REMUNERAÇÃO**

CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	HABILITAÇÃO	REMUNERAÇÃO
Educador social	22 + C.R*	40 horas semanais	Ensino Médio Completo	R\$ 1.704,65

## \*Cadastro de Reserva

## 7- DAS CARACTERÍSTICAS DA FUNÇÃO

## 7.1.1 – Atribuições:

- Executar programas, projetos e serviços de políticas públicas desenvolvidas pela administração pública direta, indireta, entidades e organizações populares do município, em conformidade com a Lei Orgânica da Assistência Social, Política Nacional de Assistência Social – PNAS e Sistema Único de Assistência Social – SUAS, SUS, Estatuto da Criança e do Adolescente e Lei das Diretrizes e Bases da Educação, visando auxiliar na promoção da melhoria da qualidade de vida da população.
- Propiciar a integração e reintegração dos usuários e suas famílias colaborando na solução de seus problemas, utilizando, sob supervisão, os métodos e processos básicos de educação alimentar, higiene, relacionamento social, laborterapia, educação e/ou formação para o trabalho, qualificação profissional, entre outros.
- Monitorar e acompanhar atividades de recreação, refeições, repousos, limpeza e conservação de ambiente.
- Zelar pelo cumprimento dos direitos e deveres dos usuários e suas famílias.
- Assistir os usuários das políticas públicas sociais de proteção básica e especial, programando e desenvolvendo atividades de caráter profissional, educativo e recreativo, atendendo às suas necessidades básicas, a fim de permitir sua emancipação e integração na sociedade.
- Encaminhar e/ou acompanhar os usuários nas consultas e/ou atendimentos de saúde, educação, assistência social, jurídico e outros, quando necessário.
- Acolher usuários, bem como seus familiares, verificando a documentação existente.
- Zelar pela integridade física e moral dos usuários, acionando órgãos e entidades necessários para garantir a segurança e a proteção dos mesmos.
- Propiciar aos usuários, um ambiente limpo, seguro e organizado, recebendo-os quando em seu abrigo, auxiliando-os quanto ao funcionamento, horário, contribuindo com a realização das tarefas rotineiras, alimentação, entre outros.
- Verificar, no ato do abrigo dos usuários, a existência de hematomas, escoriações, bem como a sua integridade física, sempre comunicando à coordenação, caso haja a existência dos mesmos.
- Orientar o usuário quanto à administração de medicamentos, conforme receita médica.
- Atuar, principalmente nos abrigos municipais, atendendo o público, seja ele criança, adolescente, pessoas em situação de rua, mulher vítima de violência entre outros.
- Acompanhar e monitorar os horários, bem como a programação exibida em TV, rádio, DVD, entre outros.
- Manter o registro dos usuários atendidos, atualizando-os e organizando-os, a fim de possibilitar atendimento do histórico do cotidiano, bem como do desenvolvimento biopsicossocial dos mesmos.
- Registrar as atividades realizadas, quando necessário.

## 8 - DA CLASSIFICAÇÃO

## 8.1 - A classificação dar-se-á, seguindo os critérios abaixo especificados:

## a) Horas de curso de (formação) aperfeiçoamento:

	PONTOS
Para cada 16h de cursos realizados até 30/10/2015 na área de educação, com limite de 176 horas.	0,1

## b) Tempo de serviço:

	PONTOS
Por mês de serviço trabalhado em ambiente escolar, público e/ou privado considerado até 30/10/2015.	1,0

## 8.2- Para o cálculo da pontuação será utilizada a seguinte fórmula:

PF = PCA + PTS Na qual:

PF= Pontuação Final;

PCA = Pontuação dos cursos de aperfeiçoamento;

PTS = Pontuação do Tempo de Serviço;

## 8.3- Estará classificado o candidato que obter, no mínimo, 02 (dois) pontos.

## 8.4- O preenchimento das vagas será efetuado pela ordem decrescente de classificação

## 09 - DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

09.1 Ocorrendo empate na pontuação aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do Artigo 1º da mencionada Lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

09.2- Persistindo o empate entre os candidatos, depois de aplicado o critério de item 09.1, terá preferência, sucessivamente, o candidato:

a) Candidato que comprovar maior tempo de serviço público;

b) Candidato mais idoso;

c) Candidato casado ou sob regime de união estável.

09.2.1- A comprovação do estado civil especificado na letra "c" do item 10.1 dar-se-á pela apresentação da Certidão de Casamento no



Registro Civil ou da Declaração de União Estável, devidamente registrada por Tabelionato.

## 11 - DO RESULTADO

11.1 - As listagens dos aprovados na ordem decrescente de classificação serão publicadas no SITE da Prefeitura de Brusque ([www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br)) e da Secretaria Municipal de Educação - ([www.educacao.brusque.sc.gov.br](http://www.educacao.brusque.sc.gov.br)) e afixadas no mural da Secretaria Municipal de Educação no dia 17 de dezembro de 2015.

## 12 - DO RECURSO

12.1- O candidato poderá interpor recurso contra o resultado da classificação do Processo Seletivo. O recurso deverá ser entregue no setor de recursos humanos, no dia 18 de dezembro de 2015.

12.2- O recurso, cujo modelo encontra-se disponibilizado no Anexo V do presente Edital, para ser aceito deverá vir devidamente fundamentado e assinado pelo candidato, apontando com clareza o(s) ponto(s) da sua irrisignação, sob pena de ser preliminarmente indeferido

12.3- Não será aceito recurso via postal, via fax ou via correio eletrônico, tampouco será aceito recurso fora do prazo, termos e horários especificados nos itens 9.1; todavia, poderá o candidato apresentá-lo por intermédio de procurador, munido de procuração com poderes específicos para tal ato, sem a qual não será admitida a interposição de recurso.

12.4 – A divulgação dos resultados finais será realizada dia 23 de dezembro de 2015.

## 13- DOS DOCUMENTOS PARA CONTRATAÇÃO

15.1- O candidato aprovado e convocado para trabalhar, deverá apresentar na data e horários fixados pelo departamento, os seguintes documentos:

Cópia dos seguintes documentos, na seguinte ordem:

a) 1 (uma) foto 3x4 recente e com data.

b) CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social (folhas da identificação);

c) PIS;

d) CPF;

e) Carteira de Identidade;

f) Título de Eleitor;

g) Comprovante de residência;

h) Quitação das obrigações militares, para os homens;

i) Certidão de casamento ou nascimento conforme o caso;

j) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;

k) Certidão de Quitação Eleitoral, que poderá ser retirada no site do Tribunal Regional Eleitoral ([www.tre-sc.gov.br](http://www.tre-sc.gov.br));

l) Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinares, no exercício do cargo ou função pública (Anexo I deste Edital);

m) Declaração de não exercer cargo, emprego ou função pública em quaisquer das esferas federal, estadual ou municipal (Anexo II deste Edital);

n) Declaração de bens (Anexo III);

## 14- DO EXAME MÉDICO ADMISSIONAL

14.1 Os candidatos classificados que irão ser contratados por esta municipalidade, serão contatados via telefone, para agendamento da data e local para a realização do exame médico admissional.

## 15- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1- Não havendo candidatos classificados no processo seletivo, as vagas remanescentes serão preenchidas de acordo com os critérios a serem estabelecidos pela Secretaria de Educação.

15.2- O candidato que no ato da inscrição prestar declarações falsas, inexatas ou apresentar documentos adulterados, terá sua inscrição cancelada e anulados todos os atos decorrentes, sem prejuízo das cominações legais;

15.3- O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do presente edital, e valerá como aceitação tácita das normas estabelecidas para o presente processo seletivo.

15.4- O presente edital poderá ser cancelado ou alterado de acordo com os interesses da Administração, não gerando para tanto nenhum direito adquirido aos candidatos.

15.5- O candidato aprovado no Processo Seletivo e convocado para trabalhar, receberá seu salário pela Caixa Econômica Federal, agência Brusque, cuja data da assinatura do contrato de abertura de conta será informada pela sua respectiva secretaria.

15.6- O candidato convocado para trabalhar e que estiver com restrição no CPF, deverá regularizá-lo junto à Receita Federal, o mais breve possível, sob pena de não ter seu salário depositado na conta em razão da irregularidade.

15.7- A aprovação e classificação final no Processo Seletivo geram para o candidato apenas a expectativa de direito à nomeação. Durante o período de validade do Processo Seletivo, a Prefeitura Municipal de Brusque reserva-se no direito de proceder às convocações em número que atenda ao interesse e às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e respeitados os limites de gastos com pessoal, até o número de vagas existentes, observada rigorosamente a ordem de classificação dos candidatos aprovados.

15.8- Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Orçamento e Gestão.

Brusque, 01 de dezembro de 2015.

1. IVANOR DE MENDONÇA

Secretário Municipal da Educação





## ANEXO IV

## PROTOCOLO DE ENTREGA DOCUMENTOS

Nome do candidato: \_\_\_\_\_

Recebido em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ por: \_\_\_\_\_

( ) Ficha de inscrição on-line;

( ) Certidão/atestado de tempo de serviço no magistério, Municipal, Estadual ou particular, expresso em anos e meses. No caso de tempo de serviço prestado para a Administração Pública Municipal de Brusque, esta poderá ser comprovada por meio da apresentação da Carteira de Trabalho e Previdência Social; considerado até a data de publicação do edital (até 30/11/2015).

( ) Curso de formação e/ou atualização nos segmentos ou disciplinas em que pretende atuar, frequentados nos anos de 2013, 2014 até a data de 30/10/2015; Não serão contabilizadas as horas de formação, de cursos de atualização e especialização em andamento;

## ANEXO V

## 2. FORMULÁRIO PARA INTERPOSIÇÃO RECURSO

RECURSO CONTRA DECISÃO RELATIVA AO PROCESSO SELETIVO Nº ....., publicado pelo edital nº ....., realizado pela Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura de Brusque.

Eu, ....., portador do documento de identidade nº ....., requerimento da inscrição nº ....., para concorrer a uma vaga no Processo Seletivo Edital nº ....., a ser prestado para a Secretaria Municipal de Educação, para o cargo de ....., apresento recurso junto à Secretaria Municipal de Educação, contra decisão da Banca do referido Processo Seletivo.

## I. Do objeto de recurso:

..... (explicitar a decisão que está contestando).

## II. Dos argumentos do recurso:

## III. Dos anexos de suporte para recurso (opcional):

Brusque, ..... de ..... de 2015

..... Assinatura do candidato

RECEBIDO em ..... /...../ .....

**PORTARIA Nº 10.356, DE 26 DE OUTUBRO DE 2015 ERRATA**  
ERRATA

Na Portaria nº 10.356, de 26 de outubro de 2015, publicada em 04.11.2015, no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, Edição nº 1861, pág. 61, onde se lê:

“e) 02 (dois) representantes dos pais de alunos da educação básica pública;

Titular: Marcelo de Souza

Suplente: Neide Gonçalves de Souza

Titular: Gilmar Binoto

Suplente: Rafaela Onesko Dias

Leia-se:

e) 02 (dois) representantes dos pais de alunos da educação básica pública;

Titular: Marcelo de Souza

Suplente: Neide Gonçalves Hoinatz

Titular: Gilmar Binoto

Suplente: Rafaela Onesko da Silva Dias

Registra-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO  
Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR  
Procurador-Geral do Município

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2015 FEZB**

PREGÃO nº 001/2015 FEZB

Processo Licitatório nº 001/2015 FEZB

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, através da Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição de produtos alimentícios (rações, frutas, verduras, carnes e outros) para alimentação dos animais do Zoobotânico de Brusque.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 28/01/2016, às 13h00min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: [www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br). 03/12/2015

MARCIANO GIRALDI

Superintendente da Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2015 FEZB**

PREGÃO nº 002/2015 FEZB

Processo Licitatório nº 002/2015 FEZB

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, através da Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição de ração para alimentação dos animais do Zoobotânico de Brusque.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 29/01/2016, às 13h00min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: [www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br). 03/12/2015

MARCIANO GIRALDI

Superintendente da Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 027/2015 FMS**

PREGÃO nº 017/2015 FMS

Processo Licitatório nº 027/2015 FMS

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, através do Fundo Municipal de Saúde (FMS), torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição de medicamentos manipulados para a Rede Municipal de Saúde.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 26/01/2016, às 13h00min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: [www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br). 03/12/2015

IVONIR ZANATTA WEBSTER

Secretária Municipal de Saúde

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 149/2015**

PREGÃO nº 096/2015

Processo Licitatório nº 149/2015

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição de postes de concreto para a Administração.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 02/02/2016, às 13h00min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: [www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br). 03/12/2015

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário de Orçamento e Gestão

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 150/2015**

PREGÃO nº 097/2015

Processo Licitatório nº 150/2015

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição de totens de identificação, com instalação, para a Administração.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 01/02/2016, às 13h00min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: [www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br). 03/12/2015

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário de Orçamento e Gestão

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 151/2015**

PREGÃO nº 098/2015

Processo Licitatório nº 151/2015

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição de estojos e mochilas escolares.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 16/12/2015, às 15h00min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: [www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br). 03/12/2015

IVANOR DE MENDONÇA

Secretário de Educação

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 152/2015**

PREGÃO nº 099/2015

Processo Licitatório nº 152/2015

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição de redes de proteção, para a Administração.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 27/01/2016, às 13h00min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: [www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br). 03/12/2015

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário de Orçamento e Gestão

# Caçador

## PREFEITURA

### NOTIFICAÇÃO POR EDITAL - PROCON

PAD Nº 34/2014 Cip nº 0114.002.470-2

Reclamante: Darci Souza Vieira

Reclamado: Anderson da Silva dos Santos - ME

CNPJ nº 07.329.037/0001-07

### NOTIFICAÇÃO POR EDITAL

A Diretoria Municipal de Defesa do Consumidor - PROCON, através do seu Diretor Carlos Alberto Pegoraro, vem publicar esta notificação, tendo em vista a instauração do Processo Administrativo nº 34/2014, figurando como reclamada Anderson da Silva dos Santos - ME, com vistas a apurar prática infrativa pois o consumidor entregou à reclamada a Câmera Cyber-shot DSC-w520, para conserto e, a referida empresa não consertou o produto e nem devolveu a mercadoria ao reclamante.

Certificamos que através da fl. 13 dos autos, as tentativas de notificação ao reclamado, restaram ineficazes.

Diante da impossibilidade da notificação pessoal ou por via postal, mesmo através de mandatários ou prepostos, notifico o representante da reclamada que está aberto o processo administrativo nº 34/2014, em face ao não atendimento ao pleito do consumidor, referente a não devolução do produto Câmera Cyber-shot DSC-W520, a qual encontra-se em poder da reclamada.

Caçador (SC), 30 de novembro de 2015.

CARLOS ALBERTO PEGORARO

Diretor Municipal de Defesa do Consumidor – PROCON

Município de Caçador (SC)

### PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 113-2015 - DISPENSA Nº 14-2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 113-2015 - DISPENSA Nº 14-2015 - PREFEITURA

O Município de Caçador/SC torna pública a DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 14/2015, Objeto – LOCAÇÃO DE IMÓVEL LOCALIZADO NA LINHA SEMINÁRIO, PARA FUNCIONAMENTO DE ANTENAS DE RÁDIO DIFUSÃO, LOCATÁRIA – LUCIANA RASADOR inscrita no CPF – 022.209.009-08, ÁREA 33,52 METROS QUADRADOS, Valor total do contrato R\$ 4.200,00 ( quatro mil e duzentos reais), Pelo período de 12(doze) meses, nos termos do artigo 24 inciso X, da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes.

Caçador, 30 de novembro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

Prefeito Municipal

## CÂMARA MUNICIPAL

### CONTRATO Nº 36/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA CAMARA MUNICIPAL DE CACADOR EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : 36/2015 - Contrato Nº: 23/2015

Contratante.: CAMARA MUNICIPAL DE CACADOR Contratada...: DALLA ROSA & SPESSATTO LTDA EPP Valor ..... : 9.750,00 (nove mil setecentos e cinquenta reais) Vigência ..... : Início: 27/11/2015 Término: 31/12/2015

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 9/2015

Recursos ..... : Dotação: 2.161.3.3.90.00.00.00.00 (6) Saldo: 317.487,09

Objeto ..... : 1º aditamento ao Contrato Administrativo nº 23/2015, cujo objeto é a contratação de empresa para a prestação do serviço de buffet (jantares) a serem servidos após eventos realizados pela Câmara Municipal durante o exercício de 2015, conforme especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência. OBJETO DO ADITAMENTO: Acréscimo de 25% ao valor inicial do contrato principal.

Caçador, 1 de Dezembro de 2015

Ricardo Pelegrinello

Presidente da Câmara Municipal de Caçador

**PORTARIA Nº 70, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015**

PORTARIA nº 70, de 01 de dezembro de 2015.

Concede Progressão Funcional, por antiguidade, a servidor efetivo da Câmara Municipal.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR – SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 45, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, conforme art. 16, VIII, do Regimento Interno e com fundamento nos arts. 24 a 27 da Lei Complementar nº 113, de 20 de agosto de 2007.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder progressão funcional por antiguidade, referente ao período aquisitivo de 29 de novembro de 2013 a 30 de novembro de 2015, ao servidor JOSÉ ARI LINS, ocupante do cargo de analista legislativo, do quadro permanente da Câmara Municipal de Caçador, nível CPES1020, conforme anexos do Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos servidores da Câmara Municipal, com ascensão da Classe/ Referência VI-D para VI-E, na tabela de vencimentos constante do Anexo I-A.

Art. 2º Esta Portaria entra vigor nesta data, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

Gabinete da Presidência, 01 de dezembro de 2015.

Ricardo Pelegrinello,  
PRESIDENTE

Fernando Scolaro,  
VICE-PRESIDENTE

Glaci Aparecida dos Santos Pereira  
1º SECRETÁRIA

Adilberto Santos de Oliveira  
2º SECRETÁRIO.

**PORTARIA Nº 71, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015**

PORTARIA nº 71, de 01 de dezembro de 2015.

Concede Progressão Funcional, por antiguidade, à servidora efetiva da Câmara Municipal.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR – SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 45, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, conforme art. 16, VIII, do Regimento Interno e com fundamento nos arts. 24 a 27 da Lei Complementar nº 113, de 20 de agosto de 2007.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder progressão funcional por antiguidade, referente ao período aquisitivo de 06 de novembro de 2013 a 05 de novembro de 2015, à servidora JULIANA MACIEL KOHL, ocupante do cargo de advogada, do quadro permanente da Câmara Municipal de Caçador, nível CPES1010, conforme anexos do Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos servidores da Câmara Municipal, com ascensão da Classe/ Referência VI-E para VII-A, na tabela de vencimentos constante do Anexo I-A.

Art. 2º Esta Portaria entra vigor nesta data, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

Gabinete da Presidência, 01 de dezembro de 2015.

Ricardo Pelegrinello,  
PRESIDENTE

Fernando Scolaro,  
VICE-PRESIDENTE

Glaci Aparecida dos Santos Pereira  
1º SECRETÁRIA

Adilberto Santos de Oliveira  
2º SECRETÁRIO.

# Camboriú

## PREFEITURA

### IL 002/2015 - FME

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

INEXIGÊNCIA LICITATÓRIA Nº. 002/2015 – FME

Data: 01/12/2015.

Objeto: AQUISIÇÃO DE PASSE ESTUDANTE DESTINADOS AOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO PARA LOCOMOÇÃO PELO TRAJETO ESCOLA - CASA E VICE-VERSA CONFORME REZA A LEI 1701/2006 DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

Valor total: R\$ 7.740,00 (Sete Mil Setecentos e Quarenta Reais)

Secretaria: Secretaria Municipal da Educação e Cultura.

Contratada: Camboriú Transporte e Turismo Ltda EPP.

Embasamento legal: Artigo 25, inciso "I", da lei Federal 8666/1993, e demais alterações posteriores.

Camboriú, 01 de Dezembro de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

### LEI. 2.869/2015

LEI N.º 2.869/2015

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Camboriú para o exercício de 2016.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

#### CAPÍTULO I

##### DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º Esta Lei estima a Receita e fixa a despesa do Município de Camboriú, abrangendo a administração direta, fundos e fundações para o exercício financeiro de 2016, em R\$ 163.100.000,00 (cento e sessenta e três milhões e cem mil reais), discriminados nos anexos integrantes desta Lei e nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2016.

#### CAPÍTULO II

##### DA ESTIMATIVA DA RECEITA

Art. 2º A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, contribuições, rendas, transferências de outras esferas do governo e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, das especificações constantes nos anexos desta Lei, com o seguinte desdobramento:

1.	Receitas Correntes	153.705.200,00
1.1	Receita Tributária	31.816.000,00
1.2	Receitas de Contribuições	4.664.700,00
1.3	Receita Patrimonial	1.384.000,00
1.6	Receita de Serviços	10.901.000,00
1.7	Transferências Correntes	98.671.800,00
1.9	Outras Receitas Correntes	6.267.700,00
2.	Receitas de Capital	4.139.500,00
2.1	Operações de Crédito	3.000.000,00
2.2	Alienação de Bens	1.000,00
2.4	Transferências de Capital	1.138.500,00
7.	Receitas de Contribuições Intra-Orçamentárias	5.255.300,00
7.2	Receita de Contribuições	4.946.300,00
7.6	Receita de Serviços Intra-orçamentárias	309.000,00
TOTAL		163.100.000,00

#### CAPÍTULO III

##### DA FIXAÇÃO DA DESPESA

Art. 3º A despesa será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e por natureza, distribuídas da seguinte maneira:

I - classificação institucional:

01.00	Câmara de Vereadores	4.800.000,00
02.00	Prefeitura Municipal	37.147.700,00
03.00	Fundo Municipal de Saúde	26.372.800,00
04.00	Fundo Municipal Agropecuário	1.490.500,00
05.00	Fundo Municipal de Educação	58.472.000,00
06.00	Fundo Municipal de Assistência Social	4.735.000,00
07.00	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	1.175.000,00
08.00	Instituto de Prev. dos Serv. Públicos do Mun. de Camboriú	7.411.000,00
10.00	Fundo Municipal de Saneamento Básico	17.799.000,00
11.00	Fundo de Melhoria da Polícia Militar	396.500,00
12.00	Fundação Municipal de Esportes	1.538.500,00
13.00	Fundação Municipal de Cultura	1.059.500,00
14.00	Fundação Municipal de Meio Ambiente	698.500,00
15.00	Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social	4.000,00
TOTAL		163.100.000,00

II - classificação por função:

01	Legislativa	4.800.000,00
02	Judiciária	1.889.500,00
04	Administração	13.869.300,00
06	Segurança Pública	1.596.500,00
08	Assistência Social	5.910.000,00
09	Previdência Social	3.375.000,00
10	Saúde	25.572.800,00
12	Educação	56.272.000,00
13	Cultura	1.059.500,00
15	Urbanismo	16.549.000,00
16	Habitação	4.000,00
17	Saneamento	17.799.000,00
18	Gestão Ambiental	698.500,00
20	Agricultura	1.403.000,00
23	Comércio e Serviços	1.227.400,00
27	Desporto e Lazer	1.538.500,00
28	Encargos Especiais	2.400.000,00
99	Reserva de Contingência	4.136.000,00
	TOTAL	163.100.000,00

III - classificação por sub-função:

31	Ação Legislativa	4.800.000,00
61	Ação Judiciária	1.401.000,00
62	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	488.500,00
122	Administração Geral	11.266.300,00
123	Administração Financeira	1.907.000,00
125	Normatização e Fiscalização	248.500,00
131	Comunicação Social	447.500,00
181	Policimento	687.500,00
182	Defesa Civil	909.00,00



243	Assistência à Criança e ao Adolescente	1.175.000,00
244	Assistência Comunitária	4.735.000,00
272	Previdência do Regime Estatutário	3.375.000,00
301	Atenção Básica	22.883.800,00
302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.649.000,00
305	Vigilância Epidemiológica	840.000,00
306	Alimentação e Nutrição	2.200.000,00
361	Ensino Fundamental	35.372.000,00
365	Educação Infantil	20.809.000,00
366	Educação de Jovens e Adultos	11.000,00
367	Educação Especial	80.000,00
392	Difusão Cultural	1.059.500,00
451	Infra-Estrutura Urbana	15.375.500,00
452	Serviços Urbanos	1.173.500,00
482	Habitação Urbana	4.000,00
512	Saneamento Básico Urbano	17.799.000,00
541	Preservação e Conservação Ambiental	698.500,00
606	Extensão Rural	1.403.000,00
695	Turismo	1.227.400,00
812	Desporto Comunitário	1.538.500,00
843	Serviço da Dívida Interna	800.000,00
846	Outros Encargos Especiais	1.600.000,00
999	Reserva de Contingência	4.136.000,00
	<b>TOTAL</b>	<b>163.100.000,00</b>

## IV - classificação por programa:

0000	Encargos Especiais e Dívida Pública	3.801.000,00
0001	Gestão do Processo Legislativo	4.800.000,00
0002	Gestão Financeira e Administrativa	15.107.800,00
0003	Gestão do Planejamento Urbano	793.000,00
0004	Gestão de Apoio a Cultura	1.059.500,00
0005	Gestão de Apoio ao Desenvolvimento Econômico	1.227.400,00
0006	Gestão da Infra-Estrutura e Mobilidade Urbana	15.668.500,00
0007	Gestão da Proteção Ambiental	698.500,00
0008	Gestão de Apoio a Agropecuária e Agricultura	1.490.500,00
0009	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde	26.372.800,00
0010	Gestão da Educação com Qualidade	58.472.000,00
0011	Gestão da Inclusão e Desenvolvimento Social	4.735.000,00
0012	Gestão e Apoio Incondicional a Infância e Adolescência	1.175.000,00
0013	Gestão da Segurança	396.500,00
0014	Gestão de Apoio aos Bombeiros	550.000,00
0015	Gestão da Água e Saneamento	17.799.000,00
0016	Gestão e Apoio a Habitação de Interesse Social	4.000,00
0017	Gestão de Incentivo aos Esportes	1.538.500,00
0018	Gestão e Coordenação da Previdência Municipal	7.411.000,00
	<b>TOTAL</b>	<b>163.100.000,00</b>

## V - classificação segundo a natureza:

Despesas Correntes	146.335.400,00
3.1.00.00.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	87.940.900,00
3.2.00.00.00.00.00.00 – Juros e Encargos da Dívida	100.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	58.294.500,00
Despesas de Capital	12.628.600,00
4.4.00.00.00.00.00.00 – Investimentos	11.928.600,00
4.6.00.00.00.00.00.00 – Amortização da Dívida	700.000,00
Reserva de Contingência	4.136.000,00
7.9.00.00.00.00.00.00 – Reserva de Contingência – RPPS	4.036.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00 – Reserva de Contingência	100.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>163.100.000,00</b>

## CAPÍTULO IV

## DA DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA POR ENTIDADE

## Seção I

Do Orçamento da Prefeitura Municipal de Camboriú

Art. 4º O orçamento da entidade Prefeitura Municipal de Camboriú para o exercício de 2016 estima a receita em R\$ 76.069.000,00 (setenta e seis milhões e sessenta e nove mil reais), fixa as despesas em R\$ 37.151.700,00 (trinta e sete milhões cento e cinquenta e um mil e setecentos reais) e transferências financeiras a fundos em R\$ 38.917.300,00 (trinta e oito milhões novecentos e dezessete mil e trezentos reais).

§ 1º A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, contribuições, rendas, transferências de outras esferas do governo e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, das especificações constantes nos anexos desta Lei, com o seguinte desdobramento:

1.	Receitas Correntes	72.564.500,00
1.1	Receita Tributária	25.016.000,00
1.2	Receitas de Contribuições	2.590.000,00
1.3	Receita Patrimonial	689.000,00
1.6	Receita de Serviços	10.000,00
1.7	Transferências Correntes	38.042.800,00
1.9	Outras Receitas Correntes	6.216.700,00
2.	Receitas de Capital	3.504.500,00
2.1	Operações de Crédito	3.000.000,00
2.2	Alienação de Bens	1.000,00
2.4	Transferências de Capital	503.500,00
<b>TOTAL</b>		<b>76.069.000,00</b>

§ 2º A despesa da entidade Prefeitura Municipal de Camboriú será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e por natureza, distribuídas da seguinte forma:

## I - classificação por função:

02	Judiciária	1.889.500,00
04	Administração	13.869.300,00
06	Segurança Pública	1.200.000,00
15	Urbanismo	14.461.500,00
16	Habitação	4.000,00
23	Comércio e Serviços	1.227.400,00
28	Encargos Especiais	2.400.000,00
99	Reserva de Contingência	100.000,00
	<b>TOTAL</b>	<b>37.151.700,00</b>

## II - classificação segundo a natureza:

Despesas Correntes	30.503.800,00
3.1.00.00.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	11.980.800,00
3.2.00.00.00.00.00.00 – Juros e Encargos da Dívida	100.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	18.423.000,00
Despesas de Capital	6.547.900,00
4.4.00.00.00.00.00.00 – Investimentos	5.847.900,00
4.6.00.00.00.00.00.00 – Amortização da Dívida	700.000,00
Reserva de Contingência	100.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00 – Reserva de Contingência	100.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>37.151.700,00</b>
Transferências Financeiras Concedidas	38.917.300,00
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>76.069.000,00</b>

## Seção II

Do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Camboriú

Art. 5º O orçamento da entidade Fundo Municipal de Saúde de Camboriú para o exercício de 2016 estima a receita em R\$ 11.026.500,00 (onze milhões vinte e seis mil e quinhentos reais), as transferências financeiras do tesouro municipal em R\$

15.346.300,00 (quinze milhões trezentos e quarenta e seis mil e trezentos reais) e fixa as despesas em R\$ 26.372.800,00 (vinte e seis milhões trezentos e setenta e dois mil e oitocentos reais).

§ 1º A receita será realizada mediante transferências financeiras do tesouro municipal, arrecadação de tributos, rendas, transferências de outras esferas do governo e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1.	Receitas Correntes	10.906.000,00
1.1	Receita Tributária	440.000,00
1.3	Receita Patrimonial	54.000,00
1.7	Transferências Correntes	10.410.000,00
1.9	Outras Receitas Correntes	2.000,00
2.	Receitas de Capital	120.500,00
2.4	Transferências de Capital	120.500,00
TOTAL		11.026.500,00

Transferências Financeiras Recebidas	15.346.300,00
TOTAL GERAL	26.372.800,00

§ 2º A despesa da entidade Fundo Municipal de Saúde será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional - programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I - classificação por função:

10	Saúde	26.372.800,00
	TOTAL	26.372.800,00

II - classificação segundo a natureza:

Despesas Correntes	25.410.100,00
3.1.00.00.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	15.823.100,00
3.3.00.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	9.587.000,00
Despesas de Capital	962.700,00
4.4.00.00.00.00.00.00 – Investimentos	962.700,00
TOTAL	26.372.800,00

### Seção III

Do Orçamento do Fundo Municipal de Desenvolvimento Agropecuário de Camboriú

Art. 6º O orçamento da entidade Fundo Municipal de Desenvolvimento Agropecuário de Camboriú para o exercício de 2016 estima a Receita em \$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais), as transferências financeiras do tesouro municipal em R\$ 1.484.000,00 (um milhão e quatrocentos e oitenta e quatro mil reais) e fixa as despesas em R\$ 1.490.500,00 (um milhão quatrocentos e noventa mil e quinhentos reais).

§ 1º A receita será realizada mediante transferências financeiras do tesouro municipal, outras receitas correntes e de capital na forma da legislação em vigor e discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1.	Receitas Correntes	4.500,00
1.3	Receita Patrimonial	1.500,00
1.9	Outras Receitas Correntes	3.000,00
2.	Receitas de Capital	2.000,00
2.4	Transferências de Capital	2.000,00
TOTAL		6.500,00

Transferências Financeiras Recebidas	1.484.000,00
TOTAL GERAL	1.490.500,00

§ 2º A despesa da entidade Fundo Municipal de Desenvolvimento Agropecuário será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e por natureza, distribuídas da seguinte forma:

I - classificação por função:

15	Urbanismo	87.500,00
----	-----------	-----------

20	Agricultura	1.403.000,00
	TOTAL	1.490.500,00

II - classificação segundo a natureza:

Despesas Correntes	1.428.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	1.072.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	356.000,00
Despesas de Capital	62.500,00
4.4.00.00.00.00.00.00 – Investimentos	62.500,00
TOTAL	1.490.500,00

### Seção IV

Do Orçamento do Fundo Municipal de Educação de Camboriú

Art. 7º O orçamento da entidade Fundo Municipal de Educação de Camboriú para o exercício de 2016 estima a receita em R\$ 49.335.000,00 (quarenta e nove milhões trezentos e trinta e cinco mil reais), as transferências financeiras do tesouro municipal em R\$ 9.137.000,00 (nove milhões cento e trinta e sete mil reais) e fixa as despesas em R\$58.472.000,00 (cinquenta e oito milhões e quatrocentos e setenta e dois mil reais).

§ 1º A receita será realizada mediante transferências financeiras do tesouro municipal, rendas, transferências de outras esferas de governo, outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1.	Receitas Correntes	49.332.000,00
1.3	Receita Patrimonial	155.000,00
1.7	Transferências Correntes	49.177.000,00
2.	Receitas de Capital	3.000,00
2.4	Transferências de Capital	3.000,00
TOTAL		49.335.000,00

Transferências Financeiras Recebidas	9.137.000,00
TOTAL GERAL	58.472.000,00

§ 2º A despesa da entidade Fundo Municipal de Educação será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e por natureza, distribuídas da seguinte forma:

I - classificação por função:

10	Saúde	2.200.000,00
12	Educação	56.272.000,00
	TOTAL	58.472.000,00

II - classificação segundo a natureza:

Despesas Correntes	56.008.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	47.668.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	8.340.000,00
Despesas de Capital	2.464.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00 – Investimentos	2.464.000,00
TOTAL	58.472.000,00

### Seção V

Do Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Camboriú

Art. 8º O orçamento da entidade Fundo Municipal de Assistência Social de Camboriú para o exercício de 2016 estima a receita em R\$ 1.055.500,00 (um milhão cinquenta e cinco mil e quinhentos reais), as transferências financeiras do tesouro municipal em R\$ 3.679.500,00 (três milhões seiscentos e setenta e nove mil e quinhentos reais) e fixa as despesas em R\$ 4.735.000,00 (quatro milhões e setecentos e trinta e cinco mil reais).

§ 1º A receita será realizada mediante transferências financeiras do tesouro municipal, rendas, transferências de outras esferas de governo, outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminada nos quadros anexos, com o seguinte



desdobramento:

§ 2º A despesa da entidade Fundo Municipal de Assistência Social será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e por natureza, distribuídas da seguinte forma:

I - classificação por função:

08	Assistência Social	4.735.000,00
	TOTAL	4.735.000,00

II - classificação segundo a natureza:

Despesas Correntes	4.652.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	2.346.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	2.306.000,00
Despesas de Capital	83.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00 – Investimentos	83.000,00
TOTAL	4.735.000,00

## Seção VI

Do Orçamento do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Camboriú

Art. 9º O orçamento da entidade Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Camboriú para o exercício de 2016 estima a receita em R\$ 2.000,00 (dois mil reais), as transferências financeiras do tesouro municipal em R\$ 1.173.000,00 (um milhão cento e setenta e três mil reais) e fixa as despesas em R\$ 1.175.000,00 (um milhão cento e setenta e cinco mil reais).

§ 1º A receita será realizada mediante transferências financeiras do tesouro municipal, rendas e outras receitas correntes e de capital na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1.	Receitas Correntes	2.000,00
1.3	Receita Patrimonial	1.000,00
1.9	Outras Receitas Correntes	1.000,00
TOTAL		2.000,00

Transferências Financeiras Recebidas	1.173.000,00
TOTAL GERAL	1.175.000,00

§ 2º A despesa da entidade Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e por natureza, distribuídas da seguinte forma:

I - classificação por função:

08	Assistência Social	1.175.000,00
	TOTAL	1.175.000,00

II - classificação segundo a natureza:

Despesas Correntes	1.175.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	1.175.000,00
TOTAL	1.175.000,00

## Seção VI

Do Orçamento do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Camboriú

Art. 10. O orçamento da entidade Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Camboriú para o exercício de 2016 estima a Receita em R\$ 7.411.000,00 (sete milhões e quatrocentos e onze mil reais), e fixa as Despesas em R\$ 7.411.000,00 (sete milhões e quatrocentos e onze mil reais).

§ 1º A receita será realizada mediante a arrecadação de contribuições dos encargos do Ente para o Regime Próprio de Previdência Social e a arrecadação de contribuições e de rendas, na forma da legislação em vigor e discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1.	Receitas Correntes	2.464.700,00
1.2	Receitas de Contribuições	2.074.700,00

1.3	Receita Patrimonial	370.000,00
1.9	Outras Receitas Correntes	20.000,00
7.	Receitas de Contribuições Intra-Orçamentárias	4.946.300,00
7.2	Receita de Contribuições	4.946.300,00
TOTAL		7.411.000,00

§ 2º A despesa da entidade Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Camboriú será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e por natureza, distribuídas da seguinte forma:

I - classificação por função:

09	Previdência Social	3.375.000,00
99	Reserva de Contingência	4.036.000,00
	TOTAL	7.411.000,00

II - classificação segundo a natureza:

Despesas Correntes	3.355.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	3.004.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	351.000,00
Despesas de Capital	20.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00 – Investimentos	20.000,00
Reserva de Contingência RPPS	4.036.000,00
7.9.00.00.00.00.00.00 – Reserva de Contingência	4.036.000,00
TOTAL	7.411.000,00

## Seção VII

Do Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores de Camboriú

Art. 11. O orçamento da entidade Câmara Municipal de Vereadores de Camboriú para o exercício de 2016 fixa a despesa em R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) e as transferências financeiras do tesouro municipal em R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais)

§ 1º A receita será realizada mediante transferências financeiras do tesouro municipal, na forma da legislação em vigor e discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

Transferências Financeiras Recebidas	4.800.000,00
TOTAL GERAL	4.800.000,00

§ 2º A despesa da entidade Câmara Municipal de Vereadores de Camboriú será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e por natureza, distribuídas da seguinte forma:

I - classificação por função:

01	Legislativa	4.800.000,00
	TOTAL	4.800.000,00

II - classificação segundo a natureza:

Despesas Correntes	4.000.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	3.358.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	642.000,00
Despesas de Capital	800.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00 – Investimentos	800.000,00
TOTAL	4.800.000,00

## Seção VIII

Do Orçamento do Fundo Municipal de Saneamento Básico

Art. 12. O orçamento da entidade Fundo Municipal de Saneamento Básico para o exercício de 2016 estima a receita em R\$ 17.799.000,00 (dezessete milhões e setecentos e noventa e nove mil reais) e fixa as despesas em R\$ 17.799.000,00 (dezessete milhões e setecentos e noventa e nove mil reais).

§ 1º A receita será realizada mediante arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1.	Receitas Correntes	16.987.000,00
1.1	Receita Tributária	6.000.000,00
1.3	Receita Patrimonial	86.000,00
1.6	Receita de Serviços	10.891.000,00
1.9	Outras Receitas Correntes	10.000,00
2.	Receitas de Capital	503.000,00
2.4	Transferências de Capital	503.000,00
7.	Receitas de Contribuições Intra-Orçamentárias	309.000,00
7.6	Receita de Serviços Intra-orçamentárias	309.000,00
TOTAL		17.799.000,00

§ 2º A despesa da entidade, Fundo Municipal de Saneamento Básico, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e por natureza, distribuídas da seguinte forma:

I - classificação por função:

17	Saneamento	17.799.000,00
TOTAL		17.799.000,00

II - classificação segundo a natureza:

Despesas Correntes	16.268.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	1.517.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	14.751.000,00
Despesas de Capital	1.531.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00 – Investimentos	1.531.000,00
TOTAL	17.799.000,00

#### Seção IX

Do Orçamento do Fundo de Melhoria da Polícia Militar de Camboriú  
Art. 13. O orçamento da entidade Fundo de Melhoria da Polícia Militar de Camboriú para o exercício de 2016 estima a receita em R\$ 64.500,00 (sessenta e quatro mil e quinhentos reais), as transferências financeiras do tesouro municipal em R\$ 332.000,00 (trezentos e trinta e dois mil reais) e fixa a despesa em R\$ 396.500,00 (trezentos e noventa e seis mil e quinhentos reais).

§ 1º A receita será realizada mediante transferências financeiras do tesouro municipal, rendas e outras receitas correntes, na forma da legislação em vigor e discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1.	Receitas Correntes	64.500,00
1.1	Receita Tributária	60.000,00
1.3	Receita Patrimonial	3.500,00
1.9	Outras Receitas Correntes	1.000,00
TOTAL		64.500,00

Transferências Financeiras Recebidas	332.000,00
TOTAL GERAL	396.500,00

§ 2º A despesa da entidade Fundo de Melhoria da Polícia Militar de Camboriú será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e por natureza, distribuídas da seguinte forma:

I - classificação por função:

06	Segurança Pública	396.500,00
TOTAL		396.500,00

II - classificação segundo a natureza:

Despesas Correntes	316.500,00
3.3.00.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	316.500,00
Despesas de Capital	80.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00 – Investimentos	80.000,00
TOTAL	396.500,00

#### Seção X

Do Orçamento da Fundação Municipal de Esportes

Art. 14. O orçamento da entidade Fundação Municipal de Esportes para o exercício de 2016 estima a receita em R\$ 17.000,00

(dezessete mil reais), as transferências financeiras do tesouro municipal em R\$ 1.521.500,00 (um milhão quinhentos e vinte um mil e quinhentos reais) e fixa a despesa em R\$ 1.538.500,00 (um milhão quinhentos e trinta e oito mil e quinhentos reais).

§ 1º A receita será realizada mediante transferências financeiras do tesouro municipal, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1.	Receitas Correntes	16.000,00
1.3	Receita Patrimonial	6.000,00
1.9	Outras Receitas Correntes	10.000,00
2.	Receitas de Capital	1.000,00
2.4	Transferências de Capital	1.000,00
TOTAL		17.000,00

Transferências Financeiras Recebidas	1.521.500,00
TOTAL GERAL	1.538.500,00

§ 2º A despesa da entidade Fundação Municipal de Esportes será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e por natureza, distribuídas da seguinte forma:

I - classificação por função:

27	Desporto e Lazer	1.538.500,00
TOTAL		1.538.500,00

II - classificação segundo a natureza:

Despesas Correntes	1.516.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	301.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	1.215.000,00
Despesas de Capital	22.500,00
4.4.00.00.00.00.00.00 – Investimentos	22.500,00
TOTAL	1.538.500,00

#### Seção XI

Do Orçamento da Fundação Municipal de Cultura

Art. 15. O orçamento da entidade Fundação Municipal de Cultura para o exercício de 2016 estima a receita em R\$ 7.000,00 (sete mil reais), as transferências financeiras do tesouro municipal em R\$ 1.052.500,00 (um milhão cinqüenta e dois mil e quinhentos reais) e fixa a despesa em R\$ 1.059.500,00 (um milhão cinqüenta e nove mil e quinhentos reais).

§ 1º A receita será realizada mediante transferências financeiras do tesouro municipal, rendas, transferências de outras esferas de governo, outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1.	Receitas Correntes	5.000,00
1.3	Receita Patrimonial	2.000,00
1.7	Transferências Correntes	2.000,00
1.9	Outras Receitas Correntes	1.000,00
2.	Receitas de Capital	2.000,00
2.4	Transferências de Capital	2.000,00
TOTAL		7.000,00

Transferências Financeiras Recebidas	1.052.500,00
TOTAL GERAL	1.059.500,00

§ 2º A despesa da entidade Fundação Municipal de Cultura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e por natureza, distribuídas da seguinte forma:

I - classificação por função:

13	Cultura	1.059.500,00
TOTAL		1.059.500,00

II - classificação segundo a natureza:

Despesas Correntes	1.027.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	401.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	626.000,00
Despesas de Capital	32.500,00
4.4.00.00.00.00.00.00 – Investimentos	32.500,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.059.500,00</b>

## Seção XII

Do Orçamento da Fundação Municipal do Meio Ambiente

Art. 16. O orçamento da entidade Fundação Municipal do Meio Ambiente para o exercício de 2016 estima a receita em R\$ 307.000,00 (trezentos e sete mil reais), as transferências financeiras do tesouro municipal em R\$ 391.500,00 (trezentos e noventa um mil e quinhentos reais) e fixa a despesa em R\$ 698.500,00 (seiscentos e noventa e oito mil e quinhentos reais).

§ 1º A receita será realizada mediante transferências financeiras do tesouro municipal, rendas, transferências de outras esferas de governo, outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1.	Receitas Correntes	305.000,00
1.1	Receita Tributária	300.000,00
1.3	Receita Patrimonial	2.000,00
1.7	Transferências Correntes	2.000,00
1.9	Outras Receitas Correntes	1.000,00
2.	Receitas de Capital	2.000,00
2.4	Transferências de Capital	2.000,00
<b>TOTAL</b>		<b>307.000,00</b>

Transferências Financeiras Recebidas	391.500,00
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>698.500,00</b>

§ 2º A Despesa da entidade Fundação Municipal do Meio Ambiente será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e por natureza, distribuídas da seguinte forma:

I - classificação por função:

18	Gestão Ambiental	698.500,00
	<b>TOTAL</b>	<b>698.500,00</b>

II - classificação segundo a natureza:

Despesas Correntes	676.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	470.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	206.000,00
Despesas de Capital	22.500,00
4.4.00.00.00.00.00.00 – Investimentos	22.500,00
<b>TOTAL</b>	<b>698.500,00</b>

## CAPÍTULO V

### DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Art. 17. Fica o Poder Executivo autorizado a utilizar os recursos da reserva de contingência nas situações previstas no artigo 5º, inciso III, da Lei de Responsabilidade Fiscal de acordo com o estabelecido no Demonstrativo de Riscos Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

## CAPÍTULO VI

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 18. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações dentro do mesmo projeto ou atividade até o limite de 40% (quarenta por cento) da receita estimada para o orçamento, com finalidade de atender insuficiências nas dotações orçamentárias em conformidade com o artigo 30 da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e previsto nos incisos I, II e III e IV do § 1º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março 1964.

§ 1º Para efeito de observância do limite previsto neste artigo, na aferição do saldo para abertura de créditos adicionais, serão

dedutíveis, do montante fixado, os créditos abertos por excesso de arrecadação e superávit financeiro, apurado em balanço exercício anterior, previsto nos incisos I e II do § 1º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março 1964.

§ 2º Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 19. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de pessoal e encargos sociais entre as administrações direta e indireta, sem lhes alterar o valor global, para assegurar a execução das despesas com Folha de Pagamento.

Art. 20. Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operações de créditos, por antecipação da receita, com a finalidade de manter o equilíbrio orçamentário financeiro do Município, observado o preceito legais aplicáveis à matéria, inclusive os mencionados nos artigos 32 e 38 da Lei Complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 21. Durante o exercício de 2016 o Poder Executivo Municipal poderá realizar operações de crédito para financiamento de programas priorizados nesta Lei, desde que autorizado por Lei específica.

Art. 22. Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da receita, ou o excesso dos previstos, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

## CAPÍTULO VII

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 23. Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Poder Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 24. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os Governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou por meio de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 25. Fazem parte desta Lei os seguintes anexos:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas;

II - Receitas por Categorias Econômicas;

III - Natureza da Despesa por Categorias Econômicas;

IV - Funções e Sub-funções de Governo;

V - Programa de Trabalho de Governo;

VI - Programa de Trabalho de Governo (Consolidado);

VII - Demonstrativo de Funções, Sub-Funções e Programas conforme Vínculo com os Recursos;

VIII - Demonstrativo das Despesas por Órgãos e Funções;

IX - Demonstrativo da Evolução da Receita;

X - Demonstrativo da Evolução da Despesa;

XI - Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais.

Art. 26. A presente Lei vigorará durante o exercício de 2016 a partir de 1º de janeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 01 de dezembro de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa

Secretário M. de Administração

**PR 107/2015 - PMC**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 107/2015-PMC

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTO AEROFOTOGRAFÉTRICO E SEU PROCESSAMENTO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, DESTINADOS PARA O PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA - PMAT/BNDES.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Inicialá às 13:00 horas do dia 16 (Dezesseis) de Dezembro de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 01 de Dezembro de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

**PR 108/2015 - PMC**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 108/2015-PMC

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO CADASTRAL, CONVERSÃO DE DADOS, ELABORAÇÃO DE PLANTA DE VALORES GENÉRICOS (PVG), PARA A FORMAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, DESTINADOS PARA O PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA - PMAT/BNDE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS DESCRITOS NO ANEXO I.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Inicialá às 14:30 horas do dia 16 (Dezesseis) de Dezembro de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 01 de Dezembro de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

**PR 109/2015 - PMC**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 109/2015-PMC EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Inicialá às 13:00 horas do dia 15 (Quinze) de Dezembro de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 01 de Dezembro de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

**PR 110/2015 - PMC**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 110/2015-PMC- EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO DE SETORES PARA A NOVA SEDE DA DELEGACIA DE CAMBORIÚ/CITRAN.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Inicialá às 16:00 horas do dia 16 (Dezesseis) de Dezembro de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 01 de Dezembro de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

**RESULTADO PR 98/15 - PMC**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 98/2015-PMC

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que o resultado da licitação foi:

“FRACASSADA”

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 01 de Dezembro de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

PREFEITA MUNICIPAL



**TERMO DE ERRATA AO PREGÃO 101/2015 - PMC**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

TERMO DE ERRATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 101/2015-PMC  
– LICITAÇÃO DIFERENCIADA –COTA RESERVADA PARA O ITEM 01

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração vem comunicar às empresas interessadas que o edital do Pregão Presencial 101/2015 - PMC, tendo como objeto a "SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MARMITAS, DESTINADAS AOS FUNCIONÁRIOS QUE TRABALHARÃO EM REGIME DE MUTIRÃO NA RECUPERAÇÃO DAS ESTRADAS DO INTERIOR NOS PERÍODOS DE CHUVAS, E OU EM ATIVIDADES COM NECESSIDADE DE TRABALHO NO PERÍODO INTEGRAL, COM FORNECIMENTO DE ALMOÇO", sofreu a seguinte alteração:

Foram excluídos os incisos VII e VIII da cláusula 4.1 do Edital.

Desta maneira, fica prorrogada a data de abertura das propostas e documentações para o dia 03/12/2015 as 13h00min.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do referido edital.

Camboriú SC, 01 de Dezembro de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

# Campo Alegre

## PREFEITURA

### ATA PREGÃO 25/2015 FMS

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório nº 25/2015)

Ao primeiro dia do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze, na cidade de Campo Alegre, às dez horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se em sessão pública, Maria Cristina Marciniak Munhoz, Pregoeira Municipal e Irineu Woitskovski Júnior, membro da equipe de apoio, abaixo assinados, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 25/2015 do Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto o Registro de Preços para aquisição de gasolina comum, óleo diesel S500, óleo diesel S10, que será utilizado para manutenção dos veículos do Fundo Municipal de Saúde, no exercício 2016. Inicialmente a Pregoeira declarou aberta a sessão, nominando os presentes. Passou-se ao recebimento dos envelopes (proposta e documentos) das empresas proponentes: AUTO POSTO JK LTDA, POSTO PLANALTO LTDA (CNPJ: .82.767.575/0001-07 e RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA. Passou-se ao credenciamento dos licitantes, sendo a Sr. João Alaor Neneve Cordeiro, representante da empresa Auto Posto Jk Ltda, Sr. Johni Nogueira representante da empresa POSTO PLANALTO LTDA e Sr. Hans Hartwig Gehrmann representante da empresa RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA. As empresas licitantes apresentaram a declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação. Nenhuma licitante comprovou o enquadramento como empresa de pequeno porte. Após, procedeu-se à abertura dos envelopes da proposta comercial. O critério de julgamento é pelo requisito MENOR PREÇO POR ITEM.

#### Item 01

Empresa	Valor da proposta inicial	Valor proposta após lances	Classificação	Situação Habilitação
POSTO PLANALTO LTDA	3,56	3,51	1ª	HABILITADA
AUTO POSTO JK LTDA	3,569	3,517	----	-----

#### Item 02

Empresa	Valor da proposta inicial	Valor proposta após lances	Classificação	Situação Habilitação
POSTO PLANALTO LTDA	2,92	2,90	1ª	HABILITADA
AUTO POSTO JK LTDA	2,929	2,905	----	-----

#### Item 03

Empresa	Valor da proposta inicial	Valor proposta após lances	Classificação	Situação Habilitação
RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA	2,92	2,90	1ª	HABILITADA

Após, abriu-se o envelope de documentos das licitantes classificadas conforme tabela acima. Estando de acordo com o exigido no edital, a empresa POSTO PLANALTO LTDA, foi declarada habilitada e vencedora dos itens 01 e 02 e a empresa RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA foi declarada HABILITADA e vencedora do item 03 . A Pregoeira Adjudica as proposta declarando-as vencedoras. Não houve manifestação de intenção de recurso. Sem mais, encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

**CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 061/2015**

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 061/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RUBENS BLASZKOWSKI.

CONTRATADO: DARIO MUNHOZ, no Cargo Público de Motorista da Saúde exercendo a Função de Motorista da Saúde, portador do CPF/MF nº 040.903.999-39, residente domiciliado na Rua Nereu Ramos, s/nº, Bairro Centro, Município de Campo Alegre, SC.

OBJETO: Realização de atividades suplementares para restaurar o padrão indispensável mínimo, prevista no Inciso VII e IX Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002. Contratação temporária para atuar em substituição ao servidor Claudio Athayde, que encontrasse afastado pelo motivo de processo de sindicância.

PRAZO: Início: 01 de Dezembro de 2015;  
Término: 13 de Fevereiro de 2016.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

REMUNERAÇÃO: R\$ 1.042,36 (Hum mil quarenta e dois reais e trinta e seis centavos).

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social do Município de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho do contratado é de 40 (quarenta) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

FORO: Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste contrato.

Assim, por estarem às partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo subsritas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC., 01 de Dezembro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	DARIO MUNHOZ Contratado
--	----------------------------

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_

**CONVOCAÇÃO Nº 182/2015**

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015

CONVOCAÇÃO Nº 182/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. ADRIANA APARECIDA RIBEIRO LEVANDOSKI, inscrita no CPF/MF sob nº 017.256.869-29, aprovada em 07º lugar no Concurso Público nº 002/2015, para o Cargo Público de PROFESSOR III – PROFESSOR DE ARTE, na Função de PROFESSOR III – PROFESSOR DE ARTE, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 04 de Dezembro de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC., 01 de Dezembro de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA  
Secretária Municipal de Educação

**CONVOCAÇÃO Nº 183/2015**

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015

CONVOCAÇÃO Nº 183/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. EVELYN LOUISIANA DUVOISIN EHLKE, inscrita no CPF/MF sob nº 750.331.359-53, aprovada em 01º lugar no Concurso Público nº 002/2015, para o Cargo Público de PROFESSOR III – PROFESSOR DE ARTE, na Função de PROFESSOR III – PROFESSOR DE ARTE, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 04 de Dezembro de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC., 01 de Dezembro de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA  
Secretária Municipal de Educação

**CONVOCAÇÃO Nº 184/2015**

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015

CONVOCAÇÃO Nº 184/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. ROSMARI DE OLIVEIRA, inscrita no CPF/MF sob nº 733.101.079-49, aprovada em 02º lugar no Concurso Público nº 002/2015, para o Cargo Público de PROFESSOR III – PROFESSOR

DE ARTE, na Função de PROFESSOR III – PROFESSOR DE ARTE, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 04 de Dezembro de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC., 01 de Dezembro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA

Secretária Municipal de Educação

### **CONVOCAÇÃO Nº 185/2015**

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015

CONVOCAÇÃO Nº 185/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. LUANA BRUNA RODRIGUES, inscrita no CPF/MF sob nº 064.953.089-65, aprovada em 04º lugar no Concurso Público nº 002/2015, para o Cargo Público de PROFESSOR III – PROFESSOR DE ARTE, na Função de PROFESSOR III – PROFESSOR DE ARTE, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 04 de Dezembro de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC., 01 de Dezembro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA

Secretária Municipal de Educação

### **CONVOCAÇÃO Nº 186/2015**

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015

CONVOCAÇÃO Nº 186/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. TAISE CUBAS MUNHOZ, inscrita no CPF/MF sob nº 082.444.109-57, aprovada em 05º lugar no Concurso Público nº 002/2015, para o Cargo Público de PROFESSOR III – PROFESSOR DE ARTE, na Função de PROFESSOR III – PROFESSOR DE ARTE, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 04 de Dezembro de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC., 01 de Dezembro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA

Secretária Municipal de Educação

### **CONVOCAÇÃO Nº 187/2015**

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015

CONVOCAÇÃO Nº 187/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. JANAINA HUTTL, inscrita no CPF/MF sob nº 061.280.549-27, aprovada em 06º lugar no Concurso Público nº 002/2015, para o Cargo Público de PROFESSOR III – PROFESSOR DE ARTE, na Função de PROFESSOR III – PROFESSOR DE ARTE, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 04 de Dezembro de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC., 01 de Dezembro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA

Secretária Municipal de Educação

### **CONVOCAÇÃO Nº 188/2015**

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015

CONVOCAÇÃO Nº 188/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. BIANCA ROSA, inscrita no CPF/MF sob nº 092.348.419-13, aprovada em 08º lugar no Concurso Público nº 002/2015, para o Cargo Público de PROFESSOR III – PROFESSOR DE ARTE, na Função de PROFESSOR III – PROFESSOR DE ARTE, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 04 de Dezembro de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC., 01 de Dezembro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA

Secretária Municipal de Educação

### **CONVOCAÇÃO Nº 189/2015**

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015

CONVOCAÇÃO Nº 189/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. MARIANE LOPES, inscrita no CPF/MF sob nº 081.278.979-22, aprovada em 01º lugar no Concurso Público nº 002/2015, para o Cargo Público de PROFESSOR V – PROFESSOR DE LINGUA PORTUGUESA, na Função de PROFESSOR V – PROFESSOR DE LINGUA PORTUGUESA, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 04 de Dezembro de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.



Campo Alegre/SC., 01 de Dezembro de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA  
Secretária Municipal de Educação

### **CONVOCAÇÃO Nº 190/2015**

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015  
CONVOCAÇÃO Nº 190/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. ANA CAROLINE KROL UHLIG, inscrita no CPF/MF sob nº 083.674.979-02, aprovada em 02º lugar no Concurso Público nº 002/2015, para o Cargo Público de PROFESSOR V – PROFESSOR DE LINGUA PORTUGUESA, na Função de PROFESSOR V – PROFESSOR DE LINGUA PORTUGUESA, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 04 de Dezembro de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC., 01 de Dezembro de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA  
Secretária Municipal de Educação

### **CONVOCAÇÃO Nº 191/2015**

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015  
CONVOCAÇÃO Nº 191/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. LUCIANA SANTANA DURAES CUSTODIO, inscrita no CPF/MF sob nº 030.208.486-01, aprovada em 03º lugar no Concurso Público nº 002/2015, para o Cargo Público de PROFESSOR V – PROFESSOR DE LINGUA PORTUGUESA, na Função de PROFESSOR V – PROFESSOR DE LINGUA PORTUGUESA, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 04 de Dezembro de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC., 01 de Dezembro de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA  
Secretária Municipal de Educação

### **CONVOCAÇÃO Nº 192/2015**

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015  
CONVOCAÇÃO Nº 192/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. JOSIANE SCHROEDER, inscrita no CPF/MF sob nº 051.650.449-55, aprovada em 03º lugar no Concurso Público nº 002/2015, para o Cargo Público de PROFESSOR VI – PROFESSOR DE MATEMÁTICA, na Função de PROFESSOR V – PROFESSOR DE MATEMÁTICA, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 04 de Dezembro de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC., 01 de Dezembro de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA  
Secretária Municipal de Educação

### **CONVOCAÇÃO Nº 193/2015**

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015  
CONVOCAÇÃO Nº 193/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. FERNANDA LEMOS MAROS, inscrita no CPF/MF sob nº 046.818.459-73, aprovada em 04º lugar no Concurso Público nº 002/2015, para o Cargo Público de PROFESSOR VI – PROFESSOR DE MATEMÁTICA, na Função de PROFESSOR V – PROFESSOR DE MATEMÁTICA, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 04 de Dezembro de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC., 01 de Dezembro de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA  
Secretária Municipal de Educação

### **CONVOCAÇÃO Nº 194/2015**

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015  
CONVOCAÇÃO Nº 194/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. ANA KAMILA DE RODRIGUES, inscrita no CPF/MF sob nº 083.674.979-02, aprovada em 01º lugar no Concurso Público nº 002/2015, para o Cargo Público de PROFESSOR IV – PROFESSOR DE INGLÊS, na Função de PROFESSOR IV – PROFESSOR DE INGLÊS, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 04 de Dezembro de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a

referida vaga.

Campo Alegre/SC., 01 de Dezembro de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA  
Secretária Municipal de Educação

### **CONVOCAÇÃO Nº 195/2015**

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015  
CONVOCAÇÃO Nº 195/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. ANDREIA PYKOSZ KRAMAR, inscrita no CPF/MF sob nº 064.725.389-56, aprovada em 01º lugar no Concurso Público nº 002/2015, para o Cargo Público de PROFESSOR VIII – PROFESSOR DE GEOGRAFIA, na Função de PROFESSOR VIII – PROFESSOR DE GEOGRAFIA, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 04 de Dezembro de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC., 01 de Dezembro de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA  
Secretária Municipal de Educação

### **CONVOCAÇÃO Nº 196/2015**

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015  
CONVOCAÇÃO Nº 196/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. VIVIANA APARECIDA BUENO, inscrita no CPF/MF sob nº 082.478.189-90, aprovada em 02º lugar no Concurso Público nº 002/2015, para o Cargo Público de PROFESSOR VIII – PROFESSOR DE GEOGRAFIA, na Função de PROFESSOR VIII – PROFESSOR DE GEOGRAFIA, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 04 de Dezembro de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC., 01 de Dezembro de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA  
Secretária Municipal de Educação

### **CONVOCAÇÃO Nº 197/2015**

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2012  
CONVOCAÇÃO Nº 197/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. JOICE HLAWATSCH, inscrita no CPF/MF sob nº 063.288.339-11, aprovada em 44º lugar no Concurso Público nº 001/2012, para o Cargo Público de ATENDENTE DE SALA, na Função de ATENDENTE DE SALA, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 04 de Dezembro de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC., 01 de Dezembro de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA  
Secretária Municipal de Educação

### **CONVOCAÇÃO Nº 198/2015**

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2012  
CONVOCAÇÃO Nº 198/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. GISLAINE MARIA VAZ DE OLIVEIRA, inscrita no CPF/MF sob nº 081.621.739-43, aprovada em 45º lugar no Concurso Público nº 001/2012, para o Cargo Público de ATENDENTE DE SALA, na Função de ATENDENTE DE SALA, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 04 de Dezembro de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC., 01 de Dezembro de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA  
Secretária Municipal de Educação

### **CONVOCAÇÃO Nº 199/2015**

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2012  
CONVOCAÇÃO Nº 199/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. PATRICIA DE JESUS SILVA, inscrita no CPF/MF sob nº 078.409.969-30, aprovada em 46º lugar no Concurso Público nº 001/2012, para o Cargo Público de ATENDENTE DE SALA, na Função de ATENDENTE DE SALA, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 04 de Dezembro de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC., 01 de Dezembro de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA  
Secretária Municipal de Educação

**CONVOCAÇÃO Nº 200/2015**

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2012  
CONVOCAÇÃO Nº 200/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. MARIA DORALICE SESTREN ARBIGAUS, inscrita no CPF/MF sob nº 421.297.619-68, aprovada em 31º lugar no Concurso Público nº 001/2012, para o Cargo Público de PROFESSOR I – EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS, na Função de PROFESSOR I – EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 04 de Dezembro de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC., 01 de Dezembro de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA  
Secretária Municipal de Educação

**CONVOCAÇÃO Nº 201/2015**

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2012  
CONVOCAÇÃO Nº 201/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. EMERSON CHRISTIAN RIBAS, inscrito no CPF/MF sob nº 025.846.229-98, aprovado em 32º lugar no Concurso Público nº 001/2012, para o Cargo Público de PROFESSOR I – EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS, na Função de PROFESSOR I – EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS, para assumir o respectivo cargo. O convocado deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 04 de Dezembro de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC., 01 de Dezembro de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA  
Secretária Municipal de Educação

**CONVOCAÇÃO Nº 202/2015**

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2012  
CONVOCAÇÃO Nº 202/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. ADRIANA CLASSAR RIBAS, inscrita no CPF/MF sob nº 032.909.299-57, aprovada em 33º lugar no Concurso Público nº 001/2012, para o Cargo Público de PROFESSOR I – EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS, na Função de PROFESSOR I – EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder

Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 04 de Dezembro de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC., 01 de Dezembro de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA  
Secretária Municipal de Educação

**CONVOCAÇÃO Nº 203/2015**

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2012  
CONVOCAÇÃO Nº 203/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. CLEUNICE SCHIFLER, inscrita no CPF/MF sob nº 046.884.629-80, aprovada em 34º lugar no Concurso Público nº 001/2012, para o Cargo Público de PROFESSOR I – EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS, na Função de PROFESSOR I – EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 04 de Dezembro de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC., 01 de Dezembro de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA  
Secretária Municipal de Educação

**CONVOCAÇÃO Nº 204/2015**

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2012  
CONVOCAÇÃO Nº 204/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. LETICIA LILIAN RUZANOWSKY, inscrita no CPF/MF sob nº 068.176.999-83, aprovada em 35º lugar no Concurso Público nº 001/2012, para o Cargo Público de PROFESSOR I – EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS, na Função de PROFESSOR I – EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 04 de Dezembro de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC., 01 de Dezembro de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA  
Secretária Municipal de Educação



**DECRETO Nº 9.430 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.430 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015

DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 300, Inciso VII e; e suas alterações;

DECRETA:

Art.1º) Contratar o Sr. DARIO MUNHOZ, Registro no Sistema sob nº 955539, para exercer o Cargo Público de Motorista, na Função de Motorista da Saúde, Regime Jurídico: Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vencimentos Nível 3, Sub-Nível 31, Referência A, no valor de R\$ 1.042,36 (um mil, quarenta e dois reais, quarenta e seis centavos) mensais, pelo período de 01 de Dezembro de 2015 à 13 de Fevereiro de 2016, em substituição ao Servidor Público Municipal Claudio Athayde, matrícula funcional nº 000819, Registro no Sistema sob nº 955488.

Parágrafo único: A contratação de que trata o caput deste Artigo em virtude do contratado ter sido aprovado no Processo Seletivo nº 001/2015, em 3º lugar.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 01 de Dezembro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 01/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 9.431 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.431 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de Setembro de 2002, em seu Artigo 91; Decreta:

Art.1º) Exonerar a pedido do Quadro de Pessoal efetivo do Poder Executivo Municipal, a Servidora Pública PRICILA GREFFIN, Matrícula Funcional nº 000721, Registro no Sistema sob o nº 955209, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Atendente de Sala, lotada na Secretaria Municipal de Educação, declarando vacância no respectivo Cargo Público, a partir de 01 de Dezembro de 2015.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
01 de Dezembro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 02/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 9.432 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.432 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de Setembro de 2002, em seu Artigo 91; Decreta:

Art.1º) Exonerar a pedido do Quadro de Pessoal efetivo do Poder Executivo Municipal, a Servidora Pública ARLETE SCHADECK, Matrícula Funcional nº 000627, Registro no Sistema sob o nº 955054, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Atendente de Sala, lotada na Secretaria Municipal de Educação, declarando vacância no respectivo Cargo Público, a partir de 01 de Dezembro de 2015.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
01 de Dezembro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 02/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 9.433 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015**

DECRETO Nº 9.433 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.240 de 17 de Dezembro de 2014; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 40.510,68 (quarenta mil, quinhentos e dez reais e sessenta e oito centavos), nos seguintes Elementos de Despesas das Dotações do Orçamento Vigente.

02.00 -	Gabinete do Prefeito			
02.01 -	Chefia de Gabinete			
04.122.0002.2.042 -	Remuneração de Pessoal do Gabinete do Prefeito.			
300000.00.896 -	Despesas Correntes			
310000.00.896 -	Pessoal e Encargos Sociais			
319000.00.896 -	Aplicações Diretas			
319013.00.896 -	Obrigações Patronais	R\$ 1.000,00		
339046.00.896 -	Auxílio – Alimentação	R\$ 480,00		
04.00 -	Secretaria Municipal de Finanças			
04.01 -	Serviço do Controle Fazendário			
04.123.0006.2.044 -	Pessoal da Secretaria Municipal de Finanças			
300000.00.896 -	Despesas Correntes			
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.896 -	Aplicações Diretas			
339049.00.896 -	Auxílio – Transporte	R\$ 250,00		
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação			
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental			
12.361.0010.2.046 -	Pessoal do Ensino Fundamental			
300000.00.139 -	Despesas Correntes			
310000.00.139 -	Pessoal e Encargos Sociais			
319000.00.139 -	Aplicações Diretas			
319004.00.139 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 9.497,82		
319011.00.141 -	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R\$ 11.294,77		
319113.00.139 -	Obrigações Patronais – Op. Intra-Orçamentárias.	R\$ 3.769,09		
319113.00.141 -	Obrigações Patronais – Op. Intra-Orçamentárias.	R\$ 3.300,00		
339046.00.141 -	Auxílio – Alimentação	R\$ 9.919,00		
339049.00.141 -	Auxílio – Transporte	R\$ 1.000,00		
	Total	R\$ 40.510,68		

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulação parcial dos seguintes Elementos de Despesas.

02.00 -	Gabinete do Prefeito			
02.01 -	Chefia de Gabinete			
04.122.0002.2.042 -	Remuneração de Pessoal do Gabinete do Prefeito.			
300000.00.896 -	Despesas Correntes			
310000.00.896 -	Pessoal e Encargos Sociais			
319000.00.896 -	Aplicações Diretas			
319016.00.896 -	Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	R\$ 480,00		
319094.00.896 -	Indenizações Restituições Trabalhistas	R\$ 1.000,00		
04.00 -	Secretaria Municipal de Finanças			
04.01 -	Serviço do Controle Fazendário			
04.123.0006.2.044 -	Pessoal da Secretaria Municipal de Finanças			
300000.00.896 -	Despesas Correntes			
310000.00.896 -	Pessoal e Encargos Sociais			
319000.00.896 -	Aplicações Diretas			
319004.00.896 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 250,00		
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação			
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental			
12.361.0010.2.046 -	Pessoal do Ensino Fundamental			
300000.00.139 -	Despesas Correntes			
310000.00.139 -	Pessoal e Encargos Sociais			
319000.00.139 -	Aplicações Diretas			
319004.00.141 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 16.900,00		
319013.00.139 -	Obrigações Patronais	R\$ 1.000,00		
319013.00.141 -	Obrigações Patronais	R\$ 1.000,00		

319094.00.139 -	Indenizações Restituições Trabalhistas	R\$ 9.266,91
339094.00.141 -	Indenizações Restituições Trabalhistas	R\$ 7.613,77
339049.00.139 -	Auxílio – Transporte	R\$ 3.000,00
	<b>Total</b>	<b>R\$ 40.510,68</b>

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 27de Novembro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 01 de Dezembro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 02/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

## DECRETO Nº 9.434 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.434 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.240 de 17 de Dezembro de 2014; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 1.050,00 (um mil e cinquenta reais), na seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

13.00 -	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.		
13.01 -	Serviço de Saneamento Ambiental		
17.512.0077.2.124 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saneamento Ambiental		
300000.00.766 -	Despesas Correntes		
330000.00.766 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.766 -	Aplicações Diretas		
339030.00.766 -	Material de Consumo	R\$ 1.050,00	

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente.

13.00 -	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.		
13.01 -	Serviço de Saneamento Ambiental		
17.512.0077.2.124 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saneamento Ambiental		
400000.00.766 -	Despesas de Capital		
440000.00.766 -	Investimentos		
449000.00.766 -	Aplicações Diretas		
449052.00.766 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 1.050,00	

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre/SC., 01 de Dezembro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 02/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 9.435 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.435 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.240 de 17 de Dezembro de 2014; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Especial Suplementar no valor de R\$ 280,00 (duzentos e oitenta reais), na seguinte Dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde		
91.01 -	Manutenção das Atividades Administrativas		
10.301.0052.2.055 -	Remuneração de Pessoal da Saúde – FMS		
300000.00.106 -	Despesas Correntes		
310000.00.106 -	Pessoal e Encargos Sociais		
319000.00.106 -	Aplicações Diretas		
319011.00.106 -	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R\$ 280,00	

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde		
91.01 -	Manutenção das Atividades Administrativas		
10.301.0052.2.055 -	Remuneração de Pessoal da Saúde – FMS		
300000.00.106 -	Despesas Correntes		
330000.00.106 -	Outras Despesas Correntes		
319000.00.106 -	Aplicações Diretas		
319046.00.106 -	Auxílio – Alimentação	R\$ 280,00	

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 01 de Dezembro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 02/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 29/2015 FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE-SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 29/2015 FMS

Objeto: Aquisição de 1.977 litros de óleo diesel S10 para manutenção dos veículos do Fundo Municipal de Saúde, descrito na Cláusula Primeira, de acordo com o processo licitatório, modalidade Pregão Presencial, nº 25/2014.

Dotação orçamentária: Entidade: 1 – Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 91.00 – Fundo Municipal de Saúde; Unidade: 91.04 – Manutenção das Atividades de Assist. Médica e Terapêutica; Função: 10 – Saúde; Subfunção: 303 – Suporte Profilático e Terapêutico; Programa – 56 – Serviços Especializados de Diagnóstico e Terapia; Projeto: 2.117 – Manutenção das Atividades de Diagnóstico e Terapia; Elemento de Despesa: 3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo

Valor: R\$ 5.729,35 (cinco mil setecentos e vinte e nove reais e trinta e cinco centavos).

Vigência: 30/11/2015 a 31/12/2015.

Contratada: RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

CAROLINA DA COSTA TELMA

Gestora

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 061/2015**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 061/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

CONTRATADO: DARIO MUNHOZ

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 01 de Dezembro de 2015 até 13 de Fevereiro de 2016.

AMPARO LEGAL: Lei nº 006, de 19 de Setembro de 2002 e alterações.

FUNÇÃO: MOTORISTA DA SAÚDE

CARGA HORÁRIA: 40 Horas Semanais

SALÁRIO BASE: R\$ 1.042,36 (Hum mil quarenta e dois reais e trinta e seis centavos)

CAMPO ALEGRE/SC., 01 de Dezembro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 12.303 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.302 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de Férias a Servidora Pública Municipal, ANA CLAUDIA VIEIRA DE LIMA, Matrícula Funcional nº 000041, Registro no Sistema sob nº 955229, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Administrativo II, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 02 de Dezembro de 2015 á 11 de Dezembro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
01 de Dezembro de 2015.RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito MunicipalLUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 02/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito**PORTARIA Nº 12.304 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.304 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de Férias ao Servidor Público Municipal, ERONCLEITON CARNEIRO RIBAS, Matrícula Funcional nº 000697, Registro no Sistema sob nº 955140, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Médico II, Vigia, lotado na Secretaria Municipal de Administração, referente ao período aquisitivo 01 de Outubro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 03 de Dezembro de 2015 á 12 de Dezembro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
02 de Dezembro de 2015.RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito MunicipalLUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 02/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito**PORTARIA Nº 12.305 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.305 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2015

DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE LICENÇA MATERNIDADE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 9º e seus respectivos Parágrafos, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Prorrogar a Licença Maternidade da Servidora Pública Municipal KARINA MAGALHÃES CASTRO SAMPAIO, Matrícula Funcional nº 000764, Registro no Sistema sob nº 955371, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, por um período de 60 (sessenta) dias, a partir de 03 de Dezembro de 2015 a 31 de Janeiro de 2016.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 02 de  
Dezembro de 2015.RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito MunicipalLUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração



Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 02/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

---

## **CÂMARA MUNICIPAL**

---

### **EDITAL AUDIÊNCIA LOA**

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE/SC.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 01

"DISPÕE SOBRE A PUBLICIDADE DA AUDIÊNCIA PÚBLICA, PARA DAR CUMPRIMENTO AO ESTABELECIDO NO PÁRAGRAFO ÚNICO, DO ART. 377 DO REGIMENTO INTERNO E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Presidente da Câmara Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos Munícipes que:

CONSIDERANDO, que esta Câmara Municipal deverá cumprir o quanto determina o Parágrafo Único do Art. 377 do Regimento Interno desta Casa Legislativa;

CONSIDERANDO, que a LRF determina a participação popular e realização de Audiências Públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, Lei de Diretrizes Orçamentária e Orçamento;

#### **RESOLVE:**

Art.1º Fica marcada para o dia 07 (sete) do mês de Dezembro do corrente ano, Audiência Pública da Lei Orçamentária Anual– LOA para o exercício de 2016, DO Município de Campo Alegre/SC.

§ 1º A Audiência que trata o caput deste artigo será realizada no Plenário Ladislau Laska da Câmara Municipal, sito na Av. Dr. Getúlio Vargas, nº 640 – Centro neste Município, às 16:00 hs.

§ 2º Ficam convidadas todas as autoridades deste Município, bem como todos os Munícipes, para dar ciência do quanto determinado no Inciso I do Artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art.2º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Campo Alegre/SC., 02 de Dezembro de 2015.

JOSNEI ROGÉRIO CCHALOUPECK

Presidente da Câmara Municipal de Campo Alegre

# Campos Novos

## PREFEITURA

### /PORTARIA Nº 1575/15

PORTARIA Nº 1575/15 DE 25/11/15  
DISPENSA FGR-II DO (A) SERVIDOR (A) JOCEANE GONÇALVES WALTER

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

#### RESOLVE:

Dispensar FGR-II do (a) servidor (a) JOCEANE GONÇALVES WALTER, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2015.

#### COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 25 de novembro de 2015.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

### DECRETO 7425/2015 - REGULAMENTA FORMA E PRAZOS PARA PAGAMENTO DO ISS FIXO - IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO Nº 7.425/2015 DE 30/11/2015  
REGULAMENTA FORMA E PRAZOS PARA PAGAMENTO DO ISS FIXO – IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e;

Considerando a necessidade de estabelecer normas alusivas ao ISS Fixo – Imposto Sobre Serviços;

Com amparo no artigo 100, incisos II, VIII, XI e §2º do art. 138 da Lei Orgânica, e do artigo 27, inciso II da Lei Complementar 03/03 de 12 de dezembro de 2003.

#### DECRETA:

Art. 1º. O ISS Fixo – Imposto Sobre Serviços do exercício de 2016, deverá ser pago na forma e prazos fixados neste decreto.

Art. 2º. O imposto previsto no artigo 1º poderá ser pago da seguinte forma:

I – em quota única até dia 29/02/2016;

II - em 03 parcelas com vencimentos da 1ª parcela em 29/02/2016, 2ª parcela em 28/03/2016 e a última em 28/04/2016.

Parágrafo único. A falta de pagamento das parcelas do inciso II, implicará no vencimento antecipado das parcelas vincendas.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições contrárias.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 30 de novembro de 2015

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

### DECRETO 7426/2015 - REGULAMENTA FORMA E PRAZOS PARA PAGAMENTO DO IPTU DO EXERCÍCIO DE 2016

DECRETO Nº 7.426/15 DE 30/11/2015  
REGULAMENTA FORMA E PRAZOS PARA PAGAMENTO DO IPTU DO EXERCÍCIO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e;

Considerando a necessidade de estabelecer normas alusivas ao IPTU – Imposto Sobre a Propriedade Territorial Urbana;

Com amparo no artigo 100, incisos II, VIII, XI e §2º do art. 138 da Lei Orgânica, c/c artigo 265 da Lei Complementar nº 001/2002 de 27 de dezembro de 2002 – Código Tributário Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º. O Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana do exercício de 2016, deverá ser pago na forma e prazos fixados neste decreto.

Art. 2º. O imposto previsto no artigo 1º poderá ser pago da seguinte forma:

I – em quota única com desconto de 18% até 11/03/2016;

II - em quota única com desconto de 9% até 11/04/2016;

III – em 06 (seis) parcelas, com vencimento da 1ª em 11/03/2016 e as demais em 11/04, 11/05, 11/06, 11/07 e a última em 11/08/2016.

Parágrafo único. A falta de pagamento das parcelas do inciso III, implicará no vencimento antecipado das parcelas vincendas.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições contrárias.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 30 de novembro de 2015.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

### DECRETO 7427/2015 - ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO DO SAMAE

DECRETO Nº 7.427/15 DE 30/11/2015  
ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO DO SAMAE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.054 de 18/07/2014 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.102 de 17/12/2014 (Lei Orçamentária Anual),

#### DECRETA:

Art. 1º. Ficam suplementados no orçamento do SAMAE o valor de R\$ 50.000,00( Cinquenta mil reais) no projeto/atividade abaixo discriminado:

17.512.0036.2.059 – Manutenção do Sistema de Operações e Manutenção Sistema de Água  
Elementos de despesa: 3.1.90.00.00.00.00.00.0603 – Aplicações Diretas ..... R\$ 50.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, ficam anulados os recursos provenientes do projeto/atividade abaixo discriminado:

17.512.0036.2.059 – Manutenção do Sistema de Operações e Manutenção Sistema de Água  
Elementos de despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00.0603 – Aplicações Diretas ..... R\$ 50.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 30 de novembro de 2015.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1562/15**

PORTARIA Nº 1562/15 DE 25/11/15  
DISPENSA FGR-I DO(A) SERVIDOR(A) ADÃO DOS SANTOS MELO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

#### **RESOLVE:**

Dispensar FGR-I do (a) servidor (a) ADÃO DOS SANTOS MELO, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2015.

#### **C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 25 de novembro de 2015.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1563/15**

PORTARIA Nº 1563/15 DE 25/11/15  
DISPENSA FGR-I DO (A) SERVIDOR (A) GRAZIELI APARECIDA CORDEIRO CORREIA MAI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

#### **RESOLVE:**

Dispensar FGR-I do (a) servidor (a) GRAZIELI APARECIDA CORDEIRO CORREIA MAI, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2015.

#### **C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 25 de novembro de 2015.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1564/15**

PORTARIA Nº 1564/15 DE 25/11/15  
DISPENSA FGR-I DO (A) SERVIDOR (A) ILDO DA SILVA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

#### **RESOLVE:**

Dispensar FGR-I do (a) servidor (a) ILDO DA SILVA, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2015.

#### **C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 25 de novembro de 2015.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1565/15**

PORTARIA Nº 1565/15 DE 25/11/15  
DISPENSA FGR-I DO (A) SERVIDOR (A) JOSSUI HELENA NOGUEIRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

#### **RESOLVE:**

Dispensar FGR-I do (a) servidor (a) JOSSUI HELENA NOGUEIRA essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2015.

#### **C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 25 de novembro de 2015.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1566/15**

PORTARIA Nº 1566/15 DE 25/11/15  
DISPENSA FGR-I DO (A) SERVIDOR (A) SANDRA PELENTIR DISSEGNA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

#### **RESOLVE:**

Dispensar FGR-I do (a) servidor (a) SANDRA PELENTIR DISSEGNA, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2015.

#### **C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 25 de novembro de 2015.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1567/15**

PORTARIA Nº 1567/15 DE 25/11/15

DISPENSA FGR-I DO (A) SERVIDOR (A) SONEIDE DE FÁTIMA MOREIRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Dispensar FGR-I do (a) servidor (a) SONEIDE DE FÁTIMA MOREIRA, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2015.

**COMUNIQUE – SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 25 de novembro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1568/15**

PORTARIA Nº 1568/15 DE 25/11/15

DISPENSA FGR-II DO (A) SERVIDOR (A) ADRIANA APARECIDA DOS SANTOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Dispensar FGR-II do (a) servidor (a) ADRIANA APARECIDA DOS SANTOS, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2015.

**COMUNIQUE – SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 25 de novembro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1569/15**

PORTARIA Nº 1569/15 DE 25/11/15

DISPENSA FGR-II DO (A) SERVIDOR (A) ADRIANA HELENA ROSSA MELO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Dispensar FGR-II do (a) servidor (a) ADRIANA HELENA ROSSA MELO, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2015.

**COMUNIQUE – SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 25 de novembro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1570/15**

PORTARIA Nº 1570/15 DE 25/11/15

DISPENSA FGR-II DO (A) SERVIDOR (A) BRUNA ZANDONA MARCON

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Dispensar FGR-II do (a) servidor (a) BRUNA ZANDONA MARCON, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2015.

**COMUNIQUE – SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 25 de novembro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1571/15**

PORTARIA Nº 1571/15 DE 25/11/15

DISPENSA FGR-II DO (A) SERVIDOR (A) CARLA DENISE GARBIN

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Dispensar FGR-II do (a) servidor (a) CARLA DENISE GARBIN, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2015.

**COMUNIQUE – SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 25 de novembro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1572/15**

PORTARIA Nº 1572/15 DE 25/11/15

DISPENSA FGR-II DO (A) SERVIDOR (A) CLARICE RODRIGUES ARRUDA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Dispensar FGR-II do (a) servidor (a) CLARICE RODRIGUES ARRUDA, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2015.

**COMUNIQUE – SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 25 de novembro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1573/15**

PORTARIA Nº 1573/15 DE 25/11/15

DISPENSA FGR-II DO (A) SERVIDOR (A) FERNANDA LIMA DEPORTE

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Dispensar FGR-II do (a) servidor (a) FERNANDA LIMA DEPORTE, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2015.

**COMUNIQUE – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 25 de novembro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1574/15**

PORTARIA Nº 1574/15 DE 25/11/15

DISPENSA FGR-II DO (A) SERVIDOR (A) GRAZIELLI CRISTINA KEMER

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Dispensar FGR-II do (a) servidor (a) GRAZIELLI CRISTINA KEMER, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2015.

**COMUNIQUE – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 25 de novembro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1576/15**

PORTARIA Nº 1576/15 DE 25/11/15

DISPENSA FGR-II DO (A) SERVIDOR (A) JUREMA RAYZEL

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Dispensar FGR-II do (a) servidor (a) JUREMA RAYZEL, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2015.

**COMUNIQUE – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 25 de novembro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1577/15**

PORTARIA Nº 1577/15 DE 25/11/15

DISPENSA FGR-II DO (A) SERVIDOR (A) LUANA DEBASTIANI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Dispensar FGR-II do (a) servidor (a) LUANA DEBASTIANI, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2015.

**COMUNIQUE – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 25 de novembro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1578/15**

PORTARIA Nº 1578/15 DE 25/11/15

DISPENSA FGR-II DO (A) SERVIDOR (A) REJANE PAULINA RUPENTHAL

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Dispensar FGR-II do (a) servidor (a) REJANE PAULINA RUPENTHAL, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2015.

**COMUNIQUE – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 25 de novembro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1579/15**

PORTARIA Nº 1579/15 DE 25/11/15

DISPENSA FGR-II DO (A) SERVIDOR (A) SUZANE DIAS DE DEUS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Dispensar FGR-II do (a) servidor (a) SUZANE DIAS DE DEUS, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2015.

**COMUNIQUE – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 25 de novembro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1580/15**

PORTARIA Nº 1580/15 DE 25/11/15

DISPENSA FGR-II DO (A) SERVIDOR (A) VILMAR MARTINS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Dispensar FGR-II do (a) servidor (a) VILMAR MARTINS, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2015.

**COMUNIQUE – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 25 de novembro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1581/15**

PORTARIA Nº 1581/15 DE 25/11/15

DISPENSA FGR-III DO (A) SERVIDOR (A) DEISE SCHMID SCAPINI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Dispensar FGR-III do (a) servidor (a) DEISE SCHMID SCAPINI, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2015.

**COMUNIQUE – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 25 de novembro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1582/15**

PORTARIA Nº 1582/15 DE 25/11/15

DISPENSA FGR-III DO (A) SERVIDOR (A) EDENILSON PATRICK MORESCO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Dispensar FGR-III do (a) servidor (a) EDENILSON PATRICK MORESCO, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2015.

**COMUNIQUE – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 25 de novembro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1583/15**

PORTARIA Nº 1583/15 DE 25/11/15

DISPENSA FGR-III DO (A) SERVIDOR (A) JANAYNA BUGANÇA CORDEIRO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Dispensar FGR-III do (a) servidor (a) JANAYNA BUGANÇA CORDEIRO, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2015.

**COMUNIQUE – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 25 de novembro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1584/15**

PORTARIA Nº 1584/15 DE 25/11/15

DISPENSA FGR-III DO (A) SERVIDOR (A) KERLLY JOCEANE WALTER

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Dispensar FGR-III do (a) servidor (a) KERLLY JOCEANE WALTER, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2015.

**COMUNIQUE – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 25 de novembro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1585/15**

PORTARIA Nº 1585/15 DE 25/11/15

DISPENSA FGR-III DO (A) SERVIDOR (A) LETICIA PICCOLI CAIPER

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Dispensar FGR-III do (a) servidor (a) LETICIA PICCOLI CAIPER, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2015.

**COMUNIQUE – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 25 de novembro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 1586/15**

PORTARIA Nº 1586/15 DE 25/11/15

DISPENSA FGR-III DO (A) SERVIDOR (A) MARCIA RITA SILVA CORREA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Dispensar FGR-III do (a) servidor (a) MARCIA RITA SILVA CORREA, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2015.

**COMUNIQUE – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 25 de novembro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1587/15**

PORTARIA Nº 1587/15 DE 25/11/15

DISPENSA FGR-III DO (A) SERVIDOR (A) MARINES TRAUTMANN DE AVILA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Dispensar FGR-III do (a) servidor (a) MARINES TRAUTMANN DE AVILA, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2015.

**COMUNIQUE – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 25 de novembro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1588/15**

PORTARIA Nº 1588/15 DE 25/11/15

DISPENSA FGR-III DO (A) SERVIDOR (A) MELISSA THAIS GEHRKE GOMES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Dispensar FGR-III do (a) servidor (a) MELISSA THAIS GEHRKE GOMES, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2015.

**COMUNIQUE – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 25 de novembro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1589/15**

PORTARIA Nº 1589/15 DE 25/11/15

DISPENSA FGR-III DO (A) SERVIDOR (A) NILVA FABRO SARMENTO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Dispensar FGR-III do (a) servidor (a) NILVA FABRO SARMENTO, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2015.

**COMUNIQUE – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 25 de novembro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1590/15**

PORTARIA Nº 1590/15 DE 25/11/15

DISPENSA GFDE-CI DO (A) SERVIDOR (A) VIVIANE CRISTINA JUNHO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Dispensar GFDE-CI do (a) servidor (a) VIVIANE CRISTINA JUNHO, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2015.

**COMUNIQUE – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 25 de novembro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1591/15**

PORTARIA Nº 1591/15 DE 25/11/15

DISPENSA GFDE-LICITAÇÃO DO (A) SERVIDOR (A) DAYANA DOS SANTOS RIBEIRO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Dispensar GFDE-LICITAÇÃO do (a) servidor (a) DAYANA DOS SANTOS RIBEIRO, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2015.

**COMUNIQUE – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 25 de novembro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1592/15**

PORTARIA Nº 1592/15 DE 25/11/15

DISPENSA GFDE-LICITAÇÃO DO (A) SERVIDOR (A) LUCIA FRANCISCA DE OLIVEIRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Dispensar GFDE-LICITAÇÃO do (a) servidor (a) LUCIA FRANCISCA DE OLIVEIRA, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2015.

**COMUNIQUE – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 25 de novembro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1593/15**

PORTARIA Nº 1593/15 DE 25/11/15

DISPENSA GFDE-LICITAÇÃO DO (A) SERVIDOR (A) VANESSA APARECIDA TORRES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Dispensar GFDE-LICITAÇÃO do (a) servidor (a) VANESSA APARECIDA TORRES, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2015.

**COMUNIQUE – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 25 de novembro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1594/15**

PORTARIA Nº 1594/15 DE 25/11/15

DISPENSA GFDE-PREGÃO DO (A) SERVIDOR (A) ANA PAULA ROVEDA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Dispensar GFDE-PREGÃO do (a) servidor (a) ANA PAULA ROVEDA, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2015.

**COMUNIQUE – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 25 de novembro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1595/15**

PORTARIA Nº 1595/15 DE 25/11/15

DISPENSA GFDE-PREGÃO DO (A) SERVIDOR (A) GLAUCIANE PINTO FRANÇA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Dispensar GFDE-PREGÃO do (a) servidor (a) GLAUCIANE PINTO FRANÇA, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2015.

**COMUNIQUE – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 25 de novembro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1596/15**

PORTARIA Nº 1596/15 DE 25/11/15

DISPENSA GFDE-PREGÃO DO (A) SERVIDOR (A) JOÃO MARIA RIBEIRO JUNIOR

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Dispensar GFDE-PREGÃO do (a) servidor (a) JOÃO MARIA RIBEIRO JUNIOR, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2015.

**COMUNIQUE – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 25 de novembro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1597/15**

PORTARIA Nº 1597/15 DE 25/11/15

DISPENSA GFDE-TESSOURARIA DO (A) SERVIDOR (A) FRANCISCO LAERCIO GARCIA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Dispensar GFDE-TESSOURARIA do (a) servidor (a) FRANCISCO LAERCIO GARCIA, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2015.

**COMUNIQUE – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 25 de novembro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 1598/15**

PORTARIA Nº 1598/15 de 25/11/2015

DISPENSA O SERVIDOR JOEL FRANCISCO FAGUNDES DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DO SAMAE

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Dispensar o servidor JOEL FRANCISCO FAGUNDES, das funções de DIRETOR DO SAMAE, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos 01 de novembro de 2015,

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 20 de novembro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1599/15**

PORTARIA Nº 1599/15 de 25/11/2015

DISPENSA A SERVIDORA MARITA DE FÁTIMA FORGEARINI DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Dispensar a servidora MARITA DE FÁTIMA FORGEARINI, das funções de DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos 01 de novembro de 2015.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 20 de novembro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1600/15**

PORTARIA Nº 1600/15 de 25/11/2015

DISPENSA A SERVIDORA ANA ELIZA MARA MARCON DO CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSORA ESPECIAL DE GABINETE

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Dispensar a servidora ANA ELIZA MARA MARCON, das funções de ASSESSORA ESPECIAL DE GABINETE, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos 01 de novembro de 2015.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 20 de novembro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1601/15**

PORTARIA Nº 1601/15 de 25/11/2015

DISPENSA A SERVIDORA CLARICE APARECIDA FAGUNDES CARGO EM COMISSÃO DE DIRETORA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO PÚBLICO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Dispensar a servidora CLARICE APARECIDA FAGUNDES, das funções de DIRETORA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO PÚBLICO, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos 01 de novembro de 2015.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 20 de novembro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1602/15**

PORTARIA Nº 1602/15 de 25/11/2015

DISPENSA A SERVIDORA MARCIA ELIZA CANALI KAIPER CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Dispensar a servidora MARCIA ELIZA CANALI KAIPER, das funções de SECRETÁRIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos 01 de novembro de 2015.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 20 de novembro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1603/15**

PORTARIA Nº 1603/15 DE 25/11/2015

DESIGNA O SERVIDOR EFETIVO JOEL FRANCISCO FAGUNDES PARA RESPONDER INTERINAMENTE ATOS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS DO SAMAE

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar o servidor efetivo JOEL FRANCISCO FAGUNDES membro do quadro efetivo, para responder interinamente atos administrativos e financeiros do SAMAE.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2015.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 20 de novembro de 2015

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1604/15**

PORTARIA Nº 1604/15 DE 25/11/2015

DESIGNA A SERVIDORA EFETIVA MARITA DE FATIMA FORGEARINI PARA RESPONDER INTERINAMENTE ATOS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS DO DEPARTAMENTO DE ARRECAÇÃO E TRIBUTAÇÃO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar a servidora efetiva MARITA DE FÁTIMA FORGEARINI membro do quadro efetivo, para responder interinamente atos administrativos e financeiros do DEPARTAMENTO DE ARRECAÇÃO E TRIBUTAÇÃO.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2015.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 20 de novembro de 2015

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1605/15**

PORTARIA Nº 1605/15 DE 25/11/2015

DESIGNA A SERVIDORA EFETIVA ANA ELIZA MARA MARCON PARA RESPONDER INTERINAMENTE ATOS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar a servidora efetiva ANA ELIZA MARA MARCON membro do quadro efetivo, para responder interinamente atos administrativos e financeiros do DEPARTAMENTO FINANCEIRO.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2015.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 20 de novembro de 2015

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1606/15**

PORTARIA Nº 1606/15 DE 25/11/2015

DESIGNA A SERVIDORA EFETIVA CLARICE APARECIDA FAGUNDES PARA RESPONDER INTERINAMENTE ATOS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÃO E PATRIMONIO PUBLICO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar a servidora efetiva CLARICE APARECIDA FAGUNDES membro do quadro efetivo, para responder interinamente atos administrativos e financeiros do DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÃO E PATRIMONIO PÚBLICO.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2015.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 20 de novembro de 2015

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1607/15**

PORTARIA Nº 1607/15 DE 25/11/2015

DESIGNA A SERVIDORA EFETIVA MARCIA ELIZA CANALI KAIPER PARA RESPONDER INTERINAMENTE ATOS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS JUNTO A SECRETARIA DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar a servidora efetiva MARCIA ELIZA CANALI KAIPER membro do quadro efetivo, para responder interinamente atos administrativos e financeiros junto a SECRETARIA DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2015.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 20 de novembro de 2015

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**SAMAE - CAMPOS NOVOS****EXT. PP. 23/2015**

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA 49 35410844  
AVISO LICITAÇÃO

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE de Campos Novos -SC leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com o que preceitua a Lei 10.520/2002, Decreto 5.411/2005 e subsidiariamente com a Lei 8.666/1993, fará realizar o procedimento licitatório abaixo:

1-LICITAÇÃO Nº 32/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº23/2015, tipo MENOR PREÇO POR ITEM.

2-OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL COMUM E ÓLEO DIESEL S10) VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA FROTA DE VEÍCULOS PERTENCENTES AO SAMAE DE CAMPOS NOVOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES.

3-DATA/HORÁRIO DE ABERTURA: As 09:00hs do dia 17/12/2015, para recebimento e abertura de invólucros. O Edital encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Material e Transporte do SAMAE, sito a rua: Caetano Carlos, 466 – Centro em Campos Novos –SC, nos seguintes horários das 09:00 às 11:00 e das 14:00 às 17:00 horas e nos sites [www.samaecn.com.br](http://www.samaecn.com.br) e [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br)

JOEL FRANCISCO FAGUNDES  
DIRETOR DO SAMAE

# Canelinha

## PREFEITURA

### EXTRATO CONVÊNIOS 1, 2 E 3 - FIA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CANELINHA

FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA

Avenida Joaquim José de Santana, nº 2432 – Centro

Fone (0\*\*48) 3264-0155 – Fax: 3264-4012 – CNPJ/MF nº 19.094031/0001-87

88230-000 – CANELINHA – SANTA CATARINA

CONVÊNIO Nº 001/2015

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CANELINHA, ATRAVÉS DO FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA - FIA E A APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS, OBJETIVANDO REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS PARA EXECUÇÃO DE PROJETO SOCIAL VOLTADO À ÁREA DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA.

O presente convênio tem por objeto atender despesas com a execução do projeto de inscrição nº 003/2015, denominado projeto “PREVENÇÃO É O CAMINHO”, que objetiva diminuir o índice de crianças com deficiência no Município de Canelinha através da prevenção durante e após a gestação, conforme Plano de Trabalho apresentado e aprovado pela Comissão Especial e homologado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Canelinha – CMDCA. VALOR FINANCEIRO DO REPASSE: Para a execução do presente Convênio o MUNICÍPIO, através do FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA repassará a APAE a importância de R\$-10.000,00 (dez mil reais). PRAZO: O prazo de execução do projeto previsto neste Convênio é de no máximo 11 (onze) meses, com efeitos a partir da assinatura do termo e com termino previsto para 21 de setembro de 2016. Canelinha (SC), 21 de novembro de 2015. ANTÔNIO DA SILVA – Prefeito do Município

CONVÊNIO Nº 002/2015

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CANELINHA, ATRAVÉS DO FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA - FIA E O GRUPO DE IDOSOS VIDA NOVA, OBJETIVANDO REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS PARA EXECUÇÃO DE PROJETO SOCIAL VOLTADO À ÁREA DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA.

O presente convênio tem por objeto atender despesas com a execução do projeto de inscrição nº 004/2015, denominado projeto “TEATRO NA COMUNIDADE”, que objetiva apoiar sócio educativo para a criança e o adolescente que está em processo de desenvolvimento, utilizando o teatro como forma de linguagem para agir diretamente sobre os limites dos seres humanos, contribuindo para provocar modificações no processo de construção da vida social, buscando diminuir a violência doméstica, crianças e adolescentes nas ruas, violência sexual, uso de drogas e combatendo a vulnerabilidade social da comunidade, conforme Plano de Trabalho apresentado e aprovado pela Comissão Especial e homologado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Canelinha – CMDCA. DO VALOR FINANCEIRO DO REPASSE: Para a execução do presente Convênio o MUNICÍPIO, através do FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA repassará ao GRUPO DE IDOSOS VIDA NOVA a importância de R\$-20.000,00 (vinte mil reais). DO PRAZO: O prazo de execução do projeto previsto neste Convênio é de no máximo 11 (onze) meses, com efeitos a partir da assinatura do termo e com termino previsto para 21 de setembro de 2016. Canelinha (SC), 21 de novembro de 2015. ANTÔNIO DA SILVA – Prefeito do Município

CONVÊNIO Nº 003/2015

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CANELINHA, ATRAVÉS DO FUNDO DA INFÂNCIA E DA

ADOLESCÊNCIA – FIA E A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO GRANDE MOURA – ASMOGRAM, OBJETIVANDO REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS PARA EXECUÇÃO DE PROJETO SOCIAL VOLTADO À ÁREA DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA.

O presente convênio tem por objeto atender despesas com a execução do projeto de inscrição nº 005/2015, denominado projeto “MUSICA, CULTURA QUE INCLUI E TRANSFORMA”, que objetiva diminuir a violência doméstica, crianças nas ruas, violência sexual e drogas, através de oficinas de música instrumental e praticas didáticas diferenciadas enfocando a alfabetização e letramento, a formação de cidadãos, o fortalecimento da cultura e a erradicação do trabalho infantil, conforme Plano de Trabalho apresentado e aprovado pela Comissão Especial e homologado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Canelinha – CMDCA. DO VALOR FINANCEIRO DO REPASSE: Para a execução do presente Convênio o MUNICÍPIO, através do FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA repassará a ASMOGRAM a importância de R\$-33.375,00 (trinta e três mil trezentos e setenta e cinco reais). DO PRAZO: O prazo de execução do projeto previsto neste Convênio é de no máximo 11 (onze) meses, com efeitos a partir da assinatura do termo e com termino previsto para 21 de setembro de 2016. Canelinha (SC), 21 de novembro de 2015. ANTÔNIO DA SILVA – Prefeito do Município

### EXTRATO EDITAL 10/2015 - FHC

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CANELINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 10/2015

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 10/2015

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, à aquisição parcelada, conforme necessidade de medicamentos, destinados à manutenção das atividades da Fundação Hospitalar Municipal de Canelinha, para o ano de 2016, conforme Anexo II, parte integrante deste Edital. DATA DE ABERTURA: 14 de dezembro de 2015, às 08:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site [www.canelinha.sc.gov.br](http://www.canelinha.sc.gov.br). Canelinha/SC, 01 de dezembro de 2015. MARILITA MICHELI GONÇALVES - Diretora Administrativa

### EXTRATO EDITAL 85/2015 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 85/2015

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 65/2015

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, a aquisição de gêneros alimentícios para o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, para atender os alunos matriculados nas escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental, da Rede Pública Municipal, atendendo a Lei nº. 11.947/2009 e Resolução/CD/FNDE nº. 026 de 17 de junho de 2013, para o ano de 2016. conforme especificações descritas no Anexo II, parte integrante do Pregão. DATA DE ABERTURA: 15 de dezembro de 2015, às 08:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site [www.canelinha.sc.gov.br](http://www.canelinha.sc.gov.br). Canelinha/SC, 01 de dezembro de 2015. ANTÔNIO DA SILVA - Prefeito do Município.

# Canoinhas

## PREFEITURA

### **PUBLICAÇÃO DA ANULAÇÃO DO PREGÃO Nº PMC 134/2015 (PRESENCIAL)**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º PMC 219/2015  
PREGÃO N.º PMC 134/2014 (PRESENCIAL)  
AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Canoinhas, no uso de suas atribuições legais, torna pública a anulação do Pregão n.º PMC 134/2015 (PRESENCIAL), que tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO, PELO PERÍODO DE 12 MESES. Motivo: Readequação do edital a novas resoluções da ANAEE. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação ANULADA.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO Nº PMC 132/2015 (PRESENCIAL)**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 132/15  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 215/15  
HOMOLOGAÇÃO: 01/12/15  
CONTRATADO: CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DESTINADOS AOS PROGRAMAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E FROHAB.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 87.382,00 (oitenta e sete mil trezentos e oitenta e dois reais)  
DATA: 01/12/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

-----  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 132/15  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 215/15  
HOMOLOGAÇÃO: 01/12/15  
CONTRATADO: MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DESTINADOS AOS PROGRAMAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E FROHAB.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 70.450,00 (setenta mil quatrocentos e cinquenta reais)  
DATA: 01/12/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

### **PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 143/2015 (PRESENCIAL)**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 232/2015  
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 143/2015 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 16/12/2015, às 10h05min, licitação para AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DESTINADOS A CONSTRUÇÃO DE MURO DE DIVISA DE PROPRIEDADES, NO PARQUE DE EXPOSIÇÕES OURO VERDE, EM ATENÇÃO A LEI 5.625 DE 15 DE JULHO DE 2015. Recebimento de propostas até as 10h00min do dia 16/12/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

## PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO Nº PMC 132/2015 (PRESENCIAL)

Página: 1/3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS**  
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Total dos Itens Vencedores: 157.832,00

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 215/2015

Licitação.....: 132/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DESTINADOS AOS PROGRAMAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E FROHAB.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
<b>Item.....: 1 - 2665 - CAL VIRGEM, SACO C/ 20 KG - Unidade: SC</b>								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Pavim	1.500,000	0,0000	8,4900	12.735,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		1.500,000	0,0000	8,5000	12.750,00	Perdeu	2
<b>Item.....: 2 - 7337 - CAL HIDRATADO C/ 20 KG - Unidade: SC</b>								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Pavim	1.500,000	0,0000	8,4900	12.735,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		1.500,000	0,0000	8,5000	12.750,00	Perdeu	2
<b>Item.....: 3 - 2664 - CIMENTO PORTLAND CP 320, SACO COM 50 KG - Unidade: SC</b>								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Votoram	1.000,000	0,0000	30,3900	30.390,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		1.000,000	0,0000	30,4000	30.400,00	Perdeu	2
<b>Item.....: 4 - 2741 - BRITA N.º 01 - LIMPA - Unidade: M3</b>								
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		350,000	0,0000	79,8000	27.930,00	Venceu	1 *****
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME		350,000	0,0000	0,0000	0,00	Desclassif.	0
<b>Item.....: 5 - 19527 - POSTE DE CONCRETO - 7 METROS PADRÃO CELESC - Unidade: UN</b>								
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		15,000	0,0000	1.419,0000	21.285,00	Venceu	1 *****
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME		15,000	0,0000	0,0000	0,00	Desclassif.	0



Página: 2/3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS**  
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

157.832,00

Processo Administrativo:

215/2015

Processo / Ano:

132/2015 - PR

Licitação.....:

PREGÃO PRESENCIAL

Modalidade.....:

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DESTINADOS AOS PROGRAMAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E FROHAB.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 6 - 44741 - RIPA PINUS - Unidade: M

16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Zandonia	5.000,000	0,0000	1,4900	7.450,00	Venceu	1 ****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		5.000,000	0,0000	1,5000	7.500,00	Perdeu	2

Item.....: 7 - 11040294 - CAIBRO DE 3 METROS 2X4 DE PINUS - Unidade: UN

16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Zandonia	600,000	0,0000	11,9000	7.140,00	Venceu	1 ****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		600,000	0,0000	12,0000	7.200,00	Perdeu	2

Item.....: 8 - 11040324 - TUOLO - 4 FUROS - Unidade: UN

16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP	Ceaca	50.000,000	0,0000	0,6500	32.500,00	Venceu	1 ****
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME		50.000,000	0,0000	0,6700	33.500,00	Perdeu	2

Item.....: 9 - 18248 - BARRA DE FERRO 8 MM, BARRAS C/ 12 METROS - Unidade: BARR

16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		300,000	0,0000	18,8900	5.667,00	Venceu	1 ****
-------	------------------------------------	--	---------	--------	---------	----------	--------	--------

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 3/3

Processo / Ano:		215/2015	Processo Administrativo:		157.832,00			
Licitação.....:	132/2015 - PR							
Modalidade....:	PREGÃO PRESENCIAL							
Objeto.....:	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DESTINADOS AOS PROGRAMAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E FROHAB.							
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação

Item.....: 9	- 18248	- BARRA DE FERRO 8 MM, BARRAS C/12 METROS - Unidade: BARR						
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Gerdal	300,000	0,0000	18,9000	5.670,00	Perdeu	2

Canoinhas, Em .....	Pregoeiro(a)
PAULO CESAR SAFANELLI - .....	ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK - .....
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK - .....	CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS - .....
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS - .....	MARCIANO FERNANDES CORREA - .....
MARCIANO FERNANDES CORREA - .....	DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO - .....
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO - .....	VANESSA LANGER - .....
VANESSA LANGER - .....	



# Capinzal

## PREFEITURA

### FMS CONTRATO 0079/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		
-----		
Contrato Nº.: 0079/2015		
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
Contratada...: DE MARCO LTDA		
Valor ..... : 51.000,00 (cinquenta e um mil reais)		
Vigência ..... : Início: 01/12/2015 Término: 31/12/2015		
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 24/2015 Processo_Licitatório.....: 00036 / 2015		
Recursos ..... : Dotação:		
Objeto ..... : Aquisição de um veículo 0 (zero) Quilômetro, para uso do Fundo Municipal de Saúde de Capinzal/SC, no Setor de Vigilância Sanitária		
Capinzal, 1 de Dezembro de 2015		

Contrato Nº.: 0283/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada...: FULLTECH EQUIPAMENTOS LTDA - ME

Valor ..... : 1.738,00 (um mil setecentos e trinta e oito reais)

Vigência ..... : Início: 01/12/2015 Término: 01/12/2016

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 98/2015 Processo\_Licitatório.....: 000171 / 2015

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de equipamentos para atender as necessidades da Secretaria da Educação, Cultura e Esportes, Pré-Escolas, Creches e Escola do Ensino Fundamental, com Recursos Municipais e Salário Educação

Capinzal, 1 de Dezembro de 2015

### PMC CONTRATO 0284/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		
-----		
Contrato Nº.: 0284/2015		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada...: L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME		
Valor ..... : 3.660,00 (três mil seiscentos e sessenta reais)		
Vigência ..... : Início: 01/12/2015 Término: 01/12/2016		
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 98/2015 Processo_Licitatório.....: 000171 / 2015		
Recursos ..... : Dotação:		
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de equipamentos para atender as necessidades da Secretaria da Educação, Cultura e Esportes, Pré-Escolas, Creches e Escola do Ensino Fundamental, com Recursos Municipais e Salário Educação		
Capinzal, 1 de Dezembro de 2015		

### PMC CONTRATO 0282/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		
-----		
Contrato Nº.: 0282/2015		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada...: ANDRADE, PASSINI COMÉRCIO DE MATERIAIS LTDA ME		
Valor ..... : 5.560,00 (cinco mil quinhentos e sessenta reais)		
Vigência ..... : Início: 01/12/2015 Término: 01/12/2016		
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 98/2015 Processo_Licitatório.....: 000171 / 2015		
Recursos ..... : Dotação:		
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de equipamentos para atender as necessidades da Secretaria da Educação, Cultura e Esportes, Pré-Escolas, Creches e Escola do Ensino Fundamental, com Recursos Municipais e Salário Educação		
Capinzal, 1 de Dezembro de 2015		

### PORTARIA 1266/2015

PORTARIA Nº 1266, DE 06 DE OUTUBRO DE 2015

Prorroga Licença Maternidade Especial à servidora, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o art. 1º § 1º da Lei Complementar nº 136, de 28 de julho de 2010 e a legislação em vigor,

#### RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a Licença Maternidade Especial, pelo período de 06 de outubro a 04 de dezembro de 2015, conforme requerimento protocolado sob o nº 2692/2015, da servidora Glaucia Maria de Moraes, matrícula nº 329045/01, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, nível 153, referência B, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 06 de outubro de 2015.

Capinzal - SC, em 06 de outubro de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

### PMC CONTRATO 0283/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		
-----		

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

### **PORTARIA 1270/2015**

PORTARIA Nº 1270, DE 06 DE OUTUBRO DE 2015

Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 29 a 33 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 3138/2015, RESOLVE:

Art. 1º Conceder progressão por curso de formação educacional à servidora Glaucia Maria de Moraes, matrícula nº 329045/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência B, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 35, referência D.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em outubro de 2015.

Capinzal – SC, em 06 de outubro de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

### **PORTARIA 1271/2015**

PORTARIA Nº 1271, DE 06 DE OUTUBRO DE 2015

Altera nome de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Certidão de Casamento, Matrícula nº 104935 01 55 2010 2 00021 112 0003872 84, do Registro Civil das Pessoas Naturais, RESOLVE:

Art. 1º Fica alterado o nome da servidora Niane de Azeredo, matrícula nº 332283/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 7, referênci A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais e vinculada à Secretaria da Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º A servidora passa a assinar Niane de Azeredo Filbert.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 06 de outubro de 2015

Capinzal – SC, em 06 de outubro de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

### **PORTARIA 1272/2015**

PORTARIA Nº 1272, DE 08 DE OUTUBRO DE 2015

Concede licença por motivo de casamento a servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na alínea "a", inciso III do artigo 93 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991 e conforme Certidão de Casamento Matrícula nº 104935 01 2015 2 00022 232 0004292 98, RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença por motivo de seu casamento, pelo período de 08 a 15 de outubro de 2015, ao servidor Sergio Girioli, matrícula nº 333310/01, ocupante do cargo de Motorista, nível 184, referencia E, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, com carga horária de quarenta (40) horas semanais, na Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 08 de outubro de 2015.

Capinzal – SC, em 08 de outubro de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

### **PORTARIA 1273/2015**

PORTARIA Nº 1273, DE 08 DE OUTUBRO DE 2015

Concede licença por motivo de casamento a servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na alínea "a", inciso III do artigo 93 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991 e conforme Certidão de Casamento Matrícula nº 104935 01 2015 2 00022 232 0004292 98, RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença por motivo de seu casamento, pelo período de 08 a 15 de outubro de 2015, à servidora Daniela Juliana Costa, matrícula nº 334707/02, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referencia A, conforme o Anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, com carga horária de vinte (20) horas semanais, na Escola Municipal Belisário Pena.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 08 de outubro de 2015.

Capinzal – SC, em 08 de outubro de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

**PORTARIA 1274/2015**

PORTARIA Nº 1274, DE 08 DE OUTUBRO DE 2015

Altera nome de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Certidão de Casamento, Matrícula nº 104935 01 55 2015 2 00022 232 0004292 98, do Registro Civil das Pessoas Naturais, RESOLVE:

Art. 1º Fica alterado o nome da servidora Daniela Juliana Costa, matrícula nº 334707/02, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais na Escola Municipal Belisário Pena.

Art. 2º A servidora passa a assinar Daniela Juliana Costa Girioli.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 08 de outubro de 2015

Capinzal – SC, em 08 de outubro de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

**PORTARIA 1275/2015**

PORTARIA Nº 1275, DE 08 DE OUTUBRO DE 2015

Concede Licença Maternidade à servidora, na forma que especifica

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme a legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Maternidade, pelo período de 06 de outubro de 2015 a 02 de fevereiro de 2016, conforme atestado médico, à servidora Josimara Poggere, matrícula nº 312509/01, ocupante do cargo de Professor de Informática, nível 231, referência G, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 06 de outubro de 2015.

Capinzal, SC, em 08 de outubro de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

---

**SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL**

---

**RETIFICAÇÃO - PREGÃO Nº /41/2015**

RETIFICAÇÃO DE EDITAL

PROCESSO Nº: CAO/0445/2015 PREGÃO PRESENCIAL Nº: CAO/41/2015

OBJETO DA LICITAÇÃO: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA ATENDIMENTO DAS ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA (ETA) E DE TRATAMENTO DE ESGOTO (ETE), DURANTE O EXERCÍCIO DE 2016.

FICA RETIFICADO O HORÁRIO PARA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES, NOS SEGUINTE TERMOS:

“ 1.2 - Entrega dos Envelopes – Envelope nº 1 (Proposta de Preços) e Envelope nº 2 (Documentos de Habilitação)  
Data/Hora: Dia 11/12/2015 às 10:00 horas. ”

“ 1.3 – Abertura da Sessão  
Data/Hora: Dia 11/12/2015 às 10:00 horas. ”

MAIORES ESCLARECIMENTOS PODERÃO SER PRESTADOS NO ESCRITÓRIO DO SIMAE, SITO À RUA DOMINGOS OMIZOLLO, Nº 447, BAIRRO SÃO LUIZ - CAPINZAL - SC, CEP 89.665.000, OU PELO FONE (049) 3555-1107, COM A COMISSÃO DE LICITAÇÃO DAS 08:00 ÀS 12:00 E DAS 13:30 ÀS 17:30 HORAS.

Capinzal/SC, 01 de dezembro de 2015.

Francieli da Rosa

Pregoeira

# Caxambu do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO 55/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL
AVISO DE DISPENSA LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº. 55/2015
Edital: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 09/2015
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO DURANTE A PROGRAMAÇÃO DO 53ª ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO.
Contratada: MUSICAL EVENTUS LTDA ME.
Valor: R\$ 3.000,00 (Três mil reais).
Fundamento: Inciso II do Art. 24 da Lei º. 8.666/93 c/redação da Lei 8.883/94.
CAXAMBU DO SUL, 02 de Dezembro de 2015.
VILMAR FOPPA
PREFEITO MUNICIPAL

### AVISO DE LICITAÇÃO 58/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL
AVISO DE DISPENSA LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº. 58/2015
Edital: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 12/2015
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURANÇA PRIVADA DURANTE A PROGRAMAÇÃO DO 53ª ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO.
Contratada: NEON VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA – ME.
Valor: R\$ 5.235,75 (cinco mil duzentos e trinta e cinco reais e setenta e cinco centavos).
Fundamento: Inciso II do Art. 24 da Lei º. 8.666/93 c/redação da Lei 8.883/94.
CAXAMBU DO SUL, 02 de Dezembro de 2015.
VILMAR FOPPA
PREFEITO MUNICIPAL

### AVISO DE LICITAÇÃO 56/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL
AVISO DE DISPENSA LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº. 56/2015
Edital: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 10/2015
Objeto: FORNECIMENTO DE BANDEJAS DE ISOPOR E TALHERES DE PLÁSTICO PARA SERVIR MELANCIA DURANTE A PROGRAMAÇÃO DO 53ª ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO..
Contratada: EUNICE LESSA CHIARELLO- ME.
Valor: R\$ 1.764,23 (um mil setecentos e sessenta e quatro reais e vinte e três centavos).
Fundamento: Inciso II do Art. 24 da Lei º. 8.666/93 c/redação da Lei 8.883/94.
CAXAMBU DO SUL, 02 de Dezembro de 2015.
VILMAR FOPPA
PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO 102/2015

DECRETO Nº. 102/2015

“ESTABELECE PERÍODO DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o artigo 71, IV da Lei Orgânica do Município;

Considerando o final do exercício de 2015 e o início do exercício de 2016 e as peculiaridades próprias da época.

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído EXPEDIENTE INTERNO na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, no período de 15 de dezembro de 2015 a 15 de janeiro de 2016, exceto a tesouraria que estará atendendo para fins de pagamento de fornecedores e recebimento de tributos municipais.

Art. 2º - Fica como data final para a realização de empenhamento de despesas comuns, e recebimento de notas fiscais o dia 10 de dezembro de 2015, exceto as despesas de caráter continuado.

Art. 3º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Caxambu do Sul, SC, 30 de Novembro de 2015.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

### AVISO DE LICITAÇÃO 57/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL
AVISO DE DISPENSA LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº. 57/2015
Edital: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 11/2015
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE EVENTO ESPORTIVO – ETAPA COPA OESTE DE VELOCROSS – DURANTE A PROGRAMAÇÃO DO 53ª ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO.
Contratada: TIAGO CAZAROTTO PEREIRA.
Valor: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).
Fundamento: Inciso II do Art. 24 da Lei º. 8.666/93 c/redação da Lei 8.883/94.
CAXAMBU DO SUL, 02 de Dezembro de 2015.
VILMAR FOPPA
PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO 103/2015**

DECRETO Nº. 103/2015

"DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o artigo 71, IV da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído PONTO FACULTATIVO, nas repartições Públicas Municipais, nos dias 24 e 31/12/2015, tendo em vista as comemorações de Natal e Final de ano.

Art. 2º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Caxambu do Sul, SC, 30 de Novembro de 2015.

VILMAR FOPPA  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

**DECRETO 104/2015**

DECRETO N. 104/2015

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, em conformidade com o Inciso XXV, do artigo 71, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º . Fica exonerada a Servidora Pública Municipal, Senhorita GÉSSICA DO AMARAL, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade RG sob n. 4.891.234 e, inscrito no CPF/MF sob n. 078.252.869-44, ocupante do cargo de CHEFE SETOR DE PROMOÇÃO SOCIAL, lotado junto à Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social do Município de Caxambu do Sul.

Art. 2º . Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 01/12/2015.

Art. 3º . Revogam-se às disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 30 de Novembro de 2015

Registre-se e Publique-se

VILMAR FOPPA  
Prefeito Municipal

**DECRETO 105/2015**

DECRETO Nº.105/2015

"Dispõe sobre revalidação do prazo de aprovação do loteamento denominado Loteamento de Quadros e referenda as disposições contidas no Decreto Municipal nº 015/2015, e dá outras providências"

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com o artigo 71, incisos IV e XXVI, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto no art. 18 da Lei Federal nº 6.766/79, nas Leis municipais nº 754/94 e 1.156/08, bem como nos documentos contidos no Processo Administrativo de aprovação do Loteamento de Quadros;

Considerando a necessidade de se atender as diversas exigências do Registro de Imóveis da Comarca de Chapecó-SC, para possibilitar o registro do citado loteamento,

DECRETA:

Art. 1º. Fica revalidado o prazo de aprovação do loteamento denominado Loteamento de Quadros pelo período de 180 dias, a contar desta data.

Parágrafo Único. Em razão da revalidação mencionada no caput deste artigo, ficam ratificados todos os atos administrativos efetivados até a presente data, bem como os termos do cronograma de execução das obras de infraestrutura, constantes do respectivo processo administrativo.

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 30 de novembro de 2015.

Registre-se e Publique-se

VILMAR FOPPA  
Prefeito Municipal

**DECRETO 106/2015**

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL

DECRETO Nº 000106/15 de 1 de Dezembro de 2015

Outros no Orçamento programa de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de CAXAMBU DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº 001334/14 de 3 de Novembro de 2014.

DECRETA :

Art. 1º -

Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 45.880,44 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. FIN. E PLANEJAMENTO

03.01 - Departamento de Administração

03.01.04.122.0003.2.003-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 14.414,80

04 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

04.02 - Departamento de Cultura

04.02.13.392.0008.2.017-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 3.428,00

04.03 - Departamento de Esportes

04.03.27.812.0007.2.016-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 1.270,00

04.01 - Departamento de Educação

04.01.12.361.0006.2.010-3.3.50.00.00.00.00.00 - Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu 3.000,00

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

06.02 - Manutenção do CRAS

06.02.08.244.0009.2.019-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 5.000,00

07 - SEC. MUN. DE DES. ECON. IND. COM. TUR. AGRIC. M. A

07.01 - Departamento da Indústria, Comércio e Agricultura

07.01.20.606.0014.2.028-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 4.697,00

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

08.01 - Departamento de Estradas e Rodagem

08.01.26.782.0013.2.027-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 10.647,44



**09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS**

09.01 - Departamento de Serviços Urbanos	
09.01.15.452.0012.2.024-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	2.000,00
09.01.15.452.0012.2.024-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	1.423,20

**Art. 2º -**

Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. FIN. E PLANEJAMENTO****04 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES****04.03 - Departamento de Esportes**

04.03.27.812.0007.2.016-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 1.270,00

**06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL****06.02 - Manutenção do CRAS**

06.02.08.244.0009.2.019-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes

Diretas 5.000,00

**07 - SEC. MUN. DE DES. ECON. IND. COM. TUR. AGRIC. M. A****07.01 - Departamento da Indústria, Comércio e Agricultura**

07.01.20.606.0014.2.028-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 4.697,00

**08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES****08.01 - Departamento de Estradas e Rodagem**

08.01.26.782.0013.2.027-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 10.000,00

08.01.26.782.0013.2.027-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 647,44

**09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS****09.01 - Departamento de Serviços Urbanos**

09.01.15.452.0012.2.024-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 3.423,20

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 1 de Dezembro de 2015

VILMAR FOPPA

PREFEITO

**EXTRATO ATA RP 24/2015**

Estado de Santa Catarina	
MUNICIPIO DE CAXAMBU DO SUL	
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	
Ata Nº.:	24//2015
Detentora:	SAQUETTI COMÉRCIO E CONsertos DE RELÓGIOS LTDA ME.
Objeto ..... :	REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE RELÓGIO DE PONTO.

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade Estimada	Valor Unit.	Valor Total
1	Relógio de Ponto, modelo Primme SF Ponto - marca Henry.	un	Henry	9	R\$ 1.650,00	R\$ 14.850,00
2	Sistema de gerenciamento relógio ponto, modelo Ponto Secullum 4, marca Secullum.	un	Secullum	1	R\$320,00	R\$ 320,00

Vigência ..... : Início : 23/11/2015 Término : 22/05/2015.

Licitação.....: Pregão Presencial nº 27/2015.

CAXAMBU DO SUL, 23 de Novembro de 2015.

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

**NOTA ANULAÇÃO 51/2015**

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE CAXAMBU DO SUL
NOTA ANULAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 51/2015
Edital: Pregão Presencial Nº.: 02/2015
Tipo: Maior Oferta.
Objeto: CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE GUARDA, REMOÇÃO, RECOLHIMENTO E DEPOSITO DE VEÍCULOS APREENDIDOS E RETIRADOS DE CIRCULAÇÃO, POR INFRAÇÃO À LEGISLAÇÃO DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, NAS VIAS PÚBLICAS E ABERTAS A LIVRE CIRCULAÇÃO NO MUNICÍPIO, EM PÁTIO OU ÁREA DESTINADA PARA ESSE FIM.
Motivo: Não houve interessados em participar do certame.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua Índio Conda, nº 55, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min pelo fone (49) 3326-0127, e pelo site <a href="http://www.caxambudosul.sc.gov.br">www.caxambudosul.sc.gov.br</a> .
CAXAMBU DO SUL, 30 de novembro de 2015.
VILMAR FOPPA
PREFEITO MUNICIPAL

# Celso Ramos

## PREFEITURA

**TOMADA DE PREÇOS: 07/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS/SC

TOMADA DE PREÇOS: 07/2015

PROCESSO: 73/2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS/SC, torna público que encontra-se aberto o Edital de TOMADA DE PREÇOS: 07/2015, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando a: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA IRREGULAR DE BASALTO COM DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DE TRECHO DA RUA OTAVIO DE MATTIA, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA DESCRITO NOS ANEXOS DESTE EDITAL, CONFORME CONVÊNIO COM A CAIXA, SOB NÚMERO: 1018486-51/2014, DO MINISTÉRIO DO TURISMO.

Entrega da documentação e proposta até as 14H do dia 18/12/2015, na SALA DE LICITAÇÕES

Informações pelo fone 49-3547-1211 – setor de Licitações.

Celso Ramos, 02 de dezembro de 2015.

INES TEREZINHA PEGORARO SCHONS

PREFEITA MUNICIPAL

# Chapadão do Lageado

## PREFEITURA

**Portaria 408/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 408/2015

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e disposições da Lei Complementar Nº 007, de 23.12.99 e Lei Complementar Nº. 008, de 23.12.99,

**RESOLVE:**

Art.1º. Fazer cessar os efeitos da Portaria nº 143 de 04.03.2015, que designa ADILSON HEINZ, ocupante do cargo efetivo de Técnico Agrícola, para ocupar a função gratificada de Chefe de Serviço, a partir desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 01 de dezembro de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal



# Cocal do Sul

## PREFEITURA

### LEI COMPLEMENTAR N. 63

LEI COMPLEMENTAR N. 63, de 26 de novembro de 2015.

INCLUI À TABELA DE VALORES DE TERRENOS, CONTIDA NO ANEXO IX DA LEI Nº. 303, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1997, AS SEGUINTESE SEÇÕES E RESPECTIVOS VALORES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN. Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º À tabela de valores de terrenos, contida no Anexo IX, da Lei nº. 303, de 23 de dezembro de 1997, são incluídas as seguintes seções e respectivos valores:

#### TABELA DE VALORES DE TERRENOS (PLANTA DE VALORES)

##### ANEXO IX

LOG.	RUA/AVN.	SEÇÃO	VALOR M2 EM UFRM
1179	ALAMEDA 01	110 D	7,4512
1179	ALAMEDA 01	110 E	7,4512
1180	ALAMEDA 02	110 D	7,4512
1180	ALAMEDA 02	110 E	7,4512
1181	ALAMEDA 03	110 D	7,4512
1181	ALAMEDA 03	110 E	7,4512
1182	ALAMEDA 04	485 D	7,4512
1182	ALAMEDA 04	485 E	7,4512
1183	ALAMEDA 05	485 D	7,4512
1183	ALAMEDA 05	485 E	7,4512
1184	ALAMEDA 06	100 D	7,4512
1184	ALAMEDA 06	100 E	7,4512
1185	ALAMEDA 07	240 D	7,4512
1185	ALAMEDA 07	240 E	7,4512
1186	ALAMEDA 08	220 D	7,4512
1186	ALAMEDA 08	220 E	7,4512
1187	ESTRADA PARALELA	40 E	7,4512
1188	FERROVIA TEREZA CRISTINA	140 E	7,4512
872	RUA PROJETADA A	130 D	6.1771
872	RUA PROJETADA A	130 E	6.1771
872	RUA PROJETADA A	360 D	4.9417
872	RUA PROJETADA A	360 E	4.9417
212	RUA EREMILDA DALLÓ	120 D	4,9417
212	RUA EREMILDA DALLÓ	120 E	4,9417
51	RUA AMBRÓSIO DALLÓ	2010 D	11,5495
276	ROD. MAXIMILIANO GAIDZINSKI	2010 E	11,5495

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 26 de novembro de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO

Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e Finanças públicas

**LEI N. 1.288**

LEI N. 1.288, de 26 de novembro de 2015.

AUTORIZA O REPASSE MENSAL DE ATÉ R\$ 0,20(vinte centavos de real) PER CAPTA POR MÊS AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DE MORRO DA FUMAÇA, FORQUILHINHA, LAURO MULLER, ORLEANS, CRICIÚMA, IÇARA E SIDERÓPOLIS PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÉDICO DE URGÊNCIA – SAMU NO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º. Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a repassar mensalmente o valor de até R\$ 0,20(vinte centavos de real) per capita por mês distribuídos para os Fundos Municipais de Saúde dos Municípios de Morro da Fumaça, Forquilha, Lauro Muller, Orleans, Criciúma, Içara e Siderópolis, de acordo com a planilha de custos referentes à implantação do Serviço de Atendimento Médico de Urgência – SAMU para o atendimento por ambulâncias de suporte básico aos usuários do Sistema Único de Saúde neste Município.

Art. 2º. As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta da dotação: 11 – Fundo Municipal de Saúde de Cocal do Sul – 2.024 – Manutenção dos Programas de Média e Alta Complexidade - 3.3.40.00.00.00.00.0037 – Transferências a Municípios.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 26 de novembro de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO

Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

# Concórdia

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 133/2015-PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 133/2015- PMC

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para possível aquisição, durante o exercício de 2016, de combustíveis (gasolina, óleo diesel, ARLA) para abastecimento da frota de veículos do Município de Concórdia, seus Fundos e Fundações, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço por item.

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 15/12/2015

Abertura: dia 15/12/2015 às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2161.

Concórdia, SC, 1º de dezembro de 2015.

ANTONIO COLUSSI

Secretário Municipal de Transportes

### **EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11/2015-FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nº 11/2015 - FMS

O Fundo Municipal de Saúde torna público que ratificou o ato do senhor Vilson Anivo Haefliger, Diretor Administrativo, que declarou Dispensável a Licitação, nos termos do Inciso IV, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, homologada em 30 de novembro de 2015, para Contratação serviço de Coleta, Transporte, Tratamento e Disposição Final dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) gerados pelas unidades do Fundo Municipal de Saúde, a favor da empresa SERVIOESTE SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

ALESSANDRO VERNIZE

Gestor do FMS

### **EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 56/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 56/2015

O Secretário Desenvolvimento Econômico e Turismo, torna público que ratificou o ato do Senhor José Antonio Saretta, Diretor de Indústria e Comércio, que declarou dispensável a licitação, nos termos do inciso X, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 26 de novembro de 2015, referente à locação de um imóvel, localizado na Rua Tancredo de Almeida Neves, nº 2045, Bairro Parque de exposições, neste Município, ao senhor GERSON LUIS PIVA, residente em área de alagamento

comprovada, no caso de ocorrência de chuvas intensas, a favor do senhor: LENOIR ZACHET, no valor total de R\$ 8.100,00 (oito mil e cem reais reais).

CLÉLIO IVO DAL PIAZ

Secretário Desenvolvimento Econômico e Turismo

### **EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 37/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 37/2015

O Secretário Municipal De Urbanismo E Obras, do Município de Concórdia, torna público que ratificou o ato do Senhor ORÉLIO STORCHIO, Diretor de Urbanismo, que declarou inexigível a licitação, nos termos do artigo 25, caput, da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 23 de outubro de 2015, para Aquisição de terras para fim de alargamento da Rua João Suzin Marini, no município de concórdia, em favor da senhora ADRIANE RITA VITTO CHAVES, no valor total de R\$ 17.022,50(dezessete mil, vinte e dois reais com cinquenta centavos), da senhora LUCIANE MARIA VITTO, no valor total de R\$ 17.022,50(dezessete mil, vinte e dois reais com cinquenta centavos) e a empresa RÁDIO RURAL DE CONCÓRDIA LTDA – EPP, no valor total de R\$ 80.790,00 (oitenta mil, setecentos e noventa reais).

MAURÍ MARAN

Secretário Municipal De Urbanismo E Obras

### **EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 35/2015– FMEC**

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 35/2015– FMEC

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CONCÓRDIA – FMEC, inscrita no CNPJ sob nº 78.507.654/0001-01, representada pelo seu Superintendente, senhor VILMAR ANTÔNIO BENTZ e o ESPORTE CLUBE CULTURAL DE SANTO ANTÔNIO, neste município, inscrito no CNPJ sob nº 80.633.738/0001-25, representado pela sua Presidente, senhora SIRLEI APARECIDA CARLET ZARBIELLI.

OBJETO: O objeto do presente Convênio é a conjunção de esforços, visando o interesse público no sentido de proporcionar aos moradores do Distrito de Santo Antônio e população em geral, a prática do desporto amador e social em seus diversos segmentos.

VALOR: R\$5.000.00

PRAZO: De 01/12/2015 a 31/12/2015.

DATA DA ASSINATURA: 01 de Dezembro de 2015.

**PORTARIA Nº 69/2015, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015.**

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – IPRECON

PORTARIA Nº 69/2015, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição à servidora MAGALE MARIA ENGEL GOSSENHEIMER.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e no Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações, c/c o disposto no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, no art. 2º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005 e no art. 31-A da Lei Complementar nº 164/1999, acrescido pela Lei Complementar nº 432, de 30 de setembro de 2005.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder, a partir de 1º de dezembro de 2015, à servidora MAGALE MARIA ENGEL GOSSENHEIMER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, 35 (trinta e cinco) horas semanais, nível 9-35-GEB2, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, matrícula nº 93238-00, Aposentadoria por Tempo de Contribuição, com proventos integrais, correspondentes à totalidade da última remuneração-de-contribuição da servidora no cargo referido e reajuste na forma paritária.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

DIANE DOS SANTOS

Diretora-Presidente do IPRECON, em exercício

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON, em 1º de dezembro de 2015.

VANESSA DAIANE RIFFEL

Administradora

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**RESOLUÇÃO 426/2015**

RESOLUÇÃO Nº 426, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015.

Concede licença ao Vereador Edilson Massocco.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e consoante deliberação do Plenário, promulga a seguinte Resolução.

Art. 1º Fica concedida licença de 30 (trinta) dias ao Vereador Edilson Massocco, para tratar de assuntos de interesse particular, a partir do dia 7 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 27 de novembro de 2015.

Mauro Mendes

Presidente

# Cordilheira Alta

## PREFEITURA

### EXTRATO EDITAL PROCESSO 119/2015 - PROF. KARATÊ E CAPOEIRA

Estado de Santa Catarina  
Município de Cordilheira Alta  
Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do Fundo Municipal de Saúde, neste ato representado pelo prefeito municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS, de acordo com a Lei 8.666/93 e Decreto Municipal n.º 75/2007, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 119/2015.

Tomada de Preço n. 08/2015.

Tipo: Menor preço unitário.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviço de instrutor(a)/professor(a) de capoeira e contratação de serviços de atividade esportiva – karatê para o exercício de 2016.

Entrega dos Envelopes: até às 08:00 horas do dia 17/12/2015.

Abertura dos Envelopes: 08:15 horas do dia 17/12/2015.

O Edital poderá ser obtido no site [www.pmcordi.sc.gov.br](http://www.pmcordi.sc.gov.br). Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta - SC, 24 de novembro de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

### EXTRATO EDITAL PROCESSO 120/2015 - SISTEMA SAÚDE SOCIAL

Estado de Santa Catarina  
Município de Cordilheira Alta  
Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC e o Fundo Municipal de Saúde, neste ato representado pelo prefeito municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS, de acordo com a Lei 8.666/93 e Decreto Municipal n.º 75/2007, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 120/2015.

Tomada de Preço n. 09/2015.

Tipo: Menor preço.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a Contratação de empresa especializada em fornecimento de software e serviços para a gestão pública objetivando a implantação, manutenção, suporte e correção de sistemas informatizados de gestão para as secretarias municipais de saúde e assistência social para o exercício de 2016.

Entrega dos Envelopes: até às 10:30 horas do dia 17/12/2015.

Abertura dos Envelopes: 10:45 horas do dia 17/12/2015.

O Edital poderá ser obtido no site [www.pmcordi.sc.gov.br](http://www.pmcordi.sc.gov.br). Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta - SC, 24 de novembro de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

### RETIFICAÇÃO EDITAL PROCESSO 117/2015 - ASSESSORIA CONTÁBIL E PROJETOS

Estado de Santa Catarina  
Município de Cordilheira Alta  
Aviso de RETIFICAÇÃO DE EDITAL

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que RETIFICA o edital abaixo citado.

Processo Administrativo n. 117/2015.

Edital: Tomada de Preço n. 06/2015.

Tipo: Menor preço global.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para a prestação de serviço de treinamento e assessoria para a administração pública municipal, na área contábil, financeira e controle interno e contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria e consultoria na área administrativa, prospecção de fontes de recursos, elaboração de planos de trabalho e projetos para captação de recursos na esfera estadual e federal, para o exercício de 2016.

Onde lê-se:

Entrega dos Envelopes: até às 08:00 horas do dia 16/12/2015.

Abertura dos Envelopes: 08:15 horas do dia 16/12/2015.

Leia-se:

Entrega dos Envelopes: até às 08:00 horas do dia 18/12/2015.

Abertura dos Envelopes: 08:15 horas do dia 18/12/2015.

As demais cláusulas do edital permanecem inalteradas.

O Edital consolidado poderá ser obtido no site [www.pmcordi.sc.gov.br](http://www.pmcordi.sc.gov.br) ou no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta, SC, 01 de dezembro de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

### RETIFICAÇÃO EDITAL PROCESSO 118/2015 - SERVIÇO MÉDICO

Estado de Santa Catarina  
Município de Cordilheira Alta  
Aviso de RETIFICAÇÃO DE EDITAL

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do Fundo Municipal de Saúde, neste ato representado pelo prefeito municipal torna público a todos os interessados, que RETIFICA o edital abaixo citado.

Processo Administrativo n. 118/2015.

Edital: Tomada de Preço n. 07/2015.

Tipo: Menor preço unitário.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de Empresas especializadas para prestação de serviço médico clínico geral, ginecologista e obstetra e fisioterapeuta.

Onde lê-se:

Entrega dos Envelopes: até às 10:00 horas do dia 16/12/2015.

Abertura dos Envelopes: 10:15 horas do dia 16/12/2015.

Leia-se:

Entrega dos Envelopes: até às 10:00 horas do dia 18/12/2015.

Abertura dos Envelopes: 10:15 horas do dia 18/12/2015.

As demais cláusulas do edital permanecem inalteradas.

O Edital consolidado poderá ser obtido no site [www.pmcordi.sc.gov.br](http://www.pmcordi.sc.gov.br)

sc.gov.br ou no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta, SC, 01 de dezembro de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

# Coronel Freitas

## PREFEITURA

### CHAMADA PÚBLICA Nº05/2015

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

EDITAL Nº 05/2015 - EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA SELEÇÃO DE 05 (CINCO) INDÚSTRIAS INTERESSADAS EM INSTALAR-SE NO BARRACÃO INDUSTRIAL DESTE MUNICÍPIO, LOCALIZADO NA RUA ÂNGELO PELIZZA, Nº 137, BAIRRO GRAMBEL, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1.932, DE 10 DE MAIO DE 2013

O Município de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, representado pelo Senhor MAURI J. ZUCCO Prefeito Municipal juntamente com a Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico, torna público para conhecimento dos interessados, que está realizando o cadastramento para seleção de 05 (cinco) indústrias interessadas em instalar-se no barracão industrial deste município, localizado na Rua Ângelo Pelizza, nº 137, bairro Grambel, nos termos da Lei municipal nº 1.932, de 10 de maio de 2013. O presente edital será disponibilizado no sítio do Município de Coronel Freitas SC: [www.coronelfreitas.sc.gov.br](http://www.coronelfreitas.sc.gov.br). Outros esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal ou na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, dias de expediente normal, no horário de 07h00min às 13h00min horas ou pelo fone (49) 3347-3400 e (49) 3347-0700.

Coronel Freitas - SC, 01 de NOVEMBRO de 2015

MAURI J. ZUCCO

Prefeito Municipal

### PUBLICAÇÃO ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 19/2015

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 19/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SEGUROS PARA VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Validade: 12 meses

Ata Registro de Preço nº 19a/2015

Empresa com preços registrados: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ: 61.198.164/0001-60

Itens: 01, 09 e 15

Total: R\$ 985,00 (novecentos e oitenta e cinco reais)

Ata Registro de Preço nº 19b/2015

Empresa com preços registrados: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A

CNPJ: 61.074.175/0001-38

Itens: 03, 08, 10, 11, 16 e 32

Total: R\$ 2.600,00 (dois mil seiscentos reais)

Ata Registro de Preço nº 19c/2015

Empresa com preços registrados: GENTE SEGURADORA S/A

CNPJ: 90.180.605/0001-02

Itens: 02, 04 a 07, 12 a 14, 17 a 31, 33 a 37

Total: R\$ 9.051,00 (duzentos e dez mil e seiscentos reais)

Coronel Freitas (SC), 01 de dezembro de 2015

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal



# Correia Pinto

## PREFEITURA

### EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 02/2015 – PROCESSO 53/2015 PMCP

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 02/2015 – PROCESSO 53/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

O município de CORREIA PINTO, SC, com sede na Av. Duque de Caxias, nº 1569, Centro, Correia Pinto, SC, CEP 88.535/000, inscrito no CNPJ/MF sob nº 75.438.655/0001-45, torna público aos interessados que fará realizar LEILÃO PÚBLICO PRESENCIAL E ON LINE às 14:00 horas do dia 18 de DEZEMBRO de 2015, tendo como local o CENTRO DE EVENTOS ALEXANDRE JÚLIO, localizada na Rua João Moraes dos Santos, nº 222, B. Pereira Alves, Correia Pinto, SC. O leilão será conduzido pela Leiloeira PÚBLICA Oficial SRA. SIMONE WENNING, matrícula AARC/276, JUCESC, para venda à vista de bens móveis e imóveis inservíveis. Edital completo com as descrições poderá ser obtido na Prefeitura ou através do site WWW.JULIORAMOS.COM.BR ou ainda pelos telefones Fone (49) 3243 1150 Prefeitura ou (47) 3521 7730 com o Leiloeiro. Aplica-se à presente licitação, as disposições da Lei no 8.666/93, incluindo as alterações posteriores. Leia atentamente o edital.

CORREIA PINTO (SC), 02 de dezembro de 2015.

VÂNIO FORSTER

PREFEITO MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

## CÂMARA MUNICIPAL

### PREGÃO PRESENCIAL 06/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CORREIA PINTO

PREGÃO PRESENCIAL - PROCESSO 06/2015

REGISTRO DE PREÇO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA. Tipo: Menor preço por item. Abertura dos envelopes: 14/12/2015 às 10:00 horas. Base Legal: Lei n. 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente a matéria. O edital poderá ser obtido na Câmara Municipal de Vereadores, sito na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto-SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 14:00 às 18:00hs, ou em [www.camaracorreiapinto.sc.gov.br](http://www.camaracorreiapinto.sc.gov.br)

Correia Pinto/SC, 02 de dezembro de 2015.

JOSÉ TADEU GONÇALVES

Presidente Câmara de Vereadores

ELOISA BEATRIZ MARTINS

Pregoeira

Presidente da Comissão de Licitação

### TOMADA DE PREÇOS - PROCESSO 05/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CORREIA PINTO

PROCESSO LICITATÓRIO 05/2015

TOMADA DE PREÇOS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A CONSTRUÇÃO DE BANHEIROS NAS DEPENDÊNCIAS DA CÂMARA DE VEREADORES DE CORREIA PINTO. Tipo: Menor preço global. Abertura dos envelopes: 17/12/2015 às 09:00 horas. Base Legal: Lei n. 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente a matéria. O edital poderá ser obtido na Câmara Municipal de Vereadores, sito na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto-SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 14:00 às 18:00hs, ou em [www.camaracorreiapinto.sc.gov.br](http://www.camaracorreiapinto.sc.gov.br)

Correia Pinto/SC, 02 de dezembro de 2015.

JOSÉ TADEU GONÇALVES

Presidente Câmara de Vereadores

ELOISA BEATRIZ MARTINS

Presidente da Comissão de Licitação



# Corupá

## PREFEITURA

### ATA DE JULGAMENTO CONCORRÊNCIA PÚBLICA 004/15

Ata de Julgamento do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 096/15  
EDITAL DE CONCORRENCIA PUBLICA Nº 004/15

Ao um dia do mês de Dezembro de dois mil e quinze, às quatorze horas e trinta minutos, na sala da divisão de compras e licitações da Prefeitura Municipal de Corupá, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria nº 3079/14, de 21 de Novembro de 2.014, sendo designado como Presidente neste processo a Sra. Jéssica Tamara Pezzatto com o grupo de apoio formado por Silvana Zoleti da Silva Fernandes, Joney Cicero Morozini, Juliana Twardowski, Dairton Jose Giraldi e Josimar Caldeira, para a sessão pública de Julgamento de CONCORRÊNCIA PÚBLICA 004/15 DO TIPO MELHOR TÉCNICA COM PREÇO FIXADO NO EDITAL, PARA EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS EM VEÍCULOS DE ALUGUEL A TAXÍMETRO, NO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC.

Iniciou-se os trabalhos verificando os PARECERES (Contábil e Jurídico), os quais legitimaram a abertura do referido processo licitatório.

Participaram do presente certame, devidamente cadastradas as Licitantes MARCIA REGINA GESSNER, RENATO ZASTROW, ILTON JARDEL BAADE, MARIA APARECIDA DA SILVA ZASTROW, ALBERTO BIANCHINI, JUCELEO BAADE, ERLI ADEMIR HONZE, LOURIMAR CRISTOVAO COSTA, HILARIO MARTINI, JOAREZ SILVA DOS PASSOS, GERSON MELCHERT, MONICA STRATMANN CIEPLY e OSVALDO MELCHERT.

As Licitantes entregaram tempestivamente os envelopes de documentos de habilitação e proposta de preço, dando continuidade, o Presidente solicitou aos membros da equipe de apoio e aos licitantes presentes que rubricassem os envelopes e que conferissem sua inviolabilidade, em tempo ficou decidido entre os presentes que as Licitantes MARCIA REGINA GESSNER, RENATO ZASTROW e JOAREZ SILVA DOS PASSOS, seriam os representantes para acompanhamento dos trabalhos e assinarem a presente ata.

Verificando a regularidade, o Presidente decide pela continuidade, com a abertura dos envelopes identificados com o número 01 – Habilitação, contendo a documentação dos referidos licitantes, e a devida análise de seu conteúdo.

As licitantes apresentaram os documentos de habilitação em conformidade com o edital, os membros da comissão decidem pela classificação das mesmas para a apresentação da proposta técnica.

O Presidente decide pela continuidade, com a abertura dos envelopes identificados com o número 02 – PROPOSTA TÉCNICA, em tempo abre-se diligência ao Sr. Prefeito Municipal para que através de Portaria designe uma Comissão Especial para esta análise e emissão de parecer definitivo.

As licitantes declinaram do interesse em interpor recurso, conforme declaração apresentada.

O resultado será publicado no Mural da Prefeitura Municipal de Corupá e ainda na Imprensa Oficial do Município, através de Publicação no Diário Oficial dos Municípios na Internet, para a devida publicidade e será submetida à apreciação do Exmo. Sr. Prefeito

Municipal para a competente homologação.

E, em nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, da qual foi lavrada a presente ata que após lida foi assinada pelos presentes.

Corupá, 01 de Dezembro de 2015.

Jéssica Tamara Pezzatto PRESIDENTE	Silvana Zoleti da Silva Fernandes EQUIPE DE APOIO	Joney Cicero Morozini EQUIPE DE APOIO
Juliana Twardowski EQUIPE DE APOIO	Dairton Jose Giraldi EQUIPE DE APOIO	Josimar Caldeira EQUIPE DE APOIO

Marcia Regina Gessner Representante	Renato Zastrow Representante
Joarez Silva Dos Passos Representante	

### ATA DE JULGAMENTO CONCORRÊNCIA PÚBLICA 005/15

Ata de Julgamento do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 099/15  
EDITAL DE CONCORRENCIA PUBLICA Nº 005/15

Ao um dia do mês de Dezembro de dois mil e quinze, às nove horas e trinta minutos, na sala da divisão de compras e licitações da Prefeitura Municipal de Corupá, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria nº 3079/14, de 21 de Novembro de 2.014, sendo designado como Presidente neste processo a Sra. Jéssica Tamara Pezzatto com o grupo de apoio formado por Silvana Zoleti da Silva Fernandes, Joney Cicero Morozini, Juliana Twardowski, Dairton Jose Giraldi e Josimar Caldeira, para a sessão pública de Julgamento de CONCORRÊNCIA PÚBLICA 005/15 destinada na escolha Seleção de proposta mais vantajosa, visando a Permissão de uso, de espaço para exploração de copa e cozinha no Ginásio Municipal de Esporte Willy Germano Gessner, João Tozini, localizado na Rua José Pasqualini, 126 na cidade de Corupá, contendo os seguintes espaços: Bar e Lanchonete, 25,84 m², admitindo-se prorrogação (na forma do art. 57, inc. II, da Lei 8.666/1993), com a meta de atender aos usuários do espaço permitindo, no qual a permissionária devesse explorar a atividade de lanchonete, fornecendo refeições, lanches, bebidas e similares.

Iniciou-se os trabalhos verificando os PARECERES (Contábil e Jurídico), os quais legitimaram a abertura do referido processo licitatório.

Participaram do presente certame, devidamente cadastradas as Empresas MARLI ALEGRE 89097386934, EVANDRO DE OLIVEIRA 04867053902, VINICIUS DE OLIVEIRA SENNA 00499081030 E CLEUSA BORGES DOS SANTOS.

As empresas entregaram tempestivamente os envelopes de documentos de habilitação e proposta de preço, dando continuidade, o Presidente solicitou aos membros da equipe de apoio que rubricassem os envelopes e que conferissem sua inviolabilidade.

Verificando a regularidade, o Presidente decide pela continuidade, com a abertura dos envelopes identificados com o número 01 – Habilitação, contendo a documentação do referido licitante, e a devida análise de seu conteúdo.

As empresas apresentaram os documentos de habilitação em conformidade com o edital, os membros da comissão decidem pela classificação das mesmas para a apresentação da proposta, em tempo foi inabilitada a empresa CLEUSA BORGES DOS SANTOS, por não ter apresentado COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA com data vigente e por não ter apresentado Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, por meio de Certidão Negativa de Débito da Dívida Ativa da União expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional ([www.pgfn.fazenda.gov.br](http://www.pgfn.fazenda.gov.br)) e Quitação de Tributos e Contribuições Federais, expedidas pela Receita Federal ([www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br)); ou Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

O Presidente decide pela continuidade, com a abertura dos envelopes identificados com o número 02 – PROPOSTA COMERCIAL.

Após a análise, ficou assim classificada as Empresas:

- 1- VINICIUS DE OLIVEIRA SENNA 00499081030, no valor total de UFRM 360,90;
- 2- MARLI ALEGRE 89097386934, no valor total de UFRM 346,66;
- 3- EVANDRO DE OLIVEIRA 04867053902, no valor total de UFRM 251,11.

As empresas declinaram do interesse em interpor recurso.

O resultado será publicado no Mural da Prefeitura Municipal de Corupá e ainda na Imprensa Oficial do Município, através de Publicação no Diário Oficial dos Municípios na Internet, para a devida publicidade e será submetida à apreciação do Exmo. Sr. Prefeito Municipal para a competente homologação.

E, em nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, da qual foi lavrada a presente ata que após lida foi assinada pelos presentes. Corupá, 01 de Dezembro de 2015.

Jéssica Tamara Pezzatto PRESIDENTE	Silvana Zoleti da Silva Fernandes EQUIPE DE APOIO	Joney Cicero Morozini EQUIPE DE APOIO
Juliana Twardowski EQUIPE DE APOIO	Dairton Jose Giraldi EQUIPE DE APOIO	Josimar Caldeira EQUIPE DE APOIO

MARLI ALEGRE 89097386934 REPRESENTANTE	EVANDRO DE OLIVEIRA 04867053902 REPRESENTANTE
SANDRO ROGÉRIO GLATZ CPF 004.990.810-30 REPRESENTANTE LEGAL	CLEUSA BORGES DOS SANTOS REPRESENTANTE

# Dionísio Cerqueira

## PREFEITURA

### CONTRATOS 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 067/2015.

Contratante: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira

Contratado: TCA Transformação Veiculares Ltda.

Objeto Transformação e adaptação do veículo placas okf1889 do Funrebom, tipo furgão, marca Mercedes-Benz, modelo sprinter 415 cdi, ano/modelo 2014/2015, em auto socorro de urgência (ASU-412) destinado ao uso pelo corpo de bombeiros militar de dionísio cerqueira  
Origem: Processo 093/2015 Modalidade: Pregão nº 093/2015 –Por esse instrumento fica aditivado o valor de R\$ 6.800,00 do contrato principal. Vigência: 01/12/2015 à 07/12/2015 ..

Dionísio Cerqueira 01/12/2015

Altair Rittes

Prefeito Municipal.

### LICITAÇÕES 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO.

PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE ABERTURA

O Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira torna público a todos os interessados que prorroga o prazo de abertura do pregão que se encontra aberto o PREGÃO 041/2015 – Objeto: Aquisição de Equipamentos Hospitalares o Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira. Ficando a Entrega da documentação e propostas até as 08:00 horas do dia 15/12/2015 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413.

Dionísio Cerqueira, 01/12/2015.

Altair Rittes – Prefeito Mucipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta ao Pregão n. 125/2015. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços para realização de vídeo institucional para a Secretaria de Educação. Entrega da documentação e propostas até as 08:30 horas do dia 14/12/2015 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413. Dionísio Cerqueira, 01/12/2015.

Altair Rittes – Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

AVISO DE LICITAÇÃO

O Fundo Municipal de Assistência Social Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta ao Pregão n. 124/2015. Objeto: Contratação de empresa para realização de cursos de formação profissional de limpeza de pele e cuidados de proteção para a secretaria municipal de Assistência Social.. Entrega da documentação e propostas até as 10:30 horas do dia 14/12/2015 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413. Dionísio Cerqueira, 01/12/2015.

Maria C. W. Shirmbech – Gestora do FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO.

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica os interessados que está aberta a Licitação Tipo Tomada de Preço nº 126/2015, Processo 126/2015, Objeto: Contratação de empresa para Construção de quadra poliesportiva 29 x 16 MTS, para a Secretaria de Educação .Entrega da documentação e propostas até as 08:30 horas do dia 18/12/2015 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações no Depto. de Compras e Licitações do Município, Rua Santos Dumont, N.413,. Dionísio. Cerqueira, 01/12/2015.

Altair Rittes – Prefeito Municipal

# Doutor Pedrinho

## CÂMARA MUNICIPAL

### DECRETO Nº 03/2015

DECRETO Nº 03/2015

Disciplina as férias coletivas 2015/2016 dos servidores da Câmara Municipal de Doutor Pedrinho.

LÚCIA FÁTIMA KISNER MOSER, Presidente da Câmara Município de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 17, incisos III,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido férias coletivas aos servidores da Câmara de Doutor Pedrinho no período de 21 de dezembro de 2015 até 10 de janeiro de 2016, retornando as atividades normais no dia 11 de janeiro de 2016;

II - O saldo remanescente de férias dos servidores submetidos ao calendário de que trata este decreto permanecerá para gozo em período a ser definido posteriormente, de acordo com o disposto no § 1º do artigo 139 da CLT.

Art. 3º - O cômputo das férias usufruídas na forma do calendário estabelecido neste decreto dar-se-á de acordo com a legislação trabalhista.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 01 de dezembro de 2015; 27o ano de Fundação; 26o ano de Emancipação Política.

LÚCIA FÁTIMA KISNER MOSER

Câmara Municipal de Doutor Pedrinho/SC.

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.

Doutor Pedrinho, SC, 01 de dezembro de 2015.

# Ermo

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº. 130, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 130, de 01 de dezembro de 2015.

Dispõe sobre a exoneração de Servidor ocupante de Cargo em Comissão, que especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 1º, § 1º, da Lei Nº. 003, de 03 de janeiro de 1997;

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar o servidor OTONIEL BORGES, do cargo de SECRETÁRIO DE OBRAS, VIAÇÃO, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS, Nível DASU-3, dos Cargos de Provimento em Comissão do Poder Executivo Municipal, nomeado pela Portaria Nº 021, de 01 de fevereiro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 01 de dezembro de 2015.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ROQUE FABIANO BRISTOT

Secretário de Administração e Finanças Interino

**PORTARIA Nº. 131, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 131, de 01 de dezembro de 2015.

Dispõe sobre a exoneração de Servidor ocupante de Cargo em Comissão, que especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 1º, § 1º, da Lei Nº. 003, de 03 de janeiro de 1997;

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar o servidor VANDERLEI CUSTÓDIO, do cargo de Diretor de Meio Ambiente, Nível DASU-2, dos Cargos de Provimento em Comissão do Poder Executivo Municipal, nomeado pela Portaria nº. 035, de 06 de março de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 01 de dezembro de 2015.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ROQUE FABIANO BRISTOT

Secretário de Administração e Finanças Interino

# Erval Velho

## PREFEITURA

### DECRETO 2016/2015

DECRETO 2016, de 10 de novembro de 2015.

Abre crédito adicional suplementar Especial no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com a Lei Municipal n. 1407, de 10 de novembro de 2015, e, tendo presentes razões de interesse público,

#### DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar Especial no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social, no valor de R\$ 24.500,00 para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 07 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
UNIDADE 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
PROJ/ATIV – 2.051 – BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE  
196 – 3.3.40.00.00.00.00.03.0000 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 24.500,00

Art. 2º Os recursos orçamentários para cobrir à presente suplementação, correrá à conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior, conforme Anexo 14 do Balanço Patrimonial do exercício de 2014 (Anexo).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,  
em 10 de novembro de 2015.  
Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças

Anexo I – DECRETO N.º 2016//2015, de 10 de novembro de 2015

### DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO Exercício de 2014

Fonte de Recurso 0300 – Recursos Ordinários

Ativo Financeiro	2.353.559,60
(-) Passivo Financeiro	(492.176,26)
Superávit Financeiro	1.861.383,34
Deduções	
Decreto n.º 1954/2015	200.000,00
Decreto n.º 1955/2015	25.000,00
Decreto n.º 1960/2015	48.454,25
Decreto n.º 1987/2015	120.000,00
Decreto n.º 1992/2015	48.000,00
Decreto n.º 2000/2015	75.000,00
Decreto n.º 2004/2015	65.000,00
Decreto n.º 2005/2015	50.000,00

Decreto n.º 2011/2015	462.000,00
Decreto n.º 2012/2015	7.000,00
Decreto n.º 2013/2015	50.000,00
Decreto n.º 2016/2015	24.500,00
Total	1.174.954,25
Saldo	686.429,09

Fonte: Balanço Patrimonial do Exercício de 2014– Anexo 14

DJALMO DE ANDRADE  
Técnico Contábil

### DECRETO 2017/2015

DECRETO 2017, de 10 de novembro de 2015.

Declara de Utilidade Pública Imóvel que Especifica para Fins de Desapropriação e Posterior Destinação Pública e dá Outras Providências

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que lhe confere o inciso XXVI do artigo 85 da Lei Orgânica Municipal,  
Considerando a necessidade de proporcionar geração de emprego e renda no Município, através da instalação de novas áreas para o Parque Industrial;

Considerando a Legislação Municipal de incentivo a instalação de empresas, especialmente a Lei Complementar 030 de 19 de agosto de 2011, que dispõe sobre a política municipal de Desenvolvimento Econômico;

Considerando as normas estabelecidas pelo BADESC - Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A para liberação dos recursos de financiamento do Programa Juro Zero conforme contrato nº 2013040101 firmado entre o Município de Erval Velho e aquela Instituição;

#### DECRETA:

Artigo 1º - Fica declarado de utilidade pública o imóvel de propriedade do SR. ETELVINO ALESSI, brasileiro, casado, agricultor, portador do CI RG nº 857.692, expedida pelo SSP/SC, CPF nº 066.014.139-68 e sua esposa, LUCIA MOZZER ALESSI, brasileira, casada, agricultora, portadora da CI RG nº 3.911.704, expedida pelo SSP/SC, CPF nº 025.475.069-98, casados em Regime de Comunhão Universal de Bens, conforme registro nº 631, Lv. 7, folhas 153, do Cartório Zancanaro, Erval Velho – SC, ambos residentes e domiciliados na rua Primo Luiz Mozzer, s/n no bairro da gruta, no Município de Erval Velho – SC, imóvel sem benfeitorias situado na rua Primo Luiz Mozzer no bairro da gruta, próximo ao Parque Industrial Prefeito Honorio Piovezan, com área superficial de 10.000,00m² (Dez mil metros quadrados), que faz parte de uma área maior de 48.400,00 m² (Quarenta e oito mil e quatrocentos metros quadrados), objeto da matrícula nº 3.383 do Registro de Imóveis da Comarca de Herval d' Oeste SC, com as seguintes confrontações: frente numa extensão de 65,04m com a Rua Primo Luiz Mozzer, fundos numa extensão de 62,00m e lateral esquerda numa extensão de 171,12m com área remanescente do referido imóvel de propriedade dos desapropriados e lateral direita numa extensão de 151,46m com imóvel de propriedade do Município de Erval Velho (incluído na área urbana pela Lei 1141 de 22 de outubro de



2007).

Parágrafo único – Fica também declarado de utilidade pública os acessos ao imóvel descrito, e os imóveis de seu entorno necessários ao acesso pelo serviço de agrimensura e delimitação, as áreas do entorno necessárias a passagem de redes de energia elétrica, telefonia, adução de água, esgoto e outros serviços públicos.

Artigo 2º- As medidas e confrontações apontadas são as constantes nos registros imobiliários devendo serem aferidas e retificadas por trabalho de agrimensura, pelo qual delimitar-se-ão as exatas características geográficas e dimensões.

Artigo 3º- Fica nomeada a Comissão Técnica para produzir Laudo de Avaliação do Imóvel sendo esta composta pelos seguintes membros:

- Denir Narciso Zulian – Engenheiro Civil – AMMOC CREA/SC – 50.8058;
- Saulo Daniel Marin – Diretor de Planejamento e Coordenação;
- Leonardo Elias Bittencourt- Advogado OAB 9815;
- Fernando da Silva Coelho – Corretor de Imóveis – CRECI nº 20.429.

Artigo 4º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 10 de novembro de 2015.

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto, em 10 de novembro de 2015.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças.

## DECRETO 2018/2015

DECRETO nº 2018, de 10 de novembro de 2015.

Atualiza a Unidade Fiscal de Referência Municipal - UFRM, fixa prazos para o recolhimento de imposto e taxas do Calendário Anual de Tributos Municipais – CATRIM e dá outras providências.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI, do artigo 85 da Lei Orgânica, em conformidade com os artigos 33 e 205 da Lei Complementar Municipal n. 027, de 03 de dezembro de 2009.

DECRETA:

Art. 1º. Fica atualizado o valor da Unidade Fiscal de Referência Municipal – UFRM, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/IBGE acumulado nos últimos doze meses, no percentual de 10,3308%, cujo valor a partir desta data fixado em R\$ 92,64 (noventa e dois reais e sessenta quatro centavos).

Art. 2º. Ficam fixados os prazos para o recolhimento de Impostos e Taxas do Calendário Anual de Tributos Municipais – CATRIM a vigorar para o exercício de 2016, conforme consta:

### CALENDÁRIO ANUAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS – CATRIM

IMPOSTO/TAXA	PARCELA	VENCIMENTO
IPTU/TSU		
PAGAMENTO ANTECIPADO ATÉ 31/03/2016 - DESCONTO DE 10%	COTA ÚNICA	31/03/2016
PAGAMENTO ANTECIPADO ATÉ 29/04/2016 – DESCONTO DE 6%	COTA ÚNICA	29/04/2016

	PARCELA 1º	29/04/2016
	PARCELA 2º	31/05/2016
	PARCELA 3º	30/06/2016

IMPOSTO/TAXA		PARCELA
RENOVAÇÃO ALVARÁ DE LICENÇA DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO, 30 (trinta) DIAS APÓS VISTORIA IN LOCO.		COTA ÚNICA

IMPOSTO/TAXA	PARCELA	VENCIMENTO
ISS – AUTÔNOMOS E PROFISSIONAIS LIBERAIS	COTA ÚNICA	31/03/2016
PAGAMENTO ANTECIPADO ATÉ 31/03/2016 - DESCONTO DE 6%		
	PARCELA 1º	29/04/2016
	PARCELA 2º	29/07/2016
	PARCELA 3º	31/10/2016

IMPOSTO/TAXA	VENCIMENTOS
ISS – HOMOLOGADO	O recolhimento deverá ser mensal, sempre até o dia 15 do mês subsequente à prestação do serviço.

Art. 3º. As parcelas pagas fora do prazo fixado no CATRIM, estarão sujeitas a aplicação de multas e juros, conforme o disposto na Lei Complementar n. 027, de 03 de dezembro de 2009 e suas alterações.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 10 de novembro de 2015.

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto, em 10 de novembro de 2015.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças

## DECRETO 2019/2015

DECRETO nº 2019, de 10 de novembro de 2015.

Reajusta o Valor da Cesta Básica e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que lhe confere o inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o art. 2º da Lei nº 1243 de 09 de setembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º. Fica estipulado em R\$ 132,84 (Cento e trinta dois reais e oitenta quatro centavos) o valor da Cesta Básica descrita no art. 1º da Lei nº 1243 de 09 de setembro de 2010.

Parágrafo único – O reajuste aplicado de 9,9293% corresponde ao índice do IPCA acumulado no período de novembro de 2014 a outubro de 2015.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 10 de novembro de 2015.

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto, em 10 de novembro de 2015.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças

### DECRETO 2020/2015

DECRETO 2020, de 10 de novembro de 2015.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º, Inciso II da Lei Municipal n. 1378, de 15 de dezembro de 2014 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

#### DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho, no valor de R\$ 115.000,00, para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO 05 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

UNIDADE 01 – SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

PROJ/ATIV – 2.026 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E OBRAS

3.3.90.00.00.00.00.03.0000 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 80.000,00

ÓRGÃO 06 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E SANEAMENTO AMBIENTAL

UNIDADE 01 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E SANEAMENTO AMBIENTAL

PROJ/ATIV – 1.021 – CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA INTERIOR

3.3.90.00.00.00.00.03.0000 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 35.000,00

Art. 2º Os recursos orçamentários para cobrir à presente suplementação, correrá à conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior, conforme Anexo 14 do Balanço Patrimonial do exercício de 2014 (Anexo).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 10 de novembro de 2015.

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças

Anexo I – DECRETO N.º 2020//2015, de 10 de novembro de 2015

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO  
Exercício de 2014

Fonte de Recurso 0300 – Recursos Ordinários

Ativo Financeiro	2.353.559,60
(-) Passivo Financeiro	(492.176,26)
Superávit Financeiro	1.861.383,34
Deduções	

Decreto n.º 1954/2015	200.000,00
Decreto n.º 1955/2015	25.000,00
Decreto n.º 1960/2015	48.454,25
Decreto n.º 1987/2015	120.000,00
Decreto n.º 1992/2015	48.000,00
Decreto n.º 2000/2015	75.000,00
Decreto n.º 2004/2015	65.000,00
Decreto n.º 2005/2015	50.000,00
Decreto n.º 2011/2015	462.000,00
Decreto n.º 2012/2015	7.000,00
Decreto n.º 2013/2015	50.000,00
Decreto n.º 2016/2015	24.500,00
Decreto n.º 2020/2015	115.000,00
Total	1.289.954,25
Saldo	571.429,09

Fonte: Balanço Patrimonial do Exercício de 2014– Anexo 14

DJALMO DE ANDRADE  
Técnico Contábil

### DECRETO 2021/2015

DECRETO 2021, de 11 de novembro de 2015.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º, Inciso II da Lei Municipal n. 1378, de 15 de dezembro de 2014 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

#### DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho, no valor de R\$ 14.250,00, para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

UNIDADE 01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

PROJ/ATIV – 2.008 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

3.3.71.00.00.00.00.03.0000 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 14.250,00

Art. 2º Os recursos orçamentários para cobrir à presente suplementação, correrá à conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior, conforme Anexo 14 do Balanço Patrimonial do exercício de 2014 (Anexo).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 11 de novembro de 2015.

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças



Anexo I – DECRETO N.º 2021//2015, de 11 de novembro de 2015

**DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO**  
Exercício de 2014

Fonte de Recurso 0300 – Recursos Ordinários

Ativo Financeiro	2.353.559,60
(-) Passivo Financeiro	(492.176,26)
Superávit Financeiro	1.861.383,34
Deduções	
Decreto n.º 1954/2015	200.000,00
Decreto n.º 1955/2015	25.000,00
Decreto n.º 1960/2015	48.454,25
Decreto n.º 1987/2015	120.000,00
Decreto n.º 1992/2015	48.000,00
Decreto n.º 2000/2015	75.000,00
Decreto n.º 2004/2015	65.000,00
Decreto n.º 2005/2015	50.000,00
Decreto n.º 2011/2015	462.000,00
Decreto n.º 2012/2015	7.000,00
Decreto n.º 2013/2015	50.000,00
Decreto n.º 2016/2015	24.500,00
Decreto n.º 2020/2015	115.000,00
Decreto n.º 2021/2015	14.250,00
Total	1.304.204,25
Saldo	557.179,09

Fonte: Balanço Patrimonial do Exercício de 2014– Anexo 14

DJALMO DE ANDRADE  
Técnico Contábil

**DECRETO 2022/2015**

DECRETO 2022, de 11 de novembro de 2015.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com a Lei Municipal nº 1378 de 15 de dezembro de 2014, e, tendo presentes razões de interesse público,

**DECRETA**

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 1.000,00 para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 05 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRA E SERVIÇOS URBANOS

UNIDADE 03 – DEPARTAMENTO DE ESPORTE

PROJ/ATIV – 2.025 – MANUTENÇÃO DO ESPORTE AMADOR

95 - 3.3.90.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 1.000,00

Art. 2º- Os recursos orçamentários para fazer face à presente abertura de crédito suplementar, correrão à conta de anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 05 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRA E SERVIÇOS URBANOS

UNIDADE 03 – DEPARTAMENTO DE ESPORTE

PROJ/ATIV – 2.025 – MANUTENÇÃO DO ESPORTE AMADOR

94 - 3.3.50.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 1.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 11 de novembro de 2015.

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças

**DECRETO 2023/2015**

DECRETO 2023, de 11 de novembro de 2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO. E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho – Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, e autorizada conforme Lei nº 1378 de 15 de dezembro de 2014.

**DECRETA**

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Município de Erval Velho Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais) para a SUPLEMENTAÇÃO do seguinte programa;  
ÓRGÃO – 05 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRA E SERVIÇOS URBANOS

UNIDADE – 02 – DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS  
PROJ/ATIV. – 2.028 – MANUTENÇÃO E MELHORIA DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

112 – 3.3.90.00.00.00.0008 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 26.000,00

Art. 2º - De acordo com a Lei 4.320/1964, artigo 43, parágrafo 1º, inciso IV, serviram como recurso para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o presente Decreto as Receitas provenientes da Contribuição para custeio dos serviços de iluminação pública - COSIP.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho – Estado de Santa Catarina, em 11 de novembro de 2015.

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças

**DECRETO 2024/2015**

DECRETO 2024, de 11 de novembro de 2015.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º, Inciso II da Lei Municipal n. 1378, de 15 de dezembro de 2014 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

**DECRETA**

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho, no valor de R\$

30.000,00, para suplementar a seguinte dotação orçamentária:  
ÓRGÃO 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
UNIDADE 01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO  
PROJ/ATIV – 0.001 – CONTRIBUIÇÃO AO PASEP E OUTROS ENCARGOS  
200 - 3.3.90.00.00.00.00.03.0000 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 30.000,00

Art. 2º Os recursos orçamentários para cobrir à presente suplementação, correrá à conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior, conforme Anexo 14 do Balanço Patrimonial do exercício de 2014 (Anexo).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 11 de novembro de 2015.

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças

Anexo I – DECRETO N.º 2024//2015, de 11 de novembro de 2015

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO  
Exercício de 2014

Fonte de Recurso 0300 – Recursos Ordinários

Ativo Financeiro	2.353.559,60
(-) Passivo Financeiro	(492.176,26)
Superávit Financeiro	1.861.383,34
Deduções	
Decreto n.º 1954/2015	200.000,00
Decreto n.º 1955/2015	25.000,00
Decreto n.º 1960/2015	48.454,25
Decreto n.º 1987/2015	120.000,00
Decreto n.º 1992/2015	48.000,00
Decreto n.º 2000/2015	75.000,00
Decreto n.º 2004/2015	65.000,00
Decreto n.º 2005/2015	50.000,00
Decreto n.º 2011/2015	462.000,00
Decreto n.º 2012/2015	7.000,00
Decreto n.º 2013/2015	50.000,00
Decreto n.º 2016/2015	24.500,00
Decreto n.º 2020/2015	115.000,00
Decreto n.º 2021/2015	14.250,00
Decreto n.º 2024/2015	30.000,00
Total	1.334.204,25
Saldo	527.179,09

Fonte: Balanço Patrimonial do Exercício de 2014– Anexo 14

DJALMO DE ANDRADE  
Técnico Contábil

## DECRETO 2025/2015

DECRETO 2025, de 12 de novembro de 2015.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com a Lei Municipal nº 1378 de 15 de dezembro de 2014, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 5.000,00 para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 05 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRA E SERVIÇOS URBANOS

UNIDADE 02 – DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS

PROJ/ATIV – 1.017 – CONSERVAÇÃO E REFORMAS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO

107 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 5.000,00

Art. 2º- Os recursos orçamentários para fazer face à presente abertura de crédito suplementar, correrão à conta de anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 05 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRA E SERVIÇOS URBANOS

UNIDADE 02 – DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS

PROJ/ATIV – 1.017 – CONSERVAÇÃO E REFORMAS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO

108 – 4.4.90.00.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 5.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 12 de novembro de 2015.

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças

## DECRETO 2026/2015

DECRETO 2026, de 12 de novembro de 2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO. E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho – Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, e autorizada conforme Lei nº 1378 de 15 de dezembro de 2014.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Município de Erval Velho Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 2.439,02 para a SUPLEMENTAÇÃO do seguinte programa;

ÓRGÃO – 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO  
UNIDADE – 01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

PROJ/ATIV. – 2.016 – MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR

63 – 3.3.90.00.00.37.0044 – Aplicações Diretas .....  
..... R 2.439,02

Art. 2º - De acordo com a Lei 4.320/1964, artigo 43, parágrafo 1º, inciso IV, serviram como recurso para abertura do Crédito Adicional

Suplementar de que trata o presente Decreto as Receitas proveniente do excesso de arrecadação do Recurso 37 – Outras Transferências do FNDE - PNATE.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho – Estado de Santa Catarina, em 12 de novembro de 2015.

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças

## DECRETO 2027/2015

DECRETO 2027, de 23 de novembro de 2015.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º, Inciso II da Lei Municipal n. 1378, de 15 de dezembro de 2014 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

### DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 37.500,00 para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO 09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJ/ATIV – 2.037 – MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

3.1.90.00.00.00.00.03.0038.000012 – PACS - Aplicações Diretas ..... R\$ 25.000,00

3.1.90.00.00.00.00.03.0038.000009 – NASF - Aplicações Diretas ..... R\$ 8.900,00

3.1.90.00.00.00.00.03.0038.000011 – ODONTO - Aplicações Diretas ..... R\$ 3.600,00

Art. 2º Os recursos orçamentários para cobrir à presente suplementação, correrá à conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior, conforme Anexo 14 do Balanço Patrimonial do exercício de 2014 (Anexo).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 23 de novembro de 2015.

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças

Anexo I – DECRETO N.º 2027/2015, de 23 de novembro de 2015

## DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO

Exercício de 2014

Fonte de Recurso 0612 – 38 - 9 – Recursos NASF

Ativo Financeiro	8.962,36
(-) Passivo Financeiro	0,0
Superávit Financeiro	8.962,36
Deduções	
Decreto n.º 2027/2015	8.900,00
Saldo	62,36

Fonte: Balanço Patrimonial do Exercício de 2014– Anexo 14

Fonte de Recurso 0612 – 38 - 11 – Recursos ODONTO

Ativo Financeiro	3.633,30
(-) Passivo Financeiro	0,0
Superávit Financeiro	3.633,30
Deduções	
Decreto n.º 2027/2015	3.600,00
Saldo	33,30

Fonte: Balanço Patrimonial do Exercício de 2014– Anexo 14

Fonte de Recurso 0612 – 38 - 12 – Recursos PACS

Ativo Financeiro	25.812,26
(-) Passivo Financeiro	0,0
Superávit Financeiro	25.812,26
Deduções	
Decreto n.º 2027/2015	25.000,00
Saldo	812,26

Fonte: Balanço Patrimonial do Exercício de 2014– Anexo 14

DJALMO DE ANDRADE

Técnico Contábil

## DECRETO 2028/2015

DECRETO 2028, de 26 de novembro de 2015.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º, Inciso II da Lei Municipal n. 1378, de 15 de dezembro de 2014 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

### DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho, no valor de R\$ 6.000,00 para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

UNIDADE 01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

PROJ/ATIV – 2.013 – PROGRAMA DE MERENDA ESCOLAR

202 - 3.3.90.00.00.00.00.03.0000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 2.000,00

PROJ/ATIV – 2.043 – MERENDA ESCOLAR – EDUCAÇÃO INFANTIL PRÉ-ESCOLA

183 - 3.3.90.00.00.00.00.03.0000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 2.000,00

PROJ/ATIV – 2.044 – MERENDA ESCOLAR EDUCAÇÃO INFANTIL  
- CRECHE

184 - 3.3.90.00.00.00.03.0000 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 2.000,00

Art. 2º Os recursos orçamentários para cobrir à presente suplementação, correrá à conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior, conforme Anexo 14 do Balanço Patrimonial do exercício de 2014 (Anexo).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 26 de novembro de 2015.

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças

Anexo I – DECRETO N.º 2028/2015, de 26 de novembro de 2015

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO  
Exercício de 2014

Fonte de Recurso 0300 – Recursos Ordinários

Ativo Financeiro	2.353.559,60
(-) Passivo Financeiro	(492.176,26)
Superávit Financeiro	1.861.383,34
Deduções	
Decreto n.º 1954/2015	200.000,00
Decreto n.º 1955/2015	25.000,00
Decreto n.º 1960/2015	48.454,25
Decreto n.º 1987/2015	120.000,00
Decreto n.º 1992/2015	48.000,00
Decreto n.º 2000/2015	75.000,00
Decreto n.º 2004/2015	65.000,00
Decreto n.º 2005/2015	50.000,00
Decreto n.º 2011/2015	462.000,00
Decreto n.º 2012/2015	7.000,00
Decreto n.º 2013/2015	50.000,00
Decreto n.º 2016/2015	24.500,00
Decreto n.º 2020/2015	115.000,00
Decreto n.º 2021/2015	14.250,00
Decreto n.º 2024/2015	30.000,00
Decreto n.º 2028/2015	6.000,00
Total	1.340.204,25
Saldo	521.179,09

Fonte: Balanço Patrimonial do Exercício de 2014– Anexo 14

DJALMO DE ANDRADE  
Técnico Contábil

## DECRETO 2029/2015

DECRETO nº 2029, de 26 de novembro de 2015.

Disciplina o Pagamento de Diárias De Que Trata a Lei Complementar n. 007, de 28 de dezembro de 2001.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que lhe confere o inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a necessidade de restrição de despesas e a melhor aplicação do Princípio Constitucional da Economicidade e Eficiência,

DECRETA:

Art. 1º. O percentual previsto na alínea "B" inciso III do artigo 49 da Lei Complementar 007/2001 fica limitado a 5% (cinco por cento).

Art. 2º. O percentual previsto na alínea "A" do parágrafo 2º do artigo 49 da Lei Complementar 007/2001 fica limitado a 0 (zero).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeitos por prazo indeterminado.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 26 de novembro de 2015.

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto, em 26 de novembro de 2015.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças

## LEI 1408/2015

Lei n. 1408, de 20 de novembro de 2015.

Autoriza Receber Bem Móvel por Doação, Proceder Regularização Documental e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho – Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica o Poder Executivo Municipal de Erval Velho autorizado a receber por doação do Governo do Estado de Santa Catarina conforme Decreto nº 417 de 27 de outubro de 2015 o bem móvel abaixo descrito:

a) Um veículo marca GM, modelo Celta 5 portas, placa MCN-1926, ano de fabricação 2003, chassi nº 9BGRD48X04G100445, sem valor declarado;

Parágrafo único – Fica o Poder Executivo autorizado a empenhar e pagar as despesas necessárias para a regulamentação da documentação do referido veículo.

Art. 2º- O veículo de que trata essa lei será incorporado ao Patrimônio Municipal, podendo ser vendido em processo licitatório de alienação, ou outra forma legal.

Parágrafo único – Em caso de alienação o valor mínimo para lance de leilão será o estipulado pela comissão de avaliação especialmente designada para este fim.

Art. 3º- Fica o Poder Executivo autorizado para a alienação, proceder à baixa do patrimônio do veículo citado no artigo primeiro.



Art. 4º- As despesas decorrentes da aplicação da Presente Lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente do Município.

Art. 5º- Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 20 de novembro de 2015.

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em 20 de novembro de 2015.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças

### LEI 1409/2015

Lei nº 1409, de 25 de novembro de 2015.

Autoriza Efetuar Repasse Financeiro a Entidades que especifica e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho – Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a repassar as Entidades a seguir descritas a importância de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por entidade, com o objetivo de aquisição de materiais de uso da Comunidade.

- Comunidade Maragata – Entidade: Associação de Agricultores Maragata, CNPJ 20.437.376/0001-75;
- Comunidade Aparecida – Entidade: Aparecida Futebol Clube CNPJ 02.573.076/31;
- Comunidade Monte Alegre – Entidade: Clube de Mães Monte Alegre, CNPJ 73.788.838/0001-65;
- Comunidade Canhadão – Entidade: Clube de Mães Renascer, CNPJ 05.683.204/0001-98;
- Comunidade Gramados – Entidade: Clube de Mães Rosas Dourada, CNPJ 05.029.221/0001-06;
- Comunidade Barra Fria – Entidade: Clube de Mães de Barra Fria, CNPJ 80.635.352/0001-52;
- Comunidade Salto do Leão – Entidade: Clube de Mães N. Sa. Dos Navegantes, CNPJ 05.421.697-98;
- Comunidade N. Sra. das Graças – Entidade: Clube de Mães N. Sra. Das Graças, CNPJ 80.635.188/0001-83;
- Comunidade São Pedro – Entidade: Esporte Clube Primavera, CNPJ 83.522.300/0001-68;
- Comunidade Ponte do Rio Leão – Entidade: Associação de Mulheres Ponte do Rio Leão, CNPJ 00.059.224/0001-79;
- Comunidade São Roque – Entidade: Associação de Moradores do Planalto São Roque, CNPJ 10.714.465/0001-68;
- Comunidade São João – Entidade: Associação de Moradores da Comunidade São João, CNPJ 12.141.423/0001-00;
- Comunidade São Cristóvão – Entidade: Clube de Mães Esperança, CNPJ 05.381.109/0001-30.
- Comunidade Farrapos – Entidade: Moradores Santo Antônio Farrapos, CNPJ 10.745.276/0001-52

Art. 2º - Os recursos de que trata o art. 1º só poderão ser repassados após a entrega pela Associação do Plano de Trabalho, acompanhado da documentação descrita no Decreto 1362, de 24 de novembro de 2009, que regulamenta tal procedimento e só poderão ser aplicados para pagamento das despesas constantes no Plano de Trabalho apresentado e deverá ser prestado contas ao Poder Executivo no prazo de 60(sessenta) dias a contar do depósito

bancário do repasse do recurso.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente do Município.

Art. 4º- Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 25 de novembro de 2015.

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em 25 de novembro de 2015.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças

### PORTARIA 3148/2015

PORTARIA 3148, de 20 de novembro de 2015.

Designa Comissão Especial para acompanhamento do Processo Seletivo nº 003/2015 e 004/2015 dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, todos da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º.Designar os Servidores abaixo relacionados sob a presidência do primeiro, para integrarem a Comissão Especial do Processo Seletivo n. 003/2015 destinado a alteração de carga horária em caráter definitivo e Processo Seletivo n. 004/2015 destinado a alteração de carga horária em caráter temporária para os Professores Efetivos da Rede Municipal de Ensino.

- Sandra Masson – Secretária de Educação, Cultura e Desporto;
- Rejane Maria Provensi Barcaro – Assessor Técnico Pedagógico;
- Laurici Michelotto Felipiaki – Diretor de Escola;
- Vânia Recalcatti Piovesan - Assessor Técnico Pedagógico;
- Cristiane Bordin Camaroto – Agente Administrativo.

Art.2º.Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC, em 20 de novembro de 2015.

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA 3149/2015**

PORTARIA 3149, de 23 de novembro de 2015.

Designa Comissão Especial para acompanhamento do Processo Seletivo nº 005/2015 e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, todos da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art.1º Designar os servidores abaixo relacionados sob a presidência do primeiro, para integrarem a Comissão Especial do Processo Seletivo nº 005/2015 para acompanhamento dos atos relacionados ao referido Processo Seletivo, sob a responsabilidade da empresa GEORGE ALMEIDA "Aprender.Com" – Cursos e Treinamentos.

**Titulares:**

1. Gelson Camilo Dalmedico
2. Francisco Delmar Davoglio
3. Sandra Masson

**Suplentes:**

4. Vânia Recalcatti Piovesan
5. Alécio Massoco
6. Laurici Michelotto Felipiaki

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,  
em 23 de novembro de 2015.

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças

# Faxinal dos Guedes

## PREFEITURA

### 2.378/2015

LEI nº 2.378/2015

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES PARA O EXERCÍCIO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, nos termos das Constituições Federal e Estadual, Lei Orgânica Municipal, Lei nº 4.320/64, Lei Complementar nº 101/2000, Plano Plurianual 2014/2017 e Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2016 faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

#### DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º. O Orçamento Geral Consolidado do Município para o exercício de 2016 estima a receita e fixa a despesa R\$ 33.850.000,00 (trinta e três milhões, oitocentos e cinquenta mil reais), de acordo com as vinculações dos recursos previstos nos anexos que integram a presente lei.

#### DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA

Art. 2º. É estimada a receita em R\$ 31.259.085,60 (trinta e um milhões, duzentos e cinquenta e nove mil, oitenta e cinco reais e sessenta centavos); fixada a despesa em R\$ 23.953.825,40 (vinte e três milhões, novecentos e cinquenta e três mil, oitocentos e vinte e cinco reais e quarenta centavos); Transferências Financeiras para o Fundo Municipal de Saúde em R\$ 5.928.710,20 (cinco milhões, novecentos e vinte e oito mil, setecentos e dez reais e vinte centavos); Transferências Financeiras para o Fundo Municipal de Assistência Social em R\$ 176.550,00 (cento e setenta e seis mil, quinhentos e cinquenta reais); Repasse Financeiro para a Câmara de Vereadores em R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais).

§ 1º. A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

RECEITAS CORRENTES	R\$	31.259.085,60
Receita Tributária	R\$	2.510.059,50
Receita de Contribuições	R\$	435.062,00
Receita Patrimonial	R\$	49.230,70
Receita Agropecuária	R\$	34.347,00
Receita de Serviços	R\$	36.636,80
Transferências Correntes	R\$	27.240.149,38
Outras Receitas Correntes	R\$	953.600,22
TOTAL GERAL	R\$	31.259.085,60

§ 2º. As Despesas serão realizadas de acordo com as Unidades Orçamentárias com a seguinte classificação:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL	R\$	23.953.825,40
Gabinete do Prefeito	R\$	1.967.684,70
Gabinete do Vice Prefeito	R\$	108.765,50
Secretaria da Administração e Fazenda	R\$	2.350.000,00
Secretaria da Educação, Cultura e Esporte	R\$	9.753.405,10
Secretaria de Infraestrutura	R\$	6.387.084,80
Secretaria da Agricultura e Desenvolvimento Econômico	R\$	802.000,00

Secretaria de Assistência Social	R\$	1.217.103,60
Fundo da Criança e Adolescente	R\$	14.883,70
Fundo de Habitação	R\$	180.000,00
Encargos Gerais	R\$	1.150.000,00
Reserva de Contingência	R\$	22.898,00

#### DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 3º. O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde estima a receita em R\$ 2.343.616,00 (dois milhões, trezentos e quarenta e três mil, seiscentos e dezesseis reais); fixa a despesa em R\$ 8.272.326,20 (oito milhões, duzentos e setenta e dois mil, trezentos e vinte e seis reais e vinte centavos) e Transferências Financeiras do Município em R\$ 5.928.710,20 (cinco milhões, novecentos e vinte e oito mil, setecentos e dez reais e vinte centavos).

§ 1º. A Receita do Fundo Municipal de Saúde será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES	R\$	2.343.616,00
Receita Patrimonial	R\$	26.289,80
Transferências Correntes	R\$	2.317.326,20

§ 2º. As Despesas do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde serão realizadas de acordo com as Unidades Orçamentárias com a seguinte classificação:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL	R\$	8.272.326,20
Fundo Municipal de Saúde	R\$	8.272.326,20

#### DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 4º. O Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social estima a receita em R\$ 247.298,40 (duzentos e quarenta e sete mil, duzentos e noventa e oito reais e quarenta centavos); fixa a despesa em R\$ 423.848,40 (quatrocentos e vinte e três mil, oitocentos e quarenta e oito reais e quarenta centavos) e Transferências Financeiras do Município em R\$ 176.550,00 (cento e setenta e seis mil, quinhentos e cinquenta reais).

§ 1º. A Receita do Fundo Municipal de Assistência Social será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES	R\$	247.298,40
Receita Patrimonial	R\$	2.289,80
Transferências Correntes	R\$	245.008,60

§ 2º. As Despesas do Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social serão realizadas de acordo com as Unidades Orçamentárias com a seguinte classificação:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL	R\$	423.848,40
Fundo Municipal de Assistência Social	R\$	423.848,40

#### DO ORÇAMENTO DA CÂMARA DE VEREADORES

Art. 5º - O Orçamento da Câmara de Vereadores fixa a despesa e a Transferência Financeira do Município limitado em R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais).

Parágrafo Único - As Despesas do Orçamento da Câmara de Vereadores serão realizadas de acordo com a seguinte Classificação Institucional:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL	R\$	1.200.000,00
Câmara de Vereadores	R\$	1.200.000,00

Faxinal dos Guedes SC, 01 de dezembro de 2015.  
EDEGAR GIORDANI  
Prefeito Municipal

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 6º. Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos e superávit orçamentário.

Art. 7º. O Executivo está autorizado, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 4320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 50% (cinquenta por cento) da receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

II - superávit financeiro do exercício anterior;

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei;

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las.

Parágrafo Único - Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 8º. As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de crédito e outras receitas de realização extraordinária, só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 9º. Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 10. Durante o exercício financeiro de 2016 fica o Chefe do Poder Executivo Municipal a efetuar por Decreto o remanejamento do saldo de dotações orçamentárias existentes dentro da mesma "categoria econômica de despesa" ou "categoria diferente" desde que, dentro do mesmo projeto, atividade ou operação especial.

Art. 11. Durante o exercício de 2016 o Poder Executivo poderá realizar operações de crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei, nos termos da legislação aplicável.

Art. 12. Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 13. Durante o exercício de 2016, fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênios com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 14. Na elaboração do Cronograma de Metas Bimestrais de Arrecadação, não serão consideradas as receitas de capital previstas, tendo em vista serem recursos vinculados a convênios e operações de crédito com fim específico.

Art. 15. Os anexos da Lei Orçamentária para o exercício de 2016 foram elaborados até o nível de modalidade de aplicação, sendo que a execução se dará em nível de elemento de despesa.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, para produzir efeitos a partir de 01 de janeiro de 2016.

Art. 17. Revogam-se as disposições em contrário.



# Flor do Sertão

## PREFEITURA

### ATA DE CREDENCIAMENTO Nº. 1689/2015 - 2

ATA DE CREDENCIAMENTO

Processo Licitatório Nº. 1689/2015

Modalidade: Tomada de Preço Nº. 05/2015

As 09:00 horas do dia 01 de dezembro de 2015, nas dependências da Prefeitura Municipal de Flor do Sertão, reuniu-se a Comissão de Licitação designada pela Portaria nº. 152/2015, para decidir acerca do pedido de desclassificação da empresa E.B. INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA - EPP pela inobservância do item 1.10 do edital, formulado pela empresa TRACHEEL EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS S.A.

Após análise dos fatos e por instrução do corpo especializado do município, em homenagem a ampla defesa e ao contraditório, decidiu a comissão em conceder prazo improrrogável de 3 dias corridos para a Recorrente apresentar as razões de suas insurgência, especialmente fundamentando sua pretensão e, logo após, a concessão do mesmo prazo de 3 dias corridos para que a Recorrida apresente suas contra razões. Após, seja encaminhado os autos para emissão decisão final.

Findos os trabalhos, o presidente da comissão encerrou a sessão, determinando a lavratura da presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelos presentes. Flor do Sertão estado de Santa Catarina ao primeiro dia do mês de dezembro de dois mil e quinze.

ADRIANO PEREIRA	DIOGO DE BEM	MARIA LUCIA FREI-BERGER
Membro da comissão	Presidente da comissão	Membro da comissão

De Acordo:

### AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 1817

AVISO DE LICITAÇÃO – Pregão – Registro de Preços

PROCESSO LICITATÓRIO nº. 1817/2015

MODALIDADE: Pregão Registro de Preços nº. 23/2015

CRITÉRIOS DE JULGAMENTO: Menor preço – Unitário por Item

OBJETO. A presente licitação tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSEMINADOR PARA A REALIZAÇÃO DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL NO REBANHO BOVINO DO MUNICÍPIO.

A íntegra do edital estará à disposição dos interessados a partir do dia 30 de novembro de 2015, em horário comercial, junto ao departamento de compras no Centro Administrativo Municipal sito a Avenida Flor do Sertão nº. 696, centro, Flor do Sertão – SC.

DATA: Os interessados poderão entregar a declaração de que cumprem com os requisitos de habilitação e os envelopes com os documentos e as propostas de preços na sala de licitações junto ao prédio da Prefeitura Municipal no endereço acima mencionado, até às 14:00 horas do dia 15 de dezembro de 2015. A abertura da sessão para a realização do certame será às 14:01 horas do mesmo dia. Não havendo expediente na data marcada para realização da sessão será a mesma adiada para o primeiro dia útil subsequente, mantidos o mesmo local e horário.

LEGISLAÇÃO: A presente licitação está legalmente vinculada à Lei Federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

Flor do Sertão – SC, aos 30 dias do mês de novembro de 2015.

ROGERIO PERIN	DIOGO DE BEM
CPF: 024.900.719-39	CPF: 010.389.549-32
PREFEITO MUNICIPAL	PREGOEIRO OFICIAL

### AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 1818

AVISO DE LICITAÇÃO – Pregão – Registro de Preços

PROCESSO LICITATÓRIO nº. 1818/2015

MODALIDADE: Pregão – Registro de Preços nº. 24/2015

CRITÉRIOS DE JULGAMENTO: Menor preço – Unitário por item

OBJETO. A presente licitação tem por objeto a AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA MANUTENÇÃO DOS DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

A íntegra do edital estará à disposição dos interessados a partir do dia 30 de novembro de 2015, em horário comercial, junto ao departamento de compras no Centro Administrativo Municipal sito a Avenida Flor do Sertão nº. 696, centro, Flor do Sertão – SC.

DATA: Os interessados poderão entregar a declaração de que cumprem com os requisitos de habilitação e os envelopes com os documentos e as propostas de preços na sala de licitações junto ao prédio da Prefeitura Municipal no endereço acima mencionado, até às 14:00 horas do dia 16 de dezembro de 2015. A abertura da sessão para a realização do certame será às 14:01 horas do mesmo dia. Não havendo expediente na data marcada para realização da sessão será a mesma adiada para o primeiro dia útil subsequente, mantidos o mesmo local e horário.

LEGISLAÇÃO: A presente licitação está legalmente vinculada à Lei Federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

Flor do Sertão – SC, aos 30 dias do mês de novembro de 2015.

ROGERIO PERIN	DIOGO DE BEM
CPF: 024.900.719-39	CPF: 010.389.549-32
PREFEITO MUNICIPAL	PREGOEIRO OFICIAL

### TERMO ADITIVO Nº. 001/2015 - INSEMINADOR

TERMO ADITIVO Nº. 001/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 1697/2014

SERVIÇO DE INSEMINADOR

O MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ROGÉRIO PERIN, brasileiro, casado, no cargo de Prefeito Municipal, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 024.900.719-39 de ora em diante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado, LEONOR CHARNOSKI, inscrito no CPF sob o nº 010.009.369-88, residido na Linha Poço Rico, Interior, na cidade de Flor do Sertão - SC, doravante denominada CONTRATADA, resolvem aditar o contrato supra mencionado pelas cláusulas que seguem:

**CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato supra citado ate dia 25 de dezembro de 2015 do processo Licitatório nº. 1697/2014 na modalidade de Pregão – Registro de Preços nº. 26/2014 que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSEMINADOR PARA A REALIZAÇÃO DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL NO REBANHO BOVINO DO MUNICÍPIO.

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

As demais cláusulas do presente contrato permaneçam inalteradas.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DA VIGÊNCIA**

O presente Termo Aditivo passará a vigorar e produzir seus efeitos legais a partir da data de sua assinatura.

E por estarem assim justos e de acordo, firmam o presente juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Flor do Sertão – SC, aos 24 dias do mês de novembro de 2015.

ROGERIO PERIN		LEONOR CHARNOSKI
CPF: 024.900.719-39		CPF: 010.009.369-88
CONTRATANTE		REPRESENTANTE DA CONTRATADA

DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

INSTITUTO DE CONSULTORIA CAP LTDA

LUIZ ALCEBÍADES PICHETTI

Advogado

OAB/SC 6969

# Forquilha

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 34/PMF/2015-REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 85/PMF/2015 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 85/2015 PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 34/2015 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para a aquisição de móveis sob medida para atendimento das diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Forquilha, para futuras aquisições.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 01/06/2016  
3ª Publicação

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 62/PMF/2015-REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 172/PMF/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 62/PMF/2015  
(Referente Pregão Presencial nº. 172/PMF/2015)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL - FORQUILHA-SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº 2.570.672-1 e inscrito no CPF sob o nº 705.686.189-04, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e as empresas:

1. CONTROLE AMBIENTAL TROMBIM LTDA ME, estabelecida na Rua Líbano José Gomes, 142, Criciúma/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 20.015.143/0001-84, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado pelo Sr. Ismael dos S. Trombim, portador da Cédula de Identidade RG nº. 8064896321, e inscrito no CPF sob o nº. 050.351.159-50.

2. PRAXEDES DEDETIZADORA LTDA ME, estabelecida na Avenida 25 de Julho, s/n, Forquilha/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 04.581.502/0001-04, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado pelo Sr. Alcir Praxedes Machado, portador da Cédula de Identidade RG nº. 2.154.324, e inscrito no CPF sob o nº. 751.810.029-00;

Doravante denominada DETENTORA(s) DA ATA nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 172/PMF/2015, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

#### Cláusula Primeira – Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e

condições gerais para REGISTRAR PREÇO para execução dos serviços de desinsetização, desratização, descupinização e limpeza de caixa d'água para atendimento de diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

1.1 Manter os profissionais, quando em horário de trabalho, uniformizados e identificados sob a responsabilidade da CONTRATADA.

#### Cláusula Segunda – Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO e estão disponíveis no site [www.forquilha.sc.gov.br](http://www.forquilha.sc.gov.br)

#### Cláusula Terceira – Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades da Secretaria correspondente, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de Ordens de Serviço previamente emitidas.

1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do Município de Forquilha.

1.3. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas Neste edital de licitação.

1.4. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 60 (sessenta) dias.

2. O setor competente do município processará a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

2.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA num prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da notificação da não aceitação.

3. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

4. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

5. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

6. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

**Cláusula Quarta – Da Vigência e Revisão de Preços**

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

**Cláusula Quinta – Da Forma e Condições de Pagamento**

1. O pagamento pelos serviços aceitos será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICADO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o "CERTIFICADO" pelo engenheiro fiscal do departamento técnico da Secretaria correspondente, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar, necessariamente o número do processo licitatório e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados no cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação da Secretaria correspondente, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes.

**Cláusula Sexta – Da Autorização para Aquisição**

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem está delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

**Cláusula Sétima – Das Obrigações****1. Do Município:**

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. Efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

**Cláusula Oitava – Das penalidades e Sanções**

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante);

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser



descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

#### Cláusula Nona – Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

- 1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;
- 1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
- 1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

#### Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

#### Cláusula Décima Primeira – Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 172/PMF/2015, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

#### Cláusula Vigésima Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 01 de dezembro de 2015.  
MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

CONTROLE AMBIENTAL TROMBIM LTDA ME  
Empresa Detentora da Ata  
Representante Legal: Ismael dos S. Trombim  
CPF: 050.351.159-50

PRAXEDES DEDETIZADORA LTDA ME  
Empresa Detentora da Ata  
Representante Legal: Alcir Praxedes Machado  
CPF: 751.810.029-00

#### DECRETO Nº. 105, DE 12 DE JUNHO DE 2015. (REPUBLICADO)

DECRETO Nº. 105, DE 12 DE JUNHO DE 2015.  
REGULAMENTA A LEI Nº 1.802, DE 22 DE MAIO DE 2012, QUE "INSTITUI O PROGRAMA DE ADOÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS, PARQUES, ÁREAS PÚBLICAS DE CARÁTER ESPORTIVO OU RECREATIVO E ÁREAS VERDES, ESTABELECE SEUS OBJETIVOS E PROCESSOS, SUAS ESPÉCIES E LIMITAÇÕES DAS RESPONSABILIDADES E DOS BENEFÍCIOS DOS ADOTANTES".

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

CONSIDERANDO que o Projeto "Adote uma Praça" (compreendido neste conceito a adoção de parques, áreas públicas e áreas verdes) promove a participação e conscientização da sociedade civil organizada e das pessoas jurídicas na urbanização, nos cuidados e na manutenção das praças públicas, de esporte e áreas verdes do Município de Forquilha em conjunto com o Poder Público Municipal;

CONSIDERANDO que o Projeto "Adote uma Praça" leva à população vizinha às praças públicas, de esporte e áreas verdes a entenderem esses espaços como de responsabilidade concorrente com o Poder Público Municipal;

CONSIDERANDO que o Projeto "Adote uma Praça" incentiva o uso das praças públicas, de esporte e áreas verdes pela população, por associações desportivas, de lazer e culturais da área de abrangência das mesmas;

CONSIDERANDO que os grupos organizados da população elaboraram projetos de utilização das praças públicas, de esporte e áreas verdes que atinjam as diversas faixas etárias e necessidades especiais da população;

#### DECRETA:

Art. 1º As entidades da sociedade civil, as associações de

moradores, as sociedades de amigos de bairro e as empresas interessadas em participar do Programa de Adoção de Praças Públicas, de Esportes e Áreas Verdes, instituído pela Lei nº 1.802, de 22 de maio de 2012, deverão apresentar carta de intenção ou projeto indicando a área pública de seu interesse, bem como indicar a(s) forma(s) prevista(s) no artigo 5º, I, II, III e IV da Lei, que se pretende realizar a adoção.

Parágrafo único. Não poderão participar do programa de adoção as empresas do ramo de cigarros e bebidas alcoólicas, bem como outras que possam ser consideradas impróprias aos objetivos propostos.

Art. 2º Caberá à Secretaria de Planejamento e à Fundação Ambiental Municipal de Forquilha fazer o levantamento com informações acerca da natureza da área pública, de modo a confirmar tratar-se de bem de uso comum do povo ou de praça de esportes ou de caráter recreativo, elaborando a seguir croqui com a indicação de suas dimensões, dos equipamentos e mobiliários urbanos instalados, inventário das espécies arbóreas existentes e informações sobre seu estado de conservação.

Art. 3º Havendo interesse e possibilidade jurídica da cooperação, será publicado no átrio da Prefeitura Municipal, bem como no site oficial do Município, Edital destinado a dar conhecimento público da proposta, contendo o nome do proponente da cooperação e o local, abrindo o prazo de 10 (dez) dias consecutivos, contados da publicação, para que o próprio proponente e outros interessados na mesma área manifestem seu interesse, mediante apresentação de carta de intenção, acompanhada de envelope lacrado, contendo:

I - ato constitutivo em vigor, devidamente registrado, acompanhado de prova da regular representação da diretoria em exercício ou da eleição de seus administradores;

II - CNPJ, em caso de empresa privada ou associação cujo cadastramento seja obrigatório;

III - plano de trabalho, indicando os serviços que se propõe a realizar e a manter (artigo 5º, I, II, III e IV da Lei nº 1.802/2012), as metas a serem atingidas, as fases ou etapas de execução e o número de placas que pretende instalar;

IV - anotação de Responsabilidade Técnica, expedida pelo órgão ao qual está vinculado o responsável pelo projeto, quando for o caso;

V - licenças ambientais, no caso de área de preservação permanente.

Art. 4º Recebendo, no prazo previsto no artigo anterior, outras intenções de cooperação para o mesmo local, após juntá-las no expediente já autuado, designará data, hora e local para a realização de sessão pública para abertura dos envelopes, a ser divulgada no átrio da Prefeitura Municipal e no sítio eletrônico e comunicada aos interessados, via fax, postal, ou eletrônica, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, na qual se buscará a atuação conjunta dos interessados na adoção do espaço público.

Parágrafo único. Não sendo possível a adoção conjunta, proceder-se-á a abertura de procedimento licitatório.

Art. 5º A cooperação será formalizada por meio de convênio.

Parágrafo único. Os termos de convênio deverão conter cláusulas definindo a área, a descrição dos serviços a serem prestados, o prazo de duração, que não poderá exceder a 120 (cento e vinte) meses, o número e as dimensões das placas indicativas da cooperação permitidas, a proibição de transferência do termo a terceiros, a previsão de rescisão a qualquer tempo, motivada em razões de interesse público ou descumprimento do acordo, independentemente de prévia notificação e imediata retirada das placas, e outras que sejam necessárias à proteção do interesse público.

Art. 6º A colocação de placas indicativas da cooperação será permitida com a menção ao nome, logomarca, ramo, telefone, setas indicativas e sítio eletrônico da adotante.

§ 1º Em qualquer hipótese, a placa deverá fazer menção à adoção (por exemplo: "praça adotada") e conter a logomarca da Prefeitura Municipal de Forquilha;

§ 2º A quantidade de placas será definida pela Secretaria de Planejamento que analisará cada situação concreta, à luz da extensão da área, localização geográfica, grau de investimento econômico, observado o limite máximo de quatro placas por adoção.

Art. 7º As informações sobre o adotante não poderão ultrapassar 80% (oitenta por cento) do tamanho da placa, devendo o espaço restante conter os dados da cooperação celebrada com o Poder Público Municipal.

§ 1º Os equipamentos publicitários poderão ser luminosos ou iluminados.

§ 2º Os gastos com a confecção e instalação dos equipamentos publicitários serão de responsabilidade da adotante.

Art. 8º Independentemente de iniciativa dos particulares, a Secretaria de Planejamento poderá iniciar processo, objetivando obter a cooperação para a conservação de áreas públicas, indicando a área, os serviços pretendidos e o número máximo de placas permitidas para o local, observadas as disposições deste decreto.

Art. 9º Encerrada a cooperação por decurso do prazo de vigência ou por rescisão, qualquer benfeitoria dela decorrente integrará o patrimônio público, não tendo o adotante direito de retenção ou indenização a qualquer título.

Art. 10. Os serviços a serem realizados em razão do convênio deverão ser acompanhados e controlados pela Secretaria de Planejamento ou Fundação Ambiental Municipal de Forquilha, conforme o caso, de modo que não venham a ser desvirtuados ou causar prejuízo ao interesse público.

Art. 11. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Forquilha/SC, 12 de junho de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 12 de junho de 2015.

ADEMIR BRADIELI PEDRO

Secretário Administração e Finanças

ANEXO I - DECRETO Nº. DECRETO Nº. 105, DE 16 DE JUNHO DE 2015.

Excelentíssimo Senhor

PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Nesta

Senhor Prefeito:

Sabedores do Projeto "PROGRAMA DE ADOÇÃO DE PRAÇAS..." vimos solicitar nossa participação no mesmo, sendo de nosso interesse adotar a área denominada (Denominar: PRAÇACANTEIRO/VIVEIRO/ÁREA PÚBLICA/ ÁREA VERDE) situada na:

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES (Descrever uma ou mais das seguintes ações: I - urbanização e/ou conservação e/ou manutenção do espaço público adotado (praça pública ou área verde); II - construção e/ou conservação e/ou manutenção de parque ou área pública de caráter recreativo; III - construção e/ou conservação e/ou manutenção de área pública de caráter esportivo.

DADOS DA ADOTANTE:

EMPRESA: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

INSCRIÇÃO ESTADUAL: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO COMERCIAL: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_ FONE CONTATO \_\_\_\_\_

E-MAIL: \_\_\_\_\_

FORQUILHINHA/SC, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Requerente

CPF: \_\_\_\_\_

ANEXO II - DECRETO Nº. 105, DE 12 DE JUNHO DE 2015.

TERMO DE CONVÊNIO PARA ADOÇÃO Nº \_\_\_\_\_/20\_\_.

TERMO DE CONVENIO QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA E (CONVENIADO).

Considerando a Lei Municipal nº .....;

Considerando o interesse público na manutenção e preservação do bom estado de conservação dos logradouros públicos;

Considerando o interesse público do Município no paisagismo e ajardinamento de praças, canteiros e congêneres;

....

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS PARTES**

Pelo presente instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA, neste ato representada por seu Prefeito, Sr. ...., e do outro lado (CONVENIADO, CNPJ, rua, bairro, representante) resolvem celebrar o presente CONVENIO PARA ADOÇÃO DE LOGRADOUROS PÚBLICOS mediante as disposições expressas nas cláusulas seguintes.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

O MUNICÍPIO acima qualificado e o CONVENIADO têm por certo e justo entre si firmar o presente "Termo de Parceria para Adoção de Logradouros Públicos", com fundamento nas disposições e regramentos da Lei ..... nº ....., tendo por objeto a adoção do logradouro a seguir indicado e descrito:

Nome do Logradouro:

Endereço do Logradouro:

Dimensões:

Ações a serem realizadas:

Observações:

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS ATRIBUIÇÕES DO PARCEIRO**

São atribuições do parceiro: (Discrição de acordo com a proposta)

**CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA**

A vigência do presente termo tem duração de \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ) meses, contados desde a data de sua assinatura.

**CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO**

Sem prejuízo das causas de rescisão previstas em lei, o presente termo é firmado em caráter precário, podendo o MUNICÍPIO tê-lo por rescindido, a qualquer tempo, mediante notificação expressa ao CONVENIADO, sem que isso implique em qualquer sorte de indenização e sem prejuízo do disposto no item "7", da Cláusula Terceira.

Parágrafo único. É dado ao CONVENIADO rescindir o presente, a qualquer tempo, desde que o MUNICÍPIO seja expressamente notificado e com antecedência mínima de trinta (30) dias.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS PLACAS**

Expressamente declara o CONVENIADO nesta data haver recebido do Município de Forquilha os quantitativos e modelo de placas, com dimensões, formato e estrutura, a serem implantado no local adotado, ao qual, fielmente, irá cumprir.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA**

O presente ajuste pode ser prorrogado, por vontade expressa e convergente das partes, pelo prazo de mais \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) meses contados do termo fixado na Cláusula Quarta, desde que formalizado por instrumento competente.

**CLÁUSULA OITAVA - DO FORO**

Para o fim de dirimir toda e qualquer controvérsia porventura decorrente do presente ajuste, as partes elegem como competente o Foro da Comarca de Forquilha - SC.

E, por estarem cientes da integralidade do conteúdo que encerra o presente termo, comprometendo-se a bem e fielmente cumpri-lo, MUNICÍPIO e CONVENIADO, o assinam em três (03) vias de idêntico teor, forma e conteúdo.

Forquilha/SC, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 105/PMF/2015**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 105/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 101/2015

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – FRIGORÍFICO GENEBRA LTDA

DO OBJETO – Contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição de gêneros alimentícios, conforme Programa Nacional de Alimentação Escolar, em atendimento às Escolas e creches da Rede Municipal de Ensino, de FORQUILHINHA SC.

DO VALOR – Fica acrescido no objeto do Contrato n. 98/PMF/2015 o valor de R\$ 1.680,00 (mil seiscentos e oitenta reais), relativo ao seguinte item:

Item	Quant	Unid	Especificação	Marca	Preço Unit	Preço Total
11	105	KG	Carne em iscas congelada - patinho	Genebra	R\$ 16,00	R\$ 1.680,00
TOTAL						R\$ 1.680,00

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 23 de novembro de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 91/PMF/2015**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 91/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 58/2015

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – COMERCIO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS KREMER

DO OBJETO – Contratação de pessoa jurídica especializada para a aquisição de "gêneros alimentícios", para preparação dos lanches, atendendo as necessidades dos Programas CRAS, e CREAS durante o exercício de 2015, por meio da Secretaria de Assistência Social do município de Forquilha/SC.

DO VALOR – Fica acrescido no objeto do Contrato n. 58/PMF/2015 o valor de R\$ 127,38 (cento e vinte e sete reais e trinta e oito centavos).

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 26 de outubro de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

**NOTA DE REVOGAÇÃO Nº. 09/FMS/2015-CREDENCIAMENTO Nº. 36/FMS/2014**

NOTA DE REVOGAÇÃO Nº. 09/FMS/2015

CREDENCIAMENTO Nº. 36/FMS/2014

OBJETO: Credenciamento e habilitação de interessados com objetivo de prestar de serviços de assistência à saúde, por meio de clínicas especializadas no tratamento de pessoas com dependência química, em regime de internação, de caráter voluntário, involuntário e compulsório, para adultos e adolescentes de ambos os sexos, para o exercício de 2015.

MOTIVO: No dia trinta de novembro de dois mil e quinze, a comissão de licitação certificou-se que o processo de credenciamento 36/FMS/2014, ficou em aberto de 11/12/2014 a 30/11/2015, e que nenhuma empresa apresentou interesse em prestar os serviços conforme objeto. Desta forma, a comissão decide por revogar o processo de Credenciamento nº. 36/FMS/2014 em função da participação deserta.

Forquilha/SC, 30 de novembro de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal



# Fraiburgo

## PREFEITURA

### AVISO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 0004 - DOM.1

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 00231/2015

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 0004/2015 – PMF

Objeto: Contratação de empresa especializada na área de informática para o fornecimento, mediante locação de sistemas para a gestão pública, compreendendo sistemas de planejamento (PPA, LDO e LOA), contabilidade, tesouraria, business intelligence, tributação, escrituração eletrônica do ISS, controle de notas fiscais eletrônica, protocolo, atendimento ao cidadão, compras e licitações, almoxarifado, patrimônio, gestão de frotas, recursos humanos, folha de pagamento, atendimento ao servidor público, administração educacional, atendimento de pais e alunos, biblioteca pública, portal da transparência, controle de leis, gestão de informação e custos, emissão e controle de fatura, procuradoria e assistência social, conforme as condições estabelecidas neste edital e seus anexos. ; Modalidade: Concorrência Pública; Tipo: Técnica e Preço; Protocolo dos Envelopes: Obrigatoriamente até as 14:00 horas do dia 19/01/2016; Abertura do Certame: No mesmo dia às 14:15 horas. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo(SC), 01 de dezembro de 2015.

Ivo Biazolo

Prefeito Municipal.

### DECRETO Nº 255/2015

DECRETO Nº 255, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2276, de 05 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo, crédito adicional suplementar para o exercício de 2015, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

10.00 – Secretaria de infraestrutura		
10.02 – Segurança Pública		
06.182.0019.2.044 – Manutenção do FUNREBOM		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.3.0700 (231)	R\$	15.000,00
TOTAL	R\$	15.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

10.00 – Secretaria de infraestrutura		
10.02 – Segurança Pública		
06.182.0019.2.044 – Manutenção do FUNREBOM		

4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.3.0700 (232)	R\$	15.000,00
TOTAL	R\$	15.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 01 DE DEZEMBRO DE 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

### PORTARIA Nº 2277/2015

PORTARIA N.º 2277, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0040 de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0153/2015, da Secretaria de Ação Social;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de GLAUCIA APARECIDA LOURENÇO, brasileiro(a), solteiro(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 008.816.079-32, contratado(a) em caráter temporário na função de PSICÓLOGO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de dezembro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

### PORTARIA Nº 2278/2015

PORTARIA Nº 2278, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015.

Prorroga Ampliação de Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0152/2015, da Secretaria de Ação Social;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a ampliação da carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora DAYANE APARECIDA RUMPEL DALAGNOL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 004.531.659-74, nomeada no cargo de provimento efetivo de

ASSISTENTE SOCIAL, no período de 01 de janeiro de 2016 até 31 de julho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de dezembro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 2279/2015**

PORTARIA Nº 2279, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015.

Prorroga Ampliação de Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0152/2015, da Secretaria de Ação Social;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a ampliação da carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora ANETE ANTONIA MACAGNAN GONÇALVES LINS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 625.539.099-34, nomeada no cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE SOCIAL, no período de 01 de janeiro de 2016 até 31 de julho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de dezembro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 2280/2015**

PORTARIA Nº 2280, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015.

Prorroga Ampliação de Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0152/2015, da Secretaria de Ação Social;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a ampliação da carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora JARCIANE ZANON, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 037.496.459-90, nomeada no cargo de provimento efetivo de PSICÓLOGO, no período de 01 de janeiro de 2016 até 31 de julho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de dezembro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 2281/2015**

PORTARIA Nº 2281, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0033 de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 1422/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANDREIA APARECIDA RIBEIRO LEAL NUNES, brasileiro(a), casado(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 031.803.139-60, contratado(a) em caráter temporário na função de PSICÓLOGO, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 19 de dezembro de 2015 até 21 de abril de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de dezembro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 2282/2015**

PORTARIA Nº 2282, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0032 de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 1421/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JOSELITA LORENCINI, brasileiro(a), solteiro(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 051.049.619-90, contratado(a) em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – LÍNGUA PORTUGUESA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 19 de dezembro de 2015 até 01 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de dezembro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 2283/2015**

PORTARIA Nº 2283, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015.

Prorroga Ampliação de Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 1427/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar a ampliação da carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora VIVIANE APARECIDA FERREIRA MOZZER, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 015.863.169-23, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, no período de 19 de dezembro de 2015 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de dezembro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 2284/2015**

PORTARIA Nº 2284, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015.

Prorroga Ampliação de Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 1428/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar a ampliação da carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora ELIANE TERESINHA DE SOUZA ANTON, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 737.633.659-15, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação EDUCAÇÃO INFANTIL, no período de 19 de dezembro de 2015 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de dezembro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 2285/2015**

PORTARIA Nº 2285, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015.

Prorroga Ampliação de Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 1429/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar a ampliação da carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora JACY TEREZINHA PADILHA DE ALMEIDA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 031.609.519-28, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação EDUCAÇÃO INFANTIL, no período de 19 de dezembro de 2015 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de dezembro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 2286/2015**

PORTARIA Nº 2286, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015.

Prorroga Ampliação de Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 1430/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar a ampliação da carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora ELIZANGELA DE FÁTIMA ANDRADE XAVIER, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 812.060.899-20, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR ESPECIALISTA GRUPO OCUPACIONAL PÓS-GRADUAÇÃO PG, no período de 19 de dezembro de 2015 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de dezembro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 2287/2015**

PORTARIA Nº 2287, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015.

Prorroga Ampliação de Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 1432/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar a ampliação da carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora LUCIANE FABER DIDOMÊNICO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 041.564.689-84, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação EDUCAÇÃO INFANTIL, no período de 19 de dezembro de 2015 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de dezembro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 2288/2015**

PORTARIA Nº 2288, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015.

Prorroga Ampliação de Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 1433/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar a ampliação da carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora ILUIR TIBES DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 023.498.679-43, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação EDUCAÇÃO INFANTIL, no período de 19 de dezembro de 2015 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de dezembro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 2289/2015**

PORTARIA Nº 2289, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015.

Prorroga Ampliação de Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 1434/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar a ampliação da carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora JANICE DOS SANTOS MARCONDES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 904.805.629-20, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação EDUCAÇÃO INFANTIL, no período de 19 de dezembro de 2015 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de dezembro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 2290/2015**

PORTARIA Nº 2290, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015.

Prorroga Ampliação de Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 1435/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar a ampliação da carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora VIVIANE SILVA PADILHA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 006.082.609-67, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação EDUCAÇÃO INFANTIL, no período de 19 de dezembro de 2015 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de dezembro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 2291/2015**

PORTARIA Nº 2291, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015.

Prorroga Ampliação de Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 1436/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar a ampliação da carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora MICHELLY FERLIN HILDEBRANDO DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 032.881.489-00, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação EDUCAÇÃO INFANTIL, no período de 19 de dezembro de 2015 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de dezembro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 2292/2015**

PORTARIA Nº 2292, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015.

Prorroga Ampliação de Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 1437/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar a ampliação da carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora JANE APARECIDA OZÓRIO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 785.991.219-87, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação EDUCAÇÃO INFANTIL, no período de 19 de dezembro de 2015 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de dezembro de 2015.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 2293/2015**

PORTARIA Nº 2293, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015.

Prorroga Ampliação de Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 1438/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar a ampliação da carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora ADRIANA JUSTIMIANO TOFFOLI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 899.839.399-91, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação EDUCAÇÃO INFANTIL, no período de 19 de dezembro de 2015 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de dezembro de 2015.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 2294/2015**

PORTARIA Nº 2294, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015.

Prorroga Ampliação de Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 1440/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar a ampliação da carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora VIVIANE DE CÓRDOVA RONCHI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 024.239.229-65, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, no período de 19 de dezembro de 2015 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de dezembro de 2015.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 2295/2015**

PORTARIA Nº 2295, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015.

Prorroga Ampliação de Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 1441/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar a ampliação da carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora DULCE APARECIDA RIGO DE MORAIS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 471.423.329-72, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, no período de 19 de dezembro de 2015 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de dezembro de 2015.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 2296/2015**

PORTARIA Nº 2296, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015.

Prorroga Ampliação de Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 1442/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar a ampliação da carga horária de 20 (vinte) para



40 (quarenta) horas semanais, da servidora FRANCIELI TERESINHA COMERLATO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 034.033.459-20, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, no período de 19 de dezembro de 2015 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de dezembro de 2015.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 2297/2015**

PORTARIA Nº 2297, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015.

Prorroga Ampliação de Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 1431/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar a ampliação da carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora JOICE APARECIDA DE ANDRADE, brasileira, viúva, inscrita no CPF sob o n.º 296.708.969-91, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação EDUCAÇÃO INFANTIL, no período de 19 de dezembro de 2015 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de dezembro de 2015.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 2298/2015**

PORTARIA Nº 2298, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015.

Prorroga Ampliação de Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 1439/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar a ampliação da carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora DIANA FATIMA RIBEIRO, brasileira, separada judicialmente, inscrita no CPF sob o n.º 998.365.999-91, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação EDUCAÇÃO INFANTIL, no período de 19 de dezembro de 2015 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de dezembro de 2015.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 2299/2015**

PORTARIA Nº 2299, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015.

Prorroga Ampliação de Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 1443/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar a ampliação da carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora ROSANGELA LUCIANO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 844.856.209-72, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação EDUCAÇÃO INFANTIL, no período de 19 de dezembro de 2015 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de dezembro de 2015.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 2300/2015**

PORTARIA Nº 2300, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015.

Prorroga Ampliação de Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 1445/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar a ampliação da carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora IVONE VERONA ALVES DA SILVA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 777.150.989-49, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR GRUPO OCUPACIONAL MAGISTÉRIO, no período de 04 de janeiro de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de dezembro de 2015.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 2301/2015**

PORTARIA Nº 2301, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015.

Prorroga Ampliação de Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 1446/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar a ampliação da carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora LUCILDES DALAGNOLI GAREIS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 036.387.939-07, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação EDUCAÇÃO INFANTIL, no período de 01 de janeiro de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de dezembro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 2302/2015**

PORTARIA Nº 2302, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015.

Prorroga Ampliação de Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 1447/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar a ampliação da carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora LUCIMERE RIBEIRO CORRÊA DE OLIVEIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 845.368.619-04, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, no período de 19 de dezembro de 2015 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de dezembro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 2303/2015**

PORTARIA Nº 2303, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015.

Prorroga Ampliação de Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 1448/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar a ampliação da carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora RÚBIA CORREA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 007.489.449-82, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, no período de 19 de dezembro de 2015 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de dezembro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 2304/2015**

PORTARIA Nº 2304, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015.

Prorroga Ampliação de Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 1450/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar a ampliação da carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora SOLANGE DE PAULA PEREIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 564.378.389-49, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, no período de 19 de dezembro de 2015 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de dezembro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 2305/2015**

PORTARIA Nº 2305, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015.

Prorroga Ampliação de Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 1444/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar a ampliação da carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora ANDRÉIA JOMBRA PEREIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 035.820.409-76, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, no período de 19 de dezembro de 2015 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de dezembro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 2306/2015**

PORTARIA N.º 2306, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015.

Designa Vice-Presidente do FUNREBON como responsável pela realização de despesas no regime de adiantamento.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Municipal n. 2073/2010 e com a Instrução Normativa n. TC 14/2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, especialmente o contido no artigo 4º;

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar, WILLIAN LEAL NUNES, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 047.099.069-47, Capitão do Corpo de Bombeiro Militar e Vice-Presidente do FUNREBON, como responsável pela realização de despesas no regime de adiantamento do FUNREBON, a partir de 01 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de dezembro de 2015.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 2307/2015**

PORTARIA Nº 2307, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015.

Altera Portaria 0264 de 16 de janeiro de 2013.

IVO BIAZZOLO, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores;

**RESOLVE:**

Art. 1º Concede a servidora NEUSA MICHELLON TROMBETTA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 590.321.709-53, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR E ESPECIALISTA GRUPO OCUPACIONAL PÓS-GRADUAÇÃO PG, Função Gratificada Nível FG - 1, por ser responsável pelas compras da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Município de Fraiburgo, a partir de 01 de novembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de dezembro de 2015.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 16/2015**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 16/2015

DISPÕE SOBRE O VETO PARCIAL DO PREFEITO MUNICIPAL AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 212/2015.

GERSON DE MATIA, Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais:

FAÇO SABER, a todos os munícipes que a Câmara Municipal aprovou, em Sessão Plenária Ordinária do dia 30/11/2015, e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. Fica rejeitado o veto parcial ao Projeto de Lei Complementar nº 212/2015, mantendo a redação do § 3º, do artigo 37, da Lei Complementar nº 109/2010, introduzida pela Emenda Modificativa nº 02, aprovada em 05 de outubro de 2015, com a seguinte redação:

“Art. 37. [...]”

§ 3º. Excepcionalmente, será concedida tolerância máxima diária e não serão descontadas e nem computadas como jornada extraordinária as variações no registro de ponto não excedentes de 10 (dez) minutos na primeira jornada e de 10 (dez) minutos na segunda jornada de trabalho”.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES, 01 de dezembro de 2015.

GERSON DE MATIA  
Presidente da Câmara Municipal

ADILSON JOSÉ DIAS  
Gestor Público Legislativo



# Frei Rogério

## PREFEITURA

### DECRETO N.º 772/2015 PRORROGA O CONCURSO PÚBLICO 001/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO N.º 772/2015, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015.

PRORROGA O CONCURSO PÚBLICO 001/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica Municipal de Frei Rogério.

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogado por mais dois anos o Concurso Público 001/2013, conforme consta no edital.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Frei Rogério, dia 01 de Dezembro de 2015.

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 770/2015 ABRE CRÉDITO NO ORÇAMENTO E CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 770/2015, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO NO ORÇAMENTO E CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 87, inciso V da lei orgânica do município de Frei Rogério, art.12, inciso IV, e art.13, § 3º, da lei nº 806/2014 de 27 de novembro 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Abre Crédito no orçamento do Fundo Municipal Agropecuário de Frei Rogério com a seguinte classificação Orçamentária:

Órgão:	02	Chefia Do Executivo	
Unidade:	04	Secretaria De Educação Cultura E Esporte	
Proj./Ativ.	2.021	Aplicação Dos Recursos Do Salário Educação	
	3.3.90.00.00.00.00.0.210	Aplicações Diretas	
	149	Aplicações Diretas	

Art. 2º - Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais), com a seguinte classificação orçamentária no orçamento vigente:

Órgão:	02	Chefia Do Executivo	
Unidade:	04	Secretaria De Educação Cultura E Esporte	
Proj./Ativ.	2.021	Aplicação Dos Recursos Do Salário Educação	
	3.3.90.00.00.00.00.0.210	Aplicações Diretas	
	149	Aplicações Diretas	
	TOTAL		R\$ 29.000,00

Art. 3º - Para respaldo do crédito mencionado no artigo anterior ficam utilizados recursos do superávit financeiro do exercício de 2014, do Recurso vinculado do Salário Educação – 1.7.2.1.35.01.00.00.00.00 no valor R\$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais) da fonte de recursos vinculados de convenio, para a dotação orçamentária do orçamento corrente.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Frei Rogério, SC, 30 de novembro de 2015.

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº. 771/2015 ABRE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO VIGENTE NA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO (SC).**

DECRETO Nº. 771/2015, 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO VIGENTE NA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO (SC).

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito Municipal de Frei Rogério, estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 87, inciso V, da lei orgânica do município de Frei Rogério, art. 12 inciso I, art. 13 § 2º, da lei nº 806/2014 de 27/11/2014.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional no orçamento vigente, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), em reforço das seguintes dotações orçamentárias.

Órgão:	02	Poder Executivo	VALOR R\$
Unidade:	02	Secretaria De Administração E Finanças	
Proj./Ativ.	0.002	Pagamento Do Pasep	
	3.3.90.00.00.00.00.00.0.0110	Aplicações Diretas	
	11	Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
Unidade:	04	Secretaria De Educação Cultura E Esporte	
Proj./Ativ.	2.012	Manutenção Das Atividades Esportivas E Recreativas	
	3.3.90.00.00.00.00.00.0.0110	Aplicações Diretas	
	92	Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
	TOTAL		R\$ 20.000,00

Art. 2º - Utilizar-se-á como fonte para suplementação da dotação orçamentária especificada no artigo primeiro deste decreto, excesso de arrecadação na Receita 1.3.2.5.02.99.00.00.00 Remuneração de outros depósitos de recursos não vinculado, Recurso próprio no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), para as dotações do orçamento corrente:

Art. 3º - Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Frei Rogério, 30 de novembro de 2015.

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal

**EXTRATO PORTARIAS MÊS DE NOVEMBRO 2015**

EXTRATO PORTARIAS MÊS DE NOVEMBRO DE 2015

Número	Assunto	Resumo	Data
220/2015	Designar	Designa o Senhor HIDEKI IWASAKI Vice Prefeito Municipal para responder e assinar pelos atos da Prefeitura Municipal de Frei Rogério devido à viagem oficial a Brasília.	03/11/2015
221/2015	Nomear Funcionário	Nomeia o Sr. ROMÁRIO CONCEIÇÃO, para exercer o Cargo de Secretário de Obras e Serviços Públicos, com vencimentos correspondentes ao cargo em acordo com a legislação vigente.	03/11/2015
222/2015	Designar	Designa o servidor ANDRÉ LUIZ MACHRY, ocupante do cargo efetivo de Médico Veterinário, para receber Função Gratificada II - Chefe de Departamento, prevista em lei.	19/11/2015
223/2015	Progresso Funcional	Incorpora ao vencimento dos servidores relacionados à expressão monetária da Progressão Funcional, consistindo na movimentação do Nível onde está situado para o nível imediatamente superior, dentro da amplitude do vencimento do respectivo cargo.	23/11/2015
224/2015	Licença Maternidade	Concede Licença Maternidade à servidora ELAINE MELO SILVEIRA servidora pública efetiva no cargo de Secretária, no período de 19/11/2015 a 16/05/2016 (180 dias) de acordo com o atestado médico apresentado.	24/11/2015

Frei Rogério, 01 de dezembro de 2015.

MAGNA ADRIANE RIBEIRO

Diretora de Departamento - RH

**RESUMO EDITAL PROCESSO DE LICITAÇÃO,30/2015 - INTERNET**

MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 30/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2015

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO – SC torna público aos interessados que fará realizar, através da equipe de pregoeiros, nomeada pela portaria 09/2015, no dia 14 de dezembro de 2015, as 09h00min, na sede da Prefeitura Municipal, na Rua Adolfo Soletti, nº 750, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, regida pelo decreto municipal 104/2007 e pelas leis 10520 e 8.666/93 e alterações posteriores, do tipo menor preço por item, tendo por objetivo a contratação de empresa especializada para prestação de serviço de telecomunicação e

conectividade com internet através de rede de fibra óptica e via rádio.

Informações e Edital poderão ser obtidos através site: [www.freirogerio.sc.gov.br](http://www.freirogerio.sc.gov.br) ou no setor de compras da Prefeitura Municipal pelo fone (49) 3257-0000.

E-mail: [compras@freirogerio.sc.gov.br](mailto:compras@freirogerio.sc.gov.br)

Frei Rogério (SC), 01 de dezembro de 2015

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal.

### **TERMO DE DISTRATO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA MUNICIPAL Nº 072/2015**

TERMO DE DISTRATO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA MUNICIPAL nº 072/2015

DISTRATO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE CONSULTORIA MUNICIPAL PARA FINS DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS E PROJETOS DE INTERESSE MUNICIPAL JUNTO A ÓRGÃOS E INSTITUIÇÕES FEDERAIS E ESTADUAIS FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO E A EMPRESA CONSULTORIA PANORAMA LTDA-EPP.

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Adolfo Soletti, 750, inscrito na CNPJ sob nº 01.616.039/0001-09, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor OSNY BATISTA ALBERTON, e de outro lado a empresa CONSULTORIA PANORAMA LTDA – EPP, estabelecida à Rua Ervino Scheidt, n. 27, na cidade de Palhoça-SC, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 15.308.676/0001-14, neste ato representada pela sócia administradora senhora DEBORA CRISTIANI SCHIMIDT, abaixo assinada em conformidade com o artigo 79/, inciso II da Lei 8.666/93, firmam pelo presente DISTRATO a Rescisão de forma consensual do Contrato 072/2015 firmado em 27/04/2015 cujo objeto era a prestação de serviços na área de consultoria municipal para fins de captação de recursos e acompanhamento de processos e projetos de interesse municipal junto a órgãos e instituições federais e estaduais, o que fazem com as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira: A empresa CONSULTORIA PANORAMA LTDA-EPP expressa por meio do presente, e em caráter irrevogável, a anuência a RESCISÃO de comum acordo ao Contrato 072/2015 firmado com o Município de Frei Rogério.

Cláusula Segunda: Fica estabelecido entre as partes que o término da prestação dos serviços do contrato ora distratado ocorreu de fato em 30/09/2015, não havendo débitos a pagar pelo MUNICÍPIO.

Cláusula Terceira: A CONSULTORIA PANORAMA LTDA-EPP, com a assinatura do presente, expressa sua anuência com o distrato e todos os termos aqui expressos.

Por estarem assim justos e combinados com o presente DISTRATO assinam o presente termo em três vias de igual forma e teor, juntamente com as testemunhas ao final identificadas.

Frei Rogério(SC), 30 de novembro de 2015.  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO  
Contratante

CONSULTORIA PANORAMA LTDA-EPP  
Contratada

Testemunhas:

1)

2)

# Galvão

## PREFEITURA

### PROCESSO DE LICITAÇÃO 054/2015 REPUBLICAÇÃO

REPUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE EDITAL

PRORROGAÇÃO DE PRAZO E INCLUSÃO DE LOTE DA MOTONIVELADORA.

O MUNICIPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina COMUNICA que foi prorrogado o prazo e incluído mais um LOTE no Processo Licitatório nº 054/2015, Edital de Pregão Presencial – Sistema de Registro de Preço 034/2015, tipo menor preço por lote que se realizará às 09h:00min. do dia 15 de dezembro de 2015, e fará abertura das mesmas às 09h15min do mesmo dia, sendo que constitui-se o objeto da presente licitação AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA TRATOR 4291, TRATOR 4290, TRATOR 283, CAMINHÕES VW 26.280, ONIBUS VW 15.190, ONIBUS IVECO CITY CLASS 70 C17, ONIBUS VOLARE V6, ONIBUS V8, CAMIONETE F 4000, CAMINHÃO MB 1525, CARREGADEIRA SEM 638 E MOTONIVELADORA 205 PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DO MUNICIPIO DE GALVÃO - SC, conforme quantitativos e especificações Anexo I. O fundamento legal é a Lei 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei 8.666/93 de 21/06/93, consolidada e legislação aplicável. A íntegra do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito à Avenida Sete de Setembro nº 548, na cidade de Galvão – SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: [www.galvao.sc.gov.br](http://www.galvao.sc.gov.br)

Galvão - SC, 02 de dezembro de 2015.

Neri Pederssetti

Prefeito Municipal

## CÂMARA MUNICIPAL

### PROCESSO LICITATORIO 08/2015

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE GALVÃO/SC

EXTRATO DO PROCESSO LICITATORIO Nº 008/2015 – CARTA CONVITE Nº 002/2015

A Câmara Municipal de Vereadores do Município de Galvão-SC, através de seu representante legal o Sr. ROBERTO BETT, no uso de suas atribuições legais, torna público aos interessados que até às 09:00 horas do dia 10 de Dezembro de 2015, estará recebendo, junto ao Setor de Licitações da Câmara Municipal, propostas de preços na forma de MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE, para a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA; EQUIPAMENTOS DE MONITORAMENTO POR IMAGEM E POR ALARME 24 HORAS; EQUIPAMENTOS PARA GERENCIAMENTO ELETRÔNICO DAS SESSOES DA CÂMARA DE VEREADORES DE GALVÃO, CONFORME PLANILHA CONSTANTE DO ANEXO DO EDITAL. Cópia na íntegra deste Edital poderá ser retirado junto ao Setor de Licitações da Câmara de Vereadores, sita à Av. Sete de Setembro, 854, Centro, na cidade de Galvão, estado de Santa Catarina.

Galvão/SC 01 de Dezembro de 2015.

ROBERTO BETT

Presidente da Câmara de Vereadores

# Garopaba

## PREFEITURA

**EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 423/2015.**

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 423/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: LEONARDO DE SOUZA

Objetivo: MOTORISTA DE CAMINHÃO/AUTO/ÔNIBUS

Valor: R\$ 1.113,66 (um mil cento e treze reais e sessenta e seis centavos) mensais

Vigência: De 05/11/2015 até 05/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

**EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 424/2015.**

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 424/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ISAAC PITTIGLIANI JORGE

Objetivo: FISIOTERAPEUTA - NASF 20 HS

Valor: R\$ 894,26 (oitocentos e noventa e quatro reais e vinte e seis centavos) mensais

Vigência: De 09/11/2015 até 09/11/2016, prorrogável conforme legislação vigente

**EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 425/2015.**

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 425/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: DANUBIA CASCAES LOPES

Objetivo: ENFERMEIRO

Valor: R\$ 1.788,57 (um mil setecentos e oitenta e oito reais e cinquenta e sete centavos) mensais

Vigência: De 23/11/2015 até 23/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

**EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 426/2015.**

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 426/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ADILSON DO NASCIMENTO

Objetivo: MOTORISTA DE CAMINHÃO/AUTO/ÔNIBUS

Valor: R\$ 1.113,66 (um mil cento e treze reais e sessenta e seis centavos) mensais

Vigência: De 24/11/2015 até 24/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

**EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 427/2015.**

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 427/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ROSANA REGINA BRITO DAS MERCES

Objetivo: ENFERMEIRO

Valor: R\$ 1.788,57 (um mil setecentos e oitenta e oito reais e cinquenta e sete centavos) mensais

Vigência: De 27/11/2015 até 27/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 52/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 52/2015. Processo nº 145/2015; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA;

CONTRATADO: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina SEBRAE/SC;

CNPJ: 82515859/0001-06

Objeto: Constitui-se objeto deste instrumento a implementação, pelo CONTRATADO à CONTRATANTE, a execução das seguintes atividades realizadas junto ao setor de turismo e da produção associada ao turismo do município:

- Ações de mercado
- Consultoria e capacitação em gestão
- Consultoria tecnológica
- Ações de diagnóstico, desenvolvimento e promoção de turismo náutico, de turismo de negócios e eventos, de turismo gastronômico, cultural e de experiência, da produção associada ao turismo.

Valor total: R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil). Data da Assinatura: 09/11/2015.

# Garuva

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PMG Nº 060/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA  
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS  
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 060/2015  
Modalidade: Pregão - 60/2015  
Tipo de julgamento: Menor Preço por lote

Objeto: Registro de Preços para contratação de empresa par a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva com reposição de peças e instalação, do sistema de climatização das unidades escolares e prédios públicos da Prefeitura Municipal, conforme memorial descritivo anexo.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 11/12/2015 as 08:30 horas.

A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site [www.garuva.sc.gov.br](http://www.garuva.sc.gov.br).

GARUVA, 27 de novembro de 2015.  
JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO PMG Nº 061/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA  
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS  
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório PMG nº 061/2015  
Modalidade: Pregão Presencial  
Tipo de julgamento: Menor Preço por Item

Objeto: Registro de preços para a possível aquisição de materiais de limpeza, higiene e consumo, com entrega de forma parcelada, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 15/12/2015 as 08:30 horas.

A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site [www.garuva.sc.gov.br](http://www.garuva.sc.gov.br).

GARUVA, 01 de dezembro de 2015.  
JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

### CONVOCAÇÃO ENVELOPES HABILITAÇÃO PROC. PMG Nº 054/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA  
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

CONVOCAÇÃO PARA ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO SEGUNDA COLOCADA

Processo Licitatório PMG nº 054/2015  
Modalidade: Pregão Presencial

Objeto: Contratação de empresa para realização de transporte escolar dos alunos da rede pública municipal e estadual e EMEJA no Município de Garuva, nos períodos matutino e vespertino, por Km Rodado, conforme planilha de custos e memorial anexo.

Devido ao não cumprimento para assinatura do contrato da empresa PHP Transportes Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 10.014.409/0001-10, vencedora do certame homologado e adjudicado à referida empresa em 22/10/2015, convoca-se a segunda colocada, empresa Estrela Prateada Viagens Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 05.683.805/0001-09, e demais empresas participantes do certame se assim o quiserem, para abertura do envelope de habilitação da mesma, no dia 02/12/2015 às 08:00h, na sede da Prefeitura Municipal de Garuva.

GARUVA, 30 de novembro de 2015.  
IVANDRO SÉRGIO LOPES  
Pregoeiro do Município

### DECRETO Nº 178/2015

DECRETO Nº 178, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015  
"DISPÕE SOBRE A MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA DA CONTAS DE TITULARIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 79, I, f, da Lei Orgânica do Município de Garuva,

DECRETA:

ART. 1º - Ficam autorizados o Prefeito Municipal senhor José Chaves, o Vice-Prefeito senhor Paulo Roberto Schwarz, e o Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. Iolando de Assis a efetuar as operações bancárias, nas contas de titularidade da Prefeitura Municipal de Garuva, Fundo Municipal de Agricultura, Fundo de Reequipamento de Bombeiros, Fundo Municipal de Habitação e Fundo da Infância e Adolescência, sob CNPJ nº 83.102.848/0001-59, conforme abaixo:

- 1 - Emitir Cheques
- 2 - Abrir Contas de Depósito
- 3 - Autorizar Cobrança
- 4 - Solicitar Saldos e Extratos
- 5 - Requisitar Talonários de Cheques
- 6 - Autorizar Débito em Conta Relativo a Operações
- 7 - Sustar/Contra-Ordenar Cheques
- 8 - Cancelar Cheques
- 9 - Baixar Cheques
- 10 - Efetuar Resgates/Aplicações Financeiras
- 11 - Cadastrar, Alterar e Desbloquear Senhas



- 12 - Efetuar Pagamentos por Meio Eletrônico
- 13 - Efetuar Transferências por Meio Eletrônico
- 14 - Efetuar Movimentação Financeira pelo Gerenciador Financeiro
- 15 - Consultar Contas/Aplicações de Programas e Repasses de Recursos Federais
- 16 - Liberar Arquivos de Pagamentos
- 17 - Solicitar Saldos/Extratos de Investimentos
- 18 - Solicitar Saldos/Extratos de Operações de Crédito
- 19 - Emitir Comprovantes
- 20 - Efetuar Transferência para mesma Titularidade
- 21 - Encerrar Contas de Depósito

ART. 2º – As operações serão realizadas sempre em conjunto, com duas assinaturas.

ART. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 83 de 01 de abril de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 179/2015

DECRETO Nº 179, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015

“DISPÕE SOBRE A MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 79, I, f, da Lei Orgânica do Município de Garuva,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam autorizados o Prefeito Municipal senhor José Chaves, o Secretário de Administração, Planejamento e Finanças senhor Iolando de Assis, e a gestora do Fundo Municipal de Saúde, senhora Vanessa Marilyng Backes Nagel, a efetuar as operações bancárias,

nas contas 7434-9, 58040-6, 91046-5, 114674-2 de titularidade do Fundo Municipal de Saúde sob CNPJ nº 83.102.848/0001-59, e nas contas 92719-8 e 98326-8 de titularidade do Fundo Municipal de Assistência Social sob CNPJ nº 83.102.848/0001-59, conforme abaixo:

- 1 - Emitir Cheques
- 2 - Abrir Contas de Depósito
- 3 - Autorizar Cobrança
- 4 - Solicitar Saldos e Extratos
- 5 - Requisitar Talonários de Cheques
- 6 - Autorizar Débito em Conta Relativo a Operações
- 7 - Sustar/Contra-Ordenar Cheques
- 8 - Cancelar Cheques
- 9 - Baixar Cheques
- 10 - Efetuar Resgates/Aplicações Financeiras
- 11 - Cadastrar, Alterar e Desbloquear Senhas
- 12 - Efetuar Pagamentos por Meio Eletrônico
- 13 - Efetuar Transferências por Meio Eletrônico
- 14 - Efetuar Movimentação Financeira pelo Gerenciador Financeiro
- 15 - Consultar Contas/Aplicações de Programas e Repasses de Recursos Federais
- 16 - Liberar Arquivos de Pagamentos
- 17 - Solicitar Saldos/Extratos de Investimentos
- 18 - Solicitar Saldos/Extratos de Operações de Crédito
- 19 - Emitir Comprovantes
- 20 - Efetuar Transferência para mesma Titularidade
- 21 - Encerrar Contas de Depósito

Art. 2º – As operações serão realizadas sempre em conjunto, com duas assinaturas, sendo uma obrigatoriamente do gestor do Fundo.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 52 de 25 de março de 2015.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

## CÂMARA MUNICIPAL

### REPUBLICAÇÃO RESOLUÇÃO 29/2015

RESOLUÇÃO Nº 29/2015

Dispõe sobre férias aos servidores do Poder Legislativo Municipal.

Considerando o Recesso Legislativo no mês de Janeiro.

O Presidente da Câmara Municipal de Garuva usando de suas atribuições legais com base no artigo 50, parágrafo 3º II do Regimento Interno, Resolve;

Art. 1º - Férias do dia 02 de Janeiro de 2016 à 31 de Janeiro de 2016, para os servidores do Poder Legislativo, cujo período aquisitivo esteja completo.

§ 1º - Não serão contemplados com as férias previstas neste Decreto os servidores admitidos há menos de 06 (seis) meses.

§ 2º - Os servidores com período aquisitivo igual ou superior a 06 (seis) meses gozarão de férias conforme proporcionalidade, com início em 02 de Janeiro de 2016.

Art. 2º - As férias mencionadas não se aplicam ao servidor José Carlos Schutz, cujo período corresponderá de 02 a 21 de janeiro/ 2016, em face das necessidades do cumprimento dos prazos e obrigações legais, das atividades do Poder Legislativo.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Presidente, em 25 de novembro de 2015.

Reginaldo Mews Rosa  
Presidente da Mesa

# Gaspar

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 6.637, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº 6.637, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015.

EXONERA O SERVIDOR DAYRO JOSE BORNHAUSEN do cargo de Assessor Administrativo.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, o servidor DAYRO JOSE BORNHAUSEN, CPF nº 029.709.909-46, do cargo em comissão de Assessor Administrativo, o qual foi nomeado pelo Decreto nº 5727/2013, a partir de 01/12/2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

Gaspar, 27 de novembro de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

### DECRETO Nº 6.638, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº 6.638, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015.

CONVOCA A I CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITOS HUMANOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS E TRANSGÊNEROS - LGBT, NO MUNICÍPIO DE GASPAR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 72, inciso IV da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO as orientações do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBT - CNCD/LGBT, datado de 17 de setembro de 2015, para o planejamento e a forma de realização da I Conferência Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros – LGBT;

CONSIDERANDO as diretrizes de trabalho constantes da Portaria da Secretaria de Direitos Humanos nº 754, de 29/12/2014, e as orientações do Comitê Executivo das Conferências Nacionais Conjuntas de Direitos Humanos contidas na Portaria nº 121, de 20/03/2015;

PERCEBENDO a necessidade latente das secretarias de Desenvolvimento Social, Educação e Saúde;

CONSIDERANDO a deliberação do Gabinete;

#### DECRETA

Art. 1º Fica convocada a I Conferência Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros - LGBT, a ser realizada na cidade de Gaspar - SC, no dia 14 de novembro de 2015, com o seguinte tema central: "POR UM BRASIL QUE CRIMINALIZE A VIOLÊNCIA CONTRA LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS."

Parágrafo único: a I Conferência Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros - LGBT será coordenada pelo Assessor de

Gabinete.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotações das secretarias de Desenvolvimento Social, Educação e Saúde.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 27 de novembro de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito de Gaspar

### DECRETO Nº 6.639, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº 6.639, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

ANULA E SUPLEMENTA SALDO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO ORÇAMENTO VIGENTE NA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E Fundo Municipal de Assistência Social.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pela Lei Municipal nº 3.678, de 30 de novembro de 2015,

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam anulados, nos valores indicados, os seguintes saldos de dotações do orçamento vigente na FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES:

Órgão: 12 Fundação Municipal de ESPORTES	
Unidade: 25 Fundação Municipal de ESPORTES	
Função: 27 DESPORTO E LAZER	
SubFunção: 812 DESPORTO COMUNITÁRIO	
Programa: 0028 Gestão da Fundação Municipal de Esportes de Gaspar	
Atividade: 1187 Aquisição de Equipamentos, Mat. Permanente e Academia Popul	
Dotação: 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 67.548,00
SubFunção: 811 DESPORTO DE RENDIMENTO	
Programa: 0028 Gestão da Fundação Municipal de Esportes de Gaspar	
Atividade: 2158 Manutenção e Criação de Projetos de Rendimento	
Dotação: 2 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00

Art. 2º Por conta da anulação do art. 1º fica suplementado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente na FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES:

Órgão: 12 Fundação Municipal de ESPORTES	
Unidade: 25 Fundação Municipal de ESPORTES	
Função: 27 DESPORTO E LAZER	
SubFunção: 812 DESPORTO COMUNITÁRIO	
Programa: 0028 Gestão da Fundação Municipal de Esportes de Gaspar	
Atividade: 2162 Manutenção da Fundação Municipal de Esportes, Ginásios, Progr	
Dotação: 10 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 77.548,00

Art. 3º Ficam anulados, nos valores indicados, os seguintes saldos de dotações do orçamento vigente no Fundo Municipal de Assistência Social:

Órgão: 10 FUNDO MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Unidade: 20 Fundo Municipal de Assistência Social	
Função: 08 ASSISTÊNCIA SOCIAL	



SubFunção: 243 ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	
Programa: 0029 Gestão na Área de Desenvolvimento Social	
Atividade: 2196 Manter Proteção Social Especial - Alta Complexidade	
Dotação: 1 3.3.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	R\$ 35.597,03
Dotação: 6 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00

Sub-Função: 244 Assistência Comunitária	
Programa: 0029 Gestão na Área de Desenvolvimento Social	
Atividade: 1189 – Aquisição de Material Permanente	
Dotação: 9 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00
Atividade: 1191 – Aquisição de Veículo	
Dotação: 12 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 9.000,00
Atividade: 1195 – Garantir o Func. Dos Serviços de Fort. De Vínculos (Prot. Basic	
Dotação: 18 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00
Atividade: 1197 – Garantir Adeq. Do C.Fortal. Vínculos Crianças e Adolescentes	
Dotação: 21 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00
Atividade: 1199 – Construção e Implantação de CRAS	
Dotação: 26 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00
Atividade: 1231 – Construção da Sede da SDS – Secretaria de Desenvolvimento Social	
Dotação: 29 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00
Atividade: 2164 – Manter Ações de Desenvolvimento Social	
Dotação: 37 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 7.839,80
Atividade: 2168 – Gestão de Benefícios Eventuais	
Dotação: 43 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 40.680,00
Atividade: 2180 – Convênios com Entidades	
Dotação: 45 3.3.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	R\$ 62.110,77
Dotação: 46 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00
Atividade: 2192 – Manter Proteção Social Básica	
Dotação: 55 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00
Atividade: 2194 – Manter Proteção Social Especial – Média Complexidade	
Dotação: 70 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00
Atividade: 2196 – Manter Proteção Social Especial – Alta Complexidade	
Dotação: 72 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 44.615,45
Unidade: 21 Centro Educativo Maria Hendricks	
Função: 08 Assistência Social	
Sub-Função: 244 Assistência Comunitária	
Programa: 0030 Gestão do Centro Educativo Maria Hendricks	
Atividade: 1213 – Adquirir Equipamentos	
Dotação: 74 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 1.605,00
Atividade: 1217 – Construir Quadra Poliesportiva	
Dotação: 76 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00
Atividade: 2184 – Garantir Func. Manut. E Equip. para o Centro Fortal. Vinc. Mª Hen	
Dotação: 79 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00
Dotação: 82 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 4.297,23
Atividade: 2188 – Desenvolver Programas de Segurança Alimentar e Nutricional	
Dotação: 86 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00

Art. 4º Por conta da anulação do art. 3º fica suplementado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente no Fundo Municipal de Assistência Social:

Órgão: 10 FUNDO MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 20 Fundo Municipal de Assistência Social
Função: 08 ASSISTÊNCIA SOCIAL
Sub-Função: 244 Assistência Comunitária

Programa: 0029 Gestão na Área de Desenvolvimento Social	
Atividade: 2164 – Manter Ações de Desenvolvimento Social	
Dotação: 32 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 266.745,28

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 30 de novembro de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

## LEI COMPLEMENTAR Nº 66, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

LEI COMPLEMENTAR Nº 66, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015. DISPÕE SOBRE A REGULARIZAÇÃO DE CONSTRUÇÕES NO MUNICÍPIO DE GASPAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a regularizar as construções irregulares e clandestinas edificadas em desconformidade com os limites urbanísticos estabelecidos em lei e concluídas anteriormente à vigência desta Lei Complementar.

Parágrafo único. Para efeitos do que trata o caput deste artigo, considera-se:

I - construção irregular: aquela cuja licença foi expedida pelo Município, porém executada total ou parcialmente em desacordo com o projeto aprovado ou com a legislação municipal vigente;

II - construção clandestina: aquela executada sem prévia autorização do Município, sem projetos aprovados, sem a correspondente licença, e em desacordo com a legislação municipal vigente; e

III - construção clandestina parcial: aquela correspondente à ampliação, sem licença do Município, de construção legalmente autorizada e em desacordo com a legislação municipal vigente.

Art. 2º São passíveis de regularização, com base nesta Lei Complementar, as construções que estejam em desacordo com os índices urbanísticos previsto em lei municipal, descritos:

I - recuos;

II - afastamentos;

III - coeficiente de aproveitamento do lote, respeitado o limite máximo da área do terreno multiplicado por 3,3 (três vírgula três);

IV - taxa de ocupação do lote, respeitado o limite máximo de 85% (oitenta e cinco por cento) do lote;

V - números de pavimentos;

VI - número de vagas de estacionamento disponibilizado inferior ao exigido;

VII - uso e ocupação do solo, para empresas que já possuem alvará de funcionamento; e

VIII - arquitetura das edificações, respeitadas as normas do Corpo de Bombeiros do Estado de Santa Catarina e normas de Licenciamento Ambiental do Conselho Estadual do Meio Ambiente do

Estado de Santa Catarina – CONSEMA.

Parágrafo único. As condições mínimas de habitabilidade serão analisadas pelos técnicos responsáveis pela aprovação dos projetos vinculados à Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento.

Art. 3º O Poder Executivo, através de um Termo de Ajustamento de Conduta -TAC, estipulará as medidas mitigatórias e/ou compensatórias correspondentes à regularização requerida, com o propósito de garantir a inclusão social e a sustentabilidade do Município de Gaspar.

Parágrafo único. O interessado em regularizar o imóvel, construção ou benfeitoria, com base no disposto nesta Lei Complementar, firmará Termo de Ajustamento de Conduta -TAC, específico, com o Poder Executivo, no qual será consubstanciado o comprometimento quanto à estrita observância do que dispõe o respectivo alvará e o cumprimento das medidas mitigatórias e/ou compensatórias apontadas, com o cronograma de obra, quando necessário.

Art. 4º Não serão passíveis de regularização, para os efeitos desta Lei Complementar, as construções que:

I - estejam localizadas em logradouros ou terrenos públicos;

II - estejam localizadas em áreas com previsão de alargamento de vias em função de novo gabarito;

III - estejam localizadas em faixas não edificáveis e/ou de preservação permanente junto a lagos, rios, córregos, fundo de vale, faixas de escoamento de águas pluviais, galerias, canalizações e linhas de transmissão de energia de alta tensão, bem como nas vias públicas municipais que contenham essa restrição;

IV - desatendam ao direito de vizinhança de que trata o Código Civil em vigor;

V - estejam localizadas em área de risco, conforme definição da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil - COMDEC; e

VI - causem danos ao meio ambiente e/ou patrimônio histórico ou cultural.

Art. 5º A regularização das construções de que trata esta Lei Complementar dependerá da apresentação pelo proprietário ou cessionário do imóvel dos documentos constantes no artigo 8º desta Lei Complementar.

Parágrafo único. Constatadas, a qualquer tempo, divergências nas informações ou discrepância nos valores recolhidos, o interessado será notificado a saná-las ou a prestar esclarecimentos no prazo de 30 (trinta dias), sob pena de ser tornada nula a regularidade da edificação e aplicadas as sanções cabíveis.

Art. 6º Nas construções irregulares e clandestinas a regularizar, o valor da contrapartida financeira a ser pago para o deferimento do processo será:

I – para construções multifamiliares, comerciais e industriais concluídas até o início da vigência da Lei nº 2.803, de 10 de outubro de 2006, a multiplicação do valor correspondente a R\$ 50,00 (cinquenta reais), pela medida da área a regularizar;

II - para construções multifamiliares, comerciais e industriais concluídas após a entrada em vigor da Lei nº 2.803, de 10 de outubro de 2006, e até o início da vigência desta Lei Complementar, a multiplicação do valor correspondente a R\$ 60,00 (sessenta reais), pela medida da área a regularizar;

III – para as construções unifamiliares concluídas até o início da vigência da Lei nº 2.803, de 10 de outubro de 2006, a multiplicação do valor correspondente a R\$ 10,00 (dez reais), pela medida da área a regularizar; e

IV - para as construções unifamiliares concluídas após a entrada em vigor da Lei nº 2.803, de 10 de outubro de 2006, e até o início da vigência desta Lei Complementar, a multiplicação do valor correspondente a R\$ 15,00 (quinze reais), pela medida da área a regularizar.

§ 1º Para cálculo da contrapartida financeira será utilizada a seguinte fórmula:

$CF = v \times Ar$   
CF= Contrapartida financeira  
v = valor (incisos I a IV)  
Ar = Área a ser regularizada

§ 2º O requerente não ficará desobrigado do recolhimento da taxa de emissão do alvará de construção, das taxas de análise e/ou aprovação dos projetos e do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, na forma da legislação em vigor.

§ 3º Para os processos de regularização efetivados no primeiro ano de vigência desta Lei Complementar, haverá um desconto de 10% (dez por cento) do valor da contrapartida financeira.

§ 4º A contrapartida poderá ser parcelada em até 30 (trinta) vezes.

§ 5º A aprovação da regularização da construção será concedida após a comprovação da quitação integral do débito.

§ 6º Os valores da contrapartida financeira fixados em moeda nacional por esta Lei Complementar correspondem à data de 1º de janeiro de 2015 e, anualmente, a partir de 1º de janeiro de 2016, serão atualizados monetariamente pelo IGP-M - Índice Geral de Preços do Mercado (FGV) acumulado nos últimos doze (12) meses ou por índice que vier a substituí-lo.

Art. 7º Quando a renda familiar do requerente for igual ou inferior a 3 (três) salários mínimos, a construção apresentar área máxima de 70,00 m<sup>2</sup> (setenta metros quadrados) e este for seu único imóvel, o requerente terá desconto de 50% (cinquenta por cento) do pagamento de todas as taxas municipais exigidas para regularização da construção.

Parágrafo único. A situação socioeconômica do requerente, citada no caput deste artigo, deverá ser apurada pela Assistência Social do Município de Gaspar.

Art. 8º Para a regularização das construções irregulares e clandestinas, será necessária a apresentação da seguinte documentação:

I - para a primeira etapa, será necessário pedido de Consulta de Viabilidade para Regularização com apresentação do comprovante de que a obra foi executada anteriormente à vigência da Lei Municipal nº 2.803/2006, ou tenha sido iniciada após sua vigência e concluída até a entrada em vigor desta Lei Complementar, servindo como tal ao menos um dos documentos abaixo relacionados, desde que considerado suficiente para comprovação:

a) fotografias datadas;

b) declaração do período de lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU; e

c) levantamento aerofotogramétrico realizado pelo município em 2001, 2006 e 2011;

II - para a segunda etapa, serão necessários:

a) consulta de viabilidade deferida pelo Departamento de Planejamento e Desenvolvimento;

b) certidão atualizada de propriedade do terreno e, quando necessário, autorização do proprietário;

c) certidão negativa de tributos municipais relativos ao imóvel;

d) Anotação de Responsabilidade Técnica - ART referente à regularização da obra, com laudo técnico, atestando que a edificação atende aos requisitos de higiene, segurança de uso, estabilidade, habitabilidade e declarando que a edificação a ser regularizada foi concluída em data anterior à vigência desta Lei Complementar;

e) projeto arquitetônico da edificação, constando:

1. planta de localização;

2. planta de situação constando, no mínimo, as cotas da situação real da edificação sobre o lote, quadro de áreas, localização da fossa e filtro, gabarito da rua e indicação do norte;

3. planta baixa de todos os pavimentos da edificação;

4. 2 (dois) cortes, passando por locais que melhor identifiquem toda a edificação;

5. 1 (um) elevação;

6. planta de cobertura; e

7. no selo de identificação de cada prancha: "REGULARIZAÇÃO DE CONSTRUÇÃO, CONFORME LEI COMPLEMENTAR Nº \_\_\_\_ DE \_\_\_\_ DE \_\_\_\_ DE 2015";

f) projeto de dimensionamento da fossa séptica e filtro anaeróbio;

g) protocolo de análise do Corpo de Bombeiros para edificações que não sejam unifamiliares; e

h) os comprovantes de recolhimento:

1. da contrapartida financeira de regularização;

2. da taxa de licença de aprovação;

3. da taxa de alvará;

4. do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN.

§ 1º Poderá ser solicitada a declaração de anuência do confrontante da construção quando esta interferir no direito de vizinhança.

§ 2º A Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento poderá exigir outros documentos complementares.

Art. 9º O prazo para apresentação de requerimento para a regularização das edificações, conforme disposto nesta Lei Complementar, é de três anos, a contar da sua publicação.

Parágrafo único. Para a execução da regularização de construções será concedido prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da retirada do processo, prorrogáveis após análise de justificativas, uma vez, por igual período.

Art. 10. Os recursos obtidos com a contrapartida financeira descrita no artigo 6º desta Lei Complementar serão destinados ao Fundo

Municipal de Desenvolvimento Urbano, criado e disciplinado através do Capítulo II da Lei Municipal nº 2.605, de 29 de junho de 2005.

Art. 11. Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar, serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 12. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 30 de novembro de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

## LEI Nº 3678, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

LEI Nº 3678, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE GASPAR A ANULAR E SUPLEMENTAR SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE GASPAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Gaspar autorizado a anular as seguintes dotações, no valor de R\$ 5.188.939,47 (cinco milhões cento e oitenta oito mil novecentos e trinta e nove reais e quarenta e sete centavos), dos seguintes saldos de dotações constantes do orçamento da Administração Direta e Indireta:

Órgão: 02 GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO	
Unidade: 02 GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO	
Função: 04 Administração	
Sub-Função: 122 Administração Geral	
Programa: 0004 Gestão do Gabinete e Políticas Públicas	
Destino: 2 - Atividade	
Ação: 2018- Manutenção do Gabinete e Política Públicas	
Despesa: 03	
Modalidade: 3.3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 100.000,00
Unidade: 03 DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO	
Função: 04 Administração	
Sub-Função: 131 Comunicação Social	
Programa: 0005 Manutenção da Diretoria de Comunicação	
Destino: 1 - Projeto	
Ação: 1011Aquisição de Equipamento e Material Permanente	
Despesa: 07	
Modalidade: 3.4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 15.000,00
Unidade: 27 DEFESA CIVIL	
Função: 06 Segurança Pública	
Sub-Função: 182Defesa Civil	
Programa: 0004 Gestão do Gabinete e Políticas Públicas	
Destino: 2 - Atividade	
Ação: 2202 Manutenção da Defesa Civil	
Despesa: 17	
Modalidade: 3.4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 2.000,00
Órgão: 03 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
Unidade: 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	

Função: 28 Encargos Especiais	
Sub-Função: 843 Serviço da Dívida Interna	
Programa: 0006 Gestão da Secretaria de Administração e Finanças	
Destino: 1 - Projeto	
Ação: 1045 Encargos Especiais	
Despesa: 32	
Modalidade: 3.3.2.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$361.000,00
Despesa: 33	
Modalidade: 3.4.6.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 1.100.000,00

Órgão: 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO INDÚSTRIA E COMÉRCIO	
Unidade: 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO INDÚSTRIA E COMÉRCIO	
Função: 04 Administração	
Sub-Função: 122 Administração Geral	
Programa: 0013 Gestão da Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio	
Destino: 2 - Atividade	
Ação: 2054 Manutenção das ações da Secretaria	
Despesa: 125	
Modalidade: 3.3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$30.000,00
Função: 22 Indústria	
Sub-Função: 661 Promoção Industrial	
Programa: 0013 Gestão da Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio	
Destino: 2 - Atividade	
Ação: 2058 Incentivo Econômico a Empresas	
Despesa: 131	
Modalidade: 3.4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$400.000,00
Despesa: 130	
Modalidade: 3.3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$1.000,00
Ação: 2060 Incentivo a Economia Solidária/ Cooperativas/Incubadoras	
Despesa: 132	
Modalidade: 3.3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$36.000,00
Função: 27 Desporto e Lazer	
Sub-Função: 813 Lazer	
Programa: 0013 Gestão da Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio	
Destino: 2 - Atividade	
Ação: 2070 Semana Aniversário do Município	
Despesa: 148	
Modalidade: 3.3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$25.842,09
Ação: 2182 Festival de Inverno	
Despesa: 150	
Modalidade: 3.3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$5.186,47
Função: 23 Comércio e Serviços	
Sub-Função: 695 Turismo	
Programa: 0013 Gestão da Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio	
Destino: 1 - Projeto	
Ação: 1037 Construção de Centro de Eventos/Pórtico	
Despesa: 134	
Modalidade: 3.4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$12.222,85
Despesa: 317	
Modalidade: 3.4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$88.391,70
Ação: 1043 Projeto Gaspar Cidade Rio	
Despesa: 138	
Modalidade: 3.4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$10.000,00
Destino: 2 - Atividade	
Ação: 2062 Participação Em Feiras e Eventos	
Despesa: 141	
Modalidade: 3.3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$13.612,00

Órgão: 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	
Unidade: 12 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	
Função: 20 Agricultura	
Sub-Função: 606 Extensão Rural	
Programa: 0021 Apoio ao desenvolvimento Agrícola e Pesqueiro	
Destino: 1 - Projeto	
Ação: 1131 Aquisição de Veículos	
Despesa: 153	
Modalidade: 3.4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$45.000,00
Ação: 1133 Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Material Permanente	
Despesa: 154	
Modalidade: 3.4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$76.225,00
Ação: 1135 Construção de Pontilhões	
Despesa: 158	
Modalidade: 3.4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$30.000,00
Destino: 2 - Atividades	
Ação: 2104 Manutenção das Atividades Agrícolas	
Despesa: 163	
Modalidade: 3.4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$10.000,00
Ação: 2106 Eventos de Desenvolvimento e Formento à Agricultura Familiar	
Despesa: 165	
Modalidade: 3.3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$10.265,57

Órgão: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS	
Unidade: 13 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS	
Função: 15 Urbanismo	
Sub-Função: 451 Infra-Estrutura Urbana	
Programa: 0014 Gestão da Secretaria de Transportes e Obras	
Destino: 2 - Atividade	
Ação: 2074 Manutenção da Secretaria de Transportes e Obras	
Despesa: 173	
Modalidade: 3.3.1.71.00.00.00.00.00 Transferências a Consórcios Públicos	R\$16.500,00
Despesa: 175	
Modalidade: 3.3.3.71.00.00.00.00.00 Transferências a Consórcios Públicos	R\$17.200,00
Despesa: 185	
Modalidade: 3.4.4.71.00.00.00.00.00 Transferências a Consórcios Públicos	R\$2.408,00
Sub-Função: 452 Serviços Urbanos	
Programa: 0014 Gestão da Secretaria de Transportes e Obras	
Destino: 1 - Projeto	
Ação: 1055 Construção/ Ampliação ou Reforma da Secretaria	
Despesa: 195	
Modalidade: 3.4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$17.200,00

Órgão: 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO	
Unidade: 19 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO	
Função: 04 Administração	
Sub-Função: 122 Administração Geral	
Programa: 0019 Constr. Manut. Melh. Na Infra do Mun. Pela Sec. Planej. E Desenv	
Destino: 1 - Projeto	
Ação: 1091 Aquisição de Veículos	



Despesa: 226	
Modalidade: 3.4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$45.000,00
Função: 15 Urbanismo	
Sub-Função: 452 Serviços Urbanos	
Programa: 0019 Constr. Manut. Melh. Na Infra do Mun. Pela Sec. Planej. E Desenv	
Destino: 2 - Atividade	
Ação: 2096 Revisão e Complementação do Plano Diretor e Geoprocessamento	
Despesa: 281	
Modalidade: 3.3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$40.000,00
Despesa: 282	
Modalidade: 3.4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$10.000,00
Destino: 1 - Projeto	
Ação: 1115 Contratação de Projetos Técnicos	
Despesa: 274	
Modalidade: 3.3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$4.900,00
Despesa: 275	
Modalidade: 3.4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$91.323,00
Sub-Função: 182 Defesa Civil	
Programa: 0019 Constr. Manut. Melh. Na Infra do Mun. Pela Sec. Planej. E Desenv	
Destino: 1- Projeto	
Ação: 1263 Infraestrutura de Loteamentos	
Despesa: 240	
Modalidade: 3.4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$14.870,51
Sub-Função: 451 Infra-Estrutura Urbana	
Programa: 0019 Constr. Manut. Melh. Na Infra do Mun. Pela Sec. Planej. E Desenv	
Destino: 1- Projeto	
Ação: 1107 Implantação de Ciclovias, bicicletários, pistas de caminhada	
Despesa: 259	
Modalidade: 3.4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$51.000,00
Órgão: 10 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Unidade: 20 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Função: 08 Assistência Social	
Sub-Função: 243 Assistência à Criança e ao Adolescente	
Programa: 0029 Gestão na Área de Desenvolvimento Social	
Destino: 2 - Atividade	
Ação: 2196 Manter Proteção Social Especial – Alta Complexidade	
Despesa: 1	
Modalidade: 3.3.3.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	R\$35.597,03
Despesa: 6	
Modalidade: 3.4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$1.000,00
Sub-Função: 244 Assistência Comunitária	
Programa: 0029 Gestão na Área de Desenvolvimento Social	
Destino: 1 - Projeto	
Ação: 1189 – Aquisição de Material Permanente	
Despesa: 9	
Modalidade: 3.4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00
Ação: 1191 – Aquisição de Veículo	
Despesa: 12	
Modalidade: 3.4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 9.000,00
Ação: 1195 – Garantir o Func. Dos Serviços de Fort. De Vínculos (Prot. Basic	
Despesa: 18	
Modalidade: 3.3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00
Ação: 1197 – Garantir Adeq. Do C.Fortal. Vínculos Crianças e Adolescentes	
Despesa: 21	
Modalidade: 3.3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00
Ação: 1199 – Construção e Implantação de CRAS	

Despesa: 26	
Modalidade: 3.4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00
Ação: 1231 – Construção da Sede da SDS – Secretaria de Desenvolvimento Social	
Despesa: 29	
Modalidade: 3.4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00
Destino: 2 - Atividade	
Ação: 2164 – Manter Ações de Desenvolvimento Social	
Despesa: 36	
Modalidade: 3.4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
Despesa: 37	
Modalidade: 3.3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 7.839,80
Ação: 2168 – Gestão de Benefícios Eventuais	
Despesa: 43	
Modalidade: 3.3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 40.680,00
Ação: 2180– Convênios com Entidades	
Despesa: 45	
Modalidade: 3.3.3.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	R\$ 62.110,77
Despesa: 46	
Modalidade: 3.3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00
Ação: 2192 – Manter Proteção Social Básica	
Despesa: 55	
Modalidade: 3.4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00
Ação: 2194 – Manter Proteção Social Especial – Média Complexidade	
Despesa: 70	
Modalidade: 3.4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00
Ação: 2196 – Manter Proteção Social Especial – Alta Complexidade	
Despesa: 72	
Modalidade: 3.3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 44.615,45
Unidade: 21 Centro Educativo Maria Hendricks	
Função: 08 Assistência Social	
Sub-Função: 244 Assistência Comunitária	
Programa: 0030 Gestão do Centro Educativo Maria Hendricks	
Destino: 1 - Projeto	
Ação: 1213 – Adquirir Equipamentos	
Despesa: 74	
Modalidade: 3.4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 1.605,00
Ação: 1217 – Construir Quadra Poliesportiva	
Despesa: 76	
Modalidade: 3.4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00
Destino: 2 - Atividade	
Ação: 2184 – Garantir Func. Manut. E Equip. para o Centro Fortal. Vinc. Mª Hen	
Despesa: 79	
Modalidade: 3.3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00
Despesa: 82	
Modalidade: 3.4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 4.297,23
Ação: 2188 – Desenvolver Programas de Segurança Alimentar e Nutricional	
Despesa: 86	
Modalidade: 3.3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00
Órgão: 13 SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE	
Unidade: 26 SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE	
Função: 17 Saneamento	
Sub-Função: 512 Saneamento Básico Urbano	
Programa: 0025 Gestão do SAMAE	
Destino: 1 - Projeto	
Ação: 1153 Aquisição de Veículos	

Despesa: 4	
Modalidade: 3.4.4.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 13.200,00
Destino: 2 - Atividade	
Ação: 2114 – Coleta de Lixo	
Despesa: 20	
Modalidade: 3.3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 300.000,00

Órgão: 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Unidade: 07 EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	
Função: 12 Educação	
Sub-Função: 361 Ensino Fundamental	
Programa: 0010 Gestão de Educação de Ensino Fundamental	
Destino: 2 - Atividade	
Ação: 2042– Manutenção da Educação Fundamental	
Modalidade: 3.3.1.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 1.800.000,00
Modalidade: 3.3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 26.000,00
Unidade: 05 Cultura	
Função: 13 Cultura	
Sub-Função: 392 Difusão Cultural	
Programa: 0008 Gestão da Área da Cultura	
Destino: 2 - Atividade	
Ação: 2026– Manutenção do Centro Cultural, Museu, Biblioteca e Casa das	
Despesa: 51	
Modalidade: 3.3.1.71.00.00.00.00 Transferências a Consórcios Públicos	R\$ 2.300,00
Despesa: 52	
Modalidade: 3.3.3.50.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privada Sem Fins Lucrativos	R\$ 8.699,00
Despesa: 56	
Modalidade: 3.4.4.71.00.00.00.00 Transferências a Consórcios Públicos	R\$ 2.300,00

Órgão: 12 Fundação Municipal de ESPORTES	
Unidade: 25 Fundação Municipal de ESPORTES	
Função: 27 DESPORTO E LAZER	
SubFunção: 811 DESPORTO DE RENDIMENTO	
Programa: 0028 Gestão da Fundação Municipal de Esportes de Gaspar	
Destino: 2 –Atividade	
Ação: 2158 Manutenção e Criação de Projetos de Rendimento	
Despesa: 2	
Modalidade: 3.3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
SubFunção: 812 DESPORTO COMUNITÁRIO	
Programa: 0028 Gestão da Fundação Municipal de Esportes de Gaspar	

Destino1- Projeto	
Ação: 1187– Aquisição de Equipamentos, Mat. Permanente e Academia Popul	
Despesa: 8	
Modalidade: 3.4.4.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 67.548,00

Art. 2º Por conta dos recursos anulados no artigo anterior, fica o Município de Gaspar autorizado a suplementar o valor de R\$ 5.188.939,47 (cinco milhões cento e oitenta e oito mil novecentos e trinta e nove reais e quarenta e sete centavos), nas dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

Órgão: 06 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade: 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Função: 10 Saúde	
Sub-Função: 301 Atenção Básica	
Programa: 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde	

Destino: 2 - Atividade	
Ação: 2152 Ampliar, Manter e Equipar o Fundo Municipal de Saúde	
Despesa: 66	
Modalidade: 3.3.1.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 2.630.000,00

Órgão: 10 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Unidade: 20 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Função: 08 Assistência Social	
Sub-Função: 244 Assistência Comunitária	
Programa: 0029 Gestão na Área de Desenvolvimento Social	
Destino: 2 - Atividade	
Ação: 2164 Manter Ações de Desenvolvimento Social	
Despesa: 32	
Modalidade: 3.3.1.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 276.745,28

Órgão: 13 SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE	
Unidade: 26 SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE	
Função: 17 Saneamento	
Sub-Função: 512 Saneamento Básico Urbano	
Programa: 0025 Gestão do SAMAE	
Destino: 1 - Projeto	
Ação: 1155 Aquisição de Imóvel e Construção da Sede	
Modalidade: 3.4.4.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 72.000,00
Ação: 1157 Aquisição Bombas, Equip. E Mobília em Geral	
Despesa: 7	
Modalidade: 3.4.4.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 100.000,00
Destino: 2 -Atividade	
Ação: 2116 – Ampliação/Manutenção Rede de Água e Esgoto	
Modalidade: 3.3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 141.200,00

Órgão: 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Unidade: 06 EDUCAÇÃO INFANTIL	
Função: 12 Educação	
Sub-Função: 365 Educação Infantil	
Programa: 0009 Gestão de Educação Infantil	
Destino: 2 - Atividade	
Ação: 2038 – Manutenção da educação Infantil	
Modalidade: 3.3.1.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 1.260.000,00
Modalidade: 3.3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 340.000,00

Unidade: 07 EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	
Função: 12 Educação	
Sub-Função: 361 Ensino Fundamental	
Programa: 0010 Gestão de Educação de Ensino Fundamental	
Destino: 2 - Atividade	
Ação: 2042– Manutenção da Educação Fundamental	
Modalidade: 3.3.3.50.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 27.000,00
Modalidade: 3.3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 200.000,00

Unidade: 05 Cultura	
Função: 13 Cultura	
Sub-Função: 392 Difusão Cultural	
Programa: 0008 Gestão da Área da Cultura	
Destino: 2 - Atividade	
Ação: 2026– Manutenção do Centro Cultural, Museu, Biblioteca e Casa das	
Despesa: 54	
Modalidade: 3.3.3.90.00.00.00.00 aplicações Diretas	R\$ 13.299,00

Órgão: 12 Fundação Municipal de ESPORTES	
Unidade: 25 Fundação Municipal de ESPORTES	

Função: 27 DESPORTO E LAZER	
SubFunção: 812 DESPORTO COMUNITÁRIO	
Programa: 0028 Gestão da Fundação Municipal de Esportes de Gaspar	
Destino: 2 - Atividade	
Ação: 2162- Manutenção da Fundação Municipal de Esportes, Ginásio, Progr	
Despesa: 10	
Modalidade: 3.3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 128.695,19

Art. 3º Os valores das despesas previstas para o ano de 2015, constantes na Lei nº 3.620, de 27 de novembro de 2014, com suas modificações, deverão levar em conta as alterações orçamentárias previstas nesta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, 30 de novembro de 2015.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito

#### **PORTARIA Nº 3.859, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº 3.859, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015.  
REVOGA A PORTARIA Nº 3.538 de 17 de NOVEMBRO de 2014, QUE COLOCA À DISPOSIÇÃO A SERVIDORA MARILEI PEREIRA DA CRUZ BLASIVUS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Art. 1º Fica revogada a Portaria nº 3.538/2014, que coloca

a servidora MARILEI PEREIRA DA CRUZ BLASIVUS, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, lotada com 40 horas semanais na Secretaria de Transportes e Obras, à disposição na SEMED – Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/12/2015, retornando a Secretaria de origem.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 27 de novembro de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

#### **PREGÃO PRESENCIAL Nº 194/2015**

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

Aviso de Aditivo do Pregão Presencial nº 194/2015

O Município de Gaspar torna público e para conhecimento dos interessados em participar do processo supramencionado, o qual tem por objeto aquisição do Software de Gestão Municipal da Saúde (SGMS), incluindo o fornecimento de licenças perpétuas de software, consultoria, implantação, instalação, treinamento, serviços de pós-implantação, manutenção, atualização, suporte e assessoria operacional para o Fundo Municipal de Saúde de Gaspar que o Edital foi ALTERADO. Em face disto FICA REDESIGNADO O DIA 14/12/2015 ÀS 9H para o recebimento dos envelopes, e às 9h30min do mesmo dia para a abertura do certame. O local para entrega e abertura, é o Depto. de Compras do Paço Municipal sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos nº 435 - Centro, Gaspar/SC. A integral do Aditivo pode ser obtida através do link [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)

Gaspar, 01 de dezembro de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

### **SAMAE - GASPAR**

#### **EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ORIUNDA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 67/2014 - SAMAE**

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

##### **• ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS E SEUS ADITIVOS | 2015**

=====

Ata de Registro de Preços oriunda do Pregão Presencial nº. 67/2014 - Número do Aditivo: 2 (Aumento de valor).

Data vigência: 01.11.2015

Data vencimento: 05.02.2016

Número da Licitação: 67/2014 - Modalidade: Pregão

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: POSTO SOAZÚ LTDA. - CNPJ do contratado: 76.861.897/0001-00

Objeto: Registro de Preços visando o fornecimento de combustíveis (reequilíbrio econômico financeiro).

Valor acrescido: R\$ 1.708,15 (hum mil setecentos e oito reais e quinze centavos)

=====

Gaspar (SC), em 26 de novembro de 2015.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

# Governador Celso Ramos

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº 166/2015 DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA ÁREA A SER UTILIZADA PARA SUBESTAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA.**

DECRETO Nº 166/2015

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA ÁREA A SER UTILIZADA PARA SUBESTAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições e do que dispõe a Lei Orgânica, artigo 28, I, d, e com amparo nas disposições dos artigos 2º, 5º e 6º do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941. DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, a área abaixo descrita, destinada ao uso da Subestação de Energia Elétrica.

ÁREA 1:

Local: Rua Rosendo Joaquim Sagás – SC-410, Palmas, Governador Celso Ramos/SC.

ÁREA: 10.000,00m²

PERÍMETRO: 440,75m

#### LIMITES E CONFRONTAÇÕES

NORTE: com distancia de 168,00m, confrontando com Bernadina da Silva Sagás;

LESTE: com distância de 70,00m, confrontando com Thomas Reid Ostenberg (matricula 30.425);

SUL: com distancia e 119,05m, confrontando com Thomas Reid Ostenberg (matricula 30.425);

OESTE: com distancia de 83,70m, confrontando com Rua Rosendo Joaquim Sagás (SC-410).

#### DESCRIÇÃO DE PERÍMETRO

Partindo do vértice V12, de coordenadas N=6.973.830.820m e E=743.016.455m, deste segue-se com distancia de 168,00m, confrontando com Bernadina da Silva Sagas, até o vértice V24, de coordenadas n=6.973.808.419m e E=743.182.955m, deste segue-se com distancia de 70,00m, confrontando com Thomas Reid Ostenberg (matricula 30.425), até o vértice V23, de coordenadas N=6.972.739,122 e E=743.173,023m, deste segue-se com distancia de 119,05m, confrontando com Thomas Reid Ostenberg (matricula 30.425), até o vértice V22, de coordenadas N=6.973.756.131m e E=743.054.235m, deste segue-se com distancia de 83,70m, confrontando com Rua Rosendo Joaquim Sagas (SC-410), até o vértice V12, inicio desta descrição perimétrica.

Art. 2º Fica o Município de Governador Celso Ramos autorizado a proceder todos os atos necessários ao cumprimento deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, Santa Catarina, em 01 de dezembro de 2015.

Juliano Duarte Campos

Prefeito Municipal



# Guaraciaba

## PREFEITURA

### RESULTADO FINAL 005/2015

DECRETO Nº 308/2015, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº. 005/2015 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

ROQUE LUIZ MENEZHINI, Prefeito Municipal de Guaraciaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei, homologa o Resultado Final relativo ao Edital de Processo Seletivo nº 005/2015.

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o Resultado Final (Após os Recursos) do Processo Seletivo nº 005/2015 da Prefeitura Municipal de Guaraciaba – SC, conforme segue:

PROFESSOR I N1 - ANOS INICIAIS ENSINO FUNDAMENTAL   Modalidade A									
Ident	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Títulos	Total	Class.
19	107088	Marivane Luiza Romio	16/03/1979	4,95	0,40	0,40	3,00	8,75	1º
7	111075	Deise Daniela Dassoler	16/10/1982	4,95	0,80	0,20	2,64	8,59	2º
2	106308	Enelice Santin Filimbert	21/04/1967	4,95	0,40	0,00	3,00	8,35	3º
25	109245	Leandra Valeria Schultz	03/01/1983	5,40	0,40	0,40	2,05	8,25	4º
20	103637	Loreci Marques	18/02/1975	5,40	0,40	0,00	2,39	8,19	5º
26	105563	Ana Celia Lopes Pereira	17/03/1970	4,50	0,20	0,20	2,98	7,88	6º
39	108482	Claudete Faust	02/01/1973	4,95	0,40	0,20	2,29	7,84	7º
18	103249	Vanderlene Perin Bianchi	23/11/1979	4,95	0,20	0,00	2,64	7,79	8º
36	103547	Jeanice Muller	17/04/1986	4,95	0,20	0,60	2,00	7,75	9º
6	108101	Tania Gonzatti Höelscher	15/03/1975	4,50	0,40	0,20	2,60	7,70	10º
31	107981	Flavia Damin	26/02/1977	4,50	0,60	0,40	2,07	7,57	11º
5	106420	Debora Trevisol	09/09/1981	4,50	0,00	0,40	2,49	7,39	12º
21	107828	Luciane Betina Kinsel Seibel	08/07/1985	4,95	0,40	0,00	2,03	7,38	13º
33	107077	Adriani Dorigon	26/03/1976	4,95	0,20	0,00	2,08	7,23	14º
8	108858	Marisa Pedrinha Turani Alba	30/06/1968	4,95	0,00	0,00	2,25	7,20	15º
34	108824	Katia Cristina Vidal Furlanetto	25/06/1985	4,05	0,60	0,20	2,35	7,20	16º
14	111200	Roselia Balbinot	07/10/1964	4,50	0,40	0,00	2,26	7,16	17º
12	108976	Marines Graff Mossmann	08/07/1983	4,95	0,40	0,00	1,70	7,05	18º
17	109471	Simone Maria Romio	26/02/1979	4,50	0,80	0,20	1,50	7,00	19º
13	111552	Nair Lolato	22/02/1963	4,05	0,20	0,40	2,29	6,94	20º
35	104932	Kielin Zelinda Frare De Giacometi	20/05/1990	4,50	0,60	0,40	1,40	6,90	21º
32	107840	Andrieli Dos Santos Costa	09/07/1988	4,50	0,40	0,00	1,85	6,75	22º
37	107761	Fernanda Zilli	29/10/1987	4,95	0,00	0,20	1,59	6,74	23º
16	107045	Solange Turani	11/11/1991	4,95	0,20	0,20	1,38	6,73	24º
3	107455	Eduarda Noro	18/01/1993	4,95	0,20	0,20	1,37	6,72	25º
38	110598	Ivanilde Batista Ribeiro Ritter	17/05/1983	4,50	0,40	0,40	1,20	6,50	26º
11	109361	Vera Lucia Scherer	20/07/1980	3,60	0,20	0,20	2,32	6,32	27º
28	107825	Ariane Devicari	25/10/1991	4,05	0,00	0,00	2,06	6,11	28º
29	111614	Claudiane De Fatima Dos Santos	22/12/1985	4,50	0,00	0,00	1,49	5,99	29º
22	110827	Sandra Rodrigues Da Silva Isotton	26/01/1977	4,05	0,40	0,20	1,34	5,99	30º
30	107601	Ediane Benedito	08/10/1992	4,05	0,40	0,00	1,37	5,82	31º
23	110631	Maria V. Batista Ribeiro Delalibera	06/11/1977	4,05	0,40	0,40	0,36	5,21	32º
10	108300	Vanessa Aparecida Nilsson Paulus	21/09/1992	4,05	0,40	0,20	0,00	4,65	33º
15	112392	Roque Francisco Ribeiro	12/01/1969	4,05	0,20	0,20	0,00	4,45	34º

27	108523	Kely Regina Dal Cin Franzosi	04/06/1985	3,15	0,40	0,40	1,43	3,95	Desc.
4	106914	Ana Melita Lamb	23/06/1960	3,60	0,00	0,20	2,38	3,80	Desc.
24	109035	Maichele Daiane Passarin	26/10/1988	3,60	0,00	0,00	2,11	3,60	Desc.
9	110046	Silvia Olivia Dondoni Isotton	19/03/1978	3,15	0,40	0,00	1,50	3,55	Desc.

## PROFESSOR I N1 - EDUCAÇÃO INFANTIL | Modalidade A

Ident	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Títulos	Total	Class.
42	107089	Marivane Luiza Romio	16/03/1979	4,05	0,40	0,40	3,00	7,85	1º
61	107982	Flavia Damin	26/02/1977	4,50	0,60	0,40	2,07	7,57	2º
70	108483	Claudete Faust	02/01/1973	4,50	0,20	0,40	2,29	7,39	3º
44	107829	Luciane Betina Kinsel Seibel	08/07/1985	4,50	0,60	0,20	2,03	7,33	4º
71	106213	Daniela Stoll Rinaldi	08/10/1987	4,95	0,00	0,20	2,06	7,21	5º
73	105011	Luciane Schneider	29/04/1985	4,50	0,40	0,20	2,04	7,14	6º
82	111578	Karli Cristina Da Silveira	15/07/1989	4,50	0,40	0,20	1,98	7,08	7º
41	103250	Vanderlene Perin Bianchi	23/11/1979	4,05	0,20	0,00	2,64	6,89	8º
47	109036	Maichele Daiane Passarin	26/10/1988	4,50	0,00	0,00	2,11	6,61	9º
86	105725	Vanessa Aline Gralow	20/12/1991	3,60	0,20	0,60	2,18	6,58	10º
65	108825	Katia Cristina Vidal Furlanetto	25/06/1985	3,60	0,40	0,20	2,35	6,55	11º
51	111553	Nair Lolato	22/02/1963	3,60	0,20	0,40	2,29	6,49	12º
56	109247	Leandra Valeria Schultz	03/01/1983	3,60	0,40	0,40	2,05	6,45	13º
85	110676	Luciana Maria Viera	16/09/1978	4,05	0,00	0,00	2,35	6,40	14º
67	103548	Jeanice Muller	17/04/1986	3,60	0,20	0,60	2,00	6,40	15º
64	107078	Adriani Dorigon	26/03/1976	4,05	0,20	0,00	2,08	6,33	16º
74	109725	Rosa Mari Balbinot	31/08/1966	3,60	0,80	0,20	1,52	6,12	17º
80	108668	Jusseli Teresinha Müller	28/12/1987	4,05	0,20	0,20	1,66	6,11	18º
79	107486	Janice Lourdes Viera	06/10/1979	4,05	0,00	0,20	1,86	6,11	19º
66	104929	Kielin Zelinda Frare De Giacometi	20/05/1990	4,05	0,40	0,20	1,40	6,05	20º
75	105754	Andressa Ferronato	16/06/1993	4,50	0,60	0,00	0,80	5,90	21º
68	107762	Fernanda Zilli	29/10/1987	4,05	0,00	0,20	1,59	5,84	22º
55	107046	Solange Turani	11/11/1991	4,05	0,20	0,20	1,38	5,83	23º
69	110599	Ivanilde Batista Ribeiro Ritter	17/05/1983	3,60	0,40	0,40	1,20	5,60	24º
45	110820	Sandra Rodrigues Da Silva Isotton	26/01/1977	3,15	0,60	0,40	1,34	5,49	25º
81	110573	Marcele Huning	26/05/1990	4,05	0,20	0,00	0,80	5,05	26º
57	108524	Kely Regina Dal Cin Franzosi	04/06/1985	3,15	0,40	0,40	1,43	3,95	Desc.
54	109472	Simone Maria Romio	26/02/1979	2,70	0,80	0,40	1,50	3,90	Desc.
84	110810	Catiane Carossi Marcon	06/02/1983	3,15	0,40	0,20	1,15	3,75	Desc.
52	108977	Marines Graff Mossmann	08/07/1983	3,15	0,20	0,40	1,70	3,75	Desc.
59	107826	Ariane Devicari	25/10/1991	3,60	0,00	0,00	2,06	3,60	Desc.
63	108399	Andrieli Dos Santos Costa	09/07/1988	3,15	0,40	0,00	1,85	3,55	Desc.
62	107602	Ediane Benedito	08/10/1992	3,15	0,40	0,00	1,37	3,55	Desc.
76	112718	Rosicler Oliveira Cruz	26/05/1969	3,15	0,20	0,20	0,00	3,55	Desc.
58	105564	Ana Celia Lopes Pereira	17/03/1970	3,15	0,20	0,20	2,98	3,55	Desc.
49	108301	Vanessa Aparecida Nilsson Paulus	21/09/1992	3,15	0,20	0,20	0,00	3,55	Desc.
43	103650	Loreci Marques	18/02/1975	3,15	0,20	0,00	2,39	3,35	Desc.
83	112124	Pamela Andressa Ortiz Ferreira	05/02/1991	3,15	0,00	0,20	0,00	3,35	Desc.
60	111615	Claudiane De Fatima Dos Santos	22/12/1985	3,15	0,00	0,00	1,49	3,15	Desc.
50	109362	Vera Lucia Scherer	20/07/1980	2,25	0,40	0,20	2,32	2,85	Desc.
48	110040	Silvia Olivia Dondoni Isotton	19/03/1978	2,25	0,40	0,00	1,50	2,65	Desc.

46	110632	Maria V. Batista Ribeiro Delalibera	06/11/1977	2,25	0,20	0,20	0,36	2,65	Desc.
72	102459	Janaina Ramon Negri	17/10/1980	2,25	0,20	0,20	2,26	2,65	Desc.
40	108860	Marisa Pedrinha Turani Alba	30/06/1968	2,25	0,00	0,00	2,25	2,25	Desc.
77	110994	Elenice Cristina Camera Scariot	06/06/1972	1,80	0,20	0,20	0,00	2,20	Desc.
53	111201	Roselia Balbinot	07/10/1964	1,80	0,00	0,00	2,26	1,80	Desc.
PROFESSOR II N1 - ARTES   Modalidade A									
Ident	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Títulos	Total	Class.
89	110103	Tania Fatima Mattiello	02/07/1985	3,15	0,20	0,40	2,48	3,75	Desc.
92	105889	Ana Claudia Anschau	25/04/1991	2,70	0,60	0,40	2,09	3,70	Desc.
88	106836	Marcia Fiameti	20/12/1979	2,25	0,40	0,20	3,00	2,85	Desc.
91	111390	Gracielle Isabel Corte	29/03/1980	2,25	0,40	0,20	0,00	2,85	Desc.
90	103337	Ivanda Cardoso Lago	25/06/1976	2,25	0,00	0,00	0,00	2,25	Desc.
PROFESSOR II N1 - CIÊNCIAS   Modalidade A									
Ident	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Títulos	Total	Class.
95	109310	Viviane Do Carmo Kinsel Juver	27/04/1977	3,15	0,40	0,00	0,26	3,55	Desc.
94	107369	Madalena Zancan	01/10/1981	2,70	0,00	0,00	2,23	2,70	Desc.
PROFESSOR II N1 - EDUCAÇÃO FÍSICA   Modalidade A									
Ident	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Títulos	Total	Class.
107	102452	Natieli Borla	11/03/1991	4,50	0,40	0,40	1,36	6,66	1º
106	106859	Jaqueline Scapin	15/07/1989	4,05	0,00	0,00	2,19	6,24	2º
108	112606	Ana Paula Goncalves	26/07/1992	4,50	0,20	0,20	1,06	5,96	3º
97	105819	Jacson Tiago De Luca	10/05/1993	3,60	0,20	0,20	1,22	5,22	4º
105	103156	Rafael Fritzen Dos Santos	06/11/1987	4,05	0,40	0,00	0,00	4,45	5º
100	112699	Lizabete Cora	01/11/1979	3,15	0,40	0,40	1,20	3,95	Desc.
102	103243	Juliana De Maman	23/03/1992	2,70	0,40	0,60	1,34	3,70	Desc.
101	110818	Daniele Zappani	06/05/1991	3,15	0,20	0,00	1,32	3,35	Desc.
98	105242	Nelsi De Fatima Marques Hoelscher	10/08/1976	2,25	0,80	0,20	0,00	3,25	Desc.
96	104274	Eric Charles Novello	17/03/1994	2,70	0,20	0,20	1,96	3,10	Desc.
110	106787	Sabrina Priscila Simioni	17/05/1990	2,70	0,20	0,00	2,15	2,90	Desc.
111	102337	Josiani Carine Comassetto	01/07/1993	2,25	0,60	0,00	1,26	2,85	Desc.
109	111857	Andrea Paula Welter	08/10/1987	2,25	0,20	0,20	0,46	2,65	Desc.
103	105622	Marines A. Dos Santos Faccio	11/08/1979	2,25	0,00	0,20	1,20	2,45	Desc.
99	108066	Simone Cristina Bencke	13/10/1979	0,90	0,40	0,40	1,26	1,70	Desc.
PROFESSOR II N1 - ESPANHOL   Modalidade A									
Ident	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Títulos	Total	Class.
112	104266	Vanderleia Aparecida Konflanz	11/10/1983	4,50	0,60	0,60	1,85	7,55	1º
PROFESSOR II N1 - GEOGRAFIA   Modalidade A									
Ident	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Títulos	Total	Class.
113	103151	Samara De Fatima Ames Ritter	12/05/1980	3,60	0,20	0,40	2,79	6,99	1º
114	102363	Marister Fontana	10/05/1969	3,15	0,60	0,40	0,00	4,15	2º

PROFESSOR II N1 - HISTÓRIA   Modalidade A									
Ident	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Títulos	Total	Class.
115	102639	Tatiane Aparecida Gugel	18/07/1984	4,50	0,20	0,60	2,92	8,22	1º
117	109185	Diacomo Antonio Cavalheiro	29/03/1988	4,05	0,20	0,00	0,00	4,25	2º
116	109188	Bruna Santos Araujo	02/09/1993	3,15	0,40	0,40	0,00	3,95	Desc.
PROFESSOR II N1 - INGLÊS   Modalidade A									
Ident	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Títulos	Total	Class.
118	111204	Gabriela Ketlim De Souza Ruedel	12/03/1986	3,15	0,60	0,40	2,48	6,63	
119	102896	Raquel Meurer	15/06/1982	2,70	0,60	0,40	1,36	3,70	Desc.
120	108000	Dilvane Maria Bernardi Boff	17/02/1979	2,70	0,00	0,20	2,76	2,90	Desc.
PROFESSOR II N1 - MATEMÁTICA   Modalidade A									
Ident	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Títulos	Total	Class.
123	106144	Denise Vicentini	17/10/1986	2,25	0,40	0,60	2,33	3,25	Desc.
122	102649	Patricia Cristina Macedo	29/05/1988	1,80	0,20	0,60	2,37	2,60	Desc.
121	110065	Loriane Smaniotto	25/01/1981	1,35	0,40	0,40	0,00	2,15	Desc.
124	107055	Ana Balensiefer	24/07/1965	1,35	0,40	0,20	2,47	1,95	Desc.
PROFESSOR II N1 - PORTUGUÊS   Modalidade A									
Ident	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Títulos	Total	Class.
126	110320	Armida Cristina Voos	13/07/1979	1,80	0,20	0,40	1,23	2,40	Desc.
125	112393	Roque Francisco Ribeiro	12/01/1969	1,80	0,20	0,20	0,00	2,20	Desc.
127	103815	Assir Diorge Morandin	27/06/1972	1,80	0,00	0,00	2,09	1,80	Desc.

Art. 2º. Os desempates estão de acordo com o Item 7 do Edital.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Guaraciaba - SC, 30 de Novembro de 2015.

ROQUE LUIZ MENECHINI

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

# Guarujá do Sul

## PREFEITURA

### LEI MUNICIPAL Nº 2.457/2015

Lei Municipal nº 2.457/2015.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder o uso de espaço público e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina,

**TORNA PÚBLICO** a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder o uso oneroso e por prazo determinado, da edificação composta de bar e cancha de bochas, com área de 451,50m<sup>2</sup>, localizada na Rua São Paulo, nº 510, para entidades que utilizem o imóvel na promoção de atividades inerentes às suas finalidades.

§ 1º A concessão de que trata o Caput deste artigo será procedida de processo licitatório na modalidade Concorrência.

§ 2º Ficam permitidas à concessionária a exploração comercial de bar e a prática de atividades esportivas que a cancha comporta, reuniões culturais, educativas, ficando vedado o uso para bailes, reuniões dançantes e similares.

§ 3º As obrigações, encargos, formas e normas de utilização do prédio para os fins desta lei serão estabelecidos pela Secretaria Municipal Educação, Cultura e Esporte.

§ 4º A Concessionária assume a responsabilidade pela segurança dos participantes e visitantes, pela limpeza e manutenção do prédio, pelas despesas com água, luz e de outras afins, durante o período de uso.

Art. 2º O prazo de concessão de uso autorizado por esta Lei é de 05 (cinco) anos, permitida a prorrogação por igual período.

Art. 3º Havendo necessidade de reformas ou ajustes na estrutura com a finalidade de atender aos fins da concessionária, as despesas pertinentes serão suportadas pela mesma e só poderão ser executadas com a prévia e expressa autorização do Poder Executivo Municipal.

Art. 4º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL – SC  
01 de Dezembro de 2015

64º ano da Fundação e 53º ano da Instalação.

José Carlos Foiatto

Prefeito Municipal.

- Certifico que a Presente Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria em data supra.

Rosa Isabel Montagner

Secretaria da Administração e Fazenda.

### LEI MUNICIPAL Nº 2.458/2015

Lei Municipal Nº 2.458/2015

Concede licença de parte da jornada de trabalho à servidora pública municipal que seja mãe, tutora, curadora ou responsável por pessoa com deficiência intelectual e múltipla, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA,

**TORNA PÚBLICO** a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica assegurado à servidora pública efetiva que seja mãe, tutora, curadora ou responsável pela criação, educação e proteção de pessoa com deficiência intelectual e múltipla, o direito de licenciar-se de parte da jornada de trabalho, sem prejuízo da remuneração, respeitando o cumprimento de 20 (vinte horas) semanais.

Parágrafo Único. A servidora pública efetiva beneficiária desta lei deverá ter seu filho, tutelado, curatelado sob sua responsabilidade, avaliado e submetido a plano terapêutico orientado pela Fundação Catarinense de Educação Especial ou por instituição credenciada pela FCEE.

Art.2º Para efeitos da Lei considera-se pessoa com deficiência intelectual e múltipla, dependente sob o ponto de vista sócio - educacional e entende-se:

I-pessoa menor de 7 (sete ) anos com deficiência intelectual e múltipla comprovada ou doença crônica que impossibilite o desenvolvimento neuropsicomotor;

II-pessoa deficiência intelectual e múltipla maior de 7 (sete) anos cujo tipo ou grau de deficiência se manifeste por dependência nas atividades básicas da vida diária.

Art.3º Para a obtenção da licença, a servidora devere:

I-requerer ao Secretário Municipal de Administração, a solicitação;  
II-anexar cópia da certidão de nascimento do filho ou documento expedido pelo Juiz, comprovando tutela ou responsabilidade judicial;

III-declarar que a pessoa com deficiência intelectual e múltipla está efetivamente sob seus cuidados;

IV-anexar à via original do laudo diagnóstico e plano terapêutico, expedido pela FCEE.

V- Ter seu turno de efetivo trabalho determinado junto a repartição pública no horário em que a pessoa com deficiência intelectual e múltipla que originou a licença estiver sendo atendida pela equipe multiprofissional legalmente constituída.

§ 1º-Para obtenção do laudo a servidora deverá dirigir-se a Supervisão Regional de

Educação Especial correspondente ao município, que fará encaminhamento e posteriormente dará o visto conclusivo.

§ 2º- Do laudo constará necessariamente o parecer da equipe multiprofissional sobre o tipo e grau da deficiência, bem como desempenho sócio educacional e plano de tratamento que será executado por instituição especial a nível nuclear ou domiciliar.

Art.4º Para efeitos desta Lei considera-se pessoa com deficiência intelectual e múltipla pessoa de qualquer idade e considerada dependente sócio educacional.

Art.5º A licença será concedida pelo prazo de 1 ( um) ano, podendo ser renovada mediante reavaliação e plano de tratamento com emissão de laudo que comprove a permanência de dependência sócio educacional.

Art.6º Aplica-se o disposto nesta Lei ao servidor público, viúvo ou separado judicialmente que tenha sob sua guarda a pessoa com deficiência intelectual e múltipla, sempre com documentos comprobatórios da situação.

Art.7º Este Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.8º Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL-SC

01 de dezembro de 2015.

64º ano da Fundamentação e 53º ano da Instalação

JOSÉ CARLOS FOIATTO

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria em data supra.

Rosa Isabel Montagner

Secretária de Administração e Fazenda

### **LEI MUNICIPAL Nº 2.459/2015**

Lei Municipal n.º.2.459/2015

Autoriza o LIONS Clube de Guarujá do Sul a instalar monumento símbolo do clube de serviço em espaço público-Praça Balduino Scheneider

O Prefeito do Município de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina,

TORNA PÚBLICO a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e sanciona a seguinte Lei:

LEI:

Art. 1º - Fica autorizado o LIONS CLUBE DE GUARUJÁ DO SUL-SC a instalar junto a Praça Municipal Balduino Schneider-Guarujá do Sul o monumento símbolo do LIONS Internacional.

Parágrafo único: O uso do espaço referido no caput deste artigo será sem ônus para o usuário.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução, instalação e conservação do monumento são de responsabilidade do LIONS Clube.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL-SC

01 de dezembro de 2015.

64º ano da Fundamentação e 53º ano da Instalação

JOSÉ CARLOS FOIATTO

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria em data supra.

Rosa Isabel Montagner

Secretária de Administração e Fazenda



# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

### DECRETO Nº3.471/2015

DECRETO Nº 3.471/2015

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, autorizado pelo artigo 10, inciso I da Lei Municipal 3.081 de 12/12/14 (LOA) e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Herval D'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhes são conferidas por Lei;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), proveniente de excesso de arrecadação destinados a suplementar a dotação abaixo descrita pertencente ao orçamento do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna:

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE

Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- JHL-SIMAE

Proj./Atividade: 2.061- Manutenção dos Serviços de Água – Urbano

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000-18

Valor: R\$ 50.000,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Herval D'Oeste, 01 de dezembro de 2015

NELSON GUINDANI

Prefeito

### PORTARIA Nº 1276/2015

PORTARIA Nº 1276/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

CONCEDER Licença Prêmio ao servidor IRINEU MASCARELLO (Matr. 167), ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Operador de Máquinas II, Nível – 8, Referência "J", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, nos termos dos artigos 87 a 92, da Lei Complementar Nº. 006/1994, referente ao período aquisitivo de 03 de janeiro de 1989 a 02 de janeiro de 1994, para serem gozadas a contar de 01 de dezembro de 2015 a 28 de fevereiro de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Dezembro de 2015.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 1277/2015

PORTARIA Nº 1277/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora LÚCIA ZARPELON (Matr. 4025) ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível – 8, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 08 de outubro de 2014 e 07 de outubro de 2015, para serem gozadas a contar de 01 de dezembro de 2015 a 30 de dezembro de 2015, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Dezembro de 2015.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2015 - REPUBLICADO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 048/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2015

UNIDADE GESTORA: Fundo Municipal de Saúde

TIPO: Menor Preço Unitário

#### OBJETO

Aquisição de 02 veículos automotores terrestres, zero quilômetro, ano de fabricação-modelo 2015/2016 e/ou 2016/2016 com capacidade mínima de 07 (sete lugares) nacional e/ou importado.

#### ENTREGA DOS ENVELOPES

Até às 16:00 horas do dia 16/12/2015.

#### LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO:

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

#### FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, e Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006,

#### EDITAL NA ÍNTEGRA

O Edital na íntegra está à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 16,80 (dezesesseis reais e oitenta centavos), ou no site [www.hervaldoeste.sc.gov.br](http://www.hervaldoeste.sc.gov.br), sem custo adicional. Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 1º de dezembro de 2015  
NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2015**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 073/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2015  
UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL  
TIPO: Menor Preço Unitário

**OBJETO**

Registro de Preços para a eventual aquisição de Emulsão Asfáltica tipo RM-1C, para utilização da Secretaria de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos do município pelo período de 12 meses.

**ENTREGA DOS ENVELOPES**

Até às 14h00min do dia 15/12/2015.

**LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO:**

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, e Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006,

**EDITAL NA ÍNTEGRA**

O Edital na íntegra está à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 16,80 (dezesesseis reais e oitenta centavos), ou no site [www.hervaldoeste.sc.gov.br](http://www.hervaldoeste.sc.gov.br), sem custo adicional. Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 1º de dezembro de 2015.  
NELSON GUINDANI  
PREFEITO



# Ibiam

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2864/2015

DECRETO Nº 2864/2015

APROVA DESMEMBRAMENTO DE TERRENO URBANO.

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal em exercício de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o inc. VII do art. 88 da Lei Orgânica do Município, bem como a Lei Municipal nº272, de 12 de novembro de 2004.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o desmembramento de um terreno urbano de propriedade do Sr. Adilson José Cenatti, inscrito no CPF: 466.762.529-53, com área de 135.824,89 m² (Cento e trinta e cinco mil e oitocentos e vinte e quatro metros e oitenta e nove centímetros quadrados), matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Tangará sob nº 3.918, cujo imóvel encontra-se dentro das seguintes confrontações:

Norte: com 704,05 metros, extrema com o Rio Azul;  
Sul: com 325,68 metros, extrema Rua São Sebastião, David Dissegna, Rose Mari kowalczyk, Celio Moreira, Eduardo Krause e Maicon Romanatto;  
Leste: com 380,75 metros, extrema com Artemio Zanon e Carmo Passan;  
Oeste: com 304,46 metros, extrema com o Município de Ibiam, Loteamento Maria Rita e Rua Otacílio Batista.

Art. 2º O desmembramento autorizado por este Decreto, dará origem a quatro unidades imobiliárias.

I – Área 01 – 466,38 m² – Área a desmembrar  
II - Área 02 – 365,63 m² – Área a desmembrar  
III – Área 03 – 360,00 m² – Área a desmembrar  
IV – Área 04 – 134.632,88 m² – Área remanescente

Total dos Lotes a Desmembrar: 135.824,89 m²

Art. 3º As unidades imobiliárias desmembradas, terão as seguintes confrontações:

a) Área 01 – 466,38 m² - Área a desmembrar:

Nordeste: com 35,89 metros, extrema com lote 04 - Remanescente;  
Noroeste: com 25,60 metros, extrema com David Dissegna;  
Sudoeste: com 44,34 metros, extrema com a Rua São Sebastião.

b) Área 02 – 365,63 m² – Área a desmembrar:

Nordeste: com 12,00 metros, extrema com lote 04 - remanescente;  
Noroeste: com 34,48 metros, extrema com lote 04 - remanescente;  
Sudeste: com 27,40 metros, extrema com lote 03 – á desmembrar;  
Sudoeste: com 13,94 metros, extrema Rua São Sebastião.

c) Área 03 – 360,00 m² – Área a desmembrar:

Nordeste: com 15,43 metros, extrema com lote 04 - remanescente;  
Noroeste: com 27,40 metros, extrema com lote 02 - á desmembrar;  
Sudeste: com 19,11 metros, extrema com lote 04 – remanescente;  
Sudoeste: com 17,40 metros, extrema Rua São Sebastião.

d) Área 04 – 134.632,88 m² - Área Remanescente:

Norte: com 704,05 metros, extrema com o Rio Azul;

Sul: com 341,31 metros, extrema Rua São Sebastião, lote 01, lote 02 e lote 03 – á desmembrar, David Dissegna, Rose Mari kowalczyk, Celio Moreira, Eduardo Krause e Maicon Romanatto;

Leste: com 380,75 metros, extrema com Artemio Zanon e Carmo Passan;

Oeste: com 304,46 metros, extrema com o Município de Ibiam, Loteamento Maria Rita e Rua Otacílio Batista.

Art. 4º Fica aprovada a planta, projeto e levantamento planialtimétrico de desmembramento e memorial descritivo das unidades imobiliárias previstas no Artigo 3º, cujos documentos fazem parte deste Decreto.

Art. 5º Os cartórios de Tabelionato e Registro de Imóveis, ficam autorizados a promoverem à escrituração e as averbações necessárias à transferência de domínio e registro, objeto do presente desmembramento.

Art. 6º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

GILMAR FONTANA

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

### DECRETO Nº 2865/2015

DECRETO Nº 2865, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015

“NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE IBIAM - CODEMI.”

GILMAR FONTANA, Prefeito em Exercício do Município de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica;

CONSIDERANDO, o art. 5º do decreto nº 2561, de 20 de novembro de 2013.

#### DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os seguintes membros, para integrarem o Conselho de Desenvolvimento Econômico do Município de Ibiam – CODEMI:

I – Representante do poder Executivo:

Titulares: ANTONIO ENORI GONÇALVES DA SILVA, ELICIR ANTONIO BARTH DA COSTA e ROSINEI CERON.

Suplentes: DAMIR JOSÉ CARDOSO, ANTONIO RECALCATTI e EDS-SON GOMES DE OLIVEIRA.

II – Representantes das Micro e Pequenas Empresas de Ibiam – AMPE

Titulares: DAIANE GRUTZMANN CHIESA RAMOS e ADILSON JOSÉ CENATTI.

III – Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:

Titular: NEIVO JOSÉ POCERA.

IV – Representante da Câmara Municipal de Vereadores

Titular: MOACIR TITON.

Art. 2º. Este Decreto entrara em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 01 de dezembro de 2015.  
GILMAR FONTA  
Prefeito Municipal em Exercício

## EDITAL Nº 006/2015 - ANÁLISE INSCRIÇÕES

EDITAL Nº 006/2015

PUBLICA O RESULTADO DA ANÁLISE DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS NO PROCESSO SELETIVO Nº 005/2015, PROMOVIDO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE IBIAM/SC.

A empresa IOPLAN Instituto Oeste de Planejamento & Consultoria Ltda., nos termos do Edital nº 005/2015, publica o resultado da análise das inscrições às vagas dos cargos referente ao Processo Seletivo Simplificado, conforme consta dos quadros seguintes:

### 1. Lista geral das Inscrições Deferidas por cargo:

CARGO: PROFESSOR II - ÁREA DE ATUAÇÃO - EDUCAÇÃO INFANTIL		
INSC	NOME	SEQ
1379	ANDRÉIA POCERA ODORISI	01
1363	ANDREIA TERESINHA FERRARI LAMPERTI	02
1350	CARMEN REGINA DE OLIVEIRA	03
1360	DAIANE CRISTINA RIBEIRO COELHO DA SILVA	04
1386	DELÉSIA ORZZATTO MICHELUZZI	05
1370	EDICLEIA BARBOSA	06
1364	ELEANA DAL CORTIVO FREITAS FELICETTI	07
1367	ELIBIDA CASSIANO POCERA GAZANIGA	08
1382	ELISIANE OSÓRIO FAGUNDES	09
1357	ERICA THOMÉ LAIDNES	10
1361	GISÉLI ALBERTI	11
1377	JACKLINE DALMOLIN ODORIZZI	12
1381	KASSIO MANICA KERWAL	13
1359	MAGDA REGINA POLO TITON	14
1348	MARIANGELA FONSECA	15
1384	MARILETE DE CASTRO CARVALHO	16
1366	MARIZA DALAZEN LAIDNES	17
1352	MARLI M S MATOS	18
1368	MARLY SALETE FRESCHI LUTHEMEIER	19
1369	SIMARA APARECIDA TREVISOL SLOGO	20
1356	SIMONE DENIZE TREVISOL SLOGO DE OLIVEIR	21
1371	TATIANA APARECIDA SLOGO BRAND GUINDANI	22
CARGO: PROFESSOR II - ÁREA DE ATUAÇÃO - 1º AO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL		
INSC	NOME	SEQ
1362	LORIZETE TEREZINHA LUTKEMEIER GONZATTO	01
1358	VERONI BORSOI MARTELLI	02

### 2. Lista de inscrições indeferidas conforme item 2.5 do edital de Processo Seletivo Simplificado nº 005/2015 conforme segue:

CARGO: PROFESSOR II - ÁREA DE ATUAÇÃO - EDUCAÇÃO INFANTIL		
INSC	NOME	SEQ
1355	ANDRÉIA BONASSI RAMPON	01
1354	JACQUELINE SPOLTI ZANOTTO	02
1349	LEANDRA APARECIDA AMALCABURIO	03

1351	SILMARA TESCK DE OLIVEIRA	04
1375	SOLOY APARECIDA KLEINIBING MANICA	05
CARGO: PROFESSOR II - ÁREA DE ATUAÇÃO - 1º AO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL		
INSC	NOME	SEQ
1353	JOSIANNE DALLABRIDA GASPAR	01
1347	SABRINA CORREA NILSEN	02

3. Não houve deferimento de inscrições para portadores de necessidades especiais e também não houve candidatos inscritos na condição especial para realizar a prova.

4. Caberão recursos administrativamente do indeferimento das inscrições, que deverão ser interpostos e protocolados até às 17:00 horas do segundo dia útil, ou seja, 2(dois) dias, subsequente à publicação deste edital, na Prefeitura Municipal de Ibiã.

Chapecó/SC, em 30 de novembro de 2015.

IOPLAN instituto Oeste de Planejamento & Consultoria Ltda.

## LEI Nº 581/2015

LEI Nº. 581, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015.

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de IBIAM para o Exercício de 2016.

GILMAR FONTANA, Prefeito em Exercício do Município de IBIAM—Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 88, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

### DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de IBIAM SC, para exercício de 2016, estima a Receita e Fixa a Despesa em R\$ 11.955.000,00 (Onze milhões, novecentos e cinquenta e cinco mil reais).

### DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA

Art. 2º - O orçamento da Prefeitura para o exercício de 2016 estima a Receita em R\$ 11.460.000,00 ( Onze milhões, quatrocentos e sessenta mil reais) e a Despesas Orçamentária em R\$ 8.489.788,35 ( Oito milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil, setecentos e oitenta e oito reais e trinta e cinco centavos), e Despesa Financeira de R\$ 2.970.211,65 (Dois milhões, novecentos e setenta mil, duzentos e onze reais e sessenta e cinco centavos).

§1º - A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminados quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	11.419.986,00
1.1- Receita Tributária	412.685,00
1.2- Receitas de Contribuições	0,00
1.3- Receita Patrimonial	78.666,00
1.4- Receita Agropecuária	2.420,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	148.830,00
17-Transferências Correntes	13.037.265,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	(2.328.584,00)
1.9- Outras Receitas Correntes	68.704,00

2 – RECEITAS DE CAPITAL	40.014,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	40.000,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	14,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>11.460.000,00</b>

§2º - A despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a seguinte classificação:

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	8.064.661,35
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	4.689.760,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	16.000,00
3.3- Outras Despesas Correntes	3.358.901,35
4 - DESPESAS DE CAPITAL	413.027,00
4.4- Investimentos	317.027,00
4.5- Inversões Financeiras	1.000,00
4.6- Amortização da Dívida	95.000,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	12.100,00
9.9- Reserva de Contingência	12.100,00
- TRANSF. FINANCEIRAS AS FUNDOS MUNICIPAIS	2.970.211,65
- Fundo Municipal da Saúde	2.240.211,65
- Fundo Municipal de Assistência Social	80.000,00
- Câmara Municipal de Vereadores	650.000,00
<b>TOTAL GERAL DA DESPESA</b>	<b>11.460.000,00</b>

Art. 3º - O orçamento dos Fundos Municipais e Poder Legislativo para o exercício de 2016 estima a Receita e Fixa a Despesa conforme quadros abaixo descritos:

#### I – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	384.998,00
1.1- Receita Tributária	0,00
1.2- Receitas de Contribuições	0,00
1.3- Receita Patrimonial	5.566,00
1.4- Receita Agropecuária	0,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	0,00
17-Transferências Correntes	377.120,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	0,00
1.9- Outras Receitas Correntes	2.312,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	2,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	2,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	2.240.211,65
- Transferências financeiras da Prefeitura	2.240.211,65
<b>TOTAL</b>	<b>2.625.211,65</b>

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	2.537.389,65
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	1.590.296,65
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	947.093,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	87.822,00
4.4- Investimentos	87.822,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9.9- Reserva de Contingência	0,00

<b>TOTAL GERAL DA DESPESA</b>	<b>2.625.211,65</b>
-------------------------------	---------------------

#### I – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	110.000,00
1.1- Receita Tributária	0,00
1.2- Receitas de Contribuições	0,00
1.3- Receita Patrimonial	1.430,00
1.4- Receita Agropecuária	0,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	0,00
17-Transferências Correntes	104.560,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	0,00
1.9- Outras Receitas Correntes	4.010,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	0,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	0,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	80.000,00
- Transferências financeiras da Prefeitura	80.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>190.000,00</b>

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	186.000,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	28.100,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	157.900,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	4.000,00
4.4- Investimentos	4.000,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9.9- Reserva de Contingência	0,00
<b>TOTAL GERAL DA DESPESA</b>	<b>190.000,00</b>

#### III – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	650.000,00
- Transferências financeiras da Prefeitura	650.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>650.000,00</b>

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	640.000,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	520.000,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	120.000,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00
4.4- Investimentos	10.000,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9.9- Reserva de Contingência	0,00
<b>TOTAL GERAL DA DESPESA</b>	<b>650.000,00</b>

Art. 4º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de intempéries da natureza conforme anexo da LDO.

#### UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUN. DE IBIAM

I – Passivo Contingente	0,00
II – Intempéries	12.100,00
III – Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos	0,00

IV – Obtenção de Resultado Primário	0,00
V – Reforço de dotações Orçamentárias	0,00
TOTAL	12.100,00

§1º - A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando-se o limite para cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo.

§2º- Para efeito desta lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçadas ou orçadas a menor.

Art. 5º - O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 30% da Despesa estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I – o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.

II – a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.

III – superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo Único – Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício, e o excesso de arrecadação das receitas de capital.

Art. 6º - As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de crédito e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa, ou por força de convênio.

Art. 7º – Durante o exercício de 2016 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 8º – Comprovando o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeios de competência de outros entes da Federação.

Art. 9º – Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta, mediante o envio de cópia autêntica à Câmara Municipal, logo após a celebração de tais atos.

Art. 10 – A presente Lei vigorará durante o exercício de 2016, a partir de 1º de janeiro, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 01 de Dezembro de 2015.

GILMAR FONTANA

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado e Registrado:

# Ilhota

## PREFEITURA

### AVISO LICITAÇÃO PRG 055 - 2015 FMS - REGISTRO DE PREÇO - FRALDAS GERIÁTRICAS

PROCESSO Nº. 321/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 55/2015 – FMS

REGISTRO DE PREÇO

Fundo Municipal de Saúde

SETOR	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
-------	--------------------------------------

TIPO	MENOR PREÇO - TOTAL POR ITEM
------	------------------------------

OBJETO	REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FRALDAS GERIÁTRICAS QUE SERÃO DISTRIBUÍDAS PARA PACIENTES ACAMADOS E COM NECESSIDADES ESPECIAIS QUE POSSUEM CADASTRO NA SECRETARIA DE SAÚDE, conforme Anexo I do Edital.
--------	---

ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 15/12/15 às 09:30 horas, Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 15/12/15 às 09:30 horas, após o credenciamento dos representantes.

REGIMENTO: Lei Nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, Decreto nº 7.892/2013, Decreto nº 3.555/2000 e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006, Lei Complementar Nº 147/2014 e a Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

MAIORES INFORMAÇÕES:

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site [www.ilhota.sc.gov.br](http://www.ilhota.sc.gov.br) e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: [licitacao@ilhota.sc.gov.br](mailto:licitacao@ilhota.sc.gov.br) - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 815.

ALEX MIRANDA

PREGOEIRO OFICIAL

Ilhota, 02 de dezembro de 2015.

### EXTRATO DE CONTRATO 036 - DL 244 2015 - IOBV - PROCESSO SELETIVO

CONTRATO Nº 036/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICO-ESPECIALIZADOS QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA E O INSTITUTO O BARRIGA VERDE

O Município de Ilhota, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Leoberto Leal, 160, bairro Centro da cidade de Ilhota, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.102.301/0001-53, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representado pelo seu Prefeito Sr. Daniel Christian Bosi, e o INSTITUTO O BARRIGA VERDE, com sede na Avenida Luiz Bertoli, 233, Centro, Taió – SC, registrada no CNPJ sob o Nº 08.072.361/0001-55, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado por Caroline Puhler, brasileira, solteira, administradora, portadora da C.I. 4.996.928-5 e do CPF 070.606.489-50, residente e domiciliada a Rua Martin Kanthag, 221, Taió – SC, têm entre si justo e avençado e celebram o presente contrato para a execução dos serviços relacionados ao objeto, sujeitando-se o CONTRATANTE e a CONTRATADA às normas disciplinares da Lei nº 8.666/93, mediante às cláusulas e condições que se seguem:

#### Cláusula 1ª. OBJETO

O presente contrato tem por objeto a Contratação de empresa para elaboração de 60 (sessenta) questões objetivas para provas do processo seletivo organizado e executado pelo município de Ilhota, Edital número 002/2015, conforme tabela abaixo:

Quantidade de Questões	Disciplina	Cargo	Escolaridade
10	Conhecimento Específico	Dentista	Superior Completo
10	Conhecimento Específico	Enfermeira	Superior Completo
10	Conhecimento Específico	Engenheiro Florestal	Superior Completo
10	Conhecimento Específico	Fisioterapeuta	Superior Completo
10	Conhecimento Específico	Nutricionista	Superior Completo
10	Conhecimento Específico	Farmacêutico	Superior Completo

#### Cláusula 2ª. REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS A CONTRATADA

O valor total contratado pela prestação dos serviços será de R\$ 25,00 (vinte e cinco) reais por questão, totalizando R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), mais R\$ 25,00 (vinte e cinco) reais por cada recurso julgado.

#### Cláusula 3ª. DA FORMA DO PAGAMENTO

O pagamento será em uma única parcela, na divulgação do gabarito definitivo, mediante apresentação de nota fiscal.

#### Cláusula 4ª - VIGÊNCIA.

Este contrato vigorará por 30 (trinta) dias, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante acordo entre as partes, para igual período.

#### Cláusula 5ª - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

A CONTRATANTE obriga-se:

1. Enviar o Edital do Seletivo contendo a quantidade de questões, conteúdo programático, e forma de interposição de recursos contra as



questões.

2. Retirar o arquivo de questões, na sede da instituição, pessoalmente por pessoa devidamente munida de pen drive lacrado na embalagem e de procuração, com poderes para este fim, mediante assinatura de termo de responsabilidade;
3. Garantir o sigilo e ineditismo das questões, as quais só poderão ser divulgadas na Rede Mundial de Computadores (internet) no dia seguinte ao de realização das provas ou seja dia 07/12/2015.
4. Enviar os pedidos de recurso contra as questões, com antecedência mínima de 4 (quadro) dias antes da data estipulada para divulgação do gabarito final.
5. Diagramar e reproduzir as questões em cadernos de provas de acordo com o que rege o edital.
6. Efetuar o pagamento dos serviços conforme cláusulas especificadas anteriormente.

Cláusula 6ª - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA. A CONTRATADA obriga-se:

1. Elaboração de 60 (sessenta) questões específicas conforme cargos solicitados
2. Disponibilizar arquivo em envelope lacrado, contendo o gabarito das questões.
3. Entregar o arquivo somente à pessoa devidamente identificada.
4. Julgar os recursos contra as questões.
5. Garantir o sigilo, confidencialidade e impessoalidade das questões elaboradas.

Cláusula 7ª - DESPESAS E FONTES DE RECURSOS.

As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta da Contratante, e também do Orçamento vigente:

Despesa	Órgão/Unid.	Função	Sub função	Proj/Ativ.	Categoria Econômica	Fonte de Recurso	Descrição do Proj/Ativ.
7665	04	4	122	6	339039990000	100	manutenção e funcionamento da secretaria

Cláusula 8ª - COMPETÊNCIA.

A execução das provas do certame é de responsabilidade da CONTRATANTE.

A elaboração das questões dos cargos anteriormente listados é de responsabilidade da CONTRATADA.

Cláusula 9ª - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO CERTAME.

A CONTRATADA dará início nos seus trabalhos de elaboração mediante assinatura do contrato.

A CONTRATANTE deve retirar o arquivo contendo as questões elaboradas até o dia 02/12/2015.

Cláusula 10 RESCISÃO.

O presente Contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer cláusula ou condição, sendo que a parte prejudicada deverá, primeiramente, notificar a parte inadimplente, determinando que a inadimplência seja sanada dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da notificação.

Cláusula 11 – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Ilhota para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

Cláusula 12 – DISPOSIÇÕES FINAIS.

E por assim terem convencionada justa estas vontades livres e soberanas dos CONTRATANTES, fizeram o presente instrumento de Contrato em 3 (três) vias de igual teor, que o assinam juntamente com duas testemunhas.

Ilhota, 01 de Dezembro de 2015

\_\_\_\_\_  
Prefeitura Municipal de Ilhota  
CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Instituto o Barriga Verde  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_  
NOME:  
CPF

\_\_\_\_\_  
NOME:  
CPF

**EXTRATO DE CONTRATO 037 - DL 244 2015 - PROF. LÚCIA - PROCESSO SELETIVO**

Extrato de Contrato nº 037/2015

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

Prefeitura Municipal de Ilhota

Setor de Compras e Licitações

Processo: Dispensa de Licitação nº 244/2015

Objeto: Contratação de empresa para elaboração de 90 (noventa) questões objetivas para provas do processo seletivo organizado e executado pelo município de Ilhota.

Fornecedor: LÚCIA CRISTIANE MORATELLI PIANEZZER.

Valor: R\$ 2.250,00 (dois mil duzentos e cinquenta reais), mais R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) por recurso julgado se houver.

Assinatura: 01/12/2015

Vigência: até 31/12/2015.

Daniel Christian Bosi

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 511/2015**

PORTARIA Nº 511/2015

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, o Sr. CLEITON AMILTON REINERT, no cargo de PEDREIRO, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 01 de dezembro de 2015.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 27 de novembro de 2015.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

**REPUBLICAÇÃO POR ERRO MATERIAL - PORTARIA Nº 509/2015**

REPULICAÇÃO POR ERRO MATERIAL

PORTARIA Nº 509/2015

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

CONCEDER, 2 (dois) anos de licença sem vencimento, à Srª. ADRIANA CORDEIRO DALCASTAGNE, no cargo de PROFESSOR, com 100 horas mês, a partir de 09 de novembro de 2015.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 01 de dezembro de 2015.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

# Imarui

## PREFEITURA

**AVISO DE TOMADA DE PREÇOS PMI Nº 004/2015**

A Prefeitura Municipal de Imaruí, através do Setor de Licitação, torna público aos interessados, que realizará no dia 17/12/2015 às 09h00min, Licitação do Tipo Menor Preço Global, cujo objetivo visa à contratação de empresa para realizar a reforma na E.E.F.M. Prefeito Portinho Bittencourt e reforma e construção na C.E.I.M Carlos Gomes. O Edital completo estará à disposição dos interessados no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Imaruí, e através do site [www.imarui.sc.gov.br](http://www.imarui.sc.gov.br). Maiores informações poderão ser obtidas através do e-mail: [licitacao@imarui.sc.gov.br](mailto:licitacao@imarui.sc.gov.br), ou através do telefone (48) 3643 0161.

Imaruí, 30 de Novembro de 2015.

Manoel Viana de Sousa

Prefeito Municipal



# Imbituba

## PREFEITURA

**DECRETO Nº 228, DE 27 DE NOVEMBRO 2015.**

DECRETO Nº 228, DE 27 DE NOVEMBRO 2015.

Aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, e em conformidade com o Artigo 202 da Lei Complementar nº 3.019, de 28 de dezembro de 2006,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes de Imbituba, Estado de Santa Catarina, cuja cópia segue em anexo, segundo as normas que seguem complementadas pelos dispositivos aplicáveis contidos na legislação municipal.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 27 de novembro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 229, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015**

DECRETO Nº 229, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

Referenda a RESOLUÇÃO JARI/IMB/SC nº 02, de 23 de outubro de 2013, que aprovou o Novo Regimento Interno da Junta Administrativa de Recurso de Infrações – JARI do município de Imbituba/SC, e dá outras providências

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 93, VI, da Lei Orgânica do Município, e CONSIDERANDO o disposto no parágrafo único do artigo 16 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB;

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 357, de 02 de agosto de 2010, que estabeleceu as diretrizes para a elaboração do Regimento Interno das Juntas Administrativas de Recursos de Infrações – JARI, e

CONSIDERANDO o que dispõe a Lei Municipal no 2.224, de 26 de dezembro de 2001, que autoriza o Executivo Municipal a criar a JARI - Junta Administrativa de Recursos de Infrações, no âmbito municipal e suas alterações;

DECRETA:

Art. 1º Fica referendada a RESOLUÇÃO JARI/IMB/SC nº 02, de 23 de outubro de 2013, que aprovou o Novo Regimento Interno da Junta Administrativa de Recurso de Infrações – JARI do município de Imbituba/SC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 30 de novembro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

**EDITAL Nº 003/2015/SEDURB**

EDITAL Nº 003/2015/SEDURB

A PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Saneamento e Habitação, de acordo com a legislação vigente, em especial o Decreto PMI Nº 120, de 12 de novembro de 2012, faz saber a quem possa interessar, que receberá inscrições para o exercício de atividade de comércio ambulante (Trailer, Tenda, Ambulante e Quiosque) e Pessoas Jurídicas (Venda de picolés e Sorvetes) nas praias do município para a temporada de 2015/2016 além de venda de produtos diversos (Redes e mantas) pra igual período, nos logradouros públicos.

**1. OBJETO**

Constituem objeto do presente Edital, as seguintes atividades comerciais e de prestação de serviços:

- 1.1. TRAILLER: Unidade móvel instalada e removida diariamente em Ponto de Atividade, fora da faixa de área da praia;
- 1.2. TENDA: Unidade padronizada pela SEDURB (Anexo IV) para serem, montadas e retiradas nas praias para venda de produtos e/ou prestação de serviços autorizados pela SEDURB;
- 1.3. AMBULANTE: Vendedor ambulante compreende exclusivamente aquelas atividades de caráter individual, exercidas em mãos, em tabuleiros, em caixas de até 80 litros ou em carrinho (não motorizado e nem reboque), para comercialização ambulante, ou seja, não fixa, para venda de produtos autorizados pela SEDURB;
- 1.4. QUIOSQUE: Unidade construtiva precária a ser instalada em terrenos particulares, mediante prévia autorização do proprietário, sujeita a aprovação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Saneamento e Habitação - SEDURB;
- 1.5. PICOLÉS E SORVETES: Venda de picolés e sorvetes em carros próprios com lixeira para esse fim, na faixa de areia das praias do município;
- 1.6. REDES E MANTAS: Atividade de venda de redes e mantas, nos logradouros públicos, fora das praias, durante a temporada de verão, conforme critérios da SEDURB.

**2. CONDIÇÕES GERAIS**

- 2.1. Para os efeitos deste Edital, os terrenos de marinha e seus acrescidos serão considerados como área pública, exceto quando legalmente ocupado por particulares;
- 2.2. São Pontos de Atividades aqueles indicados nos Anexos I e II do Decreto PMI nº 0120/12.
- 2.3. Poderão ser disponibilizados outros pontos além dos elencados no item 2.2, quando forem apresentadas solicitações para atividades distintas das classificadas.
- 2.4. Os comerciantes ambulantes deverão optar pela comercialização de apenas 01 (um) dos seguintes grupos de produtos:
  - I - Bebidas e alimentação;
  - II - Artigos de Praia (cangas, chapéus, bonés, saída de praia, bolsas e sandálias);
  - III - Artesanato em geral;
  - IV - Aluguel de cadeiras e guarda-sóis (Ponto Fixo - Tenda);
  - V - Escolas de surf, escola de bodyboard e stand up paddle wave (Ponto Fixo - Tenda);
  - VI - Aluguel de equipamentos de surf, bodyboard e stand up paddle wave (Ponto Fixo - Tenda);
  - VII - Outras atividades esportivas;
  - VIII - Outros.
- 2.5. Poderão participar apenas pessoas físicas e ou jurídicas que efetivamente exercerão a atividade pretendida.
- 2.6. É permitida uma só inscrição por núcleo familiar, quando se tratar de pessoa física.
- 2.7. Todo aquele que for classificado deverá providenciar Atestado de Saúde para obter a Autorização e o Alvará de Localização e Funcionamento.
- 2.8. A inscrição e o Alvará de Licença são pessoais e intransferíveis.
- 2.9. As Tendas e outros utensílios terão padrões definidos pela SEDURB - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Saneamento e Habitação.
- 2.10. As Tendas destinadas a venda de bebidas e alimentação poderão disponibilizar cadeiras e guarda-sóis para seus clientes na quantidade máxima de 5 (cinco) jogos, devidamente identificados.
- 2.11. As cadeiras e guarda-sóis em locação deverão estar em perfeito estado de conservação, não sendo admitido tecido rasgado e efeito de oxidação, sob pena de aplicação de multa e cassação da licença.
- 2.12. As cadeiras e guarda-sóis deverão permanecer fechados e dentro de local próprio, parte integrante da tenda, quando não estiverem sendo utilizados.

**3. PRAZO**

- 3.1. O prazo de duração dos Alvarás de Licença emitidos para os proponentes classificados, segundo os critérios do presente edital de credenciamento será de 90 (noventa) dias, iniciando-se em 22 de dezembro de 2015 com término em 21 de março de 2016.

**4. DA INSCRIÇÃO E DA DOCUMENTAÇÃO****4.1. DA INSCRIÇÃO**

- 4.1.1. Os interessados deverão inscrever-se no período de 01 de dezembro a 14 de dezembro de 2015, das 13h00minh às 19h00minh, no Protocolo Geral da Prefeitura, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba/SC.

**4.2. DA DOCUMENTAÇÃO****4.2.1. DA DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA PARA ANÁLISE DO PROCESSO:****4.2.1.1. Pessoa Física:**

- a) Requerimento padrão (Anexo III do Decreto PMI nº 0120/12) devidamente preenchido, acompanhado de Declaração expressa do

requerente de que serão observadas e acatadas todas as condições determinadas neste Edital e na legislação em vigor;

b) Cópia do CPF e RG;

c) Cópia do Título de Eleitor;

d) Cópia do Comprovante de Residência: cópia do talão atual de água, telefone fixo ou luz com validade máxima de três meses ou cópia do contrato de locação autenticado em cartório. Quando o comprovante estiver em nome de terceiro, o mesmo deverá ser acompanhado de declaração de residência reconhecida em cartório. Quando o comprovante estiver em nome do cônjuge, o mesmo deverá ser acompanhado de Certidão de Casamento ou declaração reconhecida em cartório que comprove o vínculo;

e) Certificado de Regularidade Fiscal com a Fazenda Municipal;

f) Certidão de Antecedentes Criminais do Fórum da Comarca de domicílio do requerente e da Comarca de Imbituba;

g) Duas fotografias (3x4).

h) Certificados de Curso de Primeiros Socorros Avançados, para atividade de Escolas de surf, escola de bodyboard e stand up paddle wave.

#### 4.2.1.2. Pessoa Jurídica:

a) Requerimento padrão (Anexo III do Decreto PMI nº 0120/12) devidamente preenchido, acompanhado de Declaração expressa do requerente de que serão observadas e acatadas todas as condições determinadas neste Edital e na legislação em vigor;

b) Os documentos elencados nos itens anteriores, conforme a atividade, relativos a pessoa que atuará no Ponto de Atividade;

c) Contrato Social da Empresa e suas alterações;

d) CNPJ e RG do Dirigente majoritário;

e) Certificado de Regularidade Fiscal com a Fazenda Municipal;

f) Declaração de um único distribuidor direto que irá representar a empresa, no caso de impedimento da titular;

g) Alvará de Licença do Município para funcionamento;

h) Alvará sanitário quando for empresa fabricante de produtos alimentícios.

#### 4.2.1.3. Estrangeiros:

a) Requerimento padrão (Anexo III do Decreto PMI nº 0120/12) devidamente preenchido, acompanhado de Declaração expressa do requerente de que serão observadas e acatadas todas as condições determinadas neste Edital e na legislação em vigor;

b) Os documentos elencados nos itens anteriores, conforme a atividade, relativos a pessoa que atuará no Ponto de Atividade;

c) Cédula de Identidade de Estrangeiro expedida pela Delegacia de Polícia Federal.

#### 4.2.2. DA DOCUMENTAÇÃO OPCIONAL PARA EFEITO DE PONTUAÇÃO

a) Cópia do(s) alvará(s) de ano(s) anterior(es) em nome do requerente;

b) Cópia de Certificado do Curso de Relações Humanas;

c) Cópia de Certificado do Curso de Manipulação de Alimentos;

d) Cópia da documentação que comprove a residência no município de Imbituba no último ano (apresentando comprovante de 12 meses atrás da data de protocolo e do mês atual a qual protocolou);

e) Cópia da Certidão de Nascimento dos dependentes menores de idade.

### 5. CRITÉRIO DE SELEÇÃO E JULGAMENTO.

5.1. À Comissão de que trata o art. 8º do Decreto PMI nº 0120/12 compete a análise e julgamento dos processos, eliminando os que não atendam as disposições do presente Edital e da legislação em vigor, levando em consideração os seguintes critérios:

TABELA DE SELEÇÃO E JULGAMENTO		
ITEM	CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO
5.1.1	Cópia do CPF e RG	1,0
5.1.2	Comprovante de Residência (fatura de água/luz ou contrato de locação)	1,0
5.1.3	Comprovante de Eleitor do Município de Imbituba	5,0
5.1.4	Cópia de Alvará de anos anteriores para a mesma atividade (por alvará)	2,0
5.1.5	Cópia do Certificado de Curso de Relações Humanas	1,0
5.1.6	Certificado de Regularidade Fiscal com a Fazenda Municipal de Imbituba	1,0
5.1.7	Cópia do Certificado de Curso de Manipulação de Alimentos	1,0
5.1.8	Comprovar residência no município de Imbituba no último ano, apresentando comprovante de 12 meses atrás da data de protocolo e do mês atual a qual protocolou.	5,0
5.1.9	Residência num raio de até 5 km da praia pretendida	5,0
5.1.10	Residência num raio de até 10 km da praia pretendida	3,0
5.1.11	Residência num raio de mais de 20 km da praia pretendida	1,0
5.1.12	Cópia da certidão de Nascimento dos dependentes menores de idade (cada um dos filhos)	0,25

5.2. A Comissão julgadora analisará e atribuirá pontuação através das informações contidas nos documentos juntados ao processo.

5.3. Estarão classificados os proponentes inscritos que obtiverem a maior pontuação até o preenchimento das vagas previstas nos Anexos I a II, incluindo os deficientes físicos.

5.4. No caso de empate no item 5.1, será classificado aquele que comprovar ter trabalhado por mais tempo e munido de Certificado de Conclusão de Curso de Relações Humanas e/ou de Manipulação de Alimentos, persistindo o empate será classificado o de maior idade/tempo de constituição da empresa.

5.5. Para pontuação serão extraídas as informações contidas na documentação do item 4.2.

5.6. A listagem dos classificados será divulgada no dia 16 de dezembro de 2015, a partir das 18h, no Mural de Atos da Prefeitura, situada na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba/SC.

5.7. A escolha do Ponto de Atividade será realizada de acordo com a tabela dos Anexos I e II, no dia 21 de dezembro de 2015, conforme horário e local definido na listagem de classificação.

5.7.1. A ausência do classificado no horário e local previsto ensejará preferência, na escolha, ao próximo relacionado na lista de classificação.

## 6. DA HOMOLOGAÇÃO E DIVULGAÇÃO

6.1. O resultado com a classificação dos proponentes, de acordo com o número de vagas para cada Ponto de Atividade será submetido à análise do Secretário de Desenvolvimento Urbano, Saneamento e Habitação, para homologação e publicação no Mural de Atos da Prefeitura.

## 7. DOS RECURSOS

7.1. As pessoas que não concordarem com o resultado da classificação poderão solicitar revisão do processo até o dia 17 de dezembro de 2015, através de recurso devidamente fundamentado dirigido ao Chefe do Poder Executivo que decidirá em última instância, depois de ouvida a Procuradoria Geral do Município.

## 8. OBRIGAÇÕES DOS PROPONENTES VENCEDORES

8.1. É obrigatória a exposição permanente do crachá de identificação e do Alvará de Licença.

8.2. Somente poderá operar a pessoa física ou jurídica classificada, sendo vedada a locação, a sub-locação ou venda do Alvará;

8.3. A atividade deve respeitar rigorosamente o período de funcionamento pré-determinado, qual seja, das 08h00min às 20h00min horas;

8.4. É proibido alterar a localização do Ponto de Atividade;

8.5. É proibido depositar caixas ou objetos na área externa da Tenda;

8.6. Não será permitida a ligação de água nas tendas;

8.7. Os carrinhos, tendas, recipientes e instalações devem respeitar rigorosamente as normas de segurança, os períodos de funcionamento pré-determinados, e adequem-se aos modelos padronizados fornecidos pelo Município.

8.8. Retirar da praia diariamente, logo após o período de funcionamento, todo o equipamento usado em seu comércio;

8.9. Não será permitida a utilização de equipamentos de sonorização, sem prévia autorização.

### 8.10. Dos Resíduos:

8.10.1. Todo comércio ambulante fixo deverá estar provido de sacos plásticos para o acondicionamento de seus resíduos (lixo), devendo depositá-los em ponto adequado para a coleta após o expediente;

8.10.2. Ter pelo menos 2 (duas) lixeiras de 40 litros, revestidas com saco plástico e de fácil acesso aos clientes, sendo que uma dessas lixeiras devem ser de lixo seco (plástico, papel, lata, etc) e outra de lixo orgânico (restos de comida);

8.10.3. Toda vez que a lixeira estiver cheia, os resíduos deverão ser acondicionados amarrados e colocados em ponto adequado para a coleta, conforme indicação da SEDURB;

8.10.4. Manter a área em torno de seu Ponto de Atividade, num raio de 50 metros deste, em permanente estado de asseio e limpeza.

8.10.5. Proibido o despejo de águas servidas diretamente no meio ambiente sem o prévio tratamento.

### 8.11. Da Higiene:

8.11.1. Deverá haver disponibilidade de água potável em quantidade suficiente, sendo admitido o uso de bombonas com torneiras e recipientes para coletar a água utilizada, cujo destino final deverá ser feito de acordo com a legislação sanitária e ambiental em vigor;

8.11.2. Dispor de sabonete líquido, papel toalha descartável e álcool a 70% para correta higienização das mãos;

8.11.3. Dispor de recipiente coletor de lixo, com tampa acionada sem uso das mãos para uso no interior da tenda;

8.11.4. O cocô verde, antes de ser oferecido para consumo, deve ser lavado em água potável e mantido livre de contaminações. Os utensílios utilizados na sua manipulação devem estar limpos e serem lavados logo após o uso;

8.11.5. O milho verde deve ser lavado em água potável e mantido livre de contaminações, devendo ser cozido em água potável e mantido em temperatura acima de 60°C. Somente será permitida a oferta de manteiga, margarina, sal e outros acompanhamentos em porções individuais, cujas sobras devem ser descartadas (deve ser observada a temperatura de armazenamento ofertados, impressa em cada embalagem);

8.11.6. É proibido depositar quaisquer produtos diretamente sobre o solo, devendo ser utilizado suporte com no mínimo 30 cm de altura;

8.11.7. É permitido o comércio tão somente de salgados industrializados, ou seja, embalados de fábrica, contendo informação nutricional, lote de produção, prazo de validade e outras previstas em lei. Não será admitida a comercialização de salgados fritos, assados (processados). NÃO SERÁ ADMITIDO USO DE ESTUFA;

8.11.8. É permitido o preparo de COQUETÉIS, desde que garantida a higienização com farta água corrente;

8.11.9. É permitido o comércio tão somente de sucos industrializados, ou seja, embalados de fábrica, não podendo ser processados na tenda;

8.11.10. O ambulante deverá portar o Atestado de Saúde de "apto para exercer atividade de manipulador de alimentos", à disposição da Divisão de Vigilância Sanitária.

## 9. REGULAMENTO PARA MANIPULAÇÃO DE ALIMENTOS

### 9.1. Requisitos Gerais para Manipulação de Alimentos

9.1.1. Os manipuladores de alimentos devem apresentar rigoroso asseio pessoal, utilizar uniforme de cor clara (jaleco ou avental), ter os cabelos completamente protegidos, unhas sem esmalte, curtas e limpas, não utilizar adornos;

9.1.2. Os manipuladores de alimentos devem higienizar as mãos constantemente e sempre que tocarem em lixo, dinheiro ou outros locais/objetos não higienizados;

9.1.3. Os alimentos devem estar protegidos contra poeira, areia e vetores (insetos) e devem ser mantidos nas condições de temperatura e armazenamento indicadas pelo fabricante;

9.1.4. Somente deve ser utilizado gelo de água potável e mantido livre de contaminações;

9.1.5. As caixas térmicas utilizadas devem apresentar bom estado de conservação e limpeza e permitir completa vedação;

9.1.6. Os utensílios utilizados para manipulação de alimentos devem ser de material de fácil higienização, resistentes à corrosão, lisos e impermeáveis. Fica proibido o uso de utensílios de madeira;

9.1.7. Somente será permitida a oferta ao consumidor de utensílios descartáveis;

9.1.8. Os canudos oferecidos devem estar embalados individualmente e lacrados.

## 9.2. Penalidades

9.2.1. A inobservância dos requisitos gerais para manipulação de alimentos exigidos pela Vigilância Sanitária acarretará em pena de advertência, apreensão e/ou inutilização dos produtos e/ou multa;

9.2.2. A ocorrência de infração sanitária grave ou gravíssima acarretará na perda imediata do Alvará de Licença. A venda de produtos não autorizados será considerada infração sanitária gravíssima.

## 10. DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. A exploração de atividade comercial e de prestação de serviços em bens públicos, em Ponto Provisório, ficará sujeito à Fiscalização Federal, Estadual e Municipal;

10.2. Os manipuladores de alimentos deverão atender às normas da Vigilância Sanitária e dos Órgãos de Saúde Federal, Estadual e Municipal;

10.3. Os Alvarás e demais documentos decorrentes deste Edital não poderão ser transferidos a terceiros e devem ser apresentados à Fiscalização Municipal sempre que solicitado;

10.4. A Prefeitura Municipal de Imbituba, através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Saneamento e Habitação - SEDURB reserva-se o direito de anular ou revogar o presente processo, no todo ou em parte, nos casos previstos em lei ou conveniência administrativa, técnica ou financeira, sem que por isso, caiba aos participantes direito à indenização ou reclamação de qualquer natureza;

10.5. Aplicam-se ao presente edital e aos procedimentos dele decorrentes toda a legislação pertinente à matéria;

10.6. A exploração de atividade comercial e de prestação de serviços em bens públicos, em Ponto Provisório, somente poderá iniciar com o respectivo Alvará de Licença, mediante prévio recolhimento à Fazenda Municipal dos tributos incidentes, mediante prévia Declaração expressa do requerente de que serão observadas e acatadas todas as condições determinadas neste Edital e na legislação em vigor;

10.7. Caso o interessado não retire o respectivo Alvará até o dia 05 de janeiro de 2016 o mesmo será automaticamente desclassificado, sendo convocado o próximo candidato por ordem de classificação;

10.8. Todos os que ferirem o presente Edital e/ou as posturas municipais, além de terem imediatamente cassadas as suas Licenças, não poderão participar de novas convocações com a mesma finalidade;

10.9. Após a protocolização do requerimento de inscrição não será mais permitida entrega de documentos, exceto através de novo requerimento até a data limite para as inscrições;

10.10. Não serão permitidas a ligação de energia elétrica e água nas Tendas;

10.11. Tanto a distância mínima entre as tendas fixas como a distância mínima entre as tendas fixas e o comércio estabelecido provido de Alvará de Licença para a mesma atividade é de 50 (cinquenta) metros, com exceção da Praia do Rosa (Canto Norte) que deverá ter o padrão estabelecido pela SEDURB;

10.12. É expressamente proibido modificar o local designado pela municipalidade para prestação eventual do serviço ou atividade ambulante;

10.13. Nenhum ponto fixo ficará alocado em área de vegetação para quaisquer fins.

10.14. Havendo patrocinador para o fornecimento de tendas e demais equipamentos, o licenciado deverá dar preferência aos produtos da empresa patrocinadora;

10.15. Na falta de patrocinador para o fornecimento de tendas e demais equipamentos, é de responsabilidade do requerente classificado a aquisição do material;

10.16. Este Edital estará disponível no endereço eletrônico: [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br), e na sede da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Saneamento e Habitação;

10.17. Ressalvados o direito adquirido, este Edital revoga o EDITAL 001/2014/SEDURB, naquilo que lhe for contrário.

Imbituba/SC, 01 de dezembro de 2015.

EDUARDO DOS PASSOS NUNES

Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, Saneamento e Habitação

## ANEXO I

Tabela para Comércio Ambulante com Ponto Fixo (Art. 3º, I).

LOCALIDADE (PRAIA)	Nº DE VAGAS
Barra de Ibiraquera	03
Itapirubá	03
Luz	01
Porto	01
Ribanceira	01
Rosa	05
Vila Nova	02
Vila (Centro)	02
Demais Praias	01

Tabela para Comércio Ambulante com Ponto Fixo (Art. 3º, II).

LOCALIDADE(PRAIA)	Nº DE VAGAS
Barra de Ibiraquera	06
Itapirubá	03
Luz	01
Porto	01
Ribanceira	01
Rosa	21

Vila Nova	03
Vila (Centro)	03
Demais Praias	01

## ANEXO II

## Tabela para Comércio Ambulante sem Ponto Fixo (Art. 3º, III)

LOCALIDADE (PRAIA)	Nº DE VAGAS
Barra de Ibiraquera	10
Itapirubá	08
Luz	03
Porto	05
Ribanceira	05
Rosa	20
Vila Nova	10
Vila (Centro)	15
Demais praias	02

## Tabela para Comércio Ambulante sem Ponto Fixo (Redes e Mantas)

LOCALIDADE	Nº DE VAGAS
Centro	03
Outras localidades	05

## Tabela para Comércio de picolés e sorvetes

LOCALIDADE (PRAIA)	Nº DE VAGAS
Barra de Ibiraquera	04
Itapirubá	03
Luz	01
Porto	02
Ribanceira	02
Rosa	10
Vila Nova	06
Vila (Centro)	10
Demais praias	01

## ANEXO III

## FICHA CADASTRAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
SECRETARIA DESENVOLVIMENTO URBANO, SANEAMENTO E HABITAÇÃO

Nome:

Endereço:

Cidade/UF:

Carteira de Identidade:

CPF:

Estado civil:

Nº de filhos:

Situação econômica (em que atividade trabalha):

Renda mensal:

Trabalha ou já trabalhou no município de Imbituba: ( ) Sim ( ) Não

Em que atividade:

Em que período:

Possui preferência por ponto de atividade: ( ) Sim ( ) Não



Em que bairro (ou praia):

Atividade e data do pedido para Inscrição Municipal:

Tipo de instalação: ( ) Trailer ( ) Tenda ( ) Ambulante

#### ANEXO IV

#### PADRONIZAÇÃO DE TENDAS

##### Modelo de Tenda

- Tenda piramidal de 4 águas, com dimensão de 3x4m, totalizando 12m<sup>2</sup> de área coberta.
- Estrutura de aço carbono, tratado com zinco branco, base de apoio dos pés em chapa de aço carbono.
- Travas de aço temperado superiores de segurança e travamento.
- Travas de aço temperado para regulagem de altura do pé direito.
- Base de apoio da estrutura em chapa de aço carbono.
- Pé direito entre 2,15 e 2,50m.
- Cobertura em PVC (espessura= 0,40mm/ 100% poliéster de alta tenacidade/aditivação UV e anti-fungo).

#### EDITAL SEAGP Nº 175/2015

EDITAL SEAGP Nº 175/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 10/2015.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 10/2015, divulgado através do Edital nº 10/2015, de 01 de setembro de 2015, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 10/2015, de 22 de setembro, que homologou os resultados do referido Processo.

#### RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 10/2015, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 02 de Dezembro a 04 de janeiro de 2016, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 01 de dezembro de 2015.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 175/2015

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Agente Comunitário de Saúde área 10

Vania dos Passos Pacheco



**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº. 75/2015 (PMI - SEAPI)**

PREFEITURA DE IMBITUBA  
PROCESSO Nº 132/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 75/2015

A Prefeitura de Imbituba, comunica, que realizará às 17:00 horas, do dia 16 de Dezembro de 2015, licitação na modalidade de Pregão Presencial, pelo sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível "Aquisição de bica corrida para SEAPI, SDR-NORTE, SDR-SUL, SDR OESTE e Agricultura".

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) – link Portal da Transparência.

Imbituba, 02 de Dezembro de 2015.  
Rui Geraldo Rodrigues  
Secretário Municipal da SEAPI

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 74/2015 (PMI - SETEC)**

PREFEITURA DE IMBITUBA  
PROCESSO Nº 131/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 74/2015

A Prefeitura de Imbituba, comunica, que realizará às 15:00 horas, do dia 16 de Dezembro de 2015, licitação na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível "Contratação de empresa especializada na locação de estruturas para ser utilizada no 16º Festival Nacional do Camarão de 15 à 17 de janeiro de 2016 e para o carnaval de 05 à 08 de fevereiro de 2016 em Imbituba/SC".

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) – link Portal da Transparência.

Imbituba, 02 de Dezembro de 2015.  
Paulo Junchem Sefton  
Secretário Municipal da SETEC

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 76/2015 (PMI - SETEC)**

PREFEITURA DE IMBITUBA  
PROCESSO Nº 133/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 76/2015

A Prefeitura de Imbituba, comunica, que realizará às 16:00 horas, do dia 16 de Dezembro de 2015, licitação na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível "Contratação de empresa especializada na locação de stands, restaurantes, camarim, piso e guichês para o 17º Festival Nacional do Camarão, no período de 15 a 17 de janeiro de 2016 em Imbituba/SC".

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) – link Portal da Transparência.

Imbituba, 02 de Dezembro de 2015.  
Paulo Junchem Sefton  
Secretário Municipal da SETEC

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE REVOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº. 06/2015 (FUNREBOM)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
FUNREBOM

A Prefeitura Municipal de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial, comunica, que fica revogado o Processo Licitatório nº 07/2015, na modalidade de Pregão Presencial nº 06/2015, tendo em vista que o processo foi caracterizado como deserto.

Imbituba, 02 de Dezembro de 2015.  
Dilson Petrassem Junior  
Pregoeiro Oficial

**EXTRATO DO EDITAL DE ABERTURA - CONCURSO PÚBLICO - EDITAL PMI/CERSP/CP Nº 01/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA – SC  
CONCURSO PÚBLICO  
EDITAL PMI/CERSP/CP Nº 01/2015  
EXTRATO DO EDITAL DE ABERTURA

A Comissão Especial de Recrutamento e Seleção de Pessoal - CERSP da Prefeitura Municipal de Imbituba, Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas no Decreto PMI nº 65, de 30 de abril de 2008, torna pública as instruções especiais destinadas a realização de Concurso Público, destinado a contratação de pessoal para o preenchimento dos cargos existentes no quadro permanente de pessoal da Prefeitura, conforme Leis nºs 1.144/91 e 1984/99, e o Edital PMI/CERSP/CP nº 01/2015.

As provas teórico-objetivas de caráter eliminatório e classificatório para todos os cargos terão a coordenação técnico-administrativa do Instituto Brasileiro de Administração Municipal-IBAM.

São de competência da Prefeitura Municipal de Imbituba os procedimentos admissionais competentes.

Cargos/Vagas/Carga horária semanal	Valor de Inscrição e Vencimento
Nível Superior	
Controlador Interno (01) Carga horária semanal 40h.	Valor de inscrição R\$ 80,00 Vencimento de R\$ 1.806,26
Nível Médio	
Técnico em Eletrotécnica (01) Carga horária semanal 40h.	Valor de inscrição R\$ 60,00 Vencimento de R\$ 1.210,49
Nível Fundamental	
Auxiliar de Biblioteca (01) Carga horária semanal 40h	Valor de inscrição R\$ 40,00 Vencimento de R\$ 863,85

As inscrições serão realizadas no período de 07/12/2015 à 08/01/2016 pela internet no site [www.ibam-concursos.org.br](http://www.ibam-concursos.org.br).  
Edital Completo: Disponível na internet [www.ibam-concursos.org.br](http://www.ibam-concursos.org.br) e no mural de Atos da Prefeitura Municipal de Imbituba. Informações pelo tel. (47) 3041-6262.  
Data das provas: 31/01/2016

Imbituba, 01/12/2015.  
Andreza Barcelos Carvalho  
Presidente da CERSP

**EXTRATO DO EDITAL DE ABERTURA - PROCESSO SELETIVO PÚBLICO - EDITAL PMI/CERSP/PSP Nº 01/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA – SC

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO

EDITAL PMI/CERSP/PSP No 01/2015

EXTRATO DO EDITAL DE ABERTURA

A Comissão Especial de Recrutamento e Seleção de Pessoal - CERSP da Prefeitura Municipal de Imbituba, Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas no Decreto PMI nº 65, de 30 de abril de 2008, torna pública as instruções especiais destinadas a realização de Concurso Público, destinado a contratação de pessoal para o preenchimento de cargos em Programas Federais existentes na Prefeitura de Imbituba, por prazo indeterminado, conforme as Leis Complementares nºs 3.135, de 25 de julho de 2007 e 3.330 de 30 de abril de 2008 e o Edital PSP 01/2015.

As provas teórico-objetivas de caráter eliminatório e classificatório para todos os cargos terão a coordenação técnico-administrativa do Instituto Brasileiro de Administração Municipal-IBAM.

São de competência da Prefeitura Municipal de Imbituba os procedimentos admissionais competentes.

Cargos/Vagas/Carga horária semanal	Valor de Inscrição e Vencimento
Nível Superior	
Médicos ESF (Clínico Geral) (01) Carga horária semanal 40h.	Valor de inscrição R\$ 80,00 Vencimento de R\$ 5.720,58
Médicos Pediatra - NASF (01) Carga horária semanal 20h.	Valor de inscrição R\$ 80,00 Vencimento de R\$ 2.860,29
Nutricionista - NASF Carga horária semanal 40h.	Valor de inscrição R\$ 80,00 Vencimento de R\$ 1.806,26
Nível Médio	
Atendente de Consultório Odontológico (02) Carga horária semanal 40h.	Valor de inscrição R\$ 60,00 Vencimento de R\$ 784,38
Nível Fundamental	
Agente Comunitário de Saúde Áreas: 02 (01); 05 (01) e 10 (CR) Carga horária semanal 40h	Valor de inscrição R\$ 40,00 Vencimento de R\$ 1.014,00

As inscrições serão realizadas no período de 07/12/2015 à 08/01/2016 pela internet no site [www.ibam-concursos.org.br](http://www.ibam-concursos.org.br).

Edital Completo: Disponível na internet [www.ibam-concursos.org.br](http://www.ibam-concursos.org.br) e no mural de Atos da Prefeitura Municipal de Imbituba. Informações pelo tel. (47) 3041-6262.

Data das provas: 31/01/2016.

Imbituba, 01/12/2015.

Andreza Barcelos Carvalho

Presidente da CERSP

**PORTARIA PMI/GGP Nº 618/2015**

PORTARIA PMI/GGP Nº 618, de 01 de dezembro de 2015.

Dispõe sobre a Demissão de Auxiliar de Enfermagem - ESF, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei Complementar n.º 3.135, de 25 de julho de 2007, ainda, com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001,

**RESOLVE:**

Art.1º Demitir por Término de Contrato, a abaixo relacionada, admitida em 02 de dezembro de 2013, através da PORTARIA PMI/DGP Nº 706/2013, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Rosinete Silveira José	Auxiliar de Enfermagem – ESF 40h	030.745.869-58	01/12/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 1º de dezembro de 2015.

Imbituba SC, 01 de dezembro de 2015.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

**PORTARIA PMI/GGP Nº 619/2015**

PORTARIA PMI/GGP Nº 619, de 01 de dezembro de 2015.

Dispõe sobre a admissão de Motorista, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001, e o artigo 37, II, da CR/88,

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir, o abaixo relacionado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado Edital - 08/2013, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Guilherme Cassafuz Antunes	Motorista – 40h	846.780.030-53	02/12/2015

Art. 2º O período de contratação será por tempo determinado, em substituição ao servidor Luciano Geremias da Silva, Motorista, matrícula nº 1762, inscrito no CPF sob o nº 888.383.159-49, que encontra-se afastado por licença sem vencimentos, podendo ser rescindido a qualquer tempo, comprovada a desnecessária manutenção dos serviços, retorno do titular da vaga ou até a chamada de candidato aprovado em concurso público.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 01 de dezembro de 2015.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

**PORTARIA PMI/GGP Nº 620/2015**

PORTARIA PMI/GGP Nº 620, de 01 de dezembro de 2015.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder licença-prêmio, a servidora ROSÂNGELA DOS SANTOS BORGES, Servente Merendeira, inscrita no CPF sob o n.º 983.841.639-87, admitida em 28 de junho de 2010, contrato nº 5499, referente ao quinquênio devido, e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2010 a 2015	01.04.2016 a 29.06.2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 01 de dezembro de 2015.

Luiz Cláudio Carvalho de Souza

Prefeito Municipal

(Em exercício)

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**PORTARIA PMI/GGP Nº 621/2015**

PORTARIA PMI/GGP Nº 621, de 02 de dezembro de 2015.

Dispõe sobre a exoneração de Assessora II, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar, a Sra. SÔNIA MARIA DUTRA DEBRASSI, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 479.947.620-34, do cargo/função de Assessora II, junto a Secretaria Municipal da Fazenda, nomeada através da PORTARIA PMI/GGP Nº 115, de 23 de fevereiro de 2015, para exercer o respectivo cargo/função, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 03 de dezembro de 2015.

Imbituba, 02 de dezembro de 2015.

Luiz Cláudio Carvalho de Souza  
Prefeito Municipal  
(Em exercício)

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**PORTARIA PMI/SEAGP Nº 040, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2015.**

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 040, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre autorização temporária de uso de área pública e da outras providências.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 22 e o art. 26 § 5º, da Lei Orgânica do Município e,  
Considerando a competência estabelecida pelo Art. 2º, II, do Decreto PMI nº 222 de 1º de Outubro de 2014;  
Considerando as informações no Processo nº 21828/2015,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica autorizada a utilização temporária de bem público municipal, referente à área pública situada na Avenida Álvaro Catão, Centro, em frente à Igreja Matriz, a Srª Maria Gonzales Aguiar, inscrita no CPF nº 010.681.689-60, residente na Travessa Bahia nº 182, Santa Maria, Passo Fundo/RS para instalação de Circo com Exoneração de Imposto, no período de 15 de Dezembro de 2015 a 19 de Janeiro de 2016.

§ 1º Fica vedada a cessão a terceiros, a qualquer título, da área pública ora autorizada.

§ 2º É vedada a destinação da área pública para finalidade diversa da estabelecida nesta Portaria.

§ 3º Não poderá a autorizatária usar o bem de que trata Portaria para propaganda, notadamente de cunho político ou religioso.

§ 4º A autorizatária deverá obter todas as licenças necessárias ao pleno desenvolvimento da atividade econômica, conforme exigir a legislação em vigor.

Art. 2º A presente autorização é outorgada para o período de 15 de Dezembro de 2015 a 19 de Janeiro de 2016 no horário de 20:00h

às 22:00h, a título precário e de caráter gratuito e intransferível.

Parágrafo único: A responsabilidade por danos a terceiros e ao patrimônio público é exclusiva da Autorizatária.

Art. 3º O Autorizador poderá revogar a autorização objeto desta Portaria, independentemente de qualquer ato ou notificação judicial ou extrajudicial, por desvio de finalidade ou descumprimento das condições ora estabelecidas ou, ainda, quando o interesse público o exigir.

§1º No caso de revogação da autorização, a Autorizatária devesse restituir o bem público imediatamente após a edição do respectivo ato revogatório, obrigando-se, enquanto o mesmo estiver sob sua guarda, a zelar pelo seu bom estado de conservação.

§2º A revogação desta autorização não importa em direito da Autorizatária a indenização de qualquer natureza, inclusive por benfeitorias introduzidas no bem.

Art. 4º A autorização de que trata esta portaria fica vinculada a assinatura do Termo de Autorização de Uso de Bem Público pelo autorizatário e autoridades competentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
Imbituba, 24 de Novembro de 2015.

NICOLAU CORSSINO BENTO  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registra-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

ELIETE MATIAS MEDEIROS  
Diretoria do Departamento de Documentação e Patrimônio

**PORTARIA PMI/SEAGP Nº 042, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.**

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 042, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre autorização temporária de uso de área pública e da outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 22 e o art. 26 § 5º, da Lei Orgânica do Município e,  
Considerando a competência estabelecida pelo Art. 2º, II, do Decreto PMI nº 222 de 1º de Outubro de 2014;  
Considerando as informações dos Processos nº 22277/2015,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica autorizada a utilização temporária de bem público municipal, referente à área pública constituída na área de estacionamento da Prefeitura Municipal de Imbituba, localizada na Rua João Hipólito Nascimento, Centro, a Associação Imbitubense de Pessoas Portadoras de Deficiência Física, CNPJ:07.903.973/001-80, Imbituba/SC, para funcionamento de estacionamento, para explorar a referida área no período de Funcionamento do Festival do Camarão 2016 e Carnaval 2016, com a finalidade de angariar fundos para a entidade supra citada.

§ 1º Fica vedada a cessão a terceiros, a qualquer título, da área pública ora autorizada.

§ 2º É vedada a destinação da área pública para finalidade diversa da estabelecida nesta Portaria.

§ 3º Não poderá a autorizatária usar o bem de que trata Portaria para propaganda, notadamente de cunho político ou religioso.

§ 4º A autorizatária deverá obter todas as licenças necessárias ao pleno desenvolvimento da atividade econômica, conforme exigir a legislação em vigor.

Art. 2º A presente autorização é outorgada para o período de

Funcionamento do Festival do Camarão 2016 e Carnaval 2016, a título precário e de caráter gratuito e intransferível.

Parágrafo único: A responsabilidade por danos a terceiros e ao patrimônio público é exclusiva da Autorizatória.

Art. 3º O Autorizador poderá revogar a autorização objeto desta Portaria, independentemente de qualquer ato ou notificação judicial ou extrajudicial, por desvio de finalidade ou descumprimento das condições ora estabelecidas ou, ainda, quando o interesse público o exigir.

§1º No caso de revogação da autorização, a Autorizatória deverá restituir o bem público imediatamente após a edição do respectivo ato revogatório, obrigando-se, enquanto o mesmo estiver sob sua guarda, a zelar pelo seu bom estado de conservação.

§2º A revogação desta autorização não importa em direito da Autorizatória a indenização de qualquer natureza, inclusive por benfeitorias introduzidas no bem.

Art. 4º A autorização de que trata esta portaria fica vinculada a assinatura do Termo de Autorização de Uso de Bem Público pelo autorizatório e autoridades competentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 30 de Novembro de 2015.

NICOLAU CORSSINO BENTO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registra-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

ELIETE MATIAS MEDEIROS

Diretoria do Departamento de Documentação e Patrimônio



# Indaial

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1668/15

. DECRETO Nº 1668/15

. De 30 de novembro de 2015

ESTABELECE VALORES INGRESSOS E PASSAPORTES DO 31º TORNEIO DE VERÃO DE INDAIAL.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor, e, considerando a necessidade de definição de liberação da quantidade de pessoas a serem autorizadas pelos Bombeiros,

DECRETA:

Art. 1º - Art. 3º - Fica autoriza a emissão de até 1.000 (um mil) ingressos diários e mais 200 passaportes, para o 31º Torneio de Verão de Indaial.

§1º - Serão destinados 30 (trinta) passaportes "cortesia", a serem utilizados para convite de autoridades e divulgação do evento, disponibilizados para sorteio nas mídias locais.

§2º - O usuário do passaporte terá a entrada para todos os jogos, inclusive para as fases finais da competição.

Art. 2º - Fica determinado que os valores do Passaporte e Ingressos do 31º Torneio de Verão serão:

Passaporte : R\$ 80,00

Primeira Fase - Classificatória : R\$ 5,00

Segunda Fase – Quartas de Final : R\$ 5,00

Terceira Fase –Semi - Final : R\$ 10,00

Final: : R\$ 10,00

Parágrafo Único - Ingressos antecipados somente será permitido para a cota destinada as equipes, no dia de seus jogos, conforme previsto no Regulamento do Torneio.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.

Município de Indaial em 30 de novembro de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº 1669/15

. DECRETO Nº 1669/15

. De 30 de novembro de 2015

Prorroga mandato membros do Conselho de Desenvolvimento Rural de Indaial - CONDRI

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Decreto Municipal nº 2415/12, e demais disposições legais em vigor, e considerando a recondução dos mesmos integrantes para integrem o CONDRI,

DECRETA:

Art. 1º. – Fica prorrogado, por mais 01 (um) ano, o mandato do Conselheiros nomeados pelo Decreto 558/13, para comporem o Conselho de Desenvolvimento Rural de Indaial – CONDRI.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Município de Indaial, em 30 de novembro de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº 1670/15

. DECRETO Nº 1670/15

. De 01 de dezembro de 2015

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2015 no FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, provenientes de Superávit Financeiro.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5115 de 19 de dezembro de 2014.

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 51.241,56 (Cinquenta e um mil, duzentos e quarenta e um reais e cinquenta e seis centavos) destinados a atender as despesas abaixo discriminadas:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0302	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
30.001.0010.0302.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0302.0030.2445	MANUT.CONVENIO/CONTRATOS SERV. ESPECIAL EM SAÚDE
33900000000000	APLICACOES DIRETAS
03381701	MAC - E.A.
	Valor: ( 26.241,56)

Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2464	MANUT.FROTA VEICULOS/SECRET. SAÚDE
3390000000000000	APLICACOES DIRETAS
03380900	PAB FIXO - E.A.
Valor: ( 5.000,00)	

Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2462	MANUT.DAS UBS (Unidades Básicas de Saúde)
3390000000000000	APLICACOES DIRETAS
03380900	PAB FIXO - E.A.
Valor: ( 20.000,00)	

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Exercício Financeiro de 2014.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 01 de dezembro de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº 1671/15

. DECRETO Nº 1671/15

. De 01 de dezembro de 2015

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2015 no FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, provenientes de Excesso de Arrecadação.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5115,

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) destinados a atender as despesas abaixo discriminadas:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENÇÃO BÁSICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2440	MANUT.RH – FP FUNDO SAÚDE
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
01385700	CAPS

	Valor: ( 20.000,00 )
--	----------------------

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Excesso de Arrecadação apurado no Exercício Financeiro de 2015.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 01 de dezembro de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº 1672/15

. DECRETO Nº 1672/15

. De 01 de dezembro de 2015

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2015 no FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, provenientes de Excesso de Arrecadação.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5115,

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 55.269,24 (Cinquenta e cinco mil, duzentos e sessenta e nove reais e vinte e quatro centavos) destinados a atender as despesas abaixo discriminadas:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
30.001.0010.0302.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0302.0030.2445	MANUT.CONVÊNIOS/CONTRATOS SERV. ESPECIAL EM SAÚDE
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
01381706	MAC GP.
Valor: ( 55.269,24 )	

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Excesso de Arrecadação apurado no Exercício Financeiro de 2015.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 01 de dezembro de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete



# TERMO ADITIVO Nº 002 DO CONTRATO Nº 202/2015

## TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 202/2015

Pelo presente instrumento particular de Termo Aditivo de contrato para prestação de serviços de assistência à saúde para atendimento ambulatorial (urgência/emergência, diagnóstico e tratamento) e para internações hospitalares aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 799, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 11.355.483/0001-63, neste ato representado pela Sra. Adriane Machado Ferrari, brasileira, Secretária de Saúde, inscrita no CPF sob nº CPF 710.570.649-04, e Cédula de Identidade nº 2.286.115 SSP/SC, residente e domiciliado à Rua Fritz Muller, nº 410, Bairro Tapa-jós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE HOSPITAL BEATRIZ RAMOS, entidade filantrópica, inscrita no CNPJ sob o nº 84.231.281/0001-83, situada na Rua Desembargador Alves Pedrosa nº 185, Bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa, neste ato representado pelo Sr. Edson Roberto Milbratz, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF sob nº 093.029.108/57 e Cédula de Identidade nº 1.980.483-0 expedida pela SSP/SC, residente na rua Tocantins, nº 313, Bairro dos Estados, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina,, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, com anuência dos médicos que integram o Corpo Clínico que atua na CONTRATADA, representados, neste ato, pelo seu Diretor Técnico, Dr. João José Heinzen, CREMESC nº. 3391, tendo em vista o que dispõe as Portarias GM/MS nºs 1.721/2005, SAS/MS 635/2005, GM/MS 3.123/06, GM/MS 1.034/2010 e GM/MS nº 3.410/2013, RESOLVEM, de comum acordo, celebrar o presente TERMO ADITIVO AO CONTRATO, que reger-se-á pelas normas gerais da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no que couber, e amparada pela Constituição Federal de 1988, a legislação do Sistema Único de Saúde – SUS, com ênfase na Lei nº. 8.080 de 19 de setembro de 1990 no seu Título III, mediante as seguintes cláusulas e condições:

### CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, o presente Termo Aditivo visa a inclusão de Tabela de Procedimentos, bem como a alteração da cláusula décima sétima, item 17.1, do contrato, que tem com objeto integrar a CONTRATADA ao Sistema Único de Saúde – SUS e definir a sua inserção na rede regionalizada e hierarquizada de ações e serviços de saúde, visando à garantia da atenção integral à saúde dos munícipes que integram a região de saúde na qual a CONTRATADA está inserida e de acordo com o Plano Operativo de Serviços Ambulatoriais e Hospitalares (ANEXO I) e as Metas Qualitativas (ANEXO II) e os previamente definidos entre as partes, conforme segue:

Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS;

- Procedimentos Cirúrgicos (R\$ 150,00) por Procedimento Realizado em Centro Cirúrgico - Grupo: 04 - Procedimentos cirúrgicos; Subgrupo: 08 - Cirurgia do sistema osteomuscular;
- Procedimento clínico - Grupo 03 – Procedimento Clínico 03.01.01.007-2 - CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA (R\$ 50,00);

· Procedimentos Ultrassonografia - Grupo 02 – Procedimentos com Finalidade Diagnóstica; Subgrupo - 05 - Diagnóstico por ultrassonografia;

· Procedimentos por Endoscopia - Grupo: 02 - Procedimentos com finalidade diagnóstica - Subgrupo: 09 - Diagnóstico por endoscopia;

· Procedimentos de Mamografia - Grupo: 02 – Procedimentos com Finalidade diagnóstica - Subgrupo: 04 – Diagnóstico por radiologia; Forma de Organização 03 – Exames radiológicos do tórax e mediastino;

### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

17.1 – O prazo de vigência do presente Contrato é de 31 de dezembro de 2015 até 31 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos de 12 meses, mediante termo aditivo, limitado em 60 meses.

### CLÁUSULA TERCEIRA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original, vigendo a partir de 01 de dezembro de 2015 até 31 de dezembro de 2016, permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 25 de novembro de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Adriane Machado Ferrari Contratante
ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE HOSPITAL BEATRIZ RAMOS Edson Roberto Milbratz Contratada	PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO Miguel Angelo Soar OAB/SC 6.699

Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

## TERMO ADITIVO Nº 002 DO CONTRATO Nº 231/2014

### TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 231/2014

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE OBRAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, INSTALADORA ELÉTRICA GUARAMIRIM

LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 11.114.924/0001-35, com sede na Avenida Izidio Carlos Peixer, nº 264, bairro Ilha da Figueira, na cidade de Guarimir – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por sua Representante Legal, Sra. Florentina Merss, brasileira, empresária, inscrito no CPF sob nº 541.903.399/20 e Cédula de Identidade nº 3.511.119-0 SS-P-PR, residente e domiciliada na Rua Zonardy Ribas, nº 71, Bairro Boqueirão, na cidade de Curitiba – Estado do Paraná, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula quinta, item 5.1., do contrato original, que tem como objeto a contratação de empresa especializada na execução da MÃO-DE-OBRA, FERRAMENTAL E EQUIPAMENTOS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE INDAIAL, de acordo com as normas, especificações da CELESC obedecido ao rigor técnico exigido para trabalhos desta natureza, sendo que os materiais elétricos a serem substituídos serão fornecidos pelo município, passa a vigorar da seguinte forma:

#### CLÁUSULA QUINTA: PRAZO DE EXECUÇÃO

5.1. O prazo do presente contrato é de 24 de novembro de 2015 até 21 de fevereiro de 2016, com a respectiva Ordem de Serviço, pela CONTRATANTE, de acordo com o cronograma físico financeiro apresentado pela CONTRATADA.

#### CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 20 de novembro de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	INSTALADORA ELÉTRICA GUARAIMIRIM LTDA Florentina Merss Contratada
--	---

SECRETARIA DE OBRAS Carlos Henrique Nagel Secretário Municipal	PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO Miguel Angelo Soar OAB/SC nº 6.699
--	--

Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

### TERMO ADITIVO Nº 006 DO CONTRATO Nº 140/2014

#### TERMO ADITIVO Nº 006 AO CONTRATO Nº 140/2014

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL - SECRETARIA DE OBRAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob n. 383.728.439-53 e Cédula de Identidade n. 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 03.574.370/0001-20, com sede na Rodovia SC 495, nº 2.034, Areias Pequenas, 89.245-000, na cidade de Araquari – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Marcelo Benvenuti, brasileiro, administrador e engenheiro civil, inscrito no CPF sob nº 024.368.779-63, portador da RG nº 4.017.012, residente e domiciliado na Rua Piratuba, 1.502, bairro Bom Retiro, 89.222-365, na cidade de Joinville – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula quinta, item 5.1., do contrato original, que tem como objeto a execução de terraplanagem, drenagem pluvial e pavimentação asfáltica da Rua Ribeirão das Pedras – Trecho 03 (início: estaca 71+6,00 PF; término: estaca 81+4,00 PF), com extensão de 198,00 metros, passa a vigorar da seguinte forma:

#### CLÁUSULA QUINTA: PRAZO DE EXECUÇÃO:

5.1. O prazo do presente contrato é de 28 de novembro de 2015 até 24 de fevereiro de 2016, com a expedição da respectiva Ordem de Serviço, pela CONTRATANTE, de acordo com o cronograma físico financeiro apresentado pela CONTRATADA.

#### CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 20 de novembro de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA Marcelo Benvenuti Contratada
--	--

SECRETARIA DE OBRAS Carlos Henrique Nagel Secretário Municipal	PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO Miguel Angelo Soar OAB/SC nº 6.699
--	--

Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome Legível: \_\_\_\_\_

CPF.: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome Legível: \_\_\_\_\_

CPF.: \_\_\_\_\_

**TERMO ADITIVO Nº 008 DO CONTRATO Nº 252/2012**

TERMO ADITIVO Nº 008 AO CONTRATO 252/2012

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE OBRAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, GTA PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 10.671.681/0001-73, com sede na rua João Antonio da Silva, nº 39, sala 01, bairro Warnow, na cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Sr. Gilberto Reis, brasileiro, solteiro, inscrito sob CPF sob nº 003.649.019-93 e Cédula de identidade sob nº 3.742.476 SSP/SC, residente e domiciliado na Rua João Antonio da Silva, nº 63, bairro Warnow, na cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina doravante denominada simplesmente CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente Termo Aditivo mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:**

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações e solicitação em anexo, a cláusula quinta item 5.1., do contrato original, que tem como objeto a execução terraplenagem, drenagem pluvial e pavimentação em paralelepípedos do trecho 02 da Rua Kurt Ladevig, passa a vigorar da seguinte forma:

**CLÁUSULA QUINTA – PRAZO DE EXECUÇÃO:**

5.1. O prazo de execução das obras é de 26 de novembro de 2015 até 04 de abril de 2016.

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial, 20 de novembro de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	GTA PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA Gilberto Reis Contratada
SECRETARIA DE OBRAS Carlos Henrique Nagel Secretário Municipal	PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO Miguel Angelo Soar OAB/SC nº 6.699

Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome Legível: \_\_\_\_\_

CPF.: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome Legível: \_\_\_\_\_

CPF.: \_\_\_\_\_

**TERMO ADITIVO Nº 012 DO CONTRATO Nº 202/2012**

TERMO ADITIVO Nº 012 AO CONTRATO 202/2012

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES VEREADOR MARO MARCOS HADLICH - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n. 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, n. 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob n. 383.728.439-53 e Cédula de Identidade n. 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, n. 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, MISERVI ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n. 79.391.157/0001-45 com sede na Travessa Marcílio Dias, 98, sala 02, bairro Jardim América, na cidade de Rio do Sul – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. Jorge Goetten de Lima, brasileiro, inscrito no CPF sob n. 439.279.989/15 e Cédula de Identidade n. 7R/867.513, residente e domiciliado na Rua Alameda Bela Aliança, n. 200, bairro Jardim América, na cidade de Rio do Sul – Estado de Santa Catarina – Estado de Santa Catarina, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente Termo Aditivo mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:**

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações e solicitação em anexo, a cláusula oitava item 8.1, do contrato original, que tem como objeto a contratação de empresa para a terceirização dos serviços de limpeza para asseio e conservação, passa a vigorar da seguinte forma:

**CLÁUSULA OITAVA – PRAZO E LOCAL DE ENTREGA:**

8.1. Os serviços objeto do presente contrato serão realizados do dia 25 de novembro de 2015 até 25 de novembro de 2016, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, pelo período máximo de 60 (sessenta) meses, conforme art. 57, inciso II da Lei Federal n. 8.666/93.

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial, 20 de novembro de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	MISERVI ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS Jorge Goetten de Lima Contratada
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊN- CIA SOCIAL Lindomar Lindner Secretário Municipal	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE Adriane Machado Ferrari Secretária Municipal
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPOR- TES VEREADOR MARO MARCOS HADLICH Ademir Packer Presidente Fundação	PROCURADOR GERAL DO MUNI- CÍPIO Miguel Angelo Soar OAB/SC nº 6.699

Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

#### **TERMO ADITIVO Nº 013 DO CONTRATO Nº 122/2014** TERMO ADITIVO Nº 013 AO CONTRATO Nº 122/2014

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE OBRAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, ESTRADA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 11.412.030/0001-21, com sede na Rua Samuel Morse, nº 333, bairro Fortaleza, CEP 89058-010, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. Denilson Hoepers, brasileiro, engenheiro civil, inscrito no CPF sob nº 801.014.619/68 e Cédula de Identidade nº 6.214.208 SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Timbó, nº 155, apto 501, bairro Victor Konder, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA:**

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula quinta, item 5.1., do contrato original, que tem como objeto a execução de terraplenagem e drenagem de águas pluviais do prolongamento da Rua Dr. Heinz Wanser, com extensão de 184,00 metros, passa a vigorar da seguinte forma:

#### **CLÁUSULA QUINTA: PRAZO DE EXECUÇÃO:**

5.1. O prazo do presente contrato é de 20 de novembro de 2015 até 03 de janeiro de 2016, com a expedição da respectiva Ordem de Serviço, pela CONTRATANTE, de acordo com o cronograma físico financeiro apresentado pela CONTRATADA.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA:**

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 19 de novembro de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	ESTRADA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA Denilson Hoepers Contratada

SECRETARIA DE OBRAS Carlos Henrique Nagel Secretário Municipal	PROCURADOR GERAL DO MUNI- CÍPIO Miguel Angelo Soar OAB/SC nº 6.699

Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_



**CÂMARA MUNICIPAL****1º T.A. CONTRATO 3/2014**

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 03/2014, CELEBRADO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIAL A EMPRESA VIA TOUR TURISMO E VIAGENS LTDA ME (Processo licitatório 04/2014, Pregão Presencial nº 02/2014)

A CÂMARA DE MUNICIPAL DE VEREADORES DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no Cadastro Geral de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF) sob o nº 83.497.560/0001-20, estabelecida a Rua Prefeito Frederico Hardt, 148, Centro, na Cidade de Indaial - SC, neste ato representado pelo vice-presidente, no exercício do cargo de presidente (conforme termo de transmissão de cargo assinado em 15/11/2015), senhor OSVALDO METZNER, brasileiro, divorciado, portador do CPF n. 217.876.469-04, carteira de identidade n. 193.606-9, residente e domiciliado a Rua São José, n. 133, bairro do Sol, município de Indaial, estado de Santa Catarina, doravante denominado CONTRATANTE e de outro lado, VIA TOUR TURISMO E VIAGENS LTDA ME, com sede na Rua Prefeito Frederico Hardt, nº 205, sala 02, bairro Centro, município de Indaial, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 03.654.595/0001-97, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, representada neste ato pela sua representante legal, senhora Diene Dolores Tomio Zonta, inscrita no CPF sob nº 634.845.879-20, Cédula de Identidade nº 3R/1.481.637, residente e domiciliada a Rua Rio Grande do Sul, nº 120, bairro Centro, município de Indaial, estado de Santa Catarina, ADITAM o referenciado contrato em epígrafe, nos termos da Lei 8.666, e suas alterações, na forma que segue.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO**

Com fulcro no art. 57 da Lei 8.666/93, bem como na Cláusula Nona do Contrato original, fica prorrogado o prazo de vigência do presente contrato a partir da data de 25 de novembro de 2015 até 25 de novembro de 2016, podendo ser tal prazo dilatado até o limite temporal legal, de acordo com as necessidades da Contratante.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

As despesas provenientes do objeto do presente Contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias dos exercícios 2015, no que couber, e 2016:

- 01.001.0001.0031.0001.2001.333903301 – Passagens para o país;
- 01.001.0001.0031.0001.2001.333903302 – Passagens para o exterior

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

As demais cláusulas do contrato original não prejudicadas pelas alterações e inclusões ora realizadas, permanecem inalteradas e em pleno vigor.

E, por estarem justos e aditados, as partes assinam o presente instrumento em (02) duas vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que se produzam os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato, por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Indaial (SC), 24 de novembro de 2015.

CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIAL OSVALDO METZNER Contratante	VIA TOUR TURISMO E VIAGENS LTDA DIENE DOLORES TOMIO ZONTA Contratado

**ASSESSORIA JURÍDICA**

Dr. Luiz Carlos Pabst

OAB/SC 6338

**Testemunhas:**

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

**1º T.A. CONTRATO 3/2015****1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 03/2015**

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem a CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.497.560/0001-20, com sede na Rua Prefeito Frederico Hardt, nº 148, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo vice-presidente, no exercício do cargo de presidente (conforme termo de transmissão de cargo assinado em 15/11/2015), senhor OSVALDO METZNER, brasileiro, divorciado, portador do CPF n. 217.876.469-04, carteira de identidade n. 193.606-9, residente e domiciliado a Rua São José, n. 133, bairro do Sol, município de Indaial, estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE; e, POSTO J.R. LTDA, com sede na Avenida Maria Simão, nº 403, bairro Nações, CEP 89.130-000, na cidade de Indaial, estado de Santa Catarina, com CNPJ sob nº 82.093.097/0001-99, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. Augustinho Stang, inscrito sob CPF nº 545.921.519-68, e RG sob nº 3.945.417-3 residente à Rua Alexandre Bonetti, nº 366, bairro Centro, CEP 85635-000, município de Nova Esperança do Sudoeste, estado do Paraná, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições, e,

Considerando-se o requerimento de reajuste de preço, conforme ofício encaminhado em 13 de novembro de 2015 (cópia anexa), fornecendo, para tanto, notas fiscais referentes ao aumento do preço do litro do combustível, bem como a Cláusula Quinta do contrato n. 03/2015 firmado entre as partes, nos termos do art. 65, inciso II, letra "d", da Lei Federal n.º 8.666/93, o contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do serviço, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, mantidas as condições efetivas da proposta, a teor do inciso XXI, do art. 37, da Constituição Federal. Dessa forma, a Administração poderá ampliar a remuneração devida ao particular proporcionalmente a majoração dos encargos, se verificada e devidamente comprovada, consoante documentos anexos, e restaurar a situação originária, de modo que o particular não arque com encargos mais onerosos e perceba a remuneração contratual originariamente prevista.

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DAS ALTERAÇÕES**

O presente Termo Aditivo visa alterar o valor de que trata a Cláusula Quarta do Contrato nº 03/2015, firmado em 06/02/2015. Nesse sentido, o custo unitário do litro de gasolina comum e aditivada de R\$3,099 (valor praticado na data da assinatura do instrumento) passa a sofrer reajuste de R\$ 0,18 totalizando o valor de R\$ 3,279.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO**

Ficam inalteradas e ratificadas todas as demais cláusulas e condições do contrato original, acrescidas das alterações decorrentes deste primeiro Termo Aditivo.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 01 de dezembro de 2015.

CÂMARA DE VEREADORES DE INDAIAL Osvaldo Metzner Contratante	POSTO JR LTDA Augustinho Stang Contratado
---	---

**ASSESSORIA JURÍDICA**

Luiz Carlos Pasbt  
OAB/SC nº 6336

Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

**1º T.A. CONTRATO 4/2014****1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 04/2014**

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem a CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.497.560/0001-20, com sede na Rua Prefeito Frederico Hardt, nº 148, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo seu presidente, senhor Anderson Luz dos Santos, legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 003.628.699-01 e Cédula de Identidade nº 2.964.013-0, residente e domiciliado à Rua Germano Schroeder, nº 103, Bairro do Sol, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE; e, POLI CONSTRUÇÕES LTDA, com sede na Rua Engenheiro Odebrecht, nº 505, bairro Garcia, CEP 89021-200, na cidade de Blumenau, estado de Santa Catarina, com CNPJ sob nº 04.888.617/0001-46, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. VALTER POLI, inscrito sob CPF nº 436.475.619-91, e RG sob nº 1.489.134-4 residente à Rua Engenheiro Emílio Odebrecht, nº 505 – fundos, bairro Garcia, CEP 89021-200, município de Blumenau, estado de Santa Catarina, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições, e,

Considerando-se a proximidade de término do prazo de execução

deste contrato e as justificativas apresentadas pela empresa contratada, conforme ofício protocolado em 27 de abril de 2015 (cópia anexa), alegando: “Os trabalhos de fundações dimensionados foram prejudicados em razão dos novos elementos apresentados em decorrência do resultado da sondagem realizada. Esta sondagem se fez necessária em razão das fundações existentes do prédio atual e da galeria lindeira. Desta forma e diante da indicação da necessidade de fundações profundas, impactou no cronograma e planejamento da atividade, extrapolando o período estimado; Também em decorrência do fato apontado acima, surgiu a necessidade de adequação do projeto estrutural complementar e consequente atraso no início das obras; A demora na conclusão da adequação do Projeto de Prevenção de Incêndio na área já construída em razão da rede instalada e o impacto gerado com o acréscimo da área; A acumulação de dias não trabalhados em razão de intempéries aliados aos problemas elencados acima que comprometeram os prazos normais de execução da obra.”, que resultam na necessidade de prorrogação do prazo para possibilitar a plena execução desta obra;

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DAS ALTERAÇÕES**

O prazo de execução de que trata a Cláusula Quinta do Contrato nº 04/2014, firmado em 27/11/2014, cuja ordem de compra/serviço foi emitida em 08/12/2014, fica alterado por este Termo aditando-se em mais 120 (cento e vinte) dias, postergando o prazo final da obra para o dia 04/09/2015, em conformidade com a Lei nº 8666/93 e demais dispositivos legais aplicáveis.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO**

Ficam inalteradas e ratificadas todas as demais cláusulas e condições do contrato original, acrescidas das alterações decorrentes deste primeiro Termo Aditivo.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 05 de maio de 2015.

CÂMARA DE VEREADORES DE INDAIAL Anderson Luz dos Santos Presidente	POLI CONSTRUÇÕES LTDA Valter Poli Sócio Gerente
--	---

**ASSESSORIA JURÍDICA**

Luiz Carlos Pasbt  
OAB/SC nº 6336

Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

**2º T.A. CONTRATO 4/2014****2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 04/2014**

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem a CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.497.560/0001-20, com sede na Rua Prefeito Frederico Hardt, nº 148, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo seu presidente, senhor Anderson Luz dos Santos, legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 003.628.699-01 e Cédula de Identidade nº 2.964.013-0, residente e domiciliado à Rua Germano Schroeder, nº 103, Bairro do Sol, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE; e, POLI CONSTRUÇÕES LTDA, com sede na Rua Engenheiro Odebrecht, nº 505, bairro Garcia, CEP 89021-200, na cidade de Blumenau, estado de Santa Catarina, com CNPJ sob nº 04.888.617/0001-46, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. VALTER POLI, inscrito sob CPF nº 436.475.619-91, e RG sob nº 1.489.134-4 residente à Rua Engenheiro Emílio Odebrecht, nº 505 – fundos, bairro Garcia, CEP 89021-200, município de Blumenau, estado de Santa Catarina, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições, e,

Considerando as justificativas apresentadas pela empresa contratada, conforme ofício protocolado em 04 de setembro de 2015 (cópia anexa), alegando: “A demora da aprovação do projeto Preventivo de incêndio pelos órgãos competentes; dificuldades na desocupação e liberação das salas que serão ampliadas; situações supervenientes ao projeto original, com a necessidade de implementar outras medidas para concretização da obra; dificuldades de execução por ser um espaço ocupado e as intempéries da natureza também ocasionaram atrasos”,

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DAS ALTERAÇÕES**

O prazo de execução de que trata a Cláusula Quinta do Contrato nº 04/2014, firmado em 27/11/2014, cuja ordem de compra/serviço foi emitida em 08/12/2014, foi alterado pelo 1º Termo Aditivo, postergando o prazo final da obra para o dia 04/09/2015, em conformidade com a Lei nº 8666/93 e demais dispositivos legais aplicáveis.

O presente instrumento visa prorrogar o prazo final da obra em mais 90 (noventa) dias, postergando a data final da obra para o dia 03 de dezembro de 2015.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO**

Ficam inalteradas e ratificadas todas as demais cláusulas e condições do contrato original e do 1º Termo Aditivo, acrescidas das alterações decorrentes deste instrumento.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 04 de setembro de 2015.

CÂMARA DE VEREADORES DE INDAIAL Anderson Luz dos Santos Presidente	POLI CONSTRUÇÕES LTDA Valter Poli Sócio Gerente

**ASSESSORIA JURÍDICA**

Luiz Carlos Pasbt

OAB/SC nº 6336

Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome Legível: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome Legível: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

**3º T.A. CONTRATO 4/2014****3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 04/2014**

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem a CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.497.560/0001-20, com sede na Rua Prefeito Frederico Hardt, nº 148, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo seu presidente em exercício, senhor Osvaldo Metzner, legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, divorciado, inscrito no CPF sob nº 217.876.469-04 e Cédula de Identidade nº 193.606-9, residente e domiciliado à Rua São José, nº 133, Bairro do Sol, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE; e, POLI CONSTRUÇÕES LTDA, com sede na Rua Engenheiro Odebrecht, nº 505, bairro Garcia, CEP 89021-200, na cidade de Blumenau, estado de Santa Catarina, com CNPJ sob nº 04.888.617/0001-46, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. VALTER POLI, inscrito sob CPF nº 436.475.619-91, e RG sob nº 1.489.134-4 residente à Rua Engenheiro Emílio Odebrecht, nº 505 – fundos, bairro Garcia, CEP 89021-200, município de Blumenau, estado de Santa Catarina, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições, e,

Considerando a justificativa apresentada pela empresa contratada, conforme ofício protocolado na Câmara Municipal de Indaial (cópia anexa), alegando que: “(...) a obra não está concluída, sendo o motivo principal do atraso a grande quantidade de chuvas e os serviços finais são de massa e pintura e estamos com muita umidade (...)”, resolvemos celebrar o presente termo aditivo, consoante condições abaixo.

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DA ALTERAÇÃO DE PRAZO**

O prazo de execução de que trata a Cláusula Quinta do Contrato nº 04/2014, firmado em 27/11/2014, cuja ordem de compra/serviço foi emitida em 08/12/2014, foi alterado pelo 1º Termo Aditivo, postergando o prazo final da obra para o dia 04/09/2015, em conformidade com a Lei nº 8666/93 e demais dispositivos legais aplicáveis.

O 2º instrumento aditivo prorrogou o prazo final da obra em mais 90 (noventa) dias, postergando a data final da obra para o dia 03 de dezembro de 2015.

Em razão de novos fatos supervenientes descritos pela Contratada, que se relacionam a eventos climáticos, estranhos à vontade das partes e que alteram fundamentalmente as condições de sua execução, resolve-se, nos termos do art. 57, §1º, inciso II da lei nº 8.666/1993, alterar o prazo final para conclusão da obra em 02 de



fevereiro de 2016, sem qualquer acréscimo de valor.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam inalteradas e ratificadas todas as demais cláusulas e condições do contrato original e dos 1º e 2º Termos Aditivos, acrescidas das alterações decorrentes deste instrumento.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 01 de dezembro de 2015.

CÂMARA DE VEREADORES DE INDAIAL Osvaldo Metzner Contratante	POLI CONSTRUÇÕES LTDA Valter Poli Contratada

#### ASSESSORIA JURÍDICA

Luiz Carlos Pasbt  
OAB/SC nº 6336

Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

#### TERMO ADJUDICAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO 17/2015 - PREGÃO PRESENCIAL 07/2015

##### TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Através do presente termo, ficam adjudicados os objetos constantes do Processo Licitatório nº 17/2015 – Edital de Pregão (Presencial) nº 007/2015, consoante julgamento do Pregoeiro nomeado pela Portaria nº 66/2009, e da Comissão Permanente de Licitações nomeada pela Portaria nº 49/2015, conforme ata lavrada em 24 de novembro de 2015.

Indaial/SC, 02 de dezembro de 2015.

JEFFERSON JOSÉ CARLINI  
Pregoeiro

COMISSÃO DE APOIO

STEFANI JULIANA VOGEL

RAFAEL NAGEL

#### TERMO HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 17/2015 - PREGÃO PRESENCIAL 07/2015

##### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Tendo em vista a decisão proferida pelo Pregoeiro, designado através da Portaria nº 66/2009, e da Comissão Permanente de Licitações, nomeada pela Portaria 49/2015,

Homologo:

Nesta data, a referida decisão constante da ata anexada, considerando vencedora para os objetos do Processo Licitatório nº 17/2015 - Edital de Pregão (Presencial) nº 07/2015, a empresa BMR CONDICIONADORES DE AR LTDA – ME, com os seguintes objetos e valores:

Item	Quant.	Unidade		Valor	Valor
1	9	UNIDADE	Ar Condicionado. Capacidade: 9.000 BTUs; Modelo: Split; Ciclo: frio; cor: branco; marca LG modelo USNQ092WSG3/USUQ092WSG3	R\$1.725,0000	R\$15.525,00
2	9	UNIDADE	Ar Condicionado. Capacidade: 12.000 BTUs; Modelo: Split; Ciclo: frio; cor: branco; Marca LG modelo USNQ122HSG3/USUQ122HSG3	R\$1.935,00	R\$17.415,00
3	1	UNIDADE	Ar Condicionado. Capacidade: 18.000 BTUs; Ciclo: frio; Modelo: Split; cor: branco; marca Electrolux. Modelo TI18F/TE18F	R\$2.698,00	R\$2.698,00
				Total Fornecedor:	R\$ 35.638,00
				Total Geral:	R\$ 35.638,00

Indaial/SC, 02 de dezembro de 2015.

Vereador OSVALDO METZNER  
Presidente em Exercício  
Câmara Municipal de Indaial

# Iomerê

## PREFEITURA

### LEI 823/2015

LEI Nº 823, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015.

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de IOMERÊ para o Exercício de 2016.

O Prefeito do Município de Iomerê:

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

### DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de IOMERÊ SC, para exercício de 2016, estima a Receita e Fixa a Despesa em R\$ 15.588.000,00 (quinze milhões, quinhentos e oitenta e oito mil reais).

### DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA

Art. 2º - O orçamento da Prefeitura para o exercício de 2016 estima a Receita em R\$ 14.785.000,00 (quatorze milhões e setecentos e oitenta e cinco mil reais) e a Despesa Orçamentária em R\$ 11.605.974,20 (Onze milhões, seiscentos e cinco mil, novecentos e setenta e quatro reais e vinte centavos), e Despesa Financeira de R\$ 3.179.025,80 (Três milhões, cento e setenta e nove mil, vinte e cinco reais e oitenta centavos reais).

§1º - A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminados quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	14.784.986,00
1.1- Receita Tributária	712.210,00
1.2- Receitas de Contribuições	120.000,00
1.3- Receita Patrimonial	136.296,00
1.4- Receita Agropecuária	1.210,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	83.210,00
17-Transferências Correntes	16.496.600,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	(2.821.060,00)
1.9- Outras Receitas Correntes	56.520,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	14,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	14,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
TOTAL	14.785.000,00

§2º - A despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a seguinte classificação:

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	10.973.649,20
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	5.521.483,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	1.000,00
3.3- Outras Despesas Correntes	5.451.166,20
4 - DESPESAS DE CAPITAL	608.125,00
4.4- Investimentos	307.625,00

4.5- Inversões Financeiras	500,00
4.6- Amortização da Dívida	300.000,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	24.200,00
9.9- Reserva de Contingência	24.200,00
- TRANSF. FINANCEIRAS AOS FUNDOS MUNICIPAIS	3.179.025,80
- Fundo Municipal da Saúde	2.934.025,80
- Fundo Municipal de Assistência Social	245.000,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	14.785.000,00

Art. 3º - O orçamento dos Fundos Municipais para o exercício de 2016 estima a Receita e Fixa a Despesa conforme quadros abaixo descritos:

### I – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	789.997,00
1.1- Receita Tributária	0,00
1.2- Receitas de Contribuições	0,00
1.3- Receita Patrimonial	11.131,00
1.4- Receita Agropecuária	0,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	0,00
17-Transferências Correntes	776.446,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	0,00
1.9- Outras Receitas Correntes	2.420,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	3,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	3,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	2.934.025,80
- Transferências financeiras da Prefeitura	2.934.025,80
TOTAL	3.724.025,80

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	3.650.432,80
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	2.064.800,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	1.585.632,80
4 - DESPESAS DE CAPITAL	73.593,00
4.4- Investimentos	73.593,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9.9- Reserva de Contingência	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	3.724.025,80

### II – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	12.999,00
1.1- Receita Tributária	0,00
1.2- Receitas de Contribuições	0,00
1.3- Receita Patrimonial	899,00
1.4- Receita Agropecuária	0,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	0,00

17-Transferências Correntes	12.100,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	0,00
1.9- Outras Receitas Correntes	0,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	1,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	1,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	245.000,00
- Transferências financeiras da Prefeitura	245.000,00
TOTAL	258.000,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	252.705,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	90.495,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	162.210,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	5.295,00
4.4- Investimentos	5.295,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9.9- Reserva de Contingência	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	258.000,00

Art. 4º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de intempéries da natureza conforme anexo IX da LDO.

#### UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUN. DE IOMERÊ

I – Passivo Contingente	0,00
II – Intempéries	24.200,00
III – Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos	0,00
IV – Obtenção de Resultado Primário	0,00
V – Reforço de dotações Orçamentárias	0,00
TOTAL	24.200,00

§1º - A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando-se o limite para cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo.

§2º- Para efeito desta lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçadas ou orçadas a menor.

Art. 5º - O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 50% da Despesa estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I – o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.

II – a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.

III – superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo Único – Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício, e o excesso de arrecadação das receitas de capital.

Art. 6º - As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de crédito e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa, ou por força

de convênio.

Art. 7º – Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 8º – Durante o exercício de 2016 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 9º – Comprovando o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeios de competência de outros entes da Federação.

Art. 10 – Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta, mediante o envio de cópia autêntica à Câmara Municipal, logo após a celebração de tais atos.

Art. 11 – A presente Lei vigorará durante o exercício de 2016, a partir de 1º de janeiro, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Iomerê, 01 de dezembro de 2015.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

Publicada a Presente Lei nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

#### PORTARIA 2642/2015

PORTARIA Nº 2642 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

#### RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora municipal MAYARA PERAZZOLI, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 30/07/2014 a 29/07/2015 a contar de 02/12/2015 a 31/12/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 01 de dezembro de 2015.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

# Irineópolis

## PREFEITURA

### EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 60/2015 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 60/2015

PREGÃO PRESENCIAL N.º 33/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 16 de dezembro de 2015, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, com critério de adjudicação MENOR PREÇO POR ITEM de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando a "AQUISIÇÃO DE 20.000 TONELADAS DE PEDREGULHO SUJO, 20.000 TONELADAS DE AREIA E 30.000 TONELADAS DE PEDRA BRITA TIPO BICA CORRIDA PARA USO DIVERSOS, COM ENTREGA PARCELADA, PARA O EXERCÍCIO DE 2016". O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro – Irineópolis – SC, Fone (47) 3625-1111, e no site [www.irineopolis.sc.gov.br](http://www.irineopolis.sc.gov.br).

Irineópolis, 30 de novembro de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

# Itá

## PREFEITURA

### **NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS ESTADUUAIS** COMUNICADO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS ESTADUUAIS

O MUNICÍPIO DE ITÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.024.240/0001-53, com sede administrativa na praça Dr. Aldo Ivo Stumpf nº100, Centro, nesta cidade de Itá, Estado de Santa Catarina, COMUNICA a todos interessados a liberação de crédito no montante total de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), liberados em 30/11/2015, depositados no Banco do Brasil, em conta vinculada ao Convênio nº 2014TR002827, celebrado entre o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Seara e o Município de Itá.

Itá - SC, 30 de novembro de 2015.  
LEIDE MARA BENDER  
Prefeita Municipal

# Itaiópolis

## PREFEITURA

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1/2015 - PR Nº 22/2015**

DECISÃO – OBJETO: ante a solicitação da empresa Bela Vista Prestadora de Serviços Ltda., protocolizada no dia 26/11/2015, e, a vinda do Relatório de Ocorrência encaminhado pela Diretora da Escola Municipal Rio da Estiva, relatando outros descumprimentos pela empresa, concedo o prazo, improrrogável, de mais 05 (cinco) dias, para manifestação de todos os termos do processo, inclusive, deste último documento. Itaiópolis, 30 de novembro de 2015. Angelita Puchalski Presidente da Comissão.

# Itapiranga

## PREFEITURA

### CONCORRÊNCIA PARA CONCESSÃO Nº 171/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
CONCORRÊNCIA PARA CONCESSÃO  
Nº 171/2015

O Município de Itapiranga – SC., torna público que encontra-se aberto o Edital nº 171/2015, cujo objeto é a Concessão de Direito Real de Uso de sala no Terminal Rodoviário de Passageiros do município de Itapiranga. Entrega da documentação e proposta até às 14:00 horas do dia 05 de janeiro de 2016. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone (49) 3678-7714 ou pelo site: itapiranga.sc.gov.br

Itapiranga - SC., 27 de novembro de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

### DISPENSA Nº 172/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Processo Licitatório nº 172/2015

Dispensa de Licitação nº 172/2015

Partes: Município de Itapiranga e NP Capacitação e Soluções Tecnológicas LTDA.

Objeto: Contratação de empresa especializada para a disponibilização de acesso a banco de dados específico com informações atualizadas de preços praticados no mercado, valores de referência para servir de subsídio na realização de procedimentos Licitatórios do Município de Itapiranga.

Fundamento: inciso II, o artigo 24 da Lei nº 8.666/93

Valor: R\$: 7.990,00

Vigência: 30/11/2016

Itapiranga - SC., 27 de novembro de 2015

Milton Simon

Prefeito Municipal

### LEI Nº 3.000, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015

LEI Nº 3.000, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015.

Autoriza o Município de Itapiranga a retirar-se do Consórcio Intermunicipal de Segurança Alimentar e de Desenvolvimento Local do Extremo Oeste Catarinense – CONSAD e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Município de Itapiranga - SC a retirar-se do Consórcio Intermunicipal de Segurança Alimentar e de Desenvolvimento Local do Extremo Oeste Catarinense – CONSAD, na forma do art. 53, do Estatuto da referida entidade.

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a tomar todas as providências administrativas e judiciais necessárias para a efetivação da retirada do Consórcio Intermunicipal de Segurança Alimentar e de Desenvolvimento Local do Extremo Oeste Catarinense – CONSAD, inclusive na reversão de eventuais bens públicos municipais cedidos.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga – SC, 1º de dezembro de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretaria Municipal de Administração.

### LEI Nº 3.001, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015

LEI Nº 3.001, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015.

Autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Itapiranga – SC, exercício 2015 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir até o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de Itapiranga SC, nas seguintes dotações orçamentárias, exercício de 2015:

10.01 – Fundo Municipal de Assistência Social

08.244.0042.1011 – Aquisição de Veículos e Equipamentos e Material Permanente

44.90.00.00.00.00.00.0174 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 2.160,00

Art. 2º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo 1º, a anulação parcial e ou total das seguintes dotações:

10.01 – Fundo Municipal de Assistência Social

08.244.0042.2018 – Manutenção das Atividades da Assistência Social Geral

33.90.00.00.00.00.00.0174 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 2.160,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga – SC., 1º de dezembro de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretaria Municipal de Administração.



# Itapoá

## PREFEITURA

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 66/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 66/2015

Contratante: Município de Itapoá-SC;

Contratante: MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA, com sede á Rua Ezilda Schmidt Coelho, nº 01, Barreiros, na cidade de São José/SC, CEP: 88.113-115, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 80.954.555/0001-011 e Inscrição Estadual nº 252.564.227, representada neste ato por sócio, o Sr. MAURÍCIO ANSELMO COELHO, portador do CNPF/MF nº 253.012.259-87 e do CI.RG nº 5.001.594 SSP/SC.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2015 - PROCESSO Nº 84/2015

Objeto: Aquisição de lubrificantes para manutenção da frota de caminhões e máquinas da Secretaria de Obras e Serviços Públicos, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.

Valor total: R\$ 14.748,60 (quatorze mil setecentos e quarenta e oito reais e sessenta centavos)

Data da assinatura: 30/11/2015;

Data vigência contratual: O contrato iniciará na data de assinatura, e o seu término está condicionado á entrega do total do objeto, ou até 31/12/2015.

Itapoá, 30 de novembro de 2015.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 67/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 67/2015

Contratante: Município de Itapoá-SC;

Contratante: TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA EPP, com sede á Rua Nossa Senhora do Guadalupe, nº 122, BR 101, KM 201, Barreiros, na cidade de São José/SC, CEP: 88.113-130, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 79.905.071/0001-93, e Inscrição Estadual nº 251.504.514, representada neste ato por sócio, o Sr. LOURIVAL NICOLETTI, portador do CNPF/MF nº 155.275.499-53, e do CI.RG nº 439.742-8 SSP/SC.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2015 - PROCESSO Nº 85/2015

Objeto: Aquisição de lâminas para as motoniveladoras Caterpillar utilizadas nos serviços de patrolamento das vias não pavimentadas do Município de Itapoá, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.

Valor total: R\$ 16.200,00 (dezesesseis mil e duzentos reais)

Data da assinatura: 30/11/2015;

Data vigência contratual: O contrato iniciará na data de assinatura, e o seu término está condicionado á entrega do total do objeto, ou até 31/12/2015.

Itapoá, 30 de novembro de 2015.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: CLASSIFICAÇÃO EDITAL 46/2015-16 - EDUCAÇÃO INFANTIL**

Prefeitura Municipal de Itapoá / SC  
Secretaria Municipal de Educação

<b>Edital 46/2015-16 - Educação Infantil</b>							
Inscrições <b>DEFERIDAS</b> no Processo Seletivo de Profissionais da Educação admitidos em caráter temporário para complementação do quadro de profissionais admitidos em Caráter Temporário para vagas vinculadas para o ano 2016.							
Ordem	Nome	Habilitação	Cursos	Tempo de serviço	Assiduidade	Desempate	Total
1	Joselaine Aparecida Coimbra Cardoso	Ed. Infantil	107	233	20		360
2	Claudineia Boegershauser	Ed. Infantil	103	236	20		359
3	Andréa Martinhak Ferrazza	Ed. Infantil	96	165	0		261
4	Fabiana Helena Prado da Silva	Ed. Infantil	85	152	20		257
5	Marceli Maria Diska	Ed. Infantil	43	211	0		254
6	Cleniane Deodoro Leite Amaral	Ed. Infantil	162	47	20		229
7	Juliana Cristina Soares Speck	Ed. Infantil	94	109	20		223
8	Fernanda Cristina Kosakoski Schwolk	Ed. Infantil	57	137	20		214
9	Janete Mariza Gonçalves	Ed. Infantil	105	87	20		212
10	Cristiele Batista de Oliveira	Ed. Infantil	123	46	20		189
11	Julio Marasck Fagundes	Ed. Infantil	91	75	20		186
12	Katia Veiga	Ed. Infantil	110	30	20		160
13	Terezinha Ap. Vanderlinde de Souza	Ed. Infantil	65	68	20		153
14	Marcia Regina de Souza	Ed. Infantil	94	38	20		152
15	Fabrina Brisolla Mota	Ed. Infantil	107	18	20		145
16	Iracema do Rosario	Ed. Infantil	18	101	20		139
17	Claudete Aparecida Campos Calderon	Ed. Infantil	68	50	20		138
18	Maria Rejane Santos	Ed. Infantil	88	49	0		137
19	Natalia Kruger	Ed. Infantil	84	29	20		133
20	Geisa Rafaela Malanski Pomari	Ed. Infantil	82	30	20		132
21	Délia de Souza Prim	Ed. Infantil	32	78	20		130
22	Viviane Oliveira dos Santos	Ed. Infantil	63	42	20		125
23	Rosely Manicaldi	Ed. Infantil	59	43	20		122
24	Francielle de Souza	Ed. Infantil	76	19	20		115
25	Jéssica Evaristo	Ed. Infantil	43	50	20		113
26	Grace Kelli Sokoloski Lima	Ed. Infantil	58	33	20		111

27	Franciana Regina Nardelli	Ed. Infantil	23	67	20		110
28	Rosimeri Severin	Ed. Infantil	31	56	20		107
29	Sirlene Caldera Santim	Ed. Infantil	41	43	20	2 filhos	104
30	Angela Merlin Orzenn	Ed. Infantil	14	70	20		104
31	Daniela Soares	Ed. Infantil	42	37	20		99
32	Elizangela Regina da Silva Wrobel	Ed. Infantil	6	72	20		98
33	Daiane Junkes Ayroso	Ed. Infantil	28	47	20		95
34	Gilvani Régines Schiessl	Ed. Infantil	29	44	20	2 filhos	93
35	Dalita Cristiane de Almeida Patrício	Ed. Infantil	34	39	20		93
36	Roseane Rosário de Jesus Fiamoncini	Ed. Infantil	34	30	20		84
37	Janaina Sandri de Vasconcelos	Ed. Infantil	19	44	20		83
38	Eronina da Silva	Ed. Infantil	9	73	0		82
39	Estela Benkendorf	Ed. Infantil	19	42	20		81
40	Eloisa Boechat Carmargo	Ed. Infantil	24	35	20		79
41	Erica Regina da Costa de Souza	Ed. Infantil	25	32	20		77
42	Joelma Dutra de Almeida	Ed. Infantil	2	52	20		74
43	Michele Pereira dos Santos	Ed. Infantil	36	17	20	1 filho	73
44	Elionete do Carmo Buhrer	Ed. Infantil	35	18	20		73
45	Adriana Marilize Martins da Silva	Ed. Infantil	0	52	20		72
46	Simone Costa	Ed. Infantil	13	38	20	1 filho	71
47	Andrea da S. Oliveira Coelho	Ed. Infantil	15	36	20		71
48	Vanilda Alves Marques	Ed. Infantil	33	16	20	nasc. 22.04.57	69
49	Sandra Mará Berté	Ed. Infantil	18	31	20	nasc.	69
50	Valmíria Olívia Borba	Ed. Infantil	20	24	20		64
51	Vanderléia Borba	Ed. Infantil	33	8	20	nasc.: 13.12.84	61
52	Elaine de Oliveira Huth	Ed. Infantil	10	31	20	nasc.: 05.07.87	61
53	Gislaine da Silva Muniz	Ed. Infantil	22	18	20	2 filhos	60
54	Maria José Ribeiro	Ed. Infantil	21	39	0		60
55	Gislaine Martins Santos	Ed. Infantil	4	28	20		52
56	Lisandra L. da Silva	Ed. Infantil	0	50	0		50
57	Ana Maria Dias Teixeira	Ed. Infantil	5	21	20	nasc. 08.09.61	46
58	Adriana Santana	Ed. Infantil	18	8	20	nasc. 14.05.74	46
59	Zelaine Kuchlik	Ed. Infantil	45	0	0		45
60	Renilde Steinheuser	Ed. Infantil	5	17	20		42
61	Keila dos Santos Mazetti	Ed. Infantil	41	0	0		41
62	Talitha Lenise Borba Ledoux	Ed. Infantil	33	0	0		33
63	Cristiane Aparecida Cassiano	Ed. Infantil	0	32	0		32

64	Vanda Alice Pedro Ortoga	Ed. Infantil	2	22	0		24
65	Kaciane Ledoux Batista Fernandes	Ed. Infantil	6	10	0		16
66	Adlinez Jhenifer Q. Frangullys	Ed. Infantil	0	0	0	1 filho	0
67	Lusmarina Ledoux Cunha	Ed. Infantil	0	0	0	nasc. 02.02.60	0
68	Ednilson Carvalho	Ed. Infantil	0	0	0	nasc. 05.10.75	0
69	Ariane Gisely dos Santos	Ed. Infantil	0	0	0	nasc. 30.05.79	0
70	Flavia Silva de Souza	Ed. Infantil	0	0	0	nasc. 06.12.81	0
71	Vanilda Alves Marques	Concluente	33	16	20		69
72	Cintia Ciunek	Concluente	17	17	20		54
73	Sirlei Ap. Cardoso Aleixo	Concluente	30	19	0		49
74	Luana Damovich	Concluente	6	18	20		44
75	Jussara da Luz Ramos	Concluente	22	0	0		22
76	Daiane cristina Quintino Godoy	Concluente	2	0	0	nasc. 04.09.82	2
77	Thaize Nascimento Tiller	Concluente	2	0	0	nasc. 18.08.92	2
78	Renata Michele Santos	Concluente	0	0	0	nasc. 10.04.88	0
79	Sheila Soares Rosa	8º período	34	25	20		79
80	Maria Gabrielle de Souza Silvano	8º período	1	64	0		65
81	Juliana Cordeiro da Silva	8º período	16	18	0		34
82	Rosana dos Santos	7º período	73	34	20		127
83	Roseli Fátima da Silva	7º período	13	12	20		45
84	Laira Daiane B. da Silva	7º período	0	9	20		29
85	Mariane P. N. M. S. R. dos Santos	7º período	0	7	20		27
86	Izoiete da Cruz	7º período	0	0	0	3 filhos	0
87	Naysa Correia Ledoux	7º período	0	0	0	2 filhos	0
88	Edna Prado da Silva	7º período	0	0	0		0
89	Hortência dos Santos	6º período	41	26	20		87
90	Franciely Ap. Pereira da Luz	6º período	45	0	0	2 filhos	45
91	Zelaine Kuchlik	6º período	45	0	0	1 filho	45
92	Fabiane Alves da Silveira	5º período	72	21	20		113
93	Nataline do Nascimento	5º período	23	26	20		69
94	Sabrina da Graça Peres	5º período	16	14	20		50
95	Francis Carla Anacleto Bózio	5º período	0	8	20		28
96	Larissa Alves R. Silvestro	5º período	0	8	0		8
97	Flavia Rejane D. Lemonie	5º período	0	0	0		0
98	Cinthia Avani Borges	4º período	32	26	20		78
99	Lais Helena M. Nicolau	4º período	15	19	0		34

100	Aline Nascimento Mertens	4º período	1	8	20		29
101	Fabiana da Conceição do N. de Souza	4º período	12	0	0		12
102	Quêzia Machado Echterhoff	3º período	77	23	20		120
103	Veridiana Gomes Almeida Silva	3º período	60	0	0		60
104	Andréia Cristina da Silva Ferreira	3º período	12	6	20		38
105	Aline Marceli Zápota	3º período	14	23	0		37
106	Andrésia da Silva Santos	3º período	21	0	0		21
107	Débora Marques Pinto	3º período	0	19	0		19
108	Tasmania Barbara da Rocha	3º período	15	0	0		15
109	Beatriz de Souza Silva	3º período	0	12	0		12
110	Patrícia Cavalcanti da Silva	3º período	0	0	0		0
111	Marines Galor Nogueira de Faria	2º período	102	11	20		133
112	Jerusa Ferreira	2º período	31	8	20		59
113	Josemara Kinczeski	2º período	16	11	20		47
114	Gislene de Souza Miranda	2º período	5	14	20		39
115	Giane do Rosário Gomes	2º período	0	16	20	nasc. 16.12.77	36
116	Priscila da Silva	2º período	14	2	20	nasc. 17.08.88	36
117	Dienes Célia Coelho	2º período	0	1	20		21
118	Neiva Eliana de Oliveira	2º período	6	0	0		6
119	Sheylla Marcela Corrêa	2º período	1	0	0		1
120	Denise da Silva Costa	2º período	1	0	0	nasc. 25.08.92	1
121	Adriana Estevão Nienkatter	2º período	0	0	0	3 filhos	0
122	Daniela Pinheiro Cunha	2º período	0	0	0	2 filhos	0
123	Ana Claudia Speck de Souza	2º período	0	0	0	1 filho	0
124	Eliane Spaniol	1º período	45	29	20		94
125	Caoany Olegário Schendroski	1º período	30	21	20		71
126	Paloma Dambiski Graminho	1º período	1	9	20		30
127	Francielen Dambiski	1º período	0	8	20		28
128	Andrea Eugenia Santana	1º período	13	0	0		13
129	Terezinha Esteris da Silva	1º período	10	0	0		10
130	Creni Pereira Turazzi da Rocha	1º período	4	0	0	nasc. 01.06.96	4
131	Karoline Fiorelli Alves	1º período	4	0	0	nasc. 12.04.97	4
132	Patrícia Dambiski Ferraz	1º período	0	0	0	3 filhos	0
133	Angela de Oliveira	1º período	0	0	0	nasc. 24.10.76	0
134	Cristiane Lavoratti Bueno	1º período	0	0	0	nasc. 24.04.84	0
135	Flavia Cristiana Proença P. F. de Oliveira	1º período	0	0	0	nasc. 05.04.86	0
136	Natali Borges Pereira	1º período	0	0	0	nasc. 24.05.88	0

137	Gabriela Maciente Dias	1º período	0	0	0	nasc. 27.01.88	0
138	Franciely Sales de Lima	1º período	0	0	0	nasc. 08.10.89	0
139	Mirella Thayse Moreira Iwata	1º período	0	0	0	nasc. 18.03.90	0
140	Suelem de Souza Silveira	1º período	0	0	0	nasc. 06.04.95	0
141	Angélica de Jesus Ferreira	1º período	0	0	0	nasc. 18.05.96	0
142	Larissa Stefani Gonçalves da Cruz	1º período	0	0	0	nasc. 14.04.97	0

Inscrições **INDEFERIDAS** no Processo Seletivo de Profissionais da Educação admitidos em caráter temporário para complementação do quadro de profissionais admitidos em Caráter Temporário para vagas vinculadas para o ano 2016.

Ordem	Candidato	Protocolo	Base do indeferimento
1	Roberta Nicole Lepeco	6486/2015	Não cumpriu o item 3.4 "b e c": Habilitação na área.
2	Maria Isabel Spezia Besen	6812/2015	Não cumpriu o item 3.4 "b e c": Habilitação na área.
3	Danise Cristiane Rios Araújo	6771/2015	Não cumpriu o item 3.4 "b e c": Habilitação na área.
4	Ana Cristina Nascimento do Rosário	6822/2015	Não cumpriu o item 3.4 "b e c": Habilitação na área.
5	Margarete Frozza Mertz	6466/2015	Não cumpriu o item 3.4 "b e c": Habilitação na área.
6	Regina G. dos Santos Martins	6622/2015	Não cumpriu o item 3.4 "b e c": Habilitação na área.
7	Luiz Henrique Nunes da Silva	6698/2015	Não cumpriu o item 3.4 "b e c": Habilitação na área.

Itapoá, 30 de novembro de 2015.

Ana Claudia de Oliveira Jacinto  
Secretária de Educação



Prefeitura Municipal de Itapoá / SC  
Secretaria Municipal de Educação

<b>Edital 46/2015-16 - Anos Iniciais - 1º ao 3º ano</b>							
Inscrições <b>DEFERIDAS</b> no Processo Seletivo de Profissionais da Educação admitidos em caráter temporário para complementação do quadro de profissionais admitidos em Caráter Temporário para vagas vinculadas para o ano 2016.							
Ordem	Nome	Habilitado	Cursos	Tempo de serviço	Assiduidade	Desempate	Total
1	Claudineia Boegershauser	Anos Iniciais - alfabetização	103	236	20		359
2	Gislaine da S. Rauen	Anos Iniciais - alfabetização	59	162	0		221
3	Julio Marasck Fagundes	Anos Iniciais - alfabetização	91	75	20		186
4	Camila Mascarello Machado	Anos Iniciais - alfabetização	39	143	0		182
5	Juécio Luiz Pereira	Anos Iniciais - alfabetização	58	98	20		176
6	Katia Veiga	Anos Iniciais - alfabetização	110	30	20		160
7	Edna Rafaela da Silva	Anos Iniciais - alfabetização	64	67	20		151
8	Josiane Letícia Silva de Lima	Anos Iniciais - alfabetização	53	51	20		124
9	Grace Kelli Sokoloski Lima	Anos Iniciais - alfabetização	58	33	20		111
10	Dalita Cristiane de Almeida Patrício	Anos Iniciais - alfabetização	34	39	20		93
11	Eloisa Boechat Carmargo	Anos Iniciais - alfabetização	24	35	20		79
12	Valmiria Olivia Borba	Anos Iniciais - alfabetização	20	24	20		64
13	Maria Marlene da Luz	Anos Iniciais - alfabetização	19	0	0		19
14	Joselaine Aparecida Coimbra Cardoso	Anos iniciais	107	233	20		360
15	Giovana Cristina Oselame	Anos iniciais	93	224	20		337
16	Marta do Rosário Silveira Gutierrez	Anos iniciais	94	74	20		188
17	Loreni Elizabete Laufer	Anos iniciais	76	81	20		177
18	Marcia Regina de Souza	Anos iniciais	94	38	20		152
19	Fabrina Brisolla Mota	Anos iniciais	107	18	20		145
20	Délia de Souza Prim	Anos Iniciais	32	78	20		130
21	Viviane Oliveira dos Santos	Anos Iniciais	63	42	20		125
22	Altair José Flores da Silva	Anos Iniciais	0	122	0		122
23	Dalva Borba	Anos Iniciais	10	85	20	nasc. 14.04.78	115
24	Francielle de Souza	Anos Iniciais	76	19	20	nasc. 06.05.84	115
25	Manoela Tavares	Anos Iniciais	19	70	20		109
26	Rosimeri Severin	Anos Iniciais	31	56	20		107
27	Elizangela Regina da Silva Wrobel	Anos Iniciais	6	72	20		98

6



28	Gilvani Régines Schiessl	Anos Iniciais	29	44	20		93
29	Marlene Westphal	Anos Iniciais	48	18	20		86
30	Janaina Sandri de Vasconcelos	Anos Iniciais	19	44	20		83
31	Eronidina da Silva	Anos Iniciais	9	73	0		82
32	Estela Benkendorf	Anos Iniciais	19	42	20		81
33	Andrea da S. Oliveira Coelho	Anos Iniciais	15	36	20	nasc. 21.10.70	71
34	Simone Costa	Anos Iniciais	13	38	20	nasc. 01.08.85	71
35	Nelma Machado	Anos Iniciais	5	44	20		69
36	Elaine de Oliveira Huth	Anos Iniciais	10	31	20	nasc. 05.07.87	61
37	Maria José Ribeiro	Anos Iniciais	21	39	0	nasc. 18.03.62	60
38	Gislaine da Silva Muniz	Anos Iniciais	22	18	20	nasc. 10.10.84	60
39	Margarete Frozza Mertz	Anos Iniciais	31	4	20		55
40	Gislaine Martins Santos	Anos Iniciais	4	28	20		52
41	Lisandra L. da Silva	Anos Iniciais	0	50	0		50
42	Adriana Santana	Anos Iniciais	18	8	20	nasc. 14.05.74	46
43	Renilde Steinheuser	Anos Iniciais	5	17	20		42
44	Keila dos Santos Mazetti	Anos Iniciais	41	0	0		41
45	Mirian Rose Teixeira	Anos Iniciais	10	7	20		37
46	Talitha Lenise Borba Ledoux	Anos Iniciais	33	0	0		33
47	Cristiane Aparecida Cassiano	Anos Iniciais	0	32	0		32
48	Kaciane Ledoux Batista Fernandes	Anos Iniciais	6	10	0		16
49	Catia Peres de Melo	Anos Iniciais	4	0	0		4
50	Ariane Gisely dos Santos	Anos Iniciais	0	0	0	2 filhos	0
51	Naie Hara	Anos Iniciais	0	0	0	nasc. 03.10.56	0
52	Eva Aparecida Silva	Anos Iniciais	0	0	0	nasc. 22.06.59	0
53	Odnéia da S. Azevedo Fechara	Anos Iniciais	0	0	0	????	0
54	Lusmarina Ledoux Cunha	Anos Iniciais	0	0	0	nasc. 02.02.60	0
55	Ednilson Carvalho	Anos Iniciais	0	0	0	nasc. 05.10.75	0
56	Flavia Silva de Souza	Anos Iniciais	0	0	0	nasc. 06.12.81	0
57	Sirlei Ap. Cardoso Aleixo	Concluente	30	19	0		49
58	Jussara da Luz Ramos	Concluente	22	0	0		22
59	Renata Michele Santos	Concluente	0	0	0	nasc. 10.04.88	0
60	Sheila Soares Rosa	8º período	34	25	20		79
61	Maria Gabrielle de Souza Silvano	8º período	1	64	0		65
62	Juliana Cordeiro da Silva	8º período	16	18	0		34
63	Mariane P. N. M. S. R. dos Santos	7º período - Alfabetização	0	7	20		27
64	Laira Daiane B. da Silva	7º período	0	9	20		29

65	Izolete da Cruz	7º período	0	0	0	3 filhos	0
66	Naysa Correia Ledoux	7º período	0	0	0	2 filhos	0
67	Hortência dos Santos	6º período	41	26	20		87
68	Zelaine Kuchlik	6º período	45	0	0	1 filho	45
69	Fabiane Alves da Silveira	5º período	72	21	20		113
70	Cynthia Avani Borges	4º período - Alfabetização	32	26	20		78
71	Lais Helena M. Nicolau	4º período	15	19	0		34
72	Fabiana da Conceição do N. de Souza	4º período	12	0	0		12
73	Veridiana Gomes Almeida Silva	3º período	60	0	0		60
74	Andréia Cristina da Silva Ferreira	3º período	12	6	20		38
75	Tasmania Barbara da Rocha	3º período	15	0	0		15
76	Beatriz de Souza Silva	3º período	0	12	0		12
77	Patrícia Cavalcanti da Silva	3º período	0	0	0	2 filhos	0
78	Ingrid Meir Jurgen Saad	2º período	20	7	20		47
79	Giane do Rosário Gomes	2º período	0	16	20		36
80	Dienes Célia Coelho	2º período	0	1	20		21
81	Catia Peres de Melo	2º período	4	0	0		4
82	Ana Claudia Speck de Souza	2º período	0	0	0	1 filho	0
83	Paloma Dambiski Graminho	1º período	1	9	20		30
84	Francielen Dambiski	1º período	0	8	20		28
85	Andrea Eugenia Santana	1º período	13	0	0		13
86	Creni Pereira Turazzi da Rocha	1º período	4	0	0	nasc. 01.06.96	4
87	Patricia Dambiski Ferraz	1º período	0	0	0	3 filhos	0
88	Mirella Thayse Moreira Iwata	1º período	0	0	0	nasc. 18.03.90	0
89	Suelem de Souza Silveira	1º período	0	0	0	nasc. 06.04.95	0

Inscrições **INDEFERIDAS** no Processo Seletivo de Profissionais da Educação admitidos em caráter temporário para complementação do quadro de profissionais admitidos em Caráter Temporário para vagas vinculadas para o ano 2016.

Ordem	Candidato	Protocolo	Base do indeferimento
1	Danise Cristiane Rios Araújo	6771/2015	Não cumpriu o item 3.4 "b e c": Habilitação na área.
2	Luiz Henrique Nunes da Silva	6698/2015	Não cumpriu o item 3.4 "b e c": Habilitação na área.
3	Anita Inez Szczpanski Feltrin	6669/2015	Não cumpriu o item 3.4 "b e c": Habilitação na área.

Itapoa, 30 de novembro de 2015.

Ana Claudia de Oliveira Jacinto  
Secretaria de Educação



Prefeitura Municipal de Itapoá / SC  
Secretaria Municipal de Educação

<b>Edital 46/2015-16 - Anos Iniciais - 4º ao 5º ano</b>							
Inscrições <b>DEFERIDAS</b> no Processo Seletivo de Profissionais da Educação admitidos em caráter temporário para complementação do quadro de profissionais admitidos em Caráter Temporário para vagas vinculadas para o ano 2016.							
Ordem	Nome	Habilitado	Cursos	Tempo de serviço	Assiduidade	Desempate	Total
1	Giovana Cristina Oselame	Anos iniciais	93	224	20		337
2	Marta do Rosário Silveira Gutierrez	Anos iniciais	94	74	20		188
3	Camila Mascarello Machado	Anos Iniciais	39	143	0		182
4	Loreni Elizabete Laufer	Anos Iniciais	76	81	20		177
5	Juélcio Luiz Pereira	Anos Iniciais	58	98	20		176
6	Katia Veiga	Anos Iniciais	110	30	20		160
7	Marcia Regina de Souza	Anos Iniciais	94	38	20		152
8	Edna Rafaela da Silva	Anos Iniciais	64	67	20		151
9	Roberta Serednitzkei Lima	Anos Iniciais	40	80	20	nasc. 16.06.79	140
10	Maria Rosiane Santos	Anos Iniciais	88	49	0		137
11	Geisa Rafaela Malanski Pomari	Anos Iniciais	82	30	20		132
12	Délia de Souza Prim	Anos Iniciais	32	78	20		130
13	Altair José Flores da Silva	Anos Iniciais	0	122	0	nasc. 24.11.70	122
14	Dalva Borba	Anos Iniciais	10	85	20		115
15	Jéssica Evarista	Anos Iniciais	43	50	20		113
16	Manoela Tavares	Anos Iniciais	19	70	20		109
17	Marlene Westphal	Anos Iniciais	48	18	20		86
18	Erica Regina da Costa de Souza	Anos Iniciais	25	32	20		77
19	Joelma Dutra de Almeida	Anos Iniciais	2	52	20		74
20	Adriana Marilize Martins da Silva	Anos Iniciais	0	52	20		72
21	Nelma Machado	Anos Iniciais	5	44	20		69

22	Margarete Frozza Mertz	Anos Iniciais	31	4	20		55
23	Lisandra L. da Silva	Anos Iniciais	0	50	0		50
24	Angélica da Silva Goll	Anos Iniciais	4	15	20		39
25	Silvane Calabaide Roppe	Anos Iniciais	34	0	0		34
26	Naie Hara	Anos Iniciais	0	0	0	nasc. 03.10.56	0
27	Dulcelene Correa Leite	Anos Iniciais	0	0	0	nasc. 08.03.67	0
28	Cintia Ciunek	Concluente	17	17	20		54
29	Rosana dos Santos	7º período	73	34	20		127
30	Edna Prado da Silva	7º período	0	0	0		0
31	Larissa Alves R. Silvestro	5º período	0	8	0		8
32	Cinthia Avani Borges	4º período	32	26	20		78
33	Patrícia da Silva	3º período	59	0	0		59
34	Aline Marceli Zápota	3º período	14	23	0		37
35	Andrésia da Silva Santos	3º período	21	0	0		21
36	Débora Marques Pinto	3º período	0	19	0		19
37	Marines Galor Nogueira de Faria	2º período	102	11	20		133
38	Josemara Kinczeski	2º período	16	11	20	2 filhos	47
39	Ingrid Meir Jurgen Saad	2º período	20	7	20		47
40	Priscila da Silva	2º período	14	2	20	nasc. 17.08.88	36
41	Sheylla Marcela Corrêa	2º período	1	0	0		1
42	Francielen Dambiski	1º período	0	8	20		28

Inscrições **INDEFERIDAS** no Processo Seletivo de Profissionais da Educação admitidos em caráter temporário para complementação do quadro de profissionais admitidos em Caráter Temporário para vagas vinculadas para o ano 2016.

Ordem	Candidato	Protocolo	Base do indeferimento
1	Rodrigo Felipe Quintana	6565/2015	Não cumpriu o item 3.4 "b e c": Habilitação na área.
2	Maria Anita Kuboski Mundel	6802/2015	Não cumpriu o item 3.4 "b e c": Habilitação na área.
3	Regina G. dos Santos Martins	6622/2015	Não cumpriu o item 3.4 "b e c": Habilitação na área.
4	Luiz Henrique Nunes da Silva	6698/2015	Não cumpriu o item 3.4 "b e c": Habilitação na área.

Itapoá, 30 de novembro de 2015.

Ana Claudia de Oliveira Jacinto  
Secretaria de Educação

10



Prefeitura Municipal de Itapoá / SC  
Secretaria Municipal de Educação

<b>Edital 46/2015-16 - Matérias Específicas - Ciências</b>							
Inscrições <b>DEFERIDAS</b> no Processo Seletivo de Profissionais da Educação admitidos em caráter temporário para complementação do quadro de profissionais admitidos em Caráter Temporário para vagas vinculadas para o ano 2016.							
	Nome	Habilitado	Cursos	Tempo de serviço	Assiduidade	Desempate	Total
1	Luciano Santos Kuroba	Ciências	19	60	20		99
2	Alyne Cristhine de Avelar	Ciências	20	28	20		68
3	Maria Margarida da Silva	Ciências	18	27	0		45
4	Maria Rita da Silva	Ciências	10	26	0		36
5	Carolina Pereira	Ciências	21	0	0		21
6	Gabriela de Paula Nascimento	Ciências	0	20	0		20
7	Jéssica Holz	Ciências	17	0	0		17
8	Isabelle Loise K. Bento	Ciências	0	0	0		0

<b>Edital 46/2015-16 - Matérias Específicas - Matemática</b>							
Ordem	Nome	Habilitado	Cursos	Tempo de serviço	Assiduidade	Desempate	Total
1	Alcindo Rauhen	Matemática	22	18	0		40
2	Andressa Dambrós	Matemática	5	19	0		24
3	Nilma Regina de Oliveira	Matemática	20	0	0		20
4	Deise Lisana F. D. Nora	Concluinte	10	12	0		22
5	Leandro Pereto Franco de Oliveira	3º semestre	0	5	20		25
6	José Rodrigo Zimermann	1º semestre	0	0	0		0

<b>Edital 46/2015-16 - Matérias Específicas - Artes</b>							
Ordem	Nome	Habilitado	Cursos	Tempo de serviço	Assiduidade	Desempate	Total
1	Angela Regina Missio	Artes	1	74	20		95
2	Adriana Ribeiro Schutz	Artes	14	28	20		62
3	Patrícia Perpétua Guedes	Artes	10	6	0		16

4	Aknandra Almahara Martendal	Artes	10	0	0		10
5	José Cesar Peicho Filho	5º período	1	26	20		47
6	Jocélia Teles dos Santos	5º período	0	17	20		37
7	Regina de Passos Venâncio	5º período	0	10	20		30
8	Camila Sampaio de Oliveira	3º período	14	31	20		65
9	Cintia Beatriz Machado Pereira	2º período	47	133	20		200
10	Gabriela Inês Kummer	2º período	28	2	20		50
11	Catiani Santos do Rosário	1º período	17	30	20		67
12	Mirian Ortis de Brito de Melo	1º período	0	0	0		0

Edital 46/2015-16 - Matérias Específicas - Educação Física							
Ordem	Nome	Habilitado	Cursos	Tempo de serviço	Assiduidade	Desempate	Total
1	Rosana Nogueira Batista	Educação Física	64	137	20		221
2	Silvia Pereira dos S. Frisanco	Educação Física	71	137	0		208
3	Alan José Rezende da Silva	Educação Física	75	96	20		191
4	Julio Cesar Mendes Ribas	Educação Física	20	144	20		184
5	Silas Schafhauser	Educação Física	20	116	20		156
6	André José dos Santos	Educação Física	58	48	20		126
7	Fabiano Palandi	Educação Física	7	78	20	nasc. 15.03.77	105
8	Tathiane R. K. Candido	Educação Física	50	35	20	nasc. 09.01.86	105
9	Robson Antonio Gonçalves	Educação Física	20	74	0		94
10	Thainá Zanetti	Educação Física	24	48	20		92
11	Andrei Rauen	Educação Física	50	18	20		88
12	Wellington Rutílio Kuliack	Educação Física	25	35	20		80
13	Robson Correia	Educação Física	18	37	20		75
14	Marcelo da Silva	Educação Física	1	53	20		74
15	Matheus Rocha Nunes	Educação Física	4	44	20		68
16	Amauri Fonseca	Educação Física	2	35	20		57
17	Carlos Alexandre Silva de Jesus	Educação Física	4	29	20		53
18	Luiz Marcos Vieira Cezar	Educação Física	1	26	20	1 filho	47
19	David Lass	Educação Física	2	25	20		47
20	Rafael dos Santos da Silveira	Educação Física	19	6	20		45
21	José dos Santos Guedes	Educação Física	20	2	20		42

12

22	Anahi Riego	Educação Física	0	18	20		38
23	Jonas da Silva de Souza	Educação Física	2	9	20		31
24	Jhenifer Boge Adriano	Educação Física	1	8	20		29
25	Daiane Ferreira de Souza	Educação Física	0	8	0		8
26	Marilucy Paula da S. de Andrade	Educação Física	4	0	0		4
27	Marco Antonio Levien Junior	Educação Física	0	0	0	1 filho	0
28	José Rafael Franco Pedroso	Educação Física	0	0	0	nasc. 24.11.80	0
29	Willian Luis Partala	Educação Física	0	0	0	nasc. 18.05.84	0
30	José Bento Alves de Souza	8º semestre	4	24	20		48
31	Thiago Camargo	8º semestre	0	0	0		0
32	Manassés da Graça Nogueira	7º semestre	5	36	20		61
33	Jean Fernandes da Silva	4º semestre	20	46	20		86
34	Bruna da Silva Grabowski	4º semestre	30	7	20		57
35	Gisele Aparecida de Oliveira	4º semestre	18	16	20		54
36	Mateus Alves da Silva	4º semestre	1	14	20		35
37	Adriana Wischral	4º semestre	1	15	20		36
38	Roberta Nicole Lepeco	4º semestre	15	0	0		15
39	Anderson dos Santos Fermio	3º semestre	0	7	20		27
40	Lucia Marilci Laufer	2º semestre	28	0	0		28
41	Joari Soares Rosa	2º semestre	15	0	0		15
42	Valdinei Pacheco	2º semestre	2	0	0		2
43	Michel Rocha Nunes	2º semestre	0	0	0	nasc. 31.01.88	0
44	Jean Paolo Braga da Rocha	2º semestre	0	0	0	nasc. 11.01.92	0
45	Daiane Ercego Alves de Almeida	2º semestre	0	0	0	nasc. 17.07.94	0
46	Haimon Henrique Soeira	2º semestre	0	0	0	nasc. 24.01.98	0
47	Vanessa Wischral	1º semestre	0	0	0		0

## Edital 46/2015-16 - Matérias Específicas - Geografia

Ordem	Nome	Habilitado	Cursos	Tempo de serviço	Assiduidade	Desempate	Total
1	Hadryano Minatto Cavaliari	Geografia	7	148	20		175



2	Helga Krauss	Geografia	27	30	20		77
3	André de Oliveira	Geografia	41	12	0		53
4	João Carlos dos Santos	Geografia	36	0	0		36
5	Marcia Cristina Wagner de Aguiar	Geografia	0	0	0	nasc. 17.04.73	0
6	Rodrigo Felipe Quintana	Geografia	0	0	0	nasc. 27.05.87	0
7	Claudinei Canceler	5º período	0	26	20		46
8	Jeferson Natal da Silva	2º período	0	0	0	1 filho	0
9	Janaína dos Santos Gama	2º período	0	0	0		0

**Edital 46/2015-16 - Matérias Específicas - História**

Ordem	Nome	Habilitado	Cursos	Tempo de serviço	Assiduidade	Desempate	Total
1	Marcos Alfredo Correa	História	16	48	20		84
2	Tania Maria C. Netzel	História	2	53	20		75
3	Rute nair Barboza de Lima Hotz	5º período	0	2	0		2
4	Edson Ferreira da Veiga	3º período	0	6	20		26
5	Roberto de Almeida	3º período	15	0	0		15

**Edital 46/2015-16 - Matérias Específicas - Ensino Religioso**

Ordem	Nome	Habilitado	Cursos	Tempo de serviço	Assiduidade	Desempate	Total
1	Sem Inscrição deferida.						

**Edital 46/2015-16 - Matérias Específicas - Inglês**

Ordem	Nome	Habilitado	Cursos	Tempo de serviço	Assiduidade	Desempate	Total
1	Darci Pérola Schultz	Inglês	34	123	20		177
2	Maris Cristina de Oliveira da Silva	Inglês	74	67	20		161
3	Aline Alessandra Regis Krauss	Inglês	43	77	20		140
4	Andreia Cristina Gelin	Inglês	69	46	20		135
5	Athaluana Amália C. Maia	Inglês	56	44	20		120
6	Renata Bontorin Chaves	Inglês	46	23	0		69
7	Mariene Belloni	Inglês	37	0	0		37
8	Elaine Cristina Nemoto	2ª série	0	36	20		56

Edital 46/2015-16 - Matérias Específicas - Português							
Ordem	Nome	Habilitado	Cursos	Tempo de serviço	Assiduidade	Desempate	Total
1	Juliana Rodriguez Villar	L. Portuguesa	57	185	20		262
2	Maris Cristina de Oliveira da Silva	L. Portuguesa	74	67	20		161
3	Luciano dos Santos	L. Portuguesa	34	106	20		160
4	Charlene Aparecida de Souza	L. Portuguesa	68	56	20		144
5	Aline Alessandra Regis Krauss	L. Portuguesa	43	77	20		140
6	Andreia Cristina Gelin	L. Portuguesa	69	46	20		135
7	Athaluana Amália C. Maia	L. Portuguesa	56	44	20		120
8	Josiane Krich Osga	L. Portuguesa	4	50	20		74
9	Renata Bontorin Chaves	L. Portuguesa	46	23	0		69
10	Diana Valéria Pintos Nascimento	L. Portuguesa	19	22	20		61
11	Elen Doris Ramos de Almeida	L. Portuguesa	4	21	20		45
12	Marilene Belloni	L. Portuguesa	37	0	0		37
13	Anderson Teixeira Machado	1º semestre	0	0	0	nasc. 28.05.94	0
14	Maria Anita Kuboski Mundel	1º semestre	0	0	0	nasc. 10.04.95	0

Inscrições INDEFERIDAS no Processo Seletivo de Profissionais da Educação admitidos em caráter temporário para complementação do quadro de profissionais admitidos em Caráter Temporário para vagas vinculadas para o ano 2016.			
Ordem	Candidato	Protocolo	Base do indeferimento
1	Jeferson Natal da Silva	6780/2015	<b>História:</b> Não cumpriu item 3.4 "b e c": habilitação na área.
2	Luana Larissa B. M. C. Terengue	6608/2015	<b>Inglês:</b> Não cumpriu item 3.4 "b e c": habilitação na área.
3	Maria Aparecida Formaggi	6569/2015	<b>Inglês:</b> Não cumpriu item 3.4 "b e c": habilitação na área.
4	Gabriela Maciente Dias	6636/2015	<b>E. Religioso:</b> Não cumpriu item 3.4 "b e c": habilitação na área.
5	Luana Larissa B. M. C. Terengue	6608/2015	<b>E. Religioso:</b> Não cumpriu item 3.4 "b e c": habilitação na área.
6	Dulcilene Correa Leite	6557/2015	<b>E. Religioso:</b> Não cumpriu item 3.4 "b e c": habilitação na área.
7	Rhaiza Carvalho Capaverde	6578/2015	<b>Artes:</b> Não cumpriu item 3.4 "b e c": habilitação na área.
8	Quézia Machado Echterhoff	6575/2015	<b>Artes:</b> Não cumpriu item 3.4 "b e c": habilitação na área.
9	Graziela Benkendorf	6516/2015	<b>Artes:</b> Não cumpriu item 3.4 "b e c": habilitação na área.
10	Francis Carla Anacleto Bózio	6702/2015	<b>Artes:</b> Não cumpriu item 3.4 "b e c": habilitação na área.

Itapoá, 30 de novembro de 2015.

Ana Claudia de Oliveira Jacinto  
Secretaria de Educação

15



Prefeitura Municipal de Itapóá / SC  
Secretaria Municipal de Educação

<b>Edital 46/2015-16- Administração</b>							
Inscrições <b>DEFERIDAS</b> no Processo Seletivo de Profissionais da Educação admitidos em caráter temporário para complementação do quadro de profissionais admitidos em Caráter Temporário para vagas vinculadas para o ano 2016.							
Ordem	Nome	Habilitado	Cursos	Tempo de serviço	Assiduidade	Desempate	Total
1	Juliana Cristina Soares Speck	Administração	94	109	20		223
2	Juelcio Luiz Pereira	Administração	58	98	20		176
3	Fernanda Silvino da Silva	Administração	77	49	20		146
4	Daiva Borba	Administração	10	85	20		115
5	Michele Pereira dos Santos	Administração	36	17	20		73
6	Odnéia da S. Azevedo Fechara	Administração	0	0	0		0
Inscrições <b>INDEFERIDAS</b> no Processo Seletivo de Profissionais da Educação admitidos em caráter temporário para complementação do quadro de profissionais admitidos em Caráter Temporário para vagas vinculadas para o ano 2016.							
	Candidato	Protocolo	Base do indeferimento				
1	Michelle Ariane Novaki da Cruz	6561/2015	Descumpriu item 3.3 "b". Habilitação deve estar de acordo com a Lei 576/2015.				
2	Karla Patricia Sabatke	6723/2015	Descumpriu item 3.3 "b". Habilitação deve estar de acordo com a Lei 576/2015.				
3	Marilete Caye	6785/2015	Descumpriu item 3.3 "b". Habilitação deve estar de acordo com a Lei 576/2015.				
4	Maria Isabel Spezia Besen	6812/2015	Descumpriu item 3.3 "b". Habilitação deve estar de acordo com a Lei 576/2015.				
5	Jamile Hoffmann Fortunato	6764/2015	Descumpriu item 3.3 "b". Habilitação deve estar de acordo com a Lei 576/2015.				
6	Jaqueline Terezinha Gimenes Lopes	6618/2015	Descumpriu item 3.3 "b". Habilitação deve estar de acordo com a Lei 576/2015.				

Itapóá, 30 de novembro de 2015.

Ana Claudia de Oliveira Jacinto  
Secretaria de Educação



Prefeitura Municipal de Itapóia / SC  
Secretaria Municipal de Educação

#### Edital 46/2015-16 - Supervisão

Inscrições **DEFERIDAS** no Processo Seletivo de Profissionais da Educação admitidos em caráter temporário para complementação do quadro de profissionais admitidos em Caráter Temporário para vagas vinculadas para o ano 2016.

Ordem	Nome	Habilitado	Cursos	Tempo de serviço	Assiduidade	Desempate	Total
1	Juliana Rodriguez Villar	Supervisão	57	185	20		262
2	Fabiana Helena Prado da Silva	Supervisão	85	152	20		257
3	Vergínia Laurinda Rissi	Supervisão	79	52	20		151
4	Cristiane do Rocio Venski Scarpin	Supervisão	57	46	20		123
5	Roberta Serednitzkei Lima	Supervisão	22	80	20		122
6	Nilva Aparecida Gonçalves Hass	Supervisão	69	32	20		121
7	Sandra Mara Berté	Supervisão	18	31	20		69

Inscrições **INDEFERIDAS** no Processo Seletivo de Profissionais da Educação admitidos em caráter temporário para complementação do quadro de profissionais admitidos em Caráter Temporário para vagas vinculadas para o ano 2016.

Ordem	Candidato	Protocolo	Base do indeferimento
1	Jaqueline Terezinha Gimenis Lopes	6618/2015	Descumpriu item 3.3 "b". Habilitação deve estar de acordo com a Lei 576/2015.
2	Jamile Hoffmann Fortunato	6764/2015	Descumpriu item 3.3 "b". Habilitação deve estar de acordo com a Lei 576/2015.
3	Marilete Caye	6785/2015	Descumpriu item 3.3 "b". Habilitação deve estar de acordo com a Lei 576/2015.
4	Karla Patrícia Sabatke	6723/2015	Descumpriu item 3.3 "b". Habilitação deve estar de acordo com a Lei 576/2015.
5	Michelle Ariene Novaki da Cruz	6561/2015	Descumpriu item 3.3 "b". Habilitação deve estar de acordo com a Lei 576/2015.
6	Mark Andrey Perussolo	6768/2015	Descumpriu item 3.3 "b". Habilitação deve estar de acordo com a Lei 576/2015.
7	Cristiele Batista de Oliveira	6553/2015	Descumpriu item 3.3 "b". Habilitação deve estar de acordo com a Lei 576/2015.
8	Anita Inez Szczpanski Feltrin	6669/2015	Descumpriu item 3.3 "b". Habilitação deve estar de acordo com a Lei 576/2015.

Itapóia, 30 de novembro de 2015.

Ana Claudia de Oliveira Jacinto  
Secretaria de Educação



Prefeitura Municipal de Itapoá / SC  
Secretaria Municipal de Educação

#### Edital 46/2015-16 - Orientação

Inscrições **DEFERIDAS** no Processo Seletivo de Profissionais da Educação admitidos em caráter temporário para complementação do quadro de profissionais admitidos em Caráter Temporário para vagas vinculadas para o ano 2016.

Ordem	Nome	Habilitado	Cursos	Tempo de serviço	Assiduidade	Desempate	Total
1	Cleniane Deodoro Leite Amaral	Orientação	142	47	20		209
2	Gislaine da Silveira Rauem	Orientação	40	162	0		202
3	Cristiele Batista de Oliveira	Orientação	123	46	20		189
4	Fernanda Silvino da Silva	Orientação	77	49	20		146
5	Josiane Leticia Silva de Lima	Orientação	53	51	20		124
6	Cristiane do Rocio Venski Scarpin	Orientação	57	46	20		123
7	Rosely Manicardi	Orientação	59	43	20		122
8	Nilva Aparecida Gonçalves Hass	Orientação	69	32	20		121
9	Franciana Regina Nardelli	Orientação	23	67	20		110
10	Angélica da Silva Goll	Orientação	4	15	20		39
11	Eva Aparecida da Silva	Orientação	0	0	0		0

Inscrições **INDEFERIDAS** no Processo Seletivo de Profissionais da Educação admitidos em caráter temporário para complementação do quadro de profissionais admitidos em Caráter Temporário para vagas vinculadas para o ano 2016.

	Candidato	Protocolo	Base do indeferimento
1	Wellington Rutilio Kuliak	6589/2015	Descumpriu item 3.3 "b". Habilitação deve estar de acordo com a Lei 576/2015.
2	Daiane Ferreira de Souza	6596/2015	Descumpriu item 3.3 "b". Habilitação deve estar de acordo com a Lei 576/2015.
3	Mark Andrey Perussolo	6768/2015	Descumpriu item 3.3 "b". Habilitação deve estar de acordo com a Lei 576/2015.

Itapoá, 30 de novembro de 2015.

Ana Claudia de Oliveira Jacinto  
Secretaria de Educação



Prefeitura Municipal de Itapoá / SC  
Secretaria Municipal de Educação

<b>Edital 46/2015-16 - Monitor de Laboratório</b>							
Inscrições <b>DEFERIDAS</b> no Processo Seletivo de Profissionais da Educação admitidos em caráter temporário para complementação do quadro de profissionais admitidos em Caráter Temporário para vagas vinculadas para o ano 2016.							
Ordem	Nome	Habilitado	Cursos	Tempo de serviço	Assiduidade	Desempate	Total
1	Elaine C. Brûsque da Silva Costa	Médio	144	73	20		237
2	Ocimar Alessandro Prost	Médio	82	60	20		162
3	Rosana Ledoux Cunha	Médio	38	69	20		127
4	Daniel Dias Fernandes	Médio	16	84	20		120
5	Glacy Terezinha Schafhauser de Pauli	Médio	89	10	20		119
6	Patrícia da Silva	Médio	59	18	20		97
7	Elayne Martins da Silva Costa	Médio	25	43	20		88
8	Deise Lisanha F. Dala Nora	Médio	50	0	0		50
9	Joselma das Graças Nunes Gonçalves	Médio	4	5	20		29
10	Lucia Marlici Laufer	Médio	28	0	0		28
11	Jhonath Nunes Paidosz	Médio	2	1	20		23
12	Zelaine Thais da Silva	Médio	13	0	0		13
13	Gabriela Inês Kummer	Médio	12	0	0		12
Inscrições <b>INDEFERIDAS</b> no Processo Seletivo de Profissionais da Educação admitidos em caráter temporário para complementação do quadro de profissionais admitidos em Caráter Temporário para vagas vinculadas para o ano 2016.							
	Candidato	Protocolo	Base do indeferimento				
1	Marilucy Paula da S. de Andrede	6555/2015	Descumpriu item 3.5 "c". Comprovação de curso específico: Linux ou Br'office.				
2	Altair José Flores da Silva	6624/2015	Descumpriu item 3.5 "c". Comprovação de curso específico: Linux ou Br'office.				

Itapoá, 30 de novembro de 2015.

Ana Claudia de Oliveira Jacinto  
Secretaria de Educação

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: CLASSIFICAÇÃO EDITAL 47/2015-16**

Prefeitura Municipal de Itapoá / SC  
Secretaria Municipal de Educação

<b>Edital 47/2015-16 - Educação Especial - Professor Auxiliar de Turma</b>							
Inscrições <b>DEFERIDAS</b> no Processo Seletivo de Profissionais da Educação Admitidos em Caráter Temporário (ACT) que atuarão na EDUCAÇÃO ESPECIAL nas vagas vinculadas ou excedentes para o ano de 2016.							
<b>Ordem</b>	<b>Nome</b>	<b>Habilitado</b>	<b>Cursos</b>	<b>Tempo de serviço</b>	<b>Assiduidade</b>	<b>Desempate</b>	<b>Total</b>
1	Elisabete de Mira	habilitado 3.3 "b"	122	173	20		315
2	Ana Cristina de Abreu	habilitado 3.3 "c"	74	187	20		281
3	Claudineia Machado da Luz	habilitado 3.3 "c"	112	60	20		192
4	Camila Mascarello Machado	habilitado 3.3 "c"	20	78	0		98
5	Regiane Rosário de Jesus Fiamoncini	habilitado 3.3 "c"	33	30	20		83
6	Silvia Pereira do Santos Frisanco	habilitado 3.3 "e"	71	137	0		208
7	Marise Cibele Barreto Rossi	habilitado 3.3 "e"	62	43	0		105
8	Sirlene Caldeira Santim	habilitado 3.3 "e"	18	43	20		81
9	André da Silva	habilitado 3.3 "e"	17	0	0		17
10	Claudete Aparecida Campos	habilitado 3.3 "g"	68	50	20		138
11	Natália Kruger	habilitado 3.3 "g"	84	29	20		133
12	Roseli Manicaldi	habilitado 3.3 "g"	59	43	20		122
13	Vanderleia Silva	habilitado 3.3 "g"	48	8	20		76
14	Andrea da Silva Oliveira Coelho	habilitado 3.3 "g"	15	36	20		71
15	Margarete Frozza Mertz	habilitado 3.3 "g"	31	4	20		55
16	Dilma Malmann	habilitada 3.3	99	0	0		99
17	Adriana Santana	habilitada 3.3	18	0	0		18
18	Eva Aparecida Silva	habilitada 3.3	0	0	0		0
19	Vanilda Alves Marques	Concluinte	33	8	20		61
20	Sheila Soares Rosa	8º período 3.3 "i"	10	18	20		48
21	Edna Prado da Silva	7º período 3.3 "i"	17	0	0		17
22	Regina Glória dos Santos	6º período 3.3 "i"	59	23	20		102
23	Hortência dos Santos	5º período 3.3 "i"	41	26	20		87
24	Sirlene do Rocio Piazzetta	5º período 3.3 "i"	16	18	20		54

1



25	Marisa Miquelesso de Ramos	4º período 3.3 "I"	28	31	0		59
26	Fabiana da Conceição do N. Souza	4º período 3.3 "I"	12	0	0		12
27	Quêzia Machado Echterhoff	3º período 3.3 "I"	77	23	20		120
28	Nataline do Nascimento	3º período 3.3 "I"	21	25	20		66
29	Patrícia da Silva	3º período 3.3 "I"	59	0	0		59
30	Andréia da Silva Santos	3º período 3.3 "I"	43	0	0		43
31	Veridiana Gomes Almeida Silva	3º período 3.3 "I"	30	0	0		30
32	Aline Marcelli Zápota	3º período 3.3 "I"	14	15	0		29
33	Marines Galor Nogueira de Faria	2º período 3.3 "I"	102	0	0		102
34	Gerusa Ferreira	2º período 3.3 "I"	31	7	20		58
35	Regina dos Passos	2º período 3.3 "I"	21	15	20		56
36	Claudia Soares	2º período 3.3 "I"	15	8	20		43
37	Sonia Aparecida dos Santos	2º período 3.3 "I"	10	20	0		30
38	Catiani Santos do Rosário	1º período 3.3 "I"	17	27	20		64

**Edital 47/2015-16 - Educação Especial - Cuidador**

Ordem	Nome	Habilitado	Cursos	Tempo de serviço	Assiduidade	Desempate	Total
1	Quêzia Machado Echterhoff	Médio	77	23	20		120
2	Fabiane Alves da Silveira	Médio	72	17	20		109
3	Andréia da Silva Santos	Médio	43	0	0		43
4	Giane do Rosário Gomes	Médio	2	16	20		38
5	Sonia Aparecida dos Santos	Médio	0	10	20		30
6	Francielen DambiskiEdna Prado da Silva	Médio	0	8	20		28
7	Edna Prado da Silva	Médio	17	0	0		17
8	Fabiana da Conceição do N. Souza	Médio	12	0	0		12
9	Claudete Guimarães	Médio	0	0	0	2 filhos	0
10	Gabriela Maciante Dias	Médio	0	0	0	nasc. 27.01.88	0
11	Michelle Ariane N. da Cruz	Médio	0	0	0	nasc. 21.12.79	0
12	Larissa Stefane Gonçalves da Cruz	Médio	0	0	0	nasc. 14.04.97	0
13	Simone Caldeira	Médio	0	0	0	nasc. 24.07.71	0

**Edital 47/2015-16 - Educação Especial - Professor de Atendimento Educacional Especializado (AEE)**

Ordem	Nome	Habilitado	Cursos	Tempo de serviço	Assiduidade	Desempate	Total
1	Vergínia Laurinda Rissi	habilitado 3.7 "c"	79	27	20		126

2

2	Camila Mascarello Machado	habilitado 3.7 "d"	20	78	0		98
3	Sirlene Caldeira Santin	habilitado 3.7 "d"	18	43	20		81
4	Roseli Manicaldi	habilitado 3.7 "I"	59	43	20		122
5	Athaluana Amália Carraro Maia	habilitado 3.7 "I"	56	44	20		120
6	André da Silva	habilitado 3.7 "I"	17	0	0		17
7	Elizangela Regina da S. Wrobel	habilitado 3.7 "J"	6	64	20		90
8	Nelma Machado	habilitado 3.7 "J"	3	35	20		58

Edital 47/2015-16 - Educação Especial - Professor de Anos Iniciais Bilingue							
Ordem	Nome	Habilitado	Cursos	Tempo de serviço	Assiduidade	Desempate	Total
1	Nelma Machado	habilitado "I"	3	35	20		58

Edital 47/2015-16 - Educação Especial - Intérprete/Tradutor de LIBRAS/Língua Portuguesa							
Ordem	Nome	Habilitado	Cursos	Tempo de serviço	Assiduidade	Desempate	Total
1	Elizangela Regina da S. Wrobel	Habilitado "J"	6	64	20		90

Inscrições INDEFERIDAS no Processo Seletivo de Profissionais da Educação admitidos em caráter temporário para complementação do quadro de profissionais admitidos em Caráter Temporário que atuarão na EDUCAÇÃO ESPECIAL para vagas vinculadas para o ano 2016.			
	Candidato	Protocolo	Base do Indeferimento
1	Vanilda Alves Marques	6821/2015	<b>Professor AEE:</b> Não cumpriu item 3.7 "c" a "I": Habilitação na área, experiência ou cursos na área de Ed. Especial.
2	Aline Marceli Zapora	6630/2015	<b>Professor AEE:</b> Não cumpriu item 3.7 "c" a "I": Habilitação na área, experiência ou cursos na área de Ed. Especial.
3	Regina Gloria dos Santos	6620/2015	<b>Professor AEE:</b> Não cumpriu item 3.7 "c" a "I": Habilitação na área, experiência ou cursos na área de Ed. Especial.
4	Jussara Matiole Lemonie	6623/2015	<b>Professor AEE:</b> Não cumpriu item 3.7 "c" a "I": Habilitação na área, experiência ou cursos na área de Ed. Especial.
5	Jussara Matiole Lemonie	6623/2015	<b>Professor Auxiliar:</b> Não cumpriu item 3.3 "b" a "I": Habilitação na área, experiência ou cursos na área de Ed. Especial.
6	Aline Nascimento Mertens	6799/2015	<b>Professor Auxiliar:</b> Não cumpriu item 3.3 "b" a "I": Habilitação na área, experiência ou cursos na área de Ed. Especial.
7	Ana Cristina Nascimento do Rosário	6820/2015	<b>Professor Auxiliar:</b> Não cumpriu item 3.3 "b" a "I": Habilitação na área, experiência ou cursos na área de Ed. Especial.

8	Angela Oliveira	6681/2015	<b>Professor Auxiliar:</b> Não cumpriu item 3.3 "b" a "i": Habilitação na área, experiência ou cursos na área de Ed. Especial.
9	Angelica de Jesus Ferreira	6714/2015	<b>Professor Auxiliar:</b> Não cumpriu item 3.3 "b" a "i": Habilitação na área, experiência ou cursos na área de Ed. Especial.
10	Cátia Peres de Melo	6737/2015	<b>Professor Auxiliar:</b> Não cumpriu item 3.3 "b" a "i": Habilitação na área, experiência ou cursos na área de Ed. Especial.
11	Dienes Celia Coelho	6677/2015	<b>Professor Auxiliar:</b> Não cumpriu item 3.3 "b" a "i": Habilitação na área, experiência ou cursos na área de Ed. Especial.
12	Daniela Pinheiro Cunha	6520/2015	<b>Professor Auxiliar:</b> Não cumpriu item 3.3 "b" a "i": Habilitação na área, experiência ou cursos na área de Ed. Especial.
13	Fabiane Alves da Silveira	6711/2015	<b>Professor Auxiliar:</b> Não cumpriu item 3.3 "b" a "i": Habilitação na área, experiência ou cursos na área de Ed. Especial.
14	Francielen Dambiski	6576/2015	<b>Professor Auxiliar:</b> Não cumpriu item 3.3 "b" a "i": Habilitação na área, experiência ou cursos na área de Ed. Especial.
15	Gabriela Maciente Dias	6638/2015	<b>Professor Auxiliar:</b> Não cumpriu item 3.3 "b" a "i": Habilitação na área, experiência ou cursos na área de Ed. Especial.
16	Giane do Rosário Gomes	6839/2015	<b>Professor Auxiliar:</b> Não cumpriu item 3.3 "b" a "i": Habilitação na área, experiência ou cursos na área de Ed. Especial.
17	Gislene de Souza Miranda	6818/2015	<b>Professor Auxiliar:</b> Não cumpriu item 3.3 "b" a "i": Habilitação na área, experiência ou cursos na área de Ed. Especial.
18	Karoline Fiorelli Alves	6830/2015	<b>Professor Auxiliar:</b> Não cumpriu item 3.3 "b" a "i": Habilitação na área, experiência ou cursos na área de Ed. Especial.
19	Larissa Stefane Gonçalves da Cruz	6829/2015	<b>Professor Auxiliar:</b> Não cumpriu item 3.3 "b" a "i": Habilitação na área, experiência ou cursos na área de Ed. Especial.
20	Natali Borges Pereira	6834/2015	<b>Professor Auxiliar:</b> Não cumpriu item 3.3 "b" a "i": Habilitação na área, experiência ou cursos na área de Ed. Especial.
21	Neiva Eliana de Oliveira	6484/2015	<b>Professor Auxiliar:</b> Não cumpriu item 3.3 "b" a "i": Habilitação na área, experiência ou cursos na área de Ed. Especial.
22	Roberto de Almeida	6689/2015	<b>Professor Auxiliar:</b> Não cumpriu item 3.3 "b" a "i": Habilitação na área, experiência ou cursos na área de Ed. Especial.
23	Simone Caldeira	6728/2015	<b>Professor Auxiliar:</b> Não cumpriu item 3.3 "b" a "i": Habilitação na área, experiência ou cursos na área de Ed. Especial.

Itapoá, 30 de novembro de 2015.

Ana Claudia de Oliveira Jacinto  
Secretaria de Educação

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: RETIFICAÇÃO 001/2015 - EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 46/2015 – PROFESSORES ADMITIDOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO (ACT)**

RETIFICAÇÃO 001/2015 - EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 46/2015 – Professores Admitidos em Caráter Temporário (ACT)

CONSIDERANDO o princípio da legalidade, seguimos a Lei Municipal 075/2001, que estabelece o plano de cargos e salários do quadro do magistério;

CONSIDERANDO a necessidade de excluir deste certame as vagas para os cargos de Professor de Educação Física - Capoeira, Professor de Educação Física - Dança, Professor de Educação Física – Judô e Professor de Educação Física – Surf, em decorrência dos pré-requisitos estabelecidos pela Lei Municipal nº 075/2001 e suas alterações que regem tanto o ingresso por meio de Concurso Público como por meio de Processo Seletivo;

CONSIDERANDO a necessidade de oportunizar aos candidatos inscritos aos cargos de Professor de Educação Física - Capoeira, Professor de Educação Física - Dança, Professor de Educação Física – Judô e Professor de Educação Física - Surf a possibilidade de participar deste certame;

A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO torna público aos candidatos interessados no Processo Seletivo nº 46/2015, que nesta data, foram retificadas as seguintes informações deste Edital:

No Edital 046/2015, item: 4.1 - A Classificação acontecerá de acordo com a somatória de pontos obtidos no cômputo dos títulos apresentados e os critérios estabelecidos para cada área nos seguintes níveis:

Ficam excluídos os cargos de “Professor de Educação Física – Capoeira”, “Professor de Educação Física – Dança”, “Professor de Educação Física – Judô” e “Professor de Educação Física - Surf”;

Os candidatos inscritos nos cargos acima elencados serão classificados no cargo de Educação Física;

Esta Retificação entra em vigor na data de sua publicação, sendo Edital 046/2015 consolidado com as alterações decorrentes desta Retificação.

Itapoá/SC, 30 de novembro de 2015.

Ana Claudia de Oliveira Jacinto  
Secretaria de Educação

**SECRETARIA DE OBRAS: EDITAL DE CREDENCIAMENTO CARROCEIROS**

Prefeitura Municipal de Itapoá  
Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Itapoá-SC, 30 de Novembro de 2015.  
EDITAL DE CREDENCIAMENTO

O Município de Itapoá, através da Secretaria de Obras e Serviços Públicos, de acordo com a Lei Municipal nº 111/2006, torna público que estará realizando cadastramento de carroceiros para efetuarem serviço de limpeza de praia durante o período de alta temporada, com as seguintes especificações:

Quantidade: 20 carroceiros

Objeto: Limpeza da orla marítima e separação do material recolhido.

Período da Contratação: 23 de dezembro de 2015 a 23 de fevereiro de 2016.

Horário da Prestação do serviço: das 06:00 às 09:00 horas, de segunda-feira a domingo.

Regime de Contratação: Trabalhador Autônomo.

Remuneração mensal: R\$ 1.280,00 (Um mil, duzentos e oitenta reais).

Sobre este valor serão descontados INSS e ISS.

Requisitos para a contratação: Ser possuidor de carroça com tração animal.

O credenciamento dos interessados será protocolado entre os dias 07/12/2015 a 11/12/2015, na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, no horário compreendido das 08:00 às 12:00 horas, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- RG
- CPF
- CARTEIRA DE TRABALHO – NÚMERO DO PIS-PASEPE
- CONTA BANCÁRIA PARA DEPÓSITO
- COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA

Observação: Carroceiros já cadastrados anteriormente precisam apresentar cópia dos documentos da mesma forma.

Jeferson Rubens Garcia  
Secretário de Obras e Serviços Públicos

**SECRETARIA EDUCAÇÃO: EDITAL DE MATRÍCULA Nº 03/SME/2015 - CRECHE**

EDITAL DE MATRÍCULA Nº 03/SME/2015 - CRECHE

Ana Claudia de Oliveira Jacinto, Secretária de Educação no uso de suas atribuições legais, torna público o procedimento destinado à Matrícula nas Creches do Município de Itapoá, para o ano letivo de 2016, nas Unidades da Rede Municipal de Ensino.

**DAS ORIENTAÇÕES GERAIS**

1. A matrícula para os alunos da Rede Municipal de Ensino nas Creches far-se-á através da confirmação (Renovação), junto à Unidade Escolar que frequenta no ano de 2015;

2. Para os alunos novos, os pais ou responsáveis deverão preencher ficha de matrícula junto à Unidade de Ensino, preferencialmente, respeitando o zoneamento escolar e apresentando a documentação necessária, comprovando sua residência nas proximidades da Unidade Escolar;

3. A matrícula não poderá ser vinculada à exigência de qualquer tipo de contribuição financeira;

4. O atendimento deve esgotar todas as possibilidades na Unidade Escolar e, de outra forma, proceder encaminhamentos de acordo com o zoneamento mapeado pela Secretaria de Educação;

**DO ATENDIMENTO INTEGRAL**

5. O Atendimento integral será ofertado somente aos alunos de 01 (um) a 03 (três) anos, cujos responsáveis apresentem, no ato de matrícula, o Parecer Técnico Favorável da Assistência Social (CRAS). O período reservado para requerer este parecer é de 01/12/2015 à 07/12/2015, de acordo com o seguinte horário: das 8h00min às 12h00min, no endereço: Rua das Nações Unidas, nº 346, telefone para contato 34431071;

5.1 Segue em anexo a listagem de documentos a serem apresentados no cadastramento junto ao CRAS.

**DO CRONOGRAMA DE MATRÍCULA**

6. Primeira Etapa: Para os alunos já matriculados nas Creches, que permanecerão em período parcial (matutino ou vespertino), a Renovação de Matrículas para o ano 2016 ocorrerá no período de 01 a 04/12/2015, de acordo com os seguintes horários: das 08h00min às 11h00min (matutino) e das 13h00min às 16h30min (vespertino);

7. Segunda Etapa: Período de Rematrículas e Novas Matrículas para vagas de período integral, para as turmas de Maternal I, II e III; nos dias: 10 e 11/12/2015, de acordo com os seguintes horários: das 08h00min às 11h00min (matutino) e das 13h00min às 16h30min (vespertino);

8. Terceira Etapa: A Realização de Novas Matrículas de atendimento em período parcial para o ano de 2016, para os alunos das creches ocorrerá nos dias 10 e 11/12/2015, de acordo com os seguintes horários: das 08h00min às 11h00min (matutino) e das 13h00min às 16h30min (vespertino) havendo um novo período para matrícula das vagas remanescentes que ocorrerá em fevereiro de 2016;

**DO QUADRO DE VAGAS**

9. As Unidades Escolares deverão enviar à SME, no dia 14/12/2015, o Quadro de Matrículas Finais indicando o número de alunos matriculados por turma e período;

10. A formação de turmas deverá obedecer a Resolução do CME, que trata sobre o número de alunos por classe, considerando também o espaço físico de cada sala de aula;

**DO CRITÉRIO DE DISTRIBUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO DAS TURMAS**

11. De acordo com a Resolução 05/2011/CME/ITAPOÁ, art. 2º, as classes ficarão assim constituídas:

- CRECHE (1 a 3 anos)
- Maternal I – 1 ano completo até 11 de fevereiro de 2016 - 10 crianças (por período)
- Maternal II – 2 anos completos até 31/03 - 15 crianças (por período)
- Maternal III – 3 anos completos até 31/03 – 17 crianças (por período)

12. Os alunos de 1 (um) a 3 (três) anos que não apresentarem o parecer técnico favorável da Assistência Social terão direito a matrícula parcial (matutino ou vespertino);

13. Será criada nova turma somente quando exceder o número de alunos, conforme os critérios anteriormente estabelecidos, observando-se prioritariamente existência de espaço físico e a avaliação do Departamento Pedagógico da Secretaria de Educação;

**DOS CRITÉRIOS PARA MATRÍCULA**

14. Primeira Etapa: Para Renovação de Matrícula: (Período Parcial): São necessários os seguintes documentos:

- Preenchimento da Ficha de Renovação de matrícula/Termo de Responsabilidade para atualização cadastral, fornecida pela escola;
- Declaração de vacinação devidamente atualizada;
- Cópia do comprovante de residência atualizado;
- Número do Cartão do NIS (se tiver);

15. Segunda Etapa: Renovação de Matrícula e Novas Matrículas: (Período Integral): São necessários os seguintes documentos:

- Preenchimento da Ficha de Renovação de Matrícula/Termo de

Responsabilidade para atualização cadastral, fornecida pela escola;

- Cópia da Certidão de Nascimento;
- Declaração de vacinação devidamente atualizada;
- Cópia do comprovante de residência atualizado;
- Número do Cartão do NIS (se tiver);
- Cópia do RG ou outro documento com foto, dos pais ou responsáveis;
- Parecer Técnico Favorável da Assistência Social (CRAS) à solicitação de vaga integral;

16. Terceira Etapa: Para Realização de Novas Matrículas: (Período Parcial): São necessários os seguintes documentos:

- Preenchimento da Ficha de Renovação de matrícula/Termo de Responsabilidade para atualização cadastral, fornecida pela escola;
- Cópia da Certidão de Nascimento;
- Declaração de vacinação devidamente atualizada;
- Cópia do comprovante de residência atualizado;
- Número do Cartão do NIS (se tiver);
- Cópia do RG ou outro documento com foto, dos pais ou responsáveis;

17. O pai ou responsável que, no ato da matrícula, prestar declarações falsas ou inexatas, ou apresentar documentos adulterados ou falsos, responderá legalmente pelo ato;

18. A escolha do período terá como critério a ordem de chegada para realização da matrícula;

**DA DIVULGAÇÃO**

19. A Secretaria de Educação e Unidades de Ensino serão responsáveis pela divulgação da Campanha de Matrícula e deverão utilizar todos os meios de comunicação disponíveis no município;

**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

20. Ficam sujeitos às presentes diretrizes, todos os estabelecimentos de ensino mantidos pelo município de Itapoá;

21. Os casos omissos serão resolvidos pela COMISSÃO designada pela Secretária de Educação;

22. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapoá, 30 de novembro de 2015.

Ana Claudia de Oliveira Jacinto  
Secretária de Educação

**ANEXO I****LISTA DE DOCUMENTOS (ORIGINAIS) NECESSÁRIOS PARA SOLICITAÇÃO DE VAGA DE PERÍODO INTEGRAL NAS AS CRECHES MUNICIPAIS PARA O ANO DE 2016**

- Certidão de Nascimento
- Certidão de Casamento
- CPF (Necessário para maiores de 18 anos)
- RG (Necessário para maiores de 18 anos)
- Título de Eleitor (Necessário para maiores de 18 anos)
- Carteira de Trabalho (com Registro) ou Declaração do empregador com firma reconhecida em cartório.
- Comprovante de Residência (Conta de Luz)
- Comprovante de Renda
- Atestado de Frequência Escolar (para alunos já matriculados no ano de 2015)
- Atestado de acompanhamento emitido pelo posto de saúde da região;

O cadastramento ou atualização dos dados serão feitos, na sede da Secretaria da Assistência Social, sito na Avenida das Nações Unidas 346, Balneário Princesa do Mar (em frente à Escola Municipal Frei Valentim), do dia 01 a 07 de dezembro de 2015, das 08h00min as 12h00min, informações pelo telefone 3443 1071.

Na falta de qualquer documento, não será feito o preenchimento do Cadastro Único para Programas Sociais – CADUN.

Os critérios de avaliação seguem o perfil definido em legislação vigente, para famílias em situação de vulnerabilidade ou risco social. Somente após visita domiciliar executada pela assistente social do município, será emitido parecer técnico.

# Ituporanga

## PREFEITURA

### **PUBLICAÇÃO NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL AO SENHOR DIRNEI FERRI ME**

#### **NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL**

Ituporanga, 26 de novembro de 2015.

Notificante: MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 83.102.640/0001-30, com endereço à Rua Joaquim Boing, nº 40, centro, Município de Ituporanga/SC, CEP nº 88.400-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal,

Notificado: DIRNEI FERRI ME, pessoa jurídica, de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.044.684/0001-26, com sede na Rua Independência, 1563, Bairro Areias, Município de São José, SC, neste ato representado pelo seu Sócio Proprietário DIRNEI FERRI, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.553.354, e CPF/MF sob o nº 621.401.599-34, residente à Rua Don Helder Câmara, 172, bloco A, apartamento 304, Bairro Real Parque, São José, SC, CEP 88.113-467

Prezado Senhor,

Conforme se observa do Termo de Rescisão Amigável do Contrato nº 1931/2014, Vossa Senhoria, em função de não ter conseguido cumprir a contento a avença inicial, realizando o adequado destino final aos resíduos sólidos domésticos, assumiu o compromisso de ceder ao Município, pelo período de 1 (um) ano, uma série de equipamentos, e este, em contrapartida, realizaria o transporte dos resíduos até o aterro. Para tanto, o Município abriu processo licitatório para honrar seu encargo.

Ocorre que o centro de triagem foi alvo de fiscalização dias após a lavratura do termo de rescisão amigável, e em função do grande acúmulo de resíduos deixado por Vossa Senhoria, o Município foi autuado, sendo interrompida a utilização daquele espaço e, inclusive, dos equipamentos deixados por Vossa Senhoria.

Os danos suportados pelo Município, a princípio, partem de R\$ 206.872,25, deduzidas as despesas com a limpeza do local e adequação às normas ambientais vigentes.

Afora este vultoso prejuízo, a proprietário da empresa Máquinas C Hamm alega ser proprietário de diversos bens entregues por Vossa Senhoria como contrapartida no processo de rescisão amigável, configurando flagrante má-fé.

Desta forma, considerando que as notificações via postal restaram infrutíferas e evitando que haja mais prejuízo ao erário, serve a presente para:

1) NOTIFICAR Vossa Senhoria a RESTITUIR o prejuízo ao erário, e proceder ao pagamento da quantia de R\$ 206.872,25 (duzentos e seis mil, oitocentos e setenta e dois reais e vinte e cinco centavos), a contar da data de recebimento desta;

Até a data do efetivo pagamento descrito no item anterior, fica Vossa Senhoria ciente de que o Município de Ituporanga fará a assunção do objeto contratado, nos moldes do que prevê o artigo 80, I, da Lei 8.666/93, ocupando e utilizando todas as instalações e equipamentos empregados na execução do contrato.

Caso não haja o pagamento do valor previsto no item 1, incidirão as sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

Arno Alex Zimmermann Filho  
Prefeito Municipal



# Jacinto Machado

## PREFEITURA

### **AVISO LICITACAO - PR 006-2015 FMS - COMBUSTÍVEL 2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2015/FMS

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO, a Pregoeira e sua Equipe de apoio, com devida autorização expedida pela Gestora do Fundo, torna público a realização de licitação no dia 15/12/2015 às 09h00min, com entrega dos envelopes até às 08h45min da mesma data, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, na modalidade: PREGÃO PRESENCIAL, forma de julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando a "AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL COMUM S500, ÓLEO DIESEL S10 E GASOLINA COMUM PARA A FROTA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO NO EXERCÍCIO DE 2016.". O Edital com seus anexos deverão ser obtidos no Setor de Licitações, sito à RUA POOL JORGE ZACCA, Nº 75, Bairro CENTRO, Município de JACINTO MACHADO/SC, no horário das 07h00min às 13h00min, de segunda a sexta-feira ou através de solicitação enviada para o e-mail: [licitacao@jacintomachado.sc.gov.br](mailto:licitacao@jacintomachado.sc.gov.br). Jacinto Machado - SC, 01 de Dezembro de 2015.

ANA MARIA BACK MACHADO  
Gestora do Fundo

### **AVISO LICITACAO - PR 016-2015 PMJM - COMBUSTÍVEL 2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2015/PMJM

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, a Pregoeira e sua Equipe de apoio, com devida autorização expedida pelo Senhor Prefeito Municipal, torna público a realização de licitação no dia 15/12/2015 às 10h00min, com entrega dos envelopes até às 09h45min da mesma data, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, na modalidade: PREGÃO PRESENCIAL, forma de julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando a "AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL COMUM S500, ÓLEO DIESEL S10 E GASOLINA COMUM PARA A FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO NO EXERCÍCIO DE 2016.". O Edital com seus anexos deverão ser obtidos no Setor de Licitações, sito à RUA POOL JORGE ZACCA, Nº 75, Bairro CENTRO, Município de JACINTO MACHADO/SC, no horário das 07h00min às 13h00min, de segunda a sexta-feira ou através de solicitação enviada para o e-mail: [licitacao@jacintomachado.sc.gov.br](mailto:licitacao@jacintomachado.sc.gov.br). Jacinto Machado - SC, 01 de Dezembro de 2015.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI  
Prefeito Municipal

# Joaçaba

## PREFEITURA

**EXTRATO CONTRATO 280/2015/PMJ**

EXTRATO CONTRATO Nº 280/2015/PMJ

PL 111/2015/PMJ – DL 11/2015/PMJ

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

LOCADOR: ASSOCIAÇÃO DOS VENDEDORES VIAJANTES DO MEIO OESTE CATARINENSE – AVVIMOC, CNPJ nº 78.491.263/0001-38.

OBJETO: Locação das dependências do salão de eventos de propriedade do LOCADOR, conforme matrícula 12.402 do Registro de Imóveis 1º Ofício, as quais serão utilizadas no período de 01 a 18 de dezembro de 2015 para a realização das competições de Tênis de Mesa dos 55º Jogos Abertos de Santa Catarina - JASC.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais).

VIGÊNCIA: 21/12/2015.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.023 - MANUTENÇÃO DA GERÊNCIA DE EVENTOS

217 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0064 – Aplicações Diretas.

FISCAL DO CONTRATO: Mirian Dolzan.

DATA DE ASSINATURA: 01/12/2015.

MARCOS WEISS

Prefeito em Exercício

**ORDEM DE SERVIÇO Nº 273/2015- RECEBIDA EM 23/11/2015**

ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO N.º 273/2015

Autorizo por meio desta, a empresa ALEXANDRE CALDEIRA EIRELI, CNPJ/MF nº 22.798.043/0001-05 a executar os serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para as obras de reforma preventiva e corretiva da pista de atletismo, pista de cross country e quadras poliesportivas, no Complexo Esportivo e Centro de Eventos da UNOESC, Campus II, em Joaçaba-SC, destinadas às adequações para os 55º Jogos Abertos de Santa Catarina – JASC, de acordo com o Processo de Licitação nº 88/2015/PMJ – Tomada de Preços nº 20/2015/PMJ, homologado no dia 23/11/2015. O total do serviço ora contratado é o consignado na proposta declarada vencedora, na importância de R\$ 174.963,05 (cento e setenta e quatro mil, novecentos e sessenta e três reais e cinco centavos), cujo pagamento será efetuado de acordo com a Cláusula Quarta do Contrato nº 275/2015/PMJ, de 23 de novembro de 2015. O prazo de início é em até 05 (cinco) dias contados da data de recebimento desta Ordem de Serviço e deverá a obra ser executada impreterivelmente até o dia 05 de dezembro de 2015. Joaçaba (SC), 23 de novembro de 2015.

Contratante : PREFEITURA DE JOAÇABA

Assinatura e carimbo:

RAFAEL LASKE

Prefeito

Contratada: ALEXANDRE CALDEIRA EIRELI

Representante: ALEXANDRE CALDEIRA

Assinatura e carimbo

CPF: 033.034.619-96

RECEBI EM \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

OBS.: 1. SÓ TERÁ EFICÁCIA COM O RECEBIMENTO PELA EMPRESA.

a) Fiscalização; b) Empreiteira ou Contratado; c) Contabilidade; d) Prestação de Contas ou Órgão Repassador dos Recursos.

**ORDEM DE SERVIÇO Nº 274/2015- RECEBIDA EM 25/11/2015**

ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO N.º 274/2015

Autorizo por meio desta, a empresa ALF CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA - EPP, CNPJ/MF nº 15.356.895/0001-79 a executar os serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para as obras de reforma da Escola Municipal Nossa Senhora de Lourdes, destinadas para as adequações para os 55º Jogos Abertos de Santa Catarina - JASC, de acordo com o Processo de Licitação nº 96/2015/PMJ – Tomada de Preços nº 22/2015/PMJ, homologado no dia 24/11/2015. O total do serviço ora contratado é o consignado na proposta declarada vencedora, na importância de R\$ 152.420,22 (cento e cinquenta e dois mil, quatrocentos e vinte reais e vinte e dois centavos), cujo pagamento será efetuado de acordo com a Cláusula Quarta do Contrato nº 277/2015/PMJ, de 24 de novembro de 2015. O prazo de início é em até 05 (cinco) dias contados da data de recebimento desta Ordem de Serviço e deverá a obra ser entregue em condições de alojamento (parte elétrica e hidráulica) até o dia 08 de dezembro e, completamente executada, impreterivelmente até o dia 18 de dezembro de 2015. Joaçaba (SC), 24 de novembro de 2015.

Contratante : PREFEITURA DE JOAÇABA

Assinatura e carimbo:

RAFAEL LASKE

Prefeito

Contratada: ALF CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA - EPP

Representante: OSVALDO EUGENIO ALF JUNIOR

Assinatura e carimbo

CPF: 016.889.679-66

RECEBI EM \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

OBS.: 1. SÓ TERÁ EFICÁCIA COM O RECEBIMENTO PELA EMPRESA.

a) Fiscalização; b) Empreiteira ou Contratado; c) Contabilidade; d) Prestação de Contas ou Órgão Repassador dos Recursos.

**PORTARIA N.º 4945**

PORTARIA Nº 4.945 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015

“ALTERA PRAZO CONTRATUAL DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, e considerando que a data dos Jogos Abertos de Santa Catarina – JASC foi alterada do mês de novembro para o mês de dezembro de 2015, fato este desconhecido em dezembro de 2014; considerando que diante do calendário prevendo o JASC houve a diminuição do recesso ocorrido no mês de julho, sendo que até a data dos JASC ocorrerá o cumprimento do calendário escolar nas unidades de

ensino que alojarão atletas; considerando que a unidade de ensino em que atua o(a) servidor(a) servirão de alojamento para o JASC; RESOLVE:

Art. 1º – O art. 1º da Portaria n. 3.470/2014 passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º – PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 17 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) IVETE TERESINHA FERRONATO BOTTIN, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no Centro de Educação Infantil Clara Zomkowsky em vaga decorrente de exoneração.

Art. 2º - As demais disposições permanecem inalteradas.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 27 de novembro de 2015.  
MARCOS WEISS  
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

#### **PORTARIA N.º 4946**

PORTARIA Nº 4.946 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015

“ALTERA PRAZO CONTRATUAL DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, e considerando que a data dos Jogos Abertos de Santa Catarina – JASC foi alterada do mês de novembro para o mês de dezembro de 2015, fato este desconhecido em dezembro de 2014; considerando que diante do calendário prevendo o JASC houve a diminuição do recesso ocorrido no mês de julho, sendo que até a data dos JASC ocorrerá o cumprimento do calendário escolar nas unidades de ensino que alojarão atletas; considerando que a unidade de ensino em que atua o(a) servidor(a) servirão de alojamento para o JASC; RESOLVE:

Art. 1º – O art. 1º da Portaria n. 3.480/2014 passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º – PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 17 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) JULIANA VALQUIRIA ROSA TAUGEM, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar na vaga da Sra. Debora Maria Crestani Tonet que atualmente esta na direção da Escola Municipal Frida Regensburger.

Art. 2º - As demais disposições permanecem inalteradas.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 27 de novembro de 2015.

MARCOS WEISS  
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

#### **PORTARIA N.º 4947**

PORTARIA Nº 4.947 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015

“ALTERA PRAZO CONTRATUAL DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, e considerando que a data dos Jogos Abertos de Santa Catarina – JASC foi alterada do mês de novembro para o mês de dezembro de 2015, fato este desconhecido em dezembro de 2014; considerando que diante do calendário prevendo o JASC houve a diminuição do recesso ocorrido no mês de julho, sendo que até a data dos JASC ocorrerá o cumprimento do calendário escolar nas unidades de ensino que alojarão atletas; considerando que a unidade de ensino em que atua o(a) servidor(a) servirão de alojamento para o JASC; RESOLVE:

Art. 1º – O art. 1º da Portaria n. 3.482/2014 passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º – PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 17 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) JULIANE DE MELLO DA SILVA, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar em vaga para efetivação decorrente de aposentadoria de servidor no CERT.

Art. 2º - As demais disposições permanecem inalteradas.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 27 de novembro de 2015.  
MARCOS WEISS  
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

#### **PORTARIA N.º 4948**

PORTARIA Nº 4.948 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015

“ALTERA PRAZO CONTRATUAL DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, e considerando que a data dos Jogos Abertos de Santa Catarina – JASC foi alterada do mês de novembro para o mês de dezembro de 2015, fato este desconhecido em dezembro de 2014; considerando que diante do calendário prevendo o JASC houve a diminuição do recesso ocorrido no mês de julho, sendo que até a data dos JASC ocorrerá o cumprimento do calendário escolar nas unidades de ensino que alojarão atletas; considerando que a unidade de ensino em que atua o(a) servidor(a) servirão de alojamento para o JASC;

**RESOLVE:**

Art. 1º – O art. 1º da Portaria n. 3.571/2014 passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º – PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 17 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) KAREN ALINE DE FREITAS THOMAZ SAVARIS, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no CEI Rosa Branco e atender o disposto na Lei Complementar n.º 259/2014 referente ao Sistema de Ensino de Joaçaba.

Art. 2º - As demais disposições permanecem inalteradas.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 27 de novembro de 2015.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA**

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 4949**

PORTARIA Nº 4.949 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015

**“ALTERA PRAZO CONTRATUAL DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, e considerando que a data dos Jogos Abertos de Santa Catarina – JASC foi alterada do mês de novembro para o mês de dezembro de 2015, fato este desconhecido em dezembro de 2014; considerando que diante do calendário prevendo o JASC houve a diminuição do recesso ocorrido no mês de julho, sendo que até a data dos JASC ocorrerá o cumprimento do calendário escolar nas unidades de ensino que alojarão atletas; considerando que a unidade de ensino em que atua o(a) servidor(a) servirão de alojamento para o JASC; RESOLVE:

Art. 1º – O art. 1º da Portaria n. 3.486/2014 passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º – PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 17 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) KATIA REGINA VACARI DA ROSA, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para a atuar na Escola Municipal Rotary Fritz Lucht em vaga para efetivação decorrente de aposentadoria.

Art. 2º - As demais disposições permanecem inalteradas.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 27 de novembro de 2015.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA**

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 4950**

PORTARIA Nº 4.950 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015

**“ALTERA PRAZO CONTRATUAL DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, e considerando que a data dos Jogos Abertos de Santa Catarina – JASC foi alterada do mês de novembro para o mês de dezembro de 2015, fato este desconhecido em dezembro de 2014; considerando que diante do calendário prevendo o JASC houve a diminuição do recesso ocorrido no mês de julho, sendo que até a data dos JASC ocorrerá o cumprimento do calendário escolar nas unidades de ensino que alojarão atletas; considerando que a unidade de ensino em que atua o(a) servidor(a) servirão de alojamento para o JASC; RESOLVE:

Art. 1º – O art. 1º da Portaria n. 3.497/2014 passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º – PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 17 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) LUCIANE CUNHA, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para a atuar no CEI Nossa Senhora de Lourdes na vaga da professora Marcia Regina Dorini da Silveira com restrições médicas em função de perícia médica.

Art. 2º - As demais disposições permanecem inalteradas.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 27 de novembro de 2015.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA**

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 4951**

PORTARIA Nº 4.951 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015

**“ALTERA PRAZO CONTRATUAL DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, e considerando que a data dos Jogos Abertos de Santa Catarina – JASC foi alterada do mês de novembro para o mês de dezembro de 2015, fato este desconhecido em dezembro de 2014; considerando que diante do calendário prevendo o JASC houve a diminuição do recesso ocorrido no mês de julho, sendo que até a data dos JASC ocorrerá o cumprimento do calendário escolar nas unidades de ensino que alojarão atletas; considerando que a unidade de ensino em que atua o(a) servidor(a) servirão de alojamento para o JASC; RESOLVE:



Art. 1º – O art. 1º da Portaria n. 3.517/2014 passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º – PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 17 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) LUIZA PEREIRA DUARTE, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no CE Frei Bruno em processo de municipalização em turma de educação infantil.

Art. 2º - As demais disposições permanecem inalteradas.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 27 de novembro de 2015.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Setor de Pessoal

#### **PORTARIA N.º 4952**

PORTARIA Nº 4.952 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015

“ALTERA PRAZO CONTRATUAL DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, e considerando que a data dos Jogos Abertos de Santa Catarina – JASC foi alterada do mês de novembro para o mês de dezembro de 2015, fato este desconhecido em dezembro de 2014; considerando que diante do calendário prevendo o JASC houve a diminuição do recesso ocorrido no mês de julho, sendo que até a data dos JASC ocorrerá o cumprimento do calendário escolar nas unidades de ensino que alojarão atletas; considerando que a unidade de ensino em que atua o(a) servidor(a) servirão de alojamento para o JASC; RESOLVE:

Art. 1º – O art. 1º da Portaria n. 3.509/2014 passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º – PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 17 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) MAIRA GALDINO, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar na vaga da Sra. Clarice Maria Peccin Enderle que atualmente esta na direção escolar do CEI Tempo de Aprender.

Art. 2º - As demais disposições permanecem inalteradas.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 27 de novembro de 2015.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)  
Setor de Pessoal

#### **PORTARIA N.º 4953**

PORTARIA Nº 4.953 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015

“ALTERA PRAZO CONTRATUAL DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, e considerando que a data dos Jogos Abertos de Santa Catarina – JASC foi alterada do mês de novembro para o mês de dezembro de 2015, fato este desconhecido em dezembro de 2014; considerando que diante do calendário prevendo o JASC houve a diminuição do recesso ocorrido no mês de julho, sendo que até a data dos JASC ocorrerá o cumprimento do calendário escolar nas unidades de ensino que alojarão atletas; considerando que a unidade de ensino em que atua o(a) servidor(a) servirão de alojamento para o JASC; RESOLVE:

Art. 1º – O art. 1º da Portaria n. 3.510/2014 passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º – PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 17 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) MARCIA VALMORBIDA BOGONI, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no CEI Mundo Encantado em turma de educação infantil em função do numero excedente de matrículas para o ano de 2015.

Art. 2º - As demais disposições permanecem inalteradas.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 27 de novembro de 2015.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Setor de Pessoal

#### **PORTARIA N.º 4954**

PORTARIA Nº 4.954 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015

“ALTERA PRAZO CONTRATUAL DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, e considerando que a data dos Jogos Abertos de Santa Catarina – JASC foi alterada do mês de novembro para o mês de dezembro de 2015, fato este desconhecido em dezembro de 2014; considerando que diante do calendário prevendo o JASC houve a diminuição do recesso ocorrido no mês de julho, sendo que até a data dos JASC ocorrerá o cumprimento do calendário escolar nas unidades de ensino que alojarão atletas; considerando que a unidade de ensino em que atua o(a) servidor(a) servirão de alojamento para o JASC; RESOLVE:

Art. 1º – O art. 1º da Portaria n. 3.512/2014 passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º – PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 17 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) MARGARETE DE OLIVEIRA, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar na vaga da Sra. Caroline Zulian Bucco que atualmente esta atuando como assistente de direção do CEI Menino Deus.

Art. 2º - As demais disposições permanecem inalteradas.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 27 de novembro de 2015.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Setor de Pessoal

### **PORTARIA N.º 4955**

PORTARIA Nº 4.955 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015

“ALTERA PRAZO CONTRATUAL DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, e considerando que a data dos Jogos Abertos de Santa Catarina – JASC foi alterada do mês de novembro para o mês de dezembro de 2015, fato este desconhecido em dezembro de 2014; considerando que diante do calendário prevendo o JASC houve a diminuição do recesso ocorrido no mês de julho, sendo que até a data dos JASC ocorrerá o cumprimento do calendário escolar nas unidades de ensino que alojarão atletas; considerando que a unidade de ensino em que atua o(a) servidor(a) servirão de alojamento para o JASC; RESOLVE:

Art. 1º – O art. 1º da Portaria n. 3.554/2014 passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º – PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 17 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) MARISA GORETI ALBERTI LORENZETTI, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atender o disposto na Lei Complementar n.º 259/2014, na Escola Municipal Anita Lopes Vieira.

Art. 2º - As demais disposições permanecem inalteradas.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 27 de novembro de 2015.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Setor de Pessoal

### **PORTARIA N.º 4956**

PORTARIA Nº 4.956 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015

“ALTERA PRAZO CONTRATUAL DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, e considerando que a data dos Jogos Abertos de Santa Catarina – JASC foi alterada do mês de novembro para o mês de dezembro de 2015, fato este desconhecido em dezembro de 2014; considerando que diante do calendário prevendo o JASC houve a diminuição do recesso ocorrido no mês de julho, sendo que até a data dos JASC ocorrerá o cumprimento do calendário escolar nas unidades de ensino que alojarão atletas; considerando que a unidade de ensino em que atua o(a) servidor(a) servirão de alojamento para o JASC; RESOLVE:

Art. 1º – O art. 1º da Portaria n. 3.522/2014 passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º – PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 17 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) MARLENE DOLSAN, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para a atuar como segundo professor para atendimento de aluno com necessidades especiais no CE Frei Bruno.

Art. 2º - As demais disposições permanecem inalteradas.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 27 de novembro de 2015.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Setor de Pessoal

### **PORTARIA N.º 4957**

PORTARIA Nº 4.957 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015

“ALTERA PRAZO CONTRATUAL DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, e considerando que a data dos Jogos Abertos de Santa Catarina – JASC foi alterada do mês de novembro para o mês de dezembro de 2015, fato este desconhecido em dezembro de 2014; considerando que diante do calendário prevendo o JASC houve a diminuição do recesso ocorrido no mês de julho, sendo que até a data dos JASC ocorrerá o cumprimento do calendário escolar nas unidades de ensino que alojarão atletas; considerando que a unidade de ensino em que atua o(a) servidor(a) servirão de alojamento para o JASC; RESOLVE:

Art. 1º – O art. 1º da Portaria n. 3.523/2014 passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º – PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 17 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) MICHELLI NOVELLO, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria

Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar na vaga da Sra. Leandra Francieli Valentina Gomes de Lima Desiderio que atualmente esta atuando como assistente de direção no CEI Tempo de Aprender.

Art. 2º - As demais disposições permanecem inalteradas.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 27 de novembro de 2015.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Setor de Pessoal

### **PORTARIA N.º 4958**

PORTARIA Nº 4.958 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015

“ALTERA PRAZO CONTRATUAL DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, e considerando que a data dos Jogos Abertos de Santa Catarina – JASC foi alterada do mês de novembro para o mês de dezembro de 2015, fato este desconhecido em dezembro de 2014; considerando que diante do calendário prevendo o JASC houve a diminuição do recesso ocorrido no mês de julho, sendo que até a data dos JASC ocorrerá o cumprimento do calendário escolar nas unidades de ensino que alojarão atletas; considerando que a unidade de ensino em que atua o(a) servidor(a) servirão de alojamento para o JASC; RESOLVE:

Art. 1º – O art. 1º da Portaria n. 3.527/2014 passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º – PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 17 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) PAULA ANDRESSA KVICZINSKI CASTELO BRANCO, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar na vaga da Sra. Vera Radavelli Wolff que atualmente esta atuando na direção CEI Mundo Encantado.

Art. 2º - As demais disposições permanecem inalteradas.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 27 de novembro de 2015.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Setor de Pessoal

### **PORTARIA N.º 4959**

PORTARIA Nº 4.959 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015

“ALTERA PRAZO CONTRATUAL DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, e considerando que a data dos Jogos Abertos de Santa Catarina – JASC foi alterada do mês de novembro para o mês de dezembro de 2015, fato este desconhecido em dezembro de 2014; considerando que diante do calendário prevendo o JASC houve a diminuição do recesso ocorrido no mês de julho, sendo que até a data dos JASC ocorrerá o cumprimento do calendário escolar nas unidades de ensino que alojarão atletas; considerando que a unidade de ensino em que atua o(a) servidor(a) servirão de alojamento para o JASC; RESOLVE:

Art. 1º – O art. 1º da Portaria n. 3.528/2014 passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º – PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 17 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) REGINA TEDESCO GEHM, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar na vaga da Sra. Daiana Antunes de Oliveira que atualmente esta atuando na direção CEI Rosa Branco.

Art. 2º - As demais disposições permanecem inalteradas.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 27 de novembro de 2015.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Setor de Pessoal

### **PORTARIA N.º 4960**

PORTARIA Nº 4.960 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015

“ALTERA PRAZO CONTRATUAL DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, e considerando que a data dos Jogos Abertos de Santa Catarina – JASC foi alterada do mês de novembro para o mês de dezembro de 2015, fato este desconhecido em dezembro de 2014; considerando que diante do calendário prevendo o JASC houve a diminuição do recesso ocorrido no mês de julho, sendo que até a data dos JASC ocorrerá o cumprimento do calendário escolar nas unidades de ensino que alojarão atletas; considerando que a unidade de ensino em que atua o(a) servidor(a) servirão de alojamento para o JASC; RESOLVE:

Art. 1º – O art. 1º da Portaria n. 3.532/2014 passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º – PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 17 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) RUBIA SIBELIS CHIAMULERA DUARTE, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a)



na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no CE Frei Bruno como segundo professor para aluno com necessidades especiais.

Art. 2º - As demais disposições permanecem inalteradas.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 27 de novembro de 2015.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

### **PORTARIA N.º 4961**

PORTARIA Nº 4.961 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015

“ALTERA PRAZO CONTRATUAL DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, e considerando que a data dos Jogos Abertos de Santa Catarina – JASC foi alterada do mês de novembro para o mês de dezembro de 2015, fato este desconhecido em dezembro de 2014; considerando que diante do calendário prevendo o JASC houve a diminuição do recesso ocorrido no mês de julho, sendo que até a data dos JASC ocorrerá o cumprimento do calendário escolar nas unidades de ensino que alojarão atletas; considerando que a unidade de ensino em que atua o(a) servidor(a) servirão de alojamento para o JASC; RESOLVE:

Art. 1º – O art. 1º da Portaria n. 3.533/2014 passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º – PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 17 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) RUTE CARDOSO DA ROCHA, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar na vaga da Sra. Georgete Regina Sebastiao que atualmente esta atuando na direção da EM Rotary Fritz Lucht.

Art. 2º - As demais disposições permanecem inalteradas.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 27 de novembro de 2015.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

### **PORTARIA N.º 4962**

PORTARIA Nº 4.962 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015

“ALTERA PRAZO CONTRATUAL DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, e considerando que a data dos Jogos Abertos de Santa Catarina – JASC foi alterada do mês de novembro para o mês de dezembro de 2015, fato este desconhecido em dezembro de 2014; considerando que diante do calendário prevendo o JASC houve a diminuição do recesso ocorrido no mês de julho, sendo que até a data dos JASC ocorrerá o cumprimento do calendário escolar nas unidades de ensino que alojarão atletas; considerando que a unidade de ensino em que atua o(a) servidor(a) servirão de alojamento para o JASC; RESOLVE:

Art. 1º – O art. 1º da Portaria n. 3.545/2014 passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º – PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 11 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) TATIANE REGINA POLIDORO ZANIN, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar na Pré escola da Escola Julieta Lentz Puerta em turma de extensão.

Art. 2º - As demais disposições permanecem inalteradas.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 27 de novembro de 2015.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

### **PORTARIA N.º 4963**

PORTARIA Nº 4.963 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015

“CONCEDE PROGRESSÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60 da Lei Orgânica Municipal e pelo art. 31 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO a(o) Servidor(a) Sr(a). MAIRA DALSOGLIO, Fisioterapeuta, em função da titulação de Pós Graduação, conforme pedido protocolado através do processo n.º 140.575 de 13 de novembro de 2015, ficando enquadrado em função da nova titulação como Fisioterapeuta Nível C-III.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 30 de novembro de 2015.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 4964**

PORTARIA Nº 4.964 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015

“CONCEDE PROGRESSÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60 da Lei Orgânica Municipal e pelo art. 31 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO a(o) Servidor(a) Sr(a). ISABEL DE CARLI BORTOLI, Médico, em função da titulação de Pós Graduação, conforme pedido protocolado através do processo n.º 140.491 de 06 de novembro de 2015, ficando enquadrado em função da nova titulação como Médico Nível C-III.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 30 de novembro de 2015.  
MARCOS WEISS  
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 4965**

PORTARIA Nº 4.965 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 37, IX da Constituição Federal, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005, resolve;

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Senhor(a) ROSELI WEBER durante o período de 13 de novembro de 2015 a 12 de maio de 2016, para exercer as funções de TÉCNICO DE ENFERMAGEM - ESF, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde – ESF (Estratégia de Saúde da Família), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo art. 2º § 1º I e II da Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005, em função da classificação no edital de Processo Seletivo n.º 005/2015/FMS, para substituição da vaga da Sra. Elizete dos Santos Dias, conforme memorando n.º 678/2015 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 13 de novembro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 30 de novembro de 2015.  
MARCOS WEISS  
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 4966**

PORTARIA Nº 4.966 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015

“CONCEDE PROGRESSÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60 da Lei Orgânica Municipal e pelo art. 31 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO a(o) Servidor(a) Sr(a). IVANI DE FATIMA BRASILMOREIRA DO PRADO, Auxiliar de Serviços Internos, em função da titulação de Ensino Médio, conforme pedido protocolado através do processo n.º 139.898 de 21 de setembro de 2015, ficando enquadrado em função da nova titulação como Auxiliar de Serviços Internos Nível B-II.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 30 de novembro de 2015.  
MARCOS WEISS  
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 4967**

PORTARIA Nº 4.967 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015

“NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. NOMEAR o(a) Sr(a) HELLEN CHRISTIAN WIEST DABROWSKI, Técnico de Administração, para as funções de Chefe do Setor Agrícola, nível FC-1, vinculado a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola, Indústria, Comércio, Turismo e Inovação, de acordo com as Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003, n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013 e alterações, conforme memorando da referida Secretaria de 23/10/2015.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 03 de novembro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 30 de novembro de 2015.  
MARCOS WEISS  
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 4968**

PORTARIA Nº 4.968 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015

"TRANSFERIR SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

RAFAEL LASKE, Prefeito Municipal de Joaçaba-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei

RESOLVE

TRANSFERIR o(a) Servidor(a) Sr. ANTONIO DEOLINO DE LIMA, Auxiliar de Serviços Internos, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social para a Secretaria Municipal de Infraestrutura, conforme memorando de troca da Secretaria Municipal de Assistência Social sob n.º 308/2015.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 30 de novembro de 2015.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 4969**

PORTARIA Nº 4.969 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015

"CONCEDE PROGRESSÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60 da Lei Orgânica Municipal e pelo art. 31 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO a(o) Servidor(a) Sr(a). LUCIANE FRANK, Psicóloga, em função da titulação de Pós Graduação, conforme pedido protocolado através do processo n.º 139.840 de 16 de setembro de 2015, ficando enquadrado em função da nova titulação como Psicóloga Nível C-III.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 16 de setembro de 2015, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 30 de novembro de 2015.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 4970**

PORTARIA Nº 4.970 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) JAQUELINE MARGARETH SINTLINGER, Técnico de Enfermagem, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada de memorando n.º 711/2015 da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 23 de novembro de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 23 de novembro de 2015, obedecendo ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 30 de novembro de 2015.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 4971**

PORTARIA Nº 4.971 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015

"DESIGNAR SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º – Ficam nomeados os servidores abaixo indicados, para julgamento da CHAMADA PÚBLICA – Edital 01/2015 de 16 de novembro de 2015, cujo objeto é a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para o ano de 2016, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação:

Membros: Cheila Sacchetti

Fernanda Lunardi

Rafael Martini Veiga

Art. 2º – Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecendo o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 30 de novembro de 2015.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**TERMO DE RATIFICAÇÃO DL 11/2015/PMJ**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 111/2015/PMJ

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11/2015/PMJ

1 – DO OBJETO

Locação das dependências do pavilhão de eventos de propriedade da ASSOCIAÇÃO DOS VENDEDORES VIAJANTES DO MEIO OESTE CATARINENSE – AVVIMOC, conforme matrícula 12.402 do Registro de Imóveis 1º Ofício, as quais serão utilizadas no período de 01

a 18 de dezembro de 2015 para a realização das competições de Tênis de Mesa dos 55º Jogos Abertos de Santa Catarina - JASC.

## 2 – DA JUSTIFICATIVA

A locação destas dependências é imprescindível para realização dos 55º Jogos Abertos de Santa Catarina – JASC, sendo que tal investimento consta na proposta cadastrada junto ao Sistema Estadual de Incentivo à Cultura, ao Turismo e ao Esporte – SEITEC com aprovação junto à Fundação Catarinense de Esporte – FESPORTE e Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte.

A realização do evento é de responsabilidade da FESPORTE, sendo que o Município de Joaçaba firmou convênio para recebimento dos recursos para realização de despesas a serem suportadas pelo Município para apoio de infraestrutura e logística do evento.

Foram juntados ao processo justificativa quanto à utilização do imóvel, bem como, justificativa quanto ao valor, que, conforme avaliação é compatível com os valores praticados no mercado.

## 3 – DO FUNDAMENTO LEGAL

Atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações introduzidas pela Lei 8.883/94, em especial o disposto no art. 24, inciso X.

## 4 - DO LOCADOR

ASSOCIAÇÃO DOS VENDEDORES VIAJANTES DO MEIO OESTE CATARINENSE – AVVIMOC, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 78.491.263/0001-38, estabelecida na Linha

Duas Casas, s/nº, interior do Município de Joaçaba, SC, representada neste ato pelo Sr. Ruy Nuernberg, inscrito no CPF sob o nº 113.354.321-91, portador da Cédula de Identidade nº 272.896, residente em Joaçaba, SC.

## 5 – DO VALOR CONTRATADO

Fica contratado o valor total de R\$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais), que será pago em parcela única a partir da assinatura do contrato, em conformidade com parecer da Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte, em anexo.

## 6 – DA VIGÊNCIA

O contrato oriundo desse processo de dispensa terá vigência até 21 de dezembro de 2015, a contar da sua assinatura.

## 7 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta contratação serão custeadas pela seguinte dotação orçamentária:

2.023 - MANUTENÇÃO DA GERÊNCIA DE EVENTOS

217 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0064 – Aplicações Diretas.

Joaçaba (SC), em 01 de dezembro de 2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

# SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA

## ATA DE REGISTRO DE PREÇO JHL 0002/2015 - SIMAE

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 02/2015

Aos seis dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, no Setor de Compras, localizado na Sede Administrativa do SIMAE, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços nº 0001/2015, na Ata de julgamento de preços, homologada em 06/03/2015, RESOLVE registrar os preços da(s) empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

## 1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando à contratação de empresa(s) para a prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimentos de peças em geral e acessórios, por hora trabalhada, de mecânica, elétrica, funilaria e pintura destinada à manutenção de equipamentos acoplados aos veículos da frota do SIMAE, durante o exercício financeiro de 2015.

1.2 Os serviços de manutenção preventiva e corretiva constarão de:

- a) execução de reparos, conservação e recuperação dos equipamentos;
- b) fornecimento, de peças e acessório a serem utilizados na execução de serviços de reparos, conservação e recuperação referidos na alínea anterior, observando as disposições constantes neste Edital conforme a seguir:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	100,00	HR	SERVIÇO DE MECANICA GERAL PARA EQUIPAMENTOS ACOPLADOS AOS VEICULOS: PLACA MARCA/MODELO SIMAE GUINDASTE MUNK HIDRÁULICO COM CAPACIDADE 4000 KGF/M, DUAS LANÇAS HIDRÁULICAS E UMA LANÇA MANUAL, MARCA ARGOS- ACOPLADO AO VEICULO FIAT IVECO PLACAS MKJ-1354 TECNICA ESGOTO RETROESCAVADEIRA GIRO MÓVEL MARCA IMAP MODELO RM 3500, COMPOSTA DE DUAS LANÇAS ARTICULADAS COM CILINDRO HIDRÁULICOS, 01 CAÇAMBA NA EXTREMIDADE CONSTRUÍDA EM FORMATO DE CONCHA DOTADO DE DENTES AUTO-AFIANTES - ACOPLADO AO VEICULO FORD CARGO PLACA MEB-6131 TECNICA AGUA RETROESCAVADEIRA GIRO MÓVEL MARCA IMAP MODELO RM 3500, COMPOSTA DE DUAS LANÇAS ARTICULADAS COM CILINDRO HIDRÁULICOS, 01 CAÇAMBA NA EXTREMIDADE CONSTRUÍDA EM FORMATO DE CONCHA DOTADO DE DENTES AUTO-AFIANTES - ACOPLADO AO VEICULO VOLKS VW10.160 PLACAS QHC-7075 - TECNICA AGUA	VIEIRA	107,50	10.750,00
2	90,00	HR	SERVIÇOS DE MECANICA ESPECIALIZADA PARA EQUIPAMENTOS ACOPLADOS AOS VEICULOS: PLACA MARCA/MODELO SIMAE GUINDASTE MUNK HIDRÁULICO COM CAPACIDADE 4000 KGF/M, DUAS LANÇAS HIDRÁULICAS E UMA LANÇA MANUAL, MARCA ARGOS- ACOPLADO AO VEICULO FIAT IVECO PLACAS MKJ-1354 TECNICA ESGOTO RETROESCAVADEIRA GIRO MÓVEL MARCA IMAP MODELO RM 3500, COMPOSTA DE DUAS LANÇAS ARTICULADAS COM CILINDRO HIDRÁULICOS, 01 CAÇAMBA NA EXTREMIDADE CONSTRUÍDA EM FORMATO DE CONCHA DOTADO DE DENTES AUTO-AFIANTES - ACOPLADO AO VEICULO FORD CARGO PLACA MEB-6131 TECNICA AGUA RETROESCAVADEIRA GIRO MÓVEL MARCA IMAP MODELO RM 3500, COMPOSTA DE DUAS LANÇAS ARTICULADAS COM CILINDRO HIDRÁULICOS, 01 CAÇAMBA NA EXTREMIDADE CONSTRUÍDA EM FORMATO DE CONCHA DOTADO DE DENTES AUTO-AFIANTES - ACOPLADO AO VEICULO VOLKS VW10.160 PLACAS QHC-7075 - TECNICA AGUA	VIEIRA	107,50	9.675,00
3	40,00	HR	SERVIÇO DE ELETRICIDADE PARA EQUIPAMENTOS ACOPLADOS AOS VEICULOS: PLACA MARCA/MODELO SIMAE GUINDASTE MUNK HIDRÁULICO COM CAPACIDADE 4000 KGF/M, DUAS LANÇAS HIDRÁULICAS E UMA LANÇA MANUAL, MARCA ARGOS- ACOPLADO AO VEICULO FIAT IVECO PLACAS MKJ-1354 TECNICA ESGOTO RETROESCAVADEIRA GIRO MÓVEL MARCA IMAP MODELO RM 3500, COMPOSTA DE DUAS LANÇAS ARTICULADAS COM CILINDRO HIDRÁULICOS, 01 CAÇAMBA NA EXTREMIDADE CONSTRUÍDA EM FORMATO DE CONCHA DOTADO DE DENTES AUTO-AFIANTES - ACOPLADO AO VEICULO FORD CARGO PLACA MEB-6131 TECNICA AGUA RETROESCAVADEIRA GIRO MÓVEL MARCA IMAP MODELO RM 3500, COMPOSTA DE DUAS LANÇAS ARTICULADAS COM CILINDRO HIDRÁULICOS, 01 CAÇAMBA NA EXTREMIDADE CONSTRUÍDA EM FORMATO DE CONCHA DOTADO DE DENTES AUTO-AFIANTES - ACOPLADO AO VEICULO VOLKS VW10.160 PLACAS QHC-7075 - TECNICA AGUA	VIEIRA	122,00	4.880,00



4	40,00	HR	SERVIÇO DE FUNILARIA E PINTURA PARA EQUIPAMENTOS ACOPLADOS AOS VEICULOS: PLACA MARCA/ MODELO SIMAE GUINDASTE MUNK HIDRÁULICO COM CAPACIDADE 4000 KGF/M, DUAS LANÇAS HIDRÁULICAS E UMA LANÇA MANUAL, MARCA ARGOS- ACOPLADO AO VEICULO FIAT IVECO PLACAS MKJ-1354 TECNICA ESGOTO RETROESCAVADEIRA GIRO MÓVEL MARCA IMAP MODELO RM 3500, COMPOSTA DE DUAS LANÇAS ARTICULADAS COM CILINDRO HIDRÁULICOS, 01 CAÇAMBA NA EXTREMIDADE CONSTRUÍDA EM FORMATO DE CONCHA DOTADO DE DENTES AUTO-AFIANTES - ACOPLADO AO VEICULO FORD CARGO PLACA MEB-6131 TECNICA AGUA RETROESCAVADEIRA GIRO MÓVEL MARCA IMAP MODELO RM 3500, COMPOSTA DE DUAS LANÇAS ARTICULADAS COM CILINDRO HIDRÁULICOS, 01 CAÇAMBA NA EXTREMIDADE CONSTRUÍDA EM FORMATO DE CONCHA DOTADO DE DENTES AUTO-AFIANTES - ACOPLADO AO VEICULO VOLKS VW10.160 PLACAS QHC-7075 - TECNICA AGUA	VIEIRA	100,00	4.000,00
Total						29.305,00

1.3 O regime da execução do contrato é indireta - empreitada por preço unitário.

1.4 O presente Contrato, assim como a Licitação da qual decorreu, não obriga o SIMAE a aquisição de todos os objetos nas quantidades acima indicadas, sendo solicitados de acordo com as necessidades da Administração.

1.5 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.5.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição, não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.5.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.6 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o SIMAE solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.5.1.

## 2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- Edital de Pregão Presencial nº 0001/2015 e seus anexos;
- Proposta da(s) Licitante(s).

## 3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, após a homologação da Autoridade Competente, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

## 4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS VEICULOS COM OS EQUIPAMENTOS ACOPLADOS

4.1 Os serviços deverão ser prestados conforme a necessidade da Administração, que procederá a solicitação nas quantidades que lhe convier, realizada dentro do prazo de contratação.

4.2 A CONTRATADA retirará o veículo com o equipamento acoplado a ser consertado em até 24 (vinte e quatro) horas no local indicado pelo Responsável.

4.2.1 Em caso de emergência a CONTRATADA retirará o veículo com o equipamento acoplado em até duas horas no local indicado pelo Responsável.

4.2.2 Na hipótese de retirada do veículo com o equipamento acoplado pela CONTRATADA os empregados da empresa deverão apresentar-se identificados com credenciais da empresa, sem as quais não serão autorizados a remover o veículo.

4.2.3 O transporte dos veículos deverá ser realizado em outros veículos do tipo "guincho" e nenhum custo pelo transporte deverão ser repassados a Contratante;

4.3 A cada serviço, a CONTRATANTE solicitará à CONTRATADA um orçamento que deverá ser por este preparado;

4.3.1 O orçamento deverá ser preparado de forma detalhada, abrangendo:

- nome, código do fabricante do equipamento e quantidade de peças;
- número de horas dos serviços a serem executados;
- prazo para realização dos serviços;
- placa e quilometragem constante no hodômetro do veículo.

4.3.2 A detentora do Registro de Preços deverá entregar ao requisitante o orçamento prévio acima descrito no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após equipamento estar disponível;

4.4 Após a aprovação do orçamento prévio a CONTRATADA deverá executar os serviços no prazo máximo de 10 (dez) dias para os casos de retífica de motor e 5 (cinco) dias para os demais serviços;

4.5 A CONTRATADA poderá requerer prorrogação dos prazos fixados antes de findos, mediante justificativa formal conforme disposto no

Anexo do edital.

4.6. No ato da entrega dos serviços a proponente deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura correspondente às quantias solicitadas, que será submetida à aprovação do órgão responsável pelo recebimento.

4.7 O recebimento do serviço, objeto desta licitação, ocorrerá:

- a) Provisoriamente: A recepção provisória dos equipamentos será feita pelo Motorista, designado pela Administração para conduzir o veículo com o equipamento acoplado, sendo que deverá realizar um teste de direção e funcionamento do equipamento, de modo a verificar o seu correto funcionamento, relativo aos serviços executados. Após tal teste, será emitido Termo de Recebimento Provisório assinado pelas partes, em até 02 (dois) dias da entrega dos veículos;
- b) Definitivamente: A recepção definitiva dos equipamentos será feita pelo motorista, designado pela Administração para conduzir o referido veículo cujo equipamento esteja acoplado, após o decurso do prazo de observação ou vistoria da qualidade dos serviços disponibilizados que comprove a adequação do serviço aos termos contratuais, no máximo 02 (dois) dias contados a partir do recebimento provisório e mediante a emissão do Termo de Recebimento Definitivo assinado pelas partes.

4.8 Após o aceite definitivo, o gestor do contrato deverá encaminhar a nota fiscal/fatura para posterior pagamento.

4.9 A emissão do aceite não exclui a responsabilidade civil do prestador por vícios de qualidade dos serviços executados, das peças ou acessórios substituídos ou disparidade com as especificações técnicas exigidas neste Termo e/ou por ela atribuídas e posteriormente comprovadas pela Administração, sendo facultado a administração submeter as peças e serviços executados à perícia, com objetivo de eliminar qualquer dúvida existente na qualificação e classificação dos mesmos.

4.10 A Administração rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com o Edital e seus Anexos.

4.11 Os serviços prestados terão prazo mínimo de garantia de:

- a) 100 (cem) horas para serviços prestados;
- b) 100 (cem) horas para peças e acessórios comprados no balcão; e
- c) 100 (cem) horas para peças e acessórios instalados na oficina.

4.12 A garantia das peças e serviços deverá ser cumprida, mesmo após o termino ou rescisão do contrato, até o termo final, conforme definidos nas letras: "a", "b" e "c";

## 5. DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 O pagamento será efetuado a partir do recebimento definitivo dos serviços, mediante a apresentação da Nota Fiscal/fatura devidamente atestada pelo responsável pela fiscalização do contrato, bem como o relatório de execução dos serviços contendo a quantidade de horas trabalhadas por equipamento (marca, modelo/ano e nº. da placa), em até 05 (CINCO) dias após entrega da nota fiscal a contento.

5.2 Para fazer jus ao pagamento, a contratada deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança:

- a) Os comprovantes de regularidade perante o INSS e o FGTS.

5.3 Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

5.4 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5.5 No caso de eventuais atrasos de pagamento das faturas, por culpa da Administração, o valor será atualizado monetariamente nos termos do art. 117 da Constituição Estadual de SC, acrescido da multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano, pro rata die.

5.6 As despesas decorrentes de aquisição dos objetos desta licitação correrão à conta dos recursos orçamentários, existentes nas dotações:

PROJETO/ATIVIDADE: 2061 2062

FUNÇÃO/PROGRAMA: 14.01. 14.01

ELEMENTO: 3.3.90.39.19

## 6 RESPONSABILIDADES

6.1 A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o SIMAE ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo SIMAE.

6.2 A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.

6.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da fornecedora.

6.4 A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos materiais fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos.

6.5 A empresa registrada autoriza o SIMAE a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

## 7 OBRIGAÇÕES DAS FORNECEDORAS

7.1 Constituem obrigações das empresas fornecedoras além das previstas no Anexo I do Edital:

- a) manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;
- b) Corrigir, reparar, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas;
- c) permitir a fiscalização e o acompanhamento de pessoa indicada pelo CONTRATANTE, na execução do contrato; para fins de acompanhamento da qualidade da execução dos serviços e verificação da qualidade das peças utilizadas no(s) equipamento(s);
- d) fornecer equipamentos de proteção individual (EPI's) aos empregados;



e) observar as normas de saúde, segurança e medicina do trabalho.

7.2 O não cumprimento dos prazos estipulados no Edital e seus Anexos poderão resultar na suspensão dos pagamentos, bem como na aplicação das sanções previstas no Edital, nesta Ata e na Lei.

7.3 Será facultado a Administração, através de Comissão Própria ou Mista, a realização de vistoria/auditoria nas dependências das fornecedoras, para avaliar se as condições das instalações físicas, pessoal, aparelhamento e ferramentaria atendem à todas as exigências para execução dos serviços detalhados no Anexo I do Edital.

7.4 A inobservância das exigências presentes nesse Contrato acarretará na aplicação de penalidade, bem como a rescisão contratual.

## 8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

8.1 O SIMAE poderá cancelar o Registro de Preços da(s) fornecedora(s) nos casos a seguir especificados:

a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;

b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

c) quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;

f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

g) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

8.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

## 9 PENALIDADES

9.1 Pela inexecução total ou parcial dos serviços estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa:

1- De 0,2% (dois décimos) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);

2- De até 20% (vinte por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;

c) Impedimento de participação em licitação e de contratar com a Administração Pública pelo período de até 05 (cinco) anos consecutivos.

9.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

## 10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Joaçaba- (SC), em 06 de março de 2015.

Eliane Aparecida Ceron Vier  
Pregoeiro

Equipe de Apoio:

Mônica Saraiva Romani

Vinicius Viecei Melo

ALAIR CRISTIANE DE OLIVEIRA GOMES  
Vieira e Vieira Manutenção de Veículos LTDA EPP

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO JHL 0006/2014 - SIMAE****SIMAE**

**SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO**  
AUTARQUIA DOS MUNICÍPIOS DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA, SC

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0006/2014**

Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e catorze, no Setor de Compras, localizado na Sede Administrativa do SIMAE, no Município de Joaçaba, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços nº 0023/2014, na Ata de julgamento de preços, homologada em 25/06/2014, RESOLVE registrar os preços da(s) empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

**1. DO OBJETO**

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços de Pneus, Câmaras, Conserto de Pneu, Geometria e Balanceamento para manutenção da Frota do SIMAE, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital Pregão Presencial nº 0023/2014.

1.2 As licitantes registradas para os materiais cotados são as seguintes:

1º. Colocado – **Empresa Joaçaba Pneus Ltda.**

<b>Lote: 1</b>				<b>Preço Total do Lote:</b>		<b>24.050,00</b>
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	PNEU 12X16,5, 10 LONAS, IT323, DIANTEIRO, P/RETROESCAVADEIRA	PÇ	PIRELLI PN16	12,00	766,959	9.203,51
2	PNEU 19.5L - 24, 10 LONAS, R 4, IT525, TRASEIRO, RETROESCAVADEIRA	PÇ	PIRELLI PN12	6,00	2.163,2301	13.009,38
3	CÂMARA PARA PNEU 12 X 16,5, 10 LONAS, IT 323, DIANTEIRO, PARA RETROESCAVADEIRA	PÇ	RS	12,00	63,8301	765,96
4	CÂMARA PARA PNEU 19.5L-24, 10 LONAS, R4, IT 525, TRASEIRO, PARA RETROESCAVADEIRA	PÇ	BBW TR218A	6,00	178,5249	1.071,15
<b>Lote: 2</b>				<b>Preço Total do Lote:</b>		<b>15.200,00</b>
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
5	PNEU 175/70 R-14, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA E VELOCIDADE 88 T, PARA OS VEÍCULOS FIAT STRADAS DE PLACAS MBH0317 E MJB5617; FIAT FIORINO DE PLACAS MGR3980; FIAT DOBLÔS DE PLACAS MCI-9034 E 9064; SAVEIROS MLW-3121 E MLW-3211	PÇ	PIRELLI 84T P4 C	60,00	190,4317	11.425,90
6	BALANCEAMENTO PARA OS VEÍCULOS FIAT STRADAS DE PLACAS MBH0317 E MJB5617; FIAT FIORINO DE PLACAS MGR3980; FIAT DOBLÔS DE PLACAS MCI-9034 E 9064; SAVEIROS MLW-3121 E MLW-3211.	SV		180,00	10,8536	1.953,65



SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
AUTARQUIA DOS MUNICÍPIOS DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA, SC



7	GEOMETRIA PARA OS VEICULOS FIAT STRADAS DE PLACAS MBH0317 E MJB5617; FIAT FIORINO DE PLACAS MGR3980; FIAT DOBLÔS DE PLACAS MCI-9034 E 9064;SAVEIROS MLW-3121 E MLW-3211.	SV		45,00	40,4544	1.820,45
<b>Lote: 3</b>				<b>Preço Total do Lote:</b>		<b>3.550,00</b>
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
8	PNEU 750X16, LISO, DIANTEIRO, 10 OU 12 LONAS PARA VEICULOS TOYOTA BANDEIRANTE, PLACAS MBC-1206 E MBC-1236.	PÇ	PIRELLI CT52 10L	4,00	353,7948	1.415,18
9	PNEU 750X16 , 10 OU 12 LONAS, BORRACHUDO, TRASEIRO, PARA VEICULOS TOYOTA BANDEIRANTE, PLACAS MBC-1206 E MBC-1236.	PÇ	PIRELLI RT59 10L	4,00	381,0097	1.524,04
10	CÂMARA PARA PNEU 750X16, LISO, DIANTEIRO, PARA VEICULOS TOYOTA BANDEIRANTE, PLACAS MBC-1206 E MBC-1236.	PÇ	BBW TR	4,00	30,7141	122,86
11	CÂMARA PARA PNEU 750X16 , 10 OU 12 LONAS, BORRACHUDO, TRASEIRO, PARA VEICULOS TOYOTA BANDEIRANTE, PLACAS MBC-1206 E MBC-1236.	PÇ	BBW TR75	4,00	35,9627	143,85
12	BALANCEAMENTO PARA VEICULOS TOYOTA BANDEIRANTE, PLACAS MBC-1206 E MBC-1236.	SV		12,00	14,5795	174,95
13	GEOMETRIA PARA VEICULOS TOYOTA BANDEIRANTE, PLACAS MBC-1206 E MBC-1236.	SV		3,00	56,3739	169,12
<b>Lote: 7</b>				<b>Preço Total do Lote:</b>		<b>3.150,00</b>
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
24	PNEU 205/70 R-15, MISTO, ÍNDICE DE CARGA E VELOCIDADE 106R, PARA VEÍCULO DUCATO, PLACAS MDS-4409, ANO 2004.	PÇ	PIRELLI CHRONO	8,00	311,9347	2.495,48
25	CÂMARA PARA PNEU 205/70 R-15, MISTO, ÍNDICE DE CARGA E VELOCIDADE 106 R, PARA VEÍCULO DUCATO, PLACAS MDS-4409, ANO 2004.	PÇ	BBW KR-15 TR13	8,00	24,3417	194,73
26	BALANCEAMENTO PARA VEÍCULO DUCATO, PLACAS MDS-4409, ANO 2004	SV		24,00	13,5232	324,56
27	GEOMETRIA PARA VEÍCULO DUCATO, PLACAS MDS-4409, ANO 2004.	SV		3,00	45,0773	135,23
<b>Lote: 8</b>				<b>Preço Total do Lote:</b>		<b>3.300,00</b>
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
28	PNEU 750X16 12 LONAS, LISO, DIANTEIRO, PARA VEÍCULO F-4000,	PÇ	PIRELLI CT52	2,00	399,1150	798,23

Rua Tiradentes 123 - CEP 89600-000 - Joaçaba SC. - Fone/Fax: (49) 35518200 - Fax: (49) 35518213 - [www.simae.sc.gov.br](http://www.simae.sc.gov.br)

CNPJ 84.591.890/0001-43



SIMAE

**SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO**  
 AUTARQUIA DOS MUNICÍPIOS DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERN, SC


	PLACAS LZN-4621, ANO 1998.					
29	PNEU 750X16 12 LONAS, BORRACHUDO, TRASEIRO, PARA VEICULO F-4000, PLACAS LZN-4621, ANO 1998.	PÇ	PIRELLI AS22	4,00	434,1856	1.736,74
30	CÂMARA PARA PNEU 750X16 12 LONAS, LISO, DIANTEIRO, PARA VEICULO F-4000, PLACAS LZN-4621, ANO 1998.	PÇ	BBW TR75	2,00	35,0761	70,15
31	CÂMARA PARA PNEU 750X16 12 LONAS, BORRACHUDO, TRASEIRO, PARA VEICULO F-4000, PLACAS LZN-4621, ANO 1998	PÇ	BBW TR75	4,00	35,0761	140,30
32	BALANCEAMENTO PARA VEICULO F-4000, PLACAS LZN-4621, ANO 1998	SV		18,00	23,7001	426,60
33	GEOMETRIA PARA VEICULO F-4000, PLACAS LZN-4621, ANO 1998.	SV		3,00	42,6602	127,98
<b>Lote: 10</b>				<b>Preço Total do Lote:</b>		<b>16.150,00</b>
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
37	PNEU 275/80 R22, LISO, RADIAL, MISTO PARA CAMINHÃO VOLKSWAGEN 15.180, PLACAS MHH4895, ANO 2009.	PÇ	PIRELLI FG85	4,00	1.255,0024	5.020,01
38	PNEU 275/80 R22.5, RADIAL, BORRACHUDO, PARA CAMINHÃO VOLKSWAGEN 15.180, PLACAS MHH4895, ANO 2009.	PÇ	PIRELLI TR85	8,00	1.261,7187	10.093,75
39	BALANCEAMENTO PARA CAMINHÃO VOLKSWAGEN 15.180, PLACAS MHH4895 ANO 2009	SV		36,00	28,7845	1.036,24
<b>Lote: 11</b>				<b>Preço Total do Lote:</b>		<b>4.866,00</b>
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
41	PNEU 110/90-17, 60 P, R 34, BORRACHUDO, TRASEIRO, PARA MOTO NXR 150 BROS, PLACAS : MMD-7522; MMD7692; MKR0093; MKR0133; MKR0083	PÇ	LEVORIN DUNA	15,00	152,00	2.280,00
42	PNEU 90/90-19, 52 T, R34, DIANTEIRO, P/MOTO NXR 150 BROS, PLACA: MMD7692; MMD7522; MKR0093; MKR0083; MKR0133	PÇ	LEVORIN DUNA	15,00	127,00	1.905,00
43	CÂMARA PARA PNEU 110/90-17, BORRACHUDO, TRASEIRO, PARA MOTO NXR 150 BROS, PLACAS: MMD7522; MMD7692; MKR0093; MKR0083; MKR0133.	PÇ	DEVORIN MSC17	15,00	21,00	315,00
44	CÂMARA PARA PNEU 90/90-19, 52 T, R34, DIANTEIRO, P/MOTO NXR 150 BROS, PLACAS: MMD7522; MMD7692; MKR0093; MKR0083; MKR0133.	PÇ	LEVORIN MSA19	15,00	24,40	366,00
<b>Lote: 12</b>				<b>Preço Total do Lote:</b>		<b>2.457,00</b>
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total



SIMAE

**SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO**  
 AUTARQUIA DOS MUNICÍPIOS DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA, SC


45	PNEU 80/100 - 18 47P, DIANTEIRO PARA MOTO CG 125 DE PLACAS MJL 5774, MJL5874, MAY8221 E MAY8311.	PÇ	LEVORIN MATRIX	12,00	83,9795	1.007,75
46	PNEU 90/90-18 57P, TRASEIRO PARA MOTO CG 125 DE PLACAS MJL 5774, MJL5874, MAY8221 E MAY8311.	PÇ	LEVORIN DAKAR	12,00	85,979	1.031,75
47	CÂMARA PARA PNEU 90/90-18 57P, TRASEIRO PARA MOTO CG 125 DE PLACAS MJL 5774, MJL5874, MAY8221 E MAY8311.	PÇ	LEVORIN MSA18	12,00	17,3958	208,75
48	CÂMARA PARA PNEU 80/100 - 18 47P, DIANTEIRO PARA MOTO CG 125 DE PLACAS MJL 5774, MJL5874, MAY8221 E MAY8311.	UN	LEVORIN MSA18	12,00	17,3958	208,75
<b>Lote: 13</b>				<b>Preço Total do Lote:</b>		<b>13.600,00</b>
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
49	PNEU 275/80, R-22,5, TRASEIRO/DIAANTEIRO, LISO, RADIAL PARA VEICULO IVECO PLACAS MKJ 1354.	PÇ	PIRELLI F.DRII	12,00	983,5948	11.803,14
50	BALANCEAMENTO P/VEICULO IVECO, PLACAS MKJ 1354	SV		48,00	37,4346	1.796,86
<b>Lote: 15</b>				<b>Preço Total do Lote:</b>		<b>1.924,00</b>
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
55	PNEU 4.10, R-18, TRASEIRO, PARA MOTO XR 200R, PLACA MAY 8031.	PÇ	LEVORIN DINGO	6,00	146,94	881,64
56	CÂMARA PARA PNEU 4.10, R-18, TRASEIRO, PARA MOTO XR 200R, PLACA MAY 8031	PÇ	LEVORIN MSB18	6,00	19,3919	116,35
57	PNEU 2.75, R-21, DIANTEIRO, PARA MOTO XR200R, PLACA MAY 8031	PÇ	LEVORIN DUNA	6,00	134,9439	809,66
58	CÂMARA PARA PNEU 2.75, R-21, PARA MOTO XR200R, PLACA MAY 8031	PÇ	LEVORIN MSA21	6,00	19,3919	116,35
<b>Lote: 18</b>				<b>Preço Total do Lote:</b>		<b>1.750,00</b>
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
65	CONSRTO DE PNEU PARA VEÍCULOS LEVES	SV		140,00	12,50	1.750,00
<b>Lote: 22</b>				<b>Preço Total do Lote:</b>		<b>600,00</b>
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
73	CONSRTO PNEU DE MOTO	SV		60,00	10,00	600,00



SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
AUTARQUIA DOS MUNICÍPIOS DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA, SC



1º. Colocado – JK Pneus Ltda.

Lote: 4				Preço Total do Lote:		3.335,00
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
14	PNEU 175/70 R13, RADIAL, INDICE DE CARGA E VELOCIDADE: 83R, PARA VEICULO FIAT FIORINO, PLACAS INK2963, ANO 2006 E VEICULO PARATI, PLACAS LYF-2528.	PÇ	FIRESTONE	16,00	137,6481	2.202,37
15	BALANCEAMENTO PARA VEICULO FIAT FIORINO, PLACAS INK2963, ANO 2006 E VEICULO PARATI, PLACAS LYF-2528.	SV		50,00	8,7125	435,63
16	GEOMETRIA PARA VEICULO FIAT FIORINO, PLACAS INK2963, ANO 2006 E VEICULO PARATI, PLACAS LYF-2528.	SV		20,00	34,8499	697,00
Lote: 6				Preço Total do Lote:		9.045,00
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
20	PNEU 215/75 17,5, DIANTEIRO e TRASEIRO, PARA VEICULO FORD CARGO, PLACAS MEB 6131	PÇ	FIRESTONE	12,00	608,965	7.307,58
21	CAMARA PARA PNEU 215/75, R-17, LISO, DIANTEIRO/TRASEIRO, P/FORD CARGO MEB 6131	PÇ	RS	12,00	66,3688	796,43
22	BALANCEAMENTO PARA VEICULO FORD CARGO, PLACAS MEB 6131	SV		36,00	22,7291	818,25
23	GEOMETRIA PARA VEICULO FORD CARGO, PLACAS MEB 6131	SV		3,00	40,9123	122,74
Lote: 16				Preço Total do Lote:		4.050,00
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
59	PNEU 205/55 R16, 91 V, ER 300 PARA VEICULO ZAFIRA , PLACAS MHM8126, ANO 2010.	PÇ	PIRELLI PHANTON	12,00	267,322	3.207,86
60	BALANCEAMENTO PARA VEICULO ZAFIRA , PLACA MHM-8126, ANO 2010	SV		48,00	9,3571	449,14
61	GEOMETRIA PARA VEICULO ZAFIRA , PLACA MHM-8126, ANO 2010.	SV		12,00	32,7497	393,00
Lote: 23				Preço Total do Lote:		465,00
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
40	GEOMETRIA PARA CAMINHÃO VOLKSWAGEN 15.180, PLACAS MHH-4895, ANO 2009.	SV		12,00	38,75	465,00



SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
AUTARQUIA DOS MUNICÍPIOS DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA, SC



1º. Colocado – Vicini Pneus Ltda.

<b>Lote: 5</b>				<b>Preço Total do Lote:</b>		<b>8.832,00</b>
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
17	PNEU 225/65, R-16, DIANTEIRO E TRASEIRO, VEICULOS RENAULT MASTER ANO 2013, PLACAS MLW 3315.	PÇ	GOODYEAR G26	12,00	640,00	7.680,00
18	BALANCEAMENTO PARA VEICULOS RENAULT MASTER, ANO 2013, PLACAS MLW 3315.	SV		36,00	17,00	612,00
19	GEOMETRIA PARA VEICULOS RENAULT MASTER, ANO 2013, PLACAS MLW 3315.	SV		12,00	45,00	540,00
<b>Lote: 9</b>				<b>Preço Total do Lote:</b>		<b>1.775,00</b>
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
34	PNEU 185/60 R 14, ÍNDICE DE CARGA E VELOCIDADE: 84 T, PARA VEICULO GOL, PLACAS MCR 4695, ANO 2005.	PÇ	GOODYEAR KELLY PA	8,00	188,8889	1.511,11
35	BALANCEAMENTO PARA VEICULO GOL, PLACAS MCR 4695, ANO 2005.	SV		24,00	6,9444	166,67
36	GEOMETRIA PARA VEICULO GOL, PLACAS MCR 4695, ANO 2005.	SV		4,00	24,3056	97,22
<b>Lote: 14</b>				<b>Preço Total do Lote:</b>		<b>1.930,00</b>
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
52	PNEU 185/70 R13, ÍNDICE DE CARGA E VELOCIDADE 87 T, PARA VEICULO SAVEIRO, PLACAS MCR-7035	PÇ	PIRELLI 85T P400	8,00	185,36	1.482,88
53	BALANCEAMENTO PARA VEICULO SAVEIRO, PLACAS MCR-7035	SV		32,00	7,7823	249,03
54	GEOMETRIA PARA VEICULO SAVEIRO, PLACAS MCR-7035	SV		8,00	24,7617	198,09
<b>Lote: 17</b>				<b>Preço Total do Lote:</b>		<b>5.840,00</b>
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
62	PNEU 205/75 R16 RADIAL, 110/108C PARA VEÍCULO RENAULT MASTER DE PLACAS MKC9994, ANO 2012.	PÇ	BRIDGESTONE	12,00	416,4192	4.997,03
63	BALANCEAMENTO PARA VEÍCULO RENAULT MASTER DE PLACAS MKC9994, ANO 2012.	SV		48,00	12,3115	590,95
64	GEOMETRIA PARA VEÍCULO RENAULT MASTER DE PLACAS MKC9994, ANO 2012.	SV		6,00	42,004	252,02





SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
AUTARQUIA DOS MUNICÍPIOS DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA, SC



Lote: 24				Preço Total do Lote:		500,00
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
51	GEOMETRIA PARA VEICULO IVECO PLACAS MKJ1354	SV		10,00	50,00	500,00

1º. Colocado – **Recauchutadora Roda Ltda.**

Lote: 19				Preço Total do Lote:		1.150,00
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
66	CONCERTO DE PNEU PARA VEÍCULOS MÉDIOS	SV		60,00	19,1667	1.150,00

Lote: 20				Preço Total do Lote:		3.750,00
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
67	CONCERTO DE PNEU PARA VEÍCULOS PESADOS	SV		40,00	38,8963	1.555,85
68	CONCERTO DE PNEU COM VULCANIZAÇÃO PARA VEÍCULOS PESADOS	SV		20,00	109,7074	2.194,15

Lote: 21				Preço Total do Lote:		13.550,00
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
69	CONCERTO DE PNEU DIANTEIRO DE RETROESCAVADEIRA	SV		60,00	19,9265	1.195,59
70	CONCERTO DE PNEU DIANTEIRO DE RETROESCAVADEIRA COM VULCANIZAÇÃO	SV		30,00	99,6324	2.988,97
71	CONCERTO DE PNEU TRASEIRO DE RETROESCAVADEIRA	SV		40,00	59,7794	2.391,18
72	CONCERTO DE PNEU TRASEIRO DE RETROESCAVADEIRA COM VULCANIZAÇÃO	SV		20,00	348,7132	6.974,26

1.3 Este instrumento não obriga o SIMAE a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição de pneus e câmaras, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.4 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição, não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

**SIMAE****SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO**  
AUTARQUIA DOS MUNICÍPIOS DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA, SC

1.4.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o SIMAE solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

## **2. DOCUMENTOS INTEGRANTES**

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 0023/2014 e seus anexos;
- b) Proposta da(s) Licitante(s).

## **3. VIGÊNCIA**

3.1 A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, após a homologação da Autoridade Competente, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

## **4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO**

4.1 Os pneus deverão ser entregues e substituídos em até 05 (cinco) dias, contados da data da solicitação formal do SIMAE, através do envio do empenho por email, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais, de acordo com a especificação e quantidade empenhada.

4.2 Os pneus deverão ser entregues ao servidor responsável pela frota de veículos do SIMAE, nas dependências da Sede Administrativa (Rua Tiradentes, 123, Centro), de segunda a sexta-feira, das 07h30 às 11h e das 13h30 às 17h.

4.3 Os serviços de substituição estão inclusos no preço do pneu, devendo a substituição ser feita na Sede Administrativa do SIMAE, bem como os serviços de Conserto de Pneu, Geometria e Balanceamento;

4.3.1 Não sendo possível a realização de geometria e balanceamento na sede administrativa do SIMAE, Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba, a empresa fornecedora, poderá realizar os serviços nas dependências de sua empresa, mas, contudo, deverá retirar o veículo na Sede Administrativa do SIMAE levá-lo até sua empresa para prestação dos serviços e retornar com o veículo do SIMAE até a sede administrativa, ficando sob sua total responsabilidade o veículo neste percurso.

4.3.2 Após o encaminhamento e o recebimento por parte do fornecedor da Ordem de Serviço – OS para substituição dos pneus e câmara, bem como para prestação de serviços de conserto de pneu, geometria e balanceamento, a mesma deverá ser executada em um prazo máximo de 04 (quatro) horas após a solicitação, em horário de expediente, nas condições estipuladas no presente Edital e seus Anexos.

4.4 É vedado o fornecimento de pneus remoldados e/ou recapados.

**SIMAE****SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO**  
AUTARQUIA DOS MUNICÍPIOS DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA, SC**4.5 Os pneus deverão ser novos e de primeira linha.**

- 4.6 Por ocasião do recebimento dos pneus, o SIMAE, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se a proponente vencedores a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.
- 4.7 O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente.
- 4.8 Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.
- 4.9 Os quantitativos discriminados para cada item constituem mera previsão, dimensionados pela demanda atual, ficando o proponente vencedor, obrigado a aceitar os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 4.10 A proponente vencedora deverá fornecer os materiais, buscando o fiel cumprimento dos pedidos efetuados pelo Setor de Materiais Transporte e Patrimônio.
- 4.11 Caberá a proponente vencedora obedecer ao objeto do edital e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.
- 4.12 Fica estabelecido neste instrumento, que o fornecimento dos materiais somente poderá ser efetuado pela proponente vencedora.
- 4.13 No ato da entrega do Material a proponente deverá apresentar Nota Fiscal eletrônica NFe correspondente às quantias entregues, que será submetida à aprovação do gestor responsável.
- 4.14 Fica aqui estabelecido que o Material será recebido:
- a) provisoriamente, para verificação da quantidade efetivamente entregue, para posterior verificação da qualidade e conformidade dos pneus e câmaras com a especificação;
  - b) definitivamente, após a verificação da qualidade e conformidade do Material com a especificação e a consequente aceitação.
- 4.15 Somente será encaminhada a nota fiscal para pagamento após o recebimento definitivo do produto, cujo pagamento se dará no até 5º (quinto) dia útil do mês subsequente da entrega.
- 4.16 O Material que for recusado (tanto no recebimento provisório, ou antes, do recebimento definitivo) deverá ser substituído no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o SIMAE.
- 4.17 Se a substituição do Material recusado, por qualquer problema, não for realizada no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita às sanções previstas neste Edital, na Ata de Registro de Preços, na Minuta do Contrato e na Lei.

**5. DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA****5.1 O pagamento será:**

- 5.1.1 O pagamento será efetuado em até 05 (cinco) dias, contados do recebimento dos materiais, mediante a apresentação da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome da Contratante, da qual deverá constar o número desta licitação, devidamente atestada pelo responsável do setor da Frota.



SIMAE

**SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO**  
AUTARQUIA DOS MUNICÍPIOS DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA, SC



- 5.1.2 Sendo OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRONICA (NF-e), para pneus e câmaras, em substituição às notas impressas 1 e 1 A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. Devendo ser ENCAMINHANDO PARA EMAIL [compras@simae.sc.gov.br](mailto:compras@simae.sc.gov.br).
- 5.1.3 Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
- 5.1.4 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.
- 5.1.5 No caso de eventuais atrasos de pagamento das faturas, por culpa do SIMAE, o valor será atualizado monetariamente nos termos do art. 117 da Constituição Estadual de SC, acrescido da multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano, pro rata die.

5.2 As despesas decorrentes de aquisição dos pneus e contratação de serviços de borracharia para a frota correrão à conta dos recursos orçamentários, existentes nas dotações:

<b>PROJETO/ATIVIDADE:</b>	<b>2061</b>	<b>2062</b>	<b>2060</b>
<b>FUNÇÃO/PROGRAMA:</b>	<b>14.01.</b>	<b>14.01</b>	<b>14.01</b>
<b>ELEMENTO:</b>	<b>3.3.90.30.39</b>	<b>e 3.3.90.39.19</b>	

## 6. RESPONSABILIDADES

- 6.1 A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o SIMAE ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo SIMAE.
- 6.2 A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.
- 6.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da fornecedora.
- 6.4 A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos materiais fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos.
- 6.5 A empresa registrada autoriza o SIMAE a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

## 7. OBRIGAÇÕES DAS FORNECEDORAS

- 7.1 Constituem obrigações das empresas fornecedoras:
- Fornecer os serviços e entregar os pneus, de forma parcelada, conforme solicitação, na Sede Administrativa do SIMAE, na Rua Tiradentes, 123, Centro em Joaçaba, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais, de acordo com as especificações do Anexo I deste Edital, bem como da proposta apresentada no Processo de Licitação;
  - providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos;
  - manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

**SIMAE****SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO**  
AUTARQUIA DOS MUNICÍPIOS DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA, SC

- d) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o material que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estiverem em desacordo com as especificações exigidas;
- e) Obedecer ao objeto e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade;
- f) Entregar os pneus solicitados em até 05 (cinco) dias, contados da solicitação formal do Setor de Materiais Transporte e Patrimônio;
- g) Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- h) Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- i) Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato;
- j) Exigir documento de autorização emitido pelo Setor de Materiais Transporte e Patrimônio, para que libere os materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento;
- k) Prestar a garantia mínima do fabricante, para os produtos contratados;
- l) Responsabilizar-se pelo envio e frete dos produtos;
- m) Responsabilizar-se pela substituição dos pneus velhos pelos novos. Entregues e aprovados pelo SIMAE.
- n) Realizar os consertos de pneu, geometria e balanceamento na Sede Administrativa do SIMAE.

## **8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA**

8.1 O SIMAE poderá cancelar o Registro de Preços da(s) fornecedora(s) nos casos a seguir especificados:

- a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- c) quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- g) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

8.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

## **9. PENALIDADES**

9.1 Pela inexecução total ou parcial dos serviços estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa:

**SIMAE****SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO**  
AUTARQUIA DOS MUNICÍPIOS DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA, SC

- 1- De 0,2% (dois décimos) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);
- 2- De até 20% (vinte por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;
- c) Impedimento de participação em licitação e de contratar com a Administração Pública pelo período de até 05 (cinco) anos consecutivos.
- 9.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

#### 10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Joaçaba- (SC), em 25 de junho de 2014.

Eliane Aparecida Ceron Vier  
Pregoeiro

Equipe de Apoio:

Graciela Pratto Bordin da Rosa

Mônica Saraiva Romani

Iône Sühnel Bess  
**Joaçaba Pneus Ltda**

Claudiomiro Loch  
**Vicini Pneus Ltda**

Roger Schoenberger  
**JK Pneus Ltda**

Roberto Neuhauser  
**Recauchutadora Roda Ltda**

# Lacerdópolis

## PREFEITURA

### ADITIVO CONTRATO 01/2015

#### TERMO ADITIVO NO CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS

##### 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 01/2015

O MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Rua 31 de Março, 1050, centro, no município de Lacerdópolis – SC, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 82.939.471/0001-24, neste ato representado pelo Prefeito o senhor Hilário Chiamolera, brasileiro, casado, inscrito no CNPF/MF sob nº. 250.360.179-00, residente e domiciliado na Rua da Liberdade, nº15, centro, no município de Lacerdópolis - SC, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado, AUTO POSTO LACERDOPOLIS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 02.683.106/0001-62 estabelecida na Rua Sete de Setembro, centro, na cidade de Lacerdópolis-SC empresa vencedora do Processo de Licitação nº. 029/2014, Pregão Presencial nº. 013/2014, representada pelo senhor SANDRO LUIZ SLONGO portadora do CPF sob nº 518.083.409-06, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato n. 01/2015, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

##### Cláusula Primeira

I - Por requisição da CONTRATADA, as partes por meio deste Instrumento resolvem aditar o Contrato administrativo nº 01/2015, conforme consta:

Considerando comprovação de reajuste no preço de Combustível item constante da proposta apresentada pela CONTRATADA, no Processo de Licitação nº 029/2014, na Modalidade de Pregão Presencial nº 013/2014, conforme consta nas notas fiscais que em anexo, fica reajustado o preço do seguinte item:

Item	Descrição	Preço Anterior	% reajuste	Preço Atual
02	Aquisição de Gasolina Comum	3,37	5,4	3,55

##### Cláusula Segunda

Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições previstas no Contrato nº 01/2015 de 02 de janeiro de 2015, não afetadas pelo presente Termo Aditivo.

Para que surta os legais e desejados efeitos, as partes firmam este Termo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, cabendo uma para cada parte, perante as testemunhas abaixo identificados.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente Instrumento em duas vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Lacerdópolis-SC, 01 de dezembro de 2015.

Contratante

Contratada

Testemunhas:

Nome:

Nome:

CNPF/MF:

CNPF/MF:



**NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO 134**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 312 134/2008**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAX0280	55613493A	5452/0	03/05/2008	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

LACERDOPOLIS/SC, 23 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA

**NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO 135**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 312 135/2008**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEP7824	55613497A	5045/0	21/06/2008	162 * V
MFJ1409	55613429A	5967/0	02/04/2008	203 * V
MFJ1409	55613430A	5207/0	02/04/2008	169
MFJ1409	55613494A	5010/0	29/05/2008	162 * I
MFJ1409	55613495A	5061/0	29/05/2008	163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

LACERDOPOLIS/SC, 23 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA

**NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO 136**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 312 136/2008**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFF8124	55613520A	5967/0	02/07/2008	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

LACERDOPOLIS/SC, 23 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA

**NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO 137**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 312 137/2008**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAF4292	55613438A	5207/0	15/08/2008	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

LACERDOPOLIS/SC, 23 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA

**NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO 138**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 312 138/2008**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BMR1470	55613286A	5967/0	15/04/2008	R\$ 191,54	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

LACERDOPOLIS/SC, 23 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA

**NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO 139**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 312 139/2008**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFP2318	55613517A	5967/0	07/03/2008	R\$ 191,54	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

LACERDOPOLIS/SC, 23 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA

**NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO 140**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 312 140/2008**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFJ1409	55613095A	5207/0	09/10/2008	169
MFJ1409	55613096A	5835/0	09/10/2008	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

LACERDOPOLIS/SC, 23 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA



**NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO 141**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 312 141/2008**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LWW0617	55613097A	5010/0	21/10/2008	162 * I
LXI2214	55613525A	5967/0	19/10/2008	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

LACERDOPOLIS/SC, 23 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA

**NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO 142**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 312 142/2008**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MHP1810	55613374A	5967/0	06/02/2007	R\$ 191,54	203 * V
MHP1810	55613375A	5207/0	06/02/2007	R\$ 53,20	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

LACERDOPOLIS/SC, 23 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA

**NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO 143**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 312 143/2008**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXG6363	55613098A	5193/0	14/11/2008	168

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

LACERDOPOLIS/SC, 23 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA

**NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO 144**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 312 144/2008**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IKL7156	55613437A	5452/1	15/08/2008	R\$ 127,69	181 * VIII
LZH9071	55613500A	5541/1	08/07/2008	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

LACERDOPOLIS/SC, 23 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA

**NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO 145**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 312 145/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AED3219	55613450A	5967/0	27/12/2008	203 * V
MDA3060	55613528A	5541/1	07/12/2008	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

LACERDOPOLIS/SC, 23 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA

**NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO 146**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 312 146/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEN7396	55613530A	5207/0	28/12/2008	169
MEN7396	55613531A	5835/0	28/12/2008	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

LACERDOPOLIS/SC, 23 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA

**NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO 147**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 312 147/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXY7520	54945014C	5967/0	06/02/2009	203 * V
MFH1885	54945010C	5207/0	29/01/2009	169
MFH1885	54945011C	5835/0	29/01/2009	195
MFJ1409	54945008C	5207/0	26/01/2009	169
MFJ1409	54945009C	5835/0	26/01/2009	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

LACERDOPOLIS/SC, 23 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA



**NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO 148**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 312 148/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ACD5791	55613431A	6599/0	07/06/2008	R\$ 191,54	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

LACERDOPOLIS/SC, 23 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA

**NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO 149**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 312 149/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
GYO7278	54945004C	5452/2	29/12/2008	R\$ 127,69	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

LACERDOPOLIS/SC, 23 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA

**NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO 150**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 312 150/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDV4399	54945019C	7048/1	18/03/2009	244 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

LACERDOPOLIS/SC, 23 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA

**NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO 151**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 312 151/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFH1885	54945056C	5010/0	16/03/2009	162 * I
MFH1885	54945057C	5061/0	16/03/2009	163 c/c 162 * I
MFH1885	54945058C	6556/1	16/03/2009	230 * I
MFH1885	54945059C	6637/2	16/03/2009	230 * IX
MFJ1539	54945054C	5010/0	16/03/2009	162 * I
MFJ1539	54945055C	5061/0	16/03/2009	163 c/c 162 * I
MHS0642	54945051C	5274/3	07/03/2009	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

LACERDOPOLIS/SC, 23 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA

**NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO 152**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 312 152/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGH8859	54945012C	5010/0	31/01/2009	R\$ 574,61	162 * I
MGH8859	54945013C	5061/0	31/01/2009	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

LACERDOPOLIS/SC, 23 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA

**NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO 153**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 312 153/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFX8164	55613295A	5720/0	31/03/2009	186 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

LACERDOPOLIS/SC, 23 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA

**NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO 173**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 312 173/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXO7636	54945216C	5967/0	15/04/2011	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

LACERDOPOLIS/SC, 23 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA



# Lages

## PREFEITURA

### EXTRATO 1º ADITIVO CONTRATO 11/2015 SMS

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 11/2015 SMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADO: ROSANE DAS GRAÇAS MORAES DA SILVA, inscrita no CPF: 046.309.169-89 com sede na Rua Euclides da Cunha, Nº 10 - Caravagio - Lages/SC. CEP: 88.509-490

Processo Licitatório nº 05/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 05/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de empresa para transportar pacientes de tratamento em hemodiálise dentro do perímetro urbano de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato.

Conforme solicitação da Secretaria da Saúde Lages, ofício FAR Nº 026/2015, com anuência da Secretaria da Fazenda nº 303/2015 e com Parecer Jurídico (PROGEM) nº 1672/2015 Favorável, ADITA-SE em 25% sobre a quilometragem contratada e sem alteração nos valores do km rodado.

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos

Lages, 27 de fevereiro de 2015.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

### EXTRATO 1º ADITIVO CONTRATO 158/2015 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 158/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: DEDETIZADORA E IMUNIZADORA CARACOL LTDA – ME inscrita no CNPJ 79.511.879/0001-69 Com sede a Rua José Soares Silvério, 501 – Santa Maria – Lages/SC.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 15/2015, correlato ao Pregão Presencial 12/2015,

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Desinsetização, Desratização, Limpeza e Desinfecção dos Reservatórios D'Água e Limpeza de Fossas das Unidades Escolares, Biblioteca Pública, Pólo da UFSC, Barracão da Merenda Escolar, Depósito da Educação, Secretaria da Educação e Psicossocial, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante deste Edital. Conforme solicitação da Secretaria de educação Lages Ofício nº 705/2015 com anuência da Secretaria da Fazenda nº 305/2015 e com Parecer Jurídico (PROGEM) nº 1670/2015 favorável, ADITA-SE, o Lote 01, o percentual de 22,22%, gerando um acréscimo de 3.333,33 (três mil trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos).

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos

Lages, 01 de dezembro de 2015.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

### EXTRATO 1º ADITIVO CONTRATO 361/2015 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 361/2015PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: MARCO AURÉLIO DE SOUZA inscrito no CPF n.º 038.084.579-29, residente e domiciliado a Rua Mario Grant, 280 – Centro, CEP 88502-065.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 38/2015, correlato a Concorrência nº 04/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de Empresa/Autônomo para Prestação de Serviços de Transporte para Entidades de Educação Especial, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do edital correlato.

Conforme Solicitação da Secretaria da Educação Lages ofício nº 512/2015 e com Parecer Jurídico (PROGEM) favorável, ADITA-SE o percentual de 25% ao valor inicial do contrato, passando de 4 (quatro) dias ao mês para 5 (cinco) dias ao mês.

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 15 de junho de 2015.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

### EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO 106/2015 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 106/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: AP OESTE DISTRIBUIDORA COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - EPP inscrita no CNPJ sob nº 05.919156/0001-94, estabelecida na Rua. Francisco de Paula Rodrigues Alves, 825 D – Bela Vista, Chapecó/SC – CEP. 89.804-084

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 47/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 24/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios e Descartáveis para uso em Diversos Setores da Prefeitura, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência/Planilha Orçamentária, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato. Conforme solicitação da empresa, Proc. Adm. Nº 10532/2015, com anuência da Secretaria da Fazenda nº 297/2015 e com parecer Jurídico (PROGEM) nº 1668/2015, ADITA-SE ao item Açúcar Refinado o percentual de 2,86%, passando de R\$ 2,10 (dois reais e oitenta e seis centavos) para R\$ 2,16 (dois reais e dezesseis centavos), retroagindo a data do Requerimento Administrativo dia 05/11/2015. As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 01 de dezembro de 2015.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

### **EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO 65/2015 SMS**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 65/2015 SMS

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADO: BRUBESSELL COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA – ME inscrita no CNPJ sob n.º 03.437.387/0001-36, com endereço a Av. dos Pessegueiros, 298 – Bairro Habitação – CEP 88.511-390 – Lages/SC.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 19/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 17/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de Empresa para Fornecimento de Pães d'água para os Funcionários do Pronto Atendimento Municipal e outros Setores da SMS, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato

De acordo com a solicitação da secretaria requisitante, com anuência da Secretaria da Fazenda Municipal nº 221/2015 e com Parecer Jurídico nº 1693/2015 (PROGEM) Favorável ADITA-SE o percentual de 25% (reprogramação) que corresponde a R\$ 5.700,00 (cinco mil e setecentos reais).

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos

Lages, 01 de dezembro de 2015.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

### **EXTRATO CONTRATO 438/2015 PML**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 438/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: CCL CONSTRUTORA LTDA inscrita no CNPJ n.º 78.355.104/0001-06, com sede Rodovia BR 282, 46 – São Sebastião – CEP 88.520-05 – Lages/SC.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 282/2015, correlato a Tomada de Preço 36/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Execução de Obra de Acesso ao Condomínio Gralha Azul, referente ao Programa Saneamento Integrado, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo e Planilhas de Quantitativos/Orçamentária, copiados em CD, partes integrantes do Edital Correlato

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) 2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, em até 07 (sete) meses a contar da data da assinatura do Contrato;

2.3 De Entrega, em até 05(cinco) dias da conclusão dos serviços, mediante Termo Circunstanciado endereçado à Secretaria de Infraestrutura, aos cuidados do Responsável Técnico pelo acompanhamento e fiscalização

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)  
O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 1.004.916,88 (um milhão quatro mil novecentos e

dezesseis reais e oitenta e oito centavos),  
Lages, 01 de Dezembro de 2015.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

### **EXTRATO CONTRATO 79/2015 SEMASA**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 79/2015 - SEMASA

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADO: K 13 CONFECÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ: 05.287.117/0001-11 com sede a Rua 4 , 521 Distrito Industrial, Veranópolis/RS CEP 95.330-000

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 57/2015, correlato Pregão Presencial 33/2015 homologada em 17/11/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Camisetas, Medalhas, Troféus, Sacos Mochila e, serviços de Cronometragem, para o 3º Desafio SEMASA na Carahá, conforme planilha de quantitativos no anexo II, parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, a contar da data da assinatura do Contrato decorrente até 31/12/2015.

2.3 De Entrega(s), incluindo o descarregamento em até 08(oito) dias a contar da(s) solicitação(s), na Secretaria Municipal de Águas e Saneamento SEMASA, Av 1º de Maio nº 1700, Bairro Popular

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 15.961,60 (quinze mil novecentos e sessenta e um reais e sessenta centavos).

Lages, 17 de novembro de 2015

Benjamin Schultz

Secretário Municipal (SEMASA)

### **EXTRATO CONTRATO 80/2015 SEMASA**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 80/2015 - SEMASA

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADO: HARMONIZE INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTDA - EPP, inscrita no CNPJ: 04.489.202/0001-08 com sede a Rua Emilio Vescovi, 153 – bairro Santa Tereza – Videira/SC CEP 89.560-000

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 57/2015, correlato Pregão Presencial 33/2015 homologada em 17/11/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Camisetas, Medalhas, Troféus, Sacos Mochila e, serviços de Cronometragem, para o 3º Desafio SEMASA na Carahá, conforme planilha de quantitativos no anexo II, parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, a contar da data da assinatura do Contrato decorrente até 31/12/2015.

2.3 De Entrega(s), incluindo o descarregamento em até 08(oito) dias a contar da(s) solicitação(s), na Secretaria Municipal de Águas e Saneamento SEMASA, Av 1º de Maio nº 1700, Bairro Popular

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais).

Lages, 17 de novembro de 2015  
Benjamin Schultz  
Secretário Municipal (SEMASA)

**EXTRATO CONTRATO 81/2015 SEMASA**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 81/2015 - SEMASA

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADO: BRT BRAZIL TROPHY EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ: 08.388.116/0001-51 com sede a Rua Avelino Zanoello 48 Bairro São Miguel Lages/SC CEP 88.525-265

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 57/2015, correlato Pregão Presencial 33/2015 homologada em 17/11/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Camisetas, Medalhas, Troféus, Sacos Mochila e, serviços de Cronometragem, para o 3º Desafio SEMASA na Carahá, conforme planilha de quantitativos no anexo II, parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, a contar da data da assinatura do Contrato decorrente até 31/12/2015.

2.3 De Entrega(s), incluindo o descarregamento em até 08(oito) dias a contar da(s) solicitação(s), na Secretaria Municipal de Águas e Saneamento SEMASA, Av 1º de Maio nº 1700, Bairro Popular

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 10.600,00 (dez mil e seiscentos reais).

Lages, 17 de novembro de 2015  
Benjamin Schultz  
Secretário Municipal (SEMASA)

**PP 146 E 147-2015 PML; PP 34-2015 SEMASA; PP 44-2015 SMS**

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 34-2015 SEMASA

Objeto: Aquisição de Bloco Sextavado, Meio Fio e Paralelepípedo Granítico ou Basáltico.

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 15/12/2015 às 13:30

Valor Estimado: R\$ 819.190,00

Modalidade: PP 146-2015 PML

Objeto: Aquisição de Madeira de Eucalipto (vigas e pranchas).

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 15/12/2015 às 16:30

Valor Estimado: R\$ 99.569,10

Modalidade: PP 44-2015 SMS

Objeto: Aquisição de Materiais e Equipamentos para uso no Programa Melhor em Casa.

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 16/12/2015 às 13:30

Valor Estimado: R\$ 191.921,52

Modalidade: PP 147-2015 PML

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios para consumo nas Unidades Escolares Municipais, no exercício de 2016.

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 22/12/2015 às 13:30

Valor Estimado: R\$ 2.299.116,00

A retirada obter-se-á no Setor de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00 cada ou pelo [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br) sem ônus. Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 01 de dezembro de 2015.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

**RERRATIFICAÇÃO CC 04-2015 SEMASA**

RERRATIFICAÇÃO

ASSUNTO: EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 04/2015 SEMASA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DOS PRÓPRIOS DA SEMASA

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, em atendimento a pedido de impugnação, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Edital em comento, conforme segue abaixo:

-Excluir item 16.4.5 do edital;

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 01 de dezembro de 2015.

Benjamin Schultz

Secretário da SEMASA

**RETIFICAÇÃO PUBLICAÇÃO PP 145-2015 PML**

ERRATA DE AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 145-2015 PML

Objeto: Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Engenharia de Tráfego, compreendendo, fornecimento, implantação e remoção de dispositivos para melhoria das condições de segurança e Tráfego no Município de Lages SC.

No Valor Estimado, onde se lê: R\$ 1.273.870,40, leia-se: R\$1.726.132,00

Lages, 01 de dezembro de 2015.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

# Laguna

## PREFEITURA

### RETIFICAÇÃO EDITAL 01/2015

Retificação EDITAL ADMIN Nº 01/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS, no uso de suas atribuições legais e com base nos dispositivos de lei municipal vigente. nº 217/2010 torna público que o Edital Admin 01/2015 visa atender a necessidade de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, das Secretarias e Fundações Municipais, para o ano letivo de 2016. Desta forma a fim de manter o gasto com pessoal dentro dos limites legais informa que o processo seletivo terá o objetivo de prover um cadastro reserva para posterior contratação, conforme a necessidade de cada secretaria e observando a quantidade mínima para manutenção de um serviço de qualidade a população.

Diante do exposto, fica cancelada a escolha de vaga marcada para o dia 04/01/2016, última etapa do processo seletivo reiterando que todas as etapas anteriores serão cumpridas dentro do calendário já divulgado. Os candidatos classificados formarão cadastro de reserva estando aptos para contratação.

A chamada para escolha de vagas será efetuada por telefone conforme a necessidade de cada secretaria e obedecendo a classificação final do processo seletivo.

Cada candidato no ato da inscrição forneceu seus dados pessoais e através do número de telefone fornecido será feito o contato e ofertada a vaga.

Conforme art. 18: "O candidato que não aceitar nenhuma das vagas oferecidas continuará na ordem de classificação, entretanto, deverá aguardar o término da mesma. Após a 2ª oportunidade de admissão não aceita pelo candidato, este ficará excluído da classificação."

Laguna, 01 de Dezembro de 2015.

LUIZ PAULO REZENDE

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
E SERVIÇOS PÚBLICOS



# Lauro Muller

## PREFEITURA

### **DISPÕE SOBRE AS ENTIDADES QUE ESTÃO APTAS A CONCORRER A ELEIÇÃO PARA COMPOSIÇÃO DO CMDCA BIÊNIO 2015/2017**

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 11/2015

Dispõe sobre lista das entidades que estão aptas a concorrer à eleição para compor o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente Biênio 2015/2017, conforme preconiza o edital nº 04/2015.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Municipal nº 1.855/2015,

CONSIDERANDO o edital CMDCA 04/2015 que regulamenta a assembleia para eleição das entidades que integrarão o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente em Lauro Müller, biênio 2015/2017,

Resolve:

Art. 1 Informar quais entidades estão aptas a concorrer à eleição para compor o Conselho Municipal de Direito da Criança e do Adolescente biênio 2015/2017:

I – Associação de Moradores do Distrito de Guatá;

II – APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Lauro Müller;

III – Associação de Pais e Professores da Escola Educação Básica Walter Holthausen;

VI – Associação Feminina de Assistência Social;

V – Associação Musical Santa Bárbara;

VI – Conselho Comunitário do Distrito de Guatá;

VII – Grupo Escoteiro “Serra do Rio do Rastro”;

VIII – Associação dos Rotarianos de Lauro Müller - Rotary Club Lauro Müller.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Lauro Muller, 01 de dezembro de 2015.

Suzamara Vieira

Presidente do CMDCA

### **EDITAL DE PREGAO Nº 31/2015 FMS**

EDITAL DE PREGAO Nº 31/2015 FMS

PROCESSO Nº31/2015 FMS

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 14 de dezembro de 2015 às 13:00h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizará processo licitatório Pregão para contratação de empresas do ramo pertinente, para aquisição de medicamento judiciais e medicamento e material para Unidade de Suporte Básico SAMU para o ano de 2016 do município de Lauro Muller - SC, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 01 de dezembro de 2015.

Leandro Stangherlin

Pregoeiro Municipal

### **EDITAL DE PREGAO Nº 33/2015 HMHL**

EDITAL DE PREGAO Nº 33/2015 HMHL

PROCESSO Nº33/2015 HMHL

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 14 de dezembro de 2015 às 08:00h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizará processo licitatório Pregão para contratação de empresas do ramo pertinente, para SERVIÇOS LABORATORIAIS (Análises Clínicas) conforme tabela SUS e sobreaviso para o Hospital Municipal Henrique Lage para ano de 2016 do município de Lauro Muller - SC, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 01 de dezembro de 2015.

Leandro Stangherlin

Pregoeiro Municipal

### **EDITAL DE PREGAO Nº 34/2015 HMHL**

EDITAL DE PREGAO Nº 34/2015 HMHL

PROCESSO Nº34/2015 HMHL

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 14 de dezembro de 2015 às 10:30h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizará processo licitatório Pregão para contratação de empresas do ramo pertinente, para aquisição de produtos de lavanderia para o Hospital Municipal Henrique Lage para ano de 2016 do município de Lauro Muller - SC, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 01 de dezembro de 2015.

Leandro Stangherlin

Pregoeiro Municipal

### **EDITAL DE PREGAO Nº30/2015 - FMS**

EDITAL DE PREGAO Nº30/2015 - FMS

PROCESSO Nº30/2015

O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAURO MULLER por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 11 de dezembro de 2014 às 08:30h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara processo licitatório Pregão presencial para contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de forma parcelada, de Material Cirúrgico e Odontológico para atender durante o exercício do primeiro semestre de 2016 ao Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller. O edital na íntegra está disponível no Setor de Licitações, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 30 de novembro de 2015

Leandro Stangherlin

Pregoeiro Municipal

**EDITAL DE PREGAO Nº95/2015 PMLM 32/2015 FMS**

EDITAL DE PREGAO Nº95/2015 PMLM 32/2015 FMS

PROCESSO Nº95 PMLM 32/2015 FMS

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 14 de dezembro de 2015 às 08:30h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizará processo licitatório Pregão para contratação de empresas do ramo pertinente, para aquisição de pneu, recape de pneu, camaras de ar e protetores para o ano de 2016 para atender as secretarias do município de Lauro Muller - SC, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 01 de dezembro de 2015.

Leandro Stangherlin

Pregoeiro Municipal

**Leoberto Leal****PREFEITURA****DECRETO N.º 136/2015**

DECRETO Nº 136, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2015

"ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Municipal n.º 1.195, de 1º de dezembro de 2015,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto crédito adicional especial no Orçamento da Seguridade Social, no valor de R\$ 2.800,00 de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.800,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	2.800,00
Função	10	Saúde	2.800,00
Sub-função	301	Atenção Básica	2.800,00
Programa	06	Saúde com Excelência	2.800,00
Atividade	2.047	Atenção Básica – Componente Piso de Atenção Básica Fixo – PABF	2.800,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	2.800,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	2.800,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	2.800,00
Fonte de Recursos	0.3.0038.8	Transferências do SUS- Bloco Atenção Básica – Piso de Atenção Básica Fixo – PAB Fixo	2.800,00
TOTAL DO CRÉDITO SUPLEN- TAR .....			2.800,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação da dotação com a seguinte estrutura e respectivo valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.800,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	2.800,00
Função	10	Saúde	2.800,00
Sub-função	301	Atenção Básica	2.800,00
Programa	06	Saúde com Excelência	2.800,00
Atividade	2.047	Atenção Básica – Componente Piso de Atenção Básica Fixo – PABF	2.800,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	2.800,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	2.800,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	2.800,00
Fonte de Recursos	0.3.0038.8	Transferências do SUS- Bloco Atenção Básica – Piso de Atenção Básica Fixo – PAB Fixo	2.800,00
TOTAL DA ANULAÇÃO .....			2.800,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 02 de dezembro de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal



**DECRETO N.º 137/2015**

DECRETO Nº 137, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2015

**“ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL”**

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal n.º 1.196, de 1º de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas as dotações do Orçamento Fiscal, no valor de R\$ 152.500,00 de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	03	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS	4.500,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS	4.500,00
Função	08	Assistência Social	4.500,00
Sub-função	243	Assistência à Criança e ao Adolescente	4.500,00
Programa	0003	Gestão Geral e Administrativa	4.500,00
Projeto/Atividade	2.050	Funcionamento e Manutenção do Conselho Tutelar	4.500,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	4.500,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	4.500,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	4.500,00
Fonte de Recurso	0.1.000	Recursos Ordinários	4.500,00
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	122.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	122.000,00
Função	12	Educação	122.000,00
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	116.000,00
Programa	0004	Educação é Tudo	116.000,00
Projeto/ Atividade	2.006	Remuneração de Profissionais do Magistério – Ensino Fundamental (60%)	116.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	116.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	116.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	111.000,00
Modalidade de aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	5.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0018	Transferências do FUNDEB	81.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0001	Receita de Impostos e de Transferências de Impostos – Educação	35.000,00
Sub-Função	365	Educação Infantil	6.000,00
Programa	0004	Educação é Tudo	6.000,00
Projeto/ Atividade	2.007	Remuneração de Profissionais do Magistério – Ensino Infantil (60%)	6.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	6.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	6.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	5.000,00
Modalidade de aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	1.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0018	Transferências do FUNDEB	6.000,00
Órgão	06	SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	1.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	1.000,00
Função	26	Transporte	1.000,00
Sub-função	782	Transporte Rodoviário	1.000,00
Programa	0009	Revitalização das Estradas	1.000,00
Projeto/Atividade	2.028	Funcionamento e Manutenção da STOSU	1.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	1.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	1.000,00
Modalidade Aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	1.000,00
Fonte de Recursos	0.1.000	Recursos Ordinários	1.000,00
Órgão	07	SECRETARIA DA AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	25.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	25.000,00
Função	20	Agricultura	25.000,00
Sub-função	606	Extensão Rural	25.000,00
Programa	11	Revitalização da Agricultura Familiar	25.000,00
Projeto/Atividade	2.030	Manutenção e Funcionamento da Secretaria da Agropecuária e Meio Ambiente	25.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	25.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	25.000,00

Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	17.000,00
Modalidade Aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	8.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	25.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO .....			152.500,00
.....			
.....			

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação, nas seguintes dotações com a seguinte classificação e valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	02	GABINETE DO PREFEITO	15.000,00
Unidade Orçamentária	01	GABINETE DO PREFEITO	15.000,00
Função	04	Administração	15.000,00
Sub-Função	122	Administração Geral	15.000,00
Programa	0002	Gestão com Excelência	15.000,00
Projeto/ Atividade	2.002	Funcionamento e Manutenção do Gabinete do(a) Prefeito(a)	15.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	15.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	15.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	15.000,00
Fonte de Recurso	0.1.000	Recursos ordinários	15.000,00
Órgão	03	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS	10.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS	10.000,00
Função	04	Administração	10.000,00
Sub-função	122	Administração Geral	10.000,00
Programa	03	Gestão Geral e Administrativa	10.000,00
Atividade	2.003	Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Administração, Contabilidade e Finanças	10.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	10.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	10.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	10.000,00
Fonte de Recurso	0.1.000	Recursos Ordinários	10.000,00
Função	08	Assistência Social	2.000,00
Sub-função	243	Assistência à Criança e ao Adolescente	2.000,00
Programa	0003	Gestão Geral e Administrativa	2.000,00
Projeto/Atividade	2.050	Funcionamento e Manutenção do Conselho Tutelar	2.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	2.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	2.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	2.000,00
Fonte de Recurso	0.1.000	Recursos Ordinários	2.000,00
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	85.500,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	85.500,00
Função	12	Educação	85.500,00
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	25.500,00
Programa	0004	Educação é Tudo	25.500,00
Projeto/ Atividade	2.008	Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Fundamental	25.500,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	25.500,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	25.500,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	25.500,00
Fonte de Recurso	0.1.0019	Transferências do FUNDEB	25.500,00
Sub-Função	365	Educação Infantil	60.000,00
Programa	0004	Educação é Tudo	60.000,00
Projeto/ Atividade	2.009	Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Infantil	60.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	60.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	60.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	60.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0019	Transferências do FUNDEB	60.000,00
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.500,00
Unidade Orçamentária	03	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.500,00
Função	08	Assistência Social	2.500,00
Sub-função	244	Assistência Comunitária	2.500,00
Programa	07	Vivendo com Amor	2.500,00

Atividade	2022	Apoio à Famílias Carentes	2.500,00
Categoria Econômica			
3.0.00.00.00			2.500,00
Despesas Correntes			
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	2.500,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	2.500,00
Fonte de Recursos	0.1.000	Recursos Ordinários	2.500,00
Órgão	06	SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	1.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	1.000,00
Função	15	Urbanismo	37.500,00
Sub-função	451	Infra-Estrutura Urbana	37.500,00
Programa	0010	Revitalização da Área Urbana	37.500,00
Atividade	1.026	Pavimentação de Ruas	37.500,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	37.500,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	37.500,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	37.500,00
Fonte de Recurso	0.1.000	Recursos Ordinários	37.500,00
TOTAL DA ANULAÇÃO .....			152.500,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 02 de dezembro de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

## DECRETO N.º 138/2015

DECRETO N.º 138, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2015

### “ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL”

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal n.º 1.197, de 1º de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas as dotações do Orçamento da Seguridade Social, no valor de R\$ 69.000,00, de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	69.000,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	69.000,00
Função	10	Saúde	69.000,00
Sub-Função	301	Atenção Básica	69.000,00
Programa	0006	Saúde com Excelência	69.000,00
Projeto/ Atividade	2.015	Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde – FMS	60.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	60.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	60.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	60.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0002.0	Receita de Imposto e de Transferência de Impostos – Saúde	60.000,00
Atividade	2.016	Atenção Básica – Componente Piso de Atenção Básica Variável – PABV	9.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	9.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	9.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	2.000,00
Modalidade Aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	7.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0002.0	Receita de Imposto e de Transferência de Impostos – Saúde	9.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO .....			69.000,00
.....			
.....			

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação, nas seguintes dotações com a seguinte classificação e valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	49.000,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	49.000,00
Função	10	Saúde	49.000,00
Sub-Função	301	Atenção Básica	49.000,00
Programa	0006	Saúde com Excelência	49.000,00
Projeto/ Atividade	2.015	Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - FMS	49.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	49.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	40.000,00
Categoria Econômica	3.1.00.00.00	Despesas com pessoal e Encargos Sociais	9.000,00
Modalidade Aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	9.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0002.0	Receita de Imposto e de Transferência de Impostos – Saúde	49.000,00
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	20.000,00
Unidade Orçamentária	03	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	20.000,00
Função	08	Assistência Social	20.000,00
Sub-função	244	Assistência Comunitária	20.000,00
Programa	07	Vivendo com Amor	20.000,00
Atividade 2022			20.000,00
Apoio à Famílias Carentes			
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	20.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	20.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	20.000,00
Fonte de Recursos	0.1.000	Recursos Ordinários	20.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO .....			69.000,00
.....			
.....			

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 02 de dezembro de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

# Lindóia do Sul

## PREFEITURA

### EXTRATO PREGÃO 50/2015

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL  
Estado de Santa Catarina

#### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2015

PEDRO ARI PARIZOTTO – Prefeito Municipal, de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, sistema de registro de preços, na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, para aquisição de tubos de concreto, e conjunto de fossas sépticas, para fornecimento no ano de 2016, a abertura dos envelopes será no dia 16 de dezembro de 2015, as 08:30 horas, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 horas do mesmo dia, no setor de protocolo, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site [www.lindoiadosul.sc.gov.br](http://www.lindoiadosul.sc.gov.br), poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 30 de novembro de 2015.  
Pedro Ari Parizotto - Prefeito Municipal.

### EXTRATO PREGÃO 51/2015

Estado de Santa Catarina  
Município de Lindóia do Sul  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2015

Pedro Ari Parizotto – Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520/02, para aquisição de um conjunto de fenação composto por Ancinho, Segadeira, e enfardadeira, no dia 16 de dezembro de 2015, as 14:00 horas, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 13:45 horas do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site [www.lindoiadosul.sc.gov.br](http://www.lindoiadosul.sc.gov.br), poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 01 de dezembro de 2015.  
Pedro Ari Parizotto  
Prefeito Municipal

# Luzerna

## PREFEITURA

### DECRETO 2152

DECRETO Nº 2152 de 01 de dezembro de 2015.

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do art. 19 da Lei nº 1.311 de 11/11/14,

DECRETA:

Art.1º- Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL na importância de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), proveniente de excesso de arrecadação do exercício, destinado a suplementar a dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna - SIMAE:

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE

Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- JHL-SIMAE

Proj./Atividade: 2.061 - Manutenção dos serviços de água - Urbano

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000-18

Valor: R\$ 50.000,00

Art.2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 01 de dezembro de 2015.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

### LEI 1411

LEI Nº 1411 de 01 de dezembro de 2015.

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL PROCEDER A ALIENAÇÃO A TERCEIROS MEDIANTE LICITAÇÃO E BAIXAR DO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL OS BENS PATRIMONIAIS CONSIDERADOS SUCATEADOS E INSERVÍVEIS QUE ESPECIFICA”.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte

LEI:

Art.1º- Fica Poder Executivo Municipal autorizado a alienar a terceiros, mediante licitação e proceder a baixa do Patrimônio Público Municipal dos bens que, por sua natureza, utilidade e estado de conservação, foram considerados sucateados ou inservíveis, conforme listagem anexa à presente Lei (Anexo I), resultante da realização de inventário dos bens patrimoniais.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 01 de dezembro de 2015.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

### PL 100/2015 - PP 066/2015 - LICENCIAMENTO DE USO DE SOFTWARE - PML

MUNICÍPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 100/2015 - PML

Pregão Presencial nº 066/2015 – PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISÉS DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a aquisição de solução de Software de segurança da informação do tipo UTM (Unified Threat Management) que tenha a capacidade de integrar em um único dispositivo: filtro de pacotes com controle de estado, camada de antivírus, filtro de conteúdo WEB, VPN, IDS/IPS, balanceamento de carga, QoS e Proxy reverso, destinado à manutenção das atividades da Prefeitura Municipal de Luzerna e Fundos Especiais, conforme especificações contidas no presente Edital e em seus Anexos.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 14h do dia 14 de dezembro de 2015.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 14h10min do dia 14 de dezembro de 2015.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site [www.luzerna.sc.gov.br](http://www.luzerna.sc.gov.br)

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

**PORTARIA 113/15**

PORTARIA Nº 113/15 de 30 de novembro de 2015.

"PROMOVE SERVIDOR QUE ESPECIFICA".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Complementar Municipal nº 035/04 de 18 de março de 2004 e alterações posteriores,

**RESOLVE:**

Art.1º- PROMOVER o servidor efetivo abaixo relacionado, para Classe superior do mesmo Nível e Grupo que ocupa, por ter cumprido os requisitos dos arts. nºs 26, 27 e 55, da Lei Complementar Municipal nº 035 de 18 de março de 2004 e alterações posteriores, que instituiu o Plano de Carreira, Empregos, Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos do Município de Luzerna(SC):

Servidor	Emprego público	Classe atual	Classe nova	Períodos
Adriano Colusso	Motorista II	B	C	10/11/2013 a 09/11/2015

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de dezembro de 2015.

Luzerna(SC), 30 de novembro de 2015.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

**PORTARIA 114**

PORTARIA Nº 114/15 de 01 de dezembro de 2015.

"DESIGNA COMISSÃO ESPECIAL DE SUPERVISÃO E ACOMPANHAMENTO PARA REALIZAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO, Edital nº 001/2015 e PROCESSO SELETIVO, Edital 006/2015".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

**RESOLVE:**

Art.1º- DESIGNAR a COMISSÃO ESPECIAL DE SUPERVISÃO E ACOMPANHAMENTO PARA REALIZAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO, Edital nº 001/2015 e PROCESSO SELETIVO, Edital 006/2015, que será composta pelos servidores abaixo relacionados, para que, sob a Presidência do primeiro, exerçam as atribuições necessárias à realização do Concurso Público e Processo Seletivo, mormente àquelas necessárias ao cumprimento dos respectivos Editais.

1. DREONE MENDES - Presidente
2. PATRÍCIA CORREA DE ALMEIDA - membro
3. ROSELI OTTO MEISTERLIN - membro

Art.2º- As atividades desenvolvidas pelos membros da Comissão não serão remuneradas.

Art.3º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de dezembro de 2015.

Luzerna(SC), 01 de dezembro de 2015.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna



# Mafra

## PREFEITURA

### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

#### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, em seu artigo 5º e nos termos dos prejulgados nº. 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a alteração na Ordem Cronológica de Pagamentos, a saber;

PÚBLICA INFORMÁTICA LTDA

CNPJ: 95.836.771/0001-20

Nota Fiscal nº 6200 R\$ 5.488,00

Nota Fiscal nº 6179 R\$ 19.700,00

VALOR: R\$ 25.188,00

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é a responsável pelos softwares gerenciais: folha de pagamento, tesouraria, trâmite de processos, arrecadação municipal, protocolo, entre outros, não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 02 de dezembro de 2015.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário da Fazenda e Planejamento

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO DO CONTRATO CONTRATO Nº: 121/2013

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DO CONTRATO

Contrato nº: 121/2013

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: CLINILAVES LAVANDERIA INDUSTRIAL EIRELI.

CNPJ: 03.140.518/0001-19

Modalidade Processo Licitatório n.º 206/2013. Pregão Presencial n.º 034/2013.

Data Assinatura do termo aditivo: 01 de dezembro de 2015.

Valor Aditado: 6,33% (seis vírgula trinta três por cento)

Prazo: com vigência até 31/12/2016.

Foro: Comarca de Mafra

## CÂMARA MUNICIPAL

### EMENDA À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL Nº 03/2015

EMENDA À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL Nº 03/2015

1º de dezembro de 2015

#### ALTERA DISPOSITIVO DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL DE MAFRA

O Vereador Eder Gielgen, Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Estado de Santa Catarina, Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Emenda à Lei Orgânica Municipal:

Art. 1º Inclui-se o inciso XIX ao art. 87 da Lei Orgânica Municipal de Mafra com a seguinte redação:

Art. 87 - .....

XIX - piso de vencimento não inferior ao salário mínimo nacionalmente unificado.

Art. 2º Esta Emenda à Lei Orgânica Municipal entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 1º de dezembro de 2015.

VER. EDER GIELGEN

Presidente



# Maracajá

## PREFEITURA

### DECRETO 90/2015

DECRETO Nº 90 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015.

FIXA O CALENDÁRIO FISCAL PARA O EXERCÍCIO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, usando da competência que lhe confere o artigo 264 da Lei Complementar nº 04 (Código Tributário Municipal) de 27 de dezembro de 2002,

DECRETA:

Art. 1º O Calendário Fiscal no Município de Maracajá, para o exercício de 2016, está fixado da seguinte forma:

I - Taxa de Licença para Funcionamento de Estabelecimentos Comerciais, Industriais e Prestadora de Serviços:

a) parcela única até 29 de Fevereiro de 2015.

II - Imposto Predial, Territorial Urbano e Taxas decorrentes da Utilização de Serviços Públicos:

a) pagamento em parcela única ou em até 05 (cinco) parcelas;	
b) vencimento da parcela única	15/05/2016;
c) vencimento da primeira parcela	15/05/2016;
d) vencimento da segunda parcela	15/06/2016;
e) vencimento da terceira parcela	15/07/2016;
f) vencimento da quarta parcela	15/08/2016;
g) vencimento da quinta parcela	15/09/2016;

Art. 2º Os tributos que não forem pagos no prazo, sofrerão um acréscimo de 1,00% (um por cento) de juros de mora ao mês e de trinta e três décimos por cento (0,33%) ao dia até o limite de dez por cento (10%) de multa sobre o valor corrigido.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 27 de Novembro de 2015.

Wagner da Rosa  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração Municipal, em 27 de Novembro de 2015.

Valmir Carradore  
Secretário de Administração

### DECRETO 91/2015

DECRETO Nº 91 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015.

NOMEIA EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE JUNTA MÉDICA E SEUS RESPECTIVOS MEMBROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wagner da Rosa, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art.73, da Lei Orgânica do Município e o disposto na lei nº 950 de 26 de setembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a empresa CALDIERARO E SILVA SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL LTDA ME, localizada na Av. Capitão Pedro Fernandes, 1852 – Casa – Sala 02 – Coloninha, inscrita no CNPJ nº 13.003.752/0001-58, representada pelo Diretor Comercial Sr. Luciano Oliveira da Silva, portador do CPF nº 561.101.460-72, como Junta Médica Oficial – JMO do Município de Maracajá.

Art. 2º Ficam nomeados, conforme determina o art. 3º da lei nº 950 de 26/09/2013, os médicos abaixo relacionados, vinculados a empresa nomeada como Junta Médica Oficial, conforme o artigo 1º deste decreto, para comporem a Junta Médica Oficial do Município de Maracajá:

I - Fernanda Knob Caldieraro (CRM 16.517)  
Médica Perita Chefe da Junta Médica Oficial

II – José Hudson Lamego da Silva (CRM 20.904)  
Médico Perito da Junta Médica Oficial

III – Stefânio Napoli de Oliveira (CRM 9.551)  
Médico Perito Chefe da Junta Médica Oficial

Art. 3º A Junta Médica Oficial do Município de Maracajá atenderá no endereço Av. Capitão Pedro Fernandes, 1852 – Casa – Sala 02, bairro Coloninha, cidade de Araranguá, de segunda-feira à sexta-feira, das 13h às 17h, durante o período definido no contrato existente entre o município e a empresa nomeada no art. 1º deste decreto.

Art. 4º Sempre que houver a necessidade de utilizar a Junta Médica Oficial do Município, o setor de recursos humanos da prefeitura, realizará o agendamento para que o servidor compareça a JMO nos dias, horários e local citados no art. 3º deste decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 27 de Novembro de 2015.

Wagner da Rosa  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto Municipal na Secretaria de Administração em 27 de Novembro de 2015.

Valmir Carradore  
Secretário de Administração

# Maravilha

## PREFEITURA

### Decreto nº 254/2015

DECRETO Nº 254, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2015

Prorroga contratação temporária por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A solicitação da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato por tempo determinado, até 15 de dezembro de 2015, do servidor MARINO WEIZENMANN, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 386.505.509-59, em caráter de excepcional interesse público para exercer a função de Agente de Manutenção e Conservação, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 16 de novembro de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### Decreto nº 255/2015

DECRETO Nº 255, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

Confere estabilidade decorrente de gravidez e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A estabilidade decorrente da gravidez em até 5 (cinco) meses após o parto, conforme o Art. 7º, Inciso XVIII, da Constituição da República e o Art. 10, Inciso II, Alínea "b", do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato por tempo determinado, em até 5 (cinco) meses após o parto da servidora municipal ILOSMARY JACIANI GRILLI, ocupante do cargo de Professor ACT, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de

Educação, Cultura e Desporto.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 17 de novembro de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### Decreto nº 256/2015

DECRETO Nº 256, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

Dispõe sobre contratação temporária, de servidores municipais por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e Processo Seletivo Edital nº 001/2014;

CONSIDERANDO,

A solicitação interna nº 334/15 da Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratado em caráter temporário (ACT) as pessoas relacionadas no Anexo Único do presente Decreto, as quais foram classificadas no Processo Seletivo nº 001/2014 para atuar como professores substitutos, suprimindo as licenças para tratamento de saúde de até 15 (quinze) dias e eventuais afastamentos a pedido da Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 17 de novembro de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### ANEXO ÚNICO

Nº	PROFESSOR
1	Paola Sangalli
2	Cristiane Sehnem
3	Naiara Gonçalves
4	Elaine Thiago popp
5	Analice Barros Chagas
6	Sonia Abati
7	Roselane Comparin Scapini

8	Fabiéli Wolmann
9	Claudete Saito
10	Elisabete Lebens
11	Cassiane Mazzochi
12	Audria Karine Gatto
13	Cleusa Alves
14	Bernardete Fernandes
15	Marciano da Silva
13	Fabieli de Andrade
17	Sandra De Bastiani
18	Gracieli Carla Stumpf
19	Alex Rodrigo Braganholo
20	Iara Taís Possamai
21	Dandara Campana
22	Isabel Letícia Alves dos Santos
23	Sidinéia Rodrigues
24	Roseli Moraes
25	Dilce Bergmeier
26	Camila Jéssica Griebler

**Decreto nº 259/2015**

DECRETO Nº 259, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2015

Prorroga contratação temporária por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A solicitação da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato por tempo determinado, até 6 de janeiro de 2016, da servidora NOEMIA BREMM WEBER, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 016.018.599-88, em caráter de excepcional interesse público para exercer a função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 23 de novembro de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

**Decreto nº 260/2015**

DECRETO Nº 260, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2015

Confere estabilidade decorrente de gravidez e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso

VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A estabilidade decorrente da gravidez em até 5 (cinco) meses após o parto, conforme o Art. 7º, Inciso XVIII, da Constituição da República e o Art. 10, Inciso II, Alínea "b", do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato por tempo determinado, em até 5 (cinco) meses após o parto da servidora municipal LUCIANA PASQUALOTTO, ocupante do cargo de Professor ACT, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 23 de novembro de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

**Decreto nº 262/2015**

DECRETO Nº 262, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015

Aprova desdobro de lote urbano e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto aprovado o desdobro do imóvel: Lotes Urbanos nºs (1, 2, 3, 4 e 5), da Quadra nº (1), situados no Loteamento denominado "Vale do Sol", nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha/SC, e localizados: numa extremidade no lado par da Rua Felicidade, distando 30,853 metros da esquina formada pela Avenida Entre Rios, noutra extremidade no lado ímpar na Rua Sagrada Família, distando 30,045 metros da esquina formada pela Avenida Entre Rios e, no lado ímpar da Rua Pinhal, esquinas com as Ruas: Felicidade e Sagrada Família, com as áreas respectivas de: (4.547,14 m², 2.588,70 m², 2.685,96 m², 600,00 m² e 3.661,912 m²), perfazendo a área total de "Quatorze mil, oitenta e três vírgula setecentos e doze metros quadrados" (14.083,712 m²), sem benfeitorias, objeto da Matrícula nº 21.504 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Maravilha/SC, de propriedade da Prefeitura Municipal de Maravilha, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 82.821.190/0001-72, com sede na Avenida Euclides da Cunha, nº 60, Centro neste município, que será desdobrado formando novos lotes urbanos, conforme mapa, memorial descritivo e ART assinados pelo Engenheiro Civil Jorge Luiz Dummer, CREA/SC 43.926-0, com as seguintes dimensões, denominações e confrontações abaixo discriminadas:

DESCRIÇÃO DOS LOTES DESDOBRADOS

Lote "A", parte dos Lotes Urbanos nºs (1 e 2), da quadra nº(1), do Loteamento "Vale do Sol" com as áreas respectivas de (3.699,26 m² e 1.058,50 m²), perfazendo a área total de (4.757,76 m²), confrontando:- Ao NORTE: com o Lote "B", parte dos mesmos

Lotes Urbanos nºs(1 e 2), de Prefeitura Municipal de Maravilha, M-21.504, na extensão de 102,65 metros;- Ao SUL: com a Rua Felicidade, na extensão de 103,00 metros;- Ao LESTE: com parte do Lote Urbano nº(11), e com os Lotes Urbanos nºs(12, 13, 14 e 15), de Ivanir Gottardo, M-12.489, Ari Bolfe, M-14.372, Vitor José Duranti, M-12.248, Elizeu Canova, M-13.471 e Multi-Aço Indústria e Comércio Ltda, M-14.497, respectivamente, na extensão de 65,059 metros;- Ao SUDESTE: com a Rua Felicidade, na extensão de 24,50 metros;- Ao OESTE: com a Rua Felicidade, na extensão de 9,518 metros.

Lote "B", parte dos Lotes Urbanos nºs (1, 2, 3 e 5), da quadra nº(1), do Loteamento "Vale do Sol" com as áreas respectivas de (847,88 m², 1.530,20 m², 30,92 m² e 736,90 m²), perfazendo a área total de (3.145,90 m²), confrontando:- Ao NORTE: com o Lote "C", parte dos mesmos Lotes Urbanos nºs(3 e 5), de Prefeitura Municipal de Maravilha, M-21.504, na extensão de 102,70 metros;- Ao SUL: com o Lote "A", parte dos mesmos Lotes Urbanos nºs(1 e 2), de Prefeitura Municipal de Maravilha, M-21.504, na extensão de 102,65 metros;- Ao LESTE: com parte do Lote Urbano nº(9), com o Lote Urbano nº(10), e com parte do Lote Urbano nº(11), de Evandro Luiz Mahle e Leandro André Mahle, M-12.298, Alfonso Benedito Schabarum, M-12.535 e Ivanir Gottardo, M-12.489, respectivamente, na extensão de 30,70 metros;- Ao OESTE: com a Rua Felicidade, na extensão de 30,70 metros.

Lote "C", parte dos Lotes Urbanos nºs(3, 4 e 5), da quadra nº(1), do Loteamento "Vale do Sol" com as áreas respectivas de (1.669,10 m², 25,11 m² e 1.567,142 m²), perfazendo a área total de (3.261,352 m²), confrontando:- Ao NORTE: com o Lote "D", parte dos mesmos Lotes Urbanos nºs(3, 4 e 5), de Prefeitura Municipal de Maravilha, M-21.504, na extensão de 102,75 metros;- Ao SUL: com o Lote "B", parte dos mesmos Lotes Urbanos nºs(3 e 5), de Prefeitura Municipal de Maravilha, M-21.504, na extensão de 102,70 metros;- Ao LESTE : com parte do Lote Urbano nº(7), com o Lote Urbano nº(8), e com parte do Lote Urbano nº(9), de Vanderlei Pedro Dassi, M-12.821, Marinês Vivian, M-12.316 e Evandro Luiz Mahle e Leandro André Mahle, M-12.298, respectivamente, na extensão de 31,80 metros;- Ao OESTE: com a Rua Felicidade, na extensão de 31,80 metros.

Lote "D", parte dos Lotes Urbanos nºs(3, 4 e 5), da quadra nº(1), do Loteamento "Vale do Sol" com as áreas respectivas de (985,94 m², 574,89 m² e 1.357,87 m²), perfazendo a área total de (2.918,70 m²), confrontando:- Ao NORTE: com a Rua Sagrada Família, na extensão de 96,762 metros;- Ao SUL: com o Lote "C", parte dos mesmos Lotes Urbanos nºs(3, 4 e 5), de Prefeitura Municipal de Maravilha, M-21.504, na extensão de 102,75 metros;- Ao LESTE: com o Lote Urbano nº(6) e com parte do Lote Urbano nº(7), de Roque Grando, M-12.293 e Vanderlei Pedro Dassi, M-12.821, respectivamente, na extensão de 28,50 metros;- Ao OESTE: por duas linhas, uma com a Rua Felicidade, na extensão de 18,25 metros e outra com a Rua Pinhal, na extensão de 12,00 metros.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 25 de novembro de 2015.

ROSIMAR MALDANER  
Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

## **Decreto nº 263/2015**

DECRETO Nº 263, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015

Confere estabilidade decorrente de gravidez e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A estabilidade decorrente da gravidez em até 5 (cinco) meses após o parto, conforme o Art. 7º, Inciso XVIII, da Constituição da República e o Art. 10, Inciso II, Alínea "b", do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato por tempo determinado, em até 5 (cinco) meses após o parto da servidora municipal LEDIANE MARIA PROVENSÍ LIVINALLI, ocupante do cargo de Professor ACT, 30 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 25 de novembro de 2015.

ROSIMAR MALDANER  
Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

## **Decreto nº 265/2015**

DECRETO Nº 265, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015

Prorroga contratação temporária por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A solicitação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

A licença para tratamento de Saúde da Servidora Dilce Feltes Hanauer;

A possibilidade de contratação por excepcional interesse público, em razão da imediata contratação, seguindo a ordem de classificação no Edital de Processo Seletivo nº 001/2014, para o cargo de Professora, tendo em vista os princípios da economicidade e razoabilidade;

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato por tempo determinado, até 18 de dezembro de 2015, da servidora LOVANE DA ROSA SBRUSSI, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 054.255.029-66, em caráter de excepcional interesse público para



exercer a função de Professora, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com carga horária de 40 horas semanais, no C. E. I. Silvia Ebert.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 1º de dezembro de 2015.

ROSIMAR MALDANER  
Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### **Decreto nº 266/2015**

DECRETO Nº 266, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015

Prorroga contratação temporária por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social;

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato por tempo determinado, até 6 de junho de 2016, da servidora CAMILE KUHN, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 067.624.619-21, em caráter de excepcional interesse público para exercer a função de Psicóloga, Lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 1º de dezembro de 2015.

ROSIMAR MALDANER  
Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### **Decreto nº 267/2015**

DECRETO Nº 267, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015

Prorroga contratação temporária por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A solicitação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e

Desporto;

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato por tempo determinado, até 18 de dezembro de 2015, da servidora LE-DIMAR LUCATELLI DE LEMES, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 022.818.879-28, em caráter de excepcional interesse público para exercer a função de Professora, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com carga horária de 40 horas semanais, no C. E. I. Pró Infância.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 1º de dezembro de 2015.

ROSIMAR MALDANER  
Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### **Decreto nº 268/2015**

DECRETO Nº 268, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal e o Edital de Processo Seletivo nº 002/2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratado por tempo determinado, pelo período de 1º de dezembro de 2015 a 30 de novembro de 2016, o senhor GILMAR RODRIGUES DE OLIVEIRA, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 402.121.810-68, para ocupar o cargo de Médico Saúde da Família, com carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio a partir da presente data.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 1º de dezembro de 2015.

ROSIMAR MALDANER  
Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### **Lei nº 3.912/2015**

LEI Nº 3.912, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015

Declara de utilidade pública entidade do município e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública Municipal a ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE EDUCACIONAL, SOCIAL E CULTURAL DEBORA, inscrita no CNPJ n. 02.422.877/0001-04, com sede nesta cidade e Comarca de Maravilha.

Art. 2º À Entidade de que trata o artigo 1º ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 1º de dezembro de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado em data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### **Lei nº 3.913/2015**

LEI Nº 3.913, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015

Autoriza o Poder Executivo Municipal a escriturar imóvel adquirido e quitado através do Fundo Municipal de Habitação e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo Municipal a escriturar o imóvel Lote "B", parte do lote urbano nº (86), da quadra nº (67), situado nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha, com área de 350,00 m², matriculado no Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 11.592 para JOÃO VILMAR DA SILVA, brasileiro, casado, comerciante, portador da C.I. RG nº 3.560.796-SESP/SC, inscrito no CPF sob nº 021.656.139-65, domiciliado e residente na Avenida Euclides da Cunha, nº 1023, Bairro União, na cidade de Maravilha/SC e SOLANGE LUCIMAR DA SILVA, brasileira, solteira, maior, comerciante, portadora da C.I. RG nº 5.114.141-SESP/SC, inscrita no CPF sob nº 069.077.759-05, domiciliada e residente na Rua São José, nº 711, Bairro União, na cidade de Maravilha/SC, legítimos herdeiros do mutuário Antonio da Silva, conforme escritura pública anexa, parte integrante da presente Lei.

Art. 2º O imóvel de que trata o artigo 1º foi adquirido através do Fundo Municipal de Habitação pelo mutuário Antônio da Silva e sua transferência autorizada pela Lei Municipal nº 3.467, de 9 de junho de 2010.

Art. 3º Para efeitos de escritura pública o valor do imóvel será o relativo ao constante na planta de valores do Município.

Art. 4º As despesas decorrentes com a realização da presente Lei correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 1º de dezembro de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado em data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### **PROCESSO LICITATÓRIO N. 4.039/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA - Processo Licitatório n. 4.039/2015 - Modalidade Pregão Presencial n. 041/2015

A Excelentíssima Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com o Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, para contratação de empresa especializada para ministrar oficinas nos projetos sociais desenvolvidos pela Secretaria de Assistência Social do Município de Maravilha, tipo Menor Preço por item, cujo processo licitatório é regido pela Lei 10.520/02, Lei 8.666/93, LC 123/2006, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até as 09 horas do dia 16 de dezembro de 2015, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderão ser obtidas no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min. e das 13h 30 min. às 18 horas. Maravilha - SC, 30 de novembro de 2015. ROSIMAR MALDANER – Prefeita de Maravilha.

# Marema

## PREFEITURA

### LEI Nº. 1087/2015

LEI Nº. 1087/2015

De 01 de dezembro de 2015.

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Marema para o Exercício de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal em Exercício do Município de Marema - SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores APROVOU e eu SANCIONO a seguinte Lei.

### DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de Marema SC, para exercício de 2016, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 13.490.007,00 Treze milhões, quatrocentos e noventa mil e sete reais).

### DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA

Art. 2º - O orçamento da Prefeitura para o exercício de 2016 estima a Receita em R\$ 12.600.000,00(Doze milhões e seiscentos mil reais) e a Despesa Orçamentária em R\$ 9.244.281,85 (Nove milhões, duzentos e quarenta e quatro mil, duzentos e oitenta e um reais e oitenta e cinco centavos), e Despesa Financeira de R\$ 3.355.718,15 (Três milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil, setecentos e dezoito reais e quinze centavos).

§1º - A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminados quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	12.619.985,00
1.1- Receita Tributária	428.400,00
1.2- Receitas de Contribuições	41.140,00
1.3- Receita Patrimonial	94.741,00
1.4- Receita Agropecuária	12.100,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	182.420,00
17-Transferências Correntes	14.422.115,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	2.661.654,00
1.9- Outras Receitas Correntes	100.723,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	15,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	15,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
TOTAL	12.620.000,00

§2º - A despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a seguinte classificação:

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	8.805.195,85
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	4.985.480,25
3.2- Juros e Encargos da Dívida	13.000,00
3.3- Outras Despesas Correntes	3.806.715,60

4 - DESPESAS DE CAPITAL	414.886,00
4.4- Investimentos	259.886,00
4.5- Inversões Financeiras	1.000,00
4.6- Amortização da Dívida	154.000,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	24.200,00
9.9- Reserva de Contingência	24.200,00
– TRANSF. FINANCEIRAS AS FUNDOS MUNICIPAIS	3.375.718,15
- Fundo Municipal da Saúde	2.430.718,15
- Fundo Municipal de Assistência Social	145.000,00
- Câmara Municipal de Vereadores	800.000,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	12.620.000,00

Art. 3º - O orçamento dos Fundos Municipais e Poder Legislativo para o exercício de 2016, estimam as Receitas e Fixam as Despesas conforme quadros abaixo descritos:

### I – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	669.998,00
1.1- Receita Tributária	3.025,00
1.2- Receitas de Contribuições	0,00
1.3- Receita Patrimonial	9.317,00
1.4- Receita Agropecuária	0,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	0,00
17-Transferências Correntes	652.220,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	0,00
1.9- Outras Receitas Correntes	5.436,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	2,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	2,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	2.430.718,15
- Transferências financeiras da Prefeitura	2.430.718,15
TOTAL	3.100.718,15

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	3.012.706,15
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	1.755.788,15
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	1.256.918,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	88.012,00
4.4- Investimentos	88.012,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9.9- Reserva de Contingência	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	3.100.718,15

### II – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	200.007,00
1.1- Receita Tributária	0,00
1.2- Receitas de Contribuições	0,00
1.3- Receita Patrimonial	2.607,00
1.4- Receita Agropecuária	0,00
1.5- Receita Industrial	0,00

1.6- Receita de Serviços	0,00
17-Transferências Correntes	196.190,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	0,00
1.9- Outras Receitas Correntes	1.210,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	0,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	0,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	145.000,00
- Transferências financeiras da Prefeitura	145.000,00
TOTAL	345.007,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	329.395,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	44.000,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	285.395,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	15.612,00
4.4- Investimentos	15.612,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9.9- Reserva de Contingência	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	345.007,00

### III – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	800.000,00
- Transferências financeiras da Prefeitura	800.000,00
TOTAL	800.000,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	650.000,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	540.000,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	110.000,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	150.000,00
4.4- Investimentos	150.000,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	800.000,00

Art. 4º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário, conforme demonstração abaixo:

#### UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUN. DE MAREMA

I – Passivo Contingente	0,00
II – Intempéries	24.200,00
III – Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos	0,00
IV – Obtenção de Resultado Primário	0,00
V – Reforço de dotações Orçamentárias	0,00
TOTAL	24.200,00

§1º - A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando-se o limite para cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo.

§2º- Para efeito desta lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçadas ou orçadas a menor.

Art. 5º - O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 30% da Despesa estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I – o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.

II – a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.

III – superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo Único – Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício, e o excesso de arrecadação das receitas de capital.

Art. 6º - As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de crédito e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa, ou por força de convênio.

Art. 7º – Durante o exercício de 2016, o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 8º – Comprovando o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeios de competência de outros entes da Federação.

Art. 9º – Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta, mediante o envio de cópia autêntica à Câmara Municipal, logo após a celebração de tais atos.

Art. 10 – A presente Lei vigorará durante o exercício de 2016, a partir de 1º de janeiro, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, em 01 de dezembro de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI

Servidor Designado



# Massaranduba

## PREFEITURA

### ERRATA DECRETO 3213

DECRETO Nº 3213 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015

Dispõe sobre o reajuste do valor da estrutura tarifária do serviço de abastecimento de água pela Prefeitura de Massaranduba.

MARIO FERNANDO REINKE, Prefeito Municipal de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e constitucionais decreta:

Art. 1º Os preços pelo consumo mensal de água da estrutura tarifária constante no Decreto 3022/2014 passam a vigorar com os valores expressos em reais abaixo relacionados:

CATEGORIA	SUB CATEGORIA	FAIXAS (m³)	PREÇO COM REAJUSTE DE 8,36%
RESIDENCIAL	Social	Até 10	R\$ 6,38
		11 à 25	R\$ 1,79
		26 à 50	R\$ 8,60
		Maior que 50	R\$ 10,49
	Normal	Até 10	R\$ 34,05
		11 à 25	R\$ 6,24
		26 à 50	R\$ 8,76
		Maior que 50	R\$ 10,49
COMERCIAL	Normal	Até 10	R\$ 50,25
		11 à 50	R\$ 8,34
		Maior que 50	R\$ 10,49
INDUSTRIAL	Única	Até 10	R\$ 50,25
		Maior que 10	R\$ 8,34
PÚBLICA	Única	Até 10	R\$ 50,25
		Maior que 10	R\$ 8,34
SERVIÇOS			PREÇO COM REAJUSTE DE 8,36%
TAXA ENTREGA FATURA VIA CORREIO			R\$ 1,07
EMIÇÃO DE 2ª VIA DE FATURA			R\$ 3,25
LIGAÇÃO NOVA RESIDENCIAL DN 1/2" E 3/4"			R\$ 103,65
LIGAÇÃO NOVA NÃO RESIDENCIAL DN 1/2" E 3/4"			R\$ 113,98
LIGAÇÃO NOVA RESIDENCIAL SOCIAL DN 1/2" E 3/4"			R\$ 39,12
RELIGAÇÃO DE CORTE CAVALETE			R\$ 29,37
RELIGAÇÃO DE CORTE RAMAL			R\$ 84,30
RELIGAÇÃO DE CORTE COM RETIRADA DE RAMAL/CANCELADA			R\$ 103,65
DESLOCAMENTO CAVALETE PU			R\$ 41,20
COBRANÇA DE INFRAÇÃO VIOLAÇÃO DE LACRE			R\$ 58,76
COBRANÇA DE INFRAÇÃO VIOLAÇÃO DE HIDRÔMETRO			R\$ 58,76
COBRANÇA DE INFRAÇÃO VIOLAÇÃO DE CAVALETE			R\$ 58,76
COBRANÇA DE INFRAÇÃO VIOLAÇÃO DE RAMAL			R\$ 111,32

Art. 3º Os valores constantes desde Decreto entram em vigor em 01 de janeiro de 2016.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba 27 de Novembro de 2015

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

# Meleiro

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº 417-2015**

PORTARIA n.º 417/2015

TRATA DO RETORNO DE LICENÇA SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

**RETORNAR**

Art. 1.º Da Licença saúde, a servidora MARIA DE FÁTIMA DA BOIT, ocupante do cargo de Auxiliar de serviços gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação..

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 01 de Dezembro de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

# Modelo

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 0256/2015 - REPUBLICAÇÃO

Decreto nº 256/2015 de 23/10/15

Dispõe sobre homologação do processo licitatório nº 575/2015, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório n.º. 575/2015, Modalidade Tomada de Preços, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto A PRESENTE LICITAÇÃO VISA À EXECUÇÃO DE PARTE DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM PLUVIAL DAS SEGUINTE RUAS: RUA PRESIDENTE VARGAS, RUA LEOPOLDO M. HERMES, RUA JORGE LACERDA, RUA DUQUE DE CAXIAS, RUA DOM BOSCO, RUA JOSÉ BONIFÁCIO, RUA JOÃO PESSOA E RUA 25 DE JULHO DA CIDADE DE MODELO TOTALIZANDO 18.205,02 M². EMPREITADA POR LOTE DO TIPO MENOR PREÇO. DE CONFORMIDADE COM CONVÊNIO Nº- 2014TR002415 (FUNDAM), PROJETO, MEMORIAL, E ANEXOS DO EDITAL, adjudicado a favor da empresa:

Empresa	Valor Total Homologado
MARTEPLAN TERRAPLANAGENS E SERVIÇOS LTDA - ME	165.855,35

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Sexta-Feira, 23 de outubro de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

ADILSON CESAR BRAUN

Chefe do Depto. De Compras e Licitações

### DECRETO Nº 0268/2015

Decreto nº 268/2015 de 30/11/15

Dispõe sobre homologação do processo licitatório nº 622/2015, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório n.º. 622/2015, Modalidade Tomada de Preços nº. 005/2015, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto EXECUÇÃO DE PONTE SOBRE O RIO LAJEADO TIMBÓ, LOCALIZADA À RUA DO COMÉRCIO, MUNICÍPIO DE MODELO, SENDO: ESCAVAÇÃO, REATERRO, READEQUAÇÃO DO ENTORNO DA PONTE, CABECEIRA DE APOIO E REFORÇO DE CABECEIRA EXISTENTE, TABULEIRO EM ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO PARA PONTE. TOTALIZANDO 160,00 METROS QUADRADOS. EXECUÇÃO CONFORME ART Nº5617273-1, ART Nº-5633645-4E ART Nº5621141-2, PROJETO, MEMORIAL E ANEXOS DO EDITAL. DE ACORDO COM PROCESSO Nº 59050.000720/2015-17 – MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL/SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL/DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO E GESTÃO, adjudicado a favor da empresa:

Empresa	Valor Total Homologado
MODELO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	288.547,76

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Segunda-Feira, 30 de novembro de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

ADILSON CESAR BRAUN

Chefe do Depto. De Compras e Licitações

### DECRETO Nº 0269/2015

Decreto nº 269/2015 de 30/11/15

Dispõe sobre homologação do processo licitatório nº 651/2015, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório n.º. 651/2015, Modalidade Dispensa por Justificativa nº. 712/2015, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, PINTURA E SINALIZAÇÃO DE PONTE SOBRE O RIO LAJEADO TIMBÓ, LOCALIZADA À RUA DO COMÉRCIO, MUNICÍPIO DE MODELO. DE CONFORMIDADE COM PROJETO, MEMORIAL E CRONOGRAMA. DE ACORDO COM PROCESSO Nº 59050.000720/2015-17 – MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL/SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL/DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO E GESTÃO, adjudicado a favor da empresa:

Empresa	Valor Total Homologado
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA - CIDIR	6.650,43

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Segunda-Feira, 30 de novembro de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

ADILSON CESAR BRAUN

Chefe do Depto. De Compras e Licitações

### **EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO ADM 19/2015-FMS**

Extrato de Rescisão ao Contrato Adm. nº 19/2015 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO

Contrato Rescindido n. 19/2015 - Paula Casonato

A Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Modelo, SC, Márcia Teresinha Jacoby, torna público para conhecimento dos interessados, que rescindiu contrato com a dentista Paula Casonato, de comum acordo e por conveniência administrativa, em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, resolvem rescindir o contrato administrativo nº 19/2015 de 30 de novembro de 2015, com fundamento na Cláusula Oitava do Contrato e no art. 79 da Lei 8.666/93, mas principalmente por interesse público e administrativo.

Modelo (SC), 01 de dezembro de 2015.

Márcia Teresinha Jacoby – Gestora FMS

### **PORTARIA Nº 0172/2015**

PORTARIA Nº 0172/2015 DE 30.11.2015.

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE SERVIDORES PARA CUMPRIMENTO DE ESCALA DE TRABALHO NO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MODELO/SC, RELATIVO AO MÊS DE DEZEMBRO DE 2015, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal do Município de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, em especial as de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 971/90 e em especial as disposições da Lei Municipal 2.229/2015, Portarias Municipais nº 0107/2015 e 0122/2015,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aprovada a escala de trabalho dos servidores ocupantes do cargo de motorista, no Departamento Municipal de Saúde, para desempenho das atividades da jornada normal e de sobreaviso.

Parágrafo Único: A jornada de trabalho conforme dispõe a Portaria nº 0122/2015 será cumprida pelos servidores mencionados no Art. 1º, atribuída de acordo com o mencionado na escala de trabalho na forma do Anexo I, sendo representada pelas legendas:

I – CH02: Jornada 02

II – SM02: Jornada 02

III – HEM01: Jornada 01

IV – Normal01: Jornada 01

V – VE03: Jornada 03

VI – SA03: Sobreaviso/Jornada 03

Art. 2º - Ficam convocados os Servidores Públicos Municipais ocupantes do cargo de motorista do Departamento Municipal de Saúde, para cumprirem a Escala de Trabalho relativo ao mês de dezembro de 2015, constante no Anexo I integrante desta Portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),  
aos 30 de novembro de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

MARCIA TERESINHA JACOBY

Diretora Municipal de Saúde

Registrada e publicada na data supra: FRANCIELI PAVALICINI  
Assessora de Departamento

# ANEXO I ESCALA DE TRABALHO – MÊS DE DEZEMBRO/2015

DIA DA SEMANA	sábado	terça-feira	quarta-feira	quinta-feira	sexta-feira	sábado	domingo	
MOTORISTA/DIA	30/nov	1	2	3	4	5	6	
GLEISON DONIDA		HEM01	HEM01	HEM01	HEM01	HEM01	HEM01	
MAURICIO RAUBER		VE03	VE03	VE03	VE03	VE03	VE03	
ERI EVALDO SIMÃO	SA A partir das 17h30min	SA	SA	SA	SA	SA	SA até 17:30h	
PAULO SALVATORI		CH02	CH02	CH02	CH02	CH02	CH02	
GILSON HISTER		SM02	SM02	SM02	SM02	SM02	SM02	
DIA DA SEMANA	domingo	segunda-feira	terça-feira	quarta-feira	quinta-feira	sexta-feira	sábado	
MOTORISTA/DIA	6	7	8	9	10	11	12	
GLEISON DONIDA		SM02	SM02	SM02	SM02	SM02	SM02	
MAURICIO RAUBER		HEM01	HEM01	HEM01	HEM01	HEM01	HEM01	
ERI EVALDO SIMÃO		VE03	VE03	VE03	VE03	VE03	VE03	
PAULO SALVATORI	SA A partir das 17h30min	SA	SA	SA	SA	SA	SA até 17:30h	
GILSON HISTER		CH02	CH02	CH02	CH02	CH02	CH02	
DIA DA SEMANA	sábado	domingo	segunda-feira	terça-feira	quarta-feira	quinta-feira	sexta-feira	
MOTORISTA/DIA	12	13	14	15	16	17	18	
GLEISON DONIDA		CH2	CH02	CH02	CH02	CH02	CH02	
MAURICIO RAUBER		SM2	SM02	SM02	SM02	SM02	SM02	
ERI EVALDO SIMÃO		HEM 1	HEM01	HEM01	HEM01	HEM01	HEM01	
PAULO SALVATORI		V E3	VE03	VE03	VE03	VE03	VE03	
GILSON HISTER	SA A partir das 17h30min	SA	SA	SA	SA	SA	SA até 17:30h	
DIA DA SEMANA	sexta-feira	sábado	domingo	segunda-feira	terça-feira	quarta-feira	quinta-feira	
MOTORISTA/DIA	18	19	20	21	22	23	24	
GLEISON DONIDA	SA A partir das 17h30min	SA	SA	SA	SA	SA	SA até 17:30h	
MAURICIO RAUBER		CH2	CH2	CH02	CH02	CH02	CH02	
ERI EVALDO SIMÃO		SM2	SM2	SM02	SM02	SM02	SM02	
PAULO SALVATORI		HEM 1	HEM 1	HEM01	HEM01	HEM01	HEM01	
GILSON HISTER		V E3	V E3	VE03	VE03	VE03	VE03	
DIA DA SEMANA	quinta-feira	sexta-feira	sábado	domingo	segunda-feira	terça-feira	quarta-feira	quinta-feira
MOTORISTA/DIA	24	25	26	27	28	29	30	31
GLEISON DONIDA		VE03	VE03	VE03	VE03	VE03	VE03	VE03
MAURICIO RAUBER	SA A partir das 17h30min	SA	SA	SA	SA	SA	SA	SA até 17:30h
ERI EVALDO SIMÃO		CH02	CH02	CH02	CH02	CH02	CH02	CH02
PAULO SALVATORI		SM02	SM02	SM02	SM02	SM02	SM02	SM02
GILSON HISTER		HEM01	HEM01	HEM01	HEM01	HEM01	HEM01	HEM01

OBS: NA SEMANA DE HEMODIALISE NAS TERÇAS E QUINTAS É HORÁRIO DAS VIAGENS EXTRAS (NORMAL)

LEGENDAS: CH02: Jornada 02 SM02: Jornada 02 HEM01: Jornada 01 Normal01: Jornada 01  
VE03: Jornada 03 SA03: Sobreaviso – Jornada 03

CIENTES E DE ACORDO:

ERI EVALDO SIMÃO: \_\_\_\_\_

GILSON HISTER: \_\_\_\_\_

Márcia Teresinha Jacoby  
Diretora Municipal de Saúde  
GLEISON DONIDA: \_\_\_\_\_

MAURICIO RAUBER: \_\_\_\_\_

PAULO SALVATORI: \_\_\_\_\_

ESCALA DE DEZEMBRO/2015

PORTARIA Nº 0172/2015 – Modelo/SC, aos 30 de novembro de 2015.

### **PORTARIA Nº 0174/2015**

PORTARIA Nº 0174/2015 de 30.11.2015

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL NEI ZANCHETT, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 2.198/2015, Lei Orgânica Municipal em especial de conformidade com o Art. 112 da Lei Municipal 1.513/2002 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Fica concedido ao Servidor Público Municipal NEI ZANCHETT, ocupante do cargo efetivo de Odontólogo – Cirurgião Dentista, conforme Decreto de nomeação nº 205/1995 de 03.07.1995, 30 (trinta) dias de LICENÇA PRÊMIO, conforme requerido e a que faz jus, de acordo com o disposto no artigo 112 da Lei Municipal 1.513/2002, relativo ao período aquisitivo de 07/2010 a 07/2015, a ser usufruída no período de 01.12.2015 a 30.12.2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,  
aos 30 de novembro de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
Assessora de Departamento



# Mondaí

## PREFEITURA

### EXTRATO ATA REGISTRO PREÇOS Nº 060/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 060/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

EMPRESA REGISTRADA: GL LISMOTOR RETIFICA DE MOTORES EIRELI – EPP – VALOR REGISTRADO – R\$ 85.185,00.

OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de peças destinadas para reposição/manutenção ônibus de propriedade do Município de Mondaí - SC, a serviço do Transportes Escolar de alunos da rede Municipal de Ensino.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 125/2015

VIGÊNCIA: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 30 de novembro de 2016.

Mondaí – SC, 01 de dezembro de 2015.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

### EXTRATO ATA REGISTRO PREÇOS Nº 061/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 061/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

EMPRESAS REGISTRADAS: BORCK BRUCH E WEBER MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, VALOR REGISTRADO R\$ 4.030,00; A.E.M. OESTE COMERCIAL LTDA – ME, VALOR REGISTRADO R\$ 5.962,00 e LAIRTON CLEITON BERGMANN, VALOR REGISTRADO R\$ 1.035,00

OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de material elétrico destinado para reposição prédios público de propriedade do Município de Mondaí - SC.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 127/2015

VIGÊNCIA: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 30 de novembro de 2016.

Mondaí – SC, 01 de dezembro de 2015.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

# Navegantes

## PREFEITURA

### ATA CONCORRÊNCIA 65/2015 FMS

Ata Concorrência 65/2015 FMS

ABERTO O CERTAME CONFORME AGENDADO ANTERIORMENTE AS 9 HORAS, NA OCASIÃO SÓ ESTAVAM PRESENTES OS REPRESENTANTES DAS EMPRESAS RENASCENCE, E IMPLANTEST CRENCIADOS, EM SEGUIDA APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE, DEU-SE INICIO A ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTAS DAS HABILITADAS, CONFORME SEGUE:

LC EMPREITEIRA R\$ 206.985,86;IMPLANTEST (ME) R\$ 222.063,63;CONST. RENASCENCE (ME) R\$ 227.433,75;SONA (ME) R\$ 243.507,53;TORRE FORTE R\$ 245.302,33; O REPRESENTANTE DA IMPLANTEST (2º COLOCADO) PRESENTE NA SESSÃO COMUNICOU QUE QUERIA FAZER USO DO BENEFICIO DE ME/EPP E COBRIR O VALOR DA PRIMEIRA COLOCADA DESTA FORMA O VALOR DA IMPLANTEST PASSOU A R\$206.984,00 SE TORNANDO VENCEDORA DO CERTAME. MOMENTO EM QUE ENCERRA A SESSÃO.

### ATA PREGÃO PRESENCIAL 158/2015 PMN

ATAS PREGÃO PRESENCIAL 158/2015 PMN

ABERTO O CERTAME CONFORME AGENDADO ANTERIORMENTE AS 9 HORAS COM A PRESENÇA DOS LICITANTES LIMPEXCEL, COM. STONNI, DIST. NOVA ESPERANÇA, KELLY, BLUNAC, TIAGO ALEXANDRE, LIDERANÇA COMERCIO, JP DE LIMA, MARA TEREZINHA, LICISUL, JLM, PJ SERV, COM. MULTIVILLE, CELIA REGINA, MAXIMA, NEW WAY, ZELI ODETE, KLEBER, LUIZ FERNANDO SEBOLD, ELO COMERCIO, VENCOLI, TODOS DEVIDAMENTE CREDENCIADOS, NÃO POSSUÍAM BENEFICIO DE ME/EPP APENAS OS LICITANTES MAXIMA PAPELARIA E LUIZ FERNANDO SEBOLD, MENCIONA-SE AINDA QUE O LICITANTE WRS SOLUÇÕES EM SERVIÇOS FOI DESCLASSIFICADO POIS APENAS DEIXOU OS ENVELOPES ( PROPOSTA E HABILITAÇÃO) MAS FOI EMBORA, SEM DEIXAR OS DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO (ITEM 3.8 OBS), APÓS ESSAS INFORMAÇÕES, SEM APONTAMENTOS, DEU-SE INICIO A ABERTURA AS PORPOSTAS. FOI CONSTATADO QUE O LICITANTE CLEBER MOURA FOI DESCLASSIFICADO NA SUA PORPOSTA POIS NÃO COLOCOU A VALIDADE, E O LICITANTE MARA TEREZINHA FOI DESCLASSIFICADO NOS ITENS 07.08 POIS NÃO APRESENTOU MARCA. APÓS PASSOU-SE PARA ETAPA DE LANCES, EM SEGUIDA AS 11:30 O PREGOEIRO INFORMOU QUE IRIA SUSPENDER A LICITAÇÃO PARA RETORNAR AS 14 HORAS PARA ENTÃO ABRIR A HABILITAÇÃO DOS LICITANTES VENCEDORES NA ETAPA DE LANCES. REABERTA A SESSÃO, CONFORME AGENDADA ANTERIORMENTE EM SESSÃO PUBLICA, ESTAVAM PRESENTES OS REPRESENTANTES DE LUIZ FERNANDO SEBOLD, KELLY ADS, APÓS A ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E VISTO PELA COMISSÃO FOI REPASSADO AOS PRESENTES PARA VERIFICAÇÃO E ASSINATURA, MENCIONA-SE QUE O LICITANTE CELIA REGINA W.SANI APRESENTOU A CND UNIÃO VENCIDA, ENTRETANTO SERÁ CONCEDIDO O PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DA CND ATUALIZADA UMA VEZ QUE A LICITANTE É POSSUIDORA DOS BENEFÍCIOS DE ME/EPP, no caso do licitante licisul o mesmo foi inabilitado pois apresentou a falência e concordata com data de expedição superior a 60 dias ( item 6.4 ) SEM MAIS APONTAMENTOS ENCERRA-SE A PRESENTE E ENCAMINHA OS AUTOS Á AUTORIDADE COMPETENTE.

OBS.; TODOS OS LICITANTES DEVERÃO APRESENTAR AS AMOSTRAS CONFORME PRAZO ESTIPULADO NO EDITAL, SOB PENA DE RESPONDER A PROCESSO ADMINISTRATIVO.

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 56/2015 FMS --- REPUBLICADO II ---

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 56/2015 FMS

--- REPUBLICADO II ---

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA ESPECIALIDADE DE DERMATOLOGIA, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 14/11/2015 até às 13:50 hs. Abertura envelopes: 14/11/2015 às 14:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor. Navegantes, 1º de dezembro de 2015. ROBERTO CARLOS DE SOUZA- Prefeito.

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 71/2015 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 71/2015 FMS

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA DAR CUMPRIMENTO AO TAC (TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA) PARA ATENDIMENTO AOS PACIENTES DA FARMÁCIA BÁSICA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE (UBS), FARMÁCIA MUNICIPAL E CENTROS DE REFERÊNCIA, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. ITENS FRACASSADOS NO PREGÃO PRESENCIAL 46/2015. Data da entrega dos envelopes: 10/12/2015 até às 8:50 hs. Abertura envelopes: 10/12/2015 às 9:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor. Navegantes, 27 de novembro de 2015. ROBERTO CARLOS DE SOUZA- Prefeito.

### CONTRATAÇÃO 2988,2989

PORTARIA 2988 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015

CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I CONTRATAR pelo Processo Seletivo 005/2014 o (a) servidor (a) LUIZ HENRIQUE REUTER VIEIRA, para exercer a função de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE ACT no período de 23/11/2015 a 31/12/2015.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 23/11/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 30 de novembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2989 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015  
CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO  
O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I CONTRATAR pelo Processo Seletivo 005/2014 o (a) servidor (a) JOCELIA TEREZINHA MENSCH, para exercer a função de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE ACT no período de 24/11/2015 a 31/12/2015.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 24/11/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 30 de novembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

#### **EXONERAÇÕES 2983,2984**

PORTARIA 2.983 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015.

EXONERA POR ABANDONO DE CARGO O (A) SERVIDOR (A)

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

I – EXONERAR por abandono de cargo, conforme o Processo administrativo disciplinar autos nº 013/2015, o (a) servidor (a) BEATRIZ DA SILVA DE OLIVEIRA, do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, pertencente ao quadro dos servidores públicos municipais efetivos, com 40 horas semanais, a partir de 25 de novembro de 2015.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 25 de novembro de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 25 DE NOVEMBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 25 de novembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2.984 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015.

EXONERA POR ABANDONO DE CARGO O (A) SERVIDOR (A)

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

I – EXONERAR por abandono de cargo, conforme o Processo administrativo disciplinar autos nº 012/2015, o (a) servidor (a) EDILAMAR FISCHER, do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, pertencente ao quadro dos servidores públicos municipais efetivos,

com 40 horas semanais, a partir de 25 de novembro de 2015.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 25 de novembro de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 25 DE NOVEMBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 25 de novembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

#### **EXONERAÇÕES 2985,2986**

PORTARIA 2985 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015

EXONERA POR MOTIVO DE ABANDONO DE CARGO O (A) SERVIDOR (A)

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I EXONERAR por abandono de cargo, conforme Processo Administrativo Disciplinar autos nº016/2015, o (a) servidor (a) senhora JORGE RIBEIRO, do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, pertencente ao quadro dos servidores público municipais temporários, com 40 horas semanais, a partir de 1º/12/2015.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 1º/12/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 30 de novembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2986 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015

EXONERA POR MOTIVO DE ABANDONO DE CARGO O (A) SERVIDOR (A)

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I EXONERAR por abandono de cargo, conforme Processo Administrativo Disciplinar autos nº 021/2015, o (a) servidor (a) senhora FERNANDA CRISTINA MACHADO GOMES, do cargo de AGENTE DE EDUCAÇÃO, pertencente ao quadro dos servidores público municipais temporários, com 40 horas semanais, a partir de 1º/12/2015.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 1º/12/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 30 de novembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2991 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015

EXONERA A PEDIDO O (A) SERVIDOR (A)

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I EXONERAR a pedido,o (a) servidor (a) senhor (a) LUIZ HENRIQUE REUTER VIEIRA, do cargo de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE, pertencente ao quadro dos servidores público municipais temporários , com 40 horas semanais, a partir de 1º/12/2015.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 1º/12/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 30 de novembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### EXONERAÇÕES COLETIVAS 2992

PORTARIA 2.992 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

EXONERA SERVIDORES POR TÉRMINO DE CONTRATO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I – EXONERAR, do cargo de Professor, os servidores abaixo relacionados a partir de 30/11/2015.

Nº SERVIDOR MATRICULA

1. ANA LUCIA FREIBERGER 1771608
2. ANTONIO LUIS MUNIZ DO AMARAL 1982806
3. BRIGITE HEMMER 6291104
4. EDIMEIA APARECIDA SACHETTI 6334301
5. IANDRA BORGES 493010
6. JOSELITO LINHARES 6332601
7. JUSCELINO OLIVEIRA 6286103
8. LUIZIANE VENTURINI GONÇALVES 63267003
9. MARILIA MARIA DE SOUZA 247912
10. ROSALINA FERNANDES DOS SANTOS 1813907
11. ROSE LEDI GOETZ 144712
12. SIMONE JAGUSZESKI MEZZON 2034709

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 30 de novembro de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 30 de novembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### EXTRATO DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2015

EXTRATO DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2015

O Prefeito de Navegantes, Santa Catarina, no uso de suas atribuições, torna pública a abertura das instruções especiais destinadas à realização de Concurso Público para provimento de vagas para do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Navegantes, que se regerá pelas normas estabelecidas no Edital 001/2015 e seus anexos. As inscrições on line serão de 02/12/2015 a 03/01/2016 e as provas estão previstas para o dia 24/01/2016. O concurso contemplará vagas para cargos de nível alfabetizado, ensino fundamental ensino médio e ensino superior. Os detalhes sobre os cargos, jornada de trabalho, vagas, salário mensal, pré-requisitos e outras determinações, constam do inteiro teor do edital 001/2015, que encontra-se divulgado no site [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) e [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br). Navegantes (SC), 01 de dezembro de 2015.

Roberto Carlos de Souza

Prefeito Municipal

### EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N.º 001/2015

EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N.º 001/2015

O Prefeito de Navegantes, Santa Catarina, no uso de suas atribuições, torna pública a abertura das instruções especiais destinadas à realização de Processo Seletivo para provimento de vagas temporárias para do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Navegantes, que se regerá pelas normas estabelecidas no Edital 005/2015 e seus anexos. As inscrições on line serão de 02/12/2015 a 03/01/2016 e as provas estão previstas para o dia 23/01/2016. O concurso contemplará vagas para cargos de nível alfabetizado, ensino fundamental ensino médio e ensino superior. Os detalhes sobre os cargos, jornada de trabalho, vagas, salário mensal, pré-requisitos e outras determinações, constam do inteiro teor do edital 001/2015, que encontra-se divulgado no site [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) e [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br). Navegantes (SC), 01 de dezembro de 2015.

Roberto Carlos de Souza

Prefeito Municipal

### LICENÇA PREMIO 2993,2994

PORTARIA 2993 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

RESOLVE:



I - Conceder Licença Prêmio, ao (a) senhor (a) OSMAR AMARO, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de VIGIA , com carga horária de 40 horas semanais, para usufruir de 90 (noventa) dias, pelo período de 1º/12/2015 a 28/02/2015, referente ao serviço público prestado entre 2006/2011.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 1º de dezembro de 2015 a 28 de fevereiro de 2016. Fazendo gozo dos 90 (noventa) dias deste período.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir 1º de dezembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 30 de novembro de 2015.

SILVANA MARIA MENDES FRANCISCO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2994 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (a) senhor (a) NELSON LUVIZON, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de VIGIA , com carga horária de 40 horas semanais, para usufruir de 90 (noventa) dias, pelo período de 10/12/2015 a 08/03/2016, referente ao serviço público prestado entre 2010/2015.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 10 de dezembro de 2015 a 08 de março de 2016. Fazendo gozo dos 90 (noventa) dias deste período.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir 10 de dezembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 30 de novembro de 2015.

SILVANA MARIA MENDES FRANCISCO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **NOMEAÇÃO 2990**

PORTARIA N º 2990 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015

NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo Concurso 001/2014, o (a) senhor (a) DIEGO DAMASIO para exercer o cargo de VIGIA, com 40 horas, do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 23/11/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação

retroagindo a 23/11/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 30 de novembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **NOMEAÇÕES 2995**

PORTARIA N º 2.995 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015

NOMEIA SERVIDOR (A) PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 062 de 01/04/2009,

RESOLVE:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeado (a) para exercer a função de confiança de SECRETÁRIA ESCOLAR CEI EJA IV, o (a) senhor (a) CARIN DAIANA SALOMÃO.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 1º de dezembro de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 30 de novembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

### **PROGRESSÃO FUNCIONAL 2987**

PORTARIA N º 2987 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I PROMOVER PROGRESSÃO FUNCIONAL a VALDEA DE OLIVEIRA MELLO no quadro geral de servidores por capacitação no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO AUXILIAR, posicionando para a referência "G".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários, período avaliado 2013/2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeitos a partir de 01/12/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 30 de novembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

# Nova Trento

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 828/2015

PORTARIA Nº 828/ 2015

#### Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

#### RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 003/2015, de 26/06/2015, convocado conforme Decreto nº 152/2015, ELCIO GIACOMELLI, matrícula nº 6911, para exercer o cargo de Vigia, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Unidade Sanitária Besenello, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 25 de agosto de 2015 a 20 de fevereiro de 2016, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 25 de agosto de 2015.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 25 de agosto de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### CONTRATO SP//2015

#### CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor ELCIO GIACOMELLI, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua San Martino, nº 260, Bairro Besenello, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 504.941.559-49, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado

das atribuições do cargo de Vigia, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Unidade Sanitária Besenello, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 06 (seis) meses, iniciando em 25 de agosto de 2015 a 20 de fevereiro de 2016, podendo ser rescindido antes do prazo em virtude da realização do Concurso Público nº 003/2015.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;

II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III – violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V – em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

#### CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 25 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Elcio Giacomelli  
Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 25 de agosto de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola  
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

### **PORTARIA Nº 978/2015 "A"**

PORTARIA Nº 978/ 2015 "A"

Concede Licença Tratamento de Saúde

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Licença Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal DAIANE TEIXEIRA KUHN, matrícula nº 6792, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Enfermeiro, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Unidade Sanitária Besenello, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Servidores Efetivos desta Prefeitura, Município de Nova Trento, pelo período de 60 (sessenta) dias, a contar de 29 de outubro de 2015 a 27 de dezembro de 2015, conforme resultado pericial datado de 04/11/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 05 de novembro de 2015.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria em 05 de novembro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### **PORTARIA Nº 989/2015**

PORTARIA Nº 989/ 2015

Concede Readaptação

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VII e XII, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990, e de acordo com o que determina o artigo 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Readaptação ao Servidor Público Municipal AFONSO INÁCIO DALRI, matrícula nº 219, concursado no cargo de Motorista I, com 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, pertencente ao Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a contar de 19 de novembro de 2015 a 17 de março de 2016, conforme resultado pericial datado de 18/11/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 18 de novembro de 2015.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria em 18 de novembro de 2015.

Maxiliano de Oliveira  
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

### **PORTARIA Nº 997/2015**

PORTARIA Nº 997/ 2015

Concede Licença Tratamento de Saúde

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Licença Tratamento de Saúde ao Servidor Público Municipal OSNI VALTER MICKALSKI, matrícula nº 6848, ocupante do cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 89 (oitenta e nove) dias, a contar de 04 de outubro de 2015 a 31 de dezembro de 2015, conforme resultado pericial datado de 13/11/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 23 de novembro de 2015.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria em 23 de novembro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### **PORTARIA Nº 998/2015**

PORTARIA Nº 998/ 2015

Concede Licença Tratamento de Saúde

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Licença Tratamento de Saúde ao Servidor Público Municipal VALMIR BERTOTTI, matrícula nº 79, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 24 (vinte e quatro) dias, a contar de 04 de novembro de 2015 a 27 de novembro de 2015, conforme resultado pericial datado de 27/11/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 27 de novembro de 2015.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria em 27 de novembro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças



**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2015****ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TRENTO**

Página: 1/18

**Processo Nº.: 86/2015****CONCORRÊNCIA Nº. 1/2015****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 27/2015**

No dia 18 do mês de Novembro do ano de 2015, compareceram, de um lado a(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TRENTO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 08.858.200/0001-91, com sede administrativa localizada na RUA NEREU RAMOS, 164, bairro CENTRO, CEP nº. 88270-000, nesta cidade de Nova Trento/SC, representado pelo(a) PREFEITO, o Sr(a). GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, inscrito no CPF sob o nº. 032.953.809-88, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade CONCORRÊNCIA nº. 1/2015, Processo Licitatório nº. 86/2015, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) Esta licitação tem por objetivo o registro de preços de Material de Enfermagem para contratações futuras, destinadas ao suprimento da Secretaria Municipal de Saúde desta Municipalidade, constantes da listagem do ANEXO I, parte integrante deste Edital, contendo a discriminação dos materiais e seus quantitativos estimados, locais, horário e condições de entregas e recebimentos, bem como as demais normas de transporte e sanitária, quando exigida. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

<b>Código</b>	<b>Nome da Empresa</b>	<b>Itens</b>
6008	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA.	4, 5, 10, 18, 21, 22, 23, 36, 56, 60, 93, 94, 95, 97, 112, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 126, 134, 142, 143, 177, 189, 190, 191, 193, 194, 196, 197, 198, 200, 202, 203, 206, 207, 208, 209, 210, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 223, 225, 226, 228, 236, 245, 246, 248, 249, 251, 252, 253, 257, 260, 265, 266, 295, 297, 300, 301, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 315, 320, 322, 324, 327, 332, 333, 344, 365, 366, 368, 369, 406, 413, 423, 425, 426, 428, 429, 439, 442, 443, 445, 448, 453, 458, 459
7478	BIOTEXTIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	130, 133
7476	BORINI COMERCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA	
7475	CONTATTI COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA	
7477	DELFI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	146, 147, 148, 457
6757	DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	6, 25, 26, 27, 28, 62, 84, 102, 104, 105, 114, 128, 132, 163, 168, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 199, 201, 211, 212, 213, 214, 230, 231, 232, 233, 235, 244, 250, 267, 280, 281, 282, 284, 299, 318, 319, 360, 362, 371, 372, 373, 374, 376, 377, 378, 379, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 409, 410, 411, 432, 433, 434, 446, 456
6675	FUFA-SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA.	444
7015	HOMINUM COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA	136
6838	LM FARMA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.	
6184	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.	51, 55, 57, 63, 87, 88, 89, 90, 91, 108, 109, 124, 158, 161, 170, 171, 179, 192, 195, 204, 205, 224, 227, 239, 261, 262, 283, 285, 294, 298, 302, 321, 350, 351, 436
7474	POLAR FIX INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITA	
6185	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.	1, 2, 3, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 52, 53, 59, 92, 96, 98, 99, 101, 103, 115, 116, 127, 129, 131, 159, 160, 164, 165, 169, 173, 174, 241, 242, 243, 259, 275, 277, 278, 279, 286, 287, 288, 289, 290, 296, 311, 317, 338, 339, 345, 346, 347, 357, 358, 361, 367, 402, 403, 404, 408, 412, 414, 424, 431, 435, 449, 454
6532	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.	415, 416, 417, 418, 419, 420, 421, 422, 455
6387	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA.	7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 24, 29, 30, 31, 32, 46, 47, 48, 49, 50, 54, 58, 61, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 100, 113, 125, 135, 137, 138, 139, 140, 141, 144, 145, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 162, 166, 167, 172, 175, 176, 186, 187, 188, 222, 234, 238, 254, 255, 256, 263, 264, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 291, 292, 293, 312, 313, 314, 316, 334, 335, 342, 343, 348, 349, 352, 353, 354, 355, 356, 359, 363, 364, 370, 375, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 405, 407, 427, 430, 447, 450, 452

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TRENTO

Página: 2/18

Processo Nº.: 86/2015

CONCORRÊNCIA Nº. 1/2015

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº.: ..... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA.	00.802.002/0001-02		- - -
BIOTEXTIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	01.623.403/0001-50	JULIO CEZAR TONDOLO	541.837.900-34
BORINI COMERCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTI	03.403.388/0001-60	IVO JUSTINO BORTOLINI	200.669.530-49
CONTATTI COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA	90.108.283/0001-82		- - -
DELFI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	05.922.826/0001-21	ROBERTO STREIT CARVALHO	006.742.050-81
DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	05.531.725/0001-20	PAULA BURATTE	035.641.729-80
FUFA-SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA.	07.164.711/0001-40	MARCIA APARECIDA WARMLING	014.341.099-76
HOMINUM COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA	05.888.881/0001-42	ALINE TEREZINHA MACHADO	074.914.379-74
LM FARMA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.	57.532.343/0001-14		- - -
OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.	03.033.589/0001-12	RAFAEL GUSTAVO ROHLER	053.345.209-02
POLAR FIX INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPI	02.881.877/0001-64		- - -
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.	03.505.263/0001-40	MARCOS ANTONIO G. VELHO	481.280.589-91
PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.	85.247.385/0001-49		- - -
STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA.	02.223.342/0001-04	WALDIR CAMPOS FILHO	376.362.439-20

## CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

Esta licitação tem por objetivo o registro de preços de Material de Enfermagem para contratações futuras, destinadas ao suprimento da Secretaria Municipal de Saúde desta Municipalidade, constantes da listagem do ANEXO I, parte integrante deste Edital, contendo a discriminação dos materiais e seus quantitativos estimados, locais, horário e condições de entregas e recebimentos, bem como as demais normas de transporte e sanitária, quando exigida.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

## CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6008 - ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA.						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
4	AGUA BORICADA - EMB. LITRO	Lts.	Vic Pharma	200,000	3,6300	726,00
5	AGUA DESTILADA PARA INJEÇÃO-10 ML	Frs.	Samtec	700,000	0,1780	124,60
10	AGULHA DESCARTAVEL 25X6-CX 100 UNID.	Cx.	SR	600,000	5,7000	3.420,00
18	AGULHA DESCARTAVEL 25X6 (23G X 1")	Unid.	SR	50.000,000	0,0570	2.850,00
21	AGULHA DESC. 25G X3 1/2" -PONTA TIPO QUINCKE-CX 25 UNID.	Cx.	Lamedid-Solid	100,000	100,2250	10.022,50
22	AGULHA DESC. 26G X 3 1/2" - PONTA TIPO QUINCKE-CX 25 UNID.	Cx.	Lamedid-Solid	100,000	100,2250	10.022,50
23	AGULHA DESC. 27G X 3 1/2" -PONTA TIPO QUINCKE-CX 25 UNID.	Cx.	Lamedid-Solid	200,000	118,7250	23.745,00
36	ATADURA ALGODÃO ORTOPÉDICO 6CM XC 1,8M.	Unid.	Neve	612,000	0,4490	274,79
56	BANDAGEM TRIANGULAR -TAM M (1,42X1,0X1,0)	Unid.	Fibra Resgate	150,000	4,7260	708,90
60	BOLSA COLETORA DE URINA ESTÉRIL - SISTEMA FECHADO - 2000 ML	Unid.	Lamedid-Solid	2.500,000	2,2360	5.590,00
93	CATETER OXIGENIO TIPO OCULOS INFANTIL	Unid.	CPL	100,000	1,3700	137,00
94	CATETER P/PUNÇÃO VENOSA 14G	Unid.	Laborimport	1.300,000	0,6780	881,40

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TRENTO**

Página: 3/18  
 Processo Nº.: 86/2015  
 CONCORRÊNCIA Nº. 1/2015

Fornecedor: 6008 - ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA.						
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
95	CATETER P/PUNÇÃO VENOSA 16G	Unid.	Laborimport	1.300,000	0,6100	793,00
97	CATETER P/PUNÇÃO VENOSA 18G: N°18 X 32MM (+/- 3MM)	Unid.	Laborimport	10.000,000	0,5900	5.900,00
112	CINTO TIRANTE ARANHA-MODELO ADULTO	Unid.	Fibra Resgate	20,000	37,2540	745,08
118	COLAR CERVICAL G (ACRILICO)-2MM ESPESSURA-VELCRO DE 50MM	Unid.	Resgate SP	60,000	13,6990	821,94
119	COLAR CERVICAL M (ACRILICO) -2MM ESPESSURA- VELCRO DE 50MM	Unid.	Resgate SP	100,000	13,6990	1.369,90
120	COLAR CERVICAL NEONATAL (ACRILICO)-2MM ESPESSURA-VELCRO 5MM	Unid.	Resgate SP	30,000	13,6990	410,97
121	COLAR CERVICAL P (ACRILICO)-2MM ESPESSURA-VELCRO 5MM	Unid.	Resgate SP	100,000	13,6990	1.369,90
122	COLAR CERVICAL PEDIATRICO (ACRILICO)-2MM ESPESSURA-5MM VELCR	Unid.	Resgate SP	50,000	13,6990	684,95
123	COLCHÃO PIRAMIDAL-188CMX0,90CMX4CM	Unid.	Zedamed	20,000	56,8800	1.137,60
126	COLETOR P/MAT.PERFUROCORTANTE E BIOLOGICO DESCART.20L-CX10	Cx.	Embalaire	200,000	44,0400	8.808,00
134	CONJUNTO ESPONJA E ESCOVA 10ML POLIVINILPIRROLIDONA 10%	Unid.	Vic Pharma	9.600,000	1,4930	14.332,80
142	DRENO DE PENROSE ESTERIL N° 1-COMP. MINIMO 300MM	Unid.	Waltex	1.000,000	0,9320	932,00
143	DRENO DE PENROSE ESTERIL N° 2-COMP. MINIMO 300MM	Unid.	Waltex	1.000,000	1,2600	1.260,00
177	ETER ETILICO 35% + ALCOOL ETILICO 96% - EMB. 1 LITRO	Lts.	Vic Pharma	20,000	15,1640	303,28
189	FIO CATGUT CROMADO 0 AG. 1/2 CIRC. CILIND. 4 CM	Unid.	Technofio	2.400,000	3,1770	7.624,80
190	FIO CATGUT CROMADO 0, AG. 3/8 CIRC.CILIN.5,0CM - 75CM COMP.	Unid.	Technofio	2.400,000	3,1770	7.624,80
191	FIO CATGUT CROMADO 0, AG. 3/8, CIRC. TRIANG. 3,0CM-75CM COMP.	Unid.	Technofio	1.200,000	3,1770	3.812,40
193	FIO CATGUT CROMADO 1, AG. 1/2 CIRC.CILIND. 4,0CM - 75CM COMP.	Unid.	Technofio	1.200,000	3,1770	3.812,40
194	FIO CATGUT CROMADO 1, AG. 1/2 CIRC.CILIND. 5,0CM - 75CM COMP.	Unid.	Technofio	1.200,000	3,1770	3.812,40
196	FIO CARGUT CROMADO 1, AG. 3/8 CIRC.CLIND.5,0CM - 75CM COMP.	Unid.	Technofio	2.400,000	3,1770	7.624,80
197	FIO CATGUT CROMADO 2-0, AG. 1/2 CIRC.CLIND.3,0CM - 75CM COMP.	Unid.	Technofio	2.400,000	3,1770	7.624,80
198	FIO CATGUT CROMADO 2,0,AG. 3/8 CIRC. TRIANG. 3,0CM -75CM COMP	Unid.	Technofio	1.200,000	3,1770	3.812,40
200	FIO CATGUT CROMADO 3-0, AG. 3/8 CIRC. TRIANG. 3,0CM- 5CM COMP	Unid.	Technofio	1.200,000	3,1770	3.812,40
202	FIO CATGUT CROMADO 4-0, AG. 3/8 CIRC. TRIANG. 3,0CM-75CM COMP.	Unid.	Shalon	1.200,000	3,7830	4.539,60
203	FIO CATGUT CROMADO 5-0, AG. 3/8 CIRC.CILIND. 2,0CM-75CM COMP	Unid.	Shalon	1.200,000	4,5070	5.408,40
206	FIO CATGUT SIMPLES 0, AG. 1/2 CIRC.CILIND.4CM -75CM COMP.	Unid.	Technofio	2.400,000	3,1770	7.624,80
207	FIO CATGUT SIMPLES 0, SEM AGULHA- FIO ABSORV. 120CM	Unid.	Technofio	2.400,000	3,2950	7.908,00
208	FIO CATGUT SIMPLES 1, AGULHA 1/2 CIRC.CILIND. 4CM -75CM	Unid.	Technofio	2.400,000	3,1770	7.624,80
209	FIO CATGUT SIMPLES 2-0, AGULHA 1/2 CIRC.CILIND. 3CM-75CM	Unid.	Technofio	2.400,000	3,1770	7.624,80
210	FIO CATGUT SIMPLES 2-0, AGULHA 3/8 CIRC.CILIND.3CM -75CM	Unid.	Technofio	2.400,000	3,1770	7.624,80
215	FIO CATGUT SIMPLES 5-0, AGULHA 3/8 CIRC.CILINDR.2CM -75CM	Unid.	Shalon	2.400,000	4,5070	10.816,80
216	FIO NYLON MONOFILAMENTO PRETO 0, AG. 3/8 CIRC. TRIANG. 3CM	Unid.	Lamedid-Solid	2.400,000	1,0800	2.592,00
217	FIO NYLON MONOFILAMENTO PRETO 2-0, AGULHA 3/8-2,0CM	Unid.	Shalon	2.400,000	1,0800	2.592,00
218	FIO NYLON MONOFILAMENTO PRETO 2,0-AG. 3/8 CIRC. TRIANG. 3CM	Unid.	Shalon	2.400,000	1,0800	2.592,00
219	FIO NYLON MONOFILAMENTO PRETO 3-0, AG. 3/8 CIRC. CILIND. 2CM	Unid.	Lamedid-Solid	2.400,000	1,0800	2.592,00
220	FIO NYLON MONOFILAMENTO PRETO 3-0, AG. 3/8 CIRC. TRIANG. 3CM	Unid.	Shalon	4.080,000	1,0800	4.406,40
221	FIO NYLON MONOFILAMENTO PRETO 4-0, AG. 3/8 CIRC. CILIND. 1,5CM	Unid.	Technofio	2.400,000	1,2650	3.036,00
223	FIO NYLON MONOFILAMENTO PRETO 4-0, AG. 3/8 CIRC. TRIANG. 3CM	Unid.	Shalon	2.400,000	1,0800	2.592,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TRENTO**

Página: 4/18  
 Processo Nº.: 86/2015  
 CONCORRÊNCIA Nº. 1/2015

Fornecedor: 6008 - ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA.						
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
225	FIO NYLON MONOFILAMENTO PRETO 5-0, AG.3/8 CIRC.TRIANG.2,0CM	Unid.	Lamedid-Solid	2.880,000	1,0800	3.110,40
226	FIO NYLON MONOFILAMENTO PRETO 5-0, AG.3/8 CIRC.TRIANG.2,5CM	Unid.	Lamedid-Solid	1.200,000	1,0800	1.296,00
228	FIO NYLON MONOFILAMENTO PRETO 6-0, AG.3/8 CIRC.TRIANG.2CM	Unid.	Lamedid-Solid	1.680,000	1,0800	1.814,40
236	FIO SEDA PRETA TRANÇADA 0, AGULHA 3/8 CIRC.CILIND 3,0CM	Unid.	Shalon	2.400,000	1,7530	4.207,20
245	FLUXOMETRO P/AR COMPRIMIDO-FLUXO DE 0-15L/MIN-CON.FEMEA BORB	Unid.	Unitec	50,000	44,7400	2.237,00
246	FLUXOMETRO P/OXIGENIO-FLUXO 0-15L/MIN-CONEXÃO FEMEA BORBOLET	Unid.	Unitec	50,000	38,2110	1.910,55
248	FORMOL 37% - EMBALAGEM 5 LITROS	Gl.	Dgl	30,000	52,5000	1.575,00
249	FORMOL 37% - EMBALAGEM 1 LITRO	Lts.	Dgl	120,000	10,6850	1.282,20
251	FRASCO UMIDIFICADOR P/ OXIGÊNIO 250ML	Unid.	Unitec	50,000	9,2730	463,65
252	GEL P/ ELETROCARDIOGRAMA PH 6,5 - 7,0 - 250 G	Frs.	Caithec-Denta	150,000	2,3290	349,35
253	GEL PARA ULTRASSOM E ECG - FRASCO 1KG	Frs.	Caithec-Denta	100,000	4,1780	417,80
257	IMOBILIZADOR DE CABEÇA ESPUMA IMPERMEAVEL ADULTO	Unid.	Resgate SP	12,000	123,2870	1.479,44
260	INTEGRADOR QUIMICO USO INTERNO	Unid.	Sispack	1.000,000	0,4000	400,00
265	KIT VENTURI ADULTO	Unid.	MD	100,000	12,7400	1.274,00
266	KIT VENTURI INFANTIL	Unid.	MD	100,000	12,7400	1.274,00
295	MANTA SMS 1,20x 1,20	Unid.	Polar Fix	5.000,000	1,8470	9.235,00
297	MANTA SMS 60 X 60	Unid.	Polar Fix	1.000,000	0,4890	489,00
300	MASCARA C/ RESERVATÓRIO ADULTO	Unid.	MD	650,000	9,9310	6.455,15
301	MASCARA C/RESERVATORIO INFANTIL	Unid.	MD	350,000	9,9310	3.475,85
303	MASCARA LARINGEA DESCARTAVEL N° 1,5 (5 A 10KG)	Unid.	MD	15,000	51,6440	774,66
304	MASCARA LARINGEA DESCARTAVEL N° 1 (RN A 5KG)	Unid.	MD	15,000	51,6440	774,66
305	MASCARA LARINGEA DESCARTAVEL N° 2,5 (20 A 30KG)	Unid.	MD	15,000	51,6440	774,66
306	MASCARA LARINGEA DESCARTAVEL N° 2 (10 A 20KG)	Unid.	MD	15,000	51,6440	774,66
307	MASCARA LARINGEA DESCARTAVEL N° 3 (30 A 50KG)	Unid.	MD	15,000	51,6440	774,66
308	MASCARA LARINGEA DESCARTAVEL N° 4 (50 A 70KG)	Unid.	MD	15,000	51,6440	774,66
309	MASCARA LARINGEA DESCARTAVEL N° 5 (70 A 100KG)	Unid.	MD	15,000	51,6440	774,66
315	INDICADOR QUIMICO MULTI-PARAMENTRO P/ ESTERIL. A VAPOR	Cx.	Propper	15,000	82,1920	1.232,88
320	PAPEL PARA ECG 63X30M - BOBINA	Unid.	Tecnoprint	150,000	5,4250	813,75
322	PERA PARA ECG - PEQUENA	Unid.	Missouri	120,000	2,2790	273,48
324	PINÇA ANATOMICA PEQUENA	Unid.	Abc	20,000	8,1370	162,74
327	PINÇA ANATOMICA COM DENTE DE RATO 16 CM	Unid.	Abc	20,000	12,0000	240,00
332	PINÇA SEM DENTE 12CM	Unid.	Abc	20,000	9,0000	180,00
333	PINÇA PARA ASSEPCIA PEQUENA 16CM	Unid.	Cassiflex	20,000	5,3560	107,12
344	PVPI TOPICO SOLUÇÃO AQUOSA - 1 LITRO	Frs.	Vic Pharma	50,000	14,1700	708,50
365	SERINGA DESCARTAVEL 60ML-BICO CATETER /SONDA	Unid.	SR	300,000	2,0000	600,00
366	SERINGA DESCARTAVEL 60ML S/AGULHA	Unid.	Laborimport	100,000	1,4380	143,80
368	SERINGA P/INSULINA DESC.1ML- C/ESCALA ATÉ 100UI S/AGULHA	Unid.	SR	5.000,000	0,1290	645,00
369	SISTEMA P/ DRENAGEM TORAXICA 2L	Unid.	Cirurgica Bras	15,000	23,2880	349,32
406	SONDA RETAL N° 18	Unid.	Biosani	100,000	0,5670	56,70
413	SONDA URETRAL N° 18	Unid.	Biosani	200,000	0,5670	113,40
423	SORO RINGER C/ LACTADO - 500 ML	Frs.	Segmenta-Eur	200,000	2,8580	571,60
425	SUPORTE PARA CAIXA DE PERFUROCORTANTE 13 L	Unid.	Embalaire	10,000	3,2120	32,12
426	SUPORTE PARA CAIXA DE PERFUROCORTANTE 20 L	Unid.	Embalaire	20,000	4,4040	88,08
428	TALA DE PAPELÃO P/IMOBILIZAÇÃO- TAM M - 50X20	Unid.	Resgate SP	2.000,000	1,0310	2.062,00
429	TALA DE PAPELÃO P/IMOBILIZAÇÃO - TAM P - 30X20	Unid.	Resgate SP	1.500,000	0,5890	883,50
439	TESOURA PARA RESGATE (PONTA ROMBA) 16CM-AUTOCLAVÁVEL	Unid.	MD	10,000	14,3840	143,84
442	TESTE BOWIE-DICK PACOTE PRONTO	Unid.	Propper	100,000	19,8630	1.986,30
443	TINTURA DE BENJOIN 100ML - FRASCO TIPO ALMOTOLIA	Unid.	Vic Pharma	10,000	5,0410	50,41

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TRENTO**

Página: 5/18  
 Processo Nº.: 86/2015  
 CONCORRÊNCIA Nº. 1/2015

**Fornecedor: 6008 - ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA.**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
445	TIRANTE ARANHA ADULTO	Unid.	Fibra Resgate	50,000	37,2540	1.862,70
448	TUBO PARA COLETA DE SANGUE COM TAMPA	Unid.	Laborimport	1.000,000	0,4660	466,00
453	VASELINA LIQUIDA ALMOTOLIA 100ML	Frs.	Cinord Sudest	100,000	2,4660	246,60
458	AGULHA DESC. 25X8 ESTÉRIL - CAIXA C/100	Cx.	SR	600,000	0,0780	46,80
459	POTES PARA COLETA DE URINA 50ML TRANSPARENTE C/TAMPA	Unid.	Cral	2.000,000	0,2270	454,00

**Fornecedor: 6184 - OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
51	AVENTAL AZUL SEM MANGA-40 E 50 GR-DESCARTÁVEL(NÃO TRANSPAREN	Unid.	ANADONA	1.000,000	1,5000	1.500,00
55	BANDAGEM TRIANGULAR - TAM G (2,0X1,4X1,4)	Unid.	JL	150,000	5,6900	853,50
57	BANDAGEM TRIANGULAR - TAM P (1,0X0,70X0,70)	Unid.	JL	150,000	3,8000	570,00
63	CAMPO FENESTRADO DESC. 1,20X1,0 COM BAG - 50GR-P/CIRUG.CATAR	Unid.	VITALGOLD	1.600,000	4,9000	7.840,00
87	CATETER INTRAVENOSO CENTRAL 0,7MM(22GA),20,3CM(8IN)AGULHA1,1	Unid.	BIOMEDICAL	50,000	29,0000	1.450,00
88	CATETER INTRAVENOSO CENTRAL 1,1MM(19GA),20,3CM(8IN)AGULHA1,5	Unid.	BIOMEDICAL	50,000	29,0000	1.450,00
89	CATETER INTRAVENOSO CENTRAL 1,1MM(19GA)30,5CM(12IN)AGULHA1,5	Unid.	BIOMEDICAL	50,000	29,0000	1.450,00
90	CATETER INTRAVENOSO CENTRAL 1,7MM(16GA)20,3CM(8IN)AGULHA 2,1	Unid.	BIOMEDICAL	50,000	29,0000	1.450,00
91	CATETER INTRAVENOSO CENTRAL 1,7MM(16GA)30,5CM(12IN)AGULHA2,1	Unid.	BIOMEDICAL	50,000	29,0000	1.450,00
108	CATETER P/SUBCLAVIA D/L 7FRX20CM(14G-18G)	Unid.	BIOMEDICAL	30,000	80,0000	2.400,00
109	CATETER P/SUBCLAVIA D/L 7FR X 30CM (16G-16G)	Unid.	BIOMEDICAL	30,000	80,0000	2.400,00
124	COLETE IMOBILIZAÇÃO RESGATE ADULTO-TIPO KED	Unid.	MARIMAR	6,000	188,0000	1.128,00
158	ELETRODOS PRECORDIAS 6 UNIDADES	Unid.	TECNOCLIN	5,000	55,0000	275,00
161	EQUIPO MICROGOTAS C/CÂMARA GRADUADA 100ML	Unid.	TKL	100,000	4,5000	450,00
170	ESPARADRAPO HIPOALERGENICO 5CMX10M	Unid.	MISSNER	1.500,000	3,0900	4.635,00
171	ESPARADRAPO HIPOALERGENICO-TAM.PEQUENO(2,5CMX10M)	Unid.	MISSNER	300,000	1,6900	507,00
179	FIO ACIDO POLIGLICOLICO 8, COM 2 AGULHA 3/8 CIRCULAR-ESP.6,5	Unid.	SHALON	576,000	9,0000	5.184,00
192	FIO CATGUT CROMADO 0, SEM AGULHA - 120CM COMP.	Unid.	SHALON	2.400,000	3,9900	9.576,00
195	FIO CATGUT CROMADO 1, AG. 1/2 CIRC.CILIND.ROMBA ROBUSTA 9,0CM	Unid.	SHALON	1.200,000	4,5400	5.448,00
204	FIO CATGUT CROMADO 5-0, AG. 3/8 CIRC.TRIANG. 1,65CM-75CM COMP	Unid.	SHALON	1.200,000	4,5400	5.448,00
205	FIO CATGUT CROMADO 6-0, AG. 3/8 CIRC.TRIANG. 1,65CM-75CM COM	Unid.	SHALON	1.200,000	4,5400	5.448,00
224	FIO NYLON MONOFILAMENTO PRETO 5-0, AG. 3/8 CIRC. TRIANG. 1,65CM	Unid.	SHALON	2.400,000	1,8800	4.512,00
227	FIO NYLON MONOFILAMENTO PRETO 6-0, AG. 3/8 CIRC. TRIANG. 1,65CM	Unid.	SHALON	1.200,000	1,8800	2.256,00
239	FITA ADESIVA USO HOSPITALAR- 19MMX50M	Unid.	CIEX	2.500,000	1,7900	4.475,00
261	KIT APARELHO DE PRESSÃO PALM HT150	KIT	PREMIUM	15,000	99,0000	1.485,00
262	KIT DE DRENAGEM TORÁCICA ADULTO	Unid.	BIONAL	3,000	29,0000	87,00
283	LUVA CIRURGICA EST. - 8,0	PAR	MAXITEX	10.000,000	0,8900	8.900,00
285	LUVA DE PROCEDIMENTO GRANDE- LATEX - CX C/100 UNID.	Cx.	NUGARD	600,000	14,9000	8.940,00
294	MANTA ALUMINIZADA - TAM. APROX. 2,10CMX1,40CM (ADULTO)	Unid.	TECNIMED	1.500,000	4,9000	7.350,00
298	MASCARA ABPFF-2 DESCARTAVEL	Unid.	TAICO	50,000	3,0000	150,00
302	MASCARA FACIAL TRIPLA COM ELASTICO-CX C/ 100 UNID.	Cx.	OLIMED	500,000	4,8000	2.400,00
321	PERA DE SILICONE PARA ECG PEQUENA	Unid.	GLOBALTECH	30,000	22,0000	660,00
350	SACO P/ LIXO HOSPITALAR 150 L (BRANCO)	Unid.	RAVA	3.000,000	0,3300	990,00
351	SACO P/ LIXO HOSPITALAR 50 L (BRANCO)	Unid.	RAVA	3.000,000	0,2000	600,00
436	TERMOMETRO P/ CAIXA TÉRMICA	Unid.	JPROLAB	35,000	40,9800	1.434,30

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TRENTO**

Página: 6/18  
 Processo Nº.: 86/2015  
 CONCORRÊNCIA Nº. 1/2015

Fornecedor: 6185 - PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	ABAIXADOR DE LINGUA C/ 100 UNIDADES	Pcts.	ESTILO	1.000,000	2,3000	2.300,00
2	ACIDO PERACETICO PRONTO PARA USO - 0,20% E 0,25% - 5 LITROS	Gl.	CINETICA	50,000	176,0000	8.800,00
3	ADAPTADOR P/FRASCO DE SORO COM TAMP	Unid.	EMBRAMED	5.000,000	0,6900	3.450,00
33	ATADURA ALGODÃO ORTOPÉDICO 10CM X 1M	Unid.	POLAR FIX	612,000	0,3500	214,20
34	ATADURA ALGODÃO ORTOPÉDICO 15CM X 1M.	Unid.	POLAR FIX	612,000	0,5200	318,24
35	ATADURA ALGODÃO ORTOPÉDICO 20CM X 1M.	Unid.	POLAR FIX	612,000	0,6300	385,56
37	ATADURA CREPOM 6CMX1,8M - 100% ALGODÃO - PACOTE 12 UNID.	Pcts.	MEDI HOUSE	650,000	2,8200	1.833,00
38	ATADURA CREPOM 8CMX1,8M - 100% ALGODÃO-PACOTE 12 UNID.	Pcts.	MEDI HOUSE	650,000	3,7500	2.437,50
39	ATADURA CREPOM 12CMX1,8M-100% ALGODÃO-PACOTE 12 UNID.	Pcts.	MEDI HOUSE	600,000	5,6400	3.384,00
40	ATADURA CREPOM 15CMX1,8M-100% ALGODÃO - PACOTE 12 UNID.	Pcts.	MEDI HOUSE	750,000	7,0200	5.265,00
41	ATADURA CREPOM 20CMX1,8M - 100% ALGODÃO - PACOTE 12 UNID.	Pcts.	MEDI HOUSE	600,000	9,3600	5.616,00
52	AVENTAL BRANCO COM MANGA 30 GR,DESCARTAVEL-NÃO TRANSPARENTE	Unid.	SKY	1.000,000	0,9800	980,00
53	AVENTAL P/ PACIENTE(SEM MANGA,ABERTO NA FRENTE)PCTE 10 UNID.	Pcts.	SKY	400,000	7,0000	2.800,00
59	BENZINA - 1000 ML	Frs.	VIC PHARMA	2,000	13,6800	27,36
92	CATETER OXIGENIO TIPO OCULOS ADULTO COM HASTES	Unid.	MEDSONDA	1.600,000	0,7500	1.200,00
96	CATETER P/PUNÇÃO VENOSA 18G:N°18X32MM(+/- 3MM)-DISP.SEGURANÇA	Unid.	LABOR IMPO	1.000,000	1,3800	1.380,00
98	CATETER P/PUNÇÃO VENOSA 20G:N°20X32MM(+/- 3MM)DISP.SEGURANÇA	Unid.	LABOR IMPO	1.500,000	1,3800	2.070,00
99	CATETER P/PUNÇÃO VENOSA 20G: N°20X32MM(+/- 3MM)	Unid.	SOLIDOR	10.000,000	0,6800	6.800,00
101	CATETER P/PUNÇÃO VENOSA 22G:N°22X28MM (+/- 3MM)	Unid.	SOLIDOR	10.000,000	0,6800	6.800,00
103	CATETER P/PUNÇÃO VENOSA 24G:N°24X19MM(+/-3MM)DISP.SEGURANÇA	Unid.	LABOR IMPO	1.500,000	1,5100	2.265,00
115	CLOREXIDINA DEGERMANTE 2% - 1 LITRO	Frs.	RICIE	850,000	6,8000	5.780,00
116	CLOREXIDINA SOLUÇÃO AQUOSA 0,2% - 1 LITRO	Frs.	VIC PHARMA	850,000	4,8000	4.080,00
127	COLETOR URINÁRIO DE PERNA-SISTEMA FECHADO 500ML	Unid.	WILTEX	100,000	7,7500	775,00
129	COMPRESSA DE GAZE 7,5CM X 7,5CM- 13 FIOS- COM 500 FOLHAS	Pcts.	POLAR FIX	4.000,000	15,8000	63.200,00
131	COMPRESSA DE GAZE TIPO QUEIJO-APROX.10CMX100M-13 FIOS	RL	MDA	150,000	34,0000	5.100,00
159	EMBALAGEM PAPEL GRAU-CIRURGICO 25CMX100M	BOB	HOSPFLEX	100,000	60,0000	6.000,00
160	EMBALAGEM PAPEL GRAU CIRURGICO 45CMX100M	BOB	HOSPFLEX	50,000	131,5300	6.576,50
164	EQUIPO P/SOLUÇÃO PARENTERAIS MACROGOTAS C/PINÇA ROLETE	Unid.	LABOR IMPO	35.000,000	0,8900	31.150,00
165	ESCOVA COLETA ENDOCERVICAL GINECOLOGICA - C/100 UNID.	Pcts.	LABOR IMPO	100,000	15,0000	1.500,00
169	ESPARADRAPO COMUM PEQUENO (2,5CMX4,5M)	Unid.	MISSNER	300,000	1,6000	480,00
173	ESPECULO GINECOLÓGICO DESCARTÁVEL MÉDIO	Unid.	KOLPLAST	3.500,000	0,7000	2.450,00
174	ESPECULO GINECOLÓGICO DESCARTÁVEL PEQUENO	Unid.	KOLPLAST	3.500,000	0,6000	2.100,00
241	FITA MICROPOROSA HIPOALERGICA 10CMX10M	RL	MISSNER	1.000,000	3,7000	3.700,00
242	FITA MICROPOROSA HIPOALERGICA 2,5CMX10M	RL	MISSNER	120,000	1,4700	176,40
243	FITA MICROPOROSA HIPOALERGICA 5CMX10M	RL	MISSNER	1.100,000	2,0900	2.299,00
259	INDICADOR BIOLÓGICO	Unid.	CRISTOFOLI	1.500,000	6,0300	9.045,00
275	LANCETA DESCARTÁVEL P/ PUNÇÃO DIGITAL C/ DISP. SEGURANÇA	Unid.	PROLIFE	5.000,000	0,2600	1.300,00
277	LENÇOL DESCARTÁVEL C/ ELASTICO - PCTE. C/ 10 UNID.	Pcts.	SKY	700,000	8,9500	6.265,00
278	LOÇAO OLEOSA AGE - 100ML	Frs.	MOPH	800,000	2,9400	2.352,00
279	LUGOL SEGUNDO SCHILLER - EMBALAGEM 1 LITRO	Lts.	CINETICA	20,000	51,0000	1.020,00
286	LUVA DE PROCEDIMENTO MEDIA - LATEX - CX C/ 100 UNID.	Cx.	SUPERMAX	1.500,000	13,9000	20.850,00
287	LUVA DE PROCEDIMENTO GRANDE- LATEX - CX C/100 UNID.	Cx.	SUPERMAX	1.500,000	13,9000	20.850,00
288	MALHA TUBULAR - 10CM X 25 M	Unid.	POLAR FIX	10,000	6,5100	65,10
289	MALHA TUBULAR - 15CM X 25 M	Unid.	POLAR FIX	10,000	9,9400	99,40

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TRENTO**

Página: 7/18  
 Processo Nº.: 86/2015  
 CONCORRÊNCIA Nº. 1/2015

**Fornecedor: 6185 - PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
290	MALHA TUBULAR - 20CM X 25 M	Unid.	POLAR FIX	10,000	13,0900	130,90
296	MANTA SMS 50 X 50 - PCTE. 500	Pcts.	POLAR FIX	150,000	140,0000	21.000,00
311	MANTA SMS 80X80 - PACOTE C/ 100 UNID.	Pcts.	POLAR FIX	150,000	75,5000	11.325,00
317	OTOSCÓPIO COMPLETO (USO ADULTO E INFANTIL)	Unid.	MIKATOS	20,000	178,5300	3.570,60
338	PORTA AGULHA MAYO HEGAR C/ 14 CM	Unid.	PROFESSION	12,000	17,8500	214,20
339	POTES PARA COLETA DE ESCARRO (TRANSPARENTE)	Unid.	CRAL	2.000,000	0,2000	400,00
345	ROLO/ENVELOPES P/ESTERILIZAÇÃO 10CMX100M	RL	HOSPFLEX	130,000	25,0000	3.250,00
346	ROLO/ENVELOPES P/ESTERILIZAÇÃO 15CMX100M	RL	HOSPFLEX	20,000	38,0000	760,00
347	ROLO/ENVELOPES P/ESTERILIZAÇÃO 30CMX100M	RL	HOSPFLEX	220,000	74,0000	16.280,00
357	SERINGA DESCARTAVEL 03ML S/AGULHA C/DISPOSIT.SEGURANÇA	Unid.	DESCARPACI	500,000	0,1500	75,00
358	SERINGA DESCARTÁVEL 03ML S/AG.	Unid.	SR	3.000,000	0,0900	270,00
361	SERINGA DESCARTÁVEL 05ML S/AG.	Unid.	SR	52.000,000	0,1000	5.200,00
367	SERINGA DESCARTAVEL 20ML S/AGULHA	Unid.	SR	51.000,000	0,2700	13.770,00
402	SONDA P/ALIMENTAÇÃO ENTERAL 10Fr-SILICONE	Unid.	EMBRAMED	100,000	9,0000	900,00
403	SONDA P/ALIMENTAÇÃO ENTERAL 12Fr-SILICONE	Unid.	EMBRAMED	100,000	9,8000	980,00
404	SONDA P/ALIMENTAÇÃO ENTERAL 8Fr-SILICONE	Unid.	EMBRAMED	100,000	9,0000	900,00
408	SONDA URETRAL Nº 06	Unid.	MEDSONDA	100,000	0,3800	38,00
412	SONDA URETRAL Nº 14	Unid.	MEDSONDA	500,000	0,4400	220,00
414	SORO FISIOLÓGICO 0,9% - 1000 ML	Frs.	LBS	500,000	1,9800	990,00
424	STERILABOR GALÃO 5 LITROS	Gl.	DGL	50,000	30,0000	1.500,00
431	TAMPA VEDANTE TIPO LUER CAP	Unid.	EMBRAMED	5.000,000	0,3000	1.500,00
435	TERMOMETRO CLINICO DIGITAL COM BATERIA	Unid.	MEDQCO	300,000	7,6900	2.307,00
449	TUBO PARA COLETA DE SANGUE SEM EDTA COM GEL SEPARADOR	Unid.	LABOR IMPO	3.000,000	0,6400	1.920,00
454	VASELINA LIQUIDA CONCENTRADA - EMB. 1 LITRO	Lts.	RICIE	30,000	16,8700	506,10

**Fornecedor: 6387 - STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA.**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
7	AGULHA DESCARTAVEL 25X5 - CX 100 UNID.	Cx.	SR	100,000	4,7900	479,00
8	AGULHA DESCARTAVEL 30X7 - CX 100 UNID.	Cx.	SR	50,000	4,7900	239,50
9	AGULHA DESCARTAVEL 13X4,5(26G 1/2)-CX 100 UNID.	Cx.	SR	600,000	4,7900	2.874,00
11	AGULHA DESCARTAVEL 25X7 - CX 100 UNID.	Cx.	SR	600,000	4,7900	2.874,00
12	AGULHA DESCARTAVEL 30X8 - CX 100 UNID.	Cx.	SR	600,000	4,7900	2.874,00
13	AGULHA DESCARTAVEL 40X12 - CX 100 UNID.	Cx.	SR	600,000	5,7600	3.456,00
14	AGULHA DESC.13X4,5 - C/DISPOSITIVO SEGURANÇA	Unid.	SR	1.000,000	0,3700	370,00
15	AGULHA DESC. 25X6-C/DISPOSITIVO SEGURANÇA	Unid.	SR	1.000,000	0,3700	370,00
16	AGULHA DESC. 25X7-C/DISPOSITIVO SEGURANÇA	Unid.	SR	5.000,000	0,3700	1.850,00
17	AGULHA DESC. 25X8-C/DISPOSITIVO SEGURANÇA	Unid.	SR	1.000,000	0,3700	370,00
19	AGULHA DESCARTAVEL 30X7 (22G X 1 1/4")	Unid.	SR	5.000,000	0,0580	290,00
24	ALCOOL 70% 1000 ML	Unid.	DAILHA	800,000	3,8200	3.056,00
29	AMBU ADULTO	Unid.	SAFTI	10,000	104,0000	1.040,00
30	AMBU NEONATAL	Unid.	SAFTI	3,000	104,0000	312,00
31	AMBU PEDIATRICO	Unid.	SAFTI	5,000	104,0000	520,00
32	APARELHO P/TRICOTOMIA (BARBEAR) DESCARTAVEL	Unid.	VITAL MAX	5.000,000	0,4800	2.400,00
46	ATADURA CREPOM 30CM X 1,80M - 100% ALGODÃO CRU	Unid.	NEVE	1.200,000	2,8900	3.468,00
47	ATADURA GESSADA RAPIDA 10CM X 3M - GIRO INGÊS	Unid.	NEVE	500,000	1,1400	570,00
48	ATADURA GESSADA RAPIDA 15CM X 3M - GIRO INGÊS	Unid.	NEVE	500,000	1,7100	855,00
49	ATADURA GESSADA RAPIDA 20CM X 4M - GIRO INGÊS	Unid.	NEVE	500,000	3,1000	1.550,00
50	ATADURA GESSADA RAPIDA 6CM X 2M - GIRO INGÊS	Unid.	NEVE	500,000	0,5400	270,00
54	BACIA INOX -DIAMETRO 35CM	Unid.	PLAZA	6,000	39,9600	239,76
58	BANDEJA INOX S/TAMPA GRANDE (40X28X02)	Unid.	LUMINOX	6,000	74,2700	445,62
61	CAIXA INOX COM TAMPA - 20 X 15 X 7	Unid.	LUMINOX	10,000	67,4900	674,90
64	CANULA ENDOTRAQUEAL C/ BALÃO Nº 3	Unid.	VITAL GOLD	500,000	2,6900	1.345,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TRENTO**

Página: 8/18  
 Processo Nº.: 86/2015  
 CONCORRÊNCIA Nº. 1/2015

Fornecedor: 6387 - STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA.						
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
65	CANULA ENDOTRAQUEAL C/ BALÃO Nº 3,5	Unid.	VITAL GOLD	500,000	2,6900	1.345,00
66	CANULA ENDOTRAQUEAL C/ BALÃO Nº 4	Unid.	VITAL GOLD	500,000	2,6900	1.345,00
67	CANULA ENDOTRAQUEAL C/ BALÃO Nº 4,5	Unid.	VITAL GOLD	500,000	2,6900	1.345,00
68	CANULA ENDOTRAQUEAL C/ BALÃO Nº 5	Unid.	VITAL GOLD	500,000	2,6900	1.345,00
69	CANULA ENDOTRAQUEAL C/ BALÃO Nº 5,5	Unid.	VITAL GOLD	500,000	2,6900	1.345,00
70	CANULA ENDOTRAQUEAL C/ BALÃO Nº 6	Unid.	VITAL GOLD	500,000	2,6900	1.345,00
71	CANULA ENDOTRAQUEAL C/ BALÃO Nº 6,5	Unid.	VITAL GOLD	500,000	2,6900	1.345,00
72	CANULA ENDOTRAQUEAL C/ BALÃO Nº 7	Unid.	VITAL GOLD	1.000,000	2,6900	2.690,00
73	CANULA ENDOTRAQUEAL C/ BALÃO Nº 7,5	Unid.	VITAL GOLD	1.000,000	2,6900	2.690,00
74	CANULA ENDOTRAQUEAL C/ BALÃO Nº 8	Unid.	VITAL GOLD	1.000,000	2,6900	2.690,00
75	CANULA ENDOTRAQUEAL C/ BALÃO Nº 8,5	Unid.	VITAL GOLD	500,000	2,6900	1.345,00
76	CANULA ENDOTRAQUEAL C/ BALÃO Nº 9	Unid.	VITAL GOLD	500,000	2,6900	1.345,00
77	CANULA OROFARINGEA 0	Unid.	ADVANTIVE	100,000	1,9200	192,00
78	CANULA OROFARINGEA 1	Unid.	ADVANTIVE	100,000	1,9200	192,00
79	CANULA OROFARINGEA 2	Unid.	ADVANTIVE	100,000	1,9200	192,00
80	CANULA OROFARINGEA 3	Unid.	ADVANTIVE	100,000	1,9200	192,00
81	CANULA OROFARINGEA 4	Unid.	ADVANTIVE	100,000	1,9200	192,00
82	CANULA OROFARINGEA 5	Unid.	ADVANTIVE	100,000	1,9200	192,00
83	CANULA P/TRAQUEOSTOMIA Nº 8 EM PVC, COM BALÃO E CADARÇO	Unid.	CPL	50,000	15,9900	799,50
85	CANULA P/ TRAQUEOSTOMIA Nº 7, EM PVC, COM BALÃO E CADARÇO	Unid.	CPL	50,000	15,9900	799,50
86	CANULA P/ TRAQUEOSTOMIA Nº 9, EM PVC, COM BALÃO E CADARÇO	Unid.	CPL	50,000	15,9900	799,50
100	CATETER P/PUNÇÃO VENOSA 22G:Nº22X28MM(+/- 3MM)DISP.SEGURANÇA	Unid.	POLYMED	1.500,000	0,7200	1.080,00
113	CLAMP UMBILICAL	Unid.	WELLCLAMP	1.000,000	0,4600	460,00
125	COLETOR P/MAT.PERFUROCORTANTE E BIOLOGICO DESCART.13 L-CX10	Cx.	DESCARBOX	30,000	31,5600	946,80
135	CUBA RIM 26X12 CM EM INÓX	Unid.	FORTINOX	6,000	23,7000	142,20
137	DRENO DE KHER Nº 10 (SONDA EM T)	Unid.	TAYLOR	100,000	11,5200	1.152,00
138	DRENO DE KHER Nº 12 (SONDA EM T)	Unid.	TAYLOR	100,000	11,5200	1.152,00
139	DRENO DE KHER Nº 14 (SONDA EM T)	Unid.	TAYLOR	100,000	11,5200	1.152,00
140	DRENO DE KHER Nº 16 (SONDA EM T)	Unid.	TAYLOR	100,000	11,5200	1.152,00
141	DRENO DE KHER Nº 18 (SONDA EM T)	Unid.	TAYLOR	100,000	11,5200	1.152,00
144	DRENO DE PENROSE ESTERIL Nº 3 - COMP.MINIMO 300MM	Unid.	MADEITEX	1.000,000	1,4900	1.490,00
145	DRENO DE PENROSE ESTERIL Nº 4 - COMP.MINIMO 300MM	Unid.	MADEITEX	500,000	1,6900	845,00
149	DRENO TORACICO RADIOPACO Nº 10	Unid.	CPL	100,000	4,7600	476,00
150	DRENO TORACICO RADIOPACO Nº 12	Unid.	CPL	100,000	4,7600	476,00
151	DRENO TORACICO RADIOPACO Nº 16	Unid.	CPL	100,000	4,7600	476,00
152	DRENO TORACICO RADIOPACO Nº 18	Unid.	CPL	100,000	4,7600	476,00
153	DRENO TORACICO RADIOPACO Nº 20	Unid.	CPL	100,000	4,7600	476,00
154	DRENO TORACICO RADIOPACO Nº 28	Unid.	CPL	100,000	5,3200	532,00
155	DRENO TORACICO RADIOPACO Nº 32	Unid.	CPL	100,000	5,3200	532,00
156	DRENO TORACICO RADIOPACO Nº 36	Unid.	CPL	100,000	5,3200	532,00
157	ELETRODO DESCARTAVEL 44X32MM	Unid.	VITAL COR	10.000,000	0,2300	2.300,00
162	EQUIPO PARA INFUSÃO DE SANGUE COM FILTRO	Unid.	FORTCARE	500,000	2,8900	1.445,00
166	ESFIGNOMANOMETRO ADULTO (16X47 CM)	Unid.	PREMIUM	40,000	49,9600	1.998,40
167	ESFIGNOMANOMETRO INFANTIL TAMANHO MEDIO (9X36CM)	Unid.	PREMIUM	10,000	57,8400	578,40
172	ESPATULA DE AYRES Pct. C/100	Pcts.	THEOTO	100,000	5,1200	512,00
175	ESTETOSCÓPIO ADULTO	Unid.	ADVANTIVE	50,000	7,6800	384,00
176	ESTETOSCOPIO INFANTIL	Unid.	ADVANTIVE	3,000	7,6800	23,04
186	FIO ALGODÃO PRETO 0, SEM AGULHA - 15X45CM	Unid.	SHALON	1.200,000	1,6200	1.944,00
187	FIO ALGODÃO PRETO 2-0, AGULHA 1/2 CIRCULAR CILINDRICA 2,5CM	Unid.	SHALON	1.200,000	1,6300	1.956,00
188	FIO ALGODÃO PRETO 2-0, SEM AGULHA - 15X45CM	Unid.	SHALON	1.200,000	1,6200	1.944,00

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TRENTO

Página: 9/18

Processo Nº.: 86/2015

CONCORRÊNCIA Nº. 1/2015

**Fornecedor: 6387 - STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA.**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
222	FIO NYLON MONOFILAMENTO 4-0, AG.3/8 CIRC.CILIND.2CM	Unid.	PROCARE	2.400,000	1,1600	2.784,00
234	FIO SEDA 3-0, AGULHA 3/8 CIRC.CILIND. 3,0CM	Unid.	SHALON	2.400,000	1,7900	4.296,00
238	FIO SEDA PRETA TRANÇADA 2-0, AGULHA 3/8 CIRC.CILIND.3,0CM	Unid.	SHALON	2.400,000	1,7900	4.296,00
254	GUIA P/ INTUBAÇÃO 2.0MM X 225MM	Unid.	PORTEX	100,000	27,9600	2.796,00
255	GUIA P/ INTUBAÇÃO 4,0 MM X 335MM	Unid.	PORTEX	100,000	27,9600	2.796,00
256	GUIA P/ INTUBAÇÃO 5,0 MM X 365 MM	Unid.	PORTEX	100,000	27,9600	2.796,00
263	KIT DE DRENAGEM TORÁCICA INFANTIL	Unid.		3,000	4,4600	13,38
264	KIT NEBULIZADOR - CONJUNTO MICRONEBULIZADOR ATOXICO	KIT	DARU	65,000	4,4600	289,90
268	LAMINA DE BISTURI Nº 11 - CX C/100 UNIDADES	Cx.	ADVANTIVE	70,000	14,8900	1.042,30
269	LAMINA DE BISTURI Nº 12	Unid.	ADVANTIVE	1.000,000	0,1490	149,00
270	LAMINA DE BISTURI Nº 15 - CX C/100 UNIDADES	Cx.	ADVANTIVE	80,000	14,8900	1.191,20
271	LAMINA DE BISTURI Nº 21	Unid.	ADVANTIVE	5.000,000	0,1490	745,00
272	LAMINA DE BISTURI Nº 22 - CX C/100 UNIDADES	Cx.	ADVANTIVE	20,000	14,8900	297,80
273	LAMINA DE BISTURI Nº 23 - CX C/100 UNIDADES	Cx.	ADVANTIVE	70,000	14,8900	1.042,30
274	LAMINA PARA TRICOTOMIA	Unid.	VITAL MAX	1.000,000	0,1900	190,00
291	MALHA TUBULAR ORTOPEDICA 4CMX15M	RL	MSO	20,000	2,8000	56,00
292	MALHA TUBULAR ORTOPEDICA 6CMX15M	RL	MSO	20,000	3,3700	67,40
293	MALHA TUBULAR ORTOPEDICA 8CMX15M	RL	MSO	20,000	4,0900	81,80
312	MEDIDOR PRESSÃO ARTERIAL DIGITAL	Unid.	BIOLAND	25,000	176,8600	4.421,50
313	MICRONEBULIZADOR ADULTO PARA AR COMPRIMIDO	KIT	DARU	50,000	4,4600	223,00
314	MICRONEBULIZADOR INFANTIL PARA AR COMPRIMIDO	KIT	DARU	50,000	4,4600	223,00
316	OCULOS DE PROTEÇÃO ANTI EMBAÇANTE	Unid.	FERREIRA M	50,000	4,8600	243,00
334	POLIFIX 2 VIAS C/ CLAMP.	Unid.	VITAL GOLD	10.500,000	0,6100	6.405,00
335	POLIFIX 4 VIAS C/ CLAMP	Unid.	VITAL GOLD	500,000	1,1300	565,00
342	PROPÉ DESCARTAVEL - TAM. GRANDE - COM ELÁSTICO	Unid.	ANADONA	20.000,000	0,0700	1.400,00
343	PULSEIRA P/IDENTIFICAÇÃO RECÉM-NASCIDO	Unid.	VITAL ID	500,000	0,4800	240,00
348	ROLO/ENVELOPES P/ESTERILIZAÇÃO 5CMX100M	RL	SIGMA	130,000	24,9800	3.247,40
349	ROMPEDOR MEMBRANA AMNIOTICA	Unid.	VITAL GOLD	100,000	0,8800	88,00
352	SCALP 19	Unid.	STARMED	400,000	0,1500	60,00
353	SCALP 21	Unid.	STARMED	10.000,000	0,1500	1.500,00
354	SCALP 23	Unid.	STARMED	10.000,000	0,1500	1.500,00
355	SCALP 25	Unid.	STARMED	200,000	0,1500	30,00
356	SCALP 27	Unid.	STARMED	100,000	0,1500	15,00
359	SERINGA DESCARTAVEL 03ML S/AGULHA-BICO COM ROSCA-LUER LOCK	Unid.	SR	2.000,000	0,0900	180,00
363	SERINGA DESCARTAVEL 10ML S/AGULHA	Unid.	SR	52.000,000	0,1700	8.840,00
364	SERINGA DESCARTAVEL 20ML S/AGULHA-COM DISPOSIT SEGUANÇA	Unid.	SR	1.000,000	0,5600	560,00
370	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 04	Unid.	MEDSONDA	100,000	0,3900	39,00
375	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 14	Unid.	MEDSONDA	500,000	0,4800	240,00
380	SONDA FOLEY Nº 16 DUAS VIAS	Unid.	STARMED	1.050,000	2,1600	2.268,00
381	SONDA FOLEY 18 - DUAS VIAS	Unid.	STARMED	1.050,000	2,1600	2.268,00
382	SONDA FOLEY Nº 20 DUAS VIAS	Unid.	STARMED	550,000	2,1600	1.188,00
383	SONDA FOLEY Nº 10 DUAS VIAS	Unid.	STARMED	500,000	2,3600	1.180,00
384	SONDA FOLEY Nº 12 DUAS VIAS	Unid.	STARMED	500,000	2,1600	1.080,00
385	SONDA FOLEY Nº 14 DUAS VIAS	Unid.	STARMED	1.000,000	2,1600	2.160,00
386	SONDA FOLEY DUAS VIAS Nº 22	Unid.	STARMED	500,000	2,1600	1.080,00
387	SONDA FOLEY Nº 14 - TRÊS VIAS	Unid.	STARMED	50,000	2,6900	134,50
388	SONDA FOLEY Nº 16 - TRÊS VIAS	Unid.	STARMED	50,000	2,6900	134,50
389	SONDA FOLEY Nº 18 - TRÊS VIAS	Unid.	STARMED	50,000	2,6900	134,50
390	SONDA FOLEY Nº 20 - TRÊS VIAS	Unid.	STARMED	50,000	2,6900	134,50
391	SONDA FOLEY Nº 22 - TRÊS VIAS	Unid.	STARMED	50,000	2,6900	134,50
392	SONDA NASOGASTRICA CURTA Nº 12	Unid.	MEDSONDA	500,000	0,4300	215,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TRENTO**

Página: 10/18  
 Processo Nº.: 86/2015  
 CONCORRÊNCIA Nº. 1/2015

**Fornecedor: 6387 - STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA.**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
393	SONDA NASOGASTRICA CURTA Nº 14	Unid.	MEDSONDA	500,000	0,4400	220,00
405	SONDA RETAL Nº 10	Unid.	MEDSONDA	100,000	0,4400	44,00
407	SONDA URETRAL Nº 04	Unid.	MEDSONDA	100,000	0,3700	37,00
427	TALA DE PAPELÃO P/IMOBILIZAÇÃO - TAM.G - 70X20	Unid.	CONFORTELI	1.500,000	1,3500	2.025,00
430	TAMPA PROTETORA P/ CONEXÃO CATETER SCALP INDIVIDUAL E ESTER	Unid.	MEDSONDA	10.000,000	0,1300	1.300,00
447	TUBO DE SILICONE 204, NÃO ESTÉRIL, EMB. 15 METROS	Unid.	KINNER	20,000	99,8900	1.997,80
450	VALVULA REGUL.PRESSÃO(PRE-REGULADA) 300KPA /CILIND.OXIDO NITR.	Unid.	OXIGEL	2,000	170,8000	341,60
452	VALVULA REGUL.PRESSÃO CILIND.OXIGENIO 300KGF-COM FLUXOMETRO	Unid.	OXIGEL	5,000	184,0000	920,00

**Fornecedor: 6532 - PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
415	SORO FISIOLÓGICO 0,9% - 250 ML	Frs.	ARBORETO	1.000,000	1,1870	1.187,00
416	SORO FISIOLÓGICO 0,9% - 500 ML	Frs.	ARBORETO	1.000,000	1,3130	1.313,00
417	SORO FISIOLÓGICO 1000ML	Frs.	BASA	300,000	3,2500	975,00
418	SORO FISIOLÓGICO 250ML	Frs.	BASA	500,000	2,0630	1.031,50
419	SORO FISIOLÓGICO 500ML	Frs.	BASA	1.000,000	2,2500	2.250,00
420	SORO GLICO-FISIOLÓGICO - 500ML	Unid.	BASA	400,000	2,4700	988,00
421	SORO GLICOSADO 5% 250 ML	Frs.	BASA	200,000	2,1250	425,00
422	SORO GLICOSADO 5% 500 ML	Frs.	BASA	300,000	2,3750	712,50
455	XILOCAINA GELEIA - EMB. 30G	Unid.	PHARLAB	100,000	1,3310	133,10

**Fornecedor: 6675 - FUFA-SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA.**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
444	TIRA TESTE P/ DOSAGEM DE GLICEMIA SANGUÍNEA, EM AMOSTRA DE SANGUE CAPILAR VENOSO, ARTERIAL E NEONATAL, POR METODOLOGIA DE ASPIRAÇÃO CAPILAR, FAIXA DE MEDIÇÃO ENTRE 10 A 600 MG/DL, QUE UTILIZE A TECNOLOGIA DE AMPEREOMETRIA E/OU FOTOMETRIA. CX C/ 50 UNIDADES.	Cx.	Accu Chek Ac	1.200,000	28,0000	33.600,00

**Fornecedor: 6757 - DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
6	AGUA OXIGENADA 1000 ML	Lts.	RIOQUIMICA	600,000	2,3300	1.398,00
25	ALGODÃO HIDROFILO 100% PURO - ROLO 500G	Unid.	NÉVOA	500,000	6,7900	3.395,00
26	ALMOTOLIA DE PLASTICO 250ML (OPACA)	Unid.	J.PROLAB	250,000	1,6200	405,00
27	ALMOTOLIA DE PLASTICO 500ML (OPACA)	Unid.	J.PROLAB	250,000	1,9800	495,00
28	ALMOTOLIA TRANSPARENTE 250ML	Unid.	J.PROLAB	200,000	1,6200	324,00
62	CAL ABSORVEDORA DE CO2 - 4,300 KG	Unid.	WILSON	15,000	82,0000	1.230,00
84	CANULA P/ TRAQUEOSTOMIA Nº 5, EM PVC, COM BALÃO E CADARÇO	Unid.	SOLIDOR	50,000	17,8000	890,00
102	CATETER P/PUNÇÃO VENOSA 24G:Nº24X19MM(+/- 3MM)	Unid.	BD	10.000,000	0,7400	7.400,00
104	CATETER PARA OXIGENIO TIPO SONDA Nº 6	Unid.	MARK MED	250,000	0,3700	92,50
105	CATETER PARA OXIGENIO TIPO SONDA Nº 8	Unid.	MARK MED	550,000	0,3900	214,50
114	CLOREXIDINA 0,5% + ALCOOL - 1L	Unid.	RIOQUIMICA	850,000	6,4900	5.516,50
128	COMPRESSA DE GAZE - 10X10 - 13 FIOS CM2 - PACOTE 10 UNID.	Pcts.	NEVE	20.000,000	0,9300	18.600,00
132	COMPRESSA DE GAZE 10X10CM FECHADA-13 FIOS-C/10 FOLHAS	Pcts.	NEVE	3.500,000	0,9300	3.255,00
163	EQUIPO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL 150CM	Unid.	DESCARPACI	300,000	1,0800	324,00
168	ESPARADRAPO COMUM GRANDE (10CMX4,5M)	Unid.	ADPELE	500,000	3,9200	1.960,00
180	FIO ACIDO POLIGLICOLICO VIOLETA 0, AGULHA 1/2 CIRCULAR CILIN	Unid.	BIOLINE	2.520,000	5,0800	12.801,60
181	FIO ACIDO POLIGLICOLICO VIOLETA 1, AGULHA 1/2 CIRCULAR CILIN	Unid.	BIOLINE	2.520,000	5,2800	13.305,60

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TRENTO**

Página: 11/18  
 Processo Nº.: 86/2015  
 CONCORRÊNCIA Nº. 1/2015

Fornecedor: 6757 - DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA						
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
182	FIO ACIDO POLIGLICOLICO VIOLETA 2-0, AGULHA 3/8 CIRCULAR CIL	Unid.	BIOLINE	2.520,000	4,8800	12.297,60
183	FIO ACIDO POLIGLICOLICO VIOLETA 3-0, AGULHA 3/8 CIRCULAR CIL	Unid.	BIOLINE	2.520,000	4,9700	12.524,40
184	FIO ALGODÃO AZUL 0 SEM AGULHA - 15X45CM	Unid.	BIOLINE	1.200,000	1,4400	1.728,00
185	FIO ALGODÃO AZUL 2-0 SEM AGULHA - 15X45CM	Unid.	BIOLINE	1.200,000	1,4400	1.728,00
199	FIO CATGUT CROMADO 3-0, AG. 3/8 CIRC. CILIND. 3,0CM - 75CM COMP	Unid.	BIOLINE	2.400,000	2,9000	6.960,00
201	FIO CATGUT CROMADO 4-0, AG. 3/8 CIRC. CILIND. 3,0CM-75CM COMP.	Unid.	BIOLINE	2.400,000	2,7800	6.672,00
211	FIO CATGUT SIMPLES 3-0, AGULHA 3/8 CIRC. CILIND. 3CM - 75CM	Unid.	BIOLINE	2.400,000	2,9000	6.960,00
212	FIO CATGUT SIMPLES 4-0, AGULHA 1/2 CIRC. CILIND. 1,5CM - 75CM	Unid.	BIOLINE	2.400,000	3,0700	7.368,00
213	FIO CATGUT SIMPLES 4-0, AGULHA 3/8 CIRC. CLIND. 3CM - 75CM	Unid.	BIOLINE	2.400,000	2,7800	6.672,00
214	FIO CATGUT SIMPLES 5-0, AGULHA 1/2 CIRC. CILIND. 1,5CM - 75CM	Unid.	BIOLINE	2.400,000	3,4700	8.328,00
230	FIO POLIPROPILENO MONOFIL. AZUL 0, AG. 1/2 CIRC. CILIND. 3,5CM	Unid.	BIOLINE	3.600,000	2,3700	8.532,00
231	FIO POLIPROPILENO MONOFIL. AZUL 0, AG. 1/2 CIRC. CILIND. 4,0CM	Unid.	BIOLINE	3.600,000	2,3700	8.532,00
232	FIO POLIPROPILENO MONOFIL. AZUL 1, AG. 1/2 CIRC. CILIND. 3,5CM	Unid.	BIOLINE	3.600,000	2,3700	8.532,00
233	FIO POLIPROPILENO MONOFIL. AZUL 2-0, AG. 1/2 CIRC. CILIN. 3,5CM	Unid.	BIOLINE	3.600,000	2,2900	8.244,00
235	FIO SEDA PRETA TRANÇADA 0 SEM AGULHA- 2,5M COMP.	Unid.	BIOLINE	2.400,000	3,5000	8.400,00
244	FIXADOR CITOLÓGICO 100 ML	Unid.	ADLIN	30,000	4,4900	134,70
250	FRASCO P/ NUTRIÇÃO ENTERAL 300ML	Unid.	BIOWASE	100,000	0,5700	57,00
267	LAMINA COM EXTREMIDADE FOSCA CX. C/ 50	Cx.	ADLIN	150,000	2,2900	343,50
280	LUVA CIRURGICA ESTERIL 6,5 LATEX	PAR	DESCARPACI	10.000,000	0,8900	8.900,00
281	LUVA CIRURGICA EST. - 7,0	PAR	DESCARPACI	10.000,000	0,8900	8.900,00
282	LUVA CIRURGICA EST. - 7,5	PAR	DESCARPACI	10.000,000	0,8900	8.900,00
284	LUVA CIRURGICA EST. - 8,5	PAR	MUCAMBO	10.000,000	0,8900	8.900,00
299	MASCARA PFF 2	Unid.	DESCARPACI	300,000	2,1200	636,00
318	PVPI DEGERMANTE 1000 ML	Frs.	RIOQUIMICA	150,000	11,9700	1.795,50
319	PVPI TÓPICO 1000 ML	Frs.	RIOQUIMICA	150,000	11,9200	1.788,00
360	SERINGA DESCARTAVEL 05ML S/AGULHA-COM DISPOSIT.SEGURANÇA	Unid.	BD	5.000,000	0,1970	985,00
362	SERINGA DESCARTAVEL 10ML S/AGULHA-COM DISPOSIT.SEGURANÇA	Unid.	BD	5.000,000	0,3300	1.650,00
371	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 6	Unid.	MARK MED	500,000	0,3900	195,00
372	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 08	Unid.	MARK MED	500,000	0,3900	195,00
373	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 10	Unid.	MARK MED	500,000	0,4200	210,00
374	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 12	Unid.	MARK MED	500,000	0,4400	220,00
376	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 16	Unid.	MARK MED	500,000	0,4900	245,00
377	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 18	Unid.	MARK MED	500,000	0,5600	280,00
378	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 20	Unid.	MARK MED	500,000	0,6200	310,00
379	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 22	Unid.	MARK MED	500,000	0,6500	325,00
394	SONDA NASOGASTRICA CURTA Nº 16	Unid.	MARK MED	500,000	0,5100	255,00
395	SONDA NASOGASTRICA CURTA Nº 20	Unid.	MARK MED	500,000	0,6200	310,00
396	SONDA NASOGASTRICA LONGA Nº 12	Unid.	MARK MED	500,000	0,6200	310,00
397	SONDA NASOGASTRICA LONGA Nº 14	Unid.	MARK MED	500,000	0,6300	315,00
398	SONDA NASOGASTRICA LONGA Nº 16	Unid.	MARK MED	500,000	0,7200	360,00
399	SONDA NASOGASTRICA LONGA Nº 18	Unid.	MARK MED	500,000	0,7800	390,00
400	SONDA NASOGASTRICA LONGA Nº 20	Unid.	MARK MED	500,000	0,8800	440,00
401	SONDA NASOGASTRICA LONGA Nº 22	Unid.	MARK MED	500,000	0,9300	465,00
409	SONDA URETRAL Nº 08	Unid.	MARK MED	100,000	0,3900	39,00
410	SONDA URETRAL Nº 10	Unid.	MARK MED	1.000,000	0,4080	408,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TRENTO**

Página: 12/18  
 Processo Nº.: 86/2015  
 CONCORRÊNCIA Nº. 1/2015

**Fornecedor: 6757 - DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
411	SONDA URETRAL Nº 12	Unid.	MARK MED	40.000,000	0,4280	17.120,00
432	TELA DE POLIPROPILENO 10 X 10 CM	Unid.	MARLEX	200,000	59,8000	11.960,00
433	TELA DE POLIPROPILENO 15 X 15 CM	Unid.	MARLEX	100,000	62,2000	6.220,00
434	TELA DE POLIPROPILENO 26 X 36 CM	Unid.	MARLEX	100,000	124,0000	12.400,00
446	TOUCA DESCARTAVEL COM ELASTICO - TAM. GRANDE	Unid.	DESCARPACI	20.000,000	0,0520	1.040,00
456	CONJUNTO ESPONJA E ESCOVA CLOREXIDINA 2%	Unid.	RIOQUIMICA	9.600,000	1,1900	11.424,00

**Fornecedor: 7015 - HOMINUM COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
136	DETERGENTE ENZIMATICO 5 ENZIMAS - 5L	Gl.	Neozime 5 Lal	50,000	280,0000	14.000,00

**Fornecedor: 7477 - DELF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
146	DRENO POR SUCÇÃO 3,2	Unid.	BIOTEC	120,000	14,0000	1.680,00
147	DRENO POR SUCÇÃO 4,8	Unid.	BIOTEC	60,000	14,0000	840,00
148	DRENO POR SUCÇÃO 6,4	Unid.	BIOTEC	60,000	14,0000	840,00
457	TELA DE POLIPROPILENO 7,5 X 15CM-MONOFILAMENTO 180U	Unid.	B BRAUM	200,000	102,0000	20.400,00

**Fornecedor: 7478 - BIOTEXTIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
130	COMPRESSA DE GAZE 7,5X7,5-13 FIOS CM2 - PACOTE C/10 UNID.	Pcts.	hemogaze/bio	20.000,000	0,4400	8.800,00
133	COMPRESSA CIRURGICA - 45CMX50CM - C/50	Pcts.	campo blus	950,000	63,0000	59.850,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TRENTO**

Página: 13/18  
Processo Nº.: 86/2015  
CONCORRÊNCIA Nº. 1/2015

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
  - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
  - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

**CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TRENTO**

Página: 14/18  
Processo Nº.: 86/2015  
CONCORRÊNCIA Nº. 1/2015

**CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

**5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

**5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TRENTO**

Página: 15/18  
Processo Nº.: 86/2015  
CONCORRÊNCIA Nº. 1/2015

**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TRENTO**

Página: 16/18  
Processo Nº.: 86/2015  
CONCORRÊNCIA Nº. 1/2015

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais impréstáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

#### **CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TRENTO**

Página: 17/18  
Processo Nº.: 86/2015  
CONCORRÊNCIA Nº. 1/2015

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Trento para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TRENTO**Página: 18/18  
Processo Nº.: 86/2015  
CONCORRÊNCIA Nº. 1/2015

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Nova Trento, 18 de Novembro de 2015.

---

**GIAN FRANCESCO VOLTOLINI**  
**PREFEITO****Empresas Participantes:**

ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA.	CNPJ: 00.802.002/0001-02	_____
BIOTEXTIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	CNPJ: 01.623.403/0001-50	_____
BORINI COMERCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA	CNPJ: 03.403.388/0001-60	_____
CONTATTI COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA	CNPJ: 90.108.283/0001-82	_____
DELFI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	CNPJ: 05.922.826/0001-21	_____
DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	CNPJ: 05.531.725/0001-20	_____
FUFA-SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA.	CNPJ: 07.164.711/0001-40	_____
HOMINUM COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA	CNPJ: 05.888.881/0001-42	_____
LM FARMA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.	CNPJ: 57.532.343/0001-14	_____
OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.	CNPJ: 03.033.589/0001-12	_____
POLAR FIX INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITA	CNPJ: 02.881.877/0001-64	_____
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.	CNPJ: 03.505.263/0001-40	_____
PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.	CNPJ: 85.247.385/0001-49	_____
STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA.	CNPJ: 02.223.342/0001-04	_____

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/2015****ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TRENTO**

Página: 1/15

**Processo Nº.: 106/2015****CONCORRÊNCIA Nº. 3/2015****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 35/2015**

No dia 1 do mês de Dezembro do ano de 2015, compareceram, de um lado a(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TRENTO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 08.858.200/0001-91, com sede administrativa localizada na RUA NEREU RAMOS, 164, bairro CENTRO, CEP nº. 88270-000, nesta cidade de Nova Trento/SC, representado pelo(a) PREFEITO, o Sr(a). GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, inscrito no CPF sob o nº. 032.953.809-88, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade CONCORRÊNCIA nº. 3/2015, Processo Licitatório nº. 106/2015, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) Esta licitação tem por objetivo o registro de preços para aquisição de medicamentos para contratações futuras, destinadas ao suprimento da Secretaria Municipal de Saúde desta Municipalidade - Postos de Saúde, Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição e SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, constantes da listagem do ANEXO I, parte integrante deste Edital, contendo a discriminação dos medicamentos e seus quantitativos estimados, locais, horário e condições de entregas e recebiment Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

<b>Código</b>	<b>Nome da Empresa</b>	<b>Itens</b>
7143	A. G. KIENE & CIA. LTDA.	11, 27, 49, 80, 85, 113, 128, 135, 147, 154, 158, 159, 162, 173, 175, 176, 183, 184, 185, 189, 193, 194, 196, 201, 205, 209, 220, 221, 224, 225, 226, 228, 229, 230, 233, 236, 237, 238, 240, 241, 260, 263, 265, 266, 276, 280, 281, 284, 287, 291, 294, 297, 315, 318, 321, 323, 325, 349, 351, 353, 370, 373
7485	ADISUL COMERCIAL LTDA - EPP	
6229	AGLON COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.	90
6008	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA.	1, 26, 33, 38, 45, 73, 105, 148, 153, 155, 186, 192, 197, 199, 218, 227, 252, 253, 261, 275, 283, 290, 296, 300, 309, 310, 312, 341, 346, 358, 359, 372, 376
7077	ANDROMEDA DIST. DE MEDICAMENTOS LTDA.	36, 83, 140, 340, 356
6527	CENTERMEDI - COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.	5, 16, 35, 41, 69, 70, 77, 91, 101, 108, 111, 119, 143, 151, 211, 215, 217, 239, 245, 257, 262, 270, 271, 272, 273, 306, 350
6515	CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.	3, 4, 8, 60, 187, 191, 212, 314
6831	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA. - MINAS	19, 124, 152, 157, 165, 180, 216, 286, 295, 334, 367, 368, 369
7300	DALBEX COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI - EPP	
6757	DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	7, 12, 13, 22, 28, 29, 30, 32, 37, 42, 46, 48, 52, 61, 62, 64, 65, 68, 72, 75, 76, 82, 84, 97, 98, 99, 103, 106, 114, 115, 123, 125, 127, 129, 132, 134, 136, 138, 144, 149, 156, 160, 161, 163, 164, 168, 172, 174, 188, 195, 200, 204, 206, 223, 255, 256, 264, 268, 269, 282, 285, 316, 317, 331, 332, 336, 337, 361, 362, 363, 366, 377
6013	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.	9, 17, 18, 24, 50, 104, 112, 121, 130, 133, 171, 333, 335, 344
7376	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	63, 66, 93, 94, 95, 96, 120, 190, 207, 234, 292, 299, 328, 342, 348
7219	KFMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.	47, 81, 100, 110, 304
7484	KLIMA - COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	
6838	LM FARMA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.	
6516	MARCOFARMA DIST. DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA.	6, 15, 23, 31, 55, 56, 57, 58, 79, 109, 117, 150, 302, 339
6077	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	2, 25, 34, 39, 43, 54, 59, 78, 86, 87, 102, 122, 131, 139, 145, 166, 169, 177, 179, 182, 214, 222, 232, 279, 288, 289, 298, 303, 305, 308, 311, 319, 330, 343, 352, 354
6884	MEDILAR IMP. E DIST. DE PROD. MEDICO HOSPITALARES	
7487	MIRASSOL MED COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI	51, 74, 88, 89, 137, 142, 242
7420	OPHTHALMOS S/A	
7486	PHARMA LOG PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA	
6021	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	
6827	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA.	
6532	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.	10, 14, 21, 53, 116, 118, 126, 141, 208, 243, 244, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 293, 338, 364
7082	S & R DISTRIBUIDORA LTDA	20, 146, 181, 198, 203, 210, 259, 277, 278, 313, 345, 347, 380
7083	SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	107, 231
6579	VICTORIA - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TRENTO**

Página: 2/15  
**Processo Nº.: 106/2015**  
**CONCORRÊNCIA Nº. 3/2015**

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº.: ..... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
A. G. KIENE & CIA. LTDA.	82.225.947/0001-65	.. .	.. .
ADISUL COMERCIAL LTDA - EPP	11.018.062/0001-47	.. .	.. .
AGLON COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.	65.817.900/0001-71	.. .	.. .
ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA.	00.802.002/0001-02	.. .	.. .
ANDROMEDA DIST. DE MEDICAMENTOS LTDA.	13.568.558/0001-10	.. .	.. .
CENTERMEDI - COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.	03.652.030/0001-70	.. .	.. .
CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.	05.782.733/0001-49	.. .	.. .
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA. - MINAS	67.729.178/0004-91	.. .	.. .
DALBEX COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI - EPP	15.025.636/0001-65	.. .	.. .
DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	05.531.725/0001-20	.. .	.. .
DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTD.	02.520.829/0001-40	.. .	.. .
INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	12.889.035/0001-02	.. .	.. .
KFMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.	15.068.089/0001-03	.. .	.. .
KLIMA - COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	11.011.226/0001-04	.. .	.. .
LM FARMA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.	57.532.343/0001-14	.. .	.. .
MARCOFARMA DIST. DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA	06.935.554/0001-67	.. .	.. .
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	94.894.169/0001-86	.. .	.. .
MEDILAR IMP. E DIST. DE PROD. MEDICO HOSPITALARES	07.752.236/0001-23	.. .	.. .
MIRASSOL MED COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI	13.046.855/0001-03	.. .	.. .
OPHTHALMOS S/A	61.129.409/0001-05	.. .	.. .
PHARMA LOG PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA	13.485.130/0001-03	.. .	.. .
PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	02.816.696/0001-54	.. .	.. .
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA.	81.706.251/0001-98	.. .	.. .
PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.	85.247.385/0001-49	.. .	.. .
S & R DISTRIBUIDORA LTDA	04.889.315/0001-92	.. .	.. .
SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	09.944.371/0001-04	.. .	.. .
VICTORIA - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	00.088.317/0001-21	.. .	.. .

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

Esta licitação tem por objetivo o registro de preços para aquisição de medicamentos para contratações futuras, destinadas ao suprimento da Secretaria Municipal de Saúde desta Municipalidade - Postos de Saúde, Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição e SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, constantes da listagem do ANEXO I, parte integrante deste Edital, contendo a discriminação dos medicamentos e seus quantitativos estimados, locais, horário e condições de entregas e recebimento. Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6008 - ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA.						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	ACIDO ACETIL SALICILICO 100 mg.	Comp	Imec	150.000,000	0,0180	2.700,00
26	BENZILPENICILINA BENZATINA 600.000 UI - FRASCO	Frs.	Teuto	500,000	2,2000	1.100,00
33	CARBAMAZEPINA 400mg	Comp	Teuto	30.000,000	0,1000	3.000,00
38	CARVEDILOL 6,25 MG	Unid.	Torrent	60.000,000	0,0750	4.500,00
45	CLONAZEPAN 2 MG	Comp	Tks	200.500,000	0,0400	8.020,00
73	FENOBARBITAL SOL. ORAL	Frs.	Sanval	60,000	1,9180	115,08
105	METILDOPA 500mg.	Comp	Tks	26.000,000	0,1780	4.628,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TRENTO**

Página: 3/15  
 Processo Nº.: 106/2015  
 CONCORRÊNCIA Nº. 3/2015

**Fornecedor: 6008 - ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA.**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
148	VENLAFAXINA 150 MG	Comp	Torrent	2.000,000	0,5000	1.000,00
153	GLICOSE 25 % INJETÁVEL	Amp.	Isofarma	350,000	0,2480	86,80
155	MIDAZOLAM	Amp.	Hipolabor	300,000	1,2000	360,00
186	CLORIDRATO DE DOPAMINA 5 MG/ML	Amp.	Teuto	500,000	1,1900	595,00
192	DIMENIDRATO 50 MG + CLOR. DE PIRIDOXINA 10 MG	Comp	União Química	250,000	0,1780	44,50
197	DROPROPIZINA 3 MG/ML - 120 ML	Frs.	Brainfarma	80,000	3,2190	257,52
199	EPINEFRINA 1 MG/ML - 1 ML	Amp.	Hipolabor	700,000	1,1000	770,00
218	MANITOL 20 % - 250 - ML	Frs.	Fresenius Kab	50,000	4,3150	215,75
227	NIFEDIPINO 10MG	Caps.	Brainfarma	500,000	0,0300	15,00
252	SORO RINGUER COM LACTATO DE SÓDIO - 1000 ML	Frs.	Fresenius Kab	2.000,000	4,9310	9.862,00
253	SORO RINGUER COM LACTATO DE SÓDIO - 500 ML	Frs.	Segmenta-Eur	1.000,000	2,8580	2.858,00
261	BICARBONATO DE SÓDIO 8,4% - 10ML	Amp.	Samtec	200,000	0,4930	98,60
275	BROMOPRIDA 4 MG/ML - 10 ML	Frs.	Mariol	30,000	0,8900	26,70
283	LIDOCAINA, CLORIDRATO 20 MG/ML + EPINEFRINA 0,005	Frs.	Hypofarma	25,000	3,4250	85,63
290	CARVEDILOL 25 MG	Comp	Torrent	20.000,000	0,1380	2.760,00
296	MORFINA 10 MG/ML	Amp.	Cristalia	400,000	0,6420	256,80
300	CLORIDRATO VENLAFAXINA 75MG COMP.LIB.PROL	Comp	Torrent	3.000,000	0,3380	1.014,00
309	MAGNESIO, SULFATO 50%(500MG/ML)-10ML(IM/EV)	Amp.	Isofarma	200,000	0,3550	71,00
310	ACIDO ASCORBICO 200ML/MG-5ML(IV/IM)	Amp.	Teuto	100,000	0,8490	84,90
312	MIDAZOLAM 5MG/ML-10ML (IM/IV)	Amp.	Uniao Química	100,000	3,0140	301,40
341	ALPRAZOLAM 2 MG	Comp	E.M.S	1.000,000	0,1710	171,00
346	CARVEDILOL 3,125 MG	Comp	Torrent	18.000,000	0,0750	1.350,00
358	ESCITALOPRAM 10 MG	Comp	Torrent	3.000,000	0,1880	564,00
359	REMIFENTANILA,CLORIDRATO 2 MG USO IV	Amp.	GlaxoSmithKlin	300,000	57,9570	17.387,10
372	VALPROATO DE SÓDIO + ACIDO VALPROICO 500MG	Comp	Torrent	1.000,000	0,4380	438,00
376	AGUA PARA INJETAVEIS 500ML - SISTEMA FECHADO	Frs.	Basa	200,000	2,3010	460,20

**Fornecedor: 6013 - DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
9	AMBROXOL XAROPE INFANTIL 100 MI	Frs.	FARMACE	1.200,000	1,2900	1.548,00
17	ANLODIPINO 10 MG. -	Comp	VITAPAN	50.000,000	0,0490	2.450,00
18	ANLODIPINO 5 MG	Comp	GEOLAB	70.000,000	0,0200	1.400,00
24	BIPERIDENO 2 MG	Comp	CRISTALIA	15.000,000	0,1950	2.925,00
50	CLORPROMAZINA 25 MG	Comp	CRISTALIA	8.000,000	0,1890	1.512,00
104	METILDOPA 250 MG	Comp	LABORIS	19.100,000	0,0990	1.890,90
112	MICONAZOL NITRATO 20 MG/G	Bisn.	PRATI	800,000	4,2400	3.392,00
121	NORTRIPTILINA 50 MG	Comp	RANBAXY	4.000,000	0,2900	1.160,00
130	POLIVITAMINICO E POLIMINERAIS	Comp	NATURELIFE	50.000,000	0,0900	4.500,00
133	PREDNISONA 5 MG	Comp	PRATI	35.000,000	0,0680	2.380,00
171	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA + DIPIRONA SÓDICA 5/500 MG	Amp.	TEUTO	7.800,000	1,4000	10.920,00
333	ESCOPOLAMINA N-BUTIL 10 MG	Comp	U.QUIMICA	20.000,000	0,3890	7.780,00
335	SINVASTATINA 20 MG	Comp	SANVAL	150.000,000	0,0540	8.100,00
344	FINASTERINA 5 MG	Comp	AUROBINDO	5.000,000	0,2700	1.350,00

**Fornecedor: 6077 - MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	ACIDO FOLICO 5mg	Comp	TEUTO	35.000,000	0,0350	1.225,00
25	BENZILPENICILINA BENZATINA 1.200.000 UI	Frs.	TEUTO	2.800,000	5,9800	16.744,00
34	CARBAMAZEPINA XAROPE 100 MG/5ML	Frs.	medley	100,000	4,0000	400,00
39	CEFALEXIA 500mg.	Comp	ABL	25.500,000	0,2850	7.267,50
43	CITALOPRAM 20mg.	Comp	zYDUS	3.000,000	0,1300	390,00
54	DEXCLORFENIRAMINA 0,4 MG - XAROPE	Frs.	NATULAB	400,000	0,7880	315,20
59	DICLOFENACO POTASSICO GTS 15MG/ML	Frs.	VITAPAN	600,000	1,6000	960,00
78	GLIMEPIRIDA 2 MG	Comp	HYPERMARC	12.000,000	0,0680	816,00
86	ISOSSORBIDA 20 MG	Comp	ZYDUS	25.000,000	0,0630	1.575,00
87	ISOSSORBIDA 40 MG	Comp	ZYDUS	8.000,000	0,0930	744,00
102	METFORMINA 500 MG	Comp	PRATI	110.100,000	0,0530	5.835,30
122	OLEO MINERAL	Frs.	MARIOL	300,000	1,6000	480,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TRENTO**

Página: 4/15  
 Processo Nº.: 106/2015  
 CONCORRÊNCIA Nº. 3/2015

**Fornecedor: 6077 - MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
131	POLIVITAMINICO E POLIMINERAIS SOL. ORAL	Frs.	NATURELIFE	1.500,000	2,1200	3.180,00
139	SAIS P/ REIDRATAÇÃO 27,9 G	ENV	NATULAB	2.000,000	0,3690	738,00
145	TOBRAMICINA 3 MG/ML	Frs.	HYPERMARC	80,000	2,8800	230,40
166	BISACODIL	Comp	HYPERMARC	1.000,000	0,0900	90,00
169	BRONFENIRAMINA + FENILEPRINA	Comp	ELOFAR	200,000	0,0800	16,00
177	CIMETIDINA 300 MG - 2 ML	Amp.	HYPERMARC	2.500,000	0,7650	1.912,50
179	CITRATO DE ORFENADRINA 35 MG + DIPIRONA SÓDICA 300 MG + CAFEINA ANIDRA 50 MG	Comp	HYPERMARC	250,000	0,0860	21,50
182	CLORAFENICOL 1 G	Frs.	BLAU	100,000	1,4000	140,00
214	LEVOFLOXACINO 500 MG	Comp	ZYDUS	500,000	0,6400	320,00
222	MIDAZOLAN 15 MG	Comp	MEDLEY	100,000	0,6900	69,00
232	ONDANSETRONA 4 MG/2ML	Amp.	BLAU	3.350,000	0,9000	3.015,00
279	FOSFATO DE SÓDIO MONOBASICOM + FOSFATO DE SÓDIO 130 ML	Frs.	NATULAB	120,000	3,2400	388,80
288	BECLOMETASONA, DIPROPIONATO	Frs.	CHIESI	30,000	16,0000	480,00
289	BECLOMETASONA, DIPROPIONATO - AEROSOL 250 MG	Frs.	CHIESI	30,000	38,5000	1.155,00
298	CLORIDRATO OXIBUTININA 5MG C/60	Comp	APSEN	7.000,000	0,5450	3.815,00
303	LORATADINA 1MG/ML-XAROPE FRASCO C/60ML	Frs.	MARIOL	500,000	1,7000	850,00
305	TROPICAMIDA 10MG/ML-SOLUÇÃO ESTERIL-FRASCO C/5ML	Frs.	LATINOFARM.	220,000	9,6000	2.112,00
308	AMILORIDA, CLORIDRATO 5MG+HIDROCLORATIAZIDA 50MG	Amp.	HYPERMARC	500,000	0,0650	32,50
311	ACETATO RETINOL 10.000UI/G+CLORANFENICOL+METIONINA+AMINOACID	Bisn.	LATINOFARM.	20,000	7,9500	159,00
319	ATROPINA,SULFATO 0,50 MG-1 ML	Amp.	SANTISA	1.450,000	0,5800	841,00
330	ALENDRONATO DE SODIO 70 MG	Comp	ELOFAR	6.000,000	0,2750	1.650,00
343	DOXASOZINA 4 MG	Comp	SANDOZ	5.000,000	0,4350	2.175,00
352	FUROATO DE MOMETASONA 400 MCG-400 MCG PO INALAÇÃO	Cx.	HYPERMARC	30,000	48,3500	1.450,50
354	MONTELUCASTE DE SODIO 10 MG	Comp	ZYDUS	800,000	0,5560	444,80

**Fornecedor: 6229 - AGLON COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
90	LEVODOPA + CLORIDRATO BENZERAZIDA 200 MG+50MG	Comp	PROLOPA/RC	15.000,000	0,5300	7.950,00

**Fornecedor: 6515 - CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	ACIDO VALPROICO 250 MG	Caps.	ABBOTT	15.000,000	0,1880	2.820,00
4	ACIDO VALPROICO 500 MG.	Comp	ABBOTT	15.000,000	0,5400	8.100,00
8	AMBROXOL XAROPE ADULTO 100 ML	Frs.	NATULAB	1.300,000	1,3750	1.787,50
60	DICLOFENACO SÓDICO 50 MG	Comp	VITAMED	90.500,000	0,0210	1.900,50
187	COLAGENASE + CLORAFENICOL 30 G	Bisn.	ABBOTT	300,000	6,2490	1.874,70
191	DICLOFENACO SODICO 75 MG - 3 ML	Amp.	CLARIS	8.500,000	0,3790	3.221,50
212	ISOFLURANO - 240 ML	Frs.	BIOQUIMICO	10,000	100,9600	1.009,60
314	ACETATO NORETISTERONA 2MG+ETINILESTRADIOL 0,01MG	Comp	BAYER	90,000	0,2110	18,99

**Fornecedor: 6516 - MARCOFARMA DIST. DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA.**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
6	ALBENDAZOL SUSPENSÃO 400 MG	Frs.	PRATI	800,000	0,8800	704,00
15	AMPICILINA 250mg/ml 60ml	Frs.	PRATI	200,000	2,2000	440,00
23	AZITROMICINA SUSP. ORAL 40 MG/ML	Frs.	PHARLAB	2.100,000	2,1200	4.452,00
31	CAPTOPRIL 50 MG	Comp	PHARLAB	50.500,000	0,0310	1.565,50
55	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO 2 MG	Comp	GEOLAB	10.500,000	0,0500	525,00
56	DIAZEPAN 5 MG	Comp	SANTISA	15.000,000	0,0330	495,00
57	DIAZEPAM 10mg	Comp	SANTISA	60.000,000	0,0330	1.980,00
58	DICLOFENACO POTASSICO 50 MG	Comp	GEOLAB	90.000,000	0,0360	3.240,00
79	HALOPERIDOL SOL. ORAL 2 MG/ML	Frs.	UNIÃO QUIMI	200,000	2,3900	478,00
109	METRONIDAZOL 100 MG/G - GELEIA VAGINAL	Bisn.	TEUTO	600,000	2,2600	1.356,00
117	NISTATINA LIQUIDA C/ 50 ML	Frs.	NATULAB	650,000	2,2000	1.430,00
150	VITAMINA DO COMPEXO B	Comp	VITAMED	12.000,000	0,0380	456,00
302	DESAMETASONA 4MG - COMP.	Comp	TEUTO	2.000,000	0,0910	182,00
339	GABAPENTINA 300 MG	Comp	PRATI	720,000	0,3000	216,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TRENTO**

Página: 5/15  
 Processo Nº.: 106/2015  
 CONCORRÊNCIA Nº. 3/2015

**Fornecedor: 6527 - CENTERMEDI - COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
5	ALBENDAZOL 400 MG	Comp	GREEN PHAF	2.000,000	0,7000	1.400,00
16	AMPICILINA 500mg	Comp	PRATI D.	10.500,000	0,1570	1.648,50
35	CARBONATO DE CALCIO + COLECALCIFEROL 500 MG + 200 UI	Comp	VITAMED	6.000,000	0,0910	546,00
41	CETOCONAZOL 200mg.	Comp	GEOLAB	9.000,000	0,0920	828,00
69	ESTROGENIO CONJUGADO	Comp	CIFARMA	1.000,000	0,4400	440,00
70	ETINILESTRADIOL 0,03 MG E LEVONORGESTREL 0,15 MG.	Cart.	MABRA	1.000,000	0,4400	440,00
77	GLIBENCLAMIDA 5 MG	Comp	MEDQUIMICA	90.000,000	0,0200	1.800,00
91	LEVOMEPROMAZINA 25mg	Comp	CRISTALIA	10.000,000	0,2690	2.690,00
101	MEBENDAZOL 20 MG/ML	Frs.	SOBRAL	700,000	0,7800	546,00
108	METRONIDAZOL + NISTATINA CREME VAGINAL C/ 50 G + APLICADOR	Bisn.	PRATI D.	1.000,000	3,6300	3.630,00
111	METRONIDAZOL BENZOIL 40 MG/ML	Frs.	PRATI D.	300,000	1,6600	498,00
119	NORETISTERONA 0,35 MG	Comp	BIOLAB	1.000,000	0,1790	179,00
143	SULFADIAZINA DE PRATA 50 G	Bisn.	PRATI D.	1.100,000	3,0800	3.388,00
151	HIDROCORTISONA	Frs.	UNIAO QUIMI	5.400,000	3,7500	20.250,00
211	IPRATROPIO 0,025 % - 20 ML	Frs.	TEUTO	450,000	0,5980	269,10
215	LEVOMEPROMAZINA 4 % - 20 ML - GOTAS	Frs.	CRISTALIA	20,000	7,2000	144,00
217	LOPERAMIDA 2 mg	Comp	PHARMASCIE	250,000	0,0900	22,50
239	PIROXICAM 20 MG	Caps.	PRATI D.	250,000	0,0980	24,50
245	SORO CLORETO DE SODIO 0,9 % - 250 ML	Frs.	BASA	5.000,000	2,1200	10.600,00
257	CUMARINA+Troxerrutina VARICOSS	Comp	CIFARMA	60,000	0,1600	9,60
262	CLORPROMAZINA 5 MG/ML	Amp.	HYPOFARMA	650,000	0,8300	539,50
270	AMOXICILINA 500mg	Comp	PRATI D.	250,000	0,1390	34,75
271	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 10 MG + PARACETAMOL 500 MG	Comp	PHARLAB	100,000	0,2800	28,00
272	CICLOBENZAPRINA, CLORIDRATO 10 MG	Comp	EUROFARMA	50,000	0,2080	10,40
273	CIMETIDINA 200 MG CPR	Unid.	PRATI D.	250,000	0,0720	18,00
306	FUMARATO QUETIAPINA 100MG	Comp	TEUTO	600,000	0,5400	324,00
350	CARBAMAZEPINA 400 MG	Comp	TEUTO	2.000,000	0,1380	276,00

**Fornecedor: 6532 - PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
10	AMINOFILINA - COMP. 1000 MG - CX DE 200 A 600	Comp	HIPOLABOR	5.000,000	0,0380	190,00
14	AMOXICILINA DE 250mg/5ml 60ml	Frs.	TEUTO	2.050,000	1,9360	3.968,80
21	ATENOLOL 50mg	Comp	TEUTO	160.500,000	0,0280	4.494,00
53	DEXAMETASONA ELIXIR	Frs.	SOBRAL	1.100,000	1,0890	1.197,90
116	NIMESULIDA 100 MG	Comp	VITAPAN	80.100,000	0,0500	4.005,00
118	NISTATINA POMADA C/ APLICADOR	Bisn.	TEUTO	1.000,000	2,1200	2.120,00
126	PARACETAMOL 200MG 15ML GTS (PL) MARIOL GEN.	Frs.	SOBRAL	3.100,000	0,4960	1.537,60
141	SECNIDAZOL 1000 MG	Comp	VITAPAN	2.000,000	0,3990	798,00
208	GLICOSE 50 % - 10 ML	Amp.	ISOFARMA	1.150,000	0,2670	307,05
243	SORO CLORETO DE SODIO 0,9 % - 100 ML	Frs.	FARMACE	15.000,000	1,8850	28.275,00
244	SORO CLORETO DE SODIO 0,9 % - 1000 ML	Frs.	BASA	8.000,000	3,3800	27.040,00
246	SORO CLORETO DE SODIO 0,9 % - 500 ML	Frs.	BASA	10.000,000	2,3400	23.400,00
247	SORO CLORETO DE SODIO 0,9 % + GLICOSE 5% - 1000 ML	Frs.	BASA	5.000,000	3,9000	19.500,00
248	SORO CLORETO DE SODIO 0,9 % + GLICOSE 5% - 500 ML	Frs.	BASA	5.000,000	2,6000	13.000,00
249	SORO GLICOSE 5% - 1000 ML	Frs.	BASA	5.000,000	3,7700	18.850,00
250	SORO GLICOSE 5% - 250 ML	Frs.	BASA	1.200,000	2,2100	2.652,00
251	SORO GLICOSE 5% - 500 ML	Frs.	BASA	5.300,000	2,4700	13.091,00
293	IBUPROFENO GOTAS	Frs.	TEUTO	1.600,000	0,9440	1.510,40
338	SULFAMETYOXAZOL+TRIMETOPRIMA 400:80 MG	Comp	TEUTO	20.000,000	0,0850	1.700,00
364	SORO CLORETO DE SODIO 0,9%- 250 ML	Frs.	ARBORETO	10.000,000	1,2350	12.350,00

**Fornecedor: 6757 - DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
7	ALOPURINOL 100MG	Comp	SANVAL	12.000,000	0,0290	348,00
12	AMITRIPTILINA 25mg	Comp	TEUTO	150.500,000	0,0300	4.515,00
13	AMOXICILINA 500mg	Comp	PRATI	45.500,000	0,1100	5.005,00
22	AZITROMICINA DIIDRATADA 500 MG - COMP	Comp	MEDQUIMICA	15.500,000	0,3500	5.425,00
28	BROMAZEPAN 3 MG - CX. C/ 30	Comp	TEUTO	25.100,000	0,0390	978,90

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TRENTO**

Página: 6/15  
 Processo Nº.: 106/2015  
 CONCORRÊNCIA Nº. 3/2015

**Fornecedor: 6757 - DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
29	BROMIDRATO DE FENOTEROL 5MG - 20ML	Frs.	HIPOLABOR	350,000	1,7500	612,50
30	CAPTOPRIL 25mg	Comp	SANVAL	250.500,000	0,0100	2.505,00
32	CARBAMAZEPINA 200mg	Comp	TEUTO	30.200,000	0,0680	2.053,60
37	CARBONATO DE LITIO 300 MG	Comp	ACTAVIS	60.000,000	0,1080	6.480,00
42	CINARIZINA 25 MG	Comp	BRAINFARMA	20.000,000	0,0600	1.200,00
46	CLONAZEPAM GOTAS 2,5 MG	Frs.	HIPOLABOR	1.100,000	1,1800	1.298,00
48	CLOPIDOGREL 75 MG - COMP	Comp	ACTAVIS	80.500,000	0,3300	26.565,00
52	DEXAMETASONA ACETATO 1 MG/G	Bisn.	MULTILAB	4.000,000	0,5300	2.120,00
61	DIGOXINA 0,25 MG	Comp	TEUTO	40.100,000	0,0290	1.162,90
62	DIPIRONA 500mg.	Comp	PRATI	90.500,000	0,0590	5.339,50
64	ENALAPRIL 10 MG	Comp	SANVAL	140.100,000	0,0280	3.922,80
65	ENALAPRIL 20 MG	Comp	TEUTO	170.000,000	0,0380	6.460,00
68	ESPIRONOLACTONA 25 MG	Comp	ASPEN	60.100,000	0,0850	5.108,50
72	FENOBARBITAL 100mg	Comp	TEUTO	20.100,000	0,0800	1.608,00
75	FLUOXETINA 20 MG	Comp	TEUTO	130.200,000	0,0430	5.598,60
76	FUROSEMIDA 40 MG	Comp	HIPOLABOR	60.000,000	0,0200	1.200,00
82	HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG	Comp	TEUTO	260.200,000	0,0100	2.602,00
84	IBUPROFENO 600 MG	Comp	TEUTO	90.000,000	0,0550	4.950,00
97	LIDOCAINA ESTERIL	Bisn.	HIPOLABOR	1.300,000	1,1900	1.547,00
98	LORATADINA 10 MG	Comp	GEOLAB	25.000,000	0,0380	950,00
99	LOSARTANA POTASSICA 50 MG	Comp	TEUTO	500.200,000	0,0290	14.505,80
103	METFORMINA 850 MG	Comp	PRATI	160.100,000	0,0500	8.005,00
106	METOCLOPRAMIDA 10mg	Comp	BELFAR	25.000,000	0,0500	1.250,00
114	NEOMICINA + BACITRACINA POMADA	Bisn.	TEUTO	4.800,000	0,8400	4.032,00
115	NIFEDIPINO 20mg.	Comp	BRAINFARMA	20.000,000	0,0280	560,00
123	OMEPRAZOL 20 MG	Comp	TEUTO	703.000,000	0,0320	22.496,00
125	PARACETAMOL 500mg	Comp	HIPOLABOR	140.500,000	0,0330	4.636,50
127	PERGAMATO DE POTASSIO 100 MG	Comp	MARIOL	1.000,000	0,0500	50,00
129	PERMETRINA 50 MG/ML	Frs.	NATIVITA	600,000	1,2000	720,00
132	PREDNISONA 20mg.	Comp	PRATI	30.000,000	0,0950	2.850,00
134	PROMETAZINA 25 MG	Comp	TEUTO	20.000,000	0,0550	1.100,00
136	PROPANOLOL 40 MG	Comp	TEUTO	65.100,000	0,0100	651,00
138	RANITIDINA 150 MG	Comp	TEUTO	20.000,000	0,0580	1.160,00
144	SULFATO FERROSO 40 MG	Comp	PRATI	60.100,000	0,0300	1.803,00
149	VERAPAMIL 80 MG	Comp	TEUTO	5.000,000	0,0400	200,00
156	PROMETAZINA 25 MG - INJETÁVEL	Amp.	SANVAL	350,000	1,4000	490,00
160	ADENOSINA 6 MG/2 ML	Amp.	HIPOLABOR	200,000	7,6200	1.524,00
161	AGUA P/ INJETÁVEIS - 10 ML	Amp.	FARMACE	16.700,000	0,1500	2.505,00
163	AMIODARONA 50MG/3ML GENERICO HIPOLAR	Amp.	HIPOLABOR	500,000	1,6000	800,00
164	AMPICILINA SODICA 1G	Amp.	TEUTO	1.000,000	5,4000	5.400,00
168	BROMOPRIDA 5 MG - 2 ML	Amp.	WASSER	1.000,000	0,7500	750,00
172	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA + DIPIRONA SÓDICA 4 MG/ML - 2 ML	Amp.	HIPOLABOR	2.700,000	0,7800	2.106,00
174	CEFALOTINA 1 G	Amp.	BLAU	7.000,000	3,5000	24.500,00
188	COMPLEXO B - 2 ML	Amp.	HIPOLABOR	7.300,000	0,6500	4.745,00
195	DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML - 2 ML	Amp.	TEUTO	15.800,000	0,3600	5.688,00
200	FENTANILA - 10 ML	Amp.	HIPOLABOR	500,000	1,5000	750,00
204	FOSFATO DISSODICO DE DEXAMETASONA 4 MG/ML - 2,5 ML	Amp.	TEUTO	7.000,000	0,6400	4.480,00
206	FUROSEMIDA 20 MG - 2 ML	Amp.	TEUTO	5.200,000	0,3600	1.872,00
223	MIDAZOLAN 15 MG - 3 ML	Amp.	HIPOLABOR	1.000,000	1,1000	1.100,00
255	TRAMADOL 100 MG - 2 ML	Amp.	HIPOLABOR	5.250,000	0,7500	3.937,50
256	SEVOFLURANO 250 ML	Frs.	BIOCHIMICO	50,000	300,0000	15.000,00
264	ENOXAPARINA SÓDICA 80 MG	Amp.	BIOCHIMICO	100,000	18,0000	1.800,00
268	NOREPINEFRINA, HEMITARTARATO 8 MG - 4 ML	Amp.	HIPOLABOR	300,000	3,4000	1.020,00
269	RANITIDINA, CLORIDRATO 50 MG - 2 ML	Amp.	TEUTO	5.600,000	0,3900	2.184,00
282	HIDROCORTISONA	Frs.	TEUTO	750,000	3,0000	2.250,00
285	VANCOMICINA, CLORIDRATO 500 MG	Frs.	BLAU	1.000,000	5,4800	5.480,00
316	DIPIRONA 500 MG/ML-10 ML	Frs.	FARMACE	2.100,000	0,4900	1.029,00
317	PREDNISOLONA 3 MG/ML-SOL ORAL 60 ML	Frs.	HIPOLABOR	800,000	2,3000	1.840,00
331	CIPROFLOXACINO,CLORIDRATO-500 MG	Comp	PRATI	30.000,000	0,1300	3.900,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TRENTO**

Página: 7/15  
 Processo Nº.: 106/2015  
 CONCORRÊNCIA Nº. 3/2015

**Fornecedor: 6757 - DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
332	LEVODOPA+CARBIDOPA (250MG+25MG)	Comp	TEUTO	3.000,000	0,1500	450,00
336	SINVASTATINA 40 MG	Comp	SANVAL	120.000,000	0,1100	13.200,00
337	SULFAMETOXAZOL+TRIMETOPRIMA (40MG+8MG)/ML SUSP. ORAL	Frs.	TEUTO	800,000	0,9500	760,00
361	ENOXAPARINA SODICA 60 MG-0,6 ML-USO SUBCUTANEO E INTRAVENOSO	Amp.	BIOCHIMICO	200,000	16,0000	3.200,00
362	ENOXAPARINA SODICA 40 MG-0,4 ML-USO SUBCUTANEO E INTRAVENOSO	Amp.	BIOCHIMICO	1.000,000	12,0000	12.000,00
363	METRONIDAZOL 5MG/ML (0,5%)-100ML-USO INTRAVENOSO	Frs.	FARMACE	500,000	1,9900	995,00
366	CLINDAMICINA 300MG	Comp	TEUTO	5.100,000	0,9300	4.743,00
377	IMPENEM 500MG + CILASTATINA 500MG - USO IV	Frs.	BIOCHIMICO	500,000	13,8000	6.900,00

**Fornecedor: 6831 - COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA. - MINAS**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
19	ATENOLOL DE 100mg.	Comp	TEUTO	60.000,000	0,0380	2.280,00
124	OXCARBAMAZEPINA 300 MG	Comp	UNIÃO QUIMI	12.000,000	0,3500	4.200,00
152	FENITOINA 50MG/ML - 5ML	Amp.	HIPOLABOR	750,000	1,7000	1.275,00
157	TENOXICAN 40 MG	Frs.	UNIÃO QUIMI	7.600,000	5,4000	41.040,00
165	ATRACURIO 10 MG/ML	Amp.	CRISTALIA	1.000,000	8,7000	8.700,00
180	CLONIDINA 150 MCG/ML - 1 ML	Amp.	CRISTALIA	500,000	6,6900	3.345,00
216	LIDOCAINA 2 % - 20 ML SEM VASOCONTRITOR	Frs.	HIPOLABOR	2.000,000	1,5000	3.000,00
286	ALOPURINOL 300 MG	Comp	PRATI DONA	10.000,000	0,1200	1.200,00
295	PENTOXIFILINA 400 MG	Comp	GERMED/EM	5.000,000	0,4200	2.100,00
334	METOCLOPRAMIDA,CLORID.4 MG/ML,SOLUÇÃO ORAL GOTAS-FRASCO10 ML	Frs.	MARIOL	1.200,000	0,5000	600,00
367	SULFADIAZINA 500MG	Comp	SOBRAL	5.000,000	0,1400	700,00
368	ACIDO FOLINICO 15MG	Comp	HIPOLABOR	3.000,000	1,2000	3.600,00
369	IMIPRAMINA 25MG	Comp	CRISTALIA	3.000,000	0,2200	660,00

**Fornecedor: 7077 - ANDROMEDA DIST. DE MEDICAMENTOS LTDA.**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
36	CARBONATO DE CALCIO	Comp	IMEC	25.000,000	0,0430	1.075,00
83	HIDRÓXIDO DE ALUMINIO	Frs.	SOBRAL	1.100,000	1,6000	1.760,00
140	SALBUTAMOL XAROPE	Frs.	SOBRAL	650,000	0,9500	617,50
340	ESCOPOLAMINA N-BUTIL+DIPIRONA 10MG/500 MG	Comp	PHARLAB	20.100,000	0,2570	5.165,70
356	PANTOPRAZOL 40 MG	Comp	VITAPAN	2.000,000	0,2330	466,00

**Fornecedor: 7082 - S & R DISTRIBUIDORA LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
20	ATENOLOL 25 MG	Comp	VITAPAN	80.000,000	0,0220	1.760,00
146	VALSARTANA 160 MG	Comp	BRAINFARMA	5.000,000	0,3730	1.865,00
181	CLORETO DE PIPERIDOLATO 100 MG + HESPERIDINA COMPLEXO 50 MG + ACIDO ASCÓRBICO REVEST. 50 MG	Comp	SANOFI	150,000	0,4960	74,40
198	ELIXIR PAREGÓRICO - 30 ML GTS	Frs.	CATARINENS	25,000	17,5300	438,25
203	FLUNARIZINA - 10 MG	Comp	VITAPAN	250,000	0,0480	12,00
210	IMUNOGLOBULINA ANTI-RH (D) 300 - 2 ML	Amp.	BERING	50,000	215,6400	10.782,00
259	VITELINATO DE PRATA 10% - 5 ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA	Frs.	ALLERGAN	15,000	8,2540	123,81
277	CLORETO DE BENZALCÔNICO 0,1 MG - CLORETO DE SODIO 9,0 MG	Frs.	MEDQUIMICA	25,000	0,6750	16,88
278	CLORIDRATO DE NAFAZOLINA 0,5 MG	Frs.	PHARMASCIE	25,000	3,4400	86,00
313	NIFEDIPINO 10MMG(SUBLINGUAL)	Comp	BRAINFARMA	150,000	0,0290	4,35
345	ACICLOVIR 200 MG	Comp	TEUTO	10.000,000	0,0960	960,00
347	ESPIRAMICINA 500MG	Comp	PRATI	2.000,000	0,5760	1.152,00
380	CLORIDRATO DE FENILEFRINA 10% - 5ML - SOLUÇÃO OFTÁLMICA	Frs.	ALLERGAN	200,000	8,1000	1.620,00

**Fornecedor: 7083 - SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
107	METOCLOPRAMIDA 5 MG/ML	Amp.	ISOFARMA	8.200,000	0,2380	1.951,60
231	OMEPRAZOL 40 MG - EV	Frs.	BLAU	2.000,000	4,0600	8.120,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TRENTO**

Página: 8/15  
 Processo Nº.: 106/2015  
 CONCORRÊNCIA Nº. 3/2015

**Fornecedor: 7143 - A. G. KIENE & CIA. LTDA.**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
11	AMIODARONA 200mg	Comp	GEOLAB	18.000,000	0,2450	4.410,00
27	BROMAZEPAN 6 MG	Comp	SANVAL	50.000,000	0,0460	2.300,00
49	CLORPROMAZINA 100 MG	Comp	UNIAO QUIMI	13.000,000	0,1750	2.275,00
80	HALOPERIDOL 5 MG	Comp	UNIAO QUIMI	50.500,000	0,0890	4.494,50
85	ISOSSORBIDA 10 MG	Comp	GERMED	9.000,000	0,0840	756,00
113	METROPOLOL 50 MG	Comp	ASTRAZENE	130.000,000	1,1200	145.600,00
128	PERICIAZINA 10 MG	Comp	SANOFI	2.000,000	0,3400	680,00
135	PROPATILNITRATO (SUSTRATE) - 10 MG	Comp	FQM	50.100,000	0,3580	17.935,80
147	VARFARINA SODICA 5 MG	Comp	TEUTO	15.000,000	0,0930	1.395,00
154	HALOPERIDOL 5MG/ML 1 ML (VD) GEN. TEUTO	Amp.	TEUTO	800,000	0,8100	648,00
158	TERBUTALINA 0,5MG/ML	Amp.	HIPOLABOR	1.300,000	1,3000	1.690,00
159	ACETATO DE DEXAMETASONA 4 MG/ML	Amp.	TEUTO	200,000	0,8200	164,00
162	AMICACINA 500 MG	Amp.	BLAU	500,000	1,2200	610,00
173	CETOPROFENO 100 MG EV	Frs.	UNIAO QUIMI	7.000,000	2,9900	20.930,00
175	CEFTRIAXONA SÓDICA 1 G	Frs.	ASPEN	7.000,000	3,7000	25.900,00
176	CETOPROFENO 100 MG - 2 ML IM	Amp.	UNIAO QUIMI	1.000,000	1,5200	1.520,00
183	CLORETO DE POTASSIO 19,1 %	Amp.	ISOFARMA	5.000,000	0,2400	1.200,00
184	CLORETO DE SODIO	Amp.	ISOFARMA	5.000,000	0,1950	975,00
185	CLORETO DE SODIO 20% - 10ML	Unid.	ISOFARMA	1.000,000	0,2120	212,00
189	DESLANOSIDE - 2 ML	Amp.	UNIAO QUIMI	300,000	1,1600	348,00
193	DIMENIDRATO 50 MG + CLOR. DE PIRIDOXINA 50 MG/ML - 1 ML	Amp.	UNIAO QUIMI	750,000	1,2000	900,00
194	DIMETICONA 75 MG/ML - 10 ML GTS	Frs.	HIPOLABOR	200,000	0,6500	130,00
196	DIPIRONA SÓDICA 2,5G	Amp.	HYPOFARMA	15.000,000	0,6800	10.200,00
201	FITOMENADIONA - 1 ML	Amp.	HIPOLABOR	400,000	0,9000	360,00
205	FRUTOSE + ASSOCIAÇÕES - 10 ML	Amp.	CRISTALIA	500,000	3,9200	1.960,00
209	HIDRALAZINA 20 MG - 1 ML	Amp.	CRISTALIA	300,000	4,2800	1.284,00
220	METILERGOMETRINA 0,2 MG - 1 ML	Amp.	UNIAO QUIMI	300,000	1,3000	390,00
221	METILSULFATO DE NEOSTIGMINA 0,5 MG - 1 ML	Amp.	UNIAO QUIMI	500,000	0,7900	395,00
224	MORFINA 0,2 MG - 1 ML	Amp.	CRISTALIA	1.000,000	4,0500	4.050,00
225	MORFINA 10 MG - 1 ML	Amp.	HIPOLABOR	1.000,000	1,9500	1.950,00
226	NALOXONA 0,4 MG - 1 ML	Amp.	HIPOLABOR	100,000	4,0500	405,00
228	NITROCLICERINA	Amp.	CRISTALIA	50,000	28,5000	1.425,00
229	NITROPRUSSETO DE SÓDIO 25 MG/ML	Amp.	HYPOFARMA	25,000	7,2500	181,25
230	SACARATTO DE HIDRÓXIDO FERRICO - 100 MG - 5 ML	Amp.	CLARIS	100,000	7,5000	750,00
233	OXITOCINA 5 UI - 1 ML	Amp.	UNIAO QUIMI	1.000,000	1,1200	1.120,00
236	PENTOXIFILINA 100 MG - 5 ML	Amp.	UNIAO QUIMI	200,000	1,5700	314,00
237	PETIDINA 100 MG - 2 ML	Amp.	UNIAO QUIMI	100,000	1,4900	149,00
238	PIRACETAM 1 G - 5 ML	Amp.	UCB	240,000	7,3000	1.752,00
240	PROMETAZINA 50 MG/2ML - INJETAVEL	Amp.	SANVAL	1.000,000	1,4100	1.410,00
241	PROPOFOL 200 MG - 20 ML	Amp.	CLARIS	1.000,000	4,3500	4.350,00
260	ACETATO DE BETAMETASONA + FOSFATO DE DISSODICO DE BETAMET.	Amp.	UNIAO QUIMI	100,000	4,8500	485,00
263	DIMENIDRATO 3MG/ML + CLORIDRATO DE PIRIDOXINA	Amp.	TAKEDA	1.200,000	2,3500	2.820,00
265	ETILEFRINA 10 MG - 1ML	Amp.	UNIAO QUIMI	360,000	0,8900	320,40
266	HEPARINA SÓDICA 5000 UI/0,25 ML	Amp.	CRISTALIA	300,000	3,9900	1.197,00
276	CIPROFLOXACINO 2 MG/ML - 200 ML	Frs.	ISOFARMA	1.000,000	2,0900	2.090,00
280	LEVOFLOXACINO 5 MG/ML - 100 ML	Frs.	ISOFARMA	1.000,000	6,7000	6.700,00
281	CETAMINA 50MG/ML 10ML (VD) BIOCHIMICO	Frs.	BIOCHIMICO	50,000	27,5000	1.375,00
284	SUXAMETONIO 100 MG	Frs.	BLAU	700,000	8,7500	6.125,00
287	BACLOFENO 10 mg	Unid.	TEUTO	18.000,000	0,0910	1.638,00
291	CLOMIPRAMINA 25 MG	Comp	GERMED	3.000,000	0,6000	1.800,00
294	METROPOLOL 25 MG (SUCCINATO)	Comp	ASTRAZENE	20.000,000	0,5950	11.900,00
297	CLORIDRATO BUPROPIONA 150 MG CAIXA C/30	Comp	EMS	4.000,000	0,3200	1.280,00
315	TICAGRELOR 90 MG	Comp	ASTRAZENE	120,000	3,8500	462,00
318	AMINOFILINA 240 MG-10 ML(EV/IM)	Amp.	TEUTO	2.200,000	0,7200	1.584,00
321	CLOR. TETRACAINA+CLOR. FENILEFRINA 1%/1%-10 ML SOL.OFTALMICA	Frs.	ALLERGAN	230,000	6,2800	1.444,40
323	HEPARINA SODICA 25.000 UI-5 ML(IV/SC)	Frs.	BLAU	50,000	8,0100	400,50
325	BUPIVOCAINA,CLORIDRATO 0,50%+GLICOSE 8%-4ML	Amp.	HIPOLABOR	2.000,000	4,3000	8.600,00
349	CARBONATO DE LITIO 450 MG	Comp	EUROFARMA	2.000,000	1,1900	2.380,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TRENTO**

Página: 9/15  
 Processo Nº.: 106/2015  
 CONCORRÊNCIA Nº. 3/2015

**Fornecedor: 7143 - A. G. KIENE & CIA. LTDA.**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
351	CLORIDRATO DE DULOXETINA 30 MG	Caps.	EMS	2.000,000	1,2500	2.500,00
353	INDACATEROL 150 MCG PO	Cx.	NOVARTIS	30,000	88,9000	2.667,00
370	RISPERIDONA 2 MG	Comp	UNIAO QUIMC	1.000,000	0,1750	175,00
373	ONDANSETRONA 8MG	Comp	CRISTALIA	500,000	2,0600	1.030,00

**Fornecedor: 7219 - KFMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
47	CLONIDINA 0,2 MG	Comp	BOEHRINGEF	2.600,000	0,2720	707,20
81	HIDRALAZINA 50 MG -	Comp	NOVARTIS	5.000,000	0,3350	1.675,00
100	MEBENDAZOL 100 MG	Comp	SOBRAL	4.000,000	0,0300	120,00
110	METRONIDAZOL 250 MG	Comp	PRATI DONAI	18.000,000	0,0820	1.476,00
304	IBANDRONATO SODIO - 150MG - EMB.1 COMP.	Comp	ARROW	12,000	49,1000	589,20

**Fornecedor: 7376 - INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
63	DIVALPROATO DE SÓDIO 500 MG	Comp	ZYDUS	4.000,000	0,4890	1.956,00
66	ENALAPRIL 5 MG	Comp	CIMED	30.000,000	0,0450	1.350,00
93	LEVOTIROXINA DE SÓDIO 100 MCG	Comp	MERCK	30.000,000	0,0950	2.850,00
94	LEVOTIROXINA DE SÓDIO 25 MCG	Comp	MERCK	35.000,000	0,0980	3.430,00
95	LEVOTIROXINA DE SÓDIO 50 MCG	Comp	MERCK	40.000,000	0,1050	4.200,00
96	LOÇÃO OLEOSA A BASE DE AGE	Frs.	NUTRIEX	1.000,000	2,1500	2.150,00
120	NORTRIPTILINA 25 MG	Comp	EUROFARMA	4.000,000	0,2250	900,00
190	DIAZEPAN 10 MG - 2 ML	Amp.	SANTISA	1.300,000	0,5690	739,70
207	GENTAMICINA 80 MG - 2 ML	Amp.	SANTISA	1.000,000	0,6200	620,00
234	PARACETAMOL 500 MG + CODEINA, FOSFATO 30 MG	Comp	GEOLAB	100,000	0,3560	35,60
292	FLUCONAZOL 150 MG	Comp	MEDQUIMICA	15.000,000	0,1730	2.595,00
299	CLORIDRATO SERTRALINA 50MG C/30	Comp	ZYDUS	5.000,000	0,1390	695,00
328	FORMOTEROL+BUDESONIDA 12/400(CAPSULA MAIS INALADOR)	Cx.	BIOSINTETIC.	60,000	33,6000	2.016,00
342	LEVOTIROXINA SODICA 75 MG	Comp	MERCK	50.000,000	0,1270	6.350,00
348	PAROXETINA 20 MG	Comp	ZYDUS	3.000,000	0,1390	417,00

**Fornecedor: 7487 - MIRASSOL MED COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
51	DESOXIRRI BONUCLESE	Bisn.	CRISTALIA 10	400,000	18,6000	7.440,00
74	FENOBARBITAL SOL. INJETAVEL	Amp.	CRISTALIA	150,000	1,7940	269,10
88	LANCETA DESCARTÁVEL P/ PUNÇÃO DIGITAL C/ DISP. SEGURANÇA	Unid.	GLICOMED	20.000,000	0,2390	4.780,00
89	LANCETA DESCARTÁVEL P/ PUNÇÃO DIGITAL - UNIVERSAL	Unid.	GLICOMED	30.000,000	0,0460	1.380,00
137	PROXIMETACAINA	Frs.	NOVARTIS	50,000	13,5600	678,00
142	SERINGA 8 X 0,3 MM	Unid.	LAMEDID	20.000,000	0,3440	6.880,00
242	SOLUÇÃO DE GELATINA 3,5% - 500 ML	BLS	HALEX ISTAR	30,000	23,0000	690,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

**ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TRENTO**

Página: 10/15

**Processo Nº.: 106/2015  
CONCORRÊNCIA Nº. 3/2015**

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
  - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
  - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

**CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TRENTO**

Página: 11/15  
Processo Nº.: 106/2015  
CONCORRÊNCIA Nº. 3/2015

**CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

**5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

**5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuárias, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TRENTO**

Página: 12/15  
Processo Nº.: 106/2015  
CONCORRÊNCIA Nº. 3/2015

**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais impréstáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TRENTO**

Página: 13/15  
Processo Nº.: 106/2015  
CONCORRÊNCIA Nº. 3/2015

**CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

**CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TRENTO**Página: 14/15  
Processo Nº.: 106/2015  
CONCORRÊNCIA Nº. 3/2015

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não manter a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Trento para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Nova Trento, 1 de Dezembro de 2015.

\_\_\_\_\_  
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI  
PREFEITO

**Empresas Participantes:**

A. G. KIENE & CIA. LTDA.	CNPJ: 82.225.947/0001-65	_____
ADISUL COMERCIAL LTDA - EPP	CNPJ: 11.018.062/0001-47	_____
AGLON COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.	CNPJ: 65.817.900/0001-71	_____
ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA.	CNPJ: 00.802.002/0001-02	_____
ANDROMEDA DIST. DE MEDICAMENTOS LTDA.	CNPJ: 13.568.558/0001-10	_____
CENTERMEDI - COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.	CNPJ: 03.652.030/0001-70	_____
CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.	CNPJ: 05.782.733/0001-49	_____
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA. - MINAS	CNPJ: 67.729.178/0004-91	_____
DALBEX COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI - EPP	CNPJ: 15.025.636/0001-65	_____
DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	CNPJ: 05.531.725/0001-20	_____
DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.	CNPJ: 02.520.829/0001-40	_____
INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	CNPJ: 12.889.035/0001-02	_____
KFMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.	CNPJ: 15.068.089/0001-03	_____

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TRENTO**Página: 15/15  
Processo Nº.: 106/2015  
CONCORRÊNCIA Nº. 3/2015

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Nova Trento, 1 de Dezembro de 2015.

---

**GIAN FRANCESCO VOLTOLINI**  
**PREFEITO****Empresas Participantes:**

KLIMA - COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	CNPJ: 11.011.226/0001-04	_____
LM FARMA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.	CNPJ: 57.532.343/0001-14	_____
MARCOFARMA DIST. DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA.	CNPJ: 06.935.554/0001-67	_____
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	CNPJ: 94.894.169/0001-86	_____
MEDILAR IMP. E DIST. DE PROD. MEDICO HOSPITALARES	CNPJ: 07.752.236/0001-23	_____
MIRASSOL MED COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI	CNPJ: 13.046.855/0001-03	_____
OPHTHALMOS S/A	CNPJ: 61.129.409/0001-05	_____
PHARMA LOG PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA	CNPJ: 13.485.130/0001-03	_____
PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	CNPJ: 02.816.696/0001-54	_____
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA.	CNPJ: 81.706.251/0001-98	_____
PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.	CNPJ: 85.247.385/0001-49	_____
S & R DISTRIBUIDORA LTDA	CNPJ: 04.889.315/0001-92	_____
SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	CNPJ: 09.944.371/0001-04	_____
VICTORIA - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	CNPJ: 00.088.317/0001-21	_____

**SAMAE - NOVA TRENTO****AVISO LICITAÇÃO CV\_06\_2015 REPOSIÇÃO DE PARALELEPIPEDOS E LAJOTAS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE NOVA TRENTO CNPJ 95.785.267/0001-48

RUA DOS IMIGRANTES, nº 356

C.E.P.: 88270-000 Nova Trento – SC

Processo Administrativo: 9/2015

Processo de Licitação: 9/2015

CV CONVITE Nº 6/2015

Data do Processo: 30/11/2015

**AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 9/2015**

A Comissão Permanente de Licitação, da entidade SAMAE NOVA TRENTO, no exercício das atribuições que lhe confere a(o) Portaria nº. 002/2013, de 02/01/2013, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 11/12/2015, às 09:00 horas, no endereço, RUA DOS IMIGRANTES, nº 356, Nova Trento-SC, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação Nº. 6/2015-CV na modalidade Convite p/ Compras e Serviços.

Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço supra citado ou pelo Site: <http://samae.novatrento.sc.gov.br>.

**Objeto da Licitação:**

REFERENTE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MAO DE OBRA CALCETEIRO PARA REPOSIÇÃO DE PARALELEPIPEDOS OU LAJOTAS DE CONCRETO NAS RUAS COM PAVIMENTOS ONDE O SAMAE EXECUTOU REPAROS OU SUBSTITUIÇÃO DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE AGUA EM DIVERSAS RUAS DO MUNICIPIO, DURANTE O EXERCICIO DE 2016.

Valor Máximo Previsto R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais)

Nova Trento, 2 de Dezembro de 2015.

MARIA DE LOURDES ROVER

Presidente da Comissão de Licitação

# Orleans

## PREFEITURA

**PROCESSO 48/2015 FMS**

FMS DE ORLEANS

PROCESSO Nº 48/2015 FMS

REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 48/2015 FMS

Tipo: Menor Preço por Item

Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES PARA A FROTA OFICIAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Recebimento dos Envelopes e de Propostas: até o dia 15/12/2015 às 13h:30min.

Abertura dos envelopes: dia 15/12/2015, às 14h00min.

Fundamento legal: Leis Federais 8.666/93 consolidada, 10.520/2002 e 123/2006.

Orleans - SC, 01 de dezembro de 2015.

ANA REGINA ZOMER

Secretária de Saúde

**PROCESSO 49/2015 FMS**

FMS DE ORLEANS

PROCESSO Nº 49/2015 FMS

REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 49/2015 FMS

Tipo: Menor Preço por Item

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Recebimento dos Envelopes: até o dia 15/12/2015 às 15h:00min.

Abertura dos envelopes: dia 15/12/2015, às 15h30min.

Fundamento legal: Leis Federais 8.666/93 consolidada, 10.520/2002 e 123/2006.

Orleans - SC, 01 de dezembro de 2015.

ANA REGINA ZOMER

Secretária de Saúde



# Otacílio Costa

## PREFEITURA

### LEILÃO 001/2015

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 01/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACÍLIO COSTA

O Município de OTACÍLIO COSTA, SC, com sede na Av. Vidal Ramos Junior, nº 228, Centro, cidade de Otacílio Costa, CEP 88.540/000, inscrito no CNPJ sob nº 75.326.066/0001-75, torna público aos interessados que fará realizar LEILÃO PÚBLICO PRESENCIAL E ON LINE às 14 HORAS do dia 17 de DEZEMBRO de 2015, tendo como local o CÂMARA DE VEREADORES, localizada na Av. Vidal Ramos Junior, nº 228, Centro, Otacílio Costa, SC. O leilão será conduzido pelos Leiloeiros PÚBLICOS Oficiais SR. JÚLIO RAMOS LUZ, matrícula AARC/162 e Sr. paulo roberto worm, matrícula AARC/333, JUCESC, para venda à vista de bens móveis inservíveis. Edital completo com as descrições poderá ser obtido na Prefeitura ou através do site [WWW.JULIORAMOS.COM.BR](http://WWW.JULIORAMOS.COM.BR) ou ainda pelos telefones (49) 3221 8000, na Prefeitura ou (47) 3521 7730 com o Leiloeiro. Aplica-se à presente licitação, as disposições da Lei no 8.666/93, incluindo as alterações posteriores. Leia atentamente o edital.

OTACÍLIO COSTA, SC, em 01 de novembro de 2015.

LUIZ CARLOS XAVIER

PREFEITO MUNICIPAL DE OTACÍLIO COSTA

# Ouro

## PREFEITURA

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2006-166



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 268 166/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFC0590	54349002B	6920/0	13/12/2005	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2006-167**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 268 167/2006**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDJ3928	55212636A	6220/0	12/08/2005	R\$ 574,61	218 * I * b

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA  
DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2006-168**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 268 168/2006**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LHB1007	55616780A	6726/0	30/10/2005	230 * XVIII
LHB1007	55616780A	6912/0	30/10/2005	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2006-169**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 268 169/2006**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDN6280	55213213A	5177/0	09/06/2005	R\$ 191,53	166

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2006-170**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 268 170/2006**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXW3682	55213217A	6637/0	28/12/2005	230 * IX
LXW3682	55213217A	6653/0	28/12/2005	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2006-171**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 268 171/2006**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYL6968	54348953B	7340/0	13/02/2006	252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2006-172**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 268 172/2006**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IBX7275	55616959A	7340/0	07/02/2006	252 * IV
LYR1653	54348957B	5347/0	01/03/2006	178
LYS1264	55212647A	6050/0	31/03/2006	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2006-173**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 268 173/2006**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYX0523	55616964A	5169/0	22/04/2006	165
LYX0523	55616965A	6599/0	22/04/2006	230 * V
LZH0405	54348921B	6556/0	04/05/2006	230 * I
MCD4670	54348960B	5967/0	08/04/2006	203 * V
MDM2726	55212835A	5967/0	06/05/2006	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2006-174**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 268 174/2006**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEM6159	55616625A	5967/0	02/04/2006	R\$ 191,53	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA  
DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2006-175**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 268 175/2006**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
COH9532	54348969B	6220/0	28/06/2006	218 * I * b
LXH7511	55616874A	6220/0	09/06/2006	218 * I * b
LZU9164	55616875A	5967/0	20/06/2006	203 * V
MAY4959	55616973A	5967/0	29/06/2006	203 * V
MDI7957	55212906A	5967/0	28/05/2006	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2006-176**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 268 176/2006**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IGQ3362	55212962A	5967/0	20/07/2006	203 * V
MBT5573	55616977A	6211/0	10/07/2006	218 * I * a

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2006-177**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 268 177/2006**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXG9654	55213067A	6920/0	25/07/2006	233
MBJ5238	55616979A	5967/0	29/07/2006	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2006-178**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 268 178/2006**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABM0070	55616859A	5967/0	21/04/2006	R\$ 191,53	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA  
DIRETORA DE TRANSITO



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2006-179**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 268 179/2006**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAC2355	55212759A	5274/0	05/08/2006	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2006-180**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 268 180/2006**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXR4399	55616877A	5967/0	06/07/2006	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2006-181**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 268 181/2006**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHC9170	55212836A	7099/0	12/07/2006	244 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2006-182**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 268 182/2006**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCD4670	55213222A	5169/0	15/06/2006	165
MCD4670	55213224A	5274/0	15/06/2006	175
MEE0162	55212964A	5010/0	20/07/2006	162 * I
MEE0162	55212965A	5061/0	20/07/2006	163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLÍCIA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2006-183**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 268 183/2006**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LHB1007	55616780A	6912/0	30/10/2005	R\$ 53,20	232
MEJ7551	54348925B	5967/0	12/05/2006	R\$ 191,54	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2006-184**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 268 184/2006**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFN0092	55212905A	5967/0	28/05/2006	R\$ 191,54	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA  
DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2006-185**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 268 185/2006**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZX8916	55212837A	6599/0	22/09/2006	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2006-186**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 268 186/2006**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CRT9735	55616637A	6670/0	03/10/2006	230 * XIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2006-187**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 268 187/2006**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LWW3445	55616873A	5967/0	08/06/2006	R\$ 191,54	203 * V
MGD6342	55212963A	6963/0	20/07/2006	R\$ 127,69	237
MHC9170	55212836A	7099/0	12/07/2006	R\$ 85,13	244 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2006-226**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 268 226/2008**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFY2798	55616992A	5460/0	03/01/2008	R\$ 85,13	181 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA  
DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2007-188**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 268 188/2007**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZK9515	55616728A	6920/0	17/11/2006	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2007-189**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 268 189/2007**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCQ5955	55617004A	5525/0	19/11/2006	R\$ 85,13	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA  
DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2007-190**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 268 190/2007**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGV6550	54349104B	5959/0	18/12/2006	R\$ 191,54	203 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA  
DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2007-191**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 268 191/2007**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCA1870	55212968A	6050/0	14/09/2006	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2007-192**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 268 192/2007**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAO2110	55212916A	5045/0	30/03/2007	162 * V
MAO2110	55212917A	6912/0	30/03/2007	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2007-193**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 268 193/2007**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDC2364	55212926A	5274/0	14/04/2007	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2007-194**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 268 194/2007**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBZ7004	55616883A	5967/0	26/03/2007	203 * V
MBZ7004	55616884A	5207/0	26/03/2007	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2007-195**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 268 195/2007**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYW7275	54348907B	6920/0	07/07/2005	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2007-196**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 268 196/2007**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAJ1812	55616878A	6599/0	22/07/2006	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2007-197**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 268 197/2007**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZF6452	55212969A	5983/0	27/05/2007	205

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2007-198**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 268 198/2007**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEH8211	55212911A	6050/0	07/07/2006	R\$ 191,54	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA  
DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2007-199**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 268 199/2007**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IDP5376	54349013B	6599/0	21/09/2007	230 * V
IDP5376	54349014B	6726/0	21/09/2007	230 * XVIII
LYC3149	55212843A	7340/0	07/09/2007	252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2007-200**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 268 200/2007**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ALE1171	55616890A	6050/0	05/09/2007	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2007-201**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 268 201/2007**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
HRE3643	54349015B	6637/0	06/10/2007	230 * IX
MFT3301	55213073A	6920/0	11/10/2007	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2007-203**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 268 203/2007**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AKO4627	55616895A	6599/0	20/09/2007	230 * V
AKO4627	55616896A	6912/0	20/09/2007	232
LXY2848	55616893A	7340/0	13/09/2007	252 * IV
MDL0683	55616897A	6599/0	20/09/2007	230 * V
MDL0683	55616898A	6912/0	20/09/2007	232
MDL0683	55616899A	6726/0	20/09/2007	230 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLÍCIA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2007-204**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 268 204/2007**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZD5794	54349010B	6599/0	21/09/2007	230 * V
MCZ8556	54349016B	5550/0	05/11/2007	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2007-205**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 268 205/2007**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZO5948	55213074A	6920/0	11/10/2007	233
MCM8703	55616642A	7455/0	13/09/2007	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2007-206**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 268 206/2007**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZB4916	55213077A	6920/0	25/10/2007	233
MBD6090	54349056B	6920/0	26/11/2007	233
MDX5609	55213076A	6920/0	25/10/2007	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2008-2013**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 268 213/2008**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAC1938	55212762A	5967/0	22/12/2007	R\$ 191,54	203 * V
MAH0363	54349151B	5452/0	15/12/2007	R\$ 127,69	181 * VIII
MAK4560	55212927A	6785/0	05/12/2007	R\$ 191,54	231 * II * a

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2008-207**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 268 207/2008**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXW2076	55617013A	6670/0	10/12/2007	230 * XIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2008-208**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 268 208/2008**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AKO4627	55616991A	5967/0	23/11/2007	203 * V
MBD6733	54349118B	5185/0	13/12/2007	167
MBT3129	54349115B	5673/0	13/12/2007	183
MBU1258	54349019B	6610/0	14/12/2007	230 * VII
MCY4047	54349119B	7030/0	13/12/2007	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2008-209**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 268 209/2008**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXL2762	55212936A	5185/0	19/12/2007	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2008-210**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 268 210/2008**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
GRE2873	54349110B	6050/0	13/12/2007	208
KDL6927	54349116B	5673/0	13/12/2007	183
KOH0632	55212929A	6920/0	07/12/2007	233
MEI6289	54349112B	6050/0	13/12/2007	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2008-211**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 268 211/2008**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZK4410	54349121B	7234/0	14/01/2008	250 * I * a
LZK4410	54349122B	6769/0	14/01/2008	230 * XXII
MCY4047	54349157B	5967/0	11/01/2008	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2008-212**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 268 212/2008**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABM0070	55616993A	6599/0	18/01/2008	230 * V
LXJ2958	54349022B	6912/0	22/01/2008	232
MEL1399	55616729A	5193/0	06/01/2008	168
MEL3376	54349023B	6653/0	22/01/2008	230 * XI
MFY2798	55616992A	5460/0	03/01/2008	181 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2008-214**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 268 214/2008**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ICZ9987	54349158B	6530/0	17/02/2008	228
LWS7394	54349120B	7030/0	14/01/2008	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2008-215**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 268 215/2008**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZP5886	55212943A	5010/0	10/02/2008	162 * I
MBF0824	55617002A	5967/0	11/11/2006	203 * V
MCY4047	55212945A	5967/0	19/02/2008	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2008-216**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 268 216/2008**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LWU6958	55212939A	5169/0	19/01/2008	R\$ 957,69	165
MEE8116	54349154B	5010/0	29/12/2007	R\$ 574,61	162 * I
MEE8116	54349155B	5061/0	29/12/2007	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MEE8116	54349156B	5274/0	29/12/2007	R\$ 191,54	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2008-217**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 268 217/2008**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBC1641	55616643A	5452/0	10/03/2008	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2008-218**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 268 218/2008**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BRI1214	54349161B	6599/0	22/03/2008	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2008-219**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 268 219/2008**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXF7232	54349029B	7340/0	29/03/2008	252 * IV
MCD7496	54349251B	5185/0	29/03/2008	167
MDR1541	55617016A	5525/0	27/02/2008	181 * XV
MFQ3999	54349202B	7463/0	27/03/2008	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2008-220**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 268 220/2008**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BSB6307	54349130B	5967/0	30/03/2008	203 * V
BSB6307	54349131B	7099/0	06/04/2008	244 * VII
BSB6307	54349132B	5207/0	06/04/2008	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2008-221**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 268 221/2008**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAS3130	54348972B	5967/0	25/02/2008	203 * V
IHT4779	54348933B	7463/0	27/03/2008	218 * II
IHT4779	54348934B	6599/0	27/03/2008	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2008-222**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 268 222/2008**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DJB3697	54349123B	6661/0	17/02/2008	R\$ 127,69	230 * XII
MBQ5570	55212941A	6920/0	01/02/2008	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2008-223**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 268 223/2008**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LWY7482	54349255B	5010/0	24/04/2008	162 * I
LWY7482	54349256B	5061/0	24/04/2008	163 c/c 162 * I
LWY7482	54349257B	6912/0	24/04/2008	232
LWY7482	54349258B	7030/0	24/04/2008	244 * I
LXH3987	54349253B	5460/0	22/04/2008	181 * IX
LYH4487	55616996A	6599/0	01/05/2008	230 * V
LYH4487	55616997A	6610/0	01/05/2008	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2008-224**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 268 224/2008**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
KDJ5885	54349032B	5169/0	10/05/2008	165
KDJ5885	54349033B	5010/0	10/05/2008	162 * I
KDJ5885	54349034B	5061/0	10/05/2008	163 c/c 162 * I
LZN4263	54349305B	6920/0	21/05/2008	233
MCZ5055	55616644A	5010/0	18/04/2008	162 * I
MCZ5055	55616645A	5118/0	18/04/2008	164 c/c 162 * I
MCZ5055	55616647A	6912/0	18/04/2008	232
MDM1062	55616648A	5010/0	18/04/2008	162 * I
MDM1062	55616649A	5118/0	18/04/2008	164 c/c 162 * I
MDM1062	55616650A	6912/0	18/04/2008	232
MHR1370	54349124B	5940/0	31/03/2008	203 * III
MHR1370	54349125B	5959/0	31/03/2008	203 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA  
DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2008-225**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 268 225/2008**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
GTJ8086	55212764A	6920/0	20/06/2008	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2008-227**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 268 227/2008**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJR0403	54349306B	6920/0	21/05/2008	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2008-228**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 268 228/2008**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXX5675	55616998A	5908/0	25/05/2008	R\$ 127,69	202 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA  
DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2008-229**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 268 229/2008**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DFI7740	55212766A	6920/0	14/07/2008	233
HPD4318	55212765A	6920/0	14/07/2008	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2008-230**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 268 230/2008**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXX9927	54348975B	6050/0	07/06/2008	208
LXX9927	54348976B	5207/0	07/06/2008	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2008-231**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 268 231/2008**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYW3298	55213083A	5010/0	24/04/2008	R\$ 574,61	162 * I
LYW3298	55213084A	5061/0	24/04/2008	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
LYW3298	55213085A	6599/0	24/04/2008	R\$ 191,54	230 * V
LYW3298	55213086A	6912/0	24/04/2008	R\$ 53,20	232
LYW3298	55213088A	6580/0	24/04/2008	R\$ 191,54	230 * IV
LYW3298	55213089A	6769/0	24/04/2008	R\$ 85,13	230 * XXII
MAM8975	55212947A	5010/0	05/03/2008	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2008-232**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 268 232/2008**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IBR8658	55617021A	5622/0	16/03/2008	R\$ 53,20	182 * VI
LXX9927	54348975B	6050/0	07/06/2008	R\$ 191,54	208
LYW3298	55213087A	7030/0	24/04/2008	R\$ 191,54	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2008-233**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 268 233/2008**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGH0088	54349142B	5185/1	18/08/2008	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2008-234**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 268 234/2008**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYZ7068	55212950A	5185/0	23/03/2008	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA  
DIRETORA DE TRANSITO



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2008-235**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 268 235/2008**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYJ8128	55212970A	6599/2	07/08/2008	230 * V
LYJ8128	55212971A	5010/0	07/08/2008	162 * I
LYJ8128	55212972A	5061/0	07/08/2008	163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2008-236**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 268 236/2008**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZH8597	54349212B	6050/1	08/08/2008	208
MEA3231	55616795A	7030/1	11/08/2008	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2008-237**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 268 237/2008**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJJ4539	55617000A	6530/0	13/09/2008	228
MBD7871	54349066B	5940/1	11/09/2008	203 * III
MBD7871	54349067B	5959/1	11/09/2008	203 * IV
MBD7871	54349068B	5967/0	11/09/2008	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2008-238**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 268 238/2008**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYD3318	54349144B	5207/0	21/08/2008	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2008-239**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 268 239/2008**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYD3318	54349145B	5185/1	21/08/2008	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2008-240**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 268 240/2008**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXA7936	54348977B	6599/2	05/10/2008	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2008-241**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 268 241/2008**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJJ4539	55213097A	5525/0	05/10/2008	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2008-242**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 268 242/2008**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IKL5069	54349268B	6912/0	06/11/2008	232
IMH2997	55616797A	6912/0	04/10/2008	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2008-243**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 268 243/2008**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFO3542	54349073B	5410/0	10/11/2008	181 * IV
MFO3542	54349074B	5207/0	10/11/2008	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2008-244**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 268 244/2008**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCV9088	54349353B	5207/0	09/11/2008	169
MCV9088	54349354B	5240/0	09/11/2008	173

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2009-245**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 268 245/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAD6223	54349273B	6610/1	23/11/2008	230 * VII
MAD6223	54349274B	6599/2	23/11/2008	230 * V
MAD6223	54349275B	6912/0	23/11/2008	232
MCR5159	54349271B	5010/0	10/11/2008	162 * I
MCR5159	54349272B	5118/0	10/11/2008	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2009-246**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 268 246/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGZ2961	54349355B	5940/1	16/11/2008	203 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2009-247**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 268 247/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBK7402	54349075B	5940/1	28/11/2008	203 * III
MBK7402	54349076B	5959/1	28/11/2008	203 * IV
MBK7402	54349077B	5967/0	28/11/2008	203 * V
MBK7402	54349078B	5207/0	28/11/2008	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2009-248**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 268 248/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZS0645	54349143B	6050/1	12/08/2008	R\$ 191,53	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA  
DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2009-249**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 268 249/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZR3917	54348979B	5010/0	13/01/2009	162 * I
LZR3917	54348980B	5061/0	13/01/2009	163 c/c 162 * I
MBB0659	54349035B	5169/1	27/12/2008	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2009-250**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 268 250/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CSQ1825	54349269B	6556/1	06/11/2008	R\$ 191,53	230 * I
CSQ1825	54349270B	6556/4	06/11/2008	R\$ 191,53	230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2009-251**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 268 251/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CSQ1825	54349267B	5185/1	06/11/2008	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA  
DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2009-252**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 268 252/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZS9107	55212776A	6599/2	05/02/2009	230 * V
LZS9107	55212777A	5010/0	05/02/2009	162 * I
LZS9107	55212778A	5061/0	05/02/2009	163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2009-253**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 268 253/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAD0207	54348982B	5428/4	03/02/2009	181 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2009-254**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 268 254/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXJ6298	55212775A	6599/2	27/01/2009	230 * V
LZD3406	55616732A	6637/2	27/01/2009	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2009-255**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 268 255/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZD3406	55616731A	5207/0	27/01/2009	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2009-256**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 268 256/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BKV3297	54943652C	5967/0	03/03/2009	203 * V
IGB5060	54349213B	5541/1	04/03/2009	181 * XVII
LXW8100	54943653C	5967/0	19/03/2009	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2009-257**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 268 257/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AHF5079	54943651C	5967/0	03/03/2009	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2009-258**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 268 258/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LWZ1760	54349164B	6530/0	25/01/2009	R\$ 127,69	228

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA  
DIRETORA DE TRANSITO



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2009-259**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 268 259/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AGZ9395	54349166B	5045/0	16/05/2009	162 * V
MAT4095	54943752C	6912/0	29/04/2009	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2009-260**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 268 260/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXW6622	54349165B	5207/0	04/05/2009	169
MBN0387	54943751C	7030/1	19/04/2009	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2009-261**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 268 261/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MHJ6442	54349279B	6599/2	03/03/2009	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2009-262**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 268 262/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBD7871	54349066B	5940/1	11/09/2008	R\$ 191,53	203 * III
MBD7871	54349067B	5959/1	11/09/2008	R\$ 191,53	203 * IV
MBD7871	54349068B	5967/0	11/09/2008	R\$ 191,53	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2009-263**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 268 263/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAZ8587	54943505C	5207/0	12/05/2009	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2009-264**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 268 264/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBK0419	54349359B	5010/0	30/05/2009	162 * I
MBK0419	54349360B	5061/0	30/05/2009	163 c/c 162 * I
MBK0419	54349361B	6599/2	30/05/2009	230 * V
MBK0419	54349362B	6580/0	30/05/2009	230 * IV
MBK0419	54349363B	5274/1	30/05/2009	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2009-265**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 268 265/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAK7773	54943555C	5452/2	29/05/2009	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 207-202**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 268 202/2007**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ALL1859	55616891A	5967/0	09/09/2007	R\$ 191,54	203 * V
ALL1859	55616892A	5207/0	09/09/2007	R\$ 53,20	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO



**CÂMARA MUNICIPAL****DECRETO Nº 06/2015**

DECRETO Nº 06 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município.

O Presidente da Câmara de vereadores de Ouro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 39, inciso I, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a Lei nº 2.428, de 27 de novembro de 2015,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar, no valor de até R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), no orçamento vigente, na seguinte programação orçamentária:

01. CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

0101. CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.031.0001.2001. Manutenção das atividades legislativas

3.3.90.00.00.0.1.00000. Aplicações Diretas	R\$	35.000,00
--	-----	-----------

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar, aberto no art. 1º, é indicado como fonte de recursos, na forma do disposto no art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a anulação parcial de dotações, no montante de até R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), na seguinte programação orçamentária:

01. CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

0101. CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.031.0001.1001. Conclusão da sede do Legislativo

4.4.90.00.00.0.1.00000. Aplicações Diretas	R\$	35.000,00
--	-----	-----------

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro - SC, 27 de novembro de 2015.

Publique-se e registre-se em data supra.

Paulo Bedin  
Presidente

# Palhoça

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 190/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL RP Nº 190/2015

O Município de Palhoça torna público que fará realizar no dia 15 de dezembro de 2015, às 09:00 h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL Nº. 190/2015, que tem por objeto a aquisição de moto bombas e equipamento de complemento de bombas de recalque para suprir necessidade do sistema de Abastecimento de água da Região Central do Município de Palhoça. O edital que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 07:00 às 13:00 horas, ou pelo site: [www.palhoca.atende.net](http://www.palhoca.atende.net). Palhoça, 02 de dezembro de 2015. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS – Prefeito Municipal.

### ERRATA DO EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 234/2015

ERRATA DO EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 234/2015  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PALHOÇA

Onde se lê: OBJETO: Conforme cálculo de reequilíbrio do ano de 2013, foi comprovado o aumento da demanda de 9,8%, desta forma fica determinado o valor de reequilíbrio financeiro do ano de 2013 de R\$ 842.711,25 (oitocentos e quarenta e dois mil, setecentos e onze reais e vinte e cinco centavos). - O valor mensal mencionado na Cláusula Quinta, item 5.1 do Contrato nº 223/2011, e cronograma de desembolso, passa a ser de R\$ 1.118.635,72 (hum milhão, cento e dezoito mil, seiscentos e trinta e cinco reais com setenta e dois centavos), correspondente ao equilíbrio econômico-financeiro.

VALOR: R\$ 1.118.635,72 (hum milhão, cento e dezoito mil, seiscentos e trinta e cinco reais com setenta e dois centavos)

DATA: 16/10/2015

Leia-se OBJETO: Conforme cálculo de reequilíbrio do ano de 2013, foi comprovado o aumento da demanda de 9,8%, desta forma fica determinado o valor de reequilíbrio financeiro do ano de 2013 de R\$ 842.711,25 (oitocentos e quarenta e dois mil, setecentos e onze reais e vinte e cinco centavos). - O valor mensal mencionado na Cláusula Quinta, item 5.1 do Contrato nº 223/2011, e cronograma de desembolso, passa a ser de R\$ 1.174.520,02 (hum milhão, cento e setenta e quatro mil, quinhentos e vinte reais e dois centavos), correspondente ao reequilíbrio financeiro de 2015 e ao reajuste contratual estabelecido no item 13, sub item 13.5, do edital convocatório e na Cláusula Quinta, item 5.7 do Contrato nº 223/2011, tendo como base o INPC (Índice Nacional de Preço ao Consumidor), perfazendo o índice de 20,76%.

VALOR: R\$ 1.174.520,02 (hum milhão, cento e setenta e quatro mil, quinhentos e vinte reais e dois centavos)

DATA: 24/11/2015

### RESUMO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS - TOMADA DE PREÇOS Nº129/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
RESUMO DE JULGAMENTO  
PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇOS Nº129/2015

A Prefeitura Municipal de Palhoça torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do julgamento das Propostas de Preços apresentadas para o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 129/2015, na modalidade TOMADA DE PREÇOS, que tem como objeto a contratação de empresa especializada para execução de laje sobre a garagem no Quartel do Corpo de Bombeiros, Bairro Centro, neste Município, de acordo com as especificações contidas nos anexos.

#### CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

A empresa MAURÍCIO SAVULSKI DE MATOS ME VENCEU o certame com proposta no valor de R\$92.482,55 (noventa e dois mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos).

Palhoça, 01 de Dezembro de 2015.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito

# Palmitos

## PREFEITURA

### LEI 3.879/2015

LEI Nº. 3.879/2015.  
De 20 de novembro de 2015.

INSTITUI GRATIFICAÇÃO MENSAL AO SERVIDOR EFETIVO DESIGNADO PARA COMPOR AS COMISSÕES DE LICITAÇÃO, NA PESSOA DO PRESIDENTE E RESPECTIVOS MEMBROS PERMANENTES E AO PREGOEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALMITOS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais submete a apreciação da Câmara Municipal de Vereadores, o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º Fica instituída, a partir de 02.01.2016 (dois de janeiro de dois mil e dezesseis), gratificação mensal a ser atribuída ao servidor efetivo, designado para compor as comissões de licitação na pessoa do Presidente e respectivos membros permanentes e ao Pregoeiro, conforme estabelecido na Lei Federal nº 10.520/02 e Lei Federal 8.666/93.

Art. 2º O valor da Gratificação mensal a ser concedida ao servidor designado para cumprir mandato de Presidente, Pregoeiro e Membro Titular da Comissão Permanente de Licitação será o seguinte:

I – Presidente de Comissão Permanente de Licitação - R\$ 560,00 (quinhentos e sessenta reais);  
II - Pregoeiro – R\$ 560,00 (quinhentos e sessenta reais); e  
III – Membros efetivos de Comissão Permanente de Licitação– R\$ 392,00 (trezentos e noventa e dois reais).

Parágrafo único. O valor da gratificação será reajustado na mesma data e com o mesmo índice da revisão geral, anual, dos servidores do Poder Executivo Municipal.

Art. 3º O servidor nomeado como suplente da Comissão Permanente de Licitação ou suplente de Pregoeiro, quando designado para substituir seu respectivo titular fará jus a Gratificação proporcionalmente aos dias em que for nomeado para a substituição.

§1º Não terá direito a percepção da gratificação, pelo prazo de seu afastamento, o membro titular que estiver ausente por qualquer motivo, mesmo sendo esse período remunerado, como férias, licença-prêmio, licença para tratamento de saúde e outros, uma vez que o recebimento desta vantagem se vincula à sua efetiva participação na comissão de licitação.

§2º Esta gratificação não terá incidência na remuneração de férias, atestado, 13º salário e 1/3 das férias.

§3º A gratificação disciplinada nesta Lei não será incorporada ao vencimento do servidor em nenhuma hipótese, nem tampouco incidirá nenhuma contribuição previdenciária.

LEI Nº. 3.879/2015.  
De 20 de novembro de 2015.

Art. 4º As despesas decorrentes com a presente Lei correrão por conta da dotação orçamentária vigente.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 02.01.2016.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, em 20 de novembro de 2015.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em Local de costume

Paulino Parisotto

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

### PROCESSO 136/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

pREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 136/2015. Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL 59/2015. Objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESINSETIZAÇÃO. Data da entrega dos envelopes: 14/12/2015 até as 14:00 horas. Data da abertura: 14/12/2015 até às 14:30 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura. Palmitos, 01 de Dezembro de 2015. Norberto Paulo Gonzatti – Prefeito Municipal.

# Papanduva

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 086/2015 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 086/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

#### **AVISO DE LICITAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 086/2015 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 086/2015. Objeto: Registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios para o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE com distribuição na Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino sendo Centros de Educação infantil, Escolas de Ensino Fundamental, AEE e EJA, para o 1º semestre letivo de 2016. Tipo: Menor Preço Unitário, Presencial; Entrega dos envelopes: Até as 08:30hs do dia 17 de dezembro de 2015; Início da Sessão Pública: Às 08:45hs do dia 17/12/2015. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decretos Municipais nºs 1783 de 31 de Maio de 2007 e 1975 de 10 de junho de 2009 e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site [www.papanduva.sc.gov.br](http://www.papanduva.sc.gov.br) e na Prefeitura Municipal em horário de expediente, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 hs às 17:00hs, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 30 de novembro de 2015

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

### **AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 089/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

#### **AVISO DE LICITAÇÃO**

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 089/2015. Objeto: Contratação de empresa especializada para construção de um Ginásio de Esportes na localidade de Rodeiozinho. Tipo: "MENOR PREÇO GLOBAL"; Entrega dos envelopes: Até as 14:45hs do dia 17/12/2015; Início da Sessão Pública: Às 15:00 hs do dia 17/12/2015. Base legal: Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria. Convênio FUNDAM nº 2015TR001381. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site [www.papanduva.sc.gov.br](http://www.papanduva.sc.gov.br) e na Prefeitura Municipal em horário de expediente, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00hs na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 01 de dezembro de 2015

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

# Passo de Torres

## CÂMARA MUNICIPAL

### PORTARIA Nº 19/2015

Poder Legislativo de Passo de Torres - SC

Portaria nº 19, de 26 de novembro de 2015.

“DETERMINA LUTO OFICIAL NA CÂMARA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES”

O cidadão Pedro Paulo Bitencourt, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Passo de Torres, no uso de suas atribuições que lhe confere o Regimento Interno e a Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE:

Fica determinado luto oficial no dia 26 de novembro de 2015 em virtude do falecimento de Rejane Candido Scheffer, funcionária deste Poder Legislativo.

Ficam suspensas as atividades da Câmara de Vereadores de Passo de Torres neste dia.

Esta Portaria entra vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Passo de Torres, em 26 de novembro de 2015.  
Pedro Paulo Bitencourt  
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Registre-se e Publique-se  
Registrado e publicado nesta secretaria na data supra.

Ademilson Batista da Silva  
1º Secretário

### PORTARIA Nº 20/2015

Poder Legislativo de Passo de Torres - SC

Portaria nº 20, de 01 de dezembro de 2015.

“EXONERA SERVIDOR EFETIVO POR MOTIVO DE FALECIMENTO”

O cidadão Pedro Paulo Bitencourt, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Passo de Torres, no uso de suas atribuições que lhe confere o Regimento Interno e a Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE:

Exonerar, do cargo de Agente Administrativo, a cidadã Rejane Candido Scheffer, brasileira, portadora da cédula de identidade nº 1037224761, em virtude de seu falecimento, conforme Certidão de Óbito, matrícula nº 10518901552015400003067000017548, a contar do dia 26/11/2015.

Esta Portaria entra vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Passo de Torres, em 01 de dezembro de 2015.  
Pedro Paulo Bitencourt  
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Registre-se e Publique-se  
Registrado e publicado nesta secretaria na data supra.

Ademilson Batista da Silva  
1º Secretário

# Passos Maia

## PREFEITURA

### DECRETO N. 389/2015

DECRETO Nº 389, de 20 de novembro de 2015.

“DISPOE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964 e Inciso “II” do art. 5º, da Lei Municipal nº. 740, de 20 de novembro de 2014,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o chefe do poder executivo, abrir crédito especial no orçamento de 2015, no valor de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais) na seguinte programação de despesa:

Código	Secretaria/departamento	
05.01	Secretaria de Educação e Esportes	
Funcional	Proj./ativ.	Descrição
12.361.1201	2.025	Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
Modalidade	Fonte	Dotação
3.3.90.00.00	01.36	22.000,00
TOTAL		22.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura das suplementações conforme artigo 1º, será anulada dotação dentro do orçamento vigente para o exercício de 2015 na seguinte programação de despesa:

Código	Secretaria/departamento	
05.01	Secretaria de Educação e Esportes	
Funcional	Proj./ativ.	Descrição
12.361.1201	2.025	Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
Modalidade	Fonte	Dotação
4.4.90.00.00	01.36	22.000,00
TOTAL		22.000,00

Art. 3º. O presente Decreto terá vigência da data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia – SC, 20 de Novembro de 2015.

IVANDRE BOCALON  
PREFEITO MUNICIPAL

Certifico que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

DOUGLAS AIGNER  
Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

### DECRETO N. 390/2015

DECRETO Nº 390, de 20 de novembro de 2015.

“DISPOE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964 e Inciso “II” do art. 5º, da Lei Municipal nº. 740, de 20 de novembro de 2014,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o chefe do poder executivo, abrir crédito especial no orçamento de 2015, no valor de R\$ 8.325,04 (oito mil, trezentos e vinte e cinco reais e quatro centavos) na seguinte programação de despesa:

Código	Secretaria/departamento	
11.01	Encargos Gerais do Município	
Funcional	Proj./ativ.	Descrição
28.846.2800	0.000	Amortização de Encargos da Dívida e Multas
Modalidade	Fonte	Dotação
4.6.90.00.00	01.00	8.325,04
TOTAL	8.325,04	

Art. 2º - Para dar cobertura das suplementações conforme artigo 1º, será anulada dotação dentro do orçamento vigente para o exercício de 2015 na seguinte programação de despesa:

Código	Secretaria/departamento	
11.01	Encargos Gerais do Município	
Funcional	Proj./ativ.	Descrição
28.846.2800	0.000	Amortização de Encargos da Dívida e Multas
Modalidade	Fonte	Dotação
3.3.90.00.00	01.00	8.325,04
TOTAL	8.325,04	

Art. 3º. O presente Decreto terá vigência da data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia – SC, 20 de Novembro de 2015.

IVANDRE BOCALON  
PREFEITO MUNICIPAL

Certifico que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

DOUGLAS AIGNER  
Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

## DECRETO N. 391/2015

DECRETO Nº 391, de 20 de novembro de 2015.

“DISPOE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964 e Inciso “II” do art. 5º, da Lei Municipal nº. 740, de 20 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o chefe do poder executivo, abrir crédito especial no orçamento de 2015, no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) na seguinte programação de despesa:

Código	Secretaria/departamento	
11.01	Encargos Gerais do Município	
Funcional	Proj./ativ.	Descrição
28.846.2800	0.000	Amortização de Encargos da Dívida e Multas
Modalidade	Fonte	Dotação
3.2.90.00.00	01.00	2.500,00
TOTAL	2.500,00	

Art. 2º - Para dar cobertura das suplementações conforme artigo 1º, será anulada dotação dentro do orçamento vigente para o exercício de 2015 na seguinte programação de despesa:

Código	Secretaria/departamento	
11.01	Encargos Gerais do Município	
Funcional	Proj./ativ.	Descrição
28.846.2800	0.000	Amortização de Encargos da Dívida e Multas
Modalidade	Fonte	Dotação
3.3.90.00.00	01.00	2.500,00
TOTAL	2.500,00	

Art. 3º. O presente Decreto terá vigência da data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia – SC, 20 de Novembro de 2015.

IVANDRE BOCALON  
PREFEITO MUNICIPAL

Certifico que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

DOUGLAS AIGNER  
Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

### **LEI Nº 762, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015.**

LEI Nº 762, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015.

**“ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA PARA O EXERCÍCIO DE 2016 - LOA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, estribado no art. 62, V, da Lei Orgânica Municipal, sanciona a presente Lei:

Art. 1º. Fica estimada a receita e fixada a despesa do Município de Passos Maia para o exercício de 2016.

Art. 2º. O Orçamento Geral do Município de 17.370.000,00 (dezessete milhões, trezentos e setenta mil reais).

#### **DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO**

Art. 3º. O orçamento da do Município para o exercício de 2016 estima a Receita em R\$ 15.940.000,00 (quinze milhões, novecentos e quarenta mil reais) e a Despesa Orçamentária em R\$ 12.245.020,10 (doze milhões, duzentos e quarenta e cinco mil, vinte reais e dez centavos), e Despesa Financeira de R\$ 3.694.979,90 (três milhões, seiscentos e noventa e quatro mil, novecentos e setenta e nove reais e noventa centavos).

§ 1º - A Receita do Município será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminados quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	15.939.985,00
1.1- Receita Tributária	737.470,00
1.2- Receitas de Contribuições	54.000,00
1.3- Receita Patrimonial	298.271,00
1.4- Receita Agropecuária	10.000,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	142.000,00
17-Transferências Correntes	14.591.836,00
1.9- Outras Receitas Correntes	106.408,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	15,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	15,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
TOTAL	15.940.000,00

§ 2º - A despesa do Município será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a seguinte classificação:

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	11.539.758,50
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	6.500.550,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	40.000,00
3.3- Outras Despesas Correntes	4.999.208,50
4 - DESPESAS DE CAPITAL	681.061,60
4.4- Investimentos	509.670,00
4.5- Inversões Financeiras	90.500,00
4.6- Amortização da Dívida	80.891,60
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	24.200,00



9.9- Reserva de Contingência	24.200,00
- TRANSF. FINANCEIRAS AS FUNDOS MUNICIPAIS	3.694.979,90
- Fundo Municipal da Saúde	2.830.979,90
- Câmara Municipal de Vereadores	864.000,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	15.940.000,00

§ 3º - O orçamento do Fundo Municipal da Saúde e do Poder Legislativo para o exercício de 2016 estima a Receita e Fixa a Despesa conforme quadros abaixo descritos:

#### I – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE:

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	1.429.998,00
1.1- Receita Tributária	0,00
1.2- Receitas de Contribuições	0,00
1.3- Receita Patrimonial	11.338,00
1.4- Receita Agropecuária	0,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	0,00
17-Transferências Correntes	1.418.660,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	0,00
1.9- Outras Receitas Correntes	0,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	2,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	2,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	2.830.979,90
- Transferências financeiras da Prefeitura	2.830.979,90
TOTAL	4.260.979,90

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	4.157.994,90
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	2.455.319,90
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	1.702.675,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	102.985,00
4.4- Investimentos	102.985,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9.9- Reserva de Contingência	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	4.260.979,90

#### II – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES:

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	864.000,00
- Transferências financeiras da Prefeitura	864.000,00
TOTAL	864.000,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	724.000,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	560.000,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	164.000,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	140.000,0
4.4- Investimentos	90.000,00
4.5- Inversões Financeiras	50.000,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9.9- Reserva de Contingência	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	864.000,00

Art. 4º. Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de intempéries da natureza conforme anexo IX da LDO:

UNIDADE GESTORA: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA

I – Passivo Contingente	0,00
II – Intempéries	24.200,00
III – Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos	0,00
IV – Obtenção de Resultado Primário	0,00
V – Reforço de dotações Orçamentárias	0,00
TOTAL	24.200,00

§1º - A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando-se o limite para cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo.

§2º- Para efeito desta lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçadas ou orçadas a menor.

Art. 5º. O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 30% da Despesa estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I – o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.

II – a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.

III – superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo único: Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício, e o excesso de arrecadação das receitas de capital.

Art. 6º. As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de crédito e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa, ou por força de convênio.

Art. 7º. Durante o exercício de 2016 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 8º. Comprovando o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeios de competência de outros entes da Federação.

Art. 9º. Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor no dia 2 de janeiro de 2016.

Gabinete do Prefeito, 1º de dezembro de 2015.

IVANDRE BOCALON

PREFEITO MUNICIPAL

Certifico que a presente Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração,

Fazenda e Planejamento.

## **LEI Nº 763, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015.**

LEI Nº 763, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DOAR IMÓVEL DE SUA PROPRIEDADE AO ESTADO DE SANTA CATARINA, PARA USO DA POLÍCIA MILITAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, estribado no art. 62, V, da Lei Orgânica Municipal, sanciona a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar imóvel de sua propriedade ao Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público inscrito no CNPJ sob nº 82.951.229/0001-76, para uso da Polícia Militar.

Art. 2º. Serão doados 540m<sup>2</sup> (quinhentos e quarenta metros quadrados) do Lote 8, imóvel registrado no Ofício de Registro de Imóveis de Ponte Serrada sob matrícula nº 9.735, e 230,40m<sup>2</sup> (duzentos e trinta metros e quarenta centímetros quadrados) do Lote 9, imóvel registrado no Ofício de Registro de Imóveis de Ponte Serrada sob matrícula nº 9.736, totalizando uma área de 770,40m<sup>2</sup> (setecentos e setenta metros e quarenta centímetros quadrados), conforme mapa em anexo.

Art. 3º. O imóvel doado deverá ser utilizado pelo Donatário exclusivamente para a construção da sede da Polícia Militar, onde ocorrerá o desenvolvimento de suas atividades.

Art. 4º. Os imóveis descritos no art. 2º ficam desafetados de sua natureza de bem público e passam a integrar a categoria de bens domaniais.

Art. 5º. A doação realizada de acordo com a autorização contida nesta Lei ficará automaticamente revogada, revertendo à propriedade do imóvel ao domínio pleno da municipalidade, se o Donatário fizer uso do imóvel doado para fins distintos daquele determinado no artigo 3º desta Lei.

Art. 6º. O Poder Executivo adotará as medidas administrativas necessárias para execução da presente Lei.

Art. 7º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 1º de dezembro de 2015.

IVANDRE BOCALON  
PREFEITO MUNICIPAL

Certifico que a presente Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

DOUGLAS AIGNER  
Secretário da Administração,  
Fazenda e Planejamento.

### **PORTARIA Nº 740, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº 740, de 30 de novembro de 2015.

“PRORROGA O PRAZO DO CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o encerramento do contrato de trabalho por tempo determinado da servidora em 30/11/2015;  
Considerando que as atividades inerentes ao cargo perdurarão até o dia 22/12/2015;

Considerando a necessidade de prorrogar o contrato temporário da servidora, para que as atividades do cargo de nutricionista possam continuar sendo desempenhadas até o encerramento do exercício de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º. PRORROGAR O PRAZO do contrato de trabalho da servidora JÉSSICA ZANCHETTA, ocupante do cargo de Nutricionista, Símbolo PF-13, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, até o dia 22 de dezembro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia-SC, 30 de novembro de 2015.

IVANDRE BOCALON  
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

DOUGLAS AIGNER  
Secretário da Administração,  
Fazenda e Planejamento.

### **PORTARIA Nº 736, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº 736, de 27 de novembro de 2015.

“EXONERA SERVIDORES OCUPANTES DE CARGO TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a solicitação de encerramento antecipado do contrato de trabalho pré-estabelecido, por parte da Secretária Municipal da Educação e Esportes e da Secretária do Desenvolvimento Social, haja vista não haver a necessidade de manter o contrato dos referidos servidores até a data previamente estabelecida;  
Considerando o encerramento das atividades do exercício de 2015;

RESOLVE:

Art. 1

º. EXONERAR os servidores abaixo descritos, a partir do dia 30 de novembro de 2015:

SERVIDOR	CARGO	CARGA HORÁRIA
Andréia Dias Bueno	Professor	10 horas
Antônia da Silva Siqueira	Auxiliar Serviços Gerais	40 horas
Cleonice Alves Calefes	Auxiliar Serviços Gerais	20 horas
Danieli Lemes da Silva	Professor	20 horas
Elizangela Geraldina dos Santos	Auxiliar Serviços Gerais	20 horas
Fernanda Dalligna	Professor	20 horas
Fernanda P. Ravarena Paz	Instrutor de Informática	40 horas
Fernanda Saade T. de Lima	Professor	40 horas
Ivanir Arcari de Lima	Professor	40 horas
Juliana Ribeiro	Instrutor de Informática	20 horas
Lilian Kerlin de Avila Pires	Professor	20 horas
Luciane Taparello Cancelli	Professor	20 horas
Malgarete de Carvalho	Professor	20 horas
Margarete de Matos	Professor	20 horas
Marineide de Matos	Professor	20 horas
Roberson G. Teixeira de Lima	Instrutor de Informática	40 horas
Rosane Ap. Santos Nikolay	Professor	40 horas
Silvana Ferronato de Mello	Auxiliar Serviços Gerais	40 horas
Suzete T. Ferreira Lima	Professor	40 horas

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia-SC, 27 de novembro de 2015.

IVANDRE BOCALON  
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

DOUGLAS AIGNER  
Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

**PORTARIA Nº 737, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº 737, de 30 de novembro de 2015.

“EXONERA SERVIDORA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal.

Considerando o requerimento de exoneração por motivos particulares formulado pela servidora;

RESOLVE:

Art. 1

º. EXONERAR A PEDIDO, a servidora pública municipal LUCELIA RUMPEL MONTEIRO, matrícula n. 10.233, ocupante do cargo de Diretor de Saúde, símbolo DIS-13, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, a partir do dia 30 de novembro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia-SC, 30 de novembro de 2015.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

DOUGLAS AIGNER  
Secretário da Administração,  
Fazenda e Planejamento.

**PORTARIA Nº 738, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº 738, de 30 de novembro de 2015.

“CONCEDE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o direito da servidora ao gozo de férias e o pedido da servidora;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art.72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, à servidora PATRÍCIA BRIZZI FACCI, matrícula n. 100, ocupante do cargo de provimento efetivo de Psicólogo, símbolo PF-14, carga horária semanal de 20 (vinte) horas, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, referentes ao período aquisitivo de 22/03/2014 a 21/03/2015, para serem gozadas do dia 30/11/2015 a 14/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia-SC, 30 de novembro de 2015.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração,  
Fazenda e Planejamento.

**PORTARIA Nº 739, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº 739, de 30 de novembro de 2015.

“EXONERA SERVIDORA OCUPANTE DE CARGO TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal.

Considerando a solicitação de encerramento antecipado do contrato de trabalho pré-estabelecido, por parte da Secretária Municipal da Educação e Esportes, haja vista não haver a necessidade de manter o contrato da referida servidora até a data previamente estabelecida;

RESOLVE:

Art. 1

º. EXONERAR a servidora pública municipal TATYANE BORGES DOS SANTOS, matrícula n. 10.311, ocupante do cargo de Professor, símbolo PSH, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, a partir do dia 30 de novembro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia-SC, 30 de novembro de 2015.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

DOUGLAS AIGNER  
Secretário da Administração,  
Fazenda e Planejamento.

**PORTARIA Nº 741, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº 741, de 30 de novembro de 2015.

“REDUZ JORNADA DE TRABALHO DE SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a redução na demanda dos serviços das secretarias municipais em razão do encerramento do exercício de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º. REDUZIR A JORNADA DE TRABALHO da servidora ELIANE MARIA DA SILVA, ocupante do cargo de Professor em jornada de trabalho atual de 40 (quarenta) horas semanais, símbolo SUP-D, lotada na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, de 40 (quarenta) horas semanais para 20 (vinte) horas semanais a partir do dia 1º de dezembro de 2015.

Parágrafo Único: Reduzir o vencimento do servidor de forma proporcional à redução de carga horária realizada.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia-SC, 30 de novembro de 2015.

IVANDRE BOCALON  
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

DOUGLAS AIGNER  
Secretário da Administração,  
Fazenda e Planejamento.

#### **PORTARIA Nº 742, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº 742, de 30 de novembro de 2015.

“REDUZ JORNADA DE TRABALHO DE SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,  
Considerando a redução na demanda dos serviços das secretarias municipais em razão do encerramento do exercício de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º. REDUZIR A JORNADA DE TRABALHO da servidora GECIELI FERNANDES, ocupante do cargo de Professor Sem Habilitação, em jornada de trabalho atual de 30 (trinta) horas semanais, símbolo PSH-C, lotada na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, de 30 (trinta) horas semanais para 20 (vinte) horas semanais a partir do dia 1º de dezembro de 2015.

Parágrafo Único: Reduzir o vencimento do servidor de forma proporcional à redução de carga horária realizada.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia-SC, 30 de novembro de 2015.

IVANDRE BOCALON  
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

DOUGLAS AIGNER  
Secretário da Administração,  
Fazenda e Planejamento.

#### **TERMO ADITIVO N. 0003/20015 AO CONTRATO N. 0033/2014**

TERMO ADITIVO n. 0003/2015 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO n. 0033/2014

PROCESSO ADMINISTRATIVO n. 0011/2014

MODALIDADE TOMADA DE PREÇO n. 0001/2014

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede junto a Prefeitura Municipal de Passos Maia - SC, à Avenida Padre João Bottero, 485, centro, inscrita no CNPJ sob o n. 95.993.085/0001-62, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. IVANDRE BOCALON, brasileiro, casado, RG sob o n. 1.510.345, CPF sob n. 625.625.769-34, residente e domiciliado no Município de Passos Maia - Estado de Santa Catarina, denominada para este instrumento particular simplesmente

de CONTRATANTE, e, de outro lado à empresa CRI - Coleta Reciclagem e Incineração de Lixo Ltda., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 00.239.339/0001-45, com sede na Rodovia SC 465 KM 14, no Município de Ipumirim (SC), neste ato representada por seu Sócio Gerente o Sr. Charles Klein, brasileiro, casado, do comércio, portador do RG n. 14/R-1.877.033 da SSI/SC e CPF n. 812.091.189-04, residente e domiciliado na Av. Rio Branco, s/n, Município Ipumirim -SC, ora denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem aditar o contrato originário, o que se fazem nos seguintes termos:

#### **CLAUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

O presente termo aditivo tem sua fundamentação legal prevista no inciso II, do art. 57, da Lei 8.666/93, bem como no Edital de Licitação, na minuta do contrato que compõem o Edital e ainda no respectivo contrato, e também no Prejulgado n. 1758 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTICATIVA**

Considerando que os parâmetros jurídicos acima referidos permitem a prorrogação do prazo de vigência do contrato, aliado ao fato de que o objeto licitado refere-se a serviços a serem executados de forma contínua;

Considerando que a realização de novo certame licitatório, além de implicar em novas despesas e desperdício de tempo em relação aos servidores públicos, também poderia prejudicar a qualidade na prestação dos serviços, já que a contratada, através dos profissionais que a integram, está adaptada ao ambiente de trabalho, inclusive no que pertine aos usuários dos serviços, que não apresentam qualquer tipo de reclamação;

Considerando que serão mantidos os parâmetros financeiros estabelecidos inicialmente, a ilustrar que em virtude da realização de nova licitação o custo financeiro da Administração poderia aumentar;

Conclui-se que a prorrogação do prazo de vigência do contrato atende aos princípios do interesse público e da legalidade.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO NOVO PRAZO DE VIGÊNCIA E DEMAIS CONDIÇÕES GERAIS**

Fica prorrogado o prazo de vigência deste contrato, pelo período de mais 12 (doze) meses, sendo que vigorará até data de 31 de dezembro de 2016.

Ficam ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato original, inclusive no tocante ao preço estabelecido.

E, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, assinam o presente, na presença de duas testemunhas, sendo posteriormente publicado e arquivado, nos termos de Lei.

Passos Maia – SC, 30 de novembro de 2015.

IVANDRE BOCALON  
MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA  
CONTRATANTE

CHARLES KLEIN  
CRI - COLETA REC. E INCINER. DE  
CONTRATANTE LIXO LTDA - ME  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:  
EDSON SALVADEGO  
CPF n. 067.004.859-32

DOUGLAS AIGNER  
CPF n. 009.844.399-27



# Paulo Lopes

## PREFEITURA

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 30/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

Extrato do Contrato nº 30/2015 conforme Processo Licitatório nº 039/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES. Contratado: TELEFONICA BRASIL S.A . Objeto: Contratação de empresa especializada, devidamente autorizada pela agencia nacional de telecomunicações - Anatel, para prestação de serviços de telefonia móvel pessoal - SMP em sistema pós pago e fornecimento de 30 (TRINTA) acessos moveis, com aparelhos em comodato para uso da administração municipal. Valor: 54.722,40 (cinquenta e quatro mil setecentos e vinte e dois reais e quarenta centavos). Vigência:30/11/2016.

# Penha

## PREFEITURA

### PP21/2015 - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2015– FMS

Objeto: REGISTRO DE PREÇO REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO DA SAÚDE, INCLUINDO OS SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO, CONFIGURAÇÃO, TREINAMENTO, INSTALAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E CUSTOMIZAÇÃO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 14/12/2015

Até às 17h00min

DATA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 15/12/2015

HORÁRIO: 14h00min

LOCAL: Secretaria de Administração, sito Avenida Nereu Ramos, nº 08, Centro, Penha/SC, Setor de Licitações e Contratos.

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: Sala das Licitações, sito a Avenida Nereu Ramos, nº. 19 – Sala 01 (ao lado da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico), Centro – Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha e demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 08, Centro – Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23. Horário de atendimento 13:30 às 17:30.

Penha/SC, 01 de Dezembro de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes– Prefeito Municipal

## CÂMARA MUNICIPAL

### PORTARIA Nº 31/2015

PORTARIA Nº 31/2015

NOMEIA JORNALISTA DA CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA

FELIPE REBELLO SCHMIDT, Presidente do Poder Legislativo Municipal, no uso de suas atribuições, de acordo com a Lei Complementar nº 96/2015 e Art. 29, XIX do Regimento Interno:

RESOLVE:

NOMEAR: VICTOR OLIVEIRA DE MIRANDA, aprovado no Concurso Público nº 001/2015, para ocupar o cargo de JORNALISTA da Câmara de Vereadores de Penha, a contar de 01 de dezembro de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-S E CUMPRE-SE

Penha, 01 de dezembro de 2015.

Felipe Rebello Schmidt
------------------------

Presidente
------------

Revisão da Lei Orgânica Municipal e da Reforma do Regimento Interno, conforme abaixo discriminados:

I. Vereador Clóvis Bergamaschi, representante do Partido DEM

II. Vereador Felipe Rebello Schmidt, representante do Partido PSD

III. Vereador Jefferson Ademir Custódio, representante do Partido PSDB

IV. Vereador Sérgio de Mello, representante do Partido PMDB

V. Servidora Pública Gláucia Costa dos Santos Francisco, representante dos servidores públicos

VI. Servidora Pública Ivana da Costa, representante dos servidores públicos

VII. Servidora Pública Tatiane da Silva Willem, representante dos servidores públicos

Art. 2º O prazo para a conclusão dos estudos é de noventa (90) dias, a contar da publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado por igual prazo, se assim entender a Comissão, desde que aprovado pelo Plenário da Câmara.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRE-SE.

Penha, 01 de dezembro de 2015.

Felipe Rebello Schmidt
------------------------

Presidente
------------

### PORTARIA Nº 32/2015

PORTARIA Nº 32/2015

NOMEIA OS INTEGRANTES DA COMISSÃO ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DE ESTUDOS PARA A REVISÃO DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL E DO REGIMENTO INTERNO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Penha/SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e o Regimento Interno.

RESOLVE nomear e instituir a Comissão Especial para a Revisão da Lei Orgânica Municipal e da Reforma do Regimento Interno.

Art. 1º Ficam nomeados os quatro (04) Vereadores indicados pelos respectivos partidos com maior representatividade na Câmara de Vereadores e três (03) servidores públicos do Poder Legislativo de Penha, para integrarem a Comissão Especial de Estudos para a

# Peritiba

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO 62/2015 – PREGÃO PRESENCIAL 32/2015**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações e nas condições do edital.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 62/2015 – Pregão Presencial 32/2015.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição de Carreta Basculante Hidráulica, metálica, acoplável a trator agrícola e engraxadeiras manuais.

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do Pregão Presencial será realizada a partir das 08h30min do dia 15/12/2015.

ENVELOPES: Os envelopes devem ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal até às 08h15min do dia 15/12/2015.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Município de Peritiba.

Informações complementares:

O edital na íntegra está disponível no site <http://www.peritiba.sc.gov.br> e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122 ou e-mail [compras@peritiba.sc.gov.br](mailto:compras@peritiba.sc.gov.br).

Município de Peritiba – SC em 01 de Dezembro de 2015.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

### **AVISO DE LICITAÇÃO 63/2015 – PREGÃO PRESENCIAL 33/2015**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações e nas condições do edital.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 63/2015 – Pregão Presencial 33/2015.

Objeto: A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para prestação de serviços de lavagem, geometria, balanceamento, conserto, recapagem e recauchutagem de pneus dos veículos e máquinas do Município de Peritiba.

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do Pregão Presencial será realizada a partir das 09h45min do dia 15/12/2015.

ENVELOPES: Os envelopes devem ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal até às 09h30min do dia 15/12/2015.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Município de Peritiba.

Informações complementares:

O edital na íntegra está disponível no site <http://www.peritiba.sc.gov.br> e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122 ou e-mail [compras@peritiba.sc.gov.br](mailto:compras@peritiba.sc.gov.br).

Município de Peritiba – SC em 01 de Dezembro de 2015.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

### **AVISO DE LICITAÇÃO 64/2015 – PREGÃO ELETRÔNICO 01/2015**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações e nas condições do edital.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 64/2015 – Pregão Eletrônico 01/2015.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de instrumentos musicais para implementação de aulas de música.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08:00 horas do dia 03/12/2015 às 08:30 horas do dia 16/12/2015.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Às 08:30 horas do dia 16/12/2015.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09:00 horas do dia 16/12/2015.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br) "Acesso Identificado"

Informações complementares:

O edital na íntegra está disponível no site <http://www.peritiba.sc.gov.br> e [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br) e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122 ou e-mail [compras@peritiba.sc.gov.br](mailto:compras@peritiba.sc.gov.br).

Município de Peritiba – SC em 01 de Dezembro de 2015.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

### **AVISO DE LICITAÇÃO 65/2015 – INEXIGIBILIDADE 16/2015**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
Resumo de Inexigibilidade de Licitação

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 65/2015 – Inexigibilidade de Licitação 16/2015

Objeto: A contratação da Banda Balanço Latyno para apresentação na ILUMINAT STADT - CIDADE ILUMINADA no dia 04 de dezembro de 2015 na abertura do Natal do Município. Dados do Contrato: Contrato nº 146/2015 / Contratado: MARIA APARECIDA IUNG - CNPJ: 21.706.503/0001-57 - Valor do Contrato: R\$ 4.900,00 (Quatro mil e novecentos reais). Informações complementares: Inexigibilidade de Licitação, Lei 8.666 Artigo 25.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal



# Petrolândia

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 102/2015

DECRETO Nº. 102, de 13 de Novembro de 2015.

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso VII, do Artigo 85 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 1617 de 12 de Dezembro de 2014,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular parcialmente a importância de R\$ 14.500,00 (Catorze mil e quinhentos reais) das seguintes dotações do orçamento vigente:

Órgão 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Unidade 01 – Secretaria de Administração

Proj./Atividade – 2.003 – Manutenção da Secretaria de Administração

Elemento de Despesa – 3.1.71.00.00.00.00.00 – (5) Transferências à Consórcios Públicos

Recursos - 0.1.0132 – Recursos Ordinários ..... R\$ 1.600,00

Órgão 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Unidade 01 – Secretaria de Administração

Proj./Atividade – 2.003 – Manutenção da Secretaria de Administração

Elemento de Despesa – 3.3.50.00.00.00.00.00 – (7) Transf. a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Recursos - 0.1.0132 – Recursos Ordinários ..... R\$ 10.000,00

Órgão 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Unidade 01 – Secretaria de Administração

Proj./Atividade – 2.003 – Manutenção da Secretaria de Administração

Elemento de Despesa – 3.3.71.00.00.00.00.00 – (8) Transferências à Consórcio Públicos

Recursos - 0.1.0132 – Recursos Ordinários ..... R\$ 1.000,00

Órgão 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Unidade 01 – Secretaria de Administração

Proj./Atividade – 2.003 – Manutenção da Secretaria de Administração

Elemento de Despesa – 4.4.71.00.00.00.00.00 – (11) Transferências à Consórcio Públicos

Recursos - 0.1.0132 – Recursos Ordinários ..... R\$ 1.000,00

Órgão 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Unidade 01 – Secretaria de Administração

Proj./Atividade – 2.003 – Manutenção da Secretaria de Administração

Elemento de Despesa – 4.4.93.00.00.00.00.00 – (13) Aplicações Direta Decorrente de Op. Entre Órgãos

Recursos - 0.1.0132 – Recursos Ordinários ..... R\$ 900,00

Art. 2º. Fica suplementada por conta da anulação do Artigo 1º a importância de R\$ 14.500,00 (Catorze mil e quinhentos reais) na seguinte dotação do orçamento vigente:

Órgão 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Unidade 01 – Secretaria de Administração

Proj./Atividade – 2.050 – Manutenção da Secretaria de Administração

Elemento de Despesa – 3.3.90.00.00.00.00.00 – (9) Aplicações Diretas

Recursos - 0.1.0132 – Recursos Ordinários ..... R\$ 14.500,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, 13 de Novembro de 2015.

JOEL LONGEN

PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO Nº. 103/2015

DECRETO Nº. 103, de 17 de Novembro de 2015.

SUPLEMENTA MODALIDADES DE APLICAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Municipal nº 1.617/2014, de 12 de dezembro de 2014 (Lei Orçamentária);

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar na importância de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais) os saldos da Modalidade de Aplicação do Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Petrolândia, abaixo discriminada:

Órgão 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Unidade 01 – Secretaria de Administração

Proj./Atividade – 2.003 – Manutenção da Secretaria de Administração

Elemento de Despesa – 3.3.90.00.00.00.00.00 – (9) Aplicações Diretas

Recursos - 0.1.0132 – Recursos Ordinários ..... R\$ 50.000,00

Art. 2º. Para cobertura do Crédito Suplementar acima, utilizar-se-á recursos do Excesso de Arrecadação na Fonte de Recursos 0.1.0132 – Recursos Ordinários, na importância de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, 17 de Novembro de 2015.

JOEL LONGEN

PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO Nº. 104/2015**

DECRETO Nº. 104, de 17 de Novembro de 2015.

SUPLEMENTA MODALIDADES DE APLICAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Municipal nº 1.617/2014, de 12 de dezembro de 2014 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar na importância de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) os saldos da Modalidade de Aplicação do Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Petrolândia, abaixo discriminada:

Órgão 09 – FUNDO MUNICIPAL DA AGRICULTURA

Unidade 01 – Fundo Municipal da Agricultura

Proj./Atividade – 2.031 – Manutenção do Fundo Municipal da Agricultura

Elemento de Despesa – 3.3.90.00.00.00.00 – (3) Aplicações Diretas

Recursos - 0.1.0080 – Recursos Ordinários .....  
..... R\$ 30.000,00

Art. 2º. Para cobertura do Crédito Suplementar acima, utilizar-se-á recursos do Excesso de Arrecadação na Fonte de Recursos 0.1.0080 – Recursos Ordinários, na importância de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, 17 de Novembro de 2015.

JOEL LONGEN

PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO Nº. 105/2015**

DECRETO Nº. 105, de 17 de Novembro de 2015.

SUPLEMENTA MODALIDADES DE APLICAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Municipal nº 1.617/2014, de 12 de dezembro de 2014 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar na importância de R\$ 17.500,00 (Dezessete mil e quinhentos reais) os saldos da Modalidade de Aplicação do Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Petrolândia, abaixo discriminada:

Órgão 13 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Unidade 01 – Fundo Municipal de Assistência Social

Proj./Atividade – 2.013 – Manutenção do Fundo de Assistência Social

Elemento de Despesa – 3.3.90.00.00.00.00 – (10) Aplicações Diretas

Recursos - 0.1.0155 – Recursos Outros Convênios com a União .....  
..... R\$ 17.500,00

Art. 2º. Para cobertura do Crédito Suplementar acima, utilizar-se-á

recursos do Excesso de Arrecadação na Fonte de Recursos 0.1.0155 – Recursos Outros Convênios com a União, na importância de R\$ 17.500,00 (Dezessete mil e quinhentos reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, 17 de Novembro de 2015.

JOEL LONGEN

PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO Nº. 106/2015**

DECRETO Nº. 106, de 23 de Novembro de 2015.

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso VII, do Artigo 85 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 1617 de 12 de Dezembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular parcialmente a importância de R\$ 176.000,00 (Cento e setenta e seis mil reais) das seguintes dotações do orçamento vigente:

Órgão 12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde

Proj./Atividade – 2.010 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Elemento de Despesa – 3.1.71.00.00.00.00 – (1) Transferências à Consórcios Públicos

Recursos - 0.1.0134 – Recursos Ordinários .....  
..... R\$ 2.000,00

Órgão 12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde

Proj./Atividade – 2.010 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Elemento de Despesa – 3.3.50.00.00.00.00 – (8) Transferências à Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos

Recursos - 0.1.0134 – Recursos Ordinários .....  
..... R\$ 80.000,00

Órgão 12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde

Proj./Atividade – 2.010 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Elemento de Despesa – 4.4.90.00.00.00.00 – (30) Aplicações Diretas

Recursos - 0.1.0134 – Recursos Ordinários .....  
..... R\$ 90.000,00

Órgão 12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde

Proj./Atividade – 2.010 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Elemento de Despesa – 4.4.93.00.00.00.00 – (38) Aplicações Diretas

Recursos - 0.1.0134 – Recursos Ordinários .....  
..... R\$ 4.000,00

Art. 2º. Fica suplementada por conta da anulação do Artigo 1º a importância de R\$ 176.000,00 (Cento e setenta e seis mil reais) na seguinte dotação do orçamento vigente:

Órgão 12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde  
Proj./Atividade – 2.010 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
Elemento de Despesa – 3.1.90.00.00.00.00.00 – (3) Aplicações Diretas  
Recursos - 0.1.0134 – Recursos Ordinários .....  
..... R\$ 176.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, 23 de Novembro de 2015.  
JOEL LONGEN  
PREFEITO MUNICIPAL

### **DECRETO Nº. 107/2015**

DECRETO Nº. 107, de 23 de Novembro de 2015.  
SUPLEMENTA MODALIDADES DE APLICAÇÃO DO ORÇAMENTO  
VIGENTE POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Municipal nº. 1.617/2014, de 12 de dezembro de 2014 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar na importância de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais) os saldos da Modalidade de Aplicação do Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Petrolândia, abaixo discriminada:

Órgão 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
Unidade 01 – Secretaria de Educação e Cultura  
Proj./Atividade – 2.023 – Manutenção do Ensino Infantil  
Elemento de Despesa – 3.1.90.00.00.00.00.00 – (80) Aplicações Diretas  
Recursos - 0.1.0113 – Recursos FUNDEB 60% .....  
..... R\$ 15.000,00

Art. 2º. Para cobertura do Crédito Suplementar acima, utilizar-se-á recursos do Excesso de Arrecadação na Fonte de Recursos 0.1.0113 – Recursos FUNDEB 60% - Merenda Escolar, na importância de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, 23 de Novembro de 2015.  
JOEL LONGEN  
PREFEITO MUNICIPAL

### **DECRETO Nº. 108/2015**

DECRETO Nº. 108, de 1º. de Dezembro de 2015.  
DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DO PAGAMENTO DE DIÁRIAS E ADIANTAMENTOS AOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE PETROLÂNDIA.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso VII, Artigo 85 da Lei Orgânica Municipal e;

Considerando a necessidade do cumprimento das metas fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município para o equilíbrio das contas públicas do exercício financeiro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º. Fica proibido, por um período de 30 (trinta) dias, o pagamento de diárias e adiantamentos aos servidores públicos municipais.

§ 1º. As diárias e adiantamentos de que trata o Artigo 1º. são os destinados a cobrir despesas de viagem como: alimentação, hospedagem, transporte, combustível, serviços e peças de reposição, quando em deslocamento a serviço da municipalidade.

§ 2º. Fica igualmente proibido o pagamento de diárias e adiantamentos aos servidores públicos ocupantes de cargos de secretário municipal e cargos comissionados.

Art. 2º. Excetuam-se do que determina o presente Decreto os motoristas da Secretaria Municipal de Saúde, os motoristas que fazem o transporte escolar e os casos excepcionais.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, 1º. de Dezembro de 2015.  
JOEL LONGEN  
PREFEITO MUNICIPAL

# Pinheiro Preto

## PREFEITURA

### AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 054/2015

AVISO DE LICITAÇÃO - MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 054/2015- MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 15/12/2015, licitação modalidade Pregão Presencial n. 054/2015, visando a AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO NOVO PARA A SECRETARIA DE SAÚDE. DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇOS: 15/12/2015, até às 14:00 hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 14:15 hs. Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone (49) 3562 2000, ou pelo site [www.pinheiropreto.sc.gov.br](http://www.pinheiropreto.sc.gov.br) CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 27 DE NOVEMBRO DE 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

### CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 355/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 355/2015

OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato REFERENTES SERVIÇOS REALIZADOS EM VEICULOS DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 222/2015.

EMPRESA CONTRATADA: CHAPEAÇÃO E PINTURA CHICO-ME

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os serviços de conserto, no valor de R\$ 1.379,00 (um mil trezentos e setenta e nove reais.)

DATA DO CONTRATO: 27 de novembro de 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

### CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 356/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 356/2015

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato REFERENTE COMPRA DE BOMBOM, CONFORME CONSTA NA LEI Nº1.868, PARA SER DISTRIBUIDO AS CRIANÇAS DA CRECHE E DO ENSINO FUNDAMENTAL, NOS FESTEJOS DE ENCERRAMENTO DO ANO LETIVO- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 223/2015.

EMPRESA CONTRATADA: SUPERMERCADO ZARPELLON- CENTRO CENTER ALIMENTOS LTDA

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os bombons, no valor de R\$ 3.352,50(três mil trezentos e cinquenta e dois reais e cinquenta centavos).

DATA DO CONTRATO: 27 DE NOVEMBRO DE 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

### CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 357/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 357/2015

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato REFERENTE Serviços de DESINSETIZAÇÃO GERAL (INTERNA E EXTERNA) NA CRECHE MUNICIPAL E NO CENTRO EDUCACIONAL E LIMPEZA DAS CAIXAS D'ÁGUA- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 224/2015.

EMPRESA CONTRATADA: : DEDETIZAÇÃO OSVALDIR LTDA-ME

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os serviços de Desinsetização no valor de R\$ 3.409,00 (tres mil quatrocentos e nove reais ).

DATA DO CONTRATO: 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

### CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 358/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 358/2015

OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato REFERENTE SERVIÇO REALIZADOS EM VEICULOS DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS.

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 225/2015.

EMPRESA CONTRATADA CHAPEAÇÃO E PINTURA CHICO-ME

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os serviços de conserto, no valor de R\$ 4.751,60 (quatro mil setecentos e cinquenta e um reais e sessenta centavos.)

DATA DO CONTRATO: 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

### DECRETO Nº 4.314, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº 4.314, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

ANULA ATO DE APOSENTADORIA E REVOGA DECRETO QUE ESPECIFICA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e CONSIDERANDO

A irregularidade apontada pelo Tribunal de Contas na concessão do benefício da aposentadoria ao servidor Ernesto Perazzoli, Processo do TCE APE-13/00763091, Relatório nº 6533/2015, que dá conta de tempo de contribuição inferior ao estabelecido pelo inciso I, do art. 3º, da EC nº 47/2005;

Considerando o Processo Administrativo Municipal nº 012/2015, instaurado para se apurar as ilegalidades, o qual aponta que o servidor não preenchia, quando da concessão do benefício, os requisitos para aposentadoria voluntária integral, tendo sido inclusive averbado tempo de contribuição de forma ilegal (averbação de tempo rural sem a devida comprovação da contribuição, ferindo o

disposto no § 9º do art. 201 da Constituição Federal, e conversão de forma irregular de tempo de serviço supostamente exposto a agentes agressivos quando em atividade na iniciativa privada);

Considerando ter sido respeitado o contraditório e a ampla defesa, tendo o servidor declarado que não pretende a aposentadoria proporcional;

Considerando o parecer da Assessoria Jurídica do Município,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica anulado o ato que concedeu aposentadoria ao servidor ERNESTO PERAZZOLI, consubstanciado no Decreto nº 3.846, de 01 de julho de 2013, em razão das irregularidades insanáveis verificadas na concessão do benefício.

Parágrafo único. Em razão da anulação do benefício, o servidor deverá retornar imediatamente à ativa.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogado o Decreto nº 3.846, de 01 de julho de 2013.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 30 de novembro de 2015.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA N. 358 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.**

PORTARIA N. 358 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

INSTITUI COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DAS AMOSTRAS REFERENTE LICITAÇÃO 053/2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no item 1 – Parágrafo Único do Edital de Licitação nº 053/2015, Modalidade Pregão Presencial;

Considerando a necessidade de verificar a qualidade e registro no Inmetro dos brinquedos,

**RESOLVE:**

Art. 1º Institui comissão para fins de análise das amostras dos brinquedos referente licitação nº 053/2015, nomeando para compô-la os seguintes membros:

I – Geni de Oliveira – Secretária de Educação;

II – Karina Chiarani Faccin – Secretária Administrativa Escolar;

III – Andréia Bortolozo – Auxiliar Administrativo.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 30 DE NOVEMBRO DE 2015.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 359, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº 359, DE 01 DE dezembro DE 2015.

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS A SERVIDORA ANA PAULA DEMORI CARLETTO.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER a servidora ANA PAULA DEMORI CARLETTO, ocupante do cargo de Conselheira Tutelar, 30 (trinta) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 09/01/2014 a 08/01/2015, cujo gozo dar-se-á no período de 01 de dezembro de 2015 a 30 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal, 01 de dezembro de 2015.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal



# Pomerode

## PREFEITURA

### 6.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 069 / 2014 ACRÉSCIMO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

### 6.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 069 / 2014 ACRÉSCIMO

Processo Administrativo n.º 110 / 2014.

Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 009 / 2014.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratado: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA GOEDE LTDA ME.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA AMPLIAÇÃO E REFORMA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL NORA KRUEGER DALLMANN, LOCALIZADO NA RUA VIDAL FERREIRA, N.º 2725, BAIRRO POMERODE FUNDOS, POMERODE/SC, COM ÁREA TOTAL DE 192,65 METROS QUADRADOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO.

Acréscimo de valores unitários em 4,67% - R\$8.500,17 (oito mil, quinhentos reais e dezessete centavos).

Justificativa: Acréscimo de valores unitários em 4,67%, conforme planilha orçamentária e quantitativa anexa, em função da necessidade da pintura do prédio existente no Centro de Educação Infantil - CEI, incluindo emassamento, pintura de paredes, tetos, esquadrias e grades metálicas, em conformidade com a CLÁUSULA NONA do Contrato Administrativo n.º 069/2014 e de acordo com a Lei n.º 8.666/93.

Pomerode/SC, 25 de Novembro de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

### EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DE CANDIDATURAS PARA AS VAGAS DO CONSELHO ADMINISTRATIVO E CONSELHO FISCAL DO FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DO MUNICÍPIO DE POMERODE

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DE CANDIDATURAS PARA AS VAGAS DO CONSELHO ADMINISTRATIVO E CONSELHO FISCAL DO FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DO MUNICÍPIO DE POMERODE

A Comissão Eleitoral responsável pela escolha dos novos conselheiros do Fundo de Aposentadoria e Pensões, designada pela Portaria nº 20.100 de 02 de outubro de 2015, no uso de suas atribuições legais dispostas na Resolução nº 2.077, de 21 de setembro de 2015, torna público que encerrou o prazo para impugnação, que não foram apresentadas impugnações e que, portanto, ficam homologadas as seguintes candidaturas para as vagas do Conselho Administrativo e para o Conselho Fiscal do Fundo de Aposentadoria e Pensões do Município de Pomerode:

Para o Conselho Administrativo:

Nº Protocolo	Nome	Local Trabalho
8060	Angelita Silvani de Pin Sborz	Sec. de Educação e Formação Empreendedora
8158	Edson José Pereira	Sec. de Gestão Administrativa e Fazendária
8202	Rosiara de Fátima das Neves de Andrade	Sec. de Educação e Formação Empreendedora
8278	Irani Frello de Oliveira	Sec. de Educação e Formação Empreendedora
8328	Andrea Gustmann Gomes	Sec. de Educação e Formação Empreendedora
8369	Vera Lúcia de Campos Selke Gütz	Sec. de Educação e Formação Empreendedora
8435	Geliandro Fideles Ribeiro	Sec. de Saúde

Para o Conselho Fiscal:

Nº Protocolo	Nome	Local Trabalho
8160	Gisele Canever de Souza	Sec. de Gestão Administrativa e Fazendária
8299	Alcides Franke	Sec. de Educação e Formação Empreendedora
8370	João Régis Oliveira	Sec. de Saúde
8555	Claudio Marcos Krueger	Sec. de Planejamento e Meio Ambiente
8556	Cristina Tavares de Oliveira	Sec. de Educação e Formação Empreendedora
8567	Gilf Eginhardt Stortz	SAMAE

Pomerode, 30 de novembro de 2015.

VIVIEN VANESSA VOLKMANN VOIGTLAENDER

Presidente Comissão

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 135 / 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 135 / 2015

Processo Administrativo n.º 094 / 2015.

Pregão Presencial n.º 049 / 2015 – Registro de Preços.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratada: BG ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DIVERSOS PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS E FUNDAÇÃO DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Valor total registrado: R\$29.099,90 (vinte e nove mil, noventa e nove reais e noventa centavos) – Itens 12, 15, 20, 23, 26, 29 e 32. Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 26/11/2016.

Pomerode/SC, 26 de Novembro de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 136 / 2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 136 / 2015

Processo Administrativo n.º 094 / 2015.  
Pregão Presencial n.º 049 / 2015 – Registro de Preços.  
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.  
Contratada: MANOTTI COMÉRCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA.  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DIVERSOS PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS E FUNDAÇÃO DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.  
Valor total registrado: R\$32.733,55 (trinta e dois mil, setecentos e trinta e três reais e cinquenta e cinco centavos) – Itens 10, 13, 16, 18, 21, 24, 27, 30, 33 e 34.  
Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 26/11/2016.

Pomerode/SC, 26 de Novembro de 2015.  
ROLF NICOLODELLI  
Prefeito Municipal de Pomerode

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 137 / 2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 137 / 2015

Processo Administrativo n.º 094 / 2015.  
Pregão Presencial n.º 049 / 2015 – Registro de Preços.  
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.  
Contratada: RD COMÉRCIO DE FERRAGENS E FERRAMENTAS EIRELI.  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DIVERSOS PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS E FUNDAÇÃO DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.  
Valor total registrado: R\$51.345,70 (cinquenta e um mil, trezentos e quarenta e cinco reais e setenta centavos) – Itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 11, 14, 17, 19, 22, 25, 28 e 31.  
Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 26/11/2016.

Pomerode/SC, 26 de Novembro de 2015.  
ROLF NICOLODELLI  
Prefeito Municipal de Pomerode

**EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 053 / 2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 053 / 2015

Processo Administrativo n.º 092 / 2015.  
Convite p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 020 / 2015.  
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.  
Contratada: L. C. EMPREITEIRA DE MÃO-DE-OBRA LTDA - ME.  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A REFORMA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL PROFESSOR RUDOLF HORN-  
BURG, LOCALIZADO NA RUA RICARDO BAHR, N.º 100 - CENTRO, POMERODE/SC, COM ÁREA DE 277,99 METROS QUADRADOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO.  
Valor total contratado: R\$61.926,81 (sessenta e um mil, novecentos e vinte e seis reais e oitenta e um centavos).  
Prazo de vigência – 60 dias – Prazo final: 24/01/2016.

Pomerode/SC, 24 de Novembro de 2015.  
ROLF NICOLODELLI  
Prefeito Municipal de Pomerode

**SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE****DECRETO Nº 3.027, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015**

DECRETO Nº 3.027, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO 2014, NA UNIDADE GESTORA DO SAMAE- SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do Art. 9º, da Lei nº 2.688 de 10 de Dezembro de 2014 e o Artigo 43, parágrafo 1º, inciso I, da Lei nº 4.320 de 17/03/1964.

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Fica suplementado na importância de R\$ 100.000,00 (Cem Mil Reais) por fonte de recurso do Superávit Financeiro de 2.014 na Unidade Gestora SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE, conforme prevê o Artigo 9º, inciso III da Lei nº 2.688 de 10/12/2014, Artigo 43, Parágrafo 1º, inciso I da Lei nº 4.320 de 17/03/1964, destinado ao seguinte Programa e Dotação abaixo discriminado.

ÓRGÃO: 15000- SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

Unidade Orçamentária: 15001 – SAMAE

Projeto/Atividade: 0017.0512.0080.2057- Otimização do Serviço de Coleta e Reciclagem de Lixo

Modalidade de Aplicação: 3390- Aplicações Diretas

Vinc. p/Fonte Recursos: 03000000-Recursos Ordinários ..... R\$ 50.000,00

TOTAL ..... R\$ 50.000,00

Projeto/Atividade: 0017.0512.0080.2058- Operação e Manutenção do Sistema de Água

Modalidade de Aplicação: 3390- Aplicações Diretas

Vinc. p/Fonte Recursos: 03000000-Recursos Ordinários ..... R\$ 50.000,00

TOTAL ..... R\$ 50.000,00

Art. 2º - Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pomerode, 30 de Novembro de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

MÁRCIO SCHEIDEMANTEL

Presidente do SAMAE



# Ponte Serrada

## PREFEITURA

### DECRETO 699/2015

DECRETO Nº 699/2015, DE 28 DE SETEMBRO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE NOVA LOTAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

CONSIDERANDO a necessidade de o município transferir o local de trabalho de alguns de seus servidores, com vistas a atender ao interesse público, sobretudo no tocante à excelência na prestação dos serviços de responsabilidade do ente público,

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado que a servidora JUCELIA DE SOUZA, matrícula 1532, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, passará a ser lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir do dia 01 de setembro de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 28 DE SETEMBRO DE 2015.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### DECRETO 700/2015

DECRETO Nº 700/2015, DE 29 DE SETEMBRO DE 2015.

"EXONERA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a pedido, a partir do dia 30 de setembro de 2015, a Sra. NOELI PALIANO AMPEZE, matrícula 928, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário..

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 29 DE SETEMBRO DE 2015.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### DECRETO 701/2015

DECRETO Nº 701/2015, DE 29 DE SETEMBRO DE 2015.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida férias a Servidora Pública Municipal Sra. CARLA DA SILVA, Matrícula 5477, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITARIA DE SAUDE, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 02 de janeiro de 2014 a 01 de janeiro de 2015, para serem gozadas de 19 de outubro de 2015 a 17 de novembro de 2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 29 DE SETEMBRO DE 2015.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### DECRETO 702/2015

DECRETO Nº 702/2015, DE 29 DE SETEMBRO DE 2015.

"EXONERA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerado a pedido, a partir do dia 30 de setembro de 2015, o Sr. IZAIR ROQUE TELES VIEIRA, matrícula 1574, ocupante do cargo de OPERADOR DE TRATOR AGRICOLA, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 29 DE SETEMBRO DE 2015.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**DECRETO 703/2015**

DECRETO Nº 703/2015, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

“EXONERA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a pedido, a Sra. NELVA APARECIDA DA SILVA, matrícula 653, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário..

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 30 DE SETEMBRO DE 2015.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**DECRETO 704/2015**

DECRETO Nº 704/2015, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida férias a Servidora Pública Municipal Sra. MARLI TEREZINHA DARTORA FRANZEN, Matrícula 1384, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo 01 de junho de 2014 a 31 de maio de 2015, para serem gozadas de 06 de setembro de 2015 a 05 de outubro de 2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 30 DE SETEMBRO DE 2015.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 705/2015**

DECRETO Nº 705/2015, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

“CONCEDE LIÇENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. SIMONI FRANCELIZE ZANIN SCAPIN, Matrícula 1551, PROFESSORA, com 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - O período dos atestado médico é de 75 (setenta e cinco) dias, a contar do dia 11 de setembro de 2015 (retorno da licença maternidade), conforme cópia em anexo, podendo ser a licença prorrogada ou antecipada conforme decisão pericia médica a ser realizada pelo médico do INSS no dia 15 de outubro de 2015.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 30 DE SETEMBRO DE 2015.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 706/2015**

DECRETO Nº 706/2015, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

“NOMEIA SERVIDOR APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO.”

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO a classificação obtida no Concurso Público nº 001/2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado em razão de aprovação em concurso público o Sr. IZAIR ROQUE TELES VIEIRA, portador do RG n. 4.950.031 e do CPF n. 009.338.189-12, para exercer o cargo efetivo de OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA, com 40:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta da dotação própria consignada no orçamento vigente e futuros.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 01 DE OUTUBRO DE 2015.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 707/2015**

DECRETO Nº 707/2015, DE 06 DE OUTUBRO DE 2015.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedida férias a Servidora Pública Municipal Sra. PATRICIA PEROZA, Matrícula 5742, ocupante do cargo de PSICOLOGA, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, por um período de 15 (quinze) dias, referente ao período aquisitivo 21 de novembro de 2013 a 20 de novembro de 2014, para serem gozadas de 16 de outubro de 2015 a 30 de outubro de 2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 06 DE OUTUBRO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 708/2015**

DECRETO Nº 708/2015, DE 06 DE OUTUBRO DE 2015.

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedida a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. MARLI TEREZINHA DARTORA FRANZEN, Matrícula 1384, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 44:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - O período do atestado médico é de 30 (trinta) dias, a contar do dia 05 de outubro de 2015, conforme cópia em anexo, sendo que a data da licença para tratamento poderá ser prorrogada ou reduzida conforme decisão da perícia médica a ser realizada pelo INSS.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 06 DE OUTUBRO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 709/2015**

DECRETO Nº 709/2015, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedida férias a Servidora Pública Municipal Sra. FRANCINARA MAGRINI FERREIRA, Matrícula 890, ocupante do cargo de ASSISTENTE SOCIAL, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, por um período de 15 (quinze) dias, referente ao período aquisitivo 01 de abril de 2014 a 31 de março de 2015, para serem gozadas de 14 de outubro de 2015 a 28 de outubro de 2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 13 DE OUTUBRO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 710/2015**

DECRETO Nº 710/2015, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.

"EXONERA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

**EXONERA:**

Art. 1º - Fica exonerado a pedido, a partir do dia 15 de outubro de 2015, o Sr. GILSON MIRANDOLLI, matrícula 5696, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 13 DE OUTUBRO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**DECRETO 764/2015**

DECRETO Nº 764/2015, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015.

“DISPOE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 61, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964 e Inciso “I” do art. 7º da Lei Municipal nº. 2.230, de 16 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 99.000,00 (Noventa e Nove Mil Reais), os quais serão destinados a suplementar a seguinte dotação orçamentária:

08 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

08.0801 – Fundo Municipal de Saúde

08.301.1001.2.030 – Manutenção do Bloco Atenção Básica

Modalidade de Aplicação: 319000000 - APLICAÇÕES DIRETAS

00.0364 - 25 – APLICAÇÕES DIRETAS – R\$ 99.000,00

Art. 2º - O Crédito aberto por este Decreto correrá por conta do Superávit Financeiro no exercício de 2014 no valor de R\$ 99.000,00 (Noventa e Nove Reais).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 25 DE NOVEMBRO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

# Porto Belo

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATO Nº 009/2010 FUNSAN - 5º TERMO ADITIVO

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº 009/2010 – FUNSAN – 5º TERMO ADITIVO

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto, aditar o prazo contratual ao Contrato nº 009/2010, referente à Concorrência Pública nº 003/2010 cujo objeto é a contratação de empresa para a execução dos serviços de engenharia sanitária de destinação final dos resíduos sólidos urbanos domiciliares, comerciais e de varrição; coleta, transporte e destino final dos resíduos de serviços de saúde; transporte e destinação final de produtos químicos, tóxicos e perigosos classe I do Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I do Edital.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

CONTRATADA: PROACTIVA MEIO AMBIENTE BRASIL LTDA

PRAZO: 100 (CEM) DIAS

DATA DA ASSINATURA: 23/11/2015

Porto Belo, 23 de novembro de 2015.

Evaldo José Guerreiro Filho

Prefeito Municipal

### MEDIDA PROVISÓRIA 007/2015

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 007/2015

Autoria: Poder Executivo

Prorroga o prazo para adesão ao Programa de Recuperação Fiscal do Município de Porto Belo - REFIS, previsto no art. 2º, da Lei Municipal nº 2.315, de 10 de setembro de 2015.

Evaldo José Guerreiro Filho, Prefeito Municipal de Porto Belo, no uso de suas atribuições legais, em especial a Lei Orgânica Municipal adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei

Art. 1º Fica prorrogado o prazo para adesão ao Programa de Recuperação Fiscal do Município de Porto Belo - REFIS, previsto no art. 2º, da Lei Municipal nº 2.315, de 10 de setembro de 2015, que poderá fazê-lo até 30 de dezembro de 2015, através da assinatura do Termo de Opção ao REFIS.

Art. 2º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Porto Belo(SC), 27 de novembro de 2015.

Evaldo José Guerreiro Filho

Prefeito de Porto Belo

### MEDIDA PROVISÓRIA 008/2015

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 008/2015

Autoria: Poder Executivo

Prorroga, excepcionalmente para o exercício de 2015, o prazo para o pagamento com desconto da Taxa de Licença para o Exercício de Atividades Temporárias ou Eventuais – TLET, prevista no art. 23 da Lei Municipal nº 2.146/2014.

Evaldo José Guerreiro Filho, Prefeito Municipal de Porto Belo, no uso de suas atribuições legais, em especial a Lei Orgânica Municipal adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei

Art. 1º Fica, excepcionalmente para o exercício de 2015, prorrogado o prazo para o pagamento com desconto da Taxa de Licença para o Exercício de Atividades Temporárias ou Eventuais – TLET, prevista no art. 23 da Lei Municipal nº 2.146/2014, para o dia 10 de dezembro de 2015.

Art. 2º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Porto Belo(SC), 30 de novembro de 2015.

Evaldo José Guerreiro Filho

Prefeito de Porto Belo

## CÂMARA MUNICIPAL

### AVISO DE LICITAÇÃO - CARTA CONVITE Nº 002/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

CARTA CONVITE Nº 02/2015

OBJETO – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PINTURA INTERNA E EXTERNA DO PREDIO DO PODER LEGISLATIVO.

TIPO DE LICITAÇÃO – MENOR PREÇO GLOBAL

REGIMENTO – Lei Federal nº. 8.666/1993 e demais alterações.

ABERTURA DAS PROPOSTAS – Às 13:30h do dia 11/12/2015, na Câmara Municipal de Porto Belo, sito Rua Capitão Gualberto Leal Nunes, nº 330, centro de Porto Belo (SC)

MAIS INFORMAÇÕES – Pessoalmente no endereço acima citado ou pelo fone (47) 3369-4510.

Porto Belo (SC), 30 de novembro de 2015.

Laureci Maurino Cabral

Presidente da Comissão de Licitação

Jonas Amadeu Raulino

Presidente do Poder Legislativo

.

CARTA CONVITE Nº 02/2015

CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO, através da Comissão Permanente de Licitação, nos termos da Lei Federal nº. 8.666, de 21/06/93, e demais alterações posteriores torna público para conhecimento dos interessados, que até às 13:30 horas do dia 11 de dezembro de 2015, no Departamento de Contabilidade, estará recebendo os envelopes contendo os documentos de "habilitação" e "Proposta" para fornecimento do objeto do Edital, mediante Licitação do tipo MENOR PREÇO GLOBAL.



A abertura dos envelopes se iniciará às 13:30 horas do dia 11 de dezembro de 2015, na sede do Poder Legislativo

Se nos dias supracitados não houver expediente, a abertura dos envelopes referentes a esta licitação, serão realizadas no primeiro dia útil que se seguir, nos mesmos horários e prazos.

## 1 - OBJETO E LOCAL DE ENTREGA

1.1 - O presente procedimento licitatório visa receber propostas para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PINTURA INTERNA E EXTERNA DO PREDIO DO PODER LEGISLATIVO.

1.2 - Os serviços estarão inclusos os materiais e mão de obra, de acordo com as especificações existentes, anexos deste edital.

1.3 - A pintura das paredes internas e externas e os tetos de laje serão pintados com uma demão de selador acrílico e duas demãos de tinta acrílica.

1.4 - As paredes internas e os tetos onde não existir forro deverão serem pintados na cor branca e a pintura externa deveser executada na cor verde ou azul claro.

1.5 - As portas em madeira e o roda pé serão pintados com uma demão de fundo branco fosco e duas demãos de esmalte sintético;

1.6- A empresa vencedora deverá emitir ART dos serviços prestados.

## 2 - PRAZO E CONDIÇÕES PARA A ASSINATURA DO CONTRATO

2.1 - A Câmara de Vereadores do Município de Porto Belo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da adjudicação da vencedora, salvo eventuais situações adversas, fará sua convocação para assinar o Contrato ou retirar o termo equivalente.

2.2 - A Licitante vencedora deverá, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data da convocação, assinar o Contrato ou retirar o termo equivalente, nos termos e condições preconizadas pelo Art. 64 da Lei federal nº. 8.666/93, sob pena de perda do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

2.2.1 - No ato da contratação, o representante da Licitante vencedora deverá apresentar contrato social ou instrumento equivalente que comprove sua titularidade ou contrato social com documento de procuração, devidamente reconhecido em cartório, que habilite o seu representante a assinar o contrato em nome da empresa.

2.2.2 - A assinatura do contrato ou retirada da Ordem de fornecimento, estará condicionado ao compromisso de manutenção da regularidade da situação da habilitação exigida no edital.

## 3 – PRAZOS DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

3.1 – O envelope nº. 01 – “HABILITAÇÃO” e o envelope nº. 02 – “PROPOSTA”, deverão ser entregues lacrados, até o horário previsto no preâmbulo deste Edital, na Recepção da Câmara de Vereadores do Município de Porto Belo (SC) , contendo no anverso destes (respectivamente) os seguintes dizeres:

a) ENVELOPE Nº 1 – HABILITAÇÃO  
RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE  
ENDEREÇO COMPLETO  
CARTA CONVITE Nº 02/2015

b) ENVELOPE Nº 2 – PROPOSTA DE PREÇO  
RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE  
ENDEREÇO COMPLETO

## CARTA CONVITE Nº 02/2015

3.1.1 – Não será aceito, em qualquer hipótese, a participação de licitante retardatária, considerada aquela que apresentar os envelopes após o horário estabelecido para a entrega dos mesmos, comprovado por meio do protocolo da Comissão Permanente de Licitação.

3.1.2 - Caso a Comissão de Licitação não possa protocolar os envelopes no horário estabelecido e a licitante chegar até o horário previsto, este receberá uma senha, por ordem de chegada, até o horário para a entrega dos envelopes.

## 4 – DA HABILITAÇÃO

4.1 – O representante da licitante deverá comprovar, na Sessão Pública, a existência dos necessários poderes para a formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

4.2 – Cada credenciado poderá representar apenas uma licitante.

4.3 – Serão desconsiderados os documentos de habilitação inseridos no envelope PROPOSTA e/ou HABILITAÇÃO.

## 5 – CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

5.1 – Os documentos abaixo relacionados para habilitação, deverão ser apresentados no “Envelope nº. 1 – HABILITAÇÃO”, em 01 (uma) via autenticada ou cópia com apresentação do original (dentro ou fora do envelope), conforme seguem:

5.1.1 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e a última alteração em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; e no caso de sociedade por ações, acompanhada de documento de eleição de seus administradores com respectivo mandato;

5.1.2 – Registro comercial, no caso de empresa individual

5.2 - A Regularidade Fiscal e Trabalhista será comprovada, mediante apresentação dos seguintes documentos:

- CRF - Certificado de Regularidade do FGTS, dentro de seu período de validade (Lei Federal nº 9.012, de 31.03.95, publicada no DOU de 31.03.95) e/ou conforme regulamentação do próprio órgão emissor. A CRF somente será válida, mediante a apresentação do original, ou por processo de impressão, obtido via Internet, sendo que não poderá ser cópia da impressão obtida via on-line;
- Certidão Negativa de Débitos relativo a Receita Federal;
- Certidão Negativa da Fazenda Estadual da sede da proponente;
- Certidão Negativa da Fazenda Municipal da sede da proponente
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhista.

5.3 – A aptidão técnica será comprovada através de Certidão da Pessoa Jurídica junto ao CREA, com indicação do Responsável Técnico.

5.4 - Declaração Art. 7, inciso XXXIII da CF, podendo ser utilizado o modelo em anexo, declarando que a licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988 (Cumprimento das Obrigações Relativas ao Trabalho do Menor), conforme prescreve o inciso V do art. 27 da Lei n. 8666/1993, acrescido pela Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999.

5.5- Certidão Negativa de Falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 60 (sessenta) dias da data designada para a apresentação do documento.

5.6 - Para efeitos da LC 123/06, as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar, além dos documentos mencionados no neste item, declaração e também a certidão em que conste a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte expedida pelo órgão de registro competente, referente ao último exercício financeiro.

5.7 - A inexistência de qualquer fato impeditivo para a sua habilitação e que não foi declarada inidônea para licitar com a Administração Pública, será comprovada, mediante a apresentação de "DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE".

5.8 - Todos os documentos exigidos, deverão estar com prazo de validade em vigor na data prevista para a abertura dos envelopes "HABILITAÇÃO". As Certidões ou Atestados sem a indicação do prazo de validade e que não é constado desta exigibilidade neste Edital, serão considerados para esta Licitação, válidos por 12 (doze) meses, contados da sua emissão.

5.9 - Os documentos necessários à habilitação deverão ser acondicionados em envelopes lacrados de modo a preservar a sua inviolabilidade.

5.10 - Os documentos exigidos nesta Carta Convite poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório competente, por servidor público habilitado ou ainda mediante publicação em órgão da imprensa oficial, não sendo aceitas cópias ilegíveis, documentos cujas datas estejam rasuradas, sendo que ao (á) Presidente da Comissão reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento ou efetuar consultas via internet, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.

5.11 - A ausência de alguma informação em documento exigido poderá ser suprida pelo (a) próprio (a) Presidente da Comissão, se os dados existirem em outro documento.

5.12 - Não será habilitada a empresa que:

5.12.1 - faltar com a entrega de algum documento exigido neste edital.

5.12.2 - Por qualquer razão, esteja declarada inidônea ou punida com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo órgão que o praticou.

5.12.3 - Não apresente condições jurídicas e fiscais, econômico financeiras ou técnicas, exigidas na presente licitação.

5.12.4 - Eventualmente, tenha faltado de forma relevante, com alguma condição legal ou editalícia, devidamente fundamentado.

5.13 - As Certidões Negativas de débitos fiscais poderão ser fornecidas mediante documentação obtida via sistema eletrônico (on-line), porém somente serão aceitas se apresentadas sob a forma original impressa (sem ser cópia) e que esta forma de comprovação esteja prevista em regulamentação própria, do órgão declarante.

5.13.1 - Aceitação das Certidões Negativas via sistema eletrônico, fica condicionada à verificação da autenticidade pela Internet ou junto ao órgão emissor, pelo Município.

5.14 - Exceto as certidões obtidas via internet, os demais documentos, somente, poderão ser apresentados no original ou em Processo de cópias autenticadas por cartório competente ou servidor público habilitado.

5.15 - Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados

para habilitação deverão estar em nome da licitante com número do CNPJ-MF e endereço respectivo, observando que:

- a) se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- b) se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial; e
- c) se a licitante for a matriz e a fornecedora for a filial, os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz e da filial, simultaneamente;

c.1) serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

## 6 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA

6.1 - O pagamento será efetuado quinzenal conforme execução dos serviços.

## 7 – CONTEÚDO E CONDIÇÕES DA PROPOSTA

7.1 - A proposta deverá ser apresentada no "Envelope nº. 2 – PROPOSTA", e deverá, ser apresentada de forma clara e concisa em uma única via, em papel próprio, com timbre ou carimbo da Empresa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, mencionando obrigatoriamente:

- a) O preço total, em moeda corrente nacional, dos objetos desta licitação, onde deverão estar incluídos todos os custos com material, mão de obra, inclusive o BDI, (impostos, taxas, contribuições sociais, etc.);
- b) Planilha de quantitativos e custos unitários para cada item e preencher o cronograma físico financeiro;
- c) A proposta deverá vir rubricada em todas as páginas e assinada na última pelo representante legal da empresa.
- d) Conter prazo de validade da proposta que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias a contar da data de abertura da mesma.
- e) Constar ainda à conta bancária e agência para recebimento do pagamento;
- f) Data de elaboração da proposta.
- g) Prazo de execução 45 (quarenta e cinco) dias.

7.2 - Sob as penas legais, não caberá desistência da proposta, salvo por motivos extremamente impeditivos e imprevisíveis que correrem até à ocasião da apresentação da proposta, decorrente de fato superveniente ou excepcional, devidamente justificado no prazo de 24 (vinte e quatro horas), contados da ocorrência do imprevisto, e aceito pela Administração, a exemplo de: grave perturbação da ordem, catástrofes, etc...

7.3 - Não será aceito proposta com valor excessivo ou extremamente baixo, incompatível com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, salvo por razões que os justifiquem, através de justificativa fundamentada pela ofertante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, da solicitação do (a) Comissão Permanente de Licitação ou da autoridade superior.

7.4 - Considera-se preço excessivo, para os fins de avaliação da aceitabilidade do preço proposto, aquele que estiver acima do valor estimado pela administração ou do preço praticado no mercado.

7.5 - Caso o proponente encaminhe um representante para acompanhar o procedimento licitatório, deverá portar carta de credenciamento, autorizando inclusive a assinar renúncia de recurso, a qual deverá ser entregue à comissão de Licitação na data de abertura do envelope n.º 01.

7.6 - O preço deverá ser fixo e irrevogável.

**8 – RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, ABERTURA E JULGAMENTO.**

8.1 – Até o dia, hora e local designados no preâmbulo deste Edital, serão recebidos os envelopes, “Proposta e Habilitação”, devidamente lacrados, que serão protocolados pela Comissão Permanente de Licitação.

8.2 – No dia, hora e local designados no Preâmbulo deste Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o Presidente da Comissão de Licitação declarará aberta a Sessão e anunciará as empresas que apresentaram envelopes.

8.3 – Em seguida o Presidente passará a habilitação das licitantes, nos termos do edital e após, encaminhará os envelopes distintos, às licitantes credenciadas para conferência dos lacres e protocolos.

8.4 – Serão abertos, primeiramente, os envelopes contendo as habilitações, ocasião em que será procedida à verificação da sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste instrumento, desclassificando-se as incompatíveis.

8.5 – A desclassificação da habilitação da licitante importa preclusão do seu direito de participar da fase de abertura dos envelopes contendo as propostas de preços.

8.6 - Havendo renúncia expressa de todas as licitantes, relativa à interposição de recursos referentes ao resultado do julgamento da documentação de habilitação, a abertura dos envelopes das propostas comerciais dar-se-á imediatamente após o julgamento dos Envelopes 01, caso contrário, a abertura dos envelopes relativos às propostas comerciais será oportunamente remarca, depois de transcorrido o prazo para interposição de recursos na fase de habilitação, especificado no artigo 109 da Lei 8.666/93.

8.7 - Caso haja interposição de recurso (s) será designada nova data e horário para a abertura dos Envelopes nº. 02, isto é, após o julgamento do (s) recurso (s) interposto (s), tudo, em obediência ao disposto na última parte do inciso III do art. 43 da Lei 8.666/93 e aos prazos previstos no artigo art. 109 da Lei 8.666/93.

8.8 - No caso de haver inabilitação de qualquer licitante, importará na preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes, devolvendo-se o Envelope nº. 02 devidamente lacrado, desde que não tenha havido recurso ou após sua denegação;

8.9 - A renúncia do direito de interpor recursos deverá ser formalizada em declaração escrita (conforme modelo I), conjunta ou individual, de todas as licitantes, que passará a integrar a documentação do processo licitatório, sem prejuízo de sua consignação em ata;

8.10 - No caso de empate entre duas ou mais propostas, e depois de obedecido ao disposto no parágrafo 2º do art. 3º da Lei 8.666/93, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para o qual todas as licitantes, através de seus representantes presentes, serão convocadas, sendo vedado qualquer outro processo, conforme § 2º do art. 45 da Lei 8.666/93;

8.11- Das reuniões para análise dos Envelopes n.º 01 e 02 lavrar-se-ão atas circunstanciadas, nas quais se farão constar eventuais reclamações, impugnações ou protestos interpostos por qualquer das licitantes, relativamente à outra (s) licitante (s) ou ao processamento da licitação, que poderão ser decididas (os) pela Comissão, sendo que a ata será assinada pela Comissão, pelas licitantes através de seus representantes e por quem mais interessar;

8.12- Os representantes das licitantes poderão examinar e analisar

a documentação da habilitação e proposta comercial das demais licitantes;

8.13 - O critério de seleção da proposta mais vantajosa para a administração e que determinará a licitante vencedora será o de MENOR PREÇO GLOBAL desde que este não seja excessivo ou manifestamente inexequível e atenda as especificações exigidas na legislação aplicável e especialmente neste procedimento.

8.14 - É facultada à Comissão Permanente de Licitação, em qualquer fase desta licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada à inclusão posterior de documentação ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

8.15 - Todos os documentos relativos à habilitação e as propostas comerciais serão rubricados pelas licitantes presentes e pela Comissão Permanente de Licitação;

8.16 - A Comissão, no ato do julgamento das Propostas Comerciais, elaborará um quadro comparativo destas para fins de divulgação do resultado obtido.

8.17 Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista nesse procedimento, conforme disposto no § 2º do art. 44 da Lei 8.666/93.

8.18 – Em hipótese alguma poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, ressalvados apenas aquelas destinadas a sanar evidentes erros formais, a exemplo dos seguintes casos:

a) serão corrigidos, automaticamente, pelo Presidente, quaisquer erros de soma e/ou multiplicação, nas formas abaixo:

1) Erro na multiplicação de preços unitários, pelas quantidades correspondentes - será retificado mantendo-se o preço unitário e a quantidade, corrigindo-se o produto;

2) Erro na adição - será retificado conservando-se as parcelas corretas, trocando-se o total proposto pelo total calculado;

3) No caso de discordância entre o preço unitário e o total de cada item - prevalecerá o primeiro; e

4) Ocorrendo discordância entre o valor em algarismo e por extenso, prevalecerá este último.

b) a falta de data e/ou rubrica da proposta poderá ser suprida pelo representante legal presente à Sessão;

c) a falta do CNPJ e/ou endereço completo poderá, também, ser preenchida pelos dados constantes dos documentos apresentados no envelope nº 1 – Habilitação;

8.19 – Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação do vencedor.

8.20 – Da Sessão Pública será lavrada ata circunstanciada, devendo ser assinada pelos membros da Comissão de Licitação e por todas as licitantes presentes.

**9 – FORMA DE JULGAMENTO/ADJUDICAÇÃO**

9.1 – Para os efeitos de julgamento desta Licitação, levar-se-á em consideração, a proposta que apresentar o “MENOR PREÇO POR GLOBAL, considerando-se apenas os numerais inteiros, seguidos de centavos com até dois (2) dígitos.

9.2 – O objeto desta Carta Convite será adjudicado à licitante, cuja proposta for considerada vencedora.

9.3 – Após declarada a firma vencedora desta licitação, não havendo manifestação das demais licitantes quanto à intenção de interposição de recurso, a Comissão de Licitação adjudicará o objeto licitado e, posteriormente, submeterá à homologação do processo, pelo Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Porto Belo



(SC).

9.4 – No caso de interposição de recursos, após proferida a decisão quanto ao mesmo, será o resultado da licitação adjudicado pela Comissão, para após ser submetido ao Presidente da Câmara para a homologação.

#### 10 – IMPUGNAÇÃO/RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1 - Qualquer licitante, desde que haja irregularidade ou vício no edital, contrariando a fiel e estreita observância da Lei federal nº. 8.666/93, poderá impugnar o Edital, em até 24 horas, antes da data fixada para o recebimento das propostas.

10.2 - A falta de manifestação imediata e suas razões, importará a preclusão do direito de recurso e adjudicação do objeto, ao proponente vencedor, salvo se a decisão não seja proferida na própria sessão, quando o prazo de recurso passará a contar a partir da publicação do resultado do certame, no Diário Oficial do Município.

10.3 - Os recursos deverão ser protocolados na Secretaria da Câmara de Vereadores de Porto Belo, fazendo, obrigatoriamente, constar fora do envelope (devidamente lacrado), o “número da licitação”, seu conteúdo (“Interposição de Recurso”) e seu encaminhamento a/c do Presidente da Comissão de Licitação, sob pena da não apreciação e tornar o procedimento nulo.

10.4 - Não serão conhecidas às impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado ou não identificado e comprovado no processo, sua condição de representante da licitante, nem mesmo enviados pelo correio, telex, fac-símile, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação, se, dentro do prazo previsto em lei, o respectivo original não tiver sido protocolizado, na forma do item anterior.

10.5 - Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada as razões (síntese) da intenção de interpor o recurso pelo proponente.

10.6 - Os recursos contra decisões da Comissão de Licitação, não terão efeito suspensivo.

10.7 - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.8 – Da aplicação das penalidades previstas neste Edital e no futuro contrato, caberá recurso, no prazo e condições previstas.

#### 11 - DOTAÇÃO/PROGRAMA DE TRABALHO/ATIVIDADE/RECURSOS

11.1 – Os recursos para execução do contrato estão assegurados no orçamento constante do QUADRO DE DOTAÇÕES E RECURSOS a seguir:

01.01.2.001.3.3.90.39.16.00.00.00.00 – MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMOVEIS

11.2 - O valor estimado para a contratação é de R\$ 50.731,65 (Cinquenta mil e setecentos e trinta e reais e sessenta e cinco centavos)

#### 12 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 – Ficará impedida de licitar e contratar com a Câmara de Vereadores do Município de Porto Belo, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a Licitante e/ou Contratada que:

- a – deixar de assinar o Contrato ou retirar o termo equivalente, no prazo estabelecido neste edital.
- b – ensejar o retardamento da execução do objeto desta Carta Convite;
- c – deixar de manter a proposta, injustificadamente;
- d – comportar-se de modo inidôneo;
- e – fazer declaração falsa;
- f – cometer fraude fiscal;
- g – falhar ou fraudar na execução do contrato.

12.2 – Pelos motivos que seguem, principalmente, as licitantes vencedoras estarão sujeitas às penalidades tratadas na condição anterior: a – pelo fornecimento do objeto, desconforme com o especificado e aceito;  
b – pela não substituição e reparação, no prazo estipulado, do objeto/serviço recusado;  
c – pelo descumprimento dos prazos e condições previstos nesta Carta Convite e no futuro contrato.

12.3 – Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração deste Município, as licitantes ou contratadas ficarão isentas das penalidades mencionadas.

12.4 – As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Câmara de Vereadores do Município de Porto Belo- SC e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública e suas entidades controladas, poderão ser aplicadas às licitantes ou contratadas, juntamente com as de multa prevista no edital e/ou no contrato.

12.5 - Se a licitante convocada recusar-se a assinar o contrato ou deixar de comparecer no prazo estabelecido para o mesmo fim, sem justificativa por escrito e aceita pela Administração, será convocada outra licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente.

12.6 – Quaisquer dos descumprimentos previstos neste edital, imediatamente acima, implicará em multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da futura contratação, a ser cobrada diretamente ou na forma da lei, sem prejuízo nas penalidades aludidas no subitem 12.1, deste Edital e na minuta contratual (anexo V).

12.7 - Se os licitantes convocadas para assinar o contrato, não apresentarem situação regular, no ato da assinatura do contrato, igualmente, será aplicada a regra prevista no subitem 12.6 deste Edital.

#### 13 – DEMAIS DISPOSIÇÕES

13.1 - Jamais será motivo para inabilitação ou desclassificação de Licitante, a falta de alguma condição do edital de pequena consequência ou de forma inexpressiva e que não prejudique a boa interpretação, aos direitos iguais e aos princípios básicos legais, previstos no Decreto Municipal 244/2007 de 01/10/2007. O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

13.2 - A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o Contrato, no prazo previsto neste edital, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades previstas no Art. 81 da Lei que rege o presente processo licitatório, exceto aquela convocada nos termos do art. 64, § 2º da mesma lei, que não aceitarem a contratação, nas mesmas condições propostas pela adjudicatária, inclusive quanto ao prazo e preço.

13.3 - O prazo da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por

igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela futura Contratante.

13.4 - O conteúdo do presente Edital, bem como os elementos nele referidos, especificações, Documentos de Habilitação, Documentos Financeiros, Proposta Comercial, Planilha da proposta efetiva (reduzida), Relação dos Itens do Objeto do Edital, etc., farão parte integrante do futuro Contrato ou Autorização de Fornecimento, independente de transcrição.

13.5 - A participação nesta licitação implica, por parte das licitantes, na aceitação, em caráter irrevogável, de todos os termos do edital.

13.6 - Os casos não previstos neste Edital, serão decididos pela Comissão Permanente de Licitação.

13.7 - Ultrapassada a fase da habilitação, a licitante somente poderá ser desqualificada por motivos relacionados com a habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação técnica e/ou qualificação econômico-financeira ou em razão de fatos supervenientes e só conhecidos após o julgamento.

13.8 - Quando da assinatura do contrato ou da retirada da Autorização de Fornecimento do objeto, bem como do pagamento de qualquer remuneração do contrato, o futuro contratante poderá solicitar nova prova de regularidade fiscal, especialmente as perante o fisco municipal, INSS e FGTS, sob pena de não recebimento da remuneração, perda da contratação ou até mesmos de rescisão contratual.

13.9 - As decisões referentes a este processo licitatório, poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Município.

13.10 - Não serão motivos para argüir invalidade ou ilegalidade editalícia, pequenas falhas ou especificações que não prejudiquem a boa interpretação e aos princípios legais da escolha da melhor proposta, a exemplo da eventual descrição no objeto, de marcas ou especificações que levem à pressupor tendências, pois, para todos os efeitos, serão considerados referenciais básicos, podendo, entretanto, serem ofertados qualquer item do objeto do edital, de outros fabricantes, porém, com especificações técnicas e parâmetros de rendimento, desempenho e de qualidade, de níveis iguais ou superiores.

13.11 - O objeto da futura contratação, poderá sofrer acréscimos ou supressões, em conformidade com o art. 65 da Lei n. 8.666/1993.

13.12 - A presente licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado ou anulada no todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

13.13 - É recomendada às licitantes que estejam no local indicado no preâmbulo deste edital, para a entrega dos envelopes e Sessão Pública da Carta Convite, com antecedência de 15 (quinze) minutos do horário previsto.

13.14 - À Administração reserva-se o direito de filmar e/ou gravar as sessões e utilizar este meio como prova.

13.15 - A proponente é inteiramente responsável pela fidelidade, integralidade e legitimidade das informações prestadas, bem assim com relação aos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. Em assim sendo, a falsidade de qualquer documento

apresentado ou a inverdade das informações nele contidas ou até mesmo quanto à ausência de quaisquer dos documentos exigidos, implicará a imediata desclassificação da proponente que o tiver apresentado, ou, após a contratação, podendo acarretar a rescisão contratual, tudo, sem prejuízo nas demais sanções cabíveis, principalmente, quando no intuito de fraude ou tumulto processual motivado, o que faz caracterizar o dolo.

13.16 - Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais, deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Presidente da Comissão, sob pena de desclassificação/inabilitação.

13.17 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

13.18 - Demais documentos e maiores informações, poderão ser obtidos junto a Câmara de Vereadores de Porto Belo, junto a Comissão de Licitação, no endereço e telefone mencionados neste edital.

13.19 - As normas que disciplinam esta Carta Convite serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não frustrem o interesse Administrativo, a finalidade e a segurança da contratação.

13.20 - Quando do julgamento da habilitação ou das propostas dos concorrentes, houver ausência de alguma informação em documento exigido, poderá ser suprida a falta, se os dados existirem em outro documento, adotando-se o princípio da razoabilidade.

13.21 - As decisões referentes a este processo licitatório, poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Município.

#### 14 - DA MEDIÇÃO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

14.1 - O Departamento de Contabilidade ficará responsável por acompanhar e fiscalizar a execução do contrato efetuará as medições da obra e analisará o avanço físico real dos serviços e verificará o exato cumprimento das obrigações do contrato no período de medição quanto à qualidade e prazo previsto para a execução. Medida e atestada a execução dos serviços a contratada entregará a correspondente nota fiscal ao setor de compras para o pagamento.

14.2 - O pagamento será efetuado de acordo com o boletim final de medição, ocorrendo o prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento da nota fiscal, discriminados os materiais utilizados nas etapas, acompanhada da planilha de medição, aprovada pelo servidor responsável pela fiscalização da obra.

#### 15 - RECEBIMENTO/OBRIGAÇÕES/PENALIDADES/RESCISÃO

15.1 - Todas as condições de recebimento do objeto, obrigações, penalidades e rescisão contratuais, constam da Minuta contratual, anexada neste Edital.

#### 16 - DO FORO

16.1 - Para dirimir as questões oriundas deste Edital e da futura Autorização de Compras, será competente o Foro da Comarca de Porto Belo - SC, com renúncia aos demais.

Porto Belo (SC), 30 de novembro de 2015.  
Jonas Amadeu Raulino  
Presidente da Câmara de Vereadores

Laureci Maurino Cabral  
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

#### MODELO I - TERMO DE RENÚNCIA RECURSAL

(nome/razão social), CNPJ, com sede à Rua... , n.º... Bairro... CEP..., no município de..., neste ato, representada por seu representante, o Sr.(a) ..., CPF ..., RG ..., vem mui respeitosamente à presença desta Comissão Permanente de Licitação Câmara de Vereadores do Município de Porto Belo (SC), RENUNCIAR AO DIREITO DE INTERPOR RECURSO em face do julgamento proferido por esta Comissão, no que se refere à HABILITAÇÃO, com relação ao Procedimento Licitatório na modalidade Carta Convite nº. 02/2015, objetivando a execução de PINTURA INTERNA E EXTERNA DO PREDIO DO PODER LEGISLATIVO Por ser verdade, firmo o presente.

Local, data. (representante da empresa)

#### MODELO II - Empregador Pessoa Jurídica

(nome/razão social), inscrito no CNPJ nº. \_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr. (a) \_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº. \_\_\_ e do CPF nº. \_\_\_, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos. Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

(data) (representante legal)

#### MODELO III - DECLARAÇÃO P/ MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

(nome/razão social), inscrita no CNPJ nº. \_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) \_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº. \_\_\_ e do CPF nº. \_\_\_, DECLARA, para fins do disposto no subitem 5.2 do Edital, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, ser microempresa ou empresa de pequeno porte nos termos da legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no § 4 do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123/06.

(Local/Data) (Representante legal)

#### MODELO IV - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS À HABILITAÇÃO (MODELO) PROCEDIMENTO LICITATÓRIO 02/2015 – CARTA CONVITE

(Nome da Empresa), CNPJ nº, sediada em..., DECLARA, sob as penas da lei, que até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data

Nome completo e assinatura do declarante / CPF e RG

#### ANEXO V - MINUTA DO CONTRATO – CARTA CONVITE Nº 02/2015

Pelo presente Termo de Contrato, que fazem a CAMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO, pessoa jurídica de direito publico, inscrito no CNPJ/MF sob nº 04.984.856/0001-08, com sede na Rua Capitão Gualberto Leal Nunes, 330, Centro, CEP: 88210-000, Município de Porto Belo (SC), através de seu representante legal, o Vereador Presidente, JONAS AMADEU RAULINO, brasileiro, pedreiro, inscrito no CPF/MF sob nº 773.964.649-00, residente e domiciliado na Rua Capitão Gualberto Leal Nunes, 442, Centro, Município de Porto Belo (SC), doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado a empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. \_\_\_\_\_, com sede na Rua \_\_\_\_\_, doravante denominada CONTRATADA,

e vencedora do Edital de Licitação Modalidade CARTA CONVITE nº 02/2015, têm justo e contratado o presente instrumento que reger-se-á pelas cláusulas e condições que dispõe o Edital de Licitação Modalidade CARTA CONVITE nº. 02/2015, assim como pelos demais dispositivos legais sob a regência das Leis Federais nºs. 8.666 de 21/06/93, 10.520/02 e demais alterações posteriores, regulado pelo Decreto Municipal 244/2007 de 01/10/2007, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

Constitui objeto do presente Contrato, o fornecimento, por parte da Contratada, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PINTURA INTERNA E EXTERNA DO PREDIO DO PODER LEGISLATIVO. NA FORMA DE EXECUÇÃO INDIRETA PELO REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PLANILHA ORÇAMENTÁRIA QUE FAZ PARTE INTEGRANTE DESTES CONTRATO.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO:

O valor global do presente contrato será de R\$.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO:

O presente instrumento terá duração de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir da data de assinatura do contrato.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes da execução do presente contrato, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

01.01.2.001.3.3.90.39.16.00.00.00.00 – MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMOVEIS

#### CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO:

O CONTRATANTE, através do Departamento de Contabilidade, fará o pagamento de forma quinzenal, conforme a execução dos serviços, devendo apresentar a respectiva nota fiscal, acompanhada do laudo de execução de serviços.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

A CONTRATANTE se obriga:

- Fornecer a CONTRATADA toda a documentação necessária para a execução da reforma.

- Efetuar os pagamentos devidos a CONTRATADA nas datas e formas estabelecidas neste contrato.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

São obrigações da CONTRATADA:

- prestar os serviços contratados através de sua equipe de profissionais, dentro das especificações técnicas estabelecidas na planilha orçamentária;

- desempenhar as atividades necessárias para a realização dos serviços junto à CONTRATANTE;

- fornecer à CONTRATANTE, sempre que solicitado, posições pertinentes ao objeto do presente instrumento;

#### CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO:

– O presente contrato poderá ser rescindido:

a) de forma amigável;

b) a qualquer tempo pelas partes no caso de inadimplência contratual, mediante notificação prévia de 30 (trinta) dias e em conformidade com os arts. 77 a 80 da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA NONA – DO FORO:**

As partes em comum acordo elegem o Foro da Comarca de Porto Belo, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja para serem resolvidas quaisquer questões ou atos oriundos do presente instrumento.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento contratual em duas vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Porto Belo (SC),

**CÂMARA DE VEREADORES DE PORTO BELO**

CNPJ/MF sob o nº. 04.984.856/0001-08

**CONTRATANTE**

**CONTRATADO**

**TESTEMUNHAS**

1)

2)

# Porto União

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 005/2015 - SAÚDE

Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de novembro do ano de 2015, autorizado junto ao Processo Licitatório nº 082/2015 – Saúde, Pregão Presencial 049/2015, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR, Município de Porto União, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Anízio de Souza E O DETENTOR DA ATA: Josemar de Oliveira Ecks – MEI.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Josemar de Oliveira Ecks – MEI, inscrito no CNPJ/MF nº 17.989.041/0001-55, Sítio a Rua Francisco Feijó, Nº 485, Bairro São Pedro, CEP 89.400-000, Telefone (42) 9932-2012, Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, representado pelo senhor Josemar de Oliveira Ecks, inscrito no CPF sob o número 712.852.619-68.

Registro de Preços para contratação de empresa para prestação de serviços de lavagem de veículos da Secretaria Municipal de Saúde, conforme segue:

#### 1.1. Descrição do Item:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE 12 MESES	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	Lavagem de veículos leves	780	38,00	29.640,00
02	Lavagem de veículos médios (ambulâncias)	90	64,00	5.760,00
03	Lavagem de veículos pesados (micro ônibus)	30	130,00	3.900,00
04	Lavagem de veículos motos	80	25,00	2.000,00
05	Lavagem de aparência (todos os veículos)	100	20,00	2.000,00
VALOR TOTAL R\$ 43.300,00 (quarenta e três mil e trezentos reais)				

2. Integram e completam a presente Ata de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Pregão Presencial 049/2015, juntamente com seus anexos e a proposta

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura.

2.2. O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de requisição, na forma descrita no Edital de Pregão Presencial 049/2015.

2.3. O prazo para realização dos serviços é o estabelecido no item 9.1 do Edital de Pregão Presencial, ou seja, sua totalidade em até 12 (doze) meses, conforme a necessidade e requisição da Secretaria Municipal de Saúde, nas quantidades por ela determinada.

2.4. Os valores devidos pela Secretaria Municipal de Saúde serão pagos no mês subsequente a execução do serviço, conforme Nota Fiscal/Fatura na forma eletrônica, conforme determina a obrigatoriedade prevista em 30.12.2011, onde devesse estar mencionada o número Processo licitatório e a Ata que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.

2.6. As despesas decorrentes da realização dos serviços relativos ao presente Edital correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da conclusão do serviço.

2.7. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.8. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.9. O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.10. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão presencial 049/2015.

2.11. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital de Pregão Presencial 049/2015, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar os presentes disposições.

2.12. As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.13. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Anízio de Souza, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Senhor Josemar de Oliveira Ecks, qualificado preambularmente representando a detentora e testemunhas.

Anízio de Souza Josemar de Oliveira Ecks – MEI  
Prefeito Municipal Empresa Detentora da Ata  
Testemunhas:



**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 019/2015**

Aos 19 (dezenove) dias do mês de novembro do ano de 2015, autorizado junto ao Processo Licitatório 0140/2015, Pregão Presencial 082/2015, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR, Município de Porto União neste ato representado pelo Sr. Anízio de Souza, Prefeito Municipal e o DETENTOR DA ATA, Úrsula Waldruff – ME.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Úrsula Waldruff – ME, inscrito no CNPJ/MF nº 05.004.931/0001-81, sito a Rua Dr. Carlos Cavalcanti, N.º 231, Centro, Município de União da Vitória, Estado do Paraná, CEP 84.600-000, Telefone (42) 3522-3829, representado neste ato pela Sra. Úrsula Waldruff, inscrita no CPF sobre o número 602.637.769-72.

Registro de Preços para aquisição de materiais e ferramentas para manutenção das Secretarias Municipais de Porto União, conforme segue:

**0.1 Descrição dos Itens:**

Lote	Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
2	7	lona preta 100 micras - m²	6000	R\$ 0,78	R\$4.700,00
3	8	tela soldada 2 mt x 3 mt ferro 4.2	100	R\$ 50,50	R\$ 5.050,00
4	9	Pulverizador Costal 20 Litros	5	R\$ 158,00	R\$ 790,00
5	10	Eletrodo 48 3,25mm - Kilo	100	R\$ 15,30	R\$ 1.530,00
6	11	Alicate Torques	6	R\$ 21,80	R\$ 130,81
6	12	Arco de Serra	12	R\$ 8,86	R\$ 106,31
6	13	Cabo para Enxada 125cm	15	R\$ 8,21	R\$ 123,18
6	14	Cabo para Pá 100cm	15	R\$ 7,02	R\$105,27
6	15	Carrinho-de-Mão de Lata	10	R\$ 98, 55	R\$ 985,46
6	16	Cavadeira Dupla	6	R\$ 24,89	R\$ 149,31
6	17	Colher de Pedreiro 10"	10	R\$ 7,95	R\$ 79,53
6	18	Marreta Oitavada 2 kilos com Cabo	10	R\$ 33,84	R\$ 338,44
6	19	Marreta Oitavada 3 kilos com Cabo	10	R\$ 43,80	R\$ 437,98
6	20	Martelo 27mm com Cabo de Madeira	10	R\$ 16,92	R\$ 169,22
6	21	Pé de Cabra	5	R\$ 22,50	R\$ 112,48
6	22	Pedra de Esmiril	15	R\$ 29,66	R\$ 444,95
6	23	Picareta com Cabo	6	R\$ 46,69	R\$ 280,11
6	24	Ponteira 1"	10	R\$ 8,36	R\$ 83,62
6	25	Serrinha de Cortar Ferro	100	R\$ 2,99	R\$ 298,62
6	26	Serrote para Madeira	10	R\$ 23,19	R\$ 231,93
6	27	Talhadeira 1"	10	R\$ 9,85	R\$ 98,55
6	28	Trena 5 Metros	12	R\$ 10,35	R\$ 124,23
7	29	Broca para Concreto 6mm	20	R\$ 4,44	R\$ 88,87
7	30	Broca para Concreto 8mm	20	R\$ 4,98	R\$ 99,66
7	31	Broca para Concreto 10mm	20	R\$ 5,98	R\$ 119,64
7	32	Broca para ferro 6mm	20	R\$ 5,78	R\$ 115,64
7	33	Broca para ferro 8mm	20	R\$ 11,37	R\$ 227,49
7	34	Broca para ferro 10mm	20	R\$ 19,66	R\$ 393,26
7	35	Broca para madeira 6mm	20	R\$ 5,08	R\$ 101,66
7	36	Broca para madeira 8mm	20	R\$ 11,47	R\$ 229,49
7	37	Broca para madeira 10mm	20	R\$ 19,66	R\$ 393,26
7	38	Broca Aço Rápido 15mm	4	R\$ 177,76	R\$711,03
8	39	Cadeado 20mm	20	R\$ 7,40	R\$ 147,94
8	40	Cadeado 25mm	20	R\$ 8,19	R\$ 163,83
8	41	Cadeado 30mm	20	R\$ 9,71	R\$ 194,22
8	42	Cadeado 40mm	20	R\$ 12,63	R\$ 252,60
8	43	Cadeado 50mm	20	R\$ 19,57	R\$ 391,41
9	44	Corrente Polida 11 mm - kg	100	R\$ 14,89	R\$ 1.488,73
9	45	Corrente Polida 12,5 mm - kg	100	R\$ 11,89	R\$ 1.188,99
9	46	Corrente Polida 4,00 mm - kg	100	R\$ 21,88	R\$ 2.188,14
9	47	Corrente Polida 4,5 mm - kg	100	R\$ 28,38	R\$ 2.837,59
9	48	Corrente Polida 5,00 mm - kg	100	R\$ 16,89	R\$ 1.688,57
9	49	Corrente Polida 6,50 mm - kg	100	R\$ 11,89	R\$ 1.188,99
9	50	Corrente Polida 9,50 mm - kg	100	R\$ 11,89	R\$ 1.188,99
12	66	Prego 12x12	20	R\$ 9,39	R\$ 187,87
12	67	Prego 13x15	20	R\$ 8,89	R\$ 177,88
12	68	Prego 16x24	20	R\$ 8,79	R\$ 175,88
12	69	Prego 17x27	200	R\$ 7,40	R\$ 1.479,04
12	70	Prego 18x30	200	R\$ 7,40	R\$ 1.479,04

12	71	Prego 18x30 com 2 Cabeças	40	R\$ 9,39	R\$ 375,76
12	72	Prego 19x39	20	R\$ 7,59	R\$ 151,90
12	73	Prego 22x42	20	R\$ 7,59	R\$ 151,90
12	74	Prego 22x48	100	R\$ 7,40	R\$ 739,52
12	75	Prego 22x54	20	R\$ 7,79	R\$ 155,90
12	76	Prego 24x72	200	R\$ 9,59	R\$ 1.918,74
12	77	Prego 25x75	200	R\$ 9,89	R\$ 1.978,70
12	78	Prego 26x60	20	R\$ 9,89	R\$ 197,87
13	79	Tubo de Encaixe para Descarga	50	R\$ 7,44	R\$ 371,98
13	80	Tubo Extensivo Sanfonado para Pia (Sifão)	50	R\$ 5,44	R\$ 272,12
13	81	Tubo Soldável PVC 20mm - barra 6 mt	100	R\$ 10,09	R\$ 1.008,58
13	82	Tubo Soldável PVC 25mm - barra 6 mt	100	R\$ 13,08	R\$ 1.308,15
13	83	Tubo Soldável PVC 32mm - barra 6 mt	100	R\$ 25,06	R\$ 2.506,46
13	84	Luva PVC 20mm	200	R\$ 0,41	R\$ 81,88
13	85	Joelho PVC 90° 20mm	200	R\$ 0,50	R\$ 99,86
13	86	Tee PVC 20mm	200	R\$ 0,83	R\$ 165,76
13	87	Luva PVC 25mm	200	R\$ 0,70	R\$ 139,80
13	88	Joelho PVC 90° 25mm	200	R\$ 0,64	R\$ 127,82
13	89	Tee PVC 25mm	200	R\$ 1,00	R\$ 199,72
13	90	Luva PVC 32mm	200	R\$ 2,20	R\$ 439,38
13	91	Joelho PVC 90° 32mm	200	R\$ 1,40	R\$ 279,60
13	92	Tee PVC 32mm	200	R\$ 2,29	R\$ 457,36
13	93	Torneira para Jardim	100	R\$ 3,00	R\$ 299,58
13	94	Torneira para Lavatório	50	R\$ 7,84	R\$ 391,95
14	95	Telha Cimento Amianto 50cmx244cmx4mm	500	R\$ 12,79	R\$ 6.395,21
14	96	Telha Cimento Amianto 110cmx244cmx6mm	300	R\$ 48,37	R\$14.510,79
14	97	Tijolo 6 Furos 9x14x24cm	20000	R\$ 0,53	R\$10.594,00
15	98	Argamassa AC II	150	R\$ 18,89	R\$ 2.833,28
15	99	Assento Sanitário de Plástico Simples	40	R\$ 14,94	R\$ 597,65
15	100	Caixa d' Água 500 Litros	25	R\$ 176,90	R\$ 4.422,41
15	101	Caixa de Descarga	40	R\$ 16,89	R\$ 675,60
15	102	Coluna para Lavatório de Louça	40	R\$ 43,47	R\$ 1.738,98
15	103	Forro de PVC 200x8mm - m2	2000	R\$ 12,84	R\$25.685,00
15	104	Lavatório Sanitário de Louça	40	R\$ 57,97	R\$ 2.318,64
15	105	Meia Cana Tipo U - mt	1000	R\$ 3,80	R\$ 3.797,80
15	106	Parafuso para WC	80	R\$ 1,40	R\$ 111,94
15	107	Piso Cerâmico PI 3 - Cores Diversas - m²	500	R\$ 13,84	R\$ 6.920,95
15	108	Prego Telheiro 18x30	100	R\$ 10,49	R\$ 1.049,39
15	109	Rejunte pacote 1 Kg	200	R\$ 3,20	R\$ 639,62
15	110	Caixa de Descarga Acoplada	30	R\$ 128,62	R\$ 3.858,74
16	111	Tomada para Alvenaria	100	R\$ 6,49	R\$ 648,82
16	112	Tomada para Madeira	100	R\$ 4,79	R\$ 479,13
16	113	Interruptor para Alvenaria	100	R\$ 4,73	R\$ 473,14
16	114	Interruptor para Madeira	100	R\$ 4,48	R\$ 448,19
16	115	Caixa de Luz 2"x4"	200	R\$ 0,75	R\$ 149,72
16	116	Chuveiro Simples	60	R\$ 32,84	R\$ 1.970,42
16	117	Lâmpadas 25 W 110 e 220	500	R\$ 12,87	R\$ 6.433,30
16	118	Fio Flexível 2,5 mm	1000	R\$ 1,10	R\$ 1.098,00
16	119	Fita Isolante	200	R\$ 2,00	R\$ 399,28
19	149	Enxada de Ferro com Cabo de Madeira	30	R\$ 24,88	R\$ 746,41
19	150	Enxada Sul Oval com Cabo de Madeira	30	R\$ 23,78	R\$ 713,44
19	151	Pá de Corte Redonda com Cabo	30	R\$ 23,97	R\$ 719,13
19	152	Pá de Corte Bico Reto com Cabo	30	R\$ 23,86	R\$ 715,84
19	153	Pá Ajuntadeira Quadrada com Cabo	30	R\$ 27,97	R\$ 839,04
19	154	Pá Ajuntadeira Oval com Cabo	30	R\$ 23,87	R\$ 716,14
Total R\$ 151.790,00 (cento e cinquenta e um mil setecentos e noventa reais)					

2. Integram e completam a presente ATA de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital do Processo Licitatório 140/2015, Pregão Presencial 082/2015, juntamente com seus anexos e a proposta 2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura.

2.2. O órgão Gerenciador efetuara seus pedidos ao fornecedor, através de Autorização de Fornecimento, na forma descrita no Edital de Pregão Presencial 082/2015.

2.3. As condições de entrega do material é o estabelecido no item 09 (nove) do Edital de Pregão Presencial 082/2015, e sua totalidade poderá ser retirada em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e Autorização da Prefeitura Municipal de Porto União,

nas quantidades por ela determinada.

2.4. Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) após o fornecimento, mediante a apresentação da Nota Fiscal na forma eletrônica, conforme a quantidade solicitada pela Secretaria Municipal responsável, na Nota Fiscal deverá constar o número do processo licitatório e da Ata de Registro de preços que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo a presente Ata de Registro de Preços correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7. Quando feita a solicitação, o material deverá ser entregue na Secretaria Municipal solicitante em até 24 (vinte e quatro) horas.

2.8. A troca eventual de documentos e cartas entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas. Ainda, tem-se que toda e qualquer informação a respeito do cumprimento ou não do contrato, bem como toda e qualquer situação atinente ao mesmo deverá ser feita por escrito com o respectivo protocolo sob pena de não ser aceito pela Municipalidade.

2.9. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.10. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.11. O Registro de Preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.12. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Presencial 082/2015.

2.13. – Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital do Processo Licitatório 140/2015, Pregão Presencial 082/2015, com os termos adotados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar os presentes disposições.

2.14. – As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.15. – Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Anízio de Souza, Prefeito Municipal de Porto União e pela Sra. Úrsula Waldraff, qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Anízio de Souza  
Prefeito Municipal

Úrsula Waldraff  
Empresa Detentora da Ata

Testemunhas:

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 020/2015

Aos 19 (dezenove) dias do mês de novembro do ano de 2015, autorizado junto ao Processo Licitatório 0140/2015, Pregão Presencial 082/2015, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal n.º 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR, Município de Porto União neste ato representado pelo Sr. Anízio de Souza, Prefeito Municipal e o DETENTOR DA ATA, FS Imianoski Domit - ME.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: FS Imianoski Domit - ME, inscrito no CNPJ/MF n.º 19.837.171/0001-06, sito a Rua Sete de Setembro, N.º 714, Centro, Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, CEP 89.400-000, Telefone (42) 3523-8576, representado neste ato pela Sra. Flávia Simone Imianoski Domit, inscrita no CPF sobre o número 600.461.049-68.

Registro de Preços para aquisição de materiais e ferramentas para manutenção das Secretarias Municipais de Porto União, conforme segue:

#### 0.1 Descrição dos Itens:

Lote	Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	1	Arame de Solda Mig 1.2mm - Rolo	10	R\$ 148,00	R\$ 1.480,00
1	2	Maçarico de Corte 3 Canos	1	R\$ 228,00	R\$ 228,00
1	3	Mangueira Oxigênio/Acetileno 5/16 - mt	100	R\$ 9,50	R\$ 950,00
1	4	Regulador Oxigênio	1	R\$ 155,00	R\$ 155,00
1	5	Regulador Acetileno	1	R\$ 155,00	R\$ 155,00
1	6	Regulador Ardônio/Mig	1	R\$ 155,00	R\$ 155,00
18	140	Bobina de Fio 3,00 mm para Roçadeira c/ 300 mts	30	R\$ 148,20	R\$ 4.446,03
18	141	Carburador para Roçadeira Sthill	40	R\$ 105,43	R\$ 4.217,28
18	142	Carretel para Fio de Roçadeira (Polimatic)	40	R\$ 28,84	R\$ 1.153,78
18	143	Corrente para Moto-Serra Mod. Sthill 08	20	R\$ 47,74	R\$ 954,86
18	144	Corrente para Moto-Serra Mod. Sthill 038	20	R\$ 44,76	R\$ 895,18
18	145	Faca 2 Pontas para Roçadeira Sthill	20	R\$ 21,88	R\$ 437,64
18	146	Perneira com Proteção para Joelho	40	R\$ 39,79	R\$ 1.591,43
18	147	Rebite Passador de Fio para Roçadeira	400	R\$ 1,49	R\$ 596,80



18	148	Vela de Ignição para Roçadeira Sthill	40	R\$ 13,92	R\$ 557,00
Total R\$ 17.973,00 (dezesete mil novecentos e setenta e três reais)					

2. Integram e completam a presente ATA de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital do Processo Licitatório 140/2015, Pregão Presencial 082/2015, juntamente com seus anexos e a proposta

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura.

2.2. O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de Autorização de Fornecimento, na forma descrita no Edital de Pregão Presencial 082/2015.

2.3. As condições de entrega do material é o estabelecido no item 09 (nove) do Edital de Pregão Presencial 082/2015, e sua totalidade poderá ser retirada em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e Autorização da Prefeitura Municipal de Porto União, nas quantidades por ela determinada.

2.4. Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) após o fornecimento, mediante a apresentação da Nota Fiscal na forma eletrônica, conforme a quantidade solicitada pela Secretaria Municipal responsável, na Nota Fiscal deverá constar o número do processo licitatório e da Ata de Registro de preços que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo a presente Ata de Registro de Preços correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7. Quando feita a solicitação, o material deverá ser entregue na Secretaria Municipal solicitante em até 24 (vinte e quatro) horas.

2.8. A troca eventual de documentos e cartas entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas. Ainda, tem-se que toda e qualquer informação a respeito do cumprimento ou não do contrato, bem como toda e qualquer situação atinente ao mesmo deverá ser feita por escrito com o respectivo protocolo sob pena de não ser aceito pela Municipalidade.

2.9. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.10. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.11. O Registro de Preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.12. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Presencial 082/2015.

2.13. – Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital do Processo Licitatório 140/2015, Pregão Presencial 082/2015, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar os presentes disposições.

2.14. – As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.15. – Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Anízio de Souza, Prefeito Municipal de Porto União e pela Sra. Flávia Simone Imianowski Domit, qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Anízio de Souza  
Prefeito Municipal

FS Imianowski Domit - ME  
Empresa Detentora da Ata

Testemunhas:

## DECRETO Nº 806/2015

DECRETO Nº 806, de 24 de novembro de 2015.

Dispõe sobre férias coletivas e estabelece outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

### DECRETA:

Art. 1º Ficam concedidas férias coletivas aos servidores públicos municipais dos órgãos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Porto União, do período de 21 de dezembro de 2015 até 20 de janeiro de 2016, com retorno às atividades normais em 21 de janeiro de 2016, com exceção dos serviços essenciais que, pelas suas naturezas, não poderão sofrer alterações.

Art. 2º Consideram-se neste período, serviços essenciais, os relacionados à saúde, à vigilância de bens públicos, à manutenção/limpeza da Rodoviária Municipal e o Departamento de Urbanismo.

Art. 3º As férias coletivas dos servidores públicos municipais que exercem suas funções junto ao Edifício Sede do Município serão de 21 de dezembro de 2015 até 08 de janeiro de 2016, com retorno às atividades normais em 11 de janeiro de 2016, salvo se as tarefas administrativas, que têm prazos legais específicos de execução, vencerem antes do prazo estipulado, ficando suspenso o atendimento ao público durante o período acima citado.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Finanças e Contabilidade, bem como o Setor de Tributação do Município, considerando suas especificidades, atenderão ao público até o dia 23 de dezembro de 2015, no período das 12 às 18 horas, e retornarão às suas atividades (expediente interno) no dia 04 de janeiro de 2016, com retorno às atividades normais, de atendimento ao público, em 11 de janeiro de 2016.

Art. 4º Recomenda-se aos Secretários Municipais e aos dirigentes de órgãos ou entidades da Administração Direta, Autárquica e Fundacional para que, durante todo o período estabelecido no caput do artigo 1º seja preservado o funcionamento dos serviços essenciais afetos às respectivas áreas de competência.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 24 de novembro de 2015.  
ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

### **DECRETO Nº 807/2015**

DECRETO Nº 807, de 24 de novembro de 2015.  
Dispõe sobre o "Calendário de Feriados e Dias Santificados do Exercício de 2016", no Município de Porto União.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 2.464, de 22 de outubro de 1999,

DECRETA:

Art. 1º O Calendário de Feriados e Dias Santificados do Município de Porto União para o exercício de 2016 é o seguinte:

JANEIRO – 2016

Dia 1º (Sexta-feira) Dia de Confraternização Universal - Feriado Nacional

FEVEREIRO – 2016

Dia 09 (Terça-feira) Carnaval - Ponto Facultativo

Dia 10 (Quarta-feira) Cinzas - Ponto Facultativo até 12:00 horas

MARÇO - 2016

Dia 25 (Sexta-feira) Paixão de Cristo - Feriado Religioso Municipal

ABRIL - 2016

Dia 21 (Quinta-feira) Tiradentes - Feriado Nacional

MAIO – 2016

Dia 1º (Domingo) Dia Mundial do Trabalho - Feriado Nacional

Dia 26 (Quinta-feira) Corpus Christi - Feriado Religioso Municipal

SETEMBRO – 2016

Dia 05 (Segunda-feira) Emancipação do Município - Feriado Municipal

Dia 07 (Quarta-feira) Independência do Brasil - Feriado Nacional

OUTUBRO – 2016

Dia 07 (Sexta-feira) Nossa Senhora das Vitórias - Ponto Facultativo Padroeira do Município

Dia 12 (Quarta-feira) Nossa Senhora Aparecida - Feriado Nacional

Dia 28 (Sexta-feira) Dia do Funcionário Público - Ponto Facultativo

NOVEMBRO – 2016

Dia 02 (Quarta-feira) Finados - Feriado Nacional

Dia 15 (Terça-feira) Proclamação da República - Feriado Nacional

DEZEMBRO – 2016

Dia 25 (Domingo) Natal - Feriado Nacional

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 24 de novembro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

### **DECRETO Nº 808/2015**

DECRETO Nº 808, de 24 de novembro de 2015.

Regulamenta a Lei Municipal nº 2.180, de 24 de maio de 1996, que instituiu o Serviço de Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos de Origem Animal no Município de Porto União (SC), e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

CAPÍTULO I

DO REGISTRO

Art. 1º O Serviço de Inspeção Industrial e Sanitária dos produtos de origem animal, produzidos no âmbito do Município de Porto União, reger-se-á pela Lei Municipal nº 2.180, de 24 de maio de 1996, e por este Decreto.

Art. 2º Ficam sujeitos ao registro no Serviço de Inspeção Municipal (SIM) todos os estabelecimentos que abatem animais, produzam matéria-prima, manipulem, beneficiem, preparem, embalem, transformem, envasem, acondicionem, depositem e industrializem a carne, o leite e seus produtos derivados, mel e seus derivados, pescado e afins, ovos e outros produtos de origem animal, conforme a classificação constante deste Decreto, limitados ao volume de produção, em conformidade com o disposto nas normas técnicas a serem instituídas pelo grupo consultivo do SIM.

Art. 3º Compete à Secretaria Municipal de Agricultura a realização das inspeções e a emissão do Certificado de Registro dos Estabelecimentos do SIM, que será expedido após o atendimento das normas constantes da Lei Municipal nº 2.180, de 24 de maio de 1996, e deste Decreto.

Art. 4º O Certificado de Registro pelo SIM isenta os estabelecimentos de produtos de origem animal da obrigatoriedade do registro na esfera estadual e/ou federal, quando comercializados no Município de Porto União.

Art. 5º Entende-se por estabelecimento de produtos de origem animal, para efeitos deste Decreto, toda e qualquer instalação ou local nos quais são abatidos ou industrializados animais produtores de carnes, bem como onde são recebidos, manipulados, elaborados, transformados, conservados, armazenados, acondicionados, embalados e rotulados com finalidade comercial ou industrial, a carne e seus derivados, o leite e seus derivados, mel, pescado, ovos e outros produtos de origem animal.

Art. 6º A simples designação "produto", "subproduto", "mercadoria" ou "gênero" significa, para efeito do presente Decreto, que se

trata de "produto de origem animal e suas matérias-primas".

Art. 7º Além do Certificado de Registro, todo o estabelecimento deverá atender às exigências técnico-sanitárias fixadas pelo SIM.

Art. 8º O Certificado será requerido à coordenação do SIM, instruindo o processo com os seguintes documentos:

- I- requerimento de registro;
- II- licença ambiental ou parecer favorável pelo órgão ambiental competente;
- III- laudo de inspeção do terreno e/ou das instalações existentes (fornecido pelo SIM);
- IV- plantas, croquis ou projetos do estabelecimento e anexos compreendendo:
  - a) as plantas devem ser de fácil visualização e interpretação, declarando qual a escala utilizada, juntamente com o memorial descritivo das instalações;
  - b) memorial econômico - sanitário, contendo informes de acordo com o modelo elaborado pelo SIM;
- V- laudo do exame físico-químico e bacteriológico da água de abastecimento, salvo naqueles casos em que for fornecida por rede pública de abastecimento de água e/ou a critério do SIM;
- VI- registro de memorial descritivo de processo de fabricação, de composição e rotulagem de produtos de origem animal;
- VII- cadastro do estabelecimento detalhando atividades, formulações, origem da matéria-prima, processamento, conservação, validade e meio de transporte;
- VIII- fluxograma de processamento;
- IX- Registro no CRMV-SC e ART;
- X- fotocópia do CNPJ ou CPF e RG.

Art. 9º As plantas, croquis ou projetos deverão conter, conforme aspecto sanitário:

- I- posicionamento da construção em relação às vias públicas e alinhamento do terreno;
- II- orientação quanto aos pontos cardeais;
- III- localização da captação e armazenamento de água do abastecimento;
- IV- localização dos equipamentos e utensílios a serem usados no estabelecimento;
- V- localização dos pontos de escoamento da água;
- VI- localização das demais dependências como currais, pocilgas, casas e outros;
- VII- localização das lagoas de tratamento de águas residuais quando exigidas;
- VIII- localização do(s) curso(s) de água, quando for o caso.

Art. 10. Eventual ampliação, reforma ou construção que interfira na área industrial dos estabelecimentos registrados, tanto de suas dependências como instalações, só poderá ser feitas após prévia liberação do SIM.

Art. 11. Não será objeto de registro o estabelecimento destinado à produção de alimentos localizado nas proximidades de outro que, por sua natureza, possa prejudicá-lo, em razão dos aspectos higiênico-sanitários.

Art. 12. Autorizados os registros, afora os documentos que instruíram o processo, ficarão retidas nos autos cópias reprográficas dos rótulos e embalagens que originaram o certificado de registro.

Art. 13. Satisfeitas as exigências constantes deste Decreto, será emitido o "Certificado de Registro", constando do mesmo o seu número, denominação social, classificação do estabelecimento e outras especificações que se fizerem necessárias.

Art. 14. O Certificado será válido pelo período de 12 (doze) meses, devendo ser renovado a cada novo período, ocasião em que o SIM fará uma vistoria no estabelecimento.

Parágrafo único. O Certificado de Registro de que trata o "caput" deste artigo, terá validade enquanto não se modificarem qualquer um dos seus requisitos.

Art. 15. O estabelecimento que vier a interromper as suas atividades somente poderá reiniciá-las após a realização de vistoria prévia de todas as suas dependências, instalações e equipamentos pelo SIM.

#### DA INSPEÇÃO

Art. 16. Só poderá ser autorizada a entrada de carcaças oriundas de matadouros inspecionados nos estabelecimentos com inspeção municipal, quando as mesmas forem destinadas a manipulação, beneficiamento, preparo, embalagem, transformação, envase, acondicionamento, depósito e industrialização.

Art. 17. Todo estabelecimento detentor do certificado de registro, possuirá inspeção industrial e sanitária realizada por profissional habilitado na área de medicina veterinária.

Art. 18. A inspeção industrial e sanitária poderá ser permanente ou periódica:

- I- será permanente em estabelecimentos que abatem animais de açougue;
- II- nos demais estabelecimento poderá ser permanente ou periódica a critério do SIM.

Parágrafo único. Entende-se por animais de açougue: bovinos, suínos, bubalinos, caprinos, ovinos, equinos, aves e coelhos.

Art. 19. Por ocasião do registro inicial ou da renovação do registro dos estabelecimentos, será exigido, que a requerente apresente um responsável técnico de nível superior, legalmente habilitado.

#### DA CLASSIFICAÇÃO

Art. 20. Os estabelecimentos sujeitos à aplicação da Lei Municipal no 2.180, de 24 de Maio de 1996, e deste Decreto, classificam-se em:

§ 1º Estabelecimentos de carnes e derivados:

- a) matadouros frigoríficos – são aqueles estabelecimentos destinados ao abate de animais de açougue, dotados de equipamentos para frigorificação de produtos, com ou sem dependências industriais;
- b) estabelecimentos industriais de carnes e derivados – são aqueles estabelecimentos destinados à transformação de matéria-prima para a elaboração de produtos cárneos destinados ao consumo humano ou animal. Aqui se inclui também as charqueadas, fábricas de produtos gordurosos, fábrica de produtos não comestíveis, etc;
- c) entrepostos de carne e derivados – são aqueles estabelecimentos destinados ao recebimento, guarda, e conservação, acondicionamento e distribuição de carnes frescas ou frigorificadas das diversas espécies de açougues e outros animais.

§ 2º Estabelecimentos de leite e derivados:

- a) propriedades rurais leiteiras – são aqueles estabelecimentos localizados geralmente em zona rural, destinados à produção de leite, obedecendo às normas especificadas para cada tipo;
- b) entrepostos de leite e derivados – são aqueles estabelecimentos, destinados ao recebimento, resfriamento, transvase, concentração, acidificado, desnatado ou coagulação do leite, do creme, e outras matérias primas para depósito por curto tempo e posterior transporte para a indústria;
- c) estabelecimentos industriais de leite e derivados – são aqueles estabelecimentos destinados ao recebimento de leite e seus derivados para beneficiamento, manipulação, conservação, fabricação, maturação, embalagem, acondicionamento, rotulagem e expedição, incluídas as usinas de beneficiamento e/ou fábricas de

laticínios.

§ 3º Estabelecimentos de pescados, derivados e afins que podem ser:

- a) propriedade piscicultura – são aqueles estabelecimentos dotados de dependências e instalações adequadas ao abate, escamação, evisceração do pescado fresco ou resfriado;
- b) entrepostos de pescados e derivados – são aqueles estabelecimentos dotados de dependências e instalações adequadas ao abate, escamação, evisceração do pescado fresco ou resfriado, recebimento, manipulação, frigorificação, distribuição e comércio de pescado;
- c) estabelecimentos industriais de pescados e derivados – são aqueles estabelecimentos dotados de dependências, instalações e equipamentos adequados ao recebimento e industrialização de pescado por qualquer forma.

§ 4º Estabelecimento de ovos e derivados, que podem ser:

- a) granjas avícolas – são aqueles estabelecimentos destinados à produção de ovos que fazem a comercialização direta ou indireta de seus produtos;
- b) estabelecimentos industriais de ovos e derivados – são aqueles estabelecimentos destinados ao recebimento e industrialização de ovos;
- c) entrepostos de ovos – são aqueles estabelecimentos destinados ao recebimento, classificação, acondicionamento, identificação e distribuição dos ovos em natureza.

§ 5º Estabelecimentos de mel e cera de abelhas, que podem ser:

- a) apiário – é o conjunto de colmeias, materiais e equipamentos, destinados ao manejo das abelhas e à sua produção (mel, cera, própolis, pólen, geleia real, etc.);
- b) casas do mel – são aqueles estabelecimentos onde se recebe a produção dos apiários, destinada aos procedimentos de extração, centrifugação, filtração, decantação, classificação, envase e estocagem;
- c) entrepostos de mel e cera de abelhas – são aqueles estabelecimentos destinados ao recebimento, classificação e industrialização do mel e seus derivados.

#### DO FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DE INSPEÇÃO E REINSPEÇÃO

Art. 21. O Serviço de Inspeção Municipal para os Produtos de Origem Animal serão compostos respectivamente por Médicos Veterinários e agentes de inspeção, com a coordenação daqueles primeiros.

Art. 22. O processo de registro dos estabelecimentos de que trata a Lei Municipal no 2.180, de 24 de maio de 1996, e este Decreto, será encaminhado à Coordenação referida no artigo anterior e analisado por um "GRUPO CONSULTIVO", cuja composição é parte integrante do anexo IX deste Decreto.

Parágrafo único. O Grupo Consultivo de que trata o "caput" deste artigo, reunir-se-á periodicamente na sede da Coordenação do SIM, localizada na Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 23. Caberá ao Grupo Consultivo emitir pareceres sobre os processos de estabelecimentos de produtos de origem animal, localizados no âmbito do Município de Porto União, que serão remetidos com a assinatura de no mínimo 02 (dois) membros ao Coordenador, para apreciação final.

Art. 24. A liberação para funcionamento dos estabelecimentos com inspeção dar-se-á após a realização de vistoria final, com a ratificação do Coordenador do SIM.

Art. 25. A inspeção sanitária será instalada nos estabelecimentos

de produtos de origem animal, somente após o registro do mesmo no SIM, cabendo a este serviço determinar o número de inspetores necessários para realização das atividades.

Art. 26. Serão inspecionados todos os produtos de origem animal nos estabelecimentos com registro no SIM.

Parágrafo único. Naqueles casos em que se tratar de produtos condenados na forma do disposto na Lei Municipal no 2.180, de 24 de maio de 1996, e neste Decreto, os estabelecimentos deverão atender às determinações da inspeção sanitária na destinação dos mesmos.

Art. 27. A Inspeção Sanitária e Industrial de produtos de origem animal será fiscalizada pela coordenação do SIM, para efetuar as análises fiscais, dos produtos inspecionados, realizadas periodicamente nos estabelecimentos, antes do produto ir para o comércio, conforme necessidade do SIM.

Art. 28. Os produtos e matérias-primas serão reinspecionados tantas vezes quanto for necessário, antes de serem expedidos para consumo.

§ 1º Naqueles casos em que a reinspeção verificar que os produtos e/ou matérias-primas forem julgados impróprios para o consumo, poderão, a critério do SIM, ser destinados para aproveitamento como subprodutos industriais, derivados não comestíveis e alimentação animal, depois de retiradas as marcas oficiais e forem submetidos à desnaturação, quando for o caso.

§ 2º Quando permitirem o aproveitamento condicional ou beneficiamento, poderá ser autorizado (liberados) pelo SIM, desde que submetidos aos processos apropriados.

Art. 29. Nenhum produto de origem animal que já tenha sido processado poderá dar entrada em estabelecimento sob inspeção municipal, sem que seja claramente identificado como oriundo de outro estabelecimento com inspeção municipal, estadual ou federal.

Parágrafo único. É vedado o retorno ao estabelecimento de origem do produto processado que, na reinspeção, tenha sido considerado impróprio para o consumo, sendo obrigatória a sua transformação ou inutilização.

Art. 30. Nos estabelecimentos em que se encontrarem depositados produtos processados procedentes de estabelecimento sob inspeção municipal, estadual ou federal, bem como nos demais locais, a reinspeção terá por objeto principal:

- I- identificar os rótulos com a composição e as marcas oficiais do produto, bem como a data de fabricação, prazo de validade, número de lote e informações sobre a conservação do produto;
- II- verificar as condições de integridade dos envoltórios, recipientes e sua padronização;
- III- verificar os caracteres organolépticos sobre uma ou mais amostras, conforme o caso;
- IV- coletar amostras para exame físico-químico, organoléptico e microbiológico.

Art. 31. Compete ao SIM a fiscalização das condições higiênicas e instalações dos veículos, vagões e de todos os meios de transporte utilizados.

Art. 32. A critério do SIM, os estabelecimentos de origem das matérias-primas e/ou produtos apreendidos, poderão ser autorizados a aproveitarem seus produtos a título de rebeneficiamento ou utilização para fins não comestíveis.

Art. 33. No caso de suspeita de contaminação dos produtos e matérias-primas, será coletada amostra para exame laboratorial dos



mesmos, com a imediata suspensão da sua comercialização, ficando o responsável legal do estabelecimento ou seu preposto como fiel depositário dos mesmos até o resultado dos exames.

Art. 34. A mercadoria contaminada ou alterada, que não for passível de aproveitamento para consumo humano na forma do estabelecido na Lei Municipal no 2.180, de 24 de maio de 1996, e neste Decreto, será destruída por processo de incineração ou agente físico/químico.

Art. 35. Os carimbos de inspeção serão autorizados pela Coordenação do SIM, mediante requerimento firmado pelo médico veterinário, quando se tratar de produtos de origem animal, responsável pela inspeção no estabelecimento, atendida as exigências da Lei Municipal no 2.180, de 24 de maio de 1996, e deste Decreto.

§ 1º Os diversos modelos de carimbos do SIM serão criados e padronizados pelo Grupo Consultivo, para serem usados em carcaças, rótulos e embalagens, dentro das normas previstas.

§ 2º A matéria-prima e/ou produto industrializado oriundo de outro estabelecimento com inspeção sanitária federal, estadual e municipal, deverão ser submetidos à reinspeção sanitária sempre que tal procedimento se fizer necessário.

#### DOS ESTABELECIMENTOS

Art. 36. Os estabelecimentos que processarem produtos de origem animal deverão atender as seguintes condições:

- I- estar localizado distante de fontes produtoras de odores desagradáveis ou de poluição de qualquer natureza, que possam vir a comprometer as características do produto;
- II- dispor de área suficiente para a construção de todas as instalações necessárias ao seu funcionamento;
- III- dispor de luz natural e/ou artificial abundante e com ventilação suficiente em todas as dependências do estabelecimento;
- IV- possuir pisos convenientemente impermeabilizados com material adequado para esse fim;
- V- ter paredes e/ou separações revestidas e impermeabilizados, na altura compatível com a atividade exercida;
- VI- possuir forro adequado em todas as suas dependências;
- VII- dispor de dependências e instalações mínimas, que sejam adequadas para a industrialização, conservação, embalagem, e depósitos de produtos comestíveis;
- VIII- dispor de mesas construídas de material adequado, que facilitem a higienização e a execução dos trabalhos;
- IX- dispor de recipientes adequados para o acondicionamento de matéria-prima e/ou produtos de origem animal;
- X- dispor de recipientes identificados pela cor vermelha para a colocação dos produtos não comestíveis;
- XI- dispor de redes de abastecimento de água que atendam às necessidades do trabalho industrial e às dependências sanitárias e, quando for o caso, de instalações de tratamento de água;
- XII- manter sistemas de cloração de água de abastecimento, sempre que necessário;
- XIII- dispor de água fria e quente suficiente para manter higienizado o estabelecimento e, quando for o caso, de instalações de vapor, em todas as dependências de manipulação e preparo de produtos e subprodutos comestíveis e não comestíveis;
- XIV- dispor de rede de esgoto em todas as dependências, bem como de sistema de tratamento de água servida, conforme normas estabelecidas pelo órgão competente;
- XV- possuir janelas e portas de fácil abertura, dotadas de tela à prova de insetos;
- XVI- possuir instalações de frio, quando necessário, de tamanho e capacidade adequadas;
- XVII- possuir "jirau", quando permitidos, com pé direito mínimo a juízo do SIM;
- XVIII- dispor de equipamentos adequados e necessários à execução

da atividade do estabelecimento e quando for o caso, inclusive para aproveitamento de subprodutos;

XIX- só possuir telhados de meia água quando mantido o pé direito à altura mínima exigida da dependência correspondente;

XX- dispor de local e tratamento com água em abundância para higienização dos veículos utilizados no transporte dos produtos;

XXI- os estabelecimentos deverão ser mantidos livres de moscas, mosquitos, baratas, ratos, camundongos e quaisquer outros insetos ou animais;

XXII- não possuir e/ou manter no local: cães, gatos e outros animais de qualquer espécie, no recinto do estabelecimento, locais de coleta da matéria-prima e adjacências;

XXIII- possuírem em conformidade com a legislação aplicável à matéria, vestiários e instalações sanitárias adequadamente funcionais, cujas dimensões sejam em número proporcional ao pessoal, com acesso indireto às dependências industriais quando localizadas no mesmo espaço físico;

XXIV- as alturas, distâncias e outras medidas serão estipuladas com base em normas específicas para cada espécie e/ou produto de origem animal, regularmente aprovadas pelo grupo consultivo do SIM;

XXV- os estabelecimentos de produtos de origem animal localizados em propriedades rurais deverão estar afastados das instalações de criação, como estábulos, apriscos, caprís, pocilgas, coelheiras e aviários, com base em critérios estabelecidos pelo SIM.

#### DO PESSOAL

Art. 37. Ficam os funcionários do estabelecimento obrigados a fazer anualmente pelo menos um exame de saúde, que deverá ser remetido ao Serviço de Inspeção Municipal, juntamente com a carteira de vacinação.

Parágrafo único. Mencionado exame médico poderá ser exigido sempre que necessário para qualquer funcionário, inclusive os seus proprietários, que também exerçam atividades no estabelecimento (industriais).

Art. 38. Os funcionários deverão utilizar uniforme completo, trocados diariamente, na cor clara e limpos, sendo compostos de calça, botas, avental e gorro.

§ 1º Os funcionários que exercem funções nas oficinas, setores de manutenção e outros, deverão utilizar uniformes com cores diferenciadas, ficando vedado o acesso ao interior do estabelecimento onde se processa a matança ou se manipulam produtos comestíveis.

§ 2º Os visitantes somente poderão ter acesso ao interior do estabelecimento quando devidamente uniformizados e autorizados pelo responsável do Serviço de Inspeção.

Art. 39. A existência de dermatoses, doenças infectocontagiosas ou repugnantes e de portadores de salmonela, em qualquer pessoa que exerça atividade industrial no estabelecimento, implicará no seu afastamento do local de trabalho.

Parágrafo único. O Serviço de Inspeção Municipal deverá ser comunicado da ocorrência do exposto no "caput" deste artigo, que por sua vez cientificará as autoridades de saúde pública do fato.

Art. 40. Fica vedado aos funcionários:

- I- ter adornos nas mãos, pulsos ou pescoço;
- II- apresentar sintomas ou afecções de doenças infecciosas, abscessos ou supurações cutâneas;
- III- cuspir, fumar ou realizar qualquer ato físico que de alguma maneira possa contaminar o alimento.

**DA ROTULAGEM**

Art. 41. Todos os produtos de origem animal encaminhados para comercialização deverão estar identificados por meio de rótulo.

Parágrafo único. Fica a critério do SIM a utilização em determinados produtos de rótulo, sob a forma de etiqueta ou uso exclusivo do carimbo da inspeção.

Art. 42. Considera-se rótulo, para efeito do artigo anterior, qualquer identificação impressa, litografada ou gravada a fogo sobre a matéria-prima e/ou na embalagem.

Art. 43. Para fins de identificação na rotulagem da classificação dos estabelecimentos de produtos de origem animal, fica determinada a seguinte nomenclatura:

- I- A – matadouro ou matadouros frigoríficos de aves;
- II- C – matadouros ou matadouros frigoríficos de coelhos;
- III- E – estabelecimentos industriais de produtos carnes;
- IV- L – estabelecimentos de leite ou derivados;
- V- M – estabelecimentos de mel, cera de abelha e derivados;
- VI- O – estabelecimentos de ovos e derivados;
- VII- P – estabelecimentos de pescados, derivados e afins.

Art. 44. O rótulo dos produtos de origem animal deverão conter as seguintes informações:

- I- nome verdadeiro do produto em caracteres destacados;
- II- nome da firma responsável;
- III- natureza do estabelecimento, conforme classificação prevista neste regulamento;
- IV- carimbo oficial da Inspeção Sanitária Municipal;
- V- endereço e telefone do estabelecimento;
- VI- marca comercial do produto;
- VII- data de fabricação do produto;
- VIII- "prazo de validade" do produto ou "consumido até...";
- IX- peso líquido;
- X- composição e forma(s) de conservação do produto;
- XI- indústria brasileira;
- XII- demais disposições legais aplicáveis à matéria.

Parágrafo único. No caso da utilização de carne equídea ou produtos com ela elaborados parcial ou totalmente, exigir-se-á ainda, a declaração do rótulo "Carne de Equídeo" ou "Preparada com Carne de Equídeo" ou "Contém Carne de Equídeo".

Art. 45. Os produtos destinados à alimentação animal deverão conter em seu rótulo a inscrição "ALIMENTAÇÃO ANIMAL".

Art. 46. Os produtos que não forem destinados à alimentação humana ou animal deverão conter em seu rótulo a inscrição "NÃO COMESTÍVEL".

Art. 47. As embalagens e películas destinadas aos produtos de origem animal deverão ser regularmente aprovadas pelo órgão competente do Ministério da Saúde.

Art. 48. Quando se tratarem de produtos que por sua dimensão não comportem no rótulo todos os dizeres determinados pela legislação vigente, as informações poderão estar inscritas em embalagens coletivas devidamente higienizadas e adequadas ao produto, como caixas, latas, etc.

Art. 49. É vedada a reutilização de embalagens, salvo àquelas que permitam completa higienização e desinfecção, com prévia autorização do SIM.

**DO TRANSPORTE E TRÂNSITO**

Art. 50. Os produtos e matérias-primas de origem animal, oriundos

de estabelecimentos com inspeção municipal que atendam a Lei Municipal no 2.180, de 24 de maio de, e este Decreto, poderão ser expostos ao consumo e constituir objeto de comercialização no Município de Porto União.

Art. 51. As autoridades públicas responsáveis pela vigilância sanitária de alimentos no centro de consumo, deverão comunicar ao SIM os resultados das ações fiscais e análises de rotina por elas realizadas, se dos mesmos resultar apreensão ou condenação dos produtos, subprodutos ou matérias-primas de origem animal.

Parágrafo único. Na hipótese de se apresentar 03 (três) análises fiscais (análise físico-química e microbiológica) consecutivas em desacordo com a legislação vigente, o estabelecimento será punido com a suspensão das atividades por tempo determinado a critério do SIM.

Art. 52. Todos os produtos de origem animal em trânsito no Município de Porto União deverão estar devidamente embalados, acondicionados e rotulados em conformidade com o disposto na Lei Municipal no 2.180, de 24 de maio de 1996, e neste Decreto, ficando sujeitos à reinspeção pelos técnicos do SIM nos postos fiscais fixos ou volantes, bem como nos estabelecimentos de destino.

Art. 53. Os produtos de origem animal procedentes de estabelecimentos com inspeção permanente que estiverem em trânsito, deverão se fazer acompanhar obrigatoriamente do "CERTIFICADO SANITÁRIO", com o visto do Médico Veterinário responsável pela sua inspeção com exceção do leite a granel.

Art. 54. Os produtos de origem animal procedentes de estabelecimentos com inspeção periódica que estiverem em trânsito, deverão se fazer acompanhar da "GUIA DE TRÂNSITO" com o visto do responsável técnico pela empresa nos estabelecimentos em que for exigido.

Art. 55. O transporte de produtos de origem animal deverá ser feito em veículo apropriado para este fim e que o mantenha em perfeito estado de conservação.

§ 1º Não poderão ser transportados produtos ou mercadorias de outra natureza com os produtos de origem animal, destinados ao consumo humano.

§ 2º Para que possam ser transportados deverão estar acondicionados higienicamente em recipientes adequados independentes de sua embalagem (individual ou coletiva).

**DAS OBRIGAÇÕES**

Art. 56. Os estabelecimentos de que trata a Lei Municipal no 2.180, de 24 de maio de 1996, e este Decreto, deverão dispor de material adequado e em quantidade suficiente para realização do trabalho de inspeção, bem como colocarem à disposição do SIM responsável técnico e pessoal auxiliar devidamente habilitado sempre que necessário.

Art. 57. Ter registros diários em livros e mapas próprios, com base em modelos fornecidos pelo SIM, as entradas e saídas de matérias-primas e produtos, com a especificação da quantidade, qualidade e sua destinação.

§ 1º Em se tratando de matéria-prima procedente de outros estabelecimentos sob inspeção, deverá ser feito o registro nos livros e mapas indicados, da data de entrada, número do certificado sanitário e o registro do estabelecimento fornecedor.

§ 2º Na hipótese de cancelamento do certificado de registro, o estabelecimento deverá devolver ao SIM o material pertencente

ao Município, incluídos aqueles de natureza científica, arquivos, carimbos oficiais do SIM, bem como as embalagens com o carimbo do SIM.

Art. 58. Fornecer, sempre que necessário, aos empregados e funcionários da inspeção, uniformes completos e adequados aos diversos serviços, em conformidade com as recomendações do SIM.

Art. 59. Encaminhar ao SIM até o 10º (décimo) dia útil de cada mês os dados estatísticos de interesse na avaliação da produção, industrialização, transporte e comercialização de produtos de origem animal.

Art. 60. Fornecer material próprio, utensílios e substâncias adequadas para guarda, conservação e transporte de materiais e produtos normais e/ou peças fitopatológicas, a serem remetidos ao laboratório, bem como para os trabalhos de limpeza, desinfecção, esterilização de instrumentos, aparelhos ou instalações.

Art. 61. Ter local apropriado, a juízo da inspeção municipal, para recebimento e guarda de matérias-primas procedentes de outros estabelecimentos sob inspeção ou de retorno de centros de consumo, para serem reinspecionados, bem como para sequestro de matérias-primas e produtos suspeitos.

Art. 62. Possuir substâncias apropriadas para desnaturação de produtos condenados, quando não houver instalações para sua imediata transformação.

Art. 63. Manter atualizado o registro do recebimento de matérias-primas, especificando procedência e qualidade dos produtos fabricados, saída e destino dos mesmos.

Art. 64. São ainda obrigações dos estabelecimentos que trata a Lei Municipal no 2.180, de 24 de maio de 1996, e este Decreto:

- I- realizar o tratamento adequado das águas servidas;
- II- dar o destino adequado ao lixo proveniente do estabelecimento;
- III- apresentar a documentação sanitária necessária dos animais para o abate;
- IV- apresentar a documentação sanitária atualizada de seus funcionários, quando solicitado;
- V- acondicionar e/ou depositar de forma adequada os produtos e/ou matérias primas, em câmaras-frias e outras dependências, conforme o caso;
- VI- transportar os produtos e/ou matérias-primas em condições de higiene e/ou temperaturas adequadas;
- VII- remover da área suja ou recepção as impurezas, detritos e restos de vegetais, após o recebimento, pesagem, seleção e pré-lavagem, de modo a evitar a formação de focos de contaminação e/ou fermentação;
- VIII- marcar o maquinário, carros, tanques, vagonetes, caixas, mesas, equipamentos e demais utensílios, para o fim de evitar equívocos entre os destinos de produtos comestíveis e os usados no transporte ou depósito de produtos não comestíveis, ou ainda utilizados na alimentação de animais, com o uso da terminologia comestível" e não comestível";
- IX- lavar antes e após o processamento dos produtos, com o emprego de substâncias registradas nos órgãos competentes, os pisos, paredes, equipamentos e utensílios utilizados na Agroindústria, deixando-os devidamente desinfetados.

## CAPÍTULO II DAS INFRAÇÕES

Art. 65. É proibido aos estabelecimentos de que trata a Lei Municipal no 2.180, de 24 de maio de 1996, e este Decreto:

- I- operar sem a utilização de equipamentos e instalações adequadas que assegurem a manutenção higiênica das diversas atividades;

- II- utilizar água contaminada dentro do estabelecimento;
- III- fazer uso de equipamentos, utensílios e instalações para outros fins que não aqueles previamente estabelecidos;
- IV- permitir a livre circulação de pessoal estranho à atividade dentro das dependências do estabelecimento;
- V- permitir o acesso ao interior do estabelecimento de funcionários ou visitantes que não estejam devidamente uniformizados;
- VI- utilizar matérias-primas de origem animal ou não, em desacordo com disposto na Lei Municipal no 2.180, de 24 de maio de 1996, e este Decreto;
- VII- sonegar, dificultar ou alterar as informações do abate;
- VIII- promoverem atos que dificultem, burlam, embarcem ou impeçam a ação da inspeção;
- IX- utilizar matérias(s)-prima(s), sem inspeção ou inadequada(s) para fabricação de produtos de origem animal;
- X- transportar produtos de origem animal procedentes de estabelecimentos sem a documentação sanitária exigida;
- XI- adulterar, fraudar ou falsificar produtos e/ou matéria(s)-prima(s) de origem animal ou não;
- XII- abater animais sem a presença do Médico Veterinário responsável pela inspeção, ou seu inspetor previamente treinado para a função;
- XIII- transportar ou comercializar carcaça(s) sem o carimbo oficial da Inspeção Municipal;
- XIV- utilizar o carimbo ou rótulo registrado sem a devida autorização do Serviço de Inspeção Municipal – SIM;
- XV- ceder embalagens rotuladas a terceiros, visando facilitar o comércio de produtos não inspecionados;
- XVI- acondicionar matérias-primas e outros produtos destinados à alimentação humana em carros e recipientes que tenham servido para produtos não comestíveis.

Art. 66. Para efeitos de apreensão e/ou condenação, afora os casos previstos na Lei Municipal no 2.180, de 24 de maio de 1996, e neste Decreto, são considerados impróprios para o consumo, os produtos de origem animal que:

- I- estiverem danificados por umidade ou fermentação, rançosos, mofados ou bolorentos, de caracteres físicos ou organolépticos anormais, contendo quaisquer sujidades ou que demonstrem pouco cuidado na manipulação, elaboração, preparo, conservação ou acondicionamento;
- II- contiverem substâncias tóxicas ou nocivas à saúde;
- III- forem adulterados, fraudados ou falsificados;
- IV- forem transportados fora das condições exigidas;
- V- estiverem com a validade vencida.

§ 1º Nos casos de apreensão poderá ser autorizado o aproveitamento condicional para alimentação humana ou animal, a critério da inspeção municipal, desde que seja possível o rebeneficiamento do produto ou matéria-prima.

§ 2º Não sendo possível o encaminhamento constante do parágrafo anterior, o produto ou matéria-prima será condenado.

§ 3º Aqueles produtos ou matérias-primas que forem condenados ou apreendidos poderão ser encaminhados, a juízo da inspeção municipal, para estabelecimentos que possuam condições de rebeneficiá-los ou destruí-los.

Art. 67. Afora os demais casos previstos na Lei Municipal no 2.180, de 24 de maio de 1996, e neste Decreto, entendem-se como adulterações, fraudes ou falsificações, as seguintes definições:

§ 1º Adulteração:

- I- quando os produtos tenham sido elaborados em condições que contrariem as especificações e determinações fixadas pela legislação vigente;
- II- emprego de matéria-prima alterada ou impura no preparo dos produtos;

III- uso de substâncias de qualidade, tipo e espécies diferentes da composição normal do produto, sem prévia autorização da inspeção municipal;

IV- quando os produtos contenham corantes ou aromatizantes, sem prévia autorização e não conste declaração nos rótulos;

V- tenha havido o mascaramento da data de fabricação.

#### § 2º Fraude:

I- quando houver supressão de um ou mais elementos e substituição por outro, visando aumento de volume ou de peso, em detrimento de sua composição natural ou valor nutritivo;

II- quando as especificações, total ou parcial, não coincidam com o contido dentro da embalagem;

III- quando for constatada intenção em simular ou mascarar a data de fabricação;

IV- uso de substâncias proibidas na conservação de produtos.

#### § 3º Falsificação:

I- quando os produtos elaborados, preparados e expostos ao consumo, com forma, caracteres e rotulagem que constituam processos especiais de privilégio ou exclusividade de outrem, sem que seus legítimos proprietários tenham dado autorização;

II- quando forem usadas denominações diferentes das previstas neste regulamento ou em fórmulas aprovadas.

#### DAS PENALIDADES

Art. 68. O descumprimento aos dispositivos da Lei Municipal no 2.180, de 24 de maio de 1996, e deste Decreto, implica na cominação das seguintes penalidades:

I- advertência, quando o infrator for primário ou não tiver agido com dolo ou má fé;

II- multa inicial no valor de 05 (cinco) UFM;

III- multa de 05 (cinco) vezes o valor da multa inicial, no caso de reincidência;

IV- multa de 10 (dez) vezes o valor da multa inicial, no caso de reincidência, dolo ou má fé;

V- suspensão da inspeção sanitária da atividade pelo prazo de 15 (quinze) dias consecutivos, no caso de terceira reincidência;

VI- cancelamento do Certificado de Registro de Inspeção, no caso de reincidência verificada no estabelecimento já punido com a pena de suspensão;

VII- apreensão e inutilização, sem prejuízo da combinação das demais penalidades, das matérias-primas, produtos e subprodutos derivados de origem animal, que não apresentem condições higiênico-sanitárias adequadas ao fim a que se destinam ou estiverem adulterados.

Parágrafo único. Serão consideradas reincidências as infrações cometidas com caráter repetitivo dentro de um período de 02 (dois) anos, contados a partir da primeira verificação de irregularidade.

Art. 69. Naqueles casos em que for cominada a pena de multa, cabe recurso ao Coordenador do SIM.

Art. 70. Sem prejuízo da cominação das demais penalidades previstas na legislação federal e estadual aplicável à matéria, aplicar-se-á a pena de suspensão da inspeção e cancelamento do certificado, quando restar constatado que o estabelecimento:

I- cause risco ou ameaça de natureza higiênico-sanitária;

II- tenha adulterado ou falsificado o produto;

III- fique comprovado mediante laudo do SIM, a partir da inspeção realizada por autoridade competente, a impossibilidade de o estabelecimento permanecer em atividade.

#### DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 71. Compete aos servidores do SIM a aplicação das penalidades previstas na Lei Municipal no 2.180, de 24 de maio de 1996, e

neste Decreto, sob a Coordenação do SIM.

Art. 72. O serviço de Inspeção Municipal divulgará todas as normas que forem expedidas, para conhecimento das autoridades e, conforme o caso fará um comunicado direto aos órgãos envolvidos.

Art. 73. O SIM promoverá a mais estreita cooperação com os órgãos congêneres, no sentido de obter o máximo de eficiência e praticidade na inspeção industrial e sanitária.

Art. 74. Os rótulos e carimbos que estejam em desacordo com este regulamento, só poderão ser utilizados mediante autorização expressa do Serviço de Inspeção Municipal.

Art. 75. São parte integrante da Lei Municipal no 2.180, de 24 de maio de 1996, e deste Decreto, os anexos nos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII, que têm por objeto a regulamentação de cada ramo de inspeção e as respectivas normas gerais para manipuladores, matérias-primas, equipamentos e instalações para todos os tipos de Produtos de Origem Animal, bem como as normas técnicas a serem instituídas pelo Grupo Consultivo do SIM, o qual é também constituinte de um dos anexos em questão.

Art. 76. Os estabelecimentos abrangidos pela Lei Municipal no 2.180, de 24 de maio de 1996, e por este Decreto, terão o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para obtenção do Certificado de Registro.

Art. 77. Os casos omissos serão resolvidos pela coordenação do SIM.

Art. 78. Revogam-se as disposições existentes, na atual regulamentação municipal, que contrariem ao que está disposto neste Decreto.

Art. 79. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 80. Revogam-se as disposições em contrário.

Porto União (SC), 24 de novembro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Agricultura

ANEXO DECRETO Nº 808, de 24 de novembro de 2015.

#### ANEXO I

#### REGULAMENTO DE INSPEÇÃO SANITÁRIA E INDUSTRIAL PARA LEITE E DERIVADOS

#### LEITE "IN NATURA"

#### 1 - DA SANIDADE DOS ANIMAIS

Art. 1º Denomina-se "gado leiteiro" todo rebanho explorado com finalidade de produzir leite, segundo sua espécie.

Art. 2º O gado leiteiro será mantido sob Controle Sanitário nos estabelecimentos produtores de leite.

Art. 3º O controle a que se refere o artigo anterior será exercido por Médico Veterinário credenciado pelo SIM.



Art. 4º Só se permite o aproveitamento do leite de vaca, de cabra, de ovelha e de outras espécies, quando:

- I- as fêmeas se apresentam clinicamente sãs em bom estado de nutrição;
- II- não estejam no período final de gestação, nem na fase colostrar;
- III- não reajam à prova de tuberculose (tuberculina) nem apresentem reação positiva às provas do diagnóstico da brucelose, obedecendo aos dispositivos da legislação em vigor.

§ 1º Qualquer alteração no estado de saúde dos animais, capaz de modificar a qualidade do leite, justifica a condenação do produto para fins alimentícios e toda a qualidade a que tenha sido misturado. As fêmeas em tais condições devem ser afastadas do rebanho, em caráter provisório ou definitivo.

§ 2º Os animais suspeitos ou atacados de tuberculose ou brucelose serão sumariamente afastados da produção leiteira, incorrendo nas penas de lei, as pessoas físicas ou jurídicas e servidores ou não, que deixarem de dar cumprimento, ou embarçarem os trabalhos.

Art. 5º É proibido ministrar alimentos que possam prejudicar a fêmea lactante ou a qualidade do leite, incluindo-se nesta proibição, substâncias estimulantes de qualquer natureza capazes de provocar aumento na produção láctea com prejuízo da saúde do animal e humana.

Art. 6º É obrigatório o afastamento da produção leiteira, as fêmeas que:

- I- se apresentem em estado de magreza extrema ou caquéticas;
- II- sejam suspeitas ou atacadas de doenças infectocontagiosas;
- III- se apresentem febris, com mamite, diarreia, corrimento vaginal ou qualquer manifestação patológica, a juízo da autoridade sanitária;
- IV- estejam recebendo tratamento quimioterápico, com drogas cuja excreção seja possível pelo leite e que possam provocar danos à saúde ou prejuízos tecnológicos.

Parágrafo único. O animal afastado da produção só pode voltar à ordenha após exame procedido por veterinário credenciado.

Art. 7º São obrigatórias as provas biológicas para diagnósticos de tuberculose e brucelose, praticadas tantas vezes quantas necessárias nos estabelecimentos de produção de leite.

§ 1º A suspensão da interdição será determinada pelo SIM ou por órgão estadual de Defesa Sanitária Animal, depois do restabelecimento completo do gado.

## 2 - DA ORDENHA

Art. 8º A ordenha deverá ser feita com regularidade e diariamente, conforme o registro de 02 (duas) ou 03 (três) ordenhas por dia.

§ 1º A ordenha deve ser feita observando-se:

- I- horário que permita a entrada de leite no estabelecimento de destino, dentro dos prazos previstos neste regulamento;
- II- vacas limpas, descansadas, com tetas higienizadas;
- III- ordenhador asseado, com mãos e braços lavados e unhas cortadas, de roupas/macacão e gorro limpos e de uso exclusivo para esta finalidade;
- IV- rejeição dos primeiros jatos de leite, fazendo a ordenha total e ininterrupta com esgotamento das 04 (quatro) tetas.

§ 2º É permitida a ordenha mecânica, e em tal caso é obrigatória a rigorosa lavagem e esterilização de todas as peças da ordenhadeira, as quais serão mantidas em condições adequadas.

§ 3º Na ordenha manual é obrigatório o uso de baldes previamente higienizados.

Art. 9º A ordenha deve ser feita em salas ou dependências apropriadas, as quais podem ser simples, mas devem ser higiênicas.

## 3 - DOS VASILHAMES

Art. 10. Logo após a ordenha, o leite deve ser passado para vasilhame próprio, previamente higienizado através da tela apropriada convenientemente limpa no próprio estabelecimento, momento antes do uso.

Art. 11. O vasilhame com leite deve ser mantido em tanque com água fria corrente ou preferentemente quando houver condições, a menos de 10º C (dez graus centígrados).

Art. 12. Todo vasilhame empregado no condicionamento de leite, na ordenha, na coleta ou para mantê-lo em depósito deve atender o seguinte:

- I- ser de material com perfeito acabamento e sem falhas, com formato que facilita sua lavagem e esterilização, não devendo possuir, na parte interna ranhuras ou soldas que não permitam a boa higienização ou acumulem resíduos;
- II- estar convenientemente limpo no momento da ordenha e ser devidamente lavado após utilizado;
- III- possuir tampa de modo a evitar vazamento ou contaminação;
- IV- ser destinado exclusivamente ao transporte ou ao depósito de leite, não podendo ser utilizado no acondicionamento de soro ou de leite impróprio para o consumo;
- V- trazer identificação de procedência por meio de marca, numeração, etiqueta, ou outro sistema devidamente aprovado.

Art. 13. O Vasilhame contendo leite deve ser resguardado da poeira dos raios solares e das chuvas.

## 4 - DA CLASSIFICAÇÃO

Art. 14. São leites de consumo "in-natura": o leite pasteurizado tipo A integral, o leite pasteurizado tipo A semidesnatado e o leite tipo A desnatado.

Art. 15. É permitida a produção e venda dos seguintes tipos de leite de consumo em espécie:

- I- leite pasteurizado tipo A integral;
- II- leite pasteurizado tipo A semidesnatado;
- III- leite pasteurizado tipo A desnatado.

## 5 - DO BENEFICIAMENTO

Art. 16. Entende-se por beneficiamento de leite, seu tratamento desde a seleção, por ocasião da entrada em qualquer estabelecimento até o acondicionamento final, compreendendo as seguintes operações obrigatórias: filtração, pasteurização, refrigeração, acondicionamento e outras práticas tecnicamente aceitáveis.

§ 1º É proibido misturar o leite sem a retirada de amostra de cada produtor, devidamente identificada para fins de análise.

§ 2º É proibido o emprego de substâncias químicas na conservação do leite.

Art. 17. Entende-se por filtração a retirada por processo mecânico das impurezas do leite, mediante centrifugação ou passagem em material filtrante próprio.

Art. 18. Entende-se por pasteurização o emprego conveniente do calor seguido de resfriamento, com o fim de destruir totalmente a flora microbiana patogênica sem alteração sensível da constituição física e do equilíbrio químico do leite, sem prejuízo dos seus elementos bioquímicos, assim como de suas propriedades organolépticas normais.

§ 1º Permite-se os seguintes processos de pasteurização:

I- pasteurização lenta – consiste no aquecimento do leite entre 62º C (sessenta e dois graus centígrados) e 65º C (sessenta e cinco graus centígrados) por 30 (trinta) minutos, mantendo-o sob agitação lenta em aparelhagem apropriada seguido de rápido resfriamento a uma temperatura entre 2º C (dois graus centígrados) a 5º C (cinco graus centígrados);

II- pasteurização rápida ou de curta duração – consiste no aquecimento do leite em camada laminar a uma temperatura entre 72º C (setenta e dois graus centígrados) a 75º C (setenta e cinco graus centígrados) por 15 (quinze) a 20 (vinte) segundos, seguido de um rápido resfriamento a uma temperatura entre 2º C (dois graus centígrados) e 5º C (cinco graus centígrados). Este processo será realizado em aparelhagem própria que atenda às especificações técnicas exigidas.

§ 2º Logo após a pasteurização, o leite deve ser distribuído envasado ao consumo ou armazenado em câmara frigorífica a 5º C (cinco graus centígrados) no máximo.

§ 3º Para leite de consumo (leite pasteurizado e envasado), os pasteurizadores deverão apresentar-se convenientemente instalados, em perfeito funcionamento, possuir controle de temperatura e apresentar eficiência comprovada por órgão competente aceito pelo SIM.

Art. 19. Entende-se por refrigeração, a aplicação do frio industrial ao leite cru ou pasteurizado, baixando-se a temperatura a 4º C (quatro graus centígrados) ou menos, temperatura esta que inibe o crescimento microbiano.

Parágrafo único. Para diversos tipos de leite são fixados os seguintes limites superiores de temperatura:

I- refrigeração no posto, para ser transportado à usina ou entreposto – usina a 4º C (quatro graus centígrados);

II- conservação no entreposto – usina antes da pasteurização, em tanques com agitador mecânico a 4º C (quatro graus centígrados);

III- refrigeração após a pasteurização a 5º C (cinco graus centígrados);

IV- conservação envasado, em câmara frigorífica, que deve ser mantida a 5º C (cinco graus centígrados);

V- entrega ao consumo, leite envasado a no máximo 10º C (dez graus centígrados);

VI- entrega ao consumo, leite esterilizado à temperatura ambiente.

Art. 20. Entende-se por congelação a aplicação intensa do frio ao leite, de modo a solidificá-lo periférica e parcialmente.

Parágrafo único. A congelação só pode ser realizada mediante as seguintes condições:

I- ser reconhecida pelo SIM a necessidade de sua aplicação;

II- ser aplicadas apenas ao leite que for comprovado cientificamente que não irá alterar o valor alimentício e suas propriedades ou por fim industriais;

III- estar o leite devidamente filtrado, pré-aquecido ou não e refrigerado a 5º C (cinco graus centígrados);

IV- A temperatura de congelação deve ser de – 8º C (oito graus centígrados negativos);

V- demais situações, a critério do SIM.

Art. 21. Entende-se por envasamento, a operação pela qual é embalado higienicamente, de modo a evitar a contaminação, facilitar sua distribuição e excluir a possibilidade de fraude.

§ 1º O envasamento só pode ser realizado em propriedades leiteiras, estábulos, usinas de beneficiamento de leite, entrepostos-usinas e ainda nos casos previstos neste regulamento.

§ 2º O envase do leite deverá ser feito mecanicamente em

embalagens invioláveis de material estéril e eficiente, de acordo com as normas deste regulamento, obedecidos os critérios para cada tipo de leite.

Art. 22. Para estabelecimentos que beneficiem o leite “in natura” e que não comportem a instalação de equipamentos automáticos e/ou semiautomáticos poderá ser permitido, a juízo do SIM, o seu envase manual.

Parágrafo único. Quando o envase do leite for manual, os fechos, tampos ou lacres e/ou a impressão dos rótulos seguirão a mesma padronização determinada para o leite envasado mecanicamente.

## 6 - DA ROTULAGEM

Art. 23. A impressão dos rótulos nas embalagens do leite deve seguir a seguinte padronização quanto “tipo” e ser de fácil visualização:

I- Leite Pasteurizado tipo A Integral;

II- Leite Pasteurizado tipo A Semidesnatado;

III- Leite Pasteurizado tipo A Desnatado.

## 7 - DO TRANSPORTE AO CONSUMO

Art. 24. O transporte do leite envasado deve ser feito em veículos higiênicos e adequados, que permitem sua entrega ao consumo com temperatura máxima de 10º C (dez graus centígrados).

## QUEIJOS

Art. 25. Entende-se por “queijo”, o produto obtido do leite integral, semidesnatado ou desnatado, pasteurizado, coagulado, natural ou artificialmente, adicionado ou não de substâncias permitidas na legislação vigente e submetido às manipulações necessárias para a formação de características próprias.

Art. 26. Para fins de padronização, os queijos devem ser classificados em 03 (três) categorias tendo por base:

a) consistência;

b) porcentagem de gordura no extrato seco total;

c) qualidade e processo de fabricação.

Art. 27. Quanto à consistência, os queijos podem ser classificados em moles, semiduros e duros.

§ 1º Os queijos moles e semiduros, podem ser:

I- “frescos”, quando não sofrem processo de cura, inclusive os de massa filada;

II- “maturados” quando forem submetidos a processos de cura, segundo a técnica própria do tipo.

§ 2º A produção de queijos artesanais deverá ser realizada com leite pasteurizado.

Art. 28. Quanto à porcentagem de gordura no extrato seco total, os queijos se classificam em:

I- gordo: quando alcança no mínimo 40% (quarenta por cento);

II- meio gordo: quando esta porcentagem é superior a 25% (vinte cinco por cento);

III- magro: quando esta porcentagem é igual ou superior a 15% (quinze por cento);

IV- desnatado: quando esta porcentagem não atinge 15% (quinze por cento).

Art. 29. A classificação quanto à qualidade e processo de fabricação, e a nomenclatura de acordo com a consistência, para efeito de padronização dos queijos, obedecerão aos critérios estabelecidos em normas oficiais.

Art. 30. A classificação dos queijos será realizada pelas indústrias, nos próprios estabelecimentos, pelo SIM.

Art. 31. É permitido o emprego de nitrato de sódio até o limite de 0,05 g (cinco centésimo de gramas) por cento de leite, de cloreto de sódio, cloreto de cálcio, fermentos ou culturas de mofo próprios, bem como de especiarias e de substâncias vegetais inócuas, que tenham sido aprovadas pela legislação vigente.

§ 1º Os sais e suas soluções devem estar devidamente esterilizados ao serem aplicados ao leite.

§ 2º Todos os preparados químicos expostos à venda para fabricação de queijo de procedência nacional ou estrangeira, só podem ser aplicados na indústria queijeira depois de aprovados pela legislação vigente.

Art. 32. São corantes permitidos, além de outros aprovados pela legislação vigente:

- I- urucum (*Bixa orellana*) e cúrcuma (*cúrcuma longa* L.) para massa;
- II- Carmin (*coccus cacti* L.) em solução amoniacal, tornassol e nova cocina e outras para crosta.

Art. 33. As águas utilizadas na fabricação nos diversos tipos de queijos devem atender os padrões de potabilidade.

Art. 34. As instalações, equipamentos e utensílios utilizados nas diversas etapas ou elaboração dos queijos devem ser de materiais higiênicos e apropriados para a finalidade.

Art. 35. Os queijos frescos devem ser mantidos e estocados a uma temperatura máxima de 5º C (cinco graus centígrados).

Art. 36. Os queijos duros, já maturados, devem ser estocados e mantidos a uma temperatura não superior à 15º C (quinze graus centígrados).

Art. 37. Os queijos devem ser embalados em materiais apropriados, higiênicos e impermeáveis.

Parágrafo único. Os queijos que apresentem a crosta plenamente revestida podem ser comercializados sem embalagens, desde que devidamente rotulados.

Art. 38. Todos os queijos, independentemente do tipo, devem ser identificados através do rótulo com todas as informações exigidas na legislação vigente.

§ 1º Para os queijos que utilizam embalagem, a rotulagem pode ser impressa na própria embalagem.

§ 2º Para os queijos que possuam crosta, a identificação pode ser feita através do rótulo fixado diretamente no produto.

Art. 39. Considera-se "data de fabricação" dos queijos "frescos", "fundidos" e "requieijos" o dia de sua elaboração; para "queijos maturados" o dia do término da maturação.

Art. 40. Os queijos, de um modo geral, serão transportados em veículos isotérmicos e/ou frigoríficos quando for o caso, acondicionados em recipiente que ofereçam proteção contra deformação e contaminação do produto.

Art. 41. É considerado impróprio para o consumo o queijo que:

- I- contenha substâncias conservadoras não permitidas ou nocivas à saúde;
- II- apresente, disseminados na massa e na crosta, parasitas, detritos ou sujidade;

- III- esteja contaminado por germes patogênicos;
- IV- apresente caracteres organolépticos anormais, de qualquer natureza que torne desagradável;
- V- contenha substâncias não aprovadas pela legislação vigente.

Art. 42. Considera-se fraudado o queijo quando nos rótulos constarem marcas, dizeres, desenhos ou outras informações que possam induzir o consumidor a uma falsa indicação de origem e qualidade.

Art. 43. O queijo é considerado falsificado quando:

- I- apresentar substâncias estranhas a sua composição normal, mesmo de valor alimentício;
- II- as características próprias do tipo constantes do rótulo e sua composição química não correspondam aos exigidos para o padrão respectivo.

Art. 44. Os queijos defeituosos são considerados impróprios para consumo, podem ser aproveitados condicionalmente a juízo do SIM.

Parágrafo único. Considera-se aproveitamento condicional a filagem da massa de queijo fresco, obtendo-se queijo de massa filada e a fusão de queijos maturados para o preparo de queijo fundido.

Art. 45. Os queijos impróprios para o consumo podem ser aproveitados no preparo de alimentos para animais, depois de convenientemente tratados, de acordo com instrução da Inspeção Municipal.

## ANEXO II

### REGULAMENTO DE INSPEÇÃO SANITÁRIA E INDUSTRIAL DE AVES E COELHOS

#### AVES E COELHOS

##### 1. - MATANÇA NORMAL

Art. 1º O processo de matança deve ser: insensibilização, seguindo de imediata sangria, a critério do SIM.

Parágrafo único. A insensibilização não deve promover, em nenhuma hipótese, a morte dos animais, e deve ser seguida de sangria no prazo máximo de 12 (doze) segundos, a critério do SIM.

Art. 2º A sangria será realizada em instalação própria e exclusiva voltada para a plataforma de recepção, totalmente impermeabilizada em suas paredes e teto.

§ 1º A sangria poderá ser feita por qualquer dos seguintes processos:

- I- incisão das jugulares, através da boca, seguida de destruição da medula alongada, quando se pretende realizar a depenagem a seco;
- II- incisão das jugulares, externamente;
- III- provocando-se uma ferida de sangria de cada lado do pescoço, pela inserção de instrumento perfurocortante nessa região.

§ 2º O emprego de qualquer outro processo de matança depende da autorização do SIM.

Art. 3º A sangria deve ser completa e realizada com o animal suspenso, com o tempo de sangria mínimo de 03 (três) minutos.

Parágrafo único. Nenhuma operação pode ser iniciada antes que o sangue se tenha escoado ao máximo possível.

Art. 4º O sangue deverá ser recolhido em calha própria, de material inoxidável ou alvenaria, totalmente impermeabilizada, denominada "calha de sangria". O fundo ou piso da calha deverá apresentar declividade acentuada em direção aos pontos coletores, onde serão

instalados 02 (dois) ralos de drenagem: 01 (um) destinado ao sangue ou recipiente para coleta (balde) e outro à água de lavagem.

Art. 5º A partir da sangria, todas as operações deverão ser realizadas continuamente, não sendo permitido o retardamento ou acúmulo de animais em nenhuma de suas fases, até as entradas das carcaças nas câmaras frigoríficas.

Art. 6º A escaldagem deverá, obrigatoriamente, ser executada logo após o término da sangria, sob condições definidas de temperatura e tempo ajustados às características das aves em processamento (frango, galinha, galo, peru e etc.), não se permitindo a introdução de aves ainda vivas no sistema.

§ 1º As aves poderão ser escaldadas pelos seguintes processos:  
I- pulverização de água quente e vapor de uma temperatura entre 50 a 60º C;  
II- imerso em tanque com água aquecida a uma temperatura entre 50 a 60º C;  
III- outro processo aprovado previamente pelo SIM.

§ 2º Deverá ser previsto equipamento adequado e/ou área destinada à escaldagem de pés e cabeças e retirada da cutícula dos pés, quando se destinarem a fins comestíveis.

Art. 7º A depenagem deverá ser executada em tempo adequado à velocidade de matança, sendo proibido o seu retardamento.

§ 1º As aves podem ser depenadas a seco ou logo após escaldagem, ou por outros processos que possam vir a ser autorizados pelo SIM.

§ 2º Não será permitido o acúmulo de penas no piso, devendo para tanto haver uma canaleta para o transporte contínuo das mesmas, ou serem recolhidas em caixas apropriadas e retiradas periodicamente para fora das dependências.

Art. 8º A esfolagem dos coelhos deve ser realizada com o animal suspenso pelos membros posteriores.

Parágrafo único. Permite-se a insuflação de coelhos a fim de facilitar a esfolagem, devendo-se utilizar o ar convenientemente filtrado, após ser autorizado pelo SIM.

Art. 9º A evisceração deverá ser realizada sob as vistas do (s) funcionário (s) da inspeção oficial e compreende desde a operação de corte da pele do pescoço até a toaleta final das carcaças.

Parágrafo único. Sob pretexto algum pode ser retardada a evisceração.

Art. 10. Antes da evisceração, as carcaças deverão ser lavadas em chuveiros de aspersão dotados de água sob adequada pressão, clorada ou hipoclorada, com jatos orientados no sentido de que toda carcaça seja lavada, inclusive os pés. Esses chuveiros poderão ser localizados no início da calha de evisceração.

Art. 11. A evisceração poderá ser feita nas mesas de material inoxidável, com chuveiro para lavagem interna da carcaça, próximo ao inspetor, ou realizada com os animais suspensos pelos pés em ganchos de material apropriados, presos a trilhagem aérea mecanizada ou não, sob o qual deverá ser instalada uma calha de material impermeável, não corrosível, de superfície lisa e de fácil higienização, de modo que as vísceras não comestíveis sejam captadas e carregadas para os coletores, ou conduzidas diretamente para seção de não comestíveis (graxaria).

Art. 12. Todas as operações que compõem a evisceração e ainda "inspeção de linha" deverão ser executadas ao longo desta calha,

cujo complemento deverá atender a normal execução do trabalho que nela se desenvolvem, a saber:

- I- corte da pele do pescoço e traqueia;
- II- extração de cloaca;
- III- abertura do abdômen;
- IV- eventração (exposição das vísceras);
- V- inspeção;
- VI- retirada das vísceras;
- VII- extração dos pulmões;
- VIII- "toilete" (retirada do papo, esôfago, traqueia, etc.);
- IX- lavagem final (externa e internamente).

Parágrafo único. Não será permitida a retirada dos órgãos e/ou partes da carcaça antes que seja realizada a inspeção "post-mortem".

Art. 13. As vísceras não comestíveis serão lançadas diretamente na calha de evisceração e conduzidas aos depósitos coletores ou diretamente para a seção de subprodutos não comestíveis (graxaria). As comestíveis serão depositadas em recipientes de aço-inoxidável, material plástico ou similar, contendo água gelada ou preferencialmente gelo, após previamente preparadas e lavadas.

Art. 14. Os pés e pescoço, com ou sem cabeça, quando retirados da linha de evisceração ou à entrada de tanques de pré-resfriados, deverão ser recolhidos em recipientes apropriados, contendo água gelada ou gelo, para pré-resfriamento.

Parágrafo único. Em matadouros de coelhos, as cabeças depois de tiradas são destinadas a dependências apropriadas para extração do cérebro, quando houver aproveitamento deste.

Art. 15. As moelas deverão ser obrigatoriamente abertas, a fim de permitir perfeita lavagem interna e remoção da membrana visceral. Essas operações serão realizadas fora da calha de evisceração ou quando muito, num apêndice da mesma.

Art. 16. A gordura cavitária e de cobertura da moela, poderá ser utilizada para fins cosméticos quando retirado durante o processo de evisceração, antes da retirada e abertura da moela e ainda sob o mesmo tratamento dos miúdos comestíveis.

## 2 - INSPEÇÃO "POST-MORTEM"

Art. 17. É efetuada rotineiramente nos animais abatidos, através de exame visual macroscópico de carcaças e vísceras e conforme o caso, palpação e cortes.

Art. 18. Os locais ou pontos da seção de matança onde se realizam esses exames são denominados LINHAS DE INSPEÇÃO e devem se localizar ao longo da calha de evisceração e dispor de condições de iluminação adequada.

Art. 19. Somente após o término da inspeção "post-mortem" haverá retirada e/ou processamento da cabeça e/ou partes e miúdos.

Art. 20. Permite-se a instalação de outros pontos da inspeção das carcaças fora da calha de evisceração.

Parágrafo único. Neste caso, deverá existir sistema de identificação dos animais que apresentarem problema de ordem sanitária e que necessitem de exames complementares a serem realizados na seção de inspeção final ou que, conforme o caso, poderá ser realizado imediatamente na linha de abate.

Art. 21. A inspeção de linha é realizada por pessoal auxiliar, treinado especialmente para tal função, mas o juízo final sobre a comestibilidade das carnes e vísceras cabe única e exclusivamente ao Veterinário Oficial.



Art. 22. Os exames realizados na linha de inspeção procedidos por uma fase dita preparatória, que tem por finalidade apresentar à inspeção, carcaças e vísceras em condições de serem eficientemente examinadas, facilitando a visualização interna e externa e, ainda, de preservar, sob os pontos de vista higiênicos, as porções comestíveis.

Art. 23. A inspeção "post-mortem" dos animais se realiza em três etapas, a saber:

I- Exame interno:

a) realiza-se através da visualização da cavidade torácica e abdominal (pulmões, sacos aéreos, rins, órgãos sexuais).

II- Exame de vísceras:

a) visa o exame do coração, fígado, moela, baço, intestinos, ovários e ovidutos nas poedeiras;

b) realiza-se através da visualização, palpação, conforme o caso, verificação de odores e ainda incisão;

c) nos exames dos órgãos verifica-se se o aspecto (cor, forma, tamanho), a consistência e em certas ocasiões, o odor.

III- Exame externo:

a) realiza-se através da visualização das superfícies externas (pele, articulações, etc.). Nesta linha efetua-se a remoção de contusões, membros fraturados, abscessos superficiais e localizados, calosidade, etc.

Art. 24. Todas as aves que no exame "post-mortem" apresentem lesões de Tifo Aviário, Cólera, Varíola, Pulorose, Paratifose, Leucoses, Pestes e infecções estafilocócicas em geral, devem ser condenadas.

Art. 25. Todos os coelhos que no exame "post-mortem" apresentem lesões de Pasteurelose, Píemia, Pseudo-Tuberculose, Caquexia, Mixomatose, Pneumonia, Tuberculose, Salmonelose, Necrobacilose, Linfadenite, Hepatite, má sangria, aspecto repugnante, contaminação (fezes), devem ser condenados.

Art. 26. Enfermidades tais como: Coccidiose, Entero-hepatite, Esperiquetose, Coriza infecciosa, Epitelioma contagioso, Laringotraqueite, Aspergilose, doença crônica respiratória, determinam rejeição total quando em período agudo ou quando os animais estejam em estado de magreza profunda.

Art. 27. Os animais caquéticos devem ser rejeitados, sejam quais forem as causas que estejam ligadas ao processo de desnutrição.

Art. 28. Em coelhos, a contaminação, abscessos, fraturas, contusões, nefrite, nefrose, cirrose, provocam condenação das vísceras ou das partes alteradas.

Art. 29. As endo e ecto-parasitoses, quando não acompanhadas de magreza, determinam a condenação das vísceras ou das partes alteradas.

Art. 30. Os abscessos e lesões supuradas ou de caráter septicêmico, ocasionarão rejeição total.

Art. 31. A presença de neoplasias acarretará rejeição total, exceto no caso de melanomas, que determinará a retirada da parte lesada.

Art. 32. Quando os animais forem submetidos à ação de frio industrial a Inspeção Municipal controlará cuidadosamente o estado, tempo de permanência e funcionamento das câmaras, a fim de prevenir dessecação excessiva e desenvolvimento da rancificação.

Parágrafo único. Após serem submetidas ao frio industrial, as carcaças deverão ter atingido no máximo, 7º C (sete graus centígrados) nas massas musculares mais espessas (conforme exigido pelo MAPA).

## ANEXO III

### REGULAMENTO DA INSPEÇÃO INDUSTRIAL E SANITÁRIA PARA ESTABELECIMENTOS DE DERIVADOS CÁRNEOS

#### DERIVADOS CÁRNEOS

Art. 1º Entende-se por Indústria de carnes e derivados, os estabelecimentos destinados à transformação da carne e derivados para a elaboração de produtos de origem animal destinados ao consumo humano ou animal, adicionados ou não com substâncias aprovadas para tal fim pelo órgão competente.

#### 1 - REGISTRO DE INSPEÇÃO

Art. 2º Todas as Indústrias de carnes e derivados somente poderão funcionar se estiverem devidamente registradas no SIM, bem como os rótulos e embalagens utilizadas nos produtos.

Art. 3º Todos os estabelecimentos a que se refere este regulamento, deverão receber inspeção sanitária de forma rotineira e em caráter emergencial (sempre que se fizer necessário).

Art. 4º Todos os produtos das Indústrias de carnes e derivados deverão ser registrados no SIM. As formulações dos produtos devem obedecer às legislações vigentes.

Art. 5º Somente serão registrados produtos de origem animal oriundos de estabelecimentos que sejam previamente registrados no órgão competente, para fiscalização de sua atividade.

#### 2 – MATÉRIA-PRIMA

Art. 6º As matérias-primas a serem utilizadas pelas indústrias de carnes e derivados deverão ser oriundas de estabelecimentos com Inspeção sanitária oficial.

Art. 7º Só poderão ser adicionados aos produtos cárneos, os aditivos, coadjuvantes ou outras substâncias permitidas na legislação vigente.

Parágrafo único. Os aditivos coadjuvantes utilizados na tecnologia de produção deverão possuir registro no órgão competente e formulados até as proporções máximas permitidas pela legislação vigente.

Art. 8º No preparo de embutidos não submetidos ao cozimento é permitida a adição de água ou gelo na proporção máxima de 3% (três por cento), calculado sobre o total dos componentes, com a finalidade de facilitar a trituração e a homogeneização da massa.

§ 1º No caso de embutidos cozidos (salsichas tipo Viena e outras) a porcentagem da água ou gelo não deve ultrapassar 10% (dez por cento).

§ 2º Só é permitido o emprego de gelo quando produzido com água potável.

Art. 9º É permitida a adição de fécula ou amido na fabricação de embutidos, a fim de dar melhor liga a massa, nas seguintes proporções máximas:

I- em salsichas até 2% (dois por cento)

II- em pasta até 10% (dez por cento)

III- em outros embutidos até 5% (cinco por cento), "com exceção dos embutidos fresais".

Art. 10. As tripas e membranas animais empregadas como envoltórios devem estar rigorosamente limpas, conservadas salgadas se não forem imediatamente utilizadas e sofrer outra lavagem imediatamente antes do uso, com água clorada ou contendo ácido acético

a 1% (um por cento).

Parágrafo único. É permitido o emprego de películas artificiais no preparo de embutido desde que aprovados pelo órgão competente.

Art. 11. O preparo de embutidos de sangue será permitido quando a matéria-prima for colhida isoladamente de cada animal com equipamentos apropriados e recipientes separados, rejeitando-se o sangue procedente dos que venham a ser considerados impróprios para consumo.

### 3. - DEPENDÊNCIAS

#### 3.1 - RECEPÇÃO DE CARNE:

Art. 12. Deve ser destinada exclusivamente ao recebimento da matéria-prima a ser industrializada e estar localizada em posições de fácil acesso.

Art. 13. Quando existir trilhagem aérea nesta dependência, bem como na câmara fria, a altura da mesma deverá ser compatível com a matéria-prima recebida (meias carcaças ou quarto de carcaças) de modo a que os cortes fiquem a uma altura mínima de 0,30 m (trinta centímetros) do piso.

#### 3.2 - SALA DE DESOSSA E FABRICAÇÃO:

Art. 14. Na área de desossa deverá dispor das seguintes características:

I- gancheira, mantendo os cortes a 0,30 m (trinta centímetros) do chão e a 0,60 m (sessenta centímetros) das paredes;

II- água quente e fria em abundância para higienização dos equipamentos e dependências, bem como esterilização para os utensílios usados na desossa;

III- pia para lavagem de utensílios e higiene de manipuladores, com toalhas descartáveis;

IV- recipiente ou dependência apropriados para coleta de ossos.

Art. 15. Na área de fabricação deve dispor de superfície mínima que abrigue os equipamentos e materiais necessários, além dos equipamentos e utensílios adequados às operações, e a sala de manipulação deverá possuir lavatório e água corrente, escovas para as unhas e toalha de papel.

#### 3.3 - SALA DE DEFUMAÇÃO

Art. 16. As paredes poderão ser de alvenaria rebocada ou de outro material impermeável e de fácil limpeza.

#### 3.4 - SEÇÃO DE VAREJO

Art. 17. Quando o estabelecimento possuir dependências para o varejo, estas devem estar localizadas de forma a facilitar o atendimento público e que não possibilite o livre acesso ao interior da seção industrial.

### 4 - TRANSPORTE DE PRODUTOS

Art. 18. O transporte de produtos acabados deve ser feito de forma adequada e em veículos apropriados para tal fim, conforme regulamento do SIM.

### 5 - CONTROLE DE QUALIDADE

Art. 19. É recomendável que cada estabelecimento ou empresa, mantenha o controle de qualidade de suas operações e produtos, mediante a realização da análise de perigos e pontos críticos de controle, assegurando a inocuidade dos alimentos por ela produzidos, além dos exames de rotina efetuados pelos órgãos de fiscalização.

### ANEXO IV

#### REGULAMENTO DA INSPEÇÃO INDUSTRIAL E SANITÁRIA PARA ESTABELECIMENTOS DE ABATE DE BOVÍDEOS, SUÍDEOS, EQUÍDEOS, OVINOS E CAPRINOS

##### BOVÍDEOS, SUÍDEOS, EQUÍDEOS, OVINOS E CAPRINOS

Art. 1º Permitir o sacrifício dos animais somente após a insensibilização, seguida de imediata sangria. O espaço de tempo para a sangria nunca deve ser inferior a 03 (três) minutos e esta deve ser sempre realizada com os animais suspensos por no mínimo um dos membros posteriores. A esfolação só poderá ser iniciada após o término da operação de sangria.

Parágrafo único. É obrigatória a maturação das carcaças, em resfriamento, após o abate.

Art. 2º Em suínos, depilar e raspar, logo após o escaldamento em água quente, utilizando-se temperatura e métodos adequados, providenciando também a lavagem da carcaça antes da evisceração. Quando usados outros métodos de abate, os procedimentos higiênicos deverão ser atendidos rigorosamente, a ser autorizado pelo SIM.

Art. 3º Eviscerar a carcaça e proceder à colocação das vísceras passíveis de inspeção sobre uma mesa impermeável, preferencialmente inoxidável, à disposição do inspetor sanitário, que realizará a inspeção "Post-Mortem", com identificação destas com a carcaça e cabeça respectivas.

Parágrafo único. Sob pretexto algum pode ser retardada a evisceração, e para tanto não devem ficar animais suspensos, nos intervalos de trabalho, sendo que o tempo máximo de intervalo, entre a sangria e a evisceração deve ser de 30 (trinta) minutos para animais de grande porte e 20 (vinte) minutos para animais de porte menor.

Art. 4º Executar os trabalhos de evisceração com todo o cuidado, a fim de evitar que haja contaminação das carcaças, provocada por operações imperfeitas, devendo o Serviço de Inspeção Sanitária, em casos de contaminação por fezes, conteúdo ruminal, abscessos e/ou quaisquer outros resíduos contaminantes, aplicar as medidas higiênicas preconizadas.

#### INSPEÇÃO "ANTE-MORTEM" E "POST-MORTEM" E DA MATANÇA DE EMERGÊNCIA

Art. 5º Com relação à Inspeção "Ante-Mortem", cumprir no que couber o disposto nos artigos 106 a 109 do Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos de Origem Animal (RIIS-POA) aprovado pelo Decreto nº 30.691/52 de 29.03.52, alterado pelo Decreto nº 1.255, de 25.06.62.

Art. 6º Cumprir no que se refere à Inspeção "Post-Mortem" o disposto nos artigos 147 a 226 do retro referido regulamento.

Art. 7º Cumprir no que se refere à Matança de Emergência, o disposto nos artigos 130 a 134 do RIISPOA.

Art. 8º Considerar, quando da inspeção de animais, carcaças e vísceras previstas nos artigos 5º, 6º e 7º, deste anexo, as limitações do estabelecimento, admitindo o aproveitamento condicional de carcaças e/ou vísceras, apenas nos casos em que houver condições para tal.

### ANEXO V

#### REGULAMENTO DA INSPEÇÃO SANITÁRIA E INDUSTRIAL DE PEIXES E AFINS

**PEIXES E AFINS**

Art. 1º A denominação genérica "Peixe" compreende todos os peixes de água doce e salgada.

Art. 2º A denominação genérica "Afins" compreende a todos os animais aquáticos de sangue frio como rãs, escargot, camarão, mexilhão, siri, ostra e etc.

Art. 3º O peixe em natureza pode ser:

- I- fresco;
- II- resfriado;
- III- congelado.

§ 1º Entende-se por "fresco", o peixe dado ao consumo sem ter sofrido qualquer processo de conservação, a não ser a ação do gelo.

§ 2º Entende-se por "resfriado", o peixe devidamente acondicionado em gelo e mantido em temperatura entre - 0,5º C (cinco décimos de grau centígrado negativo) a - 2º C (dois graus negativos).

§ 3º Entende-se por "congelado", o peixe tratado por processo adequado de congelamento, em temperatura compatível a este processo, a critério do SIM.

§ 4º O peixe "fresco" e "resfriado" deverá ser transportado de permissão a gelo em quantidade suficiente, a critério do SIM.

Art. 4º Depois de submetido à congelação, o peixe deve ser mantido sob frio a - 15º C (quinze graus centígrados negativo).

Parágrafo único. O peixe, uma vez descongelado, não pode ser novamente recolhido às câmaras frigoríficas.

Art. 5º A juízo do SIM, poderá ser obrigatória a evisceração do peixe e afins, qualquer que seja a forma de sua apresentação no consumo.

Art. 6º O peixe fresco, próprio para consumo, deverá apresentar as seguintes características organolépticas:

- I- superfície do corpo limpa, com relativo brilho metálico;
- II- olhos transparentes, brilhantes e salientes, ocupando completamente as órbitas;
- III- guelras róseas ou vermelhas, úmidas e brilhantes, com odor natural, próprio e suave;
- IV- ventre roliço, firme, não deixando impressão duradoura à pressão dos dedos;
- V- escamas brilhantes, bem aderentes à pele e nadadeiras apresentando certa resistência aos movimentos provocados;
- VI- carne firme, consistência elástica, de cor própria à espécie;
- VII- vísceras íntegras, perfeitamente diferenciadas,
- VIII- ânus fechado.

Art. 7º Os peixes de água doce, também poderão ser comercializados, filetados, desde que conservados e acondicionados em embalagens apropriadas, trazendo a identificação completa.

Art. 8º Os estabelecimentos de Pescados, Derivados e Afins, devem satisfazer as seguintes condições:

- I- Nos estabelecimentos que recebam, manipulem e comercializem pescado e afins, resfriado e congelado e/ou se dediquem à industrialização para consumo humano, sob qualquer forma:
  - a) dispor de dependências, instalações e equipamentos para recepção, seleção, inspeção, industrialização, armazenagem e expedição do pescado e afins, compatíveis com suas finalidades;
  - b) dispor de mesas e cubas (pias) de aço inoxidável, assim como utensílios de fácil higienização, como superfícies de corte em PVC e facas e bacias de materiais aprovados pelo SIM;
  - c) dispor de tanque de armazenagem, provido de água, para

depósito de peixes e afins vivos, enquanto não é realizado o seu abate;

d) dispor de equipamento adequado à lavagem e à higienização de caixas, recipientes, bandejas e outros utensílios usados para o acondicionamento, depósito de pescado, afins e seus subprodutos;

e) dispor, nos estabelecimentos que elaboram produtos congelados, de instalações frigoríficas independentes para congelamento e estocagem do produto final;

f) dispor de abastecimento de água potável e clorada para atender suficientemente às necessidades de trabalho do estabelecimento e das dependências sanitárias. Quando for o caso, dispor de instalações para tratamento de água;

g) dispor de equipamentos de fabricação de gelo, ou adquirir o mesmo de empresas passíveis de fiscalização por parte dos órgãos públicos.

**ANEXO VI****REGULAMENTO DA INSPEÇÃO SANITÁRIA E INDUSTRIAL DE OVOS E DERIVADOS****OVOS E DERIVADOS****1 – DISPOSIÇÕES E PRELIMINARES**

Art. 1º Pela simples designação "OVOS" entendem-se os ovos de galinha.

Parágrafo único. Os demais serão acompanhados de designação da espécie de que procedem.

Art. 2º Consideram-se ovos frescos os que não forem conservados por qualquer processo.

**2 – REGISTRO**

Art. 3º Estão obrigados ao registro junto ao SIM os estabelecimentos produtores e as empresas (cooperativas, associações e entrepostos), que se enquadrem em um dos seguintes casos:

- I- estabelecimentos produtores que possuem os processos de classificação e embalagem próprios e façam a entrega do produto diretamente ao comércio e à indústria;
- II- estabelecimentos produtores que fazem a entrega do produto diretamente ao comércio ou à indústria em embalagens próprias ou não, mas não possuem o processo de classificação;
- III- estabelecimentos que apenas prestam serviços de classificação aos produtores;
- IV- estabelecimentos que recebem o produto das granjas e realizam a classificação, embalagem e comercialização.

**3 – INSPEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO**

Art. 4º Os ovos para consumo devem ser inspecionados e classificados em estabelecimentos oficiais ou particulares, denominados de entrepostos.

Parágrafo único. A produção de ovos destinada ao entreposto deverá ser oriunda apenas de granjas avícolas situadas no município de Porto União.

Art. 5º Tratando-se de granjas comprovadamente sob controle sanitário, o SIM poderá permitir a inspeção e classificação de ovos na própria granja, desde que exista local apropriado para esse fim. Este local deve ser coberto; com paredes lisas e impermeáveis; com equipamentos necessários para a limpeza e manipulação dos ovos; com boa ventilação e, protegidos contra insetos e roedores.

Art. 6º A Inspeção Municipal adotará de identificação das partidas, agrupando-as em lotes convenientemente numerados, de modo a

ser possível o reconhecimento da procedência, logo após a conclusão dos trabalhos de classificação.

Art. 7º Os ovos destinados ao comércio municipal serão classificados obedecendo a critérios de normatização oficial.

§ 1º Os ovos classificados somente poderão sair dos entrepostos ou granjas, identificados com rótulos com carimbo de inspeção, mencionando sua quantidade, classificação, origem e prazo de validade, além de outros dizeres de rotulagem obrigatórios, sendo aplicados por embalagem comercializada (bandejas, caixas, etc.), sendo que estas não podem ser fracionadas.

§ 2º Os ovos comercializados, serão providos apenas de granjas livres de salmonelose.

Art. 8º A Administração dos entrepostos comunicará obrigatoriamente aos fornecedores ou proprietários dos ovos, a classificação obtida pelas partidas que remeterem ou fizerem examinar no estabelecimento.

Art. 9º Os ovos enquadrados em uma classificação não podem ser vendidos em mistura com os de outra.

Art. 10. A inspeção de ovos indicará sobre as seguintes características:

I- a embalagem utilizada para ovos deverá ser de primeiro uso;  
II- apreciação geral do estado de limpeza e integridade da casca, da partida em conjunto.

Art. 11. Os ovos serão reinspecionados tantas vezes quanto o SIM julgar necessário.

Art. 12. É permitido conservar ovos pelo frio industrial ou por processos aprovados pelo SIM.

Art. 13. As câmaras, depósitos ou quaisquer veículos, que recebem ovos para comercialização devem estar completamente limpos, livres de quaisquer produtos que, por sua natureza, possam transmitir-lhes odor ou sabor estranhos.

Art. 14. O ovo conservado pelo frio recebe em sua embalagem um carimbo com a palavra "FRIGORIFICADO". Quando for adotado outro processo de conservação, o SIM determinará o sistema de sua identificação.

Art. 15. Os aviários, granjas e outras propriedades onde se faça avicultura e nas quais estejam grassando zoonoses que possam ser veiculadas pelos ovos e sejam prejudiciais à saúde humana, não poderão destinar ao consumo sua produção; ficam interditadas até que provem com documentação fornecida por autoridades de defesa sanitária animal de que cessou e está livre da zoonose que grassava.

Parágrafo único. Se forem muitos os estabelecimentos que se encontrem nessas condições, toda a região ficará interditada, cabendo às autoridades sanitárias dar conhecimento aos entrepostos e fábricas de conservas de ovos da interdição determinada; os entrepostos e fábricas ficam proibidos de receber ovos dessa região enquanto não houver liberação definitiva.

Art. 16. As conservas ou outros derivados de ovos terão a sua inspeção, classificação, normas de construção de estabelecimentos e tecnologia de produção, regulamentadas segundo legislação específica.

## ANEXO VII

### REGULAMENTO DA INSPEÇÃO SANITÁRIA E INDUSTRIAL

## DE MEL, CERA DE ABELHAS E SEUS DERIVADOS

### MEL, CERA DE ABELHA E DERIVADOS

Art. 1º Entende-se por "MEL" o produto natural, elaborado pelas abelhas domésticas com o néctar das flores e por elas acumulados em favos, extraídos através de centrifugação.

Art. 2º O mel deverá ser comercializado em embalagens de primeiro uso, devidamente rotulado, ou em favos desde que acondicionado em papel impermeável, de preferência celofane ou outro similar atóxico e devidamente identificado com rotulagem.

Art. 3º O mel somente poderá ser comercializado se atender às especificações vigentes, quanto a sua qualidade.

Art. 4º A cera de abelhas e derivados do mel, poderão ser comercializados desde que atendam as exigências quanto a sua qualidade, obedecendo rigorosa higiene, elaborado, manipulado e embalado em local adequado com materiais próprios.

## ANEXO VIII

### NORMAS GERAIS PARA MANIPULADORES, MATÉRIAS-PRIMAS, EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES PARA TODOS OS TIPOS DE ALIMENTO DE ORIGEM ANIMAL.

#### 1 - MANIPULADORES

- Asseio corporal;
- mão limpas, unhas curtas, sem esmalte;
- sem adornos nos dedos, pulsos ou outras partes (piercing no nariz, testa etc.);
- uniforme de trabalho completo;
- uniforme de tonalidade branca ou de cor clara;
- uniforme em bom estado e limpo;
- lavagem cuidadosa das mãos antes de manejar alimentos;
- lavagem cuidadosa das mãos depois de usar sanitário;
- não espirrar sobre alimentos;
- não falar ou tossir sobre os alimentos;
- não cuspir;
- não fumar;
- não manipular dinheiro;
- não executar durante o trabalho qualquer outro ato físico que possa contaminar os alimentos;
- ausência de afecções cutâneas, feridas, supurações;
- ausência de sintomas de afecções respiratórias (tosse).

#### 2 - ALIMENTOS E MATÉRIAS-PRIMAS

- Com características organolépticas normais;
- provenientes de estabelecimentos autorizados;
- com embalagens, rótulos e explicação regulamentados do produto;
- proteção contra o pó, saliva, insetos, roedores, etc;
- perecíveis mantidos a temperatura de congelamento, refrigeração, ou acima de 70°C (setenta graus centígrados), de acordo com o tipo de produto;
- armazenamento de forma higiênica;
- exposição de forma higiênica;
- conservação de forma higiênica;
- operação manual de forma mínima e higiênica;
- uso de utensílios limpos;
- uso de utensílios em bom estado de conservação;
- eliminação imediata de sobras de alimentos;
- com embalagens intactas, sem amassados, furos ou ferrugem.

#### 3 - MAQUINÁRIOS



- Com modelo e número adequado ao ramo;
- de material liso lavável e impermeável;
- superfície de contato com os alimentos lisa, lavável e impermeável;
- limpas e em bom estado de conservação e funcionamento.

**MÓVEIS (estantes, mesas e vitrines):**

- Com desenhos que permitam a fácil limpeza;
- superfícies de contato com os alimentos lisas, laváveis e impermeáveis;
- em bom estado de conservação e limpos;

**UTENSÍLIOS:**

- Lisos de materiais não contaminantes;
- tamanho e forma que permita uma fácil limpeza;
- refrigeradores, congeladores, câmaras frigoríficas, etc., adequados:
- ao ramo;
- aos tipos de alimentos;
- a capacidade de produção;
- a capacidade de expedição;
- superfície lisa, laváveis e impermeáveis;
- em bom estado;
- de conservação;
- de funcionamento;
- de limpeza.

**INSTALAÇÕES PARA A LIMPEZA DOS EQUIPAMENTOS:**

- Dotadas de água:
- quente;
- fria;
- com detergentes e desinfetantes;
- panos limpos.

**4 - LOCAL**

- Ausência de focos de insalubridade;
- ausência de objetos em desuso;
- ausência de animais domésticos;
- ausência de moscas e/ou outros insetos ou roedores;
- acesso direto e independente;
- sem comunicação direta com a habitação.
- dependências:
- em número adequado ao ramo;
- com capacidade adequada ao ramo;
- distribuída de acordo com o ramo;
- pisos de:
- material liso lavável e impermeável;
- fácil limpeza;
- com ralos protegidos da entrada de insetos e roedores;
- em bom estado de conservação;
- limpos;
- pisos com declive de 2% para facilitar a limpeza;
- paredes e revestimentos:
- de tonalidade clara;
- lisos e laváveis;
- limpos;
- forros:
- lisos;
- de tonalidade clara;
- em bom estado;
- limpos;
- portas e janelas perfeitamente ajustadas em seus batentes;
- portas providas de molas para seu fechamento automático;
- janelas com vidros;
- portas e janelas:
- em bom estado;
- limpas e teladas;
- iluminação que permita boa visualização, sem zonas de sombras ou contrastes excessivos;

- fontes luminosas limpas;
- ventilados natural e artificialmente;
- isentos de fungos, bolores, gases, fumaça e condensação de vapores;
- eliminação de fumaças e vapores sem causar danos ou moléstias aos vizinhos;
- equipamentos de ventilação em bom estado de funcionamento;
- água potável ligada à rede pública ou poço profundo suficiente em volume e pressão;
- caixa de água;
- encanamento satisfatório;
- ausência de infiltrações e interconexões;
- presença de fossa ou ligação com rede de esgoto;
- caixa gordura em bom estado de conservação e funcionamento.

**5 - ACONDICIONAMENTO DO LIXO**

- em recipiente lavável com tampa e devidamente identificado como recipiente para lixo;
- recipiente com fácil transporte;
- em local adequado;
- em número suficiente de acordo com a necessidade;
- destino adequado.

**DECRETO Nº 813/2015**

DECRETO Nº 813, de 30 de novembro de 2015.

Dispõe sobre retificação do Decreto nº 331, de 12 de novembro de 2013, publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, Edição nº 1370, de 19 de novembro de 2013, página 239.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o Ofício nº 0101/2015 – IMPRESS, do Instituto Municipal de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos Municipais, referente ao Ato de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição da Senhora Nitta Bueno da Silva,

**DECRETA:**

Art. 1º Retifica o Decreto nº 331, de 12 de novembro de 2013, publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, Edição nº 1370, de 19 de novembro de 2013, página 239:

**Onde se lê:**

“O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o disposto no art. 40, § 1º, inc. III, alínea a, da Constituição Federal, devidamente combinado com o art. 31, inc. I, da Lei Municipal nº 2.108, de 09 de junho de 1995, com redação dada pela Lei Municipal nº 3.079, de 06 de julho de 2005, observado o disposto no art. 6º da Emenda Constitucional 41/2003,”

**Leia-se:**

“O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o disposto no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, devidamente combinado com o Inciso I, do art. 31, da Lei Municipal nº 2.108, de 09 de junho de 1995, com redação dada pela Lei Municipal nº 3.079, de 06 de julho de 2005,”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 30 de novembro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

### DECRETO Nº 814/2015

DECRETO Nº 814, de 1º de dezembro de 2015.

Dispõe sobre exoneração.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º EXONERA A PEDIDO RICARDO DRAGONI, do Cargo de Provimento em Comissão de Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Porto União.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 1º de dezembro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

### EXTRATO DE CONTRATO 045/2015 - FAS

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 045/2015 – FAS

Partes: Município de Porto União e Mercado Kosera Ltda – ME.

Objeto: Aquisição de material de expediente e escolar para manutenção das atividades do CREAS.

Valor Total: R\$ 13.364,05 (treze mil trezentos e sessenta e quatro reais e cinco centavos).

Vigência: 06 (seis) meses.

Base legal: Pregão Presencial 019/2015 - FAS, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 18 de novembro de 2015.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

Mercado Kosera Ltda – ME.

Contratada

### EXTRATO DE CONTRATO 046/2015 - FAS

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 046/2015 – FAS

Partes: Município de Porto União e Máxima Distribuidora EIRELI.

Objeto: Aquisição de material de expediente e escolar para manutenção das atividades do CREAS.

Valor Total: R\$ 660,00 (seiscentos e sessenta reais).

Vigência: 06 (seis) meses.

Base legal: Pregão Presencial 019/2015 - FAS, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 18 de novembro de 2015.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

Máxima Distribuidora EIRELI.

Contratada

### EXTRATO DE CONTRATO 118/2015 - SAÚDE

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 118/2015 – Saúde

Partes: Município de Porto União e Recier José Gregório – ME.

Objeto: Aquisição de material de artesanato para oficina de terapia Ocupacional do CAPS-I.

Valor Total: R\$ 6.034,40 (seis mil e trinta e quatro reais e quarenta centavos).

Vigência: 06 (seis) meses.

Base legal: Pregão Presencial 048/2015 -Saúde, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 16 de novembro de 2015.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

Recier José Gregório – ME.

Contratada

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 019/2015 - FAS

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 020/2015 – FAS

Pregão Presencial 019/2015

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas

Mercado Kosera Ltda – ME e

Máxima Distribuidora EIRELI.

Porto União SC, 18 de novembro de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 048/2015 - SAÚDE

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 077/2015 – Saúde

Pregão Presencial 048/2015

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa

Recier José Gregório – ME

Porto União SC, 16 de novembro de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 049/2015 - SAÚDE

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 082/2015 – SAÚDE

Pregão Presencial 049/2015

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa

Josemar de Oliveira Ecks – MEI

Porto União SC, 25 de novembro de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL  
082/2015**

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 140/2015

Pregão Presencial 082/2015

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas

Úrsula Waldraff – ME e

FS Imianoski Domit – ME

Porto União SC, 19 de novembro de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

# Pouso Redondo

## PREFEITURA

**PROCESSO Nº 56 2015 PREGÃO PRESENCIAL 040 2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

PROCESSO Nº.056/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 040/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que, até as 09:00 Horas do dia 14.12.2015, para Aquisição de estruturas pré -moldadas em concreto, conforme descrição anexo I, para edificação de ponte na Rua Estevão Riscarolli, Bairro Arroio Grande - próximo a Casan, no município de Pouso Redondo. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-1133.

Pouso Redondo, em 01 de dezembro de 2015.

Nair Goulart

Prefeita Municipal

# Presidente Nereu

## PREFEITURA

### **DIVULGAÇÃO DE RESULTADO DO LICITAÇÃO 15/2015**

DIVULGAÇÃO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

Pregão - 15/2015

O Gestor do fundo Municipal de Saúde Benito Brand, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

ADJUDICAR o processo de licitação - Pregão - 15/2015, consoante ata de julgamento.

AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTROLADOS BEM COMO DE OUTROS NÃO CONSTANTES NO ROL DE MEDICAMENTOS DA FARMÁCIA BÁSICA, CONFORME CONCEITO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE (LIVRO ABC NACIONAL DE TABELA DE PREÇOS AO CONSUMIDOR) APLICADO EM PERCENTUAL DE DESCONTO.

Fornecedores e Itens Vencedores:

Fornecedor	Item	Quantidade	Unidade	Preço Unitário	Preço Total
DROGARIA APIUNA LTDA EPP	00001	1,00000	UN	62.625,0000	62.625,00
DROGARIA APIUNA LTDA EPP	00002	1,00000	UN	25.000,0000	25.000,00

PRESIDENTE NEREU - SC, 23 de novembro de 2015

VALDECI JOSÉ COMANDOLI

GERENTE DE LICITAÇÕES

PUBLICADO NO DOM SC DIA 23/11/2015.

### **EDITAL DE PREGÃO Nº 46/2015 DE AQUISIÇÃO MAT. ESCOLAR**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU

Departamento de Licitações e Compras

PREGÃO PRESENCIAL nº46/2015

A Prefeitura Municipal de Presidente Nereu torna público que fará realizar no dia 15/12/2015 às 13:30 horas, na sala de licitações da Prefeitura, PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor preço por item para o REGISTRO DE PREÇOS, para aquisição de material escolar para rede municipal de ensino de Presidente Nereu. O Edital que está amparado na Lei de Licitações encontra-se à disposição dos interessados na site [www.presidentenereu.sc.gov.br](http://www.presidentenereu.sc.gov.br), Link licitações.

Presidente Nereu, 01 de dezembro de 2015.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI

Prefeito Municipal

### **EDITAL DE PREGÃO Nº47/2015 CONTRATAÇÃO VETERINÁRIO E CONTADOR**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU

Departamento de Licitações e Compras

PREGÃO PRESENCIAL nº47/2015

A Prefeitura Municipal de Presidente Nereu torna público que fará realizar no dia 15/12/2015 às 16:00 horas, na sala de licitações da Prefeitura, PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor preço por item para o REGISTRO DE PREÇOS, para CONTRATAÇÃO DE MÉDICO VETERINÁRIO E CONTADOR durante o período de 30 dias na cobertura de férias de funcionários do município de Presidente Nereu. O Edital que está amparado na Lei de Licitações encontra-se à disposição dos interessados na site [www.presidentenereu.sc.gov.br](http://www.presidentenereu.sc.gov.br), Link licitações.

Presidente Nereu, 01 de dezembro de 2015.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI

Prefeito Municipal

# Rio das Antas

## PREFEITURA

### **AVISO DE PP Nº 0044/2015 - PMRA**

MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS/SC

RESUMO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0044/2015 – PMRA/FMS - Registro de preços

O Prefeito Municipal de Rio das Antas, comunica a quem possa interessar que realizar-se-á Processo Licitatório nº 0071/2015-PMRA na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO nº 0044/2015-PMRA/FMS, tendo como Objetos: Aquisição de 255.500 litros de Óleo Diesel BS-500 e aquisição de 90.100 litros de Óleo Diesel S-10, destinados aos Veículos e Máquinas do Órgão Gerenciador Município de Rio das Antas e do Órgão Participante Fundo Municipal de Saúde, durante o período de Janeiro a Dezembro de 2016. A empresa vencedora da licitação deverá fornecer de forma gratuita, Tanque aéreo, filtro e bomba de abastecimento nas seguintes especificações: Óleo Diesel B S-500, tanque de no mínimo 12.000 litros e no máximo 14.900 litros, Óleo Diesel S-10, tanque de no mínimo 4.000 litros e no máximo 5.000 litros. O contratado deverá fornecer também o projeto arquitetônico e executivo com ART, planilha de custo e memorial descritivo da obra onde o tanque ficará locado, tudo em conformidade com a legislação vigente no país. Demais informações no edital completo. O CREDENCIAMENTO E ENTREGA DA PROPOSTA E DA DOCUMENTAÇÃO será no setor de Licitações do Município, situado na Rua do Comércio, 780, Rio das Antas/SC, no dia 14/12/2015, respeitando os seguintes horários: Até as 09:00 horas Credenciamento e entrega dos envelopes das Propostas e Documentação, com início da sessão às 09h15min. do mesmo dia. TIPO: Menor Preço por Item. RETIRADA DO EDITAL: Setor de licitações, de Segunda a Sexta, das 07:00 às 13:00 Horas, sem custo, Mediante pré cadastro. BASE LEGAL: Lei 10.520/02, Lei 8.666/93 e alterações, LC 123/06 e Decreto Municipal nº 13/2012. DEMAIS INFORMAÇÕES: Telefone (49) 3564-0125, Ramal 22. Rio das Antas (SC), 01 de Dezembro de 2015 / Alcir Jose Bodanese - Prefeito Municipal

# Rio do Sul

## PREFEITURA

### ANA PAULA NOLLI VIANA - 19º TERMO ADITIVO

19º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 780/2008, firmado em 21/05/2008, com término previsto para 18/12/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANA PAULA NOLLI VIANA, portador(a) do CPF nº 936.751.789-00, na qualidade de Contratado(a), celebram o 19º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 780/2008, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 780/2008, iniciando-se a prorrogação em 19/12/2015 e encerrando-se em 26/02/2016." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 17/12/2015.

GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração

ANA PAULA NOLLI VIANA  
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:  
CPF:

Nome:  
CPF:

### ANDRE DA SILVA - 5º TERMO ADITIVO

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 593/2012, firmado em 02/07/2012, com término previsto para 18/12/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANDRE DA SILVA, portador(a) do CPF nº 040.332.749-01, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 593/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 593/2012, iniciando-se a prorrogação em 19/12/2015 e encerrando-se em 26/02/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 17/12/2015.

GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração

ANDRE DA SILVA  
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:  
CPF:

Nome:  
CPF:

### ANGELA LOPES HAMES - 8º TERMO ADITIVO

8º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 277/2013, firmado em 19/08/2013, com término previsto para 18/12/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a)

ANGELA LOPES HAMES, portador(a) do CPF nº 792.075.539-53, na qualidade de Contratado(a), celebram o 8º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 277/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto  
Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 277/2013, iniciando-se a prorrogação em 19/12/2015 e encerrando-se em 05/02/2016." Cláusula Segunda - Da Ratificação  
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 17/12/2015.

GIVANILDO SILVA Secretário Municipal de Administração	ANGELA LOPES HAMES Contratado(a)
--	-------------------------------------

Testemunhas:

Nome: CPF:	Nome: CPF:
---------------	---------------

### CARMEN FARIAS - 3º TERMO ADITIVO

	3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 7/2015, firmado em 12/01/2015, com término previsto para 18/12/2015.
--	---

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CARMEN FARIAS, portador(a) do CPF nº 732.979.509-78, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 7/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto  
Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 7/2015, iniciando-se a prorrogação em 19/12/2015 e encerrando-se em 05/02/2016." Cláusula Segunda - Da Ratificação  
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 17/12/2015.

GIVANILDO SILVA Secretário Municipal de Administração	CARMEN FARIAS Contratado(a)
--	--------------------------------

Testemunhas:

Nome: CPF:	Nome: CPF:
---------------	---------------

### CORINA CAETANO ALVES - 8º TERMO ADITIVO

	8º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 316/2013, firmado em 24/10/2013, com término previsto para 18/12/2015.
--	---

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CORINA CAETANO ALVES, portador(a) do CPF nº 851.055.979-15, na qualidade de Contratado(a), celebram o 8º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 316/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto  
Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 316/2013, iniciando-se a prorrogação em 19/12/2015 e encerrando-se em 05/02/2016." Cláusula Segunda - Da Ratificação  
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.  
Rio do Sul, 17/12/2015.

GIVANILDO SILVA Secretário Municipal de Administração	CORINA CAETANO ALVES Contratado(a)
--	---------------------------------------



Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

**DECRETO Nº 5022, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2015.**

DECRETO Nº 5022, de 26 de novembro de 2015.

“HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO 101/2015 DE 10/11/15”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º-	Fica homologado de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 4458/2014, o resultado do Pregão Presencial para Registro de Preço nº 101/2015, de 10 de novembro de 2015, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:
	<ul style="list-style-type: none"><li>- AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP;</li><li>- THOMAS COMÉRCIO DE PESCADOS LTDA ME;</li><li>- COMERCIAL AGRÍCOLA ALTO VALE LTDA ME;</li><li>- COMÉRCIO DE FRUTAS E VERDURAS NUNESMANN LTDA;</li><li>- GIZELE REGINA DA SILVA – ME;</li><li>- SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXP E IMP LTDA;</li><li>- PRINCESA COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA EPP;</li><li>- NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA – ME;</li><li>- ALFREDO COMÉRCIO VAREJISTA LTDA ME;</li><li>- PFG COMERCIAL LTDA – ME.</li></ul>

Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
----------	--

Art. 3º-	Revogam-se as disposições em contrário.
----------	---

GABINETE DO PREFEITO  
26 de novembro de 2015.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito do Município de Rio do Sul

REGINA GARCIA FERREIRA  
Secretária Municipal de Educação

ANEXO AO DECRETO Nº 5022/2015

Pregão Presencial para Registro de Preços nº 101/2015 de 10.11.2015.

Objeto da Licitação:	REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, SETOR DE MERENDA ESCOLAR. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
Participantes Presentes:	
	<ul style="list-style-type: none"><li>- AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP;</li><li>- THOMAS COMÉRCIO DE PESCADOS LTDA ME;</li><li>- COMERCIAL AGRÍCOLA ALTO VALE LTDA ME;</li><li>- COMÉRCIO DE FRUTAS E VERDURAS NUNESMANN LTDA;</li><li>- GIZELE REGINA DA SILVA – ME;</li><li>- SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXP E IMP LTDA;</li><li>- PRINCESA COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA EPP;</li><li>- NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA – ME;</li><li>- ALFREDO COMÉRCIO VAREJISTA LTDA ME;</li><li>- PFG COMERCIAL LTDA – ME.</li></ul>
Decisão:	Pelo critério menor preço por item o Pregoeiro declarou vencedor o licitante:

- AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP;
- THOMAS COMÉRCIO DE PESCADOS LTDA ME;
- COMERCIAL AGRÍCOLA ALTO VALE LTDA ME;
- COMÉRCIO DE FRUTAS E VERDURAS NUNESMANN LTDA;
- GIZELE REGINA DA SILVA – ME;
- SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXP E IMP LTDA;
- PRINCESA COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA EPP;
- NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA – ME;
- ALFREDO COMÉRCIO VAREJISTA LTDA ME;
- PFG COMERCIAL LTDA – ME.

**DECRETO Nº 5028, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015.**

DECRETO Nº 5028, de 27 de novembro de 2015.

“FIXA O VALOR DA UNIDADE FISCAL MUNICIPAL (UFM) PARA O EXERCÍCIO DE 2016”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul; e com a Lei Complementar nº 53, de 06 de dezembro de 2000, alterada pela Lei Complementar nº 85, de 31 de julho de 2002,

DECRETA:

Art. 1º-	Fica determinado o valor da Unidade Fiscal Municipal (UFM), para o exercício de 2016, em R\$ 3,0500 (três reais e cinco centavos).
Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016.
Art. 3º-	Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

27 de novembro de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO

Secretário Municipal da Fazenda

**DECRETO Nº 5035, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015.**

DECRETO Nº 5035, de 01 de dezembro de 2015.

"ANULA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DO FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - FAP E SUPLEMENTA DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 12, inciso III, da Lei Orçamentária nº 5.535, de 16 de dezembro de 2014 e Lei nº 5.664, de 01 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º-	Fica suplementada até o limite de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:		
08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
08.03	DEPARTAMENTO DE APOIO ADMINISTRATIVO		
2.031	Manutenção do Departamento Administrativo		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	100.000,00
	TOTAL	R\$	100.000,00
Art. 2º-	Em contrapartida a suplementação constante no artigo primeiro, fica anulada na mesma importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:		
70.00	FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES		
70.01	FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES		
2.109	Aposentadorias, Pensões e Benefícios		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	100.000,00

	TOTAL	R\$	100.000,00
Art. 3º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.		
Art. 4º-	Revogam-se as disposições em contrário.		

GABINETE DO PREFEITO  
01 de dezembro de 2015.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito do Município de Rio do Sul

### DECRETO Nº 5036, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº 5036, de 01 de dezembro de 2015.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 12, inciso III, da Lei Orçamentária nº 5.535, de 16 de dezembro de 2014 e Lei nº 5.665, de 01 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º-	Ficam suplementadas até o limite de R\$ 3.273.761,44 (três milhões, duzentos e setenta e três mil, setecentos e sessenta e um reais e quarenta e quatro centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:
----------	---

02.00	GABINETE DO PREFEITO		
02.01	GABINETE DO PREFEITO		
2.002	Manutenção do Gabinete do Prefeito		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	10.241,35
02.05	DEPARTAMENTO DE EXPEDIENTE		
2.005	Manutenção do Departamento de Expediente		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	6.385,74
05.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, URBANISMO E MEIO AMBIENTE		
05.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, URBANISMO E MEIO AMBIENTE		
2.009	Manutenção do Gab. Sec. Desenv. Urbano e Meio Ambiente		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	23.334,50
05.05	DEPARTAMENTO DE PROJETOS		
2.013	Manutenção do Departamento de Projetos		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	1.818,54
06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
06.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO		
2.015	Manutenção do Departamento de Informática		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	7.614,52
06.04	DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS		
2.056	Manutenção do Departamento de Processos Licitatórios		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	13.367,57
06.05	DEPARTAMENTO DE PREVIDÊNCIA		
2.020	Manutenção do Departamento de Previdência		
3.0.00.00	Despesas Correntes		

3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	18.623,38
07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA		
07.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DA FAZENDA		
0.001	Pagamento da Dívida Fundada Interna		
4.0.00.00	Despesas Correntes		
4.6.00.00	Amortização da Dívida		
4.6.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	1.212.635,66
2.010	Manutenção Depto Cadastro Multifinalitário		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	41.500,26
07.02	DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA		
2.023	Manutenção do Departamento de Fiscalização Tributária		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	2.706,69
07.06	DIVISÃO DE PROTOCOLO		
2.027	Manutenção da Divisão de Protocolo		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	1.641,01
08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
08.02	DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO DE ENSINO		
2.030	Manutenção do Ensino Infantil		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01010000	Recursos Educação	R\$	1.096.616,44
2.067	Manutenção do Ensino Fundamental		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01010000	Recursos Educação	R\$	593.507,01
08.03	DEPARTAMENTO DE APOIO ADMINISTRATIVO		
2.031	Manutenção do Departamento Administrativo		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01010000	Recursos Educação	R\$	158.053,65
09.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E EMPREENDEDORISMO		
09.04	DEPARTAMENTO DE TURISMO		
2.045	Manutenção do Departamento de Turismo		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	16.528,21
10.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS		
10.03	DEPARTAMENTO DE OBRAS E MELHORIAS VIÁRIAS		
2.038	Manutenção do Departamento de Obras e Melhorias Viárias		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	19.362,88
12.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO		
12.02	DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
2.106	Manutenção do Departamento de Assistência Social		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		

3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	49.824,03
	TOTAL	R\$	3.273.761,44

Art. 2º-	Em contrapartida as suplementações constantes no artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância parcial de R\$ 3.273.761,44 (três milhões, duzentos e setenta e três mil, setecentos e sessenta e um reais e quarenta e quatro centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:		
----------	--	--	--

02.00	GABINETE DO PREFEITO		
02.01	GABINETE DO PREFEITO		
2.012	Manutenção do Departamento de Trânsito		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	3.964,00
2.064	Manutenção do Departamento da Guarda Municipal		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	37.188,28
02.02	DEPARTAMENTO DA DEFESA CIVIL		
2.003	Manutenção do Departamento de Defesa Civil		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	1.757,65
02.04	DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL		
2.004	Manutenção do Departamento de Comunicação Social		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	492,71
02.07	DEPARTAMENTO DO PROCON		
2.006	Manutenção do Departamento do Procon		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	1.515,49
03.00	GABINETE DO VICE-PREFEITO		
03.01	GABINETE DO VICE-PREFEITO		
2.007	Manutenção do Gabinete do Vice Prefeito		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	6.551,59
04.00	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		
04.01	PROCURADORIA JURÍDICA		
2.008	Manutenção da Procuradoria Jurídica		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	55.598,18
05.00	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO, URBANISMO E MEIO AMBIENTE		
05.03	DEPARTAMENTO DE URBANISMO		
1.079	Contrapartida de Convênios		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	830.009,55
2.011	Manutenção do Departamento de Urbanismo		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	44.639,15
05.06	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE		

2.014	Manutenção do Departamento de Meio Ambiente		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
010000	Recursos Ordinários	R\$	38.451,83
06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
06.01	GABINETE DO SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		
2.016	Manutenção do Gabinete do Secretário de Administração		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	22.129,43
06.02	DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO		
2.017	Manutenção do Departamento de Patrimônio		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	14.623,29
06.03	DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS		
2.018	Manutenção de Departamento de Recursos Humanos		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	42.532,22
3.1.91.00	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	778.300,07
06.04	DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS		
2.019	Manutenção do Departamento de Compras		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	15.789,08
07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA		
2.021	Manutenção do Gabinete do Secretário da Fazenda		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	17.405,15
07.03	DEPARTAMENTO CONTÁBIL		
2.024	Manutenção do Departamento Contábil		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	10.448,52
07.04	DEPARTAMENTO DE TESOUREARIA		
2.025	Manutenção do Departamento de Tesouraria		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	25.858,54
07.05	DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO		
2.026	Manutenção do Departamento de Arrecadação		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	13.746,82
08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
08.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO		
2.028	Manutenção do Gabinete do Secretário de Educação		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	2.972,55
08.02	DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO DE ENSINO		
2.030	Manutenção do Ensino Infantil		

3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.91.00	Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos		
0101000	Recursos Educação	R\$	406,78
2.032	Programa de Alimentação do Ensino Infantil		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
0100000	Recursos Ordinários	R\$	170.000,00
2.033	Programa de Alimentação do Ensino Fundamental		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
0100000	Recursos Ordinários	R\$	170.000,00
2.034	Transporte Escolar Educação Básica – Próprios		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
0101000	Recursos Educação	R\$	562.000,00
2.066	Manutenção do Ensino Infantil		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		
0101000	Recursos Educação	R\$	194.242,09
09.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E EMPREENDEDORISMO		
09.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E EMPREENDEDORISMO		
2.043	Manutenção do Gabinete Secretário de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	11.643,97
2.044	Manutenção do Depto Desenv. Econômico Nacional		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	1.180,31
10.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS		
10.01	GABINETE DO SEC. MUN. DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS		
2.036	Manutenção do Gabinete do Secretário de Obras e Serviços Urbanos		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
0100000	Recursos Ordinários	R\$	7.626,09
10.02	DEPARTAMENTO DE APOIO ADMINISTRATIVO E MANUTENÇÃO DE FROTAS		
2.037	Manutenção Departamento Apoio Administrativo e Manutenção de Obras		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
0100000	Recursos Ordinários	R\$	13.272,27
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
0100000	Recursos Ordinários	R\$	39.404,41
10.04	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS		
2.039	Manutenção do Departamento de Serviços Urbanos		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
0100000	Recursos Ordinários	R\$	33.351,64
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
0100000	Recursos Ordinários	R\$	45.000,00
11.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA		



11.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DE AGRICULTURA		
2.041	Manutenção do Gabinete do Secretário Municipal de Agricultura		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	451,79
11.02	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA		
2.042	Manutenção do Departamento de Agricultura		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	53.057,22
11.03	DEPARTAMENTO DE PECUÁRIA		
2.110	Manutenção do Departamento de Pecuária		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	1.107,41
12.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO		
12.03	DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO		
2.111	Manutenção do Departamento de Habitação		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	7.043,36
	TOTAL	R\$	3.273.761,44

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

01 de dezembro de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

## DECRETO Nº 5037, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº 5037, de 01 de dezembro de 2015.

"ANULA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 12, inciso III, da Lei Orçamentária nº 5.535, de 16 de dezembro de 2014 e Lei nº 5.666, de 01 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º- Fica suplementada até o limite de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.078	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
0102000	Recursos Saúde	R\$	651.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
0102000	Recursos Saúde	R\$	349.000,00
	TOTAL	R\$	1.000.000,00

Art. 2º- Em contrapartida as suplementações constantes no artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

05.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, URBANISMO E MEIO AMBIENTE		
05.03	DEPARTAMENTO DE URBANISMO		



1.079	Contrapartida de Convênios		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	56.286,90
05.06	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE		
2.060	Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	943.713,10
	TOTAL	R\$	1.000.000,00

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
01 de dezembro de 2015.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

### DECRETO Nº 5038, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº 5038, de 01 de dezembro de 2015.

"ANULA DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SUPLEMENTA DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 12, inciso III, da Lei Orçamentária nº 5.535, de 16 de dezembro de 2014 e Lei nº 5.667, de 01 de dezembro de 2015,

#### DECRETA:

Art. 1º- Fica suplementada até o limite de R\$ 227.439,80 (duzentos e vinte e sete mil, quatrocentos e trinta e nove reais e oitenta centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

12.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
12.02	DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
2.105	Manutenção do Gabinete do Secretário de Assistência Social		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	185.000,00
2.106	Manutenção do Departamento de Assistência Social		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	42.439,80
	TOTAL	R\$	227.439,80

Art. 2º- Em contrapartida as suplementações constantes no artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância de R\$ 227.439,80 (duzentos e vinte e sete mil, quatrocentos e trinta e nove reais e oitenta centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social:

50.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
50.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
2.099	Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	41.726,34
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	2.295,00
2.100	Proteção Social Básica Municipal		
3.0.00.00	Despesas Correntes		

3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	59.295,08
2.102	Proteção Especial de Alta Complexidade Municipal		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	123.720,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	403,38
	TOTAL	R\$	227.439,80

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
01 de dezembro de 2015.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

### DECRETO Nº 5039, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº 5039, de 01 de dezembro de 2015.

"ANULA DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SUPLEMENTA DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 12, inciso III, da Lei Orçamentária nº 5.535, de 16 de dezembro de 2014 e Lei nº 5.668, de 01 de dezembro de 2015,

#### DECRETA:

Art. 1º- Fica suplementada até o limite de R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

02.00	GABINETE DO PREFEITO		
02.01	GABINETE DO PREFEITO		
2.002	Manutenção do Gabinete do Prefeito		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.50.00	Transferência a Instituições Privadas s/ Fins Lucrativos		
03000000	Recursos Ordinários	R\$	21.000,00
	TOTAL	R\$	21.000,00

Art. 2º- Em contrapartida as suplementações constantes no artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância de R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais), a seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social:

50.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
50.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
2.099	Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
03000000	Recursos Ordinários	R\$	21.000,00
	TOTAL	R\$	21.000,00

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
01 de dezembro de 2015.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

**DECRETO Nº 5040, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015.**

DECRETO Nº 5040, de 01 de dezembro de 2015.

**"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL".**

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 12, inciso III, da Lei Orçamentária nº 5.535, de 16 de dezembro de 2014 e Lei nº 5.669, de 01 de dezembro de 2015,

**DECRETA:**

Art. 1º-	Fica suplementada até o limite de R\$ 448.621,30 (quatrocentos e quarenta e oito mil, seiscentos e vinte e um reais e trinta centavos), a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:
----------	--

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.078	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		
0102000	Recursos Saúde	R\$	214.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
0102000	Recursos Saúde	R\$	221.621,30
40.03	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL HOSPITALAR		
2.089	Blmac - Samu		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
0102000	Recursos Saúde	R\$	13.000,00
	TOTAL	R\$	448.621,30

Art. 2º-	Em contrapartida as suplementações constantes no artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância de R\$ 448.621,30 (quatrocentos e quarenta e oito mil, seiscentos e vinte e um reais e trinta centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:
----------	--

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
1.421	Contrapartida Construção 6 ESF'S		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
0102000	Recursos Saúde	R\$	171.837,77
2.078	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.91.00	Aplicações Diretas Decorrentes de Operação entre Órgãos		
0102000	Recursos Saúde	R\$	87.279,82
40.02	ATENÇÃO BÁSICA		
2.095	Blatb - Pab Fixo - Ações Básicas		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
0102000	Recursos Saúde	R\$	11.400,94
2.096	Blatb - Núcleo de Apoio a Saúde da Família		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
0102000	Recursos Saúde	R\$	3.012,41
40.03	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL HOSPITALAR		
2.080	Blmac - Manutenção da Gestão Plena - MAC		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
0102000	Recursos Saúde	R\$	21.832,80
2.088	Blmac - CAPS		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		

0102000	Recursos Saúde	R\$	120.257,56
40.05	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA		
2.082	Manutenção da Farmácia Popular		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
0102000	Recursos Saúde	R\$	33.000,00
	TOTAL	R\$	448.621,30

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

01 de dezembro de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

## DECRETO Nº 5041, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº 5041, de 01 de dezembro de 2015.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 12, inciso III, da Lei Orçamentária nº 5.535, de 16 de dezembro de 2014 e Lei nº 5.670, de 01 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º- Fica suplementada até o limite de R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente da Fundação Cultural de Rio do Sul:

20.00	FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL		
20.01	FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL		
2.072	Manutenção da Fundação Cultural de Rio do Sul		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	60.000,00
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	5.000,00
	TOTAL	R\$	65.000,00

Art. 2º- Em contrapartida as suplementações constantes no artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância de R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais), a seguintes dotações do orçamento vigente da Fundação Cultural de Rio do Sul:

20.00	FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL		
20.01	FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL		
1.038	Projetos, Eventos e Contrapartidas		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	65.000,00
	TOTAL	R\$	65.000,00

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

01 de dezembro de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

**ELISANDRA PEREIRA GROTH - 4º TERMO ADITIVO**

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 331/2014, firmado em 13/08/2014, com término previsto para 18/12/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ELISANDRA PEREIRA GROTH, portador(a) do CPF nº 002.515.870-88, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 331/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto  
Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 331/2014, iniciando-se a prorrogação em 19/12/2015 e encerrando-se em 26/02/2016." Cláusula Segunda - Da Ratificação  
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 17/12/2015.

GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração

ELISANDRA PEREIRA GROTH  
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:  
CPF:

Nome:  
CPF:

**ELIZEU CRISPIM DE MELLO - 4º TERMO ADITIVO**

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 340/2014, firmado em 27/08/2014, com término previsto para 18/12/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ELIZEU CRISPIM DE MELLO, portador(a) do CPF nº 712.952.839-72, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 340/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto  
Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 340/2014, iniciando-se a prorrogação em 19/12/2015 e encerrando-se em 26/02/2016." Cláusula Segunda - Da Ratificação  
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 17/12/2015.

GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração

ELIZEU CRISPIM DE MELLO  
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:  
CPF:

Nome:  
CPF:

**IVANIR LORENÇO - 3º TERMO ADITIVO**

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 18/2015, firmado em 15/01/2015, com término previsto para 18/12/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) IVANIR LORENÇO, portador(a) do CPF nº 824.723.199-91, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 18/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto  
Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 18/2015, iniciando-se a prorrogação em 19/12/2015 e encerrando-se em 05/02/2016." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 17/12/2015.

GIVANILDO SILVA Secretário Municipal de Administração	IVANIR LORENÇO Contratado(a)
--	---------------------------------

Testemunhas:

Nome: CPF:	Nome: CPF:
---------------	---------------

### LEI 5.664

LEI Nº 5.664, de 01 de dezembro de 2015.

"ANULA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DO FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - FAP E SUPLEMENTA DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-	Fica suplementada até o limite de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:
----------	---

08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
08.03	DEPARTAMENTO DE APOIO ADMINISTRATIVO		
2.031	Manutenção do Departamento Administrativo		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	100.000,00
	TOTAL	R\$	100.000,00

Art. 2º-	Em contrapartida a suplementação constante no artigo primeiro, fica anulada na mesma importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:
----------	---

70.00	FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES		
70.01	FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES		
2.109	Aposentadorias, Pensões e Benefícios		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	100.000,00
	TOTAL	R\$	100.000,00

Art. 3º-	Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
----------	--

Art. 4º-	Revogam-se as disposições em contrário.
----------	---

GABINETE DO PREFEITO  
01 de dezembro de 2015.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

### LEI 5.665

LEI Nº 5.665, de 01 de dezembro de 2015.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-	Ficam suplementadas até o limite de R\$ 3.273.761,44 (três milhões, duzentos e setenta e três mil, setecentos e sessenta e um reais e quarenta e quatro centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:
----------	---

02.00	GABINETE DO PREFEITO		
02.01	GABINETE DO PREFEITO		
2.002	Manutenção do Gabinete do Prefeito		

3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	10.241,35
02.05	DEPARTAMENTO DE EXPEDIENTE		
2.005	Manutenção do Departamento de Expediente		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	6.385,74
05.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, URBANISMO E MEIO AMBIENTE		
05.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, URBANISMO E MEIO AMBIENTE		
2.009	Manutenção do Gab. Sec. Desenv. Urbano e Meio Ambiente		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	23.334,50
05.05	DEPARTAMENTO DE PROJETOS		
2.013	Manutenção do Departamento de Projetos		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	1.818,54
06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
06.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO		
2.015	Manutenção do Departamento de Informática		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	7.614,52
06.04	DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS		
2.056	Manutenção do Departamento de Processos Licitatórios		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	13.367,57
06.05	DEPARTAMENTO DE PREVIDÊNCIA		
2.020	Manutenção do Departamento de Previdência		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	18.623,38
07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA		
07.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DA FAZENDA		
0.001	Pagamento da Dívida Fundada Interna		
4.0.00.00	Despesas Correntes		
4.6.00.00	Amortização da Dívida		
4.6.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	1.212.635,66
2.010	Manutenção Depto Cadastro Multifinalitário		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	41.500,26
07.02	DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA		
2.023	Manutenção do Departamento de Fiscalização Tributária		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	2.706,69
07.06	DIVISÃO DE PROTOCOLO		
2.027	Manutenção da Divisão de Protocolo		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		



3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	1.641,01
08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
08.02	DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO DE ENSINO		
2.030	Manutenção do Ensino Infantil		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01010000	Recursos Educação	R\$	1.096.616,44
2.067	Manutenção do Ensino Fundamental		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01010000	Recursos Educação	R\$	593.507,01
08.03	DEPARTAMENTO DE APOIO ADMINISTRATIVO		
2.031	Manutenção do Departamento Administrativo		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01010000	Recursos Educação	R\$	158.053,65
09.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E EMPREENDEDORISMO		
09.04	DEPARTAMENTO DE TURISMO		
2.045	Manutenção do Departamento de Turismo		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	16.528,21
10.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS		
10.03	DEPARTAMENTO DE OBRAS E MELHORIAS VIÁRIAS		
2.038	Manutenção do Departamento de Obras e Melhorias Viárias		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	19.362,88
12.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO		
12.02	DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
2.106	Manutenção do Departamento de Assistência Social		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	49.824,03
	TOTAL	R\$	3.273.761,44

Art. 2º- Em contrapartida as suplementações constantes no artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância parcial de R\$ 3.273.761,44 (três milhões, duzentos e setenta e três mil, setecentos e sessenta e um reais e quarenta e quatro centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

02.00	GABINETE DO PREFEITO		
02.01	GABINETE DO PREFEITO		
2.012	Manutenção do Departamento de Trânsito		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	3.964,00
2.064	Manutenção do Departamento da Guarda Municipal		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	37.188,28
02.02	DEPARTAMENTO DA DEFESA CIVIL		
2.003	Manutenção do Departamento de Defesa Civil		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	1.757,65



02.04	DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL		
2.004	Manutenção do Departamento de Comunicação Social		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
0100000	Recursos Ordinários	R\$	492,71
02.07	DEPARTAMENTO DO PROCON		
2.006	Manutenção do Departamento do Procon		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
0100000	Recursos Ordinários	R\$	1.515,49
03.00	GABINETE DO VICE-PREFEITO		
03.01	GABINETE DO VICE-PREFEITO		
2.007	Manutenção do Gabinete do Vice Prefeito		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
0100000	Recursos Ordinários	R\$	6.551,59
04.00	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		
04.01	PROCURADORIA JURÍDICA		
2.008	Manutenção da Procuradoria Jurídica		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
0100000	Recursos Ordinários	R\$	55.598,18
05.00	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO, URBANISMO E MEIO AMBIENTE		
05.03	DEPARTAMENTO DE URBANISMO		
1.079	Contrapartida de Convênios		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
0100000	Recursos Ordinários	R\$	830.009,55
2.011	Manutenção do Departamento de Urbanismo		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
0100000	Recursos Ordinários	R\$	44.639,15
05.06	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE		
2.014	Manutenção do Departamento de Meio Ambiente		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
010000	Recursos Ordinários	R\$	38.451,83
06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
06.01	GABINETE DO SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		
2.016	Manutenção do Gabinete do Secretário de Administração		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	22.129,43
06.02	DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO		
2.017	Manutenção do Departamento de Patrimônio		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	14.623,29
06.03	DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS		
2.018	Manutenção de Departamento de Recursos Humanos		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	42.532,22
3.1.91.00	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos		

01000000	Recursos Ordinários	R\$	778.300,07
06.04	DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS		
2.019	Manutenção do Departamento de Compras		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	15.789,08
07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA		
2.021	Manutenção do Gabinete do Secretário da Fazenda		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	17.405,15
07.03	DEPARTAMENTO CONTÁBIL		
2.024	Manutenção do Departamento Contábil		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	10.448,52
07.04	DEPARTAMENTO DE TESOUREARIA		
2.025	Manutenção do Departamento de Tesouraria		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	25.858,54
07.05	DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO		
2.026	Manutenção do Departamento de Arrecadação		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	13.746,82
08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
08.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO		
2.028	Manutenção do Gabinete do Secretário de Educação		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	2.972,55
08.02	DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO DE ENSINO		
2.030	Manutenção do Ensino Infantil		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.91.00	Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos		
0101000	Recursos Educação	R\$	406,78
2.032	Programa de Alimentação do Ensino Infantil		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	170.000,00
2.033	Programa de Alimentação do Ensino Fundamental		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	170.000,00
2.034	Transporte Escolar Educação Básica – Próprios		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
0101000	Recursos Educação	R\$	562.000,00
2.066	Manutenção do Ensino Infantil		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		
0101000	Recursos Educação	R\$	194.242,09

09.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E EMPREENDEDORISMO		
09.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E EMPREENDEDORISMO		
2.043	Manutenção do Gabinete Secretário de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	11.643,97
2.044	Manutenção do Depto Desenv. Econômico Nacional		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	1.180,31
10.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS		
10.01	GABINETE DO SEC. MUN. DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS		
2.036	Manutenção do Gabinete do Secretário de Obras e Serviços Urbanos		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	7.626,09
10.02	DEPARTAMENTO DE APOIO ADMINISTRATIVO E MANUTENÇÃO DE FROTAS		
2.037	Manutenção Departamento Apoio Administrativo e Manutenção de Obras		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	13.272,27
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	39.404,41
10.04	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS		
2.039	Manutenção do Departamento de Serviços Urbanos		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	33.351,64
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	45.000,00
11.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA		
11.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DE AGRICULTURA		
2.041	Manutenção do Gabinete do Secretário Municipal de Agricultura		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	451,79
11.02	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA		
2.042	Manutenção do Departamento de Agricultura		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	53.057,22
11.03	DEPARTAMENTO DE PECUÁRIA		
2.110	Manutenção do Departamento de Pecuária		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	1.107,41
12.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO		
12.03	DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO		
2.111	Manutenção do Departamento de Habitação		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		

0100000	Recursos Ordinários	R\$	7.043,36
	TOTAL	R\$	3.273.761,44

Art. 3º-	Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
----------	--

Art. 4º-	Revogam-se as disposições em contrário.
----------	---

GABINETE DO PREFEITO  
01 de dezembro de 2015.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

**LEI 5.666**

LEI Nº 5.666, de 01 de dezembro de 2015.

"ANULA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-	Fica suplementada até o limite de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:
----------	---

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.078	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
0102000	Recursos Saúde	R\$	651.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
0102000	Recursos Saúde	R\$	349.000,00
	TOTAL	R\$	1.000.000,00

Art. 2º-	Em contrapartida as suplementações constantes no artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:
----------	--

05.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, URBANISMO E MEIO AMBIENTE		
05.03	DEPARTAMENTO DE URBANISMO		
1.079	Contrapartida de Convênios		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	56.286,90
05.06	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE		
2.060	Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	943.713,10
	TOTAL	R\$	1.000.000,00

Art. 3º-	Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
----------	--

Art. 4º-	Revogam-se as disposições em contrário.
----------	---

GABINETE DO PREFEITO  
01 de dezembro de 2015.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

**LEI 5.667**

LEI Nº 5.667, de 01 de dezembro de 2015.

"ANULA DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SUPLEMENTA DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-	Fica suplementada até o limite de R\$ 227.439,80 (duzentos e vinte e sete mil, quatrocentos e trinta e nove reais e oitenta centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:
----------	---

12.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
12.02	DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
2.105	Manutenção do Gabinete do Secretário de Assistência Social		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	185.000,00
2.106	Manutenção do Departamento de Assistência Social		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	42.439,80
	TOTAL	R\$	227.439,80

Art. 2º-	Em contrapartida as suplementações constantes no artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância de R\$ 227.439,80 (duzentos e vinte e sete mil, quatrocentos e trinta e nove reais e oitenta centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social:
----------	--

50.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
50.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
2.099	Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	41.726,34
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	2.295,00
2.100	Proteção Social Básica Municipal		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	59.295,08
2.102	Proteção Especial de Alta Complexidade Municipal		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	123.720,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	403,38
	TOTAL	R\$	227.439,80

Art. 3º-	Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
----------	--

Art. 4º-	Revogam-se as disposições em contrário.
----------	---

GABINETE DO PREFEITO

01 de dezembro de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

**LEI 5.668**

LEI Nº 5.668, de 01 de dezembro de 2015.

"ANULA DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SUPLEMENTA DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-	Fica suplementada até o limite de R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:
----------	---

02.00	GABINETE DO PREFEITO		
02.01	GABINETE DO PREFEITO		
2.002	Manutenção do Gabinete do Prefeito		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.50.00	Transferência a Instituições Privadas s/ Fins Lucrativos		
03000000	Recursos Ordinários	R\$	21.000,00
	TOTAL	R\$	21.000,00

Art. 2º-	Em contrapartida as suplementações constantes no artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância de R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais), a seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social:
----------	--

50.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
50.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
2.099	Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
03000000	Recursos Ordinários	R\$	21.000,00
	TOTAL	R\$	21.000,00

Art. 3º-	Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
----------	--

Art. 4º-	Revogam-se as disposições em contrário.
----------	---

GABINETE DO PREFEITO  
01 de dezembro de 2015.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

**LEI 5.669**

LEI Nº 5.669, de 01 de dezembro de 2015.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-	Fica suplementada até o limite de R\$ 448.621,30 (quatrocentos e quarenta e oito mil, seiscentos e vinte e um reais e trinta centavos), a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:
----------	--

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.078	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		
0102000	Recursos Saúde	R\$	214.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
0102000	Recursos Saúde	R\$	221.621,30
40.03	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL HOSPITALAR		
2.089	Blmac - Samu		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
0102000	Recursos Saúde	R\$	13.000,00
	TOTAL	R\$	448.621,30

Art. 2º-	Em contrapartida as suplementações constantes no artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância de R\$ 448.621,30 (quatrocentos e quarenta e oito mil, seiscentos e vinte e um reais e trinta centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:		
40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
1.421	Contrapartida Construção 6 ESF'S		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
0102000	Recursos Saúde	R\$	171.837,77
2.078	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.91.00	Aplicações Diretas Decorrentes de Operação entre Órgãos		
0102000	Recursos Saúde	R\$	87.279,82
40.02	ATENÇÃO BÁSICA		
2.095	Blatb - Pab Fixo - Ações Básicas		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
0102000	Recursos Saúde	R\$	11.400,94
2.096	Blatb - Núcleo de Apoio a Saúde da Família		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
0102000	Recursos Saúde	R\$	3.012,41
40.03	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL HOSPITALAR		
2.080	Blmac - Manutenção da Gestão Plena - MAC		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
0102000	Recursos Saúde	R\$	21.832,80
2.088	Blmac - CAPS		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
0102000	Recursos Saúde	R\$	120.257,56
40.05	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA		
2.082	Manutenção da Farmácia Popular		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
0102000	Recursos Saúde	R\$	33.000,00
	TOTAL	R\$	448.621,30

Art. 3º-	Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
----------	--

Art. 4º-	Revogam-se as disposições em contrário.
----------	---

GABINETE DO PREFEITO  
01 de dezembro de 2015.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul



**LEI 5.670**

LEI Nº 5.670, de 01 de dezembro de 2015.

**"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL".**

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-	Fica suplementada até o limite de R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente da Fundação Cultural de Rio do Sul:
----------	---

20.00	FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL		
20.01	FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL		
2.072	Manutenção da Fundação Cultural de Rio do Sul		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	60.000,00
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	5.000,00
	TOTAL	R\$	65.000,00

Art. 2º-	Em contrapartida as suplementações constantes no artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância de R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais), a seguintes dotações do orçamento vigente da Fundação Cultural de Rio do Sul:
----------	--

20.00	FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL		
20.01	FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL		
1.038	Projetos, Eventos e Contrapartidas		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	65.000,00
	TOTAL	R\$	65.000,00

Art. 3º-	Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
----------	--

Art. 4º-	Revogam-se as disposições em contrário.
----------	---

GABINETE DO PREFEITO

01 de dezembro de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

**LEI COMPLEMENTAR Nº 308**

LEI COMPLEMENTAR Nº 308, de 30 de novembro de 2015.

**"CONSOLIDA A LEGISLAÇÃO MUNICIPAL REFERENTE AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS TITULARES DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DOS PODERES LEGISLATIVO, EXECUTIVO E DAS FUNDAÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, E ALTERA O FUNDO MUNICIPAL RESPECTIVO".**

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-	Esta Lei Complementar consolida a legislação municipal referente ao Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos do município de Rio do Sul.
	Parágrafo único - Encontram-se consolidados nesta Lei Complementar os seguintes dispositivos legais:
	I - Lei Complementar nº 73, de 20 de novembro de 2001; II - Lei Complementar nº 81, de 30 de abril de 2002; III - Lei Complementar nº 87, de 4 de setembro de 2002; IV - Lei Complementar nº 88, de 16 de outubro de 2002; V - Lei Complementar nº 137, de 29 de setembro de 2005; VI - Lei Complementar nº 146, de 20 de dezembro de 2005; VII - Lei Complementar nº 200, de 24 de março de 2010; VIII - Lei Complementar nº 216, de 14 de dezembro de 2010; IX - Lei Complementar nº 240, de 25 de janeiro de 2012.

TÍTULO I  
DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS



Art. 2º-	O Regime Próprio de Previdência Social – FAP – dos servidores públicos titulares de cargos de provimento efetivo dos Poderes Legislativo, Executivo e das Fundações Públicas do município de Rio do Sul, denominados beneficiários, rege-se por esta Lei Complementar.
Art. 3º-	Incumbe à Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul a supervisão do regime de previdência social e a sua gestão financeira, administrativa e operacional, na forma desta Lei Complementar, através do Fundo de Aposentadoria e Pensões – FAP.

## TÍTULO II DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Art. 4º-	Integram o regime previdenciário instituído por esta Lei Complementar os seguintes benefícios pecuniários:
	<p>I - para o segurado:</p> <p>a) Aposentadoria por invalidez;</p> <p>b) Aposentadoria compulsória;</p> <p>c) Aposentadoria voluntária por tempo de contribuição;</p> <p>d) Aposentadoria voluntária por idade;</p> <p>e) Auxílio-doença;</p> <p>f) Salário-família;</p> <p>g) Salário-maternidade.</p> <p>II - para o dependente:</p> <p>a) Pensão por morte;</p> <p>b) Auxílio reclusão.</p>
	§ 1º- No pagamento do valor do auxílio reclusão, deverão ser observadas as regras contidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul.
	§ 2º- É de responsabilidade do Poderes Legislativo, Executivo e suas Fundações o pagamento das parcelas relativas ao auxílio-reclusão, devendo, entretanto, estes valores serem abatidos da contribuição dos respectivos órgãos, a ser repassada ao FAP.

## CAPÍTULO I DAS APOSENTADORIAS

Art. 5º-	A aposentadoria será concedida à vista dos documentos comprobatórios da titularidade do cargo efetivo, da respectiva remuneração e do registro contábil das contribuições individuais, devendo, ainda, ser observadas as seguintes condições:
	<p>I - para aposentadoria por invalidez, comprovação da invalidez permanente, das suas causas, especificadamente quando decorrentes de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, nos termos desta Lei Complementar, e da impossibilidade de readaptação, por laudo passado por junta médica oficial, e do tempo de contribuição;</p> <p>II - para aposentadoria compulsória, completamento de 70 anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição;</p> <p>III - para aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, comprovação de ter cumprido tempo mínimo de 10 anos de efetivo exercício no serviço público e de 5 anos no cargo efetivo que servirá de base para o cálculo desse benefício, e do completamento de 60 anos de idade e 35 anos de contribuição, se homem, e de 55 anos de idade e 30 anos de contribuição, se mulher.</p> <p>IV - para aposentadoria voluntária por idade, completamento de 65 anos de idade, se homem, e de 60 anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, desde que cumprido o tempo mínimo de 10 anos de efetivo exercício no serviço público e de 5 anos no cargo efetivo que se dará a aposentadoria.</p>
	§ 1º- No caso de aposentadoria voluntária em cargo efetivo de magistério, desde que comprovado o tempo de efetivo exercício exclusivamente em funções de educação infantil e no ensino fundamental e médio, exigir-se-á a comprovação do completamento de 55 anos de idade e 30 anos de contribuição, se homem, e de 50 anos de idade e 25 anos de contribuição, se mulher, desde que cumprido o tempo mínimo de 10 anos de efetivo exercício no serviço público e de 5 anos no cargo efetivo que se dará a aposentadoria.
	§ 2º- A concessão das aposentadorias por invalidez e voluntárias dependerá de requerimento e da publicação do ato, ainda que, no primeiro caso, tenha sido encaminhada por junta médica oficial.
	§ 3º- A aposentadoria compulsória será automática, devendo ser simplesmente declarada por ato, produzindo seus efeitos a partir do dia imediato ao do aniversário do segurado que assinala a idade limite de permanência no serviço público.
	§ 4º- O tempo de contribuição federal, estadual, distrital, municipal ou por serviço prestado à atividade privada será contado para efeito de aposentadoria.
	§ 5º- Não haverá contagem de tempo de contribuição fictício.
	§ 6º- É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que trata esta Lei Complementar, ressalvados, nos termos definidos em Leis Complementares, os casos de servidores:
	<p>I - portadores de deficiência;</p> <p>II - que exerçam atividades de risco; e</p> <p>III - cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.</p>
Art. 6º-	Para os efeitos de comprovação da invalidez permanente, declarada oficialmente, considera-se:
	<p>I - moléstia profissional, a que se deve atribuir, como relação de causa e efeito, às condições inerentes ao serviço ou fatos nele ocorridos;</p> <p>II - acidente em serviço, o evento danoso que tenha como causa mediata ou imediata o exercício das atribuições inerentes ao cargo, assim como a agressão sofrida e não provocada pelo segurado no exercício de suas atribuições ou em razão delas;</p> <p>III - doença grave, contagiosa ou incurável, quando o sejam tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira posterior ao ingresso no serviço público, hanseníase, cardiopatia grave, doença de Parkinson, paralisia irreversível e incapacitante, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, estados avançados do mal de paget (osteíte deformante), doença e Alzheimer, Síndrome de Imunodeficiência Adquirida-AIDS e outras que a Lei Federal especificar, com base na medicina especializada.</p>

	§ 1º- O acometimento de qualquer das doenças enumeradas nos itens II e III deste artigo, posteriormente à aposentadoria, uma vez declaradas em laudo médico oficial, produzirá todos os efeitos jurídicos decorrentes, a partir da publicação do ato que o reconhecer.
	§ 2º- O pagamento do benefício de aposentadoria por invalidez decorrente de doença mental somente será feito ao curador do segurado, condicionado à apresentação do termo de curatela, ainda que provisório.
	§ 3º- O segurado que voltar a exercer a atividade laboral terá a aposentadoria por invalidez permanente cessada a partir da data do retorno.
	§ 4º- A aposentadoria por invalidez será sempre precedida de licenças para tratamento de saúde, que somem 24 (vinte e quatro) meses, salvo se, antes deste período, laudo médico concluir pela incapacidade definitiva para o serviço público.
	§ 5º- O lapso de tempo compreendido entre o término da licença e a publicação do ato de aposentadoria será considerado como de prorrogação da licença.
	§ 6º- A invalidez para o exercício do cargo não se confunde com a invalidez para o serviço público.
	§ 7º- Se não for considerado incapaz para o serviço público, o servidor será readaptado para o exercício de cargo compatível com a sua condição.
Art. 7º-	Nos casos de atividades exercidas exclusivamente sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou integridade física do segurado, a aposentadoria obedecerá ao que seja definido em Lei Complementar específica, de competência atribuída constitucionalmente à União.
Art. 8º-	No cálculo dos proventos de aposentadoria dos servidores titulares de cargo efetivo, será considerada a média aritmética simples das maiores remunerações, utilizadas como base para as contribuições do servidor ao regime de previdência em que esteve vinculado, correspondentes a 80% (oitenta por cento) de todo o período contributivo desde a competência julho/1994 ou desde a data de início da contribuição, se posterior àquela competência.
Art. 9º-	As remunerações consideradas no cálculo do valor inicial dos proventos terão os seus valores atualizados mês a mês, de acordo com a variação integral do índice fixado para a atualização dos salários-de-contribuição considerados no cálculo dos benefícios do regime geral de previdência social.
	§ 1º- Os valores das remunerações a serem utilizadas no art. 8º da presente Lei Complementar serão comprovados mediante documento fornecido pelos órgãos e entidades gestoras dos regimes de previdência aos quais o servidor esteve vinculado.
	§ 2º- A aposentadoria se dará com proventos integrais, considerada a média aritmética simples de que trata o art. 8º da presente Lei Complementar, nos casos de aposentadoria por invalidez permanente decorrente de acidente de serviço, doença profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei, e de aposentadoria voluntária pelo completamento da idade e do tempo de contribuição.
	§ 3º- Nos demais casos, de aposentadoria por invalidez permanente, de aposentadoria voluntária concedida por implemento de idade, e de aposentadoria compulsória, os proventos serão calculados proporcionalmente ao tempo de contribuição do segurado, em face do tempo exigido para aposentadoria voluntária, observando-se, também, a média aritmética de que trata o caput deste artigo.
	§ 4º- Na hipótese da não instituição de contribuição para o regime próprio durante o período referido no art. 8º da presente Lei Complementar, considerar-se-á, como base de cálculo dos proventos, a remuneração do servidor no cargo efetivo no mesmo período.
Art. 10-	É vedada a percepção simultânea de proventos decorrentes de mais de uma aposentadoria à conta dos regimes de previdência do servidor público ou com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma admitida constitucionalmente, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.
Art. 11-	Entende-se como tempo de contribuição, para efeitos de aposentadoria, o tempo de serviço prestado pelo segurado na forma da legislação vigente até 20 de novembro de 2001.
Art. 12-	Ao Segurado do Fundo de Aposentadoria e Pensões- FAP que tiver ingressado por concurso público de provas ou de provas ou títulos em cargo público efetivo na administração pública direta, autárquica e fundacional da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, até 16 de dezembro de 1998, será facultada sua aposentação quando cumulativamente:
	I - tiver cinquenta e três anos de idade, se homem, e quarenta e oito anos de idade, se mulher; II - tiver cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria; III - contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de: a) trinta e cinco anos, se homem e trinta anos se mulher, e b) um período adicional equivalente a vinte por cento do tempo que, na data da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, faltaria para atingir o limite de tempo constante da alínea "a" deste inciso.
	§ 1º- O professor municipal, incluído o das autarquias e fundações, que, até a data de publicação da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, tenha ingressado, regularmente, em cargo efetivo de magistério e que opte por aposentar-se na forma do disposto no caput, terá o tempo de serviço exercido até a publicação daquela Emenda contado com acréscimo de 17%, se homem, e de 20%, se mulher, desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de efetivo exercício nas funções de magistério, observado o disposto no §3º deste artigo.
	§ 2º- O servidor de que trata este artigo que cumprir as exigências para aposentadoria na forma do caput terá seus proventos de inatividade reduzidos para cada ano antecipado em relação aos limites de idade estabelecidos pelo art. 5º, inciso III e § 1º, na seguinte proporção: I - 3,5% para aquele que completar as exigências para aposentadoria na forma do caput até 31 de dezembro de 2.005; II - 5% para aquele que completar as exigências para aposentadoria na forma do caput a partir de 1º de janeiro de 2.006.
	§ 3º- As aposentadorias concedidas com base neste artigo serão reajustadas, conforme regra disposta no art. 33, inciso II desta Lei Complementar.

Art. 13-	Art. 13. Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas pelo art. 5º e pelo art. 12, desta Lei Complementar, bem como em conformidade com o art. 40 da Constituição Federal e pelas regras estabelecidas pelo art. 2º da Emenda Constitucional 41/03, o servidor dos Poderes Legislativo e Executivo, de suas Autarquias e Fundações, que tenha ingressado no serviço público até a data de publicação da Emenda Constitucional 41/03, poderá aposentar-se com proventos integrais, que corresponderão à totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, na forma da lei, quando observadas as reduções de idade e tempo de contribuição contidas no §5º, do art. 40 da Constituição Federal, vier a preencher, cumulativamente, as seguintes condições:
	I - 60 anos de idade, se homem, e 55 anos de idade, se mulher; II - 35 anos de contribuição, se homem, e 30 anos de contribuição, se mulher; III - 20 anos de efetivo exercício no serviço público federal, estadual, distrital e municipal; IV - 10 anos de carreira e cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria.
	Parágrafo único - Os proventos das aposentadorias concedidas conforme este artigo serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, observado o disposto no inciso XI do art. 37, da Constituição Federal.
Art. 14-	Art. 14. Observado o disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal, os proventos de aposentadoria dos servidores públicos titulares de cargo efetivo e as pensões dos seus dependentes pagos pelo FAP, em fruição na data da publicação da Emenda Constitucional 41/03, bem como os proventos de aposentadoria dos servidores e as pensões dos dependentes abrangidos pelo art. 3º da mesma Emenda, serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria, ou que serviu de referência para a concessão da pensão, na forma da lei.
Art. 15-	Art. 15. Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas pelo art. 40 da Constituição Federal ou pelas regras estabelecidas pelos art. 2º e 6º da Emenda Constitucional 41/03, o servidor municipal, incluído o das suas autarquias e fundações, que tenha ingressado no serviço público até 16 de dezembro de 1998, poderá aposentar-se com proventos integrais, desde que preencha, cumulativamente, as seguintes condições:
	I - 35 anos de contribuição, se homem, e 30 anos de contribuição, se mulher; II - 25 anos de efetivo exercício no serviço público, 15 anos de carreira e 5 anos no cargo em que se der aposentadoria; III - idade mínima resultante da redução, relativamente aos limites do art. 40, § 1º, inciso III, alínea "a" da Constituição Federal, de 1 ano de idade para cada ano de contribuição que exceder a condição prevista no inciso I do caput deste artigo.
	Parágrafo único - Aplica-se ao valor dos proventos de aposentadorias concedidas com base neste artigo o disposto no art. 7º da Emenda Constitucional 41/03, observando-se igual critério de revisão às pensões derivadas dos proventos de servidores falecidos que tenham se aposentado em conformidade com este artigo.
Art. 16-	As aposentadorias e pensões concedidas anteriores a 9 de junho de 1992 serão pagas pelo erário municipal, podendo ser transferidas para a responsabilidade do FAP, por lei específica, após os estudos financeiros e atuariais respectivos.
	§ 1º- São mantidos todos os direitos e garantias assegurados aos aposentados, pensionistas na forma das disposições legais e constitucionais vigentes à data de publicação da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, assim como, àqueles que já cumpriram, até aquela data, os requisitos respectivos, observados o teto remuneratório estabelecido no art. 37, XI, da Constituição Federal.
	§ 2º- É assegurada a concessão de aposentadoria e pensão, a qualquer tempo, pelo município de Rio do Sul, e Fundações, aos servidores públicos e aos seus dependentes que, até a data da publicação da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, tenham cumprido os requisitos exigidos para a sua obtenção com base nos critérios da legislação então vigente.
	§ 3º- Os proventos da aposentadoria a ser concedida aos servidores públicos referidos no parágrafo anterior, em termos integrais ou proporcionais ao tempo de serviço já exercido até a data de publicação da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, bem como as pensões de seus dependentes, serão calculados de acordo com a legislação em vigor à época em que foram atendidas as prescrições nela estabelecidas para a concessão destes benefícios ou nas condições da legislação vigente.
Art. 17-	O servidor público municipal, incluído o das fundações, que tenha completado as exigências para a aposentadoria integral, nos termos do art. 12, desta Lei Complementar, e que opte por permanecer em atividade, fará jus à isenção da contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria contidas no art. 5º, III, desta Lei Complementar.
Art. 18-	Aplica-se o disposto no art.17 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias aos proventos de aposentadorias e pensões percebidos, cumulativamente ou não.
Art. 19-	A vedação prevista no art. 10 desta Lei Complementar não se aplica aos inativos que, até a publicação da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, tenham ingressado novamente no serviço público municipal por concurso público de provas ou de provas e títulos, sendo-lhes proibida a percepção de mais de uma aposentadoria pelo presente regime, aplicando-se-lhes o limite de que trata o parágrafo único, do art. 32, desta Lei Complementar.
Art. 20-	Fica assegurada aos Servidores Públicos Municipais da Administração Direta do Município, contemplados com a estabilidade constitucional especial do artigo 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, que se aposentarem a partir desta data pelo Regime Geral da Previdência Social, a complementação pelo município, dos respectivos proventos.
	Parágrafo único - O benefício assegurado no caput deste artigo, estende-se a futuras pensões deferidas aos dependentes destes servidores.

## CAPÍTULO II DO AUXÍLIO-DOENÇA

Art. 21-	Por auxílio-doença para tratamento de saúde compreende-se a incapacidade para o trabalho do segurado, proveniente de doença ou acidente de trabalho.
----------	--

	§ 1º- A incapacidade referida no caput é de caráter temporário e não definitiva.
	§ 2º- A concessão do auxílio-doença dependerá da verificação da condição de incapacidade, mediante exame médico-pericial a cargo do FAP, podendo o segurado, às suas expensas, fazer-se acompanhar de médico assistente.
	§ 3º- O segurado não poderá recusar as inspeções médicas posteriores, sob pena de suspensão do auxílio-doença.
Art. 22-	O auxílio-doença será devido ao servidor devidamente inscrito junto ao FAP, contado a partir do 16º dia de afastamento consecutivo de suas atividades e corresponderá a 100% da remuneração de contribuição definida nesta Lei Complementar.
	§ 1º- Durante os primeiros 15 dias consecutivos ao do afastamento da atividade por motivo de doença, competirá aos Poderes Legislativo, Executivo e as suas Fundações arcar com as despesas provenientes da remuneração do servidor enquadrado em tal circunstância.
	§ 2º- Os Poderes Legislativo, Executivo e as suas Fundações, serão responsáveis pelo pagamento das parcelas do auxílio-doença aos servidores em gozo do benefício, abatendo estes valores dos repasses da contribuição mensal a ser repassada ao FAP.
Art. 23-	Art. 23. O auxílio-doença cessará:
	I - pela recuperação da capacidade para o exercício do cargo de provimento efetivo;
	II - pela transformação de aposentadoria por invalidez.
Art. 24-	Os procedimentos necessários e a concessão do auxílio-doença serão determinados no Regulamento desta Lei.
Art. 25-	Fica assegurada, aos Servidores Públicos Municipais da Administração Direta do Município contemplados com a estabilidade constitucional especial do art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, a complementação do Auxílio Doença que vierem a receber do Instituto Nacional de Previdência Social – INSS –, ligados que são ao Regime Geral de Previdência Social.

### CAPÍTULO III DO SALÁRIO-FAMÍLIA

Art. 26-	Salário-família é um benefício a ser pago ao servidor inativo que comprove ter filhos menores de 14 anos de idade ou inválido de qualquer idade, este, comprovado mediante exame médico-pericial a cargo do FAP, atestando a incapacidade.
	Parágrafo único - Somente farão jus ao benefício previsto neste artigo, os servidores inativos que percebam a título de proventos mensais o valor equivalente ao previsto no Regime Geral de Previdência Social para o mesmo benefício.
Art. 27-	O salário-maternidade é devido durante 120 dias consecutivos à segurada:
	I - gestante, contados do primeiro dia do nono mês de gestação, salvo antecipação por prescrição médica;
	II - que adotar ou obtiver guarda judicial de criança de até um ano de idade, contados da data da expedição do respectivo ato.
	§ 1º- Na concessão de licenças decorrentes da norma contida no presente artigo, deverá ser observado o disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, na Seção que trata da licença à gestante, adotante e paternidade.
	§ 2º- No caso de nascimento prematuro, o pagamento do salário-maternidade terá início a partir da data do parto.
	§ 3º- No caso de natimorto, é devido salário-maternidade durante 30 dias, contados da data do evento, findo o qual a servidora será submetida a exame médico e, se julgada apta, reassumirá o exercício do cargo.
	§ 4º- Quando se tratar de aborto não delituoso, atestado por médico oficial é assegurado à servidora salário-maternidade por até 30 dias.
	§ 5º- O valor do salário-maternidade corresponderá à remuneração de contribuição da servidora.
	§ 6º- É de responsabilidade dos Poderes Legislativo, Executivo e suas Fundações o pagamento das parcelas relativas ao salário-maternidade, devendo, entretanto, estes valores serem abatidos da contribuição mensal dos respectivos órgãos, a ser repassada ao FAP.

### CAPÍTULO IV DA PENSÃO POR MORTE

Art. 28-	A pensão por morte será devida aos dependentes do segurado que vier a falecer e consistirá numa importância mensal conferida ao conjunto de dependentes do segurado, a partir da data do óbito ou da decisão judicial, no caso de morte presumida, e corresponderá à:
	I - totalidade dos proventos percebidos pelo aposentado na data anterior à do óbito, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social (RGPS), acrescida de 70% da parcela excedente a este limite; ou
	II - totalidade da remuneração do servidor efetivo na data anterior a do óbito, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social (RGPS), acrescida de 70% da parcela excedente a este limite, se o falecimento ocorrer quando o servidor ainda estiver em atividade.
	§ 1º- Declarada a morte presumida, pela autoridade judicial competente, a pensão será concedida em caráter provisório.
	§ 2º- Mediante prova do desaparecimento do segurado em consequência de acidente, desastre ou catástrofe, seus dependentes poderão habilitar-se à pensão provisória, independentemente de declaração judicial.
	§ 3º- Constatando-se o reaparecimento do segurado, extingue-se a pensão.
Art. 29-	Falecendo o segurado antes de realizada a inscrição de seus dependentes, ser-lhes-á permitido promoverem-na, com a habilitação à pensão por morte.
	§ 1º- Para efeito de concessão da pensão por morte, considerar-se-ão apenas os dependentes habilitados e inscritos, não se adiando a concessão pela falta de habilitação de outros possíveis dependentes.
	§ 2º- Concedida a pensão, qualquer habilitação posterior que implique na inclusão ou exclusão de dependentes só produzirá efeitos a partir da data em que se realizar.
Art. 30-	A pensão por morte deverá ser rateada em partes iguais entre todos os dependentes.

	§ 1º- Os dependentes de que trata o art. 38 desta Lei Complementar somente farão jus à pensão por morte caso não haja nenhum dos dependentes citados no art. 37 e seus parágrafos.
	§ 2º- As quotas de pensão reverterão em favor dos pensionistas remanescentes, procedendo-se a novo rateio ao verificar-se um dos motivos determinantes da perda da qualidade de dependente.
Art. 31-	Para os efeitos de concessão e manutenção do direito à pensão, os dependentes ficam obrigados às comprovações necessárias, sob pena de suspensão do benefício ou adiamento de sua concessão.

## CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 32-	Os proventos de aposentadoria e o valor das pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder à remuneração do respectivo servidor no cargo efetivo ocupado, nem serem inferiores ao salário mínimo nacional.
	Parágrafo único - A soma total dos proventos de aposentadoria, inclusive quando decorrentes da acumulação de cargos ou empregos públicos ou do regime geral de previdência social, e o montante resultante da adição de proventos com remuneração de cargo ou emprego acumulável na forma da Constituição, cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração e de cargo eletivo, bem assim o valor da pensão por morte, não poderão exceder ao subsídio mensal, em espécie, percebido pelo Prefeito Municipal.
Art. 33-	Os benefícios de aposentadoria e pensão serão reajustados da seguinte forma: I - com paridade: serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos segurados em atividade: a) aposentadorias e pensões concedidas até 31 de dezembro de 2003; b) aposentadorias para cuja concessão o servidor adquiriu o direito até 31 de dezembro de 2003; c) pensões decorrentes de falecimento de servidor ativo ou inativo, ocorrido até 31 de dezembro de 2003; d) aposentadorias concedidas de acordo com as regras do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003 e art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005; e) pensões decorrentes de falecimento de servidor que foi aposentado de acordo com o art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005; II - sem paridade: serão atualizados na mesma data e pelo mesmo índice de reajuste concedido pelo Regime Geral de Previdência Social: a) todas as aposentadorias concedidas cujo cálculo levou em consideração a média dos salários de contribuição, em obediência ao art. 1º da Lei Federal nº 10.887/2004 e da Medida Provisória nº 167/2004; b) pensões decorrentes de falecimento de servidor ocorrido a partir de 20 de fevereiro de 2004 concedidas pela regra do art. 2º da Lei Federal nº 10.887/2004 e da Medida Provisória nº 167/2004.
Art. 34-	É devido aos aposentados e pensionistas abono anual, nos mesmos moldes proporcionais da Gratificação Natalina assegurada aos servidores municipais ocupantes de cargo de provimento efetivo.

## TÍTULO III DOS BENEFICIÁRIOS: SEGURADOS E DEPENDENTES

### CAPÍTULO I DOS SEGURADOS

Art. 35-	Sob a denominação de segurado, com inscrição obrigatória no FAP, entendem-se todos os servidores titulares de cargo efetivo e os atuais inativos do Poder Executivo Municipal, incluídas fundações, assim como os aposentados nos termos desta Lei Complementar.
	§ 1º- Os segurados continuarão vinculados ao FAP quando forem postos à disposição de outros órgãos, poderes ou entidades, com ou sem ônus para a origem. Porém, perdem esta condição enquanto estiverem em gozo de licença não remunerada.
	§ 2º- A perda da qualidade de segurado importa na caducidade dos direitos inerentes a ela.
Art. 36-	Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência social.

### CAPÍTULO II DOS DEPENDENTES

Art. 37-	Para os efeitos desta Lei Complementar, são considerados dependentes do segurado o(a) cônjuge, o(a) companheiro(a), o(a) ex-cônjuge ou o(a) ex-companheiro(a) que comprove a dependência econômica ou receba alimentos, os filhos solteiros de qualquer condição, se menores de 21 anos e não emancipados ou se inválidos.
	§ 1º- Considera-se companheiro(a) a pessoa que, comprovadamente, mantenha união estável com o segurado.
	§ 2º- Equipara-se aos filhos, em idênticas condições, o enteado e aquele que, por determinação judicial, se ache sob tutela do segurado ou sob sua guarda.
Art. 38-	Considerar-se-ão dependentes do segurado, além das pessoas que estão declaradas como tais no artigo anterior: I - os pais; ou II - o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de vinte e um anos ou inválido.
	Parágrafo único - A dependência econômica poderá ser total ou parcial, desde que, necessária, constante e eficiente, nos termos seguintes: I - entende-se como necessária à dependência econômica, quando o dependente, não possuindo recursos próprios, absolutamente não possa prover-se sem o concurso do segurado;



	II - é constante a dependência econômica, sendo o auxílio dado ao dependente permanente e sem interrupção;
	III - é eficiente a dependência econômica, se a ajuda efetivamente cumpre o objetivo de prover a manutenção do dependente.

### CAPÍTULO III DA PERDA DA QUALIDADE DE DEPENDENTE

Art. 39-	A perda da qualidade de dependente ocorre em geral pela modificação da condição exigida e em particular:
	I - para o cônjuge, pela separação judicial ou divórcio, enquanto não lhe for assegurada a prestação de alimentos, pela anulação do casamento, pelo óbito ou por sentença judicial transitada em julgado;
	II - para o(a) companheiro(a), pela cessação da união estável com o segurado, enquanto não lhe for garantida a prestação de alimentos;
	III - para os filhos pelo completamento de 21 anos, pela emancipação ou pela cessação da invalidez;
	IV - para os dependentes econômicos pela mudança dessa condição, que deverá ser periodicamente comprovada, pelo completamento de 21 anos, ou pela cessação da invalidez.

### CAPÍTULO IV DA INSCRIÇÃO

Art. 40-	Os segurados e seus dependentes estão sujeitos à inscrição no FAP, mediante a apresentação da Declaração de Beneficiários, devendo mantê-la atualizada a fim de fazerem jus às prestações do regime de previdência instituído por esta Lei Complementar.
	§ 1º- O parentesco, a idade, o óbito, o nascimento, o casamento e os atos judiciais, extrajudiciais ou administrativos, para fins de inscrição ou exclusão de dependentes, serão sempre provados por documentos.
	§ 2º- A condição de invalidez será periodicamente comprovada mediante laudo de junta médica oficial.
	§ 3º- Para suprir a falta ou insuficiência de documento ou produzir prova de fato ou circunstâncias exigidas por esta Lei, com vista à inscrição de dependentes, admitir-se-á a declaração do interessado, corroborada por processo de justificação administrativa.

### TÍTULO IV DO CUSTEIO

#### CAPÍTULO I DA RECEITA

Art. 41-	São fontes do plano de custeio do RPPS (FAP) as seguintes receitas:
	I - contribuição previdenciária do Município;
	II - contribuição previdenciária dos segurados ativos;
	III - contribuição previdenciária dos segurados aposentados e dos pensionistas;
	IV - doações, subvenções e legados;
	V - receitas decorrentes de aplicações financeiras e receitas patrimoniais;
	VI - valores recebidos a título de compensação financeira, em razão do §9º do art. 201 da Constituição Federal;
	VII - demais dotações previstas no orçamento municipal.
	§ 1º- Constituem também fonte do plano de custeio do RPPS (FAP) as contribuições previdenciárias previstas nos incisos I, II e III incidentes sobre a gratificação natalina, auxílio-doença e os valores pagos ao segurado pelo seu vínculo funcional com o Município, em razão de decisão judicial ou administrativa.
	§ 2º- As receitas de que trata este artigo somente poderão ser utilizadas para pagamento de benefícios previdenciários do RPPS (FAP) e da taxa de administração destinada à manutenção desse Regime.
	§ 3º- O valor anual da taxa de administração mencionada no parágrafo anterior será de até 2% do valor total da remuneração, subsídios, proventos e pensões pagos aos segurados e beneficiários do RPPS (FAP) no exercício financeiro anterior.
	§ 4º- As aplicações financeiras dos recursos mencionados neste artigo atenderão às Resoluções do Conselho Monetário Nacional.
Art. 42-	A receita do FAP se constituirá de contribuição obrigatória dos segurados ativos, inativos e pensionistas, calculadas sobre os valores percebidos a título de remuneração e de proventos de aposentadorias e pensões, da contribuição dos Poderes Legislativo e Executivo e Fundações Municipais, nunca inferior à contribuição do segurado e nem excedente ao dobro desta, consignados no orçamento anual, conforme tabela a seguir:

Segurados Ativos	Entes Municipais
11%	22%

Art. 43-	A contribuição previdenciária dos segurados aposentados e dos pensionistas do FAP incidirá apenas sobre o valor que supere o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, com percentual igual ao estabelecido para os servidores de cargo efetivo.
----------	---

Art. 44-	Os servidores inativos e os pensionistas do Município, suas Fundações e do Poder Legislativo, em gozo de benefícios na data de publicação da Emenda Constitucional nº 41/2003, bem como os inativos e pensionistas cujos benefícios atualmente são pagos pelo erário municipal, contribuirão para o custeio deste regime próprio, com percentual igual ao estabelecido para os servidores titulares de cargo efetivo.
----------	---

Art. 45-	A contribuição prevista no art. 43 desta Lei Complementar incidirá apenas sobre as parcelas de proventos de aposentadoria e de pensão que superem o dobro do limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição Federal, quando o beneficiário, na forma da lei, for portador de doença incapacitante.
Art. 46-	Sobre os proventos de aposentadorias e pensões, concedidos anteriormente à Lei Complementar 02/92 e pagas pelo erário municipal, ou eventualmente, pelo FAP, incidirá a mesma contribuição prevista nos termos do art. 43 desta Lei Complementar.
Art. 47-	O servidor que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas no art. 5º, inciso III desta Lei Complementar, e que opte por permanecer em atividade, fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória, contida no art. 5º, inciso II desta Lei Complementar.

## CAPÍTULO II DA CONTRIBUIÇÃO DO SEGURADO

Art. 48-	Nas folhas de pagamento do pessoal efetivo/ativo dos Poderes Legislativo e Executivo Municipais, e suas Fundações, serão lançadas compulsoriamente as contribuições individuais respectivas e, mediante comunicação do FAP, as consignações e outros descontos que devam ser efetuados.
	§ 1º- O registro contábil das contribuições dos segurados será individualizado, anotando-se nome, número de matrícula, remuneração, valores mensais e acumulados das respectivas contribuições por pessoas físicas, pessoas jurídicas e Poderes municipais.
	§ 2º- Os segurados serão cientificados dos seus registros individuais de contribuições, mediante fornecimento de extratos anuais.
Art. 49-	A contribuição incidirá sobre a totalidade da remuneração correspondente ao mês normal de trabalho, incluída a Gratificação Natalina.
	Parágrafo único - Não incidirá contribuição sobre pagamentos eventuais, que tenham caráter de indenização, como diárias de viagem e ajuda de custo.

## CAPÍTULO III DO RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES

Art. 50-	A receita de contribuições recolhidas ou consignadas orçamentariamente será creditada ao FAP pelos Poderes e entidades até o dia 20 do mês respectivo ao pagamento, sob pena de responsabilidade funcional dos encarregados.
Art. 51-	Compete ao FAP fiscalizar a arrecadação e o recolhimento de qualquer importância que lhe for devida, sendo-lhe facultada a verificação da folha de pagamento dos Poderes e entidades vinculadas ao sistema, ficando os responsáveis obrigados a prestar os esclarecimentos e informações que lhes forem solicitados.
Art. 52-	As quantias devidas ao FAP e não recolhidas na data própria renderão juros de 1% ao mês, qualquer que seja a taxa de rendimento prevista na operação e independentemente de interpelação ou aviso.
Art. 53-	Os débitos apurados pelo FAP serão lançados em livro próprio, destinado à inscrição da sua dívida ativa.
	§ 1º- Nos contratos que celebrar, o FAP deverá estabelecer, para os casos de inadimplência, cláusula que determine a inscrição em dívida ativa, e autorize o executivo fiscal ou processo de execução para a cobrança.
	§ 2º- No caso de inadimplência, o FAP poderá ainda, a seu critério, promover a retenção de parcelas do ICMS correspondentes ao montante necessário para cobrir as prestações vencidas.

## TÍTULO V DA APLICAÇÃO DO PATRIMÔNIO E DO FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA

Art. 54-	Fica constituído o Fundo de Aposentadoria e Pensões - FAP, com finalidade exclusivamente previdenciária, para o qual serão canalizadas as contribuições respectivas, deduzido o valor dos benefícios em manutenção, integrado por bens, direitos e ativos a serem definidos no Plano de Custeio de Regime, aprovado anualmente, observados os critérios de avaliação e preceitos da legislação federal pertinente.
	Parágrafo único - Na elaboração do Plano de Custeio, o FAP poderá valer-se de auditoria, realizada por entidades independentes legalmente habilitadas, utilizando-se as normas gerais de atuária, baixadas pelo Instituto Brasileiro de Atuaria.
Art. 55-	Para atender ao cumprimento de suas obrigações, o FAP empregará as disponibilidades do fundo constituído pelo artigo anterior e outras de acordo com seus planos atuariais sistemáticos de aplicação de reservas, segundo diretrizes técnicas gerais fixadas atuarialmente, as quais tenham em vista:
	I - a segurança quanto à recuperação ou à conservação do valor nominal investido, bem como a percepção da rentabilidade compatível com os imperativos atuariais do Plano de Custeio, observadas as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, para a aplicação desses recursos;
	II - a manutenção do valor real, em poder aquisitivo, das aplicações realizadas com essa finalidade;
	III - a obtenção do máximo de rendimento compatível com a segurança e o grau de liquidez indispensável às aplicações dos fundos de previdência, destinados a compensar as operações de caráter social;
	IV - vedação à aplicação de recursos em títulos públicos, com exceção de títulos do Governo Federal.
	Parágrafo único - As reservas, evidenciadas dentro das técnicas atuariais, integrarão o Plano de Custeio e serão estruturadas em planos de aplicação.
Art. 56-	O FAP poderá firmar convênios, contratos ou acordos no interesse de suas aplicações patrimoniais, respeitada a legislação específica.
Art. 57-	O patrimônio do FAP em caso algum terá aplicação diversa da exigida pelas suas finalidades de previdência social definidas nesta Lei Complementar, sendo nulos de pleno direito os atos praticados em contrário, ficando os seus autores sujeitos às sanções legais, sem prejuízo das de natureza funcional, civil ou criminal em que venham a incorrer.

## TÍTULO VI DA GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Art. 58-	O exercício financeiro coincidirá com o ano civil e a contabilidade obedecerá às normas vigentes.
	§ 1º- Serão estabelecidas as adaptações necessárias do plano de contas e do processo de escrituração às peculiaridades do FAP, elaborados pela contabilidade geral do Município.
	§ 2º- Além do plano de contas geral, na forma deste artigo, o FAP poderá adotar outros, para controle interno, em casos específicos.
Art. 59-	Sem prejuízo das normas que alude o artigo anterior, a contabilidade do FAP evidenciará a receita e despesa de previdência social, de administração e investimentos.
Art. 60-	A proposta orçamentária para um exercício e o Balanço Geral, com a apuração do resultado do exercício, serão apresentadas nos prazos estabelecidos.
Art. 61-	Sob a designação de reservas técnicas, o Balanço Geral consignará as reservas matemáticas do regime de previdência social e as reservas matemáticas de contingência ou déficit técnico.
	§ 1º- As reservas matemáticas dos regimes de previdência social constituem os valores atuais, nos termos dos exercícios, dos compromissos líquidos assumidos pelo FAP, relativamente aos benefícios concedidos e a conceder.
	§ 2º- As reservas de contingência ou déficit técnico representam, respectivamente, o excesso ou a deficiência de cobertura no ativo das reservas matemáticas.
Art. 62-	As despesas administrativas do FAP não poderão ultrapassar os limites fixados para a estrutura do seu Plano de Custeio do Regime.
	Parágrafo único - Para cobertura de suas despesas administrativas, o FAP estabelecerá taxa de administração que não poderá exceder a 2% do valor total da remuneração dos servidores ativos.
Art. 63-	Sem dotação orçamentária, não se efetuará despesa alguma, nem se fará qualquer operação patrimonial, sob pena de responsabilidade dos que as autorizarem, inclusive a dos que houverem concorrido para a infração, além da anulação do ato, se houver para a Instituição qualquer prejuízo.
Art. 64-	A fiscalização atuarial, contábil, financeira, orçamentária e patrimonial será exercida na forma da Constituição e legislação complementar, obedecido o Regulamento do sistema de controle interno.
	Parágrafo único - O FAP deverá publicar, até o último dia útil do mês seguinte, demonstrativo desagregado da execução financeira e orçamentária mensal e acumulada de exercício corrente, observada a legislação federal.

## TÍTULO V DA ADMINISTRAÇÃO DO FAP

### CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 65-	O FAP será administrado colegialmente, cabendo as funções deliberativas ao Conselho de Administração e as funções gerenciais à Diretoria Executiva.
	§ 1º- Haverá, ainda, um Conselho Fiscal, órgão auxiliar do Conselho de Administração, com funções próprias.
	§ 2º- Os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal não serão remunerados pelo exercício dessas funções, consideradas serviço relevante.

### CAPÍTULO II DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 66-	O FAP será regido por um Conselho de Administração composto de 8 membros e terá a seguinte composição:
	I - três representantes e respectivos suplentes oriundos dos quadros dos servidores municipais efetivos estáveis e em atividade.
	II - dois representantes e respectivos suplentes dos servidores aposentados, da P.M.R.S. e do FAP.
	III - três representantes e respectivos suplentes oriundos dos quadros dos servidores efetivos estáveis em atividade, sendo dois, indicados pelo Poder Executivo e um indicado pelo Poder Legislativo Municipal.
	§ 1º- Dos membros que compõem o Conselho de Administração serão escolhidos, através de voto secreto pelos próprios conselheiros, um presidente, um vice-presidente e um secretário.
	§ 2º- O Conselho de Administração indicará no prazo máximo de três dias úteis, após a publicação do edital de convocação de eleição, doze servidores efetivos estáveis a que se refere o item I deste artigo e art. 78 e seis servidores aposentados a que se refere o item II deste artigo e art. 78.
	§ 3º- O Chefe do Poder Executivo indicará no prazo máximo de três dias úteis, após a publicação do edital de convocação de eleição, quatro representantes efetivos estáveis, dos quais o Conselho, através de voto secreto, elegerá dois representantes e dois suplentes para formação do Conselho.
	§ 4º- A escolha dos representantes efetivos estáveis e inativos a que se refere os itens I e II e dentre os servidores indicados pelo Conselho conforme estabelece o §1º deste artigo será efetuada através de Assembleia Geral Eleitoral, convocada pelo Presidente no mínimo quinze e no máximo trinta dias do término do mandato atual.
	§ 5º- Para compor o Conselho de Administração do FAP os membros indicados deverão preencher os seguintes requisitos:
	a) ser efetivo e ou inativo do Poder Executivo, do Poder Legislativo de Rio do Sul, do FAP ou das Fundações municipais;
	b) ter idoneidade moral, não estar respondendo processo disciplinar e nem ter sofrido penalidades nos últimos 5 anos;
	c) ter um mínimo de conhecimento da Legislação Municipal referente ao FAP e regime estatutário.



Art. 67-	O mandato dos membros do conselho de administração será de dois anos, permitida a sua reeleição.
	§ 1º- O Conselho reunir-se-á com a maioria de seus membros e as decisões serão tomadas por maioria simples de votos. O Conselho reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, mediante convocação do seu Presidente ou por solicitação de pelo menos dois de seus membros.
	§ 2º- Perderá o lugar no Conselho de Administração do FAP, o membro que faltar sem justificativa a três reuniões consecutivas ou cinco alternadas no ano, salvo se a ausência ocorrer por motivo de força maior, justificada por escrito ao Conselho, na forma estabelecida pelo seu regulamento.
	§ 3º- A vaga resultante da situação prevista no §2º deste artigo, será preenchida pelo respectivo suplente, no prazo máximo de 30 dias.
Art. 68-	Compete ao Conselho de Administração:
	I - decidir sobre as aplicações financeiras dos recursos do FAP;
	II - decidir sobre os pedidos de aposentadoria, pensões, bem como de redistribuição de pensão, devidamente instruídos pelos órgãos competentes da Prefeitura;
	III - declarar a perda da qualidade de pensionista;
	IV - zelar pela verificação e acompanhamento dos casos de invalidez e interdição mencionados no art. 6º desta Lei Complementar;
	V - elaborar e votar o seu Regimento Interno;
	VI - aprovar o orçamento do FAP;
	VII - solicitar ao Prefeito a abertura de créditos suplementares e especiais, quando for o caso;
	VIII - aprovar o plano de contas do FAP;
	IX - promover a avaliação técnica do FAP;
	X - a contratação de serviços técnicos especializados e ou serviços de terceiros;
	XI - executar demais atividades que lhe forem atribuídas.
Art. 69-	Ao Presidente compete:
	I - representar o FAP perante os Poderes Públicos e em Juízo, podendo, nesta última hipótese, delegar poderes;
	II - convocar as sessões do Conselho de Administração e da Assembleia Geral, presidindo aquelas e instalando estas últimas;
	III - assinar as atas das sessões, o orçamento anual, o relatório do exercício anterior e demais documentos, rubricar os livros da Secretaria e Tesouraria;
	IV - ordenar as despesas autorizadas e visar as contas a pagar de acordo com o cronograma de pagamentos;
	V - assinar, juntamente com o Diretor Presidente do fundo, os cheques do FAP;
	VI - gerenciar os recursos humanos do FAP;
	VII - prestar informações solicitadas pelos órgãos competentes;
	VIII - expedir e assinar as resoluções do FAP das matérias deliberadas pelo conselho;
	IX - demais atividades que lhe forem atribuídas, deliberadas pelo Conselho.
Art. 70-	Ao Secretário compete:
	I - elaborar correspondência do FAP;
	II - providenciar e responsabilizar-se pela guarda de documentos do FAP;
	III - redigir, ler e assinar as atas das sessões do Conselho de Administração;
	IV - dirigir e fiscalizar os trabalhos de Secretaria;
	V - demais atividades que lhe forem atribuídas.
Art. 71-	Compete ao vice-presidente representar o presidente nos seus impedimentos ou quando lhe for delegada tal atribuição.
Art. 72-	A convite do Presidente, ou por indicação de qualquer dos Conselheiros, poderão tomar parte nas reuniões do Conselho, com direito à discussão e informação, especialistas em assuntos a serem nelas tratados, técnicos e servidores do FAP.
Art. 73-	As decisões do Conselho, sob forma de Resolução, serão numeradas em ordem cronológica.
Art. 74-	Compete, ainda, ao Conselho de Administração do FAP:
	I - aprovar:
	a) os planos de trabalho propostos pela Diretoria Executiva;
	b) indicações para o bom desempenho técnico e administrativo do FAP;
	c) os planos de investimento propostos pelo Presidente do FAP;
	d) o Regimento Interno do Conselho;
	e) as propostas de alienação de bens imóveis do FAP;
	II - apreciar:
	a) o Plano de Custeio do Regime, encaminhando-o aos órgãos competentes;
	b) o Balanço Geral e a demonstração da execução orçamentária mensal e acumulada;
	c) a proposta orçamentária do FAP, encaminhando-a nos prazos legais;
	d) as propostas de modificações na estrutura organizacional do FAP, bem como de seu Quadro de Pessoal;
	III - solicitar ao Presidente do FAP toda e qualquer informação que julgar necessária para o desempenho das suas funções;
	IV - julgar recursos de decisões administrativas da Instituição, mediante prévia revisão da Presidência do FAP;
	V - deliberar sobre quaisquer assuntos que lhe sejam submetidos pelo Presidente do Conselho, pela Presidência do FAP, pela Diretoria Executiva.
	Parágrafo único - Os casos omissos serão submetidos mediante Exposição de Motivos do Presidente do Conselho ao Chefe do Poder Executivo.

### CAPÍTULO III DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 75-	A Diretoria Executiva do FAP será composta por servidores efetivos e estáveis designados pelo Poder Executivo Municipal em número de 3, sem ônus para o FAP, após aprovação do Conselho de Administração, para assegurar o perfeito funcionamento do Fundo.
	§ 1º- A estrutura da Diretoria Executiva terá os seguintes cargos: um Diretor Presidente, um Coordenador Administrativo e um Auxiliar Administrativo.
	§ 2º- Compete à Diretoria Executiva subsidiar os elementos necessários em todas as matérias sujeitas à apreciação e aprovação por parte do Conselho de Administração.
Art. 76-	Compete ao Diretor Presidente a representação do FAP, inclusive em Juízo, a coordenação geral do FAP, a movimentação das contas bancárias e das aplicações financeiras, em conjunto com o Presidente do Conselho de Administração, a administração geral dos recursos humanos, a autorização para a abertura de licitações, sua homologação e contratações, autorizar a concessão das prestações do regime de previdência social, proceder aos encaminhamentos decorrentes desta Lei Complementar, prestar as informações solicitadas pelos órgãos competentes.
Art. 77-	O Regimento Interno do FAP, a ser aprovado por Decreto do Prefeito Municipal, disporá sobre as atribuições e competências dos órgãos e agentes.

### CAPÍTULO IV DO CONSELHO FISCAL

Art. 78-	O Conselho Fiscal será composto por 3 membros efetivos e seus respectivos suplentes, sendo eleitos na mesma época e respeitados os mesmos critérios adotados para a composição do Conselho de Administração.
	Parágrafo único - Os conselheiros fiscais deverão ter conhecimentos técnicos em Administração e Contabilidade.
Art. 79-	O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que convocado, competindo-lhe escolher o seu Presidente e Secretário, organizar-se para o exame dos balancetes mensais, contas e despesas do FAP, emitindo parecer e propondo ao Conselho de Administração as medidas que julgar conveniente.

### TÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 80-	O FAP poderá realizar contratos com terceiros para realização de serviços técnicos especializados e de administração.
Art. 81-	O direito às prestações previdenciárias criadas por esta Lei Complementar não caducam, salvo as parcelas não requeridas há mais de 5 anos.
Art. 82-	Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 83-	Ficam formalmente revogadas, por consolidação, sem perda da sua validade normativa, as seguintes normas: Lei Complementar nº 73, de 20 de novembro de 2001; Lei Complementar nº 81, de 30 de abril de 2002; Lei Complementar nº 87, de 4 de setembro de 2002; Lei Complementar nº 88, de 16 de outubro de 2002; Lei Complementar nº 137, de 29 de setembro de 2005; Lei Complementar nº 146, de 20 de dezembro de 2005; Lei Complementar nº 200, de 24 de março de 2010; Lei Complementar nº 216, de 14 de dezembro de 2010; Lei Complementar nº 240, de 25 de janeiro de 2012.

GABINETE DO PREFEITO  
30 de novembro de 2015.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

### LIVIA REGINA KOESTER - 20º TERMO ADITIVO

	20º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 21/2009, firmado em 16/10/2009, com término previsto para 18/12/2015.
--	---

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) LIVIA REGINA KOESTER, portador(a) do CPF nº 025.863.629-77, na qualidade de Contratado(a), celebram o 20º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 21/2009, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 21/2009, iniciando-se a prorrogação em 19/12/2015 e encerrando-se em 26/02/2016." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 17/12/2015.

GIVANILDO SILVA Secretário Municipal de Administração	LIVIA REGINA KOESTER Contratado(a)
--	---------------------------------------

Testemunhas:

Nome: CPF:	Nome: CPF:
---------------	---------------

**LUCIMARA PESSOA - 3º TERMO ADITIVO**

	3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 59/2015, firmado em 29/01/2015, com término previsto para 18/12/2015.
--	--

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) LUCIMARA PESSOA, portador(a) do CPF nº 057.293.219-70, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 59/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 59/2015, iniciando-se a prorrogação em 19/12/2015 e encerrando-se em 05/02/2016." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 17/12/2015.

GIVANILDO SILVA Secretário Municipal de Administração	LUCIMARA PESSOA Contratado(a)
--	----------------------------------

Testemunhas:

Nome: CPF:	Nome: CPF:
---------------	---------------

**PAULA PIEREZAN DOS SANTOS - 14º TERMO ADITIVO**

	14º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 291/2011, firmado em 10/08/2011, com término previsto para 18/12/2015.
--	--

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) PAULA PIEREZAN DOS SANTOS, portador(a) do CPF nº 031.768.189-39, na qualidade de Contratado(a), celebram o 14º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 291/2011, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 291/2011, iniciando-se a prorrogação em 19/12/2015 e encerrando-se em 26/02/2016." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 17/12/2015.

GIVANILDO SILVA Secretário Municipal de Administração	PAULA PIEREZAN DOS SANTOS Contratado(a)
--	--

Testemunhas:

Nome: CPF:	Nome: CPF:
---------------	---------------

**PORTARIA 0943/RH**

PORTARIA Nº 0943/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 09/11/2015 até 03/01/2016, a servidora municipal MARIA DE LOURDES MUSSOLIN ZEFERINO, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Feminino.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de novembro de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Cfr

**PORTARIA 0944/RH**

PORTARIA Nº 0944/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 11/11/2015 até 09/01/2016, a servidora municipal ROSANA LUIZA BERNARDINO, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de novembro de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Cfr

**PORTARIA 0945/RH**

PORTARIA Nº 0945/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 23/11/2015 até 21/01/2016, a servidora municipal MARIA DOS SANTOS FAUST, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Feminino.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de novembro de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Cfr

**PORTARIA 0946/RH**

PORTARIA Nº 0946/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n. 0751/RH, de 29/09/2015, pelo período de 27/11/2015 até 15/12/2015, a servidora municipal RITA DE CÁSSIA GUTJAHR ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Feminino.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de novembro de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Cfr

**PORTARIA 0947/RH**

PORTARIA Nº 0947/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto no Art. 250, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, atestado médico (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença Gestante, no período de 16/11/2015 a 14/03/2016 a JUSSARA FATIMA SCHEITZ, ocupante da função de Professor (ACT).

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de novembro de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Cfr

**PORTARIA 0948/RH**

PORTARIA Nº 0948/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto no Art. 250, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, atestado médico (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença Gestante, no período de 23/11/2015 a 21/03/2016 a KISIANE CORDOVA GARBIN, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de novembro de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Cfr

**PORTARIA Nº 0949/RH**

PORTARIA Nº. 0950/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art.1º Remover para o CE Pref. Luiz Adelar Soldatelli, a partir de 30/11/2015, a servidora JULIANA CATAFESTA SCHMIDT, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, lotada no CE Aníbal de Barba, em conformidade com o Art. 41, inciso II, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2011 e alterações posteriores, e Memorando SME/GAB nº 698/2015 da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de novembro de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Csvf

**PORTARIA Nº 0950/RH**

PORTARIA Nº. 0949/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Redistribuir, a partir de 09 de fevereiro de 2015, em conformidade com o Art. 42 da Lei Complementar nº 207 de 28 de setembro de 2010 e alterações posteriores, a servidora abaixo relacionada, de acordo com o Memorando SME/GAB n. 700/2015:

Professor	Atuação	Carga Horária	Unidade de Origem	Unidade de Destino
Cintia Franz	Português	10h	Secretaria Municipal de Educação	CE Sebastião Back

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 09/02/2015.

Rio do Sul, 30 de novembro de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Csvf

**PREGÃO PRESENCIAL 007/2015-FMAS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2015/FMAS

OBJETO: Aquisição de frutas e verduras para atender as necessidades das unidades descentralizadas da Secretaria de Assistência Social.  
REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 23 de maio de 2006.  
ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 14/12/2015, às 12:00h, no endereço abaixo  
CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 12:30h do dia 14/12/2015 no endereço abaixo.  
INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço:  
Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Licitações.

Rio do Sul (SC), 30 de novembro de 2015

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

MARIA HELENA ZIMMERMANN

Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

**PREGÃO PRESENCIAL 009/2015-FMAS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2015/FMAS

OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição parcelada de materiais de higiene e limpeza para atender as necessidades das unidades da Secretaria de Assistência Social.  
REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 23 de maio de 2006.  
ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 14/12/2015, às 08:00h, no endereço abaixo  
CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 09:00h do dia 14/12/2015 no endereço abaixo.  
INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço:  
Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Licitações.

Rio do Sul (SC), 30 de novembro de 2015

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

MARIA HELENA ZIMMERMANN

Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

**RAQUEL ANDRESSA DOS SANTOS BARRAZA - 4º TERMO ADITIVO**

	4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 330/2014, firmado em 13/08/2014, com término previsto para 18/12/2015.
--	---

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) RAQUEL ANDRESSA DOS SANTOS BARRAZA, portador(a) do CPF nº 022.099.230-42, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 330/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto  
Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 330/2014, iniciando-se a prorrogação em 19/12/2015 e encerrando-se em 26/02/2016." Cláusula Segunda - Da Ratificação  
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 17/12/2015.

GIVANILDO SILVA Secretário Municipal de Administração	RAQUEL ANDRESSA DOS SANTOS BARRAZA Contratado(a)
--	---



Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

**RICARDO ADEMAR HOELLER - 18º TERMO ADITIVO**

	18º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 15/2008, firmado em 14/01/2008, com término previsto para 18/12/2015.
--	---

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) RICARDO ADEMAR HOELLER, portador(a) do CPF nº 523.144.999-72, na qualidade de Contratado(a), celebram o 18º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 15/2008, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 15/2008, iniciando-se a prorrogação em 19/12/2015 e encerrando-se em 26/02/2016." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 17/12/2015.

GIVANILDO SILVA Secretário Municipal de Administração	RICARDO ADEMAR HOELLER Contratado(a)
--	---

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

**ROSMARI BEILKE - 3º TERMO ADITIVO**

	3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 260/2015, firmado em 19/03/2015, com término previsto para 18/12/2015.
--	---

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSMARI BEILKE, portador(a) do CPF nº 853.931.189-53, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 260/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 260/2015, iniciando-se a prorrogação em 19/12/2015 e encerrando-se em 26/02/2016." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 17/12/2015.

GIVANILDO SILVA Secretário Municipal de Administração	ROSMARI BEILKE Contratado(a)
--	---------------------------------

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

**SAMANA CARDOSO - 4º TERMO ADITIVO**

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 338/2014, firmado em 22/08/2014, com término previsto para 18/12/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SAMANA CARDOSO, portador(a) do CPF nº 009.915.919-84, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 338/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 338/2014, iniciando-se a prorrogação em 19/12/2015 e encerrando-se em 26/02/2016." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 17/12/2015.

GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração

SAMANA CARDOSO  
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:  
CPF:

Nome:  
CPF:

**SIGMAR SCHULTZ - 2º TERMO ADITIVO**

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 300/2015, firmado em 06/07/2015, com término previsto para 18/12/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SIGMAR SCHULTZ, portador(a) do CPF nº 039.329.069-77, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 300/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 300/2015, iniciando-se a prorrogação em 19/12/2015 e encerrando-se em 26/02/2016." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 17/12/2015.

GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração

SIGMAR SCHULTZ  
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:  
CPF:

Nome:  
CPF:



**TAINA DE SOUZA LOPES - 4º TERMO ADITIVO**

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 354/2014, firmado em 21/10/2014, com término previsto para 23/12/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) TAINA DE SOUZA LOPES, portador(a) do CPF nº 065.904.229-07, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 354/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 354/2014, iniciando-se a prorrogação em 24/12/2015 e encerrando-se em 26/02/2016." Cláusula Segunda - Da Ratificação Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 22/12/2015.

GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração

TAINA DE SOUZA LOPES  
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:  
CPF:

Nome:  
CPF:

**TAISE KAMER - 4º TERMO ADITIVO**

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 333/2014, firmado em 18/08/2014, com término previsto para 18/12/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) TAISE KAMER, portador(a) do CPF nº 060.204.529-05, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 333/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 333/2014, iniciando-se a prorrogação em 19/12/2015 e encerrando-se em 26/02/2016." Cláusula Segunda - Da Ratificação Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 17/12/2015.

GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração

TAISE KAMER  
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:  
CPF:

Nome:  
CPF:

**CÂMARA MUNICIPAL****RESOLUÇÃO Nº 833, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015.**

RESOLUÇÃO Nº 833, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015

Autoriza pagamento de duas diárias e indenização de transporte a vereador.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições regimentais, etc...

Art. 1º Fica autorizado o pagamento de duas diárias ao Vereador Jaime Sborz no valor de R\$ 1.238,50 (Hum mil duzentos e trinta e oito reais e cinquenta centavos), para acompanhar o secretário de Estado da Defesa Civil, Milton Hobus em viagem à Brasília, a ser realizada no dia 1º de dezembro, onde participarão de reunião no Ministério da Integração para captarem recursos para a obra de Contingência da Rua dos Vereadores, Bairro Itoupava, no município de Rio do Sul.

Art. 2º A indenização de transporte, em veículo próprio, no trecho compreendido entre a cidade de Rio do Sul e a cidade de Florianópolis, será ressarcida de acordo com o que regulamenta a Resolução nº 588, de 05 de outubro de 2010.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente, inclusive passagens aéreas.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 1º de dezembro de 2015.

JEFERSON ALEXANDRE VIEIRA

Presidente da Mesa

ZELI DA SILVA

Vice-Presidente

DIONÍSIO MAÇANEIRO

1º Secretário

MÁRIO MIGUEL

2º Secretário

# Salto Veloso

## PREFEITURA

### DECRETO MUNICIPAL N. 119/2015

DECRETO Nº 119/2015 - DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015.  
ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  
CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE , SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 01.526/2014 de 19/12/2014;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 50.206,24 (Cinquenta Mil Duzentos e Seis Reais e Vinte e Quatro Centavos), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2.042 – MAN. DOS SERVIÇOS URBANOS

Modalidade de Aplicação: 3390.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 50.206,24

Fonte: 1108.00000

RED: 103

Art. 2º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Salto Veloso - SC, 25 de Novembro de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

### PORTARIA N.º 016/2015 - IPRESVEL

PORTARIA N.º 016/2015

CONCEDE APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, EM CARÁTER INTEGRAL, A VALDIR MAFIOLETTI.

TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI, Diretora-Executiva do IPRESVEL – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Salto Veloso, nomeada pela Portaria n.º 003, de 9 de maio de 2014, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 80, inciso I, da Lei n.º 1.096, promulgada em 24 de junho de 2003, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, EM CARÁTER INTEGRAL,

De acordo com o artigo 3º da Emenda Constitucional n.º 47, de 05 de julho de 2005, a

VALDIR MAFIOLETTI, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquina Classe I, lotado na Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente, sob o Regime Jurídico Estatutário, devendo perceber o correspondente a 100% (cem por cento) dos proventos, perfazendo a importância de R\$ 2.864,41 (dois mil e oitocentos e sessenta e quatro reais e quarenta e um centavos), a contar de 02 de dezembro de 2015, conforme Processo nº 027/2015.

Salto Veloso, 1º de dezembro de 2015.

TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI

Diretora-Executiva

### PORTARIA Nº. 315/2015

PORTARIA Nº. 315/2015

“PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC. No uso de suas atribuições Legais e em conformidade com os artigos 71, 73 e 75 da Lei nº. 570/91 de 10/10/1991,

Resolve:

Artigo 1º. Fica prorrogada nos termos da Lei acima mencionada, a Licença Para Tratamento de Saúde, para a Sra. LUIZA SARTOREL PEREIRA, pelo período de 26/11/2015 a 23/02/2016, totalizando 90 dias, conforme atestado médico e perícia médica partes integrantes da presente portaria.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 25 de Novembro de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº. 316/2015

PORTARIA Nº. 316/2015

Claudemir Cesca, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere e tendo em vista o que consta a seu pedido;

Resolve:

Artigo 1º. Conceder LICENÇA PRÊMIO, no período de 01 de Dezembro de 2015 a 28 de Fevereiro de 2016, conforme Artigo 83, do Estatuto dos servidores Públicos do Município de Salto Veloso, ao servidor JOSÉ ROBERTO TREVISOL BITTENCOURT, ocupante do cargo de provimento efetivo, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, lotado no cargo de Médico.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 01 de Dezembro de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 317/2015**

PORTARIA Nº. 317/2015

“PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC. No uso de suas atribuições Legais e em conformidade com os artigos 71, 73 e 75 da Lei nº. 570/91 de 10/10/1991,

Resolve:

Artigo 1º. Fica prorrogada nos termos da Lei acima mencionada, a Licença Para Tratamento de Saúde, para a Sra. MARIA DO CARMO TASCÁ NAVA, pelo período de 29/11/2015 a 20/02/2016, totalizando 84 dias, conforme atestado médico e perícia médica partes integrantes da presente portaria.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Salto Veloso-SC, em 01 de Dezembro de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

# Santa Rosa do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 048, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2015.

Decreto nº 048, de 03 de novembro de 2015.

Abre crédito suplementar no orçamento de 2015 de tipo alteração suplementar.

O Prefeito Municipal de Santa Rosa do Sul, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal nº 938, de 17/12/2013,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado o valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

10.01 – SAMAE – SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO

6.001 – Manutenção dos Serviços do SAMAE

7 3.3.90.00.00.00.02.0070 – Aplicações Diretas ..... R\$ 30.000,00

TOTAL ..... R\$ 30.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o Art. 1º serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação verificado no exercício de 2015, conforme inciso II, § 1º e 3º do Art. 43 da Lei 4.320.

At. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 03 de novembro de 2015.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

#### REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

WILFRIED HEMMER

Secretário da Administração e Finanças

# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1154/2015

DECRETO Nº 1154, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 3609, 30 de novembro de 2015,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Especial será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 17 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Atividade: 2.201 – Ações Voltadas a Média e Alta Complexidade  
4.4.90.52.00.00.00 189 – Equipamento e Material Permanente R\$ 90.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 01 – Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2.030 – Manutenção e Melhorias em Vias Urbanas e Rurais  
(366) 4.4.90.52.00.00.00 189 – Equip. Material Permanente R\$ 90.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de novembro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 1155/2015

DECRETO Nº 1155, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 3609, de 30 de novembro de 2015,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 529.405,63 (quinhentos e vinte e nove mil, quatrocentos e cinco reais e sessenta e três centavos) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Suplementar será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 16 – EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Unidade: 01 – Empresa Municipal de Habitação

Projeto: 1.018 – Programa FNHIS

4.4.90.51.00.00.00 200 – Obras e Instalações R\$ 220.000,00

Órgão: 17 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Atividade: 2.101 – Estratégia da Saúde da Família

(38) 3.1.90.11.00.00.00 002 – Venc. Vant. Fixas - PC R\$ 80.000,00

(43) 3.1.91.13.00.00.00 002 – Obrig. Patronais – Op. Intra-Orçamento. R\$ 10.000,00

Atividade: 2.201 – Ações Voltadas a Média e Alta Complexidade

(50) 3.3.50.41.00.00.00 002 – Contribuições R\$ 36.000,00

(55) 3.3.90.39.00.00.00 265 – Outros Serv. Terc. PJ R\$ 180.405,63

Atividade: 2.202 – Operação e Manutenção do SAMU

(90) 3.1.91.13.00.00.00 002 – Obrig. Patronais – Op. Intra-Orçamento. R\$ 3.000,00

Art. 2º Para dar cobertura aos Créditos Adicionais abertos, serão utilizados recursos provenientes das anulações parciais e totais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 16 – EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Unidade: 02 – Fundo Rotativo Habitacional

Projeto: 1.017 – Investindo em Programas Habitacionais

(22) 4.4.90.61.00.00.00 200 – Aquisição de Imóveis R\$ 220.000,00

Órgão: 17 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Atividade: 2.054 – Ações Voltadas a Atenção Básica

(20) 3.3.90.39.00.00.00 002 – Outros Serv. Terc. PJ R\$ 57.000,00

(27) 3.3.91.39.00.00.00 002 – Outros Serv. Terc. PJ R\$ 3.000,00

Atividade: 2.201 – Ações Voltadas a Média e Alta Complexidade

(54) 3.3.90.39.00.00.00 002 – Outros Serv. Terc. PJ R\$ 51.000,00

Atividade: 2.203 – Ações Voltadas ao Atendimento Odontológico

(109) 3.3.90.30.00.00.00 265 – Material de Consumo. R\$ 20.000,00

Atividade: 2.401 – Atenção Farmacêutica

(33) 3.3.90.32.00.00.00 002 – Mat. Distribuição Gratuita. R\$ 18.000,00

Atividade: 2.501 – Ações Voltadas a Manutenção do CAPS

(57) 3.3.90.30.00.00.00 265 – Material de Consumo. R\$ 35.000,00

(58) 3.3.90.32.00.00.00 265 – Mat. Distribuição Gratuita. R\$ 15.000,00

(59) 3.3.90.33.00.00.00 265 – Passagens e Desp. com Locomoção. R\$ 8.000,00

(60) 3.3.90.36.00.00.00 265 – Outros Serv. Terc. PF. R\$ 2.405,63

(61) 3.3.90.39.00.00.00 265 – Outros Serv. Terc. PJ. R\$ 60.000,00

(62) 4.4.90.52.00.00.00 265 – Equip. Material Permanente. R\$ 40.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de novembro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 1156/2015**

DECRETO Nº 1156, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VINGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 3610, de 30 de novembro de 2015,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 21.239,23 (vinte e um mil, duzentos e trinta e nove reais e vinte e três centavos) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Suplementar será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 18 – FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

Unidade: 01 – Fundação Cultural de São Bento do Sul

Atividade: 2.060 – Manutenção da Fundação Cultural e suas Atividades

(5) 3.1.91.13.00.00.00 100 – Obrig. Patr.-Op. Intra-Orçamentárias R\$ 14.157,23

(40) 3.3.90.30.00.00.00 300 – Material de Consumo R\$ 22,00

(15) 3.3.90.46.00.00.00 100 – Auxílio-Alimentação R\$ 4.950,00

(16) 3.3.90.47.00.00.00 100 – Obrig. Tributárias e Contributivas R\$ 2.110,00

Art. 2º Para dar cobertura aos Créditos Adicionais abertos, serão utilizados recursos provenientes das anulações das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 18 – FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

Unidade: 01 – Fundação Cultural de São Bento do Sul

Atividade: 2.061 – Preservação da Memória e do Patrimônio Histórico, Artístico, Material e Imaterial

(20) 3.3.90.30.00.00.00 100 – Material de Consumo R\$ 18,24

(21) 3.3.90.36.00.00.00 100 – Outros Serv. Terc. PF R\$ 1.396,00

(22) 3.3.90.39.00.00.00 100 – Outros Serv. Terc. PJ R\$ 4.179,27

(23) 3.3.90.47.00.00.00 100 – Obrig. Tributárias e Contributivas R\$ 2.000,00

(24) 4.4.90.52.00.00.00 100 – Equip. Material Permanente R\$ 554,65

(45) 4.4.90.52.00.00.00 300 – Equip. Material Permanente R\$ 22,00

Unidade: 02 – Fundo Municipal de Incentivo à Cultura

Atividade: 2.076 – Manutenção do Fundo Municipal

(25) 3.3.50.41.00.00.00 100 – Contribuições R\$ 11.069,07

(27) 3.3.90.36.00.00.00 100 – Outros Serv. Terc. PF R\$ 2.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de novembro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - IPRESBS****ATA DE ENCERRAMENTO DA APURAÇÃO DE VOTOS ELEIÇÕES IPRESBS 2015**

Ata de Encerramento da Apuração de Votos Eleições IPRESBS 2015

ATA DE ENCERRAMENTO DA APURAÇÃO DE VOTOS DO PLEITO DE 25 E 26 DE NOVEMBRO DE 2015 PARA RENOVAÇÃO DOS CONSELHOS DELIBERATIVO E FISCAL DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL – IPRESBS.

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e quinze, às 16:34hrs (dezessete horas e trinta e seis minutos), encerraram-se os trabalhos de apuração de votos do pleito dos dias vinte e cinco e vinte e sete de novembro de dois mil e quinze para renovação dos conselhos Deliberativo e Fiscal do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de São Bento do Sul – IPRESBS que atuarão no triênio 2016/2017/2018. A comissão Eleitoral designada para coordenar os trabalhos foi presidida pelo servidor LUCIANO BUENO FRANCO, sendo membros os servidores, ALVARO JUNIOR LINHARES TRENTINI, GERSON PACHECO, MARINA APARECIDA DOS SANTOS, SERGIO PALOMA PINTO, SOELI MARIA ZACALUZNE. Foi encerrada a apuração dos votos com a obtenção do seguinte resultado: para o CONSELHO DELIBERATIVO: Representantes dos Ativos: ADRIANA BOMBASSARO ZANELLA, obteve 166 (cento sessenta e seis) votos, AMARILDO CABRAL DA SILVA obteve 104 (cento e quatro), CARLOS ROBERTO GONÇALVES DOS ANJOS obteve 325 (trezentos e vinte e cinco), JONAS RENATO KIESKI obteve 96 (noventa e seis), LUCYANA MEDEIROS SIMÕES DE ALMEIDA obteve 88 (oitenta e oito), MARCOS GERTLER obteve 164 (cento e sessenta e quatro), MIRIAM REGINA SCHWETLER FILIPP obteve 109 (cento e nove), VERA LUCIA KUZAWSKI obteve 178 (cento e setenta e oito). Representante dos Inativos: ANA ESILDA DE LIMA obteve 156 (cento cinquenta e seis), CLAUDICENA FRANCISCA GASTALDI obteve 263 (duzentos e sessenta e três), LUCIA MARIA WAISMANN obteve 106 (cento e seis), MARIA ROSELI LINZMEYER obteve 351 (trezentos e cinquenta e um), VALTRUDES MEIER obteve 272 (duzentos e setenta e dois). CONSELHO FISCAL: Representante dos Ativos: ACÁCIO ANDERSON DROSCZAKA obteve 150 (cento cinquenta), ALUISIO OLIVEIRA ANTUNES obteve 150 (cento e cinquenta), LUCINÉIA CHAVES FOSCHERA obteve 157 (cento e cinquenta e sete), MARCO AURELIO OLINISKY obteve 81 (oitenta e um), MARCO RODRIGO REDLICH obteve 502 (quinhentos e dois), MARCOS ROBERTO GRAZEK obteve 88 (oitenta e oito), ROGERIO ROBERTO ALQUINI obteve 81 (oitenta e um). Representante dos Inativos: KARIN MARLY ZSCHOERPER obteve 626 (seiscentos e vinte e seis), TEREZINHA MARIA SCHMITT obteve 494 (quatrocentos e noventa e quatro). Para o Conselho Deliberativo foram eleitos os servidores CARLOS ROBERTO GONÇALVES DOS ANJOS, VERA LUCIA KUZAWSKI, MARIA ROSELI LINZMEYER na condição de titulares e ADRIANA BOMBASSARO ZANELLA, MARCOS GERTLER, VALTRUDES MEIER foram eleitos na condição de suplentes. Para o Conselho Fiscal foram eleitos os servidores MARCO RODRIGO REDLICH, KARIN MARLY ZSCHOERPER como titulares e os servidores LUCINÉIA CHAVES FOSCHERA, TEREZINHA MARIA SCHMITT como suplentes. Nada mais havendo, eu ALVARO JUNIOR LINHARES TRENTINI, que secretariei os trabalhos, lavrei a presente ata, que vai por mim assinada e por todos de direito.

LUCIANO BUENO FRANCO

Presidente da Comissão Eleitoral



ALVARO JUNIOR LINHARES TRENTINI  
Membro da Comissão Eleitoral  
GERSON PACHECO  
Membro da Comissão Eleitoral  
MARINA APARECIDA DOS SANTOS  
Membro da Comissão Eleitoral  
SERGIO PALOMA PINTO  
Membro da Comissão Eleitoral  
SOELI MARIA ZACALUZNE  
Membro da Comissão Eleitoral

# Resultado das Eleições Conselhos Deliberativo e Fiscal – IPRESBS

RESULTADO DAS ELEIÇÕES CONSELHOS DELIBERATIVO E FISCAL - IPRESBS							
25 E 26 DE NOVEMBRO DE 2015							
CONSELHO DELIBERATIVO - ATIVOS	URNA 1	URNA 2	URNA 3	URNA 4	URNA 5	URNA 6	TOTAL
ADRIANA BOMBASSARO ZANELLA (SUPLENTE)	6	8	38	36	48	30	166
AMARILDO CABRAL DA SILVA	6	3	13	17	27	38	104
CARLOS ROBERTO GONÇALVES DOS ANJOS (TITULAR)	91	31	68	69	48	18	325
JONAS RENATO KIESKI	5	5	45	20	13	8	96
LUCYANA MEDEIROS SIMÕES DE ALMEIDA	35	4	13	21	5	10	88
MARCOS GERTLER (SUPLENTE)	20	17	57	21	32	17	164
MIRIAM REGINA SCHWETLER FILIPP	11	9	16	12	29	32	109
VERA LUCIA KUZAWSKI (TITULAR)	27	16	38	30	41	26	178
Branco	4	4	20	18	13	11	70
Nulos	1	0	7	6	8	9	31
Total	206	97	315	250	264	199	1331
CONSELHO DELIBERATIVO - INATIVOS	URNA 1	URNA 2	URNA 3	URNA 4	URNA 5	URNA 6	TOTAL
ANA ESILDA DE LIMA	22	12	40	23	33	26	156
CLAUDICENA FRANCISCA GASTALDI	13	19	74	84	49	24	263
LUCIA MARIA WAISMANN	10	4	23	16	35	18	106
MARIA ROSELI LINZMEYER (TITULAR)	36	15	78	49	96	77	351
VALTRUDES MEIER (SUPLENTE)	101	39	41	37	28	26	272
Branco	24	5	49	34	15	26	153
Nulos	0	3	10	7	8	2	30
Total	206	97	315	250	264	199	1331
CONSELHO FISCAL - ATIVOS	URNA 1	URNA 2	URNA 3	URNA 4	URNA 5	URNA 6	TOTAL
ACÁCIO ANDERSON DROSCZAKA	30	17	24	23	22	34	150
ALUISIO OLIVEIRA ANTUNES	46	12	28	21	19	24	150
LUCINÉIA CHAVES FOSCHERA (SUPLENTE)	24	5	25	51	36	16	157
MARCO AURELIO OLINISKY	5	1	17	16	29	13	81
MARCO RODRIGO REDLICH (TITULAR)	77	32	144	84	92	83	512
MARCOS ROBERTO GRAZEK	5	7	24	15	29	8	88
ROGERIO ROBERTO ALQUINI	10	18	19	9	19	6	81
Branco	9	5	30	24	10	9	87
Nulos			4	7	8	6	25
Total	206	97	315	250	264	199	1331



CONSELHO FISCAL INATIVOS	URNA 1	URNA 2	URNA 3	URNA 4	URNA 5	URNA 6	TOTAL
KARIN MARLY ZSCHOERPER (TITULAR)	123	61	149	93	119	81	626
TEREZINHA MARIA SCHMITT (SUPLENTE)	57	27	105	107	114	84	494
Branços	25	9	56	7	24	3	124
Nulos	1		5	43	7	31	87
Total	206	97	315	250	264	199	1331

**PORTARIA IPRESBS Nº 404/2015**

PORTARIA IPRESBS Nº 404/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Revogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, concedido pela Portaria IPRESBS nº 294/2015, à servidora LUCIANE BRUNEL SERAFIM ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 19/11/2015, em virtude de Licença Maternidade.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 19/11/2015.

São Bento do Sul, 26/11/2015.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº 405/2015**

PORTARIA IPRESBS Nº 405/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 10/11/2015 a 09/12/2015, concedido a servidora ITAMARA FERREIRA STIEGLER ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, através da Portaria IPRESBS nº 334/2015. Benefício concedido por Ofício de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 10/11/2015.

São Bento do Sul, 26/11/2015.

Paulo Roberto Scheide

Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº 406/2015**

PORTARIA IPRESBS Nº 406/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA,

pelo período de 14/11/2015 a 12/01/2016, concedido a servidora MARILIA SANOCKI BECKER ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº 118/2015. Benefício concedido por Ofício de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 14/11/2015.

São Bento do Sul, 26/11/2015.

Paulo Roberto Scheide

Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº 407/2015**

PORTARIA IPRESBS Nº 407/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 12/11/2015 a 22/01/2016, concedido a servidora TEREZA SCHULTZ ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Operações, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº 342/2015. Benefício concedido por Ofício de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 12/11/2015.

São Bento do Sul, 26/11/2015.

Paulo Roberto Scheide

Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº 408/2015**

PORTARIA IPRESBS Nº 408/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, nos períodos de 14/11/2015 a 30/12/2015, a servidora DINAIR DE FREITAS LISBOA ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 23/10/2015 a 29/10/2015 e 06/11/2015 a 13/11/2015, competem ao Município.

3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 14/11/2015.

São Bento do Sul, 26/11/2015.  
PAULO ROBERTO SCHEIDE  
Diretor Presidente

#### **PORTARIA IPRESBS Nº 409/2015**

PORTARIA IPRESBS Nº 409/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 14/11/2015 a 12/01/2016, concedido a servidora KARINA RUCKL WELDT ocupante do cargo de provimento efetivo de Recepcionista, lotada na Secretaria Municipal de Finanças, através da Portaria IPRESBS nº 295/2015. Benefício concedido por Ofício de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 14/11/2015.

São Bento do Sul, 26/11/2015.  
Paulo Roberto Scheide  
Diretor Presidente

#### **PORTARIA IPRESBS Nº 410/2015**

PORTARIA IPRESBS Nº 410/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, nos períodos de 20/11/2015 a 30/12/2015, a servidora VANESSA REGINA BRANDEMBURG ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, lotada na Empresa Municipal de Habitação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 05/11/2015 a 19/11/2015, competem ao Município.

3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 20/11/2015.

São Bento do Sul, 26/11/2015.  
PAULO ROBERTO SCHEIDE  
Diretor Presidente

#### **PORTARIA IPRESBS Nº 411/2015**

PORTARIA IPRESBS Nº 411/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, nos períodos de 28/11/2015 a 11/03/2016, a servidora SOLANGE HERMES MENEGAZZO ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 13/11/2015 a 27/11/2015, competem ao Município.

3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 28/11/2015.

São Bento do Sul, 27/11/2015.  
PAULO ROBERTO SCHEIDE  
Diretor Presidente

#### **PORTARIA IPRESBS Nº 412/2015**

PORTARIA IPRESBS Nº 412/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 16/11/2015 a 30/11/2015, concedido ao servidor ALEXANDRE BRAULIO CORDEIRO ocupante do cargo de provimento efetivo de Odontólogo, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, através da Portaria IPRESBS nº 343/2015, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 16/11/2015.

São Bento do Sul, 27/11/2015.  
Paulo Roberto Scheide  
Diretor Presidente

#### **PORTARIA IPRESBS Nº 413/2015**

PORTARIA IPRESBS Nº 413/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, nos períodos de 28/11/2015 a 11/03/2016, a servidora TEREZINHA DE OLIVEIRA ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 13/11/2015 a 27/11/2015, competem ao

Município.

3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 28/11/2015.

São Bento do Sul, 27/11/2015.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

#### **PORTARIA IPRESBS Nº 414/2015**

PORTARIA IPRESBS Nº 414/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 14/11/2015 a 18/03/2016, concedido a servidora LEIDA TERESINHA MORVAN ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, através da Portaria IPRESBS nº 046/2015, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 14/11/2015.

São Bento do Sul, 27/11//2015.

Paulo Roberto Scheide

Diretor Presidente

#### **PORTARIA IPRESBS Nº 415/2015**

PORTARIA IPRESBS Nº 415/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116

e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 01/12/2015 a 30/04/2016, concedido a servidora CAROLINE PRISCILA MACHADO ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Anos Finais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº 203/2014, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/12/2015.

São Bento do Sul, 27/11//2015.

Paulo Roberto Scheide

Diretor Presidente

#### **PORTARIA IPRESBS Nº 416/2015**

PORTARIA IPRESBS Nº 416/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 04/11/2015 a 22/12/2015, concedido a servidora JANE MARTINS DE SOUZA ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº 348/2015, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 04/11/2015.

São Bento do Sul, 27/11//2015.

Paulo Roberto Scheide

Diretor Presidente

---

### **SAMAE - SÃO BENTO DO SUL**

---

#### **PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 222 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 222 de 01 de dezembro de 2015.

“CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º - PROMOVER, o servidor VALDECIR RIBEIRO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de ETA/ETE, Grupo Ocupacional 04 com a carga horária de 36 horas semanais, lotado nesta Autarquia Municipal, para o nível vertical II classe F.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16 de setembro de 2015.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

# São Domingos

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 010-2015 CONCEDE FERIAS PAULA

PORTARIA Nº 10/2015, DE 25.11.2015.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA DA CÂMARA DE VEREADORES, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO DOMINGOS, nas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Regimento Interno, Lei Complementar nº 045/2012 (Estatuto dos Servidores Municipais) e Resolução nº 001/2011, que dispõe sobre a Organização Administrativa da Secretária, quadro de pessoal, gratificações, vencimentos mensais e descrição dos cargos dos servidores da Câmara Municipal de Vereadores de São Domingos – SC.

Resolve:

Art. 1º Fica concedido FÉRIAS a servidora da Câmara Municipal de Vereadores, conforme segue:

SERVIDOR	CARGO	PERIODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
Paula Andreia Baldissera	Assessor Legislativo	03/12/2013 á 03/12/2014	30	07/12/2015 á 05/01/2016

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores de São Domingos, 25 de novembro de 2015.

NEUDI JOSÉ BURATTI

Presidente da Câmara de Vereadores

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

MILTON BERTOLDI

1º SECRETÁRIO

001 LOA\_2016\_CONSOLIDADO

# LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS**

Página: 2 / 2  
Data: 13/10/2015

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2016**

**ANEXOS**

Anexo 1 - Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Economicas (Anexo 1 da Lei 4.320/64)	Páginas
Anexo 2 - Receita por Categoria Economica (Anexo 2 da Lei 4.320/64)	1
Anexo 3 - Natureza da Despesa por Categorias Economicas (Anexo 2 da Lei 4.320/64)	7
Anexo 4 - Funcao e Subfuncao de Governo (Anexo 5 da Lei 4.320/64)	2
Anexo 5 - Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei 4.320/64)	1
Anexo 6 - Programa de Trabalho, Dem. Funcao, Subfuncao, Programas... (Anexo 7 da Lei 4.320/64)	7
Anexo 7 - Demonstrativo da Despesa por Funcao, Subfuncao e Programas... (Anexo 8 da Lei 4.320/64)	3
Anexo 8 - Demonstrativo da despesas por Orgao e Funcao (Anexo 9 da Lei 4.320/64)	3
Anexo 9 - Demonstrativo da Evolucao da Receita (conforme art. 22, III da Lei 4.320/64)	15
Anexo 10 - Demonstrativo da Evolucao da Despesa (conforme art. 22, III da Lei 4.320/64)	1
Anexo 11 - Relacao da Proposta da Despesa	2
	7
	49

**Estado de Santa Catarina**

Página: 1/1

**MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA**

Data: 12/10/2015

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016****Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo 1 da Lei nº 4.320/64)**

Receitas	Valor	Despesas	Valor		
RECEITAS CORRENTES	27.384.667,50	DESPESAS CORRENTES	23.105.628,75		
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.938.507,50	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.409.523,67		
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	220.000,00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	39.690,00		
RECEITA PATRIMONIAL	253.526,25	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.656.415,08		
RECEITA AGROPECUÁRIA	44.100,00				
RECEITA DE SERVIÇOS	16.537,50				
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	24.075.478,75				
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	836.517,50				
DEDUÇÕES DA RECEITA	-3.072.667,50				
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-3.072.667,50				
		Superavit	1.206.371,25		
Total	24.312.000,00	Total	24.312.000,00		
Superavit do orçamento corrente	1.206.371,25				
RECEITAS DE CAPITAL	37.132.000,00	DESPESAS DE CAPITAL	38.323.371,25		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.000.000,00	INVESTIMENTOS	38.247.531,25		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	36.132.000,00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	75.840,00		
Deficit	1.191.371,25				
Total	38.323.371,25	Total	38.323.371,25		
Resumo					
RECEITAS CORRENTES	27.384.667,50	44,57 %	DESPESAS CORRENTES	23.105.628,75	37,60 %
RECEITAS DE CAPITAL	37.132.000,00	60,43 %	DESPESAS DE CAPITAL	38.323.371,25	62,37 %
DEDUÇÕES DA RECEITA	-3.072.667,50	-5,00 %	RESERVA DE CONTINGENCIA	15.000,00	0,02 %
Total	61.444.000,00	100,00 %	Total	61.444.000,00	100,00 %

ALCIMAR DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTO  
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

## Estado de Santa Catarina

## MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/7  
Data: 12/10/2015

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			
4.1.1.0.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA		1.927.482,50	24.552.651,25
4.1.1.1.00.00.00.00	IMPOSTOS		1.369.187,50	
4.1.1.1.2.00.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	676.187,50		
4.1.1.1.2.02.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Terr. Urbana	303.187,50		
4.1.1.1.2.02.01.00.00	IPTU - Ordinário	181.912,50		
4.1.1.1.2.02.02.00.00	IPTU - 25% Educação	75.796,88		
4.1.1.1.2.02.03.00.00	IPTU - 15% Saúde	45.478,12		
4.1.1.1.2.04.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	63.000,00		
4.1.1.1.2.04.31.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	63.000,00		
4.1.1.1.2.04.31.01.00	IRRF - Ordinário	37.800,00		
4.1.1.1.2.04.31.02.00	IRRF - 25% Educação	15.750,00		
4.1.1.1.2.04.31.03.00	IRRF - 15% Saúde	9.450,00		
4.1.1.1.2.08.00.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis	310.000,00		
4.1.1.1.2.08.01.00.00	ITBI - Ordinário	186.000,00		
4.1.1.1.2.08.02.00.00	ITBI - 25% Educação	77.500,00		
4.1.1.1.2.08.03.00.00	ITBI - 15% Saúde	46.500,00		
4.1.1.1.3.00.00.00.00	Impostos sobre a Produção e a Circulação	693.000,00		
4.1.1.1.3.05.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	693.000,00		
4.1.1.1.3.05.01.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	693.000,00		
4.1.1.1.3.05.01.01.00	ISS - Ordinário	415.800,00		
4.1.1.1.3.05.01.02.00	ISS - 25% Educação	173.250,00		
4.1.1.1.3.05.01.03.00	ISS - 15% Saúde	103.950,00		
4.1.1.2.00.00.00.00	TAXAS		448.295,00	
4.1.1.2.1.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	313.170,00		
4.1.1.2.1.25.00.00.00	Tx de Funcionamento Estab Comer/Indús/P.Serviços	150.000,00		
4.1.1.2.1.29.00.00.00	Taxa de Licença para Execução de Obras	11.025,00		
4.1.1.2.1.32.00.00.00	Taxa de Aprovação do Projeto de Construção Civil	6.615,00		
4.1.1.2.1.99.00.00.00	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	145.530,00		
4.1.1.2.2.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	135.125,00		
4.1.1.2.2.29.00.00.00	Enrolamentos e Custas Extrajudiciais	19.845,00		
4.1.1.2.2.90.00.00.00	Taxa de Limpeza Pública	80.000,00		
4.1.1.2.2.99.00.00.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	35.280,00		
4.1.1.3.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA		110.000,00	
4.1.1.3.0.04.00.00.00	Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares	110.000,00		





## Estado de Santa Catarina

## MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 3/7  
Data: 12/10/2015

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.7.2.1.34.05.00.00.00	SUAS - IGD-SUAS	9.500,00		
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	565.000,00		
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	284.000,00		
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	84.000,00		
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	71.000,00		
4.1.7.2.1.35.99.00.00.00	Outras Transferências Diretas do FNDE	126.000,00		
4.1.7.2.1.35.99.01.00.00	Apoio Financeiro a Creches	50.000,00		
4.1.7.2.1.35.99.02.00.00	Manutenção Educação Infantil Transferência Direta	76.000,00		
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	34.177,50		
4.1.7.2.1.36.01.00.00.00	ICMS Lei 87/96 - Ordinários	20.506,50		
4.1.7.2.1.36.02.00.00.00	ICMS Lei 87/96 - 25% Educação	8.544,38		
4.1.7.2.1.36.03.00.00.00	ICMS Lei 87/96 - 15% Saúde	5.126,62		
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	8.871.287,50		
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	8.814.487,50		
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	7.717.500,00		
4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	ICMS - Ordinários	4.630.500,00		
4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	ICMS - 25% Educação	1.929.375,00		
4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	ICMS - 15% Saúde	1.157.625,00		
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	959.175,00		
4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	IPVA - Ordinário	575.505,00		
4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	IPVA - 25% Educação	239.793,75		
4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	IPVA - 15% Saúde	143.876,25		
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	110.250,00		
4.1.7.2.2.01.04.01.00.00	IPI Exportação - Ordinário	66.150,00		
4.1.7.2.2.01.04.02.00.00	IPI Exportação - 25% Educação	27.562,50		
4.1.7.2.2.01.04.03.00.00	IPI Exportação - 15% Saúde	16.537,50		
4.1.7.2.2.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib.Interv.no Domínio Econômico	27.562,50		
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	56.800,00		
4.1.7.2.2.99.01.00.00.00	Outras Transf. Estado - Recursos SUAS	56.800,00		
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	2.668.000,00		
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	2.668.000,00		
4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	1.867.600,00		
4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	800.400,00		
4.1.7.6.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.		1.729.000,00	
4.1.7.6.1.00.00.00.00.00	Transf. de Conv. da União e de suas Entidades	1.729.000,00		
4.1.7.6.1.02.00.00.00.00	Transf. de Conv. da União Destin. Progr. Educação	694.000,00		

## Estado de Santa Catarina

## MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 4/7  
Data: 12/10/2015

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.7.6.1.02.00.99.00.00	Outras Transf de Convênios a Programas de Educação	694.000,00		
4.1.7.6.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	1.035.000,00		
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		836.517,50	
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora		58.152,50	
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	3.307,50		
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	1.102,50		
4.1.9.1.1.38.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - Ordinários	661,50		
4.1.9.1.1.38.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - 25% Educação	275,63		
4.1.9.1.1.38.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - 15% Saúde	165,37		
4.1.9.1.1.40.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	1.102,50		
4.1.9.1.1.40.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - Ordinário	661,50		
4.1.9.1.1.40.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - 25% Educação	275,63		
4.1.9.1.1.40.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - 15% Saúde	165,37		
4.1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	1.102,50		
4.1.9.1.1.99.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	1.102,50		
4.1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	19.845,00		
4.1.9.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	7.717,50		
4.1.9.1.3.11.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - Ordinári	4.630,50		
4.1.9.1.3.11.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - 25% Educ	1.929,38		
4.1.9.1.3.11.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - 25% Educ	1.157,62		
4.1.9.1.3.13.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	1.102,50		
4.1.9.1.3.13.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - Ordinário	661,50		
4.1.9.1.3.13.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - 25% Educa	275,63		
4.1.9.1.3.13.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - 15% Saúde	165,37		
4.1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	11.025,00		
4.1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	35.000,00		
4.1.9.1.9.15.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	35.000,00		
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		23.152,50	
4.1.9.2.1.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES			
4.1.9.2.1.99.00.00.00.00	Outras Indenizações	1.102,50		
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	1.102,50		
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	22.050,00		
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	22.050,00		
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa Tributária	51.266,25		
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	22.050,00		
4.1.9.3.1.11.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - Ordinário	13.230,00		
			51.266,25	

## Estado de Santa Catarina

## MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 5/7  
Data: 12/10/2015

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.9.3.1.11.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - 25% Educação	5.512,50		
4.1.9.3.1.11.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - 15% Saúde	3.307,50		
4.1.9.3.1.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	1.653,75		
4.1.9.3.1.13.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - Ordinários	992,25		
4.1.9.3.1.13.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - 25% Educação	413,44		
4.1.9.3.1.13.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - 15% Saúde	248,06		
4.1.9.3.1.99.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	27.562,50		
4.1.9.3.1.99.01.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos - Princ	27.562,50		
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	703.946,25	703.946,25	
4.1.9.0.99.00.00.00.00.00	Outras Receitas	703.946,25		
4.2.0.0.00.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL		34.200.000,00	
4.2.1.0.00.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO		1.000.000,00	
4.2.1.1.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS		1.000.000,00	
4.2.1.1.4.00.00.00.00.00	Operações de Crédito Internas - Contratuais	1.000.000,00		
4.2.1.1.4.99.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas - Contratuais	1.000.000,00		
4.2.4.0.00.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		33.200.000,00	
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		33.200.000,00	
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	33.200.000,00		
4.2.4.7.1.02.00.00.00.00	Transf. Convênios da União Destin. Programa Educaç	2.100.000,00		
4.2.4.7.1.02.01.00.00.00	Transf. Convênios da União Destin. Programa Educaç	2.100.000,00		
4.2.4.7.1.03.00.00.00.00	Transf. Convênios da União Destin. Programa Saneam	3.500.000,00		
4.2.4.7.1.03.20.00.00.00	Outros Convênios e Transf da União p/ Saneamento	3.500.000,00		
4.2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	27.600.000,00		
9.0.0.0.00.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA			-3.072.667,50
9.1.0.0.00.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA			-3.072.667,50
9.1.7.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE			
9.1.7.2.0.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências			
9.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-1.315.282,50		
9.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-1.308.447,00		
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-1.305.360,00		
9.1.7.2.1.01.02.02.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-1.305.360,00		
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-3.087,00		
9.1.7.2.1.01.05.02.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-3.087,00		
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - LEI 87/96	-6.835,50		
9.1.7.2.1.36.02.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - LEI 87/96	-6.835,50		

Página: 6/7  
Data: 12/10/2015

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016  
Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
9.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-1.757.385,00		
9.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-1.757.385,00		
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	-1.543.500,00		
9.1.7.2.2.01.01.02.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	-1.543.500,00		
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	-191.835,00		
9.1.7.2.2.01.02.02.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	-191.835,00		
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDEB	-22.050,00		
9.1.7.2.2.01.04.02.00.00	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDEB	-22.050,00		
			<b>Total das receitas:</b>	<b>55.679.983,75</b>
			<b>Total por entidade:</b>	<b>55.679.983,75</b>
<b>Entidade: 2 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - FMS</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			
4.1.1.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA		11.025,00	
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS		11.025,00	
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	11.025,00		
4.1.1.2.1.17.00.00.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	11.025,00		
4.1.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL			
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS			
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários			
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados			
4.1.3.2.5.01.03.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Fundo Saúde			
4.1.3.2.5.01.06.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - próprio			
4.1.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS			
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	2.537.208,75		
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	2.537.208,75		
4.1.7.2.1.33.01.00.00.00	Piso de Atenção Básica - PAB	242.550,00		
4.1.7.2.1.33.01.00.00.00	Saúde Da Família - SF	380.362,50		
4.1.7.2.1.33.03.00.00.00	Saúde Bucal - SB	92.610,00		
4.1.7.2.1.33.05.00.00.00	Agentes Comunitários De Saúde - ACS	297.675,00		
4.1.7.2.1.33.06.00.00.00	Programa De Assistência Farmacêutica Básica	55.125,00		
4.1.7.2.1.33.07.00.00.00	Agente de Combate em Indemias	33.075,00		
4.1.7.2.1.33.08.00.00.00	Ações Estruturantes De Vigilância Sanitária	9.922,50		
			<b>Total das receitas:</b>	<b>55.679.983,75</b>
			<b>Total por entidade:</b>	<b>55.679.983,75</b>

## Estado de Santa Catarina

## MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA

## LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 7/7  
Data: 12/10/2015

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 2 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - FMS</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.7.2.1.33.09.00.00.00	Teto Financeiro De Vigilância Em Saúde - Tfs (Ex-	17.088,75		
4.1.7.2.1.33.10.00.00.00	Média e Alta Complexidade - MAC	615.000,00		
4.1.7.2.1.33.11.00.00.00	Atenção Básica	13.230,00		
4.1.7.2.1.33.11.10.00.00	Piso de Atenção Básica Fixo (PAB Fixo)	13.230,00		
4.1.7.2.1.33.15.00.00.00	Núcleo de Atendimento da Saúde da Família - NASF	158.760,00		
4.1.7.2.1.33.15.30.00.00	Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo	158.760,00		
4.1.7.2.1.33.16.00.00.00	Programa de Melhoria Acesso e de Qualidade - PMAQ	582.120,00		
4.1.7.2.1.33.99.00.00.00	Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo	39.690,00		
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	271.655,00		
4.1.7.2.2.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde	271.655,00		
4.1.7.2.2.33.01.00.00.00	Farmácia Básica	48.510,00		
4.1.7.2.2.33.02.00.00.00	Cofinanciamento Atenção Básica	121.275,00		
4.1.7.2.2.33.03.00.00.00	Núcleo de Atendimento da Saúde da Família - NASF	71.000,00		
4.1.7.2.2.33.06.00.00.00	MAC/Estado	30.870,00		
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL		2.932.000,00	2.932.000,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		2.932.000,00	
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS			
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	2.932.000,00		
4.2.4.7.1.01.00.00.00.00	Transf. de Convênio p/ SUS	2.932.000,00		
4.2.4.7.1.01.02.00.00.00	Transf. de Convênio p/ SUS			
<b>Total das receitas:</b>				<b>5.764.016,25</b>
<b>Total por entidade:</b>				<b>5.764.016,25</b>
<b>Total geral:</b>				<b>61.444.000,00</b>

ALCIMAR DE OLIVEIRA  
Prefeito MunicipalELIENIR TERESINHA AGNOLETTO  
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

## Estado de Santa Catarina

## MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/2  
Data: 12/10/2015

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES		7.561.738,67	14.795.496,52
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		7.561.738,67	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		39.690,00	
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA		39.690,00	
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		7.194.067,85	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		97.662,38	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu		7.088.405,47	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		8.000,00	
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos			
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			35.111.923,75
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		35.036.083,75	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		35.036.083,75	
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA		75.840,00	
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		75.840,00	
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		15.000,00	
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		15.000,00	
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA			
			<b>Total das despesas:</b>	
			<b>Total da entidade:</b>	
				49.922.420,27
				49.922.420,27
<b>Entidade: 2 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - FMS</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			7.521.157,23
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		4.186.285,00	
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos		3.400,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		4.182.885,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		3.334.872,23	
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		5.900,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		3.139.822,23	
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos		189.150,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		3.200.422,50	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		3.200.422,50	

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 2/2

Data: 12/10/2015

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
<b>Entidade: 2 - MUNICIPIO DE SÃO DOMINGOS - FMS</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		3.200.422,50	
			<b>Total das despesas:</b>	<b>10.721.579,73</b>
			<b>Total da entidade:</b>	<b>10.721.579,73</b>
<b>Entidade: 8 - CAMARA MUNICIPAL DE SAO DOMINGOS</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		661.500,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		127.475,00	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		9.922,50	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		117.552,50	
				788.975,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		11.025,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		11.025,00	
				11.025,00
			<b>Total das despesas:</b>	<b>800.000,00</b>
			<b>Total da entidade:</b>	<b>800.000,00</b>
			<b>Total geral:</b>	<b>61.444.000,00</b>

ALCIMAR DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTO

CONTADORA CRC/SC 034400/O-9



**Estado de Santa Catarina**

Página: 1/1

**MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA**

Data: 12/10/2015

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016****Funções e Subfunções de Governo (Anexo 5 da Lei nº 4.320/64)**

Funções	Subfunções
1 Legislativa	31 Ação Legislativa
3 Essencial à Justiça	122 Administração Geral
4 Administração	122 Administração Geral
5 Defesa Nacional	182 Defesa Civil
6 Segurança Pública	181 Policiamento
8 Assistência Social	241 Assistência ao Idoso
	243 Assistência à Criança e ao Adolescente
	244 Assistência Comunitária
10 Saúde	301 Atenção Básica
	302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial
	304 Vigilância Sanitária
	305 Vigilância Epidemiológica
12 Educação	306 Alimentação e Nutrição
	361 Ensino Fundamental
	365 Educação Infantil
13 Cultura	392 Difusão Cultural
15 Urbanismo	451 Infra-Estrutura Urbana
	452 Serviços Urbanos
	782 Transporte Rodoviário
16 Habitação	482 Habitação Urbana
17 Saneamento	512 Saneamento Básico Urbano
20 Agricultura	606 Extensão Rural
27 Desporto e Lazer	695 Turismo
	812 Desporto Comunitário
28 Encargos Especiais	846 Outros Encargos Especiais
99 Reserva de Contingência	999 Reserva de Contingência

ALCIMAR DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTO  
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

## Estado de Santa Catarina

## MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA

## LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/7  
Data: 12/10/2015

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA</b>					
<b>Órgão: 02.00 GABINETE DO PREFEITO</b>		<b>24297500</b>	<b>24.985.690,27</b>	<b>624.230,00</b>	<b>49.922.420,27</b>
<b>Unidade: 02.01 GABINETE DO PREFEITO</b>		<b>0,00</b>	<b>900.756,25</b>	<b>0,00</b>	<b>900.756,25</b>
		<b>0,00</b>	<b>900.756,25</b>	<b>0,00</b>	<b>900.756,25</b>
04	Administração		900.756,25		900.756,25
04.122	Administração Geral		900.756,25		900.756,25
04.122.1002	GABINETE DO PREFEITO		900.756,25		900.756,25
04.122.1002.2.002	Manutenção das atividades do Gabinete do Prefeito		900.756,25		900.756,25
<b>Órgão: 03.00 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA</b>					
<b>Unidade: 03.01 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO</b>		<b>0,00</b>	<b>3.301.625,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.301.625,00</b>
		<b>0,00</b>	<b>3.301.625,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.301.625,00</b>
03	Essencial à Justiça		1.100.000,00		1.100.000,00
03.122	Administração Geral		1.100.000,00		1.100.000,00
03.122.1003	ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		1.100.000,00		1.100.000,00
03.122.1003.2.035	Realização de Eventos Comemorativos Municipais		1.100.000,00		1.100.000,00
04	Administração		2.201.625,00		2.201.625,00
04.122	Administração Geral		2.201.625,00		2.201.625,00
04.122.1003	ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		2.201.625,00		2.201.625,00
04.122.1003.2.003	Manutenção da Secretaria de Administração e Fazenda		2.201.625,00		2.201.625,00
<b>Órgão: 04.00 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES</b>					
<b>Unidade: 04.01 DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO</b>		<b>3.845.000,00</b>	<b>5.671.611,00</b>	<b>0,00</b>	<b>9.516.611,00</b>
		<b>1.835.000,00</b>	<b>5.517.107,50</b>	<b>0,00</b>	<b>7.352.107,50</b>
12	Educação	1.835.000,00	5.517.107,50		7.352.107,50
12.306	Alimentação e Nutrição		200.400,00		200.400,00
12.306.1005	EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA		200.400,00		200.400,00
12.306.1005.2.054	Manutenção da Alimentação Escolar - Ensino Fundamental		100.800,00		100.800,00
12.306.1005.2.055	Manutenção da Alimentação Escolar - Ensino Infantil		99.600,00		99.600,00
12.361	Ensino Fundamental	1.835.000,00	3.881.400,00		5.716.400,00
12.361.1005	EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA	1.835.000,00	3.881.400,00		5.716.400,00
12.361.1005.1.041	Construção/Ampliação/Reforma da Rede Física da Educação Básica	1.835.000,00			1.835.000,00
12.361.1005.2.051	Manutenção do Ensino Fundamental		2.511.000,00		2.511.000,00
12.361.1005.2.053	Manutenção do Transporte Escolar		1.370.400,00		1.370.400,00
12.365	Educação Infantil		1.435.307,50		1.435.307,50
12.365.1005	EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA		1.435.307,50		1.435.307,50
12.365.1005.2.052	Manutenção do Ensino Infantil		1.435.307,50		1.435.307,50

Página: 2/7  
Data: 12/10/2015

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016**  
Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA</b>					
<b>Órgão: 04.00 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES</b>					
<b>Unidade: 04.01 DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO</b>					
12	Educação	24297500	24.985.690,27	624.230,00	49.922.420,27
12.365	Educação Infantil	3.845.000,00	5.671.611,00	0,00	9.516.611,00
12.365.1005	EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA	1.835.000,00	5.517.107,50	0,00	7.352.107,50
12.365.1005.2.052	Manutenção do Ensino Infantil	1.835.000,00	5.517.107,50		7.352.107,50
			1.435.307,50		1.435.307,50
			1.435.307,50		1.435.307,50
			1.435.307,50		1.435.307,50
<b>Unidade: 04.02 DEPARTAMENTO DE ESPORTES</b>					
		2.010.000,00	154.503,50	0,00	2.164.503,50
27	Desporto e Lazer	2.010.000,00	154.503,50		2.164.503,50
27.812	Desporto Comunitário	2.010.000,00	154.503,50		2.164.503,50
27.812.1011	ESPORTE É VIDA	2.010.000,00	154.503,50		2.164.503,50
27.812.1011.1.032	Construção de Unidades Desportivas no Município	2.010.000,00	154.503,50		2.164.503,50
27.812.1011.2.010	Manutenção das Atividades Desportivas	2.010.000,00	154.503,50		2.164.503,50
<b>Órgão: 06.00 SECRETARIA DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO</b>					
<b>Unidade: 06.01 DEPARTAMENTO DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO</b>					
		252.500,00	381.662,50	0,00	634.162,50
		252.500,00	381.662,50	0,00	634.162,50
15	Urbanismo	252.500,00			252.500,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	252.500,00			252.500,00
15.451.1009	DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA	252.500,00			252.500,00
15.451.1009.1.005	Construir Portais de Acesso à Cidade	252.500,00			252.500,00
27	Desporto e Lazer		381.662,50		381.662,50
27.695	Turismo		381.662,50		381.662,50
27.695.1009	DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA		381.662,50		381.662,50
27.695.1009.2.033	Implantação de Sinalização Turística e Urbana		381.662,50		381.662,50
27.695.1009.2.034	Manutenção da Sec. de Indústria, Comércio e Turismo		290.000,00		290.000,00
			91.662,50		91.662,50
<b>Órgão: 07.00 SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. PÚBLICOS</b>					
<b>Unidade: 07.01 DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS</b>					
		19.940.000,00	8.669.944,47	0,00	28.609.944,47
		19.940.000,00	8.669.944,47	0,00	28.609.944,47
06	Segurança Pública		121.275,00		121.275,00
06.181	Policimento		121.275,00		121.275,00
06.181.1009	DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA		121.275,00		121.275,00
06.181.1009.2.039	Manutenção das Atividades da Polícia Civil		33.075,00		33.075,00



## Estado de Santa Catarina

## MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Página: 4/7  
Data: 12/10/2015

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA</b>					
<b>Órgão: 08.00</b>	<b>ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO</b>	<b>24297500</b>	<b>24.985.690,27</b>	<b>624.230,00</b>	<b>49.922.420,27</b>
<b>Unidade: 08.01</b>	<b>ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>624.230,00</b>	<b>624.230,00</b>
		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>624.230,00</b>	<b>624.230,00</b>
28	Encargos Especiais			624.230,00	624.230,00
28.846	Outros Encargos Especiais			624.230,00	624.230,00
28.846.0000	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO			624.230,00	624.230,00
28.846.0000.0.004	Obrigações Tributárias e Contributivas			187.425,00	187.425,00
<b>Órgão: 09.00</b>	<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>15.000,00</b>
<b>Unidade: 09.01</b>	<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>15.000,00</b>
99	Reserva de Contingência				15.000,00
99.999	Reserva de Contingência				15.000,00
99.999.1013	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				15.000,00
99.999.1013.9.999	Reserva de Contingência				15.000,00
<b>Órgão: 11.00</b>	<b>FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL</b>	<b>260.000,00</b>	<b>1.397.436,05</b>	<b>0,00</b>	<b>1.657.436,05</b>
<b>Unidade: 11.01</b>	<b>FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL</b>	<b>260.000,00</b>	<b>1.397.436,05</b>	<b>0,00</b>	<b>1.657.436,05</b>
08	Assistência Social	260.000,00	1.397.436,05		1.657.436,05
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		126.460,00		126.460,00
08.243.1007	DESENVOLVIMENTO SOCIAL		126.460,00		126.460,00
08.243.1007.2.038	Manutenção do Conselho Tutelar		126.460,00		126.460,00
08.244	Assistência Comunitária	260.000,00	1.270.976,05		1.530.976,05
08.244.1007	DESENVOLVIMENTO SOCIAL	260.000,00	1.270.976,05		1.530.976,05
08.244.1007.1.011	Edificação, Reforma de Equipamentos Sociais	260.000,00			260.000,00
08.244.1007.2.015	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social	260.000,00	1.270.976,05		1.270.976,05
<b>Órgão: 12.00</b>	<b>FUNDO AGROPECUÁRIO MUNICIPAL</b>	<b>0,00</b>	<b>2.135.450,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.135.450,00</b>
<b>Unidade: 12.01</b>	<b>FUNDO AGROPECUÁRIO MUNICIPAL</b>	<b>0,00</b>	<b>2.135.450,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.135.450,00</b>
20	Agricultura				2.135.450,00
20.606	Extensão Rural		2.135.450,00		2.135.450,00
20.606.1010	DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL		2.135.450,00		2.135.450,00
20.606.1010.2.014	Man. das Atividades da Sec. de Agricultura e Meio Ambiente		2.135.450,00		2.135.450,00

Página: 5/7  
Data: 12/10/2015

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016**  
Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA</b>					
<b>Órgão: 13.00</b>	<b>FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL</b>	<b>24297500</b>	<b>24.985.890,27</b>	<b>624.230,00</b>	<b>49.922.420,27</b>
<b>Unidade: 13.01</b>	<b>FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL</b>	<b>0,00</b>	<b>2.175.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.175.000,00</b>
		<b>0,00</b>	<b>2.175.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.175.000,00</b>
16	Habitação		2.175.000,00		2.175.000,00
16.482	Habitação Urbana		2.175.000,00		2.175.000,00
16.482.1008	HABITAÇÃO DIREITO E DIGNIDADE		2.175.000,00		2.175.000,00
16.482.1008.2.017	Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social		2.070.000,00		2.070.000,00
16.482.1008.2.058	Auxílio na edificação e recuperação de Unidades Habitacionais		105.000,00		105.000,00
<b>Órgão: 14.00</b>	<b>FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA</b>	<b>0,00</b>	<b>37.205,00</b>	<b>0,00</b>	<b>37.205,00</b>
<b>Unidade: 14.01</b>	<b>FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA</b>	<b>0,00</b>	<b>37.205,00</b>	<b>0,00</b>	<b>37.205,00</b>
08	Assistência Social		37.205,00		37.205,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		37.205,00		37.205,00
08.243.1007	DESENVOLVIMENTO SOCIAL		37.205,00		37.205,00
08.243.1007.2.016	Manutenção das Atividades do Fundo da Infância e Adolescência		37.205,00		37.205,00
<b>Órgão: 15.00</b>	<b>FUMDEC - FUNDO MUN. DE DEFESA CIVIL DE SD</b>	<b>0,00</b>	<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.000,00</b>
<b>Unidade: 15.01</b>	<b>FUMDEC - FUNDO MUN. DE DEFESA CIVIL DE SD</b>	<b>0,00</b>	<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.000,00</b>
05	Defesa Nacional		5.000,00		5.000,00
05.182	Defesa Civil		5.000,00		5.000,00
05.182.1015	FUMDEC - FUNDO MUN. DE DEFESA CIVIL DE SD		5.000,00		5.000,00
05.182.1015.2.044	Manutenção das Atividades da Defesa Civil		5.000,00		5.000,00
<b>Órgão: 16.00</b>	<b>FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO</b>	<b>0,00</b>	<b>120.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>120.000,00</b>
<b>Unidade: 16.01</b>	<b>FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO</b>	<b>0,00</b>	<b>120.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>120.000,00</b>
08	Assistência Social		120.000,00		120.000,00
08.241	Assistência ao Idoso		120.000,00		120.000,00
08.241.1007	DESENVOLVIMENTO SOCIAL		120.000,00		120.000,00
08.241.1007.2.057	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal do Idoso		120.000,00		120.000,00

Página: 6/7  
Data: 12/10/2015

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016**  
**Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)**

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA</b>					
<b>Órgão: 17.00 FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA</b>		<b>24297500</b>	<b>24.985.890,27</b>	<b>624.230,00</b>	<b>49.922.420,27</b>
<b>Unidade: 17.01 FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA</b>		<b>0,00</b>	<b>190.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>190.000,00</b>
		<b>0,00</b>	<b>190.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>190.000,00</b>
13	Cultura		190.000,00		190.000,00
13.392	Difusão Cultural		190.000,00		190.000,00
13.392.1012	MAIS CULTURA		190.000,00		190.000,00
13.392.1012.2.056	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Cultura		190.000,00		190.000,00
<b>Entidade: 2 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - FMS</b>					
<b>Órgão: 10.00 FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE</b>		<b>2732000</b>	<b>7.989.579,73</b>	<b>0,00</b>	<b>10.721.579,73</b>
<b>Unidade: 10.01 FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE</b>		<b>2.732.000,00</b>	<b>7.989.579,73</b>	<b>0,00</b>	<b>10.721.579,73</b>
		<b>2.732.000,00</b>	<b>7.989.579,73</b>	<b>0,00</b>	<b>10.721.579,73</b>
10	Saúde	2.732.000,00	7.989.579,73		10.721.579,73
10.301	Atenção Básica	2.732.000,00	7.989.579,73		10.721.579,73
10.301.1006	SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA		7.296.853,48		10.028.853,48
10.301.1006.1.027	Edificação/Ampliação/Reforma de Equipamentos de Saúde		7.296.853,48		10.028.853,48
10.301.1006.1.038	CONSTRUCAO DE CAPS I	1.850.000,00			1.850.000,00
10.301.1006.2.027	Manutenção das Atividades da Saúde Básica Municipal	882.000,00			882.000,00
10.301.1006.2.031	Aquisição de Veículos, Vans, Equipamentos e Mobiliário em Geral		6.740.943,48		6.740.943,48
10.301.1006.2.045	Manutenção da Assistência Farmacêutica Básica		260.000,00		260.000,00
10.301.1006.2.046	Manutenção da Atenção Básica - Estado		55.125,00		55.125,00
10.301.1006.2.048	Manutenção da Assistência Farm. Básica - Estado		192.275,00		192.275,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		48.510,00		48.510,00
10.302.1006	SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA		615.000,00		615.000,00
10.302.1006.2.043	Manutenção da Média e Alta Complexidade - MAC		615.000,00		615.000,00
10.304	Vigilância Sanitária		615.000,00		615.000,00
10.304.1006	SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA		46.856,25		46.856,25
10.304.1006.2.028	Manutenção das Atividades da Vigilância em Saúde		46.856,25		46.856,25
10.305	Vigilância Epidemiológica		30.870,00		30.870,00
10.305.1006	SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA		30.870,00		30.870,00
10.305.1006.2.047	Manutenção da Média e Alta complexidade - Estado		30.870,00		30.870,00

Página: 7/7

Data: 12/10/2015

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 8 - CAMARA MUNICIPAL DE SAO DOMINGOS					
Órgão: 01.00 CÂMARA DE VEREADORES					
Unidade: 01.01 CÂMARA DE VEREADORES					
01	Legislativa	0	800.000,00	0,00	800.000,00
01.031	Ação Legislativa	0,00	800.000,00	0,00	800.000,00
01.031.1001	PROCESSO LEGISLATIVO MUNICIPAL	0,00	800.000,00	0,00	800.000,00
01.031.1001.2.001	Manutenção das Atividades do Poder Legislativo		788.975,00		788.975,00
01.031.1001.2.037	MANUTENÇÃO DA CÂMARA JOVEM		11.025,00		11.025,00
Total geral:					61.444.000,00

ALCIMAR DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTO  
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9



Página: 1/3  
Data: 12/10/2015

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
01	Legislativa		800.000,00		800.000,00
01.031	Ação Legislativa		800.000,00		800.000,00
01.031.1001	PROCESSO LEGISLATIVO MUNICIPAL		800.000,00		800.000,00
03	Essencial à Justiça		1.100.000,00		1.100.000,00
03.122	Administração Geral		1.100.000,00		1.100.000,00
03.122.1003	ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		1.100.000,00		1.100.000,00
04	Administração		3.102.381,25		3.102.381,25
04.122	Administração Geral		3.102.381,25		3.102.381,25
04.122.1002	GABINETE DO PREFEITO		900.756,25		900.756,25
04.122.1003	ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		2.201.625,00		2.201.625,00
05	Defesa Nacional		5.000,00		5.000,00
05.182	Defesa Civil		5.000,00		5.000,00
05.182.1015	FUMIDEC - FUNDO MUN. DE DEFESA CIVIL DE SD		5.000,00		5.000,00
06	Segurança Pública		121.275,00		121.275,00
06.181	Policimento		121.275,00		121.275,00
06.181.1009	DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA		121.275,00		121.275,00
08	Assistência Social		1.554.641,05		1.554.641,05
08.241	Assistência ao Idoso	260.000,00	120.000,00		120.000,00
08.241.1007	DESENVOLVIMENTO SOCIAL		120.000,00		120.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		163.665,00		163.665,00
08.243.1007	DESENVOLVIMENTO SOCIAL		163.665,00		163.665,00
08.244	Assistência Comunitária	260.000,00	1.270.976,05		1.530.976,05
08.244.1007	DESENVOLVIMENTO SOCIAL	260.000,00	1.270.976,05		1.530.976,05
10	Saúde		7.989.579,73		10.721.579,73
10.301	Atenção Básica	2.732.000,00	7.296.853,48		10.028.853,48
10.301.1006	SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	2.732.000,00	7.296.853,48		10.028.853,48
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		615.000,00		615.000,00
10.302.1006	SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA		615.000,00		615.000,00
10.304	Vigilância Sanitária		46.856,25		46.856,25
10.304.1006	SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA		46.856,25		46.856,25

**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Página: 2/3  
Data: 12/10/2015

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
10	Saúde	2.732.000,00	7.989.579,73		10.721.579,73
10.305	Vigilância Epidemiológica		30.870,00		30.870,00
10.305.1006	SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA		30.870,00		30.870,00
12	Educação	1.835.000,00	5.517.107,50		7.352.107,50
12.306	Alimentação e Nutrição		200.400,00		200.400,00
12.306.1005	EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA		200.400,00		200.400,00
12.361	Ensino Fundamental	1.835.000,00	3.881.400,00		5.716.400,00
12.361.1005	EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA	1.835.000,00	3.881.400,00		5.716.400,00
12.365	Educação Infantil		1.435.307,50		1.435.307,50
12.365.1005	EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA		1.435.307,50		1.435.307,50
13	Cultura		190.000,00		190.000,00
13.392	Difusão Cultural		190.000,00		190.000,00
13.392.1012	MAIS CULTURA		190.000,00		190.000,00
15	Urbanismo	15.622.500,00	8.548.669,47		24.171.169,47
15.451	Infra-Estrutura Urbana	15.622.500,00			15.622.500,00
15.451.1009	DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA	15.622.500,00			15.622.500,00
15.452	Serviços Urbanos		3.038.669,47		3.038.669,47
15.452.1009	DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA		3.038.669,47		3.038.669,47
15.782	Transporte Rodoviário		5.510.000,00		5.510.000,00
15.782.1009	DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA		5.510.000,00		5.510.000,00
16	Habitação		2.175.000,00		2.175.000,00
16.482	Habitação Urbana		2.175.000,00		2.175.000,00
16.482.1008	HABITAÇÃO DIREITO E DIGNIDADE		2.175.000,00		2.175.000,00
17	Saneamento	4.570.000,00			4.570.000,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	4.570.000,00			4.570.000,00
17.512.1009	DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA	4.570.000,00			4.570.000,00
20	Agricultura		2.135.450,00		2.135.450,00
20.606	Extensão Rural		2.135.450,00		2.135.450,00
20.606.1010	DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL		2.135.450,00		2.135.450,00

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Página: 3/3

Data: 12/10/2015

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
27	Desporto e Lazer	2.010.000,00	536.166,00		2.546.166,00
27.695	Turismo		381.662,50		381.662,50
27.695.1009	DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA		381.662,50		381.662,50
27.812	Desporto Comunitário	2.010.000,00	154.503,50		2.164.503,50
27.812.1011	ESPORTE É VIDA	2.010.000,00	154.503,50		2.164.503,50
28	Encargos Especiais			624.230,00	624.230,00
28.846	Outros Encargos Especiais			624.230,00	624.230,00
28.846.0000	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO			624.230,00	624.230,00
99	Reserva de Contingência			15.000,00	15.000,00
99.999	Reserva de Contingência			15.000,00	15.000,00
99.999.1013	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			15.000,00	15.000,00
Total:		27.029.500,00	33.775.270,00	624.230,00	61.444.000,00
Total geral:		27.029.500,00	33.775.270,00	624.230,00	61.444.000,00

ALCIMAR DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTO

CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA****LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016**

Página: 1/3  
Data: 12/10/2015

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
01	Legislativa	800.000,00		800.000,00
01.031	Ação Legislativa	800.000,00		800.000,00
01.031.1001	PROCESSO LEGISLATIVO MUNICIPAL	800.000,00		800.000,00
03	Essencial à Justiça	600.000,00	500.000,00	1.100.000,00
03.122	Administração Geral	600.000,00	500.000,00	1.100.000,00
03.122.1003	ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	600.000,00	500.000,00	1.100.000,00
04	Administração	2.852.381,25	250.000,00	3.102.381,25
04.122	Administração Geral	2.852.381,25	250.000,00	3.102.381,25
04.122.1002	GABINETE DO PREFEITO	900.756,25		900.756,25
04.122.1003	ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	1.951.625,00	250.000,00	2.201.625,00
05	Defesa Nacional	5.000,00		5.000,00
05.182	Defesa Civil	5.000,00		5.000,00
05.182.1015	FUMDEC - FUNDO MUN. DE DEFESA CIVIL DE SD	5.000,00		5.000,00
06	Segurança Pública	121.275,00		121.275,00
06.181	Policimento	121.275,00		121.275,00
06.181.1009	DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA	121.275,00		121.275,00
08	Assistência Social	1.174.941,05	639.700,00	1.814.641,05
08.241	Assistência ao Idoso	20.000,00	100.000,00	120.000,00
08.241.1007	DESENVOLVIMENTO SOCIAL	20.000,00	100.000,00	120.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	163.665,00		163.665,00
08.243.1007	DESENVOLVIMENTO SOCIAL	163.665,00		163.665,00
08.244	Assistência Comunitária	991.276,05	539.700,00	1.530.976,05
08.244.1007	DESENVOLVIMENTO SOCIAL	991.276,05	539.700,00	1.530.976,05
10	Saúde	4.963.075,98	5.758.503,75	10.721.579,73
10.301	Atenção Básica	4.954.255,98	5.074.597,50	10.028.853,48
10.301.1006	SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	4.954.255,98	5.074.597,50	10.028.853,48
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial			
10.302.1006	SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA		615.000,00	615.000,00
10.304	Vigilância Sanitária	8.820,00	615.000,00	615.000,00
10.304.1006	SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	8.820,00	38.036,25	46.856,25
10.305	Vigilância Epidemiológica		38.036,25	46.856,25
10.305.1006	SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA		30.870,00	30.870,00

Página: 2/3  
Data: 12/10/2015

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
12	Educação	1.301.900,00	6.050.207,50	7.352.107,50
12.306	Alimentação e Nutrição	116.400,00	84.000,00	200.400,00
12.306.1005	EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA	116.400,00	84.000,00	200.400,00
12.361	Ensino Fundamental	715.500,00	5.000.900,00	5.716.400,00
12.361.1005	EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA	715.500,00	5.000.900,00	5.716.400,00
12.365	Educação Infantil	470.000,00	965.307,50	1.435.307,50
12.365.1005	EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA	470.000,00	965.307,50	1.435.307,50
13	Cultura	90.000,00	100.000,00	190.000,00
13.392	Difusão Cultural	90.000,00	100.000,00	190.000,00
13.392.1012	MAIS CULTURA	90.000,00	100.000,00	190.000,00
15	Urbanismo	1.773.055,72	22.398.113,75	24.171.169,47
15.451	Infra-Estrutura Urbana	122.500,00	15.500.000,00	15.622.500,00
15.451.1009	DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA	122.500,00	15.500.000,00	15.622.500,00
15.452	Serviços Urbanos	1.640.555,72	1.398.113,75	3.038.669,47
15.452.1009	DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA	1.640.555,72	1.398.113,75	3.038.669,47
15.782	Transporte Rodoviário	10.000,00	5.500.000,00	5.510.000,00
15.782.1009	DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA	10.000,00	5.500.000,00	5.510.000,00
16	Habitação	175.000,00	2.000.000,00	2.175.000,00
16.482	Habitação Urbana	175.000,00	2.000.000,00	2.175.000,00
16.482.1008	HABITAÇÃO DIREITO E DIGNIDADE	175.000,00	2.000.000,00	2.175.000,00
17	Saneamento	70.000,00	4.500.000,00	4.570.000,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	70.000,00	4.500.000,00	4.570.000,00
17.512.1009	DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA	70.000,00	4.500.000,00	4.570.000,00
20	Agricultura	1.135.450,00	1.000.000,00	2.135.450,00
20.606	Extensão Rural	1.135.450,00	1.000.000,00	2.135.450,00
20.606.1010	DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	1.135.450,00	1.000.000,00	2.135.450,00
27	Desporto e Lazer	261.166,00	2.285.000,00	2.546.166,00
27.695	Turismo	96.662,50	285.000,00	381.662,50
27.695.1009	DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA	96.662,50	285.000,00	381.662,50
27.812	Desporto Comunitário	164.503,50	2.000.000,00	2.164.503,50
27.812.1011	ESPORTE É VIDA	164.503,50	2.000.000,00	2.164.503,50

Página: 3/3

Data: 12/10/2015

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
28	Encargos Especiais	624.230,00		624.230,00
28.846	Outros Encargos Especiais	624.230,00		624.230,00
28.846.0000	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	624.230,00		624.230,00
99	Reserva de Contingência			15.000,00
99.999	Reserva de Contingência			15.000,00
99.999.1013	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			15.000,00
Total:		15.962.475,00	45.481.525,00	61.444.000,00
Total geral:		15.962.475,00	45.481.525,00	61.444.000,00

ALCIMAR DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTO

CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

Página: 1/15

Data: 12/10/2015

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA							
Funções		Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
Órgão							
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	900.756,25	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		0,00	0,00	1.100.000,00	2.201.625,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DA INDUSTRIA COMÉRCIO E TURISMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. PÚBLICOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	121.275,00
08.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - FUNDO AGROPECUÁRIO MUNICIPAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.00 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.00 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15.00 - FUMDEC - FUNDO MUN. DE DEFESA CIVIL DE SD		0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00
16.00 - FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17.00 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	1.100.000,00	3.102.381,25	5.000,00	121.275,00

Página: 2/15

Data: 12/10/2015

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA							
Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.352.107,50
06.00 - SECRETARIA DA INDUSTRIA COMÉRCIO E TURISMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. PÚBLICOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		0,00	1.657.436,05	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - FUNDO AGROPECUÁRIO MUNICIPAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.00 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.00 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA		0,00	37.205,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15.00 - FUMDEC - FUNDO MUN. DE DEFESA CIVIL DE SD		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16.00 - FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO		0,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17.00 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	1.814.641,05	0,00	0,00	0,00	7.352.107,50



Página: 3/15

Data: 12/10/2015

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA						
Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DA INDUSTRIA COMÉRCIO E TURISMO		0,00	0,00	252.500,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. PÚBLICOS		0,00	0,00	23.918.669,47	0,00	4.570.000,00
08.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - RESERVA DE CONTIGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - FUNDO AGROPECUÁRIO MUNICIPAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.00 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL		0,00	0,00	0,00	2.175.000,00	0,00
14.00 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15.00 - FUMDEC - FUNDO MUN. DE DEFESA CIVIL DE SD		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16.00 - FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17.00 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA		190.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		190.000,00	0,00	24.171.169,47	2.175.000,00	4.570.000,00
						0,00

Página: 4/15

Data: 12/10/2015

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA							
Funções		Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
Órgão							
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DA INDUSTRIA COMÉRCIO E TURISMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. PÚBLICOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - FUNDO AGROPECUÁRIO MUNICIPAL		0,00	2.135,450,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.00 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.00 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15.00 - FUMDEC - FUNDO MUN. DE DEFESA CIVIL DE SD		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16.00 - FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17.00 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	2.135,450,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 5/15

Data: 12/10/2015

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA							
Funções		Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
Órgão							
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	900.756,25
03.00 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.301.625,00
04.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		0,00	0,00	2.164.503,50	0,00	0,00	9.516.611,00
06.00 - SECRETARIA DA INDUSTRIA COMÉRCIO E TURISMO		0,00	0,00	381.662,50	0,00	0,00	634.162,50
07.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. PÚBLICOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.609.944,47
08.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		0,00	0,00	0,00	624.230,00	0,00	624.230,00
09.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	15.000,00
11.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.657.436,05
12.00 - FUNDO AGROPECUÁRIO MUNICIPAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.135.450,00
13.00 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.175.000,00
14.00 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37.205,00
15.00 - FUMDEC - FUNDO MUN. DE DEFESA CIVIL DE SD		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
16.00 - FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00
17.00 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	190.000,00
Total:		0,00	0,00	2.546.166,00	624.230,00	15.000,00	49.922.420,27

Página: 6/15  
Data: 12/10/2015

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 2 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - FMS

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
10.00 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Página: 7/15  
Data: 12/10/2015

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 2 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - FMS

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
10.00 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE		0,00	0,00	0,00	10.721.579,73	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10.721.579,73</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Página: 8/15  
Data: 12/10/2015

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 2 - MUNICIPIO DE SÃO DOMINGOS - FMS

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
10.00 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Página: 9/15  
Data: 12/10/2015

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 2 - MUNICIPIO DE SÃO DOMINGOS - FMS

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
10.00 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Página: 10/15  
Data: 12/10/2015

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 2 - MUNICIPIO DE SÃO DOMINGOS - FMS

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
10.00 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.721.579,73
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.721.579,73



Página: 11/15  
Data: 12/10/2015

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 8 - CAMARA MUNICIPAL DE SAO DOMINGOS

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
01.00 - CÂMARA DE VEREADORES		800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>800.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Página: 12/15  
Data: 12/10/2015

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 8 - CAMARA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
01.00 - CÂMARA DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Página: 13/15  
Data: 12/10/2015

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 8 - CAMARA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
01.00 - CÂMARA DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 14/15  
Data: 12/10/2015

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 8 - CAMARA MUNICIPAL DE SAO DOMINGOS

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
01.00 - CÂMARA DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Página: 15/15  
Data: 12/10/2015

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 8 - CAMARA MUNICIPAL DE SAO DOMINGOS						
Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência
01.00 - CÂMARA DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total geral:						
						800.000,00
						800.000,00
						61.444.000,00

ALCIMAR DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTO  
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

Página: 1/1  
Data: 12/10/2015

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016**

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2012	2013	2014		
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA						
4.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS	22.826.740,19	25.177.986,96	23.370.299,94	71.368.525,00	58.752.651,25
4.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	16.839.725,45	19.036.152,50	20.335.902,55	21.829.283,96	24.552.651,25
4.1.1.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	1.369.419,04	1.612.097,81	1.549.826,58	1.759.950,00	1.927.482,50
4.1.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	184.724,52	164.922,24	197.219,19	210.000,00	220.000,00
4.1.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	96.685,80	103.440,66	166.604,39	189.475,00	241.398,75
4.1.4.0.00.00.00.00.00	RECEITA AGROPECUARIA	34.249,68	36.433,88	37.657,69	42.000,00	44.100,00
4.1.6.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	12.924,83	13.391,04	13.646,17	15.750,00	16.537,50
4.1.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	14.732.018,52	16.875.490,05	17.971.733,65	19.086.700,00	21.266.615,00
4.1.9.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	409.703,06	230.376,82	399.214,88	525.408,96	836.517,50
4.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	5.987.014,74	6.141.834,46	3.034.397,39	49.539.241,04	34.200.000,00
4.2.1.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	3.000.000,00	1.000.000,00
4.2.2.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	646.188,84	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.3.0.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	8.452,38	7.459,01	0,00	0,00	0,00
4.2.4.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5.332.373,52	6.134.375,45	3.034.397,39	46.539.241,04	33.200.000,00
9.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	-2.350.711,28	-2.597.780,47	-2.734.915,53	-2.926.350,00	-3.072.667,50
9.1.0.0.00.00.00.00.00	Dedução de Receita	-2.350.711,28	-2.597.780,47	-2.734.915,53	-2.926.350,00	-3.072.667,50
9.1.1.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA.	-148,48	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.7.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-2.350.562,80	-2.597.780,47	-2.734.915,53	-2.926.350,00	-3.072.667,50
Total por entidade:		20.476.028,91	22.580.206,49	20.635.384,41	68.442.175,00	55.679.983,75
Entidade: 2 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - FMS						
4.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS	2.186.260,81	2.197.445,95	2.281.203,54	7.887.825,00	5.764.016,25
4.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	1.756.860,81	2.091.845,95	2.281.203,54	2.697.825,00	2.832.016,25
4.1.1.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	14.497,12	12.900,90	10.500,00	11.025,00
4.1.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	15.088,50	16.646,30	2.362,33	11.550,00	12.127,50
4.1.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.741.772,31	2.060.311,73	2.265.940,31	2.675.775,00	2.808.863,75
4.1.9.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	390,80	0,00	0,00	0,00
4.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	429.400,00	105.600,00	0,00	5.190.000,00	2.932.000,00
4.2.4.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	429.400,00	105.600,00	0,00	5.190.000,00	2.932.000,00
Total por entidade:		2.186.260,81	2.197.445,95	2.281.203,54	7.887.825,00	5.764.016,25
Total geral:		22.662.289,72	24.777.652,44	22.916.587,95	76.330.000,00	61.444.000,00

ALCIMAR DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTI  
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

Página: 1/2  
Data: 12/10/2015

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Código	Especificação	Realizado			Fixado		LOA
		2012	2013	2014	2015	2016	
Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA							
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	9.795.511,71	10.084.090,24	11.335.588,27	13.261.305,90	14.795.496,52	
3.3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.264.239,96	5.706.706,11	6.231.475,10	7.117.627,30	7.561.738,67	
3.3.1.71.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	0,00	1.573,00	3.402,00	0,00	0,00	
3.3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	5.264.239,96	5.705.133,11	6.228.073,10	7.117.627,30	7.561.738,67	
3.3.2.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	4.125,22	4.132,11	4.182,57	37.800,00	39.690,00	
3.3.2.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	4.125,22	4.132,11	4.182,57	37.800,00	39.690,00	
3.3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.527.146,53	4.373.252,02	5.099.930,60	6.105.878,60	7.194.067,85	
3.3.3.350.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	71.450,18	85.248,00	82.130,00	97.297,50	97.662,38	
3.3.3.71.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	0,00	858,00	2.548,00	0,00	0,00	
3.3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	4.455.696,35	4.287.146,02	5.015.252,60	6.000.581,10	7.088.405,47	
3.3.3.93.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	0,00	0,00	0,00	8.000,00	8.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	4.693.032,25	7.258.705,81	4.555.702,01	50.458.199,10	35.111.923,75	
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	4.644.203,53	7.209.877,09	4.436.252,21	50.357.399,10	35.036.083,75	
4.4.4.71.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	0,00	429,00	490,00	0,00	0,00	
4.4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	4.644.203,53	7.209.448,09	4.435.762,21	50.357.399,10	35.036.083,75	
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DÍVIDA	48.828,72	48.828,72	119.449,80	100.800,00	75.840,00	
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	48.828,72	48.828,72	119.449,80	100.800,00	75.840,00	
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	15.000,00	15.000,00	
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	15.000,00	15.000,00	
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	15.000,00	15.000,00	
Total por entidade:		14.488.543,96	17.342.796,05	15.891.290,28	63.734.505,00	49.922.420,27	
Entidade: 2 - MUNICIPIO DE SÃO DOMINGOS - FMS							
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	4.983.199,15	4.986.198,90	5.753.378,51	6.247.825,00	7.521.157,23	
3.3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.140.462,53	1.975.515,33	2.301.824,76	3.127.000,00	4.186.285,00	
3.3.1.71.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	6.000,00	6.000,00	0,00	3.300,00	3.400,00	
3.3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	3.134.462,53	1.969.515,33	2.301.824,76	3.123.700,00	4.182.885,00	
3.3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.842.736,62	3.010.683,57	3.451.553,75	3.120.825,00	3.334.872,23	
3.3.3.71.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	255.435,31	166.796,42	237.753,35	5.800,00	5.900,00	
3.3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.587.301,31	2.843.887,15	3.213.800,40	2.935.125,00	3.139.822,23	
3.3.3.93.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	0,00	0,00	0,00	179.900,00	189.150,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	440.687,65	266.926,65	278.243,14	5.548.200,00	3.200.422,50	
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	440.687,65	266.926,65	278.243,14	5.548.200,00	3.200.422,50	
4.4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	440.687,65	266.926,65	278.243,14	5.548.200,00	3.200.422,50	
Total por entidade:		5.423.886,80	5.253.125,55	6.031.621,65	11.796.025,00	10.721.579,73	

Página: 2/2  
Data: 12/10/2015

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016**

Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Código	Especificação	Realizado			Fixado	LOA
		2012	2013	2014		
Entidade: 8 - CAMARA MUNICIPAL DE SAO DOMINGOS						
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	788.970,00	788.975,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	630.000,00	661.500,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	630.000,00	661.500,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	158.970,00	127.475,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	0,00	0,00	0,00	9.450,00	9.922,50
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	149.520,00	117.552,50
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	10.500,00	11.025,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	10.500,00	11.025,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	10.500,00	11.025,00
Total por entidade:		0,00	0,00	0,00	799.470,00	800.000,00
Total geral:		19.912.430,76	22.595.921,60	21.922.911,93	76.330.000,00	61.444.000,00

ALCIMAR DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTO  
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9



**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016**  
**Relação da Proposta da Despesa**

Página: 1/7  
 Data: 12/10/2015

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
<b>Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA</b>						<b>49.922.420,27</b>
Órgão: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO						900.756,25
Unidade: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO						900.756,25
Proj./Ativ.: 2.002 - Manutenção das atividades do Gabinete do Prefeito			Localizador: Localizador gerado pela impor			
1 04.122.1002	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00	- Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	730.000,00
1 04.122.1002	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00	- Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	165.375,00
1 04.122.1002	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00	- Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.381,25
<b>Total:</b>						<b>900.756,25</b>
Órgão: 03.00 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA						3.301.625,00
Unidade: 03.01 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO						3.301.625,00
Proj./Ativ.: 2.003 - Manutenção da Secretaria de Administração e Fazenda			Localizador: Centro Administrativo Municipi			
3 04.122.1003	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00	- Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	997.000,00
3 04.122.1003	3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00	- Transferencias a Instituicoes	Não	Não	Não	80.000,00
3 04.122.1003	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00	- Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	716.625,00
3 04.122.1003	3.3.93.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00	- Aplicação Direta Decorrente	Não	Não	Não	8.000,00
3 04.122.1003	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00	- Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	150.000,00
3 04.122.1003	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0024.000000.00.00.00	- Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	250.000,00
<b>Total:</b>						<b>2.201.625,00</b>
Proj./Ativ.: 2.035 - Realização de Eventos Comemorativos Municipais			Localizador: Município			
2 03.122.1003	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00	- Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	600.000,00
2 03.122.1003	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0024.000000.04.03.00	- Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	500.000,00
<b>Total:</b>						<b>1.100.000,00</b>
Órgão: 04.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES						9.516.611,00
Unidade: 04.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO						7.352.107,50
Proj./Ativ.: 1.041 - Construção/Ampliação/Reforma da Rede Física da Educação Básica			Localizador: São Domingos			
6 12.361.1005	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0022.000000.01.03.95	- Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	1.800.000,00
6 12.361.1005	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.01.01.01	- Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	35.000,00
<b>Total:</b>						<b>1.835.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.051 - Manutenção do Ensino Fundamental			Localizador: Município			
7 12.361.1005	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.000000.01.01.01	- Aplicacoes Diretas	Sim	Sim	Não	210.000,00
7 12.361.1005	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0018.000000.01.02.01	- Aplicacoes Diretas	Sim	Sim	Não	1.364.000,00
7 12.361.1005	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0019.000000.01.02.03	- Aplicacoes Diretas	Sim	Sim	Não	52.000,00
7 12.361.1005	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.000000.01.01.01	- Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	219.000,00
7 12.361.1005	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0019.000000.01.02.03	- Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	114.000,00
7 12.361.1005	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0022.000000.01.03.95	- Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	200.000,00
7 12.361.1005	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0058.000000.01.03.01	- Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	179.000,00
7 12.361.1005	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.000000.01.01.01	- Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	52.000,00
7 12.361.1005	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0022.000000.01.03.95	- Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	100.000,00
7 12.361.1005	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0058.000000.01.03.01	- Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	21.000,00
<b>Total:</b>						<b>2.511.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.052 - Manutenção do Ensino Infantil			Localizador: Município			
9 12.365.1005	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0018.000000.01.02.02	- Aplicacoes Diretas	Sim	Sim	Não	516.000,00
9 12.365.1005	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.000000.01.01.02	- Aplicacoes Diretas	Sim	Sim	Não	334.000,00
9 12.365.1005	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0019.000000.01.02.04	- Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	126.000,00
9 12.365.1005	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.000000.01.01.02	- Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	105.000,00
9 12.365.1005	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0062.000000.01.03.98	- Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	126.000,00
9 12.365.1005	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0058.000000.01.03.01	- Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	87.307,50
9 12.365.1005	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0022.000000.01.03.98	- Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	100.000,00
9 12.365.1005	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.000000.01.01.02	- Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	31.000,00
9 12.365.1005	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0019.000000.01.02.04	- Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	10.000,00
<b>Total:</b>						<b>1.435.307,50</b>
Proj./Ativ.: 2.053 - Manutenção do Transporte Escolar			Localizador: Município			
8 12.361.1005	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.000000.01.01.01	- Aplicacoes Diretas	Sim	Sim	Não	52.500,00

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Relação da Proposta da Despesa

Página: 2/7

Data: 12/10/2015

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
<b>Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA</b>						<b>49.922.420,27</b>
Órgão: 04.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES						9.516.611,00
Unidade: 04.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO						7.352.107,50
Proj./Ativ.: 2.053 - Matutensão do Transporte Escolar			Localizador: Município			
8	12.361.1005	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0019.000000.01.01.01 - Aplicacoes Diretas	Sim	Sim	Não	442.900,00
8	12.361.1005	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0022.000000.01.01.03 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	494.000,00
8	12.361.1005	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0061.000000.01.03.95 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	71.000,00
8	12.361.1005	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0019.000000.01.02.03 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	63.000,00
8	12.361.1005	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.000000.01.01.01 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	95.000,00
8	12.361.1005	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0022.000000.01.03.95 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	100.000,00
8	12.361.1005	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.000000.01.01.01 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	52.000,00
<b>Total:</b>						<b>1.370.400,00</b>
Proj./Ativ.: 2.054 - Manutenção da Alimentação Escolar - Ensino Fundamental			Localizador: Município			
4	12.306.1005	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0060.000000.01.99.01 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	50.400,00
4	12.306.1005	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.01.01.01 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	50.400,00
<b>Total:</b>						<b>100.800,00</b>
Proj./Ativ.: 2.055 - Manutenção da Alimentação Escolar - Ensino Infantil			Localizador: Município			
5	12.306.1005	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0060.000000.01.99.04 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	33.600,00
5	12.306.1005	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.01.01.01 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	66.000,00
<b>Total:</b>						<b>99.600,00</b>
Unidade: 04.02 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES						2.164.503,50
Proj./Ativ.: 1.032 - Construção de Unidades Desportivas no Município			Localizador: Município			
10	27.812.1011	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
10	27.812.1011	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0024.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	2.000.000,00
<b>Total:</b>						<b>2.010.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.010 - Manutenção das Atividades Desportivas			Localizador: Município			
11	27.812.1011	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	75.000,00
11	27.812.1011	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	74.503,50
11	27.812.1011	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.000,00
<b>Total:</b>						<b>154.503,50</b>
Órgão: 06.00 - SECRETARIA DA INDUSTRIA COMÉRCIO E TURISMO						634.162,50
Unidade: 06.01 - DEPARTAMENTO DA INDUSTRIA COMÉRCIO E TURISMO						634.162,50
Proj./Ativ.: 1.005 - Construir Portais de Acesso à Cidade			Localizador: Município			
12	15.451.1009	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	2.500,00
12	15.451.1009	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0024.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	250.000,00
<b>Total:</b>						<b>252.500,00</b>
Proj./Ativ.: 2.033 - Implantação de Sinalização Turística e Urbana			Localizador: Município			
13	27.695.1009	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0024.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	285.000,00
13	27.695.1009	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.000,00
<b>Total:</b>						<b>290.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.034 - Manutenção da Sec. de Industria, Comércio e Turismo			Localizador: Município			
14	27.695.1009	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	44.100,00
14	27.695.1009	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	27.562,50
14	27.695.1009	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	20.000,00
<b>Total:</b>						<b>91.662,50</b>
Órgão: 07.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. PÚBLICOS						28.609.944,47
Unidade: 07.01 - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS						28.609.944,47
Proj./Ativ.: 1.003 - Saneamento Básico Municipal			Localizador: Município			
24	17.512.1009	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	70.000,00
24	17.512.1009	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0024.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	4.500.000,00
<b>Total:</b>						<b>4.570.000,00</b>
Proj./Ativ.: 1.014 - Pavimentação de Vias Públicas			Localizador: Município			
18	15.451.1009	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0024.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	14.000.000,00

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA**

Página: 3/7  
 Data: 12/10/2015

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Relação da Proposta da Despesa

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
<b>Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA</b>						<b>49.922.420,27</b>
Órgão: 07.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. PÚBLICOS						28.609.944,47
Unidade: 07.01 - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS						28.609.944,47
Proj./Ativ.: 1.014 - Pavimentação de Vias Públicas			Localizador: Município			
18	15.451.1009	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	100.000,00
<b>Total:</b>						<b>14.100.000,00</b>
Proj./Ativ.: 1.016 - Construção e Revitalização de Praças Públicas			Localizador: Município			
19	15.451.1009	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0024.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	200.000,00
19	15.451.1009	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
<b>Total:</b>						<b>210.000,00</b>
Proj./Ativ.: 1.019 - Construção de Abrigos de Passageiros			Localizador: Município			
20	15.451.1009	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
20	15.451.1009	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0024.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	50.000,00
<b>Total:</b>						<b>60.000,00</b>
Proj./Ativ.: 1.039 - Edificação da Garagem para o Parque de Máquinas			Localizador: Município			
21	15.451.1009	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0083.000000.04.02.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1.000.000,00
<b>Total:</b>						<b>1.000.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.013 - Man. das Atividades da Sec. de Transportes, Obras e Serviços Públicos			Localizador: Município			
22	15.452.1009	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	992.250,00
22	15.452.1009	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	571.130,72
22	15.452.1009	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0016.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	28.113,75
22	15.452.1009	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0017.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	203.462,50
22	15.452.1009	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0024.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	150.000,00
22	15.452.1009	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	77.175,00
22	15.452.1009	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0017.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	16.537,50
22	15.452.1009	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0024.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1.000.000,00
<b>Total:</b>						<b>3.038.669,47</b>
Proj./Ativ.: 2.039 - Manutenção das Atividades da Polícia Civil			Localizador: Município			
15	06.181.1009	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	22.050,00
15	06.181.1009	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	11.025,00
<b>Total:</b>						<b>33.075,00</b>
Proj./Ativ.: 2.040 - Manutenção das Atividades da Polícia Militar			Localizador: Município			
16	06.181.1009	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	22.050,00
16	06.181.1009	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	11.025,00
<b>Total:</b>						<b>33.075,00</b>
Proj./Ativ.: 2.041 - Manutenção das Atividades do Corpo de Bombeiros			Localizador: Município			
17	06.181.1009	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	44.100,00
17	06.181.1009	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	11.025,00
<b>Total:</b>						<b>55.125,00</b>
Proj./Ativ.: 2.050 - Construção e Reforma de Pontes e Pontilhões			Localizador: São Domingos			
23	15.782.1009	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0024.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.500.000,00
23	15.782.1009	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
<b>Total:</b>						<b>5.510.000,00</b>
Órgão: 08.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO						624.230,00
Unidade: 08.01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO						624.230,00
Proj./Ativ.: 0.001 - Dívida Fundada Interna			Localizador: Centro Administrativo Município			
25	28.846.0000	3.2.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	39.690,00
25	28.846.0000	4.6.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	75.840,00
<b>Total:</b>						<b>115.530,00</b>
Proj./Ativ.: 0.002 - Aposentados e Pensionistas			Localizador: Centro Administrativo Município			
26	28.846.0000	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	121.275,00
<b>Total:</b>						<b>121.275,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA**

Página: 4/7

Data: 12/10/2015

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Relação da Proposta da Despesa

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
<b>Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA</b>						<b>49.922.420,27</b>
Órgão: 08.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO						624.230,00
Unidade: 08.01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO						624.230,00
Proj./Ativ.: 0.003 - Precatórios, Acordos e Sentenças Judiciais			Localizador: Centro Administrativo Município			
27	28.846.0000	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	200.000,00
<b>Total:</b>						<b>200.000,00</b>
Proj./Ativ.: 0.004 - Obrigações Tributárias e Contributivas			Localizador: Centro Administrativo Município			
28	28.846.0000	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	187.425,00
<b>Total:</b>						<b>187.425,00</b>
Órgão: 09.00 - RESERVA DE CONTIGÊNCIA						15.000,00
Unidade: 09.01 - RESERVA DE CONTIGÊNCIA						15.000,00
Proj./Ativ.: 9.999 - Reserva de Contingência			Localizador: Centro Administrativo Município			
29	99.999.1013	9.9.99.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGEN	Não	Não	Não	15.000,00
<b>Total:</b>						<b>15.000,00</b>
Órgão: 11.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL						1.657.436,05
Unidade: 11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL						1.657.436,05
Proj./Ativ.: 1.011 - Edificação, Reforma de Equipamentos Sociais			Localizador: Município			
31	08.244.1007	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
31	08.244.1007	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0024.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	250.000,00
<b>Total:</b>						<b>260.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.015 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social			Localizador: Município			
32	08.244.1007	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0070.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	42.000,00
32	08.244.1007	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	787.213,67
32	08.244.1007	3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Transferencias a Instituicoes	Não	Não	Não	7.662,38
32	08.244.1007	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0075.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	48.000,00
32	08.244.1007	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0074.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	9.500,00
32	08.244.1007	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0071.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	8.400,00
32	08.244.1007	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0070.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	147.000,00
32	08.244.1007	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0073.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	26.000,00
32	08.244.1007	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	176.400,00
32	08.244.1007	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
32	08.244.1007	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0075.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	8.800,00
<b>Total:</b>						<b>1.270.976,05</b>
Proj./Ativ.: 2.038 - Manutenção do Conselho Tutelar			Localizador: Município			
30	08.243.1007	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	100.000,00
30	08.243.1007	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	22.050,00
30	08.243.1007	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	4.410,00
<b>Total:</b>						<b>126.460,00</b>
Órgão: 12.00 - FUNDO AGROPECUÁRIO MUNICIPAL						2.135.450,00
Unidade: 12.01 - FUNDO AGROPECUÁRIO MUNICIPAL						2.135.450,00
Proj./Ativ.: 2.014 - Man. das Atividades da Sec. de Agricultura e Meio Ambiente			Localizador: Município			
33	20.606.1010	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	661.500,00
33	20.606.1010	3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Transferencias a Instituicoes	Não	Não	Não	10.000,00
33	20.606.1010	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	418.950,00
33	20.606.1010	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	45.000,00
33	20.606.1010	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0024.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1.000.000,00
<b>Total:</b>						<b>2.135.450,00</b>
Órgão: 13.00 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL						2.175.000,00
Unidade: 13.01 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL						2.175.000,00
Proj./Ativ.: 2.017 - Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social			Localizador: Município			
34	16.482.1008	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	30.000,00
34	16.482.1008	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	25.000,00
34	16.482.1008	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	15.000,00

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA**

Página: 5/7  
 Data: 12/10/2015

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Relação da Proposta da Despesa

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
<b>Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA</b>						<b>49.922.420,27</b>
Órgão: 13.00 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL						2.175.000,00
Unidade: 13.01 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL						2.175.000,00
Proj./Ativ.: 2.017 - Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social			Localizador: Município			
34	16.482.1008	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0024.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	2.000.000,00
<b>Total:</b>						<b>2.070.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.058 - Auxílio na edificação e recuperação de Unidades Habitacionais			Localizador: Município			
35	16.482.1008	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	100.000,00
35	16.482.1008	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.000,00
<b>Total:</b>						<b>105.000,00</b>
Órgão: 14.00 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA						37.205,00
Unidade: 14.01 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA						37.205,00
Proj./Ativ.: 2.016 - Manutenção das Atividades do Fundo da Infância e Adolescência			Localizador: Município			
36	08.243.1007	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	35.000,00
36	08.243.1007	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	2.205,00
<b>Total:</b>						<b>37.205,00</b>
Órgão: 15.00 - FUMDEC - FUNDO MUN. DE DEFESA CIVIL DE SD						5.000,00
Unidade: 15.01 - FUMDEC - FUNDO MUN. DE DEFESA CIVIL DE SD						5.000,00
Proj./Ativ.: 2.044 - Manutenção das Atividades da Defesa Civil			Localizador: Município			
37	05.182.1015	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.000,00
<b>Total:</b>						<b>5.000,00</b>
Órgão: 16.00 - FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO						120.000,00
Unidade: 16.01 - FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO						120.000,00
Proj./Ativ.: 2.057 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal do Idoso			Localizador: Município			
38	08.241.1007	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	5.000,00
38	08.241.1007	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
38	08.241.1007	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0024.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	50.000,00
38	08.241.1007	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.000,00
38	08.241.1007	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0024.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	50.000,00
<b>Total:</b>						<b>120.000,00</b>
Órgão: 17.00 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA						190.000,00
Unidade: 17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA						190.000,00
Proj./Ativ.: 2.056 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Cultura			Localizador: Município			
39	13.392.1012	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	5.000,00
39	13.392.1012	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	80.000,00
39	13.392.1012	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0024.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	50.000,00
39	13.392.1012	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.000,00
39	13.392.1012	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0024.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	50.000,00
<b>Total:</b>						<b>190.000,00</b>
<b>Entidade: 2 - MUNICIPIO DE SÃO DOMINGOS - FMS</b>						<b>10.721.579,73</b>
Órgão: 10.00 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE						10.721.579,73
Unidade: 10.01 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE						10.721.579,73
Proj./Ativ.: 1.027 - Edificação/Ampliação/Reforma de Equipamentos de Saúde			Localizador: Município			
1	10.301.1006	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	50.000,00
1	10.301.1006	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0023.000000.02.06.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	1.800.000,00
<b>Total:</b>						<b>1.850.000,00</b>
Proj./Ativ.: 1.038 - CONSTRUCAO DE CAPS I			Localizador: Município			
2	10.301.1006	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0023.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	882.000,00
<b>Total:</b>						<b>882.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.027 - Manutenção das Atividades da Saúde Básica Municipal			Localizador: Município			
3	10.301.1006	3.1.71.00.00.00.00.00.0.1.0002.000000.02.01.00 - Transf. a Consórcios Públicos	Não	Sim	Sim	3.400,00
3	10.301.1006	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	3.528.000,00

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA**  
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016  
 Relação da Proposta da Despesa

Página: 6/7  
 Data: 12/10/2015

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
<b>Entidade: 2 - MUNICIPIO DE SÃO DOMINGOS - FMS</b>						<b>10.721.579,73</b>
Órgão: 10.00 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE						10.721.579,73
Unidade: 10.01 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE						10.721.579,73
Proj./Ativ.: 2.027 - Manutenção das Atividades da Saúde Básica Municipal			Localizador: Município			
3	10.301.1006	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0064.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Sim	577.710,00
3	10.301.1006	3.3.71.00.00.00.00.00.0.1.0002.000000.00.00.00 - Transferências a Consórcios	Não	Não	Não	5.900,00
3	10.301.1006	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0064.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	1.151.400,00
3	10.301.1006	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1.166.703,48
3	10.301.1006	3.3.93.00.00.00.00.00.0.1.0002.000000.02.01.00 - Aplicação Direta Decorrente	Não	Não	Sim	189.150,00
3	10.301.1006	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0064.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	117.577,50
3	10.301.1006	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1.102,50
<b>Total:</b>						<b>6.740.943,48</b>
Proj./Ativ.: 2.028 - Manutenção das Atividades da Vigilância em Saúde			Localizador: Município			
9	10.304.1006	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	6.615,00
9	10.304.1006	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0066.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	21.498,75
9	10.304.1006	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	2.205,00
9	10.304.1006	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0066.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	16.537,50
<b>Total:</b>						<b>46.856,25</b>
Proj./Ativ.: 2.031 - Aquisição de Veículos, Vans, Equipamentos e Mobiliário em Geral			Localizador: Município			
4	10.301.1006	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
4	10.301.1006	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0023.000000.02.06.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	250.000,00
<b>Total:</b>						<b>260.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.043 - Manutenção da Média e Alta Complexidade - MAC			Localizador: Município			
8	10.302.1006	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0065.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	615.000,00
<b>Total:</b>						<b>615.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.045 - Manutenção da Assistência Farmacêutica Básica			Localizador: Município			
5	10.301.1006	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0067.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	55.125,00
<b>Total:</b>						<b>55.125,00</b>
Proj./Ativ.: 2.046 - Manutenção da Atenção Básica - Estado			Localizador: Município			
6	10.301.1006	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0064.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Sim	77.175,00
6	10.301.1006	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0064.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	44.100,00
6	10.301.1006	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0064.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	71.000,00
<b>Total:</b>						<b>192.275,00</b>
Proj./Ativ.: 2.047 - Manutenção da Média e Alta complexidade - Estado			Localizador: Município			
10	10.305.1006	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0065.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	30.870,00
<b>Total:</b>						<b>30.870,00</b>
Proj./Ativ.: 2.048 - Manutenção da Assistência Farm. Básica - Estado			Localizador: Município			
7	10.301.1006	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0067.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	48.510,00
<b>Total:</b>						<b>48.510,00</b>
<b>Entidade: 8 - CAMARA MUNICIPAL DE SAO DOMIGOS</b>						<b>800.000,00</b>
Órgão: 01.00 - CÂMARA DE VEREADORES						800.000,00
Unidade: 01.01 - CÂMARA DE VEREADORES						800.000,00
Proj./Ativ.: 2.001 - Manutenção das Atividades do Poder Legislativo			Localizador: São Domingos			
2	01.031.1001	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	661.500,00
2	01.031.1001	3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Transferencias a Instituicoes	Não	Não	Não	9.922,50
2	01.031.1001	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	106.527,50
2	01.031.1001	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	11.025,00
<b>Total:</b>						<b>788.975,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016  
Relação da Proposta da Despesa

Página: 7/7  
Data: 12/10/2015

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
Entidade: 8 - CAMARA MUNICIPAL DE SAO DOMIGOS						800.000,00
Órgão: 01.00 - CÂMARA DE VEREADORES						800.000,00
Unidade: 01.01 - CÂMARA DE VEREADORES						800.000,00
Proj./Ativ.: 2.037 - MANUTENÇÃO DA CÂMARA JOVEM						
Localizador: São Domingos						
3	01.031.1001	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas			Não Não Não	11.025,00
Total:						11.025,00
Total Geral:						61.444.000,00

\_\_\_\_\_  
ALCIMAR DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
ELIENIR TERESINHA AGNOLETTI  
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9



# São João do Sul

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 123/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 118/2015

OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento de combustíveis automotivos (Gasolina Comum Filtrada) para abastecimento dos veículos oficiais da Frota Municipal de São João Sul/SC.

CONTRATADO: SÃO JOÃO DO SUL AUTO POSTO LTDA

VIGÊNCIA: 20/11/2015 à 31/12/2015.

VALOR: R\$ 997,28 – Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 080/2014 – Pregão Presencial nº 033/2014 de 11/03/2014, Registro de Preços 007/2014 de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0901 – 12.361.0128.2029 – 3.3.90.30.01.00.00.0080.

São João do Sul, 20 de Novembro de 2015.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

São João do Sul, em 13 de outubro de 2015.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos treze dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Secretário Municipal de Administração

### TERMOS ADITIVOS - OUTUBRO 2015

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 169/2015.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 169/2015, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL E JESIEL RESENDE DA SILVA, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1616/2011.

#### Cláusula Primeira

Fica alterado o prazo constante da Clausula Quarta do contrato original, prorrogando do dia 06/10/2015 até o dia 10/11/2015, período em que o servidor efetivo Eliseu da Silva Bedinot se encontra aguardando perícia médica.

#### Cláusula Segunda

Ficam inalteradas as demais cláusulas do contrato original.

E, assim por estarem, ajustados e contratados, depois de lido e achado conforme, ambas as partes assinam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor.

São João do Sul, 06 de outubro de 2015

Contratante

JOÃO RUBENS DO SANTOS

Prefeito Municipal em Exercício

Contratado

JESIEL RESENDE DA SILVA

Contratado

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 161/2015.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 161/2015, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL E ROBERTA CANIZELLA RIBEIRO, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1616/2011.

#### Cláusula Primeira

Fica alterado o prazo constante da Clausula Quarta do contrato original, prorrogando do dia 16/10/2015 até o dia 22/10/2015, período em que o servidora substituída Camila Gomes Borges se encontra aguardando perícia médica.

#### Cláusula Segunda

Ficam inalteradas as demais cláusulas do contrato original.

E, assim por estarem, ajustados e contratados, depois de lido e achado conforme, ambas as partes assinam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor.

### EXTRATO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE SERVIÇO TEMPORÁRIO - OUTUBRO 2015

EXTRATO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE SERVIÇO TEMPORÁRIO

CONTRATOS DO DIA 02 DE OUTUBRO DE 2015

CONTRATO Nº 171/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: Luciléia Roldão Santos

OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora na EEB. Caetano Lummertz da Secretaria Municipal de Educação, deste Município, com carga horária de 20h/semanais.

VIGÊNCIA: de 02/10/2015 a 08/10/2015

VALOR MENSAL: R\$: 1.036,27

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº 1616/2011 e Lei Ordinária Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 02 de outubro de 2015.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria no dia oito do mês de outubro ano de dois mil e quinze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Secretário Municipal de Administração.

EXTRATO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE SERVIÇO TEMPORÁRIO

CONTRATOS DO DIA 13 DE OUTUBRO DE 2015

CONTRATO Nº 172/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: ANDRIOSANI LODETTE PINTO

OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de Serviços Gerais na EEB. Caetano Lummertz da Secretaria Municipal de Educação, deste Município, com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 13/10/2015 a 21/12/2015

VALOR MENSAL: R\$: 789,61

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº 1616/2011 e Lei Ordinária Municipal nº. 005/2009



São João do Sul, 16 de outubro de 2015

Contratante  
JOÃO RUBENS DO SANTOS  
Prefeito Municipal

Contratado  
ROBERTA CARNIZELLA RIBEIRO  
Contratado

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 161/2015.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 161/2015, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL E ROBERTA CANIZELLA RIBEIRO, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1616/2011.

Cláusula Primeira

Fica prorrogado o prazo constante da Clausula Primeira do Primeiro Termo Aditivo do contrato original, prorrogando do dia 23/10/2015 até o dia 06/11/2015, pois a servidora substituída Camila Gomes Borges retornara as suas atividades.

Cláusula Segunda

Ficam inalteradas as demais cláusulas do contrato original.

E, assim por estarem, ajustados e contratados, depois de lido e achado conforme, ambas as partes assinam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor.

São João do Sul, 23 de outubro de 2015

Contratante  
JOÃO RUBENS DO SANTOS  
Prefeito Municipal

Contratado  
ROBERTA CARNIZELLA RIBEIRO  
Contratado

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 119/2015.

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 119/2015, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL E CRISTINA DE SOUZA DA SILVA, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1616/2011.

Cláusula Primeira

Fica alterado o prazo constante da Clausula Primeira do Segundo Termo Aditivo do contrato original prorrogando do dia 02/10/2015 a 09/11/2015 em substituição a professora Franciele da Silva Matos Bauer que ainda se encontra de atestado conforme resultado de perícia médica.

Cláusula Segunda

Ficam inalteradas as demais cláusulas do contrato original.

E, assim por estarem, ajustados e contratados, depois de lido e achado conforme, ambas as partes assinam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor.

São João do Sul, 02 de outubro de 2015.

Contratante  
JOÃO RUBENS DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Contratado  
CRISTINA DE SOUZA DA SILVA  
Contratado

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 171/2015.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 171/2015, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL E LUCILÉIA ROLDÃO SANTOS, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1616/2011.

Cláusula Primeira

Fica alterado o prazo constante na Quarta Clausula do contrato original, prorrogando do dia 09/10/2015 até o dia 21/12/2015, em substituição a servidora contratada Elizete Borges Homem, que se encontra de atestado médico seguido de Licença Maternidade.

Cláusula Segunda

Ficam inalteradas as demais cláusulas do contrato original.

E, assim por estarem, ajustados e contratados, depois de lido e achado conforme, ambas as partes assinam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor.

São João do Sul, 09 de outubro de 2015

Contratante  
JOÃO RUBENS DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Contratado  
LUCILÉIA ROLDÃO SANTOS  
Contratado

# São Joaquim

## PREFEITURA

### **ERRATA DO PROCESSO 128/2015 E 31/2015FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM  
ERRATA EDITAL DA LICITAÇÃO

Na edição DOM/SC - Edição Nº 1879 Página 988

Pregão presencial 128/2015 – Registro de Preço

Processo n.º59/2015 – Aquisição de peças para máquinas da secretaria de Obras e Viação.

Onde lê-se:

Abertura: 08/12/2015 às 14: 00 horas.

Leia-se:

Abertura: 15/12/2015 às 14: 00 horas

Pregão presencial 31/2015 – Registro de Preço

Processo n.º24 /2015 Aquisição de larvicida para controle de borrachudos no Município.

Onde lê-se:

13.5 Ter validade de no mínimo 1 (um) ano

Leia-se:

13.5 Ter validade de no mínimo 60 (SESSENTA) DIAS

A Comissão

### **PROCESSO 133/2015 PMSJ**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM  
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº 133/2015

Pregão Presencial Nº 62/2015

Objeto: Aquisição de ração para os cães do Canil Municipal

Tipo: Menor preço por item – Registro de Preço

Abertura: 14/12/2015 – 13:00 horas

Valor estimado: R\$ 41.819,00

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda pelo site <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-0411.

São Joaquim, 01 de dezembro de 2015

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI

Prefeito Municipal

# São José

## PREFEITURA

### ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS DA TOMADA DE PREÇOS Nº 027/2015

#### ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

REFERÊNCIA: PROCESSO DE COMPRA Nº 419/2015 - TOMADA DE PREÇOS Nº 027/2015.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MURO DE CONTENÇÃO E DRENAGEM NO CENTRO EDUCAÇÃO INFANTIL VILA FORMOSA, NO BAIRRO FORQUILHAS EM SÃO JOSÉ/SC.

A Comissão Permanente de Licitações, designada pelo Decreto nº 4.964/2015, reuniu-se para análise e julgamento das propostas de preços apresentadas pelas empresas abaixo, participantes do processo em epígrafe.

#### EMPRESAS LICITANTES

- DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA;
- EMPREITEIRA PAVICON LTDA;
- TRANSPEREIRA CONSTRUÇÃO E TERRAPLENAGEM EIRELLI EPP.

É o relatório.

#### ANÁLISE DA COMISSÃO

A Comissão Permanente de Licitações analisou atentamente as propostas de preços apresentadas pelas empresas participantes do certame e concluiu que as exigências contidas no edital e nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, foram plenamente observadas, decidindo assim:

#### CLASSIFICAR AS PROPOSTAS DAS EMPRESAS

- DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA;
- EMPREITEIRA PAVICON LTDA;
- TRANSPEREIRA CONSTRUÇÃO E TERRAPLENAGEM EIRELLI EPP.

Assim sendo, após análise das propostas apresentadas, ficam de tal modo classificadas pelo critério de MENOR PREÇO GLOBAL as empresas:

- 1ª Classificada: TRANSPEREIRA CONST. E TERRAPLENAGEM EIRELLI EPP: R\$ 57.313,14
- 2ª Classificada: EMPREITEIRA PAVICON LTDA: R\$ 64.358,35
- 3ª Classificada: DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA: R\$ 69.458,47

O resultado deste julgamento será publicado no Diário Oficial do Município (DOM) no dia 02/12/2015, contando-se a partir dessa data, prazo para eventual recurso. Não havendo recurso o processo será encaminhado à autoridade superior para fins de Homologação, Revogação ou Anulação.

São José, 01 de dezembro de 2015.

Leonardo Wiethorn Rodrigues	Paulo Dutra	
Presidente da CPL	Membro da CPL	

Rejane Magali dos S. Medeiros	Kety Silva Trierveiler		
Membro da CPL	Membro da CPL		

Ramon S. Campos Martins		
Membro da CPL		

**DECRETO Nº 5286/2015**

DECRETO Nº 5286/2015

REGULAMENTA A CONCESSÃO DE VALE-TRANSPORTE A ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, IV da Lei Orgânica Municipal e reconhecendo a importância do acesso dos alunos ao benefício do transporte gratuito.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica autorizado o fornecimento para os alunos, regularmente matriculados em Escolas da Rede Municipal de Ensino do Município de São José, o benefício do vale-transporte, no qual poderão cadastrar-se, para utilização do transporte coletivo, de forma gratuita, para acesso às suas unidades de ensino.

Art. 2º - O vale-transporte se constitui em benefício que o Município concederá, através da Secretaria de Educação, ao aluno da Rede Municipal de Ensino, para exclusivo uso em despesas de deslocamento de sua residência a unidade de ensino a que está matriculado e vice-versa.

Art. 3º - O auxílio vale-transporte será concedido as crianças e adolescentes, cujo a rota de transporte escolar ofertado pela Secretaria Municipal de Educação, passe com distância superior a 6 km (seis quilômetros) em percurso de ida e volta da sua casa até a escola. (Decreto Estadual nº 3.091/05).

Art. 4º - Considera-se criança até 12 (doze) anos incompletos e adolescente de 12 (doze) anos completos a 17 (dezesete) anos incompletos (Lei 8.069/90).

Art. 5º - Os alunos, que participam de projetos em contra turno, devidamente aprovados pela Diretoria de Ensino Fundamental, e em conformidade com os critérios deste Decreto, no que couber.

Art. 6º - Fica a Unidade de Ensino responsável pelo cadastramento, controle, guarda e arquivo da documentação exigida e apresentada pelo educando para recebimento desse benefício, observando os seguintes critérios:

a) Aluno regularmente matriculado e frequentando do 1º ao 9º ano de ensino e que resida em distância superior a 6 km (seis quilômetros) em percurso de ida e volta da sua casa até a escola. (Decreto Estadual nº 3.091/05);

b) Renda familiar não excedente a R\$ 1.100,00 para família composta de até 3 (três) membros e de renda familiar de até 1.500,00 para família composta de 4 (quatro) membros ou mais;

c) Estar o educando matriculado e frequentando a unidade de ensino próximo a sua residência, onde houver vaga, respeitando o zoneamento de matrícula.

Art. 7º - Para fins do cálculo da renda familiar, fica incluída a remuneração formal e informal de todos os componentes da família que habitam o mesmo domicílio que o educando beneficiado. A documentação deverá ser arquivada junto com os seguintes documentos na Unidade de Ensino:

a) Cadastro do Educando;

b) Comprovante de residência do educando;

c) Comprovante de renda familiar;

Art. 8º - Caberá ao Diretor da Unidade de Ensino a responsabilidade de:

I – Divulgar o benefício para toda a comunidade escolar;

II – Cadastrar os alunos regularmente matriculados e frequentando as aulas, utilizando formulário padrão fornecido pela Secretaria Municipal de Educação;

III – Analisar e zelar pela veracidade das informações;

IV – Acompanhar a correta utilização do benefício, considerando a

frequência e o uso exclusivo pelo educando do passe escolar para o deslocamento à unidade de ensino em que está matriculado, em horário escolar estabelecido e/ou participar de atividades no contra turno, quando for o caso;

V – Levar ao conhecimento da Secretaria Municipal de Educação as irregularidades de informações ou documentos, no processo de concessão de benefício, sob pena de responsabilidade;

VI – Providenciar recadastramento dos educandos beneficiários no início de cada ano letivo, sob pena de anulação do mesmo;

VII – Encaminhar ao Setor de Vale Transporte da Secretaria Municipal de Educação, a listagem dos educandos selecionados mensalmente em ordem alfabética;

VIII – Receber e distribuir aos respectivos beneficiários o passe para apresentação no transporte coletivo.

Art. 9º - A declaração falsa ou o uso indevido do vale-transporte constitui falta grave, perdendo o direito definitivo ao benefício.

Art. 10 - Terá o direito ao benefício do Vale-Transporte suspenso o beneficiário que durante o mês, tiver 05 (cinco) faltas consecutivas ou 10 (dez) intercaladas.

Art. 11 - Só será concedido o benefício Vale-Transporte ao aluno para os dias em que o mesmo comparecer as aulas, sendo descontado no mês subsequente a quantidade de Vale-Transporte fornecido pelo Município e não utilizado.

Art. 12 - É proibida a acumulação do benefício de vale-transporte.

Art. 13 - Em caso de alteração do percurso em virtude de mudança de endereço, ou transferência de unidade de ensino, o responsável pelo beneficiário deverá comunicar imediatamente a Diretora da Unidade de Ensino.

Art. 14 - O benefício de vale-transporte será automaticamente suspenso, quando:

a) O beneficiário estiver em gozo de férias escolares;

b) Em caso de suspensão das aulas por outros motivos que por ventura vier a ocorrer.

Art. 15 - Os casos omissos neste Decreto, serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação

Art. 16 - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 17 - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de novembro de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MÉRI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária da Educação

**DECRETO Nº 5287/2015**

DECRETO Nº 5287/2015

EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica exonerada, "a pedido", a servidora MÉRI TEREZINHA DE MELO HANG, do cargo de Secretária da Educação – SM, com lotação na Secretaria da Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal em São José (SC), 01 de dezembro de 2015.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 5288/2015**

DECRETO Nº 5288/2015  
EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora DANIELA DA SILVA FRAGA do cargo de Diretor Administrativo e Operacional – CCM 9, com lotação na Secretaria da Educação.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data da sua assinatura.

Paço Municipal em São José (SC), 01 de dezembro de 2015.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 5289/2015**

DECRETO Nº 5289/2015  
NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, I da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada DANIELA DA SILVA FRAGA para exercer o cargo de Secretária de Educação – SM, com lotação na Secretaria de Educação, nos termos da Lei Complementar nº 014/2004.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal em São José (SC), 01 de dezembro de 2015.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 5290/2015**

DECRETO Nº 5290/2015  
EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado, “a pedido”, o servidor MICHEL DA SILVA SCHLEMPER, do cargo de Secretário de Serviços Públicos – SM, com lotação na Secretaria de Serviços Públicos.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal em São José (SC), 1º de dezembro de 2015.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 5291/2015**

DECRETO Nº 5291/2015  
EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor ANDREY VICENTE DA LUZ, do cargo de Consultor Geral – Assessoria Técnico-institucional – SMA, com lotação na Procuradoria-Geral do Município.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal em São José (SC), 1º de dezembro de 2015.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 5292/2015**

DECRETO Nº 5292/2015  
NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, I da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado ANDREY VICENTE DA LUZ para ocupar o cargo de Secretário de Serviços Públicos – SM, com lotação na Secretaria de Serviços Públicos, nos termos da Lei Complementar nº 032/2009.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal em São José (SC), 1º de dezembro de 2015.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**PORTARIA FMCT Nº 006 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015**

PORTARIA FMCT Nº 006 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015.

Instaura Tomada de Contas Especial e designa servidora responsável pela apuração.

O Superintendente da Fundação Municipal de Cultura e Turismo de São José, no uso de suas atribuições, conforme estabelece a legislação vigente, e considerando:

1- A improcedência da prestação de contas apresentada pelo Clube Recreativo Primeiro de Junho, CNPJ 8253763000164, referente ao Termo de Convênio 013/2015, parte integrante do processo administrativo 2345/2015, e considerando

2- O disposto no Decreto nº 368, de 20 de fevereiro de 2013, que disciplina a instauração e a organização dos processos de Tomada de Contas Especial e estabelece outras providências,

RESOLVE:

I- Instaurar Tomada de Contas Especial para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento;

II- Designar a servidora Adriana Rodrigues Cardoso, matrícula 34737, para realizar, a partir da publicação desta Portaria, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a Tomada de Contas Especial relativa aos fatos apontados.

São José, 01 de dezembro de 2015.  
Carlos Eduardo de Souza Martins  
Superintendente

**TERMO ADITIVO/TA Nº 114/2014-02 – PR 095/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 114/2014-02 – PR 095/2013 – Processo 233/2013 – Contratado: ADSERVI – ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA. Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA (OPERADOR DE MÁQUINAS, COZINHEIRAS, TELEFONISTAS, DIGITADORES E SERVIÇOS FUNERÁRIOS) PARA ATENDER AS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, RECEITA, SAÚDE, SUSP, INFRAESTRUTURA E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Readequação – Supressão: O valor Contrato nº 114/2014, que era de R\$ 1.999.250,00 sofrerá a supressão de 23,152% (2 cozinheiras e 9 digitadores), o que corresponde a R\$ 462.870,48 (quatrocentos e sessenta e dois mil, oitocentos e setenta reais, quarenta e oito centavo), passando a vigorar a importância total de R\$ 1.536.379,52 (um milhão, quinhentos e trinta e seis mil, trezentos e setenta e nove reais, cinquenta e dois centavos). Prazo: Conforme solicitação, justificativa e parecer, firmados no Processo Administrativo nº 24602/2015, fica suprimido o Contrato nº 114/2014, a partir de 04/11/2015. Data da assinatura: 16 de novembro de 2015.

**TERMO ADITIVO/TA Nº 218/2011-06 – PR 044/2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 218/2011-06 – PR 044/2010 - Processo 063/2010 – Contratado: WIK-TEL SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES EIRELI. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONECTIVIDADE DE REDE IP, PERMITINDO CONECTAR TODAS AS LOCALIDADES MUNICIPAIS COM O PRÉDIO CENTRAL DA PREFEITURA E DESTA SAINDO PARA A REDE PÚBLICA. Readequação – Supressão: O valor global do Contrato nº 218/2011, que era de R\$ 2.626.897,14 (dois milhões, seiscentos e vinte e seis mil, oitocentos e noventa e sete reais e quatorze centavos), sofrerá supressão de 25%, o que corresponde a R\$ 656.724,29 (seiscentos e cinquenta e seis mil, setecentos e vinte e quatro reais e vinte e nove centavos), passando a vigorar a importância total de R\$ 1.970.172,86 (um milhão, novecentos e setenta mil, cento e setenta e dois reais, oitenta e seis centavos). Prazo: Conforme solicitação, justificativa e parecer, firmados no Processo Administrativo nº 24592/2015, fica suprimido o Contrato nº 218/2011 a partir de 01/11/2015. Data da assinatura: 18 de novembro de 2015.

**TERMO ADITIVO/TA Nº 244/2014-01 – CR 004/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 244/2014-01 – CR 004/2012 - Processo 051/2012 – Contratado: LABORATÓRIO SANTA FILOMENA LTDA EPP. Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE PARA ATENDIMENTO AMBULATORIAL DE DIAGNÓSTICO LABORATÓRIO CLÍNICO AOS PACIENTES DO SUS – SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, DE ACORDO COM SEUS PRINCÍPIOS, DIRETRIZES, NORMAS E TABELA COM OS VALORES DOS PROCEDIMENTOS E DE ACORDO COM O EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 004/2012 E DEMAIS DOCUMENTOS QUE INSTRUEM O PROCESSO Nº 21.859/2014. Prorrogação: Pelo presente termo aditivo, fica prorrogada a vigência do Contrato por mais 12 (doze) meses, a contar do dia imediatamente posterior ao término da vigência do contrato originário. Data da assinatura: 05 de novembro de 2015



**CÂMARA MUNICIPAL****DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.349 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.349 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.  
CONCEDE À PREFEITA MUNICIPAL LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E EU PROMULGO NOS TERMOS DO ART. 42, INCISO IV, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO C/C OS ARTS. 148, § 2º, ALÍNEA "a", E 230, DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA, O SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º - É concedida à Excelentíssima Prefeita Municipal licença para tratamento de saúde, pelo período de 30 (trinta) dias contados a partir de 1º de dezembro de 2015.

Parágrafo único – A licença de que trata o caput do artigo será remunerada nos termos do artigo 232 do Regimento Interno da Câmara Municipal de São José/SC.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua aprovação.

Câmara Municipal de São José, 30 de novembro de 2015.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

Presidente

**RESOLUÇÃO Nº. 447, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015**

RESOLUÇÃO Nº. 447, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a organização administrativa e estabelece a competência das unidades de assessoria e consultoria do Plenário, da Mesa, dos Vereadores e dos órgãos integrantes da Secretaria Administrativa da Câmara Municipal de São José.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ APROVOU E EU PROMULGO A SEGUINTE RESOLUÇÃO:

**TÍTULO I****DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA CÂMARA**

Art. 1º Integram a estrutura organizacional da Câmara Municipal de São José:

**I – Órgão Deliberativo****1. Plenário****II – Órgãos de Administração Superior**

1. Mesa Diretora;
2. Presidência

**III – Unidades de Assessoria Especializada**

1. Gabinete da Presidência
- 1.1 Chefia de Gabinete;
- 1.2 Assessoria de Gabinete;
- 1.3 Assessoria para Assuntos Institucionais
- 1.4 Assessoria de Cerimonial;
- 1.5 Ouvidoria.

RESOLUÇÃO Nº. 447, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015.

**IV – Unidades de Assessoria Técnica Especializada e de Consultoria**

- 1.1. Assessoria de Comunicação Social;

**1.2 Procuradoria Geral;****1.3 Coordenação de controle Interno.**

V – Unidades de Supervisão, Coordenação e Execução dos serviços da Secretaria Administrativa

**1. Diretoria Geral****a) Serviço de Informação ao Cidadão.****1.1 Diretoria de Administração ;****1.2 Diretoria Financeira ;****1.3 Diretoria Legislativa .**

VI – Unidades Especializadas de Apoio à Atividade Parlamentar

**1. Gabinete do Vereador****1.1 Assessoria do Gabinete;****1.2 Assessoria Técnica Parlamentar;****1.3 Coordenação das Comissões .****TÍTULO II****DOS FUNDAMENTOS DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA CÂMARA**

Art. 2º A definição da estrutura administrativa e da competência das unidades integrantes da Câmara Municipal de São José tem como fundamento:

I – a identificação das funções básicas para o funcionamento da Câmara;

II – a especialização das atividades técnicas, administrativas, de assessoria e consultoria da Mesa, do Presidente, das Comissões e dos Gabinetes Parlamentares, para cumprir com eficiência a missão da Câmara Municipal.

RESOLUÇÃO Nº. 447, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015.

Art.3º São funções básicas para o funcionamento da Câmara:

I – Assessoria Especializada;

II – Assessoria Técnica Especializada e Consultoria da Mesa;

III – Supervisão, Coordenação e Execução dos Serviços da Secretaria Administrativa como meio para garantir o funcionamento das Atividades do Plenário, da Mesa e da Presidência;

IV – Assessoria Técnica Parlamentar;

V – Assessoria Técnica das Comissões;

VI – Assessoria do Gabinete Parlamentar.

**TÍTULO III****DA COMPETÊNCIA DAS UNIDADES QUE COMPÕEM A ESTRUTURA DA CÂMARA****CAPÍTULO I****Dos Órgãos de Deliberação e Administração Superior****Seção única****Da Competência do Plenário, da Mesa e do Presidente**

Art. 4º O Plenário, a Mesa e o Presidente exercem as competências estabelecidas no Regimento Interno da Câmara.

**CAPÍTULO II****Das Unidades de Assessoria Técnica Especializada e de Consultoria**

Art. 5º As unidades de Assessoria Técnica Especializada e de Consultoria têm por finalidade prestar assessoramento técnico-administrativo especializado à Mesa e ao Presidente para a fiel execução das atividades finalísticas e administrativas da Câmara.

RESOLUÇÃO Nº. 447, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015.

Seção I  
Da Competência do Gabinete da Presidência

Art. 6º Ao Gabinete da Presidência Compete:

- I – prestar apoio administrativo e assessoramento técnico especializado à Mesa;
- II – assistir ao Presidente nos atos e ações de sua competência;
- III – coordenar, organizar e executar as atividades administrativas, de segurança institucional e de representação da Presidência;
- IV – planejar e supervisionar as atividades de comunicação interna e externa e de publicações de interesse da Câmara;
- V – coordenar as atividades de assessoria e consultoria da Câmara;
- VI – propor, desenvolver, estimular e consolidar as relações administrativas, institucionais e parlamentares da Câmara com o Poder Executivo do Município e o Tribunal de Contas do Estado;
- VII – supervisionar as atividades técnicas de competência da Câmara;
- VIII – definir diretrizes e supervisionar as atividades de ouvidoria e de acesso à informação;
- IX – exercer outras atividades inerentes à unidade.

Art. 7º Integram o Gabinete da Presidência:

- I – a Chefia de Gabinete;
- II – a Assessoria de Gabinete;
- III – a Assessoria para Assuntos Institucionais;
- IV – a Assessoria de Cerimonial;
- V – a Ouvidoria.

RESOLUÇÃO Nº. 447, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015.

Subseção I  
Da Chefia de Gabinete

Art. 8º A Chefia de Gabinete da Presidência tem por finalidade prestar apoio e assessoramento direto e imediato ao Presidente no desempenho de suas atribuições, coordenar e organizar as atividades administrativas e de representação da Presidência.

Parágrafo único. Compete à Chefia do Gabinete da Presidência:

- I – coordenar, organizar e executar atividades inerentes ao desempenho das atribuições do Presidente e de representação da Presidência;
- II – articular-se com as demais unidades da Câmara, conduzir e orientar reuniões sobre assuntos técnicos e administrativos;
- III – organizar agenda de compromissos do Presidente;
- IV – receber, distribuir e expedir a correspondência oficial do Gabinete da Presidência;
- V – providenciar, em conjunto com a Diretoria Legislativa, a convocação de suplente, na forma estabelecida no Regimento Interno;
- VI – coordenar a elaboração da pauta e a realização dos demais atos concernentes às reuniões da Mesa;
- VII – coordenar a elaboração dos atos normativos de iniciativa do Presidente e da Mesa;
- VIII – coordenar a organização e redação da correspondência oficial do Gabinete da Presidência;
- IX – coordenar e acompanhar a execução dos serviços da assessoria do Gabinete;
- X – coordenar a organização dos arquivos de correspondência, documentos e demais atos do Gabinete da Presidência;
- XI – colaborar com o planejamento, organização e execução de eventos de interesse da Câmara;

RESOLUÇÃO Nº. 447, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015.

- XII– supervisionar a frequência e a escala de férias dos servidores lotados na Unidade;
- XIII– supervisionar o controle dos materiais e bens patrimoniais sob sua responsabilidade;

XIV– exercer outras atividades determinadas pelo Presidente, afetas à sua área de atuação.

Subseção II  
Da Assessoria de Gabinete

Art. 9º. A Assessoria de Gabinete tem por finalidade executar os serviços administrativos do Gabinete e apoiar a Chefia de Gabinete na execução dos serviços que lhe são inerentes.

Parágrafo único. Compete à Assessoria de Gabinete:

- I – assessorar o Presidente no desempenho de suas funções legais e regimentais;
- II – colaborar na redação da correspondência particular do Presidente;
- III – executar tarefas administrativas pertinentes à distribuição e encaminhamento da correspondência pessoal do Presidente;
- IV – atender o público encaminhado pelo Presidente ou pelo Chefe de Gabinete;
- V – propor o encaminhamento e acompanhar as demandas respectivas;
- VI – redigir a correspondência oficial e organizar os arquivos de correspondência, documentos e demais atos do Gabinete da Presidência;
- VII–executar outras tarefas que lhe forem repassadas pelo Chefe de Gabinete e pelo Presidente, afetas à sua área de atuação.

RESOLUÇÃO Nº. 447, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015.

Subseção III  
Da Assessoria para Assuntos Institucionais

Art. 10. A Assessoria para Assuntos Institucionais tem por finalidade promover e intermediar as relações da Câmara com o Poder Executivo do Município e com as instituições de controle da Administração Pública.

Parágrafo único. Compete à Assessoria para Assuntos Institucionais:

- I – orientar e supervisionar os serviços de recepção de autoridades;
- II – cooperar para o bom relacionamento da Câmara com o Poder Executivo;
- III – coordenar o processo de comunicação entre o Gabinete dos Vereadores e a Presidência e entre esta e as autoridades do Município e entidades representativas da sociedade josefense;
- IV – assessorar o Presidente em suas relações internas e externas;
- V – coordenar o processo de comunicação entre o Gabinete da Presidência e as demais unidades da Câmara;
- VI – prestar assessoramento direto ao Presidente da Câmara na análise, encaminhamento e controle de demandas do Ministério Público e do Tribunal de Contas;
- VII – acompanhar as orientações do Tribunal de Contas sobre matéria contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e sobre gestão de pessoas, que tenham repercussão na função administrativa da Câmara;
- VIII – propor, coordenar, preservar, estimular e conduzir, em articulação com a Assessoria de Comunicação Social, o relacionamento da Câmara com o Poder Executivo com referência a assuntos Legislativos;
- IX–realizar outras atribuições que lhe forem repassadas pelo Presidente ou pelo Chefe do Gabinete, afetas à sua área de atuação.

RESOLUÇÃO Nº. 447, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015.

Subseção IV  
Da Assessoria de Cerimonial

Art. 11. A Assessoria de Cerimonial tem por finalidade estabelecer diretrizes, coordenar o protocolo da Câmara Municipal e os



cerimoniais das solenidades e audiências públicas.t.

Parágrafo único. Compete à Assessoria de Cerimonial:

- I – organizar as viagens oficiais do Presidente e dos Vereadores;
- II– acompanhar o Presidente e os Vereadores em eventos oficiais, quando determinado;
- III–organizar e coordenar as sessões ordinárias, extraordinárias, solenes e especiais da Câmara, bem como expedir os respectivos convites e as honrarias;
- IV–informar as datas comemorativas e a expedição de votos de pesar e congratulações determinados pelos vereadores e pela Mesa Diretora;
- V – recepcionar e acompanhar autoridades e convidados em visita à Câmara, em articulação com a Assessoria de Comunicação Social;
- VI – elaborar e manter atualizado cadastro de autoridades e demais cidadãos, confeccionar etiquetas para envio de correspondências, convites e cartões;
- VII – coordenar, agendar e organizar visitas à Câmara Municipal, com anuência do Presidente;
- VIII– exercer outras atividades afetas à sua área de atuação.

#### Subseção IV Da Ouvidoria

Art. 12. A Ouvidoria constitui um canal de comunicação direto entre o cidadão e Câmara Municipal de São José com a finalidade de receber, registrar e encaminhar reclamações e sugestões dos cidadãos relativas à prestação de serviços públicos, à execução  
RESOLUÇÃO Nº. 447, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015.

das políticas públicas e dos atos administrativos de órgãos e entidades do Poder Executivo e da própria Câmara, visando ao incentivo à participação da sociedade na fiscalização e controle dos atos da administração pública.

Parágrafo único. Compete à Ouvidoria:

- I – receber e registrar comunicações, reclamações, críticas, sugestões e solicitações de informações sobre:
  - a) atos e serviços prestados pela Câmara Municipal;
  - b) atos de gestão ou atos administrativos dos órgãos e entidades do Poder Executivo;
- II – receber e registrar comunicações contendo informações/reclamações acerca de atos de gestão praticados no âmbito da Câmara ou de órgãos e entidades da Administração Municipal;
- III – realizar a triagem das demandas recebidas e informações fornecidas e encaminhá-las às unidades competentes da Câmara para averiguação e adoção das providências cabíveis;
- IV – propor e definir critérios quanto ao encaminhamento, exame da demanda e comunicação do resultado da averiguação e das providências requeridas, para garantir uma resposta ao cidadão;
- V – manter controle e acompanhar o cumprimento das requisições até a decisão final;
- VI – encaminhar resposta da demanda, preferencialmente, através do mesmo canal de comunicação utilizado pelo cidadão;
- VII – propor, em articulação com a Assessoria de Comunicação Social da Câmara, divulgação sistemática à sociedade dos serviços disponibilizados através da Ouvidoria e de seu papel institucional;
- VIII– informar à Presidência os casos não atendidos satisfatoriamente pelas Unidades da Câmara, as dificuldades encontradas na execução das atividades e as reclamações dos cidadãos em relação às informações prestadas;

RESOLUÇÃO Nº. 447, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015.

- IX – manter registros e dados estatísticos atualizados a respeito de todas as manifestações encaminhadas à Ouvidoria, bem com as respostas oferecidas aos usuários;
- X – elaborar relatórios das atividades da Unidade;

XI – exercer outras atividades, afetas a sua área de atuação.

### CAPITULO III

Das Unidades de Assessoria Técnica Especializada e de Consultoria

#### Seção I

Da Assessoria de Comunicação Social

Art. 13. A Assessoria de Comunicação Social tem por finalidade a coordenação da comunicação interna e externa da Câmara Municipal de São José, a divulgação das ações e objetivos da Câmara, o uso e disponibilização dos meios de comunicação e da mídia eletrônica, o relacionamento com a imprensa, a edição e distribuição de publicações institucionais e a execução dos serviços de sonorização.

Parágrafo único. Compete à Assessoria de Comunicação Social:

- I – promover e intermediar as relações da Câmara com os meios de comunicação;
- II – coordenar a divulgação de informações jornalísticas e o atendimento das solicitações dos profissionais dos veículos de comunicação;
- III – propor e coordenar as ações relacionadas à política de comunicação institucional;
- IV – contribuir para a construção e a defesa da imagem da Câmara perante a sociedade;
- V – assessorar o Presidente e os demais integrantes da Instituição em assuntos relacionados à comunicação institucional, à mídia eletrônica e nos contatos e entrevistas à imprensa;
- VI – coordenar, em conjunto com a assessoria de cerimonial, a organização e a divulgação de eventos de interesse da Câmara;  
RESOLUÇÃO Nº. 447, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015.

- VII – propor, participar e coordenar a reformulação do site da Câmara na rede mundial de computadores (internet) e a utilização de mídia eletrônica;
- VIII – planejar e supervisionar projetos, produtos e atividades jornalísticas, de conteúdo informativo, para distribuição aos meios de comunicação e divulgação no portal da Câmara na rede mundial de computadores (internet);
- IX – supervisionar a distribuição de matérias jornalísticas aos veículos da mídia;
- X – acompanhar, avaliar e selecionar noticiário divulgado na mídia, de interesse da Câmara, e disponibilizá-lo aos públicos interno e externo;
- XI – planejar e supervisionar a produção de vídeos institucionais;
- XII – responsabilizar-se pela produção, manutenção e guarda de arquivos de fotos, vídeos e demais materiais de interesse da Câmara, que contribuam para a construção e a preservação da Memória da Instituição;
- XIII – manter registro do material jornalístico produzido e distribuído aos meios de comunicação e dos atendimentos aos profissionais da imprensa;
- XIV – propor, elaborar e difundir notas de esclarecimento a respeito de matérias veiculadas na imprensa relativas a assuntos administrativos, legislativos e de fiscalização de interesse da instituição;
- XV – supervisionar as atividades relacionadas com a transmissão de solenidades e das sessões Plenárias da Câmara através de circuitos de televisão e rádio;
- XVI – propor e supervisionar a difusão das ações e atividades da Câmara por meio da mídia eletrônica;
- XVII – coordenar a aquisição de assinaturas e distribuição de jornais e revistas informativas no âmbito da Câmara;
- XVIII – coordenar os serviços de som destinados ao registro dos fatos e das sessões do Plenário e a guarda das gravações por período não inferior a 2 (dois) anos;
- XIX – coordenar as atividades de sonorização garantindo qualidade, funcionamento e disponibilidade para atender as necessidades da Câmara, em articulação com a Chefia de Gabinete da Presidência;

## RESOLUÇÃO Nº. 447, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015.

- XX – supervisionar a frequência e a escala de férias dos servidores lotados na Assessoria;
- XXI – supervisionar o controle dos materiais e bens patrimoniais sob sua responsabilidade;
- XXII – exercer outras atividades inerentes a sua finalidade.

#### Seção II

##### Da Procuradoria-Geral

Art.14. A Procuradoria-Geral tem por finalidade prestar assessoramento e consultoria à Mesa, ao Presidente e às demais unidades integrantes da estrutura administrativa da Câmara, em matéria administrativa e legislativa, planejar, supervisionar, coordenar e controlar a gestão dos serviços jurídicos.

Parágrafo único. Compete à Procuradoria-Geral:

- I – supervisionar, coordenar e executar os serviços jurídicos da Câmara;
  - II – assistir ao Presidente da Câmara em todas as atividades que envolvam matéria jurídica;
  - III – orientar e coordenar a defesa da Câmara em juízo;
  - IV – receber citações e intimações judiciais referentes a quaisquer ações ajuizadas contra a Câmara ou em que seja esta interessada, ressalvada a citação inicial;
  - V – propor as ações necessárias à defesa e ao resguardo dos interesses da Câmara;
  - VI – proceder a análise dos processos administrativos e os expedientes recebidos para estudos, pareceres e adoção de medidas de defesa em Juízo;
  - VII – sugerir ao Presidente ou à Mesa, de acordo com as respectivas competências, a declaração de nulidade ou anulação de atos administrativos que conflitem com a lei ou com a orientação normativa estabelecida;
  - VIII – requisitar às unidades administrativas da Câmara, documentos, certidões, exames e esclarecimentos necessários ao exercício de suas funções;
- RESOLUÇÃO Nº. 447, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015.

- IX – exarar parecer em edital de licitação e nos recursos interpostos contra procedimento licitatório realizado pela Câmara;
- X – analisar as minutas de contratos administrativos e termos aditivos a serem firmados pela Câmara;
- XI – [Suprimido];
- XII – elaborar as informações em mandado de segurança impetrado contra ato do Presidente ou da Mesa e providenciar o atendimento dos demais expedientes originários do Poder Judiciário e do Ministério Público do Estado que tenham relação com as atividades de gestão da Câmara;
- XIII – estudar e emitir parecer acerca de matéria administrativa e prestar assessoria jurídica em assuntos de interesse da Câmara;
- XIV – realizar pesquisas e prestar apoio técnico-operacional aos trabalhos de alteração e consolidação do Regimento Interno;
- XV – supervisionar a frequência e a escala de férias dos servidores lotados na Unidade;
- XVI – supervisionar o controle dos materiais e bens patrimoniais sob sua responsabilidade;
- XVII – elaborar relatórios das atividades da Unidade;
- XVIII – exercer outras atividades afetas à sua área de atuação.

#### Seção III

##### Da Coordenação de Controle Interno

Art. 15. A Coordenação de Controle Interno têm por finalidade verificar a legalidade e a legitimidade dos atos do gestor e avaliar os resultados quanto à economicidade, à eficiência e à eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Câmara.

Parágrafo único. Compete à Coordenação de Controle Interno:

## RESOLUÇÃO Nº. 447, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015.

- I – realizar inspeções e auditorias nas unidades administrativas da Câmara para verificar a legalidade e a legitimidade dos atos e avaliar os resultados quanto à economicidade, à eficiência e à eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Câmara;
- II – elaborar e encaminhar ao Presidente relatório das auditorias e verificações, informando eventual ilegalidade ou irregularidade constatada, e recomendando ou sugerindo providências corretivas para o aperfeiçoamento dos serviços;
- III – apreciar a regularidade e composição dos processos de admissão e de aposentadoria dos servidores da Câmara e encaminhá-los a registro do Tribunal de Contas;
- IV – propor a execução de atividades que auxiliem a Câmara a alcançar seus objetivos;
- V – certificar anualmente às contas da Câmara e a gestão dos responsáveis por bens e dinheiros públicos;
- VI – avaliar e assinar os Relatórios de Gestão Fiscal emitidos pela Câmara;
- VII – orientar e apoiar os diretores da Câmara no desempenho de suas atribuições administrativas;
- VIII – zelar pela qualidade dos trabalhos e pela independência das unidades administrativas que compõem o sistema de controle interno da Câmara;
- IX – elaborar e submeter previamente à avaliação do Presidente a programação anual de auditoria interna;
- X – apoiar o controle externo exercido pelo Tribunal de Contas do Estado no exercício de sua missão institucional;
- XI – supervisionar a frequência e a escala de férias dos servidores lotados na Coordenação;
- XII – supervisionar o controle dos materiais e bens patrimoniais sob sua responsabilidade;
- XIII – exercer outras atividades afetas à sua área de atuação.

## RESOLUÇÃO Nº. 447, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015.

## CAPITULO IV

Da Unidade de Supervisão, Coordenação e Execução dos Serviços da Secretaria Administrativa

#### Seção I

##### Da Diretoria-Geral

Art. 16. A Diretoria-Geral tem por finalidade supervisionar, coordenar e acompanhar a execução dos serviços da Secretaria Administrativa da Câmara.

Parágrafo único. Compete à Diretoria-Geral:

- I – planejar, organizar, dirigir, coordenar e supervisionar as atividades técnico-legislativas, administrativas e operacionais da Câmara Municipal e avaliar seus resultados;
- II – propor ao Presidente a edição de regulamentos relativos ao funcionamento dos serviços da Câmara;
- III – propor diretrizes relativas ao Planejamento Interno e à Administração da Câmara;
- IV – orientar o desdobramento de diretrizes e acompanhar o alcance das metas das unidades subordinadas;
- V – planejar, coordenar e acompanhar a execução das atividades relativas à gestão administrativa, financeira e de pessoal da Câmara;
- VI – planejar, coordenar, dirigir e acompanhar a execução de serviços e obras de engenharia, reforma e conservação da sede da Câmara, executadas direta ou indiretamente;
- VII – assessorar, fornecer subsídios, elaborar relatórios e prestar informações gerenciais destinados à Presidência, em matéria de sua competência;

VIII – aprovar manuais e regulamentos relativos à padronização de processos de trabalho inerentes às atividades administrativas desenvolvidas por todas as unidades da Câmara;  
RESOLUÇÃO Nº. 447, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015.

IX – supervisionar as atividades do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) da Câmara decorrente da Lei Federal n. 12.527, de 18 de novembro de 2011 – Lei de Acesso a Informações - Lei de Acesso a Informações;

X – coordenar a elaboração dos relatórios de atividades mediante a consolidação de relatório das demais Unidades;

XI – exercer outras atividades afetas à sua área de atuação.

Art. 17. Vincula-se à Diretoria-Geral da Câmara o Serviço de Informações ao Cidadão (SIC), que tem por finalidade dar cumprimento à Lei Federal n. 12.527, de 18 de novembro de 2011 – Lei de Acesso a Informações.

Parágrafo único. Compete ao Serviço de Informações ao Cidadão da Câmara:

I – orientar o cidadão acerca do local e dos meios de comunicação disponibilizados para permitir o acesso às informações produzidas pela Câmara;

II – informar os meios para o acesso às informações ou adotar providências para disponibilização das informações solicitadas;

III – prestar informações sobre a tramitação de documentos e processos no âmbito da Câmara;

IV – receber os pedidos de acesso à informação e remetê-los às unidades competentes para deferimento e manifestação, conforme o caso;

V – registrar, acompanhar o andamento e repassar a informação requerida;

VI – exercer outras atividades pertinentes a sua finalidade, estabelecidas em ato do Presidente.

Art. 18. Integram a estrutura da Diretoria-Geral:

I - Diretoria de Administração;

II - Diretoria Financeira;

III - Diretoria Legislativa.

RESOLUÇÃO Nº. 447, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015.

## Seção II

### Da Diretoria de Administração

Art.19. A Diretoria de Administração tem por finalidade coordenar a execução das atividades administrativas, gerir os recursos materiais e a política de recursos humanos do Poder Legislativo, para garantir o fiel desempenho das funções institucionais da Câmara Municipal.

Parágrafo único. Compete à Diretoria de Administração:

I – planejar, supervisionar e administrar os recursos materiais e patrimoniais de acordo com as leis e normas aplicáveis;

II – planejar e supervisionar os processos de aquisição, conservação, guarda distribuição e movimentação de bens patrimoniais e de consumo, assim como os de inventário e alienação, no âmbito da Câmara;

III – supervisionar e coordenar a política de gestão de pessoas;

IV – submeter ao Presidente os pedidos de autorização de aquisição de bens e serviços, bem como solicitar à Comissão de Licitação ou ao Pregoeiro, a instauração dos respectivos procedimentos;

V –acompanhar os procedimentos licitatórios e a execução de contratos de obras, serviços e o fornecimento de materiais e equipamentos para a Câmara;

VI–elaborar informação para subsidiar procedimento licitatório realizado pela Câmara;

VII– providenciar a publicação e controlar a execução dos contratos administrativos e convênios firmados pela Câmara;

VIII–supervisionar os serviços prestados por terceiros;

IX – auxiliar e fornecer subsídios para a preparação das informações em ações judiciais contra atos do Presidente, assim como os demais expedientes originários do Poder Judiciário, em matéria de sua atribuição;

X – supervisionar as atividades de recebimento, protocolização, expedição e arquivo da correspondência da Câmara;

RESOLUÇÃO Nº. 447, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015.

XI – manter sob sua guarda e responsabilidade os documentos, títulos, processos e escrituras relativos ao registro dos bens imóveis de propriedade da Câmara;

XII – supervisionar e coordenar a utilização, guarda, conservação e manutenção da frota de veículos da Câmara;

XIII–planejar, implementar e acompanhar o uso adequado de ferramentas de tecnologia da informação;

XIV – supervisionar a frequência e a escala de férias dos servidores lotados na Diretoria;

XV– supervisionar o controle dos materiais e dos bens patrimoniais de responsabilidade da Diretoria;

XVI– elaborar relatórios das atividades da Diretoria;

XVII – supervisionar os trabalhos da Comissão de Licitação, acompanhar os prazos de vigência e a necessidade de alterações na composição da comissão, em conformidade com as normas legais e regulamentares pertinentes;

XVIII – atender demandas encaminhadas pelo Serviço de Informações ao Cidadão (SIC), para o fornecimento de certidão, informação e cópia de documentos requeridos com base na Lei Federal n. 12.527, de 18 de novembro de 2011;

XIX – exercer outras atividades afetas à sua área de atuação.

Art. 20. Integram a Diretoria de Administração:

I – Coordenação de Recursos Humanos;

II – Coordenação de Licitações e Contratações;

III – Coordenação de Infraestrutura;

IV – Coordenação de Materiais e Patrimônio.

RESOLUÇÃO Nº. 447, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015.

## Subseção I

### Da Coordenação de Recursos Humanos

Art. 21. Compete à Coordenação de Recursos Humanos:

I – propor, planejar, coordenar e executar diretamente ou através de terceiros a realização de concurso público para provimento dos cargos efetivos da Câmara;

II – controlar a listagem e convocar candidatos aprovados em concurso público, bem como coordenar a respectiva capacitação e lotação;

III – executar os atos prévios à nomeação para cargos efetivos e em comissão e promover a publicação;

IV – coordenar, acompanhar e executar o processo de avaliação dos servidores em estágio probatório, a avaliação de desempenho dos servidores estáveis, bem como a avaliação do estágio de estudantes;

V – instruir os processos de admissão, elaborar os respectivos atos e lavrar os termos de posse;

VI – instruir os processos de aposentadoria e elaborar os respectivos atos;

VII– submeter à apreciação da unidade de Controle Interno os processos de admissão e de aposentadoria dos servidores;

VIII – elaborar os atos de concessão de licenças e afastamentos legais dos servidores e Vereadores;

IX – acompanhar e registrar os atos relativos ao controle de frequência dos servidores e dos estagiários da Câmara, para confecção da folha de pagamento;

X – gerenciar e assegurar a atualização das bases de informação de sua área de competência, em especial os registros pessoais

e funcionais, cargos, funções, direitos e deveres dos servidores, estagiários e Vereadores, controle de frequência e outras informações necessárias à liquidação da despesa para confecção da folha de pagamento;  
XI – organizar e manter atualizados os registros funcionais dos servidores;  
XII – opinar sobre questões pertinentes à aplicação da legislação de pessoal;

RESOLUÇÃO Nº. 447, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015.

XIII – planejar, coordenar e executar o Programa de Estágio da Câmara destinado aos estudantes do nível superior, de acordo com as normas em vigor;  
XIV – responder pela guarda e pela digitalização dos documentos funcionais dos Vereadores e servidores;  
XV – elaborar relatórios das atividades da Coordenação;  
XVI – executar outras atividades afetas à sua área de atuação.

#### Subseção II

Da Coordenação de Licitações e Contratações

Art. 22. Compete à Coordenação de Licitações e contratações:

I – coordenar, controlar e executar os procedimentos inerentes aos certames licitatórios e pregão destinados à aquisição de bens, materiais e serviços;  
II – identificar as necessidades da administração e proceder as especificações dos produtos e serviços a serem adquiridos;  
III – acompanhar a execução dos contratos e convênios e monitorar os respectivos prazos para elaboração dos respectivos aditivos ou deflagração de novo procedimento licitatório;  
IV – elaborar, com apoio das unidades interessadas na aquisição ou na prestação do serviço e com a orientação da Procuradoria-Geral, as minutas dos editais, dos contratos e dos respectivos aditivos;  
V – solicitar à Comissão de Licitação ou ao Pregoeiro a realização dos procedimentos necessários à aquisição de bens e serviços;  
VI – organizar os registros cadastrais;  
VII – supervisionar a frequência e a escala de férias dos servidores lotados na Coordenação;  
VIII – supervisionar o controle dos materiais e bens patrimoniais sob sua responsabilidade;  
IX – elaborar relatórios das atividades da Coordenação;  
RESOLUÇÃO Nº. 447, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015.

X – realizar outras atividades afetas à sua área de atuação.

Parágrafo único. Vincula-se à Coordenação de Licitações e Contratações a Comissão de Licitações e o Pregoeiro, a quem competem:

I – realizar procedimentos de licitação nas modalidades de Concorrência, Tomada de Preços, Convite, Concurso, Leilão e Pregão;  
II – receber, processar e julgar licitações;  
III – decidir sobre pedido de inscrição no registro cadastral, bem como, de alterações ou cancelamento;  
IV – decidir sobre pedidos de levantamento ou de restituição de caução provisória;  
V – autorizar expedição de certificados ou de atestados requeridos por empresas inscritas no registro cadastral;  
VI – propor a instauração de processos, com vistas à apuração de infrações cometidas no curso da licitação;  
VII – reconsiderar suas próprias decisões nos autos de recursos e representações interpostos ou remetê-los à autoridade competente, no prazo de cinco (5) dias úteis, devidamente informados;  
VIII – elaborar minutas de contratos de dispensa ou de inexigibilidade de licitação, no prazo de vinte e quatro 24h (vinte e quatro horas) submetendo-as à consideração da Procuradoria-Geral.

#### Subseção III

Da Coordenação de Infraestrutura

Art. 23. Compete à Coordenação de Infraestrutura:

I – coordenar as atividades de recepção, protocolo e arquivo da Câmara;  
II – coordenar os serviços de aquisição e guarda de material de expediente e permanente e fazer executar as tarefas de manutenção e conservação dos bens da Câmara;

RESOLUÇÃO Nº. 447, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015.

III – fiscalizar a execução dos serviços de vigilância, recepção, copa, zeladoria e demais áreas internas e externas;  
IV – acompanhar, despachar e emitir opinião sobre contratos e pedidos de informação afetos à área de competência da Coordenação;  
V – coordenar o desenvolvimento e a execução de projetos voltados ao aperfeiçoamento de procedimentos e rotinas de sua área de atuação;  
VI – subsidiar os processos de criação e implementação dos sistemas informatizados da Coordenação;  
VII – supervisionar a frequência e a escala de férias dos servidores lotados na Coordenação;  
VIII – supervisionar o controle dos materiais e bens patrimoniais de responsabilidade da Coordenação;  
IX – elaborar relatórios das atividades da Coordenação;  
X – fiscalizar os contratos em execução relacionados com a área de atuação Coordenação;  
XI – coordenar e acompanhar os serviços de transportes, e exercer os respectivos controles na forma estabelecida em ato do Presidente;  
XII – fiscalizar, controlar e zelar pela manutenção dos veículos que compõem a frota da Câmara;  
XIII – realizar outras atividades afetas à sua área de atuação.

#### Subseção IV

Da Coordenação de Material e Patrimônio

Art. 24. Compete à Coordenação de Material e Patrimônio:

I – exercer o controle dos materiais e bens patrimoniais de responsabilidade da Câmara;  
II – exercer a gerência e o acompanhamento dos contratos de aquisição e manutenção de bens patrimoniais;  
RESOLUÇÃO Nº. 447, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015.

III – acompanhar a vigência e a execução dos contratos firmados pela Câmara referentes à aquisição e manutenção de bens patrimoniais;  
IV – definir padrões e especificações dos bens patrimoniais a serem adquiridos, levando em consideração quantidade, qualidade, economicidade e funcionalidade, encaminhando-os ao setor de compras para proceder à aquisição;  
V – certificar a adequação das amostras dos bens patrimoniais de acordo com os padrões definidos e, tratando-se de material técnico, solicitar parecer técnico à unidade competente;  
VI – emitir, quando solicitado, parecer técnico para subsidiar a Comissão de Licitação;  
VII – proceder à incorporação dos bens, após devidamente conferidos;  
VIII – processar o tombamento e a identificação dos bens móveis e dos responsáveis pela sua guarda e uso;  
IX – administrar a guarda e a conservação dos bens patrimoniais da Câmara;  
X – manter cadastro dos bens móveis, controlar sua movimentação e recomendar os reparos necessários;  
XI – proceder à distribuição dos bens patrimoniais às unidades requisitantes e a emissão dos respectivos termos de responsabilidade;  
XII – controlar o vencimento das garantias dos equipamentos adquiridos, informando tempestivamente ao Diretor de Administração para efeito de manutenção;



XIII – propor ao Diretor de Administração a doação de bens patrimoniais obsoletos ou inservíveis e, concluído o processo, promover a respectiva baixa;

XIV – elaborar e remeter aos Diretores de Administração e de Finanças relatórios mensais dos bens adquiridos ou doados;

XV – manter cadastro dos bens imóveis utilizados pela Câmara integrantes do patrimônio do Município ou da União, com os títulos de propriedade devidamente regularizados junto aos órgãos competentes;

XVI – apoiar e prestar esclarecimentos necessários ao Controle Interno, quando do inventário anual dos bens patrimoniais da Câmara;

**RESOLUÇÃO Nº. 447, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015.**

XVII – desenvolver e executar projetos voltados ao aperfeiçoamento de procedimentos e rotinas de sua área de atuação;

XVIII – subsidiar os processos de criação e implementação dos sistemas informatizados da Coordenação;

XIX – supervisionar a frequência e a escala de férias dos servidores lotados na Coordenação;

XX – supervisionar o controle dos materiais e bens patrimoniais de responsabilidade da Coordenação;

XXI – elaborar e remeter ao Diretor de Administração relatórios das atividades da Coordenação;

XXII – fiscalizar os contratos em execução relacionados com a área de atuação Coordenação;

XXIII – realizar outras atividades afetas à sua área de atuação.

**Seção III**

**Da Diretoria Financeira**

Art. 25. A Diretoria Financeira tem por finalidade planejar e executar a administração financeira da Câmara Municipal, registrar todos os atos e fatos da administração, bem como o planejamento orçamentário e seu acompanhamento.

Parágrafo Único. Compete a Diretoria Financeira:

I – planejar, organizar, executar, supervisionar e controlar as atividades inerentes à gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Poder Legislativo;

II - proceder os registros contábeis atinentes ao Poder Legislativo;

III – executar o pagamento, recebimentos e demais atividades relativas à movimentação de recursos financeiros do Poder Legislativo;

IV – controlar, planejar e acompanhar a execução orçamentária;

V – coordenar a elaboração da Prestação de Contas do Poder Legislativo;

**RESOLUÇÃO Nº. 447, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015.**

VI – coordenar o processamento das despesas do Poder Legislativo, autorizadas pelo Presidente;

VII – proceder à movimentação dos recursos financeiros da Câmara Municipal, através de conta bancária, assinando cheques e ordens de pagamento em conjunto com o Presidente;

VIII – coordenar a elaboração da proposta do orçamento anual da Câmara Municipal, bem como acompanhar a elaboração das leis do plano plurianual e de diretrizes orçamentárias do Município, para as devidas adequações de matérias de interesse do Poder Legislativo;

IX – analisar e emitir pareceres em projetos e relatórios afins com a área de sua competência;

X – supervisionar a frequência e escala de férias dos servidores lotados na Diretoria;

XI – supervisionar o controle dos materiais e bens patrimoniais de responsabilidade da Diretoria;

XII – articular-se e interagir com as demais diretorias de forma a contribuir na elaboração de programas, projetos e ações de interesse do Legislativo;

XIII – exercer outras atividades inerentes à área de atuação da

Diretoria.

Art. 26. Integram a Diretoria de Finanças:

I – Coordenação de Contabilidade e Finanças;

II – Coordenação de Planejamento e Orçamento

**Subseção I**

**Da Coordenação de Contabilidade e Finanças**

Art. 27. Compete à Coordenação de Contabilidade e Finanças desenvolver e executar atividades contábeis abrangendo:

I – serviços relativos à contabilidade financeira e patrimonial;

II – elaboração de balancetes, balanços, registros e demonstrações contábeis;

III – registro de atos e fatos contábeis;

**RESOLUÇÃO Nº. 447, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015.**

IV – controle do ativo permanente;

V – gerenciamento de custos;

VI – controle e acompanhamento de obrigações acessórias;

VII – controle do registro dos livros nos órgãos apropriados;

VIII – elaboração das demonstrações contábeis;

IX – atendimento de solicitações de órgãos fiscalizadores e respectivo registro na entidade de classe;

X – suporte aos processos de criação e implementação dos sistemas informatizados da Coordenação;

XI – supervisão da frequência e da escala de férias dos servidores lotados na Diretoria;

XII – supervisão do controle dos materiais e bens patrimoniais sob sua responsabilidade;

XIII – elaboração dos relatórios das atividades da Coordenação;

XIV – supervisão do controle dos materiais e bens patrimoniais sob sua responsabilidade;

XV – fiscalização dos contratos em execução relacionados com a área de atuação Coordenação;

XVI – realizar outras atividades afetas à sua área de atuação.

**Subseção II**

**Da Coordenação de Planejamento e Orçamento**

Art. 28. Compete à Coordenação de Planejamento e Orçamento:

I – elaborar planilhas periódicas de custos dos contratos administrativos vigentes;

II – executar o planejamento para aplicação do repasse constitucional enviado pelo Poder Executivo;

III – auxiliar a Diretoria na elaboração da proposta e no encaminhamento do orçamento da Câmara ao Poder Executivo;

**RESOLUÇÃO Nº. 447, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015.**

IV – elaborar os relatórios Mensais de resultados alcançados pela Câmara;

V – controlar, coordenar e assessorar nas questões inerentes à gestão do orçamento do Poder Legislativo;

VI – atender demandas encaminhadas pelo Serviço de Informações ao Cidadão (SIC), para o fornecimento de certidão, informação e cópia de documentos requeridos com base na Lei Federal n. 12.527, de 18 de novembro de 2011;

VII – planejar, coordenar e elaborar informações contábeis, financeiras, orçamentárias e patrimoniais e os respectivos relatórios requeridos pelo Tribunal de Contas;

VIII – oferecer suporte aos processos de criação e implementação dos sistemas informatizados da Coordenação;

IX – supervisionar a frequência e a escala de férias dos servidores lotados na Coordenação;

X – supervisionar o controle dos materiais e bens patrimoniais sob sua responsabilidade;

XI – elaborar relatórios das atividades da Coordenação;

XII – supervisionar o controle dos materiais e dos bens patrimoniais sob sua responsabilidade;

XIII – fiscalizar os contratos em execução relacionados com a área de atuação Coordenação;

XIV – realizar outras atividades afetas à sua área de atuação.

#### Seção IV

##### Da Diretoria Legislativa

Art. 29. A Diretoria Legislativa tem por finalidade planejar, organizar, supervisionar e executar as atividades de apoio ao processo legislativo, bem como prestar suporte técnico e operacional às comissões temáticas e às sessões plenárias.

Art. 30. Compete à Diretoria Legislativa:

RESOLUÇÃO Nº. 447, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015.

I – supervisionar o recebimento, protocolização e autuação de projetos de leis e demais proposições;

II – examinar, sob o aspecto técnico-legislativo, as proposições em tramitação;

III – supervisionar os trabalhos de natureza técnica-legislativa e documental de suporte ao processo legislativo;

IV – coordenar o fluxo da tramitação regimental do processo legislativo, os prazos regimentais e executar as tarefas relativas ao expediente e preparação da ordem do dia das reuniões Plenárias;

V – prestar assessoramento de natureza técnica-legislativa à Mesa Diretora na condução e direção dos trabalhos legislativos;

VI – coordenar atividades de Plenário e as reuniões ordinárias, extraordinárias, solenes, secretas, itinerantes, de instalação da Legislatura e de eleição, bem como as audiências públicas;

VII – orientar as atividades das comissões permanentes, temporárias, especiais e de inquérito;

VIII – coordenar a elaboração de requerimentos, indicações e moções, bem como as atas das reuniões plenárias;

IX – supervisionar a publicidade, a atualização, a catalogação e a consolidação da legislação municipal;

X – verificar a fim de propor melhoria, a qualidade da produção das normas legais no Município de São José;

XI – coordenar o processo de alteração do regimento interno e da Lei Orgânica do Município de São José;

XII – acompanhar a tramitação dos projetos no âmbito das comissões;

XIII – supervisionar a publicação das pautas das sessões, dos autógrafos e demais atos que exijam publicidade, organizando-as em arquivo;

XIV – coordenar o serviço de microfilmagem e de digitalização de documentos do processo legislativo;

XV – emitir certidões;

RESOLUÇÃO Nº. 447, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015.

XVI – coordenar o sistema informatizado;

XVII – executar os procedimentos para eleições da Mesa Diretora, em articulação com a Assessoria de Cerimonial, e elaborar os termos de posse;

XVIII – lavrar os atos de transmissão do cargo de Presidente;

XIX – lavrar o termo de posse dos membros da Mesa;

XX – lavrar o termo de posse do Prefeito e Vice-Prefeito;

XXI – supervisionar a frequência e a escala de férias dos servidores lotados na Diretoria;

XXII – supervisionar o controle dos materiais e bens patrimoniais sob sua responsabilidade;

XXIII – elaborar relatórios das atividades da Diretoria;

XXIV – realizar outras atividades afetas à sua área de atuação.

Art.31. Integram a estrutura da Diretoria Legislativa:

I – Coordenação de Expediente;

II – Coordenação de Documentação e Registros.

#### Subseção I

#### Da Coordenação de Expediente

Art. 32. Compete à Coordenação de Expediente:

I – receber, protocolizar e acompanhar os projetos de leis;

II – elaborar minutas de projetos de lei, de decreto legislativo, de resolução da Mesa Diretora, emendas ao Regimento Interno e Lei Orgânica do Município, emendas, subemendas e substitutos a projetos e outras proposições de interesse da Mesa;

III – prover de dados o sistema legislador;

IV – coordenar a movimentação dos projetos de leis;

V – elaborar e expedir a correspondência oficial da Mesa;

RESOLUÇÃO Nº. 447, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015.

VI – elaborar os autógrafos dos projetos de Leis e encaminhá-los ao Chefe do Poder Executivo, controlar prazos, acompanhar a promulgação, veto, sanção e publicação das leis;

VII – elaborar e expedir certidões;

VIII – secretariar e prestar apoio operacional e de assessoramento direto e imediato às sessões do Plenário, cabendo-lhe, em especial:

a) lavrar as atas das sessões públicas a serem submetidas à aprovação do Plenário;

b) assessorar o Presidente durante as sessões;

c) fazer o registro das comunicações, requerimentos, moções, indicações, relatórios, votos, e demais pronunciamentos feitos oralmente ou apresentados por escrito durante as sessões;

IX – oferecer suporte aos processos de criação e implementação dos sistemas informatizados da Coordenação;

X – supervisionar a frequência e a escala de férias dos servidores lotados na Coordenação;

XI – supervisionar o controle dos materiais e bens patrimoniais sob sua responsabilidade;

XII – fiscalizar os contratos em execução relacionados com a área de atuação Coordenação;

XIII – elaborar relatórios de atividades da Coordenação;

XIV – realizar outras atividades afetas à sua área de atuação.

#### Subseção II

##### Da Coordenação de Documentação e Registros

Art. 33. À Coordenação de Documentação e Registros compete:

I – manter registro:

a) dos atos e fatos inerentes ao processo legislativo para resgate da história do Poder Legislativo;

b) dos assentamentos dos Vereadores;

RESOLUÇÃO Nº. 447, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015.

c) das sessões ordinárias, extraordinárias, solenes e especiais da Câmara;

II – realizar a microfilmagem e a digitalização de documentos do processo legislativo;

III – elaborar certidões sobre matéria de sua competência;

IV – elaborar e promover a publicação no Diário Oficial eletrônico das pautas das sessões, organizando-as em arquivo;

V – coordenar os serviços inerentes ao arquivo dos documentos pertinentes ao processo legislativo;

VI – atender e informar as demandas do Serviço de Informações ao Cidadão (SIC);

VII – coordenar os serviços de compilação e consolidação do Regimento Interno da Câmara, da Lei do Plano de cargos e salários e demais normas relevantes;

VIII – coordenar os serviços de compilação e consolidação das Leis do Município conforme estabelecido em Lei;

IX – oferecer suporte aos processos de criação e implementação dos sistemas informatizados da Coordenação;

X – supervisionar a frequência e a escala de férias dos servidores lotados na Diretoria;

XI – supervisionar o controle dos materiais e dos bens patrimoniais sob sua responsabilidade;

XII – elaborar os relatórios das atividades da Coordenação;

- XIII – fiscalizar os contratos em execução relacionados com a área de atuação da Coordenação;
- XIV – atender demandas encaminhadas pelo Serviço de Informações ao Cidadão (SIC), para o fornecimento de certidão, informação e cópia de documentos requeridos com base na Lei Federal n. 12.527, de 18 de novembro de 2011;
- XV – realizar outras atividades afetas à sua área de atuação.

RESOLUÇÃO Nº. 447, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015.

#### TÍTULO IV DA COMPETÊNCIA DAS UNIDADES ESPECIALIZADAS DE APOIO À ATIVIDADE PARLAMENTAR

##### CAPÍTULO I Do Gabinete do Vereador

Art. 34. O Gabinete do Vereador é unidade de assessoramento parlamentar da edilidade, coordenado pelo Vereador, com a finalidade de prestar suporte administrativo e operacional às atividades do Parlamentar.

Art. 35. São atribuições do Gabinete de Vereador:

- I – prestar suporte administrativo e operacional à atividade do Vereador;
- II – assessorar o Vereador no exercício das funções políticas;
- III – supervisionar as atividades do Gabinete relacionadas ao desempenho do mandato parlamentar;
- IV – intermediar o relacionamento do Vereador com o eleitor e com o cidadão josefense;
- V – dar suporte aos processos de criação e implementação dos sistemas informatizados do Gabinete;
- VI – supervisionar a frequência e da escala de férias dos servidores lotados no Gabinete;
- VII – supervisionar o controle dos materiais e bens patrimoniais sob sua responsabilidade;
- VIII – elaborar relatórios das atividades do Parlamentar.

RESOLUÇÃO Nº. 447, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015.

##### Seção Única Da Competência da Assessoria de Gabinete do Vereador

Art. 36. À Assessoria de Gabinete compete:

- I – acompanhar o Vereador em suas atividades comunitárias;
- II – atender o público externo;
- III – fazer o encaminhamento das solicitações do cidadão e proceder ao acompanhamento da tramitação junto aos órgãos públicos;
- IV – organizar a agenda de compromissos externos e internos do Vereador;
- V – acompanhar o trabalho do Vereador em Plenário e manter registro da tramitação de suas proposições;
- VI – coordenar às atividades externas vinculadas as demandas do gabinete;
- VII – coordenar o recebimento da correspondência e os encaminhamentos devidos;
- VIII – organizar os arquivos e fichários de interesse do Vereador;
- IX – redigir a correspondência do Vereador;
- X – elaborar proposições e pronunciamentos;
- XI – organizar relatórios anuais de atividades do parlamentar;
- XII – supervisionar o controle dos materiais e bens patrimoniais sob sua responsabilidade;
- XIII – realizar outras atividades afetas à sua área de atuação.

##### CAPÍTULO II Da Assessoria Técnica Parlamentar

Art. 37. À Assessoria Técnica parlamentar compete:

- I – acompanhar atos e fatos da administração pública municipal,

por meio das informações colhidas pela Ouvidoria, pelo Serviço de Informações ao Cidadão e pela Assessoria de Comunicação Social;

RESOLUÇÃO Nº. 447, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015.

- II – promover estudos e pesquisas referentes à função administrativa do Município, à execução das políticas públicas e à função legislativa da Câmara para subsidiar os trabalhos do Vereador em plenário e na fiscalização financeira, orçamentária e patrimonial do Município;
- III – realizar estudos conclusivos sobre matéria veiculada na imprensa envolvendo a Administração Municipal, para subsidiar a atuação do Vereador na fiscalização financeira, orçamentária e patrimonial do Município;
- IV – promover a análise de proposições e projetos para subsidiar o Vereador na discussão de matéria em tramitação;
- V – realizar estudos conclusivos sobre questão suscitada na discussão de projeto em tramitação;
- VI – promover a análise e estudos referentes aos projetos de Lei do Orçamento, das Diretrizes Orçamentárias e do Plano Plurianual de Investimentos para subsidiar o Vereador na discussão e votação dos projetos respectivos;
- VII – acompanhar as reclamações recebidas pela Ouvidoria e noticiadas pela imprensa relativamente à gestão pública municipal e submetê-las ao Vereador, com proposta de encaminhamento e providências que o fato requer, em articulação com a Assessoria de Comunicação;
- VIII – supervisionar o controle dos materiais e bens patrimoniais sob sua responsabilidade;
- IX – elaborar relatórios das atividades da Assessoria;
- X – realizar outras atividades afetas à sua área de atuação.

##### CAPÍTULO III Da Coordenação das Comissões

Art. 38. Compete à Coordenação das Comissões:

- I – recepcionar as proposições em Plenário destinadas às Comissões técnicas;
- II – supervisionar e coordenar as atividades das Comissões técnicas;

RESOLUÇÃO Nº. 447, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015.

- III – coordenar o exame das proposições e a emissão de parecer nos projetos submetidos às Comissões, nos prazos regimentais;
- IV – coordenar as reuniões das Comissões e os serviços de redação, digitação e revisão de atos e demais documentos elaborados no âmbito da Comissão;
- V – coordenar a execução dos serviços de gravação das reuniões, organizar e manter o arquivo das proposições em tramitação para posterior anexação dos pareceres e demais documentos pertinentes;
- VI – coordenar a execução de pesquisas e levantamentos necessários ao exame das matérias a serem analisadas nas Comissões;
- VII – encaminhar as matérias e respectivos pareceres à Diretoria de Assuntos Legislativos para inclusão na ordem do dia ou arquivamento;
- VIII – agendar, acompanhar e divulgar as Audiências Públicas realizadas pelas Comissões Permanentes e Temporárias ou solicitadas pela Administração Direta ou Indireta do Município e por Conselhos Municipais, quando o tema for pertinente ou de interesse das Comissões Permanentes ou Temporárias da Câmara;
- IX – oferecer suporte aos processos de criação e implementação dos sistemas informatizados da Coordenação;
- X – supervisionar a frequência e a escala de férias dos servidores lotados na Coordenação;
- XI – supervisionar o controle dos materiais e bens patrimoniais lotados na Coordenação;
- XII – elaborar relatórios das atividades da Coordenação;

XIII – realizar outras atividades afetas à sua área de atuação.

#### CAPÍTULO IV

##### Das Disposições Finais

Art. 39. A representação gráfica da estrutura da Câmara Municipal de São José é estabelecida no Anexo Único integrante desta resolução.

RESOLUÇÃO Nº. 447, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015.

Art. 40. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de São José, 27 de novembro de 2015.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

Presidente

#### **RESOLUÇÃO Nº. 448, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015.**

RESOLUÇÃO Nº. 448, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015.

CONCEDE LICENÇA À VEREADORA SANDRA PEREIRA ALVES MARTINS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE O ART. 42, IV, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO c/c ART. 74, INCISO II, "5", e ART. 87, III, § 3º, DO REGIMENTO INTERNO, RESOLVE:

Art. 1º – Art. 1º - Fica concedido licença à Vereadora SANDRA PEREIRA ALVES MARTINS, para tratar de interesse particular pelo prazo de 30 (trinta) dias, conforme memorando 062/15 (doc. anexo), contados a partir do dia 25 de novembro de 2015, nos termos do artigo 37, III, §3º da Lei Orgânica c/c o artigo 87, inciso III, §3º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de São José/SC.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de São José, 30 de novembro de 2015.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

Presidente

#### **RESOLUÇÃO Nº. 449, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015**

RESOLUÇÃO Nº. 449, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015.

O VEREADOR ORVINO COELHO DE ÁVILA – PRESIDENTE DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC, A PARTIR DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015, ASSUME A CHEFIA DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC, NOS TERMOS DO OFÍCIO Nº. 477/2015/GAB.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE O ART. 74, INCISO II, ALÍNEA "a", 5, DO REGIMENTO INTERNO, RESOLVE:

Art. 1º - O Vereador ORVINO COELHO DE AVILA, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São José/SC., nos termos do ofício nº. 477/2015/GAB (doc. anexo), assume a Chefia do Poder Executivo do Município de São José/SC., a partir de 1º de dezembro de 2015.

Parágrafo Único - Nos termos do art. 30 do Regimento Interno da Câmara Municipal, a partir de 1º de dezembro de 2015, o Vice-Presidente substituirá o Presidente.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de São José, 01 de dezembro de 2015.

NERI OSVALDO DO AMARAL

Presidente



# São José do Cedro

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 5.688, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 5.688, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015

"ALTERA DECRETO 5.462, DE 23 DE SETEMBRO DE 2014, QUE INSTITUI COMISSÃO PERMANENTE PARA CONDUÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES – PAD E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na seção II, artigo 69, inciso IX da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990 e Lei Municipal nº. 2020, de 28 de abril de 1993,

DECRETA:

Art. 1º. O Artigo 1º do Decreto nº 5.462, de 23 de setembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. Ficam nomeados os servidores abaixo relacionados, sob a presidência do primeiro, para proceder à condução de processos administrativos disciplinares efetivamente a servidores municipais estáveis:

ANA PAULA DA LUZ BIANCHINI  
JUCINEI BONATTO  
MIRIA SALETE LORSCHETER SPIRONELLO  
LUIZ PERONDI  
LUIZ CARLOS BATTAGLIN."

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Fica revogado o Decreto nº 5.660, de 07 de outubro de 2015 e demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 01 de dezembro de 2015.

ANTÔNIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

### DECRETO Nº 5687, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 5687, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015

"HOMOLOGA ATA DE COMISSÃO ESPECIAL NOMEADA ATRAVÉS DO DECRETO Nº. 5.669, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2015".

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições do seu cargo e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada a Ata da Comissão Especial nomeada através do Decreto nº 5.685, de 18 de novembro de 2015, que teve como objetivo proceder à avaliação dos bens relacionados na Lei Municipal nº 4.434, de 17 de novembro de 2015.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 30 de novembro de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

### DECRETO Nº. 292/2015 - SF

DECRETO Nº. 292/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.317/2014/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 406,80 (quatrocentos e seis reais e oitenta centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

15 FUNDO DE REEQUIP. CORPO DE BOMBEIROS - FUNREBOM  
01 DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA

2.064 MANUTENÇÃO O FUNREBOM

"293"3.3.90.39.00.00.1.0080 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$406,80

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 406,80 (quatrocentos e seis reais e oitenta centavos), Recursos Subvenção Social - Bombeiros, Fonte 1.0080, das verbas a seguir discriminadas:

15 FUNDO DE REEQUIP. CORPO DE BOMBEIROS - FUNREBOM  
01 DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA

2.064 MANUTENÇÃO O FUNREBOM

"453"3.3.90.30.00.00.1.0080 Material de Consumo ..... R\$406,80

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 30 de novembro de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

**DECRETO Nº. 293/2015 - SF**

DECRETO Nº. 293/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I da Lei Municipal 4.317/2014 - LOA;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, Lei Nº 4.317/2014 de 26/11/2014 - LOA, no valor de R\$3.545,34 (três mil quinhentos e quarenta e cinco reais e trinta e quatro centavos), destinados aos programas e verbas a seguir discriminados:

15 FUNDO DE REEQUIP. CORPO DE BOMBEIROS - FUNREBOM

01 DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA

2.064 MANUTENÇÃO O FUNREBOM

"453"3.3.90.30.00.00.1.0080 Material de Consumo .....  
..... R\$3.256,50

"293"3.3.90.39.00.00.1.0080 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica....R\$288,84

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior serão utilizados os recursos do excesso de arrecadação de Recursos Subvenção Social - Bombeiros, Fonte Nº 1.0080, no valor de R\$3.545,34 (três mil quinhentos e quarenta e cinco reais e trinta e quatro centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.  
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 30 de novembro de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

**DECRETO Nº. 297/2015 - SF**

DECRETO Nº. 297/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal 4.441, de 01 de dezembro de 2015;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Especial no Orçamento Geral do Fundo Municipal de Assistência Social de São José do Cedro, no valor de R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais) destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL –F.M.A.S

01 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.117 PROGRAMA DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA (PAIF)

"464" 3.3.90.36.00.00.3.0065 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física ..... R\$9.600,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos do Superávit Financeiro do Exercício Anterior dos Recursos de Proteção Social Básica – PAIF, Fonte nº 3.0065, no valor de R\$9.600,00 (nove mil e seiscentos reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,

ESTADO DE SANTA CATARINA, 01 de dezembro de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

**DECRETO Nº. 298/2015 - SF**

DECRETO Nº. 298/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal 4.441, de 01 de dezembro de 2015;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Especial no Orçamento Geral do Fundo Municipal de Assistência Social de São José do Cedro, no valor de R\$ 1.920,00 (um mil novecentos e vinte reais) destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL –F.M.A.S

01 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.117 PROGRAMA DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA (PAIF)

"465"3.3.90.47.00.00.3.0065 Obrigações Tributárias e Contribuições ..... R\$1.920,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos da anulação dos Recursos do Programa de Proteção Social Básica (PAIF), Fonte 3.0065, no valor de R\$ 1.920,00 (um mil novecentos e vinte reais), das seguintes dotações:

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL –F.M.A.S

01 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.117 PROGRAMA DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA (PAIF)

"406"3.3.90.30.00.00.3.0065 Material de Consumo .....  
..... R\$1.920,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 01 de dezembro de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

**DECRETO Nº. 299/2015 - SF**

DECRETO Nº. 299/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal 4.442, de 01 de dezembro de 2015;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

02 DEPTO DE ENSINO INFANTIL

**2.022 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL**

"145"3.1.90.11.00.00.1.0018 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil...R\$50.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), das verbas a seguir discriminadas:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

01 DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL

2.019 TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL

"126"3.3.90.30.00.00.1.0019 Material de Consumo ..... R\$50.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 01 de dezembro de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

**EXTRATO CONTRATOS FMS NOV.**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : 28.2015 - Contrato Nº: 5.2015

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada...: CONTE E CONTE LTDA.

Valor ..... : 0,00 (zero)

Vigência ..... : Início: 04/11/2015 Término: 31/12/2015

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 28/2014

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : O presente termo aditivo tem por finalidade, re-ajustar os valores, dos itens contratados por meio do Processo Licitatório N.28/2014, conforme objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA USO NOS VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

**EXTRATO CONTRATOS PREF. NOV.**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : 119.2015 - Contrato Nº: 11.2011

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada...: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS

Valor ..... : 2.000,00 (dois mil reais)

Vigência ..... : Início: 27/11/2015 Término: 31/12/2015

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 2/2011

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : O presente Termo Aditivo tem por objeto aditar o valor do contrato originário.

Aditivo Nº ..... : 115.2015 - Contrato Nº: 77.2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada...: PAGNUSSATTI ENGENHARIA E INCORPORAÇÃO LTDA

EPP

Valor ..... : 6.738,95 (seis mil setecentos e trinta e oito reais e cinquenta e cinco centavos)

Vigência ..... : Início: 06/11/2015 Término: 21/01/2016

Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 54/2015

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : O presente termo aditivo tem por finalidade, ADICIONAR

itens ao orçamento, visando melhorar a estrutura da obra licitada conforme

o objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE AMPLIAÇÃO NA NOVA GARAGEM DE MÁQUINAS DO MUNICÍPIO (CONSTRUÇÃO DA SEDE ADMINISTRATIVA), LOCALIZADA

NA RUA HERMÍNIO CONTE, COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA

E MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS OBJETOS, CONFORME PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS E ORÇAMENTOS

ANEXOS", devido a alterações necessárias na obra

Contrato Nº.: 116.2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada...: INÊS MARIA TRIACA CANTON

Valor ..... : 4.598,76 (quatro mil quinhentos e noventa e oito reais e setenta e seis centavos)

Vigência ..... : Início: 23/11/2015 Término: 23/11/2016

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 101/2015

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : LOCAÇÃO DE ESPAÇO FÍSICO DE 34,36M², SENDO UMA

SALA COM ÁREA LIVRE DE 14,56M² E A OUTRA SALA COM ÁREA LIVRE DE 19,80M², PARA SER UTILIZADO PELO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO.

Aditivo Nº ..... : 117.2015 - Contrato Nº: 65.2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada...: PAGNUSSATTI ENGENHARIA E INCORPORAÇÃO LTDA

EPP

Valor ..... : 11.140,00 (onze mil cento e quarenta reais)

Vigência ..... : Início: 26/11/2015 Término: 29/04/2016

Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 51/2014

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : O presente termo aditivo tem por finalidade, SUPRIMIR

itens do orçamento que faz parte do projeto global da obra licitada conforme o objeto: "CONTRATAÇÃO, SOB O REGIME DE EMPREITADA

POR PREÇO GLOBAL, DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUÇÃO DA EDIFICAÇÃO DA GARAGEM MUNICIPAL, COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO ANEXO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : 118.2015 - Contrato Nº: 65.2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada...: PAGNUSSATTI ENGENHARIA E INCORPORAÇÃO LTDA

EPP

Valor ..... : 6.939,00 (seis mil novecentos e trinta e nove reais)  
 Vigência ..... : Início: 26/11/2015 Término: 29/04/2016  
 Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 51/2014  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : O presente termo aditivo tem por finalidade, ADICIONAR  
 itens ao orçamento que faz parte do projeto global da obra licitada conforme o objeto: "CONTRATAÇÃO, SOB O REGIME DE EMPREITADA  
 POR PREÇO GLOBAL, DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUÇÃO DA EDIFICAÇÃO DA GARAGEM MUNICIPAL, COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO ANEXO"

Aditivo Nº ..... : 120.2015 - Contrato Nº: 65.2014  
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO  
 Contratada....: PAGNUSSATTI ENGENHARIA E INCORPORAÇÃO LTDA  
 EPP  
 Valor ..... : 0,00 (zero)  
 Vigência ..... : Início: 27/11/2015 Término: 29/04/2016  
 Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 51/2014  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : O presente termo aditivo tem por finalidade, prorrogar o  
 prazo para conclusão da obra contratada, conforme objeto:  
 "CONTRATAÇÃO, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUÇÃO DA EDIFICAÇÃO DA GARAGEM MUNICIPAL, COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO ANEXO".

#### EXTRATO HOMOLOGADOS FMS NOV.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2015  
 PROCESSO Nº 18/2015 HOMOLOGAÇÃO: 04/11/2015  
 CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO  
 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SEGURO PARA VEÍCULO FIAT PALIO, PLACA QHE - 2788, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, VISANDO ASSEGURAR OS USUÁRIOS, OS PACIENTES TRANSPORTADOS, O PATRIMONIO DO MUNICÍPIO, BEM COMO TERCEIROS ENVOLVIDOS EM EVENTUAIS ACIDENTES E OUTROS DANOS.

CONTRATADO: PORTO SEGUROS COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS  
 VALOR DA DESPESA: R\$ 2.150,00 (dois mil cento e cinquenta reais)

#### EXTRATO HOMOLOGADOS PREF. NOV.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 95/2015  
 PROCESSO Nº 95/2015 HOMOLOGAÇÃO: 16/11/2015  
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO  
 OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAL DE HIGIÊNE, LIMPEZA E MATERIAL DE EXPEDIENTE, PARA USO E MANUTENÇÃO DO FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SÃO JOSÉ DO CEDRO.

CONTRATADO: NIEDERMAIER & NIEDERMAIER LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.481,90 (um mil quatrocentos e oitenta e um reais e noventa centavos)

CONTRATADO: SUPERMERCADO BALBINOT LTDA - ME  
 VALOR DA DESPESA: R\$ 1.166,10 (um mil cento e sessenta e seis reais e dez centavos)

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 101/2015  
 PROCESSO Nº 101/2015 HOMOLOGAÇÃO: 23/11/2015  
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO  
 OBJETO: LOCAÇÃO DE ESPAÇO FÍSICO DE 34,36M², SENDO UMA SALA COM ÁREA LIVRE DE 14,56M² E A OUTRA SALA COM ÁREA LIVRE DE 19,80M², PARA SER UTILIZADO PELO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO.

CONTRATADO: INÊS MARIA TRIACA CANTON  
 VALOR DA DESPESA: R\$ 4.598,76 (quatro mil quinhentos e noventa e oito reais e setenta e seis centavos)  
 FUNDAMENTO: Art. 24, inciso X da Lei de Licitações.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 96/2015  
 PROCESSO Nº 96/2015 HOMOLOGAÇÃO: 25/11/2015  
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO  
 OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA USO E MANUTENÇÃO DO SETOR DE "PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL" E PARA O "CENTRO DE REFERENCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL" DO MUNICÍPIO, BEM COMO AQUISIÇÃO DE FRIGOBAR E MESA PARA USO NA "SALA DA SEÇÃO DE TRANSITO" DA POLICIA MILITAR DE SÃO JOSÉ DO CEDRO.

CONTRATADO: RUI NIEDERMAIER -ME  
 VALOR DA DESPESA: R\$ 3.831,00 (três mil oitocentos e trinta e um reais)

CONTRATADO: E L F COMERCIO DE PURIFICADORES DE AGUA LTDA - ME  
 VALOR DA DESPESA: R\$ 1.080,00 (um mil e oitenta reais)

CONTRATADO: JOSEMAR ANTONIO KINZEL ME  
 VALOR DA DESPESA: R\$ 1.940,00 (um mil novecentos e quarenta reais)

CONTRATADO: JACKSON UBIRATAN VARGAS  
 VALOR DA DESPESA: R\$ 6.401,00 (seis mil quatrocentos e um reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 98/2015  
 PROCESSO Nº 98/2015 HOMOLOGAÇÃO: 26/11/2015  
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO  
 OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA e MATERIAL DIDÁTICO/EXPEDIENTE PARA USO NAS UNIDADES DE ENSINO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO.

CONTRATADO: PAPELARIA ASTOR LTDA  
 VALOR DA DESPESA: R\$ 1.055,64 (um mil e cinquenta e cinco reais e sessenta e quatro centavos)

CONTRATADO: NIEDERMAIER & NIEDERMAIER LTDA  
 VALOR DA DESPESA: R\$ 1.242,00 (um mil duzentos e quarenta e dois reais)



CONTRATADO: MERCADO ALBANESE LTDA - ME  
VALOR DA DESPESA: R\$ 819,39 (oitocentos e dezenove reais e trinta e nove centavos)

CONTRATADO: CASA DAS CARNES SPIRONELLO LTDA ME  
VALOR DA DESPESA: R\$ 997,00 (novecentos e noventa e sete reais)

CONTRATADO: JACKSON UBIRATAN VARGAS  
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.799,00 (dois mil setecentos e noventa e nove reais)

CONTRATADO: SUPERMERCADO ANGELI LTDA - EPP  
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.420,80 (um mil quatrocentos e vinte reais e oitenta centavos)

CONTRATADO: AGROVETERINARIA PRINCESA LTDA - EPP  
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.279,20 (um mil duzentos e setenta e nove reais e vinte centavos)

=====

### EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.103/2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº103/2015  
REGISTRO DE PREÇO

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº 5.253/2013, promove Processo Licitatório nº 103/2015, Edital de Pregão Nº 103/2015, para Registro de Preço, sendo o Objeto: registro de preço que tem como objeto, a aquisição de massa asfáltica e emulsão, para se efetuar reparos nas ruas pavimentadas do município. Recebimento do credenciamento, envelope de proposta e habilitação até às 10:00 horas do dia 14/12/2015. Abertura e julgamento às 10:00 horas do dia 14/12/2015, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, pelo e-mail [compras@prefcedro.sc.gov.br](mailto:compras@prefcedro.sc.gov.br) ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

### LEI COMPLEMENTAR Nº 051, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 051, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015

“ALTERA O §3º E 4º DO ARTIGO 7º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 024 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina.

FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei complementar Municipal nº 024 de 18 de dezembro de 2009 passa a vigorar com as seguintes alterações

Art. 7º - .....

“§3º. O Microempreendedor Individual fica isento do pagamento de todas as taxas relativas à abertura, à inscrição, ao registro, ao funcionamento, ao alvará, à licença, ao cadastro, às alterações e procedimentos de baixa e encerramento da empresa.”

“§4º. (Revogado)

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,  
01 de dezembro de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

FÁBIO MACHADO,  
Secretário Municipal da Educação e Cultura.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,  
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,  
Secretário Municipal da Fazenda.

VOLNEI LUIZ DALLO,  
Secretário Municipal da Agricultura.

ANDERSON LUIZ TREMEA,  
Secretário Municipal de Esportes.

ALEXANDRE VOGT,  
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

NADIR BECKER  
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

### LEI Nº 4.440, DE 1 DE DEZEMBRO DE 2015.

LEI Nº 4.440, DE 1 DE DEZEMBRO DE 2015.

“ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO PARA O EXERCÍCIO DE 2016”.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal do Município de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAZ SABER, a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

#### “DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO”

Artigo 1º. O Orçamento Geral do Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO para o exercício de 2016 estima a Receita em 33.398.162,01 (trinta e três milhões, trezentos e noventa e oito mil, cento e sessenta e dois reais e um centavo), e fixa a Despesa em R\$ 33.398.162,01 (trinta e três milhões, trezentos e noventa e oito mil, cento e sessenta e dois reais e um centavo) sendo R\$ 24.026.250,04 (vinte e quatro milhões, vinte e seis mil, duzentos e cinquenta reais e quatro centavos) do Orçamento Fiscal, R\$ 9.371.911,97 (nove milhões, trezentos e setenta e um mil novecentos e onze reais e noventa e sete centavos) do Orçamento da Seguridade Social.

DOS ORÇAMENTOS DAS UNIDADES GESTORAS PREFEITURA E

**CÂMARA MUNICIPAL**

Artigo 2º. O Orçamento da Prefeitura para o exercício de 2016 estima a Receita em R\$ 33.938.162,01 (trinta e três milhões, trezentos e noventa e oito mil, cento e sessenta e dois reais e um centavo) e fixa a Despesa para a Câmara Municipal em R\$ 883.719,00 (oitocentos e oitenta e três mil setecentos e dezenove reais), em R\$30.170.718,83(trinta milhões, cento e setenta mil setecentos e dezoito reais e oitenta e três centavos) a Despesa da Prefeitura Municipal e em R\$ R\$ 5.577.986,62 (cinco milhões, quinhentos e setenta e sete mil novecentos e oitenta e seis reais e sessenta e dois centavos) as transferências financeiras que transferimos à Câmara de Vereadores e ao Fundo Municipal de Saúde – F.M.S.

§ 1º. A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento.

4. RECEITAS R\$ 33.398.162,01

4.1.RECEITAS CORRENTES R\$ 33.279.515,02

4.2.RECEITAS DE CAPITAL R\$ 118.646,99

Total: R\$ 33.398.162,01

§ 2º. A Despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira.

**I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL**

02.00 – GABINETE DO PREFEITO 846.550,00

03.00 – GABINETE DO VICE-PREFEITO 124.700,00

04.00 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO 3.625.459,09

05.00 – SECRETARIA DA FAZENDA 540.600,00

06.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA 8.137.324,65

08.00 – SECRETARIA DA AGRICULTURA 2.009.865,00

10.00 – SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS 6.406.359,73

11.00 – SECRETARIA DOS ESPORTES 670.600,00 13.00 – FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA - F.I.A. 19.272,11

14.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – F.M.S. 7.930.922,75

15.00 – FUNDO DE REEQUIP. CORPO DE BOMBEIROS – FUNREBOM 222.113,72

17.00 – SECRETARIA DO PLANEJ E DESENVOLV. ECONOMICO 646.493,54

18.00 – FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - F.M.A.S. 1.334.182,42

01.00 – PODER LEGISLATIVO 883.719,00

Total: 33.398.162,01

**II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO**

01 – Legislativa 883.719,00

04 – Administração 3.387.711,85

06 – Segurança Pública 408.704,57

08 – Assistência Social 1.416.413,12

10 – Saúde 7.890.498,85

12 – Educação 7.901.760,33

13 – Cultura 303.742,29

15 – Urbanismo 1.114.874,73

16 – Habitação 44.841,41

17 – Saneamento 2.125.112,00

18 – Gestão Ambiental 106.000,00 20 – Agricultura 1.979.865,00

22 – Indústria 146.484,06

25 – Energia 324.544,28

26 – Transporte 3.197.660,23

27 – Desporto e Lazer 670.600,00

28 – Encargos Especiais 1.480.230,29

99 – Reserva de Contingência 15.400,00

Total: 33.398.162,01

**III – CLASSIFICAÇÃO POR SUB-FUNÇÃO**

31 – Ação Legislativa 883.719,00

122 – Administração Geral 2.557.111,85

123 – Administração Financeira 830.600,00

181 – Policiamento 186.590,85

182 – Defesa Civil 222.113,72

241 – Assistência ao Idoso 228.780,65

242 – Assistência ao Portador de Deficiência 13.378,20

243 – Assistência à Criança e ao Adolescente 365.350,81

244 – Assistência Comunitária 808.903,46

301 – Atenção Básica 7.532.723,21

302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial 205.068,00

304 – Vigilância Sanitária 71.267,88

305 – Vigilância Epidemiológica 81.439,76

306 – Alimentação e Nutrição 269.661,93

361 – Ensino Fundamental 5.295.717,48

362 – Ensino Médio 151.595,62

364 – Ensino Superior 85.000,00

365 – Educação Infantil 2.049.785,00

367 – Educação Especial 50.000,30

392 – Difusão Cultural 223.352,29

451 – infraestrutura Urbana 2.004.112,00

452 – Serviços Urbanos 1.065.874,73

482 – Habitação Urbana 44.841,41

512 – Saneamento Básico Urbano 196.000,00

542 – Controle Ambiental 30.000,00

605 – Abastecimento 50.000,00

606 – Extensão Rural 1.936.365,00

608 – Promoção da Produção Agropecuária 18.500,00

661 – Promoção Industrial 124.556,08

662 – Produção Industrial 21.927,98

692 – Comercialização 25.000,00

752 – Energia Elétrica 324.544,28

782 – Transporte Rodoviário 3.197.660,23

812 – Desporto Comunitário 670.600,00

813 – Lazer 80.390,00

843 – Serviço da Dívida Interna 950.000,00

846 – Outros Encargos Especiais 530.230,29

999 – Reserva de Contingência 15.400,00

Total: 33.398.162,01

**IV – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA**

0 – Encargos Especiais 1.473.085,60

1 – Processo Legislativo 883.719,00

2 – Administração Geral 434.950,00

3 – Administração 124.700,00

4 – Contribuições 290.000,00

8 – Criança na Escola 4.210.424,10

11 – Ensino Especial 50.000,30

12 – Cultura local 155.174,32

13 – Planejamento Urbano 706.000,00

14 – Habitação Popular 44.841,41

15 – Saneamento Básico 61.000,00

16 – Preservação Ambiental 106.000,00

17 – Produtor Rural Assistido 1.979.865,00

20 – Estradas Vicinais 64.559,00

21 – Desporto Amador e Estudantil 625.600,00

24 – Serviços de Segurança Pública 164.590,85

25 – Pavimentação de Vias Públicas e Obras Compl. 305.563,00

26 – Melhorias na Qualidade do Ensino Fundamental 34.663,11

27 – Saúde na Família – PSF 1.793.117,05

28 – Transporte Escolar 2.102.101,91

29 – Assistência Integral à Criança e ao Adolescente 15.819,21

30 – Atendimento Integral em Saúde 290.046,00

32 – Farmácia Básica 470.288,65

33 – Alimentação Escolar 269.661,93  
 38 – Saúde Pública 4.195.411,81  
 39 – Vigilância Epidemiológica e Contr. De Doenças – ECD 81.439,76  
 40 – Apoio à Criança e ao Adolescente 206.006,90  
 41 – Apoio à Pessoa Idosa 228.780,65  
 42 – Defesa contra sinistros 172.113,72  
 43 – Obras Públicas 26.350,00  
 45 – Assessorias 411.600,00  
 46 - Feiras e Exposições 15.000,00  
 51 – Iluminação Pública 291.587,50  
 52 – Vigilância Sanitária 71.267,88  
 53 – Agentes Comunitários de Saúde – ACS 733.079,35  
 55 – Festividades Oficiais 80.390,00  
 58 – Auxílio para tratamento fora de domicílio – TFD 255.848,35  
 59 – Assistência à Comunidade Carente 301.664,52  
 62 – Administração de Recursos Humanos 557.260,03  
 64 – Administração de Materiais e Patrimônio 110.196,85  
 65 – Encargos e Serviços Gerais 858.404,97  
 66 – Aquisição de Móveis e Equipamentos em Geral 119.309,11  
 67 – Veículo de Passeio 25.000,00  
 68 – Administração Contábil, Financeira e C.I. 524.600,00  
 69 – Planejamento Educacional 1.196.599,87 71 – Obras de Infra-estrutura 10.000,00  
 72 – Preservação das estradas, pontes e pontilhões 2.636.188,23  
 73 – Manutenção do Patrimônio Público Municipal 120.000,00  
 74 – Aquisição de veículos de suporte 165.000,00  
 76 – Precatórios 22.544,69  
 79 - Atendimento Descentralizado a Deficientes-PPD/APAE 13.378,20  
 84 – Manutenção do Conselho Tutelar 107.800,00  
 89 – Programa Bem-Te-Vi 22.000,00  
 90 – Planejamento e Administração 104.556,08  
 91 – Redes de Energia Elétrica 32.856,78  
 92 – Incentivo a Produção Industrial 21.927,98  
 93 – Saneamento Básico e Infraestrutura 140.000,00  
 95 – Turismo Local e Regional 68.177,97  
 96 – Planejamento Urbano e Distrital 258.874,73  
 97 – Coordenar e Planejar as ações da Assist. Social e Habitação 363.088,63  
 98 – Apoio a Comunidade Carente em Creche 8.717,50  
 99 – Programa PETI 27.007,20 101 – Programa Família Acolhedora 51.688,40  
 102 – Programa IGD – Bolsa Família 22.281,69  
 103 – Programa IGD – SUAS 14.130,22  
 105 – Acesso ao alimento com baixo custo 56.050,00  
 107 – ÁGUA E ESGOTO 1.964.112,00

Total: 33.398.162,01

#### V – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES 30.537.430,76  
 3.1.00.00.00.00.00.00 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 13.692.419,58  
 3.2.00.00.00.00.00.00 – JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA 250.000,00  
 3.3.00.00.00.00.00.00 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES 16.595.011,18

DESPESAS DE CAPITAL 2.845.331,25  
 4.4.00.00.00.00.00.00 – INVESTIMENTOS 2.145.331,25  
 4.6.00.00.00.00.00.00 – AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA 700.000,00

RESERVA DE CONTINGENCIA 15.400,00  
 9.9.00.00.00.00.00.00 – RESERVA DE CONTINGENCIA 15.400,00

TOTAL 33.398.162,01

DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO

#### CEDRO - SC

Artigo 3º. O Orçamento da entidade Prefeitura Municipal de São José do Cedro - SC para o exercício de 2016 estima a Receita em R\$30.170.718,83 (trinta milhões, cento e setenta mil setecentos e dezoito reais e oitenta e três centavos), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$5.577.986,62 (cinco milhões, quinhentos e setenta e sete mil novecentos e oitenta e seis reais e sessenta e dois centavos) e fixa as Despesas em R\$30.161.506,88 (trinta milhões, cento e sessenta e um mil quinhentos e seis reais e oitenta e oito centavos).

§ 1º. A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

4. RECEITAS 30.170.718,83  
 4.1. RECEITAS CORRENTES 30.114.029,64  
 4.2. RECEITA DE CAPITAL 56.689,19

Total: 30.170.718,83  
 Total Geral: 30.170.718,83

§ 2º. A Despesa da entidade Prefeitura Municipal de São José do Cedro - SC será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

#### II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

04 – Administração 3.387.711,85  
 06 – Segurança Pública 408.704,57  
 08 – Assistência Social 1.416.413,12  
 12 – Educação 7.901.760,33  
 13 – Cultura 303.742,29  
 15 – Urbanismo 1.114.874,73  
 16 – Habitação 44.841,41  
 17 – Saneamento 2.125.112,00  
 18 – Gestão Ambiental 106.000,00  
 20 – Agricultura 1.979.865,00  
 22 – Indústria 146.484,06  
 25 – Energia 324.544,28  
 26 – Transporte 3.197.660,23  
 27 – Desporto e Lazer 670.600,00  
 28 – Encargos Especiais 1.439.806,39  
 99 – Reserva de Contingência 15.400,00

Total: 24.583.520,26  
 TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS 5.577.986,62  
 Total: 5.577.986,62  
 Total Geral 30.161.506,88

#### V – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS 24.583.320,26  
 3.1.00.00.00.00.00.00 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 8.971.773,35  
 3.2.00.00.00.00.00.00 – JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA 250.000,00  
 3.3.00.00.00.00.00.00 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES 12.790.120,46

DESPESAS DE CAPITAL 2.556.226,45  
 4.4.00.00.00.00.00.00 – INVESTIMENTOS 1.856.226,45  
 4.6.00.00.00.00.00.00 – AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA 700.000,00

RESERVA DE CONTINGENCIA 15.400,00

9.9.00.00.00.00.00.00 – RESERVA DE CONTINGENCIA 15.400,00  
Total: 24.583.320,26

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS 5.577.986,62  
Total: 5.577.986,62  
Total Geral: 30.161.506,88

Do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde – F.M.S.

Artigo 4º. O Orçamento da entidade Fundo Municipal de Saúde – F.M.S. para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 3.251.528,85 (três milhões, duzentos e cinquenta e um mil reais quinhentos e vinte e oito reais e oitenta e cinco centavos) e fixa as Despesas em R\$ 7.930.922,75 (sete milhões, novecentos e trinta mil reais novecentos e vinte e dois reais e setenta e cinco centavos).

§ 1º. A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quatro anexos, com o seguinte desdobramento:

4. RECEITAS 3.251.528,85  
4.1. RECEITAS CORRENTES 3.189.571,05  
4.2. RECEITAS DE CAPITAL 61.957,80  
Total: 3.251.528,85

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS  
Total: 4.694.267,62  
Total Geral: 7.945.796,47

§ 2º. A Despesa da entidade Fundo Municipal da Saúde – F.M.S. será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

## II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

10 – Saúde 7.890.498,85  
28 – Encargos Especiais 40.423,90

Total: 7.930.922,75  
Total Geral: 7.930.922,75

## V – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES 7.930.922,72  
3.1.00.00.00.00.00.00 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 4.066.646,23  
3.3.00.00.00.00.00.00 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES 3.590.171,72

DESPESAS DE CAPITAL 274.104,80  
4.4.00.00.00.00.00.00 – INVESTIMENTOS 274.104,80  
Total: 7.930.922,75  
Total Geral: 7.930.922,75

Do Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores

Artigo 5º. O Orçamento da entidade Câmara Municipal de Vereadores para o exercício de 2015, estima a Receita em R\$ 0,00 (zero reais) e fixa as Despesas em R\$ 883.719,00 (oitocentos e oitenta e três mil setecentos e dezenove reais).

§ 1º. A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas do governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS 883.719,00

Total: 883.719,00  
Total Geral: 883.719,00

§ 2º. A Despesa da entidade Câmara Municipal de Vereadores será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

## II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 – Legislativa 883.719,00 Total: 883.719,00  
Total Geral: 883.719,00

## V – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES  
3.1.00.00.00.00.00.00 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 654.000,00  
3.3.00.00.00.00.00.00 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES 214.719,00

DESPESAS DE CAPITAL  
4.4.00.00.00.00.00.00 – INVESTIMENTOS 15.000,00

Total: 883.719,00 Total Geral: 883.719,00

Artigo 6º. Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo, conforme abaixo:

§ 1º. A utilização dos recursos de Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando o limite para cada evento de riscos fiscais especificados neste artigo.

§ 2º. Para efeito desta lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçados ou orçados a menor.

§ 3º. Não se efetivando até o dia 10/12/2016 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes e intempéries previstas neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para atender "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", conforme definido no § 2º deste artigo, desde que o Orçamento para 2016 tenha reservado recursos para os mesmos riscos fiscais.

Artigo 7º. Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Artigo 8º. O Executivo está autorizado, nos termos do Artigo 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir Créditos Adicionais Suplementares, por Decreto, até o limite 50% (cinquenta por cento) da Receita Estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I - O excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.

II - A anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.

III - Superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo primeiro. Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Parágrafo segundo. Aplica-se a Unidade Gestora Poder Legislativo



apenas o disposto no Inciso II do presente arquivo.

Artigo 9º. Fica o Executivo Municipal autorizado a suplementar dotações orçamentárias consideradas insuficientes relativas as fontes Nº 1.0001 – 25% de Impostos da Educação e Nº 1.0002 – 15% de Impostos da Saúde, mediante utilização de recursos ordinários, Fonte 1.0000, tendo como origem as seguintes fontes:

I - O excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.

II - A anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas dentro de cada projeto ou atividade.

Artigo 10º. As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurando o seu ingresso no fluxo de caixa.

Artigo 11º. Os recursos oriundos de convênios não previstos no Orçamento da Receita, ou o seu excesso poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Artigo 12º. As Receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Artigo 13º. Durante o exercício de 2016 o Executivo Municipal poderá realizar operações de crédito para financiamento de programas prioritizados nesta Lei.

Artigo 14º. Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Artigo 15º. Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Artigo 16º. A presente Lei vigorará durante o exercício de 2016, a partir de 1º de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 01 de dezembro de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,  
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,  
Secretário Municipal da Fazenda.

VOLNEI LUIZ DALLO,  
Secretário Municipal da Agricultura.

ANDERSON LUIZ TREMEA,  
Secretário Municipal de Esportes.

FÁBIO MACHADO,  
Secretário Municipal da Educação e Cultura.

ALEXANDRE VOGT,  
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

NADIR BECKER  
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

## **LEI Nº 4.441, DE 1 DE DEZEMBRO DE 2015.**

LEI Nº 4.441, DE 1 DE DEZEMBRO DE 2015.

“ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO GERAL DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,  
FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Especial no Orçamento Geral do Fundo Municipal de Assistência Social de São José do Cedro, no valor de R\$ 11.520,00 (onze mil quinhentos e vinte reais) destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – F.M.A.S

01 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.117 PROGRAMA DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA (PAIF)

“464” 3.3.90.36.00.00.3.0065 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física ..... R\$9.600,00

“465” 3.3.90.47.00.00.3.0065 Obrigações Tributárias e Contributivas ..... R\$1.920,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos do Superávit Financeiro do Exercício Anterior dos Recursos de Proteção Social Básica – PAIF, Fonte nº 3.0065, no valor de R\$9.600,00 (nove mil e seiscentos reais) e recursos da anulação dos Recursos do Programa de Proteção Social Básica (PAIF), Fonte 3.0065, no valor de R\$ 1.920,00 (um mil novecentos e vinte reais), das seguintes dotações:

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – F.M.A.S

01 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.117 PROGRAMA DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA (PAIF)

“406” 3.3.90.30.00.00.3.0065 Material de Consumo ..... R\$1.920,00

Art.3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 01 de dezembro de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,  
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,  
Secretário Municipal da Fazenda.

VOLNEI LUIZ DALLO,  
Secretário Municipal da Agricultura.

ANDERSON LUIZ TREMEA,  
Secretário Municipal de Esportes.

FÁBIO MACHADO,  
Secretário Municipal da Educação e Cultura.

ALEXANDRE VOGT,  
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

NADIR BECKER  
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

### **LEI Nº 4.442, DE 1 DE DEZEMBRO DE 2015.**

LEI Nº 4.442, DE 1 DE DEZEMBRO DE 2015.

“ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

02 DEPTO DE ENSINO INFANTIL

2.022 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL

“145”3.1.90.11.00.00.1.0018 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil...R\$50.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), das verbas a seguir discriminadas:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

01 DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL

2.019 TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL

“126”3.3.90.30.00.00.1.0019 Material de Consumo .....  
..... R\$50.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 01 de dezembro de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,  
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,  
Secretário Municipal da Fazenda.

VOLNEI LUIZ DALLO,  
Secretário Municipal da Agricultura.

ANDERSON LUIZ TREMEA,  
Secretário Municipal de Esportes.

FÁBIO MACHADO,  
Secretário Municipal da Educação e Cultura.

ALEXANDRE VOGT,  
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

NADIR BECKER  
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

# São Miguel do Oeste

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATÓRIO N. 39/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 39/2015  
TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2015

O Município de São Miguel do Oeste – SC, a partir da sua Gestora, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na Modalidade de TOMADA DE PREÇOS, Tipo Menor Preço Global.

OBJETO: Contratação de empresa para serviços de mão de obra com fornecimento de materiais destinados da obra de construção do galpão de triagem da Acomar, com área de 590,30m<sup>2</sup>, no município de São Miguel do Oeste – SC, de acordo com o 1º Termo Aditivo ao Convênio Funasa nº 0436/2011 conforme Memorial Descritivo, Orçamentos, Cronograma Físico-Financeiro e Projetos partes integrantes deste Processo Licitatório.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 23 de dezembro de 2015.

Abertura: às 09hs do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº

1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site:

[www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 02 de dezembro de 2015.

CLAUDETE MARIA DE OLIVEIRA FABIANI

Gestora do Fundo

# São Pedro de Alcântara

## PREFEITURA

### ADITIVO I PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA O ANO DE 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.221

www.pmspa.sc.gov.br – cleonice@pmspa.sc.gov.br

## ADITIVO I

## PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA O ANO DE 2015

EDITAL n.º 001/2015

O Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara/SC, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no artigo 209, da Lei Complementar n.º 05/1997, bem como ao disposto no Edital n.º 01/2015, faz saber que ficam alteradas as seguintes cláusulas, conforme disposição abaixo:

1- Onde se lê:

8.9 Atividades para as Provas Práticas e Tempo de Duração:

CARGO	ATIVIDADES
Operador de Máquinas II e III	<p>Executar atividades inerentes ao cargo (operar equipamento rodoviário e/ou agrícola), sendo que a avaliação será feita pelo desempenho do candidato no trabalho que irá executar, dentro das normas técnicas e legais, levando-se em consideração o uso e aproveitamento do equipamento utilizado.</p> <p>Duração da Prova: de 05 a 10 minutos</p> <p>Fatores a serem avaliados:</p> <p>I - Verificação da Máquina (pneus, água, óleo, bateria)</p> <p>II - Habilidades ao operar o equipamento;</p> <p>III - Aproveitamento do Equipamento -</p> <p>IV - Produtividade</p> <p>V - Técnica/Aptidão/Eficiência</p> <p>Cada critério terá a pontuação de até 1,00 pontos - em um total de até 5,00 pontos para todos os critérios.</p>

1.1- LEIA-SE:

CARGO	ATIVIDADES
-------	------------

Operador de Máquinas II e III	<p>Executar atividades inerentes ao cargo (operar equipamento rodoviário e/ou agrícola), sendo que a avaliação será feita pelo desempenho do candidato no trabalho que irá executar, dentro das normas técnicas e legais, levando-se em consideração o uso e aproveitamento do equipamento utilizado.</p> <p>Duração da Prova: de 05 a 10 minutos</p> <p>Fatores a serem avaliados:</p> <p>I - Verificação da Máquina (pneus, água, óleo, bateria)</p> <p>II - Habilidades ao operar o equipamento;</p> <p>III - Aproveitamento do Equipamento -</p> <p>IV - Produtividade</p> <p>V - Técnica/Aptidão/Eficiência</p> <p>Cada critério terá a pontuação de até 2,00 pontos - em um total de até 10,00 pontos para todos os critérios.</p>
-------------------------------	--

2- Todas as alterações constantes deste Aditivo I já estão incluídas no Edital n.º 001/2015, publicado no site [www.pmspa.sc.gov.br](http://www.pmspa.sc.gov.br). As novas inserções estão em fonte azul.

3- Ficam ratificados os demais termos e itens do Edital n.º 001/2015 não alterados por este Aditivo.

São Pedro de Alcântara/SC, 2 de dezembro de 2015

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO 75.2015

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº 75/2015- MODALIDADE: Pregão Presencial – Registro de Preços

TIPO: Menor Preço por Item

OBJETO: A presente licitação tem como objeto FORNECIMENTO estimado e parcelado de mudas de flores a serem distribuídas pelo Município, de acordo com os quantitativos e termo de referência do anexo I deste Edital.

DATA DE ABERTURA: 15/12/2015 às 09:00h com entrega dos envelopes para credenciamento até às 08:45h do mesmo dia. RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou no pelo email: [camilli@pmspa.sc.gov.br](mailto:camilli@pmspa.sc.gov.br)

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 e 203 das 07:00h às 13:00h. São Pedro de Alcântara, 02/12/2015. JUCÉLIO KREMER – Prefeito Municipal.

**DECRETO Nº138/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro  
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.  
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

**DECRETO Nº138/2015**

Abre Crédito Suplementar por conta do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 6º da Lei nº929/2014.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara no valor de R\$4.520,00 (quatro mil, quinhentos e vinte reais) por conta do Excesso de Arrecadação na dotação abaixo identificada:

**11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

11.01.10.301.9.2055 – Func. e Manutenção do PSF R\$ 4.520,00

3.1.90.00.00.00.00.02.0064 – Aplicações Diretas R\$ 4.520,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 26 de novembro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

**GABARITO PROVISÓRIO PROCESSO SELETIVO – EDITAL Nº 001/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000  
Fone: (48) 3277-0122 – www.pmspa.sc.gov.br

Gabarito Provisório

Processo Seletivo – Edital nº 001/2015

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
B	A	D	C	A	B	D	C	A	C
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	B	D	A	A	D	B	C	B	A
21	22	23	24	25					
D	B	D	C	C					

Gabarito referente a todas as provas

**PORTARIA N.º 354/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

**PORTARIA n.º 354/2015**

Revoga a Portaria nº. 348/2015 que concede férias a servidora MICHELE MAIA DA SILVA.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, inciso XVI, da Lei Orgânica do Município, e considerando a supremacia do interesse público,

RESOLVE:

Art. 1.º- Revogar a Portaria nº. 348/2015 que concede férias da servidora MICHELE MAIA DA SILVA, devido à necessidade de prestação de serviços junto a Administração Municipal.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 30 de novembro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015

### **PORTARIA N.º 355/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222.

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 355/2015

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA GISÉLE FÁTIMA DOS SANTOS ABREU.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Artigo 10 da Lei 19/97 e artigo 16 da Lei Complementar nº. 08/98,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder progressão funcional a servidora GISÉLE FÁTIMA DOS SANTOS ABREU, ocupante do cargo efetivo de Professora II, para o cargo de provimento efetivo de Professora III, Letra C – carga horária de 20 horas semanais, haja vista, ter concluído o curso de Pós Graduação.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de dezembro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

# Schroeder

## PREFEITURA

**DECRETO Nº 3.504/2015, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015.**

DECRETO Nº. 3.504/2015, de 01 de dezembro de 2015.

DETERMINA O ENQUADRAMENTO PREVISTO NO ART. 2º, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 173/2015, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a previsão inserta no art. 2º, na Lei Complementar nº 173/2015, de 26 de novembro de 2015, que altera a amplitude de referência dos cargos do Quadro de Pessoal da Administração do Município de Schroeder, e dá outras providências;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica definido, a partir de 01 de dezembro de 2015, o reenquadramento em decorrência de alteração da amplitude de referência dos cargos do Quadro de Pessoal da Administração do Município de Schroeder, constante no anexo I, da Lei Complementar nº 173/2015, de 26 de novembro de 2015, considerando o nível inicial alterado e as progressões já deferidas ao servidor, conforme relação abaixo:

Nome Cargo	Nível Anterior	Nível Atual
Acácio Correa	Motorista de Ambulância	28 41
Albano Hang	Operador Máquina I	31 40
Alvino Schiochet	Motorista de Caminhão	39 52
Claudio Carlos Schmitz	Motorista de Ambulância	27 40
Danillo Tizziani	Motorista	24 37
Delci Krauzen	Motorista de Caminhão	30 43
Francisco Machado dos Reis	Motorista de Caminhão	23 36
Geraldo Walz Junior	Operador de Máquina I	32 41
Gilmar Taborda Ribas	Operador de Máquina I	25 34
Jean Claudio Bonet	Motorista	22 35
Jose Luiz Pinheiro da Silva	Motorista de microônibus	23 36
Odair Steinert	Motorista	21 34
Renildo Fachi	Operador de Máquina I	30 39
Roberto Carlos Riedel	Motorista de Caminhão	28 41
Wanderley Alfredo Vogel	Motorista de Caminhão	21 34
Wilson Giebelmeier Strelow	Operador de Máquina I	26 35

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 01 de dezembro de 2015.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

**EXTRATO DO CONTRATO Nº. 405/2015 - PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 405/2015 - PMS

Dispensa de Licitação nº. 118/2015-PMS - Processo nº. 285/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.



Contratada: OMVS CONSTRUTORA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 15.772.347/0001-20, estabelecida na Rua Helmuth Gaedtke, nº. 105, Centro, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.270-000.

Objeto: Constitui o presente contrato a Contratação de empresa especializada para recuperação das paredes (superfície externa) - lixar, raspar tinta velha, passar fundo e pintar a parte externa do Prédio da Prefeitura, do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Contratação de empresa especializada para recuperação das paredes (superfície externa) - lixar, raspar tinta velha, passar fundo e pintar a parte externa do Prédio da Prefeitura, do Município de Schroeder/SC.	300	Horas	24,50	7.350,00
TOTAL R\$					7.350,00

Valor do contrato: R\$ 7.350,00 (sete mil trezentos e cinquenta reais)

Data da Assinatura: 01/12/2015 – Vigência: 30/12/2015

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

#### EXTRATO DO CONTRATO Nº. 406/2015 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 406/2015 - PMS

Dispensa de Licitação nº. 119/2015-PMS - Processo nº. 286/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: MARCENARIA E ESTRUTURAS METÁLICAS RIEGER LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 07.582.520/0001-07, estabelecida na Rua Eugenio Albrecht nº. 493, Centro Norte, Cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.275-000

Objeto: Constitui o presente contrato a Aquisição de tampo para mesa de reuniões do Gabinete do Prefeito Municipal do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	TAMPO DE MESA EM MDF 25MM NA COR PRETA, REFORÇO TUBULAR PARA SUSTENTAÇÃO, MEDIDAS 140CM X 350CM X 75MM, COM DUAS TOMADAS DE ALIMENTAÇÃO COM DOIS PONTOS DE REDE E DUAS SAÍDAS DE FORÇA CADA, COM MONTAGEM NO LOCAL.	1	Unidades	4.300,00	4.300,00
TOTAL R\$					4.300,00

Valor do contrato: R\$ 4.300,00 (quatro mil e trezentos reais),

Data da Assinatura: 01/12/2015 – Vigência: 30/12/2015

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal



**EXTRATO DO CONTRATO Nº. 407/2015-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Extrato do Contrato nº. 407/2015-PMS

Modalidade Tomada de Preços nº. 11/2015-PMS - Processo nº. 206/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.620.927/0001-12, estabelecida a rua Anélio Nicocelli, nº. 1720, Bairro Figueirinha, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000.

Objeto: contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua 23 de março, trecho I, Bairro Itoupava-Açú, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 530 m e área total de 4398 m², de acordo com o programa de transferência 2013000640, proposta transparência 12934, FUNDAM –Fundo Estadual de Apoio aos Municípios, projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos em regime de PARCERIA, com fulcro nas Leis Municipais nº. 2.000/2014 e Lei nº 2125/2015 e que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

Valor do contrato: R\$ 696.891,16 (seiscentos e noventa e seis mil, oitocentos e noventa e um reais e dezesseis centavos).

Data da Assinatura: 01/12/2015 – Vigência: 31/12/2015

Osvaldo Jurck - Prefeito Municipal

**NOTIFICAÇÃO Nº 016/2015 SMS**

NOTIFICAÇÃO Nº 016/2015 SMS

Processo Licitatório nº. 37/2015

Pregão Presencial Registro de Preço nº. 16/2015

Fica a empresa Aliança Hospitalar EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.501.603/0001-65, estabelecida na Avenida Oscar Barcelos, nº 205, Sala 02. Centro, na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.160-000, NOTIFICADA do inadimplemento do contrato nº 53/2015 e A17/2015 firmado com o Município de Schroeder eis que tendo recebido as Ordens de Compra, cujo empenho nº 2238/15 e 2253/2015 não efetuou a entrega dos produtos no prazo estipulado pela Cláusula Segunda do Contrato supramencionado.

Por essa notificação, a empresa notificada terá o prazo de 48 horas para adimplir o contrato com a entrega dos produtos abaixo relacionado, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Não adimplindo o contrato no prazo acima fica a empresa desde já notificada para no prazo de 10 dias úteis apresentar defesa prévia quanto as penalidades previstas no parágrafo terceiro, cláusula sétima do contrato, nos termos do art. 87 da Lei de Licitações.

Evidenciando o atraso cita-se nas tabelas abaixo o(s) produto(s) cuja entrega está atrasada.

Empenho (O.C)	Produtos	Entrega a O.C.	Prazo limite desobede-cido
2238/15	Item 41 - Compressa de gaze 7,5 x 7,5 x 5,5 cm, 13 fios, ESTÉRIL, 100% algodão, hidrofóbica. Pacote com 10 unidades.	10/11/2015	17/11/2015.
2238/15	Item 38 – Compressa de campo operatório alto poder de absorção 100 % algodão 4 camadas. Tamanho: 45 x 50 cm. Pacote com 50 unidades.	10/11/2015	17/11/2015
2253/15	Item 7 – Agulha descartável est. Oxido de etileno. Tamanho 25 x6. Caixa com 100 unidades.	10/11/2015	17/11/2015.
2253/15	Item 86 - Luva de procedimento de látex não estéril. Tamanho PP. Caixa com 100 unidades.	10/11/2015	17/11/2015

O prazo inicia-se a partir do imediato recebimento. A presente notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina. Sem mais para o momento, ficamos a disposição para eventuais dúvidas.

Atenciosamente,

Schroeder, 1º de dezembro de 2015.

Orlando Tecilla  
Secretário de Saúde.A  
ALIANÇA HOSPITALAR LTDA ME.  
CNPJ nº. 03.501.603/0001-65  
(47) 3521-0456.

**NOTIFICAÇÃO Nº 017/2015 SMS**

NOTIFICAÇÃO Nº 017/2015 SMS

Processo Licitatório nº. 37/2015

Pregão Presencial Registro de Preço nº. 16/2015

Fica a empresa Altermed Material Médico Hospitalar LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.802.002/0001-02, estabelecida na Estrada Boa Esperança, nº 2320. Fundo Canoas, na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.160-000, NOTIFICADA do inadimplemento do contrato nº 54/2015 firmado com o Município de Schroeder eis que tendo recebido a Ordem de Compra, cujo empenho nº 2205/15 não efetuou a entrega dos produtos no prazo estipulado pela Cláusula Segunda do Contrato supramencionado.

Por essa notificação, a empresa notificada terá o prazo de 48 horas para adimplir o contrato com a entrega dos produtos abaixo relacionado, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Não adimplindo o contrato no prazo acima fica a empresa desde já notificada para no prazo de 10 dias úteis apresentar defesa prévia quanto as penalidades previstas no parágrafo terceiro, cláusula sétima do contrato, nos termos do art. 87 da Lei de Licitações.

Evidenciando o atraso cita-se nas tabelas abaixo o(s) produto(s) cuja entrega está atrasada.

Empenho (O.C)	Produtos	Entrega a O.C.	Prazo limite desobede- cido
2205/15	Item 131 - Solução glicofisiológica (glicose 5% + cloreto de sódio 0,9 %), solução injetável frasco com 500 ml.	05/11/2015	12/11/2015
2205/15	Item 126 – Solução isotônica de cloreto de sódio a 0,9 % injetável, estéril, apirogênica. Frasco com 250 ml.	05/11/2015	12/11/2015.

O prazo inicia-se a partir do imediato recebimento. A presente notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina. Sem mais para o momento, ficamos a disposição para eventuais dúvidas.

Atenciosamente,

Schroeder, 1º de dezembro de 2015.

Orlando Tecilla

Secretário de Saúde.

A

ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

CNPJ nº. 00.802.002/0001-02

(47) 3520-9000.

**PORTARIA Nº 6.250/2015, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 6.250/2015, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora Sra. Paola Marostica, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 1º de dezembro de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

**PROCESSO SELETIVO Nº. 002/2015 - SECEL/PMS - HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL**

Processo Seletivo nº. 002/2015 - SECEL/PMS Edital de Processo Seletivo nº. 002/2015

O Sr. Osvaldo Jurck, Prefeito do Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, por meio de suas atribuições legais, resolve:

**TORNAR PÚBLICO**

A homologação do resultado final do Processo Seletivo nº 002/2015 SECEL/PMS para os cargos de Professores e Auxiliares de Salas. Conforme lista de classificação abaixo:

Cargo	Nome	Nota Final	Classificação
Auxiliar de Serviços Gerais	EDILAINE VIVIANE FRANCO	8,99	1º
Auxiliar de Serviços Gerais	CRISTIANE VERISSIMO ROSA	8,32	2º
Auxiliar de Serviços Gerais	SILVANA PEREIRAPACHECO	8,32	3º
Auxiliar de Serviços Gerais	CESAR RICARDOHAUFERMANN	8,32	4º
Auxiliar de Serviços Gerais	JOAO ANTONIO SILVEIRA	7,99	5º
Auxiliar de Serviços Gerais	JEAN CARLOS BERTI	7,99	6º
Auxiliar de Serviços Gerais	TAIRINE LEILA WALZ	7,99	7º
Auxiliar de Serviços Gerais	ODETE APARECIDASILVEIRA	7,99	8º
Auxiliar de Serviços Gerais	JANGLA TAUCHERT	7,99	9º
Auxiliar de Serviços Gerais	LETICIA LENITA DA FONSECA DOS SANTOS	7,32	10º
Auxiliar de Serviços Gerais	SEBASTIÃO DE PAULA	6,99	11º
Auxiliar de Serviços Gerais	JOSÉ AUGUSTO DA CRUZ	6,32	12º
Auxiliar de Serviços Gerais	LUCIANO NASCIMENTO DOS SANTOS	6,32	13º
Auxiliar de Serviços Gerais	LUCIANA MOREIRA DIAS	5,99	14º
Auxiliar de Serviços Gerais	LUCIANA GOMES DASILVA	5,66	15º
Auxiliar de Serviços Gerais	ZILDA APARECIDA ROSA BUENO DOSREIS	5,66	16º
Auxiliar de Serviços Gerais	LUCELIA RHODEN	5,66	17º
Auxiliar de Serviços Gerais	MARILENE DE ALMEIDA	5,66	18º
Auxiliar de Serviços Gerais	ROSENILDA LEITE	5,33	19º
Auxiliar de Serviços Gerais	ADRIANE LARGAS	5,33	20º
Auxiliar de Serviços Gerais	MARIA GRAZIELI ANTUNES RIBEIRO	5,00	21º
Professor A – Educação Infantil	MARILDA QUERINO DE ALMEIDA	8,99	1º
Professor A - Educação Infantil	CLAUDETE DUARTE	8,98	2º
Professor A - Educação Infantil	RITA DE CASSIA BENTHIEN PEREIRA	8,69	3º
Professor A - Educação Infantil	FABIANA DO ROSARIO	8,66	4º
Professor A - Educação Infantil	PRISCILA BARBOZA AMORIN	8,42	5º
Professor A - Educação Infantil	LIDIA FERNANDA CORA	8,39	6º
Professor A - Educação Infantil	NADIA CRISTINA GAEDKERAITER	8,38	7º
Professor A - Educação Infantil	GISLAINE VITAL DOS SANTOS LUDTKE	8,09	8º
Professor A - Educação Infantil	LUZIA DOS PASSOSCRISTOFOLINI	8,09	9º
Professor A – Educação Infantil	SIMONE APARECIDA TONELLO CAVALHEIRO	8,01	10º
Professor A - Educação Infantil	KAROLINE ODWAZNY	7,99	11º
Professor A - Educação Infantil	NELCI REJANE NUNES BERGMANN	7,96	12º
Professor A - Educação Infantil	PATRICIA BUENO	7,86	13º
Professor A - Educação Infantil	JOSIANI MAIOLI DE ANEVÃO	7,86	14º
Professor A - Educação Infantil	NOENICE MASKE MUNDEL	7,66	15º

Professor A - Educação Infantil	FABIANE STUY	7,66	16º
Professor A - Educação Infantil	MARIA ANGELA DE TOLEDO	7,66	17º
Professor A - Educação Infantil	MARCELO APARECIDO DE MELO JUNIOR	7,66	18º
Professor A - Educação Infantil	SEMIRAMIS BAIER PUTTENDORFMUNDEL	7,52	19º
Professor A - Educação Infantil	IVANE LEU	7,42	20º
Professor A - Educação Infantil	FRANCIELI DE FATIMA DA SILVA LIMA	7,32	21º
Professor A - Educação Infantil	JESSICA TLUSZ	7,32	22º
Professor A - Educação Infantil	GISELIA APARECIDA PEREIRA	7,32	23º
Professor A - Educação Infantil	SHEILA DE CARVALHO VILELA ENTHOLZER	7,32	24º
Professor A - Educação Infantil	LINEA FERNANDA CORA	7,09	25º
Professor A - Educação Infantil	SHALLY KATLEEN PISKE	6,96	26º
Professor A - Educação Infantil	DANIELE FERNANDA LANGE	6,82	27º
Professor A - Educação Infantil	TATIANE OLCZYK	6,76	28º
Professor A - Educação Infantil	GISELE SOARES DOS SANTOS	6,76	29º
Professor A - Educação Infantil	CAROLINE GAEDTKE	6,76	30º
Professor A - Educação Infantil	LAILA JAISZA MONTEIRO	6,66	31º
Professor A - Educação Infantil	PRICILA LOURENÇO	6,66	32º
Professor A - Educação Infantil	ALECSANDRA ANDRESA WALZ	6,66	33º
Professor A - Educação Infantil	JANE PATRICIA SANTOS	6,44	34º
Professor A - Educação Infantil	LUCIA CRISTINA MOTA GOMESPEREIRA	6,32	35º
Professor A - Educação Infantil	ZENILDA MARIANO FERREIRA	5,96	36º
Professor A - Educação Infantil	ADRIANA PRESTES DE SOUZA	5,76	37º
Professor A - Educação Infantil	JOSIANE ALBANO	5,66	38º
Professor A - Educação Infantil	VIVIANE MARIA SOARES RICARDO	5,45	39º
Professor A - Educação Infantil	SANDRA MARA BECKER DA SILVA	5,33	40º
Professor A - Educação Infantil	JENIFER DA SILVA GUERRA	5,33	41º
Professor B - Educação Infantil	PATRICIA DE LIMA	9,52	1º
Professor B - Educação Infantil	CLARICE TOMASELLI BORCHARDT	9,39	2º
Professor B - Educação Infantil	SOLANGE INES FENERICH ASTOLFI	9,19	3º
Professor B - Educação Infantil	MARIA APARECIDA PRUSS PETRY	9,16	4º
Professor B - Educação Infantil	DANMILES DA SILVA SANTOS	9,16	5º
Professor B - Educação Infantil	SABRINA BAUTISTA MATOS	9,09	6º
Professor B - Educação Infantil	ANA CARLA VOGEL	9,06	7º
Professor B - Educação Infantil	PATRICIA HASSE ONOFRE	8,76	8º
Professor B - Educação Infantil	TERESINHA PEREIRA PACHECO	8,66	9º
Professor B - Educação Infantil	SANDRA ANDREIA GONSCHOROWISKI	8,42	10º
Professor B - Educação Infantil	CLAUDINEIA BREITKREITZ FERNANDES	8,32	11º
Professor B - Educação Infantil	GISELE CRISTINA DIAS	8,29	12º
Professor B - Educação Infantil	MORGANA PATRICIA GEBHARDT PONATH	8,14	13º
Professor B - Educação Infantil	VIVIANE CARLA BRAGA TAVARES	8,09	14º
Professor B - Educação Infantil	SIMONE DA CRUZ SILVA KNIS	8,06	15º
Professor B - Educação Infantil	JULIETE MARSISO HOMBURG FRIEBE	7,99	16º
Professor B - Educação Infantil	LUCIANA RIBEIRO BUENO MARSCHNER	7,76	17º
Professor B - Educação Infantil	ROZANGELA BERGER FRANZAGUA	7,76	18º
Professor B - Educação Infantil	GRASIELLE SANTOS DE OLIVEIRA RIBEIRO	7,72	19º
Professor B - Educação Infantil	LUCIANE STUY	7,72	20º

Professor B - Educação Infantil	ERIVETE RIBEIRO DA SILVA	7,72	21°
Professor B - Educação Infantil	VANESSA STACK DO AMARAL	7,66	22°
Professor B - Educação Infantil	PRISCILA GRACIELA RONCHI	7,62	23°
Professor B - Educação Infantil	SIRLEI LOMBARDI	7,42	24°
Professor B - Educação Infantil	VILMA DA APARECIDA BUENO	7,29	25°
Professor B - Educação Infantil	JOANA D'ARC PEREIRA DO NASCIMENTO SANTOS	7,19	26°
Professor B - Educação Infantil	GRACIELE DE MIRANDA FLORES	6,99	27°
Professor B - Educação Infantil	SIMONE DA SILVA DA COSTA	6,99	28°
Professor B - Educação Infantil	GLADIS INES ULSENHEIMER	6,86	29°
Professor B - Educação Infantil	ELAINE DE SOUZA	6,82	30°
Professor B - Educação Infantil	CINTIA TEMIRA TRINOSKI	6,76	31°
Professor B - Educação Infantil	MARIA ALICE DA LUZ JAHN	6,76	32°
Professor B - Educação Infantil	JUSARA CHRAST	6,59	33°
Professor B - Educação Infantil	SAMYRA VILELA ENTHOLZER	6,32	34°
Professor B - Educação Infantil	ELIANE PEREIRA DE ALMEIDA CAVALHEIRO	6,09	35°
Professor B - Educação Infantil	JOLCIRLEIA DOS SANTOS	5,99	36°
Professor B - Educação Infantil	FONCINA APARECIDA BOGUCESKI DA COSTA SOUZA	5,99	37°
Professor B - Educação Infantil	LUANA TRINOSKI	5,76	38°
Professor B - Educação Infantil	VIVIANE GONCALVES DE JESUS	5,76	39°
Professor B - Educação Infantil	MARIA DILVA RODRIGUES COELHO	5,66	40°
Professor B - Educação Infantil	MARGARETE REGINA TRINDADE	5,33	41°
Professor B - Educação Infantil	SILVANE GUIMARÃES PELECHATE	5,00	42°
Professor B - Educação Infantil	ALANA GOMES	5,00	43°
Professor C - Educação Infantil	CATIA CRISTINA STINGHEN	9,26	1°
Professor C - Educação Infantil	MARGALISE TOWE KNEUBUHLER	9,06	2°
Professor C - Educação Infantil	THAISE LEITE COELHO	9,05	3°
Professor C - Educação Infantil	ELSINIRA PORATH BOROMANN	8,96	4°
Professor C - Educação Infantil	MAYARA SCHWEITZER	8,82	5°
Professor C - Educação Infantil	ADRIANA MADER	8,29	6°
Professor C - Educação Infantil	ILETE RIEGEL JUNCKES	7,52	7°
Professor C - Educação Infantil	ROMI KLEBBER DA SILVA	7,42	8°
Professor C - Educação Infantil	DENISE SCHEIDT	7,42	9°
Professor C - Educação Infantil	MIRIAN RAMOS	7,29	10°
Professor C - Educação Infantil	MARIA ELIZABETE SIMOES SOARES	6,42	11°
Professor B: Língua Est. Inglês – Ens. Fund. Anos Iniciais e Finais	TERESA TOMASELLI	6,23	1°
Professor B: Ed. Física – Ens. Ed. Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	DIOGO LUIS LOMBARDI	9,19	1°
Professor B: Ed. Física – Ens. Ed. Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	JANAINA BROTZKE	8,42	2°
Professor B: Ed. Física – Ens. Ed. Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	ALEXANDRA PATSCH	7,99	3°
Professor B: Ed. Física – Ens. Ed. Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	MAYLON CASTILHOS	7,32	4°
Professor B: Ed. Física – Ens. Ed. Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	RENAM VENSKE	5,63	5°

Professor C: Ed. Física – Ens. Ed. Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	RENATA SCWINGEL	7,66	1º
Professor C: Ed. Física – Ens. Ed. Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	ADEMAR JOSE OTTO JUNIOR	6,89	2º

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, em 01 de dezembro de 2015.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

FABIANE HELLER  
Presidente  
Comissão Organizadora do Processo Seletivo

## **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº. 11/2015-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº. 11/2015-PMS

O Prefeito Municipal, Osvaldo Jurck, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, conforme a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores. Frente ao parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a Ata de Abertura e Julgamento e seu resultado da TOMADA DE PREÇO Nº. 11/2015-PMS, PROCESSO Nº. 206/2015-PMS, adjudicando em favor da empresa abaixo o objeto da licitação por ter apresentado o menor preço GLOBAL, determinando que seja dada ciência aos participantes:

Objeto: contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua 23 de março, trecho I, Bairro Itoupava-Açú, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 530 m e área total de 4398 m², de acordo com o programa de transferência 2013000640, proposta transparência 12934, FUNDAM –Fundo Estadual de Apoio aos Municípios, projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos em regime de PARCERIA, com fulcro nas Leis Municipais nº. 2.000/2014 e Lei nº 2125/2015 e que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório.

Vencedor: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12, estabelecida a rua Anélio Nicocelli, nº. 1720, Bairro Figueirinha, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000.

Valor da proposta vencedora: R\$ 696.891,16 (seiscentos e noventa e seis mil, oitocentos e noventa e um reais e dezesseis centavos).

Data da Assinatura: 01/12/2015 – Vigência: 31/12/2015

Osvaldo Jurck - Prefeito Municipal

**DISPENSA 118/2015-PMS****ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER****DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 118/2015 - DL**CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SCProcesso Nr.: 285/2015  
Data: 01/12/2015

Folha: 1/2

Fornecedor: OMVS CONTRUTORA LTDA.  
Endereço: RUA HELMUTH GAEDTKE, 105  
Cidade: Guaramirim - SC  
CNPJ: 15.772.347/0001-20

Código: 12632

Inscrição Estadual:

**Objeto da Compra:** Contratação de empresa especializada para recuperação das paredes (superfície externa) - lixar, raspar tinta velha, passar fundo e pintar a parte externa do Prédio da Prefeitura, do Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	300,00	Contratação de empresa especializada para recuperação das paredes (superfície externa) - lixar, raspar tinta velha, passar fundo e pintar a parte externa do Prédio da Prefeitura, do Município de Schroeder/SC.	H	24,50	7.350,00

**FUNDAMENTO LEGAL:****Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

**JUSTIFICATIVA**

Considerando, que o prédio está com a pintura bastante precária e as festividades do final de ano relacionadas ao natal, acontecessem em frente ao prédio e não termos saldo do serviço citado acima. Solicitamos a Dispensa.

**RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:**

Schroeder, 1 de Dezembro de 2015

\_\_\_\_\_  
OSVALDO JURCK  
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO**  
Nr.: 118/2015 - DL**Processo Nr.:** 285/2015  
**Data:** 01/12/2015

Folha: 2/2

30/11/2015

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 30 de Novembro de 2015

**Valor da Despesa:**

7.350,00 (sete mil trezentos e cinquenta reais)

**Pagamento.....:**

15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL



**DISPENSA 119/2015-PMS****ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER****DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 119/2015 - DL**CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SCProcesso Nr.: 286/2015  
Data: 01/12/2015

Folha: 1/2

Fornecedor: MARCENARIA E ESTRUTURAS METALICAS RIEGER LTDA - EP

Código: 12186

Endereço: R EUGENIO ALBRECHT,493 -

Cidade: SCHROEDER - SC

CNPJ: 07.582.520/0001-07

Inscrição Estadual:

**Objeto da Compra:** Aquisição de tampo para mesa de reuniões do Gabinete do Prefeito Municipal do Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	TAMPO DE MESA EM MDF 25MM NA COR PRETA, REFORÇO TUBULAR PARA SUSTENTAÇÃO, MEDIDAS 140CM X 350CM X 75MM, COM DUAS TOMADAS DE ALIMENTAÇÃO COM DOIS PONTOS DE REDE E DUAS SAÍDAS DE FORÇA CADA, COM MONTAGEM NO LOCAL.	UN	4.300,00	4.300,00

**FUNDAMENTO LEGAL:****Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

- II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

**JUSTIFICATIVA**

FAZ-SE NECESSÁRIO PARA ADEQUAÇÃO DA MESA DE REUNIÕES ÀS NECESSIDADES DO GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, E SENDO OS VALORES DE REFERÊNCIA INFERIORES À R\$8.000,00.

**RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:**

Schroeder, 1 de Dezembro de 2015

-----  
OSVALDO JURCK  
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 119/2015 - DL**

**Processo Nr.:** 286/2015  
**Data:** 01/12/2015

Folha: 2/2

27/11/2015

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 27 de Novembro de 2015

**Valor da Despesa:**

4.300,00 (quatro mil e trezentos reais)

**Pagamento.....:**

15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

# Serra Alta

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº 049/2015**

PORTARIA Nº 049/2015 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015.

BELAMAR LUCIA GHIDINI TEODORO, Prefeita Municipal de Serra Alta (em exercício), Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 684/2005 de 13/12/2005; e alterações posteriores e lei 692/2006 de 13/04/2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Rescindir contratação em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público de PRISCILA WERNER, CPF 032466309-92 e RG 3.539.245 do Cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, 40 HORAS SEMANAIS, Nível 22, do Grupo 2-SAL, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, conforme Portaria Nº 115/2014 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014, percebendo o vencimento constante na Lei complementar 684/2005 de 13/12/2005 e suas alterações posteriores, vigentes no município de Serra Alta.

Art. 2º. Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal nº 692/2006 de 13/04/2006 e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 01 de Dezembro de 2015.

BELAMAR LUCIA GHIDINI TEODORO

Prefeita em exercício

Registrada e publicada em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

**RELAÇÃO DE COMPRAS MÊS 11/2015-PMSA**

Página: 1/2

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA**Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Novembro/2015**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ALTERNATIVE CONCURSOS EIRELI ME	<p>CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO, PARA PROVIMENTO DE VAGAS DE CARGOS TEMPORÁRIOS, COMPREENDENDO TODAS AS FASES DO PROCESSO ATÉ HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL, SENDO:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO;</li> <li>- ELABORAÇÃO DE EDITAIS NECESSÁRIOS PARA PUBLICAÇÕES;</li> <li>- DIVULGAÇÃO DO PROCESSO, PROVAS, NOTAS E CLASSIFICAÇÕES;</li> <li>- FORNECIMENTO DE FICHA DE INSCRIÇÃO;</li> <li>- ELABORAÇÃO, APLICAÇÃO, REPRODUÇÃO E CORREÇÃO DAS PROVAS;</li> <li>- EMISSÃO DE LISTAGEM DO RESULTADO PARCIAL E FINAL DO PROCESSO SELETIVO;</li> <li>- EMISSÃO DO RELATÓRIO DO CERTAME;</li> <li>- ELABORAÇÃO DE LISTAGEM DOS INSCRITOS;</li> <li>- ANÁLISE E PARECER DE RECURSOS INTERPOSTOS POR CANDIDATOS;</li> <li>- ELABORAÇÃO DE EDITAL, DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DA SELEÇÃO, COM NOME, NÚMERO DE INSCRIÇÃO E NOTAS OBTIDAS PELOS CANDIDATOS EM CADA PROVA E MÉDIA FINAL, BEM COMO O NOME DE TODOS OS NÃO APROVADOS E DAQUELES QUE NÃO COMPARECERAM AO EXAME;</li> <li>- ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL CONTENDO OS ATOS DO PROCESSO SELETIVO.</li> </ul>		1,000	7,100,0000	7,100,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA**

Página: 2/2

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Novembro/2015**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
DIDÁTICA LIVRARIA E BRINQUEDOS LTDA ME	<p><b>PARQUE INFANTIL VERSÃO ALUMÍNIO COLORIDO CONTEUDO:</b> Colunas em alumínio medindo no mínimo 10x10cm com cantos ovalizados, espessura das paredes 3mm e pintura com tinta a pó de poliéster marrom.</p> <p>(02) Plataformas confeccionadas em madeira plástica, estruturadas com cantoneira metálica. Medindo a estrutura no mínimo 1,05x1,05cm e cantoneira 4cm galvanizado e pintado, com Coberturas em plástico rotomoldado estilo pirâmide de no mínimo 1,26x1,26m.</p> <p>(02) Guarda corpo com estrutura tubular de aço com diâmetro de aproximadamente 25,4mm x parede de 1,55mm, com barras verticais de diâmetro 12,7mm. Altura após montagem de 800mm.</p> <p>(01) Tobogã em plástico rotomoldado, com 2600mm de comprimento x 760mm de diâmetro aproximadamente, fixado a torre com painel de plástico rotomoldado e ao piso com seção de saída em plástico rotomoldado.</p> <p>(01) Rampa de cordas com estrutura tubular de aço, com diâmetro de 42,60mm e 31,75mm e parede de 2,00mm. Corda de nylon de diâmetro 14,00mm e uniões em plástico injetado.</p> <p>(01) Tubo horizontal em plástico rotomoldado medindo no mínimo 1,60metros de comprimento x 80cm de abertura.</p> <p>(01) Conjunto com 02 balanços com assento em plástico rotomoldado, correntes de Elo Curto com 1,520mm de comprimento. Estrutura de aço tubular de diâmetro de 42,6mm com parede de 2,00mm.</p> <p>(01) Escada em aço tubular retangular de 30mm x 70mm com parede de 1,25mm e 1,800mm de comprimento; com 7 degraus em madeira, medindo 720mm de comprimento x 150mm de largura e 20mm de espessura.</p> <p>(01) Escorregador reto duplo em fibra de vidro, seção de deslizamento com 2.700mm x 920mm de largura.</p> <p>OBS: Apresentar junto com a proposta o catálogo técnico do parque que será montado com planta baixa e descrição dos produtos;</p>		1,000	15.740,0000	15.740,00
<b>Total Geral do Mês —&gt;</b>					<b>22.840,00</b>

# Siderópolis

## PREFEITURA

### 58/2015 TP SC RURAL

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO PMS nº 58/2015

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO PMS Nº 03/2015

O Município de Siderópolis comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei Nº 8.666/93 e legislação subsequente, que no dia 18/12/2015, às 09h:00min (HORÁRIO DE BRASÍLIA) no referido setor, na Rua Presidente Dutra, nº01 – Centro, se reunirá a Comissão de Julgamento de Licitações, com a finalidade de receber propostas para Contratação de empresa especializada na execução de serviços de melhoramento em 5,4 km de estradas rurais no município de Siderópolis/SC, conforme Convênio nº 732/2015 entre o Estado de Santa Catarina (através do programa SC Rural) e o Município de Siderópolis, obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas no memorial descritivo, projetos, planilha orçamentária. O edital já está disponível no Setor de Licitações do município, ou no site da municipalidade: [www.sideropolis.sc.gov.br](http://www.sideropolis.sc.gov.br). Maiores informações: [licitacao@sideropolis.sc.gov.br](mailto:licitacao@sideropolis.sc.gov.br) ou (48) 3435 3188 (FABÍOLA C. COMIN).

Siderópolis, 01 de dezembro de 2015.

RONI REMOR

Prefeito Municipal em Exercício

# Tigrinhos

## PREFEITURA

### EXTRATO CONVÊNIO 819503/2015

EXTRATO DE CONVÊNIO/CONTRATO DE REPASSE  
MUNICÍPIO DE TIGRINHOS

O MUNICÍPIO DE TIGRINHOS – torna público, o referido Convênio nº 819503/2015 e Contrato de Repasse nº 1.023.655-29/2015, que celebram a União Federal, por intermédio do Ministério das Cidades, representado pela Caixa Econômica Federal, e o Município de Tigrinhos, objetivando a execução de ações relativas ao Programa Planejamento Urbano – Pavimentação. Objeto: Pavimentação de vias públicas urbanas no Município de Tigrinhos/SC. Dos Recursos: serão destinados recursos financeiros para a execução do objeto o montante de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), sendo R\$ 245.850,00 (duzentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta reais) Recursos de Repasse da União, e R\$ 4.150,00 (quatro mil, cento e cinquenta reais) Recursos da Contrapartida aportada pelo Município, conforme o cronograma de desembolso e plano de aplicação constantes do Plano de Trabalho.

TIGRINHOS/SC, em 30 de Novembro de 2015.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

# Timbó

## PREFEITURA

### **AVISO CONCORRÊNCIA N.º 12 2015 FUMTRAN - SERVIÇO DE REMOÇÃO (GUINCHO) E ESTADIA DE VEÍCULOS OU OBJETOS**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE Concorrência PARA Concessão Nº 12/2015 - FUMTRAN

OBJETO: concessão onerosa do serviço de remoção (guincho) e estadia de veículos ou objetos em decorrência de contravenção à legislação de trânsito no município de Timbó/SC. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 08h00min do dia 18 de janeiro de 2016. ABERTURA: dia 18 de janeiro de 2016 as 08h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br)

TIMBO (SC), 01/12/2015

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário de Trânsito

### **AVISO PREGÃO PRESENCIAL N.º 111 2015 PMT - SOFTWARE GESTÃO PÚBLICA EM AMBIENTE WEB**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 111/2015 - PMT

OBJETO: contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso, provimento de data center, prestação de serviços de instalação, manutenção, treinamento e suporte técnico para sistema informatizado de gestão pública em ambiente web, para a Administração do Município de Timbó/SC, incluindo os fundos, fundações, autarquia e Câmara Municipal. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 10h00min do dia 15 de dezembro de 2015. ABERTURA: dia 15 de dezembro de 2015 as 10h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br)

TIMBO (SC), 01/12/2015

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária de Fazenda e Administração

MARCELO LUIZ FERRARI

Presidente Câmara Municipal

### **CERTIDÃO DE APROVAÇÃO Nº 74 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2015**

CERTIDÃO DE APROVAÇÃO Nº 74 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2015

O Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar nº. 196, de 29 de dezembro de 2000 e Decreto nº. 3329, de 22 de novembro de 2013, com fundamento na Lei nº. 1.207, de 18 de dezembro de 1990, certificam que:

Está APROVADO o LOTEAMENTO denominado "RALF BUBLITZ", situado no lado par da Rua São Paulo, distando pelo lado esquerdo 217,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Palotina, nesta Cidade, com a área de 60.042,44m<sup>2</sup> (Sessenta mil, quarenta e dois metros e quarenta e quatro decímetros quadrados), processo L-048/1999 tudo conforme documentação apresentada pelo requerente RALF BUBLITZ, acompanhando o requerimento protocolado sob nº 3.124, datado de 12 de novembro de 1999 e da documentação elaborada e devidamente assinada pela profissional Vivian Luciane Maas Barbosa, Arquiteta e Urbanista, CAU/SC A41829-3, onde constam projetos, memoriais e anotações de responsabilidade técnica, cabendo a este responsável técnico a responsabilidade civil pelos serviços de projeto urbanístico, memorial descritivo e relação dos lotes.

O loteamento foi realizado no imóvel urbano matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, sob o nº 19.014, livro 2, cadastrado neste órgão fazendário sob nº 01.02.028.0554.001, constituído de 63 (sessenta e três) lotes, numerados de 24 (vinte e quatro) a 86 (oitenta e seis), contendo uma área para Área de Utilidade Pública, uma área para Área Verde, uma área para a Rua Araucária, uma área para a Rua Bertha Zumaich, uma área para a Rua Lapa, uma área para a Rua Guarapuava, uma área para a Rua Guáira, uma área para o prolongamento da Rua Belo Horizonte e mais uma área remanescente.

Apesar da aprovação o proprietário/requerente e seus herdeiros e/ou sucessores e/ou demais responsáveis estão obrigados a atender e sujeitos a todas às exigências do Decreto nº 1072/1976 e do Decreto nº 3329, de 22 de novembro de 2013, dentro do prazo estabelecido no respectivo processo de loteamento, além de os demais dispositivos legais atinentes a espécie, em especial a Lei nº. 12.651/12 - Novo Código Florestal e Lei nº. 6766/79 - Parcelamento do Solo Urbano. Qualquer modificação no projeto e no memorial descritivo deverá ser submetida à aprovação do Município, a pedido do interessado.

O Loteamento Ralf Bublitz está sendo aprovado de acordo com o Termo Extrajudicial de Compromisso de Ajustamento de Conduta assinado em 17/07/2015.

A presente aprovação entra em vigor na data da publicação da Certidão e tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, nos moldes do art. 2º do Decreto 3329/2013.

Município de Timbó, 26 de novembro de 2015.

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente.

Município de Timbó



**PORTARIA Nº TIMBOPREV-108, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015**

PORTARIA Nº TIMBOPREV-108, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015  
Autoriza a Contagem Recíproca do Tempo de Contribuição ao Servidor Público Municipal Roberto Genaro Blacutt Antelo.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO TIMBOPREV, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, e em conformidade com o art.36, da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, e,

**RESOLVE:**

Art.1º AUTORIZAR ROBERTO GENARO BLACUTT ANTELO, ocupante do cargo de Médico, Referência Salarial GP-82, matrícula nº 3793.1-00, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a Contagem Recíproca do tempo de contribuição para fins de Aposentadoria, junto ao Regime Próprio de Previdência Social, com base nos arts.40, § 9º e 201, § 9º, da Constituição Federal, e artigo 50 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, do tempo de contribuição ao RGPS, certificado pelo INSS através da Certidão nº 20021070.1.00056/15-8, expedida em 26/10/2015, computando-se 1.670 (mil e seiscentos e setenta) dias, ou seja, 04 (quatro) anos e 07 (sete) meses, conforme Processo TIMBOPREV 061/2015.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 30 de novembro de 2015; 146º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

OSMAIR DE CASTILHO

Presidente do Conselho de Administração do TIMBOPREV

**PORTARIA Nº TIMBOPREV-109, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015**

PORTARIA Nº TIMBOPREV-109, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015  
Autoriza a Contagem Recíproca do Tempo de Contribuição à Servidora Pública Municipal Dione Kaspereit Busarello.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO TIMBOPREV, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, e em conformidade com o art.36, da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, e,

**RESOLVE:**

Art.1º AUTORIZAR DIONE KASPAREIT BUSARELLO, ocupante do cargo de Professora, Referência Salarial D-32, matrícula nº 1880.5-00, lotado na Secretaria Municipal de Educação, a Contagem Recíproca do tempo de contribuição para fins de Aposentadoria, junto ao Regime Próprio de Previdência Social, com base nos arts.40, § 9º e 201, § 9º, da Constituição Federal, e artigo 50 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, do tempo de contribuição ao RGPS, certificado pelo INSS através da Certidão nº 20021070.1.00007/09-2, expedida em 07/07/2015, computando-se 3.978 (três mil, novecentos e setenta e oito) dias, ou seja, 10 (dez) anos, 10 (dez) meses e 28 (vinte e oito) dias, conforme Processo TIMBOPREV 068/2015.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 30 de novembro de 2015; 146º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

OSMAIR DE CASTILHO

Presidente do Conselho de Administração do TIMBOPREV

# Treze Tílias

## PREFEITURA

### DECRETO 2098 RETIFICADO

DECRETO N. 2098/2015 de 30 de novembro de 2015.

DISPÕE SOBRE A APLICAÇÃO DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PREVISTAS NAS LEIS FEDERAIS Nº 8.666, DE 21/06/1993, E 10.520, DE 17/07/2002.

MAURO DRESCH, Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso das suas atribuições, DECRETO:

Art. 1º. As sanções administrativas previstas nas Leis Federais nº 8.666, de 21/06/1993, e 10.520, de 17/07/2002, serão aplicadas à empresa licitante e à contratada pelo Município e suas Autarquias e Fundações na forma e condições previstas neste Decreto.

Art. 2º. Às empresas licitantes e às contratadas pelo Município e suas Autarquias e Fundações que não cumprirem as normas de licitação, os contratos e as atas de registro de preços, garantida a prévia defesa, serão aplicadas as seguintes sanções:

I – advertência;

II - multa;

III - suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração não superior a 05 (cinco) anos, na modalidade pregão, e não superior a 02 (dois) anos para as demais modalidades, aplicada segundo a natureza e gravidade da falta cometida;

IV - declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso III.

Parágrafo Único - As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo administrativo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação.

Art. 3º. O processo administrativo será conduzido por Comissão Especial composta por, no mínimo, 02 (dois) membros, sendo pelo menos um deles servidor efetivo, designados pelo Prefeito Municipal.

Art. 4º. A aplicação das sanções de:

I - advertência e multa compete ao Secretário Municipal de cada Secretaria, no âmbito do Poder Executivo, e aos Presidentes no âmbito das Autarquias ou Fundações;

II - declaração de inidoneidade e de suspensão do direito de licitar e contratar compete ao Secretário Municipal de Administração em conjunto com Secretário ou Presidente do respectivo órgão ou ente administrativo que requisitou a deflagração do processo licitatório.

Parágrafo Único - Ocorrendo licitação cuja deflagração for requerida por mais de um órgão ou entidade Municipal, a competência prevista no inciso II será daquele que tiver o pedido de maior monta, em conjunto com o Secretário Municipal de Administração.

Art. 5º. A sanção de advertência será aplicada à empresa licitante e à contratada que descumprir ou cumprir parcialmente qualquer obrigação ou frustrar os objetivos da licitação.

Art. 6º. A sanção de multa será aplicada à empresa contratada pelo atraso injustificado na entrega ou inexecução do contrato, nos percentuais previstos no edital ou instrumento contratual.

§ 1º O valor da multa será deduzido dos créditos ou garantia do respectivo contrato.

§ 2º Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além de perdê-la, o contratado responderá pela diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

Art. 7º. A sanção de suspensão do direito de licitar e de contratar impossibilita a participação da empresa em licitações ou contratos com a Administração, pelos prazos previstos nos incisos III e IV do art. 2º.

Parágrafo Único - A penalidade de que trata este artigo será processada quando verificada culpa da empresa licitante ou contratada em relação à prática ou inércia de ato.

Art. 8º. A declaração de inidoneidade é a sanção mais severa que as empresas licitantes ou contratadas poderão sofrer, cujos efeitos estendem-se a toda Administração Pública.

Parágrafo Único - A sanção de que trata este artigo será aplicada quando verificado dolo da empresa licitante ou contratada em relação à prática ou inércia de ato.

Art. 9º. As sanções previstas nos incisos III e IV do art. 2º poderão ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que:

I - sofrerem condenação definitiva por praticarem dolosamente fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - praticarem atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;

III - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

Art. 10. É facultado ao interessado interpor:

I - defesa prévia no prazo de:

a) 05(cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação;

II - recurso contra a decisão que aplicou a sanção no prazo de:

a) 05(cinco) dias úteis, a contar da ciência da decisão, nas sanções de advertência, multa e suspensão do direito de licitar e contratar;

b) 10(dez) dias úteis, a contar da ciência da decisão, na sanção de declaração de inidoneidade.

§ 1º. Toda sanção aplicada será anotada no histórico cadastral do contratado e terá o seu registro cancelado após o decurso do prazo do ato que as aplicou.

§ 2º. O recurso contra decisão que aplicou sanção será julgado pelo Prefeito Municipal.

Art. 11. A aplicação da sanção e a sua extinção, em se tratando de declaração de inidoneidade e suspensão do direito de licitar e contratar, será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC e no sítio do Município: [www.trezetilias.sc.gov.br](http://www.trezetilias.sc.gov.br)

Parágrafo Único - Do extrato a que se refere este artigo constarão:

I - a origem e o número do processo em que foi proferido o despacho;

II - o prazo do impedimento de licitar e contratar;

III - o fundamento legal da sanção aplicada;

IV - o nome ou a razão social da penalizada, com o número do CNPJ.

Art. 12. Salvo disposição em contrário, computar-se-ão os prazos previstos neste Decreto excluindo o dia do começo e incluindo o do vencimento.

Parágrafo Único - Os prazos referidos neste artigo se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou entidade.

Art. 13. Os instrumentos convocatórios, os contratos e as atas de registro de preços mencionarão o número deste Decreto e incluirão os percentuais relativos às multas e às propostas comerciais e deverão mencionar expressamente a concordância do proponente aos seus termos.

Art. 14. Os casos anteriores a este Decreto serão julgados nos termos da legislação vigente na época dos fatos.

Art. 15. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Treze Tílias/SC, 20 de novembro de 2015.

MAURO DRESCH

Prefeito

## DECRETO 2102

DECRETO Nº 2.102/2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO VALOR DE R\$ 8.000,00 E DÁ, OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MAURO DRESCH Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) a fim de reforçar a seguinte dotação orçamentária:

10 – Secretaria de Assistência Social

03 – Fundo de Assistência Social

Atividade: 2.407

Suplementa:

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00 ..... R\$ 8.000,00

Anula:

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.52 ..... R\$ 8.000,00

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,  
30 de novembro de 2015.

MAURO DRESCH

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria de Administração e Publicado o presente Decreto no Diário oficial dos Municípios.

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária de Administração e Fazenda

**DECRETO 2103**

DECRETO Nº 2.103/2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL NO VALOR DE R\$ 14.950,00 E DÁ, OUTRAS PROVIDENCIAS

MAURO DRESCH Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 14.950,00 (quatorze mil novecentos e cinquenta reais) a fim de reforçar a seguinte dotação orçamentária:

03 – Secretaria de Transportes e obras

01 – Manutenção da Secretaria

Atividade: 2.005

Suplementa:

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.83 ..... R\$ 14.950,00

Art. 2º - Para fazer frente ao crédito constante no artigo anterior, ficam utilizados os recursos da Operação de Crédito do BADESC.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,  
30 de novembro de 2015.-----  
MAURO DRESCH  
Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria de Administração e Publicado o presente Decreto no Diário oficial dos Municípios.

-----  
WERYDIANA FALCHETTI  
Secretária de Administração e Fazenda**DECRETO 2104**

DECRETO Nº 2.104/2015011 de 01/12/2015

NOMEIA COMISSÃO DISCIPLINAR ESPECIAL DO CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTEBOL DE CAMPO TAÇA BATERIAS PIONEIRO

MAURO DRESCH, Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei:

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os abaixo relacionados para integrarem a COMISSÃO DISCIPLINAR ESPECIAL do Campeonato Municipal de Futebol de Campo Taça Baterias Pioneiro e os recursos administrativos propostos por Cleverson Weiss e Ederson Marangoni

Membros: José da Rocha

Ademir Conatto

Anderson de Oliveira

Fernando Lopes de Lima

Jackson Nunes

Art. 2º As infrações disciplinares serão processadas e julgadas pela comissão disciplinar citada no artigo anterior aplicando-se o estabelecido, no código brasileiro justiça desportiva (C.B.J.D.)e no Regulamento Geral do Campeonato.

Art. 3º As atividades desenvolvidas pelos membros nomeados são de caráter de relevância comunitária e sem remuneração.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições

Treze Tílias (SC) 01 de dezembro de 2015.

MAURO DRESCH  
Prefeito Municipal

Registrado NA Secretaria de Administração e publicado no Diário Oficial dos Municípios.

WERYDIANA FALCHETTI  
Secretária de Administração e Fazenda

**PORTARIA 102/2015**

PORTARIA Nº 102/15 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

**RESOLVE:**

Artigo 1º - NOMEAR os membros abaixo descritos para compor a Comissão de Avaliação do Teste Seletivo Simplificado Edital 001/2015, para o cargo de Agente de Apoio a Educação.

Presidente: Mari Piaia;  
Nelceni Surdi;  
Danielle Kühl Hartmann;  
Clarice Salete Brandalise;  
Gicelda Inês Rigo Froehlich;

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 27 DE NOVEMBRO DE 2015.

MAURO DRESCH  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA 103/2015**

PORTARIA Nº 103/15 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

**RESOLVE:**

Artigo 1º - EXONERAR em 1º de dezembro de 2015, por motivo de aposentadoria, o Sr. ORACI RODRIGUES, CPF nº 479.574.419-04 e identidade nº 11/R-1.701.686, residente e domiciliado no município de Treze Tílias/SC, do cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS – 40 hs, conforme decreto de nomeação nº 824/2000 de 29 de junho de 2000.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

MAURO DRESCH  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA 104/2015**

PORTARIA Nº 104/15 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

**RESOLVE:**

Artigo 1º - CONCEDER férias regulares a servidora municipal abaixo mencionada.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
Neide Fachin Piaia	02/10/2014 a 01/10/2015	01/12/2015 a 30/12/2015	30

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

MAURO DRESCH  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI  
Secretária de Administração e Finanças

### **PORTARIA 105/2015**

PORTARIA Nº 105/15 DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,  
RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias regulares aos servidores municipais abaixo mencionados.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
Alvino Hentz	25/11/2015 a 24/11/2016	07/12/2015 a 05/01/2016	30
Armindo Ramos	02/06/2015 a 01/06/2016		
Carlos Roberto Weiler	10/10/2015 a 09/10/2016		
Conrado Gomig	01/10/2015 a 30/09/2016		
Eloi Leodoro	06/03/2015 a 05/03/2016		
Leandro Kamin	02/07/2014 a 01/07/2015		
Ramon Botelho Felizardo	22/01/2015 a 21/01/2016		
Sérgio Júnior Dresch	13/02/2014 a 12/02/2015		
Valdecir J. de O. Bello	18/09/2014 a 17/09/2015		
Vanderlei Serighelli	02/02/2015 a 01/02/2016		
Vilmar Gonçalves Tibes	04/06/2014 a 03/06/2015		
Vilmar Schneider	01/07/2014 a 30/06/2015		

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 1º DE DEZEMBRO DE 2015.

MAURO DRESCH  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI  
Secretária de Administração e Finanças

### **PORTARIA 106/2015**

PORTARIA Nº 106/15 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - Autorizar as servidoras ADRIANA APARECIDA HENSEL (1º Secretaria) CPF 073.524.009-40 e KARINE KANDLER (Presidente) CPF 047.700.179-36, para realizar conjuntamente a movimentação financeira da conta-corrente nr. 50.301-0, agência 4632-9, Banco do Brasil (número conta anterior: Agência: 0174 Conta nº: 005.030-1) da SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL DE TREZE TÍLIAS/SC (CNPJ 02.446.054/0001-00), com os seguintes poderes e atribuições: emitir cheques; solicitar saldos, extratos e comprovantes; requisitar talonários de cheques; retirar cheques devolvidos; endossar cheque; sustar/contra-ordenar cheques; cancelar cheques; baixar cheques; efetuar resgates/aplicações financeiras; cadastrar, alterar e desbloquear senhas; consultar contas/aplic. Programas Repasse Recursos Federais – RPG; liberar arquivos de pagamentos no Gerenciador Financeiro/AASP; solicitar saldos/extratos de investimentos; solicitar saldos/extratos de operações de crédito; emitir comprovantes; efetuar transferência p/ mesma titularidade-meio eletrônico; encerrar contas de depósito; consultar obrigações do débito direto autorizado-DDA.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

MAURO DRESCH  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI  
Secretária de Administração e Finança

### **PORTARIA 107/2015**

PORTARIA Nº 107/15 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto nos artigos 13 a 17 da Lei Orgânica Municipal, artigos 7 a 17 da Lei Complementar nº 40/2011 e, ainda, nos demais termos da Legislação correlata:

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR o senhor GERSON LUIS KELLER, brasileiro, portador da Cédula de Identidade N.º 3044614431, inscrito no CPF sob o N.º 534.183.010-53, residente e domiciliado na cidade de Treze Tílias/SC, aprovado em concurso público oriundo do Edital N.º 01/2015 de 27 de agosto de 2015, na respectiva ordem de classificação conforme Decreto nº 2093/2015 de 05 de novembro de 2015, para o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º - A tomada de Posse e assinatura do respectivo Livro de Posse e a entrada em exercício se dará no prazo legal obedecendo a previsão da Lei Complementar Nº 40/2011.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão à conta de dotações orçamentárias próprias e vigentes.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 01 DE DEZEMBRO DE 2015.

MAURO DRESCH  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

### **PORTARIA 108/2015**

PORTARIA Nº 108/15 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1º - CONCEDER férias regulares ao servidor municipal abaixo mencionado.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
Paulo Cesar Geuster	02/01/2014 a 01/01/2015	01/12/2015 a 15/12/2015	15

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 01 DE DEZEMBRO DE 2015.

MAURO DRESCH  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI  
Secretária de Administração e Finanças

**PORTARIA 109/2015**

PORTARIA Nº 109/15 DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR a pedido, no dia 04 de dezembro de 2015, o Sr. LEOCRIDES BRANDALISE, CPF nº 346.173.379-20, residente e domiciliado neste município, do cargo comissionado de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E OBRAS, conforme Portaria de nomeação nº 063/13 de 22 de janeiro de 2013.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 01 DE DEZEMBRO DE 2015.

MAURO DRESCH  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI  
Secretária Mun. de Administração e Finanças

**PORTARIA 110/2015**

PORTARIA Nº 110/15 DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR a pedido, no dia 01 de dezembro de 2015, o Sr. VALDECIR DE RÓS, CPF nº 789.459.099-15, residente e domiciliado neste município, do cargo comissionado de DIRETOR DE MANUTENÇÃO, conforme Portaria de nomeação nº 117/14 de 03 de novembro de 2014.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 01 DE DEZEMBRO DE 2015.

MAURO DRESCH  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI  
Secretária Mun. de Administração e Finanças





Tunápolis – SC, 01 de dezembro de 2015.

Enoi Scherer                      Construtora Hammes Ltda EPP  
Prefeito Municipal              CONTRATADA

Leandro Scheffer  
Engenheiro da Prefeitura

Testemunhas:

1) \_\_\_\_\_ 2) \_\_\_\_\_  
Cleverson Inácio kerkhoff      Sheila Inês Bieger  
CPF: 918.368.409-34      CPF: 020.226.259-60

# Turvo

## PREFEITURA

### CTR ADITIVO 25\_2015

3º termo aditivo ao contrato nº 74/2014 termo aditivo nº 25/2015 contratante: MUNICÍPIO DE TURVO/SC. Contratado: A.J.E TERRA-PLANAGEM LTDA Objeto: Prorroga o prazo de vigência do contrato 74/2014 para mais 90 (noventa) dias, onde seu vencimento passa a ser dia 25 de setembro de 2015.

### CTR ADITIVO 28\_2015

3º termo aditivo ao contrato nº 40/2014 termo aditivo nº 28/2015 contratante: MUNICÍPIO DE TURVO/SC. Contratado: SETEP CONSTRUÇÕES S.A Objeto: Prorroga o prazo de vigência do contrato 40/2014 para mais 180 (cento e oitenta) dias, onde seu vencimento passa a ser dia 04 de fevereiro de 2016.

### CTR ADITIVO 29\_2015

3º termo aditivo ao contrato nº 07/2014 termo aditivo nº 29/2015 contratante: MUNICÍPIO DE TURVO/SC. Contratado: ENGETOM CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA Objeto: Prorroga o prazo de vigência do contrato 07/2014 para mais 180 (cento e oitenta) dias, onde seu vencimento passa a ser dia 11 de fevereiro de 2016.

### CTR ADITIVO 31\_2015

3º termo aditivo ao contrato nº 20/2014 termo aditivo nº 31/2015 contratante: MUNICÍPIO DE TURVO/SC. Contratado: ABI CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA Objeto: Prorroga o prazo de vigência do contrato 20/2014 para mais 120 (cento e vinte) dias, onde seu vencimento passa a ser dia 24 de janeiro de 2016.

### CTR ADITIVO 32\_2015

4º termo aditivo ao contrato nº 74/2014 termo aditivo nº 32/2015 contratante: MUNICÍPIO DE TURVO/SC. Contratado: A.J.E TERRA-PLANAGEM LTDA Objeto: Prorroga o prazo de vigência do contrato 74/2014 para mais 90 (noventa) dias, onde seu vencimento passa a ser dia 23 de dezembro de 2015.

### CTR ADITIVO 33\_2015

1º termo aditivo ao contrato nº 31/2015 termo aditivo nº 33/2015 contratante: MUNICÍPIO DE TURVO/SC. Contratado: ENGETOM CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA Objeto: Prorroga o prazo de vigência do contrato 31/2015 para mais 180 (cento e oitenta) dias, onde seu vencimento passa a ser dia 18 de março de 2016.

### CTR ADITIVO 35\_2015

1º termo aditivo ao contrato nº 56/2015 termo aditivo nº 35/2015 contratante: MUNICÍPIO DE TURVO/SC. Contratado: SETEP CONSTRUÇÕES S.A Objeto: Prorroga o prazo de vigência do contrato 56/2015 para mais 90 (noventa) dias, onde seu vencimento passa a ser dia 08 de janeiro de 2016.

### CTR ADITIVO 36\_2015

1º termo aditivo ao contrato nº 19/2015 termo aditivo nº 36/2015 contratante: MUNICÍPIO DE TURVO/SC. Contratado: ABI CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA Objeto: Prorroga o prazo de vigência do contrato 19/2015 para mais 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, onde seu vencimento passa a ser dia 30 de outubro de 2016.

### NOTIFICAÇÃO DE REPASSE 19/2015

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE REPASSES

A Administração Municipal de Turvo, atendendo a determinação contida na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município de Turvo, que recebeu recursos federais conforme abaixo especificado:

· Contrato: 0389893-17/2012

Objeto: Pavimentação de vias de acesso a pontos turísticos e construção do Centro de Eventos

Origem dos Recursos: Ministério do Turismo

Valor da 7ª parcela: R\$ 157.345,50

Data do repasse da 7ª parcela: 26/11/2015

Turvo/SC, 01 de dezembro de 2015.

# União do Oeste

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO N. 03/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE UNIÃO DO OESTE
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 03/2016
Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 03/2016
Tipo : Menor Preço/Por item
Objeto: Contratação de serviços de transporte escolar no município de União do Oeste/SC.
Entrega dos Envelopes: 09:00 horas do dia 15 de Dezembro de 2015.
Abertura dos Envelopes: 09:15 horas do dia 15 de Dezembro de 2015.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Avenida São Luiz - 531, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:00 às 13:00 horas, ou pelo fone (049) 3348 1202, e-mail: administracao@uniaodoeste.sc.gov.br
União do Oeste - SC, 01 de dezembro de 2015.
EVERALDO LUIS CASONATTO
PREFEITO MUNICIPAL

### TERMO DE RESCISÃO CONTRATO ADM. 20/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

#### TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 20/2015

O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida São Luiz, n.º 531, inscrito no CNPJ sob n.º 78.505.591/0001-46, neste ato representado por seu Prefeito Municipal EVERALDO LUIS CASONATTO, de acordo com o constante com o item 11.1, alínea "d" da Clausula Onze do Contrato Administrativo n.º 20/2015 celebrado com a Empresa GONÇALINO TAVARES JUNIOR 06240084956, de acordo com a Lei 8.666/93 com suas posteriores alterações posteriores, e diante da crise financeira que o município se encontra, é que vem na melhor forma do direito, pelas clausulas abaixo descritas, RESCINDIR UNILATERALMENTE o Contrato Administrativo N.º 20/2015.

Cláusula Primeira. FICA RESCINDIDO UNILATERALMENTE o Contrato Administrativo N.º 20/2015, celebrado entre o Município de União do Oeste e a empresa GONÇALINO TAVARES JUNIOR 06240084956, a partir da data do presente termo, para que surtam seus efeitos legais.

Cláusula Segunda. Para as questões decorrentes desta Rescisão, fica eleito o Foro da Comarca de CORONEL FREITAS - SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 02 de dezembro de 2015.

EVERALDO LUIS CASONATTO  
PREFEITO MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

MAIARA APARECIDA ZUANAZZI FORTUNA  
OAB/SC: 30.976

Testemunhas:

01. \_\_\_\_\_  
Nome: Marília Miorelli  
CPF: 057.672.509-95

02. \_\_\_\_\_  
Nome: José Tessaro  
CPF: 460.292.909-59

# Urussanga

## PREFEITURA

**AVISO EDITAL PR 50/2015/PMU**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA  
AVISO DE EDITAL DE PREGÃO Nº 50/2015/PMU

Objeto: aquisição PARCELADA de peças e serviços para manutenção elétrica de veículos máquinas e equipamentos da frota municipal. Entrega dos envelopes: até as 08h30 dia 21/12/2015, na Prefeitura Municipal de Urussanga/SC, sito à Praça da Bandeira, 12 – Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: Às 08h30 dia 21/12/2015, no mesmo local da entrega dos envelopes. Edital: o edital estará à disposição dos interessados das 07h às 13h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou poderá ser solicitado através do e-mail [rosane@urussanga.sc.gov.br](mailto:rosane@urussanga.sc.gov.br) ou retirado no site oficial desta municipalidade, no Portal da Transparência.

Rosane Zatta-Pregoeira

**AVISO ERRATA TP 09/2015/PMU**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA  
Comissão Permanente de Licitação e Julgamento - CPLJ

**ERRATA**

Aviso publicado no dia 30/11/2015, página 1237, onde se lê:

AVISO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 09/2015/PMU

Leia-se:

AVISO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2015/FMAS

**AVISO PR 15/2015/FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE URUSSANGA  
Comissão Permanente de Licitação Julgamento - CPLJ

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO N.º 15/2015/FMS

Objeto: fornecimento de medicamentos especiais, para atendimento das ações judiciais e do serviço de Assistência Social da Secretaria Municipal de Saúde, constantes no Guia da Farmácia. Recebimento dos envelopes: até as 11h30 do dia 17/12/2015, na Prefeitura Municipal de Urussanga/SC, sito à Praça da Bandeira, 12 – Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: às 11h30 do dia 17/12/2015, no mesmo local. Edital: o edital estará a disposição dos interessados das 07h às 13h, de segunda-feira à sexta-feira, somente em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º12 ou poderá ser solicitado através do e-mail [rosane@urussanga.sc.gov.br](mailto:rosane@urussanga.sc.gov.br) ou no site oficial desta municipalidade.

ROSANE ZATTA

Pregoeira

**AVISO PR 16/2015/FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Comissão Permanente de Licitação Julgamento - CPLJ

**AVISO DE EDITAL DE PREGÃO N.º 16/2015/FMS**

Objeto: fornecimento parcelado de oxigênio medicinal. Recebimento dos envelopes: até as 08h30 do dia 18/12/2015, na Prefeitura Municipal de Urussanga/SC, sito à Praça da Bandeira, 12 – Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: às 08h30 do dia 18/12/2015, no mesmo local. Edital: o edital estará à disposição dos interessados das 07h às 13h, de segunda-feira à sexta-feira, somente em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º12 ou poderá ser solicitado através do e-mail [rosane@urussanga.sc.gov.br](mailto:rosane@urussanga.sc.gov.br) ou no site oficial desta municipalidade.

ROSANE ZATTA

Pregoeira

**AVISO PR 49/2015/PMU**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO N.º 49/2015/PMU

Objeto: aquisição PARCELADA de material elétrico. Recebimento dos envelopes: até as 10h dia 18/12/2015, na Prefeitura Municipal de Urussanga/SC, sito à Praça da Bandeira, 12 – Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: Às 10h dia 18/12/2015, no mesmo local da entrega dos envelopes. Edital: o edital estará à disposição dos interessados das 07h às 13h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou poderá ser solicitado através do e-mail [rosane@urussanga.sc.gov.br](mailto:rosane@urussanga.sc.gov.br) ou retirado no site oficial desta municipalidade, no Portal da Transparência.

Rosane Zatta-Pregoeira

**AVISO PR 51/2015/PMU**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO N.º 51/2015/PMU

Objeto: aquisição PARCELADA de material de limpeza. Entrega dos envelopes: até as 08h30 dia 22/12/2015, na Prefeitura Municipal de Urussanga/SC, sito à Praça da Bandeira, 12 – Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: Às 08h30 dia 22/12/2015, no mesmo local da entrega dos envelopes. Edital: o edital estará à disposição dos interessados das 07h às 13h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou poderá ser solicitado através do e-mail [rosane@urussanga.sc.gov.br](mailto:rosane@urussanga.sc.gov.br) ou retirado no site oficial desta municipalidade, no Portal da Transparência.

Rosane Zatta-Pregoeira

**AVISO PR 52/2015/PMU**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO N.º 52/2015/PMU

Objeto: aquisição PARCELADA de horas de máquina retroescavadeira 4x4. Entrega dos envelopes: até as 08h30 dia 21/12/2015, na Prefeitura Municipal de Urussanga/SC, sito à Praça da Bandeira, 12 – Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: Às 08h30 dia 21/12/2015, no mesmo local da entrega dos envelopes. Edital: o edital estará à disposição dos interessados das 07h às 13h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou poderá ser solicitado através do e-mail [rosane@urussanga.sc.gov.br](mailto:rosane@urussanga.sc.gov.br) ou retirado no site oficial desta municipalidade, no Portal da Transparência.

Rosane Zatta-Pregoeira

**AVISO PR 53/2015/PMU**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO Nº 53/2015/PMU

Objeto: aquisição PARCELADA de peças e serviços para manutenção mecânica de veículos rodoviários. Entrega dos envelopes: até as 10h30 dia 22/12/2015, na Prefeitura Municipal de Urussanga/SC, sito à Praça da Bandeira, 12 – Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: Às 10h30 dia 22/12/2015, no mesmo local da entrega dos envelopes. Edital: o edital estará à disposição dos interessados das 07h às 13h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brides, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou poderá ser solicitado através do e-mail [rosane@urussanga.sc.gov.br](mailto:rosane@urussanga.sc.gov.br) ou retirado no site oficial desta municipalidade, no Portal da Transparência.

Rosane Zatta-Pregoeira



# Vargeão

## PREFEITURA

### EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS N. 2013/2014/2015

#### EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: CERTA SISTEMAS INFORMATIZADOS LTDA

OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 010/2015 por mais um período, até 31/12/2016.

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 010/2015.

Vargeão SC, 30 de novembro de 2015.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: CRI – COLETA E INDUSTRIALIZAÇÃO DE LIXO LTDA

OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 011/2015 por mais um período, até 31/12/2016.

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 011/2015.

Vargeão SC, 30 de novembro de 2015.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS CRUZ E BAHU LTDA

OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 090/2015 por mais um período, até 31/12/2016.

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 090/2015.

Vargeão SC, 30 de novembro de 2015.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LAÍS LTDA - ME

OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 090/2015 por mais um período, até 31/12/2016.

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 088/2015.

Vargeão SC, 30 de novembro de 2015.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: P4 TELECOM LTDA - ME

OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 072/2015 por mais um período, até 31/12/2016.

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 072/2015.

Vargeão SC, 30 de novembro de 2015.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: REANA CORRETORA DE SEGUROS LTDA

OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 007/2015 por mais um período, até 31/12/2016.

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 007/2015.

Vargeão SC, 30 de novembro de 2015.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

SEGUNDO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: CASTILHO – COM. DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS LTDA - ME

OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 127/2014 por mais um período, até 31/12/2016.

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 127/2014.

Vargeão SC, 30 de novembro de 2015.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

SEGUNDO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: TORNEARIA ZENATTI E DE SÁ LTDA - ME

OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 067/2014 por mais um período, até 31/12/2016.

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 067/2014.

Vargeão SC, 30 de novembro de 2015.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

SEGUNDO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: UPEMAQ MAQUINAS E SERVIÇOS LTDA

OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 070/2014 por mais um período, até 31/12/2016.

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 070/2014.

Vargeão SC, 30 de novembro de 2015.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA



MUNICÍPIO DE VARGEÃO  
SEGUNDO TERMO ADITIVO  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC  
CONTRATADA: TORNEARIA FAXINAL LTDA ME  
OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 066/2014 por mais um período, até 31/12/2016.  
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 066/2014.  
Vargão SC, 30 de novembro de 2015.  
Amarildo Paglia  
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VARGEÃO  
SEGUNDO TERMO ADITIVO  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC  
CONTRATADA: TRANSCOLAR CADU LTDA - ME  
OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 068/2014 por mais um período, até 31/12/2016.  
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 068/2014.  
Vargão SC, 30 de novembro de 2015.  
Amarildo Paglia  
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VARGEÃO  
SEGUNDO TERMO ADITIVO  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC  
CONTRATADA: VALERIA FURINI - ME  
OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 069/2014 por mais um período, até 31/12/2016.  
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 069/2014.  
Vargão SC, 30 de novembro de 2015.  
Amarildo Paglia  
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VARGEÃO  
TERCEIRO TERMO ADITIVO  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC  
CONTRATADA: MÁRIO WAEISS ME  
OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 065/2014 por mais um período, até 31/12/2016.  
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 065/2014.  
Vargão SC, 30 de novembro de 2015.  
Amarildo Paglia  
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VARGEÃO  
TERCEIRO TERMO ADITIVO  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC  
CONTRATADA: ASCENCE CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA  
OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 006/2014 por mais um período, até 31/12/2016.  
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 006/2014.  
Vargão SC, 30 de novembro de 2015.  
Amarildo Paglia  
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VARGEÃO  
TERCEIRO TERMO ADITIVO  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC  
CONTRATADA: ATENEIA A. L. DE ALMEIDA SCHETTINI RIBEIRO

- ME  
OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 086/2014 por mais um período, até 31/12/2016.  
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 086/2014.  
Vargão SC, 30 de novembro de 2015.  
Amarildo Paglia  
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VARGEÃO  
SEGUNDO TERMO ADITIVO  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC  
CONTRATADA: FAXINAL RADIODIFUSÃO LTDA  
OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 083/2014 por mais um período, até 31/12/2016.  
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 083/2014.  
Vargão SC, 30 de novembro de 2015.  
Amarildo Paglia  
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VARGEÃO  
SEGUNDO TERMO ADITIVO  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC  
CONTRATADA: FOLHA REGIONAL COMÉRCIO DE JORNAIS LTDA - ME  
OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 085/2014 por mais um período, até 31/12/2016.  
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 085/2014.  
Vargão SC, 30 de novembro de 2015.  
Amarildo Paglia  
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VARGEÃO  
SEGUNDO TERMO ADITIVO  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC  
CONTRATADA: RÁDIO BEBEDOURO FM LTDA - ME  
OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 084/2014 por mais um período, até 31/12/2016.  
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 084/2014.  
Vargão SC, 30 de novembro de 2015.  
Amarildo Paglia  
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VARGEÃO  
QUINTO TERMO ADITIVO  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC  
CONTRATADA: EDITORA POSITIVO LTDA  
OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 002/2013 por mais um período, até 31/12/2016.  
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 002/2013.  
Vargão SC, 30 de novembro de 2015.  
Amarildo Paglia  
Prefeito Municipal

# Vargem Bonita

## PREFEITURA

### DECRETO N.077/2015

DECRETO Nº077/2015, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015.

“ALTERA MEMBRO DO COMITÊ DE COORDENAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita (SC), no uso da atribuição que lhe confere o artigo 103, inciso VIII da Lei Orgânica do Município.

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica alterado o seguinte membro designado para compor o Comitê de Coordenação para Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico do município de Vargem Bonita – SC, nomeado através do Decreto nº 038/2015, de 26 de maio de 2015:

Representante da Indústria e Comércio:

Membro dispensado: Cristian Marquezi

Membro Nomeado: Ricardo Peruzzo Bernasconi

Artigo 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, 1º de dezembro de 2015.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI

Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Site Oficial dos Municípios – DOM em 02/12/2015, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

SUELEN FAVRETTO

Secretária de Administração e Finanças

### LEI N.1064/2015

LEI Nº 1.064/2014, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015.

“INSTITUI PREMIAÇÃO PARA DECORAÇÃO NATALINA”

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município, torna público que o Poder Legislativo aprovou e o Executivo sanciona a seguinte lei:

Artigo 1º. Fica instituída no âmbito deste Município a Campanha de Decoração Natalina “VARGEM BONITA ILUMINADA”.

Artigo 2º. O concurso ora instituído consiste no incentivo a decoração natalina, valorizando, através de premiação, o embelezamento dos pontos comerciais (frente e vitrines) e das residências da cidade, tornando o Município de Vargem Bonita mais atrativo e tem como principais objetivos, entre outros:

- a) Resgatar o espírito natalino, mantendo o espírito de celebração da vida e reafirmação de valores universais, como fraternidade, justiça e solidariedade;
- b) Estimular o envolvimento, a participação e a criatividade da comunidade, famílias, entidades e empresas, decoradores, artistas plásticos, artesãos, associações diversas;
- c) Tornar nossa cidade mais bela para as festividades natalinas;
- d) Impulsionar as vendas do comércio e serviços;
- e) Promover a imagem do município de Vargem Bonita.

Artigo 3º. O Concurso criado através desta Lei será deflagrado em duas Categorias: I – RESIDÊNCIAS; II - COMÉRCIO E SERVIÇOS.

Artigo 4º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a pagar Premiações, na forma de dinheiro, no valor total de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) aos 03 (três) melhores colocados da Categoria Residências e aos 03 (dois) melhores colocados na Categoria Comércio e Serviços, assim distribuído:

I - Categoria Residência:

- 1º Lugar – R\$ 500,00 (quinhentos reais);
- 2º Lugar – R\$ 300,00 (trezentos reais);
- 3º Lugar – R\$ 200,00 (duzentos reais).

II - Categoria Comércio e Serviços:

- 1º Lugar – R\$ 500,00 (quinhentos reais);
- 2º Lugar – R\$ 300,00 (trezentos reais);
- 3º Lugar – R\$ 200,00 (duzentos reais).

Artigo 5º. O Poder Executivo Municipal regulamentará, através de Regulamento do Concurso de Decoração Natalina:

- a) Prazo de Inscrições dos concorrentes;
- b) Critérios de avaliação para cada Categoria;
- c) Composição da Comissão Julgadora;
- d) Data de Início, data do Julgamento e data para retirada da Decoração;
- e) Data da entrega da Premiação;

Artigo 6º. É vedado a participação no Concurso de residências, comércios e/ou serviços pertencentes a Agentes Políticos do Município (Prefeita, Vice Prefeito, Vereadores e Secretários Municipais).

Artigo 7º. As despesas decorrentes desta Lei correrão a conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Artigo 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Vargem Bonita, 1º de dezembro de 2015.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI

Prefeita Municipal

Registrado e publicado a presente Lei no Site Oficial dos Municípios – DOM em 02/12/2015, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

SUÉLEN FAVRETTO

Secretária de Administração e Finanças

### LEI N.1065/2015

LEI Nº 1.065/2015, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015.

“AUTORIZA CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL PARA A ASSOCIAÇÃO SÃO ROQUE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita, no uso das atribuições legais que lhe confere, faz saber a todos os habitantes do município, que o Legislativo Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a conceder subvenção social no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) para a Associação São Roque, pessoa jurídica de direito privado,

inscrita no CNPJ nº 08.955.533/0001-39, com sede na Linha Marcolino, Interior de Vargem Bonita – Santa Catarina, em uma única parcela para aquisição de bomba do poço artesiano.

§ 1º. A entidade beneficiária deverá depositar o valor da subvenção em conta bancária específica, e prestar contas em até 60 (sessenta) dias após o recebimento.

Artigo. 2º - Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial à seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 07.00 – SECRETARIA DE AGRICULTURA  
UNIDADE 07.01- SECRETARIA DE AGRICULTURA  
PROJETO ATIVIDADE 2.029 – Manutenção das Atividades de Apoio a Agropecuária  
Modalidade: 335000.00.00.000.0 – Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos ..... R\$ 6.000,00  
Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta da redução da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 07.00 – SECRETARIA DE AGRICULTURA  
UNIDADE 07.01- SECRETARIA DE AGRICULTURA  
PROJETO ATIVIDADE 2.029 – Manutenção das Atividades de Apoio a Agropecuária  
Modalidade: 31900.00.00.000.0 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 6.000,00

Art. 3º - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, 1º de dezembro de 2015.  
Melânia Aparecida Roman Meneghini  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado a presente Lei no Site Oficial dos Municípios – DOM em 02/12/2015, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

Suélen Favretto  
Secretária de Administração e Finanças

# Videira

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 12.525/15

DECRETO N.º 12.525/15, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2015.

Aprova Desmembramento de Áreas que especifica e, dá outras providências.

WILMAR CARELLI, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XXIV da Lei Orgânica do Município e de conformidade com as disposições legais vigentes,

Considerando o que consta dos Processos Administrativos nº 699/2014 e 15528/2015, tendo por objeto pedido de desmembramento de áreas, formulado por Vina Antunes Tosatti e outros;

Considerando que o pedido do requerente, segundo informa o referido processo administrativo, preenche as exigências legais,

#### DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de 01 (uma) área, sendo a área com 450,00 m2 (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), de propriedade de VINA ANTUNES TOSATTI e outros, constante da matrícula nº 0636 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira e remanescente na referida matrícula a área de 4.297,50 (quatro mil, duzentos e noventa e sete metros e cinquenta decímetros quadrados), conforme mapa e memorial descritivo constante do Processo Administrativo nº 699/2014.

Art. 2º A presente aprovação tem a validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do respectivo ato, sob pena de caducidade, ao teor do art. 18, caput, da Lei 6.766/79.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 16 de novembro de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 16 dias do mês de novembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS  
Secretária de Administração

### DECRETO Nº 12.576/15

DECRETO Nº 12.576/15 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.185/14, de 10 de dezembro de 2014.

#### DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente da Fundação Municipal de Esportes de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

18 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - FMEV	
01 – Fundação Municipal de Esportes	
2.076 – Manutenção da Fundação Municipal de Esportes	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0378.0 – Aplicações Diretas	R\$ 15.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	
	R\$ 15.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro de 2.014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 27 de novembro de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de novembro de 2015

LUCIANE MARIA DOS SANTOS  
Secretária de Administração

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 188/2015 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 188/2015 – PMV

REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 188/2015 - PMV. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELA-DOS, DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (MERENDA ESCOLAR) PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 12h30min do dia 17/12/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 12h30min. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br). 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 01 de dezembro 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

### RESULTADO DO JULGAMENTO DA TP Nº 24/2015-PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

RESULTADO DO JULGAMENTO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 24/2015 - PMV

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA REALIZAR A CONSTRUÇÃO

DE PONTES NO DISTRITO DE ANTA GORDA (PONTE 01 E PONTE 02), INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETOS, ESPECIFICAÇÕES E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, restando vencedora a empresa Mateus Spricigo EPP no item 1 com o valor de R\$ 85.386,46 (oitenta e cinco mil trezentos e oitenta e seis reais e quarenta e seis centavos) e no item 2 com o valor de R\$ 80.550,18 (oitenta mil quinhentos e cinquenta reais e dezoito centavos). Os representantes legais das empresas participantes declararam a desistência do prazo recursal. Videira, 01 de Dezembro de 2015.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

#### **TERMO ADITIVO Nº 130/2015**

Termo Aditivo nº 130/2015

Contrato/Ata nº: CT nº 243/2014

Processo: PR nº 130/2014-PMV

Contratado: GRÊMIO FLORESTA.

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato por mais 12 (doze) meses, com efeitos a partir de 04/12/2015 até o dia 03/12/2016, e reajustar os valores constantes da Cláusula 2ª, por meio do IPC-A (IBGE) acumulado nos últimos 12 (doze) meses (nov/2014 a out/2015), no percentual de 9,9293200%.

Valor: R\$ 10.992,24.

Data: 1º/12/2015.

#### **TERMO ADITIVO Nº 130/2015**

Termo Aditivo nº 133/2015

Contrato/Ata nº: CT nº 14/2015

Processo: CC nº 03/2014- PMV

Contratado: AGÊNCIA DE PUBLICIDADE TIG LTDA

Objeto: Aditar o Contrato de Prestação de Serviços nº 14/2015, com o fim de INCLUIR ao item 6.1 da Cláusula 6ª, a importância de R\$ 45.000,00 (oitenta e cinco mil reais) para cumprimento das despesas.

Valor: R\$ 45.000,00.

Data: 01/12/2015.

#### **TERMO ADITIVO Nº 131/2015**

Termo Aditivo nº 131/2015

Contrato/Ata nº: CT nº 22/2015

Processo: IL nº 03/2015

Contratado: REUNIDAS TURISMO S.A.

Objeto: Revisão no valor das passagens intermunicipais - Videira a Caçador (diurno), Caçador a Videira (diurno), Videira a Chapecó (diurno), Chapecó a Videira (diurno), Videira a Curitiba (diurno), Curitiba a Videira (diurno), Videira a Joaçaba (diurno), Joaçaba a Videira (diurno), Videira a Joinville (diurno), Joinville a Videira (diurno) e Videira a São Miguel do Oeste (diurno), conforme Resolução nº 08/2015 do DETER, que entrou em vigor a partir de 30/08/2015.

Valor: R\$ 384,21.

Data: 1º/12/2015.

#### **TERMO ADITIVO Nº 132/2015**

Termo Aditivo nº 132/2015

Contrato/Ata nº: CT nº 244/2014

Processo: PR nº 155/2014-PMV

Contratado: COLOR-BLACK RECICLAGEM DE CARTUCHO DE TINTA E TONER LTDA. - ME.

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato por mais 12 (doze) meses, com efeitos a partir de 10/12/2015 até o dia 09/12/2016, e reajustar os valores constantes da Cláusula 2ª, por meio do IPC-A (IBGE) acumulado nos últimos 12 (doze) meses (nov/2014 a out/2015), no percentual de 9,9293200%.

Valor: R\$ 6.595,80.

Data: 1º/12/2015.

#### **TERMO ADITIVO Nº 134/2015**

Termo Aditivo nº 134/2015

Contrato/Ata nº: CT nº 134/2015

Processo: PR nº 82/2015- PMV

Contratado: COMBUSTÍVEIS SCARIOT III LTDA.

Objeto: Recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do preço do litro do óleo Diesel comum, tendo em vista o aumento anunciado pela Petrobrás, passando para R\$ 2,83 o litro.

Data: 01/12/2015.



# Xanxerê

## PREFEITURA

### EXTRATO 9º ADITIVO AO CONTRATO Nº 0041/2014

Extrato 9º Aditivo ao Contrato nº 0041/2014

Contratante: O Município de Xanxerê.

Contratado: Terramax Construções e Obras LTDA.

Objeto: Serviços de Recapeamento e qualificação em vias urbanas do Município.

Fica aditado o valor de R\$ 48.397,77 conforme solicitação da contratada, orçamento reprogramado, ofício do setor de engenharia e parecer jurídico anexos ao termo aditivo.

Fica suprimido do 7º aditivo do contrato original o valor de R\$ 10.268,77 conforme Parecer Técnico do Setor de Engenharia da Prefeitura Municipal, de acordo com orçamento reprogramado do setor de Engenharia, Parecer Jurídico e requerimento da contrata. Xanxerê-SC, 27 de novembro de 2015. Ademir J. Gasparini – Prefeito Municipal.

### PORTARIA Nº 267/2015

PORTARIA Nº RH-AJG 267/2015

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VIRAM e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 12 (doze) dias a partir de 30.11.2015 a 11.12.2015 a Servidora Pública Municipal, a Sra. ROSEMARY PISETTA BONA, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portador (a) da CI nº 17/R-2.429.566, CPF nº 701.670.959-00 nomeada conforme Decreto nº JB 265/94 no cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, com quarenta (40) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o nº 04413/2015 datado de 30.11.2015.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de: 08.06.2012 a 07.06.2015: 12 (doze) dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data, passando a vigorar a Licença Prêmio a partir desta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 30 de Novembro de 2015.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 268/2015

PORTARIA Nº RH-AJG 268/2015

EXONERAR A PEDIDO SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSE GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê - Santa Catarina,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Art. 69 inciso VI e Lei nº HW 1.775/91 Artigo 34.

RESOLVE

EXONERAR, a pedido a partir de 01.12.2015, o (a) Servidor (a) Público (a) Municipal, o (a) Sr.(a) JULIANA FERNANDES VIEIRA, brasileiro (a), separada (a), residente e domiciliado (a) nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portador (a) da CI nº 6.849.982, CPF nº 108.015.397-73, CRM/SC 14770, nomeado(a) conforme Decreto nº AJG 091/2015, no cargo de MÉDICA DO TRABALHO, com carga horária de vinte (20) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o nº 04421/2015 datado de 01.12.2015.

Para fazer frente às despesas decorrentes desta exoneração, serão utilizados recursos orçamentários próprios da Secretaria Municipal de Saúde.

Esta portaria entra em vigor nesta data, passando a vigorar a exoneração a partir de 01.12.2015. Revogam-se as disposições em contrário, principalmente o Decreto nº AJG 091/2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 01 de Dezembro de 2015.

ADEMIR JOSE GASPARINI

Prefeito Municipal.

### PORTARIA Nº 269/2015

PORTARIA Nº RH-AJG 269/2015

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.776/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3109/09.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 10 (dez) dias a partir de 01.12.2015 a 10.12.2015, a Servidora Pública Municipal Sra. CLARICE FERNANDES NUNES, Nacionalidade Brasileira, casada, portadora da CI Nº 4.384.242 e CPF Nº 008.331.999-94, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – SC. Nomeada conforme Decreto nº AM 040/08 no cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO CRECHE, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o nº 04433/2015. Datado de 01.12.2015.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de: 15.02.2008 a 22.05.2009: 08 (oito) dias;

22.05.2009 a 21.05.2012: 02 (dois) dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.  
Em 01 de Dezembro de 2015.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 270/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AJG 2702015

DESIGNAR O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA EXERCER A FUNÇÃO DE MÉDICO DO TRABALHO JUNTO AO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ.

ADEMIR JOSE GASPARINI  
Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,  
No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VIII, Lei nº AM 2.612/01 e Decreto nº AM 234/02.

RESOLVE:

DESIGNAR, a partir de 01.12.2015 o Servidor Público Municipal o Sr. CARLOS ALBERTO OLIVEIRA VELASCO, brasileiro (a), residente e domiciliada no Município de Xanxerê – SC, (a), portador do CPF nº 464.906.800-25 e CI nº 1032951533, nomeada conforme Decreto nº BLB 225/10, com dez (10) horas semanais, para exercer as funções de MÉDICO DO TRABALHO, atuando nas atividades relacionadas a Medicina do Trabalho junto ao Departamento de Recursos Humanos no Centro Administrativo, atendendo a todos os servidores municipais.

Esta Portaria entra em vigor nesta data, passando a vigorar a designação a partir desta data. Revogam-se disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.  
Em 01 de Dezembro de 2015.

ADEMIR JOSE GASPARINI  
Prefeito Municipal

# Xavantina

## PREFEITURA

### TERMO DE COMPROMISSO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP 36-2015 PMXV

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 67/2015 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 36/2015 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Mauro Junes Poletto, e a empresa JOSE FRANCISCO NARDINO ME, inscrita no CNPJ nº 00.194.389/0001-53, nesta Ata representada pelo sua Procuradora, Sra. DAMALIA CHAVES CORDEIRO, portadora do CPF nº 029.552.849-47, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 36/2015 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

#### Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para a possível contratação de empresa objetivando a prestação de serviços mecânicos em geral para consertar caminhões e ônibus da frota do Município de Xavantina.

ITEM	QTDE	UNID.	PREÇO UNITÁRIO EM R\$	ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS
1	400,00	HORAS	55,00	SERVIÇO DE MECÂNICA EM GERAL PARA CONSERTAR CAMINHÕES E ÔNIBUS PERTENCENTE À FROTA MUNICÍPIO DE XAVANTINA, SENDO QUE OS SERVIÇOS DEVEM SER PRESTADOS EM TODO O TERRITÓRIO MUNICIPAL.

#### Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

#### Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 36/2015 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 01 de dezembro de 2015.

JOSE FRANCISCO NARDINO ME Damalia Chaves Cordeiro	MAURO JUNES POLETO, Prefeito Municipal.
--	--



# Xaxim

## PREFEITURA

### DECRETO 312

DECRETO Nº. 312/2015

"Dispõe Sobre a Suplementação de Dotações Orçamentárias no Orçamento Vigente e da outras providencias".

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal em Exercício de Xaxim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Artigo 5º da Lei Municipal nº. 4025/2014 de 13 de novembro de 2014. DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 1.187.784,04(hum milhão cento e oitenta e sete mil setecentos e oitenta e quatro reais e quatro centavos), destinado a reforçar as seguintes Dotações Orçamentárias do Orçamento Vigente:

Código	Unidade	Projeto atividade
06.01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	1.005 – Ampliação da Rede Física do Ensino Fundamental
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.36	55.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
06.01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	1.005 – Ampliação da Rede Física do Ensino Fundamental
Modalidade	Fonte	Valor R\$
4.4.90.00.00	01.32	184.999,00

Código	Unidade	Projeto atividade
07.01	SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA	1.009 – Obras de Infraestrutura Urbana
Modalidade	Fonte	Valor R\$
4.4.90.00.00	01.34	947.785,04

Art. 2º - O Crédito aberto por este decreto ocorrerá por conta do provável excesso de arrecadação na fonte 01.32 cfe. Proposta de convênio FNDE PAC2-4808/2013, e na fonte 01.34 cfe. Contrato de repasse nº 1.005.419-90/2013 e convênio nº 785267, Contrato de repasse nº 1.009.936-05/2013 e convênio nº 792879, Contrato de repasse nº 1.009.018-30/2013 e Convênio nº 781245 e Contrato de repasse nº 1.007.696-88/2013 e convênio nº 789279 e, na fonte 01.36.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - São revogadas as disposições em contrário.

Xaxim (SC), em 23 de setembro de 2015.

IDACIR ANTONIO ORSO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

LUIS ANTONIO CIPRIANI

Subprocurador Geral do Município

### DECRETO 324

DECRETO Nº. 324/2015

"Dispõe Sobre a Suplementação de Dotações Orçamentárias no Orçamento Vigente e da outras providencias".

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal em Exercício de Xaxim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Artigo 5º da Lei Municipal nº. 4025/2014 de 13 de novembro de 2014. DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 297.766,52 (duzentos e noventa e sete mil setecentos e sessenta e seis reais e cinquenta e dois centavos), destinado a reforçar as seguintes Dotações Orçamentárias do Orçamento Vigente:

Código	Unidade	Projeto atividade
16.01	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE	2.046 – Manutenção do Bloco Vigilância em Saúde Epidemiológica
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	03.38-000016	100.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
16.01	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE	2.046 – Manutenção do Bloco Vigilância em Saúde Sanitária
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	03.38-000015	35.000,00
3.3.90.00.00	03.00	82.766,52

Código	Unidade	Projeto atividade
16.01	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE	2.046 – Manutenção do Bloco Piso de Atenção Básica Variável
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	03.38-000021	30.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
04.02	FUNDO MUNICIPAL DE MELHORIA DA POLICIA MILITAR	2.039 – Manutenção do Fundo de Melhoramento da Policia Militar
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	03.00	50.000,00

Art. 2º - O Crédito aberto por este Decreto correrá por conta do SUPERAVIT Financeiro na fonte 03.38 Vigilância Epidemiológica, Programa Saúde na Escola e Vigilância Sanitária, CFE. EXTRATO EM ANEXO.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - São revogadas as disposições em contrário.

Xaxim (SC), em 21 de outubro de 2015.

IDACIR ANTONIO ORSO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

Luis Antonio Cipriani

Procurador Geral do Município

## DECRETO 335

DECRETO Nº 335/2015

“Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar no orçamento de 2015 e dá outras providências”.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal do Município de Xaxim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal nº. 4121/2015 de 27 DE OUTUBRO DE 2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 510.000,00 (quinhentos e dez mil reais), nas seguintes programações de despesas dentro do orçamento vigente:

Código	Unidade	Projeto atividade
13.01	ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	0.000 – Amortização da Dívida Municipal
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.2.90.00.00	01.00	150.000,00
4.6.90.00.00	01.00	360.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar serão utilizados recursos de anulação de despesa na seguinte programação:

Código	Unidade	Projeto atividade
07.01	SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA	1.009 – Obras de Infraestrutura Urbana
Modalidade	Fonte	Valor R\$
4.4.90.00.00	01.00	510.000,00

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 03 de novembro de 2015.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Luis Antonio Cipriani

Procurador Geral do Município

**DECRETO 336**

DECRETO Nº. 336/2015

"Dispõe Sobre a Suplementação de Dotações Orçamentárias no Orçamento Vigente e da outras providencias".

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal em Exercício de Xaxim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Artigo 5º da Lei Municipal nº. 4025/2014 de 13 de novembro de 2014. DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 255.858,00,(duzentos e cinquenta e cinco mil oitocentos e cinquenta e oito reais), destinado a reforçar as seguintes Dotações Orçamentárias do Orçamento Vigente:

Código	Unidade	Projeto atividade
13.01	ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	0.000 – Amortização da Divida Publica
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.00	120.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
04.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	2.022 – Manutenção das Atividades Administrativas
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.00	20.000,00
3.1.90.00.00	01.00	55.858,00

Código	Unidade	Projeto atividade
11.01	SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER	2.033 – Manutenção das Atividades Esportivas
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.00	60.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito suplementar serão utilizados recursos de anulações de despesas nas seguintes programações de despesas:

Código	Unidade	Projeto atividade
13.01	ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	0.000 – Amortização da Divida Publica
Modalidade	Fonte	Valor R\$
4.6.90.00.00	01.00	120.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
04.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	2.022 – Manutenção das Atividades Administrativas
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.50.00.00	01.00	75.858,00

Código	Unidade	Projeto atividade
11.01	SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER	2.033 – Manutenção das Atividades Esportivas
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.1.90.00.00	01.00	58.000,00
3.3.50.00.00	01.00	2.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - São revogadas as disposições em contrário.

Xaxim (SC), em 03 de novembro de 2015.

IDACIR ANTONIO ORSO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

Luis Antonio Cipriani

Procurador Geral do Município

**Decreto 340**

DECRETO Nº 340, de 16 de novembro de 2015.

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO E CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 005/2015/SMEC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Idacir Antonio Orso, Prefeito Municipal de Xaxim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; e

Considerando a conclusão dos serviços previstos em cada uma das etapas do Processo Seletivo nº 005/2015/SMEC, destinado ao preenchimento de vagas para contratação de professores, em caráter temporário, para atuação na Educação Infantil, Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Anos Finais), Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial no Ensino Regular e Informática da rede pública municipal para o ano letivo de 2016 e para plantão nos Centros de Educação Infantil Municipais no período de férias escolares;

Considerando a formalidade regulamentar dos procedimentos adotados, garantindo a transparência através de ampla publicidade e garantido o direito de contraditório, através de recursos, em todas as fases da seleção;

Considerando o esaurimento do período destinado a recursos em face dos resultados e da classificação do certame seletivo e resolvidos todos, tempestiva e regularmente interpostos;

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o resultado e a classificação final do Processo Seletivo nº 005/2015/SMEC, promovido pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, destinado à contratação de professores em caráter temporário, para atuação na Educação Infantil, Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Anos Finais), Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial no Ensino Regular e Informática da rede pública municipal para o ano letivo de 2016 e para plantão nos Centros de Educação Infantil Municipais no período de férias escolares, conforme consta na listagem em anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Xaxim/SC, em 16 de novembro de 2015.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Gildomar Michelin

Secretário Municipal de Educação e Cultura

Registrado e publicado em data supra.

Luis Antonio Cipriani

Procurador Geral do Município

**Decreto 341**

DECRETO Nº. 341/2015.

Dispõe sobre aquisição de Estabilidade de Servidor Público em razão da nomeação decorrente de Concurso Público e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o Inciso IV do Art. 66 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 41 da Constituição Federal, combinado com a Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações, Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado ESTÁVEL o (a) servidor (a) público (a) municipal ELIANE MELANIA AGLIARDI, no cargo ASSISTENTE SOCIAL, portadora da matrícula 5789, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir 19 de novembro de 2015, em decorrência de investidura em cargo de provimento efetivo pelo período de 03 (três) anos e aprovação em Estágio Probatório, percebendo remuneração constante em quadro próprio.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 19 de novembro de 2015.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Luis Antonio Cipriani

Procurador Geral do município

**DECRETO 343**

DECRETO Nº. 343/2015

"Dispõe Sobre a Suplementação de Dotações Orçamentárias no Orçamento Vigente e da outras providencias".

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal em Exercício de Xaxim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Artigo 5º da Lei Municipal nº. 4025/2014 de 13 de novembro de 2014. DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 800.000,00,(oitocentos mil reais), destinado a reforçar as seguintes Dotações Orçamentárias do Orçamento Vigente:

Código	Unidade	Projeto atividade
06.01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	2.024 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.1.90.00.00	01.18	800.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
15.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	2.056 – Cofinanciamento Serviço Proteção Social Especial de Alta Complexidade
Modalidade	Fonte	Valor R\$
4.4.90.00.00	01.65.000042	2.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito suplementar serão utilizados recursos de anulações de despesas nas seguintes programações de despesas:

Código	Unidade	Projeto atividade
06.01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	2.024 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.1.90.00.00	01.19	800.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
15.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	2.056 – Cofinanciamento Serviço Proteção Social Especial de Alta Complexidade
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.65.000042	2.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - São revogadas as disposições em contrário.

Xaxim (SC), em 24 de novembro de 2015.

IDACIR ANTONIO ORSO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

Luis Antonio Cipriani

Procurador Geral do Município

**Decreto 344**

DECRETO Nº. 344/2015.

Exonera servidor municipal comissionado a pedido e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a partir de 01 de dezembro de 2015, a servidora municipal ELIZETE MARIA GABRIEL PALLAORO, ocupante do cargo comissionado de ASSESSOR DE GABINETE DO VICE PREFEITO, portadora da matrícula 6043, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no Gabinete do Vice Prefeito, desta Prefeitura Municipal de Xaxim – SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 01 de dezembro de 2015.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Leonardo Scherer de Oliveira

Diretor Geral de Administração e RH

**Decreto 345/2015**

DECRETO Nº. 345/2015.

Exonera servidor municipal por aposentadoria e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações e conforme o Benefício do INSS Nº. 160.707.629-0.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica exonerada, por aposentadoria, a partir de 01 de dezembro de 2015, a servidora municipal IDALINA FATIMA ATUATTI FELLINI, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE, portadora da matrícula 5178, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, desta Prefeitura Municipal de Xaxim – SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 01 de dezembro de 2015.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Leonardo Scherer de Oliveira

Diretor Geral de Administração e RH

**Decreto 346**

DECRETO 346/2015

Atualiza valores da remuneração da concessão de serviço de guincho, reboque, remoção, depósito e guarda de veículo e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município:

**DECRETA:**

Art. 1º. Em observância à redação do parágrafo único, do art. 4º da Lei 3.852 de 17 de maio de 2013, a atualização da tabela de remunerações cobrada pela concessionária totalizará os seguintes valores, com base nos índices do INPC, aplicado até 30 de setembro de 2015:

I – Guincho, Reboque e Remoção (valor por unidade):

a) Viaturas: serviço diurno, R\$ 47,13; serviço noturno, R\$ 58,91;

b) Motocicletas, automóveis e similares: serviço diurno, R\$ 94,26; serviço noturno, R\$ 117,83

c) Caminhões: serviço diurno, R\$ 141,39; serviço noturno, R\$ 176,74;

II – Serviços de Estadia e Guarda (valor por diária):

a) Motocicleta e similares, R\$ 11,79;

b) Veículos em geral, R\$ 17,67;

c) Caminhão, R\$ 29,46

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xaxim, 01 de dezembro de 2015.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Luís Antonio Cipriani

Procurador-Geral do Município

**LEI 4126**

LEI Nº 4126/2015, de 17 de novembro de 2015.

“APROVA PARCELAMENTO DO SOLO DENOMINADO LOTEAMENTO CATARINA I E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aprovado o LOTEAMENTO CATARINA I, localizado no município de Xaxim, com área total de 69.598,00m<sup>2</sup> (sessenta e nove mil quinhentos e noventa e oito metros quadrados), matrícula nº 11.711, no cartório de Registro de Imóveis de Xaxim, de propriedade de NATALINO GABRIEL, CPF sob o nº 052.575.579-91, ficando assim constituído:

**SITUAÇÃO DA DESCRIÇÃO DO LOTEAMENTO**

Quadra 777, com área de 2.800,00m<sup>2</sup>, composta por 09 lotes, que passo a descrever:

Lote 01 com área de 325,00m<sup>2</sup> da Quadra 777, localizado no lado par da Rua Florença, esquina com o lado par da Rua Roma, conforme descrição a seguir:

Norte – Com o lote 02 em 25,00m;



Sul – Com a Rua Roma em 25,00m;  
Leste – Com a Rua Florença em 13,00m;  
Oeste – Com Parte dos Lotes Coloniais nºs 01 e 38 de Natalino Gabriel (matrícula:12.713) em 13,00m;

Lote 02 com área de 300,00m<sup>2</sup> da Quadra 777, localizado no lado par da Rua Florença, distante 13,00m da esquina com o lado par da Rua Roma, conforme descrição a seguir:

Norte – Com o lote 03 em 25,00m;  
Sul – Com o lote 01 em 25,00m;  
Leste – Com a Rua Florença em 12,00m;  
Oeste – Com Parte dos Lotes Coloniais nºs 01 e 38 de Natalino Gabriel (matrícula:12.713) em 12,00m;

Lote 03 com área de 300,00m<sup>2</sup> da Quadra 777, localizado no lado par da Rua Florença, distante 25,00m da esquina com o lado par da Rua Roma, conforme descrição a seguir:

Norte – Com o lote 04 em 25,00m;  
Sul – Com o lote 02 em 25,00m;  
Leste – Com a Rua Florença em 12,00m;  
Oeste – Com Parte dos Lotes Coloniais nºs 01 e 38 de Natalino Gabriel (matrícula:12.713) em 12,00m;

Lote 04 com área de 325,00m<sup>2</sup> da Quadra 777, localizado no lado par da Rua Florença, distante 37,00m da esquina com o lado par da Rua Roma, conforme descrição a seguir:

Norte – Com o lote 05 em 25,00m;  
Sul – Com o lote 03 em 25,00m;  
Leste – Com a Rua Florença em 13,00m;  
Oeste – Com Parte dos Lotes Coloniais nºs 01 e 38 de Natalino Gabriel (matrícula:12.713) em 13,00m;

Lote 05 com área de 300,00m<sup>2</sup> da Quadra 777, localizado no lado par da Rua Florença, distante 50,00m da esquina com o lado par da Rua Roma, conforme descrição a seguir:

Norte – Com o lote 06 em 25,00m;  
Sul – Com o lote 04 em 25,00m;  
Leste – Com a Rua Florença em 12,00m;  
Oeste – Com Parte dos Lotes Coloniais nºs 01 e 38 de Natalino Gabriel (matrícula:12.713) em 12,00m;

Lote 06 com área de 312,50m<sup>2</sup> da Quadra 777, localizado no lado par da Rua Florença, distante 37,50m da esquina com o lado ímpar da Rua Nápoles, conforme descrição a seguir:

Norte – Com o lote 07 em 25,00m;  
Sul – Com o lote 05 em 25,00m;  
Leste – Com a Rua Florença em 12,50m;  
Oeste – Com Parte dos Lotes Coloniais nºs 01 e 38 de Natalino Gabriel (matrícula:12.713) em 12,50m;

Lote 07 com área de 312,50m<sup>2</sup> da Quadra 777, localizado no lado par da Rua Florença, distante 25,00m da esquina com o lado ímpar da Rua Nápoles, conforme descrição a seguir:

Norte – Com o lote 08 em 25,00m;  
Sul – Com o lote 06 em 25,00m;  
Leste – Com a Rua Florença em 12,50m;  
Oeste – Com Parte dos Lotes Coloniais nºs 01 e 38 de Natalino Gabriel (matrícula:12.713) em 12,50m;

Lote 08 com área de 312,50m<sup>2</sup> da Quadra 777, localizado no lado par da Rua Florença, distante 12,50m da esquina com o lado ímpar da Rua Nápoles, conforme descrição a seguir:

Norte – Com o lote 09 em 25,00m;  
Sul – Com o lote 07 em 25,00m;  
Leste – Com a Rua Florença em 12,50m;  
Oeste – Com Parte dos Lotes Coloniais nºs 01 e 38 de Natalino Gabriel (matrícula:12.713) em 12,50m;

Lote 09 com área de 312,50m<sup>2</sup> da Quadra 777, localizado no lado

par da Rua Florença esquina com o lado ímpar da Rua Nápoles, conforme descrição a seguir:

Norte – Com a Rua Nápoles em 25,00m;  
Sul – Com o lote 08 em 25,00m;  
Leste – Com a Rua Florença em 12,50m;  
Oeste – Com Parte dos Lotes Coloniais nºs 01 e 38 de Natalino Gabriel (matrícula:12.713) em 12,50m;

Quadra 778, com área de 2.927,73m<sup>2</sup>, composta por 09 lotes, que passo a descrever:

Lote 10 com área de 325,00m<sup>2</sup> da Quadra 778, localizado no lado par da Rua Florença esquina com o lado par da Rua Nápoles, conforme descrição a seguir:

Norte – Com o lote 11 em 25,00m;  
Sul – Com a Rua Nápoles em 25,00m;  
Leste – Com a Rua Florença em 13,00m;  
Oeste – Com Parte dos Lotes Coloniais nºs 01 e 38 de Natalino Gabriel (matrícula:12.713) em 13,00m;

Lote 11 com área de 325,00m<sup>2</sup> da Quadra 778, localizado no lado par da Rua Florença, distante 13,00m da esquina com o lado par da Rua Nápoles, conforme descrição a seguir:

Norte – Com o lote 12 em 25,00m;  
Sul – Com o lote 10 em 25,00m;  
Leste – Com a Rua Florença em 13,00m;  
Oeste – Com Parte dos Lotes Coloniais nºs 01 e 38 de Natalino Gabriel (matrícula:12.713) em 13,00m;

Lote 12 com área de 325,00m<sup>2</sup> da Quadra 778, localizado no lado par da Rua Florença, distante 26,00m da esquina com o lado par da Rua Nápoles, conforme descrição a seguir:

Norte – Com o lote 13 em 25,00m;  
Sul – Com o lote 11 em 25,00m;  
Leste – Com a Rua Florença em 13,00m;  
Oeste – Com Parte dos Lotes Coloniais nºs 01 e 38 de Natalino Gabriel (matrícula:12.713) em 13,00m;

Lote 13 com área de 325,00m<sup>2</sup> da Quadra 778, localizado no lado par da Rua Florença, distante 39,00m da esquina com o lado par da Rua Nápoles, conforme descrição a seguir:

Norte – Com o lote 14 em 25,00m;  
Sul – Com o lote 12 em 25,00m;  
Leste – Com a Rua Florença em 13,00m;  
Oeste – Com Parte dos Lotes Coloniais nºs 01 e 38 de Natalino Gabriel (matrícula:12.713) em 13,00m;

Lote 14 com área de 325,00m<sup>2</sup> da Quadra 778, localizado no lado par da Rua Florença, distante 52,00m da esquina com o lado par da Rua Nápoles, conforme descrição a seguir:

Norte – Com o lote 15 em 25,00m;  
Sul – Com o lote 13 em 25,00m;  
Leste – Com a Rua Florença em 13,00m;  
Oeste – Com Parte dos Lotes Coloniais nºs 01 e 38 de Natalino Gabriel (matrícula:12.713) em 13,00m;

Lote 15 com área de 317,50m<sup>2</sup> da Quadra 778, localizado no lado par da Rua Florença, distante 65,00m da esquina com o lado par da Rua Nápoles, conforme descrição a seguir:

Norte – Com o lote 16 em 25,00m;  
Sul – Com o lote 14 em 25,00m;  
Leste – Com a Rua Florença em 12,70m;  
Oeste – Com Parte dos Lotes Coloniais nºs 01 e 38 de Natalino Gabriel (matrícula:12.713) em 12,70m;

Lote 16 com área de 317,50m<sup>2</sup> da Quadra 778, localizado no lado par da Rua Florença, distante 77,70m da esquina com o lado par da Rua Nápoles, conforme descrição a seguir:

Norte – Com o lote 17 em 25,00m;

Sul – Com o lote 15 em 25,00m;  
Leste – Com a Rua Florença em 12,70m;  
Oeste – Com Parte dos Lotes Coloniais nºs 01 e 38 de Natalino Gabriel (matrícula:12.713) em 12,70m;

Lote 17 com área de 312,50m<sup>2</sup> da Quadra 778, localizado no lado par da Rua Florença, distante 90,40m da esquina com o lado par da Rua Nápoles, conforme descrição a seguir:

Norte – Com o lote 18 em 25,00m;  
Sul – Com o lote 16 em 25,00m;  
Leste – Com a Rua Florença em 12,50m;  
Oeste – Com Parte dos Lotes Coloniais nºs 01 e 38 de Natalino Gabriel (matrícula:12.713) em 12,50m;

Lote 18 com área de 355,23m<sup>2</sup> da Quadra 778, localizado no lado par da Rua Florença, distante 102,90m da esquina com o lado par da Rua Nápoles, conforme descrição a seguir:

Norte – Com Parte do lote colonial nº 38 de Marcos Antonio Gabriel (matrícula 12.712) em 25,00m;  
Sul – Com o lote 17 em 25,00m;  
Leste – Com a Rua Florença em curva com 18,54m;  
Oeste – Com Parte dos Lotes Coloniais nºs 01 e 38 de Natalino Gabriel (matrícula:12.713) em 16,00m;

Quadra 779, com área de 2.966,36m<sup>2</sup>, composta por 09 lotes, que passo a descrever:

Lote 19 com área de 406,36m<sup>2</sup> da Quadra 779, localizado no lado ímpar da Rua Florença, distante 90,40m da esquina com o lado par da Rua Nápoles, conforme descrição a seguir:

Norte – Com Parte dos lotes coloniais nºs 40 e 42 de Navilio Gabriel (matrícula 21.978) em 20,60m;  
Sul – Com o lote 20 em 25,00m;  
Leste – Com parte da Área Verde 01 em 16,62m;  
Oeste – Com a Rua Florença em 12,50m e em 6,03m;

Lote 20 com área de 317,50m<sup>2</sup> da Quadra 779, localizado no lado ímpar da Rua Florença, distante 77,70m da esquina com o lado par da Rua Nápoles, conforme descrição a seguir:

Norte – Com o lote 19 em 25,00m;  
Sul – Com o lote 21 em 25,00m;  
Leste – Com parte da Área Verde 01 em 12,70m;  
Oeste – Com a Rua Florença em 12,70m;

Lote 21 com área de 317,50m<sup>2</sup> da Quadra 779, localizado no lado ímpar da Rua Florença, distante 65,00m da esquina com o lado par da Rua Nápoles, conforme descrição a seguir:

Norte – Com o lote 20 em 25,00m;  
Sul – Com o lote 22 em 25,00m;  
Leste – Com parte da Área Verde 01 em 12,70m;  
Oeste – Com a Rua Florença em 12,70m;

Lote 22 com área de 325,00m<sup>2</sup> da Quadra 779, localizado no lado ímpar da Rua Florença, distante 52,00m da esquina com o lado par da Rua Nápoles, conforme descrição a seguir:

Norte – Com o lote 21 em 25,00m;  
Sul – Com o lote 23 em 25,00m;  
Leste – Com parte da Área Verde 01 em 13,00m;  
Oeste – Com a Rua Florença em 13,00m;

Lote 23 com área de 325,00m<sup>2</sup> da Quadra 779, localizado no lado ímpar da Rua Florença, distante 39,00m da esquina com o lado par da Rua Nápoles, conforme descrição a seguir:

Norte – Com o lote 22 em 25,00m;  
Sul – Com o lote 24 em 25,00m;  
Leste – Com parte da Área Verde 01 em 13,00m;  
Oeste – Com a Rua Florença em 13,00m;

Lote 24 com área de 350,00m<sup>2</sup> da Quadra 779, localizado no lado

ímpar da Rua Florença, distante 25,00m da esquina com o lado par da Rua Nápoles, conforme descrição a seguir:

Norte – Com o lote 23 em 25,00m;  
Sul – Com o lote 25 em 13,00m, e com o lote 26 em 12,00m;  
Leste – Com parte da Área Verde 01 em 14,00m;  
Oeste – Com a Rua Florença em 14,00m;

Lote 25 com área de 325,00m<sup>2</sup> da Quadra 779, localizado no lado par da Rua Nápoles esquina com o lado ímpar da Rua Florença, conforme descrição a seguir:

Norte – Com parte do lote 24 em 13,00m;  
Sul – Com a Rua Nápoles em 13,00m;  
Leste – Com o lote 26 em 25,00m;  
Oeste – Com a Rua Florença em 25,00m;

Lote 26 com área de 300,00m<sup>2</sup> da Quadra 779, localizado no lado par da Rua Nápoles, distante 13,00m da esquina com o lado ímpar da Rua Florença, conforme descrição a seguir:

Norte – Com parte do lote 24 em 12,00m;  
Sul – Com a Rua Nápoles em 12,00m;  
Leste – Com o lote 27 em 25,00m;  
Oeste – Com o lote 25 em 25,00m;

Lote 27 com área de 300,00m<sup>2</sup> da Quadra 779, localizado no lado par da Rua Nápoles, distante 25,00m da esquina com o lado ímpar da Rua Florença, conforme descrição a seguir:

Norte – Com parte da Área Verde 01 em 12,00m;  
Sul – Com a Rua Nápoles em 12,00m;  
Leste – Com parte da Área Verde 01 em 25,00m;  
Oeste – Com o lote 26 em 25,00m;

Quadra 780, com área de 2.493,09m<sup>2</sup>, composta por 8 lotes, que passo a descrever:

Lote 28 com área de 325,00m<sup>2</sup> da Quadra 780, localizado no lado ímpar da Rua Nápoles esquina com o lado ímpar da Rua Florença, conforme descrição a seguir:

Norte – Com a Rua Nápoles em 13,00m;  
Sul – Com o lote 32 em 13,00m;  
Leste – Com o lote 29 em 25,00m;  
Oeste – Com a Rua Florença em 25,00m;

Lote 29 com área de 300,00m<sup>2</sup> da Quadra 780, localizado no lado ímpar da Rua Nápoles, distante 13,00m da esquina com o lado ímpar da Rua Florença, conforme descrição a seguir:

Norte – Com a Rua Nápoles em 12,00m;  
Sul – Com o lote 33 em 12,00m;  
Leste – Com o lote 30 em 25,00m;  
Oeste – Com o lote 28 em 25,00m;

Lote 30 com área de 300,00m<sup>2</sup> da Quadra 780, localizado no lado ímpar da Rua Nápoles, distante 25,00m da esquina com o lado ímpar da Rua Florença, conforme descrição a seguir:

Norte – Com a Rua Nápoles em 12,00m;  
Sul – Com o lote 34 em 12,00m;  
Leste – Com o lote 31 em 25,00m;  
Oeste – Com o lote 29 em 25,00m;

Lote 31 com área de 300,59m<sup>2</sup> da Quadra 780, localizado no lado ímpar da Rua Nápoles, distante 37,00m da esquina com o lado ímpar da Rua Florença, conforme descrição a seguir:

Norte – Com a Rua Nápoles em curva com 15,34m;  
Sul – Com o lote 35 em 13,70m;  
Leste – Com parte da Área Institucional em 22,78m;  
Oeste – Com o lote 30 em 25,00m;

Lote 32 com área de 325,00m<sup>2</sup> da Quadra 780, localizado no lado par da Rua Verona esquina com o lado ímpar da Rua Florença, conforme descrição a seguir:



Norte – Com o lote 28 em 13,00m;  
Sul – Com a Rua Verona em 13,00m;  
Leste – Com o lote 33 em 25,00m;  
Oeste – Com a Rua Florença em 25,00m;

Lote 33 com área de 300,00m<sup>2</sup> da Quadra 780, localizado no lado par da Rua Verona, distante 13,00m da esquina com o lado ímpar da Rua Florença, conforme descrição a seguir:

Norte – Com o lote 29 em 12,00m;  
Sul – Com a Rua Verona em 12,00m;  
Leste – Com o lote 34 em 25,00m;  
Oeste – Com o lote 32 em 25,00m;

Lote 34 com área de 300,00m<sup>2</sup> da Quadra 780, localizado no lado par da Rua Verona, distante 25,00m da esquina com o lado ímpar da Rua Florença, conforme descrição a seguir:

Norte – Com o lote 30 em 12,00m;  
Sul – Com a Rua Verona em 12,00m;  
Leste – Com o lote 35 em 25,00m;  
Oeste – Com o lote 33 em 25,00m;

Lote 35 com área de 342,50m<sup>2</sup> da Quadra 780, localizado no lado par da Rua Verona, distante 37,00m da esquina com o lado ímpar da Rua Florença, conforme descrição a seguir:

Norte – Com o lote 31 em 13,70m;  
Sul – Com a Rua Verona em 13,70m;  
Leste – Com parte da Área Institucional em 25,00m;  
Oeste – Com o lote 34 em 25,00m;  
Quadra 781, com área de 3.708,09m<sup>2</sup>, composta por 12 lotes, que passo a descrever:

Lote 36 com área de 320,00m<sup>2</sup> da Quadra 781, localizado no lado ímpar da Rua Verona esquina com o lado ímpar da Rua Florença, conforme descrição a seguir:

Norte – Com a Rua Verona em 12,80m;  
Sul – Com o lote 42 em 12,80m;  
Leste – Com o lote 37 em 25,00m;  
Oeste – Com a Rua Florença em 25,00m;

Lote 37 com área de 312,50m<sup>2</sup> da Quadra 781, localizado no lado ímpar da Rua Verona, distante 12,80m da esquina com o lado ímpar da Rua Florença, conforme descrição a seguir:

Norte – Com a Rua Verona em 12,50m;  
Sul – Com o lote 43 em 12,50m;  
Leste – Com o lote 38 em 25,00m;  
Oeste – Com o lote 36 em 25,00m;

Lote 38 com área de 300,00m<sup>2</sup> da Quadra 781, localizado no lado ímpar da Rua Verona, distante 25,30m da esquina com o lado ímpar da Rua Florença, conforme descrição a seguir:

Norte – Com a Rua Verona em 12,00m;  
Sul – Com o lote 44 em 12,00m;  
Leste – Com o lote 39 em 25,00m;  
Oeste – Com o lote 37 em 25,00m;

Lote 39 com área de 300,00m<sup>2</sup> da Quadra 781, localizado no lado ímpar da Rua Verona, distante 37,30m da esquina com o lado ímpar da Rua Florença, conforme descrição a seguir:

Norte – Com a Rua Verona em 12,00m;  
Sul – Com o lote 45 em 12,00m;  
Leste – Com o lote 40 em 25,00m;  
Oeste – Com o lote 38 em 25,00m;

Lote 40 com área de 300,00m<sup>2</sup> da Quadra 781, localizado no lado ímpar da Rua Verona, distante 49,30m da esquina com o lado ímpar da Rua Florença, conforme descrição a seguir:

Norte – Com a Rua Verona em 12,00m;  
Sul – Com o lote 49 em 12,00m;  
Leste – Com o lote 41 em 25,00m;

Oeste – Com o lote 39 em 25,00m;

Lote 41 com área de 300,59m<sup>2</sup> da Quadra 781, localizado no lado ímpar da Rua Verona, distante 61,30m da esquina com o lado ímpar da Rua Florença, conforme descrição a seguir:

Norte – Com a Rua Verona em curva com 15,34m;  
Sul – Com o lote 47 em 13,70m;  
Leste – Com parte da Área Institucional em 22,78m;  
Oeste – Com o lote 40 em 25,00m;

Lote 42 com área de 320,00m<sup>2</sup> da Quadra 781, localizado no lado par da Rua Roma esquina com o lado ímpar da Rua Florença, conforme descrição a seguir:

Norte – Com o lote 36 em 12,80m;  
Sul – Com a Rua Roma em 12,80m;  
Leste – Com o lote 43 em 25,00m;  
Oeste – Com a Rua Florença em 25,00m;

Lote 43 com área de 312,50m<sup>2</sup> da Quadra 781, localizado no lado par da Rua Roma, distante 12,80m da esquina com o lado ímpar da Rua Florença, conforme descrição a seguir:

Norte – Com o lote 37 em 12,50m;  
Sul – Com a Rua Roma em 12,50m;  
Leste – Com o lote 44 em 25,00m;  
Oeste – Com o lote 42 em 25,00m;

Lote 44 com área de 300,00m<sup>2</sup> da Quadra 781, localizado no lado par da Rua Roma, distante 25,30m da esquina com o lado ímpar da Rua Florença, conforme descrição a seguir:

Norte – Com o lote 38 em 12,00m;  
Sul – Com a Rua Roma em 12,00m;  
Leste – Com o lote 45 em 25,00m;  
Oeste – Com o lote 43 em 25,00m;

Lote 45 com área de 300,00m<sup>2</sup> da Quadra 781, localizado no lado par da Rua Roma, distante 37,30m da esquina com o lado ímpar da Rua Florença, conforme descrição a seguir:

Norte – Com o lote 39 em 12,00m;  
Sul – Com a Rua Roma em 12,00m;  
Leste – Com o lote 46 em 25,00m;  
Oeste – Com o lote 44 em 25,00m;

Lote 46 com área de 300,00m<sup>2</sup> da Quadra 781, localizado no lado par da Rua Roma, distante 49,30m da esquina com o lado ímpar da Rua Florença, conforme descrição a seguir:

Norte – Com o lote 40 em 12,00m;  
Sul – Com a Rua Roma em 12,00m;  
Leste – Com o lote 47 em 25,00m;  
Oeste – Com o lote 45 em 25,00m;

Lote 47 com área de 342,50m<sup>2</sup> da Quadra 781, localizado no lado par da Rua Roma, distante 61,30m da esquina com o lado ímpar da Rua Florença, conforme descrição a seguir:

Norte – Com o lote 41 em 13,70m;  
Sul – Com a Rua Roma em 13,70m;  
Leste – Com parte da Área Institucional em 25,00m;  
Oeste – Com o lote 46 em 25,00m;

Quadra 782, com área de 8.044,19m<sup>2</sup>, composta por 25 lotes, que passo a descrever:

Lote 48 com área de 312,50m<sup>2</sup> da Quadra 782, localizado no lado par da Rua Roma, distante 62,81m da esquina com o lado par da Rua Veneza, conforme descrição a seguir:

Norte – Com parte da Área Institucional em 12,50m;  
Sul – Com a Rua Roma em 12,50m;  
Leste – Com o lote 49 em 25,00m;  
Oeste – Com parte da Área Institucional em 25,00m;

Lote 49 com área de 312,50m<sup>2</sup> da Quadra 782, localizado no lado par da Rua Roma, distante 50,31m da esquina com o lado par da Rua Veneza, conforme descrição a seguir:

Norte – Com parte da Área Institucional em 12,50m;  
Sul – Com a Rua Roma em 12,50m;  
Leste – Com o lote 50 em 25,00m;  
Oeste – Com o lote 48 em 25,00m;

Lote 50 com área de 300,00m<sup>2</sup> da Quadra 782, localizado no lado par da Rua Roma, distante 38,31m da esquina com o lado par da Rua Veneza, conforme descrição a seguir:

Norte – Com parte da Área Institucional em 12,00m;  
Sul – Com a Rua Roma em 12,00m;  
Leste – Com o lote 51 em 25,00m;  
Oeste – Com o lote 49 em 25,00m;

Lote 51 com área de 312,50m<sup>2</sup> da Quadra 782, localizado no lado par da Rua Roma, distante 25,81m da esquina com o lado par da Rua Veneza, conforme descrição a seguir:

Norte – Com parte da Área Institucional em 12,50m;  
Sul – Com a Rua Roma em 12,50m;  
Leste – Com o lote 52 em 25,00m;  
Oeste – Com o lote 50 em 25,00m;

Lote 52 com área de 312,50m<sup>2</sup> da Quadra 782, localizado no lado par da Rua Roma, distante 13,31m da esquina com o lado par da Rua Veneza, conforme descrição a seguir:

Norte – Com parte da Área Institucional em 12,50m;  
Sul – Com a Rua Roma em 12,50m;  
Leste – Com o lote 53 em 25,00m;  
Oeste – Com o lote 51 em 25,00m;

Lote 53 com área de 347,12m<sup>2</sup> da Quadra 782, localizado no lado par da Rua Roma esquina com o lado par da Rua Veneza, conforme descrição a seguir:

Norte – Com parte da Área Institucional em 3,66m;  
Sul – Com a Rua Roma em 13,31m;  
Nordeste – Com o lote 54 em 25,00m;  
Sudeste – Com a Rua Veneza em curva com 10,75m;  
Oeste – Com o lote 52 em 25,00m;

Lote 54 com área de 331,02m<sup>2</sup> da Quadra 782, localizado no lado par da Rua Veneza, distante 10,75m da esquina com o lado par da Rua Roma, conforme descrição a seguir:

Noroeste – Com parte da Área Institucional em curva com 11,83m;  
Sudeste – Com a Rua Veneza em curva com 14,65m;  
Nordeste – Com o lote 55 em 25,00m;  
Sudoeste – Com o lote 53 em 25,00m;

Lote 55 com área de 331,02m<sup>2</sup> da Quadra 782, localizado no lado par da Rua Veneza, distante 25,40m da esquina com o lado par da Rua Roma, conforme descrição a seguir:

Noroeste – Com parte do lote colonial 01-A ora remanescente em curva com 11,83m;  
Sudeste – Com a Rua Veneza em curva com 14,65m;  
Nordeste – Com o lote 56 em 25,00m;  
Sudoeste – Com o lote 54 em 25,00m;

Lote 56 com área de 331,02m<sup>2</sup> da Quadra 782, localizado no lado par da Rua Veneza, distante 40,05m da esquina com o lado par da Rua Roma, conforme descrição a seguir:

Noroeste – Com parte do lote colonial 01-A ora remanescente em curva com 11,83m;  
Sudeste – Com a Rua Veneza em curva com 14,65m;  
Nordeste – Com o lote 57 em 25,00m;  
Sudoeste – Com o lote 55 em 25,00m;

Lote 57 com área de 331,02m<sup>2</sup> da Quadra 782, localizado no lado par da Rua Veneza, distante 54,70m da esquina com o lado par da

Rua Roma, conforme descrição a seguir:

Noroeste – Com parte do lote colonial 01-A ora remanescente em curva com 11,83m;  
Sudeste – Com a Rua Veneza em curva com 14,65m;  
Nordeste – Com o lote 58 em 25,00m;  
Sudoeste – Com o lote 56 em 25,00m;

Lote 58 com área de 331,02m<sup>2</sup> da Quadra 782, localizado no lado par da Rua Veneza, distante 69,35m da esquina com o lado par da Rua Roma, conforme descrição a seguir:

Noroeste – Com parte do lote colonial 01-A ora remanescente em curva com 11,83m;  
Sudeste – Com a Rua Veneza em curva com 14,65m;  
Nordeste – Com o lote 59 em 25,00m;  
Sudoeste – Com o lote 57 em 25,00m;

Lote 59 com área de 331,02m<sup>2</sup> da Quadra 782, localizado no lado par da Rua Veneza, distante 84,00m da esquina com o lado par da Rua Roma, conforme descrição a seguir:

Norte – Com o lote 60 em 25,00m;  
Sudoeste – Com o lote 58 em 25,00m;  
Leste – Com a Rua Veneza em curva com 14,65m;  
Oeste – Com parte do lote colonial 01-A ora remanescente em curva com 11,83m;

Lote 60 com área de 331,02m<sup>2</sup> da Quadra 782, localizado no lado par da Rua Veneza, distante 98,65m da esquina com o lado par da Rua Roma, conforme descrição a seguir:

Norte – Com o lote 61 em 25,00m;  
Sul – Com o lote 59 em 25,00m;  
Leste – Com a Rua Veneza em curva com 14,65m;  
Oeste – Com parte do lote colonial 01-A ora remanescente em curva com 11,83m;

Lote 61 com área de 331,02m<sup>2</sup> da Quadra 782, localizado no lado par da Rua Veneza, distante 113,30m da esquina com o lado par da Rua Roma, conforme descrição a seguir:

Norte – Com o lote 62 em 25,00m;  
Sul – Com o lote 60 em 25,00m;  
Leste – Com a Rua Veneza em curva com 14,65m;  
Oeste – Com parte do lote colonial 01-A ora remanescente em curva com 11,83m;

Lote 62 com área de 331,02m<sup>2</sup> da Quadra 782, localizado no lado par da Rua Veneza, distante 127,95m da esquina com o lado par da Rua Roma, conforme descrição a seguir:

Noroeste – Com o lote 63 em 25,00m;  
Sul – Com o lote 61 em 25,00m;  
Leste – Com a Rua Veneza em curva com 14,65m;  
Oeste – Com parte do lote colonial 01-A ora remanescente em curva com 11,83m;

Lote 63 com área de 331,02m<sup>2</sup> da Quadra 782, localizado no lado par da Rua Veneza, distante 142,60m da esquina com o lado par da Rua Roma, conforme descrição a seguir:

Noroeste – Com o lote 64 em 25,00m;  
Sudeste – Com o lote 62 em 25,00m;  
Nordeste – Com a Rua Veneza em curva com 14,65m;  
Sudoeste – Com parte do lote colonial 01-A ora remanescente em curva com 11,83m;

Lote 64 com área de 331,02m<sup>2</sup> da Quadra 782, localizado no lado par da Rua Veneza, distante 157,25m da esquina com o lado par da Rua Roma, conforme descrição a seguir:

Noroeste – Com o lote 65 em 25,00m;  
Sudeste – Com o lote 63 em 25,00m;  
Nordeste – Com a Rua Veneza em curva com 14,65m;  
Sudoeste – Com parte do lote colonial 01-A ora remanescente em curva com 11,83m;

Lote 65 com área de 331,02m<sup>2</sup> da Quadra 782, localizado no lado par da Rua Veneza, distante 171,90m da esquina com o lado par da Rua Roma, conforme descrição a seguir:

Noroeste – Com o lote 66 em 25,00m;

Sudeste – Com o lote 64 em 25,00m;

Nordeste – Com a Rua Veneza em curva com 14,65m;

Sudoeste – Com parte do lote colonial 01-A ora remanescente em curva com 11,83m;

Lote 66 com área de 331,02m<sup>2</sup> da Quadra 782, localizado no lado par da Rua Veneza, distante 186,55m da esquina com o lado par da Rua Roma, conforme descrição a seguir:

Noroeste – Com o lote 67 em 25,00m;

Sudeste – Com o lote 65 em 25,00m;

Nordeste – Com a Rua Veneza em curva com 14,65m;

Sudoeste – Com parte do lote colonial 01-A ora remanescente em curva com 11,83m;

Lote 67 com área de 331,02m<sup>2</sup> da Quadra 782, localizado no lado par da Rua Veneza, distante 201,20m da esquina com o lado par da Rua Roma, conforme descrição a seguir:

Noroeste – Com o lote 68 em 25,00m;

Sudeste – Com o lote 66 em 25,00m;

Nordeste – Com a Rua Veneza em curva com 14,65m;

Sudoeste – Com parte do lote colonial 01-A ora remanescente em curva com 11,83m;

Lote 68 com área de 310,85m<sup>2</sup> da Quadra 782, localizado no lado par da Rua Veneza, distante 215,85m da esquina com o lado par da Rua Roma, conforme descrição a seguir:

Norte – Com a Rua Veneza em 11,48m e em curva com 11,52m;

Sul – Com parte do lote colonial 01-A ora remanescente em 4,22m;

Sudeste – Com o lote 67 em 25,00m;

Oeste – Com o lote 69 em 22,00m;

Lote 69 com área de 300,30m<sup>2</sup> da Quadra 782, localizado no lado par da Rua Veneza, distante 238,85m da esquina com o lado par da Rua Roma, conforme descrição a seguir:

Norte – Com a Rua Veneza em 13,65m;

Sul – Com parte do lote colonial 01-A ora remanescente em 13,65m;

Leste – Com o lote 68 em 22,00m;

Oeste – Com o lote 70 em 22,00m;

Lote 70 com área de 300,30m<sup>2</sup> da Quadra 782, localizado no lado par da Rua Veneza, distante 252,50m da esquina com o lado par da Rua Roma, conforme descrição a seguir:

Norte – Com a Rua Veneza em 13,65m;

Sul – Com parte do lote colonial 01-A ora remanescente em 13,65m;

Leste – Com o lote 69 em 22,00m;

Oeste – Com o lote 71 em 22,00m;

Lote 71 com área de 300,30m<sup>2</sup> da Quadra 782, localizado no lado par da Rua Veneza, distante 266,15m da esquina com o lado par da Rua Roma, conforme descrição a seguir:

Norte – Com a Rua Veneza em 13,65m;

Sul – Com parte do lote colonial 01-A ora remanescente em 13,65m;

Leste – Com o lote 70 em 22,00m;

Oeste – Com o lote 72 em 22,00m;

Lote 72 com área de 301,04m<sup>2</sup> da Quadra 782, localizado no lado par da Rua Veneza, distante 279,80m da esquina com o lado par da Rua Roma, conforme descrição a seguir:

Norte – Com a Rua Veneza em 6,70m, e em curva com 9,27m;

Sul – Com parte do lote colonial 01-A ora remanescente em 14,70m;

Leste – Com o lote 71 em 22,00m;

Oeste – Com parte do lote colonial 01-A ora remanescente em 18,00m;

Quadra 783, com área de 6.860,57m<sup>2</sup>, composta por 21 lotes, que

passo a descrever:

Lote 73 com área de 306,78m<sup>2</sup> da Quadra 783, localizado no lado ímpar da Rua Veneza, distante 161,05m da esquina com o lado par da Rua Itália, conforme descrição a seguir:

Norte – Com parte dos lotes coloniais nºs 40 e 42 de Navílio Grabieli (matrícula 21.978) em 14,30m;

Sul – Com a Rua Veneza em 6,30m, e em curva com 9,27m;

Leste – Com o lote 74 em 23,02m;

Oeste – Com parte do lote colonial 01-A ora remanescente em 19,02m;

Lote 74 com área de 310,73m<sup>2</sup> da Quadra 783, localizado no lado ímpar da Rua Veneza, distante 147,55m da esquina com o lado par da Rua Itália, conforme descrição a seguir:

Norte – Com parte dos lotes coloniais nºs 40 e 42 de Navílio Grabieli (matrícula 21.978) em 13,50m;

Sul – Com a Rua Veneza em 13,50m;

Leste – Com o lote 75 em 23,02m;

Oeste – Com o lote 73 em 23,02m;

Lote 75 com área de 310,73m<sup>2</sup> da Quadra 783, localizado no lado ímpar da Rua Veneza, distante 134,05m da esquina com o lado par da Rua Itália, conforme descrição a seguir:

Norte – Com parte dos lotes coloniais nºs 40 e 42 de Navílio Grabieli (matrícula 21.978) em 13,50m;

Sul – Com a Rua Veneza em 13,50m;

Leste – Com o lote 76 em 23,02m;

Oeste – Com o lote 74 em 23,02m;

Lote 76 com área de 310,73m<sup>2</sup> da Quadra 783, localizado no lado ímpar da Rua Veneza, distante 120,55m da esquina com o lado par da Rua Itália, conforme descrição a seguir:

Norte – Com parte dos lotes coloniais nºs 40 e 42 de Navílio Grabieli (matrícula 21.978) em 13,50m;

Sul – Com a Rua Veneza em 13,50m;

Leste – Com o lote 77 em 23,02m;

Oeste – Com o lote 75 em 23,02m;

Lote 77 com área de 384,97m<sup>2</sup> da Quadra 783, localizado no lado ímpar da Rua Veneza, distante 108,18m da esquina com o lado par da Rua Itália, conforme descrição a seguir:

Norte – Com parte dos lotes coloniais nºs 40 e 42 de Navílio Grabieli (matrícula 21.978) em 21,08m;

Sul – Com a Rua Veneza em 12,37m;

Leste – Com o lote 78 em 24,61m;

Oeste – Com o lote 76 em 23,02m;

Lote 78 com área de 450,25m<sup>2</sup> da Quadra 783, localizado no lado ímpar da Rua Veneza, distante 96,08m da esquina com o lado par da Rua Itália, conforme descrição a seguir:

Norte – Com parte dos lotes coloniais nºs 40 e 42 de Navílio Grabieli (matrícula 21.978) em 24,05m;

Sul – Com a Rua Veneza em curva com 12,10m;

Sudeste – Com o lote 79 em 33,26m;

Oeste – Com o lote 77 em 24,61m;

Lote 79 com área de 493,68m<sup>2</sup> da Quadra 783, localizado no lado ímpar da Rua Veneza, distante 84,00m da esquina com o lado par da Rua Itália, conforme descrição a seguir:

Noroeste – Com o lote 78 em 33,26m;

Sudeste – Com o lote 80 em 27,79m;

Nordeste – Com parte da Área Verde 02 em 21,50m;

Sudoeste – Com a Rua Veneza em curva com 12,08m;

Lote 80 com área de 321,75m<sup>2</sup> da Quadra 783, localizado no lado ímpar da Rua Veneza, distante 71,87m da esquina com o lado par da Rua Itália, conforme descrição a seguir:

Noroeste – Com o lote 79 em 27,79m;

Sudeste – Com o lote 81 em 26,01m;  
Nordeste – Com parte da Área Verde 02 em 12,00m;  
Sudoeste – Com a Rua Veneza em curva com 12,13m;

Lote 81 com área de 306,62m<sup>2</sup> da Quadra 783, localizado no lado ímpar da Rua Veneza, distante 59,84m da esquina com o lado par da Rua Itália, conforme descrição a seguir:

Noroeste – Com o lote 80 em 26,01m;  
Sudeste – Com o lote 82 em 25,26m;  
Nordeste – Com parte da Área Verde 02 em 12,00m;  
Sudoeste – Com a Rua Veneza em curva com 12,03m;

Lote 82 com área de 303,76m<sup>2</sup> da Quadra 783, localizado no lado ímpar da Rua Veneza, distante 47,83m da esquina com o lado par da Rua Itália, conforme descrição a seguir:

Noroeste – Com o lote 81 em 25,26m;  
Sudeste – Com o lote 83 em 25,53m;  
Nordeste – Com parte da Área Verde 02 em 12,00m;  
Sudoeste – Com a Rua Veneza em curva com 12,01m;

Lote 83 com área de 313,11m<sup>2</sup> da Quadra 783, localizado no lado ímpar da Rua Veneza, distante 35,76m da esquina com o lado par da Rua Itália, conforme descrição a seguir:

Noroeste – Com o lote 82 em 25,53m;  
Sudeste – Com o lote 84 em 26,82m;  
Nordeste – Com parte da Área Verde 02 em 12,00m;  
Sudoeste – Com a Rua Veneza em curva com 12,07m;

Lote 84 com área de 334,88m<sup>2</sup> da Quadra 783, localizado no lado ímpar da Rua Veneza, distante 23,53m da esquina com o lado par da Rua Itália, conforme descrição a seguir:

Noroeste – Com o lote 83 em 26,82m;  
Sudeste – Com parte da Área Verde 02 em 29,17m;  
Nordeste – Com parte da Área Verde 02 em 12,00m;  
Sudoeste – Com a Rua Veneza em curva com 12,23m;

Lote 85 com área de 312,58m<sup>2</sup> da Quadra 783, localizado no lado par da Rua Itália esquina com o lado ímpar da Rua Veneza, conforme descrição a seguir:

Noroeste – Com parte da Área Verde 02 em 22,29m;  
Sul – Com a Rua Itália em 15,34m;  
Leste – Com o lote 86 em 25,00m;  
Oeste – Com a Rua Veneza em curva com 12,00m;

Lote 86 com área de 300,00m<sup>2</sup> da Quadra 783, localizado no lado par da Rua Itália, distante 15,34m da esquina com o lado ímpar da Rua Veneza, conforme descrição a seguir:

Norte – Com parte da Área Verde 02 em 12,00m;  
Sul – Com a Rua Itália em 12,00m;  
Leste – Com o lote 87 em 25,00m;  
Oeste – Com o lote 85 em 25,00m;

Lote 87 com área de 300,00m<sup>2</sup> da Quadra 783, localizado no lado par da Rua Itália, distante 27,34m da esquina com o lado ímpar da Rua Veneza, conforme descrição a seguir:

Norte – Com parte da Área Verde 02 em 12,00m;  
Sul – Com a Rua Itália em 12,00m;  
Leste – Com o lote 88 em 25,00m;  
Oeste – Com o lote 86 em 25,00m;

Lote 88 com área de 300,00m<sup>2</sup> da Quadra 783, localizado no lado par da Rua Itália, distante 39,34m da esquina com o lado ímpar da Rua Veneza, conforme descrição a seguir:

Norte – Com parte da Área Verde 02 em 12,00m;  
Sul – Com a Rua Itália em 12,00m;  
Leste – Com o lote 89 em 25,00m;  
Oeste – Com o lote 87 em 25,00m;

Lote 89 com área de 300,00m<sup>2</sup> da Quadra 783, localizado no lado

par da Rua Itália, distante 51,34m da esquina com o lado ímpar da Rua Veneza, conforme descrição a seguir:

Norte – Com parte da Área Verde 02 em 12,00m;  
Sul – Com a Rua Itália em 12,00m;  
Leste – Com o lote 90 em 25,00m;  
Oeste – Com o lote 88 em 25,00m;

Lote 90 com área de 300,00m<sup>2</sup> da Quadra 783, localizado no lado par da Rua Itália, distante 63,34m da esquina com o lado ímpar da Rua Veneza, conforme descrição a seguir:

Norte – Com parte da Área Verde 02 em 12,00m;  
Sul – Com a Rua Itália em 12,00m;  
Leste – Com o lote 91 em 25,00m;  
Oeste – Com o lote 89 em 25,00m;

Lote 91 com área de 300,00m<sup>2</sup> da Quadra 783, localizado no lado par da Rua Itália, distante 75,34m da esquina com o lado ímpar da Rua Veneza, conforme descrição a seguir:

Norte – Com parte da Área Verde 01 do Loteamento Catarina "II" em 12,00m;  
Sul – Com a Rua Itália em 12,00m;  
Leste – Com o lote 92 em 25,00m;  
Oeste – Com o lote 90 em 25,00m;

Lote 92 com área de 300,00m<sup>2</sup> da Quadra 783, localizado no lado par da Rua Itália, distante 87,34m da esquina com o lado ímpar da Rua Veneza, conforme descrição a seguir:

Norte – Com parte da Área Verde 01 do Loteamento Catarina "II" em 12,00m;  
Sul – Com a Rua Itália em 12,00m;  
Leste – Com o lote 93 em 25,00m;  
Oeste – Com o lote 91 em 25,00m;

Lote 93 com área de 300,00m<sup>2</sup> da Quadra 783, localizado no lado par da Rua Itália, distante 99,34m da esquina com o lado ímpar da Rua Veneza, conforme descrição a seguir:

Norte – Com parte da Área Verde 01 do Loteamento Catarina "II" em 12,00m;  
Sul – Com a Rua Itália em 12,00m;  
Leste – Com o lote 09 da Quadra 788 do Loteamento Catarina "II" em 12,50m, e com o lote 08 da Quadra 788 do Loteamento Catarina "II" em 12,50m;  
Oeste – Com o lote 92 em 25,00m;

Quadra 784, com área de 3.626,68m<sup>2</sup>, composta por 12 lotes, que passo a descrever:

Lote 94 com área de 309,03m<sup>2</sup> da Quadra 784, localizado no lado ímpar da Rua Itália esquina com o lado ímpar da Rua Veneza, conforme descrição a seguir:

Norte – Com a Rua Itália em 11,77m;  
Sul – Com o lote 105 em 11,98m;  
Leste – Com o lote 95 em 25,00m, e com parte do lote 104 em 2,00m;  
Oeste – Com a Rua Veneza em curva com 27,04m;

Lote 95 com área de 300,00m<sup>2</sup> da Quadra 784, localizado no lado ímpar da Rua Itália, distante 11,77m da esquina com o lado ímpar da Rua Veneza, conforme descrição a seguir:

Norte – Com a Rua Itália em 12,00m;  
Sul – Com o lote 104 em 12,00m;  
Leste – Com o lote 96 em 25,00m;  
Oeste – Com parte do lote 94 em 25,00m;

Lote 96 com área de 300,00m<sup>2</sup> da Quadra 784, localizado no lado ímpar da Rua Itália, distante 23,77m da esquina com o lado ímpar da Rua Veneza, conforme descrição a seguir:

Norte – Com a Rua Itália em 12,00m;  
Sul – Com o lote 103 em 12,00m;



Leste – Com o lote 97 em 25,00m;  
Oeste – Com o lote 95 em 25,00m;

Lote 97 com área de 300,00m<sup>2</sup> da Quadra 784, localizado no lado ímpar da Rua Itália, distante 24,00m da esquina com o lado par da Rua Parma, conforme descrição a seguir:

Norte – Com a Rua Itália em 12,00m;  
Sul – Com o lote 102 em 12,00m;  
Leste – Com o lote 98 em 12,50m, e com o lote 99 em 12,50m;  
Oeste – Com o lote 96 em 25,00m;

Lote 98 com área de 300,00m<sup>2</sup> da Quadra 784, localizado no lado par da Rua Parma esquina com o lado ímpar da Rua Itália, conforme descrição a seguir:

Norte – Com a Rua Itália em 24,00m;  
Sul – Com o lote 99 em 24,00m;  
Leste – Com a Rua Parma em 12,50m;  
Oeste – Com parte do lote 97 em 12,50m;  
Lote 99 com área de 300,00m<sup>2</sup> da Quadra 784, localizado no lado par da Rua Parma, distante 12,50m da esquina com o lado ímpar da Rua Itália, conforme descrição a seguir:  
Norte – Com o lote 98 em 24,00m;  
Sul – Com o lote 100 em 24,00m;  
Leste – Com a Rua Parma em 12,50m;  
Oeste – Com parte do lote 97 em 12,50m;

Lote 100 com área de 300,00m<sup>2</sup> da Quadra 784, localizado no lado par da Rua Parma, distante 12,50m da esquina com o lado par da Rua Sicília, conforme descrição a seguir:

Norte – Com o lote 99 em 24,00m;  
Sul – Com o lote 101 em 24,00m;  
Leste – Com a Rua Parma em 12,50m;  
Oeste – Com parte do lote 102 em 12,50m;

Lote 101 com área de 300,00m<sup>2</sup> da Quadra 784, localizado no lado par da Rua Parma esquina com o lado par da Rua Sicília, conforme descrição a seguir:

Norte – Com o lote 100 em 24,00m;  
Sul – Com a Rua Sicília em 24,00m;  
Leste – Com a Rua Parma em 12,50m;  
Oeste – Com parte do lote 102 em 12,50m;

Lote 102 com área de 300,00m<sup>2</sup> da Quadra 784, localizado no lado par da Rua Sicília, distante 24,00m da esquina com o lado par da Rua Parma, conforme descrição a seguir:

Norte – Com o lote 97 em 12,00m;  
Sul – Com a Rua Sicília em 12,00m;  
Leste – Com o lote 100 em 12,50m, e com o lote 101 em 12,50m;  
Oeste – Com o lote 103 em 25,00m;

Lote 103 com área de 300,00m<sup>2</sup> da Quadra 784, localizado no lado par da Rua Sicília, distante 28,30m da esquina com o lado ímpar da Rua Veneza, conforme descrição a seguir:

Norte – Com o lote 96 em 12,00m;  
Sul – Com a Rua Sicília em 12,00m;  
Leste – Com o lote 102 em 25,00m;  
Oeste – Com o lote 104 em 25,00m;

Lote 104 com área de 300,00m<sup>2</sup> da Quadra 784, localizado no lado par da Rua Sicília, distante 16,30m da esquina com o lado ímpar da Rua Veneza, conforme descrição a seguir:

Norte – Com o lote 95 em 12,00m;  
Sul – Com a Rua Sicília em 12,00m;  
Leste – Com o lote 103 em 25,00m;  
Oeste – Com o lote 105 em 23,00m, e com parte do lote 94 em 2,00m;

Lote 105 com área de 317,65m<sup>2</sup> da Quadra 784, localizado no lado par da Rua Sicília esquina com o lado ímpar da Rua Veneza,

conforme descrição a seguir:

Norte – Com o lote 94 em 11,98m;  
Sul – Com a Rua Sicília em 16,30m;  
Leste – Com o lote 104 em 23,00m;  
Oeste – Com a Rua Veneza em curva com 23,43m;

Quadra 785, com área de 4.680,91m<sup>2</sup>, composta por 15 lotes, que passo a descrever:

Lote 106 com área de 344,52m<sup>2</sup> da Quadra 785, localizado no lado ímpar da Rua Sicília esquina com o lado ímpar da Rua Veneza, conforme descrição a seguir:

Norte – Com a Rua Sicília em 8,17m;  
Sul – Com o lote 120 em 8,40m, e com o lote 119 em 12,00m;  
Leste – Com o lote 107 em 25,00m;  
Oeste – Com a Rua Veneza em curva com 27,88m;

Lote 107 com área de 300,00m<sup>2</sup> da Quadra 785, localizado no lado ímpar da Rua Sicília, distante 8,17m da esquina com o lado ímpar da Rua Veneza, conforme descrição a seguir:

Norte – Com a Rua Sicília em 12,00m;  
Sul – Com o lote 118 em 12,00m;  
Leste – Com o lote 108 em 25,00m;  
Oeste – Com o lote 106 em 25,00m;

Lote 108 com área de 300,00m<sup>2</sup> da Quadra 785, localizado no lado ímpar da Rua Sicília, distante 20,17m da esquina com o lado ímpar da Rua Veneza, conforme descrição a seguir:

Norte – Com a Rua Sicília em 12,00m;  
Sul – Com o lote 117 em 12,00m;  
Leste – Com o lote 109 em 25,00m;  
Oeste – Com o lote 107 em 25,00m;

Lote 109 com área de 300,00m<sup>2</sup> da Quadra 785, localizado no lado ímpar da Rua Sicília, distante 32,17m da esquina com o lado ímpar da Rua Veneza, conforme descrição a seguir:

Norte – Com a Rua Sicília em 12,00m;  
Sul – Com o lote 116 em 12,00m;  
Leste – Com o lote 110 em 25,00m;  
Oeste – Com o lote 108 em 25,00m;

Lote 110 com área de 300,00m<sup>2</sup> da Quadra 785, localizado no lado ímpar da Rua Sicília, distante 24,00m da esquina com o lado par da Rua Parma, conforme descrição a seguir:

Norte – Com a Rua Sicília em 12,00m;  
Sul – Com o lote 115 em 12,00m;  
Leste – Com o lote 111 em 12,50m, e com o lote 112 em 12,50m;  
Oeste – Com o lote 109 em 25,00m;

Lote 111 com área de 300,00m<sup>2</sup> da Quadra 785, localizado no lado par da Rua Parma esquina com o lado ímpar da Rua Sicília, conforme descrição a seguir:

Norte – Com a Rua Sicília em 24,00m;  
Sul – Com o lote 112 em 24,00m;  
Leste – Com a Rua Parma em 12,50m;  
Oeste – Com parte do lote 110 em 12,50m;

Lote 112 com área de 300,00m<sup>2</sup> da Quadra 785, localizado no lado par da Rua Parma, distante 12,50m da esquina com o lado ímpar da Rua Sicília, conforme descrição a seguir:

Norte – Com o lote 111 em 24,00m;  
Sul – Com o lote 113 em 24,00m;  
Leste – Com a Rua Parma em 12,50m;  
Oeste – Com parte do lote 110 em 12,50m;

Lote 113 com área de 300,00m<sup>2</sup> da Quadra 785, localizado no lado par da Rua Parma, distante 12,50m da esquina com o lado par da Rua Roma, conforme descrição a seguir:

Norte – Com o lote 112 em 24,00m;

Sul – Com o lote 114 em 24,00m;  
Leste – Com a Rua Parma em 12,50m;  
Oeste – Com parte do lote 115 em 12,50m;

Lote 114 com área de 300,00m<sup>2</sup> da Quadra 785, localizado no lado par da Rua Parma esquina com o lado par da Rua Roma, conforme descrição a seguir:

Norte – Com o lote 113 em 24,00m;  
Sul – Com a Rua Roma em 24,00m;  
Leste – Com a Rua Parma em 12,50m;  
Oeste – Com parte do lote 115 em 12,50m;

Lote 115 com área de 300,00m<sup>2</sup> da Quadra 785, localizado no lado par da Rua Roma, distante 24,00m da esquina com o lado par da Rua Parma, conforme descrição a seguir:

Norte – Com o lote 110 em 12,00m;  
Sul – Com a Rua Roma em 12,00m;  
Leste – Com o lote 113 em 12,50m, e com o lote 114 em 12,50m;  
Oeste – Com o lote 116 em 25,00m;

Lote 116 com área de 300,00m<sup>2</sup> da Quadra 785, localizado no lado par da Rua Roma, distante 36,00m da esquina com o lado par da Rua Parma, conforme descrição a seguir:

Norte – Com o lote 109 em 12,00m;  
Sul – Com a Rua Roma em 12,00m;  
Leste – Com o lote 115 em 25,00m;  
Oeste – Com o lote 117 em 25,00m;

Lote 117 com área de 300,00m<sup>2</sup> da Quadra 785, localizado no lado par da Rua Roma, distante 48,00m da esquina com o lado par da Rua Parma, conforme descrição a seguir:

Norte – Com o lote 108 em 12,00m;  
Sul – Com a Rua Roma em 12,00m;  
Leste – Com o lote 116 em 25,00m;  
Oeste – Com o lote 118 em 25,00m;

Lote 118 com área de 300,00m<sup>2</sup> da Quadra 785, localizado no lado par da Rua Roma, distante 40,02m da esquina com o lado ímpar da Rua Veneza, conforme descrição a seguir:

Norte – Com o lote 107 em 12,00m;  
Sul – Com a Rua Roma em 12,00m;  
Leste – Com o lote 117 em 25,00m;  
Oeste – Com o lote 119 em 25,00m;

Lote 119 com área de 300,00m<sup>2</sup> da Quadra 785, localizado no lado par da Rua Roma, distante 28,02m da esquina com o lado ímpar da Rua Veneza, conforme descrição a seguir:

Norte – Com parte do lote 106 em 12,00m;  
Sul – Com a Rua Roma em 12,00m;  
Leste – Com o lote 118 em 25,00m;  
Oeste – Com o lote 120 em 25,00m;

Lote 120 com área de 436,39m<sup>2</sup> da Quadra 785, localizado no lado par da Rua Roma esquina com o lado ímpar da Rua Veneza, conforme descrição a seguir:

Norte – Com parte do lote 106 em 8,40m;  
Sul – Com a Rua Roma em 28,02m;  
Leste – Com o lote 119 em 25,00m;  
Oeste – Com a Rua Veneza em curva com 31,84m;

Quadra 786, com área de 3.425,00m<sup>2</sup>, composta por 11 lotes, que passo a descrever:

Lote 121 com área de 325,00m<sup>2</sup> da Quadra 786, localizado no lado ímpar da Rua Parma esquina com o lado ímpar da Rua Itália, conforme descrição a seguir:

Norte – Com a Rua Itália em 25,00m;  
Sul – Com o lote 122 em 25,00m;  
Leste – Com o lote 07 da Quadra 787 do Loteamento Catarina "II"

em 13,00m;  
Oeste – Com a Rua Parma em 13,00m;

Lote 122 com área de 300,00m<sup>2</sup> da Quadra 786, localizado no lado ímpar da Rua Parma, distante 13,00m da esquina com o lado ímpar da Rua Itália, conforme descrição a seguir:

Norte – Com o lote 121 em 25,00m;  
Sul – Com o lote 123 em 25,00m;  
Leste – Com o lote 06 da Quadra 787 do Loteamento Catarina "II" em 12,00m;  
Oeste – Com a Rua Parma em 12,00m;

Lote 123 com área de 300,00m<sup>2</sup> da Quadra 786, localizado no lado ímpar da Rua Parma, distante 25,00m da esquina com o lado ímpar da Rua Itália, conforme descrição a seguir:

Norte – Com o lote 122 em 25,00m;  
Sul – Com o lote 124 em 25,00m;  
Leste – Com o lote 05 da Quadra 787 do Loteamento Catarina "II" em 12,00m;  
Oeste – Com a Rua Parma em 12,00m;

Lote 124 com área de 325,00m<sup>2</sup> da Quadra 786, localizado no lado ímpar da Rua Parma, distante 37,00m da esquina com o lado ímpar da Rua Itália, conforme descrição a seguir:

Norte – Com o lote 123 em 25,00m;  
Sul – Com o lote 125 em 25,00m;  
Leste – Com o lote 04 da Quadra 787 do Loteamento Catarina "II" em 13,00m;  
Oeste – Com a Rua Parma em 13,00m;

Lote 125 com área de 300,00m<sup>2</sup> da Quadra 786, localizado no lado ímpar da Rua Parma, distante 50,00m da esquina com o lado ímpar da Rua Itália, conforme descrição a seguir:

Norte – Com o lote 124 em 25,00m;  
Sul – Com o lote 126 em 25,00m;  
Leste – Com o lote 03 da Quadra 787 do Loteamento Catarina "II" em 12,00m;  
Oeste – Com a Rua Parma em 12,00m;

Lote 126 com área de 325,00m<sup>2</sup> da Quadra 786, localizado no lado ímpar da Rua Parma, distante 37,00m da esquina com o lado par da Rua Roma, conforme descrição a seguir:

Norte – Com o lote 125 em 25,00m;  
Sul – Com o lote 127 em 25,00m;  
Leste – Com o lote 02 da Quadra 787 do Loteamento Catarina "II" em 13,00m;  
Oeste – Com a Rua Parma em 13,00m;

Lote 127 com área de 300,00m<sup>2</sup> da Quadra 786, localizado no lado ímpar da Rua Parma, distante 25,00m da esquina com o lado par da Rua Roma, conforme descrição a seguir:

Norte – Com o lote 126 em 25,00m;  
Sul – Com o lote 128 em 25,00m;  
Leste – Com o lote 01 da Quadra 787 do Loteamento Catarina "II" em 12,00m;  
Oeste – Com a Rua Parma em 12,00m;

Lote 128 com área de 300,00m<sup>2</sup> da Quadra 786, localizado no lado ímpar da Rua Parma, distante 13,00m da esquina com o lado par da Rua Roma, conforme descrição a seguir:

Norte – Com o lote 127 em 25,00m;  
Sul – Com o lote 129 em 25,00m;  
Leste – Com o lote 131 em 12,00m;  
Oeste – Com a Rua Parma em 12,00m;

Lote 129 com área de 325,00m<sup>2</sup> da Quadra 786, localizado no lado ímpar da Rua Parma esquina com o lado par da Rua Roma, conforme descrição a seguir:

Norte – Com o lote 128 em 25,00m;

Sul – Com a Rua Roma em 25,00m;  
Leste – Com o lote 130 em 13,00m;  
Oeste – Com a Rua Parma em 13,00m;

Lote 130 com área de 325,00m² da Quadra 786, localizado no lado par da Rua Gênova esquina com o lado par da Rua Roma, conforme descrição a seguir:

Norte – Com o lote 131 em 25,00m;  
Sul – Com a Rua Roma em 25,00m;  
Leste – Com a Rua Gênova em 13,00m;  
Oeste – Com o lote 129 em 13,00m;

Lote 131 com área de 300,00m² da Quadra 786, localizado no lado par da Rua Gênova, distante 13,00m da esquina com o lado par da Rua Roma, conforme descrição a seguir:

Norte – Com o lote 01 da Quadra 787 do Loteamento Catarina "II" em 25,00m;  
Sul – Com o lote 130 em 25,00m;  
Leste – Com a Rua Gênova em 12,00m;  
Oeste – Com o lote 128 em 12,00m;

#### OUTRAS ÁREAS DE UTILIDADE PÚBLICA:

ÁREA VERDE 01 com área de 1.263,00m², localizado no lado par da Rua Nápoles, distante 37,00m da esquina com o lado ímpar da Rua Florença, conforme descrição a seguir:

Norte – Com Parte dos lotes coloniais nºs 40 e 42 de Navilio Gabriel (Matrícula 21.978) em 8,00m;  
Sul – Com a Rua Nápoles em curva com 13,39m, e com o lote 27 da Quadra 779 em 12,00m;  
Leste – Com parte do lote colonial 01-A ora remanescente em 56,24m, em 29,33m, e em 21,83m;  
Oeste – Com o lote 27 da Quadra 779 em 25,00m, com o lote 24 da quadra 779 em 14,00m, com o lote 23 da quadra 779 em 13,00m, com o lote 22 da quadra 779 em 13,00m, com o lote 21 da quadra 779 em 12,70m, com o lote 20 da quadra 779 em 12,70m, e com o lote 19 da quadra 779 em 16,62m;

ÁREA VERDE 02 com área de 4.480,00m², localizado no lado ímpar da Rua Veneza, distante 12,00m da esquina com o lado par da Rua Itália, conforme descrição a seguir:

Norte – Com Parte dos lotes coloniais nºs 40 e 42 de Navilio Gabriel (Matrícula 21.978) em 35,73m, e com parte do lote colonial 01-B ora remanescente em 41,38m;  
Nordeste – Com parte do lote colonial 01-B ora remanescente em 44,09m;  
Noroeste – Com o lote 84 da quadra 783 em 29,17m;  
Sul – Com o lote 86 da quadra 783 em 12,00m, com o lote 87 da quadra 783 em 12,00m, com o lote 88 da quadra 783 em 12,00m, com o lote 89 da quadra 783 em 12,00m, com o lote 90 da quadra 783 em 12,00m;  
Sudeste – Com o lote 85 da quadra 783 em 22,29m;  
Sudoeste – Com o lote 79 da quadra 783 em 21,50m, com o lote 80 da quadra 783 em 12,00m, com o lote 81 da quadra 783 em 12,00m, com o lote 82 da quadra 783 em 12,00m, com o lote 83 da quadra 783 em 12,00m, com o lote 84 da quadra 783 em 12,00m;  
Leste – Com Área Verde 01 do Loteamento Catarina "II" em 45,00m;

ÁREA INSTITUCIONAL com área de 4.696,70m², localizado no lado par da Rua Roma, distante 75,31m da esquina com o lado par da Rua Veneza, conforme descrição a seguir:

Norte – Com parte do lote colonial 01-A ora remanescente em 29,13m, em 13,68m, em 8,86m e em 9,29m;  
Sul – Com lote 53 da quadra 782 em 3,66m, com lote 52 da quadra 782 em 12,50m, com lote 51 da quadra 782 em 12,50m, com lote 50 da quadra 782 em 12,00m, com lote 49 da quadra 782 em 12,50m, com lote 48 da quadra 782 em 12,50m, com a Rua Roma em 12,00m, e com a Rua Verona em curva com 34,62m e

em 10,60m;  
Sudeste – Com lote 54 da quadra 782 em 11,83m;  
Leste – Com parte do lote colonial 01-A ora remanescente em 40,37m, em 31,58m, em 14,69m e em 23,18m, e com lote 48 da quadra 782 em 25,00m;  
Oeste – Com lote 47 da quadra 781 em 25,00m, com lote 41 da quadra 781 em 22,78m, com o lote 35 da Quadra 780 em 25,00m, com o lote 31 da quadra 780 em 22,78m, e com a Rua Nápoles em curva com 12,00m;

Rua Nápoles 1.185,80m2  
Rua Florença 2.885,62m2  
Rua Verona 1.045,01m2  
Rua Veneza 4.213,78m2  
Rua Itália 1.320,65m2  
Rua Sicília 938,82m2  
Rua Parma 1.344,00m2  
Rua Roma 4.692,00m2

#### SITUAÇÃO DO REMANESCENTE

Parte do Lote colonial nº 01-A, localizado no Perímetro Urbano de Xaxim, Linha Pilão de Pedra, com área de 15.950,00m², que remanescerá conforme descrição a seguir.

NORTE - Confronta com parte dos lotes coloniais nºs 40 e 42 de Navilio Gabriel (matrícula 21.978) em 60,00m, com o lote 72 da quadra 782 em 14,70 m., com o lote 71 da quadra 782 em 13,65m., com o lote 70 da quadra 782 em 13,65m., com o lote 69 em quadra 782 em 13,65m., e com o lote 68 da quadra 782 em 4,22m.;

SUL - Confronta com parte da Área Institucional em 9,29m, 8,86m, 13,68m, e em 29,13m;

LESTE - Confronta com o lote 73 da quadra 783 em 19,02 m., com a Rua Veneza em curva com 31,42m., com o lote 72 da quadra 782 em 18,00m, com o lote 67 da quadra 782 em curva com 11,83m., com o lote 66 da quadra 782 em curva com 11,83 m., com o lote 65 da quadra 782 em curva com 11,83m., com o lote 64 da quadra 782 em curva com 11,83m., com o lote 63 da quadra 782 em curva com 11,83m., com o lote 62 da quadra 782 em curva com 11,83 m., com o lote 61 da quadra 782 em curva com 11,83m., com o lote 60 da quadra 782 em curva com 11,83 m., com o lote 59 da quadra 782 em curva com 11,83 m., com o lote 58 da quadra 782 em curva com 11,83 m., com o lote 57 da quadra 782 em curva com 11,83 m., com o lote 56 da quadra 782 em curva com 11,83 m., e com o lote 55 da quadra 782 em curva com 11,83 m.;

OESTE - Confronta com parte da Área Institucional em 23,18m, em 14,69m, em 31,58m, em 40,37m, com a rua Nápoles em curva com 9,24m, e com a Área Verde 01 em 21,83m, em 29,33m, e em 56,24m;

Parte do Lote colonial nº 01-B, localizado no Perímetro Urbano de Xaxim, Linha Pilão de Pedra, com área de 1.975,00m², que remanescerá conforme descrição a seguir.

NORTE - Confronta com parte dos lotes coloniais nºs 40 e 42 de Navilio Gabriel (matrícula 21.978) em 26,68m, e com parte dos lotes coloniais nºs 01, 40 e 42 de Jaime Marostica (matrícula 19.496) em 38,66m;

SUL - Confronta com Área Verde 02 em 41,38m;

LESTE - Confronta com parte dos lotes coloniais nºs 01, 40 e 42 de Jaime Marostica (matrícula 19.496) em 37,02m;

OESTE - Confronta com Área Verde 02 em 44,09m;

Art. 2º. É de responsabilidade dos empreendedores, a execução das obras de infraestrutura, conforme dispõe o art. 39, I, da Lei 694/1981.

Art. 3º. Fazem parte integrante desta Lei, memoriais descritivos, plantas e Parecer Jurídico.

Art. 4º. As despesas decorrentes da realização desta Lei correrão

por conta do orçamento municipal, no que for pertinente à implantação de aparelhos públicos nas áreas institucionais.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 17 de novembro de 2015.  
Idacir Antonio Orso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Luis Antonio Cipriani  
Procurador Geral do Município

## LEI 4127

LEI Nº 4127/2015

"Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de XAXIM para o Exercício de 2016".

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de Xaxim, SC, para exercício de 2016, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 71.000.000,00 (Setenta e um milhões de reais).

### DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA

Art. 2º - O orçamento da Prefeitura para o exercício de 2016 estima a Receita em R\$ 64.681.949,00 (sessenta e quatro milhões, seiscentos e oitenta e um mil e novecentos e quarenta e nove reais), e a Despesa orçamentária em R\$ 49.258.465,50 (quarenta e nove milhões, duzentos e cinquenta e oito mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e cinquenta centavos), e Despesa Financeira de R\$ 15.423.483,50 (quinze milhões, quatrocentos e vinte e três mil, quatrocentos e oitenta e três reais e cinquenta centavos).

§1º - A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminados quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALOR
1 – RECEITAS CORRENTES	64.681.931,00
1.1- Receita Tributária	9.279.899,00
1.2- Receitas de Contribuições	1.300.000,00
1.3- Receita Patrimonial	274.413,00
1.4- Receita Agropecuária	5.000,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	580.000,00
17-Transferências Correntes	51.162.576,00
1.9- Outras Receitas Correntes	2.080.043,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	18,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	18,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
TOTAL	64.681.949,00

§2º - A despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a seguinte classificação:

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR
3– DESPESAS CORRENTES	47.008.069,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	28.942.077,00

3.2- Juros e Encargos da Dívida	565.000,00
3.3- Outras Despesas Correntes	17.500.992,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	2.189.896,50
4.4- Investimentos	768.496,50
4.5- Inversões Financeiras	500,00
4.6- Amortização da Dívida	1.420.900,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	60.500,00
9.9- Reserva de Contingência	60.500,00
- TRANSF. FINANCEIRAS AS FUNDOS MUNICIPAIS	15.423.483,50
- Fundo Municipal da Saúde	11.663.483,50
- Fundo Municipal de Assist. Social	1.260.000,00
- Fundo Municipal de Habitação	100.000,00
- Câmara de Vereadores	2.400.000,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	64.681.949,00

Art. 3º - O orçamento dos Fundos Municipais e Poder Legislativo para o exercício de 2016 estima a Receita e Fixa a Despesa conforme quadros abaixo descritos:

### I – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALOR
1 – RECEITAS CORRENTES	5.689.998,00
1.1- Receita Tributária	157.300,00
1.2- Receitas de Contribuições	0,00
1.3- Receita Patrimonial	42.448,00
1.4- Receita Agropecuária	0,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	0,00
17-Transferências Correntes	5.484.200,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	0,00
1.9- Outras Receitas Correntes	6.050,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	2,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	2,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	11.663.483,50
- Transferências financeiras da Prefeitura	11.663.483,50
TOTAL	17.353.483,50

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR
3– DESPESAS CORRENTES	17.068.788,50
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	10.650.500,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	6.418.288,50
4 - DESPESAS DE CAPITAL	284.695,00
4.4- Investimentos	284.695,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9.9- Reserva de Contingência	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	17.353.483,50

### II – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALOR
1 – RECEITAS CORRENTES	620.000,00
1.1- Receita Tributária	0,00
1.2- Receitas de Contribuições	0,00
1.3- Receita Patrimonial	9.150,00
1.4- Receita Agropecuária	0,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	0,00



17-Transferências Correntes	606.000,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	0,00
1.9- Outras Receitas Correntes	4.850,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	0,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	0,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	1.260.000,00
- Transferências financeiras da Prefeitura	1.260.000,00
TOTAL	1.880.000,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR
3– DESPESAS CORRENTES	1.812.850,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	500,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	1.812.350,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	67.150,00
4.4- Investimentos	67.150,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9.9- Reserva de Contingência	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	1.880.000,00

### III– FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALOR
1 – RECEITAS CORRENTES	6.050,00
1.1- Receita Tributária	0,00
1.2- Receitas de Contribuições	0,00
1.3- Receita Patrimonial	4.840,00
1.4- Receita Agropecuária	0,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	0,00
17-Transferências Correntes	0,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	0,00
1.9- Outras Receitas Correntes	1.210,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	2.001,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	2.000,00
2.4- Transferências de Capital	1,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	100.000,00
- Transferências financeiras da Prefeitura	100.000,00
TOTAL	108.051,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR
3– DESPESAS CORRENTES	51.630,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	0,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	51.630,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	56.421,00
4.4- Investimentos	54.421,00
4.5- Inversões Financeiras	1.000,00
4.6- Amortização da Dívida	1.000,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9.9- Reserva de Contingência	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	108.051,00

### IV – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALOR
------------------------	-------

- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	2.400.000,00
- Transferências financeiras da Prefeitura	2.400.000,00
TOTAL	2.400.000,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR
3– DESPESAS CORRENTES	2.340.000,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	1.780.000,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	560.000,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	60.000,00
4.4- Investimentos	60.000,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9.9- Reserva de Contingência	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	2.400.000,00

Art. 4º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de intempéries da natureza conforme anexo da LDO:

#### MUNICÍPIO DE XAXIM

I – Passivo Contingente	0,00
II – Intempéries	60.500,00
III – Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos	0,00
IV – Obtenção de Resultado Primário	0,00
V – Reforço de dotações Orçamentárias	0,00
TOTAL	60.500,00

§1º - A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando-se o limite para cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo. §2º- Para efeito desta lei entende-se como “Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos”, as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçadas ou orçadas a menor.

Art. 5º - O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 30% da Despesa estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

- I – o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.
- II – a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.
- III – superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo Único – Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício, e o excesso de arrecadação das receitas de capital.

Art. 6º - As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de crédito e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa, ou por força de convênio.

Art. 7º – Durante o exercício de 2016 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 8º – Comprovando o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeios de competência de outros entes da Federação.

Art. 9º – Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou

através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 10 – A presente Lei vigorará durante o exercício de 2016, a partir de 1º de janeiro, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Xaxim,  
em 27 de novembro de 2015.

Idacir Antonio Orso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Luis Antonio Cipriani  
Procurador Geral do Município

### **Portaria Nº. 1083**

PORTARIA Nº 1083/2015

Instaura Processo Administrativo Disciplinar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o inciso VI do artigo 66 de Lei Orgânica Municipal, artigos 177 e seguintes da Lei Municipal nº 1729, de 26 de dezembro de 1994; e,

CONSIDERANDO registro de ocorrência oriundo da Secretaria de Assistência Social e Habitação, relatando eventuais desconformidades entre a conduta de Servidora Pública, e também Monitora do Acolhimento, e a necessidade do Serviço de Acolhimento Institucional;

CONSIDERANDO relatório emitido pela Coordenadora do Serviço de Acolhimento, o qual explana sobre fatos ocorridos entre a infante e a Monitora do Acolhimento, bem como Ofício nº 009/2015, oriundo do Setor de Recursos Humanos, solicitando as providências cabíveis com relação à Monitora do Abrigo Municipal;

CONSIDERANDO que a profissional pode ter se utilizado da função exercida para lograr proveito pessoal, em detrimento da dignidade da função pública;

CONSIDERANDO que a Monitora do Acolhimento estava exercendo a figura de garante perante a menor, sendo responsável por esta, e devendo, por questões morais e éticas, cuidar e zelar pela integridade física e psíquica da menor;

CONSIDERANDO que é dever da Administração Pública primar pelos princípios da legalidade e da moralidade, ambos previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que esses fatos configuram, em tese, as infrações disciplinares previstas nos incisos VI e VII do art. 168 e incisos I, VI, XIII e XVII do art. 152 da Lei 1.729/94, as quais podem, inclusive, implicar na penalidade de demissão, consoante prescrito no art. 163 c/c art. 168 da mesma lei;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. Instaurar processo Administrativo Disciplinar, para apurar eventual falta funcional praticada pela Servidora Municipal, A. M. P., Matrícula nº 7.234, acerca dos fatos acima relatados.

Parágrafo único. Com base no art. 3º da Lei 1.729/94, e no art. 181, parágrafo único, do Estatuto dos Servidores Públicos, a Servidora processada permanecerá afastada de suas atribuições, inicialmente pelo prazo de 15 (quinze) dias, sem prejuízo de sua remuneração, para assegurar a lisura do processo administrativo disciplinar, que apurará as supostas faltas funcionais com vistas a restaurar a regularidade da atividade administrativa (conforme dispõe o 'caput' do art. 37 da Constituição Federal), e em vista de que, eventual

permanência da Processada no exercício das funções, possa implicar tumulto na averiguação, interferência na instrução processual e a possível interferência na colheita de provas.

Art. 2º. Para presidir os trabalhos fica nomeada a seguinte Comissão Processante, composta por servidores efetivos, sendo presidida pelo primeiro:

I – Fabiane Paula Giroto Rissi;  
II – Catiane Curtarelli Soccol;  
III – Pedro Rui Rodrigues;

Art. 3º. Fixa-se o prazo de 60 (sessenta) dias úteis para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, nos termos do art. 200, caput, do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 4º. Determina-se à Comissão Processante o estrito cumprimento das disposições contidas na legislação de regência no que diz respeito à condução do processo administrativo disciplinar, sobretudo à observância dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

Comunique-se, publique-se e registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 30 de novembro de 2015.

Idacir Antonio Orso  
Prefeito Municipal

Rodrigo Veriato Morás  
Secretário Municipal de Administração

# Zortéa

## PREFEITURA

### **LEI Nº 529/2015 - ISENTA COBRANCAS DE TAXAS ECAD**

LEI Nº 0529/2015 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015.

ISENTA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ZORTÉA O RECOLHIMENTO DA TAXA DE DIREITOS AUTORAIS PROCEDIDO PELO ECAD OS EVENTOS PROMOVIDOS POR ENTIDADES FILANTRÓPICAS, ASSOCIAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS, ESCOLAS, CRECHES E TEMPLOS DE QUALQUER CULTO.

PAULO JOSE FRANCESKI, PREFEITO MUNICIPAL DE ZORTÉA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara promulgou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam Isentos no âmbito do Município de Zortéa do recolhimento da taxa pertinente aos direitos autorais, procedido pelo Escritório Central de Arrecadação e Distribuição de Direitos Autorais (ECAD), os eventos promovidos por entidades filantrópicas, associações sem fins lucrativos, escolas, creches e templos de qualquer culto em eventos beneficentes, cuja renda destinar-se a angariar fundos de caráter beneficente e para manutenção e funcionamento destas entidades, sem fins lucrativos.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Zortéa (SC)

Gabinete do Prefeito Municipal de Zortéa – SC, 27 de novembro de 2015.

PAULO JOSÉ FRANCESCKI  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente Lei em 27 de novembro de 2015.

PAULO CESAR BELOTO  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

### **LEI Nº 530/2015 - DENOMINA PARQUE DE EVENTOS MUNICIPAL**

LEI Nº 0530/2015 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015.

FICA DENOMINADO DE "BEATRIZ TEREZINHA LOPES", O PARQUE DE EVENTOS MUNICIPAL LOCALIZADO AO NORTE EM 80,00 M COM TERRAS DA AGROPECUÁRIA CAPÃO DO CEDRO LTDA; AO SUL EM 95,10 M COM ÁREA 02; AO LESTE EM 156,00 M COM TERRAS DA AGROPECUÁRIA CAPÃO DO CEDRO LTDA; E AO OESTE EM 160,38 M COM 27,93 M COM ÁREA 01 E 67,17 M COM ÁREA 02 E 65,28M COM A ESTRADA ZORTÉA – VOLTA GRANDE (CONTINUAÇÃO DA RUA ALCEU BORTOLI).

PAULO JOSE FRANCESKI, PREFEITO MUNICIPAL DE ZORTÉA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara promulgou e ele sanciona a seguinte Lei:

ART. 1º - Fica denominado de "BEATRIZ TEREZINHA LOPES", o Parque de Eventos Municipal, localizado ao norte em 80,00 m com terras da Agropecuária Capão do Cedro Ltda; ao sul em 95,10 m com área 02; ao leste em 156,00 m com terras da Agropecuária Capão do Cedro Ltda; e ao oeste em 160,38 m com 27,93 m com área 01 e 67,17 m com área 02 e 65,28m com a Estrada Zortéa – Volta Grande (continuação da Rua Alceu Bortoli).

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Zortéa (SC)

Gabinete do Prefeito Municipal de Zortéa – SC, 27 de novembro de 2015.

PAULO JOSÉ FRANCESCKI  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente Lei em 27 de novembro de 2015.

PAULO CESAR BELOTO  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

# Associações

## AMVALI

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 008/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 008/2015

O Presidente da AMVALI – Associação dos Municípios do Vale do Itapocu, Senhor Rovâni Delmonego, Prefeito de São João do Itaperiu /SC, de acordo com o disposto nos Estatutos Sociais,

CONVIDA: Os Prefeitos da AMVALI, e demais autoridades a participarem da 124ª Assembleia Geral Ordinária da AMVALI, com a seguinte programação:

Data: 08 de dezembro de 2015 (terça-feira)

Horário: 8h30

Local: Sede da AMVALI, sito a Rua Arthur Gumz, 88 – Vila Nova

Município: Jaraguá do Sul (SC)

#### ORDEM DO DIA:

1. Prestação de Contas do Projeto de Pesquisa do Maruim, com o Orientador da Alemanha do Luiz Américo;
2. Assinatura Oficial do Protocolo de Intenções da Concessão do Lixo dos municípios da AMVALI;
3. Eleição do novo presidente da AMVALI 2016;
4. Prestação de contas da AMVALI – apresentação das ações 2015 e entrega aos prefeitos das despesas e receitas do ano 2015 e lançamento do Portal da Transparência da AMVALI – site AMVALI;
5. Palavra Livre.

Jaraguá do Sul, 25 de novembro de 2015.

Rovâni Delmonego

Prefeito de São João do Itaperiu /SC

Presidente da AMVALI

## Consórcios

### AGIR

#### ERRATA À DECISÃO FINAL DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 018/2015

ERRATA À DECISÃO FINAL DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 018/2015

HEINRICH LUIZ PASOLD, Diretor Geral da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 002/2015, e pelo Artigo 48, Inciso I do Estatuto do Consórcio Público, fundamentado na Lei nº 4.320, de 17/03/1964, e na Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000; e, de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis, RETIFICA/complementa a publicação da Decisão Final do Procedimento Administrativo nº 018/2015, de 30 de novembro de 2015, veiculada no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC, Edição nº 1.881 de 01 de dezembro de 2015, p. 630, mais precisamente quanto ao primeiro parágrafo do Relatório, o qual passa a constar com a seguinte redação:

Depois de elaborados e submetidos à minha análise, o Parecer Jurídico nº 018/2015 e o Parecer Administrativo nº 09/2015, por força da abertura do Procedimento Administrativo nº 018/2015, que trata do pedido de reajuste para a tabela de tarifa de água e serviços prestados pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Blumenau – SAMAE, o referido procedimento foi encaminhado para que fosse, tempestivamente, proferida a Decisão Final, por intermédio dessa Diretoria Geral.

Ficando inalteradas as demais argumentações e razões constantes da referida Decisão.

Blumenau (SC), em 01 de dezembro de 2015.

HEINRICH LUIZ PASOLD  
Diretor Geral da AGIR.

### ARIS

#### ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 02/2015

Processo Licitatório nº 49/2015

Pregão nº 04/2015

Ata de Registro de Preços nº 02/2015

Objeto: Aquisição de 02 veículos 0Km

Contratada: FIAT AUTOMÓVEIS S/A

CNPJ: nº 16.701.716/0001-56

Valor: R\$ 124.900,00 (cento e vinte e quatro mil e novecentos reais).

Florianópolis, 30 de novembro de 2015.

Adir Faccio  
Diretor Geral da ARIS

### CIGA

#### RESOLUÇÃO CIGA Nº 96, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015

Resolução nº 96, de 1º de dezembro de 2015

Altera o Orçamento do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) do exercício de 2015.

O Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), considerando o disposto no art. 5º da Resolução 81/2014. RESOLVE:

Art. 1º Abrir crédito adicional suplementar no orçamento do CIGA no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), por conta de excesso de arrecadação previsto no exercício de 2015, suplementando as dotações abaixo descritas:

Órgão Unidade	Funcional	Atividade	Despesa	Fonte	Valor
01.02	19.126.0002	2.002	3.3.90	0.1.00	R\$ 150.000,00
01.01	04.122.0001	2.001	3.1.90	0.1.00	R\$ 10.000,00
01.02	19.126.0002	2.002	3.1.90	0.1.00	R\$ 10.000,00
01.02	19.126.0002	2.002	4.4.90	0.1.00	R\$ 15.000,00
01.01	04.122.0001	2.001	4.4.90	0.1.00	R\$ 15.000,00
TOTAL					R\$ 200.000,00

Art.2º. Esta Resolução entra em vigor na data de publicação.

Florianópolis, 1º de dezembro de 2015.  
Charles Rafael Schwambach  
Prefeito de Braço do Trombudo  
Presidente do CIGA

## CIMCATARINA

### **AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0025/2015 - TIRAS PARA TESTE DE GLICOSE**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0025/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0028/2015

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Tiras para teste de glicose, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Municípios de Arroio Trinta, Brunópolis, Caçador, Fraiburgo, Frei Rogério, Ibiam, Iomerê, Itá, Lebon Régis, Macieira, Matos Costa, Monte Carlo, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Salto Veloso, Tangará, Timbó Grande, Videira, Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis e Hospital Municipal Frei Rogério de Tangará, durante o período de 02 de janeiro de 2016 à 31 de dezembro de 2016. JULGAMENTO: Menor Preço POR LOTE. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 horas do dia 02/12/2015 até às 09:00 horas do dia 16/12/2015. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:01 às 09:30 horas do dia 16/12/2015. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:31 horas do dia 16/12/2015. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF). LOCAL: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br). Acesso Identificado. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01. Fone (49) 3246 1206. Site: [www.cimcatarina.sc.gov.br](http://www.cimcatarina.sc.gov.br).

Fraiburgo (SC), 01 de dezembro de 2015.  
Elói Rönna  
Diretor Executivo do CIMCATARINA

### **RESOLUÇÃO 0030\_2015**

Resolução n. 0030/2015.

Divulga o resultado do Edital de Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº. 0003, de 12 de novembro de 2015.

O Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, Sr. Elói Rönna, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto, CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal 11.107/05 e Decreto Federal 6.017/05;

RESOLVE:’

Art. 1º. Fica divulgado que não houve inscritos no Edital de Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº. 0003, de 12 de novembro de 2015.

Art. 2º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de dezembro de 2015.  
Elói Rönna  
Diretor Executivo do CIMCATARINA

### **RESOLUÇÃO 0031\_2015**

Resolução n. 0031/2015.

Divulga a relação de inscritos e o resultado da classificação do Edital de Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº. 0004, de 12 de novembro de 2015.

O Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, Sr. Elói Rönna, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto, CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal 11.107/05 e Decreto Federal 6.017/05;

RESOLVE:’

Art. 1º. Fica divulgada a relação de inscritos e o resultado da classificação do Edital de Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº. 0004, de 12 de novembro de 2015, conforme Anexo I.

Art. 2º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



Fraiburgo, 01 de dezembro de 2015.  
Elói Rønnau  
Diretor Executivo do CIMCATARINA

RESOLUÇÃO N. 0031/2015

ANEXO I

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, Nº. 0004, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015.

RELAÇÃO DE INSCRITOS E CLASSIFICAÇÃO

CÓDIGO/FUNÇÃO		01 – Farmacêutico		
Ordem de Classificação	Número Inscrição	Nome	Pontuação	Data Nascimento
01	06	SANDRA ZONTA	10	06/11/1986
02	02	THATIANY DA SILVA	10	30/08/1989
03	07	ELÉIA REGINA DA ROSA LOCATELLI	08	14/09/1985

CÓDIGO/FUNÇÃO		03 – Advogado		
Ordem de Classificação	Número Inscrição	Nome	Pontuação	Data Nascimento
01	01	GABRIELA LOPES BESE	20	01 /12/1977
02	03	MANOELA VIERO	0	10/07/1992

CÓDIGO/FUNÇÃO		04 – Auxiliar de Limpeza		
Ordem de Classificação	Número Inscrição	Nome	Pontuação	Data Nascimento
01	04	MARIA CLARA PAULI RIBEIRO	8	11/08/1971
02	05	VERONICA APARECIDA PEREIRA RODRIGUES	2	23/01/1976

Para a função de Engenheiro Mecânico não teve inscritos.

Fraiburgo, 01 de dezembro de 2015.  
Elói Rønnau  
Diretor Executivo do CIMCATARINA

**CIS/AMFRI**

**EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PROGRAMA E RATEIO Nº. 07/2015**

Extrato de Contrato

EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PROGRAMA E RATEIO Nº. 07/2015

Município: Luis Alves/SC

Consórcio: Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí – CIS-AMFRI

Objeto: CLÁUSULA PRIMEIRA – - DOS VALORES E FORMA DE REPASSE - Considerando os investimentos em ações à saúde, realizados até o presente momento, o montante apurado no Contrato Principal não foi suficiente para a cobertura de gastos em respectivos, havendo desta forma, a necessidade da ampliação dos valores na importância de mais R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais), a serem pagos pelo CONTRATANTE conforme a utilização dos serviços. CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - O presente contrato correrá pela dotação orçamentária vigente no exercício de 2015. Permanecem inalteradas as demais condições e cláusulas não modificadas pelo presente Termo Aditivo.Data da Assinatura: 30/11/2015

Assinantes: Viland Bork pelo Município e Célio José Bernardino pelo Consórcio.



**RESOLUÇÃO N.º 004/2015**

RESOLUÇÃO N.º 004/2015

PROMOVE AJUSTES NO ORÇAMENTO VIGENTE

O Diretor Administrativo do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí – CIS-AMFRI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social, pelo Regimento Interno e de conformidade com o disposto no artigo 2.º da resolução 010/2014,

RESOLVE:

Artigo 1º - Ficam suplementados o seguinte item orçamentário:

ORGÃO: 01 CIS-AMFRI

UNIDADE: 08 FMS de Luís Alves

Projeto/Atividade: 2.014 – Prestação de Serviços de Luís Alves

Despesa: 28 3.3.90.00 Aplicações Diretas. . . . . R\$ 5.000,00

TOTAL ..... R\$ 5.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES ..... R\$ 5.000,00

Artigo 2.º - Para a suplementação prevista no artigo 1.º desta Resolução utilizar-se-á o resultado do excesso de arrecadação, conforme 1º termo aditivo ao contrato nº07/2015.

Artigo 3.º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itajaí (SC), 30 de Novembro de 2015.

CÉLIO JOSÉ BERNARDINO Diretor Administrativo do CIS-AMFRI	JEAN CARLOS COELHO CONTADOR CRC/SC N.º 28.914-O/6

---

**CITMAR**

---

**EXTRATO DE CONTRATO Nº. 07/2015**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE TURISMO COSTA VERDE E MAR.

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 07/2015

Objeto: É objeto do presente Termo a realização pela CONVENIENTE do “Verão Guararema 2016” nos municípios do litoral da região da AMFRI, durante o período de 19.12.2015 a 06.02.2016.

Fundamento Legal: §8º do art. 23 c/c art. 24, inciso II e Parágrafo Único da Lei Federal 8.666/93.

Valor Global: R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

Contratado: CS COMUNICAÇÃO LTDA – CNPJ n. 02.576.011/0001-40.

Vigência: 05.11.2015 a 25.02.2016.

Itajaí/SC, 05 de novembro de 2015.

Célio José Bernardino

Diretor Executivo CITMAR

---

**Consórcio CISAMA**

---

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO BANDO DO BRASIL 62.110-2**

TERMO DE ADESÃO ÀS CLÁUSULAS GERAIS DO

CONTRATO ÚNICO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

INTRODUÇÃO:

BANCO

BANCO DO BRASIL S.A.

Nome da Dependência: Lages

Prefixo da Agência: 0307-7

CNPJ: 00.000.000/0307-75

Endereço: Rua Manoel Thiago de Castro, nº 01 Centro

Cidade: Lages UF: SC CEP: 88.501-020

CONVENENTE:  
 CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE - CISAMA  
 CNPJ: 11.173.405/0001-48  
 MCI: 507703395  
 Conta corrente: 62.110-2  
 Endereço: Rua Otacílio Vieira da Costa, nº 112 Centro  
 Cidade: Lages UF: SC CEP: 88.501-050

O Banco do Brasil S.A., por sua agência supra doravante denominado apenas BANCO, neste ato representado pelos Senhores no final assinados, pactua com o CONVENENTE acima identificado, representado pelos senhores no final assinados, as condições adiante estabelecidas neste TERMO DE ADESÃO e nas CLÁUSULAS GERAIS DO CONTRATO ÚNICO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, registradas no Cartório do Primeiro Ofício de Registro de Títulos e Documentos da cidade de Brasília-DF, às quais o CONVENENTE adere e declara, ao assinar este Termo, dele ter pleno conhecimento, estar de acordo com seu teor, ter recebido cópia das referidas CLÁUSULAS GERAIS, bem como das informações técnicas referentes à sistemática de transmissão e recepção de dados.

#### PARÂMETROS PARA DÉBITO AUTOMÁTICO:

Número do Convênio(*1)		
Conta para crédito automático:	Agência 0307-7	Conta corrente: 62.110-2
Conta para débito da tarifa:	Agência 0307-7	Conta corrente: 62.110-2
Conta para débito de ressarcimento de prejuízos e multa:	Agência	Conta corrente:
Tarifa inicial por evento:	Tarifa	Valor
	Lançamento Débito Automático 118 2 7	R\$ 2,90
	Reprocessamento 118 2 15	R\$ 2,90
	2ª via de arquivo/relatório 118 1 8	R\$ 5,30
Periodicidade para débito de tarifa: ( x ) Na data do evento		
Float: 1 dia	Percentual de retenção de: 100 %	
Responsável pela coleta e guarda da Autorização de Débito:	( x ) Banco	
	( ) Conveniente	
	( ) Banco e Conveniente	
Versão do Leiaute: ( ) Versão 5 ( x ) Versão 4		
Leiaute disponível no Manual do Débito Automático da Versão publicada pela Febraban.		

Lages (SC), 20 de novembro de 2015.

BANCO DO BRASIL S/A

MAURILO OTÁVIO CAMPESTRINI, Bancário e Economista, casado(a) - comunhão parcial, residente em Lages-SC, portador do(a) carteira de identidade 595847 SSP SC inscrito no CPF/MF sob o número 508.200.879-04.

CONVENENTE  
 CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE - CISAMA

EDILSON JOSÉ DE SOUZA, Prefeito Municipal de Campos Belo do Sul (SC), solteiro, residente e domiciliado em Campo Belo do Sul (SC), portador da cédula de identidade nº 1823208 expedido por SESPDC SC e inscrito no CPF/MF sob o nº 610.553.529-53.

SELENIO SARTORI, Diretor Executivo, solteiro, residente e domiciliado em Lages (SC), portador da cédula de identidade nº 1965881-8 expedido por SESP SC e inscrito no CPF/MF sob o nº 712.938.849-87.

#### TESTEMUNHAS:

Nome: _____	Nome: _____
CPF: _____	CPF: _____

#### Observações:

(\*1) Definir os parâmetros de cada convênio cadastrado para o cliente.

(\*2) Inserir tantas contas centralizadas quantas necessárias.

(\*3) O conveniente indica no arquivo remessa os beneficiários (até 20 diferentes).

(\*4) O conveniente indica no máximo três beneficiários.

(\*5) Exclusivo para Pagamento a Fornecedores e Pagamentos Diversos. Não permitido para Pagamento de Salários.

" Para realizar suas transações bancárias o BANCO coloca à disposição os telefones de sua Central de Atendimento - CABB 4004 0001 (capitais e regiões metropolitanas) ou 0800 729 0001 (demais localidades). Para eventual elogio, sugestão, dúvida, informação, reclamação, denúncia, cancelamento, o BANCO coloca à disposição do CONVENENTE o Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722.

Para situações não solucionadas no atendimento normal, mediante protocolo do atendimento anterior, ligue para Ouvidoria BB 0800 729 5678. Para Deficientes Auditivos ligue 0800 729 0088. O SAC funciona 24 horas, 7 dias por semana, ou acesse o portal [www.bb.com.br](http://www.bb.com.br)."

## CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO BANDO DO BRASIL 44.843-5

TERMO DE ADESÃO ÀS CLÁUSULAS GERAIS DO  
CONTRATO ÚNICO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

### INTRODUÇÃO:

BANCO

BANCO DO BRASIL S.A.

Nome da Dependência: Lages

Prefixo da Agência: 0307-7

CNPJ: 00.000.000/0307-75

Endereço: Rua Manoel Thiago de Castro, nº 01 Centro

Cidade: Lages UF: SC CEP: 88.501-020

### CONVENIENTE:

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE - CISAMA

CNPJ: 11.173.405/0001-48

MCI: 507703395

Conta corrente: 44.843-5

Endereço: Rua Otacílio Vieira da Costa, nº 112 Centro

Cidade: Lages UF: SC CEP: 88.501-050

O Banco do Brasil S.A., por sua agência supra doravante denominado apenas BANCO, neste ato representado pelos Senhores no final assinados, pactua com o CONVENIENTE acima identificado, representado pelos senhores no final assinados, as condições adiante estabelecidas neste TERMO DE ADESÃO e nas CLÁUSULAS GERAIS DO CONTRATO ÚNICO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, registradas no Cartório do Primeiro Ofício de Registro de Títulos e Documentos da cidade de Brasília-DF, às quais o CONVENIENTE adere e declara, ao assinar este Termo, dele ter pleno conhecimento, estar de acordo com seu teor, ter recebido cópia das referidas CLÁUSULAS GERAIS, bem como das informações técnicas referentes à sistemática de transmissão e recepção de dados.

### PARÂMETROS PARA DÉBITO AUTOMÁTICO:

Número do Convênio(*1) 27061		
Conta para crédito automático:	Agência 0307-7	Conta corrente: 44.843-5
Conta para débito da tarifa:	Agência 0307-7	Conta corrente: 44.843-5
Conta para débito de ressarcimento de prejuízos e multa:	Agência	Conta corrente:
Tarifa inicial por evento:	Tarifa	Valor
	Lançamento Débito Automático 118 2 7	R\$ 2,90
	Reprocessamento 118 2 19	R\$ 2,90
	2ª via de arquivo/relatório 118 1 8	R\$ 5,30
Periodicidade para débito de tarifa: ( x ) Na data do evento		
Float: 1 dia	Percentual de retenção de: 100 %	
Responsável pela coleta e guarda da Autorização de Débito:	( X ) Banco ( ) Conveniente ( ) Banco e Conveniente	
Versão do Leiaute: ( ) Versão 5 ( x ) Versão 4 Leiaute disponível no Manual do Débito Automático da Versão publicada pela Febraban.		

Lages (SC), 20 de novembro de 2015.

BANCO DO BRASIL S/A

MAURILO OTÁVIO CAMPESTRINI, Bancário e Economiário, casado(a) – comunhão parcial, residente em Lages-SC, portador do(a) Carteira de Identidade 595847 SSP SC inscrito no CPF/MF sob o número 508.200.879-04.

### CONVENIENTE

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE - CISAMA

EDILSON JOSÉ DE SOUZA, Prefeito Municipal, solteiro, residente e domiciliado em Campo Belo do Sul (SC), portador da cédula de identidade nº 1823208 expedido por SESPDC SC e inscrito no CPF/MF sob o nº 610.553.529-53.

SELÊNIO SARTORI, Diretor Executivo, solteiro, residente e domiciliado em Lages (SC), portador da cédula de identidade nº 1965881-8 expedido por SESP SC e inscrito no CPF/MF sob o nº 712.938.849-87.

TESTEMUNHAS:

Nome:  
CPF:

Nome:  
CPF:

Observações:

(\*1) Definir os parâmetros de cada convênio cadastrado para o cliente.

(\*2) Inserir tantas contas centralizadas quantas necessárias.

(\*3) O conveniente indica no arquivo remessa os beneficiários (até 20 diferentes).

(\*4) O conveniente indica no máximo três beneficiários.

(\*5) Exclusivo para Pagamento a Fornecedores e Pagamentos Diversos. Não permitido para Pagamento de Salários.

" Para realizar suas transações bancárias o BANCO coloca à disposição os telefones de sua Central de Atendimento - CABB 4004 0001 (capitais e regiões metropolitanas) ou 0800 729 0001 (demais localidades). Para eventual elogio, sugestão, dúvida, informação, reclamação, denúncia, cancelamento, o BANCO coloca à disposição do CONVENIENTE o Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722. Para situações não solucionadas no atendimento normal, mediante protocolo do atendimento anterior, ligue para Ouvidoria BB 0800 729 5678. Para Deficientes Auditivos ligue 0800 729 0088. O SAC funciona 24 horas, 7 dias por semana, ou acesse o portal [www.bb.com.br](http://www.bb.com.br)."

### CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL CISAMA DEZEMBRO 2015

Ofício 119/2015. Lages, 30 de novembro de 2015.

CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA – CISAMA

Senhor (a) Prefeito (a),

Com nossas saudações vimos através deste, convocar Vossa Excelência e o(a) Vice Prefeito(a) para a Assembleia Geral Ordinária do Consórcio Intermunicipal Serra Catarinense - CISAMA a ser realizada no dia 18 de dezembro de 2014 (sexta-feira) com início às 09:00 horas e encerramento às 11:00 horas na Sede da AMURES, sito à Rua Otacílio Vieira da Costa, 112 – Centro – Município de Lages tendo a seguinte pauta:

1. Leitura, discussão e aprovação da ata anterior;
2. Eleição e posse do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal do CISAMA;
3. Assuntos Gerais;

Atenciosamente

Edilson José de Souza  
Presidente do CISAMA

### CIASAMREC

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2015 – 01/12/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO nº 002/2015 – 01/12/2015

Senhores Prefeitos,

Vimos pelo presente, convocá-los a participarem da Assembleia Geral Ordinária, no dia 15/12/2015 (terça-feira), às 16:00 horas, no Plenário da AMREC, atendendo o art. 21 inciso VII do Contrato de Consórcio, com a seguinte

ORDEM DO DIA

1. Proposta Orçamentária 2016;
2. Eleição e posse da Diretoria Executiva;
3. Eleição e posse do Conselho Fiscal;
4. Assuntos gerais.

A presença de Vossas Excelências é indispensável para o sucesso da nossa reunião. Não deixem de participar.

Atenciosamente,

Evandro Luis Gava  
Presidente do CIASAMREC

Felipe Bez Fontana Cambuzzi  
Diretor Executivo do CIASAMREC

**CIGAMERIOS****RESOLUÇÃO Nº 18/2015 - HOMOLOGA RESULTADO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2015**

	CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS
--	--

**RESOLUÇÃO Nº 0018/2015/ CIGAMERIOS**

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DA AVALIAÇÃO TÉCNICA DE MATERIAIS ODONTOLÓGICO E CORRELATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente do Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios – CIGAMERIOS, no uso de suas atribuições legais, considerando as disposições da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e a Resolução nº 003/2013,

**H O M O L O G A:**

Art. 1º - O julgamento proferido pelos membros da Comissão Especial, constituídos pela Resolução n.º 004, de 04 de maio de 2015, publicado no DOM/C nº 1771, do dia 26 de junho de 2015, responsáveis pela avaliação técnica e julgamento dos produtos, de acordo com a Chamada Pública nº 0002/2015, que tem como objeto a análise dos produtos em conformidade com as especificações técnicas apresentados pelos fabricantes e/ou fornecedores de materiais odontológicos e correlatos, interessados em participar de futuras licitações a serem realizadas pelo Consórcio e pelos Municípios consorciados.

Art. 2º - Fica homologado o Atestado de Aprovação conforme Termo de Análise em favor da empresa abaixo relacionada, conforme a descrição dos itens marca e/ou modelo que segue:

**I - ATESTADO DE APROVAÇÃO nº 0009/2015 – REFERENTE TERMO DE ANÁLISE nº 0009/2015.**

Empresa: SANTA LUCIA PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI, CNPJ nº 21.536.580/0001-06, com sede na Rua Marechal Deodoro da Fonseca, nº 814-E, Bairro Jardim Itália, CEP 89.802-141, Cidade de Chapecó, Santa Catarina.

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	MARCA
1	ABAIXADOR DE LÍNGUA BRUENINGS EM AÇO INOX COM ORIFÍCIOS, 19CM.	GOL-GRAN
2	ABRIDOR DE BOCA COM ABAIXADOR DE LÍNGUA EM PLÁSTICO (ADULTO E INFANTIL).	MAQUIRA
3	ABRIDOR DE BOCA MOLT ADULTO.	GOL-GRAN
4	ABRIDOR DE BOCA MOLT INFANTIL, COM BORRACHA NAS PONTAS.	INDUS-BELLO
5	ABRIDOR DE BOCA MOLT INFANTIL.	GOL-GRAN
6	ÁCIDO FOSFÓRICO 37% EM GEL, 2% DE CLORHEXIDINA, COM BAIXA VISCOSIDADE E SEM SILICA, SERINGA DE 2,5ML E ÁGUA PURIFICADA COM BICO DOZADOR DE METAL CURVO.	VILLEVIE
7	ÁCIDO FOSFÓRICO 37% EM GEL, 2% DE CLORHEXIDINA, COM BAIXA VISCOSIDADE E SEM SILICA, SERINGA DE 2,5ML.	VILLEVIE
9	ACRÍLICO AUTOPOLIMERIZÁVEL EM LÍQUIDO INCOLOR, FRASCO COM 250ML.	JET
10	ACRÍLICO AUTOPOLIMERIZÁVEL EM PÓ INCOLOR, FRASCO COM 220GR.	JET

11	ADESIVO FOTOPOLIMERIZÁVEL COM CARGA NANOMÉTRICA DE 5NM, "PRIMER" E "ADESIVO" EM FRASCO ÚNICO, COM 6G. INDICADO PARA RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL E CIMENTAÇÃO DE RESTAURAÇÕES INDIRETAS. FRASCO COM VEDAÇÃO ALTAMENTE CONFIÁVEL QUE PREVINA VAZAMENTOS, COM BICO ECONÔMICO QUE EVITE DESPERDÍCIO. COMPOSIÇÃO BIS-GMA, HEMA, DIURETANO DIMETADRILO, COPOLÍMEROS DO ÁCIDO POLIALCENÓICO, CANFOROQUINONA, ÁGUA E ETANOL, GICEROL 1.3 DIMETACRILATO, 10% EM PESO DE SÍLICA COLoidal COM 5 NANÔMETROS.	SINGLE BOND 2-3M
12	AFASTADOR FARABEUF	GOL-GRAN
13	AFASTADOR SENN MULLER AGUDO AÇO INOX	QUINELATO
14	ÁGUA DESTILADA, GALÃO COM 5 LITROS.	IODONTOSUL
15	ÁGUA OXIGENADA, 10VOL., FRASCO COM 1 LITRO.	RIOQUIMICA
16	AGULHA 25X7, BISEL TRIFACETADO, CÂNULA SILICONIZADA TAMANHOS E CALIBRES IDENTIFICADOS POR CORES DIFERENTES. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.	INJEX
17	AGULHA GENIVAL, 30G CURTA, CAIXA COM 100 UNIDADES.	INJEX
18	AGULHA GENIVAL, LONGA, CAIXA COM 100 UNIDADES.	INJEX
19	ALAVANCA APICAL RETA ADULTO, LÂMINA LONGA, AFIADA, FINA E CÔNCAVA PROJETADA PARA DESLIZAR NAS PAREDES DA CAVIDADE ALVEOLAR, CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL.	GOL-GRAN
20	ALAVANCA APICAL RETA DE HEIDBRINK	QUINELATO
21	ÁLCOOL ETÍLICO 70°INPM, FRASCO COM 1000ML.	DESYDRATER
22	ALGINATO CLASSE B TIPO I: COM ALTA PRECISÃO E CAPACIDADE DE CÓPIA, SENDO CAPAZ DE REPRODUZIR FACILMENTE DETALHES COM MENOS DE 50M DE ESPESSURA, REPRODUZ OS MAIS FINOS DETALHES DEVIDO A GRANDE COMPATIBILIDADE COM GESSO, APRESENTANDO BAIXA DEFORMAÇÃO PERMANENTE (APENAS 3%) EM CURTO TEMPO DE PRESSÃO (DE 1,35 A 2 MINUTOS) ALÉM DE EXCELENTE PROPRIEDADES DE TIXOTROPIA, ESCOAMENTO E ELASTICIDADE, RESISTÊNCIA AO RASGAMENTO, LIVRE DE POEIRA, PRESA RÁPIDA, COMPATIBILIDADE COM GESSOS ODONTOLÓGICOS, ALTA RESISTÊNCIA A COMPRESSÃO E BAIXA SENERESE E DESSECAÇÃO. PESO 454 GRAMAS.	JELTRA-TE PLUS, DENTSPLY
23	ALGINATO ESPECIAL PARA USO EM PRÓTESES REMOVÍVEIS, AROMA DE MENTA LIVRE DE POEIRA, ABSORÇÃO RÁPIDA DA ÁGUA, FÁCIL MISTURA, LONGA CONSERVABILIDADE DO MOLDE, ALGINATO TIXOTROPICO COM VERDE, MASSA HOMOGÊNEA E SUPERFÍCIES LISAS E COMPACTAS, DESINFECÇÃO SEGURA, COM STERIGUM, EMBALADO EM ATMOSFERA MODIFICADA.	HYDROGUM, ZHERMA-CK
24	ALGODÃO EM BOLAS HIDRÓFILO, COM FIBRAS 100%, ALGODÃO DEVE SER ALTAMENTE ABSORVENTE, PACOTE COM 100 GRAMAS.	NEVE
25	ALGODÃO HIDRÓFILO, COM FIBRAS 100% ALGODÃO ALTAMENTE ABSORVENTE. ROLO 500 GRAMAS.	NEVE



26	ALICATE PERFURADOR AINSWORTH, EM AÇO, TAMANHO 15CM.	GOL-GRAN
29	ALVEOLOTOMO LUER CURVO, FABRICADO EM AÇO INOXIDÁVEL AISI-420, 16 CM.	GOL-GRAN
37	ANTISSÉPTICO BUCAL COM GLUCONATO DE CLORHEXIDINO A 0,12% COM OS SEGUINTE COMPONENTES INATIVOS ÁGUA GLICERINA, ETANOL, POLISORBATO 20, COMPOSIÇÃO AROMÁTICA COM SABOR DE MENTA. FRASCO COM 1000 ML.	RIOHEX 0,12% RIOQUIMICA
38	ANTISSÉPTICO BUCAL, COM 1,5L, COM BICO DOSADOR.	LISTERINE
39	APLICADOR DE MATERIAL DENTÁRIO, TAMANHO REGULAR. CAIXA COM 100 UNIDADES.	KG BRUSH
40	APLICADOR DESCARTÁVEL, COM DOIS PONTOS DE DOBRA, PONTA EXTRA-FINE, CAIXA COM 100 UNIDADES.	KG BRUSH
41	APLICADOR DESCARTÁVEL, COM DOIS PONTOS DE DOBRA, PONTA FINE, CAIXA COM 100 UNIDADES.	KG BRUSH
42	ARCO DOBRÁVEL PARA ISOLAMENTO DE PLÁSTICO.	PRISMA
43	AVENTAL PLUMBÍFERO. TAMANHO MÍNIMO DE 100 X 60 CM, DE CHUMBO CIRÚRGICO, COM PROTETOR DE TIREÓIDE, PARA PROTEÇÃO DO PACIENTE, CONFECCIONADO EM BORRACHA PLUMBÍFERA ACABAMENTO EM TECIDO ESPECIAL LAVÁVEL.	KONEX
44	BABADOR DESCARTÁVEL COM VÍES, COR BRANCA, NÃO ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, HIPOALERGÊNICO, PACOTE COM 100 UNIDADES.	MAXDESCARTE
45	BABADOR ODONTOLÓGICO DESCARTÁVEL, IMPERMEÁVEL, COM DUAS CAMADAS DE PAPEL E UMA PLÁSTICA, COR BRANCA OU AZUL, PACOTE COM 100 UNIDADES.	BIODINAMICA
46	BANDA MATRIZ DE AÇO 0,05X5X500MM.	IODONTOSUL
47	BANDA MATRIZ DE AÇO 0,05X7X500MM.	IODONTOSUL
48	BANDEJA EM AÇO INOX DE 1ª QUALIDADE, RETANGULAR LISA, TAMANHO 22CMX12CMX1CM	FAVA
49	BICARBONATO DE SÓDIO PARA PROFILAXIA, COM ALTO GRAU DE PUREZA, GRANULAÇÃO EXTRA FINA, FLUIDIFICAÇÃO, AROMA NATURAL FRASCO COM 200GR.	AIRON MAQUIRA
50	BICARBONATO DE SÓDIO, PÓ PARA PROFILAXIA ODONTOLÓGICA, SABOR NATURAL. CAIXA COM 24 SACHES DE 40G.	AIRON MAQUIRA
51	BLOCO COM PAPEL IMPERMEÁVEL DESCARTÁVEL PARA ESPATULAÇÃO, TAMANHO 7X10CM, COM 50 FOLHAS.	SPEED GRAPH
52	BROCA CARBIDE Nº 701, PARA PEÇA RETA, COMPOSIÇÃO: CARBONETO DE TUNGSTÊNIO E AÇO INOXIDÁVEL	MICRODONT
53	BROCA CARBIDE Nº 702, PARA PEÇA RETA, COMPOSIÇÃO: CARBONETO DE TUNGSTÊNIO E AÇO INOXIDÁVEL	MICRODONT
54	BROCA 199Z EM AÇO INOX.	JET
55	BROCA 3083 DE AÇO INOXIDÁVEL GRAU CIRÚRGICO COM HASTE FG. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL.	MICRODONT
56	BROCA 3169 F EM AÇO COM PONTA DIAMANTADA.	KG
57	BROCA 3200 EM AÇO.	KG
58	BROCA BAIXA ROTAÇÃO Nº 245 (ESFÉRICA).	MICRODONT
59	BROCA BAIXA ROTAÇÃO PARA PEÇA RETA Nº 06.	MICRODONT
60	BROCA BAIXA ROTAÇÃO PARA PEÇA RETA Nº 07.	MICRODONT

61	BROCA BAIXA ROTAÇÃO PARA PEÇA RETA Nº 700.	MICRODONT
62	BROCA BAIXA ROTAÇÃO PARA PEÇA RETA Nº 703 L.	MICRODONT
63	BROCA BAIXA ROTAÇÃO PARA PEÇA RETA Nº 8.	MICRODONT
64	BROCA CARBIDE CIRÚRGICA Nº 2, PARA PEÇA RETA, COMPOSIÇÃO: CARBONETO DE TUNGSTÊNIO E AÇO INOXIDÁVEL.	MICRODONT
65	BROCA CARBIDE CIRÚRGICA Nº 4, PARA PEÇA RETA, COMPOSIÇÃO: CARBONETO DE TUNGSTÊNIO E AÇO INOXIDÁVEL.	MICRODONT
66	BROCA CARBIDE CIRÚRGICA Nº 8, PARA PEÇA RETA, COMPOSIÇÃO: CARBONETO DE TUNGSTÊNIO E AÇO INOXIDÁVEL.	MICRODONT
67	BROCA CARBIDE Nº 02.	MICRODONT
68	BROCA CARBIDE Nº 03.	MICRODONT
69	BROCA CARBIDE Nº 1, BAIXA ROTAÇÃO, COMPOSIÇÃO: CARBONETO DE TUNGSTÊNIO E AÇO INOXIDÁVEL, EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL.	MICRODONT
70	BROCA CARBIDE Nº 1/2, BAIXA ROTAÇÃO, COMPOSIÇÃO: CARBONETO DE TUNGSTÊNIO E AÇO INOXIDÁVEL, EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL.	MICRODONT
71	BROCA CARBIDE Nº 2, ALTA ROTAÇÃO, COMPOSIÇÃO: CARBONETO DE TUNGSTÊNIO E AÇO INOXIDÁVEL.	MICRODONT
72	BROCA CARBIDE Nº 2, BAIXA ROTAÇÃO, COMPOSIÇÃO: CARBONETO DE TUNGSTÊNIO E AÇO INOXIDÁVEL, EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL.	MICRODONT
73	BROCA CARBIDE Nº 3, BAIXA ROTAÇÃO, COMPOSIÇÃO: CARBONETO DE TUNGSTÊNIO E AÇO INOXIDÁVEL, EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL.	MICRODONT
74	BROCA CARBIDE Nº 329.	MICRODONT
75	BROCA CARBIDE Nº 4, BAIXA ROTAÇÃO, COMPOSIÇÃO: CARBONETO DE TUNGSTÊNIO E AÇO INOXIDÁVEL, EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL.	MICRODONT
76	BROCA CARBIDE Nº 5, BAIXA ROTAÇÃO, COMPOSIÇÃO: CARBONETO DE TUNGSTÊNIO E AÇO INOXIDÁVEL, EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL.	MICRODONT
77	BROCA CARBIDE Nº 5HL, HASTE LONGA, ALTA ROTAÇÃO, COMPOSIÇÃO: CARBONETO DE TUNGSTÊNIO E AÇO INOXIDÁVEL.	MICRODONT
78	BROCA CARBIDE Nº 701, PARA PEÇA RETA, COMPOSIÇÃO: CARBONETO DE TUNGSTÊNIO E AÇO INOXIDÁVEL.	JOTA
79	BROCA CARBIDE Nº 702, ALTA ROTAÇÃO, COMPOSIÇÃO: CARBONETO DE TUNGSTÊNIO E AÇO INOXIDÁVEL.	JOTA
80	BROCA CARBIDE Nº 702, PARA PEÇA RETA, COMPOSIÇÃO: CARBONETO DE TUNGSTÊNIO E AÇO INOXIDÁVEL.	JOTA
81	BROCA CIRÚRGICA 703 EM CARBONETO TUNGSTÊNIO.	JOTA
82	BROCA CIRÚRGICA HASTE LONGA Nº 08.	JOTA
83	BROCA CIRÚRGICA Nº 02.	MICRODONT
84	BROCA CIRÚRGICA Nº 04.	MICRODONT







117	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 3168 FF, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.	KG
118	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 3168, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.	KG
119	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 3195 F, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.	KG
120	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 3195 FF, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.	KG
121	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 3195, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.	KG
122	BROCA ENDO Z 22MM MEDIUM	DENTS-PLY
123	BROCA GATES GLINDEM Nº. 01, PARA BAIXA ROTAÇÃO 32MM.	DENTS-PLY
124	BROCA GATES GLINDEM Nº. 02, PARA BAIXA ROTAÇÃO 32MM.	DENTS-PLY
125	BROCA GATES GLINDEM Nº. 03, PARA BAIXA ROTAÇÃO 32MM.	DENTS-PLY
126	BROCA GATES GLINDEM Nº. 04, PARA BAIXA ROTAÇÃO 32MM.	DENTS-PLY
127	BROCA LENTULO COM 4-25MM.	DENTS-PLY
128	BROCA MAXICUT TUNGSTÊNIO Nº 72 FX 60	MEISINGER
129	BROCA MAXICUT TUNGSTÊNIO Nº 79 G 60	MEISINGER
130	BROCA PARA ACABAMENTO 3168. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.	KG
131	BROCA PARA BAIXA ROTAÇÃO Nº 1, FABRICADA EM AÇO CARBONO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL.	DENTS-PLY
132	BROCA PARA BAIXA ROTAÇÃO Nº 2, FABRICADA EM AÇO CARBONO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL.	DENTS-PLY

133	BROCA PARA BAIXA ROTAÇÃO Nº 3, FABRICADA EM AÇO CARBONO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL.	DENTS-PLY
134	BROCA PARA BAIXA ROTAÇÃO Nº 4, FABRICADA EM AÇO CARBONO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL.	DENTS-PLY
135	BROCA PARA BAIXA ROTAÇÃO Nº 5, FABRICADA EM AÇO CARBONO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL.	DENTS-PLY
136	BROCA PARA BAIXA ROTAÇÃO Nº 6, FABRICADA EM AÇO CARBONO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL.	DENTS-PLY
137	BROCA PARA BAIXA ROTAÇÃO Nº 7, FABRICADA EM AÇO CARBONO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL.	DENTS-PLY
138	BROCA PARA BAIXA ROTAÇÃO Nº 8, FABRICADA EM AÇO CARBONO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL.	DENTS-PLY
139	BROCA PARA OSSO ZECRYA LONGA EM AÇO CARBIDE.	MICRODONT
140	BROCA PARA PEÇA RETA DE TUNGSTÊNIO PARA DESGASTE Nº 1503.	AMERICAN BURS
141	BROCA PARA PEÇA RETA DE TUNGSTÊNIO PARA DESGASTE Nº 1507.	AMERICAN BURS
142	BROCA PARA PEÇA RETA DE TUNGSTÊNIO PARA DESGASTE Nº 1508.	AMERICAN BURS
143	BROCA PARA PEÇA RETA DE TUNGSTÊNIO PARA DESGASTE Nº 1510 – F.	AMERICAN BURS
144	BROCA PARA PEÇA RETA DE TUNGSTÊNIO PARA DESGASTE Nº 1594.	AMERICAN BURS
145	BROCA SHOFU CHAMA DE VELA.	DEDECO
146	BROCA SHOFU ESFÉRICA.	DEDECO
147	BROQUEIRO AUTOCLAVÁVEL DE PLÁSTICO COM NO MÍNIMO 12 FUROS.	INDUS-BELLO
148	BROQUEIRO AUTOCLAVÁVEL EM INOX PARA NO MÍNIMO 15 PONTAS FG (BROCA ALTA ROTAÇÃO).	MAQUIRA
149	CABO DE BISTURI Nº 3, MATERIAL CONFECCIONADO EM AÇO INOX. MATERIAL AUTOCLAVÁVEL.	GOLGRAN
150	CABO PARA ESPELHO LISO.	DUFLEX
151	CABO PARA ESPELHO.	GOLGRAN
152	CAIXA COLETORA PARA PERFURO CORTANTE 03 LITROS - COM BANDEJA COLETORA DE PAPELÃO, PAREDES E FUNDO RESISTENTE DE PAPELÃO E SACO PLÁSTICO, TRAVAS PROVISÓRIAS E PERMANENTE.	DESCARPACK
153	CAIXA PARA ESTERILIZAÇÃO EM AÇO INOX, MEDINDO 20X10X5CM.	FAVA
154	CALCADOR PAIVA, KIT COM 04 PEÇAS Nº 1, 2, 3, 4.	GOLGRAN
155	CÂMARA ESCURA, PORTÁTIL, OPACA, PARA REVELAÇÃO DE RX ODONTOLÓGICO.	ESSENCE DENTAL VH
156	CÂNULA DE ASPIRAÇÃO PARA ENDODONTIA, METÁLICA PONTA GROSSA MAIOR.	INDUS-BELLO
157	CÁPSULA DE AMÁLGAMA DE 1 PORÇÃO.	SDI GS80
158	CÁPSULA DE AMÁLGAMA DE 2 PORÇÃO.	SDIGS81
159	CARBONO EM FILME, CÓPIA EXTREMAMENTE FIEL, NÃO BORRA, FINO, COM ESPESSURA DE 0,02 MILÍMETROS E 10 CENTÍMETROS DE COMPRIMENTO POR FOLHA, COM 12 FOLHAS.	ACCUFILM

160	CARIOSTÁTICO LÍQUIDO 10%, 10ML.	IODON-TOSUL
161	CARTELA PARA RADIOGRAFIA ODONTOLÓGICA, PARA DUAS PELÍCULAS PERIAPICAIS. PACOTE COM 100 CARTELAS.	MAQUI-RA
162	CARTELA PLÁSTICA COM 06 FUROS, PARA RADIO-GRRAFIA PERIAPICAL, PACOTE COM 100 UNIDADES.	MAQUI-RA
163	CERA ROSA Nº 07, CAIXA COM 18 LÂMINAS.	ASFER
164	CERA UTILIDADE VERMELHA. CAIXA COM 5 LÂMINAS	CLASSI-CO
165	CIMENTO CIRÚRGICO LÍQUIDO, A BASE DE ÓXIDO DE ZINCO E EUGENOL, FRASCO COM 20ML.	DENTS-PLAY
166	CIMENTO CIRÚRGICO PÓ, A BASE ÓXIDO DE ZINCO E EUGENOL, FRASCO COM 50GR.	DENTS-PLAY
167	CIMENTO DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO RADIOPACO SISTEMA PASTA-PASTA. COMPOSIÇÃO ESTER GLICOL SALICILATO, FOSFATO DE CALCIO, TUNGSTATO DE CÁLCIO, ÓXIDO DE ZINCO, ETITOLUENO SULFONAMIDA, HIDRÓXIDO DE CÁLCIO DE TITANIO, ES-TEORATO DE ZINCO E CORANTE MINERAIS. APRESENTAÇÃO: 1 TUBO DE PASTA BASE COM 13GR, 1 TUBO DE PASTA CATA LIZADORA COM 11G E 1 BLOCO DE MISTURA. COM REGISTRO NA ANVISA.	HYDRO C
168	CIMENTO DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO RADIOPACO SISTEMA PASTA-PASTA. COMPOSIÇÃO ESTER GLICOL SALICILATO, FOSFATO DE CALCIO, TUNGSTATO DE CÁLCIO, ÓXIDO DE ZINCO, ETITOLUENO SULFONAMIDA, HIDRÓXIDO DE CÁLCIO DE TITANIO, ES-TEORATO DE ZINCO E CORANTE MINERAIS. APRESENTAÇÃO: 1 TUBO DE PASTA BASE COM 13GR, 1 TUBO DE PASTA CATALIZADORA, NÃO CONTENDO ÁGUA PURIFICADA NA SUA COMPOSIÇÃO. COM REGISTRO NA ANVISA.	HYDRO C
169	CIMENTO DE IONÔMERO DE VIDRO PARA CIMENTAÇÃO. COMPOSIÇÃO : PÓ : VIDRO DE FLUORSILICATO DE VIDRO, COPOLÍMEROS DE ÁCIDO CARBÔNICO (POLIACRÍLICO E MALEICO) E PIGMENTOS. LÍQUIDO: SOLUÇÃO DE ÁCIDO TARTÁRICO. APRESENTAÇÃO: KIT PEQUENO: 1 FRASCO COM 8G DE PÓ E 1 FRASCO DE LÍQUIDO COM 5 ML, COLHER DOSADORA E BLOCO DE ESPATULAÇÃO	MAXXION C
170	CIMENTO DE OXIFOSTATO DE ZINCO LÍQUIDO, COM 28ML.	SSWHITE
171	CIMENTO ENDODÔNTICO LÍQUIDO, FRASCO COM 10ML.	ENDO-FILL – DENTS-PLAY
172	CIMENTO ENDODÔNTICO PÓ, FRASCO COM 10GR.	ENDO-FILL – DENTS-PLAY
173	CIMENTO FOSFATO DE ZINCO PÓ, FRASCOM COM 28GR.	SSWHITE
174	CIMENTO IONÔMERO DE VIDRO RESTAURADOR FOTOPOLIMERIZÁVEL. APRESENTAÇÃO: 1 FRASCO DE PÓ A1 COM 5G, 1 FRASCO DE LÍQUIDO COM 2,5ML, 1 FRASCO DE PRIMER COM 2,5ML, 1 FRASCO DE ALPHA BOND COM 5ML.	VITRO FIL LC – DFL
175	CIMENTO REPARADOR PARA COMPLICAÇÕES ENDODÔNTICAS MTA. KIT COM 07 DOSES NA COR BRANCA.	MTA AN-GELOS
176	CINZÉL MICRO OCHSENBEIN ANGULADOS	MILLE-NIUM
177	CINZÉL MICRO OCHSENBEIN RETOS	MILLE-NIUM
178	CINZÉL PARA OSSO COM PONTA GOIVA Nº 1G, REF. 10505.	GOL-GRAN

179	CLOREHEXIDINE 2%, SOLUÇÃO AQUOSA PARA LIMPEZA DE CAVIDADES E INSTRUMENTOS, FRASCO COM 100ML.	MAQUI-RA
180	CLOREXIDINA 2%, FRASCO COM 1000ML.	VIC PHARMA
181	COLETE DE CHUMBO ADULTO COM PROTETOR DE TIREOIDE.	N MAR-TINS
182	COLGADURA INDIVIDUAL INOX, PACOTE COM 10 UNIDADES. PARA PRENDER E PENDURAR FILMES RADIOGRÁFICOS.	PRISMA
184	CONDENSADOR GUTAPERCHA MACSPADEN 25MM DE COMPRIMENTO Nº. 50, BLISTER COM 04 UNIDADES.	MAILLE-FER
185	CONDENSADOR GUTAPERCHA MACSPADEN 25MM DE COMPRIMENTO Nº. 60, BLISTER COM 04 UNIDADES.	MAILLE-FER
186	CONDENSADOR GUTAPERCHA MACSPADEN 25MM DE COMPRIMENTO Nº. 70, BLISTER COM 04 UNIDADES.	MAIL-LERFER
188	CONE ACESSÓRIO DE GUTAPERCHA B7, CAIXA COM 120 PONTAS.	TANARI
189	CONE ACESSÓRIO DE GUTAPERCHA B8, CAIXA COM 120 PONTAS.	TANARI
190	CONE ACESSÓRIO R7, ROLADAS A MÃO E COM ALTA PRECISÃO DE FORMATO. CAIXA COM 120 UNIDADES.	TANARI
191	CONE ACESSÓRIO, ROSA FM. CAIXA COM 120 UNIDADES.	DENTS-PLAY
192	CONE ACESSÓRIO, ROSA XF. CAIXA COM 120 UNIDADES.	DENTS-PLAY
193	CONE DE GUTAPERCHA, ROLADAS A MÃO COM ALTA PRECISÃO DE FORMATO, 2ª SÉRIE (45 À 80), CAIXA COM 120 PONTAS.	TANARI
195	CONE DE PAPEL ABSORVENTE 2ª SERIE 45-60. CAIXA COM 120 UNIDADES.	TANARI
196	CONE DE PAPEL ABSORVENTE 1ª SERIE 15-40. CAIXA COM 120 UNIDADES.	TANARI
197	CONE GUTA PERCHA PRINCIPAL, CALIBRADO DENTRO DOS PADRÕES DA ISO, OBTURADOR DE CANAL RADICULAR Nº 45. CAIXA COM 120 UNIDADES.	DENTS-PLY
198	CONE GUTA PERCHA SECUNDÁRIO R8, ROLADAS A MÃO E COM ALTA PRECISÃO DE FORMATO. CAIXA COM 120 UNIDADES.	TANARI
199	CONE PRINCIPAL DE GUTAPERCHA, ROLADAS A MÃO, COM ALTA PRECISÃO DE FORMATO, SÉRIE 1, CAIXA COM 120 PONTAS Nº. 25.	DENTS-PLY
200	CONE PRINCIPAL DE GUTAPERCHA, ROLADAS A MÃO, COM ALTA PRECISÃO DE FORMATO, SÉRIE 1, CAIXA COM 120 PONTAS Nº. 30.	DENTS-PLY
201	CONE PRINCIPAL DE GUTAPERCHA, ROLADAS A MÃO, COM ALTA PRECISÃO DE FORMATO, SÉRIE 1, CAIXA COM 120 PONTAS Nº. 35.	DENTS-PLY
202	CONE PRINCIPAL DE GUTAPERCHA, ROLADAS A MÃO, COM ALTA PRECISÃO DE FORMATO, SÉRIE 1, CAIXA COM 120 PONTAS Nº. 40.	DENTS-PLY
203	CREME DENTAL ADULTO, EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM TUBO PLÁSTICO COM 90 GRAMAS. FÓRMULA BÁSICA: DE 1400 A 1600 PPM DE FLÚOR, COM AROMA. APRESENTAR CERTIFICADO DE CONTROLE DE QUALIDADE DA ABO (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ODONTOLOGIA) E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE / ANVISA.	ICE FRESH
204	CREME DENTAL INFANTIL, EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM TUBO PLÁSTICO COM 50 GRAMAS. FÓRMULA BÁSICA: SEM FLÚOR, COM AROMA. APRESENTAR CERTIFICADO DE CONTROLE DE QUALIDADE DA ABO (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ODONTOLOGIA) E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE / ANVISA.	CONDOR

205	CUBA METÁLICA ENDODÔNTICA.	FAVA
206	CUBA PLÁSTICA, UTILIZADA PARA IMERSÃO DE ALICANTE E INSTRUMENTOS DIVERSOS EM DETERGENTE ENZIMÁTICO, CONFORME AS RECENTES RECOMENDAÇÕES DE BIOSSEGURANÇA. PRÁTICA ORGANIZADORA E RESISTENTE. CONJUNTO COM 3 PEÇAS: CUBA PLÁSTICA, ESCORREDOR E TAMPA. 23 X 10,5 X 31 CM (L X A X P). 383 G.	CRISTO-FOLI
207	CUNHA CERVICAL DE MADEIRA PARA O TRAVAMENTO DE MATRIZES. CAIXA COM 100 UNIDADES.	IODON-TOSUL
208	CURATIVO ALVEOLAR (ALVEOLEX), BISNAGA COM 20 GRAMAS.	IODON-TOSUL
209	CURETA DE LUCAS Nº 85. MATERIAL EM AÇO INOX. CABO OITAVADO	GOL-GRAN
210	CURETA GRACEY 11-12 DE CABO OCO E GROSSO	DUFLEX
211	CURETA GRACEY 1-2 DE CABO OCO E GROSSO	DUFLEX
212	CURETA GRACEY 13-14 DE CABO OCO E GROSSO	DUFLEX
213	CURETA GRACEY 3-4 DE CABO OCO E GROSSO	DUFLEX
214	CURETA GRACEY 5-6 DE CABO OCO E GROSSO	DUFLEX
215	CURETA GRACEY 7-8 DE CABO OCO E GROSSO	DUFLEX
216	CURETA GRACEY 9-10 DE CABO OCO E GROSSO	DUFLEX
217	CURETA MCCALL 13-14 DE CABO OCO E GROSSO	DUFLEX
218	CURETA MCCALL 17-18 DE CABO OCO E GROSSO	DUFLEX
219	CURETA PARA DENTINA.	DUFLEX
220	CURETA UNIVERSAL DE MCCALL #13-14.	DUFLEX
221	CURETAS DE RASPAGEM TIPO GRACEY, CONFECIONADA COM LIGA DE AÇO EXCLUSIVA, COM ALTO TEOR DE CARBONO E CROMO, COM CABO OCO NºS. 5/6, 11/12, 13/14 E 7/8.	GOL-GRAN
222	DEDEIRA DE BORRACHA PARA AMÁLGAMA	JON
223	DESCOLADOR DE MOLT 2-4	MILLENIUM
224	DESINFETANTE (GERMICIDA) DE SUPERFÍCIE FIXA, BACTERICIDA, BACTERIOSTÁTICO, GERMICIDA E FUNGICIDA COM PRINCÍPIO ATIVO QUATERNÁRIO DE AMÔNIO, (LÍQUIDO ROSA) FRASCO COM 1000ML.	RIOQUIMICA
225	DESINFETANTE (GERMICIDA), SOLUÇÃO A BASE DE QUATERNÁRIO DE AMÔNIO E FORMOLDEÍDO (DESINFETANTE HOSPITALAR DE ARTIGOS SEMI- CRÍTICOS), GALÃO COM 5 LITROS.	RIOQUIMICA
226	DESSENSIBILIZANTE GEL 2%, COM NITRATO DE POTÁSSIO + FUORETO DE SÓDIO, CONTÉM 1 SERINGA COM 2,5GR DE PRODUTO E 1 PONTEIRA.	VILLEVIE
227	DETERGENTE ENZIMÁTICO, PARA LIMPEZA DE ARTIGOS MÉDICOS HOSPITALARES COMPOSTO POR 03, 04 OU 05 ENZIMAS, DETERGENTE NÃO IÔNICO/ ANIÔNICO, PH NEUTRO, BIODEGRADÁVEL, NÃO CORROSIVO PARA METAIS, PARA SER UTILIZADO EM TEMPERATURA AMBIENTE OU AQUECIDA PARA PROCESSOS DE LIMPEZA MANUAL OU AUTOMATIZADO, DE AÇÃO RÁPIDA, VOLUME DE 5.000 ML, DILUIÇÃO DE 2,0 ML POR LITRO, POUCA FORMAÇÃO DE ESPUMA, SEM ODOR AGRESSIVO NA FORMA CONCENTRADA OU DILUÍDA, SEM CORANTE, FRASCO COM 1000ML.	RYOZIME IV NEUTRO
228	DETERGENTE ENZIMÁTICO, PARA LIMPEZA DE ARTIGOS MÉDICOS HOSPITALARES COMPOSTO POR 03, 04 OU 05 ENZIMAS, DETERGENTE NÃO IÔNICO/ ANIÔNICO, PH NEUTRO, BIODEGRADÁVEL, NÃO CORROSIVO PARA METAIS, PARA SER UTILIZADO EM TEMPERATURA AMBIENTE OU AQUECIDA PARA PROCESSOS DE LIMPEZA MANUAL OU AUTOMATIZADO, DE AÇÃO RÁPIDA, VOLUME DE 5.000 ML, DILUIÇÃO DE 2,0 ML POR LITRO, POUCA FORMAÇÃO DE ESPUMA, SEM ODOR AGRESSIVO NA FORMA CONCENTRADA OU DILUÍDA. SEM CORANTE. GALÃO COM 5 LITROS.	RYOZIME IV NEUTRO

229	DISCOS DE LIXA PARA ACABAMENTO E POLIMENTO DE MATERIAIS RESTAURADORES COM GRANULAÇÃO FINA, MÉDIA, GROSSA, COM MANDRIL DE PRESSÃO.	TDV
230	E.D.T.A, COMPOSTO QUELANTE A BASE DE ÁCIDO ETILENODIAMINO TETRA ACÉTICO, EMBALAGEM COM 20ML, REGISTRO NA ANVISA/MS.	IODON-TOSUL
231	ESCAVADOR DE DENTINA Nº 5	DUFLEX
232	ESCOVA DE AÇO, PARA LIMPEZA DE BROCAS, CERDAS DE AÇO E TUBO DE PLÁSTICO.	PRISMA
233	ESCOVA DE MÃO, DESCARTÁVEL. CAIXA COM 50 UNIDADES.	CONDOR
234	ESCOVA DE ROBSON, PARA CONTRA-ÂNGULO, RETA, COR PRETA.	MICRO-DONT
235	ESCOVA DE ROBSON, PLANA, COR BRANCA.	MICRO-DONT
236	ESCOVA DENTAL ADULTO, CERDAS DE NYLON MACIAS, COM 04 (QUATRO) FILEIRAS DE TUFOS, COM NO MÍNIMO 34 TUFOS DE CERDAS APARADAS E ARREDONDADAS UNIFORMEMENTE NA MESMA ALTURA, COM FEIXES DE CERDAS HOMOGÊNEAS, ESCOVA COMPACTA, CABO OPACO, ANATÔMICO EM POLIPROPILENO ATÓXICO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 17 CM. A ESCOVA DEVE CONTER A MARCA IMPRESSA EM RELEVO NO CABO. POSSUIR CERTIFICADO DE CONTROLE DE QUALIDADE DA ABO (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ODONTOLOGIA) E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE / ANVISA, DE ACORDO COM A PORTARIA N.º 97, DE 26 DE JUNHO DE 1996. EMBALADA INDIVIDUALMENTE COM ESTOJO PLÁSTICO PROTETOR DE CERDAS, TIPO MALETA, EM SAQUINHO PLÁSTICO LACRADO, TIPO FLOW PACK.	CONDOR
237	ESCOVA DENTAL ADULTO, CERDAS DE NYLON MACIAS, COM 04 (QUATRO) FILEIRAS DE TUFOS, COM NO MÍNIMO 34 TUFOS DE CERDAS APARADAS E ARREDONDADAS UNIFORMEMENTE NA MESMA ALTURA, COM FEIXES DE CERDAS HOMOGÊNEAS, ESCOVA COMPACTA, CABO OPACO, ANATÔMICO EM POLIPROPILENO ATÓXICO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 17 CM. A ESCOVA DEVE CONTER A MARCA IMPRESSA EM RELEVO NO CABO. POSSUIR CERTIFICADO DE CONTROLE DE QUALIDADE DA ABO (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ODONTOLOGIA) E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE / ANVISA, DE ACORDO COM A PORTARIA N.º 97, DE 26 DE JUNHO DE 1996. EMBALADA INDIVIDUALMENTE COM ESTOJO PLÁSTICO PROTETOR DE CERDAS, TIPO MALETA, EM SAQUINHO PLÁSTICO LACRADO, TIPO FLOW PACK.	CONDOR
238	ESCOVA DENTAL INFANTIL, CERDAS DE NYLON MACIAS, COM 04 (QUATRO) FILEIRAS DE TUFOS, COM NO MÍNIMO 28 TUFOS DE CERDAS APARADAS E ARREDONDADAS UNIFORMEMENTE NA MESMA ALTURA, COM FEIXES DE CERDAS HOMOGÊNEAS, ESCOVA COMPACTA, CABO OPACO, ANATÔMICO EM POLIPROPILENO ATÓXICO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 15 CM. A ESCOVA DEVE CONTER A MARCA IMPRESSA EM RELEVO NO CABO. POSSUIR CERTIFICADO DE CONTROLE DE QUALIDADE DA ABO (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ODONTOLOGIA) E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA, DE ACORDO COM A PORTARIA N.º 97, DE 26 DE JUNHO DE 1996. EMBALADA INDIVIDUALMENTE COM ESTOJO PLÁSTICO PROTETOR DE CERDAS, TIPO MALETA, EM SAQUINHO PLÁSTICO LACRADO, TIPO FLOW PACK.	CONDOR
239	ESPAÇADOR DIGITAL CÔNICO. ABCD 25MM (COM 4 UNIDADES SORTIDAS)	MAILLEFER
241	ESPÁTULA EM TITÂNIO DE INSERÇÃO, MOD. THOMPSON Nº 1.	QUINELATO



242	ESPÁTULA EM TITÂNIO, MODELO THOMPSON Nº 4.	QUINE-LATO
243	ESPÁTULA EM TITÂNIO, MODELO THOMPSON Nº 6.	QUINE-LATO
244	ESPÁTULA Nº 24, CONFECCIONADA EM METAL	GOL-GRAN
245	ESPÁTULA PARA INSERÇÃO DE RESINA COMPOSTA N. 4.	PRISMA
246	ESPÁTULA PLÁSTICA PARA MANIPULAÇÃO DE ALGINATO E GESSO.	MAQUIRA
247	ESPELHO CLÍNICO Nº 3 PARA REPOSIÇÃO AÇO INOXIDÁVEL.	PRISMA
248	ESPELHO DE MÃO COM CABO	MEDFIO
249	ESPELHO ODONTOLÓGICO, PLANO Nº 05.	REFLEX
250	ESPONJA HEMOSTÁTICA DE COLÁGENO HIDROLIZADO, CAIXA COM 10 UNIDADES.	TE-CHNEW – HEMOSPON
251	EUGENOL LÍQUIDO, FRASCO COM 20ML.	IODONTOSUL
252	EVIDENCIADOR DE PLACA BACTERIANA A BASE DE FUCSINA BÁSICA EM SOLUÇÃO PRONTA PARA USO, FRASCO DOM 500 ML.	IODONTOSUL
253	EXTIRPA NERVOS, CARTELA COM 10 UNIDADES.	DENTSPLY
254	FILME RADIOGRÁFICO OCLUSAL. CAIXA COM 25 UNIDADES.	KODAK INSIGTH
257	FIO AGULHADO DE NYLON, Nº 03, AGULHA 1/2, CAIXA COM 24 UNIDADES.	TECHNOFIO
258	FIO AGULHADO DE NYLON, Nº 04, AGULHA 1/2, CAIXA COM 24 UNIDADES.	TECHNOFIO
259	FIO AGULHADO DE SEDA PARA SUTURA ODONTOLÓGICA PRETA-TRANÇADA 3-0, COM 45CM, AGULHA TRIANGULAR/CORTANTE, NÃO ABSORVÍVEL E ESTÉRIL. CAIXA COM 24 UNIDADES.	TECHNOFIO
260	FIO AGULHADO DE SEDA, Nº 03, AGULHA 1/2, CAIXA COM 24 UNIDADES.	TECHNOFIO
261	FIO AGULHADO DE SEDA, Nº 04, AGULHA 1/2, CAIXA COM 24 UNIDADES.	TECHNOFIO
262	FIO DE SUTURA AGULHADO DE NYLON MONOFILAMENTO COM AGULHA CURTA 4.0 NYLON PRETO, POLIAMIDA MONOFILAMENTO, ESTÉRIL EM RAIOS GAMA, 45CM, AGULHA MICRO PONTA PLÁSTICA Nº 2.0CM, COM REGISTRO NA ANVISA, CAIXA COM 24 UNIDADES.	TECHNOFIO
263	FIO DE SUTURA AGULHADO DE NYLON MONOFILAMENTO COM AGULHA CURTA 5.0 NYLON PRETO, POLIAMIDA MONOFILAMENTO, ESTÉRIL EM RAIOS GAMA, 45CM, AGULHA MICRO PONTA PLÁSTICA Nº 2.0CM, COM REGISTRO NA ANVISA, CAIXA COM 24 UNIDADES.	TECHNOFIO
264	FIO DENTAL EM POLIAMIDA, ENCERADO E COM AROMA, EXTRA FINO, ROLO DE 25M.	MED FIO
265	FIO DENTAL EM POLIAMIDA, ENCERADO E COM AROMA, EXTRA FINO. ROLO DE 100M.	MED FIO
266	FIO DENTAL EM POLIAMIDA, ENCERADO E COM AROMA, EXTRA FINO. ROLO DE 50M.	MED FIO
267	FIO DENTAL EM POLIAMIDA, ENCERADO E COM AROMA, EXTRA FINO. ROLO DE 100M.	MED FIO
268	FIO DENTAL EM POLIAMIDA, ENCERADO E COM AROMA. ROLO DE 500M.	TOPZ
269	FIO GENGIVAL 00	BIODINAMICA
270	FIO GENGIVAL 000	BIODINAMICA

271	FITA ADESIVA DE AUTOCLAVE 19MM X 30M, DORSO DE PAPEL CREPADO À BASE DE BORRACHA NATURAL, NA OUTRA FACE, FINA CAMADA IMPERMEABILIZADA DE RESINA ACRÍLICA, COM INDICADOR DE ESTERILIZAÇÃO (LISTAS DIAGONAIS DE TINTA TERMOREATIVA QUE QUANDO ESTERILIZADAS, MUDAM A COLORAÇÃO DE BRANCO PARA PRETO. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO)).	NEVE
273	FIXADOR DE RAIOS X, COMPOSIÇÃO 80 A 85% CONTENDO ÁGUA, E AUSÊNCIA DE ÁCIDO ACÉTICO, FRASCO COM 475 ML, PRONTO PARA USO.	KODAK
274	FLUÓR (LÍQUIDO) USO TÓPICO, PARA BOCHECHO, FRASCO COM 500ML.	IODONTOSUL
275	FLUÓR ACIDULADO (1,23% F) GEL, FRASCO DE 200ML.	IODONTOSUL
276	FLUÓR GEL, NEUTRO 2%, PARA APLICAÇÃO TÓPICA, FRASCO COM 200ML.	IODONTOSUL
277	FLUORETO DE SÓDIO, SACHE COM 2 GRAMA PARA BOCHECHOS SEMANAIS.	IODONTOSUL
278	FÓRCEPS Nº 150	GOL-GRAN
279	FÓRCEPS Nº 150, INFANTIL	GOL-GRAN
280	FÓRCEPS Nº 151	GOL-GRAN
281	FÓRCEPS Nº 151, INFANTIL	GOL-GRAN
282	FÓRCEPS Nº 16	GOL-GRAN
283	FÓRCEPS Nº 65	GOL-GRAN
284	FÓRCEPS Nº 66	GOL-GRAN
285	FÓRCEPS Nº 68	GOL-GRAN
286	FÓRCEPS Nº 69	GOL-GRAN
287	FORMOCRESOL, FRASCO COM 10ML.	IODONTOSUL
288	GAVETEIRO CLÍNICO ODONTOLÓGICO, COM RODÍZIOS COMPOSTO POR 3 GAVETAS DE 06CM E 4 GAVETAS DE 12CM CONFECCIONADO EM MADEIRA, GAVETAS PLÁSTICAS EM POLIESTIRENO, PUXADORES EM ALUMÍNIO.	ODONTOPLAY
289	GAZE EM COMPRESSA - GAZE HIDRÓFILA, CONFECCIONADA COM 13 FIOS, EM TAMANHO 7,5 X 7,5CM E 15 X 30 CM ABERTA, COM 5 DOBRAS, 8 CAMADAS, BORDAS DEVIDAMENTE VOLTADA PARA DENTRO, COM PESO MÍNIMO DE 450GR POR PACOTE, DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT E ESPECIFICAÇÕES DA NBR 13843, EMBALADA EM PACOTES COM 500 PEÇAS POR PACOTE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	NEVE
290	GEL ANESTÉSICO TÓPICO, BENSOCAINA A 20%, COM 12G.	BENZO-TOP DFL
291	GELO SECO.	MAQUIRA
292	GESSO COMUM BRANCO, TIPO II, PACOTE COM 2KG.	ASFER
293	GESSO ESPECIAL, GESSO DE ALTA EXPANSÃO (MICRO GRANULADO), PACOTE COM 100GR.	SSWHITE
295	GORRO DESCARTÁVEL, COM ELÁSTICO, COR BRANCA, PACOTE COM 100 UNIDADES.	DESCARPACK
296	GORRO DESCARTÁVEL, MODELO MASCULINO, COR BRANCA, PACOTE COM 10 UNIDADES.	FAVA
297	GRAMPO IVORY 212.	PRISMA
298	GRAMPO PARA ISOLAMENTO 204.	PRISMA

299	GRAMPO PARA ISOLAMENTO 206.	PRISMA
300	GRAMPO PARA ISOLAMENTO 208.	PRISMA
301	GRAMPO PARA ISOLAMENTO 211.	PRISMA
302	GRAMPO PARA ISOLAMENTO 26.	PRISMA
303	GRAMPO PARA ISOLAMENTO W8A.	PRISMA
304	GRAMPO PARA REVELAR RAO X ODONTOLOGICOS.	GOL-GRAN
305	GRAU DE BORRACHA, PARA GESSO E ALGINATO, CAPACIDADE 350ML.	MAQUI-RA
306	HEMOSTÁTICO LÍQUIDO, FRASCO COM 10ML.	DENTS-PLAY
307	HIDRÓXIDO DE CÁLCIO FOTOPOLIMERIZÁVEL PARA FORRAMENTO COR SEMELHANTE A DENTINA. APRESENTAÇÃO: SERINGA COM PONTAS PARA APLICAÇÃO.	MAQUI-RA
308	HIDRÓXIDO DE CÁLCIO, P.A, FRASCO COM 10GR.	IODON-TOSUL
309	HIPOCLORITO DE SÓDIO 1%, SOLUÇÃO 2,5%, FRASCO COM 1000ML.	ASFER
310	IODOFÓRMIO PÓ, FRASCO COM 10GR.	IODON-TOSUL
311	IONÔMERO DE VIDRO DE PRESA QUÍMICA PARA RESTAURAÇÃO DENTAL, KIT CONTENDO: UM FRASCO DE CIMENTO EM PÓ COM 10G, UM FRASCO DE LÍQUIDO COM 8G, UM DOSADOR DE PÓ E UM BLOCO DE ESPATULAÇÃO, COR A3.	MAXXION R
312	IONÔMERO DE VIDRO DE PRESA QUÍMICA PARA RESTAURAÇÃO DENTAL, KIT CONTENDO: UM FRASCO DE CIMENTO EM PÓ COM 10G, UM FRASCO DE LÍQUIDO COM 8G, UM DOSADOR DE PÓ E UM BLOCO DE ESPATULAÇÃO, COR A2.	MAXXION R
313	IONÔMERO DE VIDRO PARA RESTAURAÇÃO, APRESENTADO NA FORMA DE LÍQUIDO, FRASCO COM 8ML.	VIDRIOS R
314	JALECO BRANCO CIRÚRGICO DESCARTÁVEL DE TNT, TAMANHO GRANDE (G), MANGA LONGA COM RIBANA, PARA AMARRAR NAS COSTAS, PACOTE COM 10 UNIDADES.	SKY
316	KIT CIRÚRGICO DE CAMPO ESTERILIZADO. CONTENDO: 02 TOALHAS DE MÃO (COMPRESSA CIRÚRGICA), 02 AVENTAIS CIRÚRGICOS BRANCO (AMARRAÇÃO NAS COSTAS), 01 CAMPO PARA BANCADA GRANDE TAMANHO MÍNIMO 1,20 X 0,50, 01 CAMPO DE MESA TAMANHO 0,70X0,70, 01 PROTETOR DE REFLETOR, 02 PROTETORES DE SUGADOR/ MANGUEIRA TAMANHO 1,20 X 0,08, 01 CAMPO CIRÚRGICO TAMANHO 1,20 X 0,70 COM FENESTRA DIÂMETRO 11CM. MATERIAL EM TNT ESPESSURA GROSSA.	SKY
317	KIT COM BORRACHAS PARA POLIMENTO DE RESINA COMPOSTA, COM 7 UNIDADES, COM TAMANHOS DIVERSOS PARA BAIXA ROTAÇÃO (TAÇA, DISCO E CHAMA DE VELA).	DENTS-PLY
318	KIT CONTENDO: 01 CANETA DE ALTA-ROTAÇÃO PUSH-BOTTON, ROTAÇÃO MÁXIMA 380.000 RPM COM 64 DECIBEIS, SPRAY TRIPLO ROTAÇÃO, TORQUE DE 0,13N CM, ESTERILIZÁVEL EM AUTOCLAVE; 01 CONTRA- ÂNGULO, ESTERILIZÁVEL EM AUTOCLAVE; 01 MICRO-MOTOR, MAX. 20.000 RPM; 01 PEÇA RETA ESTERILIZÁVEL EM AUTOCLAVE. EQUIPAMENTO COM REGISTRO NA ANVISA E CERTIFICADO DE BPF.	KAVO
319	KIT DE ASPIRAÇÃO E IRRIGAÇÃO ENDODÔNTICO, CONTENDO 3 PEÇAS DE AGULHA COM ADAPTADOR E 1 PEÇA INTERMEDIÁRIO METÁLICO.	INDUS-BELLO

320	KIT PONTAS DE ACABAMENTO/POLIMENTO DE SILICONE PARA RESINA COMPOSTA. KIT CONTENDO 4 SILICONES ABRASIVOS DE GRANULAÇÃO FINA E 4 SILICONES ABRASIVOS DE GRANULAÇÃO EXTRA FINA.	MICRO-DONT
321	LÂMINA BISTURI Nº 11, EM AÇO CARBONO ESTERILIZADA, CAIXA COM 100 UNIDADES.	SOLIDOR
322	LÂMINA BISTURI Nº 12, EM AÇO CARBONO ESTERILIZADA, CAIXA COM 100 UNIDADES.	SOLIDOR
323	LÂMINA CIRÚRGICA 15 DE AÇO INOX E ESTERILIZADA SOB RADIAÇÃO GAMA, EMBALADA UNITARIAMENTE EM ENVELOPE CONSTITUÍDO PELA ESTRUTURA ALUMÍNIO-POLI, FECHADO POR TERMOSELAGEM. CAIXA COM 100 UNIDADES.	MEDGOL-MANN
324	LÂMINA CIRÚRGICA 15C DE AÇO INOX E ESTERILIZADA SOB RADIAÇÃO GAMA, EMBALADA UNITARIAMENTE EM ENVELOPE CONSTITUÍDO PELA ESTRUTURA ALUMÍNIO-POLI, FECHADO POR TERMOSELAGEM. CAIXA COM 100 UNIDADES.	MEDGOL-MANN
325	LÂMPADA PARA APARELHO FOTOPOLIMERIZADOR, DICRÓICA, Nº 12 V/75W.	OSRAM
326	LAMPARINA DE VIDRO Á ÁLCOOL COM TAMPAMETÁLICA E PAVIO.	GOL-GRAN
327	LENÇO DE CAMURÇA PARA AMALGAMA.	JON
328	LENÇOL DE BORRACHA, UTILIZADO PARA ISOLAMENTO ABSOLUTO DO CAMPO OPERATÓRIO, REDUZINDO A POSSIBILIDADE DE CONTAMINAÇÃO, CAIXA COM 26 UNIDADES.	MAXITEX
329	LENTULO 1ª SERIE, 25MM.CAIXA COM 40 UNIDADES	DENTPLY
330	LIMA 1ª SERIE K FLEXO FILE A012 C-, 21MM, LIMA MANUAL ENDODONTICA EM AÇO INOXIDÁVEL COM 17% DE CROMO E 8% DE NÍQUEL, FABRICADO POR TORÇÃO, SECÇÃO TRANSVERSAL TRIANGULAR, EMPREGADA NA INSTRUMENTAÇÃO DE CANAIS RADICULARES TIPO FLEXO FILE. CAIXA COM 06 UNIDADES.	DENTPLY
331	LIMA DE SCHULIGER 09-10 CURVA	MILLENIUM GOL-GRAN
332	LIMA ENDODÔNTICA 1ª SÉRIE DE 25MM FLEXOFILE, COM CURSOR DE ESPESSURA 1,5 MM, CABO ARREDONDADO PARA ADAPTAÇÃO EM CONTRA-ÂNGULO E4R OSCILATÓRIO COM REDUÇÃO 4:1, PADRÕES ISO DE CALIBRES 006 A 140 E DE CONICIDADE .02. CAIXA COM 06 UNIDADES (15 À 40).	DENTPLY
333	LIMA ENDODÔNTICA 1ª SÉRIE DE 31MM FLEXOFILE, COM CURSOR DE ESPESSURA 1,5MM, COM CABO ARREDONDADO PARA ADAPTAÇÃO EM CONTRA-ÂNGULO E4R OSCILATÓRIO COM REDUÇÃO 4:1, PADRÕES ISO DE CALIBRES 006 A 140 E DE CONICIDADE .02. CAIXA COM 6 UNIDADES (15 À 40).	DENTPLY
334	LIMA ENDODÔNTICA 2ª SÉRIE DE 25MM FLEXOFILE, COM CURSOR DE ESPESSURA 1,5MM, COM CABO ARREDONDADO PARA ADAPTAÇÃO EM CONTRA-ÂNGULO E4R OSCILATÓRIO COM REDUÇÃO 4:1, PADRÕES ISO DE CALIBRES 006 A 140 E DE CONICIDADE .02. CAIXA COM 6 UNIDADES (45 À 80).	DENTPLY
336	LIMA ENDODÔNTICA K-FILE 21MM 1ª SÉRIE, COM 06 UNIDADES.	DENTPLY
337	LIMA ENDODÔNTICA K-FILE 25MM 1ª SÉRIE, COM 06 UNIDADES.	DENTPLY

338	LIMA ENDODÔNTICA TIPO FF Nº 20 25MM, COM CURSOR DE ESPESSURA 1,5MM, COM CABO ARREDONDADO PARA ADAPTAÇÃO EM CONTRA-ÂNGULO E4R OSCILATÓRIO COM REDUÇÃO 4:1, PADRÕES ISO DE CALIBRES 006 A 140 E DE CONICIDADE .02. CAIXA COM 06 UNIDADES.	DENTPLY
339	LIMA ENDODÔNTICA TIPO K Nº 06 25MM, COM CURSOR DE ESPESSURA 1,5MM, COM CABO ARREDONDADO PARA ADAPTAÇÃO EM CONTRA-ÂNGULO E4R OSCILATÓRIO COM REDUÇÃO 4:1, PADRÕES ISO DE CALIBRES 006 A 140 E DE CONICIDADE .02. CAIXA COM 06 UNIDADES.	DENTPLY
340	LIMA ENDODÔNTICA TIPO K Nº 08 25MM, COM CURSOR DE ESPESSURA 1,5MM, COM CABO ARREDONDADO PARA ADAPTAÇÃO EM CONTRA-ÂNGULO E4R OSCILATÓRIO COM REDUÇÃO 4:1, PADRÕES ISO DE CALIBRES 006 A 140 E DE CONICIDADE .02. CAIXA COM 06 UNIDADES.	DENTPLY
341	LIMA ENDODÔNTICA TIPO K Nº 10 25MM, COM CURSOR DE ESPESSURA 1,5MM, COM CABO ARREDONDADO PARA ADAPTAÇÃO EM CONTRA-ÂNGULO E4R OSCILATÓRIO COM REDUÇÃO 4:1, PADRÕES ISO DE CALIBRES 006 A 140 E DE CONICIDADE .02. CAIXA COM 06 UNIDADES.	DENTPLY
342	LIMA K FILE Nº 08, LIMA MANUAL ENDODÔNTICA EM AÇO INOXIDÁVEL COM 17% DE CROMO E 8% DE NÍQUEL FABRICADO POR TORÇÃO, EMPREGADO NO PREPARO QUÍMICO CIRÚRGICO DOS CANAIS RADICULARES. CAIXA COM 6 LIMAS COM STOPS DE SILICONE.	DENTPLY
343	LIMA K FILE Nº 10, LIMA MANUAL ENDODÔNTICA EM AÇO INOXIDÁVEL COM 17% DE CROMO E 8% DE NÍQUEL FABRICADO POR TORÇÃO, EMPREGADO NO PREPARO QUÍMICO CIRÚRGICO DOS CANAIS RADICULARES. CAIXA COM 6 LIMAS COM STOPS DE SILICONE.	DENTPLY
344	LIMA PARA OSSO.	GOL-GRAN
345	LÍQUIDO DE DAKIN, HIPOCLORITO DE SÓDIO À 0,5%, FRASCO COM 1 LITRO.	IODONTOSUL
346	LIXA DE AÇO PARA ACABAMENTO 4MM, TIRAS ABRASIVAS ELECTROLÍTICAS 140MM, CAIXA COM 12 UNIDADES.	MICRODONT
347	LIXA DE AÇO PARA ACABAMENTO 6MM, TIRAS ABRASIVAS ELECTROLÍTICAS 140MM, CAIXA COM 12 UNIDADES.	MICRODONT
348	LIXEIRA DE INOX, COM PEDAL, TAMANHO 20 LITROS.	HAVAN
349	LUVA CIRÚRGICA TAM 7.0, ESTERILIZADA POR RAIOS GAMA (COBALTO), COR NATURAL SUPERFÍCIE TEXTURIZADA, LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280MM, COM PUNHO REFORÇADO LISO.	MAXITEX
350	LUVA CIRÚRGICA TAM 7.5, ESTERILIZADA POR RAIOS GAMA (COBALTO), COR NATURAL SUPERFÍCIE TEXTURIZADA, LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280MM, COM PUNHO REFORÇADO LISO.	MAXITEX
351	LUVA CIRÚRGICA TAM 8, ESTERILIZADA POR RAIOS GAMA (COBALTO), COR NATURAL SUPERFÍCIE TEXTURIZADA, LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280MM, COM PUNHO REFORÇADO LISO.	MAXITEX

352	LUVA DE PROCEDIMENTOS TAMANHO G - EM LÁTEX, LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17 MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280 MM, COM BAIXA COR DE PROTEÍNA, INFERIOR A 50 MG POR U. CAIXA COM 100 UNIDADES.	NUGARD
353	LUVA DE PROCEDIMENTOS TAMANHO M - EM LÁTEX, LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17 MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280 MM, COM BAIXA COR DE PROTEÍNA, INFERIOR A 50 MG POR U. CAIXA COM 100 UNIDADES.	NUGARD
354	LUVA DE PROCEDIMENTOS TAMANHO P - EM LÁTEX, LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17 MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280 MM, COM BAIXA COR DE PROTEÍNA, INFERIOR A 50 MG POR U. CAIXA COM 100 UNIDADES.	NUGARD
355	LUVA DE PROCEDIMENTOS TAMANHO PP - EM LÁTEX, LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17 MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280 MM, COM BAIXA COR DE PROTEÍNA, INFERIOR A 50 MG POR U. CAIXA COM 100 UNIDADES.	NUGARD
358	MÁSCARA - CONFECCIONADA EM NÃO TECIDO, 3 DOBRAS COM FILTRO, TRIPLA PROTEÇÃO, SENDO AS CAMADAS SOLDADAS ELETRONICAMENTE POR ULTRASSON. CAIXA COM 50 UNIDADES. TIPO ELÁSTICO.	NEVE
359	MATERIAL RESTAURADOR (OBTURADOR) INTERMEDIÁRIO, CONTENDO: 1 FRASCO DE PÓ COM 38G À BASE DE ÓXIDO DE ZINCO E EUGENOL REFORÇADO POR POLÍMEROS; 1 FRASCO DE LÍQUIDO COM 15ML COMPOSTO POR EUGENOL E ÓLEO DE AMÊNDOAS DOCES. COR: MARFIM.	IRM/DENTSPLY
360	MATERIAL RESTAURADOR INTERMEDIÁRIO, COM COMPOSIÇÃO REFORÇADA À BASE DE ZINCO E EUGENOL INDICADO PARA RESTAURAÇÕES PROVISÓRIAS DE LONGA ESPERA ATÉ DOIS ANOS E FORRAMENTO DE CAVIDADES. LÍQUIDO EMBALAGEM DE VIDRO 15ML. VALIDADE DE NO MÍNIMO TRÊS ANOS COMPOSIÇÃO: EUGENOL 99,5%, ÁCIDO ACÉTICO 0,5%.	IRM/DENTSPLY
361	MATERIAL RESTAURADOR INTERMEDIÁRIO, COM COMPOSIÇÃO REFORÇADA À BASE DE ZINCO E EUGENOL INDICADO PARA RESTAURAÇÕES PROVISÓRIAS DE LONGA ESPERA ATÉ DOIS ANOS E FORRAMENTO DE CAVIDADES. PÓ 38GR. VALIDADE DE NO MÍNIMO DOIS ANOS. COMPOSIÇÃO: ÓXIDO DE ZINCO, POLIMETACRILATO DE METILA.	IRM/DENTSPLY
362	MATERIAL RESTAURADOR TEMPORÁRIO RADIO-PACO, PARA PREENCHIMENTO TEMPORÁRIO DE CAVIDADES DENTÁRIAS, SENDO CIMENTO À BASE DE ÓXIDO DE ZINCO DESTINADO À APLICAÇÃO DE CURTO PRAZO. COMPOSIÇÃO: ÓXIDO DE ZINCO, SULFATO DE ZINCO, SULFATO DE CÁLCIO HEMI-HIDRATADO, DIBUTIL ADIPATO, COPOLÍMERO CLORETO DE POLIVINILA, PIGMENTO DE ÓXIDO DE FERRO, AROMA DE MENTA, FRASCO COM 20GR.	IRM/DENTSPLY
363	MATRIZ TOFFLEMIRE, TIPO BUMERANGUE, PACOTE COM 10 UNIDADES.	TDV
365	MEDIDORES PARA ALGINATO PÓ E LÍQUIDO.	DENTSPLY
367	MOLDEIRAS PARA PRÓTESE TOTAL, KIT COM 08 MOLDEIRAS.	TECHNO-DENT
368	MOLDEIRAS PERFURADAS (JOGOS), EM ALUMÍNIO ADULTO, SUPERIOR E INFERIOR, KIT COM 09 UNIDADES (EMBALAGEM COM 4 SUPERIORES, 4 INFERIORES E 1 GIRATÓRIA).	TECHNO-DENT



369	MORDEDOR ODONTOLÓGICO ADULTO	INDUS-BELLO
370	MORDEDOR ODONTOLÓGICO INFANTIL	INDUS-BELLO
371	ÓCULOS DE PROTEÇÃO, COMPOSIÇÃO DO PRODUTO POLICARBONATO, TRANSPARENTE COM SUPORTE NASAL, CONTENDO UMA PEÇA POR CAIXA.	DANNY FENIX
372	ÓLEO MINERAL LUBRIFICANTE (SPRAY), DE BAIXA VISCOSIDADE PARA ALTA E BAIXA ROTAÇÃO, FRASCO CONTENDO 200ML.	MAQUI-RA
373	ORGANIZADOR DE LIMAS.	MAQUI-RA
375	PACOTE PARA ESTERILIZAÇÃO EM AUTOCLAVE (AUTOSELANTE) 150 MM X 300 MM, COM 100 UNIDADES.	VEDA-MAX
376	PACOTE PARA ESTERILIZAÇÃO EM AUTOCLAVE (AUTOSELANTE) 70 MM X 130 MM, COM 100 UNIDADES.	MEDSTERIL
377	PACOTE PARA ESTERILIZAÇÃO EM AUTOCLAVE (AUTOSELANTE) 70 MM X 230 MM, COM 100 UNIDADES.	MEDSTERIL
378	PACOTE PARA ESTERILIZAÇÃO EM AUTOCLAVE (AUTOSELANTE) 70 MM X 80 MM, COM 100 UNIDADES.	MEDSTERIL
379	PACOTE PARA ESTERILIZAÇÃO EM AUTOCLAVE (AUTOSELANTE) 90 MM X 160 MM, COM 100 UNIDADES.	MEDSTERIL
380	PACOTE PARA ESTERILIZAÇÃO EM AUTOCLAVE (AUTOSELANTE) 90MM X 260 MM, COM 100 UNIDADES.	MAXICOR
382	PAPEL GRAU CIRÚRGICO, TAMANHO 10CMX100MT.	DUOTEC
383	PAPEL GRAU CIRÚRGICO, TAMANHO 15CMX100MT.	DUOTEC
384	PAPEL GRAU CIRÚRGICO, TAMANHO 20CMX100MT.	DUOTEC
386	PAPEL GRAU CIRÚRGICO, TAMANHO 30CMX100MT.	DUOTEC
387	PAPEL GRAU CIRÚRGICO, TAMANHO 5CMX100MT.	DUOTEC
388	PAPEL GRAU CIRÚRGICO, TAMANHO 8CMX100MT.	DUOTEC
390	PARAMONOCLOROFENOL CANFORADO, FRASCO COM 20ML.	IODONTOSUL
391	PASTA DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO COM PARAMONOCLOROFENOL CANFORADO, PASTA HOMOGÊNEA LEVEMENTE AMARELADA, ALCALINA, HIDROSSOLÚVEL COM ODOR DE PARAMONOCLOROFENOL CANFORADO E PRONTO PARA USO IMEDIATO, CONSISTÊNCIA CREMOSA. KIT CONTENDO: 2 TUBETES COM 2,7G CADA DE PASTA DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO COM PMCC E 2 TUBETES COM 2,2G DE GLICERINA.	CALEN SWHITE
393	PASTA PROFILÁTICA COM FLÚOR, TUTTI-FRUTTI, TUBO COM 50GR.	DENTPLY ODA-CHAM
394	PASTA PROFILÁTICA COM FLÚOR, TUTTI-FRUTTI, TUBO COM 90GR.	MAQUI-RA
395	PEDRA PARA AFIAZ CURETAS, EM GOIVA GRANULAÇÃO FINA.	GOL-GRAN
396	PELÍCULA RADIOGRÁFICA ADULTA PERIAPICAL DE VELOCIDADE F-, COM MENOR TEMPO DE EXPOSIÇÃO PARA PACIENTE DE IMAGENS NÍTIDA E ALTO CONTRASTE. CAIXA COM 150 UNIDADES.	INIGHT IP 21
397	PELÍCULA RADIOGRÁFICA PERIAPICAL INFANTIL, COM MENOR TEMPO DE EXPOSIÇÃO PARA PACIENTE DE IMAGENS NÍTIDA E ALTO CONTRASTE. CAIXA COM 100 UNIDADES.	INSIGHT IP 01
398	PINÇA ADSON SEM DENTE 12CM	ABC
399	PINÇA CLÍNICA	GOL-GRAN
400	PINÇA PORTA GRAMPO PALMER.	GOL-GRAN
401	PLACA DE VIDRO.	IODONTOSUL
402	PÓ DE PEDRA POMES, GRANULAÇÃO FINA, FRASCO CONTENDO 100G.	IODONTOSUL

403	PONTA ACCUDOSE, ANTERIOR LV, PARA CENTRIX, CAIXA COM 20 UNIDADES.	DFL
404	PONTA DE PAPEL ABSORVENTE, 1ª SÉRIE, ROLADAS A MÃO, CAIXA COM 120 UNIDADES.	DENTS-PLY
405	PONTA DE PAPEL ABSORVENTE, 2ª SÉRIE, ROLADAS A MÃO, CAIXA COM 120 UNIDADES.	DENTS-PLY
406	PONTA PARA ACABAMENTO EM RESINA SORTIDAS, TIPO ENHANCE, COM 7 UNIDADES	DENTS-PLAY
407	PONTA PARA ULTRASSOM ARREDONDADAS Nº 1.	SCHUSTER
409	PONTA SHOFFU EM FORMATO DE CHAMA DE VELA, PEDRA ARKANSAS BRANCA.	DEDECO
410	PORTA AGULHA CASTROVIEJO RETO COM VÍDEA.	GOL-GRAN
411	PORTA AGULHA CRILE WOOD COM PONTA DE VÍDEA 15CM.	QUINE-LATO
413	PORTA AGULHA MAYO HEGAR, CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL, 14 CM.	ABC
414	PORTA AMÁLGAMA ADULTO PARA INSERÇÃO DE AMÁLGAMA NA CAVIDADE, CONFECCIONADO EM MATERIAL PLÁSTICO AUTOCLAVÁVEL.	MAQUI-RA
415	PORTA AMÁLGAMA ADULTO, CONFECCIONADO EM PLÁSTICO.	MAQUI-RA
416	POSICIONADOR DE PELÍCULAS RADIOGRÁFICAS PARA TOMADA DE RAO X SOB ISOLAMENTO ABSOLUTO, TAMANHO ADULTO.	MAQUI-RA
417	POSICIONADOR DE PELÍCULAS RADIOGRÁFICAS PARA TOMADA DE RAO X SOB ISOLAMENTO ABSOLUTO, TAMANHO INFANTIL.	INDUS-BELLO
418	POSICIONADOR PARA RADIOGRAFIA PERIAPICAL ADULTO COM MORDEDOR DE SILICONE.	MAQUI-RA
419	POTE DE DAPPEN DE VIDRO.	IODONTOSUL
420	PRENDEDOR EM ESPIRAL PARA GUARDANAPOS. POSSUI TRAVAMENTO FIRME, SEGURANDO QUALQUER TIPO DE BABADOR, INDEPENDENTE DE SUA ESPESURA	INDUS-BELLO
421	PRODUTO DECAPANTE, DESOXIDANTE PARA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE INSTRUMENTAIS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES. FRASCO COM 500ML.	ASFER
422	RÉGUA ENDODÔNTICA MILIMETRADA.	MAQUI-RA
423	REMOVEDOR DE MANCHAS TARTARITE, FRASCO COM 30ML.	IODONTOSUL
424	RESINA FLOW, COMPOSTA FLUIDA DE MÉDIA VISCOSIDADE, INDICADA TAMBÉM COMO FORRAMENTO DE CAVIDADES, COM BAIXO VALOR DE CONTRAÇÃO DE POLIMERIZAÇÃO, COM NO MÍNIMO 70% DE TEOR DE CARGA, COM ALTA RESITÊNCIA A FLEXÃO, 01 SERINGA COM 2G, NA COR A2.	FLOW FGM
425	RESINA FLOW, COMPOSTA FLUIDA DE MÉDIA VISCOSIDADE, INDICADA TAMBÉM COMO FORRAMENTO DE CAVIDADES, COM BAIXO VALOR DE CONTRAÇÃO DE POLIMERIZAÇÃO, COM NO MÍNIMO 70% DE TEOR DE CARGA, COM ALTA RESITÊNCIA A FLEXÃO, 01 SERINGA COM 2G, NA COR A3 (UNIVERSAL).	FLOW FGM
426	RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL UNIVERSAL, COM 100% DE NANOPARTÍCULA, MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA, BIS-EMA, UDMA E PARTÍCULAS INORGÂNICAS DE ZIRCONIA/SÍLICA COM TAMANHO DE 5 A 20 NM E NANOAGLOMERADOS DE 0,6 A 1,4 µm E 59,5% DE CARGA EM VOLUME (78,5% EM PESO). COR C3.	Z350 3M

427	RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL UNIVERSAL, COM 100% DE NANOPARTÍCULA, MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA, BIS-EMA, UDMA E PARTÍCULAS INORGÂNICAS DE ZIRCONIA/SÍLICA COM TAMANHO DE 5 A 20 NM E NANOAGLOMERADOS DE 0,6 A 1,4 µM E 59,5% DE CARGA EM VOLUME (78,5% EM PESO). COR OA3 OPACA.	Z350 3M
428	RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL UNIVERSAL, COM 100% DE NANOPARTÍCULA, MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA, BIS-EMA, UDMA E PARTÍCULAS INORGÂNICAS DE ZIRCONIA/SÍLICA COM TAMANHO DE 5 A 20 NM E NANOAGLOMERADOS DE 0,6 A 1,4 µM E 59,5% DE CARGA EM VOLUME (78,5% EM PESO). COR OPACA.	Z350 3M
429	RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL UNIVERSAL, COM 100% DE NANOPARTÍCULA, MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA, BIS-EMA, UDMA E PARTÍCULAS INORGÂNICAS DE ZIRCONIA/SÍLICA COM TAMANHO DE 5 A 20 NM E NANOAGLOMERADOS DE 0,6 A 1,4 µM E 59,5% DE CARGA EM VOLUME (78,5% EM PESO). COR C3.	Z350 3M
430	RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL, MATRIZ INORGÂNICA DE ZIRCÔNIA/SÍLICA COM 82% EM PESO E 60% EM VOLUME; MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA, UDMA E BIS-EMA. COR B1.	Z250 3M
431	RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL, MATRIZ INORGÂNICA DE ZIRCÔNIA/SÍLICA COM 82% EM PESO E 60% EM VOLUME; MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA, UDMA E BIS-EMA. COR B2.	Z250 3M
432	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL, MATRIZ INORGÂNICA DE ZIRCÔNIA/SÍLICA COM 84,5% EM PESO E 66% EM VOLUME; MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA E TEGDMA. COR UD.	Z100 3M
433	RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL, MATRIZ INORGÂNICA DE ZIRCÔNIA/SÍLICA COM 82% EM PESO E 60% EM VOLUME; MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA, UDMA E BIS-EMA. COR A3.	Z250 3M
434	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL, MATRIZ INORGÂNICA DE ZIRCÔNIA/SÍLICA COM 84,5% EM PESO E 66% EM VOLUME; MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA E TEGDMA. COR A1.	Z100 3M
435	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL, MATRIZ INORGÂNICA DE ZIRCÔNIA/SÍLICA COM 84,5% EM PESO E 66% EM VOLUME; MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA E TEGDMA. COR A2.	Z100 3M
436	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL, MATRIZ INORGÂNICA DE ZIRCÔNIA/SÍLICA COM 84,5% EM PESO E 66% EM VOLUME; MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA E TEGDMA. COR A3,5.	Z100 3M
437	RESINA MICROHÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES DE DENTES ANTERIORES E POSTERIORES COM TAMANHO MÉDIO DE PARTÍCULAS DE VIDRO DE 0,5 MICRONS E NANOPARTÍCULAS DE SÍLICA DE 40 NANÔMETROS, MONÔMEROS DE BIS-GMA, BIS-EMA, TEGDMA, UDMA E VIDRO DE BÁRIO-ALUMINO SILICATO SILANIZADO. CONTEÚDO TOTAL DE CARGA EM PESO DE 78,5 A 79,8% E VOLUME DE 57,0 A 58,0% DE CARGA INORGÂNICA. COM FLUORESCÊNCIA E OPALESCÊNCIA NATURAL. SERINGA ERGONÔMICA COM TAMPA FIXADA AO CORPO. SERINGA DE 2 GR COR A0,5.	FGM OPALLIS FLOW

438	RESINA MICROHÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES DE DENTES ANTERIORES E POSTERIORES COM TAMANHO MÉDIO DE PARTÍCULAS DE VIDRO DE 0,5 MICRONS E NANOPARTÍCULAS DE SÍLICA DE 40 NANÔMETROS, MONÔMEROS DE BIS-GMA, BIS-EMA, TEGDMA, UDMA E VIDRO DE BÁRIO-ALUMINO SILICATO SILANIZADO. CONTEÚDO TOTAL DE CARGA EM PESO DE 78,5 A 79,8% E VOLUME DE 57,0 A 58,0% DE CARGA INORGÂNICA. COM FLUORESCÊNCIA E OPALESCÊNCIA NATURAL. SERINGA ERGONÔMICA COM TAMPA FIXADA AO CORPO. SERINGA DE 2 GR COR B0,5.	FGM OPALLIS FLOW
439	RESINA MICROHÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES DE DENTES ANTERIORES E POSTERIORES COM TAMANHO MÉDIO DE PARTÍCULAS DE VIDRO DE 0,5 MICRONS E NANOPARTÍCULAS DE SÍLICA DE 40 NANÔMETROS, MONÔMEROS DE BIS-GMA, BIS-EMA, TEGDMA, UDMA E VIDRO DE BÁRIO-ALUMINO SILICATO SILANIZADO. CONTEÚDO TOTAL DE CARGA EM PESO DE 78,5 A 79,8% E VOLUME DE 57,0 A 58,0% DE CARGA INORGÂNICA. COM FLUORESCÊNCIA E OPALESCÊNCIA NATURAL. SERINGA ERGONÔMICA COM TAMPA FIXADA AO CORPO. SERINGA DE 2 GR COR EA4.	FGM OPALLIS
440	RESINA MICROHÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES DE DENTES ANTERIORES E POSTERIORES COM TAMANHO MÉDIO DE PARTÍCULAS DE VIDRO DE 0,5 MICRONS E NANOPARTÍCULAS DE SÍLICA DE 40 NANÔMETROS, MONÔMEROS DE BIS-GMA, BIS-EMA, TEGDMA, UDMA E VIDRO DE BÁRIO-ALUMINO SILICATO SILANIZADO. CONTEÚDO TOTAL DE CARGA EM PESO DE 78,5 A 79,8% E VOLUME DE 57,0 A 58,0% DE CARGA INORGÂNICA. COM FLUORESCÊNCIA E OPALESCÊNCIA NATURAL. SERINGA ERGONÔMICA COM TAMPA FIXADA AO CORPO. SERINGA DE 2 GR COR EB3.	FGM OPALLIS
441	RESINA MICROHÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES DE DENTES ANTERIORES E POSTERIORES COM TAMANHO MÉDIO DE PARTÍCULAS DE VIDRO DE 0,5 MICRONS E NANOPARTÍCULAS DE SÍLICA DE 40 NANÔMETROS, MONÔMEROS DE BIS-GMA, BIS-EMA, TEGDMA, UDMA E VIDRO DE BÁRIO-ALUMINO SILICATO SILANIZADO. CONTEÚDO TOTAL DE CARGA EM PESO DE 78,5 A 79,8% E VOLUME DE 57,0 A 58,0% DE CARGA INORGÂNICA. COM FLUORESCÊNCIA E OPALESCÊNCIA NATURAL. SERINGA ERGONÔMICA COM TAMPA FIXADA AO CORPO. SERINGA DE 2 GR COR EC2.	FGM OPALLIS
442	RESINA MICROHÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES DE DENTES ANTERIORES E POSTERIORES COM TAMANHO MÉDIO DE PARTÍCULAS DE VIDRO DE 0,5 MICRONS E NANOPARTÍCULAS DE SÍLICA DE 40 NANÔMETROS, MONÔMEROS DE BIS-GMA, BIS-EMA, TEGDMA, UDMA E VIDRO DE BÁRIO-ALUMINO SILICATO SILANIZADO. CONTEÚDO TOTAL DE CARGA EM PESO DE 78,5 A 79,8% E VOLUME DE 57,0 A 58,0% DE CARGA INORGÂNICA. COM FLUORESCÊNCIA E OPALESCÊNCIA NATURAL. SERINGA ERGONÔMICA COM TAMPA FIXADA AO CORPO. SERINGA DE 4 GR COR EA1.	FGM OPALLIS

443	RESINA MICROHÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES DE DENTES ANTERIORES E POSTERIORES COM TAMANHO MÉDIO DE PARTÍCULAS DE VIDRO DE 0,5 MICRONS E NANOPARTÍCULAS DE SÍLICA DE 40 NANÔMETROS, MONÔMEROS DE BIS-GMA, BIS-EMA, TEGDMA, UDMA E VIDRO DE BÁRIO-ALUMINO SILICATO SILANIZADO. CONTEÚDO TOTAL DE CARGA EM PESO DE 78,5 A 79,8% E VOLUME DE 57,0 A 58,0% DE CARGA INORGÂNICA. COM FLUORESCÊNCIA E OPALESCÊNCIA NATURAL. SERINGA ERGONOMICA COM TAMPA FIXADA AO CORPO. SERINGA DE 4 GR COR EA2.	FGM OPALLIS
444	RESINA MICROHÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES DE DENTES ANTERIORES E POSTERIORES COM TAMANHO MÉDIO DE PARTÍCULAS DE VIDRO DE 0,5 MICRONS E NANOPARTÍCULAS DE SÍLICA DE 40 NANÔMETROS, MONÔMEROS DE BIS-GMA, BIS-EMA, TEGDMA, UDMA E VIDRO DE BÁRIO-ALUMINO SILICATO SILANIZADO. CONTEÚDO TOTAL DE CARGA EM PESO DE 78,5 A 79,8% E VOLUME DE 57,0 A 58,0% DE CARGA INORGÂNICA. COM FLUORESCÊNCIA E OPALESCÊNCIA NATURAL. SERINGA ERGONOMICA COM TAMPA FIXADA AO CORPO. SERINGA DE 4 GR COR EA3,5.	FGM OPALLIS
445	RESINA MICROHÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES DE DENTES ANTERIORES E POSTERIORES COM TAMANHO MÉDIO DE PARTÍCULAS DE VIDRO DE 0,5 MICRONS E NANOPARTÍCULAS DE SÍLICA DE 40 NANÔMETROS, MONÔMEROS DE BIS-GMA, BIS-EMA, TEGDMA, UDMA E VIDRO DE BÁRIO-ALUMINO SILICATO SILANIZADO. CONTEÚDO TOTAL DE CARGA EM PESO DE 78,5 A 79,8% E VOLUME DE 57,0 A 58,0% DE CARGA INORGÂNICA. COM FLUORESCÊNCIA E OPALESCÊNCIA NATURAL. SERINGA ERGONOMICA COM TAMPA FIXADA AO CORPO. SERINGA DE 4 GR COR EA3.	FGM OPALLIS
446	RESINA MICROHÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES DE DENTES ANTERIORES E POSTERIORES COM TAMANHO MÉDIO DE PARTÍCULAS DE VIDRO DE 0,5 MICRONS E NANOPARTÍCULAS DE SÍLICA DE 40 NANÔMETROS, MONÔMEROS DE BIS-GMA, BIS-EMA, TEGDMA, UDMA E VIDRO DE BÁRIO-ALUMINO SILICATO SILANIZADO. CONTEÚDO TOTAL DE CARGA EM PESO DE 78,5 A 79,8% E VOLUME DE 57,0 A 58,0% DE CARGA INORGÂNICA. COM FLUORESCÊNCIA E OPALESCÊNCIA NATURAL. SERINGA ERGONOMICA COM TAMPA FIXADA AO CORPO. SERINGA DE 4 GR COR EB1.	FGM OPALLIS
447	RESINA MICROHÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES DE DENTES ANTERIORES E POSTERIORES COM TAMANHO MÉDIO DE PARTÍCULAS DE VIDRO DE 0,5 MICRONS E NANOPARTÍCULAS DE SÍLICA DE 40 NANÔMETROS, MONÔMEROS DE BIS-GMA, BIS-EMA, TEGDMA, UDMA E VIDRO DE BÁRIO-ALUMINO SILICATO SILANIZADO. CONTEÚDO TOTAL DE CARGA EM PESO DE 78,5 A 79,8% E VOLUME DE 57,0 A 58,0% DE CARGA INORGÂNICA. COM FLUORESCÊNCIA E OPALESCÊNCIA NATURAL. SERINGA ERGONOMICA COM TAMPA FIXADA AO CORPO. SERINGA DE 4 GR COR EB2.	FGM OPALLIS

448	RESINA MICROHÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES DE DENTES ANTERIORES E POSTERIORES COM TAMANHO MÉDIO DE PARTÍCULAS DE VIDRO DE 0,5 MICRONS E NANOPARTÍCULAS DE SÍLICA DE 40 NANÔMETROS, MONÔMEROS DE BIS-GMA, BIS-EMA, TEGDMA, UDMA E VIDRO DE BÁRIO-ALUMINO SILICATO SILANIZADO. CONTEÚDO TOTAL DE CARGA EM PESO DE 78,5 A 79,8% E VOLUME DE 57,0 A 58,0% DE CARGA INORGÂNICA. COM FLUORESCÊNCIA E OPALESCÊNCIA NATURAL. SERINGA ERGONOMICA COM TAMPA FIXADA AO CORPO. SERINGA DE 2 GR COR A0,5	FGM OPALLIS
449	RESINA MICROHÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES DE DENTES ANTERIORES E POSTERIORES COM TAMANHO MÉDIO DE PARTÍCULAS DE VIDRO DE 0,5 MICRONS E NANOPARTÍCULAS DE SÍLICA DE 40 NANÔMETROS, MONÔMEROS DE BIS-GMA, BIS-EMA, TEGDMA, UDMA E VIDRO DE BÁRIO-ALUMINO SILICATO SILANIZADO. CONTEÚDO TOTAL DE CARGA EM PESO DE 78,5 A 79,8% E VOLUME DE 57,0 A 58,0% DE CARGA INORGÂNICA. COM FLUORESCÊNCIA E OPALESCÊNCIA NATURAL. SERINGA ERGONOMICA COM TAMPA FIXADA AO CORPO. SERINGA DE 2 GR COR EA4	FGM OPALLIS
450	RESINA MICROHÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES DE DENTES ANTERIORES E POSTERIORES COM TAMANHO MÉDIO DE PARTÍCULAS DE VIDRO DE 0,5 MICRONS E NANOPARTÍCULAS DE SÍLICA DE 40 NANÔMETROS, MONÔMEROS DE BIS-GMA, BIS-EMA, TEGDMA, UDMA E VIDRO DE BÁRIO-ALUMINO SILICATO SILANIZADO. CONTEÚDO TOTAL DE CARGA EM PESO DE 78,5 A 79,8% E VOLUME DE 57,0 A 58,0% DE CARGA INORGÂNICA. COM FLUORESCÊNCIA E OPALESCÊNCIA NATURAL. SERINGA ERGONOMICA COM TAMPA FIXADA AO CORPO. SERINGA DE 2 GR COR EB3	FGM OPALLIS
451	RESINA MICROHÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES DE DENTES ANTERIORES E POSTERIORES COM TAMANHO MÉDIO DE PARTÍCULAS DE VIDRO DE 0,5 MICRONS E NANOPARTÍCULAS DE SÍLICA DE 40 NANÔMETROS, MONÔMEROS DE BIS-GMA, BIS-EMA, TEGDMA, UDMA E VIDRO DE BÁRIO-ALUMINO SILICATO SILANIZADO. CONTEÚDO TOTAL DE CARGA EM PESO DE 78,5 A 79,8% E VOLUME DE 57,0 A 58,0% DE CARGA INORGÂNICA. COM FLUORESCÊNCIA E OPALESCÊNCIA NATURAL. SERINGA ERGONOMICA COM TAMPA FIXADA AO CORPO. SERINGA DE 4 GR COR EA3,5	FGM OPALLIS
452	RESINA MICROHÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES DE DENTES ANTERIORES E POSTERIORES COM TAMANHO MÉDIO DE PARTÍCULAS DE VIDRO DE 0,5 MICRONS E NANOPARTÍCULAS DE SÍLICA DE 40 NANÔMETROS, MONÔMEROS DE BIS-GMA, BIS-EMA, TEGDMA, UDMA E VIDRO DE BÁRIO-ALUMINO SILICATO SILANIZADO. CONTEÚDO TOTAL DE CARGA EM PESO DE 78,5 A 79,8% E VOLUME DE 57,0 A 58,0% DE CARGA INORGÂNICA. COM FLUORESCÊNCIA E OPALESCÊNCIA NATURAL. SERINGA ERGONOMICA COM TAMPA FIXADA AO CORPO. SERINGA DE 4 GR COR EB2	FGM OPALLIS
453	RESINA MICRO-HÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES E MATRIZ ORGÂNICA BIS-GMA, TEGDMA:ZICORNIA /SÍLICA COM 84,5%, POSSUI TAMANHO MÁXIMO DE PARTÍCULAS 4,5 MICROMETROS E PESO NO MÍNIMO 70% EM VOLUME – COR A1 – 4GR.	CHARIS- MA

454	RESINA MICRO-HÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES E MATRIZ ORGÂNICA BIS-GMA, TEGDMA:ZICORNIA /SILICA COM 84,5%, POSSUI TAMANHO MÁXIMO DE PARTÍCULAS 4,5 MICROMETROS E PESO NO MÍNIMO 70% EM VOLUME – COR A2 – 4GR.	CHARIS-MA
455	RESINA MICRO-HÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES E MATRIZ ORGÂNICA BIS-GMA, TEGDMA:ZICORNIA /SILICA COM 84,5%, POSSUI TAMANHO MÁXIMO DE PARTÍCULAS 4,5 MICROMETROS E PESO NO MÍNIMO 70% EM VOLUME – COR A3 – 4GR.	CHARIS-MA
456	RESINA MICRO-HÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES E MATRIZ ORGÂNICA BIS-GMA, TEGDMA:ZICORNIA /SILICA COM 84,5%, POSSUI TAMANHO MÁXIMO DE PARTÍCULAS 4,5 MICROMETROS E PESO NO MÍNIMO 70% EM VOLUME – COR A3,5 – 4GR.	CHARIS-MA
457	RESINA MICRO-HÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES E MATRIZ ORGÂNICA BIS-GMA, TEGDMA:ZICORNIA /SILICA COM 84,5%, POSSUI TAMANHO MÁXIMO DE PARTÍCULAS 4,5 MICROMETROS E PESO NO MÍNIMO 70% EM VOLUME – COR B1 – 4GR.	CHARIS-MA
458	RESINA MICRO-HÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES E MATRIZ ORGÂNICA BIS-GMA, TEGDMA:ZICORNIA /SILICA COM 84,5%, POSSUI TAMANHO MÁXIMO DE PARTÍCULAS 4,5 MICROMETROS E PESO NO MÍNIMO 70% EM VOLUME – COR B2 – 4GR.	CHARIS-MA
459	RESINA MICRO-HÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES E MATRIZ ORGÂNICA BIS-GMA, TEGDMA:ZICORNIA /SILICA COM 84,5%, POSSUI TAMANHO MÁXIMO DE PARTÍCULAS 4,5 MICROMETROS E PESO NO MÍNIMO 70% EM VOLUME – COR C3 – 4GR.	CHARIS-MA
460	RESINA MICRO-HÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES E MATRIZ ORGÂNICA BIS-GMA, TEGDMA:ZICORNIA /SILICA COM 84,5%, POSSUI TAMANHO MÁXIMO DE PARTÍCULAS 4,5 MICROMETROS E PESO NO MÍNIMO 70% EM VOLUME – COR OA2 – 4GR.	CHARIS-MA
461	RESINA MICRO-HÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES E MATRIZ ORGÂNICA BIS-GMA, TEGDMA:ZICORNIA /SILICA COM 84,5%, POSSUI TAMANHO MÁXIMO DE PARTÍCULAS 4,5 MICROMETROS E PESO NO MÍNIMO 70% EM VOLUME – COR OA3 – 4GR.	CHARIS-MA
462	REVELADOR DE PLACA BACTERIANA PARA BOCHOS. FRASCO DE 500ML.	IODONTOSUL
463	REVELADOR DE PLACA BACTERIANA. CAIXA COM 100 PASTILHAS.	IODONTOSUL
464	REVELADOR DE RAIOS X, FRASCO COM 475ML, PRONTO PARA USO.	KODAK
466	ROLETE DE ALGODÃO, ALGODÃO HIDRÓFILO, PRENSADO, HOMOGÊNEO, MACIO, COM BOA ABSORÇÃO DE LÍQUIDOS, SEM GRUPOS E IMPUREZAS, MEDINDO DE 4 À 5CM DE COMPRIMENTO E 10CM DE DIÂMETRO, COR BRANCA, EM PACOTE DE 100 UNIDADES.	CREMER
467	SACA – BROCAS FORMATO CIRCULAR PLÁSTICO PARA CANETAS DE ALTA- ROTAÇÃO.	KAVO
468	SACO PARA LIXO HOSPITALAR 30 LITROS CONFECIONADO EM POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE, COR BRANCO LEITOSO, ESPESSURA DE 7MICRAS.	AZEPLAT

469	SACO PARA LIXO HOSPITALAR 50 LITROS CONFECIONADO EM POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE, COR BRANCO LEITOSO, ESPESSURA DE 7MICRAS.	AZEPLAT
470	SELANTE DE FÓSSULAS E FISSURAS FOTOPOLIMERIZÁVEL, DEVE POSSUIR 50% EM PESO DE CARGAS INORGÂNICAS, CONTER FLÚOR, NO COR MATIZADO, TUBO COM 2G.	FLU-ORHIELD – DENTPLY
471	SELANTE PARA FÓSSULAS E FISSURAS INCOLOR, FOTOPOLIMERIZÁVEL POR LUZ VISÍVEL, BISNAGA DE 2GR.	ANGELLUS
472	SERINGA 10ML LL (BICO ROSCA), SERINGA HIPODÉRMICA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS. SERINGA CONFECIONADA EM POLIPROPILENO E CONSTITUÍDA POR CILINDRO E ÊMBOLO. O CILINDRO É DIVIDIDO EM CORPO COM SILICONIZAÇÃO.	INJEX
473	SERINGA 20ML LL (BICO ROSCA), HIPODÉRMICA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS, CONFECIONADA EM POLIPROPILENO E CONSTITUÍDA POR CILINDRO E ÊMBOLO, O CILINDRO É DIVIDIDO EM CORPO COM SILICONIZAÇÃO.	INJEX
474	SERINGA 5ML LL (BICO ROSCA), SERINGA COM AGULHA, HIPODÉRMICA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS. SERINGA CONFECIONADA EM POLIPROPILENO E CONSTITUÍDA POR CILINDRO E ÊMBOLO. O CILINDRO É DIVIDIDO EM CORPO COM SILICONIZAÇÃO.	INJEX
475	SERINGA 5ML LL (BICO ROSCA), SERINGA COM AGULHA, HIPODÉRMICA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS. SERINGA CONFECIONADA EM POLIPROPILENO E CONSTITUÍDA POR CILINDRO E ÊMBOLO. O CILINDRO É DIVIDIDO EM CORPO COM SILICONIZAÇÃO.	INJEX
476	SERINGA CARPULE PARA ANESTESIA, COM REFLUXO EM AÇO INOX.	GOLGRAN
477	SERINGA CENTRIX PARA USO ODONTOLÓGICO.	CENTRIX DFL
478	SERINGA ENDODÔNTICA (METÁLICA) ML, PARA APLICAÇÃO DE CALEN.	DUFLEX
479	SILICONE DE CONDENSACÃO PARA MOLDAGEM, KIT COMPLETO CONTENDO 1 PASTA Densa COM CARGA ESFEROIDAIS, PROPORCIONA EXCLUSIVA PROPRIEDADE REOLÓGICA, ONDE A FLUIDEZ VARIA EM FUNÇÃO DO ESFORÇO EXERCIDO ELIMINA O desconforto da compressão na mucosa, maior fluidez na aplicação, associada a melhor rigidez, após a polimerização; 1 FLUÍDO QUE PROPORCIONA A MELHOR PENETRAÇÃO NAS ÁREAS SUBGENGIVAS, ASSEGURANDO MAIOR FIDELIDADE NA REPRODUÇÃO DE DETALHES HIDROFÍLICO, POSSIBILITA A MOLDAGEM NA PRESENÇA DE SALIVA OU SANGUE; HOMOGÊNEO, FORMA UMA CAMADA UNIFORME SOBRE O DENS, COR COM EXCELENTE CONTRASTE A PASTA Densa, FACILIDADE DE REMOÇÃO DA BOCA APÓS A PRESA, 1 CATALISADOR.	COLTENE
483	SONDA MILIMETRADA RETA COM FORMATO CILÍNDRICO COM MARCAÇÃO DE 3 EM 3 MILIMETROS.	HU-FRIEDY
484	SPRAY CONGELANTE PARA VERIFICAÇÃO DE VITALIDADE PULPAR, FRASCO COM CONTEÚDO DE 160ML, PESO LÍQUIDO 200G, TEMPERATURA NUMA ORDEM DE -40 À -50°C.	MAQUIRA
485	STOP DE SILICONE (CURSOR), CAIXA COM 100 UNIDADES.	MAQUIRA

486	SUG CLEAN PARA LIMPEZA INTERNA DE MANGUEIRAS DE EQUIPAMENTO ODONTOLÓGICO. FRASCO COM 1000ML.	UG CLEAN DFL
487	SUGADOR CIRÚRGICO DE SANGUE DESCARTÁVEL EM PLÁSTICO RÍGIDO, EMBALADO INDIVIDUALMENTE E ESTERELIZADO. CAIXA COM 20 UNIDADES.	MAQUIRA
488	SUGADOR METÁLICO DE ENDODÔNTICO.	GOLGRAN
489	SUGADOR ODONTOLÓGICO DESCARTÁVEL, TUBO PVC ATÓXICO, TRANSPARENTE, ARAME DE FÁCIL MODELAGEM, PONTA MACIA, FLEXÍVEL, PACOTE COM 40 UNIDADES.	JETS
490	TAÇA DE BORRACHA PARA PROFILAXIA.	PREVEN
491	TESOURA CIRÚRGICA METZENBAUM 15CM CURVA	ABC
492	TESOURA CIRURGICA METZENBAUM 15CM RETA	ABC
493	TESOURA CIRÚRGICA RETA, CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL, 15CM.	ABC
494	TESOURA GOLDMAN FOX	GOLGRAN
495	TESOURA IRIS PONTA FINA.	ABC
496	TESOURA PARA FIO DE AÇO	GOLGRAN
497	TIRA ABRASIVA DE POLIÉSTER MÉDIA-FINA COM CENTRO NEUTRO, PARA POLIMENTO E RESTAURAÇÕES, TIRA DE 4MMX170MM, CAIXA COM 150 UNIDADES.	TDV
498	TIRA TRANSPARENTE DE POLIÉSTER TAMANHO 10MMX120MMX0,05MM, CAIXA COM 50 UNIDADES.	AIRON MAQUIRA
499	TRICRESOL FORMALINA, FRASCO COM 10 ML.	IODONTOUL
500	VASELINA SÓLIDA, FRASCO COM 30 GRAMAS.	RIOQUIMICA
501	VERNIZ COM FLÚOR, FORMULAÇÃO COM FLUORETO DE SÓDIO A 5%, FRASCO COM 10ML.	FLUORNIZ
502	VERNIZ FORADOR DE CAVIDADE, FRASCO COM 15ML.	CAVITINE

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha/SC, 24 de novembro de 2015

DILAIR MENIN

PRESIDENTE DO CIGAMERIOS

Prefeito de Caibi



## Editais de Notificação

### ÁGUA DOCE

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8128 807/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE - 280070

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8128 807/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MHA3415	54996190E	07/09/2015	55250	181 * XV	85.13
MJX9183	54995793E	28/08/2015	73662	252 * VI	85.13

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

EVARISTA BERNARDETE TRENTO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8774 468/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE - ELETRONICO - 280070

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8774 468/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-------	--------	------------	------------	---------------	-------------

AHC8383	8774082500	07/07/2015	74550	218	*	I	85.12
AKN5260	8774083438	12/09/2015	74550	218	*	I	85.13
ALP4757	8774082623	18/07/2015	74550	218	*	I	85.12
ANV6365	8774083591	27/09/2015	74630	218	*	II	127.69
ANY3115	8774082676	22/07/2015	74630	218	*	II	127.69
AXO1578	8774082812	31/07/2015	74550	218	*	I	85.13
BER1660	8774083524	20/09/2015	74630	218	*	II	127.69
CLZ4480	8774083306	04/09/2015	74550	218	*	I	85.13
DME0907	8774083316	05/09/2015	74550	218	*	I	85.13
DME0907	8774083258	05/09/2015	74550	218	*	I	85.13
DOR3932	8774082688	23/07/2015	74550	218	*	I	85.13
EFX0041	8774082779	29/07/2015	74550	218	*	I	85.13
KQL0639	8774082633	19/07/2015	74630	218	*	II	127.69
MFW8071	8774083407	08/09/2015	74550	218	*	I	85.13
MGE1221	8774083283	07/09/2015	74630	218	*	II	127.69
MGM3183	8774082668	20/07/2015	74710	218	*	III	574.61
MKO3538	54059314N	20/07/2015	50020	257	8S		85.12
QHC2673	8774083620	26/09/2015	74550	218	*	I	85.13

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

EVARISTA BERNADETE TRENTTO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8128 806/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE - 280070

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8128 806/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IBV6887	54996286E	10/11/2015	51851	167
MGB2346	54996285E	10/11/2015	73662	252 * VI
QHL0817	54996288E	18/11/2015	54521	181 * VIII



TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

EVARISTA BERNARDETE TRENTTO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8774 467/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE - ELETRONICO - 280070

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8774 467/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

AEX0654	8774083998	28/10/2015	74550	218 * I
AHN4745	8774084138	08/11/2015	74550	218 * I
ANY9026	8774083943	24/10/2015	74550	218 * I
AOJ2583	8774083933	22/10/2015	74550	218 * I
AYL5535	8774083875	13/10/2015	74550	218 * I
CEZ7607	8774083919	20/10/2015	74550	218 * I
EJS3539	8774084007	29/10/2015	74550	218 * I
EVJ1525	8774083918	20/10/2015	74550	218 * I
LZA6376	8774083855	17/10/2015	74550	218 * I
LZX0082	8774084019	30/10/2015	74550	218 * I
MCJ1147	8774084151	10/11/2015	74550	218 * I
MCW4007	8774083977	20/10/2015	74550	218 * I
MDW0538	8774084142	09/11/2015	74550	218 * I
MEA7067	8774084145	09/11/2015	74550	218 * I
MEI5383	8774083854	17/10/2015	74550	218 * I
MGB6851	8774084173	12/11/2015	74550	218 * I
MGX5869	8774084113	06/11/2015	74550	218 * I
MHF8208	8774083886	14/10/2015	74550	218 * I
MHR4055	8774083947	24/10/2015	74550	218 * I
MJG6443	8774083836	15/10/2015	74550	218 * I
MJP8238	8774083920	20/10/2015	74550	218 * I
MJP8238	8774083957	20/10/2015	74550	218 * I
MKO2608	8774083858	17/10/2015	74550	218 * I
MLM3104	8774084188	13/11/2015	74550	218 * I

MLU0681	8774083929	22/10/2015	74630	218	*	II
MLU9398	8774084214	15/11/2015	74550	218	*	I
NLY5319	8774084017	30/10/2015	74550	218	*	I
QHK0853	8774083913	20/10/2015	74550	218	*	I
QHL1581	8774083941	23/10/2015	74550	218	*	I

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

EVARISTA BERNADETE TRENTTO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

---

### ANCHIETA

---

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8250 528/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8250 528/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MEZ3452	55869446D	18/07/2015	64080	221	85.12
MEZ3452	55869445D	18/07/2015	50450	162 * V	191.53

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANCHIETA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8250 527/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8250 527/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CMJ7700	54594748F	03/10/2015	72340	250 * I * a
MBC6405	54594767F	16/10/2015	51930	168
MWB2852	54594771F	23/10/2015	73662	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANCHIETA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**ARROIO TRINTA****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 389/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - 280310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8418 389/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MGQ4208	54461873D	30/08/2015	54600	181 * IX	85.13

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

JOAO MARCOS FERRONATO  
DIRETOR DE TRANSITO

**ASCURRA****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8096 755/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8096 755/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-------	--------	------------	------------	---------------	-------------

LYI8279 54272770F 29/09/2015 51851 167 127.69

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

ANDRE SANTANA AMARANTE  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8096 754/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8096 754/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CGQ4916	54272719F	12/11/2015	65992	230 * V
CGQ4916	54272720F	12/11/2015	50450	162 * V
LZM4563	54272803F	18/11/2015	65480	229
MHO3683	54272722F	18/11/2015	65992	230 * V

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

ANDRE SANTANA AMARANTE  
DELEGADO DE POLICIA

**ATALANTA****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8368 355/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8368 355/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZW8154	54590559F	07/10/2015	51851	167	127.69
MCC6246	54590520F	03/10/2015	51852	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ATALANTA/SC, 28 DE NOVENBRO DE 2015.

EDSON ANTUNES JACQUES  
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8368 354/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8368 354/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

-----  
ICX7928 54590576F 27/10/2015 51180 164 c/c 162 \* I  
ICX7928 54590575F 27/10/2015 50100 162 \* I  
ICX7928 54590577F 27/10/2015 58350 195  
MEV6680 54590657F 25/10/2015 65992 230 \* V  
MEV6680 54590658F 25/10/2015 66372 230 \* IX  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ATALANTA/SC, 28 DE NOVENBRO DE 2015.

EDSON ANTUNES JACQUES  
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

---

### AURORA

---

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8110 288/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8110 288/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MEH9284 54614758F 05/11/2015 55250 181 \* XV  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.



AURORA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

DANIEL GARCIA  
DELEGADO DE POLICIA

---

**BARRA VELHA**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8102 1219/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8102 1219/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CPM3297	54523439E	19/07/2015	66371	230 * IX	127.69
IEU2725	54522867E	16/09/2015	65992	230 * V	191.54
MDG5222	54260571F	22/09/2015	65992	230 * V	191.54
MHB4423	54261030F	06/08/2015	65992	230 * V	191.54
MHF8626	54260574F	23/09/2015	65992	230 * V	191.54
MJK6844	54260480F	21/07/2015	65992	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BARRA VELHA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

WILSON MASSON  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8102 1220/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA VELHA - 280410

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8102 1220/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MID5144	54522715E	31/12/2013	51851	167	127.69
MID5144	54522716E	31/12/2013	52070	169	53.20
MID5144	54522717E	31/12/2013	58350	195	127.69
MID5144	54522718E	31/12/2013	51852	167	127.69
MID5144	54522719E	31/12/2013	60760	210	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BARRA VELHA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

JOSUE CESARIO DA LUZ  
AUTORIDADE DE TRANSITO

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8102 1217/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8102 1217/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZI0498	54260431F	21/09/2015	50100	162 * I
LZI0498	54260432F	21/09/2015	65565	230 * I
MKD1512	54260928F	31/10/2015	65992	230 * V
MKD1512	54260929F	31/10/2015	50450	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)

DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BARRA VELHA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

WILSON MASSON  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8102 1218/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA VELHA - 280410

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8102 1218/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
KOI9245	54259706F	09/11/2015	54100	181 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BARRA VELHA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

JOSUE CESARIO DA LUZ  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**BELA VISTA DO TOLDO**

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8512 391/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8512 391/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBU4415	54299737E	27/07/2015	67691	230 * XXII	85.13

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BELA VISTA DO TOLDO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

RUI ORESTES KISNIR  
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8512 390/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8512 390/2015.**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.  
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LBV9537	54299749E	10/11/2015	50100	162 * I
LBV9537	54299750E	10/11/2015	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BELA VISTA DO TOLDO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

RUI ORESTES KISNIR  
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

---

**BENEDITO NOVO**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8165 611/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8165 611/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MFF6665	54576211E	31/08/2015	59670	203 * V	957.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BENEDITO NOVO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO  
DELEGADODE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8165 610/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8165 610/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,

OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa      N.Auto              Data Infr.    Infr/Desd.    Enquadramento  
-----

MEN6883 54576356E    13/10/2015      50100          162 \* I

MEN6883 54576357E    13/10/2015      65992          230 \* V  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BENEDITO NOVO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO  
DELEGADODE POLICIA

**BLUMENAU****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8801 98/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU - SETERB - LE - 280470

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8801 98/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTES DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AEJ2956	8801026327	21/08/2015	74630	218 * II	127.69
AGE0767	8801029864	26/09/2015	74550	218 * I	85.13
AJA0412	8801023218	18/07/2015	74550	218 * I	85.12
AKM7686	8801025123	11/08/2015	74550	218 * I	85.13
ALW5882	8801006977	20/01/2015	74630	218 * II	127.69
AMU7515	8801030140	30/09/2015	74550	218 * I	85.13
AOS0601	54063309N	04/08/2015	50020	257 8S	85.12
APA4626	8801029704	26/09/2015	74550	218 * I	85.13
APA4626	8801029652	26/09/2015	74550	218 * I	85.13
ASK8550	8801027788	03/09/2015	74550	218 * I	85.13
ASR1107	8801023645	22/07/2015	74550	218 * I	85.12
ATL0009	8801025159	12/08/2015	74550	218 * I	85.13
ATL0009	8801026104	20/08/2015	74550	218 * I	85.13
AXA0305	8801028144	05/09/2015	74550	218 * I	85.13
BFE9450	8801023287	18/07/2015	74550	218 * I	85.12
CSJ4799	8801027979	07/09/2015	74550	218 * I	85.13
EFU7548	8801029938	28/09/2015	74550	218 * I	85.13
FXO3726	8801029675	25/09/2015	74550	218 * I	85.13
IBA3745	8801023880	25/07/2015	74630	218 * II	127.69
IJZ2274	8801029735	26/09/2015	74630	218 * II	127.69
IPK2661	8801023249	17/07/2015	74550	218 * I	85.12
IPM6506	8801023221	19/07/2015	74550	218 * I	85.12
JPP6700	8801023209	19/07/2015	74550	218 * I	85.12
KMV1761	8801024057	27/07/2015	74630	218 * II	127.69
KXA1277	8801023767	24/07/2015	74550	218 * I	85.13
LXW7532	8801030469	02/10/2015	74550	218 * I	85.13
LYT2009	8801023542	21/07/2015	74550	218 * I	85.12
LYT2009	8801023222	19/07/2015	74550	218 * I	85.12
LYX2055	8801029848	26/09/2015	74550	218 * I	85.13
LZD9078	8801023958	25/07/2015	74550	218 * I	85.13
MAP5355	8801027730	02/09/2015	74550	218 * I	85.13
MAW8121	8801023345	17/07/2015	74550	218 * I	85.12
MAW8273	8801029996	25/09/2015	74550	218 * I	85.13
MAX8137	8801027899	05/09/2015	74550	218 * I	85.13
MBB7805	8801023696	23/07/2015	74550	218 * I	85.13
MBT5057	8801023736	25/07/2015	74550	218 * I	85.13
MCB0412	8801023787	24/07/2015	74550	218 * I	85.13
MCG0766	8801028262	09/09/2015	74550	218 * I	85.13
MCO0175	8801023475	20/07/2015	74550	218 * I	85.12
MCU0449	8801023459	20/07/2015	74550	218 * I	85.12
MDM2282	8801029668	26/09/2015	74550	218 * I	85.13



MDM2742	8801023248	17/07/2015	74550	218	*	I	85.12
MDO5502	8801028057	05/09/2015	74550	218	*	I	85.13
MDP3625	8801027775	02/09/2015	74550	218	*	I	85.13
MDZ5588	8801023503	20/07/2015	74550	218	*	I	85.12
MEB8191	8801023388	18/07/2015	74630	218	*	II	127.69
MEE4513	8801030207	01/10/2015	74550	218	*	I	85.13
MEE4564	8801023635	22/07/2015	74550	218	*	I	85.12
MEJ1912	8801023234	18/07/2015	74550	218	*	I	85.12
MEM8540	8801027777	02/09/2015	74550	218	*	I	85.13
MEO3980	8801023856	25/07/2015	74630	218	*	II	127.69
MFC2124	8801023825	26/07/2015	74550	218	*	I	85.13
MFD1251	8801023928	24/07/2015	74550	218	*	I	85.13
MFD1251	8801023397	19/07/2015	74550	218	*	I	85.12
MFF3387	8801024034	27/07/2015	74550	218	*	I	85.13
MFH7999	8801030190	01/10/2015	74710	218	*	III	574.61
MFQ1943	8801030599	03/10/2015	74550	218	*	I	85.13
MFS8789	8801023517	21/07/2015	74550	218	*	I	85.12
MFU9472	8801028033	04/09/2015	74550	218	*	I	85.13
MGE4159	8801023349	17/07/2015	74550	218	*	I	85.12
MGG9365	8801023704	23/07/2015	74550	218	*	I	85.13
MGK3566	8801027688	01/09/2015	74550	218	*	I	85.13
MGQ4046	8801030366	03/10/2015	74630	218	*	II	127.69
MHA8887	54065147N	20/08/2015	50020	257		8\$	127.69
MHA9187	8801027824	03/09/2015	74630	218	*	II	127.69
MHF1938	8801023647	22/07/2015	74550	218	*	I	85.12
MHH3927	8801023859	26/07/2015	74550	218	*	I	85.13
MHI1643	8801027742	02/09/2015	74550	218	*	I	85.13
MHM5244	8801023638	22/07/2015	74630	218	*	II	127.69
MHS6709	8801023521	21/07/2015	74630	218	*	II	127.69
MHV0947	8801027763	02/09/2015	74550	218	*	I	85.13
MIE5931	8801023716	23/07/2015	74550	218	*	I	85.13
MIH6892	8801023470	20/07/2015	74550	218	*	I	85.12
MIM6224	8801026403	22/08/2015	74550	218	*	I	85.13
MIO6278	8801023513	21/07/2015	74550	218	*	I	85.12
MIP3905	8801023391	18/07/2015	74550	218	*	I	85.12
MIT4490	54065155N	20/08/2015	50020	257		8\$	127.69
MIU8642	8801030421	03/10/2015	74550	218	*	I	85.13
MIY4398	8801026141	20/08/2015	74550	218	*	I	85.13
MIZ0479	8801029969	28/09/2015	74550	218	*	I	85.13
MJG9016	8801023772	25/07/2015	74550	218	*	I	85.13
MJH6112	8801028156	07/09/2015	74630	218	*	II	127.69
MJN2132	8801027929	05/09/2015	74550	218	*	I	85.13
MJY8470	8801024118	28/07/2015	74550	218	*	I	85.13
MJZ7626	8801023827	26/07/2015	74550	218	*	I	85.13
MKD0691	8801023867	26/07/2015	74550	218	*	I	85.13
MKI6059	54065152N	20/08/2015	50020	257		8\$	127.69
MKO4355	8801023514	21/07/2015	74550	218	*	I	85.12
MKO6644	8801028406	10/09/2015	74550	218	*	I	85.13
MKO8051	8801023467	20/07/2015	74630	218	*	II	127.69
MKV4550	8801030029	29/09/2015	74550	218	*	I	85.13
MKX2208	8801028231	08/09/2015	74550	218	*	I	85.13
MKX3092	8801023198	18/07/2015	74550	218	*	I	85.12
MKY2103	8801023369	18/07/2015	74550	218	*	I	85.12
MLA6797	8801023595	22/07/2015	74550	218	*	I	85.12
MLB0277	8801027734	02/09/2015	74550	218	*	I	85.13
MLB3276	8801027655	01/09/2015	74550	218	*	I	85.13
MLH1100	8801023572	21/07/2015	74550	218	*	I	85.12
MLJ7255	8801023387	18/07/2015	74550	218	*	I	85.12
MLQ4037	54069819N	09/09/2015	50020	257		8\$	85.13
MLR9105	8801023360	17/07/2015	74550	218	*	I	85.12
MLS4480	8801023380	18/07/2015	74550	218	*	I	85.12
MLU5539	8801027779	03/09/2015	74630	218	*	II	127.69
MLY4331	8801024141	29/07/2015	74550	218	*	I	85.13

MMD3720	8801024023	27/07/2015	74550	218	*	I	85.13
MMF6382	8801006760	19/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MUX8353	8801023173	19/07/2015	74550	218	*	I	85.12
MVA5999	8801030510	04/10/2015	74550	218	*	I	85.13
MYJ3088	8801023288	18/07/2015	74550	218	*	I	85.12
NCZ4027	8801023195	17/07/2015	74630	218	*	II	127.69
NXX9668	8801030368	03/10/2015	74550	218	*	I	85.13
NXX9668	8801030416	03/10/2015	74550	218	*	I	85.13
OKH9776	8801028417	10/09/2015	74550	218	*	I	85.13
PWG5489	8801030668	05/10/2015	74550	218	*	I	85.13

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

CESAR LUIZ DALRI  
DIRETOR DE TRANSITO SETERB

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8801 97/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU - SETERB - LE - 280470

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8801 97/2015.**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

AFS3767	8801033085	23/10/2015	74550	218 * I
AGI9261	8801035351	15/11/2015	74550	218 * I
ALJ2643	8801032646	20/10/2015	74550	218 * I
ALS7980	8801035275	14/11/2015	74550	218 * I
AMF1462	8801035098	14/11/2015	74550	218 * I
ARI8356	8801032240	16/10/2015	74550	218 * I
ASJ2546	8801033695	30/10/2015	74550	218 * I
ASU0387	8801032489	19/10/2015	74550	218 * I
AXP2605	8801032594	20/10/2015	74550	218 * I
AYP7814	8801033186	25/10/2015	74550	218 * I
BDR1013	8801030676	05/10/2015	74550	218 * I
BIA7810	8801035033	12/11/2015	74550	218 * I
CJN2617	8801034968	12/11/2015	74550	218 * I

CRB5232	8801035251	13/11/2015	74550	218	*	I
CSA8707	8801032464	19/10/2015	74630	218	*	II
DAS9959	8801032414	17/10/2015	74550	218	*	I
DDU5221	8801035582	17/11/2015	74550	218	*	I
DMA5843	8801034564	07/11/2015	74550	218	*	I
EJU0550	8801035649	18/11/2015	74550	218	*	I
ELS0524	8801032626	20/10/2015	74550	218	*	I
EOM8505	8801035510	16/11/2015	74550	218	*	I
FBL7400	8801035248	13/11/2015	74550	218	*	I
HAB5956	8801032305	17/10/2015	74550	218	*	I
HGZ1541	8801032529	19/10/2015	74550	218	*	I
HJW4824	8801032747	22/10/2015	74550	218	*	I
HNF5398	8801032611	20/10/2015	74550	218	*	I
HNS4122	8801032715	21/10/2015	74550	218	*	I
HSV4554	8801035299	15/11/2015	74710	218	*	III
IEP1999	8801035574	17/11/2015	74630	218	*	II
ILY3908	8801035224	14/11/2015	74550	218	*	I
IME5625	8801032797	22/10/2015	74550	218	*	I
INU3647	8801035010	12/11/2015	74550	218	*	I
IPB7073	8801034950	11/11/2015	74550	218	*	I
IRZ5073	8801032338	18/10/2015	74550	218	*	I
JWD2240	8801032328	18/10/2015	74550	218	*	I
KEX5162	8801034626	08/11/2015	74550	218	*	I
KJB9075	8801032092	16/10/2015	74550	218	*	I
KJZ0325	8801035542	17/11/2015	74550	218	*	I
KLQ1001	8801032851	22/10/2015	74550	218	*	I
KMN1346	8801032296	17/10/2015	74550	218	*	I
KUX4532	8801032322	18/10/2015	74550	218	*	I
KWO1911	8801032439	18/10/2015	74550	218	*	I
LBT4938	8801035078	13/11/2015	74550	218	*	I
LRK2757	8801035307	15/11/2015	74550	218	*	I
LRZ3409	8801035373	13/11/2015	74550	218	*	I
LUZ5610	8801032522	19/10/2015	74550	218	*	I
LWX3527	8801032647	20/10/2015	74550	218	*	I
LYC5620	8801035539	17/11/2015	74550	218	*	I
LYM6125	8801035337	14/11/2015	74550	218	*	I
LZB8236	8801035619	17/11/2015	74630	218	*	II
LZD4118	8801032546	19/10/2015	74550	218	*	I
LZD6008	8801032041	18/10/2015	74550	218	*	I
LZE5058	8801032578	20/10/2015	74550	218	*	I
MBA7445	8801035634	18/11/2015	74630	218	*	II
MBE3132	8801028062	05/09/2015	74630	218	*	II
MBP7877	8801034634	08/11/2015	74550	218	*	I
MBQ5841	8801035256	13/11/2015	74550	218	*	I
MBR0761	8801032216	16/10/2015	74550	218	*	I
MBV0134	8801035388	14/11/2015	74550	218	*	I
MBZ2078	8801035359	13/11/2015	74630	218	*	II
MBZ5938	8801032137	16/10/2015	74710	218	*	III
MBZ6455	8801035421	15/11/2015	74630	218	*	II
MCC7081	8801035220	13/11/2015	74550	218	*	I
MCH6716	8801035435	15/11/2015	74550	218	*	I
MCI0856	8801035526	16/11/2015	74630	218	*	II
MCX0252	8801027294	29/08/2015	74550	218	*	I
MDB8855	8801032136	18/10/2015	74550	218	*	I
MDF7738	8801032033	16/10/2015	74550	218	*	I
MDG9902	8801033176	25/10/2015	74630	218	*	II
MDK4098	8801032513	19/10/2015	74550	218	*	I
MDN9427	8801032500	19/10/2015	74550	218	*	I
MDQ4599	8801035350	15/11/2015	74550	218	*	I
MEL2086	8801034956	12/11/2015	74550	218	*	I
MEQ6632	8801032458	19/10/2015	74550	218	*	I
MER7338	8801035391	14/11/2015	74550	218	*	I
MET2418	8801035073	13/11/2015	74550	218	*	I

MEU4156	8801035363	13/11/2015	74550	218	*	I
MEW5197	8801032379	18/10/2015	74550	218	*	I
MEX0044	8801032237	18/10/2015	74550	218	*	I
MEY6605	8801035088	13/11/2015	74550	218	*	I
MFA0648	8801032515	19/10/2015	74550	218	*	I
MFC0009	8801032620	20/10/2015	74550	218	*	I
MFF3640	8801035513	16/11/2015	74630	218	*	II
MFF9988	8801035320	14/11/2015	74550	218	*	I
MFG3939	8801035615	17/11/2015	74550	218	*	I
MFI3324	8801035396	14/11/2015	74550	218	*	I
MFL3653	8801035177	13/11/2015	74550	218	*	I
MFP2143	8801033181	25/10/2015	74550	218	*	I
MFP5945	8801035347	15/11/2015	74550	218	*	I
MFR5827	8801035072	15/11/2015	74630	218	*	II
MFR8838	8801032037	17/10/2015	74550	218	*	I
MFT1034	8801033103	23/10/2015	74630	218	*	II
MFV8575	8801032584	20/10/2015	74550	218	*	I
MFW4437	8801035352	13/11/2015	74550	218	*	I
MFY7390	8801032686	21/10/2015	74550	218	*	I
MGF0904	8801035343	14/11/2015	74550	218	*	I
MGF7044	8801035518	16/11/2015	74550	218	*	I
MGG8103	8801033036	23/10/2015	74550	218	*	I
MGM9748	8801032767	22/10/2015	74550	218	*	I
MGQ0722	8801032428	18/10/2015	74710	218	*	III
MGQ1477	8801032140	16/10/2015	74550	218	*	I
MGR6508	8801035458	16/11/2015	74550	218	*	I
MGR8205	8801035425	15/11/2015	74550	218	*	I
MGX4557	8801035478	16/11/2015	74550	218	*	I
MHE6983	8801035429	15/11/2015	74550	218	*	I
MHF1830	8801032799	22/10/2015	74550	218	*	I
MHJ7623	8801032636	20/10/2015	74550	218	*	I
MHL8309	8801032382	16/10/2015	74550	218	*	I
MHM9966	8801035292	15/11/2015	74550	218	*	I
MHQ8765	8801035598	17/11/2015	74630	218	*	II
MIA0870	8801035573	17/11/2015	74550	218	*	I
MIA1489	8801034618	08/11/2015	74550	218	*	I
MIG4761	8801035386	14/11/2015	74550	218	*	I
MIG6659	8801032774	22/10/2015	74550	218	*	I
MII3044	8801034947	11/11/2015	74550	218	*	I
MIL3364	8801032669	21/10/2015	74550	218	*	I
MIN0245	8801032876	24/10/2015	74550	218	*	I
MIO2811	8801034755	10/11/2015	74550	218	*	I
MIQ5628	8801035605	17/11/2015	74550	218	*	I
MIS9709	8801035235	14/11/2015	74550	218	*	I
MIV1351	8801032360	18/10/2015	74550	218	*	I
MIY5240	8801035362	13/11/2015	74550	218	*	I
MIY8995	8801035287	15/11/2015	74630	218	*	II
MIZ5011	8801035590	17/11/2015	74550	218	*	I
MJA9395	8801035606	17/11/2015	74630	218	*	II
MJA9395	8801035511	16/11/2015	74630	218	*	II
MJA9395	8801035329	13/11/2015	74550	218	*	I
MJC6479	8801035414	15/11/2015	74550	218	*	I
MJD3820	8801035335	14/11/2015	74550	218	*	I
MJH7314	8801035375	14/11/2015	74550	218	*	I
MJJ7918	8801032308	17/10/2015	74550	218	*	I
MJK2763	8801035067	13/11/2015	74550	218	*	I
MJK3447	8801032651	20/10/2015	74550	218	*	I
MJM6854	8801032744	21/10/2015	74550	218	*	I
MJN0128	8801031854	14/10/2015	74630	218	*	II
MJO4931	8801032306	17/10/2015	74550	218	*	I
MJQ4513	8801035544	17/11/2015	74630	218	*	II
MJQ8898	8801035230	15/11/2015	74550	218	*	I
MJS7845	8801032842	22/10/2015	74550	218	*	I

MJY8078	8801035257	13/11/2015	74550	218	*	I
MKB8589	8801032472	19/10/2015	74550	218	*	I
MKD2733	8801032335	18/10/2015	74550	218	*	I
MKF3998	8801032199	17/10/2015	74550	218	*	I
MKG4441	8801032337	18/10/2015	74550	218	*	I
MKH3903	8801031408	11/10/2015	74630	218	*	II
MKH4532	8801032784	22/10/2015	74550	218	*	I
MKN7006	8801035079	14/11/2015	74550	218	*	I
MKO2220	8801032098	17/10/2015	74630	218	*	II
MKU6378	8801032225	18/10/2015	74630	218	*	II
MLF6098	8801035353	13/11/2015	74550	218	*	I
MLJ0106	8801035580	17/11/2015	74550	218	*	I
MLK9763	8801032356	18/10/2015	74550	218	*	I
MLL0926	8801032597	20/10/2015	74550	218	*	I
MLM2357	8801032431	18/10/2015	74550	218	*	I
MLM3005	8801032410	17/10/2015	74550	218	*	I
MLN0145	8801032502	19/10/2015	74550	218	*	I
MLR1040	8801033349	27/10/2015	74550	218	*	I
MLW2363	8801035397	14/11/2015	74550	218	*	I
MLX0061	8801032391	16/10/2015	74550	218	*	I
MLX1360	8801032770	22/10/2015	74550	218	*	I
MMB0074	8801032506	19/10/2015	74550	218	*	I
MMB8973	8801032787	22/10/2015	74550	218	*	I
MMC4676	8801032561	19/10/2015	74550	218	*	I
MMH7982	8801035172	14/11/2015	74630	218	*	II
MMI6699	8801032739	21/10/2015	74710	218	*	III
MMK2204	8801035296	15/11/2015	74550	218	*	I
MMK2204	8801035302	15/11/2015	74630	218	*	II
MMK4377	8801032474	19/10/2015	74550	218	*	I
MML1867	8801032191	18/10/2015	74630	218	*	II
MMM8511	8801032128	18/10/2015	74550	218	*	I
MNM3766	8801035338	14/11/2015	74550	218	*	I
MQN5439	8801033185	25/10/2015	74630	218	*	II
NCY7777	8801035081	14/11/2015	74550	218	*	I
NER3397	8801032564	19/10/2015	74550	218	*	I
NKS5839	8801033110	24/10/2015	74630	218	*	II
NLC3844	8801035384	14/11/2015	74550	218	*	I
OAX8990	8801032434	18/10/2015	74550	218	*	I
OKE4980	8801032582	20/10/2015	74550	218	*	I
OKH0655	8801032192	18/10/2015	74550	218	*	I
OOU4515	8801035489	16/11/2015	74550	218	*	I
QHA9793	8801035504	16/11/2015	74550	218	*	I
QHE8491	8801032565	20/10/2015	74550	218	*	I
QHF1406	8801035336	14/11/2015	74630	218	*	II
QHG1640	8801035450	16/11/2015	74550	218	*	I
QHP8353	8801032532	19/10/2015	74550	218	*	I
QIL7707	8801035532	17/11/2015	74550	218	*	I

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

CESAR LUIZ DALRI  
DIRETOR DE TRANSITO SETERB



**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8800 97/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU - SETERB - RE - 280470

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8800 97/2015.**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ABK2894	8800052115	05/10/2015	74550	218 * I	85.13
ABN0989	8800050816	24/09/2015	74550	218 * I	85.13
AIG5186	8800041387	21/07/2015	74550	218 * I	85.13
AJE6888	8800046093	18/08/2015	74630	218 * II	127.69
AKS6636	8800051758	30/09/2015	74550	218 * I	85.13
AMA4836	8800040575	20/07/2015	74630	218 * II	127.69
AOR6915	8800039788	09/07/2015	74550	218 * I	85.12
APR5211	8800040512	15/07/2015	74550	218 * I	85.12
ARB9128	8800039722	07/07/2015	74630	218 * II	127.69
ASZ1665	8800047918	31/08/2015	74550	218 * I	85.13
ATH6159	8800039822	09/07/2015	74550	218 * I	85.12
AVE9101	8800041264	21/07/2015	74550	218 * I	85.13
AVE9101	8800041272	21/07/2015	74550	218 * I	85.13
AVX2270	8800047720	31/08/2015	74550	218 * I	85.13
AXY8058	8800040567	20/07/2015	74710	218 * III	574.61
BOY7475	8800051318	28/09/2015	74550	218 * I	85.13
BVS8900	8800039784	09/07/2015	74550	218 * I	85.12
BZE3844	8800040743	20/07/2015	74550	218 * I	85.13
CVY6077	8800044157	07/08/2015	74550	218 * I	85.13
DMB7826	8800046432	19/08/2015	74550	218 * I	85.13
DRO5615	8800041353	21/07/2015	74550	218 * I	85.13
EIA4824	8800047684	31/08/2015	74550	218 * I	85.13
EZJ8133	8800044309	10/08/2015	74550	218 * I	85.13
HDF3421	8800051235	28/09/2015	74550	218 * I	85.13
HEO9486	8800040969	20/07/2015	74550	218 * I	85.13
IAV2780	8800039809	09/07/2015	74630	218 * II	127.69
IJI2110	8800046880	20/08/2015	74550	218 * I	85.13
ILG9568	8800041134	21/07/2015	74550	218 * I	85.13
IQK2777	8800040207	13/07/2015	74550	218 * I	85.12
JQB5559	8800040214	14/07/2015	74550	218 * I	85.12
JTG7888	8800040867	20/07/2015	74550	218 * I	85.13
KJY3724	8800051922	01/10/2015	74550	218 * I	85.13
KZV3499	8800041529	22/07/2015	74630	218 * II	127.69
LSM0051	8800041183	21/07/2015	74550	218 * I	85.13
LSZ0613	8800040473	14/07/2015	74550	218 * I	85.12
LUZ5610	8800045729	17/08/2015	74550	218 * I	85.13
LWS6380	8800051855	30/09/2015	74550	218 * I	85.13
LXF7037	8800041503	22/07/2015	74550	218 * I	85.13
LXH2491	8800040937	20/07/2015	74550	218 * I	85.13
LZR8261	8800041155	21/07/2015	74550	218 * I	85.13
LZS1905	8800013861	21/01/2015	74630	218 * II	127.69
LZS3374	8800013852	21/01/2015	74550	218 * I	85.12
LZX2573	8800040977	20/07/2015	74550	218 * I	85.13
MAJ6773	8800040935	20/07/2015	74550	218 * I	85.13

MAW1045	88000044582	11/08/2015	74550	218	*	I	85.13
MAZ2607	88000040554	15/07/2015	74630	218	*	II	127.69
MBA5381	88000045165	11/08/2015	74630	218	*	II	127.69
MBD9144	88000047061	21/08/2015	74550	218	*	I	85.13
MBU3631	88000039668	07/07/2015	74550	218	*	I	85.12
MBV9936	88000041450	22/07/2015	74550	218	*	I	85.13
MBY2067	88000041615	22/07/2015	74550	218	*	I	85.13
MCA8495	88000045866	18/08/2015	74550	218	*	I	85.13
MCA8495	88000046143	18/08/2015	74550	218	*	I	85.13
MCB8926	88000041512	22/07/2015	74550	218	*	I	85.13
MCJ3905	88000040355	13/07/2015	74550	218	*	I	85.12
MCM8679	88000046176	18/08/2015	74550	218	*	I	85.13
MCQ0623	88000045434	14/08/2015	74630	218	*	II	127.69
MCR4513	88000040071	09/07/2015	74550	218	*	I	85.12
MCR9975	88000040146	13/07/2015	74550	218	*	I	85.12
MCX1051	88000040838	20/07/2015	74630	218	*	II	127.69
MCX3743	88000051244	28/09/2015	74550	218	*	I	85.13
MDH0145	88000040654	20/07/2015	74550	218	*	I	85.13
MDH0145	88000041084	21/07/2015	74550	218	*	I	85.13
MDL0199	88000013790	20/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MDM1085	88000040768	20/07/2015	74550	218	*	I	85.13
MDR2092	88000051398	28/09/2015	74550	218	*	I	85.13
MDR2813	88000039869	09/07/2015	74550	218	*	I	85.12
MDR7642	88000051686	29/09/2015	74550	218	*	I	85.13
MDT8150	88000039892	09/07/2015	74550	218	*	I	85.12
MDU1707	88000041492	22/07/2015	74630	218	*	II	127.69
MDX4763	88000040129	09/07/2015	74630	218	*	II	127.69
MEA0034	88000041404	22/07/2015	74710	218	*	III	574.61
MEH8004	88000051191	28/09/2015	74550	218	*	I	85.13
MES3205	88000039690	07/07/2015	74550	218	*	I	85.12
MEU5104	88000040125	09/07/2015	74550	218	*	I	85.12
MEU9062	88000051891	01/10/2015	74550	218	*	I	85.13
MFD5195	88000041563	22/07/2015	74550	218	*	I	85.13
MFK4016	88000051477	29/09/2015	74550	218	*	I	85.13
MFL1420	88000044729	12/08/2015	74550	218	*	I	85.13
MFO0305	88000052014	05/10/2015	74550	218	*	I	85.13
MFQ1027	88000051895	01/10/2015	74550	218	*	I	85.13
MFQ3308	88000040685	20/07/2015	74550	218	*	I	85.13
MFQ6285	88000041677	24/07/2015	74550	218	*	I	85.13
MFT5377	88000041925	27/07/2015	74630	218	*	II	127.69
MFT7249	88000041363	21/07/2015	74550	218	*	I	85.13
MFZ5276	88000040353	13/07/2015	74550	218	*	I	85.12
MGC3546	88000052179	07/10/2015	74630	218	*	II	127.69
MGC6447	88000040589	20/07/2015	74550	218	*	I	85.13
MGG3646	88000041307	21/07/2015	74550	218	*	I	85.13
MGH2737	88000045370	14/08/2015	74550	218	*	I	85.13
MGH9786	88000041060	21/07/2015	74550	218	*	I	85.13
MGP0974	88000051517	29/09/2015	74550	218	*	I	85.13
MGQ5107	88000039928	09/07/2015	74550	218	*	I	85.12
MGR0205	88000040968	20/07/2015	74630	218	*	II	127.69
MGR7956	88000041039	21/07/2015	74550	218	*	I	85.13
MGS3008	88000052119	05/10/2015	74550	218	*	I	85.13
MGS7301	88000040880	20/07/2015	74550	218	*	I	85.13
MGT7345	88000041456	22/07/2015	74550	218	*	I	85.13
MGV8674	88000046800	20/08/2015	74550	218	*	I	85.13
MGW0423	88000040802	20/07/2015	74550	218	*	I	85.13
MHK2525	88000039772	09/07/2015	74550	218	*	I	85.12
MHL6329	88000040073	09/07/2015	74550	218	*	I	85.12
MHP4328	88000051731	30/09/2015	74630	218	*	II	127.69
MHS8147	88000041008	20/07/2015	74550	218	*	I	85.13
MHT0705	88000040898	20/07/2015	74550	218	*	I	85.13
MHU3451	88000051382	28/09/2015	74630	218	*	II	127.69
MHX4559	88000047494	28/08/2015	74550	218	*	I	85.13



MHZ4368	54069664N	09/09/2015	50020	257	8\$	127.69
MI11516	8800041402	22/07/2015	74630	218	* II	127.69
MI15346	8800040753	20/07/2015	74550	218	* I	85.13
MIL4796	54069692N	09/09/2015	50020	257	8\$	85.13
MIN6259	8800040604	20/07/2015	74630	218	* II	127.69
MIQ8006	8800041909	27/07/2015	74550	218	* I	85.13
MIQ8926	8800045361	14/08/2015	74630	218	* II	127.69
MIR4924	8800040301	13/07/2015	74550	218	* I	85.12
MIR6122	8800040759	20/07/2015	74550	218	* I	85.13
MIU4024	8800040242	13/07/2015	74550	218	* I	85.12
MIZ3789	8800052241	07/10/2015	74550	218	* I	85.13
MIZ7471	8800040290	13/07/2015	74550	218	* I	85.12
MJF4044	8800051404	28/09/2015	74550	218	* I	85.13
MJH0254	8800039634	07/07/2015	74550	218	* I	85.12
MJH2800	8800041352	21/07/2015	74550	218	* I	85.13
MJI6253	8800051499	29/09/2015	74550	218	* I	85.13
MJJ6781	8800045121	11/08/2015	74630	218	* II	127.69
MJL7863	8800041026	21/07/2015	74550	218	* I	85.13
MJM8388	8800040350	13/07/2015	74630	218	* II	127.69
MJO4917	8800044923	12/08/2015	74550	218	* I	85.13
MJX2223	8800040476	14/07/2015	74550	218	* I	85.12
MKA4743	8800046476	19/08/2015	74550	218	* I	85.13
MKF9564	54075795N	06/10/2015	50020	257	8\$	85.13
MKG0510	8800040281	13/07/2015	74630	218	* II	127.69
MKH6955	8800041449	22/07/2015	74550	218	* I	85.13
MKL7675	8800041828	24/07/2015	74550	218	* I	85.13
MKP4128	8800051704	29/09/2015	74630	218	* II	127.69
MKQ4084	8800041626	22/07/2015	74550	218	* I	85.13
MKQ6726	54069683N	09/09/2015	50020	257	8\$	127.69
MKR5673	8800051942	01/10/2015	74630	218	* II	127.69
MKS9525	8800013874	21/01/2015	74630	218	* II	127.69
MKU7933	8800040852	20/07/2015	74550	218	* I	85.13
MKV3216	8800041442	22/07/2015	74550	218	* I	85.13
MKY6333	8800041915	27/07/2015	74550	218	* I	85.13
MKZ7497	54060327N	24/07/2015	50020	257	8\$	85.12
MKZ8715	8800051705	29/09/2015	74550	218	* I	85.13
MLN6791	8800040068	09/07/2015	74550	218	* I	85.12
MLN7321	8800046532	19/08/2015	74550	218	* I	85.13
MLN8609	8800041343	21/07/2015	74550	218	* I	85.13
MLR5985	8800039865	09/07/2015	74550	218	* I	85.12
MLS8554	8800041339	21/07/2015	74630	218	* II	127.69
MLZ0202	8800040171	13/07/2015	74550	218	* I	85.12
MMB1235	8800040806	20/07/2015	74550	218	* I	85.13
MMB2630	54059780N	21/07/2015	50020	257	8\$	85.12
MMC1247	8800046484	19/08/2015	74550	218	* I	85.13
MMF3232	8800040762	20/07/2015	74550	218	* I	85.13
MMF4295	8800045544	14/08/2015	74550	218	* I	85.13
MMF8607	8800039828	09/07/2015	74550	218	* I	85.12
MMH2496	8800041266	21/07/2015	74550	218	* I	85.13
MMH9300	8800040547	15/07/2015	74550	218	* I	85.12
MMI2772	8800041763	24/07/2015	74550	218	* I	85.13
MML3213	8800040417	13/07/2015	74550	218	* I	85.12
OKH8903	8800039961	09/07/2015	74630	218	* II	127.69
OTC3314	8800028287	16/04/2015	74550	218	* I	85.12
PWK1897	8800051885	30/09/2015	74550	218	* I	85.13
QHE1850	8800052056	05/10/2015	74550	218	* I	85.13
QHS9669	8800041041	21/07/2015	74630	218	* II	127.69
QIT3005	8800052218	07/10/2015	74550	218	* I	85.13

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARA-

GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

CESAR LUIZ DALRI  
DIRETOR DE TRANSITO SETERB

# **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8800 96/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU - SETERB - RE - 280470

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8800 96/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

ADR3897	8800057019	16/11/2015	74550	218 * I
ADV3307	8800056817	16/11/2015	74550	218 * I
AEJ0504	8800058069	19/11/2015	74550	218 * I
AFB6325	8800052951	19/10/2015	74630	218 * II
AHC7551	8800057671	18/11/2015	74630	218 * II
AHP6933	8800057234	17/11/2015	74550	218 * I
AJX0660	8800057691	18/11/2015	74550	218 * I
AKC3131	8800057485	17/11/2015	74550	218 * I
AKD8017	8800056537	13/11/2015	74550	218 * I
ALL7878	8800057541	18/11/2015	74550	218 * I
ALZ2007	8800058236	19/11/2015	74550	218 * I
AMA8389	8800057392	17/11/2015	74550	218 * I
AMC3554	8800057678	18/11/2015	74550	218 * I
AMC3554	8800056329	12/11/2015	74550	218 * I
AMM0806	8800052911	19/10/2015	74550	218 * I
AMW7011	8800053121	20/10/2015	74550	218 * I
ANJ9722	8800053521	20/10/2015	74550	218 * I
ANL8290	8800057449	17/11/2015	74550	218 * I
AQU5361	8800058126	19/11/2015	74550	218 * I
ARP0662	8800052878	19/10/2015	74630	218 * II
ASA4091	8800056480	13/11/2015	74550	218 * I
ATT2735	8800056900	16/11/2015	74550	218 * I
AVM7896	8800057537	18/11/2015	74550	218 * I
AVQ2650	8800056735	13/11/2015	74550	218 * I
AWL5307	8800056699	13/11/2015	74550	218 * I
AXF0063	8800056339	12/11/2015	74550	218 * I
AXT8479	8800056683	13/11/2015	74550	218 * I
AYO3585	8800057361	17/11/2015	74550	218 * I

AZU5786	8800054637	30/10/2015	74550	218	*	I
BBP2929	8800057114	17/11/2015	74550	218	*	I
BQJ4527	8800056770	16/11/2015	74550	218	*	I
BUI0054	8800056552	13/11/2015	74550	218	*	I
BXT0349	8800057270	17/11/2015	74550	218	*	I
CHC1503	8800056328	12/11/2015	74550	218	*	I
CJN2617	8800056630	13/11/2015	74550	218	*	I
CSP3131	8800056406	12/11/2015	74550	218	*	I
CVV2558	8800057493	18/11/2015	74550	218	*	I
CXD0212	8800053183	20/10/2015	74550	218	*	I
CZD5939	8800057699	18/11/2015	74550	218	*	I
CZD5939	8800056964	16/11/2015	74550	218	*	I
DAD3803	8800056310	12/11/2015	74550	218	*	I
DDU5221	8800056415	12/11/2015	74550	218	*	I
DGD9863	8800057275	17/11/2015	74550	218	*	I
DGX7466	8800057568	18/11/2015	74550	218	*	I
DJA8308	8800058003	18/11/2015	74550	218	*	I
DOD1039	8800058300	19/11/2015	74550	218	*	I
DOM0398	8800056460	13/11/2015	74550	218	*	I
DQK9940	8800057745	18/11/2015	74550	218	*	I
DUE3864	8800057217	17/11/2015	74550	218	*	I
EEL1873	8800058107	19/11/2015	74550	218	*	I
ELW5572	8800057492	18/11/2015	74550	218	*	I
ERG3788	8800057547	18/11/2015	74550	218	*	I
FBU2385	8800057566	18/11/2015	74550	218	*	I
FNC8420	8800056491	13/11/2015	74550	218	*	I
FXE2010	8800056518	13/11/2015	74550	218	*	I
GMT7613	8800057268	17/11/2015	74630	218	*	II
GTJ1137	8800057993	18/11/2015	74550	218	*	I
HBW8811	8800053495	20/10/2015	74550	218	*	I
HFZ9827	8800056332	12/11/2015	74550	218	*	I
HHI7505	8800056386	12/11/2015	74630	218	*	II
HLB9703	8800056902	16/11/2015	74550	218	*	I
HNW6697	8800057180	17/11/2015	74550	218	*	I
HRU4852	8800053515	20/10/2015	74550	218	*	I
IAS9347	8800056885	16/11/2015	74550	218	*	I
IHW9735	8800057516	18/11/2015	74550	218	*	I
IJK5774	8800057571	18/11/2015	74630	218	*	II
IJY9054	8800057378	17/11/2015	74630	218	*	II
ILG2452	8800056706	13/11/2015	74550	218	*	I
JIZ0199	8800057729	18/11/2015	74550	218	*	I
JQZ3066	8800056744	13/11/2015	74630	218	*	II
JZW6142	8800057633	18/11/2015	74550	218	*	I
KDT0801	8800057791	18/11/2015	74550	218	*	I
KWB3874	8800056849	16/11/2015	74550	218	*	I
LXC8028	8800057301	17/11/2015	74550	218	*	I
LXE8713	8800056786	16/11/2015	74550	218	*	I
LXH2902	8800057376	17/11/2015	74550	218	*	I
LXK5431	8800056714	13/11/2015	74550	218	*	I
LXQ0360	8800056209	06/11/2015	74550	218	*	I
LXS3099	8800058392	19/11/2015	74550	218	*	I
LYC4568	8800057747	18/11/2015	74630	218	*	II
LYF0712	8800053124	20/10/2015	74550	218	*	I
LYO0538	8800057721	18/11/2015	74550	218	*	I
LYU2383	8800058099	19/11/2015	74550	218	*	I
LYX7896	8800057028	16/11/2015	74550	218	*	I
LZD1732	8800057062	16/11/2015	74550	218	*	I
LZM1942	8800058058	19/11/2015	74550	218	*	I
LZM4623	8800053752	26/10/2015	74550	218	*	I
LZN2142	8800057956	18/11/2015	74550	218	*	I
LZS9662	8800056726	13/11/2015	74550	218	*	I
LZU3113	8800057002	16/11/2015	74630	218	*	II
LZV3099	8800057317	17/11/2015	74550	218	*	I

LZV3789	8800053413	20/10/2015	74550	218	*	I
LZX3719	8800058305	19/11/2015	74550	218	*	I
MAC9818	8800057287	17/11/2015	74550	218	*	I
MAH1546	8800056890	16/11/2015	74630	218	*	II
MAI1430	8800057017	16/11/2015	74630	218	*	II
MAJ2629	8800057031	16/11/2015	74550	218	*	I
MAJ6075	8800056833	16/11/2015	74550	218	*	I
MAL0303	8800056782	16/11/2015	74550	218	*	I
MAR5726	8800057465	17/11/2015	74550	218	*	I
MAZ5931	8800056737	13/11/2015	74550	218	*	I
MBC6483	8800058085	19/11/2015	74630	218	*	II
MBH4954	8800053010	19/10/2015	74550	218	*	I
MBI4017	8800058073	19/11/2015	74550	218	*	I
MBI5305	8800058295	19/11/2015	74550	218	*	I
MBK8977	8800053382	20/10/2015	74550	218	*	I
MBL3321	8800057447	17/11/2015	74550	218	*	I
MBN4894	8800056869	16/11/2015	74550	218	*	I
MBN4894	8800056878	16/11/2015	74550	218	*	I
MBP6268	8800057623	18/11/2015	74550	218	*	I
MBT7932	8800056906	16/11/2015	74550	218	*	I
MBV0694	8800053358	20/10/2015	74550	218	*	I
MBX8013	8800057954	18/11/2015	74630	218	*	II
MBY5128	8800056847	16/11/2015	74550	218	*	I
MCC1417	8800057486	17/11/2015	74550	218	*	I
MCF9806	8800056532	13/11/2015	74550	218	*	I
MCL5197	8800057039	16/11/2015	74550	218	*	I
MCQ9358	8800057621	18/11/2015	74550	218	*	I
MCT3359	8800057239	17/11/2015	74550	218	*	I
MCU0237	8800056551	13/11/2015	74630	218	*	II
MCU5919	8800057630	18/11/2015	74630	218	*	II
MDB9621	8800057334	17/11/2015	74550	218	*	I
MDE5202	8800058377	19/11/2015	74550	218	*	I
MDJ4564	8800056434	12/11/2015	74550	218	*	I
MDN4577	8800053474	20/10/2015	74550	218	*	I
MDP0274	8800056705	13/11/2015	74550	218	*	I
MDP9081	8800056577	13/11/2015	74550	218	*	I
MDQ0361	8800056718	13/11/2015	74550	218	*	I
MDS4555	8800052992	19/10/2015	74550	218	*	I
MDT5683	8800056834	16/11/2015	74630	218	*	II
MDW0347	8800058343	19/11/2015	74550	218	*	I
MDW7801	8800057491	18/11/2015	74550	218	*	I
MDX9144	8800057521	18/11/2015	74550	218	*	I
MED1869	8800057757	18/11/2015	74550	218	*	I
MEE1970	8800057709	18/11/2015	74550	218	*	I
MEE1979	8800056437	12/11/2015	74630	218	*	II
MEG9509	8800058015	18/11/2015	74550	218	*	I
MEH7448	8800057783	18/11/2015	74630	218	*	II
MEI1015	8800053370	20/10/2015	74550	218	*	I
MEJ7585	8800057016	16/11/2015	74550	218	*	I
MEK2271	8800057831	18/11/2015	74630	218	*	II
MEK5021	8800053309	20/10/2015	74550	218	*	I
MEO8296	8800057406	17/11/2015	74550	218	*	I
MEP2954	8800058205	19/11/2015	74550	218	*	I
MEQ2564	8800057131	17/11/2015	74550	218	*	I
MES4676	8800058077	19/11/2015	74550	218	*	I
MES9166	8800058043	18/11/2015	74550	218	*	I
MET5197	8800057333	17/11/2015	74550	218	*	I
MEU2998	8800056496	13/11/2015	74710	218	*	III
MEU5361	8800056877	16/11/2015	74550	218	*	I
MEV9768	8800057894	18/11/2015	74550	218	*	I
MEX6263	8800057035	16/11/2015	74550	218	*	I
MEY3808	8800056508	13/11/2015	74550	218	*	I
MEY4334	8800058190	19/11/2015	74630	218	*	II

MEZ4265	8800056378	12/11/2015	74550	218	*	I
MFC4479	8800057487	18/11/2015	74550	218	*	I
MFD1589	8800053139	20/10/2015	74550	218	*	I
MFE0426	8800058087	19/11/2015	74550	218	*	I
MFF6288	8800058090	19/11/2015	74550	218	*	I
MFG2376	8800053540	20/10/2015	74550	218	*	I
MFG4568	8800056969	16/11/2015	74550	218	*	I
MFH5645	8800058264	19/11/2015	74550	218	*	I
MFJ8765	8800053314	20/10/2015	74550	218	*	I
MFK0144	8800056819	16/11/2015	74550	218	*	I
MFL1527	8800057056	16/11/2015	74550	218	*	I
MFL3945	8800057445	17/11/2015	74630	218	*	II
MFM8148	8800053306	20/10/2015	74550	218	*	I
MFQ4989	8800057210	17/11/2015	74550	218	*	I
MFQ5355	8800053369	20/10/2015	74550	218	*	I
MFS4424	8800057949	18/11/2015	74550	218	*	I
MFT0573	8800057074	16/11/2015	74550	218	*	I
MFT3240	8800056618	13/11/2015	74550	218	*	I
MFV6723	8800052941	19/10/2015	74550	218	*	I
MGA0373	8800057676	18/11/2015	74550	218	*	I
MGB0533	8800056292	06/11/2015	74550	218	*	I
MGC0816	8800056828	16/11/2015	74550	218	*	I
MGE1116	8800053473	20/10/2015	74550	218	*	I
MGG4522	8800056564	13/11/2015	74550	218	*	I
MGG4522	8800057192	17/11/2015	74550	218	*	I
MGH0697	8800057441	17/11/2015	74550	218	*	I
MGH4909	8800058041	18/11/2015	74710	218	*	III
MGH7778	8800056793	16/11/2015	74630	218	*	II
MGJ1295	8800056625	13/11/2015	74630	218	*	II
MGK1521	8800053142	20/10/2015	74550	218	*	I
MGK4856	8800056769	13/11/2015	74550	218	*	I
MGL4668	8800057292	17/11/2015	74550	218	*	I
MGM3004	8800056933	16/11/2015	74550	218	*	I
MGN7606	8800053361	20/10/2015	74550	218	*	I
MGO8414	8800057075	16/11/2015	74550	218	*	I
MGP7744	8800058050	18/11/2015	74550	218	*	I
MGQ7475	8800057182	17/11/2015	74550	218	*	I
MGS1973	8800056761	13/11/2015	74550	218	*	I
MGS4812	8800055375	02/11/2015	74550	218	*	I
MGS8989	8800053397	20/10/2015	74550	218	*	I
MGT2904	8800057312	17/11/2015	74550	218	*	I
MGT3678	8800057497	18/11/2015	74550	218	*	I
MGV4514	8800053171	20/10/2015	74550	218	*	I
MGW1332	8800057303	17/11/2015	74550	218	*	I
MGW9899	8800057048	16/11/2015	74550	218	*	I
MHA6541	8800057631	18/11/2015	74550	218	*	I
MHB7643	8800058339	19/11/2015	74550	218	*	I
MHC2246	8800057898	18/11/2015	74630	218	*	II
MHD6869	8800056391	12/11/2015	74550	218	*	I
MHE7523	8800056306	12/11/2015	74630	218	*	II
MHE7843	8800057955	18/11/2015	74550	218	*	I
MHF4370	8800053278	20/10/2015	74550	218	*	I
MHF7050	8800058281	19/11/2015	74550	218	*	I
MHH4897	8800056948	16/11/2015	74550	218	*	I
MHK0823	8800056892	16/11/2015	74550	218	*	I
MHK1288	8800057713	18/11/2015	74630	218	*	II
MHK7733	8800053524	20/10/2015	74550	218	*	I
MHO4809	8800058187	19/11/2015	74550	218	*	I
MHO7686	8800057223	17/11/2015	74550	218	*	I
MHP7774	8800056749	13/11/2015	74550	218	*	I
MHP9151	8800058158	19/11/2015	74550	218	*	I
MHQ2302	8800058193	19/11/2015	74550	218	*	I
MHQ5346	8800057257	17/11/2015	74550	218	*	I



MHQ8365	8800057374	17/11/2015	74550	218	*	I
MHS7952	8800056374	12/11/2015	74550	218	*	I
MHS8215	8800058310	19/11/2015	74550	218	*	I
MHT0434	8800056453	13/11/2015	74550	218	*	I
MHT1121	8800056566	13/11/2015	74550	218	*	I
MHT3828	8800057567	18/11/2015	74550	218	*	I
MHU0109	8800057979	18/11/2015	74550	218	*	I
MHU9684	8800057271	17/11/2015	74630	218	*	II
MHV0443	8800058307	19/11/2015	74550	218	*	I
MHX0717	8800056294	12/11/2015	74550	218	*	I
MHX7065	8800056981	16/11/2015	74550	218	*	I
MIA1378	8800053144	20/10/2015	74550	218	*	I
MIB6973	8800057339	17/11/2015	74550	218	*	I
MID9677	8800057839	18/11/2015	74550	218	*	I
MIE6339	8800057987	18/11/2015	74550	218	*	I
MIG0679	8800057420	17/11/2015	74550	218	*	I
MIG2033	8800057844	18/11/2015	74550	218	*	I
MII2563	8800052850	19/10/2015	74550	218	*	I
MII6029	8800057994	18/11/2015	74550	218	*	I
MIJ0019	8800056712	13/11/2015	74550	218	*	I
MIK4995	8800056481	13/11/2015	74550	218	*	I
MIO1501	8800056679	13/11/2015	74630	218	*	II
MIO1640	8800056326	12/11/2015	74550	218	*	I
MIO6678	8800058278	19/11/2015	74550	218	*	I
MIP7101	8800053876	26/10/2015	74550	218	*	I
MIQ5828	8800056682	13/11/2015	74550	218	*	I
MIQ5944	8800056463	13/11/2015	74630	218	*	II
MIT5718	8800055927	06/11/2015	74550	218	*	I
MIT5718	8800056000	06/11/2015	74550	218	*	I
MIT7154	8800057450	17/11/2015	74550	218	*	I
MIW7007	8800053518	20/10/2015	74550	218	*	I
MIX5584	8800056533	13/11/2015	74550	218	*	I
MIX7097	8800057701	18/11/2015	74550	218	*	I
MIY4143	8800058299	19/11/2015	74550	218	*	I
MJA1002	8800053163	20/10/2015	74550	218	*	I
MJB2017	8800056582	13/11/2015	74630	218	*	II
MJB8273	8800057439	17/11/2015	74550	218	*	I
MJB9696	54078747N	26/10/2015	50020	257	8\$	
MJC4248	8800053138	20/10/2015	74550	218	*	I
MJD1931	8800053321	20/10/2015	74550	218	*	I
MJD6204	8800053218	20/10/2015	74550	218	*	I
MJE2567	8800058413	19/11/2015	74630	218	*	II
MJG6608	8800056977	16/11/2015	74550	218	*	I
MJH0280	8800058285	19/11/2015	74550	218	*	I
MJJ7815	8800058052	18/11/2015	74550	218	*	I
MJJ7815	8800056372	12/11/2015	74550	218	*	I
MJJ9246	8800057259	17/11/2015	74550	218	*	I
MJK6854	8800058143	19/11/2015	74550	218	*	I
MJO1120	8800057612	18/11/2015	74630	218	*	II
MJO6878	8800057813	18/11/2015	74550	218	*	I
MJP5035	8800056728	13/11/2015	74630	218	*	II
MJR4944	8800053412	20/10/2015	74550	218	*	I
MJS1932	8800058265	19/11/2015	74550	218	*	I
MJS7416	8800057677	18/11/2015	74630	218	*	II
MJT9076	8800056997	16/11/2015	74550	218	*	I
MJU8897	8800056750	13/11/2015	74710	218	*	III
MJW5659	8800057331	17/11/2015	74550	218	*	I
MJW8459	8800058114	19/11/2015	74550	218	*	I
MJX1237	8800056443	13/11/2015	74630	218	*	II
MJX5466	8800056687	13/11/2015	74550	218	*	I
MJY4157	8800056950	16/11/2015	74550	218	*	I
MKA2240	8800056358	12/11/2015	74550	218	*	I
MKA6610	8800054116	27/10/2015	74550	218	*	I

MKB7373	8800057269	17/11/2015	74630	218	*	II
MKD0710	8800057506	18/11/2015	74550	218	*	I
MKD9885	8800057007	16/11/2015	74550	218	*	I
MKE2036	8800057475	17/11/2015	74550	218	*	I
MKE8201	8800052932	19/10/2015	74550	218	*	I
MKE8335	8800053301	20/10/2015	74550	218	*	I
MKE9237	8800056369	12/11/2015	74550	218	*	I
MKF2460	8800056628	13/11/2015	74550	218	*	I
MKG4533	8800052832	19/10/2015	74550	218	*	I
MKG6967	8800057624	18/11/2015	74550	218	*	I
MKH4105	8800056581	13/11/2015	74630	218	*	II
MKJ6600	8800058356	19/11/2015	74550	218	*	I
MKK8255	8800057749	18/11/2015	74550	218	*	I
MKL3592	8800056938	16/11/2015	74550	218	*	I
MKL7195	8800057868	18/11/2015	74550	218	*	I
MKM6369	8800057442	17/11/2015	74630	218	*	II
MKN6968	8800057810	18/11/2015	74550	218	*	I
MKO1870	8800053078	19/10/2015	74550	218	*	I
MKO6644	8800053199	20/10/2015	74550	218	*	I
MKO9881	54078134N	20/10/2015	50020	257	8\$	
MKP2493	8800057704	18/11/2015	74630	218	*	II
MKQ1720	8800058301	19/11/2015	74550	218	*	I
MKQ9618	8800057251	17/11/2015	74550	218	*	I
MKT0399	8800056620	13/11/2015	74630	218	*	II
MKT2633	8800056478	13/11/2015	74550	218	*	I
MKT5016	8800057208	17/11/2015	74550	218	*	I
MKV4550	8800057584	18/11/2015	74550	218	*	I
MKW4845	8800056967	16/11/2015	74550	218	*	I
MKX2575	8800053305	20/10/2015	74550	218	*	I
MLC8869	8800057668	18/11/2015	74550	218	*	I
MLF6074	8800056717	13/11/2015	74550	218	*	I
MLG8741	8800057095	16/11/2015	74550	218	*	I
MLH5311	8800056578	13/11/2015	74550	218	*	I
MLI9171	8800058247	19/11/2015	74550	218	*	I
MLJ8724	8800057436	17/11/2015	74550	218	*	I
MLJ9977	8800053365	20/10/2015	74550	218	*	I
MLL4714	8800052842	19/10/2015	74710	218	*	III
MLL7556	8800057117	17/11/2015	74550	218	*	I
MLM3583	54079447N	27/10/2015	50020	257	8\$	
MLO0241	8800057944	18/11/2015	74550	218	*	I
MLO7356	8800057367	17/11/2015	74550	218	*	I
MLP8392	8800052895	19/10/2015	74550	218	*	I
MLR5516	8800053200	20/10/2015	74550	218	*	I
MLS7448	8800056322	12/11/2015	74550	218	*	I
MLS8085	8800057655	18/11/2015	74550	218	*	I
MLS9648	8800058364	19/11/2015	74550	218	*	I
MLT5329	8800057346	17/11/2015	74550	218	*	I
MLW7924	8800056696	13/11/2015	74550	218	*	I
MLX2121	8800053329	20/10/2015	74550	218	*	I
MLY5242	8800057384	17/11/2015	74550	218	*	I
MLZ3337	8800056408	12/11/2015	74630	218	*	II
MMA0394	8800056776	16/11/2015	74550	218	*	I
MMA3728	8800057523	18/11/2015	74630	218	*	II
MMC0773	8800053506	20/10/2015	74550	218	*	I
MMC7063	8800056412	12/11/2015	74550	218	*	I
MMD2795	8800056667	13/11/2015	74630	218	*	II
MMD6689	8800057586	18/11/2015	74630	218	*	II
MMD9742	8800058132	19/11/2015	74550	218	*	I
MMF2278	8800056455	13/11/2015	74630	218	*	II
MMF3166	8800057867	18/11/2015	74550	218	*	I
MMH4518	8800053020	19/10/2015	74550	218	*	I
MMH9731	8800053714	26/10/2015	74550	218	*	I
MMI5449	8800057193	17/11/2015	74550	218	*	I



MMJ0593	8800057111	17/11/2015	74630	218	*	II
MMJ1212	8800055714	03/11/2015	74550	218	*	I
MMJ2215	8800053215	20/10/2015	74550	218	*	I
MMJ4041	8800057728	18/11/2015	74550	218	*	I
MMM1437	8800058378	19/11/2015	74550	218	*	I
MMM4550	8800057667	18/11/2015	74550	218	*	I
MSI7605	8800058323	19/11/2015	74550	218	*	I
NEM6507	8800055579	02/11/2015	74550	218	*	I
NLH4659	8800057178	17/11/2015	74550	218	*	I
NRD0849	8800053259	20/10/2015	74550	218	*	I
NRW1352	8800056996	16/11/2015	74550	218	*	I
NXA9513	8800056487	13/11/2015	74550	218	*	I
OKE7321	8800056301	12/11/2015	74550	218	*	I
OKE7377	8800053437	20/10/2015	74550	218	*	I
OKF3552	8800052851	19/10/2015	74550	218	*	I
OKH1507	8800057900	18/11/2015	74550	218	*	I
OLZ7551	8800057456	17/11/2015	74550	218	*	I
OQI1327	8800057545	18/11/2015	74550	218	*	I
PFX4782	8800057388	17/11/2015	74550	218	*	I
QHB6564	8800053294	20/10/2015	74550	218	*	I
QHB9824	8800057407	17/11/2015	74550	218	*	I
QHD0646	8800057347	17/11/2015	74630	218	*	II
QHD7807	8800056753	13/11/2015	74630	218	*	II
QHE2008	8800057157	17/11/2015	74550	218	*	I
QHE9753	8800058177	19/11/2015	74550	218	*	I
QHF4513	8800058289	19/11/2015	74550	218	*	I
QHG8773	8800057103	16/11/2015	74550	218	*	I
QHH9110	8800057000	16/11/2015	74550	218	*	I
QHI8007	8800056479	13/11/2015	74550	218	*	I
QHM5482	8800057175	17/11/2015	74550	218	*	I
QHP6781	8800057597	18/11/2015	74550	218	*	I
QHQ1875	8800057057	16/11/2015	74550	218	*	I
QHQ6373	8800058194	19/11/2015	74550	218	*	I
QIB0555	8800057356	17/11/2015	74550	218	*	I
QII5030	54078593N	23/10/2015	50020	257		8\$
QIP2512	8800057896	18/11/2015	74550	218	*	I
QJC3500	8800056910	16/11/2015	74630	218	*	II

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

CESAR LUIZ DALRI  
DIRETOR DE TRANSITO SETERB

**CAMBORIÚ****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 1490/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 1490/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CYP9933	55731455E	11/05/2015	52741	175	1915.38
MCL9179	55729536E	03/07/2015	66372	230 * IX	127.69
MCL9179	55729537E	03/07/2015	65561	230 * I	191.53
MDO6844	55728974E	08/01/2015	52741	175	1915.38
MFH6680	55728289E	19/09/2015	65992	230 * V	191.54
MFH6680	55728290E	19/09/2015	69120	232	53.20
MHS1233	54503979F	09/08/2015	65992	230 * V	191.54
MHV8489	54503551F	15/07/2015	65992	230 * V	191.54
MHV8489	54503552F	15/07/2015	50450	162 * V	191.54

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIÚ/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

RODRIGO CORONHA  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 1491/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ - 280610

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 1491/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a.

INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDG7260	55731388E	30/07/2015	60501	208	191.54
MDL3791	54504097F	07/08/2015	58197	193	574.61
MHV8489	54503553F	15/07/2015	55250	181 * XV	85.13
MIE3512	54504051F	10/07/2015	59080	202 * I	957.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 28 DE NOVENBRO DE 2015.

JAIR GRINGS  
DIRETOR DE TRANSITO

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 1488/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 1488/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCW2575	54504413F	08/10/2015	67261	230 * XVIII
MDJ0548	P00200000L	14/11/2015	65992	230 * V
MDU3778	P00220000M	20/11/2015	65992	230 * V
MFF7479	P00230000N	10/11/2015	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

RODRIGO CORONHA  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 1489/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 1489/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAO5489	55730792E	29/10/2015	54521	181 * VIII
DOC9296	P00230000R	19/11/2015	54521	181 * VIII
LXI6493	54504524F	17/10/2015	55500	181 * XVIII
MIB5331	54504519F	17/10/2015	55500	181 * XVIII
MIZ7777	55730976E	11/10/2015	60501	208
MKL2031	P00250000K	15/11/2015	55413	181 * XVII
MLB6821	P00220000L	17/11/2015	70561	244 * III
MOW5410	P002200004	24/10/2015	55250	181 * XV
QHI3526	P00220000N	20/11/2015	55416	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

JAIR GRINGS  
DIRETOR DE TRANSITO

**CAMPO ALEGRE****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8360 535/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8360 535/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AGW9302	54290874F	25/07/2015	51851	167	127.69
MDH0177	55141485C	25/07/2015	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8360 534/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8360 534/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

```

-----
AFI7157 55142234C 19/11/2015 65992 230 * V
AKL6481 54291125F 23/10/2015 51930 168
AKL6481 54291452F 23/10/2015 66102 230 * VII
AKL6481 54291453F 23/10/2015 68580 231 * VII
AWE7018 54291555F 07/11/2015 65480 229
LYK3926 54291256F 21/10/2015 50100 162 * I
LYK3926 54291257F 21/10/2015 51180 164 c/c 162 * I
LZG2183 54291259F 30/10/2015 72340 250 * I * a
MEF5803 54291557F 18/11/2015 65992 230 * V
MFR7368 54290889F 18/10/2015 65992 230 * V
-----

```

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS  
DELEGADO DE POLICIA

### CAMPO ERÊ

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8256 809/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8256 809/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

```

-----
Placa    N.Auto      Data Infr.  Infr/Desd.  Enquadramento  Valor Multa
-----
BTM8411 55872951D 17/07/2015 51851      167              127.69
LZE4891 55872929D 18/07/2015 66372      230 * IX         127.69
LZE4891 55872930D 18/07/2015 51691      165              1915.38
-----

```

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPO ERE/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

MIGUEL DOMINGUES DUTRA  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8256 808/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8256 808/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AEE3420	55873023D	21/10/2015	51851	167
AQR7091	55873094D	03/11/2015	50100	162 * I
MAZ9015	55873027D	21/10/2015	65992	230 * V
MAZ9015	55873028D	21/10/2015	58350	195
MAZ9015	55873029D	21/10/2015	52070	169
MDZ9388	55873063D	17/11/2015	65992	230 * V
MFO6885	55873132D	21/10/2015	51851	167
MGB5313	55872948D	15/10/2015	51851	167
MGN0022	55873049D	21/10/2015	51851	167
MIH9243	55873030D	21/10/2015	51851	167
MLB5111	55873061D	09/11/2015	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPO ERE/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

MIGUEL DOMINGUES DUTRA  
DELEGADO DE POLICIA



**CAMPOS NOVOS****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1342/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1342/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MCM5446	55514936E	01/08/2015	65992	230 * V	191.54

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS  
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1343/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1343/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CET5791	54220048F	30/08/2015	51851	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

GERALDO MAFIOLETTI  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1340/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1340/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.  
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BHP5108	55514109E	30/09/2015	51691	165
MCV1265	54219829F	13/11/2015	50450	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS  
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1341/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1341/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-  
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MCV1265 54219828F 13/11/2015 65300 228  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

GERALDO MAFIOLETTI  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**CANELINHA**

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO  
N.8145 788/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8145 788/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa  
-----  
MII8428 54635004E 17/09/2015 55250 181 \* XV 85.13  
MLZ8853 54634639E 05/02/2015 66532 230 \* XI 127.69  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENA-

LIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CANELINHA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

LUANA CHAVES CERVI BACKES  
DELEGADA DE POLICIA

---

**CAPINZAL**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8266 1553/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8266 1553/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYB4112	54500491F	07/10/2015	67691	230 * XXII	85.13

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8266 1551/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8266 1551/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
KFK7289	54501056F	08/11/2015	65992	230 * V
KFK7289	54501057F	08/11/2015	51180	164 c/c 162 * I
KFK7289	54501055F	08/11/2015	50100	162 * I
LYI8845	55080442E	02/11/2015	65992	230 * V
LYI8845	55080446E	02/11/2015	50100	162 * I
LYI8845	55080448E	02/11/2015	75790	277
LYI8845	55080447E	02/11/2015	51180	164 c/c 162 * I
MBA6430	54500642F	17/11/2015	65480	229
MBP2617	55080441E	28/10/2015	65992	230 * V
MIO2059	54466093E	03/11/2015	66020	230 * VI
MLQ7394	54500940F	31/10/2015	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA  
DELEGADO DE POLICIA

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8266 1552/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL - 280750

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8266 1552/2015.**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

ARC1792	54466550E	04/11/2015	55411	181	*	XVII
DSS3592	54500641F	14/11/2015	55414	181	*	XVII
LYI8845	55080445E	02/11/2015	57970	191		
LYI8845	55080449E	02/11/2015	58350	195		
MDQ1059	54500698F	28/10/2015	52070	169		
MEF2048	54500638F	06/11/2015	55411	181	*	XVII
MFS6208	54466078E	26/10/2015	58780	199		
MIN7641	54500948F	04/11/2015	55411	181	*	XVII
MLC1875	54500937F	27/10/2015	52070	169		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 28 DE NOVENBRO DE 2015.

RAFAEL EDGAR TONIAL  
DIRETOR DE TRANSITO

### CATANDUVAS

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8346 709/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8346 709/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAY7816	55062520E	22/08/2015	54440	181 * VII	53.20
MCN3298	55062981E	23/07/2015	53800	181 * I	85.13
MHO9727	55062511E	28/07/2015	66102	230 * VII	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CATANDUVAS/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA  
DELEGADO DE POLICIA

---

**Cocal do Sul**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8208 1002/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8208 1002/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ASG1758	55531439E	18/07/2015	51851	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

COCAL DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

FERNANDO PAGANI POSSAMAI  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8208 1001/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8208 1001/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-



FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa      N.Auto      Data Infr.    Infr/Desd.    Enquadramento  
-----

LXQ8686	55531836E	14/10/2015	50100	162 * I
LXQ8686	55531837E	14/10/2015	51691	165
LXQ8686	55531838E	14/10/2015	65992	230 * V
MAO4385	55531922E	19/10/2015	53800	181 * I
MJO1507	55531839E	20/10/2015	55411	181 * XVII

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

COCAL DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

FERNANDO PAGANI POSSAMAI  
DELEGADO DE POLICIA

**CONCÓRDIA****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8763 636/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA - DTMC - ELETRONICO - 2808

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8763 636/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AIP7489	8763053505	30/08/2015	74550	218 * I	85.13
AIX8622	8763052870	02/08/2015	74550	218 * I	85.13
ALH7098	8763052369	09/07/2015	74550	218 * I	85.12
AWY4692	8763052924	27/07/2015	74550	218 * I	85.13
CKP2782	8763053684	01/09/2015	74550	218 * I	85.13
DSB1414	8763053822	08/09/2015	74630	218 * II	127.69
EVZ4540	8763054006	27/09/2015	74550	218 * I	85.13
HOI5323	8763052482	14/07/2015	74710	218 * III	574.61
IKJ8469	8763053525	29/08/2015	74550	218 * I	85.13
IKJ8469	8763053626	04/09/2015	74550	218 * I	85.13
ILE4576	8763053773	10/09/2015	74550	218 * I	85.13
JTO7133	8763054035	24/09/2015	74550	218 * I	85.13
LXD9268	8763052342	08/07/2015	74630	218 * II	127.69
LXD9268	8763052346	08/07/2015	74550	218 * I	85.12
MAF6566	8763052487	17/07/2015	74710	218 * III	574.61
MAQ1746	8763052521	14/07/2015	74550	218 * I	85.13
MAQ4398	8763052378	06/07/2015	74550	218 * I	85.12
MCV8025	8763053997	24/09/2015	74550	218 * I	85.13
MDF8429	8763048361	08/12/2014	74630	218 * II	127.69
MEF9259	8763052892	02/08/2015	74550	218 * I	85.13
MFQ6764	8763053732	07/09/2015	74550	218 * I	85.13
MFZ3296	8763053760	12/09/2015	74630	218 * II	127.69
MGC1617	8763054074	26/09/2015	74550	218 * I	85.13
MGX2349	8763053445	22/08/2015	74550	218 * I	85.13
MHZ9810	8763053593	28/08/2015	74550	218 * I	85.13
MIF8246	8763054695	24/10/2015	74550	218 * I	85.13
MIR6851	8763053582	26/08/2015	74550	218 * I	85.13
MIS8655	8763053487	24/08/2015	74550	218 * I	85.13
MJB9103	8763053654	06/09/2015	74550	218 * I	85.13
MJG2745	8763053837	13/09/2015	74550	218 * I	85.13
MKB8945	8763053966	16/09/2015	74550	218 * I	85.13
MKG3521	8763052931	29/07/2015	74550	218 * I	85.13
MML1438	8763054100	24/09/2015	74550	218 * I	85.13

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

CONCORDIA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

ELMO ANTONIO RICHARDI  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8763 635/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA - DTMC - ELETRONICO - 2808

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8763 635/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

ADZ1429	8763054466	13/10/2015	74550	218 * I
AFP4209	8763054967	02/11/2015	74550	218 * I
AHI7285	8763055008	04/11/2015	74550	218 * I
AJC3183	8763054394	07/10/2015	74550	218 * I
AMJ9703	8763054476	17/10/2015	74550	218 * I
AOV9000	8763054528	18/10/2015	74550	218 * I
CBI3079	8763054567	16/10/2015	74550	218 * I
CEC1632	8763054486	15/10/2015	74550	218 * I
CHM7401	8763054564	14/10/2015	74550	218 * I
DAU3240	8763054560	13/10/2015	74550	218 * I
DDP1079	8763055062	05/11/2015	74550	218 * I
DQW8064	8763054331	11/10/2015	74550	218 * I
GWJ5662	8763054313	08/10/2015	74550	218 * I
IAA2315	8763054525	17/10/2015	74550	218 * I
IEP4013	8763054529	18/10/2015	74550	218 * I
IKT3651	8763054538	16/10/2015	74630	218 * II
ILD4387	8763055034	07/11/2015	74550	218 * I
IQC1087	8763054998	03/11/2015	74550	218 * I
IRN2984	8763054329	11/10/2015	74550	218 * I
ITR7874	8763054452	09/10/2015	74550	218 * I
LYQ5853	8763054601	13/10/2015	74550	218 * I
LYZ9688	8763054522	16/10/2015	74550	218 * I
LZB3188	8763055003	06/11/2015	74550	218 * I
LZC3658	8763054623	18/10/2015	74550	218 * I
LZF3307	8763054521	15/10/2015	74550	218 * I
LZQ9332	8763054583	15/10/2015	74550	218 * I
LZT1564	8763054578	18/10/2015	74550	218 * I
MAE3026	8763054945	07/11/2015	74550	218 * I
MAH9091	8763054965	02/11/2015	74710	218 * III
MAM6511	8763054463	15/10/2015	74630	218 * II
MAP5585	8763055015	07/11/2015	74550	218 * I

MBO2998	8763054968	03/11/2015	74550	218	*	I
MBS9077	8763054972	04/11/2015	74550	218	*	I
MBU1332	8763054537	16/10/2015	74550	218	*	I
MCA4596	8763054295	10/10/2015	74550	218	*	I
MCU5888	8763054361	11/10/2015	74550	218	*	I
MCU6647	8763054499	17/10/2015	74550	218	*	I
MCX6697	8763054296	11/10/2015	74550	218	*	I
MEA1559	8763054458	12/10/2015	74550	218	*	I
MFH3026	8763054492	16/10/2015	74550	218	*	I
MFP6891	8763055048	06/11/2015	74550	218	*	I
MFT8568	8763054616	15/10/2015	74550	218	*	I
MFV7535	8763054943	07/11/2015	74550	218	*	I
MFV7535	8763054977	07/11/2015	74550	218	*	I
MFV7535	8763054955	04/11/2015	74630	218	*	II
MFY7451	8763054603	15/10/2015	74550	218	*	I
MGM3147	8763054494	17/10/2015	74550	218	*	I
MGR1262	8763054582	15/10/2015	74550	218	*	I
MGZ1408	8763055046	05/11/2015	74550	218	*	I
MHD0082	8763054544	17/10/2015	74550	218	*	I
MHG1664	8763054562	13/10/2015	74550	218	*	I
MIK9854	8763054978	07/11/2015	74550	218	*	I
MIM9427	8763054964	02/11/2015	74550	218	*	I
MJF3051	8763054593	17/10/2015	74550	218	*	I
MJT9630	8763055035	07/11/2015	74550	218	*	I
MKP6356	8763054527	18/10/2015	74550	218	*	I
MKU3302	8763054986	05/11/2015	74550	218	*	I
MLG1175	8763055049	06/11/2015	74550	218	*	I
MLR4388	8763054941	08/11/2015	74550	218	*	I
MLY7588	8763054291	07/10/2015	74550	218	*	I
MMC1624	8763054574	17/10/2015	74550	218	*	I
MMM7378	8763055051	06/11/2015	74550	218	*	I
NUY1182	8763054412	05/10/2015	74550	218	*	I
QHE8298	8763055047	05/11/2015	74550	218	*	I
QJC1990	8763054552	18/10/2015	74550	218	*	I

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CONCORDIA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

ELMO ANTONIO RICHARDI  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**CORONEL FREITAS****EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8306 497/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8306 497/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYM4611	54253938F	16/11/2015	50100	162 * I
LYM4611	54253939F	16/11/2015	51180	164 c/c 162 * I
MDY7548	54958058E	18/10/2015	50100	162 * I
MDY7548	54958059E	18/10/2015	51691	165
MGQ5591	54253930F	12/10/2015	50100	162 * I
MGQ5591	54253931F	12/10/2015	51180	164 c/c 162 * I
MGQ5591	54253932F	12/10/2015	65992	230 * V
MGQ5591	54253933F	12/10/2015	66102	230 * VII
MHF3544	54958057E	11/10/2015	65992	230 * V
MKR1511	54253922F	06/10/2015	50100	162 * I
MKR1511	54253923F	06/10/2015	65561	230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CORONEL FREITAS/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

TATIANA KLEIN SAMUEL  
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

**CORREIA PINTO****EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8174 832/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8174 832/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACO7167	54987941E	15/11/2015	52741	175
ACO7167	54987940E	15/11/2015	58350	195
ACO7167	54988125E	15/11/2015	66020	230 * VI
LXK1423	54987792E	19/10/2015	73662	252 * VI
LZA8638	54988170E	11/11/2015	56060	182 * IV
MAO3603	54988234E	10/11/2015	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CORREIA PINTO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

FABIANO HENRIQUE SCHMITT  
DELEGADO DE POLICIA

**CORUPÁ****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8238 691/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8238 691/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ILY5625	54625889E	06/08/2015	65992	230 * V	191.54

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CORUPA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

URIEL RIBEIRO  
DELEGADO REGIONAL 15.DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8238 690/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8238 690/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MMJ1955	54303221F	09/11/2015	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.



CORUPA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

URIEL RIBEIRO  
DELEGADO REGIONAL 15.DRP

### CURITIBANOS

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8106 1553/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8106 1553/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AJH4899	55005554E	29/08/2015	69120	232	53.20
AJH4899	55005556E	29/08/2015	50450	162 * V	191.54
CMH1286	55004179E	28/09/2015	66450	230 * X	127.69
IGJ3065	55006006E	29/08/2015	50100	162 * I	574.61
MDF5350	54998144E	26/09/2015	51691	165	1915.38
MEE3969	54997978E	25/09/2015	69120	232	53.20
MHP7539	55006002E	25/08/2015	65992	230 * V	191.54
OPQ5771	54999589E	20/08/2015	64080	221	85.13

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

ALTAIR SEBASTIAO MUCHALSKI  
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8106 1554/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8106 1554/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AIH3582	55005642E	16/07/2015	55412	181 * XVII	53.20
AJH4899	55005555E	29/08/2015	51851	167	127.69
LYJ6722	55006004E	28/08/2015	73662	252 * VI	85.13
LYJ6722	55006005E	28/08/2015	51851	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

HERCILIO BEPPLER  
SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8106 1551/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8106 1551/2015.**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.  
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AGU8744	54531917E	28/10/2015	50100	162 * I
AGU8744	54531001E	28/10/2015	65992	230 * V
DPM7501	55005716E	29/10/2015	50450	162 * V
IHS8721	55005934E	31/10/2015	52741	175
KMC8845	54530864E	27/10/2015	67261	230 * XVIII
LXD2896	55002746E	05/11/2015	65992	230 * V
LZR9952	55005788E	24/10/2015	50450	162 * V
LZR9952	55005789E	24/10/2015	50960	163 c/c 162 * V
LZY3872	54531951E	06/11/2015	50100	162 * I

LZY3872	54531952E	06/11/2015	51180	164	c/c 162 * I
MAN9693	54531635E	09/11/2015	50292	162	* II
MAN9693	54531636E	09/11/2015	69120	232	
MAN9693	54531637E	09/11/2015	51262	164	c/c 162 * II
MEK4008	55005804E	25/09/2015	50450	162	* V
MIU6659	54997979E	06/11/2015	65992	230	* V
MIU6659	54997980E	06/11/2015	50100	162	* I
MJK9329	55005765E	16/10/2015	51180	164	c/c 162 * I
MJK9329	55005764E	16/10/2015	50100	162	* I
MML2239	55005936E	01/11/2015	50100	162	* I
MML2239	55005937E	01/11/2015	51180	164	c/c 162 * I
MML2239	55005946E	01/11/2015	51691	165	
MML2239	55003420E	01/11/2015	65561	230	* I
QHG4876	54531953E	07/11/2015	50100	162	* I
QHG4876	54531954E	07/11/2015	51180	164	c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

ALTAIR SEBASTIAO MUCHALSKI  
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8106 1552/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8106 1552/2015.**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CKM8944	55002749E	09/11/2015	51851	167
IAU6082	54531774E	03/11/2015	63941	220 * XIV
IAU6082	54531775E	03/11/2015	60501	208
IHS8721	55005935E	31/10/2015	58350	195
IJA1208	54998797E	06/11/2015	56222	182 * VI
MBR5726	55005561E	02/11/2015	51851	167
MCP7031	55005947E	09/11/2015	60501	208
MFP9922	54998085E	17/10/2015	51851	167

MID4677	55005875E	10/10/2015	54870	181	*	XI
MID4677	55005874E	10/10/2015	73662	252	*	VI
MIG3139	55002769E	02/11/2015	57380	186	*	II
MKC5010	55002763E	20/10/2015	54522	181	*	VIII
MKN5892	54528492E	23/10/2015	51851	167		
MML2239	55005942E	01/11/2015	63944	220	*	XIV
MML2239	55005938E	01/11/2015	58350	195		
MML2239	55005939E	01/11/2015	57380	186	*	II
MML2239	55005941E	01/11/2015	57200	186	*	I
MML2239	55005943E	01/11/2015	57200	186	*	I
MML2239	55005944E	01/11/2015	57200	186	*	I
MML2239	55005945E	01/11/2015	57200	186	*	I
MML2239	55002530E	01/11/2015	57380	186	*	II

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

HERCILIO BEPLER  
SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

**ERMO**

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8724 187/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8724 187/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZQ8181	55879127D	18/08/2015	50100	162 * I	574.61
LZQ8181	55879128D	18/08/2015	51180	164 c/c 162 * I	574.61
LZQ8181	55879129D	18/08/2015	65992	230 * V	191.54

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ERMO/SC, 28 DE NOVENBRO DE 2015.

ANDRE GAZZONI COUTRO  
DELEGADO DE POLICIA

---

### FAXINAL DOS GUEDES

---

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8354 786/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8354 786/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BNA2679	54455873D	22/09/2015	65992	230 * V	191.54

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FAXINAL DOS GUEDES/SC, 28 DE NOVENBRO DE 2015.

ALBINO DE SOUZA ARAUJO  
DELEGADO REGIONAL 16.DRP

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8354 785/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8354 785/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ALD0148	54455818D	06/11/2015	65992	230 * V
ALD0148	54455819D	06/11/2015	50100	162 * I
ALD0148	54455820D	06/11/2015	51691	165
APG6634	54455685D	26/10/2015	54522	181 * VIII
CRI2084	54455885D	06/11/2015	52741	175
GVX9042	54455887D	13/11/2015	50610	163 c/c 162 * I
GVX9042	54455886D	13/11/2015	50100	162 * I
LYY5469	54455879D	04/10/2015	50100	162 * I
MAF0118	54455881D	16/10/2015	50100	162 * I
MBL1134	54456409D	02/10/2015	50100	162 * I
MBL1134	54456410D	02/10/2015	70301	244 * I
MBL1134	54456411D	02/10/2015	58350	195
MBL1134	54456413D	02/10/2015	51180	164 c/c 162 * I
MCD5543	54455675D	02/10/2015	68580	231 * VII
MGY8754	54455822D	06/11/2015	50100	162 * I
MLR1613	54455677D	11/10/2015	50100	162 * I
MLR1613	54455678D	11/10/2015	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FAXINAL DOS GUEDES/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

ALBINO DE SOUZA ARAUJO  
DELEGADO REGIONAL 16.DRP

#### FORQUILHINHA

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 993/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 993/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.



Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZS3153	54291978F	30/08/2015	51691	165	1915.38
MBO3977	54505079E	06/09/2015	65992	230 * V	191.54
MBO3977	54505080E	06/09/2015	50450	162 * V	191.54
MBO3977	54505081E	06/09/2015	51691	165	1915.38
MBO3977	54505082E	06/09/2015	69120	232	53.20
MHH0728	54506247E	09/09/2015	73662	252 * VI	85.13

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FORQUILHINHA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

JORGE LUIZ KOCH  
DELEGADO DE POLICIA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 992/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 992/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CPC3364	54292013F	22/10/2015	59910	206 * I
MAR2791	54291983F	16/10/2015	55090	181 * XIII
MAZ5726	54292205F	22/10/2015	50100	162 * I
MAZ5726	54292206F	22/10/2015	65992	230 * V
MCS2198	54292263F	22/10/2015	50100	162 * I
MCS2198	54292264F	22/10/2015	65992	230 * V
MFY5683	54292255F	19/10/2015	50100	162 * I
MFY5683	54292257F	19/10/2015	65992	230 * V
MFY5683	54292258F	19/10/2015	65800	230 * IV
MGZ5190	54292011F	20/10/2015	60175	206 * III
MHB5954	54292012F	22/10/2015	73662	252 * VI
MHB7314	54292214F	18/11/2015	66532	230 * XI
MHB7314	54292215F	18/11/2015	66372	230 * IX



MIO5938 54292312F 23/10/2015 73662 252 \* VI  
MWF3489 54291984F 16/10/2015 66102 230 \* VII  
MWF3489 54291985F 16/10/2015 55090 181 \* XIII

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FORQUILHINHA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

JORGE LUIZ KOCH  
DELEGADO DE POLICIA

---

### FRAIBURGO

---

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8324 1831/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8324 1831/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MFC8535	55025450E	17/09/2015	50292	162 * II	957.69
MFC8535	55026502E	17/09/2015	51262	164 c/c 162 * II	957.69

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

JHON ENDY LAMB  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8324 1832/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO - ORTFRAI - 281070

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8324 1832/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AFD5602	55024888E	16/07/2015	54522	181 * VIII	127.69
GPU7120	55025504E	17/09/2015	59750	204	127.69
MJK0006	54064179N	14/08/2015	50020	257 8\$	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 28 DE NOVENBRO DE 2015.

ELTON LUIZ BORRACHINI  
PRESIDENTE DO ORTFRAI

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8324 1829/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8324 1829/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.  
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABA8095	55025810E	01/10/2015	50100	162 * I

ABA8095	55025811E	01/10/2015	51180	164	c/c 162 * I
MFO3810	55025085E	09/10/2015	65992	230	* V
MFO3810	55025086E	09/10/2015	50100	162	* I
MFO3810	55025087E	09/10/2015	51180	164	c/c 162 * I
MFO3810	55025088E	09/10/2015	65800	230	* IV
MFO3810	55025089E	09/10/2015	66371	230	* IX
MFO3810	55025090E	09/10/2015	67261	230	* XVIII
MFP7645	55025692E	03/11/2015	65992	230	* V
MFP7645	55025135E	03/11/2015	67261	230	* XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

JHON ENDY LAMB  
DELEGADO DE POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8324 1830/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO - ORTFRAI - 281070

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8324 1830/2015.**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXI7020	55025674E	02/10/2015	51851	167
MDO1264	55026504E	07/10/2015	59670	203 * V
MFP7645	55025693E	03/11/2015	54521	181 * VIII
MLB6775	55025591E	09/10/2015	52070	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

ELTON LUIZ BORRACHINI  
PRESIDENTE DO ORTFRAI

---

**GAROPABA**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8440 1103/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8440 1103/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CNI3881	54166815F	28/08/2015	66371	230 * IX	127.69
CNI3881	54166814F	28/08/2015	65800	230 * IV	191.54
CNI3881	54166813F	28/08/2015	65992	230 * V	191.54
JNM4899	54166818F	25/09/2015	65992	230 * V	191.54
MFV5818	54166675F	06/07/2015	69120	232	53.20
MFV5818	54166676F	06/07/2015	65561	230 * I	191.53
MFV5818	54166674F	06/07/2015	50450	162 * V	191.53
MHS0667	54166542F	18/07/2015	50100	162 * I	574.61
MHS0667	54166376F	18/07/2015	51180	164 c/c 162 * I	574.61
NNS4840	54166197F	18/09/2015	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8440 1104/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA - 281130

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8440 1104/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBH0007	54166921F	21/08/2015	55250	181 * XV	85.13
MCU2979	54166767F	17/07/2015	55411	181 * XVII	53.20
MIU2179	54166729F	10/09/2015	55411	181 * XVII	53.20
MLC3045	54166677F	06/07/2015	54522	181 * VIII	127.69
OKE2771	54166133F	17/07/2015	55250	181 * XV	85.12
OKE5452	54166234F	13/07/2015	55250	181 * XV	85.12
OKF6860	54166763F	17/07/2015	55250	181 * XV	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

ALESSANDRA DINIZ GREGORIO  
DIRETORA DE TRANSITO

**GARUVA**

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 435/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 435/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CGU5444	55982794D	16/11/2015	50100	162 * I
CGU5444	55982795D	16/11/2015	52070	169

CGU5444 55982796D 16/11/2015 69120 232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GARUVA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

DIRCEU AUGUSTO SILVEIRA JUNIOR  
DELEGADO DE POLICIA

---

**GASPAR**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8147 1989/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8147 1989/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AIF9648	54540129E	16/08/2015	67261	230 * XVIII	127.69
AKF7145	54540025E	17/07/2015	67261	230 * XVIII	127.69
LXH4517	54635909F	19/07/2015	69120	232	53.20
LXH4517	54635908F	19/07/2015	50450	162 * V	191.54
LXH4517	54635906F	19/07/2015	65992	230 * V	191.54
MAU0675	54540041E	21/07/2015	66102	230 * VII	127.69
MBW9882	54540027E	17/07/2015	65992	230 * V	191.53
MBW9882	54540028E	17/07/2015	67261	230 * XVIII	127.69
MBW9882	54540029E	17/07/2015	69120	232	53.20
MEG8103	54541355E	08/08/2015	50100	162 * I	574.61
QHG1713	54539646E	23/07/2015	51691	165	1915.38

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

PAULO NORBERTO KOERICH  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8147 1990/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - 281170

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8147 1990/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BWK4611	54540168E	12/08/2015	55416	181 * XVII	53.20
CED2241	8147010642	10/08/2015	74550	218 * I	85.13
GYO0629	8147011003	13/08/2015	74550	218 * I	85.13
LXB5984	54539592E	30/09/2015	55416	181 * XVII	53.20
LXH4517	54635907F	19/07/2015	52070	169	53.20
LZM9939	54539873E	19/07/2015	54600	181 * IX	85.12
MBY3876	8147010519	05/08/2015	74630	218 * II	127.69
MGU4576	54636313F	07/10/2015	73662	252 * VI	85.13
MIA7109	54074685N	29/09/2015	50020	257 8S	53.20
MID2566	54075989N	06/10/2015	50020	257 8S	85.13
MIH3988	54069725N	09/09/2015	50020	257 8S	85.13
MJY0710	8147011658	20/08/2015	74710	218 * III	574.61
MLM3005	54069743N	09/09/2015	50020	257 8S	85.13

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

DIRCEU DOS PASSOS  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8590 1020/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - LOMBADA ELETRONICA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8590 1020/2015.



FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AES0812	8590081629	09/09/2015	74550	218 * I	85.13
AJH1161	8590079827	12/07/2015	74550	218 * I	85.12
AOB6463	8590081646	11/09/2015	74550	218 * I	85.13
AXX0876	8590081456	05/09/2015	74550	218 * I	85.13
BEH1166	8590081172	27/08/2015	74630	218 * II	127.69
BUR8595	8590079946	16/07/2015	74550	218 * I	85.12
FWO2008	8590080043	19/07/2015	74550	218 * I	85.12
HIF4854	8590081038	22/08/2015	74550	218 * I	85.13
HMJ1330	8590081079	23/08/2015	74550	218 * I	85.13
JOS6660	8590079803	11/07/2015	74550	218 * I	85.12
KVD6401	8590079646	09/07/2015	74550	218 * I	85.12
MBC6132	8590081098	24/08/2015	74630	218 * II	127.69
MBX5552	8590081089	23/08/2015	74550	218 * I	85.13
MCD3250	8590079709	06/07/2015	74550	218 * I	85.12
MDB4609	8590081044	22/08/2015	74630	218 * II	127.69
MDH0334	8590079733	05/07/2015	74630	218 * II	127.69
MDT1015	8590079738	05/07/2015	74550	218 * I	85.12
MFU2646	8590079988	18/07/2015	74550	218 * I	85.12
MHH9527	8590079649	09/07/2015	74550	218 * I	85.12
MHI6056	8590080736	07/08/2015	74630	218 * II	127.69
MHO0880	8590079751	07/07/2015	74550	218 * I	85.12
MIO1312	8590079783	11/07/2015	74550	218 * I	85.12
MIP3350	8590079919	15/07/2015	74550	218 * I	85.12
MJK4400	8590080008	18/07/2015	74550	218 * I	85.12
MKI0840	8590080932	17/08/2015	74550	218 * I	85.13
MKO5694	8590079938	16/07/2015	74550	218 * I	85.12
MKU4955	8590081103	24/08/2015	74550	218 * I	85.13
MKV1952	8590081303	30/08/2015	74550	218 * I	85.13
MKV5821	8590080977	19/08/2015	74550	218 * I	85.13
MKY6535	8590080625	08/08/2015	74550	218 * I	85.13
MLM5947	8590079757	07/07/2015	74550	218 * I	85.12
MMC2237	8590079769	07/07/2015	74630	218 * II	127.69
MMD9870	8590079873	13/07/2015	74630	218 * II	127.69
MMF7236	8590080583	04/08/2015	74630	218 * II	127.69
MMM7067	8590079853	13/07/2015	74630	218 * II	127.69
OKH8903	8590079772	07/07/2015	74550	218 * I	85.12
QHD3044	8590079616	03/07/2015	74550	218 * I	85.12
QIZ0027	8590081240	25/08/2015	74550	218 * I	85.13

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

DIRCEU DOS PASSOS  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8147 1987/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8147 1987/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

HFG5964	55591899D	07/11/2015	50100	162 * I
LXN6042	54540773E	03/11/2015	65992	230 * V
LXN6042	54540775E	03/11/2015	69120	232
MCY1703	54635944F	06/11/2015	75790	277
MCY1703	54635946F	06/11/2015	67691	230 * XXII
MCY1703	54635945F	06/11/2015	64080	221
MDU5873	54540706E	19/10/2015	65992	230 * V
MHG8644	54540692E	19/10/2015	65564	230 * I

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

PAULO NORBERTO KOERICH  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8147 1988/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - 281170

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8147 1988/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-  
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

ELB7969	54635968F	06/11/2015	55411	181 * XVII
LPY7796	54636398F	09/11/2015	55500	181 * XVIII
MIF8998	54636502F	05/11/2015	54521	181 * VIII

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

DIRCEU DOS PASSOS  
DIRETOR DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8590 1019/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - LOMBADA ELETRONICA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8590 1019/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-  
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

ABK7680	8590082455	10/10/2015	74630	218 * II
ACF2819	8590083510	12/11/2015	74550	218 * I
ADC8245	8590083294	05/11/2015	74550	218 * I
ADJ8202	8590083223	26/10/2015	74550	218 * I
ADZ7511	8590083246	27/10/2015	74710	218 * III
AFK5157	8590083617	14/11/2015	74550	218 * I
AFO5065	8590083352	07/11/2015	74630	218 * II
AFZ5202	8590083238	27/10/2015	74550	218 * I
AHR3735	8590083119	01/11/2015	74550	218 * I
AKI2981	8590083587	14/11/2015	74550	218 * I
ALP7680	8590083293	04/11/2015	74550	218 * I
ALU4328	8590083477	11/11/2015	74550	218 * I
ALU4956	8590082979	29/10/2015	74550	218 * I

AMO5206	8590083078	01/11/2015	74550	218	*	I
AVX7721	8590083005	30/10/2015	74550	218	*	I
BKF6078	8590083496	11/11/2015	74630	218	*	II
BPI8402	8590083104	01/11/2015	74550	218	*	I
CMB9901	8590083017	30/10/2015	74550	218	*	I
CSC0223	8590083333	07/11/2015	74550	218	*	I
CYB2108	8590083629	14/11/2015	74630	218	*	II
CYR7072	8590083354	07/11/2015	74630	218	*	II
DFS4555	8590083656	14/11/2015	74550	218	*	I
EFT8821	8590083285	04/11/2015	74550	218	*	I
ELH7503	8590083331	07/11/2015	74550	218	*	I
FOQ6370	8590083253	27/10/2015	74630	218	*	II
GKV9576	8590083618	14/11/2015	74550	218	*	I
GQM5392	8590083084	01/11/2015	74630	218	*	II
GSP6206	8590083087	01/11/2015	74550	218	*	I
HBZ3858	8590083100	01/11/2015	74550	218	*	I
HHR7225	8590083589	14/11/2015	74550	218	*	I
HPT9193	8590083103	01/11/2015	74550	218	*	I
IHJ9983	8590082249	01/10/2015	74710	218	*	III
IUD8808	8590083020	30/10/2015	74550	218	*	I
JKV1215	8590082066	26/09/2015	74550	218	*	I
JKV1215	8590082126	27/09/2015	74550	218	*	I
JRV0308	8590083220	26/10/2015	74550	218	*	I
KMP6973	8590083034	31/10/2015	74550	218	*	I
LXC8777	8590083077	01/11/2015	74550	218	*	I
LXW4237	8590083550	13/11/2015	74630	218	*	II
LYL0014	8590083030	31/10/2015	74550	218	*	I
LYL0014	8590083043	31/10/2015	74630	218	*	II
LYY0578	8590083204	05/11/2015	74550	218	*	I
LYY3120	8590083622	14/11/2015	74550	218	*	I
LZJ0834	8590083611	14/11/2015	74550	218	*	I
MAE3089	8590083039	31/10/2015	74630	218	*	II
MAF1427	8590083024	30/10/2015	74630	218	*	II
MAM7177	8590083049	31/10/2015	74550	218	*	I
MAZ1908	8590083219	05/11/2015	74630	218	*	II
MBD9582	8590082356	04/10/2015	74550	218	*	I
MBG2972	8590083222	26/10/2015	74550	218	*	I
MBG6014	8590083164	02/11/2015	74550	218	*	I
MBK7712	8590082435	10/10/2015	74630	218	*	II
MBO1862	8590082975	28/10/2015	74550	218	*	I
MBW9207	8590083228	26/10/2015	74630	218	*	II
MCC3177	8590083433	09/11/2015	74550	218	*	I
MCE3633	8590083513	12/11/2015	74630	218	*	II
MCM6115	8590083410	08/11/2015	74550	218	*	I
MCX3756	8590082991	29/10/2015	74550	218	*	I
MCZ9267	8590083342	07/11/2015	74550	218	*	I
MDC2999	8590083014	30/10/2015	74550	218	*	I
MDE6016	8590083553	13/11/2015	74550	218	*	I
MDN6958	8590083268	03/11/2015	74550	218	*	I
MDU2782	8590083042	31/10/2015	74550	218	*	I
MDU5502	8590083261	02/11/2015	74550	218	*	I
MDV5842	8590083588	14/11/2015	74630	218	*	II
MDZ6142	8590082997	30/10/2015	74550	218	*	I
MEC7628	8590083151	02/11/2015	74550	218	*	I
MEI0973	8590083450	10/11/2015	74550	218	*	I
MEL3058	8590083360	07/11/2015	74550	218	*	I
MFL2106	8590083160	02/11/2015	74550	218	*	I
MFQ9479	8590083235	26/10/2015	74550	218	*	I
MFS7003	8590081845	16/09/2015	74550	218	*	I
MGD6486	8590083290	04/11/2015	74550	218	*	I
MGI3361	8590083561	13/11/2015	74550	218	*	I
MGW1466	8590083133	02/11/2015	74550	218	*	I
MGW4445	8590083212	05/11/2015	74550	218	*	I

MGX3457	8590083347	07/11/2015	74550	218	*	I
MHD5915	8590083224	26/10/2015	74550	218	*	I
MHK6750	8590083157	02/11/2015	74550	218	*	I
MHN9163	8590083603	14/11/2015	74630	218	*	II
MHT4658	8590083474	11/11/2015	74550	218	*	I
MHY0675	8590082962	28/10/2015	74550	218	*	I
MIB6189	8590083493	11/11/2015	74550	218	*	I
MIC8588	8590083214	05/11/2015	74630	218	*	II
MID9394	8590083447	09/11/2015	74550	218	*	I
MIF5106	8590083511	12/11/2015	74630	218	*	II
MIG0679	8590083358	07/11/2015	74550	218	*	I
MII2359	8590083317	06/11/2015	74630	218	*	II
MII4606	8590083153	02/11/2015	74550	218	*	I
MIJ7039	8590082289	02/10/2015	74550	218	*	I
MIT3808	8590083403	08/11/2015	74550	218	*	I
MIT5083	8590083441	09/11/2015	74550	218	*	I
MIW6154	8590083064	31/10/2015	74550	218	*	I
MJB0144	8590083431	09/11/2015	74550	218	*	I
MJE1948	8590082309	06/10/2015	74630	218	*	II
MJE8422	8590083041	31/10/2015	74550	218	*	I
MJH7314	8590083226	26/10/2015	74550	218	*	I
MJI7614	8590083472	10/11/2015	74550	218	*	I
MJP8507	8590082735	19/10/2015	74550	218	*	I
MJT5446	8590083038	31/10/2015	74550	218	*	I
MJV0324	8590083288	04/11/2015	74550	218	*	I
MJY8414	8590083387	08/11/2015	74550	218	*	I
MKD2526	8590083417	08/11/2015	74550	218	*	I
MKG4323	8590083606	14/11/2015	74550	218	*	I
MKH9244	8590083516	12/11/2015	74550	218	*	I
MKH9244	8590083509	12/11/2015	74550	218	*	I
MKK1888	8590083254	27/10/2015	74630	218	*	II
MKM5639	8590083498	11/11/2015	74550	218	*	I
MKT0762	8590082437	10/10/2015	74550	218	*	I
MKX2775	8590083053	31/10/2015	74550	218	*	I
MKZ7986	8590083429	09/11/2015	74550	218	*	I
MLG0434	8590083508	12/11/2015	74550	218	*	I
MLM3638	8590083086	01/11/2015	74550	218	*	I
MLN1609	8590083218	05/11/2015	74550	218	*	I
MLN6706	8590083201	04/11/2015	74550	218	*	I
MLS7477	8590083083	01/11/2015	74550	218	*	I
MLW8136	8590083306	06/11/2015	74550	218	*	I
MMK5520	8590083539	13/11/2015	74550	218	*	I
MMK6270	8590083144	02/11/2015	74630	218	*	II
MMM3668	8590083109	01/11/2015	74550	218	*	I
MYB7327	8590083308	06/11/2015	74550	218	*	I
NCI0555	8590083602	14/11/2015	74550	218	*	I
NHH5141	8590083025	30/10/2015	74550	218	*	I
OKF7234	8590083451	10/11/2015	74550	218	*	I
OKF8343	8590083089	01/11/2015	74630	218	*	II
QHI7463	8590081995	21/09/2015	74550	218	*	I
QHL9421	8590083299	05/11/2015	74550	218	*	I

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

DIRCEU DOS PASSOS  
DIRETOR DE TRANSITO

### Grão Pará

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8328 521/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8328 521/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBO2977	54029932F	25/07/2015	51691	165	1915.38
MBO2977	54029934F	25/07/2015	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MIF3707	54029921F	18/07/2015	50450	162 * V	191.53
MJY8975	54029924F	19/07/2015	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GRAO PARA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

ANDRE LUIZ BERMUDEZ PEREIRA  
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8328 520/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8328 520/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA



DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MFC0458	54030002F	04/11/2015	65992	230 * V
MFL2669	54030009F	13/11/2015	73400	252 * IV
MIB2587	54030004F	07/11/2015	50100	162 * I
MIB2587	54030005F	07/11/2015	51180	164 c/c 162 * I
MIQ8219	54030007F	13/11/2015	50100	162 * I
MIQ8219	54030008F	13/11/2015	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GRAO PARA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

ANDRE LUIZ BERMUDEZ PEREIRA  
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

### GUARACIABA

#### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8348 604/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8348 604/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AFH0652	55852568D	13/11/2015	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU



POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARACIABA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

### GUARAMIRIM

#### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 1039/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 1039/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AHL3729	54336555F	10/11/2015	66700	230 * XIII
DIM8426	54335311F	21/10/2015	72850	250 * III
IFS1239	54335176F	24/10/2015	75790	277
KXU2455	54336434F	05/11/2015	65992	230 * V
KXU2455	54336435F	05/11/2015	53200	176 * V
LYK4799	54335205F	21/10/2015	65992	230 * V
LYK4799	54335206F	21/10/2015	67261	230 * XVIII
LYK4799	54335203F	21/10/2015	50100	162 * I
LYK4799	54335204F	21/10/2015	51180	164 c/c 162 * I
MBP5164	54336658F	12/11/2015	50371	162 * III
MCE6599	54336419F	15/10/2015	50450	162 * V
MCE6599	54336420F	15/10/2015	51420	164 c/c 162 * V
MDO3286	54336520F	15/11/2015	66102	230 * VII
MDO3286	54336519F	15/11/2015	67000	230 * XVI
MER5259	54955492E	18/10/2015	67691	230 * XXII
MER5259	54955490E	18/10/2015	51180	164 c/c 162 * I
MER5259	54955488E	18/10/2015	50100	162 * I
MGE1607	54336659F	12/11/2015	65992	230 * V
MGL2423	54955247E	10/11/2015	65561	230 * I
MHZ6892	54335313F	13/11/2015	50450	162 * V
MJM7456	54955890E	14/11/2015	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

DANIEL FERREIRA DIAS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 1040/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM - 281270

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 1040/2015.**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AHL3729	54336556F	10/11/2015	51851	167
CBA6466	54336517F	10/11/2015	73662	252 * VI
CHI7415	54335305F	20/10/2015	51851	167
MDV1601	54955343E	20/10/2015	58780	199
MEM0734	54336661F	10/11/2015	73662	252 * VI
MEM0734	54336660F	10/11/2015	51851	167
MER5259	54955491E	18/10/2015	58350	195
MER5259	54955487E	18/10/2015	70640	244 * IV
MHG8590	54335030F	11/11/2015	58780	199
QHG1713	54335008F	15/10/2015	58191	193

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

**GUARUJÁ DO SUL****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8252 420/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8252 420/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BNN3130	55870571D	12/09/2015	50292	162 * II	957.69
MAJ8780	55870500D	30/09/2015	51851	167	127.69
MDJ6590	55870528D	05/10/2015	51851	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARUJA DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8252 419/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8252 419/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

MKQ2404	55847820D	09/11/2015	55250	181 * XV
---------	-----------	------------	-------	----------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARUJA DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

### ILHOTA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8388 773/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8388 773/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CJM6543	54298758F	03/07/2015	65992	230 * V	191.53
MFT8373	54298852F	21/07/2015	59750	204	127.69
MGL3045	54979988E	24/07/2015	51851	167	127.69
MHR0757	54298857F	25/07/2015	73662	252 * VI	85.13

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ILHOTA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

AUGUSTO BEDUSCHI NETO  
DELEGADO DE POLICIA

**IMBITUBA****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8436 1970/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8436 1970/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDX8594	54064642F	18/07/2015	66371	230 * IX	127.69
MGL4110	54064170F	17/07/2015	50100	162 * I	574.61
QHE8532	54062885F	30/09/2015	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

RAPHAEL JOHANN GIORDANI  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8436 1971/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8436 1971/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AKC5960	55698343E	06/01/2015	51851	167	127.69

DLL6766	54062025F	24/07/2015	55500	181	*	XVIII	85.13
FGJ1777	54062026F	24/07/2015	55500	181	*	XVIII	85.13
MAO3941	54064193F	29/07/2015	55411	181	*	XVII	53.20
MCW0917	54062910F	13/09/2015	68580	231	*	VII	85.13
MGL9682	54062367F	06/09/2015	51851	167			127.69
MHC8379	54064194F	29/07/2015	55414	181	*	XVII	53.20
MIH4164	54062554F	17/08/2015	55414	181	*	XVII	53.20
MIV0481	54062509F	11/08/2015	55414	181	*	XVII	53.20
MKF1605	54064191F	29/07/2015	55500	181	*	XVIII	85.13
MLQ2048	54061324F	01/10/2015	52070	169			53.20
MMC8856	55699204E	03/05/2015	51851	167			127.69
MMI7177	54656840C	08/08/2015	54600	181	*	IX	85.13

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8768 383/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - ZONA AZUL - 28143

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8768 383/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AQX3198	54640047F	22/07/2015	55415	181 * XVII	53.20
HPQ7885	54640534F	28/09/2015	51851	167	127.69
IJO0501	54640539F	30/09/2015	55411	181 * XVII	53.20
MIZ5295	54640553F	01/09/2015	55414	181 * XVII	53.20
MKV7423	55926833E	06/05/2015	55415	181 * XVII	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.



IMBITUBA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8436 1968/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8436 1968/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CGX7207	54062725F	22/10/2015	50100	162 * I
CGX7207	54062724F	22/10/2015	65992	230 * V
CIU0827	55695736E	14/10/2015	65992	230 * V
CIU0827	55695737E	14/10/2015	66372	230 * IX
HRI7472	54062531F	04/10/2015	50292	162 * II
HRI7472	54062532F	04/10/2015	65565	230 * I
MAP0667	54062898F	26/10/2015	65992	230 * V
MBJ3788	54061176F	21/10/2015	52741	175
MBJ3788	54061175F	21/10/2015	50100	162 * I
MBK5852	54061174F	17/10/2015	65992	230 * V
MBK5852	54061173F	18/10/2015	50100	162 * I
MBO0172	55031072E	26/10/2015	66531	230 * XI
MBZ4643	54064030F	19/10/2015	50450	162 * V
MEP4512	54064900F	23/10/2015	50100	162 * I
MEP4512	54064899F	23/10/2015	65992	230 * V
MKR4527	54062100F	13/11/2015	50100	162 * I
MKR4527	54061546F	13/11/2015	50610	163 c/c 162 * I
MLQ5222	54062561F	04/10/2015	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

RAPHAEL JOHANN GIORDANI  
DELEGADO DE POLICIA



**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8436 1969/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8436 1969/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

ART6485	54062538F	14/10/2015	55414	181 * XVII
AXT8479	54062099F	05/11/2015	60501	208
CTZ0568	54061228F	18/11/2015	55500	181 * XVIII
IOL0784	54062562F	20/10/2015	73662	252 * VI
IVW2244	54064237F	13/11/2015	55411	181 * XVII
MAP0667	54062896F	26/10/2015	55411	181 * XVII
MAS8388	55699862E	16/11/2015	55414	181 * XVII
MBO0172	55031073E	26/10/2015	70800	244 * VI
MBZ4643	54064029F	19/10/2015	73662	252 * VI
MCI8485	54062394F	16/11/2015	55411	181 * XVII
MDZ4186	54062622F	21/10/2015	51851	167
MDZ4186	54062623F	21/10/2015	73662	252 * VI
MEF7349	54064250F	13/11/2015	55411	181 * XVII
MEI5372	54064248F	13/11/2015	55411	181 * XVII
MFC1874	54064226F	28/10/2015	56222	182 * VI
MFS9166	55029569E	14/11/2015	51851	167
MHO8785	54064246F	13/11/2015	55411	181 * XVII
MIX2246	54061335F	27/10/2015	55411	181 * XVII
MKR4527	54062101F	13/11/2015	51930	168
PWF7666	54064136F	14/11/2015	55250	181 * XV

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8768 382/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - ZONA AZUL - 28143

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8768 382/2015.**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa      N.Auto      Data Infr.      Infr/Desd.      Enquadramento  
-----

AVI9810	54640653F	14/10/2015	55413	181 * XVII
ICP4904	54640610F	21/10/2015	55413	181 * XVII
LYG7868	54639766F	09/11/2015	55413	181 * XVII
MDL1205	54639778F	11/11/2015	51851	167
MFG0018	54640607F	21/10/2015	55413	181 * XVII
MGR3422	54640654F	15/10/2015	60681	209
MGV4585	54639702F	05/11/2015	55414	181 * XVII
MHJ5317	54639777F	11/11/2015	55415	181 * XVII
MIH2525	54640606F	21/10/2015	55415	181 * XVII
MIL8412	54640481F	06/10/2015	55416	181 * XVII
MJU1892	54640658F	16/10/2015	55415	181 * XVII
MKA9296	54640661F	19/10/2015	55414	181 * XVII
MLY7817	54639703F	05/11/2015	55413	181 * XVII
NCM6353	54640698F	04/11/2015	55414	181 * XVII

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**IOMERÊ****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8740 296/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8740 296/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZK6690	54298140F	23/09/2015	73400	252 * IV	85.13

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8740 297/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE - 209220

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8740 297/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZK6690	54298139F	23/09/2015	51851	167	127.69
MEU4280	54298109F	19/07/2015	74550	218 * I	85.13

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

HERCULES JACO PAGANINI  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8740 294/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8740 294/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BVP9581	54298215F	12/11/2015	69120	232
DKQ2076	54297933F	27/10/2015	73400	252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8740 295/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE - 209220

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8740 295/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MLG5845	54298216F	12/11/2015	51851	167
MLP2699	54297934F	27/10/2015	51851	167
OKF7370	54298205F	26/10/2015	57200	186 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

HERCULES JACO PAGANINI  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**ITAÍÓPOLIS****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8350 1022/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8350 1022/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ACX5304	54960976E	15/09/2015	65992	230 * V	191.54
ARN0490	54960289E	31/08/2015	54522	181 * VIII	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAIOPOLIS/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

LAURO LANGER JUNIOR  
DELEGADO DE POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8350 1021/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8350 1021/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AWC3012	54588083F	06/11/2015	54522	181 * VIII
LZI1802	54960926E	12/11/2015	50100	162 * I
MBV1111	54960927E	13/11/2015	54521	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAIOPOLIS/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

LAURO LANGER JUNIOR  
DELEGADO DE POLICIA

**ITAPIRANGA****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8298 730/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8298 730/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
HBM3015	55875959D	03/09/2015	65992	230 * V	191.54
MGE5792	55875987D	13/09/2015	52312	172	85.13

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPIRANGA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8298 729/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8298 729/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------



-----  
IME8822 55876020D 21/10/2015 51180 164 c/c 162 \* I  
IME8822 55876019D 21/10/2015 50100 162 \* I  
MAR6440 55875965D 23/10/2015 50100 162 \* I  
MAR6440 55875966D 23/10/2015 65992 230 \* V  
MAR6440 55875967D 23/10/2015 51180 164 c/c 162 \* I  
MEI8506 55831725D 20/10/2015 51851 167  
MEY3296 54595336F 21/10/2015 51180 164 c/c 162 \* I  
MEY3296 54595335F 21/10/2015 50100 162 \* I  
MJP6311 55875880D 11/10/2015 51851 167  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPIRANGA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

---

### ITAPOÁ

---

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 683/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 683/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa  
-----  
CAD3637 54962957E 22/08/2015 50100 162 \* I 574.61  
MFX8871 54962301E 18/07/2015 50100 162 \* I 574.61  
MFX8871 54962302E 18/07/2015 69120 232 53.20  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPOA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

DIRCEU AUGUSTO SILVEIRA JUNIOR  
DELEGADO DE POLICIA

# **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 682/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 682/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AIR9151	54961844E	10/11/2015	65992	230 * V
AIR9151	54961845E	10/11/2015	50100	162 * I
ALJ8488	54961843E	09/11/2015	50100	162 * I
BFA2895	54964424F	15/11/2015	66372	230 * IX
GUH7748	54964362F	13/11/2015	65992	230 * V
GUH7748	54964361F	13/11/2015	50100	162 * I
JA7777	54964304F	08/11/2015	69120	232
JA7777	54964305F	08/11/2015	51691	165
JA7777	54964306F	08/11/2015	75790	277
JA7777	54964307F	08/11/2015	65480	229
JA7777	54964309F	08/11/2015	65992	230 * V
MCC8940	54961719E	14/11/2015	50610	163 c/c 162 * I
MCC8940	54961720E	14/11/2015	50100	162 * I
MCC8940	54961721E	14/11/2015	66372	230 * IX
MDM2186	54964416F	09/11/2015	50100	162 * I
MDM2186	54964418F	09/11/2015	58350	195
MDM2186	54964419F	09/11/2015	66371	230 * IX
MFA6304	54964366F	14/11/2015	50100	162 * I
MFA6304	54964365F	14/11/2015	65992	230 * V
MFP9302	54964420F	13/11/2015	50100	162 * I
MFP9302	54964421F	13/11/2015	66372	230 * IX
MGQ0637	54961758E	07/11/2015	50100	162 * I
MGQ0637	54961759E	07/11/2015	52741	175
MGQ0637	54961760E	07/11/2015	52152	170
MGQ0637	54961761E	07/11/2015	52070	169
MGQ0637	54961762E	07/11/2015	58350	195
MHW2311	54962100E	03/11/2015	66372	230 * IX
MHW2311	54962099E	03/11/2015	66020	230 * VI
MHW2311	54964686E	03/11/2015	69120	232
MIJ9927	54964355F	06/11/2015	65992	230 * V
MIJ9927	54964354F	06/11/2015	50100	162 * I
MJZ5724	54961715E	11/11/2015	66102	230 * VII
MKC5198	54964357F	09/11/2015	56142	182 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPOA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

DIRCEU AUGUSTO SILVEIRA JUNIOR  
DELEGADO DE POLICIA

---

### ITUPORANGA

---

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8092 1589/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8092 1589/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXL2651	54191765F	30/07/2015	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

EDSON ANTUNES JACQUES  
DELEGADO REGIONAL 20. DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8092 1590/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA - DEMUTRAN - 281670

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8092 1590/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MFG6311	54191892F	03/09/2015	54870	181 * XI	127.69
MKH0040	54438491E	05/09/2015	54521	181 * VIII	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8566 1015/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA- DEMUTRAN - ELETRONICO -

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8566 1015/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
DBM5417	8566028808	03/09/2015	74550	218 * I	85.13
EUN9303	8566028727	27/08/2015	74550	218 * I	85.13
IHT5996	8566028240	24/07/2015	74550	218 * I	85.13
LXJ5070	8566028227	22/07/2015	74550	218 * I	85.13

MAV6431	8566029090	20/09/2015	74550	218	*	I	85.13
MDA1476	8566028120	16/07/2015	74630	218	*	II	127.69
MET4503	8566028452	07/08/2015	74550	218	*	I	85.13
MFV9176	8566028346	08/08/2015	74550	218	*	I	85.13
MGL8962	8566028100	18/07/2015	60503	208			191.53
MHJ6242	8566028103	18/07/2015	60503	208			191.53
MJA0782	54074762N	01/10/2015	50020	257		8\$	127.69
MKC3469	8566028102	16/07/2015	60503	208			191.53
MKD0710	8566028946	13/09/2015	74630	218	*	II	127.69
MKJ4094	8566028930	14/09/2015	60503	208			191.54
MKP5785	8566028966	14/09/2015	60503	208			191.54
MLO0956	8566028762	30/08/2015	60503	208			191.54
QHI3203	8566028820	02/09/2015	74550	218	*	I	85.13

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8092 1587/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8092 1587/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCI9344	54192600F	25/10/2015	65992	230 * V
MCI9344	54192598F	25/10/2015	64080	221
MCI9344	54192599F	25/10/2015	66101	230 * VII
MFU2212	54192653F	23/10/2015	50292	162 * II
MFU2212	54192654F	23/10/2015	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

EDSON ANTUNES JACQUES  
DELEGADO REGIONAL 20. DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8092 1588/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA - DEMUTRAN - 281670

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8092 1588/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MLF0114	55166785E	23/10/2015	59670	203 * V
MOW0811	54192507F	17/11/2015	55500	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.



**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8566 1014/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA- DEMUTRAN - ELETRONICO -

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8566 1014/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

AGF4883	8566029306	13/10/2015	74550	218 * I
AGF4883	8566029312	15/10/2015	74550	218 * I
AOZ9252	8566029564	05/11/2015	60503	208
APV3675	8566029209	10/10/2015	74550	218 * I
BJM8500	8566029345	16/10/2015	74550	218 * I
BYN4394	8566029286	13/10/2015	60503	208
CMF2092	8566029255	04/10/2015	74550	218 * I
CNX5380	8566029299	17/10/2015	60503	208
DDD5226	8566029336	12/10/2015	74550	218 * I
DVB8560	8566029648	03/11/2015	74550	218 * I
EJU0942	8566029768	08/11/2015	60503	208
IPZ5329	8566029361	12/10/2015	74630	218 * II
KPM0721	8566029633	02/11/2015	74550	218 * I
KWN4442	8566029779	11/11/2015	74550	218 * I
LWU5633	8566029282	11/10/2015	60503	208
LWZ1083	8566029728	02/11/2015	74630	218 * II
LYJ1599	8566029612	01/11/2015	74550	218 * I
LYK1691	8566029618	01/11/2015	74550	218 * I
LYP0032	8566029664	05/11/2015	74550	218 * I
LZF7998	8566029652	04/11/2015	74550	218 * I
LZF7998	8566029660	05/11/2015	74550	218 * I
LZS3442	8566029680	07/11/2015	74550	218 * I
MBA3353	8566029805	12/11/2015	74550	218 * I
MBC0833	8566029359	11/10/2015	74550	218 * I
MBN7068	8566029840	14/11/2015	74550	218 * I
MBV2923	8566029226	10/10/2015	60503	208
MBV9385	8566029489	26/10/2015	74550	218 * I
MBY7952	8566029789	09/11/2015	60503	208
MCO8343	8566029324	11/10/2015	60503	208
MCQ3764	8566029819	08/11/2015	74550	218 * I
MDO0305	8566029294	15/10/2015	60503	208
MDV9758	8566029358	11/10/2015	74550	218 * I
MEC8504	8566029364	15/10/2015	74550	218 * I
MEV1489	8566029451	28/10/2015	74550	218 * I
MFB4593	8566029357	14/10/2015	74550	218 * I
MFO6787	8566029683	07/11/2015	74550	218 * I
MFU0002	8566029321	12/10/2015	60503	208
MFY1220	8566029338	15/10/2015	74550	218 * I
MGG6773	8566029778	11/11/2015	74550	218 * I
MGH0091	8566029741	08/11/2015	74550	218 * I
MGJ7222	8566029348	13/10/2015	74550	218 * I



MGM2773	8566029459	31/10/2015	74550	218	*	I
MGQ1383	8566029316	17/10/2015	60503	208		
MGS7045	8566029631	02/11/2015	74550	218	*	I
MGV2829	8566029335	17/10/2015	74550	218	*	I
MHM8492	8566029344	15/10/2015	74550	218	*	I
MHZ0929	8566029843	09/11/2015	74550	218	*	I
MIE2115	8566029663	05/11/2015	74630	218	*	II
MIJ0510	8566029551	02/11/2015	74550	218	*	I
MIW9461	8566029744	08/11/2015	74550	218	*	I
MIX4602	8566029670	06/11/2015	74550	218	*	I
MIX4602	8566029259	09/10/2015	74550	218	*	I
MJD2497	8566029276	07/10/2015	74550	218	*	I
MJT6707	8566029617	01/11/2015	74630	218	*	II
MJY3266	8566029343	15/10/2015	74550	218	*	I
MKD1019	8566029280	11/10/2015	60503	208		
MKH0740	8566029593	02/11/2015	60503	208		
MKW5176	8566029605	06/11/2015	74550	218	*	I
MKX0324	8566029281	11/10/2015	74630	218	*	II
MKZ9907	8566029780	11/11/2015	56732	183		
MLK3397	8566029315	15/10/2015	60503	208		
MLL9159	8566029296	16/10/2015	60503	208		
MLO2940	8566029827	11/11/2015	74550	218	*	I
MLO2940	8566029838	11/11/2015	74550	218	*	I
MLS3304	8566029356	12/10/2015	74550	218	*	I
MMD7902	8566029302	17/10/2015	74550	218	*	I
MMJ1737	8566029684	07/11/2015	74550	218	*	I
MOO6285	8566029661	05/11/2015	74550	218	*	I
MYK7429	8566029257	05/10/2015	74550	218	*	I
OLK2369	8566029806	12/11/2015	74550	218	*	I
QHR9093	8566029291	15/10/2015	74550	218	*	I

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

---

**JACINTO MACHADO**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 695/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 695/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MDJ8714	54049370F	03/10/2015	50450	162 * V
MHF4783	54049377F	12/10/2015	50100	162 * I
MJB4937	54050557F	07/10/2015	65992	230 * V
MLL5309	54049378F	12/10/2015	50100	162 * I
MLW0348	54049369F	03/10/2015	50100	162 * I

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

ANDRE GAZZONI COUTRO  
DELEGADO DE POLICIA

### JOAÇABA

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8560 966/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA - DEMUT - ELETRONICO - 28177

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8560 966/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa  
-----

AYF2402	8560038653	04/09/2015	74630	218 * II	127.69
BHO7006	8560038647	06/09/2015	74550	218 * I	85.13
DQV9103	8560038860	18/09/2015	74550	218 * I	85.13
INH8893	8560038596	02/09/2015	74550	218 * I	85.13
JAW0120	8560039011	27/09/2015	74550	218 * I	85.13
MAO6103	8560038660	05/09/2015	74630	218 * II	127.69
MCA0966	8560037630	20/07/2015	74550	218 * I	85.13
MET7552	8560037403	15/07/2015	74630	218 * II	127.69
MFD8845	8560039091	22/09/2015	74550	218 * I	85.13

-----

MGH6298	8560038950	19/09/2015	74550	218	*	I	85.13
MHK4471	8560037364	13/07/2015	74550	218	*	I	85.12
MIY8844	8560039054	23/09/2015	74550	218	*	I	85.13
MJD1999	8560038933	17/09/2015	74550	218	*	I	85.13
MLG2627	8560038528	27/08/2015	74550	218	*	I	85.13
MLI2460	8560038621	04/09/2015	74550	218	*	I	85.13
MLR3647	8560037384	14/07/2015	74550	218	*	I	85.12
MLS1205	8560038589	01/09/2015	74550	218	*	I	85.13
MMC1991	8560037430	17/07/2015	74550	218	*	I	85.12
MMM0255	8560038639	05/09/2015	74550	218	*	I	85.13
QHK5621	8560037401	15/07/2015	74550	218	*	I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

HAMILTON WOLF JUNIOR  
AUTORIDADE DE TRANSITO

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8560 965/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA - DEMUT - ELETRONICO - 28177

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8560 965/2015.**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AEV3249	8560039547	17/10/2015	74550	218 * I
AIG8525	8560040515	09/11/2015	74550	218 * I
ANW4858	8560040673	11/11/2015	74550	218 * I
AOE4148	8560040578	15/11/2015	74550	218 * I
AQM7191	8560039520	16/10/2015	74550	218 * I
AQM9387	8560039608	24/10/2015	74550	218 * I
ASX3841	8560040468	07/11/2015	74550	218 * I
AXZ5581	8560040453	06/11/2015	74550	218 * I
BCR1127	8560040710	14/11/2015	74630	218 * II
BTJ9464	8560039851	24/10/2015	74550	218 * I
CLA3266	8560040486	15/11/2015	74630	218 * II
GMW7201	8560040147	01/11/2015	74550	218 * I

AEV3249	8560039547	17/10/2015	74550	218	*	I
AIG8525	8560040515	09/11/2015	74550	218	*	I
ANW4858	8560040673	11/11/2015	74550	218	*	I
AOE4148	8560040578	15/11/2015	74550	218	*	I
AQM7191	8560039520	16/10/2015	74550	218	*	I
AQM9387	8560039608	24/10/2015	74550	218	*	I
ASX3841	8560040468	07/11/2015	74550	218	*	I
AXZ5581	8560040453	06/11/2015	74550	218	*	I
BCR1127	8560040710	14/11/2015	74630	218	*	II
BTJ9464	8560039851	24/10/2015	74550	218	*	I
CLA3266	8560040486	15/11/2015	74630	218	*	II
GMW7201	8560040147	01/11/2015	74550	218	*	I

HBH9414	8560040500	12/11/2015	74550	218	*	I
IDM2245	8560040651	15/11/2015	74710	218	*	III
IRJ7197	8560040556	14/11/2015	74630	218	*	II
JYW4010	8560040185	07/11/2015	74630	218	*	II
KXR0999	8560040664	10/11/2015	74550	218	*	I
LYB9712	8560040656	15/11/2015	74550	218	*	I
LZS4439	8560040649	14/11/2015	74550	218	*	I
MAN0827	8560039599	23/10/2015	74550	218	*	I
MAV6700	8560040603	15/11/2015	74550	218	*	I
MBS1226	8560040525	11/11/2015	74550	218	*	I
MCB0248	8560040531	11/11/2015	74550	218	*	I
MCB4306	8560040722	15/11/2015	74630	218	*	II
MCD7496	8560040647	14/11/2015	74630	218	*	II
MCK9321	8560039699	24/10/2015	74550	218	*	I
MDC6912	8560040502	15/11/2015	74550	218	*	I
MDC9656	8560039860	25/10/2015	74550	218	*	I
MDF8664	8560040345	01/11/2015	74550	218	*	I
MDI4706	8560040561	15/11/2015	74550	218	*	I
MDM4554	8560039495	14/10/2015	74550	218	*	I
MDN0025	8560039501	14/10/2015	74550	218	*	I
MDN0717	8560039700	24/10/2015	74550	218	*	I
MDT9323	8560040509	14/11/2015	74550	218	*	I
MEN1777	8560040586	11/11/2015	74550	218	*	I
MEN7895	8560039558	18/10/2015	74550	218	*	I
MES8626	8560039431	15/10/2015	74550	218	*	I
MFF0036	8560039717	25/10/2015	74550	218	*	I
MFF0036	8560039859	25/10/2015	74550	218	*	I
MFH5876	8560040620	11/11/2015	74630	218	*	II
MFK4493	8560040443	05/11/2015	74550	218	*	I
MFP0821	8560040506	12/11/2015	74550	218	*	I
MFR5388	8560039673	22/10/2015	74550	218	*	I
MFR5857	8560039413	15/10/2015	74550	218	*	I
MFS4010	8560039594	23/10/2015	74550	218	*	I
MFT4078	8560040498	13/11/2015	74710	218	*	III
MFU6216	8560040637	13/11/2015	74550	218	*	I
MFY3637	8560039720	25/10/2015	74550	218	*	I
MFZ6354	8560039625	20/10/2015	74550	218	*	I
MGA3831	8560039656	20/10/2015	74550	218	*	I
MGA3831	8560039739	20/10/2015	74550	218	*	I
MGA3831	8560039813	20/10/2015	74550	218	*	I
MGC2581	8560040621	11/11/2015	74550	218	*	I
MGC3340	8560039693	23/10/2015	74630	218	*	II
MGC9570	8560040516	09/11/2015	74550	218	*	I
MGE8678	8560040682	12/11/2015	74550	218	*	I
MGF9262	8560040613	09/11/2015	74630	218	*	II
MGG7383	8560040481	15/11/2015	74550	218	*	I
MGH9544	8560040670	11/11/2015	74550	218	*	I
MGM4019	8560040508	14/11/2015	74550	218	*	I
MGU1814	8560040503	09/11/2015	74550	218	*	I
MHD7082	8560040562	15/11/2015	74550	218	*	I
MHN3217	8560040691	13/11/2015	74550	218	*	I
MHS1525	8560040143	31/10/2015	74550	218	*	I
MHU7588	8560040343	01/11/2015	74630	218	*	II
MHU8664	8560039255	09/10/2015	74550	218	*	I
MHZ5670	8560039829	21/10/2015	74550	218	*	I
MHZ8808	8560040626	12/11/2015	74710	218	*	III
MIE9180	8560040581	09/11/2015	74550	218	*	I
MIR4030	8560039566	18/10/2015	74550	218	*	I
MIX3264	8560039425	14/10/2015	74550	218	*	I
MJD3262	8560040630	12/11/2015	74630	218	*	II
MJI6650	8560040497	15/11/2015	74630	218	*	II
MJJ0054	8560040519	10/11/2015	74550	218	*	I
MJJ4232	8560040684	12/11/2015	74550	218	*	I

MJP9756	8560039730	19/10/2015	74550	218	*	I
MJQ1523	8560039704	24/10/2015	74550	218	*	I
MJS2544	8560040209	06/11/2015	74550	218	*	I
MKG5448	8560040700	14/11/2015	74550	218	*	I
MKI8185	8560040633	13/11/2015	74550	218	*	I
MKK6255	8560040182	04/11/2015	74550	218	*	I
MKW7505	54082465N	16/11/2015	50020	257		8\$
MKZ4571	8560040597	14/11/2015	74550	218	*	I
MLC2888	8560040505	14/11/2015	74550	218	*	I
MLD2757	8560039811	20/10/2015	74550	218	*	I
MLD9789	8560040612	09/11/2015	74550	218	*	I
MLM0459	8560040431	04/11/2015	74630	218	*	II
MLQ7112	8560040473	09/11/2015	74550	218	*	I
MLT9680	8560040595	14/11/2015	74550	218	*	I
MMH6032	8560039482	13/10/2015	74550	218	*	I
MMJ0204	8560040604	09/11/2015	74630	218	*	II
MMK4792	8560040657	15/11/2015	74630	218	*	II
MMM1906	8560040513	09/11/2015	74630	218	*	II
NJL5291	8560039571	13/10/2015	74550	218	*	I
NUF2832	8560040274	07/11/2015	74550	218	*	I
OKE7986	8560040705	14/11/2015	74550	218	*	I
OKH6822	8560039660	21/10/2015	74630	218	*	II
PVQ4560	8560040176	07/11/2015	74550	218	*	I
QHB5228	8560039542	17/10/2015	74550	218	*	I

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

HAMILTON WOLF JUNIOR  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### LAGES

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8663 871/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGES - DIRETRAN - ELETRONICO - 2818

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8663 871/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-------	--------	------------	------------	---------------	-------------



AAB7591	8663119555	23/08/2015	74550	218	*	I	85.13
AAY1635	8663122029	08/09/2015	74630	218	*	II	127.69
ABH4976	8663115515	31/07/2015	74550	218	*	I	85.13
AEL0558	8663118501	17/08/2015	74550	218	*	I	85.13
AGX5005	8663122605	11/09/2015	60503	208			191.54
ALD7809	8663119300	22/08/2015	74550	218	*	I	85.13
APN7801	8663118531	17/08/2015	74550	218	*	I	85.13
ARC6423	8663115038	26/07/2015	74550	218	*	I	85.13
ASB6665	8663119473	23/08/2015	74550	218	*	I	85.13
AWY2405	8663122230	07/09/2015	74550	218	*	I	85.13
BNN8712	8663123286	14/09/2015	74550	218	*	I	85.13
BQJ8889	8663112055	10/07/2015	74550	218	*	I	85.12
CLQ7381	54059998N	21/07/2015	50020	257	8S		85.12
DGG0200	8663118079	15/08/2015	74550	218	*	I	85.13
DQZ2849	8663121883	06/09/2015	74630	218	*	II	127.69
ENC6046	8663113270	18/07/2015	74550	218	*	I	85.13
EVH2595	8663112194	11/07/2015	74550	218	*	I	85.12
EWL9177	8663122925	12/09/2015	74550	218	*	I	85.13
FEY1336	8663122272	09/09/2015	74550	218	*	I	85.13
FJH1975	8663113346	18/07/2015	74550	218	*	I	85.13
FVV1706	8663111699	06/07/2015	74550	218	*	I	85.12
HAN4596	8663111647	06/07/2015	74550	218	*	I	85.12
IJH5265	8663118410	17/08/2015	74550	218	*	I	85.13
IJH5265	8663118580	17/08/2015	74550	218	*	I	85.13
IJH5265	8663118585	17/08/2015	74550	218	*	I	85.13
IKK5236	8663111644	06/07/2015	74550	218	*	I	85.12
ILD7260	8663121539	05/09/2015	60503	208			191.54
ILK7572	8663111693	06/07/2015	74550	218	*	I	85.12
IOM2230	8663112337	11/07/2015	74550	218	*	I	85.12
IQP6502	8663121709	06/09/2015	74630	218	*	II	127.69
JPK1890	8663123152	13/09/2015	74550	218	*	I	85.13
JSY9819	8663112295	11/07/2015	74630	218	*	II	127.69
LCP1667	8663122892	12/09/2015	74550	218	*	I	85.13
LWT9810	8663123866	18/09/2015	74550	218	*	I	85.13
LWV8426	8663122315	09/09/2015	74550	218	*	I	85.13
LXC6092	8663122996	13/09/2015	74550	218	*	I	85.13
LXD1757	8663118744	19/08/2015	74550	218	*	I	85.13
LXH5951	8663111861	08/07/2015	74550	218	*	I	85.12
LYL6387	8663123293	14/09/2015	74550	218	*	I	85.13
LYN9529	8663112560	12/07/2015	74550	218	*	I	85.12
LYP0225	8663112455	12/07/2015	74550	218	*	I	85.12
LYR9085	8663122757	12/09/2015	74630	218	*	II	127.69
LYS1185	8663111892	08/07/2015	74550	218	*	I	85.12
LYS9082	8663118487	17/08/2015	60503	208			191.54
LYU1826	8663121594	05/09/2015	74550	218	*	I	85.13
LYV7222	8663112828	15/07/2015	74550	218	*	I	85.13
LYZ2239	8663111629	06/07/2015	74550	218	*	I	85.12
LZC8216	8663121546	05/09/2015	74550	218	*	I	85.13
LZD3329	8663115669	01/08/2015	74550	218	*	I	85.13
LZR4925	8663112093	10/07/2015	74550	218	*	I	85.12
LZW6693	8663122938	12/09/2015	74550	218	*	I	85.13
MAF2366	8663122826	12/09/2015	74550	218	*	I	85.13
MAZ3731	8663112141	10/07/2015	74550	218	*	I	85.12
MBA8193	8663123911	17/09/2015	60503	208			191.54
MBC3965	8663121706	06/09/2015	74550	218	*	I	85.13
MBC7853	8663122612	11/09/2015	74550	218	*	I	85.13
MBI3104	8663119061	21/08/2015	74550	218	*	I	85.13
MBI7163	8663123765	18/09/2015	74550	218	*	I	85.13
MBP7306	8663119006	20/08/2015	74550	218	*	I	85.13
MBQ0955	8663122107	07/09/2015	56732	183			85.13
MBV1600	8663112288	11/07/2015	74550	218	*	I	85.12
MCA8862	8663111865	08/07/2015	60503	208			191.53

MCC6628	8663112507	12/07/2015	74550	218	*	I	85.12
MCC9377	8663112432	12/07/2015	74550	218	*	I	85.12
MCL1101	54064979N	20/08/2015	50020	257	8\$		85.12
MCL3444	8663123814	18/09/2015	60503	208			191.54
MCO3952	8663112465	12/07/2015	74550	218	*	I	85.12
MCO5770	8663122589	11/09/2015	74550	218	*	I	85.13
MCR4727	8663122259	07/09/2015	74550	218	*	I	85.13
MCZ0107	8663118714	18/08/2015	74630	218	*	II	127.69
MDB8258	8663115999	03/08/2015	60503	208			191.54
MDB8258	8663116020	03/08/2015	74550	218	*	I	85.13
MDQ1685	8663121639	05/09/2015	74550	218	*	I	85.13
MDS5110	8663123817	18/09/2015	74630	218	*	II	127.69
MDT6348	8663109531	22/06/2015	74550	218	*	I	85.12
MDW0206	8663107123	10/06/2015	74550	218	*	I	85.12
MDX2973	8663112545	12/07/2015	74550	218	*	I	85.12
MEK8202	8663120401	29/08/2015	74550	218	*	I	85.13
MEM5393	8663112423	12/07/2015	74550	218	*	I	85.12
MEN2179	8663123785	18/09/2015	74550	218	*	I	85.13
MEP8799	8663123020	13/09/2015	74550	218	*	I	85.13
MEP8799	8663123021	13/09/2015	60503	208			191.54
MEP8799	8663122751	12/09/2015	74630	218	*	II	127.69
MES6861	8663122198	07/09/2015	74550	218	*	I	85.13
MES6861	8663121604	05/09/2015	60503	208			191.54
MES7656	8663098633	30/04/2015	74550	218	*	I	85.12
MET5509	8663122982	13/09/2015	74550	218	*	I	85.13
MFA1386	8663121966	08/09/2015	74550	218	*	I	85.13
MFA1386	8663122551	10/09/2015	74550	218	*	I	85.13
MFA7211	8663112075	10/07/2015	60503	208			191.53
MFC2910	8663123292	14/09/2015	74550	218	*	I	85.13
MFG9360	8663118416	17/08/2015	60503	208			191.54
MFK5784	8663123231	14/09/2015	74550	218	*	I	85.13
MFO1721	8663113569	19/07/2015	74550	218	*	I	85.13
MFP7672	8663122685	11/09/2015	74630	218	*	II	127.69
MFT1154	8663122520	10/09/2015	74630	218	*	II	127.69
MFV0006	8663118552	17/08/2015	74550	218	*	I	85.13
MFY1869	8663112126	10/07/2015	60503	208			191.53
MGF2477	8663119567	23/08/2015	60503	208			191.54
MGG5580	8663121701	06/09/2015	74550	218	*	I	85.13
MGI0025	8663123818	18/09/2015	74550	218	*	I	85.13
MGP4869	8663112192	10/07/2015	74550	218	*	I	85.12
MGP7163	8663119193	21/08/2015	74550	218	*	I	85.13
MGQ2385	8663111691	06/07/2015	74550	218	*	I	85.12
MHB3647	8663111667	06/07/2015	60503	208			191.53
MHG6652	8663118449	17/08/2015	74550	218	*	I	85.13
MHJ0880	8663119104	21/08/2015	74630	218	*	II	127.69
MHK7487	8663115342	30/07/2015	74550	218	*	I	85.13
MHS3393	8663115080	29/07/2015	60503	208			191.54
MHV5261	8663122672	11/09/2015	74550	218	*	I	85.13
MHW2545	8663119536	23/08/2015	74550	218	*	I	85.13
MHX8293	8663121655	05/09/2015	74550	218	*	I	85.13
MIJ5157	8663119350	22/08/2015	74550	218	*	I	85.13
MIN9133	8663122305	09/09/2015	74550	218	*	I	85.13
MIQ6603	8663123780	18/09/2015	74630	218	*	II	127.69
MIS4329	8663123568	16/09/2015	74550	218	*	I	85.13
MIU7354	8663111786	07/07/2015	74550	218	*	I	85.12
MIU7636	54064989N	20/08/2015	50020	257	8\$		85.12
MIV2557	54064944N	20/08/2015	50020	257	8\$		191.53
MIW0079	8663121989	08/09/2015	60503	208			191.54
MJD1203	8663119641	23/08/2015	74550	218	*	I	85.13
MJF8806	8663111822	07/07/2015	74550	218	*	I	85.12
MJK3827	8663119177	21/08/2015	74550	218	*	I	85.13
MJK5565	8663104298	27/05/2015	74550	218	*	I	85.12
MJK5629	8663122658	11/09/2015	60503	208			191.54



MJP3381	8663122257	07/09/2015	74550	218	*	I	85.13
MJS6902	8663119103	21/08/2015	60503	208			191.54
MKA1643	8663119047	21/08/2015	74550	218	*	I	85.13
MKE4858	8663118359	16/08/2015	74550	218	*	I	85.13
MKH6595	8663111702	06/07/2015	74550	218	*	I	85.12
MKI4768	8663113420	19/07/2015	74630	218	*	II	127.69
MKJ3106	8663121509	05/09/2015	74550	218	*	I	85.13
MKJ4211	8663122889	12/09/2015	74550	218	*	I	85.13
MKK6358	8663118504	17/08/2015	74550	218	*	I	85.13
MKN9421	8663111986	09/07/2015	74630	218	*	II	127.69
MKO8753	8663112467	12/07/2015	74630	218	*	II	127.69
MKR4391	8663123679	16/09/2015	60503	208			191.54
MKR7530	8663112221	11/07/2015	74550	218	*	I	85.12
MKS9415	8663112390	12/07/2015	74550	218	*	I	85.12
MKV2920	8663112003	09/07/2015	74550	218	*	I	85.12
MKY5990	8663122538	10/09/2015	74550	218	*	I	85.13
MLD1467	54074917N	02/10/2015	50020	257	8S		127.69
MLD5867	8663122480	10/09/2015	74550	218	*	I	85.13
MLH4352	8663112271	11/07/2015	74550	218	*	I	85.12
MLI9718	8663121402	04/09/2015	60503	208			191.54
MLO7269	8663123328	14/09/2015	60503	208			191.54
MLO7269	8663111709	06/07/2015	74550	218	*	I	85.12
MLY1554	8663112063	10/07/2015	74630	218	*	II	127.69
MLY2755	8663112568	12/07/2015	74550	218	*	I	85.12
MMC8124	8663118648	18/08/2015	60503	208			191.54
MMD6725	8663123236	14/09/2015	74630	218	*	II	127.69
MMF6757	8663123120	13/09/2015	74630	218	*	II	127.69
MMM6934	8663119136	21/08/2015	74550	218	*	I	85.13
MZI2337	8663121818	06/09/2015	74550	218	*	I	85.13
MZT8488	8663112426	12/07/2015	74550	218	*	I	85.12
OKF2895	8663122463	10/09/2015	74550	218	*	I	85.13
QHJ8221	8663112394	12/07/2015	74550	218	*	I	85.12
QHO5364	8663118984	20/08/2015	60503	208			191.54

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAGES/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

GUSTAVO AUGUSTO OLIVEIRA  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8663 870/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGES - DIRETRAN - ELETRONICO - 2818

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8663 870/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-  
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

ABH4976	8663128253	24/10/2015	74630	218 * II
ABH7259	8663129825	02/11/2015	60503	208
ABH7259	8663130162	05/11/2015	74550	218 * I
ABL0708	8663125472	03/10/2015	60503	208
ABR0839	8663128091	23/10/2015	74630	218 * II
ACJ7483	8663129044	29/10/2015	74550	218 * I
ADC5143	8663128542	25/10/2015	74550	218 * I
ADF0813	8663128809	27/10/2015	74550	218 * I
AGL6432	8663128470	25/10/2015	60503	208
AHS2957	8663129195	30/10/2015	74550	218 * I
AHT0250	8663129266	31/10/2015	74550	218 * I
AHT0250	8663129278	31/10/2015	74550	218 * I
AHT0250	8663129287	31/10/2015	74550	218 * I
AHT0250	8663128776	27/10/2015	74550	218 * I
AKF9169	8663129273	31/10/2015	74550	218 * I
AMH2727	8663125606	02/10/2015	74630	218 * II
AMK1958	8663124654	26/09/2015	60503	208
ANE7980	8663128650	26/10/2015	74550	218 * I
ANJ1415	8663129263	31/10/2015	74630	218 * II
ANK9638	8663129441	31/10/2015	74630	218 * II
ANS9485	8663129492	01/11/2015	74550	218 * I
APS1479	8663129128	30/10/2015	60503	208
APS1479	8663129146	30/10/2015	60503	208
AQR7139	8663128381	25/10/2015	74550	218 * I
AXL4970	8663129814	02/11/2015	74550	218 * I
AZI8841	8663129509	01/11/2015	74550	218 * I
AZM4266	8663130113	05/11/2015	74550	218 * I
BOC6678	8663128177	24/10/2015	74550	218 * I
BPJ5676	8663128214	24/10/2015	74550	218 * I
BSQ2518	8663127742	21/10/2015	74550	218 * I
BUT8282	8663128322	24/10/2015	74550	218 * I
BZV6622	8663128349	24/10/2015	74630	218 * II
CAI2719	8663128122	23/10/2015	74550	218 * I
CAI4848	8663125863	05/10/2015	60503	208
CFQ7181	8663130184	05/11/2015	60503	208
CGA0636	8663128259	24/10/2015	60503	208
CIB0097	8663129038	29/10/2015	74550	218 * I
CJL0222	8663125877	05/10/2015	74550	218 * I
CKZ7853	8663129826	02/11/2015	74630	218 * II
CRC2288	8663128737	27/10/2015	60503	208
CRM1137	8663128393	25/10/2015	74550	218 * I
CRM1137	8663128839	28/10/2015	74630	218 * II
CRM1137	8663129706	02/11/2015	74550	218 * I
CSM6240	8663129460	31/10/2015	74550	218 * I
CVC0131	8663128686	26/10/2015	74550	218 * I
CYB2714	8663129843	02/11/2015	74630	218 * II
DDG9210	8663125713	04/10/2015	74630	218 * II
DDJ8027	8663129493	01/11/2015	74550	218 * I
DFV3652	8663129069	29/10/2015	60503	208
DJC1282	8663125743	04/10/2015	74550	218 * I
DKV6595	8663127631	20/10/2015	60503	208
DQZ2269	8663128157	24/10/2015	74550	218 * I
DQZ2269	8663128241	24/10/2015	74550	218 * I

DQZ2269	8663129286	31/10/2015	60503	208	
DSB5996	8663127592	19/10/2015	74550	218	* I
EDS7509	8663125438	03/10/2015	60503	208	
ERO3454	8663125652	02/10/2015	60503	208	
EUL5239	8663129437	31/10/2015	74550	218	* I
FGK6850	8663128888	28/10/2015	74630	218	* II
FLK5057	8663128617	26/10/2015	60503	208	
FLK5057	8663130135	05/11/2015	60503	208	
FMG0010	8663125442	03/10/2015	60503	208	
FUU1180	8663127836	21/10/2015	74550	218	* I
GCB2009	8663129628	01/11/2015	74550	218	* I
GXA6373	8663128249	24/10/2015	74550	218	* I
GXF8285	8663122092	07/09/2015	74550	218	* I
HLJ4838	8663125535	01/10/2015	60503	208	
HSY7088	8663128469	25/10/2015	74550	218	* I
IAU8574	8663129474	01/11/2015	74710	218	* III
IBS6743	8663125703	04/10/2015	74550	218	* I
ICJ5419	8663130046	04/11/2015	60503	208	
IEB4675	8663128417	25/10/2015	60503	208	
IEU5370	8663128447	25/10/2015	60503	208	
IEY3154	8663128354	24/10/2015	74630	218	* II
IFA3381	8663128897	28/10/2015	74550	218	* I
IFA3381	8663128899	28/10/2015	60503	208	
IFF4844	8663129914	03/11/2015	74550	218	* I
IFM4248	8663129035	29/10/2015	74550	218	* I
IGW9962	8663128592	26/10/2015	60503	208	
IHA7204	8663129773	02/11/2015	74550	218	* I
IHA7204	8663129715	02/11/2015	74630	218	* II
IHF5517	8663125912	05/10/2015	74550	218	* I
IHF7780	8663128875	28/10/2015	74550	218	* I
IJC8768	8663128901	28/10/2015	74550	218	* I
IJE8572	8663129686	01/11/2015	74550	218	* I
ILC5205	8663128535	25/10/2015	74550	218	* I
ILC9318	8663130006	04/11/2015	60503	208	
INB6863	8663128502	25/10/2015	74550	218	* I
IOA3573	8663128534	25/10/2015	74550	218	* I
IOA5255	8663129338	31/10/2015	74550	218	* I
IQC1704	8663129969	03/11/2015	74550	218	* I
IQO3574	8663129695	02/11/2015	74630	218	* II
IRO8403	8663128574	26/10/2015	74710	218	* III
IRR5012	8663128282	24/10/2015	74550	218	* I
ISJ5155	8663129162	30/10/2015	60503	208	
ISK6977	8663129366	31/10/2015	60503	208	
IWI8057	8663125478	03/10/2015	74550	218	* I
JES4405	8663128841	28/10/2015	56732	183	
JKX5835	8663129275	31/10/2015	74550	218	* I
JLE5502	8663128376	25/10/2015	74550	218	* I
JLE5502	8663129556	01/11/2015	74550	218	* I
JNA0613	8663125726	04/10/2015	74550	218	* I
JPM2426	8663129138	30/10/2015	74550	218	* I
JYC8197	8663128123	23/10/2015	74550	218	* I
KAZ0695	8663129775	02/11/2015	74550	218	* I
KOL5810	8663128564	26/10/2015	60503	208	
KOL5810	8663128619	26/10/2015	60503	208	
KOL5810	8663128630	26/10/2015	60503	208	
KQM8781	8663129427	31/10/2015	74550	218	* I
KZG3331	8663128182	24/10/2015	60503	208	
LBQ2102	8663128851	28/10/2015	60503	208	
LBQ2102	8663128834	28/10/2015	60503	208	
LQB9089	8663129087	29/10/2015	74550	218	* I
LWR1438	8663129786	02/11/2015	60503	208	
LWS8431	8663128467	25/10/2015	74550	218	* I
LWY5389	8663128615	26/10/2015	60503	208	

LWY8844	8663128058	23/10/2015	74550	218	*	I
LWZ9487	8663129864	03/11/2015	60503	208		
LXC2700	8663129422	31/10/2015	74630	218	*	II
LXD5301	8663128166	24/10/2015	74550	218	*	I
LXF1978	8663129491	01/11/2015	74550	218	*	I
LXF4250	8663128722	27/10/2015	60503	208		
LXG3568	8663129936	03/11/2015	74630	218	*	II
LXG7919	8663128089	23/10/2015	74550	218	*	I
LXJ7295	8663129752	02/11/2015	74550	218	*	I
LXK5180	8663126189	08/10/2015	74550	218	*	I
LXL1809	8663128548	25/10/2015	74550	218	*	I
LXN2112	8663128060	23/10/2015	74550	218	*	I
LXR8184	8663128144	24/10/2015	74550	218	*	I
LXS2169	8663128370	25/10/2015	74630	218	*	II
LXS2169	8663128373	25/10/2015	60503	208		
LXS2169	8663128441	25/10/2015	60503	208		
LXS2169	8663128451	25/10/2015	74630	218	*	II
LXS4511	8663128388	25/10/2015	74550	218	*	I
LXS5335	8663130228	05/11/2015	74550	218	*	I
LXU0864	8663130092	04/11/2015	74550	218	*	I
LXU9407	8663129519	01/11/2015	60503	208		
LXX9611	8663128105	23/10/2015	60503	208		
LYA9709	8663128236	24/10/2015	60503	208		
LYA9709	8663129040	29/10/2015	60503	208		
LYA9709	8663129725	02/11/2015	60503	208		
LYB3102	8663129425	31/10/2015	74550	218	*	I
LYD8991	8663129788	02/11/2015	74630	218	*	II
LYH8131	8663129797	02/11/2015	74550	218	*	I
LYJ6512	8663129779	02/11/2015	60503	208		
LYJ6512	8663129719	02/11/2015	60503	208		
LYJ7809	8663129829	02/11/2015	74550	218	*	I
LYL1966	8663129374	31/10/2015	74550	218	*	I
LYL3177	8663129782	02/11/2015	60503	208		
LYM5203	8663128970	28/10/2015	74550	218	*	I
LYM8414	8663126099	09/10/2015	74550	218	*	I
LYM9883	8663126258	10/10/2015	74630	218	*	II
LYP8383	8663129573	01/11/2015	74550	218	*	I
LYQ7224	8663128904	28/10/2015	60503	208		
LYR1455	8663125753	04/10/2015	74550	218	*	I
LYR5588	8663128430	25/10/2015	74550	218	*	I
LYS1467	8663126177	08/10/2015	74550	218	*	I
LYS4615	8663125567	01/10/2015	60503	208		
LYS8226	8663129134	30/10/2015	74550	218	*	I
LYT9447	8663128197	24/10/2015	74630	218	*	II
LYU1826	8663130060	04/11/2015	60503	208		
LYV1503	8663130031	04/11/2015	60503	208		
LYV6433	8663128768	27/10/2015	74550	218	*	I
LZA3848	8663126040	07/10/2015	74550	218	*	I
LZC1156	8663129159	30/10/2015	60503	208		
LZG1767	8663129153	30/10/2015	60503	208		
LZH0347	8663125608	02/10/2015	74550	218	*	I
LZH0721	8663128457	25/10/2015	74550	218	*	I
LZK2172	8663129350	31/10/2015	60503	208		
LZM4349	8663129580	01/11/2015	74550	218	*	I
LZM8119	8663129631	01/11/2015	74630	218	*	II
LZN7522	8663128895	28/10/2015	60503	208		
LZQ5382	8663128080	23/10/2015	74550	218	*	I
LZR2730	8663129668	01/11/2015	74550	218	*	I
LZR4450	8663128955	28/10/2015	74550	218	*	I
LZT3619	8663126738	13/10/2015	74550	218	*	I
LZT5892	8663128445	25/10/2015	74550	218	*	I
LZU7954	8663128481	25/10/2015	74550	218	*	I
LZY0739	8663125792	04/10/2015	60503	208		

MAA2123	8663128523	25/10/2015	74550	218	*	I
MAA8706	8663128718	27/10/2015	74550	218	*	I
MAC7865	8663128831	28/10/2015	74550	218	*	I
MAF2366	8663128528	25/10/2015	74550	218	*	I
MAJ6623	8663129419	31/10/2015	74550	218	*	I
MAM0171	8663129681	01/11/2015	74550	218	*	I
MAM4255	8663128636	26/10/2015	60503	208		
MAM6715	8663128786	27/10/2015	74550	218	*	I
MAN5572	8663129774	02/11/2015	74550	218	*	I
MAO8715	8663129063	29/10/2015	74550	218	*	I
MAP7598	8663129295	31/10/2015	74630	218	*	II
MAQ6108	8663125685	02/10/2015	74630	218	*	II
MAR1411	8663129175	30/10/2015	74550	218	*	I
MAR1812	8663128716	27/10/2015	74550	218	*	I
MAR9473	8663129549	01/11/2015	74550	218	*	I
MAT4352	8663125987	06/10/2015	74550	218	*	I
MAU2533	8663128356	24/10/2015	74550	218	*	I
MAU9000	8663128077	23/10/2015	74550	218	*	I
MAV8891	8663128159	24/10/2015	74710	218	*	III
MAY8937	8663129705	02/11/2015	74630	218	*	II
MAZ3172	8663125491	03/10/2015	74550	218	*	I
MBB2452	8663128504	25/10/2015	74550	218	*	I
MBB8521	8663128551	25/10/2015	74550	218	*	I
MBD1263	8663129373	31/10/2015	74550	218	*	I
MBD1263	8663129781	02/11/2015	60503	208		
MBD1281	8663129230	30/10/2015	74630	218	*	II
MBD6459	8663130130	05/11/2015	60503	208		
MBF1595	8663129472	31/10/2015	74630	218	*	II
MBF2708	8663129928	03/11/2015	60503	208		
MBF7239	8663128525	25/10/2015	74630	218	*	II
MBI8932	8663129092	29/10/2015	74550	218	*	I
MBI8976	8663125425	03/10/2015	74550	218	*	I
MBJ3883	8663130000	04/11/2015	74550	218	*	I
MBL2890	8663125398	03/10/2015	74550	218	*	I
MBQ0445	8663129577	01/11/2015	60503	208		
MBQ6688	8663129489	01/11/2015	74550	218	*	I
MBR0538	8663129167	30/10/2015	74550	218	*	I
MBS1736	8663124838	24/09/2015	74550	218	*	I
MBT1333	8663129796	02/11/2015	74630	218	*	II
MBT1333	8663129393	31/10/2015	74550	218	*	I
MBT6411	8663125558	01/10/2015	74630	218	*	II
MBU0916	8663129002	29/10/2015	60503	208		
MBU8063	8663128953	28/10/2015	74550	218	*	I
MBV5009	8663125399	03/10/2015	74550	218	*	I
MBY8670	8663128817	27/10/2015	74550	218	*	I
MCA0935	8663125647	02/10/2015	74550	218	*	I
MCB0474	8663128734	27/10/2015	60503	208		
MCB5586	8663129307	31/10/2015	60503	208		
MCC4341	8663125407	03/10/2015	74550	218	*	I
MCH3153	8663128581	26/10/2015	60503	208		
MCI1154	8663128318	24/10/2015	74630	218	*	II
MCI6418	8663128355	24/10/2015	74550	218	*	I
MCI9190	8663128555	26/10/2015	74550	218	*	I
MCK7343	8663130182	05/11/2015	60503	208		
MCL3456	8663128156	24/10/2015	60503	208		
MCM8006	8663125582	02/10/2015	74550	218	*	I
MCO5770	8663125440	03/10/2015	60503	208		
MCP2782	8663125760	04/10/2015	74550	218	*	I
MCP3443	8663128572	26/10/2015	74550	218	*	I
MCQ7922	8663125786	04/10/2015	74550	218	*	I
MCS5506	8663125671	02/10/2015	60503	208		
MCU4423	8663129739	02/11/2015	74550	218	*	I
MCW3963	8663129702	02/11/2015	60503	208		



MCW3963	8663129361	31/10/2015	60503	208	
MCY0378	8663129296	31/10/2015	74550	218	* I
MCZ3551	8663128100	23/10/2015	60503	208	
MCZ3551	8663128069	23/10/2015	74550	218	* I
MCZ5961	8663128727	27/10/2015	60503	208	
MDB1204	8663125426	03/10/2015	74550	218	* I
MDB5661	8663130024	04/11/2015	60503	208	
MDB6376	8663128803	27/10/2015	74630	218	* II
MDB7423	8663129431	31/10/2015	74550	218	* I
MDE9261	8663125881	05/10/2015	60503	208	
MDF5044	8663128281	24/10/2015	74550	218	* I
MDG1869	8663125384	03/10/2015	74550	218	* I
MDH3279	8663129228	30/10/2015	74630	218	* II
MDH5246	8663125894	05/10/2015	60503	208	
MDI9248	8663128647	26/10/2015	74550	218	* I
MDI9542	8663129644	01/11/2015	74550	218	* I
MDK1781	8663128086	23/10/2015	74550	218	* I
MDK5161	8663128378	25/10/2015	74550	218	* I
MDK8775	8663129169	30/10/2015	74550	218	* I
MDL7842	8663128815	27/10/2015	74550	218	* I
MDL9415	8663129720	02/11/2015	60503	208	
MDL9415	8663129713	02/11/2015	60503	208	
MDN9706	8663129553	01/11/2015	74550	218	* I
MDO4035	8663129463	31/10/2015	74550	218	* I
MDQ1409	8663128243	24/10/2015	74550	218	* I
MDQ1883	8663125375	03/10/2015	74630	218	* II
MDQ6094	8663129418	31/10/2015	74550	218	* I
MDQ9504	8663125790	04/10/2015	60503	208	
MDS2952	8663125809	05/10/2015	74630	218	* II
MDS3862	8663128540	25/10/2015	74550	218	* I
MDS9835	8663128681	26/10/2015	74550	218	* I
MDU0864	8663125616	02/10/2015	60503	208	
MDW6085	8663129921	03/11/2015	60503	208	
MDZ6231	8663129636	01/11/2015	60503	208	
MEB7430	8663125556	01/10/2015	60503	208	
MED6621	8663129379	31/10/2015	60503	208	
MEE6663	8663129080	29/10/2015	74550	218	* I
MEF5793	8663128365	25/10/2015	74630	218	* II
MEH0200	8663129727	02/11/2015	60503	208	
MEH6781	8663129381	31/10/2015	60503	208	
MEK3143	8663130080	04/11/2015	74550	218	* I
MEK4949	8663128569	26/10/2015	74550	218	* I
MEM1153	8663128940	28/10/2015	74550	218	* I
MEO1606	8663129500	01/11/2015	74550	218	* I
MEO7117	8663128649	26/10/2015	60503	208	
MEQ6657	8663128886	28/10/2015	74550	218	* I
MEQ7388	8663125518	01/10/2015	74550	218	* I
MES6861	8663129959	03/11/2015	74550	218	* I
MES6861	8663128656	26/10/2015	74550	218	* I
MET5509	8663130011	04/11/2015	60503	208	
MEU1357	8663129891	03/11/2015	60503	208	
MEV3375	8663128979	29/10/2015	74550	218	* I
MEV3781	8663125555	01/10/2015	74550	218	* I
MEV3781	8663126625	12/10/2015	74550	218	* I
MEW0262	8663128432	25/10/2015	74550	218	* I
MEY2660	8663125701	04/10/2015	74550	218	* I
MEY7883	8663128778	27/10/2015	74550	218	* I
MEZ2688	8663129254	30/10/2015	74550	218	* I
MEZ5530	8663129624	01/11/2015	60503	208	
MFA1082	8663125581	02/10/2015	74550	218	* I
MFB9016	8663125522	01/10/2015	60503	208	
MFC3554	8663129804	02/11/2015	74550	218	* I
MFF3609	8663128208	24/10/2015	74550	218	* I

MFF6732	8663129911	03/11/2015	74550	218	*	I
MFG1026	8663128690	26/10/2015	74550	218	*	I
MFG2783	8663129378	31/10/2015	74550	218	*	I
MFG2783	8663129780	02/11/2015	74550	218	*	I
MFG2783	8663129595	01/11/2015	74550	218	*	I
MFG2783	8663129602	01/11/2015	74550	218	*	I
MFI7920	8663129821	02/11/2015	74550	218	*	I
MFK2895	8663130144	05/11/2015	60503	208		
MFK6618	8663128104	23/10/2015	60503	208		
MFL9193	8663128358	25/10/2015	74550	218	*	I
MFM2395	8663128908	28/10/2015	74550	218	*	I
MFO9760	8663125704	04/10/2015	74550	218	*	I
MFP4299	8663128988	29/10/2015	74550	218	*	I
MFQ5491	8663128218	24/10/2015	74630	218	*	II
MFQ5491	8663128567	26/10/2015	74550	218	*	I
MFQ5491	8663129986	03/11/2015	74550	218	*	I
MFQ7704	8663129277	31/10/2015	60503	208		
MFS2947	8663129354	31/10/2015	60503	208		
MFS3269	8663129809	02/11/2015	74550	218	*	I
MFW3647	8663128085	23/10/2015	74550	218	*	I
MFY4388	8663129110	29/10/2015	74550	218	*	I
MFY6280	8663128694	26/10/2015	74630	218	*	II
MFZ1491	8663125847	05/10/2015	74550	218	*	I
MGB9265	8663128864	28/10/2015	60503	208		
MGF0419	8663129616	01/11/2015	74550	218	*	I
MGG5757	8663130041	04/11/2015	60503	208		
MGH3137	8663128887	28/10/2015	74550	218	*	I
MGH5880	8663126559	12/10/2015	74550	218	*	I
MGI1333	8663127867	22/10/2015	74550	218	*	I
MGJ3824	8663128884	28/10/2015	74550	218	*	I
MGJ7116	8663129612	01/11/2015	74550	218	*	I
MGL2004	8663128941	28/10/2015	74550	218	*	I
MGN4165	8663129511	01/11/2015	60503	208		
MGN4165	8663129558	01/11/2015	60503	208		
MGN4459	8663128309	24/10/2015	74550	218	*	I
MGO5955	8663127635	20/10/2015	74630	218	*	II
MGO7418	8663129897	03/11/2015	60503	208		
MGO7820	8663129677	01/11/2015	74550	218	*	I
MGO8536	8663129902	03/11/2015	60503	208		
MGP1888	8663128779	27/10/2015	74550	218	*	I
MGV1747	8663129949	03/11/2015	74550	218	*	I
MGV8369	8663129215	30/10/2015	74550	218	*	I
MGY0039	8663125499	01/10/2015	74550	218	*	I
MHA7096	8663128770	27/10/2015	74550	218	*	I
MHD8917	8663125843	05/10/2015	74550	218	*	I
MHE0463	8663126105	09/10/2015	74550	218	*	I
MHE7416	8663128781	27/10/2015	74550	218	*	I
MHF8622	8663129469	31/10/2015	74550	218	*	I
MHG6353	8663125587	02/10/2015	74550	218	*	I
MHG9329	8663125551	01/10/2015	60503	208		
MHH9185	8663125546	01/10/2015	60503	208		
MHH9185	8663125508	01/10/2015	60503	208		
MHH9185	8663125513	01/10/2015	60503	208		
MHJ3686	8663128517	25/10/2015	74550	218	*	I
MHJ6369	8663125775	04/10/2015	74550	218	*	I
MHK8417	8663129331	31/10/2015	74550	218	*	I
MHL1073	8663128919	28/10/2015	74630	218	*	II
MHM0552	8663128783	27/10/2015	74550	218	*	I
MHM2206	8663128436	25/10/2015	60503	208		
MHO1444	8663128485	25/10/2015	60503	208		
MHP9417	8663125536	01/10/2015	60503	208		
MHP9417	8663125543	01/10/2015	74550	218	*	I
MHQ8102	8663125414	03/10/2015	74550	218	*	I



MHT6051	8663128857	28/10/2015	74550	218	*	I
MHU1385	8663125598	02/10/2015	60503	208		
MHY0323	8663129346	31/10/2015	74550	218	*	I
MHY3755	8663125483	03/10/2015	60503	208		
MHY4046	8663125794	04/10/2015	74630	218	*	II
MHZ0949	8663128807	27/10/2015	74550	218	*	I
MIC4497	8663128186	24/10/2015	60503	208		
MID1279	8663129075	29/10/2015	60503	208		
MIE6566	8663128613	26/10/2015	74550	218	*	I
MIE6743	8663126077	09/10/2015	74550	218	*	I
MIF1392	8663125611	02/10/2015	60503	208		
MIG9373	8663125746	04/10/2015	74550	218	*	I
MI13755	8663129531	01/11/2015	74550	218	*	I
MIK1234	8663125248	29/09/2015	60503	208		
MIK1234	8663125255	29/09/2015	74550	218	*	I
MIK4080	8663130077	04/11/2015	74550	218	*	I
MIK5209	8663125619	02/10/2015	74550	218	*	I
MIK5209	8663125739	04/10/2015	74550	218	*	I
MIL8361	8663125835	05/10/2015	74550	218	*	I
MIL8710	8663126072	07/10/2015	74550	218	*	I
MIM7358	8663125797	04/10/2015	74550	218	*	I
MIP3206	8663128360	25/10/2015	74550	218	*	I
MIP3206	8663128826	27/10/2015	74550	218	*	I
MIT0901	8663128482	25/10/2015	74550	218	*	I
MIT7677	8663128862	28/10/2015	74550	218	*	I
MIY1377	8663129772	02/11/2015	60503	208		
MJA0678	8663129131	30/10/2015	74550	218	*	I
MJA0678	8663129179	30/10/2015	74550	218	*	I
MJA7757	8663128935	28/10/2015	60503	208		
MJB4684	8663126024	07/10/2015	60503	208		
MJC0189	8663125896	05/10/2015	74550	218	*	I
MJD8834	8663129723	02/11/2015	60503	208		
MJE1191	8663125060	28/09/2015	74550	218	*	I
MJF4320	8663125890	05/10/2015	60503	208		
MJG2690	8663128634	26/10/2015	60503	208		
MJI2457	8663128498	25/10/2015	74550	218	*	I
MJI5596	8663130109	04/11/2015	74550	218	*	I
MJI6703	8663129711	02/11/2015	74630	218	*	II
MJI7114	8663128293	24/10/2015	74630	218	*	II
MJK6621	8663129158	30/10/2015	60503	208		
MJL0354	8663129487	01/11/2015	60503	208		
MJM3400	8663129881	03/11/2015	74550	218	*	I
MJN0138	8663129141	30/10/2015	74550	218	*	I
MJN0865	8663129205	30/10/2015	74550	218	*	I
MJS3691	8663129206	30/10/2015	74630	218	*	II
MJU2514	8663129415	31/10/2015	74550	218	*	I
MJU5052	8663129526	01/11/2015	74550	218	*	I
MJZ1066	8663128982	29/10/2015	60503	208		
MJZ6595	8663125338	30/09/2015	60503	208		
MKA2431	8663129015	29/10/2015	60503	208		
MKC8204	8663128546	25/10/2015	74550	218	*	I
MKE1525	8663129174	30/10/2015	74550	218	*	I
MKE2134	8663128384	25/10/2015	74550	218	*	I
MKG0075	8663128805	27/10/2015	74550	218	*	I
MKL0284	8663129285	31/10/2015	74550	218	*	I
MKL1094	8663128407	25/10/2015	60503	208		
MKO4885	8663128191	24/10/2015	60503	208		
MKO7672	8663128687	26/10/2015	74630	218	*	II
MKR3354	8663128605	26/10/2015	74710	218	*	III
MKR3354	8663128571	26/10/2015	74630	218	*	II
MKR3354	8663128348	24/10/2015	74550	218	*	I
MKR3787	8663128374	25/10/2015	74550	218	*	I
MKS3308	8663128706	27/10/2015	74550	218	*	I

MKU9469	8663126265	10/10/2015	74550	218	*	I
MKV4833	8663126230	08/10/2015	60503	208		
MKV7099	8663129896	03/11/2015	60503	208		
MKY0430	8663128876	28/10/2015	60503	208		
MKY0631	8663129707	02/11/2015	60503	208		
MLA4667	8663129895	03/11/2015	60503	208		
MLF2160	8663129904	03/11/2015	60503	208		
MLG0215	8663129924	03/11/2015	60503	208		
MLG4102	8663129264	31/10/2015	74630	218	*	II
MLH6452	8663129434	31/10/2015	74630	218	*	II
MLH9908	8663129805	02/11/2015	74550	218	*	I
MLI4239	8663129728	02/11/2015	74630	218	*	II
MLI5100	8663128109	23/10/2015	74550	218	*	I
MLJ3484	8663128789	27/10/2015	74550	218	*	I
MLK4588	8663129039	29/10/2015	60503	208		
MLM8347	8663125649	02/10/2015	74550	218	*	I
MLN1966	8663128466	25/10/2015	74550	218	*	I
MLO8064	8663125462	03/10/2015	60503	208		
MLP6145	8663129421	31/10/2015	74550	218	*	I
MLP8312	8663128639	26/10/2015	74550	218	*	I
MLQ6709	8663129691	01/11/2015	74630	218	*	II
MLR3717	8663126036	07/10/2015	60503	208		
MLT6324	8663130037	04/11/2015	74550	218	*	I
MLT8376	8663129960	03/11/2015	74550	218	*	I
MLU2815	8663126056	07/10/2015	74550	218	*	I
MLW4356	8663125372	03/10/2015	74550	218	*	I
MLW8945	8663129109	29/10/2015	74550	218	*	I
MLZ3299	8663130177	05/11/2015	60503	208		
MMA2727	8663129397	31/10/2015	74550	218	*	I
MMA2727	8663129430	31/10/2015	74550	218	*	I
MMA3890	8663130085	04/11/2015	74550	218	*	I
MMA8697	8663128788	27/10/2015	74630	218	*	II
MMC4203	8663125525	01/10/2015	60503	208		
MMD1300	8663128967	28/10/2015	74550	218	*	I
MMD4985	8663128131	24/10/2015	74550	218	*	I
MMF8932	8663128635	26/10/2015	60503	208		
MMI1456	8663128199	24/10/2015	74550	218	*	I
MMK7164	8663129316	31/10/2015	60503	208		
MMM7851	8663129597	01/11/2015	74550	218	*	I
NDW8669	8663125631	02/10/2015	56732	183		
NLS3929	8663128463	25/10/2015	74550	218	*	I
ONR9560	8663130044	04/11/2015	74550	218	*	I
PJN2560	8663127662	20/10/2015	74550	218	*	I
QHA3780	8663129751	02/11/2015	74550	218	*	I
QHB1408	8663125394	03/10/2015	74550	218	*	I
QHB4070	8663129218	30/10/2015	74550	218	*	I
QHC2744	8663129213	30/10/2015	74550	218	*	I
QHC4963	8663128729	27/10/2015	60503	208		
QHC9958	8663129609	01/11/2015	74550	218	*	I
QHE1627	8663129865	03/11/2015	60503	208		
QHF7041	8663129417	31/10/2015	74550	218	*	I
QHI0695	8663129197	30/10/2015	74550	218	*	I
QJB0510	8663128495	25/10/2015	74550	218	*	I

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAGES/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

GUSTAVO AUGUSTO OLIVEIRA  
AUTORIDADE DE TRANSITO

---

**LAGUNA**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8122 1988/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8122 1988/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LOR4669	55884192E	27/07/2015	65992	230 * V	191.54
MBN1509	54453913E	20/07/2015	50100	162 * I	574.61
MBN1509	54453914E	20/07/2015	65992	230 * V	191.53
MBN1509	54453915E	20/07/2015	66372	230 * IX	127.69
MJP0393	55884234E	25/07/2015	50450	162 * V	191.54
MLX4403	55885322E	27/03/2015	65561	230 * I	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAGUNA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

JOSE DAVID MACHADO  
DELEGADO POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8122 1989/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA - DEMUTRAN - 281850

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8122 1989/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
KMG8458	54255722F	29/09/2015	57380	186 * II	191.54
LZX9694	54725939E	09/08/2015	55412	181 * XVII	53.20
MHB8113	54254749F	28/04/2015	52152	170	191.53
MHB8113	54254748F	28/04/2015	57970	191	1915.38

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAGUNA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

DENEI DENI DOS SANTOS  
DIRETOR DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8122 1986/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8122 1986/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CZX8937	55885224E	13/11/2015	65992	230 * V
KAT8475	55885025E	12/10/2015	66700	230 * XIII
LXB5234	55885089E	14/11/2015	65992	230 * V
LXB5234	55885090E	14/11/2015	51180	164 c/c 162 * I
LXB5234	55885091E	14/11/2015	50100	162 * I
LYO3697	55883794E	13/11/2015	50450	162 * V
MCJ3566	55884869E	04/11/2015	65992	230 * V
MEA1024	55883926E	15/11/2015	50371	162 * III
MFY0538	55885226E	17/11/2015	66372	230 * IX
MFY0538	55885227E	17/11/2015	73400	252 * IV
MFY0538	55885228E	17/11/2015	66372	230 * IX
MGX6559	55885086E	14/11/2015	65561	230 * I

MGX6559	55885087E	14/11/2015	51180	164	c/c	162	*	I
MGX6559	55885088E	14/11/2015	50100	162	*			I
MIR8954	54255799F	20/10/2015	50450	162	*			V
MJH8281	55883964E	29/10/2015	50100	162	*			I

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAGUNA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

JOSE DAVID MACHADO  
DELEGADO POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8122 1987/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA - DEMUTRAN - 281850

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8122 1987/2015.**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IJW8447	55884780E	09/11/2015	54600	181 * IX
MDR3155	54255749F	16/11/2015	53800	181 * I
MEG1660	55884569E	08/11/2015	57380	186 * II
MEX8970	55885437E	10/11/2015	59670	203 * V
MFG9058	54255750F	19/11/2015	55411	181 * XVII
MGE0485	54254961F	12/11/2015	51851	167
MGE0485	54254962F	12/11/2015	73662	252 * VI
MGX2968	54255105F	15/10/2015	54521	181 * VIII
MIS5521	54255211F	16/10/2015	55500	181 * XVIII
MJJ9394	54255110F	20/10/2015	73662	252 * VI
MJK6847	54255661F	16/10/2015	55411	181 * XVII
MJM1412	54764790E	10/11/2015	59670	203 * V
MLI2228	55884478E	18/10/2015	52152	170
MMA3971	54255212F	19/10/2015	55500	181 * XVIII
MMF0643	55884479E	30/10/2015	55250	181 * XV
QHM0707	54255109F	15/10/2015	73662	252 * VI

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU

POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAGUNA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

DENEI DENI DOS SANTOS  
DIRETOR DE TRANSITO

### LAJEADO GRANDE

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8667 194/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8667 194/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IAV1289	55828289D	08/11/2015	51180	164 c/c 162 * I
IAV1289	55828290D	08/11/2015	50100	162 * I
IAV1289	55828291D	08/11/2015	65992	230 * V
IAV1289	55828292D	08/11/2015	67261	230 * XVIII
IAV1289	55828293D	08/11/2015	66371	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAJEADO GRANDE/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

ALBINO DE SOUZA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA



**LAURO MULLER****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8212 944/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8212 944/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYI1891	55107830E	08/09/2015	65992	230 * V	191.54
LYI1891	55107831E	08/09/2015	50100	162 * I	574.61
LYI1891	55107832E	08/09/2015	58350	195	127.69
LYI1891	55107833E	08/09/2015	52741	175	1915.38
MDW2285	55107927E	09/09/2015	66371	230 * IX	127.69
MDW2285	55107926E	09/09/2015	50100	162 * I	574.61
MDW2285	55107925E	09/09/2015	66102	230 * VII	127.69
MDW2285	55107924E	09/09/2015	55250	181 * XV	85.13
MFA6856	55107902E	29/07/2015	66102	230 * VII	127.69
MHS2152	55108002E	21/07/2015	66102	230 * VII	127.69
MIA5153	55108141E	02/09/2015	55416	181 * XVII	53.20
MKC0113	55107870E	21/07/2015	65992	230 * V	191.54
QHB3105	55108089E	04/09/2015	67691	230 * XXII	85.13

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAURO MULLER/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

IVALDO GREGORIO INACIO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8212 943/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8212 943/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI



N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AKD4421	55108193E	12/11/2015	51851	167
EBS4190	55108262E	27/10/2015	54870	181 * XI
JHL0397	55108153E	18/10/2015	57380	186 * II
LXD4011	55106929E	25/10/2015	52741	175
LXD4011	55106930E	25/10/2015	51851	167
LXO5373	55107397E	16/11/2015	51851	167
LYW0565	55107945E	24/10/2015	52741	175
LYW0565	55107946E	24/10/2015	58350	195
LYW0565	55108254E	24/10/2015	50100	162 * I
LYW0565	55108255E	24/10/2015	66102	230 * VII
MBU7408	55107948E	27/10/2015	73662	252 * VI
MEW8728	55108256E	27/10/2015	53800	181 * I
MIG5929	55107841E	26/10/2015	66372	230 * IX
MIG5929	55107842E	26/10/2015	66102	230 * VII
MIJ3246	55108257E	27/10/2015	55411	181 * XVII
MJF0533	55108301E	27/10/2015	55500	181 * XVIII
MJS6403	55107392E	20/10/2015	73662	252 * VI
QHM2182	55108157E	21/10/2015	66102	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAURO MULLER/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

IVALDO GREGORIO INACIO  
DELEGADO DE POLICIA

**LEBON REGIS****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8526 502/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8526 502/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ALP6493	55881278E	22/09/2015	51851	167	127.69
AQI2089	55881282E	22/09/2015	54521	181 * VIII	127.69
MJI9209	55881280E	22/09/2015	51851	167	127.69
MKJ3136	55881283E	22/09/2015	54521	181 * VIII	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LEBON REGIS/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

FABIANO LOCATELLI  
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8526 501/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8526 501/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.  
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MLH3494	55881370E	13/11/2015	54522	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LEBON REGIS/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

FABIANO LOCATELLI  
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

### LINDÓIA DO SUL

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8340 369/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8340 369/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MNK9975	54589495F	30/10/2015	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LINDOIA DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE  
DELEGADO DE POLICIA

**LUZERNA****EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8500 343/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8500 343/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ARS7788	55222642E	11/11/2015	51851	167
CKI7414	55222635E	01/11/2015	51851	167
MBM4733	55222801E	10/11/2015	55414	181 * XVII
MEX0075	55222728E	03/11/2015	59750	204

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LUZERNA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA  
DELEGADO DE POLICIA

**MAFRA****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8074 1275/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8074 1275/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ANU8258	55855313E	02/10/2015	65992	230 * V	191.54
ANU8258	55855314E	02/10/2015	50450	162 * V	191.54
ANU8258	55855315E	02/10/2015	50960	163 c/c 162 * V	191.54
MBZ9768	55853913E	22/07/2015	50371	162 * III	574.61
MEZ4574	55853261E	28/07/2015	50450	162 * V	191.54
MGF5356	55838161E	30/09/2015	51692	165	1915.38
QHD1500	55853505E	23/07/2015	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

RAFFAELLO ROSS  
DELEGADO DE POLICIA - 9 DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8074 1276/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA - 281990

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8074 1276/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AJM1878	55853362E	17/07/2015	51851	167	127.69
AXO1366	54971465E	16/09/2015	54600	181 * IX	85.13

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

JOAO ALFREDO FERREIRA  
AUTORIDADE MUNICIPAL TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8074 1273/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8074 1273/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACH1841	55855496E	25/10/2015	50100	162 * I
DCG8788	55853660E	14/11/2015	65992	230 * V
MEM5339	55855601E	24/10/2015	50100	162 * I
MIW2413	55855489E	23/10/2015	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

RAFFAELLO ROSS  
DELEGADO DE POLICIA - 9 DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8074 1274/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA - 281990

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8074 1274/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa      N.Auto      Data Infr.      Infr/Desd.      Enquadramento  
-----

LZZ6349	55853657E	13/11/2015	51851	167
MBX5654	55855467E	12/10/2015	53800	181 * I
MIW2413	55855488E	23/10/2015	55416	181 * XVII
MKE0690	55855481E	19/10/2015	73662	252 * VI
MKX0663	55855457E	12/10/2015	53800	181 * I
MLF6623	55855454E	12/10/2015	54522	181 * VIII

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

JOAO ALFREDO FERREIRA  
AUTORIDADE MUNICIPAL TRANSITO



**MARAVILHA****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8224 1530/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8224 1530/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
HTW5789	55870890D	25/07/2015	65992	230 * V	191.54
HTW5789	55870889D	25/07/2015	65564	230 * I	191.54
HTW5789	55870888D	25/07/2015	50100	162 * I	574.61
JMT6976	55870813D	18/07/2015	50100	162 * I	574.61
MDI6487	55870963D	09/07/2015	50100	162 * I	574.61
MEU3077	55871131D	22/07/2015	50100	162 * I	574.61
MKL3227	55870966D	25/07/2015	75790	277	1915.38
MLY3382	55870887D	21/07/2015	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MARAVILHA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8224 1531/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAVILHA - ORTRAMA - 282050

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8224 1531/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CES8057	55870869D	29/08/2015	51851	167	127.69
IPK1437	55871049D	09/07/2015	51851	167	127.69
MCC3743	55861754D	13/09/2015	51851	167	127.69
MIR9996	55871177D	03/09/2015	55414	181 * XVII	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MARAVILHA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

VALDEMIR ANDRETTA  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8224 1528/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8224 1528/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IPS5426	55871283D	09/11/2015	66102	230 * VII
IPS5426	55871282D	09/11/2015	50100	162 * I
IPS5426	55871281D	09/11/2015	65992	230 * V
JPE4848	55871370D	13/11/2015	69120	232
JPE4848	55871369D	13/11/2015	65992	230 * V
MDH2221	55871451D	11/11/2015	67420	230 * XX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MARAVILHA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8224 1529/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAVILHA - ORTRAMA - 282050

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8224 1529/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

DKY5747	55871226D	14/11/2015	52312	172
DMN4288	55870919D	12/11/2015	68661	231 * VIII
MAZ6385	55871356D	17/10/2015	54600	181 * IX

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MARAVILHA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

VALDEMIR ANDRETTA  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**MASSARANDUBA**

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8234 781/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8234 781/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MEA7097	54296309F	04/10/2015	65992	230 * V	191.54
MGH2202	54296041F	08/08/2015	55250	181 * XV	85.13

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MASSARANDUBA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

DANIEL FERREIRA DIAS  
DELEGADO DE POLICIA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8234 780/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8234 780/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYU2786	54711241E	09/11/2015	50450	162 * V
LYU2786	54711242E	09/11/2015	50960	163 c/c 162 * V
LYU2786	54711243E	09/11/2015	65992	230 * V
MBD2262	54711244E	17/11/2015	50450	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MASSARANDUBA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

DANIEL FERREIRA DIAS  
DELEGADO DE POLICIA

---

**MELEIRO**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8078 542/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8078 542/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBY9532	55675197D	16/11/2015	51180	164 c/c 162 * I
MBY9532	55675196D	16/11/2015	50100	162 * I
MBY9532	55675195D	16/11/2015	65992	230 * V
QHH1692	55675188D	20/10/2015	50100	162 * I
QHH1692	55675190D	20/10/2015	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MELEIRO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

ANDRE GAZZONI COUTRO  
DELEGDO DE POLICIA

**MODELO****EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8434 396/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8434 396/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

KYJ9736 55870110D 14/11/2015 59670 203 \* V  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MODELO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

RONALDO NECKENL MORETO  
DELEGADO DE POLICIA

**MORRO DA FUMAÇA****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 942/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 942/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IKM6936	55507297E	05/10/2015	51851	167	127.69
IOD0296	55507173E	24/07/2015	55411	181 * XVII	53.20
LWW1744	55507315E	02/10/2015	60501	208	191.54
LZX9019	55507303E	07/08/2015	69120	232	53.20
MAC2864	55507077E	20/07/2015	65992	230 * V	191.53
MCB0847	55507289E	27/09/2015	51851	167	127.69
MCX0787	55507230E	02/10/2015	51851	167	127.69
MDI7807	55507415E	05/10/2015	51851	167	127.69
MIZ4266	55507246E	06/10/2015	51851	167	127.69
MKO8432	55507412E	05/10/2015	51851	167	127.69
MKV7312	55507229E	24/09/2015	70481	244 * II	191.54
QHJ2473	55506649E	25/09/2015	54600	181 * IX	85.13

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO DA FUMACA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

FERNANDO PAGANI POSSAMAI  
DELEGADO DE POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 941/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 941/2015.**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	
BPD2796	55052252F	20/10/2015	50100	162 * I	
HRF1696	55052253F	22/10/2015	65992	230 * V	
MDH6123	55052254F	22/10/2015	51851	167	
MHR0929	55507414E	05/10/2015	51851	167	
MHW7104	55507327E	22/10/2015	50100	162 * I	
MJL4133	55507329E	22/10/2015	51851	167	
MLS2158	55506394E	07/10/2015	60501	208	
MLX5750	55507476E	13/11/2015	54522	181 * VIII	



-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO DA FUMACA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

FERNANDO PAGANI POSSAMAI  
DELEGADO DE POLICIA

---

### NAVEGANTES

---

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8272 1802/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8272 1802/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AML5200	54992466E	08/02/2014	69710	238	191.53
BBB2005	55932276E	29/07/2015	69120	232	53.20
HRN6667	55933724E	07/10/2015	65992	230 * V	191.54
MAL1474	55938736E	29/07/2015	69120	232	53.20
MFE6549	55932959E	17/08/2015	50100	162 * I	574.61
MFI1389	55939539E	22/07/2015	65992	230 * V	191.53
MGA8606	55933015E	07/09/2015	52741	175	1915.38
MHO2494	55938712E	20/07/2015	69120	232	53.20
MHZ8867	55938730E	27/07/2015	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MHZ8867	55938729E	27/07/2015	50100	162 * I	574.61
MHZ8867	55938731E	27/07/2015	69120	232	53.20
MJF3022	55933350E	28/09/2015	50292	162 * II	957.69
MJF3022	55933238E	28/09/2015	51261	164 c/c 162 * II	957.69
MJF3022	55933239E	28/09/2015	50450	162 * V	191.54
QHP9513	55933717E	07/10/2015	50100	162 * I	574.61

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

MARIA DE FATIMA SOUZA IGNACIO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8272 1803/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES - NAVETRA - 282210

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8272 1803/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AEU7283	55935297E	03/09/2015	53800	181 * I	85.13
LLI7033	55935368E	28/09/2015	55416	181 * XVII	53.20
MBG8961	55933554E	28/09/2015	55411	181 * XVII	53.20
MCB2034	54060230N	23/07/2015	50020	257 8S	127.69
MCN0532	55935198E	03/09/2015	60412	207	127.69
MGA8606	55933016E	07/09/2015	59670	203 * V	957.69
MGD1851	55580516C	22/07/2015	60412	207	127.69
MIE0315	55933512E	30/09/2015	55411	181 * XVII	53.20
MJV8042	55580506C	22/07/2015	60412	207	127.69
MKR6203	55935069E	09/09/2015	55415	181 * XVII	53.20
QHB7511	55933102E	07/09/2015	54524	181 * VIII	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

JOAB BEZERRA DUARTE FILHO  
SUPERINTENDENTE

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8272 1800/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8272 1800/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AGK4432	55933369E	02/11/2015	69120	232
AMY6697	55934361E	18/11/2015	65992	230 * V
AMY6697	55934362E	18/11/2015	69120	232
AOI2408	55932749E	15/11/2015	50450	162 * V
AOI2408	55932748E	15/11/2015	51691	165
AYT2101	55934037E	13/11/2015	69120	232
DEZ9949	55934220E	13/11/2015	65992	230 * V
HWH6914	55934239E	16/11/2015	50450	162 * V
HWH6914	55934240E	16/11/2015	51420	164 c/c 162 * V
MBO4893	55934311E	16/11/2015	65992	230 * V
MBY4858	55934353E	16/11/2015	65992	230 * V
MCM4734	55937229E	15/11/2015	51180	164 c/c 162 * I
MCM4734	55937228E	15/11/2015	50100	162 * I
MDS9414	55932738E	20/10/2015	66020	230 * VI
MDU1753	55934351E	16/11/2015	50450	162 * V
MDU1753	55934352E	16/11/2015	51420	164 c/c 162 * V
MGK0018	55934303E	16/11/2015	65992	230 * V
MIF4608	55934238E	16/11/2015	65992	230 * V
MIM1796	55934308E	16/11/2015	73400	252 * IV
MIQ3819	55934041E	13/11/2015	67691	230 * XXII
MJV4196	55933753E	23/10/2015	69120	232
MJV4196	55933754E	23/10/2015	73400	252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

MARIA DE FATIMA SOUZA IGNACIO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8272 1801/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES - NAVETRAN - 282210

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8272 1801/2015.**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

AFF3636	55581122C	10/11/2015	55680	181 * XIX
ALD4354	55934319E	11/11/2015	54600	181 * IX
AMY6697	55934363E	18/11/2015	57380	186 * II
AOI2408	55932750E	15/11/2015	52070	169
DUJ3626	55935374E	02/10/2015	55415	181 * XVII
ILU7739	55580814C	09/10/2015	55680	181 * XIX
ITP2539	55580807C	08/10/2015	55500	181 * XVIII
ITP2539	55580846C	16/10/2015	55500	181 * XVIII
JVZ8628	55580820C	14/10/2015	55413	181 * XVII
KNW2647	55581134C	11/11/2015	54526	181 * VIII
LYY1510	55581124C	10/11/2015	55680	181 * XIX
MAI7787	55938787E	24/10/2015	57970	191
MAK7103	55581118C	10/11/2015	55680	181 * XIX
MAU7466	55934327E	11/11/2015	55680	181 * XIX
MBB5176	55580811C	09/10/2015	55680	181 * XIX
MBU6692	55581106C	06/11/2015	55500	181 * XVIII
MFH5423	55580837C	20/10/2015	55680	181 * XIX
MFL2899	55581103C	06/11/2015	55680	181 * XIX
MFP0913	55580823C	15/10/2015	55500	181 * XVIII
MGQ2843	55580803C	09/10/2015	55500	181 * XVIII
MGX6449	55580848C	20/10/2015	54526	181 * VIII
MHL9997	55934367E	11/11/2015	53800	181 * I
MIR4520	55581264C	03/11/2015	55500	181 * XVIII
MIY3091	55580819C	14/10/2015	55680	181 * XIX
MJE7507	55933415E	21/10/2015	56222	182 * VI
MKA4680	55933420E	21/10/2015	54523	181 * VIII
MKH3696	55581128C	10/11/2015	55500	181 * XVIII
MKK8064	55937215E	30/10/2015	54521	181 * VIII
MLH8157	55934045E	13/11/2015	54525	181 * VIII
MLI3770	55938784E	24/10/2015	55411	181 * XVII
MLI7560	55933801E	21/10/2015	56222	182 * VI
MLX5162	55934043E	13/11/2015	53800	181 * I
MMJ6768	55934028E	13/11/2015	51852	167
PFS4332	55580821C	15/10/2015	54526	181 * VIII
QHL5866	55933416E	21/10/2015	55090	181 * XIII
QHO3576	55933413E	21/10/2015	56222	182 * VI

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

JOAB BEZERRA DUARTE FILHO  
SUPERINTENDENTE

---

### Nova Trento

---

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 980/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 980/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDW6106	54277626F	05/10/2015	50100	162 * I	574.61
MDW6106	54277627F	05/10/2015	51180	164 c/c 162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI  
DELEGADO DE POLICIA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 979/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 979/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABK0877	54277675F	13/11/2015	51852	167
ARU8592	54144400F	15/11/2015	55411	181 * XVII
IDD9115	54277830F	23/10/2015	65992	230 * V
IDD9115	54277831F	23/10/2015	69120	232
IDD9115	54277832F	23/10/2015	50100	162 * I
IDD9115	54277833F	23/10/2015	51180	164 c/c 162 * I
IDD9115	54277834F	23/10/2015	65561	230 * I
MAP8672	54277118F	15/11/2015	55680	181 * XIX
MBY4596	54277053F	27/10/2015	69120	232
MCH4249	54277677F	13/11/2015	51851	167
MDF5177	54277120F	15/11/2015	55680	181 * XIX
MGB4377	54277220F	08/11/2015	50100	162 * I
MHO1370	54277850F	11/11/2015	50100	162 * I
MHO1370	54277851F	11/11/2015	51180	164 c/c 162 * I
MHX6637	54277794F	27/09/2015	55680	181 * XIX
MIE1509	54277223F	18/11/2015	50450	162 * V
QHA4843	54277122F	15/11/2015	55680	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI  
DELEGADO DE POLICIA

**ORLEANS**

## **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8084 1310/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8084 1310/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA



AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AJT3453	54160448F	09/08/2015	65992	230 * V	191.54
AJT3453	54163045F	09/08/2015	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

BRUNO SINIBALDI  
DELEGADO DE POLICIA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8084 1311/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS - 282290

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8084 1311/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
HIE4407	54160126F	20/07/2015	55414	181 * XVII	53.20
MEP1230	54160413F	22/07/2015	53800	181 * I	85.12
MFJ7269	54162640F	16/08/2015	65300	228	127.69
MFR8297	54160567F	04/07/2015	54870	181 * XI	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.



ORLEANS/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

VALVIRIO ROSSETI  
SUPERVISOR

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8084 1308/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8084 1308/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCC4699	54159570F	22/10/2015	69120	232
MCD7367	54160995F	04/10/2015	65992	230 * V
MHQ3419	54161355F	18/11/2015	66372	230 * IX
MHQ3419	54161354F	18/11/2015	50100	162 * I
MHQ3419	54161356F	18/11/2015	66020	230 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

BRUNO SINIBALDI  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8084 1309/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS - 282290

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8084 1309/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ARV2077	54160339F	13/11/2015	73662	252 * VI
CJT7157	54161352F	12/11/2015	73662	252 * VI
DHW2304	54160699F	21/10/2015	53800	181 * I
HFN5603	54162526F	22/10/2015	55414	181 * XVII
IJZ3575	54160079F	13/11/2015	51851	167
LYF4515	54163523F	15/10/2015	51851	167
LZA6279	54160291F	22/10/2015	53800	181 * I
MCK5492	54163520F	14/10/2015	52070	169
MDA8327	54161912F	17/11/2015	55415	181 * XVII
MDJ4352	54163521F	17/10/2015	52070	169
MFW8166	54160088F	13/11/2015	52070	169
MGU9225	54162503F	28/09/2015	55500	181 * XVIII
MIE3215	54160090F	13/11/2015	51851	167
MIE4441	54161915F	17/11/2015	55250	181 * XV
MJP0212	54161177F	20/10/2015	54600	181 * IX
QHD6821	54161008F	16/11/2015	55414	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

VALVIRIO ROSSETI  
SUPERVISOR

**PAIAL**

## **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8736 101/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8736 101/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MIV5817	55064126D	13/09/2015	52741	175	1915.38

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAIAL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE  
DELEGADO REGIONAL - 14 DRP

### PALHOÇA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8742 726/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA - DIMUT - ELETRONICO - 2823

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8742 726/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MEY8232	8742142323	08/12/2013	74550	218 * I	85.12
MEY8232	8742147244	22/12/2013	74550	218 * I	85.12
MEY8232	8742154025	14/01/2014	74550	218 * I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

LEONEL JOSE PEREIRA  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**PALMITOS****EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8432 1008/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8432 1008/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
INK1527	55490708E	21/10/2015	50100	162 * I
INK1527	55490709E	21/10/2015	65992	230 * V
JQA1509	55490780E	25/10/2015	65480	229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

JOAO LUIZ MIOTTO  
DELEGADO DE POLICIA

**PAPANDUVA****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8114 1127/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8114 1127/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a.

INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MCX5434	55020511E	23/07/2015	65992	230 * V	191.54
MCX5434	55020510E	23/07/2015	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAPANDUVA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

RUI ORESTES KUHNIR  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8114 1126/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA - DETRANPV - 282390

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8114 1126/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.  
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDI2720	55020438E	07/11/2015	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAPANDUVA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

ALINE MARIA SCHADECK  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**PASSO DE TORRES****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8448 638/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8448 638/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IRD0442	54639221F	06/09/2015	55250	181 * XV	85.13
MGA1351	54639458F	04/10/2015	67000	230 * XVI	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PASSO DE TORRES/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

DIEGO ARCHER DE HARO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8448 637/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8448 637/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

-----  
IDD1314 54639506F 18/10/2015 50450 162 \* V  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PASSO DE TORRES/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

DIEGO ARCHER DE HARO  
DELEGADO DE POLICIA

**PAULO LOPES**

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8392 537/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8392 537/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----  
HRI7472 54048007F 09/10/2015 50292 162 \* II  
HRI7472 54048010F 09/10/2015 66102 230 \* VII  
HRI7472 54048009F 09/10/2015 62970 220 \* IV  
MDO6959 54047905F 01/10/2015 70481 244 \* II  
MFW8952 54047978F 08/09/2015 50100 162 \* I  
MHR1180 54048017F 30/10/2015 51180 164 c/c 162 \* I  
MHR1180 54048016F 30/10/2015 50100 162 \* I  
MHR1180 54048018F 30/10/2015 65561 230 \* I  
MHR1180 54047951F 30/10/2015 65992 230 \* V  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.



PAULO LOPES/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO  
DELEGADO DE POLICIA

### PENHA

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8086 1678/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8086 1678/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ALF7574	54174160F	17/07/2015	69120	232	53.20
AQO7961	54174366F	29/09/2015	65992	230 * V	191.54
AQO7961	54174365F	29/09/2015	64080	221	85.13
AQO7961	54174364F	29/09/2015	50371	162 * III	574.61
MBW0423	54173676F	09/07/2015	69120	232	53.20
MF7047	54173853F	03/07/2015	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PENHA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

PROCOPIO BATISTA DA SILVEIRA NETO  
DELEGADO DE POLICIA

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8086 1679/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA - DETRANPEN - 282450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8086 1679/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AHM3126	54172325F	28/09/2015	54523	181 * VIII	127.69
MDO6236	54173635F	09/07/2015	52070	169	53.20
MFZ4033	54172016F	29/09/2015	54521	181 * VIII	127.69
MJS0646	54174012F	27/08/2015	54521	181 * VIII	127.69
MLE3056	54084371E	31/03/2014	51851	167	127.69
MLP3268	54173692F	09/07/2015	52070	169	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PENHA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

VALMIR CAMILO  
DIRETOR DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8086 1676/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8086 1676/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDF1868	54174687F	10/11/2015	65992	230 * V
MDF1868	54174686F	10/11/2015	50100	162 * I
MDR2098	54174415F	13/10/2015	67261	230 * XVIII
MFK4749	54174653F	29/10/2015	51180	164 c/c 162 * I
MFK4749	54174652F	29/10/2015	50100	162 * I
MFS8469	54174626F	11/11/2015	50100	162 * I
MFS8469	54174627F	11/11/2015	51180	164 c/c 162 * I
MFS8469	54174628F	11/11/2015	65992	230 * V
MGW7072	54174034F	02/10/2015	65561	230 * I

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PENHA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

PROCOPIO BATISTA DA SILVEIRA NETO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8086 1677/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA - DETRANPEN - 282450

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8086 1677/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DLA5732	54174681F	06/11/2015	54522	181 * VIII
MDR2098	54174414F	13/10/2015	75522	244 * IX
MLK1297	54174468F	28/10/2015	59670	203 * V
NVZ1610	54174476F	05/11/2015	61733	215 * I * b

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PENHA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

VALMIR CAMILO  
DIRETOR DE TRANSITO

**PERITIBA****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8400 257/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8400 257/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MIY7247	55839717B	18/07/2015	73400	252 * IV	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PERITIBA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8400 256/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8400 256/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

MAM9305 55839749B 14/11/2015 65992 230 \* V

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PERITIBA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE  
DELEGADO DE POLICIA

---

**POMERODE**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 1775/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 1775/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MLI6657	54881299E	16/08/2015	73400	252 * IV	85.13

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

LUIZ CARLOS GROSS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 1776/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 1776/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
EZA2722	54881387E	15/07/2015	61220	214 * I	191.54
ILZ0132	55956999E	18/07/2015	55413	181 * XVII	53.20
KWO1755	55957690E	04/09/2015	51851	167	127.69
MHX5219	55957411E	19/07/2015	55172	181 * XIV	127.69
MJF4874	54482979F	27/09/2015	55411	181 * XVII	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

TATIANA LEITE SLOMP  
GERENTE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8762 540/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - ELETRONICO - 282

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8762 540/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ADC4907	8762055730	20/07/2015	74550	218 * I	85.12
AGA7200	8762057189	20/09/2015	74550	218 * I	85.13

AGA7200	8762057190	20/09/2015	74550	218	*	I	85.13
AMQ3164	8762056533	23/08/2015	74550	218	*	I	85.13
AMW1253	8762055521	28/06/2015	74550	218	*	I	85.12
ARE3242	8762055370	06/07/2015	74630	218	*	II	127.69
ARE3242	8762055714	20/07/2015	74630	218	*	II	127.69
AUN0628	8762056331	14/08/2015	74630	218	*	II	127.69
BEE1335	8762055686	19/07/2015	74550	218	*	I	85.12
EIG7177	8762055993	01/08/2015	74550	218	*	I	85.13
EKZ3453	8762055712	20/07/2015	74550	218	*	I	85.12
FMI8372	8762055710	20/07/2015	56732	183			85.12
IJJ3407	8762055564	14/07/2015	74550	218	*	I	85.12
IOM0024	8762055216	28/06/2015	74550	218	*	I	85.12
LWY6725	8762055259	01/07/2015	74550	218	*	I	85.12
LZK5542	54065179N	20/08/2015	50020	257	8S		85.12
MAU5253	8762055317	03/07/2015	74550	218	*	I	85.12
MBG2717	8762055630	17/07/2015	74550	218	*	I	85.12
MBL2284	8762055644	18/07/2015	74550	218	*	I	85.12
MBW4579	8762056879	08/09/2015	74550	218	*	I	85.13
MBW7776	8762056051	03/08/2015	74550	218	*	I	85.13
MCA7693	8762057224	20/09/2015	74550	218	*	I	85.13
MDH6169	8762055659	18/07/2015	74630	218	*	II	127.69
MDH6169	8762055444	11/07/2015	74630	218	*	II	127.69
MEA4377	8762056883	08/09/2015	74550	218	*	I	85.13
MEQ0785	8762055670	19/07/2015	74550	218	*	I	85.12
MFC3292	8762055622	17/07/2015	74550	218	*	I	85.12
MFR0045	8762055447	11/07/2015	56732	183			85.12
MFU9352	8762055595	16/07/2015	74550	218	*	I	85.12
MFW6903	8762055527	01/07/2015	74550	218	*	I	85.12
MHJ7436	8762055671	19/07/2015	74550	218	*	I	85.12
MIN5432	8762055645	18/07/2015	74550	218	*	I	85.12
MJF8873	8762055784	23/07/2015	74630	218	*	II	127.69
MKE7243	8762056602	27/08/2015	60503	208			191.54
MLK3377	8762056888	09/09/2015	74550	218	*	I	85.13
MLV6483	54059926N	21/07/2015	50020	257	8S		85.12
OKG5418	8762055477	12/07/2015	74710	218	*	III	574.61
QHF5101	8762055723	20/07/2015	74630	218	*	II	127.69
QHI4064	8762056848	07/09/2015	74550	218	*	I	85.13
QHN5371	8762056110	07/08/2015	74550	218	*	I	85.13

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

TATIANA LEITE SLOMP  
GERENTE DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 1773/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO



## DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 1773/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
FHL4141	55904202E	02/11/2015	53200	176 * V
LYK3933	54483047F	10/10/2015	73580	252 * V
LYK4875	55903535E	15/10/2015	50100	162 * I
LYK4875	55903536E	15/10/2015	67261	230 * XVIII
MAR7564	55904212E	12/11/2015	50450	162 * V
MAR7564	55904213E	12/11/2015	50960	163 c/c 162 * V
MDO7441	54881399E	13/10/2015	65992	230 * V
MDO7441	55904201E	13/10/2015	50100	162 * I
MGM0735	54881328E	19/10/2015	51691	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

LUIZ CARLOS GROSS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 1774/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 1774/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

AFZ1639	54483164F	14/10/2015	59242	203	* I
FHL4141	55904203E	02/11/2015	53470	178	
FHL4141	55904204E	02/11/2015	73740	253	
LYK3933	54483045F	10/10/2015	61220	214	* I
LYK3933	54483046F	10/10/2015	51851	167	
LYK4875	55903537E	15/10/2015	60412	207	
LYP8639	54483048F	10/10/2015	51851	167	
LYQ8122	54483285F	07/11/2015	55250	181	* XV
MAQ8265	54483332F	03/11/2015	51851	167	
MHL9973	54483455F	18/11/2015	60681	209	
MIH2385	54483170F	16/10/2015	55416	181	* XVII
MIN7318	54483343F	11/11/2015	51851	167	
MIN7318	54483348F	12/11/2015	67851	231	* II * a
MLH4034	54077615N	14/10/2015	50020	257	8\$
MMD0638	54483335F	09/11/2015	51851	167	
MML6809	54483126F	07/10/2015	51851	167	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

TATIANA LEITE SLOMP  
GERENTE DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8762 539/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - ELETRONICO - 282

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8762 539/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

ABV3053	8762057843	17/10/2015	60503	208
ARL3422	8762058428	22/10/2015	74550	218 * I
ASA0528	8762057591	05/10/2015	74550	218 * I
AXY4797	8762057797	15/10/2015	74550	218 * I
AZU2105	8762057728	12/10/2015	74630	218 * II
BLK3692	8762058237	01/11/2015	74550	218 * I

BPG8287	8762058350	06/11/2015	60503	208	
EKZ3453	8762057686	10/10/2015	74550	218	* I
FMN9859	8762058148	29/10/2015	74550	218	* I
FMN9859	8762058134	28/10/2015	74550	218	* I
IQQ1468	8762057338	26/09/2015	74630	218	* II
JPQ4550	8762057729	12/10/2015	74550	218	* I
KZT4652	8762058234	01/11/2015	74550	218	* I
LXZ6311	8762057640	08/10/2015	74550	218	* I
LYI1302	8762057585	05/10/2015	60503	208	
LYO2469	8762057841	17/10/2015	74550	218	* I
LZP6292	8762057715	11/10/2015	74550	218	* I
MAF6335	8762058267	03/11/2015	74550	218	* I
MAF6335	8762058066	26/10/2015	74550	218	* I
MAJ5399	8762057754	13/10/2015	74630	218	* II
MCR5432	8762057595	06/10/2015	74550	218	* I
MDW8388	8762057740	12/10/2015	74550	218	* I
MEC1319	8762058236	01/11/2015	56732	183	
MGF9729	8762057879	18/10/2015	56732	183	
MGY2211	8762057643	08/10/2015	74550	218	* I
MGY2211	8762057644	08/10/2015	74550	218	* I
MGY2211	8762057661	09/10/2015	74550	218	* I
MHR0673	8762057831	16/10/2015	60503	208	
MHR1515	8762057711	11/10/2015	74630	218	* II
MHU6716	8762057819	16/10/2015	74630	218	* II
MII5823	8762057863	17/10/2015	74630	218	* II
MIK1020	8762057703	10/10/2015	60503	208	
MIO7249	8762057666	09/10/2015	74550	218	* I
MKB8988	8762057685	10/10/2015	60503	208	
MKD2133	8762058393	09/11/2015	74550	218	* I
MKO2952	8762057466	02/10/2015	74550	218	* I
MMI5321	8762057587	05/10/2015	74550	218	* I
OKF9333	8762057723	12/10/2015	74550	218	* I
QHA4107	8762057679	09/10/2015	60503	208	
QHK7086	8762058147	29/10/2015	60503	208	

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

TATIANA LEITE SLOMP  
GERENTE DE TRANSITO

**PONTE SERRADA****EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8130 872/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8130 872/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IIW1217	54264762F	21/10/2015	50100	162 * I
LYD0532	54265322F	22/10/2015	50100	162 * I
MAF1830	54265203F	20/10/2015	65992	230 * V
MAF1830	54265204F	20/10/2015	50100	162 * I
MAF1830	54265205F	20/10/2015	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PONTE SERRADA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

ALBINO SOUZA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

**PORTO BELO****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 1108/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 1108/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MMD3596	54279111F	28/08/2015	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

LUANA CHAVES CERVI BACKES  
DELEGADA DE POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 1109/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO - 282650

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 1109/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ABW2079	54278511F	03/07/2015	51851	167	127.69
AHF5185	54074585N	29/09/2015	50020	257 8S	127.69
CIM6639	54278702F	15/07/2015	51851	167	127.69
IIW4068	54278373F	08/07/2015	51851	167	127.69
IZR7799	54278528F	05/07/2015	55250	181 * XV	85.12
JPS0637	54278121F	01/08/2015	54521	181 * VIII	127.69
MAO7130	54278370F	08/07/2015	51851	167	127.69
MEY3509	54278584F	10/07/2015	51851	167	127.69
MJW7628	54278372F	08/07/2015	51851	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

ROSILENE MARIA VERRI LUCCA  
DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 1106/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 1106/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ESW1000	55068997F	07/11/2015	64080	221
ESW1000	55068995F	07/11/2015	69120	232
LYN0606	54278774F	01/11/2015	50100	162 * I
LYN0606	54278773F	01/11/2015	65992	230 * V
LZI6453	55068994F	07/11/2015	65992	230 * V
MAN1311	54279113F	03/10/2015	65992	230 * V
MAN1311	54279114F	03/10/2015	50450	162 * V
MAN1311	54279115F	03/10/2015	69120	232
MCZ7337	55068978F	30/10/2015	65992	230 * V
MCZ7337	55068977F	30/10/2015	52741	175
MFL0720	55069152F	03/10/2015	50450	162 * V
MFS5538	55069256F	03/11/2015	69120	232
MGV2148	54279064F	06/11/2015	65992	230 * V
MHD2031	55069248E	30/09/2015	65992	230 * V
MJS8978	55069253F	03/11/2015	65992	230 * V
MJS8978	55069252F	03/11/2015	50450	162 * V
MJV2858	54279124F	27/10/2015	50100	162 * I
MJV6631	54279250F	02/10/2015	50450	162 * V
MLA5005	54278886F	13/10/2015	65992	230 * V
MSX9294	54278627F	29/10/2015	64080	221

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

LUANA CHAVES CERVI BACKES  
DELEGADA DE POLICIA



**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 1107/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO - 282650

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 1107/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ALU2773	55069055F	06/10/2015	55250	181 * XV
AZY2007	55069012F	05/11/2015	55500	181 * XVIII
HXU7743	55068980F	03/11/2015	55500	181 * XVIII
IQL1795	54279063F	06/11/2015	58780	199
IVG1108	54279071F	06/11/2015	57970	191
LZI6453	55068993F	07/11/2015	54600	181 * IX
MFY8343	55069251F	31/10/2015	55680	181 * XIX
MGU0127	55069216F	29/10/2015	54521	181 * VIII
MKK1725	54278623F	25/10/2015	59670	203 * V
MKY2385	55069258F	07/11/2015	54521	181 * VIII
MLW5989	54077413N	15/10/2015	50020	257 8S
MMD5436	55069224F	05/11/2015	55680	181 * XIX
MMK7400	55068986F	03/11/2015	55500	181 * XVIII
QHH7936	55069110F	23/10/2015	59670	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

ROSILENE MARIA VERRI LUCCA  
DIRETORA DE TRANSITO



**PORTO UNIÃO****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 1465/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 1465/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ADP9698	54329793E	15/08/2015	66371	230 * IX	127.69
AKZ5263	54328977E	19/07/2015	51691	165	1915.38
AQW5128	54330751E	05/08/2015	65992	230 * V	191.54
ASE6163	54330844E	15/08/2015	69120	232	53.20
ASE6163	54330841E	15/08/2015	75790	277	1915.38
ASZ8332	54332803E	16/09/2015	66371	230 * IX	127.69
ASZ8332	54332802E	16/09/2015	65992	230 * V	191.54
BRP2912	54331302E	04/09/2015	51691	165	1915.38
DDN4270	54326601E	19/07/2015	65992	230 * V	191.53
DJE6065	54326849E	27/07/2015	66102	230 * VII	127.69
DJE6065	54329460E	27/07/2015	67261	230 * XVIII	127.69
IPB6551	54330835E	14/08/2015	75790	277	1915.38
MAY5993	54615392C	01/08/2015	65992	230 * V	191.54
MBK7105	54326892E	01/08/2015	66371	230 * IX	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

NILSON LUIS DE OLIVEIRA CEZAR  
DELEGADO REGIONAL - 23A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 1466/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIAO - 282670

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 1466/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ARN6488	54326630E	05/09/2015	60501	208	191.54
IFF0503	54324864E	06/07/2015	54521	181 * VIII	127.69
MMK3972	00005968A	12/08/2015	55412	181 * XVII	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

IVAN FRANCISCO ANDRUKIU  
DIRETOR DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 1463/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 1463/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABR1162	54332564E	04/10/2015	65992	230 * V
AEJ8139	55063379F	03/11/2015	65992	230 * V
AEJ8139	55063380F	03/11/2015	69120	232
AEV2192	54332294E	03/11/2015	51420	164 c/c 162 * V
AKG3235	54332527E	08/10/2015	65992	230 * V
ALJ3341	54332836E	29/09/2015	65992	230 * V
ANU7780	54332913E	16/10/2015	50100	162 * I
APL7412	54332290E	03/11/2015	65561	230 * I
AUO7446	54330385E	07/11/2015	50100	162 * I
BBF0501	54332319E	19/10/2015	65992	230 * V
CMY2590	54332889E	16/10/2015	50100	162 * I

CMY2590	54332890E	16/10/2015	69120	232	
DIO4238	54331057E	14/10/2015	51180	164	c/c 162 * I
DIO4238	54331056E	14/10/2015	50100	162	* I
HQR1177	54332574E	08/10/2015	67261	230	* XVIII
ILG9865	55063387F	07/11/2015	65565	230	* I
LXM0891	54332222E	05/11/2015	65992	230	* V
LYC6155	54332610E	06/10/2015	65992	230	* V
LZU2709	54331430E	21/10/2015	66371	230	* IX
LZU2709	54331429E	21/10/2015	66102	230	* VII
MET7248	54332298E	05/11/2015	65992	230	* V
MFN8958	54332525E	08/10/2015	67261	230	* XVIII
MFN8958	54332526E	08/10/2015	51180	164	c/c 162 * I
MFN8958	54332523E	08/10/2015	65992	230	* V
MFW4749	54326278E	17/10/2015	50371	162	* III
MFW4749	54326279E	17/10/2015	51341	164	c/c 162 * III
MGR7287	55063025F	12/11/2015	65992	230	* V
MHT6387	54330373E	03/11/2015	65992	230	* V
MHZ7147	54332585E	13/10/2015	65565	230	* I
MHZ7147	54332584E	13/10/2015	65992	230	* V
MKF9007	54326269E	16/10/2015	69120	232	
MKF9007	54326270E	16/10/2015	51420	164	c/c 162 * V
MKF9007	54326268E	16/10/2015	50450	162	* V
PFO4506	54332541E	12/10/2015	51691	165	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

NILSON LUIS DE OLIVEIRA CEZAR  
DELEGADO REGIONAL - 23A DRP

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 1464/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIAO - 282670

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 1464/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa      N.Auto      Data Infr.      Infr/Desd.      Enquadramento  
-----

ABY5705	00006648A	05/11/2015	55412	181	*	XVII
ABY5705	00006642A	04/11/2015	55412	181	*	XVII
AJZ3325	54203575D	17/10/2015	56222	182	*	VI
ALW1337	55062905F	21/10/2015	55411	181	*	XVII
ARQ2420	00006604A	31/10/2015	55412	181	*	XVII
ASM1121	54331534E	04/11/2015	73662	252	*	VI
ATV4153	54332500E	19/10/2015	73662	252	*	VI
AWJ6519	00006284A	08/10/2015	55412	181	*	XVII
AXC8431	00006575A	29/10/2015	55412	181	*	XVII
CFA3119	00006290A	08/10/2015	55412	181	*	XVII
CMY2590	54332891E	16/10/2015	57200	186	*	I
CYB0279	00006249A	06/10/2015	55412	181	*	XVII
EVO9048	54332261E	28/10/2015	57463	187	*	I
IIQ1317	00006621A	03/11/2015	55412	181	*	XVII
JNS3411	00006638A	04/11/2015	55412	181	*	XVII
KWF7993	54332631E	11/10/2015	55411	181	*	XVII
LXV2089	54331366E	09/10/2015	55411	181	*	XVII
MAL4468	00006292A	08/10/2015	55412	181	*	XVII
MDK4231	55063202F	05/11/2015	54600	181	*	IX
MEL1248	54330378E	03/11/2015	55411	181	*	XVII
MHN1181	54330364E	30/10/2015	55411	181	*	XVII
MIZ2318	55063058F	11/11/2015	59670	203	*	V
MJC4777	54203576D	17/10/2015	51851	167		
MKF9007	54326271E	16/10/2015	60501	208		
MKK2023	00006140A	25/09/2015	55412	181	*	XVII
MLT8847	55063023F	12/11/2015	59670	203	*	V
MLT8847	55063024F	12/11/2015	51852	167		

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

IVAN FRANCISCO ANDRUKIU  
DIRETOR DE TRANSITO

## Rio do Sul

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8796 179/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - DETURS - ELETRONICO - 2

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8796 179/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ACS4033	8796008427	23/09/2015	74710	218 * III	574.61
AFG0687	8796008529	01/10/2015	74550	218 * I	85.13
CVV4152	8796008185	30/06/2015	74550	218 * I	85.12
DFS3690	8796008355	23/09/2015	74550	218 * I	85.13
MBG4641	8796008428	23/09/2015	74550	218 * I	85.13
MEF5524	8796008517	01/10/2015	74550	218 * I	85.13
MEF5524	8796008400	23/09/2015	74550	218 * I	85.13
QHO3003	8796008367	23/09/2015	74630	218 * II	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

ORIVALDO CUSTODIO FERREIRA  
DIRETOR DO DETURS

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8796 178/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - DETURS - ELETRONICO - 2

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8796 178/2015.**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MIX2619	8796008507	01/10/2015	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

ORIVALDO CUSTODIO FERREIRA  
DIRETOR DO DETURS

### Rio dos Cedros

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8094 667/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8094 667/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BPI2894	54591755E	28/09/2015	67261	230 * XVIII	127.69
KZW3661	54591623E	05/09/2015	50100	162 * I	574.61
KZW3661	54591624E	05/09/2015	51180	164 c/c 162 * I	574.61
LXU4120	54574447E	20/08/2015	51180	164 c/c 162 * I	574.61
LXU4120	54574446E	20/08/2015	50100	162 * I	574.61
LXU4120	54574445E	20/08/2015	65992	230 * V	191.54
MCB1321	54591561E	27/08/2015	65992	230 * V	191.54
MFK8722	54574895E	05/08/2015	66372	230 * IX	127.69
MJW0558	54591519E	07/09/2015	54440	181 * VII	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

RIO DOS CEDROS/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO  
DELEGADO DE POLICIA

#### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8094 666/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8094 666/2015.



FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYW5455	54591757E	02/10/2015	69120	232
LYW5455	54591538E	02/10/2015	65992	230 * V
MBN1547	54591544E	06/10/2015	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

RIO DOS CEDROS/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO  
DELEGADO DE POLICIA

### SANTA ROSA DO SUL

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8244 527/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8244 527/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IKR5557	54934363D	23/07/2015	50450	162 * V	191.53
IKR5557	54934362D	23/07/2015	65992	230 * V	191.53
IKR5557	54934365D	23/07/2015	51691	165	1915.38
IKR5557	54934364D	23/07/2015	51420	164 c/c 162 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU



INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

DIEGO ARCHER DE HARO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8244 526/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8244 526/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IHI1608	55743011E	16/11/2015	73662	252 * VI
IKT9101	55743014E	19/11/2015	51851	167
IQI6720	55742898E	20/10/2015	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

DIEGO ARCHER DE HARO  
DELEGADO DE POLICIA

**SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO****EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8780 246/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8780 246/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ICG1513	55854806D	22/09/2015	50610	163 c/c 162 * I
MEA5351	55854775D	13/10/2015	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO/SC, 28 DE NOVENBRO DE 2015.

CARLOS AUGUSTO ANDRADE MORBINI  
DELEGADO DE POLICIA

**SÃO BENTO DO SUL****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8124 2158/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8124 2158/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBI4039	55727697D	03/12/2012	69200	233	127.69
MFS6344	55908076E	15/08/2015	65992	230 * V	191.54
MFS6344	55908077E	15/08/2015	50100	162 * I	574.61
MFS6344	55908079E	15/08/2015	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MKL6604	55909140E	19/07/2015	51691	165	1915.38

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS  
DELEGADO REGIONAL

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8124 2159/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL - DETRU - 283110

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8124 2159/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ANH5118	54928236E	09/07/2015	55412	181 * XVII	53.20
COJ5710	54281906F	12/08/2015	55412	181 * XVII	53.20
DDQ5855	54281586F	15/07/2015	55412	181 * XVII	53.20
HAX3927	54281890F	28/08/2015	55412	181 * XVII	53.20
HZZ4423	54281929F	04/09/2015	54521	181 * VIII	127.69
MAZ8661	55906138E	29/10/2014	72340	250 * I * a	85.12
MFS6344	55908078E	15/08/2015	51930	168	191.54
MHC6845	54281839F	25/08/2015	55412	181 * XVII	53.20
MHC6845	54281840F	21/08/2015	55412	181 * XVII	53.20
MHC6845	54281954F	25/08/2015	55412	181 * XVII	53.20
MHC6845	54281865F	21/08/2015	55412	181 * XVII	53.20
MHC6845	54281866F	21/08/2015	55412	181 * XVII	53.20
MHC6845	54281868F	24/08/2015	55412	181 * XVII	53.20
MHC6845	54281875F	20/08/2015	55412	181 * XVII	53.20
MHS3095	54282263F	02/10/2015	51851	167	127.69
MIQ2287	54281623F	14/07/2015	55412	181 * XVII	53.20
MJM8675	54281653F	09/07/2015	55412	181 * XVII	53.20

MKC7489	54281564F	06/07/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MKN3969	54282335F	22/09/2015	55412	181	*	XVII	53.20
NZA2713	54282040F	29/09/2015	51851	167			127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8492 1041/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL - DETRU - ELETRONIC

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8492 1041/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AEI4855	8492072250	17/07/2015	74550	218 * I	85.12
AET3438	8492073549	27/09/2015	74550	218 * I	85.13
AQC0298	8492073606	29/09/2015	74550	218 * I	85.13
AVC7491	8492073482	18/09/2015	74550	218 * I	85.13
AZS1269	8492072607	12/08/2015	74550	218 * I	85.13
BEJ1007	8492072101	13/07/2015	74550	218 * I	85.12
DVK9336	8492072175	14/07/2015	74550	218 * I	85.12
MCB4557	8492072683	08/08/2015	74550	218 * I	85.13
MEM4728	8492073095	27/08/2015	74630	218 * II	127.69
MGI9464	8492072174	13/07/2015	74550	218 * I	85.12
MGL3250	8492073846	15/10/2015	60503	208	191.54
MGV6423	8492073610	24/09/2015	74550	218 * I	85.13
MIB7886	8492073468	20/09/2015	74630	218 * II	127.69
MKW7177	8492073495	16/09/2015	74550	218 * I	85.13
MLK6808	8492073088	31/08/2015	60503	208	191.54
QHI0781	8492073568	26/09/2015	74550	218 * I	85.13

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8124 2156/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8124 2156/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AIH7363	55909968E	09/10/2015	69120	232
MAJ2053	55910310E	07/11/2015	53200	176 * V
MAJ2053	55910309E	07/11/2015	52900	176 * II
MAJ2053	55910308E	07/11/2015	66372	230 * IX
MAM4106	54592708E	15/11/2015	50292	162 * II
MDP9821	55908750E	17/10/2015	65992	230 * V
MDV6324	54597695E	10/10/2015	69120	232
MDV6324	54597694E	10/10/2015	50450	162 * V
MFT5589	55910553E	18/11/2015	65992	230 * V
MFY5958	55910306E	06/11/2015	53200	176 * V
MFZ8441	55724968D	12/10/2015	67261	230 * XVIII
MHB2061	55724973D	19/10/2015	51420	164 c/c 162 * V
MHB2061	55724971D	19/10/2015	50450	162 * V
MJJ3278	55908092E	15/11/2015	50450	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS  
DELEGADO REGIONAL

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8124 2157/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL - DETRU - 283110

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8124 2157/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

AFI7157	54282129F	13/11/2015	55411	181 * XVII
AHB8434	54282393F	10/11/2015	73662	252 * VI
AIA9157	54282385F	20/10/2015	51851	167
AON3064	54282395F	23/10/2015	55412	181 * XVII
APZ2008	54282218F	21/10/2015	73662	252 * VI
IRG5433	54282200F	21/10/2015	54521	181 * VIII
MAI3074	54281791F	17/10/2015	60501	208
MAJ2053	55910311E	07/11/2015	53470	178
MAW5514	54281790F	16/10/2015	73662	252 * VI
MCI1957	54282277F	20/10/2015	54521	181 * VIII
MHC6845	54282462F	14/10/2015	55412	181 * XVII
MHM0340	54282234F	12/11/2015	51851	167
MJC0674	54282213F	15/10/2015	55680	181 * XIX
MJC8396	54083538N	19/11/2015	50020	257 8S
MJN2942	54282521F	03/11/2015	55412	181 * XVII
MJU5531	55909630E	20/10/2015	54521	181 * VIII
MKX6578	54282437F	21/10/2015	51851	167
MKZ7205	54282426F	17/10/2015	51851	167
MLA7881	55910126E	15/11/2015	57380	186 * II
MLE5720	54282559F	11/11/2015	51930	168

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER  
AUTORIDADE DE TRANSITO



**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8492 1040/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL - DETRU - ELETRONIC

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8492 1040/2015.**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
 Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
 -----

AKC4978	8492073724	09/10/2015	74550	218 * I
AME5805	8492073774	13/10/2015	56732	183
APN4066	8492073937	20/10/2015	74550	218 * I
ASM5406	8492073794	09/10/2015	74550	218 * I
AVC7801	8492073954	16/10/2015	74550	218 * I
AVZ5020	8492074261	08/11/2015	74550	218 * I
AWK0877	8492073779	09/10/2015	74550	218 * I
AYV6393	8492073738	13/10/2015	74630	218 * II
AYV6393	8492073740	13/10/2015	74710	218 * III
BDD1177	8492074231	08/11/2015	74550	218 * I
DUR9558	8492074147	29/10/2015	74550	218 * I
ETM5120	8492074236	06/11/2015	74550	218 * I
GUI1657	8492074190	08/11/2015	60503	208
HMZ6887	8492074245	09/11/2015	74550	218 * I
IGC2980	8492074226	06/11/2015	74550	218 * I
IUX3183	8492073915	14/10/2015	74550	218 * I
IWJ0881	8492074209	05/11/2015	74550	218 * I
LYE6108	8492074213	07/11/2015	74550	218 * I
LZJ7831	8492074187	06/11/2015	56732	183
MBD4715	8492074203	09/11/2015	60503	208
MBU0988	8492073923	17/10/2015	74550	218 * I
MCA4827	8492073887	17/10/2015	74550	218 * I
MCF1200	8492073809	13/10/2015	74550	218 * I
MCF1200	8492073952	15/10/2015	74630	218 * II
MCM1571	8492074237	07/11/2015	74630	218 * II
MCM1571	8492074240	07/11/2015	74710	218 * III
MCR3764	8492074267	04/11/2015	74550	218 * I
MEE4313	8492074264	09/11/2015	74550	218 * I
MEI5377	8492074268	05/11/2015	74550	218 * I
MEJ2948	8492074198	07/11/2015	56732	183
MEW9067	8492074285	07/11/2015	74550	218 * I
MFC7055	8492073808	10/10/2015	74550	218 * I
MFG2642	8492073908	20/10/2015	74550	218 * I
MGF7715	8492074192	10/11/2015	60503	208
MGR4513	8492073897	15/10/2015	74550	218 * I
MHE9206	8492074229	07/11/2015	74550	218 * I
MHG4999	8492073522	24/09/2015	74550	218 * I
MHG4999	8492073523	25/09/2015	74630	218 * II
MIG1381	8492074275	09/11/2015	74550	218 * I
MJF3992	8492074220	07/11/2015	74550	218 * I
MLO8833	8492074259	08/11/2015	74550	218 * I



MLY8757	8492073806	07/10/2015	74550	218	*	I
MVY4316	8492074168	09/11/2015	74550	218	*	I
NEX2232	8492073686	03/10/2015	74550	218	*	I
NLY5297	8492073721	09/10/2015	74550	218	*	I
OGQ0870	8492074169	10/11/2015	74550	218	*	I
OKG3316	8492073776	13/10/2015	74550	218	*	I

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER  
AUTORIDADE DE TRANSITO

---

### SÃO CARLOS

---

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8220 719/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8220 719/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ALH7649	55617177C	25/06/2015	65992	230 * V	191.53

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO CARLOS/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

NILSON LUIZ DE OLIVEIRA CEZAR  
DELEGADO REGIONAL 12. DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8220 720/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS - 28315.

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8220 720/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AFM2329	55617148C	06/09/2015	51851	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO CARLOS/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

VOLNEI MUMBER  
DIRETOR DE TRANSITO

**São Domingos****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8336 654/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8336 654/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAB5045	54940707D	12/07/2015	51180	164 c/c 162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO DOMINGOS/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

MAIKO FRANK VIVI  
DELEGADO DE POLICIA

---

### São João do Oeste

---

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8310 376/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8310 376/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ANT3434	55867885D	17/07/2015	65992	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO DO OESTE/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**São Joaquim****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 1244/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 1244/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDN7967	54091723E	19/07/2015	65992	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

JOS CARLOS GARCIA  
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 1245/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 1245/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
QHG3777	54065301N	20/08/2015	50020	257 8S	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

STELIO BONELLI PORTO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 1242/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 1242/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DSH4356	54091036E	12/11/2015	69120	232
LYH6708	54090693E	17/11/2015	65992	230 * V
LYH6708	54090694E	17/11/2015	67261	230 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

JOS CARLOS GARCIA  
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 1243/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 1243/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

AHZ2186 54092413E 12/11/2015 55500 181 \* XVIII  
MDH3384 54092417E 16/11/2015 55500 181 \* XVIII  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

STELIO BONELLI PORTO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**São José**

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8714 1641/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8714 1641/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa  
-----

MCO1528	55679194C	21/07/2015	65992	230 * V	191.53
MIO0746	54907374F	03/10/2015	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

FABIANO RIBEIRO DA ROCHA  
DELEGADO REGIONAL - 1A DRP

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8714 1642/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE - DEMUTRAN - GM - 283270

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8714 1642/2015.**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
APQ4337	54906367F	13/08/2015	73662	252 * VI	85.13
CRA5729	54906933F	15/09/2015	55411	181 * XVII	53.20
FHQ0666	55679795C	08/08/2015	55500	181 * XVIII	85.13
JXY9646	54906520F	23/07/2015	55680	181 * XIX	127.69
LBS4920	54907313F	21/09/2015	55680	181 * XIX	127.69
LYO6300	54906533F	23/07/2015	57030	185 * I	85.12
LZE8430	54906677F	27/07/2015	51851	167	127.69
MBP2571	54907070F	06/08/2015	57030	185 * I	85.13
MDE3498	54906285F	02/09/2015	60501	208	191.54
MEX9070	54908062F	29/09/2015	51851	167	127.69
MFB2103	55680065C	23/07/2015	57030	185 * I	85.12
MFE1993	54907012F	06/08/2015	57030	185 * I	85.13
MFE4459	55679843C	25/07/2015	55414	181 * XVII	53.20
MFO4176	55680459C	19/07/2015	54600	181 * IX	85.12
MFP2464	54907748F	21/09/2015	60501	208	191.54
MGC5058	55679928C	17/07/2015	55415	181 * XVII	53.20
MGK0136	55673699C	08/07/2015	55411	181 * XVII	53.20
MGO8686	55680415C	03/08/2015	51851	167	127.69
MHD1076	54068455N	03/09/2015	50020	257 8S	85.13
MHD1737	55673698C	08/07/2015	55411	181 * XVII	53.20
MHN5762	54906342F	06/08/2015	61220	214 * I	191.54
MHN5762	54906341F	06/08/2015	60501	208	191.54
MHO6616	54908068F	29/09/2015	73662	252 * VI	85.13



MHS3063	54906685F	27/07/2015	73662	252	*	VI	85.13
MJD3533	54907617F	09/09/2015	55090	181	*	XIII	85.13
MJU6972	55673581C	13/07/2015	55414	181	*	XVII	53.20
MJW9431	54907029F	10/08/2015	55500	181	*	XVIII	85.13
MKB8065	54906644F	20/08/2015	55680	181	*	XIX	127.69
MLF5864	54906501F	15/07/2015	55680	181	*	XIX	127.69
MLK7146	54906286F	26/09/2015	55500	181	*	XVIII	85.13
MMK9765	55678085C	25/07/2015	54521	181	*	VIII	127.69
MVH6238	54906958F	08/08/2015	54521	181	*	VIII	127.69
NKB9099	54906602F	23/07/2015	55411	181	*	XVII	53.20
OKF7185	54906522F	23/07/2015	73662	252	*	VI	85.12
QHG6546	54907743F	21/09/2015	54521	181	*	VIII	127.69
QIY2222	54065284N	20/08/2015	50020	257		8\$	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8714 1639/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8714 1639/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
FRL2028	54907263F	12/11/2015	67000	230 * XVI
FRL2028	54907262F	12/11/2015	50100	162 * I
LXI1801	54908306F	15/10/2015	67261	230 * XVIII
LXI1801	54908305F	15/10/2015	50100	162 * I
LXV4245	54908303F	15/10/2015	66371	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

FABIANO RIBEIRO DA ROCHA  
DELEGADO REGIONAL - 1A DRP

# **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8714 1640/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE - DEMUTRAN - GM - 283270

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8714 1640/2015.**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
JRF8826	54907466F	20/10/2015	55411	181 * XVII
JZG0140	55680434C	11/11/2015	61220	214 * I
LPU3044	54907857F	03/11/2015	60502	208
LWT5362	54908705F	06/11/2015	55250	181 * XV
LYE3181	54907462F	16/10/2015	51851	167
LZC8830	54908133F	15/10/2015	54521	181 * VIII
MBU1695	54908342F	12/11/2015	63941	220 * XIV
MBU1695	54908343F	12/11/2015	60502	208
MEH2093	55679676C	09/10/2015	55500	181 * XVIII
MEQ9874	55679244C	13/10/2015	55414	181 * XVII
MET7889	54908376F	15/10/2015	73662	252 * VI
MIM9091	54908301F	15/10/2015	55415	181 * XVII
MJA8330	54908709F	06/11/2015	60501	208
MKQ4638	55677691C	13/10/2015	55414	181 * XVII
MKW8932	54907758F	08/11/2015	54600	181 * IX
MKX9486	54908136F	15/10/2015	60501	208
MLK0050	54906381F	08/10/2015	57380	186 * II
QHL6321	54908152F	17/10/2015	55500	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### São José do Cedro

#### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8486 771/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8486 771/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AYV8328	54598325F	11/11/2015	73662	252 * VI
AYV8328	54598324F	11/11/2015	51851	167
CKZ6626	55873467D	26/10/2015	73662	252 * VI
HWQ3691	55873645D	09/11/2015	51851	167
IBU5129	54598388F	18/11/2015	65992	230 * V
IBU5129	54598387F	18/11/2015	51180	164 c/c 162 * I
IBU5129	54598386F	18/11/2015	50100	162 * I
IEA8100	55873283D	18/10/2015	52311	172
KOZ1921	55873599D	25/10/2015	51691	165
LXV0468	54598338F	13/11/2015	51851	167
MEZ2476	54598384F	13/11/2015	51851	167
MGQ1881	55873278D	16/10/2015	51180	164 c/c 162 * I
MIT8052	54598292F	09/11/2015	51851	167
MLD0195	54598330F	13/11/2015	65561	230 * I
MNC9426	54598322F	11/11/2015	55250	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE DO CEDRO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**SÃO LOURENÇO DO OESTE****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8116 1253/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8116 1253/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CQV0684	54249103E	25/09/2015	65992	230 * V	191.54
CQV0684	54249102E	25/09/2015	50450	162 * V	191.54

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SÃO LOURENÇO DO OESTE/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

CARLOS AUGUSTO ANDRADE MORBINI  
DELEGADO REGIONAL - 28A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8116 1251/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8116 1251/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

HOY6560	54249154E	03/11/2015	50100	162	*	I
HOY6560	54249155E	03/11/2015	51180	164	c/c	162 * I
KMP4582	54247877E	07/11/2015	66102	230	*	VII
MBR5309	54250430E	23/10/2015	51180	164	c/c	162 * I
MBR5309	54247826E	23/10/2015	65992	230	*	V
MBR5309	54247827E	23/10/2015	50100	162	*	I
MDH0791	54248356E	05/11/2015	51180	164	c/c	162 * I
MDH0791	54248355E	05/11/2015	50100	162	*	I
MDH0791	54249120E	05/11/2015	65992	230	*	V
MDW8614	54250375E	23/10/2015	50100	162	*	I
MDW8614	54250374E	23/10/2015	51180	164	c/c	162 * I
MDW8614	54247828E	23/10/2015	65992	230	*	V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO LOURENCO DO OESTE/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

CARLOS AUGUSTO ANDRADE MORBINI  
DELEGADO REGIONAL - 28A DRP

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8116 1252/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO LOURENCO D'OESTE - 283330

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8116 1252/2015.**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
HOY6560	54248084E	03/11/2015	52070	169
HOY6560	54248083E	03/11/2015	58350	195
HOY6560	54248082E	03/11/2015	60501	208
LYT1226	54248309E	18/10/2015	60501	208
MAF4128	54249047E	12/10/2015	54600	181 * IX
MAN8159	54248313E	07/11/2015	54284	181 * V
MAN8159	54248310E	04/11/2015	54284	181 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU

POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO LOURENCO DO OESTE/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

JUCIMAR JOSE GARBIN  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### SÃO MIGUEL DO OESTE

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8750 788/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL D'OESTE - ELETRONICO - 28

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8750 788/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AJD0930	8750231583	12/07/2015	74550	218 * I	85.12
AKK2413	8750232218	16/07/2015	60503	208	191.53
ALG8050	8750235661	25/08/2015	74550	218 * I	85.13
ALZ7701	8750231875	11/07/2015	60503	208	191.53
AWO2126	8750232662	22/07/2015	74550	218 * I	85.13
AXQ4559	8750236133	27/08/2015	60503	208	191.54
AZJ6299	8750237489	10/09/2015	74550	218 * I	85.13
AZV2135	8750236609	05/09/2015	74550	218 * I	85.13
BAO1661	8750231864	09/07/2015	74550	218 * I	85.12
BPL8991	8750238073	20/09/2015	74550	218 * I	85.13
CAO7566	8750236015	27/08/2015	60503	208	191.54
CBG8694	8750236453	01/09/2015	74550	218 * I	85.13
CCZ6456	8750232298	14/07/2015	56732	183	85.12
CRD8950	8750232793	25/07/2015	56732	183	85.13
DHO7424	8750231543	11/07/2015	74550	218 * I	85.12
DRC8437	8750232553	20/07/2015	74550	218 * I	85.13
DSR5301	8750232598	22/07/2015	74630	218 * II	127.69
EFP6298	8750232669	23/07/2015	74550	218 * I	85.13
FZV6430	8750237942	19/09/2015	74550	218 * I	85.13
GVV1567	8750238175	20/09/2015	74550	218 * I	85.13
IBN3059	8750232570	25/07/2015	74550	218 * I	85.13
IJO4228	8750231579	10/07/2015	74550	218 * I	85.12
IKL1845	8750231189	05/07/2015	74550	218 * I	85.12
IPK7301	8750235891	31/08/2015	74550	218 * I	85.13
IUH1309	8750232201	16/07/2015	74630	218 * II	127.69
IUR3043	8750232628	25/07/2015	74550	218 * I	85.13



IUU8817	8750236149	27/08/2015	74550	218	*	I	85.13
JAR0335	8750231922	11/07/2015	74630	218	*	II	127.69
JNL5384	8750232229	15/07/2015	60503	208			191.53
JZQ4211	8750235646	26/08/2015	74550	218	*	I	85.13
KAP0329	8750237875	20/09/2015	74630	218	*	II	127.69
KAP0329	8750238167	20/09/2015	60503	208			191.54
KAP0329	8750238014	20/09/2015	74630	218	*	II	127.69
KDI9032	8750236239	30/08/2015	74550	218	*	I	85.13
KQZ5234	8750238154	19/09/2015	60503	208			191.54
LXY2248	8750232181	18/07/2015	74550	218	*	I	85.12
LYT2670	8750235638	30/08/2015	74550	218	*	I	85.13
LZE4665	8750235759	25/08/2015	74550	218	*	I	85.13
MCK9829	8750235757	25/08/2015	74550	218	*	I	85.13
MCR5508	8750238220	17/09/2015	74550	218	*	I	85.13
MCT9373	8750236514	06/09/2015	74630	218	*	II	127.69
MCU6738	8750232403	09/07/2015	74550	218	*	I	85.12
MCZ7417	8750236361	05/09/2015	74550	218	*	I	85.13
MDR1755	8750231835	12/07/2015	74550	218	*	I	85.12
MDU9879	8750234165	10/08/2015	74550	218	*	I	85.13
MEP5154	8750236227	28/08/2015	74550	218	*	I	85.13
MEP7881	8750235890	30/08/2015	74550	218	*	I	85.13
MEZ0259	8750232887	21/07/2015	74550	218	*	I	85.13
MFA6151	8750231568	08/07/2015	74550	218	*	I	85.12
MFB1936	8750236521	06/09/2015	74550	218	*	I	85.13
MFI9448	8750232296	17/07/2015	60503	208			191.53
MFK6771	8750233846	04/08/2015	74550	218	*	I	85.13
MFK9126	8750235954	25/08/2015	74550	218	*	I	85.13
MFP4292	8750235889	30/08/2015	74550	218	*	I	85.13
MFV9103	8750235956	26/08/2015	74630	218	*	II	127.69
MGB4694	8750233842	10/08/2015	74630	218	*	II	127.69
MGF8433	8750235929	31/08/2015	60503	208			191.54
MGI7825	8750232539	22/07/2015	74710	218	*	III	574.61
MGI7825	8750232540	22/07/2015	74630	218	*	II	127.69
MGI7825	8750232543	22/07/2015	74710	218	*	III	574.61
MHA0249	8750233879	04/08/2015	74550	218	*	I	85.13
MHF2568	8750236326	02/09/2015	74550	218	*	I	85.13
MHF3968	8750233254	29/07/2015	74550	218	*	I	85.13
MHH9525	8750232889	21/07/2015	74550	218	*	I	85.13
MIB8865	8750236388	02/09/2015	74550	218	*	I	85.13
MIF8272	8750235724	27/08/2015	74550	218	*	I	85.13
MIQ0011	8750236333	05/09/2015	74550	218	*	I	85.13
MJF8639	8750231734	13/07/2015	74550	218	*	I	85.12
MJJ1144	8750236144	26/08/2015	60503	208			191.54
MJJ1144	8750237074	02/09/2015	74550	218	*	I	85.13
MJR0780	8750236843	05/09/2015	56732	183			85.13
MKF9699	8750235801	29/08/2015	74630	218	*	II	127.69
MLB9396	8750232791	24/07/2015	56732	183			85.13
MLB9396	8750232792	24/07/2015	60503	208			191.54
MLO7224	8750231698	08/07/2015	74550	218	*	I	85.12
MLO7476	8750236306	02/09/2015	74550	218	*	I	85.13
MLS7804	8750232585	20/07/2015	74630	218	*	II	127.69
MLU0838	8750200697	19/11/2014	74550	218	*	I	85.12
MLU0838	8750206508	29/12/2014	74550	218	*	I	85.12
MLU0838	8750217880	03/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MMA5704	8750231992	12/07/2015	60503	208			191.53
MXR6108	8750238222	17/09/2015	74550	218	*	I	85.13
NJW4258	8750230859	20/06/2015	74550	218	*	I	85.12
NPF0252	8750232775	24/07/2015	60503	208			191.54
OEVO223	8750237513	08/09/2015	74550	218	*	I	85.13
OKH5598	8750236018	26/08/2015	74550	218	*	I	85.13

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU



INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

JOAO CARLOS VALAR  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8750 787/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL D'OESTE - ELETRONICO - 28

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8750 787/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

ABW6878	8750239870	11/10/2015	74550	218 * I
ACS1731	8750240429	17/10/2015	74550	218 * I
AEF0201	8750240339	14/10/2015	74550	218 * I
AEF6813	8750242350	07/11/2015	74550	218 * I
AER8479	8750240102	09/10/2015	60503	208
AER8479	8750240153	07/10/2015	60503	208
AGD0017	8750239799	07/10/2015	74550	218 * I
AGM9280	8750239961	06/10/2015	60503	208
AHI6172	8750242353	07/11/2015	74550	218 * I
AJA9074	8750239652	07/10/2015	74550	218 * I
AJX2719	8750240800	18/10/2015	74550	218 * I
AKC8337	8750240140	09/10/2015	74550	218 * I
ANE4379	8750239630	09/10/2015	74630	218 * II
ANV5829	8750240142	10/10/2015	74550	218 * I
AOP9941	8750240596	13/10/2015	74550	218 * I
APG3895	8750240032	10/10/2015	56732	183
API7792	8750239774	07/10/2015	74550	218 * I
APV6962	8750242098	02/11/2015	74710	218 * III
APX3124	8750240502	13/10/2015	60503	208
AQX3682	8750242283	06/11/2015	74630	218 * II
ARU8183	8750240254	06/10/2015	74550	218 * I
AST8462	8750240268	10/10/2015	74550	218 * I
AUH9079	8750242368	02/11/2015	60503	208
AXQ5143	8750239375	02/10/2015	60503	208
AYI7656	8750241446	28/10/2015	74550	218 * I
AYL3059	8750240710	17/10/2015	60503	208

AYM1257	8750242160	02/11/2015	74550	218	*	I
AYP0281	8750240209	07/10/2015	74550	218	*	I
BAD8159	8750242310	02/11/2015	56732	183		
BNG4988	8750240015	06/10/2015	56732	183		
BQJ6782	8750240328	16/10/2015	74550	218	*	I
BRD5403	8750239999	08/10/2015	74550	218	*	I
CHH8942	8750239725	07/10/2015	74550	218	*	I
CKA8680	8750241025	24/10/2015	74550	218	*	I
COE4538	8750240653	13/10/2015	74550	218	*	I
CYL7966	8750240672	12/10/2015	60503	208		
DAJ1561	8750242481	04/11/2015	74550	218	*	I
DEN1054	8750242414	03/11/2015	60503	208		
DEY5864	8750241901	28/10/2015	74550	218	*	I
DGL2869	8750242417	04/11/2015	60503	208		
DID5465	8750240147	11/10/2015	74550	218	*	I
DJE7407	8750242437	05/11/2015	60503	208		
DLU0482	8750240350	17/10/2015	74550	218	*	I
DQI6504	8750241871	01/11/2015	74550	218	*	I
DRS6362	8750242309	02/11/2015	56732	183		
DVM5395	8750240037	11/10/2015	60503	208		
DWZ5901	8750242024	04/11/2015	74550	218	*	I
EJG2064	8750242241	06/11/2015	74550	218	*	I
EJG5365	8750241986	05/11/2015	74550	218	*	I
FOX9364	8750240739	15/10/2015	74550	218	*	I
HFP7527	8750239736	06/10/2015	74550	218	*	I
HKO4562	8750242393	06/11/2015	74550	218	*	I
HOE9762	8750238828	23/09/2015	74550	218	*	I
HOG8349	8750239138	04/10/2015	74550	218	*	I
HRP6468	8750240548	13/10/2015	74550	218	*	I
HTF8337	8750242494	06/11/2015	74550	218	*	I
ICF4492	8750242360	02/11/2015	74630	218	*	II
ICI2772	8750242018	02/11/2015	74630	218	*	II
ICX7554	8750242028	05/11/2015	74550	218	*	I
IDB6895	8750241979	08/11/2015	74550	218	*	I
IEH2572	8750240115	10/10/2015	74550	218	*	I
IGG1669	8750242003	08/11/2015	74630	218	*	II
IIS7141	8750240453	13/10/2015	74550	218	*	I
IIU9759	8750240063	11/10/2015	74550	218	*	I
IIU9759	8750239860	11/10/2015	74550	218	*	I
IJB6677	8750239766	06/10/2015	74630	218	*	II
IJF7843	8750239173	04/10/2015	74550	218	*	I
ILH1940	8750239814	09/10/2015	74630	218	*	II
INQ9572	8750240820	18/10/2015	74550	218	*	I
IOI0245	8750242166	03/11/2015	74550	218	*	I
IQL3745	8750240007	09/10/2015	60503	208		
IRJ3699	8750241763	31/10/2015	60503	208		
IRO9792	8750240117	11/10/2015	74550	218	*	I
ISM0014	8750240238	07/10/2015	74550	218	*	I
ITC8146	8750240874	23/10/2015	74550	218	*	I
ITE3877	8750242412	02/11/2015	60503	208		
ITF3829	8750240121	11/10/2015	74550	218	*	I
IUL2862	8750239808	09/10/2015	74550	218	*	I
IVV8420	8750242031	06/11/2015	74550	218	*	I
IWA2018	8750238651	23/09/2015	56732	183		
IWA2018	8750238783	24/09/2015	60503	208		
IWB5359	8750241744	29/10/2015	74550	218	*	I
IXT8899	8750240581	17/10/2015	74630	218	*	II
JDV0122	8750242099	02/11/2015	74550	218	*	I
JPV6851	8750242159	02/11/2015	74550	218	*	I
KEU0202	8750239608	05/10/2015	74550	218	*	I
KWZ0236	8750242035	08/11/2015	74550	218	*	I
LWW9843	8750240417	14/10/2015	74630	218	*	II
LXK0270	8750239592	06/10/2015	74550	218	*	I

LXR4404	8750240159	09/10/2015	60503	208	
LXU5236	8750240361	16/10/2015	74550	218	* I
LXV2667	8750240492	18/10/2015	74550	218	* I
LYD1188	8750239605	06/10/2015	74550	218	* I
LYD1188	8750239740	06/10/2015	74550	218	* I
LYD1188	8750239996	06/10/2015	60503	208	
LYR2232	8750240754	13/10/2015	60503	208	
LYT1875	8750239846	09/10/2015	60503	208	
LYW7610	8750240187	05/10/2015	74630	218	* II
LYW7610	8750240633	18/10/2015	74550	218	* I
LYZ6887	8750239940	10/10/2015	74550	218	* I
LZF1652	8750239970	09/10/2015	56732	183	
LZW6565	8750239806	08/10/2015	74550	218	* I
LZX2260	8750242372	03/11/2015	74550	218	* I
MAG6657	8750242483	04/11/2015	74550	218	* I
MAQ7993	8750239590	06/10/2015	74550	218	* I
MAY0656	8750239721	07/10/2015	74550	218	* I
MBJ9801	8750242306	08/11/2015	60503	208	
MBK0318	8750242286	03/11/2015	60503	208	
MBS3488	8750240315	12/10/2015	74550	218	* I
MBS6294	8750240966	21/10/2015	74550	218	* I
MBV7742	8750241311	21/10/2015	74550	218	* I
MBV9495	8750240009	09/10/2015	60503	208	
MBW0235	8750239718	06/10/2015	74630	218	* II
MBY6236	8750242072	07/11/2015	74550	218	* I
MCG8948	8750239960	11/10/2015	74550	218	* I
MCH9783	8750239879	05/10/2015	74550	218	* I
MCL7190	8750239777	07/10/2015	74550	218	* I
MCQ1292	8750240028	10/10/2015	60503	208	
MCU5021	8750239576	06/10/2015	74550	218	* I
MCV2835	8750240772	15/10/2015	74550	218	* I
MCX1078	8750239859	11/10/2015	74550	218	* I
MCZ6559	8750240038	06/10/2015	74550	218	* I
MDF4674	8750239776	07/10/2015	74550	218	* I
MDM6087	8750240667	18/10/2015	60503	208	
MDU3171	8750242488	04/11/2015	74550	218	* I
MDZ8565	8750240247	11/10/2015	74630	218	* II
MEA1343	8750242205	02/11/2015	74550	218	* I
MEB6330	8750239989	10/10/2015	60503	208	
MED4895	8750242110	04/11/2015	74630	218	* II
MEF4956	8750240005	09/10/2015	56732	183	
MEF9646	8750242291	07/11/2015	60503	208	
MEG1932	8750242004	04/11/2015	74550	218	* I
MEK8504	8750242147	02/11/2015	74550	218	* I
MEO0696	8750240764	15/10/2015	74550	218	* I
MET1885	8750239962	11/10/2015	60503	208	
MEW3535	8750240256	10/10/2015	74550	218	* I
MFK8464	8750239965	11/10/2015	74550	218	* I
MFN6152	8750240396	17/10/2015	74550	218	* I
MFO2088	8750241458	30/10/2015	74550	218	* I
MFU2153	8750239707	05/10/2015	74550	218	* I
MFU2867	8750239892	10/10/2015	74550	218	* I
MFV3089	8750239724	07/10/2015	74550	218	* I
MFV3089	8750239651	07/10/2015	74550	218	* I
MFV3089	8750239770	07/10/2015	74630	218	* II
MFY3555	8750240152	07/10/2015	60503	208	
MGG4779	8750239585	07/10/2015	74550	218	* I
MGK1788	8750239649	06/10/2015	74550	218	* I
MGK8176	8750242328	02/11/2015	60503	208	
MGL0455	8750242400	08/11/2015	74550	218	* I
MGO2608	8750242452	04/11/2015	60503	208	
MGR1467	8750239610	07/10/2015	74630	218	* II
MHD2328	8750241756	31/10/2015	60503	208	

MHH4848	8750239748	07/10/2015	74550	218	*	I
MHH9764	8750240408	12/10/2015	74550	218	*	I
MHL7466	8750242289	06/11/2015	56732	183		
MHQ3501	8750239757	05/10/2015	74550	218	*	I
MIG4549	8750239598	10/10/2015	74550	218	*	I
MI I2833	8750240552	14/10/2015	74550	218	*	I
MIJ5252	8750240025	08/10/2015	56732	183		
MIW3754	8750239693	07/10/2015	74630	218	*	II
MIW9088	8750242262	08/11/2015	74630	218	*	II
MJA4050	8750240168	11/10/2015	60503	208		
MJF0234	8750241543	28/10/2015	74550	218	*	I
MJH0412	8750240531	12/10/2015	74550	218	*	I
MJI0685	8750239950	11/10/2015	74550	218	*	I
MJK4114	8750242029	05/11/2015	74550	218	*	I
MJS4483	8750239827	07/10/2015	74630	218	*	II
MJU1200	8750239638	10/10/2015	74550	218	*	I
MKC4963	8750240551	13/10/2015	74550	218	*	I
MKC5065	8750242369	02/11/2015	74550	218	*	I
MKC5065	8750242380	04/11/2015	74550	218	*	I
MKC6040	8750242399	08/11/2015	74550	218	*	I
MKC6040	8750242074	08/11/2015	74630	218	*	II
MKM0601	8750239868	11/10/2015	74550	218	*	I
MKO1339	8750239853	10/10/2015	74550	218	*	I
MKP0117	8750240399	18/10/2015	74550	218	*	I
MKS6449	8750242128	07/11/2015	74550	218	*	I
MKS6449	8750241982	07/11/2015	74550	218	*	I
MLD3819	8750240016	06/10/2015	60503	208		
MLG5124	8750239661	09/10/2015	74550	218	*	I
MLJ2139	8750239597	10/10/2015	74550	218	*	I
MLS7804	8750240580	17/10/2015	74550	218	*	I
MLT8413	8750242256	08/11/2015	74550	218	*	I
MLV0925	8750239653	07/10/2015	74550	218	*	I
MLV5244	8750242453	04/11/2015	60503	208		
MLW5428	8750242146	02/11/2015	60503	208		
MLX6311	8750239723	07/10/2015	74550	218	*	I
MMJ4571	8750240486	18/10/2015	74550	218	*	I
MML3825	8750239903	05/10/2015	74550	218	*	I
MNI7714	8750238510	23/09/2015	74630	218	*	II
MWO6653	8750242477	03/11/2015	74550	218	*	I
NAN5001	8750241053	25/10/2015	74550	218	*	I
NCM5499	8750239781	08/10/2015	74550	218	*	I
NDY3429	8750239499	02/10/2015	74550	218	*	I
NPF0949	8750242163	02/11/2015	74550	218	*	I
OCV7963	8750239779	07/10/2015	74550	218	*	I
OMY1517	8750242054	05/11/2015	74550	218	*	I
OOM5525	8750242199	02/11/2015	56732	183		
OOM5525	8750242431	02/11/2015	60503	208		
QHA4903	8750239866	11/10/2015	74630	218	*	II
QHA7884	8750240646	12/10/2015	60503	208		
QHG7837	8750239686	06/10/2015	74550	218	*	I
QHG9342	8750239939	10/10/2015	74550	218	*	I
QHH0601	8750239998	07/10/2015	56732	183		
QHN2462	8750240185	05/10/2015	74550	218	*	I
QHO7855	8750240248	12/10/2015	74550	218	*	I

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

JOAO CARLOS VALAR  
AUTORIDADE DE TRANSITO

---

**São PEDRO DE ALCÂNTARA**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 200/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 200/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa      N.Auto      Data Infr.      Infr/Desd.      Enquadramento  
-----

MAY5831 54832778C 24/10/2015 50100 162 \* I  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

SANDRA MARA PEREIRA  
DELEGADA DE POLICIA

**SCHROEDER****EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 778/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 778/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AFS0809	54171087F	11/11/2015	65992	230 * V
AGA8945	54170816F	17/11/2015	67261	230 * XVIII
CIG7716	54533390E	13/11/2015	67261	230 * XVIII
CIG7716	54533389E	13/11/2015	65992	230 * V
LYV4451	54170852F	19/10/2015	54523	181 * VIII
LYY1085	54171095F	12/11/2015	65992	230 * V
LZA1288	54171086F	07/11/2015	50100	162 * I
MBS4375	54171511F	10/11/2015	54521	181 * VIII
MFL1976	54171598F	28/09/2015	69120	232
MGN6512	54171096F	12/11/2015	55250	181 * XV
MHL8258	54171098F	14/11/2015	65992	230 * V
MLS3307	54171617F	09/11/2015	66020	230 * VI
MLY8245	54170919F	11/11/2015	67261	230 * XVIII
NGG0304	54171097F	12/11/2015	55250	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SCHROEDER/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

DANIEL FERREIRA DIAS  
DELEGADO DE POLICIA



**SERRA ALTA****EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8458 252/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8458 252/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DMP2434	55616556C	20/10/2015	59670	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SERRA ALTA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

RONALDO NECKENL MORETO  
DELEGADO DE POLICIA

**SIDERÓPOLIS****EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 794/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 794/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.



SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-  
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

CSE1696	55115167E	08/11/2015	50100	162 * I
CSE1696	55115168E	08/11/2015	66290	230 * VIII
CSE1696	55115169E	08/11/2015	69120	232
LYY9665	55115161E	08/11/2015	50100	162 * I
LYY9665	55115162E	08/11/2015	65992	230 * V
MAY1409	55115028E	26/10/2015	66372	230 * IX
MBB8173	55115199E	18/11/2015	50100	162 * I
MBB8173	55115200E	18/11/2015	65992	230 * V
MBG1237	55115182E	14/11/2015	65992	230 * V
MBG1237	55115185E	14/11/2015	50100	162 * I
MGI0352	55115186E	15/11/2015	50100	162 * I
MGI0352	55115187E	15/11/2015	66532	230 * XI
MGI0352	55115188E	15/11/2015	69120	232
MIS5057	55115119E	25/10/2015	65992	230 * V
MJW5122	55115181E	14/11/2015	50100	162 * I
MKW8924	55115177E	10/11/2015	70481	244 * II

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU  
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO  
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS  
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA)  
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE  
EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

JORGE LUIZ KOCH  
DELEGADO DE POLICIA

---

### SUL BRASIL

---

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8484 156/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8484 156/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI  
N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,  
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA  
AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO  
QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a.  
INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa  
-----  
LXS7216 55606302C 30/06/2015 51930 168 191.53  
-----

LXS7216	55606314C	12/09/2015	65992	230 * V	191.54
MGS2982	55606310C	12/09/2015	65992	230 * V	191.54

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SUL BRASIL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

RONALDO NECKENL MORETO  
DELEGADO DE POLICIA

---

### TIGRINHOS

---

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8781 97/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8781 97/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

DFJ2824	55863137D	24/10/2015	65992	230 * V
---------	-----------	------------	-------	---------

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIGRINHOS/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO DE POLICIA

**TIMBÉ DO SUL****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 462/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 462/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ALO0833	54926253F	02/08/2015	50100	162 * I	574.61
ALO0833	54926254F	02/08/2015	51180	164 c/c 162 * I	574.61
ALO0833	54926255F	02/08/2015	64080	221	85.13
MFV2241	54322953E	22/07/2015	69120	232	53.20
MHI5436	54926317F	08/09/2015	54522	181 * VIII	127.69
MID3869	54322931E	09/09/2015	50100	162 * I	574.61
MID3869	54322933E	09/09/2015	65992	230 * V	191.54
MID3869	54322934E	09/09/2015	66371	230 * IX	127.69
MID3869	54322935E	09/09/2015	66532	230 * XI	127.69
MKE5071	54926320F	08/09/2015	54522	181 * VIII	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

ANDRE GAZZONI COUTRO  
DELEGADO DE POLICIA

**TIMBÓ****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8098 1961/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8098 1961/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXN4651	54723434E	17/07/2015	50100	162 * I	574.61
LXN4651	54723435E	17/07/2015	67261	230 * XVIII	127.69
LYB3957	54723810E	19/07/2015	50100	162 * I	574.61
LZP1130	54723814E	19/07/2015	69120	232	53.20
LZZ7986	54724285E	04/09/2015	65992	230 * V	191.54
MAW2754	54723541E	17/07/2015	65992	230 * V	191.53
MAW2754	54723542E	17/07/2015	50100	162 * I	574.61
MBG7506	54724272E	01/09/2015	65992	230 * V	191.54
MCN8335	55701352E	17/07/2015	66372	230 * IX	127.69
MCR5151	54723910E	19/07/2015	65992	230 * V	191.54
MCV7023	54723436E	17/07/2015	65992	230 * V	191.53
MFQ7156	54723815E	19/07/2015	50100	162 * I	574.61
MKV9913	54723437E	17/07/2015	69120	232	53.20
MMK0018	54724379E	01/09/2015	73233	252 * II	85.13

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO  
DELEGADO DE POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8098 1962/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBO - DEMUTRAN - 283570

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8098 1962/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAE1335	54724389E	04/09/2015	55415	181 * XVII	53.20
MCN8335	55701353E	17/07/2015	51851	167	127.69
MMU2643	54069809N	09/09/2015	50020	257 8S	127.69

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

FABIANO MARTINS ADRIANO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8756 650/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBO - DEMUTRAN - ELETRONICO - 2835

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8756 650/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AXL1586	8756060992	01/09/2015	74550	218 * I	85.13
BMK3089	8756059097	31/07/2015	74550	218 * I	85.13
ETX4943	8756062391	27/09/2015	74550	218 * I	85.13
HNA3651	8756058673	19/07/2015	60503	208	191.53
IEV0727	8756060485	28/08/2015	74630	218 * II	127.69
IHE4536	8756058662	18/07/2015	60503	208	191.53
LYB3957	8756061639	16/09/2015	74550	218 * I	85.13
LYB3957	8756061679	17/09/2015	74550	218 * I	85.13
LYB3957	8756058331	11/07/2015	60503	208	191.53
LYB3957	8756062363	26/09/2015	74550	218 * I	85.13
LYB3957	8756062367	26/09/2015	74550	218 * I	85.13
LYB3957	8756061784	15/09/2015	74550	218 * I	85.13
LYB3957	8756062121	24/09/2015	74550	218 * I	85.13
LYO6010	8756062424	24/09/2015	74550	218 * I	85.13
LZG1639	8756061631	15/09/2015	56732	183	85.13
LZI6693	8756060546	25/08/2015	56732	183	85.13
LZQ8109	8756058389	10/07/2015	74550	218 * I	85.12
MAA4356	8756060483	27/08/2015	74550	218 * I	85.13
MBG6542	8756060508	29/08/2015	74550	218 * I	85.13
MBP5735	8756058757	24/07/2015	74550	218 * I	85.13
MBV9550	8756058272	12/07/2015	60503	208	191.53
MCJ2858	54059137N	20/07/2015	50020	257 8S	85.12
MCY5325	8756062435	22/09/2015	74550	218 * I	85.13
MEJ0826	8756061722	20/09/2015	56732	183	85.13
MEZ2891	8756062402	27/09/2015	74550	218 * I	85.13
MFI6187	8756058350	12/07/2015	56732	183	85.12

MGE6076	8756058622	14/07/2015	56732	183		85.12
MGT0776	8756061892	19/09/2015	74550	218	* I	85.13
MHH9786	8756058460	13/07/2015	56732	183		85.12
MHM7792	8756058197	10/07/2015	74550	218	* I	85.12
MHQ7506	8756058251	10/07/2015	60503	208		191.53
MIB4016	54065200N	20/08/2015	50020	257	8\$	85.12
MIC8794	8756060609	28/08/2015	60503	208		191.54
MIG1222	8756061994	25/09/2015	74630	218	* II	127.69
MIG1222	8756062417	25/09/2015	74550	218	* I	85.13
MIO8043	8756060504	28/08/2015	74550	218	* I	85.13
MIS6851	8756062353	26/09/2015	60503	208		191.54
MIT1125	8756058359	08/07/2015	60503	208		191.53
MIT3042	8756058282	12/07/2015	56732	183		85.12
MIT3046	8756062120	24/09/2015	56732	183		85.13
MIY4832	8756060475	30/08/2015	74550	218	* I	85.13
MJG2018	8756058392	09/07/2015	56732	183		85.12
MJJ2498	8756058559	17/07/2015	60503	208		191.53
MJQ1606	8756059521	01/08/2015	56732	183		85.13
MKU3212	8756060707	27/08/2015	74550	218	* I	85.13
MLG2106	8756061630	15/09/2015	74550	218	* I	85.13
MLP4327	8756062422	23/09/2015	74550	218	* I	85.13
MLR3732	8756060514	24/08/2015	56732	183		85.13
MMI5143	8756058661	18/07/2015	56732	183		85.12
MMK6133	8756058340	11/07/2015	60503	208		191.53
MML0221	8756062286	24/09/2015	74550	218	* I	85.13
MML3805	8756061597	14/09/2015	56732	183		85.13
OKG9316	8756062439	24/09/2015	74550	218	* I	85.13

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

FABIANO MARTINS ADRIANO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8098 1959/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8098 1959/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.



Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BQA3107	55701282E	13/11/2015	67691	230 * XXII
BYG1387	55700782E	09/11/2015	65992	230 * V
HSA7788	54723847E	03/11/2015	65992	230 * V
LZO9362	54724229E	03/11/2015	67261	230 * XVIII
MAR9179	55701283E	13/11/2015	65992	230 * V
MCM6818	54724230E	03/11/2015	67261	230 * XVIII
MCM6818	54724231E	03/11/2015	66020	230 * VI
MEB5050	55701164E	06/11/2015	51691	165
MIP5228	54724294E	05/11/2015	69120	232
MJB8699	55700851E	08/11/2015	50100	162 * I
MJB8699	55700852E	08/11/2015	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO  
DELEGADO DE POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8098 1960/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBO - DEMUTRAN - 283570

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8098 1960/2015.**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MEB5050	55701163E	06/11/2015	52400	173

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.



OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

FABIANO MARTINS ADRIANO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8756 649/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBO - DEMUTRAN - ELETRONICO - 2835

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8756 649/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

AIN8564	8756063102	10/10/2015	74550	218 * I
AIS2564	8756064129	02/11/2015	74550	218 * I
AJP5520	8756063295	17/10/2015	56732	183
AJR4301	8756064531	08/11/2015	60503	208
ALY3419	8756064185	07/11/2015	74550	218 * I
AMP5195	8756064127	02/11/2015	74550	218 * I
AOI9751	8756063850	27/10/2015	60503	208
APR4454	8756064267	05/11/2015	56732	183
BOH6204	8756063355	13/10/2015	74630	218 * II
CON0267	8756063245	14/10/2015	56732	183
CRM7076	8756064437	06/11/2015	60503	208
DGB6051	8756063083	09/10/2015	74550	218 * I
DRL4243	8756063124	11/10/2015	74630	218 * II
DUM0869	8756062948	08/10/2015	60503	208
EVR6758	8756063047	05/10/2015	74550	218 * I
HPO8708	8756064135	05/11/2015	74550	218 * I
IFF8622	8756062041	21/09/2015	56732	183
IFW9727	8756064483	07/11/2015	60503	208
IIL0191	8756064436	06/11/2015	60503	208
IKG0959	8756062986	10/10/2015	74550	218 * I
IKV9545	8756064439	06/11/2015	74630	218 * II
LVG4209	8756064005	31/10/2015	60503	208
LWZ9824	8756063250	14/10/2015	60503	208
LXA8240	8756064236	04/11/2015	60503	208
LXH8261	8756064166	03/11/2015	74550	218 * I
LYM3733	8756064176	06/11/2015	74550	218 * I
LYM3733	8756064540	04/11/2015	74550	218 * I
LYM5039	8756063061	07/10/2015	74550	218 * I
LYS7042	8756064501	07/11/2015	74630	218 * II
LYS7235	8756064551	05/11/2015	74550	218 * I

LYS7235	8756064173	04/11/2015	74550	218	*	I
LYW0172	8756064142	06/11/2015	74550	218	*	I
LZC6108	8756064196	06/11/2015	74550	218	*	I
LZE0008	8756064492	07/11/2015	60503	208		
LZL5051	8756064206	02/11/2015	74550	218	*	I
LZQ4801	8756063387	16/10/2015	74550	218	*	I
MAM0677	8756064556	06/11/2015	74550	218	*	I
MBN4894	54083169N	17/11/2015	50020	257	8\$	
MBO9632	8756064231	03/11/2015	60503	208		
MBS4170	8756063762	28/10/2015	74550	218	*	I
MBS9890	8756064490	07/11/2015	60503	208		
MCG8289	8756064200	07/11/2015	74550	218	*	I
MCI8695	8756063234	14/10/2015	56732	183		
MCU1474	8756062877	08/10/2015	74550	218	*	I
MDF9162	8756063475	25/10/2015	74630	218	*	II
MDG4260	8756063039	08/10/2015	74550	218	*	I
MDM1983	8756064354	02/11/2015	74550	218	*	I
MDN5891	8756063143	17/10/2015	74550	218	*	I
MDR9127	8756064452	06/11/2015	60503	208		
MDS2027	8756064163	02/11/2015	74550	218	*	I
MDV6521	8756063650	25/10/2015	56732	183		
MEC3741	8756064498	07/11/2015	74630	218	*	II
MEG5169	8756062849	11/10/2015	74550	218	*	I
MEM1059	8756063096	10/10/2015	74550	218	*	I
MEU0797	8756063731	24/10/2015	74550	218	*	I
MEZ5026	8756064167	04/11/2015	74550	218	*	I
MFC0052	8756063486	22/10/2015	74550	218	*	I
MFY6744	8756063909	30/10/2015	60503	208		
MGA3284	8756064497	07/11/2015	74550	218	*	I
MGS1521	8756064180	06/11/2015	74550	218	*	I
MGW0076	8756063034	11/10/2015	74550	218	*	I
MGZ2481	8756063063	07/10/2015	56732	183		
MHB6987	8756064149	02/11/2015	74550	218	*	I
MHE9111	8756062863	06/10/2015	74550	218	*	I
MHN0111	8756064302	07/11/2015	74550	218	*	I
MHO9718	8756063656	25/10/2015	60503	208		
MHQ7905	8756063071	08/10/2015	74550	218	*	I
MIC8595	8756063011	11/10/2015	74550	218	*	I
MIC8595	8756064328	08/11/2015	74550	218	*	I
MIM1738	8756062702	02/10/2015	56732	183		
MIQ3053	8756064318	08/11/2015	56732	183		
MIX6507	8756062643	03/10/2015	74550	218	*	I
MJB1401	8756064420	05/11/2015	74550	218	*	I
MJM8609	8756064230	03/11/2015	56732	183		
MJS8467	8756064133	04/11/2015	74550	218	*	I
MJZ9848	8756062979	09/10/2015	74550	218	*	I
MKH0321	8756062390	27/09/2015	74550	218	*	I
MKU0120	8756063605	22/10/2015	60503	208		
MKV5621	8756064530	08/11/2015	74550	218	*	I
MLP4327	8756064489	07/11/2015	74550	218	*	I
MLS6994	8756064399	04/11/2015	74550	218	*	I
MLS6994	8756064358	02/11/2015	74550	218	*	I
MLV6568	8756063438	15/10/2015	74630	218	*	II
MLX7115	8756064441	06/11/2015	60503	208		
MMC8708	8756062882	10/10/2015	74550	218	*	I
MMM6013	8756063570	21/10/2015	56732	183		
OLX9837	8756064168	04/11/2015	74550	218	*	I
QHE7478	8756064371	03/11/2015	60503	208		
QHF8830	8756064128	02/11/2015	74550	218	*	I

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

FABIANO MARTINS ADRIANO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### TIMBÓ GRANDE

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8240 354/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8240 354/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ALY2812	54633379C	18/03/2013	65992	230 * V	191.53
ICR3400	55620012D	02/08/2013	65992	230 * V	191.53
IEV8099	55619745D	03/08/2014	67261	230 * XVIII	127.69
IEV8099	55619748D	03/08/2014	65992	230 * V	191.53
JZW7154	55619732D	25/05/2014	51691	165	1915.38
JZW7154	55619733D	25/05/2014	50100	162 * I	574.61
JZW7154	55619735D	25/05/2014	65992	230 * V	191.53
MAL5424	55619582D	13/07/2013	50100	162 * I	574.61
MDL1633	55620041D	04/11/2013	50100	162 * I	574.61
MDL1633	55620043D	04/11/2013	69120	232	53.20
MDL1633	55620044D	04/11/2013	70302	244 * I	191.53
MDL1633	55619528D	17/07/2013	65992	230 * V	191.53
MDL1633	55619529D	17/07/2013	50100	162 * I	574.61
MDL1633	55619530D	17/07/2013	70302	244 * I	191.53
MDL1633	55619531D	17/07/2013	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MDZ3291	55619552D	01/04/2013	65992	230 * V	191.53
MEJ4269	55619553D	01/04/2013	51851	167	127.69
MEM7719	55619729D	15/05/2014	65992	230 * V	191.53
MFK7797	55619536D	23/07/2013	65992	230 * V	191.53
MFK7797	55619537D	23/07/2013	50100	162 * I	574.61
MFK7797	55619538D	23/07/2013	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MFL6748	55620047D	07/11/2013	66371	230 * IX	127.69
MFV0593	55619581D	07/07/2013	55411	181 * XVII	53.20
MHB1632	55620001D	18/06/2013	65992	230 * V	191.53
MHW4283	55619851D	29/03/2014	50100	162 * I	574.61
MIE0198	54633293C	27/09/2011	73400	252 * IV	85.12
MJE4304	54633400C	18/06/2013	65992	230 * V	191.53

OKH2195	55620072D	20/10/2014	52070	169		53.20
OKH2195	55620073D	20/10/2014	70561	244	* III	191.53
OKH2195	55620074D	20/10/2014	52583	174		957.69
OKH2195	55620075D	20/10/2014	52151	170		191.53

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO GRANDE/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

FABIANO LOCATELLI  
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8240 353/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8240 353/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AMJ3119	55619947D	28/10/2015	50450	162 * V
MEB1367	55620235D	22/11/2015	52583	174
MMC2852	55619838D	04/10/2015	50100	162 * I

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO GRANDE/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

FABIANO LOCATELLI  
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

**TRÊS BARRAS****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8202 716/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8202 716/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ALO0963	55551025E	03/10/2015	65992	230 * V	191.54
MGZ2510	55551253E	18/07/2015	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TRES BARRAS/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

RUI ORESTES KISNIR  
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8202 715/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8202 715/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

ACV7144	55551100E	15/11/2015	66102	230	*	VII
ACV7144	55552301E	15/11/2015	67261	230	*	XVIII
AGZ4850	55551577E	24/10/2015	65992	230	*	V
AGZ4850	55551578E	24/10/2015	50100	162	*	I
AGZ4850	55551579E	24/10/2015	51180	164	c/c	162 * I
AHJ2320	55551498E	28/10/2015	66700	230	*	XIII
ANY3023	55552213E	11/11/2015	73400	252	*	IV
CDU7973	55551482E	19/10/2015	66700	230	*	XIII
DEN4927	55552215E	11/11/2015	73662	252	*	VI
LYC1118	55551093E	10/11/2015	65992	230	*	V
MAJ9771	55551080E	25/10/2015	65300	228		
MDV8565	55551492E	26/10/2015	52070	169		
MHE9074	55551098E	12/11/2015	65992	230	*	V
MIP0628	55551859E	11/11/2015	65992	230	*	V
MKD9813	55551398E	11/10/2015	52070	169		
MKD9813	55551634E	15/10/2015	73400	252	*	IV
MKD9813	55551633E	15/10/2015	64080	221		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TRES BARRAS/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

RUI ORESTES KISNIR  
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

### TREZE TÍLIAS

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8344 581/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TREZE TILIAS - ORTTRE - 283630

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8344 581/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDK9164	55193046E	28/09/2015	51851	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENA-



LIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARA-  
 GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DI-  
 AS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
 OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE  
 EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

KARINA BOESING KUCERA  
 DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8731 770/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE TREZE TILIAS - ORTTRE - ELETRONICO -

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
 DE INFRACAO DE TRANSITO N.8731 770/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI  
 N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,  
 NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA  
 AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO  
 QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a.  
 INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ART0358	8731035948	17/09/2015	74630	218 * II	127.69
BEL8405	8731033517	14/07/2015	74550	218 * I	85.13
DIL8341	8731033060	07/07/2015	74550	218 * I	85.12
ICO8367	8731033437	10/07/2015	74630	218 * II	127.69
LYE4688	8731035445	29/08/2015	74550	218 * I	85.13
MBP5534	8731035341	26/08/2015	74630	218 * II	127.69
MCR0306	8731033976	19/07/2015	74550	218 * I	85.13
MCR0306	8731033873	19/07/2015	74550	218 * I	85.13
MDE4771	8731035430	29/08/2015	74550	218 * I	85.13
MET1406	8731036147	27/09/2015	74550	218 * I	85.13
MFL2619	8731034014	25/07/2015	74550	218 * I	85.13
MFL8697	54074050N	28/09/2015	50020	257 8S	85.13
MHJ9771	8731032680	03/07/2015	74550	218 * I	85.12
MIA3935	8731033471	12/07/2015	74550	218 * I	85.12
MJE8503	8731036068	21/09/2015	74550	218 * I	85.13
MJG2453	8731032891	03/07/2015	74550	218 * I	85.12
MJJ9298	8731036105	25/09/2015	74550	218 * I	85.13
MKY6955	8731035372	24/08/2015	74550	218 * I	85.13
MLO0680	8731032940	11/07/2015	74550	218 * I	85.12
MLQ5745	8731033625	14/07/2015	74550	218 * I	85.13
MLX7474	8731032820	05/07/2015	74550	218 * I	85.12
MML5683	8731035915	14/09/2015	74630	218 * II	127.69
MZB3525	8731033405	08/07/2015	74630	218 * II	127.69
MZB3525	8731033412	08/07/2015	74630	218 * II	127.69
MZB3525	8731033665	15/07/2015	74550	218 * I	85.13
MZB3525	8731033911	15/07/2015	74630	218 * II	127.69
MZB3525	8731033912	15/07/2015	74630	218 * II	127.69
MZB3525	8731033510	15/07/2015	74630	218 * II	127.69
OKF5266	8731033735	16/07/2015	74550	218 * I	85.13



TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

KARINA BOESING KUCERA  
DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8344 580/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TREZE TILIAS - ORTTRE - 283630

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8344 580/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.  
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CPR6963	55192507E	14/11/2015	51930	168
MAT5438	55193123E	20/11/2015	51851	167
MFN1359	55193052E	05/11/2015	54521	181 * VIII
MGZ7926	55192516E	19/11/2015	57380	186 * II
MIC2839	55193125E	20/11/2015	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

KARINA BOESING KUCERA  
DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8731 769/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREZE TILIAS - ORTTRE - ELETRONICO -

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8731 769/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

AKA4257	8731037095	31/10/2015	74550	218 * I
APT3082	8731037030	26/10/2015	74550	218 * I
APT3082	8731037275	03/11/2015	74550	218 * I
ASP0670	8731037186	01/11/2015	74550	218 * I
ASU9780	8731037122	28/10/2015	74550	218 * I
AVL2722	8731037167	31/10/2015	74550	218 * I
AVL2722	8731037091	31/10/2015	74550	218 * I
AVL2722	8731037313	06/11/2015	74550	218 * I
AVL2722	8731037314	07/11/2015	74550	218 * I
AVL2722	8731037344	02/11/2015	74550	218 * I
AVL2722	8731037373	06/11/2015	74550	218 * I
AVU9601	8731036559	10/10/2015	74550	218 * I
AWA8563	8731037351	02/11/2015	74550	218 * I
AWW8820	8731037036	26/10/2015	74630	218 * II
BDM2701	8731037080	31/10/2015	74630	218 * II
CDA9522	8731037200	01/11/2015	74550	218 * I
CDA9522	8731037150	31/10/2015	74550	218 * I
CIR8504	8731037363	04/11/2015	74630	218 * II
CXA0246	8731037255	05/11/2015	74550	218 * I
DTP4225	8731037041	27/10/2015	74550	218 * I
FIX7633	8731037121	28/10/2015	74710	218 * III
GSO2295	8731037054	28/10/2015	74550	218 * I
GSO2295	8731037289	04/11/2015	74550	218 * I
IHF5517	8731037376	06/11/2015	74630	218 * II
JKA7795	8731037248	04/11/2015	74630	218 * II
LWY7154	8731037323	07/11/2015	74550	218 * I
LXK8741	8731037338	02/11/2015	74630	218 * II
LZE4451	8731037097	31/10/2015	74550	218 * I
MBE0864	8731037077	30/10/2015	74550	218 * I
MBE7144	8731037111	27/10/2015	74550	218 * I
MBE7144	8731037112	27/10/2015	74630	218 * II
MBK5841	8731037219	06/11/2015	74550	218 * I
MBZ0216	8731037305	05/11/2015	74550	218 * I
MCT8452	8731037384	08/11/2015	74630	218 * II
MEL9716	8731037066	29/10/2015	74550	218 * I
MET2069	8731037221	08/11/2015	74550	218 * I
MFE0409	8731037171	31/10/2015	74550	218 * I
MFS6975	8731037324	07/11/2015	74550	218 * I
MFU5452	8731037212	01/11/2015	74550	218 * I
MFV9860	8731037386	08/11/2015	74630	218 * II
MGE1025	8731037138	30/10/2015	74550	218 * I

MGE1025	8731037209	01/11/2015	74550	218	*	I
MGJ0252	8731037231	03/11/2015	74550	218	*	I
MGJ2377	54083194N	17/11/2015	50020	257		8\$
MGO2550	8731037377	07/11/2015	74630	218	*	II
MGS5189	8731037277	03/11/2015	74550	218	*	I
MGZ8988	8731037276	03/11/2015	74630	218	*	II
MHG8262	8731037259	08/11/2015	74710	218	*	III
MID5380	8731037092	31/10/2015	74550	218	*	I
MIE0261	8731037265	02/11/2015	74550	218	*	I
MIP7451	8731037056	28/10/2015	74550	218	*	I
MIW1857	8731037022	31/10/2015	74550	218	*	I
MJK4633	8731037115	27/10/2015	74710	218	*	III
MJT9375	8731037319	07/11/2015	74550	218	*	I
MJX1378	8731037137	29/10/2015	74550	218	*	I
MJY9375	8731037064	29/10/2015	74550	218	*	I
MKB5650	8731037180	01/11/2015	74550	218	*	I
MKC2347	8731037214	01/11/2015	74550	218	*	I
MKF1296	8731036495	11/10/2015	74550	218	*	I
MKO5893	54078143N	20/10/2015	50020	257		8\$
MKO5893	54078153N	20/10/2015	50020	257		8\$
MKQ5476	8731037181	01/11/2015	74550	218	*	I
MKY4864	8731037326	08/11/2015	74550	218	*	I
MLD6047	8731037049	27/10/2015	74550	218	*	I
MLG2602	8731036555	10/10/2015	74550	218	*	I
MLH3917	8731037387	08/11/2015	74550	218	*	I
MLV8198	8731037321	07/11/2015	74550	218	*	I
MLY3913	8731037309	06/11/2015	74550	218	*	I
MLZ5303	8731037130	28/10/2015	74550	218	*	I
MMJ5065	8731037247	04/11/2015	74550	218	*	I
OKF4036	8731037341	02/11/2015	74550	218	*	I
OKF5266	8731036220	29/09/2015	74550	218	*	I
OKH1100	8731037051	28/10/2015	74550	218	*	I
OKH6706	8731037356	03/11/2015	74550	218	*	I
QHC8930	8731037100	31/10/2015	74630	218	*	II
QHF8845	8731037385	08/11/2015	74550	218	*	I
QHG3348	8731037252	04/11/2015	74550	218	*	I
QHH4914	8731037090	31/10/2015	74550	218	*	I
QIL2400	54083196N	17/11/2015	50020	257		8\$

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

KARINA BOESING KUCERA  
DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO

**TUNÁPOLIS****EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8300 354/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8300 354/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ANE0189	55606869C	22/10/2015	52070	169
DEN4352	55606868C	22/10/2015	58350	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TUNAPOLIS/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**TURVO****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 864/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 864/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAM2622	54953344E	01/10/2015	50291	162 * II	957.69
MAM2622	54953345E	01/10/2015	66371	230 * IX	127.69
MAX0241	55674476C	25/07/2015	50100	162 * I	574.61
MAX0241	55674475C	25/07/2015	65992	230 * V	191.54
MAX0241	55674477C	25/07/2015	50610	163 c/c 162 * I	574.61
MED8994	54953597E	17/07/2015	65992	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

ANDRE GAZZONI COUTRO  
DELEGADO DE POLICIA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 863/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 863/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BRI1538	54019130F	26/10/2015	67000	230 * XVI
LBG1810	54018997F	16/11/2015	67692	230 * XXII
LZW6595	54953887E	23/10/2015	65992	230 * V
MCC8850	54953888E	23/10/2015	50100	162 * I
MCC8850	54953889E	23/10/2015	51180	164 c/c 162 * I
MCC8850	54953890E	23/10/2015	65992	230 * V
MCO6836	54018229F	11/11/2015	65800	230 * IV
MCO6836	54018225F	11/11/2015	50100	162 * I
MCO6836	54018230F	11/11/2015	50610	163 c/c 162 * I
MCO6836	54018226F	11/11/2015	65992	230 * V
MLV9654	54019124F	23/10/2015	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

ANDRE GAZZONI COUTRO  
DELEGADO DE POLICIA

### UNIÃO DO OESTE

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8182 223/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8182 223/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IKJ1617	54447781D	24/08/2015	75790	277	1915.38
IKJ1617	54447782D	24/08/2015	58350	195	127.69
IKJ1617	54447784D	24/08/2015	67000	230 * XVI	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

UNIAO DO OESTE/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

TATIANA KLEIN SAMUEL  
DELEGADA REGIONAL 12. DRP



**URUSSANGA****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8282 1082/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8282 1082/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CNY2027	54518388F	20/09/2015	51851	167	127.69
LYQ2776	54759986E	21/09/2015	51930	168	191.54
MBK2478	54518390F	24/09/2015	52741	175	1915.38
MBK2478	54518391F	24/09/2015	57970	191	1915.38
MF6418	54759695E	23/09/2015	54521	181 * VIII	127.69
MGL8088	54518131F	11/07/2015	55411	181 * XVII	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

FERNANDO PAGANI POSSAMAI  
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8282 1081/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8282 1081/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-



DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
KLGI356	54518401F	10/10/2015	51851	167
LXR6409	54518007F	10/11/2015	51851	167
LZJ8518	54518398F	07/10/2015	66102	230 * VII
LZP2443	54518408F	18/10/2015	65992	230 * V
MAB2137	54759999E	16/10/2015	51691	165
MAB2137	54759997E	16/10/2015	65992	230 * V
MBZ6691	54518702F	15/11/2015	53800	181 * I
MES9562	54518422F	03/11/2015	50100	162 * I
MHA9006	54518522F	07/11/2015	66371	230 * IX
MJM8562	54518431F	11/11/2015	60501	208
MJV1191	54518520F	07/11/2015	55414	181 * XVII
MLF3833	54758247E	30/09/2015	57461	187 * I
MLQ8280	54518428F	11/11/2015	55414	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

FERNANDO PAGANI POSSAMAI  
DELEGADA DE POLICIA

### VARGÊÃO

#### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8546 281/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8546 281/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IDX1969	54484291D	21/10/2015	50100	162 * I
IDX1969	54484292D	21/10/2015	65992	230 * V

IDX1969	54484293D	21/10/2015	51180	164	c/c	162	*	I
MAF0118	55445071B	20/10/2015	52741	175				
MAF0118	55445070B	20/10/2015	50100	162	*			I
MDU4704	54484188D	10/10/2015	73400	252	*			IV
MDU4704	54484187D	10/10/2015	70640	244	*			IV

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VARGEO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

ALBINO SOUZA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

---

### VARGEM BONITA

---

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8645 217/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8645 217/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

-----

BMM0198	55228218A	17/10/2015	50100	162	*	I
BMM0198	55228219A	17/10/2015	50610	163	c/c	162 * I
BMM0198	55228220A	17/10/2015	65561	230	*	I

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VARGEM BONITA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA  
DELEGADO DE POLICIA

---

**VIDEIRA**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8416 2004/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8416 2004/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CBQ9744	54903294F	22/09/2015	50100	162 * I	574.61
LYN2989	54903990F	19/07/2015	50100	162 * I	574.61
MGK4780	54904225F	22/07/2015	65992	230 * V	191.54
MLV4967	55961045E	17/07/2015	66531	230 * XI	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VIDEIRA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO  
DELEGADO REGIONAL 25. DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8416 2005/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA - ORTRAVI - 283790

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8416 2005/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO

QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AOU7198	54903997F	22/07/2015	55412	181 * XVII	53.20
AWZ6783	54905404F	22/08/2015	55412	181 * XVII	53.20
KEW0304	54903494F	21/07/2015	55412	181 * XVII	53.20
MBC0907	54904943F	11/09/2015	54521	181 * VIII	127.69
MBP8748	54903820F	17/07/2015	55412	181 * XVII	53.20
MDK2401	54904126F	05/08/2015	52070	169	53.20
MFE7872	54905153F	28/08/2015	74550	218 * I	85.13
MIQ4719	54904316F	17/07/2015	74550	218 * I	85.12
MIR6374	54903474F	17/07/2015	55412	181 * XVII	53.20
MIY1981	54903479F	17/07/2015	55412	181 * XVII	53.20
MKK2713	54904585F	23/08/2015	60501	208	191.54
MKL0116	54068453N	03/09/2015	50020	257 8\$	53.20
MLL6314	54075090N	02/10/2015	50020	257 8\$	127.69
MMH2728	54904349F	22/07/2015	74550	218 * I	85.12
OKG9723	54903816F	13/07/2015	55412	181 * XVII	53.20
OKH5891	54903483F	17/07/2015	55412	181 * XVII	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VIDEIRA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

GILBERTO LUIZ BOSCHETTI  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8416 2002/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8416 2002/2015.**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABR0187	54905868F	27/10/2015	65992	230 * V

ABR0187	54905869F	27/10/2015	65561	230	*	I
ABR0187	54905870F	27/10/2015	67261	230	*	XVIII
ABR0187	54905871F	27/10/2015	66372	230	*	IX
AHT6889	54904808F	24/10/2015	64080	221		
AHT6889	54904807F	24/10/2015	67261	230	*	XVIII
KFP5239	54905872F	27/10/2015	66371	230	*	IX
KFP5239	54905873F	27/10/2015	66532	230	*	XI
LZI3510	54906194F	11/11/2015	51180	164	c/c	162 * I
LZI3510	54906193F	11/11/2015	50100	162	*	I
MAP4027	54906201F	15/11/2015	50100	162	*	I
MBW5966	54906189F	11/11/2015	51180	164	c/c	162 * I
MBW5966	54906188F	11/11/2015	50100	162	*	I
MDC8944	54906011F	02/11/2015	65992	230	*	V
MDC8944	54906012F	02/11/2015	50450	162	*	V
MDC8944	54906013F	02/11/2015	69120	232		
MDC8944	54906014F	02/11/2015	67261	230	*	XVIII
MDL4103	54904946F	15/09/2015	65992	230	*	V
MDL4103	54904948F	15/09/2015	69120	232		
MDT0182	54906190F	11/11/2015	65992	230	*	V
MGP6178	54903541F	19/10/2015	65561	230	*	I
MHH4920	54905277F	24/10/2015	51180	164	c/c	162 * I
MHH4920	54905276F	21/10/2015	50100	162	*	I
MHH4920	54905275F	24/10/2015	65992	230	*	V
MJC5503	54904634F	16/10/2015	65992	230	*	V
MJC5503	54904633F	16/10/2015	51180	164	c/c	162 * I
MJC5503	54904632F	16/10/2015	50100	162	*	I

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VIDEIRA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO  
DELEGADO REGIONAL 25. DRP

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8416 2003/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA - ORTRAVI - 283790

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8416 2003/2015.**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADR0211	55078196F	28/10/2015	55412	181 * XVII
AFV1904	54905468F	13/10/2015	51851	167
AGL7799	55078591F	24/10/2015	55412	181 * XVII
AJD1686	55077305F	13/10/2015	55412	181 * XVII
AJD1686	54904175F	21/10/2015	51851	167
AJO3009	55078155F	23/10/2015	55412	181 * XVII
AOS6966	55078272F	26/10/2015	55412	181 * XVII
AQT6442	55079413F	18/11/2015	74630	218 * II
ART6702	55078167F	23/10/2015	55412	181 * XVII
ATE6549	55078275F	26/10/2015	55412	181 * XVII
AVH6628	54905484F	13/10/2015	57970	191
AXS2323	54905560F	20/10/2015	56650	182 * X
AXS2323	54903938F	16/10/2015	55411	181 * XVII
BLA9061	54904173F	21/10/2015	51851	167
BME5239	55079406F	18/11/2015	74630	218 * II
CAP7013	55078232F	28/10/2015	55412	181 * XVII
CHQ8392	55077977F	30/10/2015	55412	181 * XVII
DJR8783	54905695F	18/11/2015	51851	167
DTY2912	55077707F	10/11/2015	51851	167
DWL3880	55078243F	29/10/2015	55412	181 * XVII
DWT3727	54905279F	24/10/2015	60501	208
ILW1489	55078518F	20/10/2015	55412	181 * XVII
ILW1489	55078521F	20/10/2015	55412	181 * XVII
LXQ7627	54905687F	18/11/2015	51851	167
LXR4156	55078146F	29/10/2015	55412	181 * XVII
LYW8612	55077549F	09/11/2015	74550	218 * I
LZO5191	55078170F	23/10/2015	55412	181 * XVII
MAR8209	55079412F	18/11/2015	74630	218 * II
MAW2091	55078108F	28/10/2015	55412	181 * XVII
MAZ0625	54906198F	10/11/2015	51851	167
MBH1835	55078299F	29/10/2015	55412	181 * XVII
MBK7864	55078265F	26/10/2015	55412	181 * XVII
MBO4812	55078297F	27/10/2015	55412	181 * XVII
MBU6574	55078137F	29/10/2015	55412	181 * XVII
MBV8545	54905634F	24/09/2015	74630	218 * II
MBV9628	55078572F	22/10/2015	55412	181 * XVII
MBZ2532	55078581F	24/10/2015	55412	181 * XVII
MCB9726	55078145F	29/10/2015	55412	181 * XVII
MCH5594	54905783F	14/10/2015	74550	218 * I
MCI3687	54905575F	09/10/2015	55412	181 * XVII
MCK8494	55078177F	24/10/2015	55412	181 * XVII
MCP6090	55077245F	09/10/2015	55412	181 * XVII
MCR3046	55078183F	24/10/2015	55412	181 * XVII
MCT6829	55077206F	27/10/2015	74550	218 * I
MCU5704	55077259F	09/10/2015	55412	181 * XVII
MCV7996	55078118F	29/10/2015	55412	181 * XVII
MCW4904	54905465F	13/10/2015	51851	167
MDA0093	55077254F	09/10/2015	55412	181 * XVII
MDE2424	55079424F	18/11/2015	74550	218 * I
MDE7396	54905673F	28/10/2015	51851	167
MDF3267	54905999F	22/10/2015	74550	218 * I
MDN3353	55078567F	22/10/2015	55412	181 * XVII
MDP9688	55077943F	19/10/2015	55412	181 * XVII
MDP9688	55078279F	26/10/2015	55412	181 * XVII
MDS5757	55077713F	14/11/2015	51851	167
MDS6096	55078278F	26/10/2015	55412	181 * XVII
MDW2517	54905697F	18/11/2015	72930	251 * I
MDW2517	55078064F	18/11/2015	55680	181 * XIX
MEB5260	55079430F	30/10/2015	55412	181 * XVII
MFB8822	54905573F	09/10/2015	55412	181 * XVII
MFD1623	54906196F	10/11/2015	51851	167



MFP8488	55078287F	26/10/2015	55412	181	*	XVII
MFQ4817	55077265F	10/10/2015	55412	181	*	XVII
MFR5064	54905299F	09/11/2015	52070	169		
MFZ5597	54905767F	14/10/2015	74550	218	*	I
MGD2456	55078237F	28/10/2015	55412	181	*	XVII
MGH8260	55078246F	29/10/2015	55412	181	*	XVII
MGL9436	54903951F	13/11/2015	55250	181	*	XV
MGN8357	54905574F	09/10/2015	55412	181	*	XVII
MGR5264	55077754F	13/11/2015	54600	181	*	IX
MGW0829	55077262F	09/10/2015	55412	181	*	XVII
MGW5861	55078256F	24/10/2015	55412	181	*	XVII
MHA9092	55078519F	20/10/2015	55412	181	*	XVII
MHB7316	55077982F	30/10/2015	55412	181	*	XVII
MHL9898	54905799F	18/10/2015	74550	218	*	I
MHQ6660	55078123F	29/10/2015	55412	181	*	XVII
MHS0173	54905585F	10/10/2015	55412	181	*	XVII
MHS3202	55078354F	12/11/2015	57380	186	*	II
MIH0850	54905218F	09/10/2015	51851	167		
MIO8016	55077224F	27/10/2015	74550	218	*	I
MIP5589	54905963F	18/10/2015	74550	218	*	I
MIP6080	55077242F	09/10/2015	55412	181	*	XVII
MIS4045	55077704F	14/11/2015	73662	252	*	VI
MIZ7184	55078280F	26/10/2015	55412	181	*	XVII
MJA1973	55078587F	24/10/2015	55412	181	*	XVII
MJE3595	55077715F	14/11/2015	51851	167		
MJM7575	55078199F	28/10/2015	55412	181	*	XVII
MJS0389	55078402F	12/11/2015	57463	187	*	I
MJU8793	55077219F	27/10/2015	74550	218	*	I
MKC1028	55078334F	23/10/2015	55412	181	*	XVII
MKD0818	54905967F	16/10/2015	74550	218	*	I
MKE0215	55078206F	26/10/2015	55412	181	*	XVII
MKO3820	54905831F	14/11/2015	51851	167		
MKP4443	55078261F	24/10/2015	55412	181	*	XVII
MKZ1051	54905236F	17/10/2015	51851	167		
MLE3009	55077249F	09/10/2015	55412	181	*	XVII
MLK5603	55079409F	18/11/2015	74550	218	*	I
MLK7396	55079423F	18/11/2015	74550	218	*	I
MLS2402	55078236F	28/10/2015	55412	181	*	XVII
MLS3229	54905562F	09/10/2015	55412	181	*	XVII
MLS5854	54905237F	17/10/2015	51851	167		
MML3193	55078277F	26/10/2015	55412	181	*	XVII
NFA9330	55078176F	24/10/2015	55412	181	*	XVII
QHA8787	55077248F	09/10/2015	55412	181	*	XVII
QHB5960	55078063F	18/11/2015	51851	167		
QHE4336	55077711F	14/11/2015	73662	252	*	VI
QHH0413	55078259F	24/10/2015	55412	181	*	XVII
QHI9774	55077223F	27/10/2015	74630	218	*	II
QHM7446	55079354F	30/10/2015	55412	181	*	XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VIDEIRA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

GILBERTO LUIZ BOSCHETTI  
AUTORIDADE DE TRANSITO



**XANXERÊ****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8090 1942/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8090 1942/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDU0213	55718610E	01/10/2015	50100	162 * I	574.61
MDU0213	55718611E	01/10/2015	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MFA1869	55718604E	28/09/2015	66020	230 * VI	191.54

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

XANXERE/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

ALBINO SOUZA DE ARAUJO  
DELEGADO REGIONAL 16.DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8090 1943/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERE - DEMUT - 283830

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8090 1943/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ANU4178	55718972E	17/08/2015	55412	181 * XVII	53.20

CLW5083	55718563E	31/08/2015	55412	181	*	XVII	53.20
DPJ8244	55713600E	25/09/2015	54870	181	*	XI	127.69
IFZ3536	55720031E	11/09/2015	55412	181	*	XVII	53.20
JGD7003	55718106E	11/08/2015	55412	181	*	XVII	53.20
LYE2245	55718174E	05/09/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MAO0359	55720022E	11/09/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MHD0828	55718192E	12/09/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MHP4957	55718501E	30/09/2015	51851	167			127.69
MIW1624	55718112E	11/08/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MIY0679	55720278E	10/09/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MKB3136	55720306E	15/09/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MKT3782	55718300E	08/09/2015	55412	181	*	XVII	53.20
QHG6173	55718279E	04/09/2015	55412	181	*	XVII	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

XANXERE/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

CLARICE BEATRIZ SERENA  
COORDENADORA DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8090 1940/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8090 1940/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAG3255	55719166E	16/11/2015	65992	230 * V
AOK5716	55719228E	15/11/2015	66372	230 * IX
APX6470	55719225E	14/11/2015	51180	164 c/c 162 * I
APX6470	55719224E	14/11/2015	50100	162 * I
BJL0145	55715465E	13/11/2015	65992	230 * V
BTJ2909	55715469E	13/11/2015	51180	164 c/c 162 * I
BTJ2909	55715468E	13/11/2015	50100	162 * I
IGW4930	55720198E	15/11/2015	50100	162 * I
IGW4930	55720199E	15/11/2015	51180	164 c/c 162 * I
ILQ0319	55011202F	18/11/2015	50960	163 c/c 162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

ALBINO SOUZA DE ARAUJO  
DELEGADO REGIONAL 16.DRP

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERE - DEMUT - 283830

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

ACY5989	55719715E	06/10/2015	55412	181	*	XVII
AGA3352	55010191F	28/10/2015	55412	181	*	XVII
AGD6175	55010192F	28/10/2015	55412	181	*	XVII
AGE5850	55010269F	29/10/2015	55412	181	*	XVII
AIJ9358	55010507F	30/10/2015	55412	181	*	XVII
AIY3950	55010264F	29/10/2015	55412	181	*	XVII
AKL2908	55716537E	14/11/2015	59910	206	*	I
AOK5716	55719229E	15/11/2015	52070	169		
AVG7296	55010163F	28/10/2015	55412	181	*	XVII
BME2176	55009840F	26/10/2015	55412	181	*	XVII
CKL5525	55009838F	26/10/2015	55412	181	*	XVII
CLQ9570	55719350E	15/11/2015	51852	167		
DDM2950	55719775E	09/10/2015	55412	181	*	XVII
DKI5759	55009973F	14/11/2015	51851	167		
DLR7385	55010184F	28/10/2015	55412	181	*	XVII
DLR7385	55010183F	28/10/2015	55412	181	*	XVII
DWL4877	55719500E	05/10/2015	55412	181	*	XVII
EEL0163	55719425E	01/10/2015	55412	181	*	XVII
FER4225	55716733E	19/10/2015	51851	167		
HOW6976	55011254F	18/11/2015	61731	215	*	I * a
HTT4638	55010115F	24/10/2015	55412	181	*	XVII
IHB5375	55720179E	08/11/2015	55250	181	*	XV
IJO2793	55719545E	09/11/2015	51851	167		
ILQ0319	55011203F	18/11/2015	51851	167		
ION4801	55010135F	26/10/2015	55412	181	*	XVII
KDL0123	55714184E	16/11/2015	51851	167		
LOR5387	55009963F	12/11/2015	51851	167		
LWY5854	55719652E	05/10/2015	55412	181	*	XVII
LXP6821	55010113F	24/10/2015	55412	181	*	XVII
LYM6687	55010012F	13/11/2015	51851	167		
LZP7983	55719241E	15/11/2015	51852	167		
LZP7983	55719243E	15/11/2015	51852	167		
LZP7983	55719244E	15/11/2015	51930	168		
MAM9560	55010052F	26/10/2015	55412	181	*	XVII
MBB0941	55010138F	26/10/2015	55412	181	*	XVII
MBE6465	55009837F	26/10/2015	55412	181	*	XVII
MBI0853	55010166F	28/10/2015	55412	181	*	XVII
MCG9122	55010089F	27/10/2015	55412	181	*	XVII
MCS8706	55719714E	06/10/2015	55412	181	*	XVII
MDM8627	55719463E	30/09/2015	55412	181	*	XVII
MDY6563	55010145F	26/10/2015	55412	181	*	XVII
MDY6563	55009844F	26/10/2015	55412	181	*	XVII
MED7990	55010120F	26/10/2015	55412	181	*	XVII
MEN9955	55719223E	14/11/2015	51851	167		
MES7194	55010155F	27/10/2015	55412	181	*	XVII
MFF1442	55010065F	23/10/2015	55412	181	*	XVII
MFI1528	55010071F	23/10/2015	55412	181	*	XVII
MFT0149	55719491E	05/10/2015	55412	181	*	XVII
MFY8932	55010133F	26/10/2015	55412	181	*	XVII
MGG2418	55719476E	30/09/2015	55412	181	*	XVII
MGI6393	55010093F	27/10/2015	55412	181	*	XVII
MGN4737	55010270F	29/10/2015	55412	181	*	XVII
MHJ6158	55010068F	23/10/2015	55412	181	*	XVII
MHK4178	55719268E	25/09/2015	55412	181	*	XVII
MHM9277	55714180E	13/11/2015	55411	181	*	XVII
MHS5490	55009953F	12/11/2015	51851	167		
MIG1166	55009839F	26/10/2015	55412	181	*	XVII
MIH3879	55010098F	27/10/2015	55412	181	*	XVII
MIH6304	55010186F	28/10/2015	55412	181	*	XVII
MIJ0036	55010075F	23/10/2015	55412	181	*	XVII
MIN7951	55010200F	29/10/2015	55412	181	*	XVII
MIT9186	55720187E	14/11/2015	68580	231	*	VII
MIT9186	55720188E	14/11/2015	51852	167		

MJE5990	55009850F	26/10/2015	55412	181	*	XVII
MJP3464	55010087F	27/10/2015	55412	181	*	XVII
MKC7810	55010101F	27/10/2015	55412	181	*	XVII
MKC7810	55010180F	28/10/2015	55412	181	*	XVII
MKJ7686	55010066F	23/10/2015	55412	181	*	XVII
MKM8529	55716719E	16/10/2015	51851	167		
MKU4141	55716568E	15/11/2015	60250	206	*	IV
MKZ0814	55010103F	24/10/2015	55412	181	*	XVII
MLS4822	55719640E	05/10/2015	55412	181	*	XVII
MMB3257	55719620E	02/10/2015	55412	181	*	XVII
MMJ5718	55719070E	23/09/2015	55412	181	*	XVII
MMK2488	55719749E	08/10/2015	55412	181	*	XVII
MMM3017	55009980F	14/11/2015	51851	167		
MMM9922	55719418E	28/09/2015	55412	181	*	XVII
MPO2333	55010273F	29/10/2015	55412	181	*	XVII
ODA2972	55719466E	30/09/2015	55412	181	*	XVII
QHE2661	55010085F	27/10/2015	55412	181	*	XVII
QHE2661	55010254F	29/10/2015	55412	181	*	XVII
QHL8312	55010252F	29/10/2015	55412	181	*	XVII
QHQ0846	55719403E	29/09/2015	55412	181	*	XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

XANXERE/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

CLARICE BEATRIZ SERENA  
COORDENADORA DE TRANSITO

**XAXIM**

## **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8120 1368/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8120 1368/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ALX6612	55732482E	28/09/2015	69120	232	53.20
MCO3757	55733675E	06/10/2015	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

XAXIM/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

ALBINO SOUZA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8120 1366/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8120 1366/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CIO8767	55708221E	11/11/2015	67261	230 * XVIII
DLZ2204	55707819E	16/11/2015	50100	162 * I
DLZ2204	55707818E	16/11/2015	65992	230 * V
DLZ2204	55707823E	16/11/2015	51180	164 c/c 162 * I
MAT2501	55708217E	16/10/2015	69120	232
MDO3507	55707821E	16/11/2015	50100	162 * I
MDO3507	55707820E	16/11/2015	65992	230 * V
MDO3507	55707822E	16/11/2015	51180	164 c/c 162 * I
MEX7151	55707719E	12/11/2015	64080	221
MEX7151	55707718E	12/11/2015	50100	162 * I
MGD8690	55707756E	11/10/2015	50100	162 * I
MGD8690	55707755E	11/10/2015	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.



XAXIM/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

ALBINO SOUZA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8120 1367/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XAXIM - 283870

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8120 1367/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CSZ2398	55707765E	18/10/2015	51851	167
CSZ2398	55707764E	18/10/2015	57380	186 * II
LYU0296	55708025E	23/10/2015	54790	181 * X
MFK7291	55707758E	18/10/2015	57380	186 * II
MGB4472	55707812E	23/10/2015	52151	170
MGB4472	55707811E	23/10/2015	52070	169
MGB4472	55707810E	23/10/2015	58191	193
MGB4472	55707807E	23/10/2015	58780	199
MGB4472	55707808E	23/10/2015	58350	195
MGB4472	55707809E	23/10/2015	60502	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

XAXIM/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

DANIEL TONIAZZO  
DIRETOR DE TRANSITO E RODOV